

QUESTÕES COMENTADAS

1.280 QUESTÕES DE PROVAS DA OAB ANTERIORES

cersOAB

INTRODUÇÃO

Olá, OABeiros! Como estão?

A preparação para o Exame da OAB não tem fórmula exata, porém, o estudo através de questões vem se mostrando fundamental para assimilar a grande quantidade de conteúdos cobrados na prova. A grande maioria das questões da OAB são interdisciplinares, por isso, resolvê-las é um ótimo caminho para aprender e fixar conteúdos relevantes.

Ademais, conhecer o perfil da FGV pode ser o ponto x da sua aprovação, pois você estará mais familiarizado com o estilo de questões, sabendo exatamente o que a banca gosta de perguntar.

Da mesma forma, o estudo através de questões comentadas mostra-se ainda mais eficaz, por levar ao candidato explicações assertivas, tornando o aprendizado mais prático e objetivo.

Pensando nisto, disponibilizamos as questões das últimas provas da OAB (XXII a XXVI EOU) comentadas para que você possa adquirir conhecimento completo para a primeira fase da OAB.

Vamos juntos!

XXII EXAME DA OAB – FGV - CADERNO TIPO 1 – APLICAÇÃO EM: 02.04.2017



ESTATUTO E ÉTICA

Questão 1

Marcelo, renomado advogado, foi convidado para participar de matéria veiculada pela Internet, por meio de portal de notícias, com a finalidade de informar os leitores sobre direitos do consumidor. Ao final da matéria, mediante sua autorização, foi divulgado o *e-mail* de Marcelo, bem como o número de telefone do seu escritório. Sobre essa situação, de acordo com o Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) Marcelo não pode participar de matéria veiculada pela Internet, pois esse fato, por si só, configura captação de clientela.

B) Marcelo pode participar de matéria veiculada pela Internet, mas são vedadas a referência ao *e-mail* e ao número de telefone do seu escritório ao final da matéria.

C) Marcelo pode participar de matéria veiculada pela Internet e são permitidas a referência ao *e-mail* e ao número de telefone do seu escritório ao final da matéria.

D) Marcelo pode participar de matéria veiculada pela Internet, mas é vedada a referência ao número de telefone do seu escritório ao final da matéria, sendo permitida a referência ao seu *e-mail*.

Comentário:

A) Errado

Nos ditames do inciso V do art. 40 do Código de Ética e Disciplina (CED) da OAB, Marcelo pode participar de matéria veiculada pela Internet, mas é vedada a referência ao número de telefone do seu escritório ao final da matéria, sendo permitida a referência ao seu *e-mail*.

B) Errado

Marcelo pode participar de matéria veiculada pela Internet, mas é vedada a referência ao número de telefone do seu escritório ao final da matéria, sendo permitida a referência ao seu *e-mail*, de conformidade com o disposto no art. 40, inciso V, do Código de Ética e Disciplina (CED) da OAB.

C) Errado

A teor do inciso V do art. 40 do Código de Ética e Disciplina (CED) da OAB, Marcelo pode participar de matéria veiculada pela Internet, mas é vedada a referência ao número de telefone do seu escritório ao final da matéria, sendo permitida a referência ao seu *e-mail*.

D) Correto

Trata-se da exata disposição do art. 40, inciso V, do Código de Ética e Disciplina (CED) da OAB, segundo o qual "os meios utilizados para a publicidade profissional hão de ser compatíveis com a diretriz estabelecida no artigo anterior, sendo vedados: (...) V - o fornecimento de dados de contato, como endereço e telefone, em colunas ou artigos literários, culturais, acadêmicos ou jurídicos, publicados na imprensa, bem assim quando de eventual participação

em programas de rádio ou televisão, ou em veiculação de matérias pela internet, sendo permitida a referência a e-mail".

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 2

Cláudio, advogado inscrito na Seccional da OAB do Estado do Rio de Janeiro, praticou infração disciplinar em território abrangido pela Seccional da OAB do Estado da São Paulo. Após representação do interessado, o Conselho de Ética e Disciplina da Seccional da OAB do Estado do Rio de Janeiro instaurou processo disciplinar para apuração da infração. Sobre o caso, de acordo com o Estatuto da OAB, o Conselho de Ética e Disciplina da Seccional da OAB do Estado do Rio de Janeiro

A) não tem competência para punir disciplinarmente Cláudio, pois a competência é exclusivamente do Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, salvo se a falta for cometida perante o Conselho Federal.

B) tem competência para punir disciplinarmente Cláudio, pois a competência é exclusivamente do Conselho Seccional em que o advogado se encontra inscrito, salvo se a falta for cometida perante o Conselho Federal.

C) tem competência para punir disciplinarmente Cláudio, pois a competência é concorrente entre o Conselho Seccional em que o advogado se encontra inscrito e o Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, salvo se a falta for cometida perante o Conselho Federal.

D) não tem competência para punir disciplinarmente Cláudio, pois a competência é exclusivamente do Conselho Federal, ainda que a falta não tenha sido cometida perante este, quando o advogado for inscrito em uma Seccional e a infração tiver ocorrido na base territorial de outra.

Comentário:

A) Correto

Tal assertiva reflete a previsão do art. 70 da Lei n° 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB), o qual dispõe que "o poder de punir disciplinarmente os

inscritos na OAB compete exclusivamente ao Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, salvo se a falta for cometida perante o Conselho Federal".

B) Errado

Nos moldes do art. 70 do Estatuto da Advocacia e da OAB, o Conselho em tela não tem competência para punir disciplinarmente Cláudio, pois a competência é exclusivamente do Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, salvo se a falta for cometida perante o Conselho Federal.

C) Errado

O Conselho em tela não tem competência para punir disciplinarmente Cláudio, pois a competência é exclusivamente do Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, salvo se a falta for cometida perante o Conselho Federal, consoante o art. 70 da Lei 8.906/94.

D) Errado

Nos estritos termos do art. 70 do Estatuto da Advocacia e da OAB, tal Conselho não tem competência para punir disciplinarmente Cláudio, pois a competência é exclusivamente do Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, salvo se a falta for cometida perante o Conselho Federal.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 3

Juliana, advogada, foi empregada da sociedade empresária OPQ Cosméticos e, em razão da sua atuação na área tributária, tomou conhecimento de informações estratégicas da empresa. Muitos anos depois de ter deixado de trabalhar na empresa, foi procurada por Cristina, consumidora que pretendia ajuizar ação cível em face da OPQ Cosméticos por danos causados pelo uso de um de seus produtos. Juliana, aceitando a causa, utiliza-se das informações estratégicas que adquirira como argumento de reforço, com a finalidade de aumentar a probabilidade de êxito da demanda. Considerando essa situação, segundo o Estatuto da OAB e o Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) Juliana não pode advogar contra a sociedade empresária OPQ Cosméticos, tampouco se utilizar das informações estratégicas a que teve acesso quando foi empregada da empresa.
B) Juliana pode advogar contra a sociedade empresária OPQ Cosméticos, mas não pode se utilizar das informações estratégicas a que teve acesso quando foi empregada da empresa.
C) Juliana pode advogar contra a sociedade empresária OPQ Cosméticos e pode se utilizar das informações estratégicas a que teve acesso quando foi empregada da empresa.
D) Juliana não pode advogar contra a sociedade empresária OPQ Cosméticos, mas pode repassar as informações estratégicas a que teve acesso quando foi empregada da empresa, a fim de que sejam utilizadas por terceiro que patrocine a causa de Cristina.

Comentário:

A) Errado

Segundo o art. 21 do Código de Ética e Disciplina (CED) da OAB, Juliana não pode advogar contra a sociedade empresária OPQ Cosméticos, tampouco se

utilizar das informações estratégicas a que teve acesso quando foi empregada da empresa.

B) Correto

A alternativa em questão diz respeito à íntegra do art. 21 do CED, segundo o qual "o advogado, ao postular em nome de terceiros, contra ex-cliente ou exempregador, judicial e extrajudicialmente, deve resguardar o sigilo profissional".

C) Errado

Juliana não pode advogar contra a sociedade empresária OPQ Cosméticos, tampouco se utilizar das informações estratégicas a que teve acesso quando foi empregada da empresa, nos termos do art. 21 do CED.

D) Errado

De conformidade com o disposto no art. 21 do CED, Juliana não pode advogar contra a sociedade empresária OPQ Cosméticos, tampouco se utilizar das informações estratégicas a que teve acesso quando foi empregada da empresa.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 4

Em determinada subseção da OAB, constatou-se grave violação à disciplina prevista na Lei nº 8.906/94, no que diz respeito ao exercício de suas atribuições de representar a OAB perante os poderes constituídos e de fazer valer as prerrogativas do advogado. Considerando a situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

A) Compete ao Conselho Federal da OAB intervir na aludida subseção mediante voto de dois terços de seus membros.
B) Compete ao Conselho Federal da OAB intervir na aludida subseção mediante decisão por maioria do Órgão Especial do Conselho Pleno.
C) Compete ao Conselho Seccional respectivo da OAB intervir na aludida subseção mediante decisão unânime de sua diretoria.
D) Compete ao Conselho Seccional respectivo da OAB intervir na aludida subseção mediante voto de dois terços de seus membros.

Comentário:

A) Errado

Compete ao Conselho Seccional respectivo da OAB intervir na aludida subseção mediante voto de dois terços de seus membros, a teor do art. 60, § 6°, da Lei n° 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB).

B) Errado

Nos moldes do § 6° do art. 60 da Lei 8.906/94, compete ao Conselho Seccional respectivo da OAB intervir na aludida subseção mediante voto de dois terços de seus membros.

C) Errado

Compete ao Conselho Seccional respectivo da OAB intervir na aludida subseção mediante voto de dois terços de seus membros, de conformidade com o art. 60, § 6°, do Estatuto da Advocacia e da OAB.

D) Correto

Tal afirmação condiz com o teor do § 6° do art. 60 da Lei 8.906/94, o qual dispõe que "o Conselho Seccional, mediante o voto de dois terços de seus membros, pode intervir nas Subseções, onde constatar grave violação desta lei ou do regimento interno daquele".

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 5

Os advogados Raimundo da Silva, Severino da Silva e Juscelino da Silva constituíram sociedade simples de prestação de serviços de advocacia, denominada Silva Advogados, com o registro aprovado dos seus atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB pertinente ao local da sede. Severino figura como sócio-gerente. Além dos três advogados, não há outros sócios ou associados. Considerando a situação narrada e a disciplina do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) Os atos indispensáveis à satisfação das finalidades da pessoa jurídica apenas podem ser praticados por Raimundo, Severino ou Juscelino, sendo vedada a prática de atos por Silva Advogados, uma vez que as atividades necessárias ao desempenho da advocacia devem ser exercidas individualmente, ainda que revertam à sociedade os proveitos.
B) Os atos indispensáveis à satisfação das finalidades da pessoa jurídica podem ser praticados por Silva Advogados; porém, os atos privativos de advogado devem ser praticados por Raimundo, Severino ou Juscelino.
C) Os atos indispensáveis à satisfação das finalidades da pessoa jurídica e os atos privativos de advogado podem ser praticados por Silva Advogados.
D) Os atos destinados à satisfação das finalidades da pessoa jurídica apenas devem ser praticados por Severino, sendo vedada a prática de atos por Silva Advogados, uma vez que as atividades necessárias ao desempenho da advocacia devem ser exercidas individualmente, ainda que revertam à sociedade os proveitos. Os atos também não podem ser praticados pelos demais sócios, já que Severino figura como sócio-gerente.

Comentário:

A) Errado

Em consonância com o art. 42 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, os atos indispensáveis à satisfação das finalidades da pessoa jurídica podem ser praticados por Silva Advogados; porém, os atos privativos de advogado devem ser praticados por Raimundo, Severino ou Juscelino.

B) Correto

É a exatidão do art. 42 do Regulamento Geral, segundo o qual "podem ser praticados pela sociedade de advogados, com uso da razão social, os atos indispensáveis às suas finalidades, que não sejam privativos de advogado".

C) Errado

Os atos indispensáveis à satisfação das finalidades da pessoa jurídica podem ser praticados por Silva Advogados; porém, os atos privativos de advogado devem ser praticados por Raimundo, Severino ou Juscelino, nos ditames do art. 42 do Regulamento Geral.

D) Errado

Consoante o previsto no art. 42 do Regulamento Geral, os atos indispensáveis à satisfação das finalidades da pessoa jurídica podem ser praticados por Silva Advogados; porém, os atos privativos de advogado devem ser praticados por Raimundo, Severino ou Juscelino.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 6

Carolina, Júlia, Bianca e Maria são advogadas. Carolina é servidora estadual não enquadrada em hipótese de incompatibilidade; Júlia está cumprindo suspensão por infração disciplinar; Bianca está licenciada por requerimento próprio justificado; e Maria é servidora federal não enquadrada em hipótese de incompatibilidade. As quatro peticionam, como advogadas, isoladamente e em atos distintos, em ação judicial proposta em face da União. Diante da situação narrada, de acordo com o Estatuto da OAB, são válidos os atos praticados

A) por Carolina, apenas.
B) por Carolina e Bianca, apenas.
C) por Carolina, Bianca e Maria, apenas.
D) por Carolina, Julia, Bianca e Maria.

Comentário:

A) Correto

A resolução desta questão envolve a análise conjunta dos arts. 4° e 30, ambos da Lei n° 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB). De acordo com o *caput* do primeiro dispositivo, "são nulos os atos privativos de advogado praticados por pessoa não inscrita na OAB, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas"; ademais, dispõe o parágrafo único do citado artigo que "são também nulos os atos praticados por advogado impedido - no âmbito do impedimento - suspenso, licenciado ou que passar a exercer atividade incompatível com a advocacia". Por derradeiro, o último dispositivo estipula que "são impedidos de exercer a advocacia: I - os servidores da administração direta, indireta e fundacional, contra a Fazenda Pública que os remunere ou à qual seja vinculada a entidade empregadora; II - os membros do Poder Legislativo, em

seus diferentes níveis, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público".

B) Errado

Apenas serão válidos os atos praticados por Carolina, nos termos dos arts. 4° e 30, ambos da Lei n° 8.906/1994.

C) Errado

De conformidade com os arts. 4° e 30 do Estatuto da Advocacia e da OAB, somente serão válidos os atos praticados por Carolina.

D) Errado

Serão válidos apenas os atos praticados por Carolina, a teor dos arts. 4° e 30 da Lei 8.906/94.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 7

O Conselho Seccional X da OAB criou dez subseções e uma Caixa de Assistência dos Advogados. Dentre as subseções, inclui-se a Subseção Y, cuja área territorial abrange um município. Considerando a hipótese narrada, analise as afirmativas a seguir e assinale a única correta.

A) O Conselho Seccional X é dotado de personalidade jurídica própria; já a Caixa de Assistência dos Advogados e a Subseção Y não possuem personalidade jurídica própria, caracterizando-se como partes autônomas do Conselho Seccional X.
B) O Conselho Seccional X e a Caixa de Assistência dos Advogados são dotados de personalidade jurídica própria; já a Subseção Y não possui personalidade jurídica própria, caracterizando-se como parte autônoma do Conselho Seccional X.
C) O Conselho Seccional X, a Caixa de Assistência dos Advogados e a Subseção Y não possuem personalidade jurídica própria. Trata-se de órgãos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a qual é dotada de personalidade jurídica.
D) O Conselho Seccional X, a Caixa de Assistência dos Advogados e a Subseção Y possuem, cada qual, personalidade jurídica própria.

Comentário:

A) Errado

O Conselho Seccional X e a Caixa de Assistência dos Advogados são dotados de personalidade jurídica própria; já a Subseção Y não possui personalidade jurídica própria, caracterizando-se como parte autônoma do Conselho Seccional X, tudo em consonância com os §§ 2° e 3° do art. 45 da Lei n° 8.906/1994.

B) Correto

Nos exatos ditames do art. 45, §§ 2° e 3°, do Estatuto da Advocacia e da OAB, "os Conselhos Seccionais, dotados de personalidade jurídica própria, têm jurisdição sobre os respectivos territórios dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Territórios", bem como "as Subseções são partes autônomas do Conselho Seccional, na forma desta lei e de seu ato constitutivo".

C) Errado

A teor dos §§ 2° e 3° do art. 45 da Lei 8.906/94, O Conselho Seccional X e a Caixa de Assistência dos Advogados são dotados de personalidade jurídica própria; já a Subseção Y não possui personalidade jurídica própria, caracterizando-se como parte autônoma do Conselho Seccional X.

D) Errado

O Conselho Seccional X e a Caixa de Assistência dos Advogados são dotados de personalidade jurídica própria; já a Subseção Y não possui personalidade jurídica própria, caracterizando-se como parte autônoma do Conselho Seccional X, de acordo com o art. 45, §§ 2° e 3°, do Estatuto da Advocacia e da OAB.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 8

Viviane, Paula e Milena são advogadas. Viviane acaba de dar à luz, Paula adotou uma criança e Milena está em período de amamentação. Diante da situação narrada, de acordo com o Estatuto da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) Viviane e Milena têm direito a reserva de vaga nas garagens dos fóruns dos tribunais.
B) Viviane e Paula têm direito à suspensão de prazos processuais, em qualquer hipótese, desde que haja notificação por escrito ao cliente.
C) Viviane, Paula e Milena têm direito de preferência na ordem das audiências a serem realizadas a cada dia, mediante comprovação de sua condição.
D) Paula e Milena têm direito a entrar nos tribunais sem serem submetidas a detectores de metais e aparelhos de raio-X.

Comentário:

A) Errado

A teor do inciso III do art. 7°-A do Estatuto da Advocacia e da OAB, Viviane, Paula e Milena têm direito de preferência na ordem das audiências a serem realizadas a cada dia, mediante comprovação de sua condição.

B) Errado

Viviane, Paula e Milena têm direito de preferência na ordem das audiências a serem realizadas a cada dia, mediante comprovação de sua condição, em atendimento ao disposto no art. 7°-A, inciso III, da Lei n° 8.906/1994.

C) Correto

Segundo o inciso III do art. 7°-A do Estatuto da Advocacia e da OAB, constitui um direito da advogada "gestante, lactante, adotante ou que der à luz,

preferência na ordem das sustentações orais e das audiências a serem realizadas a cada dia, mediante comprovação de sua condição".

D) Errado

Nos termos do art. 7°-A, inciso III, da Lei 8.906/94, Viviane, Paula e Milena têm direito de preferência na ordem das audiências a serem realizadas a cada dia, mediante comprovação de sua condição.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 9

A advogada Maria foi procurada por certo cliente para o patrocínio de uma demanda judicial. Ela, então, apresentou ao cliente contrato de prestação de seus serviços profissionais. A cláusula dez do documento estabelecia que Maria obrigava-se apenas a atuar na causa no primeiro grau de jurisdição. Além disso, a cláusula treze dispunha sobre a obrigatoriedade de pagamento de honorários, em caso de ser obtido acordo antes do oferecimento da petição inicial. Irresignado, o cliente encaminhou cópia do contrato à OAB, solicitando providências disciplinares. Sobre os termos do contrato, assinale a afirmativa correta.

A) A cláusula dez do contrato viola o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, uma vez que é vedada a limitação do patrocínio a apenas um grau de jurisdição. Quanto à cláusula treze, não se vislumbram irregularidades.

B) Não se vislumbram irregularidades quanto às cláusulas dez e treze do contrato, ambas consonantes com o disposto no Estatuto da OAB e no Código de Ética e Disciplina da OAB.

C) A cláusula treze do contrato viola o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, uma vez que o advogado não faz jus ao recebimento de honorários contratuais em caso de acordo feito entre o cliente e a parte contrária, anteriormente ao oferecimento da demanda. Quanto à cláusula dez, não se vislumbram irregularidades.

D) A cláusula dez do contrato viola o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, uma vez que é vedada a limitação do patrocínio a apenas um grau de jurisdição. A cláusula treze do contrato também viola o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, uma vez que o advogado não faz jus ao recebimento de honorários contratuais em caso de acordo feito entre o cliente e a parte contrária, anteriormente ao oferecimento da demanda.

Comentário:

A) Errado

Nos exatos ditames do art. 24 da Lei n° 8.906/1994, não se vislumbram irregularidades quanto às cláusulas dez e treze do contrato, ambas consonantes com o disposto no Estatuto da OAB e no Código de Ética e Disciplina da OAB.

B) Correto

Trata-se da íntegra do art. 24 do Estatuto da Advocacia e da OAB, o qual dispõe que "a decisão judicial que fixar ou arbitrar honorários e o contrato escrito que os estipular são títulos executivos e constituem crédito privilegiado na falência, concordata, concurso de credores, insolvência civil e liquidação extrajudicial".

C) Errado

Não se vislumbram irregularidades quanto às cláusulas dez e treze do contrato, ambas consonantes com o disposto no Estatuto da OAB e no Código de Ética e Disciplina da OAB, tudo de conformidade com o art. 24 da Lei 8.906/94.

D) Errado

A teor do art. 24 do Estatuto da Advocacia e da OAB, não se vislumbram irregularidades quanto às cláusulas dez e treze do contrato, ambas consonantes com o disposto no Estatuto da OAB e no Código de Ética e Disciplina da OAB.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 10

No ano de 2017, deverá se realizar a Conferência Nacional da Advocacia Brasileira, órgão consultivo máximo do Conselho Federal, que se reúne trienalmente. Cientes do evento, Raul, Francisco e Caetano decidem participar como membros efetivos da Conferência. Raul, advogado, é conselheiro de certo Conselho Seccional da OAB. Francisco é advogado, regularmente inscrito na OAB, e não exerce previamente função junto a qualquer órgão da instituição. Caetano é estagiário, regularmente inscrito como tal junto à OAB, e também não exerce previamente função em nenhum de seus órgãos. Considerando o disposto no Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) Raul participará como membro efetivo da Conferência Nacional da Advocacia Brasileira, caso em que terá direito a voto. Os demais, mesmo inscritos na Conferência, poderão participar apenas como convidados ou ouvintes, sem direito a voto.

B) Francisco, se inscrito, e Raul participarão como membros efetivos da Conferência Nacional da Advocacia Brasileira. Porém, o direito a voto é conferido apenas a Raul. Caetano, ainda que inscrito na conferência, somente poderá participar como ouvinte.

C) Francisco e Caetano, se inscritos na Conferência Nacional da Advocacia Brasileira, dela participarão como membros efetivos, mas o direito a voto é conferido apenas a Francisco. Raul fica impedido de participar como membro efetivo da conferência, tendo em vista que já exerce função em órgão da OAB.

D) Raul participará como membro efetivo da Conferência Nacional da Advocacia Brasileira. Do mesmo modo, Francisco e Caetano, se inscritos na conferência, poderão participar como membros efetivos, permitindo-se, aos três, o direito a voto.

Comentário:

A) Errado

Raul participará como membro efetivo da Conferência Nacional da Advocacia Brasileira. Do mesmo modo, Francisco e Caetano, se inscritos na conferência, poderão participar como membros efetivos, permitindo-se, aos três, o direito a voto, de conformidade com o art. 146 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB.

B) Errado

Segundo o art. 146 do Regulamento Geral, Raul participará como membro efetivo da Conferência Nacional da Advocacia Brasileira. Do mesmo modo, Francisco e Caetano, se inscritos na conferência, poderão participar como membros efetivos, permitindo-se, aos três, o direito a voto.

C) Errado

Raul participará como membro efetivo da Conferência Nacional da Advocacia Brasileira. Do mesmo modo, Francisco e Caetano, se inscritos na conferência, poderão participar como membros efetivos, permitindo-se, aos três, o direito a voto, nos moldes do art. 146 do Regulamento Geral.

D) Correto

A teor do art. 146 do Regulamento Geral, "são membros das Conferências: I – efetivos: os Conselheiros e Presidentes dos órgãos da OAB presentes, os advogados e estagiários inscritos na Conferência, todos com direito a voto".

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca



FILOSOFIA DO DIREITO

Questão 10

Um sério problema com o qual o advogado pode se deparar ao lidar com o ordenamento jurídico é o das antinomias. Segundo Norberto Bobbio, em seu livro Teoria do Ordenamento Jurídico, são necessárias duas condições para que uma antinomia ocorra.

Assinale a opção que, segundo o autor da obra em referência, apresenta tais condições.

A) As duas normas em conflito devem pertencer ao mesmo ordenamento; as duas normas devem ter o mesmo âmbito de validade, seja temporal, espacial, pessoal ou material.
B) Ambas as normas devem ter procedido da mesma autoridade legislativa; as duas normas em conflito não devem dispor sobre uma mesma matéria.
C) Ocorre no âmbito do processo judicial quando há uma divergência entre a decisão de primeira instância e a decisão de segunda instância ou quando um tribunal superior de natureza federal confirma a decisão de segunda instância.
D) As duas normas aplicáveis não apresentam uma solução satisfatória para o caso; as duas normas não podem ser integradas mediante recurso a analogia ou costumes.

Comentário:

A) Correto

De acordo Norberto Bobbio em sua obra Teoria do ordenamento jurídico (p. 86), a antinomia constitui a situação na qual existem duas normas, em que uma obriga e outra proíbe, ou uma obriga e a outra permite, ou uma proíbe e a outra permite o mesmo comportamento:

> As duas normas devem pertencer ao **mesmo ordenamento**. O problema da antinomia entre duas normas pertencentes a diferentes ordenamentos nasce quando eles não são independentes entre si, mas se encontram em um relacionamento qualquer que pode ser de coordenação ou de subordinação [...] As duas normas devem ter o mesmo âmbito de validade. Distinguem-se quatro **âmbitos de validade de uma norma: temporal, espacial, pessoal e material** (p. 87).

B) Errado

As normas em conflito apenas entrarão em conflito caso disponham sobre a mesma matéria, seja em que uma obriga e outra proíbe, ou uma obriga e a outra permite, ou uma proíbe e a outra permite o mesmo comportamento.

C) Errado

A teoria de Bobbio gira em torno do ordenamento jurídico e suas engrenagens, não do processo judicial.

D) Errado

Não se trata da ausência de regulação do caso pela norma, mas de antinomia, ou seja, duas normas que regulam o mesmo comportamento em dissonância.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

Questão 11

A principal tese sustentada pelo paradigma do positivismo jurídico é a validade da norma jurídica, independentemente de um juízo moral que se possa fazer sobre o seu conteúdo. No entanto, um dos mais influentes filósofos do direito juspositivista, Herbert Hart, no seu pós-escrito ao livro O Conceito de Direito, sustenta a possibilidade de um positivismo brando, eventualmente chamado de positivismo inclusivo ou soft positivism.

Assinale a opção que apresenta, segundo o autor na obra em referência, o conceito de positivismo brando.

A) O reconhecimento da existência de normas de direito natural e de que tais normas devem preceder às normas de direito positivo sempre que houver conflito entre elas.
B) A jurisprudência deve ser considerada como fonte do direito da mesma forma que a lei, de maneira a produzir uma equivalência entre o sistema de common law ou de direito consuetudinário e sistema de civil law ou de direito romano-germânico.
C) O positivismo brando ocorre no campo das ciências sociais, não possuindo, portanto, o mesmo rigor científico exigido no campo das ciências da natureza.
D) A possibilidade de que a norma de reconhecimento de um ordenamento jurídico incorpore, como critério de validade jurídica, a obediência a princípios morais ou valores substantivos.

Comentário:

A) Errado

De acordo com Hebert Hart, o positivismo "moderado" pode ser entendido como aquele que acata a possibilidade de que a norma de reconhecimento de um ordenamento jurídico incorpore, como critério de validade jurídica, a

obediência a princípios morais ou valores substantivos. De acordo com Hart em seu pós-escrito (p. 312):

> Em primeiro lugar, ignora (Dworkin) o meu reconhecimento explícito de que a regra de reconhecimento pode incorporar, como critérios de validade jurídica, a conformidade com princípios morais ou com valores substantivos; por isso a minha doutrina é aquilo que tem sido designado como 'positivismo moderado' e não, como na versão de Dworkin acerca da mesma, positivismo meramente factual.

B) Errado

De acordo com Hebert Hart, o positivismo "moderado" pode ser entendido como aquele que acata a possibilidade de que a norma de reconhecimento de um ordenamento jurídico incorpore, como critério de validade jurídica, a obediência a princípios morais ou valores substantivos. De acordo com Hart em seu pós-escrito (p. 312):

> Em primeiro lugar, ignora (Dworkin) o meu reconhecimento explícito de que a regra de reconhecimento pode incorporar, como critérios de validade jurídica, a conformidade com princípios morais ou com valores substantivos; por isso a minha doutrina é aquilo que tem sido designado como 'positivismo moderado' e não, como na versão de Dworkin acerca da mesma, positivismo meramente factual.

C) Errado

De acordo com Hebert Hart, o positivismo "moderado" pode ser entendido como aquele que acata a possibilidade de que a norma de reconhecimento de um ordenamento jurídico incorpore, como critério de validade jurídica, a obediência a princípios morais ou valores substantivos. De acordo com Hart em seu pós-escrito (p. 312):

> Em primeiro lugar, ignora (Dworkin) o meu reconhecimento explícito de que a regra de reconhecimento pode incorporar, como critérios de validade jurídica, a conformidade com princípios morais ou com valores substantivos; por isso a

> minha doutrina é aquilo que tem sido designado como 'positivismo moderado' e não, como na versão de Dworkin acerca da mesma, positivismo meramente factual.

D) Correto

De acordo com Hebert Hart, o positivismo "moderado" pode ser entendido como aquele que acata a possibilidade de que a norma de reconhecimento de um ordenamento jurídico incorpore, como critério de validade jurídica, a obediência a princípios morais ou valores substantivos. De acordo com Hart em seu pós-escrito (p. 312):

> Em primeiro lugar, ignora (Dworkin) o meu reconhecimento explícito de que a regra de reconhecimento pode incorporar, como critérios de validade jurídica, a conformidade com princípios morais ou com valores substantivos; por isso a minha doutrina é aquilo que tem sido designado como 'positivismo moderado' e não, como na versão de Dworkin acerca da mesma, positivismo meramente factual.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

Questão 13

O Presidente da República descumpriu ordem judicial, emanada de autoridade competente, impondo à União o pagamento de vantagens atrasadas, devidas aos servidores públicos federais ativos e inativos. A Advocacia Geral da União argumentava que a mora era justificável por conta da ausência de previsão de recursos públicos em lei orçamentária específica. Apesar disso, um grupo de parlamentares, interessado em provocar a atuação do Ministério Público, entendeu ter ocorrido crime comum de desobediência, procurando você para que, como advogado(a), informe que órgão seria competente para julgar ilícito dessa natureza. Dito isto e a par da conduta descrita, é correto afirmar que o Presidente da República deve ser julgado

A) pela Câmara dos Deputados, após autorização do Senado Federal.
B) pelo Senado Federal, após autorização da Câmara dos Deputados.
C) pelo Supremo Tribunal Federal, após autorização da Câmara dos Deputados.
D) pelo Supremo Tribunal Federal, após autorização do Congresso Nacional.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "A" está errada, vide inteligência do Art. 86 da Carta Magna.

B) Errado

A alternativa "B" está errada, vide inteligência do Art. 86 da Carta Magna.

C) Correto

A alternativa "C" é a única que mostra correta, vide inteligência do Art. 86 da Carta Magna;

Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

D) Errado

A alternativa "D" está errada, vide inteligência do Art. 86 da Carta Magna.

Gabarito: Letra C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 14

A teoria dimensional dos direitos fundamentais examina os diferentes regimes jurídicos de proteção desses direitos ao longo do constitucionalismo democrático, desde as primeiras Constituições liberais até os dias de hoje. Nesse sentido, a teoria dimensional tem o mérito de mostrar o perfil de evolução da proteção jurídica dos direitos fundamentais ao longo dos diferentes paradigmas do Estado de Direito, notadamente do Estado Liberal de Direito e do Estado Democrático Social de Direito. Essa perspectiva, calcada nas dimensões ou gerações de direitos, não apenas projeta o caráter cumulativo da evolução protetiva, mas também demonstra o contexto de unidade e indivisibilidade do catálogo de direitos fundamentais do cidadão comum. A partir dos conceitos da teoria dimensional dos direitos fundamentais, assinale a afirmativa correta.

A) Os direitos estatais prestacionais, ligados ao Estado Liberal de Direito, nasceram atrelados ao princípio da igualdade formal perante a lei, perfazendo a primeira dimensão de direitos.

B) A chamada reserva do possível fática, relacionada à escassez de recursos econômicos e financeiros do Estado, não tem nenhuma influência na efetividade dos direitos fundamentais de segunda dimensão do Estado Democrático Social de Direito.

C) O conceito de direitos coletivos de terceira dimensão se relaciona aos direitos transindividuais de natureza indivisível de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato, como ocorre com o direito ao meio ambiente.

D) Sob a égide da estatalidade mínima do Estado Liberal, os direitos negativos de defesa dotados de natureza absenteísta são corretamente classificados como direitos de primeira dimensão.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "A" está incorreta, pois **não diz respeito** ao Direito de primeira Geração.

B) Errado

A alternativa "B" está errada ao afirmar que não possui influência.

C) Errado

A alternativa "C" está errada, pois o conceito refere aos Direitos difusos.

D) Correto

A alternativa "D" é a única que se revela correta. Sobre o tema, leciona o ministro Celso de Mello, "enquanto os direitos de primeira geração (direitos civis e políticos) – que compreendem as liberdades clássicas, negativas ou formais – realçam o princípio da liberdade e os direitos de segunda geração (direitos econômicos, sociais e culturais) – que se identificam com as liberdades positivas, reais ou concretas – acentuam o princípio da igualdade, os direitos de terceira geração, que materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais, consagram o princípio da solidariedade e constituem um momento importante no processo de desenvolvimento, expansão e reconhecimento dos direitos humanos, caracterizados enquanto valores fundamentais indisponíveis, pela nota de uma essencial inexauribilidade".

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

Questão 15

Enzo, brasileiro naturalizado há três anos, apaixonado por ópera, ao saber que a sociedade empresária de radiodifusão, Rádio WXZ, situada na capital do Estado Alfa, encontra-se em dificuldade econômica, apresenta uma proposta para ingressar na sociedade. Nessa proposta, compromete-se a adquirir 25% do capital total da sociedade empresária, com a condição inafastável de que o controle total sobre o conteúdo da programação veiculada pela rádio seja de sua inteira responsabilidade, de forma a garantir a inclusão de um programa diário, com duração de uma hora, sobre ópera. A proposta foi aceita pelos atuais sócios, mas Enzo, preocupado com a licitude do negócio, dada a sua condição de brasileiro naturalizado, procura a consultoria de um advogado. Considerando a hipótese apresentada, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta.

A)Não será possível a concretização do negócio nos termos apresentados, tendo em vista que a Constituição da República não permite que os meios de comunicação divulguem manifestações culturais estrangeiras.

B)Será possível a concretização do negócio nos termos apresentados, posto que Enzo é brasileiro naturalizado e a Constituição da República veda qualquer distinção entre brasileiro nato e brasileiro naturalizado.

C)Não será possível a concretização do negócio nos termos acima apresentados, pois a Constituição da República veda que brasileiro naturalizado há menos de dez anos possa estabelecer o conteúdo da programação da rádio.

D)Será possível a concretização do negócio nos termos acima apresentados, pois a Constituição da República, em respeito aos princípios liberais que sustenta, não interfere no conteúdo pactuado entre contratantes privados.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "A" está errada, vide inteligência do Art. 222 da Carta Magna.

B) Errado

A alternativa "B" está errada, vide inteligência do Art. 222 da Carta Magna.

C) Correto

A alternativa "C" é a única que se mostra correta, vide inteligência do Art.222 da Carta Magna:

> Art. 222. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens **é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos**, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

D)Errado

A alternativa "D" está errada, vide inteligência do Art. 222 da Carta Magna.

Gabarito: Letra C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 16

Carlos, contando com 59 (cinquenta e nove) anos de idade, resolve se inscrever em concurso público para o cargo de Agente de Polícia, dos quadros da Policia Civil do Estado Beta. Todavia, sua inscrição é negada com base no edital, que reproduz a Lei Estadual X, segundo a qual o candidato, no momento da inscrição, deve ter entre 18 (dezoito) e 32 (trinta e dois) anos de idade. Inconformado, Carlos consulta um advogado a respeito de possível violação do direito fundamental à igualdade. Diante do caso concreto, assinale a opção que se harmoniza com a ordem jurídico-constitucional brasileira.

A) Houve violação ao princípio da igualdade, pois o sistema jurídico-constitucional brasileiro veda, em caráter absoluto, que a lei estabeleça requisitos de ordem etária para o provimento de cargos públicos.
B) Não houve violação ao princípio da igualdade, pois o sistema jurídico-constitucional brasileiro permite que a lei estabeleça limite de idade para inscrição em concurso público quando tal medida se justificar pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
C) Houve violação ao princípio da razoabilidade, pois as atividades inerentes ao cargo a ser ocupado não justificam a previsão do critério etário como requisito para inscrição no concurso público que visa ao seu provimento.
D) Não houve violação ao princípio da igualdade, pois o sistema jurídico-constitucional brasileiro concede aos administradores públicos poder discricionário para definir, por via editalícia, independentemente da lei, os limites etários para a participação em concursos.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "A" está errada, vide inteligência da Súmula n° 683 do STF.

B) Correto

A alternativa "B" é a única que se mostra correta vide inteligência da Súmula n° 683 do STF:

> Súmula STF nº 683: O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

C) Errado

A alternativa "C" está errada, vide inteligência da Súmula n° 683 do STF.

D) Errado

A alternativa "D" está errada, vide inteligência da Súmula n° 683 do STF.

Gabarito: Letra B

Fonte de conhecimento jurídico: Jurisprudência.

Questão 17

O Presidente da República, objetivando adotar medidas urgentes para melhorar o desempenho da máquina burocrática pública, solicita delegação ao Congresso Nacional a fim de normatizar, por meio de lei delegada, a tramitação mais eficiente de processos no âmbito da Administração Pública. O Congresso Nacional, embora tenha concordado com o pedido formulado, especifica, por meio de resolução, que o projeto de lei delegada proposto pelo Presidente da República, antes de adentrar o sistema jurídico vigente pela via legal, deverá ser por ele avaliado. O Presidente da República, tendo dúvidas sobre se a condição imposta pelo Poder Legislativo é violadora da ordem jurídicoconstitucional brasileira, solicita esclarecimentos à sua assessoria jurídica. Sobre a exigência do Congresso Nacional, assinale a afirmativa correta.

A) A exigência é constitucional, posto que a CRFB/88 prevê a possibilidade de controle prévio sobre o conteúdo normativo da delegação, quando a resolução assim o previr.

B) A exigência é inconstitucional, posto que a autorização para a edição de lei delegada, quando concedido pelo Congresso Nacional, retira desse órgão qualquer possibilidade de controle sobre o seu conteúdo.

C) A exigência é constitucional, podendo o Parlamento arrogar-se o direito de propor emendas ao conteúdo normativo do projeto de lei proposto pelo Presidente da República.

D) A exigência é inconstitucional, pois a lei delegada é espécie normativa cujo fundamento encontra-se alicerçado no princípio da total independência de um Poder nos assuntos de outro.

Comentário:

A) Correto

A alternativa "A" é a única que se mostra correta, pois a Carta Magna a possibilidade de controle prévio sobre o conteúdo normativo da delegação, quando previsto na resolução, vide inteligência do Art. 68, § 3º:

> Art. 68. As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional.
>
> § 3º Se a resolução determinar a apreciação do projeto pelo Congresso Nacional, este a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

B) Errado

A alternativa "B" está errada, vide inteligência do Art. 68, § 3º da Carta Magna.

C) Errado

A alternativa "C" está errada, vide inteligência do Art. 68, § 3º da Carta Magna.

D) Errado

A alternativa "D" está errada vide inteligência do Art. 68, § 3º da Carta Magna.

Gabarito: Letra A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 18

Parlamentar brasileiro, em viagem oficial, visita o Tribunal Constitucional Federal da Alemanha, recebendo numerosas informações acerca do seu funcionamento e de sua área de atuação. Uma, todavia, chamou especialmente sua atenção: a referida Corte Constitucional reconhecia a possibilidade de alteração da Constituição material - ou seja, de suas normas - sem qualquer mudança no texto formal. Surpreendido com essa possibilidade, procura sua assessoria jurídica a fim de saber se o Supremo Tribunal Federal fazia uso de técnica semelhante no âmbito da ordem jurídica brasileira. A partir da hipótese apresentada, assinale a opção que apresenta a informação dada pela assessoria jurídica.

A) Não. O Supremo Tribunal Federal somente pode reconhecer nova norma no sistema jurídico constitucional a partir de emenda à constituição produzida pelo poder constituinte derivado reformador.

B) Sim. O Supremo Tribunal Federal, reconhecendo o fenômeno da mutação constitucional, pode atribuir ao texto inalterado uma nova interpretação, que expressa, assim, uma nova norma.

C) Não. O surgimento de novas normas constitucionais somente pode ser admitido por intermédio das vias formais de alteração, todas expressamente previstas no próprio texto da Constituição.

D) Sim. O sistema jurídico-constitucional brasileiro, seguindo linhas interpretativas contemporâneas, admite, como regra, a interpretação da Constituição independentemente de limites semânticos concedidos pelo texto.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "A" está incorreta, conforme o estudo do fenômeno da mutação constitucional.

B) Correto

A alternativa "B" é a única que se mostra correta. De acordo com o Poder Constituinte Difuso sendo este o poder que atua na realização **das mutações constitucionais,** que atua no processo informal de alteração da Constituição.

C) Errado

A alternativa "C" está errada, conforme o estudo do fenômeno da mutação constitucional.

D) Errado

A alternativa "D" está errada, conforme o estudo do fenômeno da mutação constitucional.

Gabarito: Letra B

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

Questão 19

Luca nasceu em Nápoles, na Itália, em 1997. É filho de Marta, uma ilustre pintora italiana, e Jorge, um escritor brasileiro. Quando de seu nascimento, seus pais o registraram apenas perante o registro civil italiano. Luca nunca procurou se informar sobre seu direito à nacionalidade brasileira, mas, agora, vislumbrando seu futuro, ele entra em contato com um escritório especializado, a fim de saber se e como poderia obter a nacionalidade brasileira. Assinale a opção que apresenta, em conformidade com a legislação brasileira, o procedimento indicado pelo escritório.

A) Luca não tem direito à nacionalidade brasileira, eis que seu pai não estava ou está a serviço do Brasil.

B) Luca não poderá mais obter a nacionalidade brasileira, tendo em vista que já é maior de idade.

C) Luca tem direito à nacionalidade brasileira, mas, ainda que a obtenha, não será considerado brasileiro nato.

D) Luca deverá ir residir no Brasil e fazer a opção pela nacionalidade brasileira.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "A" está incorreta, vide inteligência do Art. 12, I, letra "a" da Carta Magna.

B) Errado

A alternativa "B" está errada, vide inteligência do Art. 12, I, letra "a" da Carta Magna.

C) Errado

A alternativa "C" está errada, vide inteligência do Art. 12, I, letra "a" da Carta Magna.

D) Correto

A alternativa "D" é a única que se mostra correta, devendo Luca residir no Brasil e realizar a opção de sua nacionalidade, vide inteligência do Art. 12, I, letra "a" da Carta Magna;

> Art. 12. São brasileiros: I - natos: a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país; b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil; **c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007)**

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 20

O governador do estado Alfa, diante de grave crise financeira que assola as contas estaduais, elaborou numerosos projetos de lei para diminuir os gastos públicos e atender ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Dentre esses projetos encontram-se: i) corte de 25% (vinte e cinco por cento) dos cargos em comissão do Poder Executivo; ii) redução dos subsídios e vencimentos dos servidores públicos estáveis em 10% (dez por cento) de seu valor nominal. Com relação à constitucionalidade de tais projetos, assinale a afirmativa correta.

A) Os projetos são constitucionais, porque cabe ao Estado zelar por suas finanças, à luz dos princípios aplicáveis à Administração Pública.
B) O projeto que determina o corte de cargos em comissão é inconstitucional, pois resultará na exoneração dos servidores que os ocupam.
C) O projeto que reduz diretamente os subsídios e vencimentos pagos aos servidores públicos é inconstitucional.
D) Os projetos são inconstitucionais, porque há direito adquirido à imutabilidade de regime jurídico dos servidores públicos.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "A" está incorreta, vide inteligência do Art 169, § 3° e Art. 37, XV da Carta Magna.

B) Errado

A alternativa "B" está errada, vide inteligência do Art 169, § 3° e Art. 37, XV da Carta Magna.

C) Correto

A alternativa "C" é a única que se mostra correta

> Art. 169, § 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:
>
> I - **redução em pelo menos vinte por cento** das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;
>
> Art. 37, XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são **irredutíveis**, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

D) Errado

A alternativa "D" está errada, vide inteligência do Art 169, § 3° e Art. 37, XV da Carta Magna.

Gabarito: Letra C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca



DIREITOS HUMANOS

Questão 20

O país foi tomado por uma onda de manifestações sociais, que produzem grave e iminente instabilidade institucional, de modo que a Presidência da República decretou, e o Congresso Nacional aprovou, o estado de defesa no Brasil. Nesse período, você é procurado(a), como advogado(a), para atuar na causa em que um casal relata que seu filho, João da Silva, de 21 anos, encontra-se desaparecido há cinco dias, desde que foi detido para investigação policial. Os órgãos de segurança afirmam não ter informações acerca do paradeiro dele, embora admitam que ele foi interrogado pela polícia. Ao questionar o procedimento de interrogatório e buscar mais informações sobre o paradeiro de João da Silva junto à Corregedoria da Polícia, você é lembrado de que o país encontra-se sob estado de defesa, existindo, nesse caso, restrição a vários direitos fundamentais. Sobre a hipótese apresentada, com base na Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, assinale a afirmativa correta.

A) A Convenção proíbe que os Estados-Partes decretem qualquer tipo de estado de emergência, incluindo aí o estado de defesa ou o estado de sítio, de forma a evitar a gravíssima violação dos direitos humanos, como é o desaparecimento forçado de João da Silva.

B) O caso de João da Silva ainda não pode ser considerado desaparecimento forçado, porque a Convenção afirma que o prazo para que o desaparecimento forçado seja caracterizado como tal deve ser de pelo menos dez dias, desde a falta de informação ou a recusa a reconhecer a privação de liberdade pelos agentes do Estado.

C) O Conselho de Defesa Nacional deliberou que, mesmo no estado de defesa, as autoridades judiciárias competentes devem ter livre e imediato acesso a todo centro de detenção e às suas dependências, bem como a todo lugar onde houver motivo para crer que se possa encontrar a pessoa desaparecida.

D) O Brasil, como Estado-Parte da Convenção, comprometeu-se a não praticar, nem permitir, nem tolerar o desaparecimento forçado de pessoas, nem mesmo durante os estados de emergência, exceção ou de suspensão de garantias individuais.

Comentários:

O enunciado esclarece que o país se encontra em estado de defesa e relata o desaparecimento de cidadão. Indaga-se acerca do posicionamento do país frente a esta circunstância, com base na Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, positivada através do Decreto nº 8.766/16. Tal disciplina encontra-se no artigo I da mencionada Convenção.

> Artigo I
> Os Estados Partes nesta Convenção comprometem-se a:
> - a. **não praticar, nem permitir, nem tolerar o desaparecimento forçado de pessoas, nem mesmo em estado de emergência, exceção ou suspensão de garantias individuais**;
> - b. punir, no âmbito de sua jurisdição, os autores, cúmplices e encobridores do delito do desaparecimento forçado de pessoas, bem como da tentativa de prática do mesmo;
> - c. cooperar entre si a fim de contribuir para a prevenção, punição e erradicação do desaparecimento forçado de pessoas; e
> - d. tomar as medidas de caráter legislativo, administrativo, judicial ou de qualquer outra natureza que sejam necessárias para cumprir os compromissos assumidos nesta Convenção.

A) Errado

Incorreta a assertiva "A", pois a possibilidade de decretação do estado de defesa encontra-se expressamente prevista no artigo 136 da Constituição Federal.

> Art. 136, CF. O Presidente da República **pode**, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, **decretar estado de defesa** para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e

> determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. (...)

B) Errado

A letra "B" também está incorreta. O texto da Convenção não estipula prazo mínimo para a caracterização do desaparecimento forçado.

> Artigo II
> Para os efeitos desta Convenção, entende-se por desaparecimento forçado a privação de liberdade de uma pessoa ou mais pessoas, seja de que forma for, praticada por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos de pessoas que atuem com autorização, apoio ou consentimento do Estado, seguida de falta de informação ou da recusa a reconhecer a privação de liberdade ou a informar sobre o paradeiro da pessoa, impedindo assim o exercício dos recursos legais e das garantias processuais pertinentes.

C) Errado

Incorreta a alternativa "C", pois, em verdade, o Conselho de Defesa Nacional não possui ingerência sobre essa medida, estando disposta na própria Convenção.

> Artigo X
> Em nenhum caso poderão ser invocadas circunstâncias excepcionais, tais como estado de guerra ou ameaça de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública, para justificar o desaparecimento forçado de pessoas. Nesses casos, será mantido o direito a procedimentos ou recursos judiciais rápidos e eficazes, como meio de determinar o paradeiro das pessoas privadas de liberdade ou seu estado de saúde, ou de identificar a autoridade que ordenou a privação de liberdade ou a tornou efetiva.
> **Na tramitação desses procedimentos ou recursos e de conformidade com o direito interno respectivo, as autoridades judiciárias competentes terão livre e imediato acesso a todo centro de detenção e a cada uma de suas dependências, bem como a todo lugar onde houver motivo para crer que se possa encontrar a pessoa desaparecida, inclusive lugares sujeitos à jurisdição militar.**

D) Correto

Por fim, resta como correta a letra "D", já que reproduz o disposto no artigo I, "a", da Convenção. Logo, os Estados-Partes comprometem-se a não praticar, nem permitir, nem tolerar o desaparecimento forçado de pessoas, nem mesmo em estado de emergência.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 21

Você está advogando em um caso que tramita na Corte Interamericana de Direitos Humanos. O Brasil é parte passiva do processo e, finalmente, foi condenado. A condenação envolve, além da reparação pecuniária pela violação dos direitos humanos, medidas simbólicas de restauração da dignidade da vítima e até mesmo a mudança de parte da legislação interna. Embora a União tenha providenciado o pagamento do valor referente à reparação pecuniária da vítima, há muito tempo permanece inadimplente quanto ao cumprimento das demais obrigações impostas na sentença condenatória proferida pela Corte. Diante disso, assinale a afirmativa correta.

A) É necessário ingressar com medida específica junto ao STF para a homologação da sentença da Corte ou a obtenção do *exequatur*, isto é, a decisão de cumprir, aqui no Brasil, uma sentença que tenha sido proferida por tribunal estrangeiro.

B) Não há nada que possa ser feito, já que não há previsão nem na legislação do Brasil, nem na própria Convenção Americana dos Direitos Humanos sobre algum tipo de medida quando do não cumprimento da sentença da Corte pelo país que se submeteu à sua jurisdição.

C) A execução da sentença pode ser feita diretamente no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, pois essa é uma das atribuições e incumbências previstas no Pacto de São José da Costa Rica para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

D) Pode-se solicitar à Corte que, no seu relatório anual para a Assembleia Geral da OEA, indique o caso em que o Brasil foi condenado, como aquele em que um Estado não deu cumprimento total à sentença da Corte.

Comentários:

A questão relata que há processo tramitando na Corte Interamericana de Direitos Humanos, no qual há condenação do Brasil, indagando acerca das consequências advindas do descumprimento das obrigações impostas na sentença. O regramento da matéria pode ser extraído do artigo 65 da Convenção Americana de Direitos Humanos.

> Artigo 65
> A Corte submeterá à consideração da Assembleia Geral da Organização, em cada período ordinário de sessões, um relatório sobre suas atividades no ano anterior. **De maneira especial, e com as recomendações pertinentes, indicará os casos em que um Estado não tenha dado cumprimento a suas sentenças**.

A) Errado

De pronto, a alternativa "A" está incorreta, pois trata-se de sentença de tribunal internacional, que difere das sentenças de tribunais estrangeiros, as quais, de fato, exigem homologação através do *exequatur.*

B) Errado

Inadequada a redação da assertiva "B", pois, como pode ser lido no artigo acima transcrito, há medidas que podem ser impostas ao país que não cumpre as deliberações da Corte.

C) Errado

Igualmente incorreta a alternativa "C", pois, conforme dispõe o artigo 68 da Convenção, a execução da indenização compensatória respeitará o processo interno.

Artigo 68

1. Os Estados Partes na Convenção comprometem-se a cumprir a decisão da Corte em todo caso em que forem partes.

2. **A parte da sentença que determinar indenização compensatória poderá ser executada no país respectivo pelo processo interno vigente para a execução de sentenças contra o Estado**.

D) Correto

Por outro lado, correta a letra "D". Em consonância com o artigo 65 supramencionado, a Corte pode indicar no relatório à Assembleia-Geral da OEA tal condenação como um dos casos em que um Estado não tenha dado cumprimento a suas sentenças.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca e Doutrina

Questão 22

Seu cliente possui um filho com algum nível de deficiência mental e, após muito tentar, não conseguiu vaga no sistema público de ensino da cidade, uma vez que as escolas se diziam não preparadas para lidar com essa situação. Você já ingressou com a ação judicial competente há mais de dois anos, mas há uma demora injustificada no julgamento e o caso ainda se arrasta nos tribunais. Diante desse quadro, você avalia a possibilidade de apresentar uma petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Tendo em vista o que dispõe a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e seus respectivos protocolos, assinale a afirmativa correta.

A) Considerando a demora injustificada da decisão na jurisdição interna, você pode peticionar à Comissão, pois o direito à Educação é um dos casos de direitos sociais

previstos no Protocolo de São Salvador, que, uma vez violado, pode ensejar aplicação do sistema de petições individuais.

B) Não obstante a demora injustificada da decisão final do Poder Judiciário brasileiro ser uma condição que admite excepcionar os requisitos de admissibilidade para que seja apresentada a petição, o direito à educação não está expressamente previsto nem na Convenção, nem no Protocolo de São Salvador como um caso de petição individual.

C) Apenas a Corte Interamericana de Direitos Humanos pode encaminhar um caso para a Comissão. Portanto, deve ser provocada a jurisdição da Corte. Se esta entender adequado, pode enviar o caso para que a Comissão adote as medidas e providências necessárias para garantir o direito e reparar a vítima, se for o caso.

D) Em nenhuma situação você pode entrar com a petição individual de seu cliente na Comissão Interamericana de Direitos Humanos até que sejam esgotados todos os recursos da jurisdição interna do Brasil.

Comentários:

Questiona-se acerca da possibilidade de representação perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em decorrência de óbice ao acesso à educação de pessoa com deficiência. Ressalte-se que o enunciado esclarece que há ação judicial em curso, porém sem julgamento por longo período. Deve-se, portanto, recorrer ao artigo 46 da Convenção Americana de Direitos Humanos.

> Artigo 46
> 1. Para que uma petição ou comunicação apresentada de acordo com os artigos 44 ou 45 seja admitida pela Comissão, será necessário:
> a. **que hajam sido interpostos e esgotados os recursos da jurisdição interna**, de acordo com os princípios de direito internacional geralmente reconhecidos;
> b. que seja apresentada dentro do prazo de seis meses, a partir da data em que o presumido prejudicado em seus direitos tenha sido notificado da decisão definitiva;
> c. que a matéria da petição ou comunicação não esteja pendente de outro processo de solução internacional; e

> d. que, no caso do artigo 44, a petição contenha o nome, a nacionalidade, a profissão, o domicílio e a assinatura da pessoa ou pessoas ou do representante legal da entidade que submeter a petição.
> 2. **As disposições das alíneas a e b do inciso 1 deste artigo não se aplicarão** quando:
> a. não existir, na legislação interna do Estado de que se tratar, o devido processo legal para a proteção do direito ou direitos que se alegue tenham sido violados;
> b. não se houver permitido ao presumido prejudicado em seus direitos o acesso aos recursos da jurisdição interna, ou houver sido ele impedido de esgotá-los; e
> c. **houver demora injustificada na decisão sobre os mencionados recursos**.

A) Correto

De pronto, correta a letra "A". Conforme previsão do item 2, "c", do artigo 46, em decorrência da demora injustificada e tratando-se de direito à educação, é possível o peticionamento individual à Comissão.

B) Errado

Já a assertiva "B" está incorreta, pois afirma que o direito à educação não está previsto na Convenção ou no Protocolo de São Salvador. Em verdade, trata-se de direito social previsto no Protocolo.

C) Errado

A redação da alternativa "C" vai de encontro ao artigo 44 da Convenção, o qual autoriza qualquer pessoa a peticionar perante a Comissão, portanto, está errada.

> Artigo 44
> **Qualquer pessoa** ou grupo de pessoas, ou entidade não-governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados membros da Organização, **pode apresentar à Comissão petições que contenham denúncias ou queixas de violação desta Convenção** por um Estado Parte.

D) Errado

Por fim, a letra "D" deve ser eliminada, posto que o artigo 46, transcrito linhas acima, prevê hipóteses excepcionais nas quais dispensa-se o esgotamento da jurisdição interna.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO INTERNACIONAL

Questão 23

Walter, estrangeiro, casou-se com Lúcia, por quem se apaixonou quando passou as férias em Florianópolis. O casal tem um filho, Ricardo, de 2 anos. Residente no Brasil há mais de cinco anos, Walter é acusado de ter cometido um crime em outro país. Como o Brasil possui promessa de reciprocidade com o referido país, este encaminha ao governo brasileiro o pedido de extradição de Walter. Nesse caso, o governo brasileiro

A) não pode conceder a extradição, porque Walter tem um filho brasileiro.

B) pode conceder a extradição, por meio de ordem expedida por um juiz federal.

C) pode conceder a extradição, desde que cumpridos os requisitos legais do Estatuto do Estrangeiro.

D) não pode conceder a extradição, pois esta só seria possível se houvesse tratado com o país de origem de Walter.

Comentários:

O enunciado trata da extradição de estrangeiro casado com brasileira, com quem tem um filho. *A priori,* o aluno deve ter em mente a Súmula 421 do STF. Ademais, é importante ressaltar que a legislação conhecida como Estatuto do Estrangeiro foi revogada pela Lei de Migração. O artigo 82 da Lei nº 13.445/17 elenca as hipóteses nas quais não se concederá a extradição.

> Súmula 421/STF
> **Não impede a extradição a circunstância de ser o extraditando casado com brasileira ou ter filho brasileiro**.
>
> Art. 82, Lei nº 13.445/17. Não se concederá a extradição quando:
> I - o indivíduo cuja extradição é solicitada ao Brasil for brasileiro nato;

> II - o fato que motivar o pedido não for considerado crime no Brasil ou no Estado requerente;
> III - o Brasil for competente, segundo suas leis, para julgar o crime imputado ao extraditando;
> IV - a lei brasileira impuser ao crime pena de prisão inferior a 2 (dois) anos;
> V - o extraditando estiver respondendo a processo ou já houver sido condenado ou absolvido no Brasil pelo mesmo fato em que se fundar o pedido;
> VI - a punibilidade estiver extinta pela prescrição, segundo a lei brasileira ou a do Estado requerente;
> VII - o fato constituir crime político ou de opinião;
> VIII - o extraditando tiver de responder, no Estado requerente, perante tribunal ou juízo de exceção; ou
> IX - o extraditando for beneficiário de refúgio, nos termos da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, ou de asilo territorial. (...)

A) Errado

Incorreta a assertiva "A", pois, conforme a redação do enunciado sumular transcrito, essa circunstância não impede a extradição.

B) Errado

A letra "B" também está incorreta, segundo o artigo 90 da Lei de Migração, o qual exige pronunciamento prévio do Supremo Tribunal Federal.

> Art. 90, Lei nº 13.445/17. Nenhuma extradição será concedida sem prévio pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre sua legalidade e procedência, não cabendo recurso da decisão.

C) Correto

A alternativa "C", por sua vez, está correta. Apesar de mencionar o Estatuto do Estrangeiro, a assertiva permanece correta, pois, desde que preenchidos os requisitos legais – elencados, agora, na Lei de Migração -, é possível a extradição na hipótese narrada, ainda que o extraditando tenha filho brasileiro, em consonância com a Súmula 421 do STF transcrita.

D) Errado

Por fim, incorreta a letra "D", já que o enunciado menciona que há promessa de reciprocidade entre os países envolvidos.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 24

Luca nasceu em Nápoles, na Itália, em 1997. É filho de Marta, uma ilustre pintora italiana, e Jorge, um escritor brasileiro. Quando de seu nascimento, seus pais o registraram apenas perante o registro civil italiano. Luca nunca procurou se informar sobre seu direito à nacionalidade brasileira, mas, agora, vislumbrando seu futuro, ele entra em contato com um escritório especializado, a fim de saber se e como poderia obter a nacionalidade brasileira. Assinale a opção que apresenta, em conformidade com a legislação brasileira, o procedimento indicado pelo escritório.

A) Luca não tem direito à nacionalidade brasileira, eis que seu pai não estava ou está a serviço do Brasil.

B) Luca não poderá mais obter a nacionalidade brasileira, tendo em vista que já é maior de idade.

C) Luca tem direito à nacionalidade brasileira, mas, ainda que a obtenha, não será considerado brasileiro nato.

D) Luca deverá ir residir no Brasil e fazer a opção pela nacionalidade brasileira.

Comentários:

Questiona-se acerca da aquisição da nacionalidade brasileira por pessoa nascida no estrangeiro, de pai brasileiro. Essa temática possui regramento constitucional, mais especificamente no artigo 12 da Constituição Federal.

Art. 12, CF. São brasileiros:
I - natos:
a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
c) **os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro** ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou **venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007) (...)

A) Errado

Incorreta a letra "A", pois, ainda que o genitor não esteja a serviço do Brasil, é possível a aquisição da nacionalidade brasileira, nos moldes da alínea "c" transcrita.

B) Errado

Igualmente incorreta a assertiva "B", pois, ainda conforme a alínea "c" mencionada, é possível a obtenção da nacionalidade em tais circunstâncias.

C) Errado

A redação da alternativa "C" também está equivocada, pois, apesar de enunciar a possibilidade de obtenção da nacionalidade, afirma que não se trata de brasileiro nato. Todavia, os que adquirem a nacionalidade desta forma são considerados brasileiros natos, de acordo com o dispositivo constitucional transcrito.

D) Correto

Por fim, resta a letra "D" como correta, posto que, de fato, a aquisição da nacionalidade condiciona-se à residência no Brasil e à opção pela nacionalidade brasileira, em respeito ao artigo 12, I, "c", da Constituição Federal.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO INTERNACIONAL

Questão 25

João e Pedro são, por lei, contribuintes obrigados solidariamente a pagar determinado tributo. Foi publicada lei que isenta os ex-combatentes do pagamento de tal tributo, sendo este o caso pessoal somente de João. Tendo em vista essa situação, assinale a afirmativa correta.

A) Sendo um caso de isenção pessoal, a lei não exonera Pedro, que permanece obrigado a pagar o saldo remanescente, descontada a parcela isenta em favor de João.

B) Pedro ficará totalmente exonerado do pagamento, aproveitando-se da isenção em favor de João.

C) O imposto poderá ser cobrado de Pedro ou de João, pois a solidariedade afasta a isenção em favor deste.

D) Pedro permanece obrigado a pagar integralmente o imposto, nada obstante a isenção em favor de João.

Comentários:

CTN

Art. 124. São solidariamente obrigadas:

I - as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;

II - as pessoas expressamente designadas por lei.

Parágrafo único. A solidariedade referida neste artigo não comporta benefício de ordem.

Art. 125. Salvo disposição de lei em contrário, são os seguintes os efeitos da solidariedade:

I - o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;

II - a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;

III - a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.

A) Correto

Devido ao fato da isenção ser pessoal, está atingirá apenas João, ficando Pedro obrigado a adimplir a parcele que lhe cabe.

B) Errado

A isenção se dá apenas em favor de João, Pedro deve efetuar o recolhimento do tributo normalmente.

C) Errado

A isenção abarca a parcela de João, pois como podemos ver no art 125 II do CTN, a exoneração quando é pessoal, não exonera todos os obrigados da sociedade.

D) Errado

Apesar de ainda permanecer obrigado, Pedro deve efetuar apenas o pagamento que lhe cabe, e não a integralidade do tributo.

Gabarito: Alternativa A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 26

O Município X instituiu taxa a ser cobrada, exclusivamente, sobre o serviço público de coleta, remoção e tratamento de lixo e resíduos provenientes de imóveis. A igreja ABC, com sede no Município X, foi notificada da cobrança da referida taxa. Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) As Igrejas são imunes; portanto, não devem pagar a taxa instituída pelo Município X.

B) A taxa é inconstitucional, pois não é específica e divisível.

C) A taxa é inconstitucional, uma vez que os Municípios não são competentes para a instituição de taxas de serviço público.

D) A taxa é constitucional e as Igrejas não são imunes.

Comentários:

CF

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)

VI - instituir impostos sobre:

(...)

b) templos de qualquer culto;

Súmula 19 STF

A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

A) Errado

A isenção presente no art. 150 inciso VI, se refere apenas aos impostos e não as taxas, sendo assim a igreja deve efetuar o pagamento das taxas.

B) Errado

É específica pois existe um claro serviço a ser prestado, e divisível visto que os domicílios podem ser individualizados.

C) Errado

As taxas estão entre as competências outorgadas pela constituição federal aos municípios.

D) Correto

A taxa é constitucional e as Igrejas não são imunes.

Gabarito: Alternativa D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência

Questão 27

O Município Alfa realizou obras nas praças públicas de determinado bairro, incluindo iluminação e arborização. Tais obras acarretaram a valorização imobiliária de dezenas de residências daquela região. Em decorrência disso, o município instituiu contribuição de melhoria. Sobre a contribuição em questão, segundo o CTN, assinale a afirmativa correta.

A) É inválida, pois deveria ter sido instituída pelo Estado Beta, onde está localizado o Município Alfa.

B) É válida, porque foi instituída para fazer face ao custo de obra pública da qual decorre a valorização imobiliária.

C) É válida, mas poderia ter sido instituída independentemente da valorização dos imóveis dos contribuintes.

D) É inválida, porque deveria ter, como limite individual, o valor global da despesa realizada pelo Poder Público na obra e não a valorização de cada imóvel.

Comentários:

A) Errado

Sendo de competência comum, o Município sendo o responsável pela obra pode instituir a contribuição de melhoria.

B) Correto

É válida, porque foi instituída para fazer face ao custo de obra pública da qual decorre a valorização imobiliária.

C) Errado

A contribuição de melhoria não pode ser instituída se não houver a valorização imobiliária, visto que isto é o seu fato gerador.

D) Errado

É inconstitucional que o pagamento individual pela melhoria seja no montante do valor total da obra, sendo a contribuição limitada a valorização individual do imóvel.

Gabarito: Alternativa D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 28

Por meio da Lei Ordinária nº 123, a União instituiu contribuição não cumulativa destinada a garantir a expansão da seguridade social, utilizando, para tanto, fato gerador e base de cálculo distintos dos discriminados na Constituição da República. A referida lei foi publicada em 1º de setembro de 2015, com entrada em vigor em 2 de janeiro de 2016, determinando o dia 1º de fevereiro do mesmo ano como data de pagamento. Por considerar indevida a contribuição criada pela União, a pessoa jurídica A, atuante no ramo de supermercados, não realizou o seu pagamento, razão pela qual, em 5 de julho de 2016, foi lavrado auto de infração para a sua cobrança. Considerando a situação em comento, assinale a opção que indica o argumento que poderá ser alegado pela contribuinte para impugnar a referida cobrança.

A) A nova contribuição viola o princípio da anterioridade nonagesimal.

B) A nova contribuição viola o princípio da anterioridade anual.

C) A nova contribuição somente poderia ser instituída por meio de lei complementar.

D) A Constituição da República veda a instituição de contribuições não cumulativas.

Comentários:

CF

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

(...)

§ 4º A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.

Comentários:

A) Errado

Sendo publicada em 1º de Setembro, com previsão de início da arrecadação para 2 de janeiro, a lei cumpre o requisito da anterioridade nonagesimal.

B) Errado

Não existe tal princípio em matéria tributária.

C) Correto

A nova contribuição somente poderia ser instituída por meio de lei complementar.

D) Errado

A Constituição não emite nenhuma vedação para a instituição de contribuições não cumulativas.

Gabarito: Alternativa C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 29

O governador do estado Alfa, diante de grave crise financeira que assola as contas estaduais, elaborou numerosos projetos de lei para diminuir os gastos públicos e atender ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Dentre esses projetos encontram-se: i) corte de 25% (vinte e cinco por cento) dos cargos em comissão do Poder Executivo; ii) redução dos subsídios e vencimentos dos servidores públicos estáveis em 10% (dez por cento) de seu valor nominal. Com relação à constitucionalidade de tais projetos, assinale a afirmativa correta.

A) Os projetos são constitucionais, porque cabe ao Estado zelar por suas finanças, à luz dos princípios aplicáveis à Administração Pública.

B) O projeto que determina o corte de cargos em comissão é inconstitucional, pois resultará na exoneração dos servidores que os ocupam.

C) O projeto que reduz diretamente os subsídios e vencimentos pagos aos servidores públicos é inconstitucional.

D) Os projetos são inconstitucionais, porque há direito adquirido à imutabilidade de regime jurídico dos servidores públicos.

Comentários:

CF/88

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:

I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II - exoneração dos servidores não estáveis.

A) Errado

A redução dos salários de servidores públicos é inconstitucional, nos termos do art. 37 §3º da Constituição Federal.

B) Errado

No art. 169 §3º inciso I, prevê a possibilidade de redução das despesas com cargos de comissão e funções de confiança.

C) Correto

Nos termos do Art. 37, inciso XV é consagrada a irredutibilidade dos vencimentos dos servidores públicos.

D) Errado

Apenas o projeto de redução dos vencimentos dos servidores públicos federais é inconstitucional. A redução dos cargos de comissão é previsto pela Constituição Federal.

Gabarito: Alternativa C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca



DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 30

O Município Beta foi assolado por chuvas que provocaram o desabamento de várias encostas, que abalaram a estrutura de diversos imóveis, os quais ameaçam ruir, especialmente se não houver imediata limpeza dos terrenos comprometidos. Diante do iminente perigo público a residências e à vida de pessoas, o Poder Público deve, prontamente, utilizar maquinário, que não consta de seu patrimônio, para realizar as medidas de contenção pertinentes. Assinale a opção que indica a adequada modalidade de intervenção na propriedade privada para a utilização do maquinário necessário.

A) Requisição administrativa.
B) Tombamento.
C) Desapropriação.
D) Servidão administrativa.

Comentário:

A) Correto

Segundo Hely Lopes Meirelles, pode-se dizer que a requisição administrativa é a utilização coativa de bens ou serviços particulares pelo Poder Público por ato de execução imediata e direta da autoridade requisitante e indenização ulterior,

para atendimento de necessidades coletivas urgentes e transitórias. **Por se tratar de medida autoexecutória, não é necessária a intervenção judicial para a sua efetivação.**

B) Errado

Já o tombamento é o procedimento administrativo adotado pelo Poder Público para impor as restrições parciais sobre os bens que, por interesse público, devam ser conservados, por estarem vinculados a fatos memoráveis da história ou por seu excepcional valor arqueológico ou etnológico, bibliográfico ou artístico. Assim, **pode ter como objeto qualquer bem, móvel ou imóvel, privado ou público.**

C) Errado

A desapropriação demonstra ser a forma mais extrema de intervenção do Estado na propriedade particular, pois retira o bem do proprietário, o que não é o caso da questão.

D) Errado

É considerada servidão administrativa, segundo José dos Santos Carvalho Filho, o direito real público que autoriza o Poder Público a usar a propriedade imóvel para permitir a execução de obras e serviços de interesse coletivo. Sendo assim, a propriedade não é retirada do seu titular, mas este é obrigado a consentir que seu imóvel seja usado em prol de um serviço público ou bem afetado a fim da utilidade pública.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

Questão 31

A Administração Federal irá realizar sucessivos contratos de compra de produtos de papelaria, de uso contínuo nos órgãos para os quais os bens estão destinados. Para tanto, pretende fazer uso dos mecanismos legais que melhor atendam ao princípio da eficiência. No caso, acerca da modalidade de licitação a ser adotada, assinale a afirmativa correta.

A) É cabível a utilização do regime diferenciado de contratações públicas (RDC).
B) Deverá ser utilizada a modalidade leilão para cada uma das compras a contratar.
C) É possível o processamento das compras pelo sistema de registro de preços, mediante a utilização da modalidade pregão.
D) É obrigatória a utilização da modalidade convite, independentemente do valor orçado.

Comentário:

A) Errado

O Regime Diferenciado de Contratações Públicas, é aplicável exclusivamente às hipóteses descritas pela Lei 12.642/2011.

B) Errado

Pode-se dizer que o leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados, para a alienação de determinados bens a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação. Ainda, o leilão pode ser utilizado para, dentre outros, a venda de bens móveis inservíveis para a administração. Não é o caso da questão.

C) Correto

Consoante o art. 3º, I, do Decreto nº 7.892/2013, o Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado "quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes". Ou seja, sendo necessária a compra de produtos, de uso contínuo, haverá possibilidade de utilização do Sistema de Registro de Preços que, no caso, será realizado por meio de **pregão**, que é a modalidade de licitação utilizada para **aquisição de bens e serviços comuns, como os produtos de papelaria.**

D) Errado

A modalidade convite é usada nas contratações de pequeno valor. Seu procedimento foi disciplinado através do art. 22, §3, da Lei 8.666/93, constituindo-a como a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados, por meio de carta-convite, em número mínimo de 3 pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até vinte e quatro horas da apresentação das propostas.

Quanto ao valor, utiliza-se a concorrência para grande valor, a tomada de preços para médio valor e o convite para pequeno valor.

A grande ressalva que você deve se atentar é que concorrência também pode ser utilizada nas hipóteses previstas para a tomada de preços e para o convite, assim como a tomada de preços também pode ser usada nos casos de convite. A proibição é justamente o inverso: utilizar o convite nos casos de tomada de preços ou concorrência ou utilizar a tomada de preços nas hipóteses de concorrência.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 32

A Associação Delta se dedica à promoção do voluntariado e foi qualificada como Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos – OSCIP, após o que formalizou termo de parceria com a União, por meio do qual recebeu recursos que aplicou integralmente na realização de suas atividades, inclusive na aquisição de um imóvel, que passou a ser a sede da entidade. Com base nessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

A) A Associação não poderia ter sido qualificada como OSCIP, considerando que o seu objeto é a promoção do voluntariado.
B) A qualificação como OSCIP é ato discricionário da Administração Pública, que poderia indeferi-lo, mesmo que preenchidos os requisitos legais.
C) A qualificação como OSCIP não autoriza o recebimento de recursos financeiros por meio de termo de parceria, mas somente mediante contrato de gestão.
D) A Associação não tem liberdade para alienar livremente os bens adquiridos com recursos públicos provenientes de termo de parceria.

Comentário:

A) Errado

A "promoção do voluntariado" está dentre as qualificações permitidas para a OSCIP, de acordo com o art. 3º, VII, da Lei 9.790/99.

B) Errado

Na forma do art. 1º, §2, da Lei, "a outorga da qualificação prevista neste artigo é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta Lei". Não há discricionariedade da qualificação como OSCIP, não podendo a Administração Pública indeferir o pedido caso preenchidos os requisitos legais. Desta forma, dispõe o art. 1º, §2, que a outorga da qualificação prevista neste artigo é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta Lei.

C) Errado

As Organizações da Sociedade Civil de interesse público – OSCIP's são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por iniciativa de particulares, que desempenham serviços sociais não exclusivos ao Poder Público, com incentivo e fiscalização deste, mediante termo de parceria. O contrato de gestão é exclusivo das Organizações Sociais – OS.

D) Correto

Consoante dispõe o art. 15, da Lei nº 9.790/99, "caso a organização adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, este será gravado com cláusula de inalienabilidade". **Sendo assim, a Associação não tem liberdade para alienar livremente os bens adquiridos com recursos provenientes do termo de parceria.**

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 33

O Município Beta procedeu ao recadastramento de seus servidores efetivos e constatou que 6 (seis) bacharéis em contabilidade exerciam variados cargos na estrutura administrativa, todos providos mediante concurso público. Verificou também que existiam 10 (dez) cargos vagos de auditores fiscais de tributos, decorrentes de aposentadorias havidas nos últimos anos. O Município, considerando a necessidade de incrementar receitas, editou lei reorganizando sua estrutura funcional de modo a reenquadrar aqueles servidores como auditores fiscais de tributos. Com base na hipótese apresentada, acerca do provimento de cargo público, assinale a afirmativa correta.

A) A medida é inválida, porque o provimento originário de cargo efetivo em uma determinada carreira exige concurso público específico.
B) A medida é válida, porque os servidores reenquadrados são concursados, configurando-se na espécie mera transformação de cargos, expressamente prevista na CRFB/88.
C) A medida é inválida, porque o provimento de todo e qualquer cargo faz-se exclusivamente mediante concurso público.
D) A medida é válida, porque os servidores reenquadrados são concursados e não há aumento de despesa, uma vez que os cargos preenchidos já existiam.

Comentário:

A) Correto

A investidura nos cargos públicos depende, em regra, da prévia aprovação em concurso, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, consoante disposto no art. 37, II, da Constituição Federal.

Desta forma, sendo cargo efetivo, é indispensável a aprovação em concurso público para que ocorra sua nomeação. Ainda, nos termos da Súmula Vinculante

43, "é inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido".

Assim, o STF já julgou, na ADI 2.939, que viola "o art. 37, II, da CF o disposto no art. 23 do ADCT do Estado de Minas Gerais, com a redação que lhe foi dada pela EC 45/2000, que determina a incorporação, sem concurso público, de policiais civis em situações específicas à carreira de delegado da polícia".

B) Errado

A transformação de cargos é procedimento administrativo, autorizado em lei, decorrentes de política de pessoal, com o propósito de aprimorar e compatibilizar planos de retri- buição de cargos no serviço público, voltada essa política para a valorização dos servidores, o que não ocorreu no caso concreto. Ademais, segundo Hely Lopes Meirelles, se a transformação implicar em alteração do título e das atribuições do cargo, configura novo provimento, que exige o concurso público.

C) Errado

Atente-se às exceções dos cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração.

D) Errado

Conforme todo o disposto nas explicações acima, resta claro que a medida seria inválida, por não instituir o Concurso Público para provimento dos cargos.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 34

A Agência Nacional do Petróleo – ANP, no exercício do poder de polícia, promoveu diligência, no dia 05/01/2010, junto à sociedade Petrolineous S/A, que culminou na autuação desta por fatos ocorridos naquela mesma data. Encerrado o processo administrativo, foi aplicada multa nos limites estabelecidos na lei de regência. O respectivo crédito não tributário resultou definitivamente constituído em 19/01/2011, e, em 15/10/2015, foi ajuizada a pertinente execução fiscal. Com base na situação hipotética descrita, acerca da prescrição no Direito Administrativo, assinale a afirmativa correta.

A) Operou-se a prescrição para a execução do crédito, considerando o lapso de cinco anos transcorrido entre a data da autuação e a do ajuizamento da ação.
B) Não se operou a prescrição para a execução do crédito, que pode ser cobrado pela administração federal a qualquer tempo.
C) Operou-se a prescrição para a execução do crédito, considerando o lapso de três anos decorrido entre a data de sua constituição definitiva e a do ajuizamento da ação.
D) Não se operou a prescrição para a execução do crédito, considerando o lapso de cinco anos entre a data de sua constituição definitiva e a do ajuizamento da ação prevista na CRFB/88.

Comentário:

A) Errado

Contraria os termos do art. 1º-A, da Lei nº 9.873/99, em que pese a ação de execução da administração pública federal relativa a crédito decorrente de aplicação de multa por infração à legislação em vigor prescreve em 05 anos.

B) Errado

Atentar-se ao "qualquer tempo", pois consoante regra do art. 1º-A, da Lei nº 9.873/99, existe o prazo legal de 05 anos.

C) Errado

O erro da questão encontra-se na indicação de que o prazo prescricional da administração púbica federal é de 03 anos, quando, em verdade, é de 05 anos, conforme explicações acima.

D) Correto

Regra clara constante no art. 1º-A, da Lei nº 9.873/99: "constituído definitivamente o crédito não tributário, após o término regular do processo administrativo, prescreve em 05 anos a ação de execução da administração pública federal relativa a crédito decorrente de aplicação de multa por infração à legislação em vigor". **Sendo assim, não se operou a prescrição para a execução do crédito.**

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO AMBIENTAL

Questão 35

A sociedade empresária Asfalto Joia S/A, vencedora de licitação realizada pela União, irá construir uma rodovia com quatro pistas de rolamento, ligando cinco estados da Federação. Sobre o licenciamento ambiental e o estudo de impacto ambiental dessa obra, assinale a afirmativa correta.

A) Em caso de instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, é exigível a realização de Estudo prévio de Impacto Ambiental (EIA), sem o qual não é possível se licenciar nesta hipótese.

B) O licenciamento ambiental dessa obra é facultativo, podendo ser realizado com outros estudos ambientais diferentes do Estudo prévio de Impacto Ambiental (EIA), visto que ela se realiza em mais de uma unidade da Federação.

C) O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), gerado no âmbito do Estudo prévio de Impacto Ambiental (EIA), deve ser apresentado com rigor científico e linguagem técnica, a fim de permitir, quando da sua divulgação, a informação adequada para o público externo.

D) Qualquer atividade ou obra, para ser instalada, dependerá da realização de Estudo prévio de Impacto Ambiental (EIA), ainda que não seja potencialmente causadora de significativa degradação ambiental.

Comentários:

O enunciado indaga acerca da obrigatoriedade do Estudo de Impacto Ambiental, cuja exigência encontra-se no artigo 225 da Constituição Federal.

> Art. 225, CF. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de

vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
§1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
IV - **exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade**; (...)

A) Correto

De pronto, correta a assertiva "A", pois, conforme dispõe o artigo 225, §1º, IV, da CF, acima transcrito, diante de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, é obrigatória a realização de EIA.

B) Errado

A letra "B", por sua vez, está incorreta. Segundo o dispositivo constitucional transcrito, o EIA é obrigatório.

C) Errado

Incorreta a alternativa "C". O RIMA, diferentemente do EIA, deve ter linguagem acessível, posto que objetiva publicizar o conteúdo do Estudo a todos os interessados.

D) Errado

Por fim, incorreta a letra "D", posto que a obrigatoriedade do EIA está relacionada às atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 36

Tendo em vista a infestação de percevejo-castanho-da-raiz, praga que causa imensos danos à sua lavoura de soja, Nelson, produtor rural, desenvolveu e produziu de forma artesanal, em sua fazenda, agrotóxico que combate a aludida praga. Mesmo sem registro formal, Nelson continuou a usar o produto por meses, o que ocasionou grave intoxicação em Beto, lavrador da fazenda, que trabalhava sem qualquer equipamento de proteção. Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

A) Não há qualquer responsabilidade de Nelson, que não produziu o agrotóxico de forma comercial, mas para uso próprio.

B) Nelson somente responde civilmente pelos danos causados, pelo não fornecimento de equipamentos de proteção a Beto.

C) Nelson responde civil e criminalmente pelos danos causados, ainda que não tenha produzido o agrotóxico com finalidade comercial.

D) Nelson somente responde administrativamente perante o Poder Público pela utilização de agrotóxico sem registro formal.

Comentários:

Cuida-se de questão relacionada à responsabilidade por dano ambiental, cuja disciplina encontra-se no artigo 14 da Lei nº 7.802/89, por se tratar especificamente de agrotóxicos.

> Art. 14, Lei nº 7.802/89. As **responsabilidades administrativa, civil e penal pelos danos causados à saúde das pessoas** e ao meio ambiente, quando a produção, comercialização, utilização, transporte e destinação de embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, não

> cumprirem o disposto na legislação pertinente, cabem: (Redação dada pela Lei nº 9.974, de 2000) (...)
> e) **ao produtor, quando produzir mercadorias em desacordo com as especificações** constantes do registro do produto, do rótulo, da bula, do folheto e da propaganda, ou não der destinação às embalagens vazias em conformidade com a legislação pertinente; (Redação dada pela Lei nº 9.974, de 2000) (...)

A) Errado

Incorreta a letra "A", pois, ainda que a produção tenha se dado para uso próprio, haverá responsabilidade, de acordo com o dispositivo transcrito.

B) Errado

Igualmente incorreta a assertiva "B", pois o *caput* do dispositivo transcrito deixa claro que a responsabilização ocorrerá nas esferas civil e penal.

C) Correto

A alternativa "C", por sua vez, está correta, já que em perfeita consonância com o artigo 14, "e", da Lei nº 7.802/89, devendo o produtor responder civil e criminalmente, ainda que a produção do agrotóxico não tenha fins comerciais.

D) Errado

Por fim, incorreta a letra "D". Como dito linhas acima, em consonância com o *caput* do dispositivo transcrito, o produtor poderá ser responsabilizado tanto na esfera civil quanto penal.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO CIVIL

Questão 37

Ricardo realizou diversas obras no imóvel que Cláudia lhe emprestou: reparou um vazamento existente na cozinha; levantou uma divisória na área de serviço para formar um novo cômodo, destinado a servir de despensa; ampliou o número de tomadas disponíveis; e trocou o portão manual da garagem por um eletrônico.

Quando Cláudia pediu o imóvel de volta, Ricardo exigiu o ressarcimento por todas as benfeitorias realizadas, embora sequer a tenha consultado previamente sobre as obras.

Somente pode-se considerar benfeitoria necessária, a justificar o direito ao ressarcimento,

A) o reparo do vazamento na cozinha.

B) a formação de novo cômodo, destinado a servir de despensa, pelo levantamento de divisória na área de serviço.

C) a ampliação do número de tomadas.

D) a troca do portão manual da garagem por um eletrônico.

Comentários:

Código Civil

Art. 96. As benfeitorias podem ser voluptuárias, úteis ou necessárias.

§ 1º São voluptuárias as de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor.

§ 2º São úteis as que aumentam ou facilitam o uso do bem.

§ 3º São necessárias as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.

A) Correto

Por ser tratar de benfeitoria necessária, com intuito de preservar o bem, o reparo no vazamento da cozinha dá motivo ao ressarcimento.

B) Errado

Quando se trata de benfeitoria útil, não existe a obrigatoriedade de ressarcimento dos custos, como é o caso de novo cômodo para servir de despensa.

C) Errado

Quando se trata de benfeitoria útil, não existe a obrigatoriedade de ressarcimento dos custos.

D) Errado

Quando se trata de benfeitoria útil, não existe a obrigatoriedade de ressarcimento dos custos.

Gabarito: Alternativa A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 38

João e Maria, casados e donos de extenso patrimônio, celebraram contrato de fiança em favor de seu filho, Carlos, contrato este acessório a contrato de locação residencial urbana, com duração de 30 meses, celebrado entre Carlos, locatário, e Marcelo, proprietário do apartamento e locador, com vigência a partir de 1º de setembro de 2015. Contudo, em novembro de 2016, Carlos não pagou o aluguel. Considerando que não houve renúncia a nenhum benefício pelos fiadores, assinale a afirmativa correta.

A) Marcelo poderá cobrar diretamente de João e Maria, fiadores, tendo em vista que eles são devedores solidários do afiançado, Carlos.

B) Marcelo poderá cobrar somente de João, tendo em vista que Maria não é fiadora, mas somente deu a outorga uxória.

C) Marcelo poderá cobrar de Carlos, locatário, mas não dos fiadores, pois não respondem pela dívida do contrato de locação.

D) Marcelo poderá cobrar de João e Maria, fiadores, após tentar cobrar a dívida de Carlos, locatário, tendo em vista que os fiadores são devedores subsidiários.

A questão quer o conhecimento sobre contrato de locação e fiança.

Comentários:

Código Civil

Art. 827. O fiador demandado pelo pagamento da dívida tem direito a exigir, até a contestação da lide, que sejam primeiro executados os bens do devedor.

Parágrafo único. O fiador que alegar o benefício de ordem, a que se refere este artigo, deve nomear bens do devedor, sitos no mesmo município, livres e desembargados, quantos bastem para solver o débito.

A) Errado

Marcelo deve cobrar em primeiro lugar ao locatário, somente após esse que deverá cobrar aos fiadores, respeitando o benefício de ordem.

B) Errado

Marcelo deverá cobrar primeiramente de Carlos, e somente após dos fiadores: João e Maria. Maria também é fiadora, como deixado claro no enunciado.

C) Errado

Marcelo deve cobrar em primeiro lugar ao locatário, somente após esse que deverá cobrar aos fiadores, respeitando o benefício de ordem.

D) Correto

Marcelo poderá cobrar de João e Maria, fiadores, após tentar cobrar a dívida de Carlos, locatário, tendo em vista que os fiadores são devedores subsidiários.

Gabarito: Alternativa D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 39

Antônio, vendedor, celebrou contrato de compra e venda com Joaquim, comprador, no dia 1º de setembro de 2016, cujo objeto era um carro da marca X no valor de R$ 20.000,00, sendo o pagamento efetuado à vista na data de assinatura do contrato. Ficou estabelecido ainda que a entrega do bem seria feita 30 dias depois, em 1º de outubro de 2016, na cidade do Rio de Janeiro, domicílio do vendedor. Contudo, no dia 25 de setembro, uma chuva torrencial inundou diversos bairros da cidade e o carro foi destruído pela enchente, com perda total. Considerando a descrição dos fatos, Joaquim

A) não faz jus à devolução do pagamento de R$ 20.000,00.

B) terá direito à devolução de 50% do valor, tendo em vista que Antônio, vendedor, não teve culpa.

C) terá direito à devolução de 50% do valor, tendo em vista que Antônio, vendedor, teve culpa.

D) terá direito à devolução de 100% do valor, pois ainda não havia ocorrido a tradição no momento do perecimento do bem.

Comentários:

Código Civil:

Art. 233. A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.

Art. 234. Se, no caso do artigo antecedente, a coisa se perder, sem culpa do devedor, antes da tradição, ou pendente a condição suspensiva, fica resolvida a obrigação para

ambas as partes; se a perda resultar de culpa do devedor, responderá este pelo equivalente e mais perdas e danos.

A) Errado

Joaquim faz jus a devolução do crédito, visto que não deu causa a perda da coisa. A resolução nesse caso visa voltar as partes ao estado anterior ao contrato.

B) Errado

A devolução deve ser de 100% do valor, mesmo Antônio não possuindo culpa pela causa que ensejou a perda do bem.

C) Errado

A devolução deve ser de 100% do valor, mesmo Antônio não possuindo culpa pela causa que ensejou a perda do bem.

D) Correto

Terá direito à devolução de 100% do valor, pois ainda não havia ocorrido a tradição no momento do perecimento do bem.

Gabarito: Alternativa D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 40

Festas Ltda., compradora, celebrou, após negociações paritárias, contrato de compra e venda com Chocolates S/A, vendedora. O objeto do contrato eram 100 caixas de chocolate, pelo preço total de R$ 1.000,00, a serem entregues no dia 1º de novembro de 2016, data em que se comemorou o aniversário de 50 anos de existência da sociedade. No contrato, estava prevista uma multa de R$ 1.000,00 caso houvesse atraso na entrega. Chocolates S/A, devido ao excesso de encomendas, não conseguiu entregar as caixas na data combinada, mas somente dois dias depois. Festas Ltda., dizendo que a comemoração já havia acontecido, recusou-se a receber e ainda cobrou a multa. Por sua vez, Chocolates S/A não aceitou pagar a multa, afirmando que o atraso de dois dias não justificava sua cobrança e que o produto vendido era o melhor do mercado. Sobre os fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

A) Festas Ltda. tem razão, pois houve o inadimplemento absoluto por perda da utilidade da prestação e a multa é uma cláusula penal compensatória.

B) Chocolates S/A não deve pagar a multa, pois a cláusula penal, quantificada em valor idêntico ao valor da prestação principal, é abusiva.

C) Chocolates S/A adimpliu sua prestação, ainda que dois dias depois, razão pela qual nada deve a título de multa.

D) Festas Ltda. só pode exigir 2% de multa (R$ 20,00), teto da cláusula penal, segundo o Código de Defesa do Consumidor.

Comentários:

Código Civil:

Art. 409. A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora.

Art. 410. Quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do credor.

Art. 412. O valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal.

A) Correto

Festas S/A tem razão, visto que com o não adimplemento da obrigação nos termos do contrato firmado entre as partes, a empresa faz jus a multa contratual no valor integral do contrato;

B) Errada

A multa deve ser paga sim, pois o valor da cláusula penal está dentro do que preceitua a lei, visto que não excede o valor da obrigação principal.

C) Errada

Chocolates S/A não adimpliu sua prestação, razão pela qual deve pagar a multa.

D) Errada

Nos termos da Lei, Festas/AS pode exigir a integralidade da multa contratual, visto que o valor não excede o da obrigação principal.

Gabarito: Alternativa A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 41

André é motorista da transportadora Via Rápida Ltda. Certo dia, enquanto dirigia um ônibus da empresa, se distraiu ao tentar se comunicar com um colega, que dirigia outro coletivo ao seu lado, e precisou fazer uma freada brusca para evitar um acidente. Durante a manobra, Olívia, uma passageira do ônibus, sofreu uma queda no interior do veículo, fraturando o fêmur direito. Além do abalo moral, a passageira teve despesas médicas e permaneceu por semanas sem trabalhar para se recuperar da fratura. Olívia decide, então, ajuizar ação indenizatória pelos danos morais e materiais sofridos. Em referência ao caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) Olívia deve, primeiramente, ajuizar a ação em face da transportadora, e apenas demandar André se não obtiver a reparação pretendida, pois a responsabilidade do motorista é subsidiária.

B) Olívia pode ajuizar ação em face da transportadora e de André, simultânea ou alternativamente, pois ambos são solidariamente responsáveis.

C) Olívia apenas pode demandar, nesse caso, a transportadora, mas esta terá direito de regresso em face de André, se for condenada ao dever de indenizar.

D) André e a transportadora são solidariamente responsáveis e podem ser demandados diretamente por Olívia, mas aquele que vier a pagar a indenização não terá regresso em face do outro.

Comentários:

Código Civil

Art. 942. Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.

Parágrafo único. São solidariamente responsáveis com os autores os coautores e as pessoas designadas no art. 932.

Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil:

III - o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele;

Art. 934. Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.

A) Errado

Existe a possibilidade de Olívia ajuizar ação em face da transportadora de André, visto que ambos são solidariamente responsáveis.

B) Correto

Olívia pode ajuizar ação em face da transportadora e de André, simultânea ou alternativamente, pois ambos são solidariamente responsáveis.

C) Errado

Existe a possibilidade de Olívia ajuizar ação em face da transportadora de André, visto que ambos são solidariamente responsáveis. A transportadora terá direito de regresso em face de André, se for condenada ao dever de indenizar.

D) Errado

André e a transportadora são solidariamente responsáveis e podem ser demandados diretamente por Olívia. Com tudo, apenas a transportadora possui direito de regresso em face de André e não o contrário.

Gabarito: Alternativa B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 42

Clara e Sérgio são casados pelo regime da comunhão parcial de bens. Durante o casamento, o casal adquiriu onerosamente um apartamento e Sérgio herdou um sítio de seu pai. Sérgio morre deixando, além de Clara, Joaquim, filho do casal. Sobre os direitos de Clara, segundo os fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

A) Clara é herdeira do apartamento, em concorrência com Joaquim.

B) Clara é meeira no apartamento e herdeira do sítio, em concorrência com Joaquim.

C) Clara é herdeira do apartamento e do sítio, em concorrência com Joaquim.

D) Clara é meeira no sítio e herdeira do apartamento, em concorrência com Joaquim.

Comentários:

Código Civil:

Art. 1.659. Excluem-se da comunhão:

I - os bens que cada cônjuge possuir ao casar, e os que lhe sobrevierem, na constância do casamento, por doação ou sucessão, e os sub-rogados em seu lugar;

Art. 1.660. Entram na comunhão:

I - os bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, ainda que só em nome de um dos cônjuges;

Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte:

I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares;

Enunciado 270 da III Jornada de Direito Civil:

O art. 1.829, inc. I, só assegura ao cônjuge sobrevivente o direito de concorrência com os descendentes do autor da herança quando casados no regime da separação convencional de bens ou, se casados nos regimes da comunhão parcial ou participação final nos aquestos, o falecido possuísse bens particulares, hipóteses em que a concorrência se restringe a tais bens, devendo os bens comuns (meação) ser partilhados exclusivamente entre os descendentes.

Alternativas:

A) Errado

Clara se configura como meeira do apartamento, devido ao regime de bens adotado. Joaquim é herdeiro de outra parte do apartamento, em direito próprio

B) Correto

Clara é meeira no apartamento e herdeira do sítio, em concorrência com Joaquim.

C) Errado

Clara é meeira do apartamento, em razão do regime de bens, e herdeira do sítio em concorrência com Joaquim.

D) Errado

Clara herda o sítio, e é meeira do apartamento. Concorrendo com Joaquim como herdeira do sítio.

Gabarito: Alternativa B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 43

George vende para Marília um terreno não edificado de sua propriedade, enfatizando a existência de uma "vista eterna para a praia" que se encontra muito próxima do imóvel, mesmo sem qualquer documento comprovando o fato. Marília adquire o bem, mas, dez anos após a compra, é surpreendida com a construção de um edifício de vinte andares exatamente entre o seu terreno e o mar, impossibilitando totalmente a vista que George havia prometido ser eterna. Diante do exposto e considerando que a construção do edifício ocorreu em um terreno de terceiro, assinale a afirmativa correta.

A) Uma vez transcorrido o prazo de 10 anos, Marília pode pleitear o reconhecimento da usucapião da servidão de vista.

B) Mesmo sem registro, Marília pode ser considerada titular de uma servidão de vista por destinação de George, o antigo proprietário do terreno.

C) Mesmo sendo uma servidão aparente, as circunstâncias do caso não permitem a usucapião de vista.

D) Sem que tenha sido formalmente constituída, não é possível reconhecer servidão de vista em favor de Marília.

Comentários:

Código Civil:

Art. 1.378. A servidão proporciona utilidade para o prédio dominante, e grava o prédio serviente, que pertence a diverso dono, e constitui-se mediante declaração expressa dos proprietários, ou por testamento, e subsequente registro no Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 1.379. O exercício incontestado e contínuo de uma servidão aparente, por dez anos, nos termos do art. 1.272, autoriza o interessado a registrá-la em seu nome no Registro de Imóveis, valendo-lhe como título a sentença que julgar consumado a usucapião.

Parágrafo único. Se o possuidor não tiver título, o prazo da usucapião será de vinte anos.

A) Errado

A constituição da servidão necessita expresso reconhecimento por parte dos donos, registrando a intenção no cartório de registro de imóveis.

B) Errado

Não existe a possibilidade da configuração da servidão sem registro expresso em cartório.

C) Errado

Não existe a possibilidade da configuração da servidão sem registro expresso em cartório.

D) Correto

Sem que tenha sido formalmente constituída, não é possível reconhecer servidão de vista em favor de Marília.

Gabarito: Alternativa D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

ECA

Questão 44

João, criança de 07 anos de idade, perambulava pela rua sozinho, sujo e com fome, quando, por volta das 23 horas, foi encontrado por um guarda municipal, que resolve encaminhá- lo diretamente para uma entidade de acolhimento institucional, que fica a 100 metros do local onde ele foi achado. João é imediatamente acolhido pela entidade em questão. Sobre o procedimento adotado pela entidade de acolhimento institucional, de acordo com o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a afirmativa correta.

A)A entidade pode regularmente acolher crianças e adolescentes, independentemente de determinação da autoridade competente e da expedição de guia de acolhimento.

B)A entidade somente pode acolher crianças e adolescentes encaminhados pela autoridade competente por meio de guia de acolhimento.

C)A entidade pode acolher regularmente crianças e adolescentes sem a expedição da guia de acolhimento apenas quando o encaminhamento for feito pelo Conselho Tutelar.

D)A entidade pode, em caráter excepcional e de urgência, acolher uma criança sem determinação da autoridade competente e guia de acolhimento, desde que faça a comunicação do fato à autoridade judicial em até 24 horas.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "A" está errada vide inteligência do Art. 93 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

B) Errado

A alternativa "B" está errada vide inteligência do Art. 93 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

C) Errado

A alternativa "C" está errada vide inteligência do Art. 93 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

D) Correto

A alternativa "D" é a única que mostra correta vide inteligência do Art. 93 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

> Art. 93. As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade.

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 45

2)João, maior, e sua namorada Lara, com 14 anos de idade, são capturados pela polícia logo após praticarem crime de roubo, majorado pelo emprego de arma de fogo. O Juízo da Infância e da Juventude aplicou a medida socioeducativa de internação para Lara, ressaltando que a adolescente já sofrera a medida de semiliberdade pela prática de ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas. O Juízo Criminal condenou João pelo crime de roubo em concurso com corrupção de menores. João apela da condenação pelo crime de corrupção de menores, sob o argumento de Lara não ser mais uma criança, bem como alegando que ela já está corrompida. Com base no caso apresentado, assiste razão à defesa de João?

A)Não, pois é irrelevante o fato de Lara já ter sofrido medida socioeducativa.

B)Não, pois Lara ainda é uma criança.

C)Sim, já que o crime de corrupção de menores exige que o menor não esteja corrompido.

D)Sim, visto que no crime de corrupção de menores, a vítima tem que ser uma criança.

Comentário:

A) Correto

A alternativa "A" é a única que se mostra correta, vide inteligência do Art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente;

> Art. 244-B. Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)
>
> Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 1 o Incorre nas penas previstas no caput deste artigo quem pratica as condutas ali tipificadas utilizando-se de quaisquer meios eletrônicos, inclusive salas de bate-papo da internet. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 2 o As penas previstas no caput deste artigo são aumentadas de um terço no caso de a infração cometida ou induzida estar incluída no rol do art. 1 o da Lei n o 8.072, de 25 de julho de 1990 . (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Além disso, faz-se mister ressaltar a Súmula nº 500 STJ: "A configuração do crime do art. 244-B do ECA independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal."

B) Errado

A alternativa "B" está errada, vide inteligência do Art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.

C) Errado

A alternativa "C" está errada, vide inteligência do Art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.

D) Errado

A alternativa "D" está errada, vide inteligência do Art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Gabarito: Letra A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO DO CONSUMIDOR

Questão 46

Alvina, condômina de um edifício residencial, ingressou com ação para reparação de danos, aduzindo falha na prestação dos serviços de modernização dos elevadores. Narrou ser moradora do 10º andar e que hospedou parentes durante o período dos festejos de fim de ano. Alegou que o serviço nos elevadores estava previsto para ser concluído em duas semanas, mas atrasou mais de seis semanas, o que implicou falta de elevadores durante o período em que recebeu seus hóspedes, fazendo com que seus convidados, todos idosos, tivessem que utilizar as escadas, o que gerou transtornos e dificuldades, já que os hóspedes deixaram de fazer passeios e outras atividades turísticas diante das dificuldades de acesso. Sentindo-se constrangida e tendo que alterar todo o planejamento de atividades para o período, Alvina afirmou ter sofrido danos extrapatrimoniais decorrentes da mora do fornecedor de serviço, que, ainda que regularmente notificado pelo condomínio, quedou-se inerte e não apresentou qualquer justificativa que impedisse o cumprimento da obrigação de forma tempestiva. Diante da situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

A)Existe relação de consumo apenas entre o condomínio e o fornecedor de serviço, não tendo Alvina legitimidade para ingressar com ação indenizatória, por estar excluída da cadeia da relação consumerista.

B)Inexiste relação consumerista na hipótese, e sim relação contratual regida pelo Código Civil, tendo a multa contratual pelo atraso na execução do serviço cunho indenizatório, que deve servir a todos os condôminos e não a Alvina, individualmente.

C)Existe relação de consumo, mas não cabe ação individual, e sim a perpetrada por todos os condôminos, em litisconsórcio, tendo como objeto apenas a cobrança de multa contratual e indenização coletiva.

D)Existe relação de consumo entre a condômina e o fornecedor, com base da teoria finalista, podendo Alvina ingressar individualmente com a ação indenizatória, já que é destinatária final e quem sofreu os danos narrados.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "A" está errada, vide inteligência do Art. 2° do Código de Defesa do Consumidor.

B) Errado

A alternativa "B" está errada, vide inteligência do Art. 2° do Código de Defesa do Consumidor.

C) Errado

A alternativa "C" está errada vide inteligência, do Art. 2° do Código de Defesa do Consumidor.

D) Correto

A alternativa "D" é a única que se mostra correta, pois segundo entendimento doutrinário o CDC adota a Teoria Finalista expressamente no Art. 2°:

> Art. 2° Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina e Lei Seca.

Questão 47

Mário firmou contrato de seguro de vida e acidentes pessoais, apontando como beneficiários sua esposa e seu filho. O negócio foi feito via telemarketing, com áudio gravado, recebendo informações superficiais a respeito da cobertura completa a partir do momento da contratação, atendido pequeno prazo de carência em caso de morte ou invalidez parcial e total, além do envio de brindes em caso de contratação imediata. Mário contratou o serviço na mesma oportunidade por via telefônica, com posterior envio de contrato escrito para a residência do segurado. Mário veio a óbito noventa dias após a contratação. Os beneficiários de Mário, ao entrarem em contato com a seguradora, foram informados de que não poderiam receber a indenização securitária contratada, que ainda estaria no período de carência, ainda que a operadora de telemarketing, que vendeu o seguro para Mário, garantisse a cobertura. Verificando o contrato, os beneficiários perceberam o engano de compreensão da informação, já que estava descrito haver período de carência para o evento morte "nos termos da lei civil". Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

A)A informação foi clara por estar escrita, embora mencionada superficialmente pela operadora de telemarketing, e o período de carência é lícito, mesmo nas relações de consumo.

B)A fixação do período de carência é lícita, mesmo nas relações de consumo. Todavia, a informação prestada quanto ao prazo de carência, embora descrita no contrato, não foi clara o suficiente, evidenciando, portanto, a vulnerabilidade do consumidor.

C)A falta de informação e o equívoco na imposição de prazo de carência não são admitidas nas relações de consumo, e sim nas relações genuinamente civilistas.

D)O dever de informação do consumidor foi respeitado, na medida em que estava descrito no contrato, sendo o período de carência instituto ilícito, por se tratar de relação de consumo.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "A" está errada vide inteligência do Art. 6° do Código de Defesa do Consumidor e Art.797 do CC.

B) Correto

A alternativa "B" é a única que se mostra correta, pois é lícito a fixação de carência vide inteligência do Art.797 do CC:

> Art. 797. No seguro de vida para o caso de morte, é lícito estipular-se um prazo de carência, durante o qual o segurador não responde pela ocorrência do sinistro.
>
> Parágrafo único. No caso deste artigo o segurador é obrigado a devolver ao beneficiário o montante da reserva técnica já formada.

Ademais, toda informação no contrato deve ser clara ao consumidor, conforme preconiza o Art. 6° do Código de Defesa do Consumidor:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

C) Errado

A alternativa "C" está errada vide inteligência do Art. 6° do Código de Defesa do Consumidor e Art.797 do CC.

D) Errado

A alternativa "D" está errada vide inteligência do Art. 6° do Código de Defesa do Consumidor e Art.797 do CC.

Gabarito: Letra B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO EMPRESARIAL

Questão 48

Fagundes e Pilar são noivos e pretendem se casar adotando o regime de separação de bens mediante celebração de pacto antenupcial. Fagundes é empresário individual e titular do estabelecimento Borracharia Dona Inês Ltda. ME.

Celebrado o pacto antenupcial entre os nubentes, o advogado contratado por Fagundes providenciará o arquivamento e a averbação do documento

A) no Registro Público de Empresas Mercantis e a publicação na imprensa oficial.
B) no Registro Público de Empresas Mercantis e no Registro Civil de Pessoas Naturais.
C) no Registro Civil de Pessoas Naturais e a publicação na imprensa oficial.
D) no Registro Público de Empresas Mercantis e no Registro Civil de Títulos e Documentos.

Comentário:

A) Errado

Quando se trata de empresário individual, não há não há separação patrimonial entre os bens do particular e bens destinados à sociedade empresarial. Dessa forma, qualquer ato que possa ter repercussão patrimonial deverá ser arquivado na junta comercial e no cartório de pessoa natural, de acordo com o Código Civil:

> Art. 979. Além de no **Registro Civil**, serão arquivados e averbados, no **Registro Público de Empresas Mercantis**, os **pactos e declarações antenupciais** do empresário, o título de doação, herança, ou legado, de bens clausulados de incomunicabilidade ou inalienabilidade.

Sendo assim, é preciso que haja o arquivamento e averbação tanto no âmbito cível (Registro Civil de Pessoas Naturais) quanto no empresarial (Registro Público de Empresas Mercantis).

B) Correto

Está de acordo com o art. 979 do Código Civil.

C) Errado

Está em desacordo com o art. 979 do Código Civil.

C) Errado

Está em desacordo com o art. 979 do Código Civil.

Gabarito: Letra B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 49

Matheus, empresário individual, pretende alugar um imóvel para instalar seu estabelecimento e nele localizar seu ponto empresarial. Antes de celebrar o contrato, ele procura você para, como advogado(a), informar-lhe sobre aspectos concernentes à locação não residencial.

Sobre a locação não residencial, assinale a afirmativa correta.

A) Na ação de despejo que tiver por fundamento exclusivo o término do prazo contratual, tendo sido proposta a ação em até 30 dias do cumprimento de notificação ao locatário comunicando o intento de retomada, será concedida liminar para desocupação em quinze dias, ouvida a parte contrária e se prestada caução pelo autor no valor equivalente a dois meses de aluguel.

B) Na locação não residencial de imóvel urbano, na qual o locador procede à prévia aquisição do imóvel especificado pelo pretendente à locação, a fim de que seja a este locado por prazo determinado, poderá ser convencionado no contrato a renúncia ao direito de revisão do valor dos aluguéis durante o prazo de vigência do contrato.

C) Nas locações de espaço em shopping centers, o locador poderá recusar a renovação do contrato pleiteada pelo locatário se o imóvel vier a ser utilizado pelo locador, que não poderá ser destinado ao uso no mesmo ramo da atividade do locatário.

D) Nas locações por prazo determinado de imóveis utilizados por estabelecimentos de ensino autorizados e fiscalizados pelo Poder Público, o contrato poderá ser rescindido por denúncia do locador, a qualquer tempo, independentemente de notificação ou aviso.

Comentário:

A) Errado

A alternativa está em desacordo com o art. Art. 59, §1º, VIII da Lei 8245/91:

> art. 59. Conceder - se - á liminar para desocupação em quinze dias, independentemente da audiência da parte contrária e desde que prestada a

caução no valor equivalente **a três meses de aluguel**, nas ações que tiverem por fundamento exclusivo (...)

VIII - o término do prazo da locação não residencial, tendo sido proposta a ação em até 30 (trinta) dias do termo ou do cumprimento de notificação comunicando o intento de retomada;

B) Correto

Está de acordo com o art. 54-A da Lei 8245/91, inovação trazida pela Lei 12.744/12.

C) Errado

Está em desacordo com a previsão do art. 52, II, §2º da Lei 8245/91:

Art. 52. O locador não estará obrigado a renovar o contrato se: [...]
II - o imóvel vier a ser utilizado por ele próprio ou para transferência de fundo de comércio existente há mais de um ano, sendo detentor da maioria do capital o locador, seu cônjuge, ascendente ou descendente.
1º Na hipótese do inciso II, o imóvel não poderá ser destinado ao uso do mesmo ramo do locatário, salvo se a locação também envolvia o fundo de comércio, com as instalações e pertences.
2º Nas locações de espaço em shopping centers, o locador não poderá recusar a renovação do contrato com fundamento no inciso II deste artigo.

D) Errado

A alternativa está em desacordo com o art. 53 da Lei 8245/91:

Art. 53 - Nas locações de imóveis utilizados por hospitais, unidades sanitárias oficiais, asilos, estabelecimentos de saúde e de ensino autorizados e fiscalizados pelo Poder Público, bem como por entidades religiosas devidamente registradas, **o contrato somente poderá ser rescindido**: I - Nos casos do art. 9: (I - por mútuo acordo; II - em decorrência da prática de infração legal ou contratual; III - em decorrência da falta de pagamento do aluguel e demais encargos; IV - para a realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não

possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou, podendo, ele se recuse a consenti - las). II - se o proprietário, promissário comprador ou promissário cessionário, em caráter irrevogável e imitido na posse, com título registrado, que haja quitado o preço da promessa ou que, não o tendo feito, seja autorizado pelo proprietário, pedir o imóvel para demolição, edificação, licenciada ou reforma que venha a resultar em aumento mínimo de cinqüenta por cento da área útil.

Gabarito: Letra B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 50

Mauriti & Cia Ltda. celebrou contrato de alienação fiduciária em garantia com a sociedade empresária Gama.

Com a decretação de falência da fiduciante, o advogado da fiduciária pleiteou a restituição do bem alienado, sendo informado pelo administrador judicial que o bem se encontrava na posse do falido na época da decretação da falência, porém não foi encontrado para ser arrecadado.

Considerando os fatos narrados, o credor fiduciário terá direito à restituição em dinheiro do valor da avaliação do bem atualizado?

A) Não, em razão de este não ter sido encontrado para arrecadação.
B) Sim, devendo, para tanto, habilitar seu crédito na falência como quirografário.
C) Sim, mesmo que o bem alienado não mais exista ao tempo do pedido de restituição ou que não tenha sido arrecadado.

D) Não, por não ter a propriedade plena do bem alienado fiduciariamente, e sim resolúvel.

Comentário:

A) Errado

A questão aponta um caso de alienação fiduciária, em que a Mauriti & Cia Ltda. é a fiduciante, tendo a propriedade direta do bem alienado e a sociedade empresária Gama é a fiduciária, tendo a propriedade do bem que está sujeita uma condição, o pagamento do empréstimo pela fiduciante, ou seja, é resolutiva.

No caso, a fiduciante Mauriti & Cia Ltda. faliu, e o bem alienado que estava em sua posse não foi encontrado pelo administrador judicial na arrecadação. Nesse sentido, observe os dispositivos da Lei 11.101/05:

> Art. 85. O **proprietário de bem arrecadado** no processo de falência ou que se encontre em poder do devedor na data da decretação da falência poderá pedir sua **restituição**.
>
> Parágrafo único. Também pode ser pedida a restituição de coisa vendida a crédito e entregue ao devedor nos 15 (quinze) dias anteriores ao requerimento de sua falência, se ainda não alienada.
>
> Art. 86. Proceder-se-á à **restituição em dinheiro**:
>
> I - **se a coisa não mais existir ao tempo do pedido de restituição**, hipótese em que o requerente receberá o valor da avaliação do bem, ou, no caso de ter ocorrido sua venda, o respectivo preço, em ambos os casos no valor atualizado;

Com fulcro no art. 86, I, tem-se que é possível a restituição em dinheiro no caso do bem não ter sido encontrado.

B) Errado

Quando é arrecadado bem de propriedade de outra pessoa, esta não precisa habilitar seu crédito na falência, apenas interpor ação de restituição.

C) Correto

Está de acordo com o art. 86, I da Lei 11.101/05.

D) Errado

A sociedade empresária Gama tem a propriedade plena do bem alienado, apesar de ela ser resolúvel em face do pagamento do empréstimo pela fiduciante.

Gabarito: Letra C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina

Questão 52

Luiz emitiu uma nota promissória em favor de Jerônimo. No momento da emissão, ele não inseriu a quantia nem o lugar de pagamento. Na data do vencimento, o subscritor foi procurado por um procurador do beneficiário, que lhe exibiu a cártula com endosso-mandato e exigiu o pagamento.

Luiz verificou, então, que o título havia sido preenchido abusivamente, pois constava o valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), quando o correto seria R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), e o lugar de pagamento era diverso de seu domicílio, em Cachoeiro de Itapemirim, ES.

Procurado pelo devedor para analisar o caso e ciente de que o pagamento não foi realizado por ele, você, como advogado(a), responde que

A) é possível alegar em juízo, com êxito, a nulidade do título, em razão de o lugar de pagamento ser domicílio diverso do subscritor, caracterizando má-fé do portador atual.

B) não é possível ao subscritor se recusar validamente ao pagamento diante da autonomia das obrigações cambiárias e do endosso-mandato realizado na cártula.

C) é possível ao subscritor da nota promissória opor exceção pessoal ao beneficiário Jerônimo quanto ao conteúdo literal do título, diante do preenchimento abusivo.

D) não é possível a oposição de exceção ao pagamento, porque o subscritor da nota promissória é equiparado ao aceitante da letra de câmbio e, como tal, obriga-se a pagar na data do vencimento.

Comentário:

A) Errado

O título de crédito possui autonomia (abstração e iponibilidade das exceções pessoais ao 3º de boa fé) quando circula.

No caso da questão, não houve endosso próprio (instrumento cambiário para transferir o crédito), mas endosso-mandato (mera procuração para que outra pessoa exerça o direito do título em nome do credor), ou seja, o título não circulou.

Sendo assim, a regra apontada não se aplica, uma vez que não houve circulação perante terceiro.

B) Errado

A regra da alternativa só se aplica quando há circulação do título de crédito. Como não houve, a alternativa está incorreta.

C) Correto

Está de acordo com o Decreto nº 57.663.

D) Errado

A regra da alternativa só se aplica quando há circulação do título de crédito. Como não houve, a alternativa está incorreta.

Gabarito: Letra C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 51

A instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica foi requerida em um processo de execução por título extrajudicial. O advogado do executado manifestou-se contrariamente ao pedido, sob a alegação de cerceamento de defesa de seu cliente, somente cabendo a desconsideração se requerida em ação de conhecimento ajuizada especificamente contra o sócio da sociedade empresária devedora. Sobre a argumentação acima, assinale a afirmativa correta.

A) Procede, porque o pressuposto para a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica é sempre a conduta ilícita do sócio perpetrada por meio da personalidade da pessoa jurídica; portanto, é imprescindível a demonstração cabal da culpa em ação de conhecimento.

B) Procede, porque o requerimento de instauração do incidente de desconsideração deve demonstrar o preenchimento dos pressupostos legais específicos, dentre eles o desvio de finalidade da pessoa jurídica, que só pode ser feito em ação de conhecimento, onde estarão preservados o contraditório e a ampla defesa.

C) Não procede, porque, ao contrário do afirmado pelo advogado, o incidente de desconsideração só é cabível no cumprimento de sentença e na execução de título executivo extrajudicial, pois, no processo de conhecimento, a desconsideração só pode ser decretada na sentença de mérito.

D) Não procede, porque o incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

Comentários:

O enunciado questiona acerca do incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Modalidade de intervenção de terceiros disciplinada nos artigos 133 a 137 do Código de Processo Civil. Suas hipóteses de cabimento, mais especificamente, encontram-se no artigo 134 do CPC.

> Art. 134, CPC. O incidente de desconsideração é **cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial**.
> §1º A instauração do incidente será imediatamente comunicada ao distribuidor para as anotações devidas.
> §2º Dispensa-se a instauração do incidente se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.
> §3º A instauração do incidente suspenderá o processo, salvo na hipótese do §2º.
> §4º O requerimento deve demonstrar o preenchimento dos pressupostos legais específicos para desconsideração da personalidade jurídica.

A) Errado

De pronto, pode-se eliminar a alternativa "A", pois não possui qualquer respaldo legal. Para a desconsideração, o ordenamento exige apenas o abuso da personalidade jurídica, não necessariamente oriunda de ato ilícito.

> Art. 50, CC. Em caso de **abuso da personalidade jurídica**, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, **desconsiderá-la** para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso. (Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019) (...)

B) Errado

Também incorreta a letra "B". De fato, para se efetivar a desconsideração é necessário demonstrar o preenchimento dos requisitos legais, mencionados linhas acima. Todavia, tal demonstração não se restringe à ação de conhecimento, como apontado no enunciado.

C) Errado

A assertiva "C" encontra-se igualmente equivocada, posto que afronta o artigo 134, *caput,* transcrito linhas acima, não se restringindo a desconsideração ao cumprimento de sentença e a execução de título extrajudicial.

D) Correto

Por fim, adequada a redação da alternativa "D", já que perfeitamente condizente com o dispositivo transcrito, ao aventar o cabimento do incidente de desconsideração da personalidade jurídica em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 53

Jorge ajuizou demanda contra Maria, requerendo sua condenação à realização de obrigação de fazer e ao pagamento de quantia certa. Fez requerimento de tutela provisória de urgência em relação à obrigação de fazer. Após o transcurso da fase postulatória e probatória sem a análise do mencionado requerimento, sobreveio sentença de procedência de ambos os pedidos autorais, em que o juízo determina o imediato cumprimento da obrigação de fazer. Diante de tal situação, Maria instruiu seu advogado a recorrer apenas da parte da sentença relativa à obrigação de fazer. Nessa circunstância, o advogado de Maria deve

A) impetrar Mandado de Segurança contra a decisão que reputa ilegal, tendo como autoridade coatora o juízo sentenciante.

B) interpor Agravo de Instrumento, impugnando o deferimento da tutela provisória, pois ausentes seus requisitos.

C) interpor Apelação, impugnando o deferimento da tutela provisória e a condenação final à obrigação de fazer.

D) interpor Agravo de Instrumento, impugnando a tutela provisória e a condenação final à obrigação de fazer.

Comentários:

A questão indaga acerca da medida adequada para impugnar sentença e sua devolutividade. Cuida-se de hipótese de cabimento da apelação, disciplinada no artigo 1.009 do Código de Processo Civil.

> Art. 1.009, CPC. **Da sentença cabe apelação**.
> §1º As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.
> §2º Se as questões referidas no §1º forem suscitadas em contrarrazões, o recorrente será intimado para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se a respeito delas.
> §3º O disposto no caput deste artigo aplica-se mesmo quando as questões mencionadas no art. 1.015 integrarem capítulo da sentença.

A) Errado

Inicialmente, incorreta a letra "A", já que o mandado de segurança não é sucedâneo recursal.

B) Errado

Igualmente equivocada a alternativa "B", pois, conforme o artigo 1.015 do CPC, o agravo de instrumento é cabível em face de decisões interlocutórias, não sentenças.

> Art. 1.015, CPC. **Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias** que versarem sobre: (...)

C) Correto

Por outro lado, correta a assertiva "C", já que afirma ser cabível a apelação, a qual comporta impugnação tanto da tutela provisória quanto da obrigação de fazer, em consonância com o artigo 1.009 do Diploma Adjetivo Civil, transcrito acima.

D) Errado

Inadequada a alternativa "D", já que, como dito alhures, o agravo de instrumento não é cabível em face de sentença.

Gabarito: C.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca.

Questão 54

Antônia contratou os arquitetos Nivaldo e Amanda para realizar o projeto de reforma de seu apartamento. No contrato celebrado entre os três, foi fixado o prazo de trinta dias para a prestação do serviço de arquitetura, o que não foi cumprido, embora tenha sido feito o pagamento dos valores devidos pela contratante. Com o objetivo de rescindir o contrato celebrado e ser ressarcida do montante pago, Antônia procura um advogado, mas lhe informa que não gostaria de processar Amanda, por serem amigas de infância. Sobre a hipótese apresentada, assinale a opção que indica o procedimento correto a ser adotado.

A) Será possível o ajuizamento da ação unicamente em face de Nivaldo, na medida em que a hipótese tratada é de litisconsórcio simples. A sentença proferida contra Nivaldo será ineficaz em relação a Amanda.

B) Não será possível o ajuizamento da ação unicamente em face de Nivaldo, uma vez que a hipótese tratada é de litisconsórcio necessário. Caso a ação não seja ajuizada em face de Amanda, o juiz deverá determinar que seja requerida sua citação, sob pena de extinção do processo.

C) Será possível o ajuizamento da ação unicamente em face de Nivaldo, na medida em que a hipótese tratada é de litisconsórcio facultativo. A sentença proferida contra Nivaldo será eficaz em relação a Amanda, pois entre eles há comunhão de direitos ou de obrigações.

D) Não será possível o ajuizamento da ação unicamente em face de Nivaldo, uma vez que a hipótese tratada é de litisconsórcio simples. A sentença proferida contra Nivaldo será ineficaz.

Comentários:

O enunciado está relacionado ao litisconsórcio, cuja disciplina encontra-se nos artigos 113 a 118 do CPC. Tal instituto caracteriza-se quando duas ou mais pessoas litigam, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente (artigo 113, CPC). A questão esclarece que a obrigação foi contratada solidariamente entre os sujeitos, implicando em litisconsórcio necessário, no qual deve-se indicar todos os sujeitos envolvidos, em virtude de determinação legal ou da natureza da relação jurídica.

> Art. 115, CPC. A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será:
> I - nula, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo;
> II - ineficaz, nos outros casos, apenas para os que não foram citados.
> Parágrafo único. **Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo**.

A) Errado

De pronto, constata-se o equívoco da assertiva "A", já que a hipótese narrada é de litisconsórcio unitário, posto que não é possível se proferir julgamento diverso para os litisconsortes.

B) Correto

A redação da letra "B", no entanto, está completamente acertada. Como dito linhas acima, trata-se de litisconsórcio necessário. Logo, diante da indicação incompleta dos sujeitos que devam constar no polo passivo da demanda, deve o magistrado assinalar prazo para emenda, sob pena de extinção do processo, consoante o artigo 115, parágrafo único, acima transcrito.

C) Errado

Por outro lado, incorreta a alternativa "C", já que afirma ser hipótese de litisconsórcio facultativo, não se coadunando ao enunciado.

D) Errado

Por fim, equivocada a letra "D". Apesar de dispor que não é possível o ajuizamento da ação em face de apenas um dos sujeitos, o faz por fundamento inadequado, como exposto linhas acima.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca e Doutrina.

Questão 55

João ajuizou ação indenizatória contra Maria, postulando a condenação ao pagamento de R$ 100.000,00 a título de reparação por danos materiais e R$ 50.000,00 por indenização de danos morais, em razão do descumprimento de um contrato firmado entre eles, referente à compra e venda de dois imóveis, cujos valores eram R$ 500.000,00 e R$ 200.000,00. Maria, citada, apresentou contestação e reconvenção, pedindo a declaração de invalidade parcial do contrato relativo ao imóvel de R$ 200.000,00, bem como a condenação de João ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R$ 20.000,00. Diante de tal situação, assinale a opção que apresenta o valor da causa da reconvenção.

A) O valor deve ser o mesmo da ação principal, qual seja, R$ 150.000,00, por ser ação acessória.

B) Não é necessário dar valor à causa na reconvenção.

C) O valor deve ser de R$ 220.000,00, referente à soma do pedido de declaração de invalidade parcial do contrato e do pleito de indenização por danos morais.

D) O valor deve ser de R$ 200.000,00, referente ao pedido de declaração de invalidade parcial do contrato, sendo o pleito de indenização por danos morais meramente estimado, dispensando a indicação como valor da causa.

Comentários:

Questiona-se acerca do valor da causa na reconvenção, explicitado no artigo 292 do Código de Processo Civil. Alguns pontos do enunciado merecem destaque: "pedindo a declaração de invalidade parcial do contrato" e "condenação de João ao pagamento de indenização por danos morais".

> Art. 292, CPC. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será:
> I - na ação de cobrança de dívida, a soma monetariamente corrigida do principal, dos juros de mora vencidos e de outras penalidades, se houver, até a data de propositura da ação;

> II - na ação que tiver por objeto a existência, a **validade**, o cumprimento, a modificação, a resolução, a resilição ou a rescisão **de ato jurídico, o valor do ato** ou o de sua parte controvertida;
> III - na ação de alimentos, a soma de 12 (doze) prestações mensais pedidas pelo autor;
> IV - na ação de divisão, de demarcação e de reivindicação, o valor de avaliação da área ou do bem objeto do pedido;
> V - **na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido**;
> VI - na ação em que há cumulação de pedidos, a quantia correspondente à soma dos valores de todos eles;
> VII - na ação em que os pedidos são alternativos, o de maior valor;
> VIII - na ação em que houver pedido subsidiário, o valor do pedido principal. (...)

A) Errado

Equivocada a alternativa "A", já que afirma que o valor da reconvenção deve ser o mesmo da ação principal, indo de encontro à disciplina do artigo transcrito, o qual menciona expressamente em seu *caput* a reconvenção.

B) Errado

Também incorreta a letra "B". Como dito linhas acima, o *caput* do dispositivo menciona expressamente a reconvenção, devendo, portanto, nela conter indicação do valor da causa.

C) Correto

A alternativa "C", no entanto, está plenamente condizente com o artigo 292, II e V, transcrito alhures. Logo, o valor da causa corresponderá às quantias referentes ao pedido de declaração de invalidade (R$200.000,00) e ao pleito indenizatório (R$20.000,00) somados, totalizando R$220.000,00.

D) Errado

A assertiva "D", no entanto, está equivocada, pois o inciso V, acima transcrito, menciona expressamente a quantificação e indicação do pleito indenizatório.

Gabarito: C.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca.

Questão 56

Carlos ajuizou, em 18/03/2016, ação contra o Banco Sucesso, pelo procedimento comum, pretendendo a revisão de determinadas cláusulas de um contrato de abertura de crédito. Após a apresentação de contestação e réplica, iniciou-se a fase de produção de provas, tendo o Banco Sucesso requerido a produção de prova pericial para demonstrar a ausência de abusividade dos juros remuneratórios. A prova foi indeferida e o pedido foi julgado procedente para revisar o contrato e limitar a cobrança de tais juros. Sobre a posição do Banco Sucesso, assinale a afirmativa correta.

A) Ele deve interpor recurso de agravo de instrumento contra a decisão que indeferiu a produção de prova. Não o tendo feito, a questão está preclusa e não admite rediscussão.

B) Ele deve apresentar petição de protesto contra a decisão que indeferiu a produção de prova, evitando-se a preclusão, com o objetivo de rediscuti-la em apelação.

C) Ele deve permanecer inerte em relação à decisão de indeferimento de produção de prova, mas poderá rediscutir a questão em preliminar de apelação.

D) Ele deve interpor recurso de agravo retido contra a decisão que indeferiu a produção de prova, evitando-se a preclusão, com o objetivo de rediscuti-la em apelação

Comentários:

A questão indaga acerca da medida adequada para impugnar decisão interlocutória que denega a produção de prova pericial. Tratando-se de interlocutória, remete-se imediatamente ao agravo de instrumento, disciplinado no artigo 1.015 do Código de Processo Civil. No que tange ao agravo, o aluno deve ficar atento, ainda, à tese da taxatividade mitigada, aventada pelo Superior Tribunal de Justiça no Tema 988.

> Art. 1.015, CPC. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:

> I - tutelas provisórias;
> II - mérito do processo;
> III - rejeição da alegação de convenção de arbitragem;
> IV - incidente de desconsideração da personalidade jurídica;
> V - rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação;
> VI - exibição ou posse de documento ou coisa;
> VII - exclusão de litisconsorte;
> VIII - rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio;
> IX - admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros;
> X - concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução;
> XI - redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, §1º;
> XII - (VETADO);
> XIII - outros casos expressamente referidos em lei.
> Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.

A) Errado

Incorreta a alternativa "A", já que afirma ser cabível o agravo de instrumento, afrontando o dispositivo transcrito linhas acima, o qual não prevê a hipótese narrada no enunciado dentre as possíveis de impugnação por meio de agravo.

B) Errado

Igualmente incorreta a letra "B", pois não possui qualquer respaldo legal. Ademais, as matérias não arguidas em agravo não estão sujeitas à preclusão, podendo ser suscitadas em preliminar de apelação.

> Art. 1.009, CPC. Da sentença cabe apelação.
> §1º **As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação**, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões. (...)

C) Correto

A assertiva "C", por sua vez, está correta, pois esclarece que a questão pode ser rediscutida em preliminar de apelação, não sendo passível de impugnação imediata, em consonância com os dispositivos transcritos alhures.

D) Errado

Por fim, a alternativa "D" deve ser eliminada, posto que não é caso de agravo retido, não estando a matéria sujeita à preclusão, como explicitado linhas acima.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 57

Gláucia ajuizou, em abril de 2016, ação de alimentos em face de Miguel com fundamento na paternidade. O réu, na contestação, alegou não ser pai de Gláucia. Após a produção de provas e o efetivo contraditório, o magistrado decidiu favoravelmente ao réu. Inconformada com a sentença de improcedência que teve por base o exame de DNA negativo, Gláucia resolve agora propor ação de investigação de paternidade em face de Miguel. Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) O magistrado deve rejeitar a nova demanda com base na perempção.

B) A demanda de paternidade deve ser admitida, já que apenas a questão relativa aos alimentos é que transitou em julgado no processo anterior.

C) A questão prejudicial, relativa à paternidade, não é alcançada pela coisa julgada, pois a cognição judicial foi restrita a provas documentais e testemunhais.

D) A questão prejudicial, relativa à paternidade, é atingida pela coisa julgada, e o novo processo deve ser extinto sem resolução do mérito.

Comentários:

O enunciado aborda a temática das questões prejudiciais e sua relação com a formação da coisa julgada, expressamente disciplinada no artigo 503 do Diploma Adjetivo Civil. A questão esclarece que a parte anseia propor ação de investigação de paternidade, inobstante a paternidade já ter sido descartada em demanda anterior.

> Art. 503, CPC. A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.
> §1º **O disposto no *caput* aplica-se à resolução de questão prejudicial**, decidida expressa e incidentemente no processo, se:
> I - **dessa resolução depender o julgamento do mérito**;
> II - a seu respeito **tiver havido contraditório prévio e efetivo**, não se aplicando no caso de revelia;
> III - o juízo tiver competência em razão da matéria e da pessoa para resolvê-la como questão principal.
> §2º A hipótese do §1º não se aplica se no processo houver restrições probatórias ou limitações à cognição que impeçam o aprofundamento da análise da questão prejudicial.

A) Errado

Equivocada a alternativa "A". Apesar de prever a rejeição da nova demanda, o faz por motivo equivocado, já que na hipótese cuida-se de coisa julgada, não perempção.

B) Errado

Assim como a alternativa anterior, equivocada a letra "B". A questão da paternidade também foi alcançada pela coisa julgada, posto que prejudicial e dela depende o mérito da ação de investigação.

C) Errado

A assertiva "C" também está incorreta, já que o enunciado esclarece que houve produção de provas e efetivo contraditório.

D) Correto

Por fim, resta a alternativa "D" como correta. De fato, a questão prejudicial da paternidade foi atingida pela coisa julgada, posto que se amolda perfeitamente ao que preleciona o artigo 503, do CPC, transcrito.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 58

Jair promove ação em face de Carlos para cobrar uma dívida proveniente de contrato (não escrito) de prestação de serviços celebrado pelas partes. Com o trânsito em julgado da sentença que condenou Carlos a pagar o valor devido, Jair requer o cumprimento de sentença. O executado foi intimado regularmente na pessoa do seu advogado. No prazo da impugnação, deposita o correspondente a 30% do valor devido e requer o parcelamento do remanescente em até 6 (seis) prestações. O juiz defere o pedido do executado, fundamentando sua decisão no princípio da menor onerosidade, mas o exequente se insurge por intermédio de agravo de instrumento, alegando que o parcelamento legal não se aplica ao cumprimento de sentença. Diante da situação hipotética, a decisão do juiz está

A) correta, pois o parcelamento legal pode ser aplicado no caso de cumprimento de sentença.

B) equivocada, tendo em vista que só poderia deferir se fosse feito depósito de 50%.

C) equivocada, pois há vedação expressa para a concessão do parcelamento legal no caso de cumprimento de sentença.

D) correta, pois sempre se deve encontrar a forma mais efetiva para a execução.

Comentários:

O enunciado aborda a temática do parcelamento da dívida, possível nas hipóteses de execução de título extrajudicial. Todavia, o aluno deve ficar atento, pois a questão esclarece que se trata de cumprimento de sentença. Tal matéria encontra disciplina no artigo 916 do Código de Processo Civil.

> Art. 916, CPC. **No prazo para embargos**, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o **depósito de trinta por cento** do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá **requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais**, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês.
> §1º O exequente será intimado para manifestar-se sobre o preenchimento dos pressupostos do *caput*, e o juiz decidirá o requerimento em 5 (cinco) dias.
> §2º Enquanto não apreciado o requerimento, o executado terá de depositar as parcelas vincendas, facultado ao exequente seu levantamento.
> §3º Deferida a proposta, o exequente levantará a quantia depositada, e serão suspensos os atos executivos.
> §4º Indeferida a proposta, seguir-se-ão os atos executivos, mantido o depósito, que será convertido em penhora.
> §5º O não pagamento de qualquer das prestações acarretará cumulativamente:
> I - o vencimento das prestações subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato reinício dos atos executivos;
> II - a imposição ao executado de multa de dez por cento sobre o valor das prestações não pagas.
> §6º A opção pelo parcelamento de que trata este artigo importa renúncia ao direito de opor embargos
> §7º **O disposto neste artigo não se aplica ao cumprimento da sentença**.

A) Errado

Equivocada a alternativa "A", pois vai de encontro ao que preceitua o §7º, acima transcrito.

B) Errado

Assim como a alternativa anterior, equivocada a letra "B". Apesar de suscitar o equívoco da decisão judicial, o faz por fundamento errôneo. O *caput* do artigo

transcrito preceitua que o depósito deve ser no montante de 30%, todavia o parcelamento é inviável por se tratar de cumprimento de sentença.

C) Correto

A assertiva "C", por sua vez, está correta, já que perfeitamente condizente com o art. 916, §7º, do CPC. Assim, o parcelamento na hipótese não é viável, posto que se trata de cumprimento de sentença.

D) Errado

Por fim, a alternativa "D" deve ser eliminada, pois não possui qualquer respaldo legal. Como exaustivamente mencionado, não há que se falar em parcelamento quando se tratar de cumprimento de sentença.

Gabarito: C.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca.

DIREITO PENAL

Questão 59

A Delegacia Especializada de Crimes Tributários recebeu informações de órgãos competentes de que o sócio Mário, da sociedade empresária "Vamos que vamos", possivelmente sonegou imposto estadual, gerando um prejuízo aos cofres do Estado avaliado em R$ 60.000,00. Foi instaurado, então, inquérito policial para apurar os fatos.

Ao mesmo tempo, foi iniciado procedimento administrativo, não havendo, até o momento, lançamento definitivo do crédito tributário. O inquérito policial foi encaminhado ao Ministério Público, que ofereceu denúncia em face de Mário, imputando-lhe a prática do crime previsto no Art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.137/90.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

A) Não se tipifica o crime imputado ao acusado antes do lançamento definitivo.
B) Em razão da independência de instância, o lançamento definitivo é irrelevante para configuração da infração penal.
C) O crime imputado a Mário é de natureza formal, consumando-se no momento da omissão de informação com o objetivo de reduzir tributo, ainda que a redução efetivamente não ocorra.
D) O crime imputado a Mário é classificado como próprio, de modo que é necessária a presença de ao menos um funcionário público como autor ou partícipe do delito.

Comentário:

A) Correto

De acordo com o artigo 1, inciso I, da Lei 8.137/90:

> Art. 1° Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas: (Vide Lei nº 9.964, de 10.4.2000)
>
> **I - omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias**;

Sendo assim, o delito praticado constitui crime contra a ordem tributária. No entanto, tem-se, de acordo com a Súmula Vinculante 24 do STF que: "Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo." A alternativa A está de acordo com esse enunciado.

B) Errado

Está em desacordo com o enunciado de Súmula Vinculante nº 24 do Supremo Tribunal Federal, de acordo com o qual: "Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo."

C) Errado

De acordo com Victor Eduardo Rios Gonçalves e José Paulo Baltazar Junior, os crimes do artigo 1º da Lei 8.137/90, com exceção daquele previsto em seu parágrafo único, são materiais e de dano, ou seja, se consumam quando todos os elementos do tipo estão reunidos e reconhecidos pela existência de lançamento definitivo, nos termos da Súmula Vinculante nº 24 do STF.

D) Errado

De acordo com Victor Eduardo Rios Gonçalves e José Paulo Baltazar Junior, os crimes contra a ordem tributária são considerados comuns, pois não é exigida a qualidade de contribuinte ou responsável (artigo 121 do Código Tributário

Nacional). Sendo assim, é desnecessária a presença de ao menos um funcionário público como autor ou partícipe do delito.

Gabarito: Letra A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina.

Questão 60

Acreditando estar grávida, Pâmela, 18 anos, desesperada porque ainda morava com os pais e eles sequer a deixavam namorar, utilizando um instrumento próprio, procura eliminar o feto sozinha no banheiro de sua casa, vindo a sofrer, em razão de tal comportamento, lesão corporal de natureza grave.

Encaminhada ao hospital para atendimento médico, fica constatado que, na verdade, ela não se achava e nunca esteve grávida. O Hospital, todavia, é obrigado a noticiar o fato à autoridade policial, tendo em vista que a jovem de 18 anos chegou ao local em situação suspeita, lesionada.

Diante disso, foi instaurado procedimento administrativo investigatório próprio e, com o recebimento dos autos, o Ministério Público ofereceu denúncia em face de Pâmela pela prática do crime de "aborto provocado pela gestante", qualificado pelo resultado de lesão corporal grave, nos termos dos Art. 124 c/c o Art. 127, ambos do Código Penal.

Diante da situação narrada, assinale a opção que apresenta a alegação do advogado de Pâmela.

A) A atipicidade de sua conduta.
B) O afastamento da qualificadora, tendo em vista que esta somente pode ser aplicada aos crimes de aborto provocado por terceiro, com ou sem consentimento da gestante, mas não para o delito de autoaborto de Pâmela.
C) A desclassificação para o crime de lesão corporal grave, afastando a condenação pelo aborto.
D) O reconhecimento da tentativa do crime de aborto qualificado pelo resultado.

Comentário:

A) Correto

A conduta imputada a Pâmela está prevista nos art. 124 e 127 do Código Penal:

> Art. 124 - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque:
> Pena - detenção, de um a três anos.
> Art. 127 - As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém a morte.

No caso apresentado, como Pâmela não estava grávida, houve absoluta impropriedade do objeto, configurando crime impossível:

> Art. 17 - Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

De acordo com Cleber Masson, no crime impossível o emprego de meios ineficazes ou o ataque a objetos impróprios inviabilizam a produção do resultado, inexistindo situação de perigo ao bem jurídico penalmente tutelado. Assim, o crime impossível é causa de exclusão da tipicidade, uma vez que que o fato praticado pelo agente não se enquadra em nenhum tipo penal.

B) Errado

Realmente, a qualificadora prevista no art. 127 do Código Penal só pode ser aplicada aos crimes de aborto provocado por terceiro, com ou sem consentimento da gestante (artigos 125 e 126 do Código Penal), mas não para o delito de autoaborto. No entanto, como Pâmela não estava grávida, houve absoluta impropriedade do objeto, configurando crime impossível (art. 17 do CP).

C) Errado

Como visto, não poderia haver responsabilização de Pâmela pelas lesões que ela sofreu. Tem-se que, como Pâmela não estava grávida, houve absoluta impropriedade do objeto, configurando crime impossível (art. 17 do CP). Ela não pode ser responsabilizada pelas lesões que se auto infligiu durante o pseudo autoaborto por ela provocado.

D) Errado

Como visto, não poderia haver tentativa de aborto, por absoluta impropriedade do objeto. Não havia bem jurídico a ser tutelado, uma vez que ela não estava grávida, configurando crime impossível.

Gabarito: Letra A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina

Questão 61

Mariano, 59 anos de idade, possuía em sua residência 302 vídeos e fotografias com cenas de sexo explícito envolvendo adolescentes. Descobertos os fatos, foi denunciado pela prática de 302 crimes do Art. 241-B da Lei nº 8.069/90 ("Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente"), em concurso material, sendo descrito que possuía o material proibido. Os adolescentes das imagens não foram localizados. Encerrada a instrução e confirmados os fatos, o Ministério Público pugnou pela condenação nos termos da denúncia.

Em sede de alegações finais, diante da confissão do acusado e sendo a prova inquestionável, sob o ponto de vista técnico, o advogado de Mariano deverá pleitear

A) a absolvição de Mariano, tendo em vista que ele não participava de nenhuma das cenas de sexo explícito envolvendo adolescente.
B) o reconhecimento de crime único do Art. 241-B da Lei nº 8.069/90.
C) o reconhecimento do concurso formal de crimes entre os 302 delitos praticados.
D) a extinção da punibilidade do acusado, em razão do desinteresse dos adolescentes em ver Mariano processado.

Comentário:

A) Errado

O artigo 241-B do ECA (Lei 8.069/90) tipifica a conduta de possuir, armazenar ou adquirir qualquer fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente. Sendo assim, a conduta foi consumada com a mera posse de Mariano, não sendo necessário à configuração do tipo penal que ele participasse dos vídeos.

B) Correto

O fato de o agente possuir mais de um vídeo ou mais de uma fotografia não configura, por si só, pluralidade de crimes. Assim, o agente deverá responder por crime único.

C) Errado

Não se trata de concurso formal de crimes o fato de Mariano possuir os 302 vídeos e as fotografias. Trata-se, na verdade, de crime único. Como a quantidade de material pornográfico é grande, Mariano responderá por um único crime tipificado no artigo 241-B do ECA (acima transcrito), mas não terá direito à causa de redução de 1/3 a 2/3 da pena prevista no §1º do mencionado dispositivo legal, aplicável somente para quem tem pouco quantidade do material.

D) Errado

Nos termos do art. 227 do ECA, todos os crimes previstos na Lei 8.069/90 são de ação penal pública incondicionada, sendo assim, ainda que os adolescentes não tenham interesse em ver Mariano processado, não há que se falar em extinção da punibilidade do acusado pela falta de interesse das vítimas.

Gabarito: Letra B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 62

No dia 15 de abril de 2011, João, nascido em 18 de maio de 1991, foi preso em flagrante pela prática do crime de furto simples, sendo, em seguida, concedida liberdade provisória. A denúncia somente foi oferecida e recebida em 18 de abril de 2014, ocasião em que o juiz designou o dia 18 de junho de 2014 para a realização da audiência especial de suspensão condicional do processo oferecida pelo Ministério Público. A proposta foi aceita pelo acusado e pela defesa técnica, iniciando-se o período de prova naquele mesmo dia. Três meses depois, não tendo o acusado cumprido as condições estabelecidas, a suspensão foi revogada, o que ocorreu em decisão datada de 03 de outubro de 2014.

Ao final da fase instrutória, a pretensão punitiva foi acolhida, sendo aplicada ao acusado a pena de 01 ano de reclusão em regime aberto, substituída por restritiva de direitos. A sentença condenatória foi publicada em 19 de maio de 2016, tendo transitado em julgado para a acusação. Intimado da decisão respectiva, João procura você, na condição de advogado(a), para saber sobre eventual prescrição, pois tomou conhecimento de que a pena de 01 ano, em tese, prescreve em 04 anos, mas que, no caso concreto, por força da menoridade relativa, deve o prazo ser reduzido de metade.

Diante desse quadro, você, como advogado(a), deverá esclarecer que

A) ocorreu a prescrição da pretensão punitiva entre a data do fato e a do recebimento da denúncia.
B) ocorreu a prescrição da pretensão punitiva entre a data do recebimento da denúncia e a da publicação da sentença condenatória.
C) ocorreu a prescrição da pretensão executória entre a data do recebimento da denúncia e a da publicação da sentença condenatória.
D) não há que se falar em prescrição, no caso apresentado.

Comentário:

A) Errado

De acordo com o Código Penal:

> Art. 110 - A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo anterior, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é reincidente. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)
>
> § 1o **A prescrição**, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, **não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa**.

Sendo assim, não poderia haver prescrição da pretensão punitiva entre a data do fato e a do recebimento da denúncia.

B) Errado

Entre a data da decisão que recebeu a denúncia (18/04/2014) e a data da aceitação da proposta de suspensão condicional do processo (18/06/2014), correram apenas 2 (dois) meses do prazo prescricional. Além disso, com a aceitação da proposta de suspensão condicional do processo em 18/06/2014, a prescrição deixou de correr (artigo 89, §6º, da Lei 9.099/95: "§ 6º Não correrá a prescrição durante o prazo de suspensão do processo.").

Além disso, da revogação da suspensão condicional do processo, que ocorreu em 03/10/2014, até data da sentença condenatória com trânsito em julgado para o Ministério Público, que ocorreu 19/05/2016, decorreram pouco mais que 19 (dezenove) meses do prazo prescricional.

Quando somados o tempo de prescrição decorrido nesses dois períodos, temos que decorreu pouco mais de 21 (vinte e um) meses do prazo prescricional, prazo inferior aos 2 (dois) anos previsto para o caso de João.

Sendo assim, não há que se falar que ocorreu a prescrição da pretensão punitiva entre a data do recebimento da denúncia e a da publicação da sentença condenatória.

C) Errado

Os termos iniciais da prescrição da pretensão executória estão previstos no artigo 112 do Código Penal e não levam em consideração a data do recebimento da denúncia:

> Art. 112 - No caso do art. 110 deste Código, a prescrição começa a correr: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)
> I - do dia em que transita em julgado a sentença condenatória, para a acusação, ou a que revoga a suspensão condicional da pena ou o livramento condicional; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)
> II - do dia em que se interrompe a execução, salvo quando o tempo da interrupção deva computar-se na pena. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984).

D) Correto

Está de acordo com a legislação que regula a matéria.

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 63

Tony, a pedido de um colega, está transportando uma caixa com cápsulas que acredita ser de remédios, sem ter conhecimento que estas, na verdade, continham Cloridrato de Cocaína em seu interior. Por outro lado, José transporta em seu veículo 50g de Cannabis Sativa L. (maconha), pois acreditava que poderia ter pequena quantidade do material em sua posse para fins medicinais.

Ambos foram abordados por policiais e, diante da apreensão das drogas, denunciados pela prática do crime de tráfico de entorpecentes.

Considerando apenas as informações narradas, o advogado de Tony e José deverá alegar em favor dos clientes, respectivamente, a ocorrência de

A) erro de tipo, nos dois casos.
B) erro de proibição, nos dois casos.
C) erro de tipo e erro de proibição.
D) erro de proibição e erro de tipo.

Comentário:

A) Errado

No caso apresentado tem-se que:

- Em relação a Tony, aplica-se a regra do art. 20 do Código Penal que trata do erro de tipo. Nele, há a falsa percepção da realidade acerca dos elementos constitutivos do tipo penal. Como Tony não tinha conhecimento do que transportava, ele incorreu em erro de tipo.

- Em relação a José, aplica-se a regra do art. 21 do CP que trata do erro de proibição. Nele, ocorre a falsa percepção do agente acerca do caráter ilícito do

fato típico por ele praticado, de acordo com um juízo profano, isto é, possível de ser alcançado mediante um procedimento de simples esforço de sua consciência. O sujeito conhece a existência da lei penal (presunção legal absoluta), mas desconhece ou interpreta mal seu conteúdo, ou seja, não compreende adequadamente seu caráter ilícito. Como José sabia da existência da lei, mas não compreendeu adequadamente seu caráter ilícito, acreditando que sua conduta era lícita, incorreu em erro de proibição.

B) Errado

Pois Tony incidiu em erro de tipo, enquanto José incidiu em erro de proibição.

C) Correto

Pois Tony incidiu em erro de tipo, enquanto José incidiu em erro de proibição.

D) Errado

Pois Tony incidiu em erro de tipo, enquanto José incidiu em erro de proibição.

Gabarito: Letra C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina.

Questão 64

Gilson, 35 anos, juntamente com seu filho Rafael, de 15 anos, em dificuldades financeiras, iniciaram atos para a subtração de um veículo automotor. Gilson portava arma de fogo e, quando a vítima tentou empreender fuga, ele efetua disparos contra ela, a fim de conseguir subtrair o carro. O episódio levou o proprietário do automóvel a falecer. Apesar disso, os agentes não levaram o veículo, já que outras pessoas que estavam no local chamaram a Polícia.

Descobertos os fatos, Gilson é denunciado pelo crime de latrocínio consumado e corrupção de menores em concurso formal, sendo ao final da instrução, após confessar os fatos, condenado à pena mínima de 20 anos pelo crime do Art. 157, § 3º, do Código Penal, e à pena mínima de 01 ano pelo delito de corrupção de menores, não havendo reconhecimento de quaisquer agravantes ou atenuantes. Reconhecido, porém, o concurso formal de crimes, ao invés de as penas serem somadas, a pena mais grave foi aumentada de 1/6, resultando em um total de 23 anos e 04 meses de reclusão.

Considerando a situação narrada, o advogado de Gilson poderia pleitear, observando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, em sede de recurso de apelação,

A) a aplicação da regra do cúmulo material em detrimento da exasperação, pelo concurso formal de crimes.
B) a aplicação da pena intermediária abaixo do mínimo legal, em razão do reconhecimento da atenuante da confissão espontânea.
C) o reconhecimento da modalidade tentada do latrocínio, já que o veículo automotor não foi subtraído.
D) o afastamento da condenação por corrupção de menor, pela natureza material do delito.

Comentário:

A) Correto

De acordo com o art. 70 do Código Penal, que trata do concurso formal de delitos:

> Art. 70 - Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, consoante o disposto no artigo anterior. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)
>
> Parágrafo único - **Não poderá a pena exceder a que seria cabível pela regra do art. 69 deste Código.** (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

No caso descrito na questão, se for aplicado o cúmulo material, previsto no artigo 69 do Código Penal, a pena de Gilson será de 21 anos de reclusão (20 anos do latrocínio + 1 ano da corrupção de menor), e de 23 anos e 04 meses de reclusão (20 anos do latrocínio + 1/6 pela exasperação), se for reconhecido o concurso formal.

Sendo assim, o advogado de Gilson poderia pleitear, observando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, em sede de recurso de apelação, a aplicação da regra do cúmulo material em detrimento da exasperação, pelo concurso formal de crimes.

B) Errado

Nos termos do enunciado de Súmula 231 do Superior Tribunal de Justiça, "A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal". Sendo assim, a hipótese não poderia prevalecer.

C) Errado

Nos termos do enunciado de Súmula 610 do STF, "Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima". Sendo assim, a hipótese não poderia prevalecer.

D) Errado

Nos termos do enunciado de Súmula 500 do STJ, "A configuração do crime do art. 244-B do ECA independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal". Sendo assim, a hipótese não poderia prevalecer.

Gabarito: Letra A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 65

Daniel foi autor de um crime de homicídio doloso consumado em desfavor de William. Após a denúncia e ao fim da primeira fase do procedimento bifásico dos crimes dolosos contra a vida, Daniel foi pronunciado. Inconformado, o advogado do acusado interpôs o recurso cabível, mas o juiz de primeira instância, ao realizar o primeiro juízo de admissibilidade, negou seguimento ao recurso. Novamente inconformado com a decisão, o defensor de Daniel impetrou nova medida. Considerando a situação narrada, assinale a opção que indica o recurso interposto da decisão de pronúncia e a medida para combater a decisão que denegou o recurso anterior, respetivamente.

A) Apelação e Recurso em Sentido Estrito.

B) Recurso em Sentido Estrito e novo Recurso em Sentido Estrito.

C) Recurso em Sentido Estrito e Carta Testemunhável.

D) Apelação e Carta Testemunhável.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "A" está errada, vide inteligência do Art. 581 e Art. 639, do CPP.

B) Errado

A alternativa "B" está errada, vide inteligência do Art. 581 e Art. 639, do CPP.

C) Correto

A alternativa "C" é a única que mostra correta, vide inteligência do Art. 581 e Art. 639, do CPP:

> Art. 581. Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença:
>
> IV – que pronunciar o réu;
>
> Art. 639. Dar-se-á carta testemunhável:
>
> I - da decisão que denegar o recurso;

D) Errado

A alternativa "D" está errada vide inteligência do Art. 581 e Art. 639, do CPP.

Gabarito: Letra C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 66

Fagner, irmão de Vitor, compareceu à Delegacia e narrou que foi vítima de agressões que lhe causaram lesão corporal de natureza leve. Afirmou Fagner, em sede policial, que Vitor desferiu um soco em seu rosto, deixando a agressão vestígios, mas esclareceu que não necessitou de atendimento médico. Apesar de demonstrar interesse inequívoco em ver seu irmão responsabilizado criminalmente pelo ato praticado, não assinou termo de representação formal, além de não realizar exame de corpo de delito. Vitor foi denunciado pela prática do crime do Art. 129, § 9º, do Código Penal. Durante a instrução,

Fagner não foi localizado para ser ouvido, não havendo outras testemunhas presenciais. Vitor, em seu interrogatório, contudo, confirmou que desferiu um soco no rosto de seu irmão. Em relação aos documentos do processo, consta apenas a Folha de Antecedentes Criminais do acusado. Considerando apenas as informações narradas na hipótese, assinale a afirmativa correta.

A) O processo deve ser extinto sem julgamento do mérito, pois a representação do ofendido necessariamente deve ser expressa e formal.

B) Não existe prova da materialidade, pois, quando a infração penal deixa vestígios, o exame de corpo de delito é indispensável, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

C) Não existe prova da materialidade, pois o Código de Processo Penal apenas admite o exame de corpo de delito direto.

D) Existe prova da materialidade, pois o Código de Processo Penal admite a figura do exame de corpo de delito indireto e este ocorreu no caso concreto.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "A" está incorreta, pois **o crime em cotejo é de natureza pública condicionada à representação,** conforme Art. 39 do CPP:

> Art. 39. O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.

B) Correto

A alternativa "B" é a única que se mostra correta, vide inteligência do Art. 158 do CPP:

> Art. 158. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

C) Errado

A alternativa "C" está errada vide inteligência do Art. 158 do CPP.

D) Errado

A alternativa "D" está incorreta, pois não houve prova de materialidade.

Gabarito: Letra B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 67

Em 23 de novembro de 2015 (segunda feira), sendo o dia seguinte dia útil em todo o país, Técio, advogado de defesa de réu em ação penal de natureza condenatória, é intimado da sentença condenatória de seu cliente. No curso do prazo recursal, porém, entrou em vigor nova lei de natureza puramente processual, que alterava o Código de Processo Penal e passava a prever que o prazo para apresentação de recurso de apelação seria de 03 dias e não mais de 05 dias. No dia 30 de novembro de 2015, dia útil, Técio

apresenta recurso de apelação acompanhado das respectivas razões. Considerando a hipótese narrada, o recurso do advogado é

A) intempestivo, aplicando-se o princípio do tempus regit actum (o tempo rege o ato), e o novo prazo recursal deve ser observado.

B) tempestivo, aplicando-se o princípio do tempus regit actum (o tempo rege o ato), e o antigo prazo recursal deve ser observado.

C) intempestivo, aplicando-se o princípio do tempus regit actum (o tempo rege o ato), e o antigo prazo recursal deve ser observado.

D) tempestivo, aplicando-se o princípio constitucional da irretroatividade da lei mais gravosa, e o antigo prazo recursal deve ser observado.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "A" está errada vide inteligência do Art. 2° do CPP.

B) Correto

A alternativa "B" é a única que se mostra correta, pois conforme o princípio *tempus regit actum* estabelecido no Art. 2°, do CPP a lei processual penal será aplicada imediatamente aos processos em curso, mas cabe ressaltar que aplica-se apenas aos atos processuais futuros.

> Art. 2º A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

C) Errado

A alternativa "C" é a única que se mostra correta vide inteligência do Art. 2° do CPP.

D) Errado

A alternativa "D" está errada vide inteligência do Art. do Art. 2° do CPP.

Gabarito: Letra B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina

Questão 68

Durante audiência de instrução e julgamento em processo em que é imputada a José a prática de um crime de roubo majorado pelo concurso de agentes, Laís e Lívia, testemunhas de acusação, divergem em suas declarações. Laís garante que presenciou o crime e que dois eram os autores do delito; já Lívia também diz que estava presente, mas afirma que José estava sozinho quando o crime foi cometido. A vítima não foi localizada para prestar depoimento. Diante dessa situação, poderá o advogado de José requerer

A) a realização de contradita das testemunhas.

B) a realização de acareação das testemunhas.

C) a instauração de incidente de falsidade.

D) a suspensão do processo até a localização da vítima, para superar divergência.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "A" está errada vide inteligência do Art. 229, do CPP.

B) Correto

A alternativa "B" é a única que se mostra correta, vide inteligência Art. 229, do CPP:

> Art. 229. A acareação será admitida entre acusados, entre acusado e testemunha, entre testemunhas, entre acusado ou testemunha e a pessoa ofendida, e entre as pessoas ofendidas, sempre que divergirem, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes.
>
> Parágrafo único. Os acareados serão reperguntados, para que expliquem os pontos de divergências, reduzindo-se a termo o ato de acareação.

C) Errado

A alternativa "C" está errada vide inteligência do Art. 229, do CPP.

D) Errado

A alternativa "D" está errada vide inteligência do Art. 229, do CPP.

Gabarito: Letra B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca.

Questão 69

Ricardo foi denunciado, perante a 1ª Vara Criminal de determinada cidade, pela prática de crime de associação para o tráfico com mais 04 outros indivíduos, destacando a denúncia o local, o período e a existência de outros indivíduos não identificados, integrantes da mesma associação. Foi condenado em primeira instância e foi mantida a prisão preventiva, apresentando a defesa recurso de apelação. No dia seguinte da condenação, na cadeia, Ricardo vem a ser notificado em razão de denúncia diversa oferecida pelo Ministério Público, agora perante a 2ª Vara Criminal da mesma cidade, pela prática do mesmo crime de associação para o tráfico, em iguais período e local da primeira denúncia, mas, dessa vez, foram denunciados também os indivíduos não identificados mencionados no primeiro processo. Ricardo, então, entra em contato com seu advogado, informando da nova notificação. Considerando a situação narrada, caberá ao advogado de Ricardo apresentar exceção de

A) litispendência.

B) coisa julgada.

C) incompetência.

D) ilegitimidade.

Comentário:

A) Correto

A alternativa "A" é a única que se mostra correta, cabendo a defesa apresentar exceção de litispendência conforme Art. 95, III do CPP:

Art. 95. Poderão ser opostas as exceções de:

I - suspeição;

II - incompetência de juízo;

III - litispendência;

B) Errado

A alternativa "B" está errada vide inteligência do Art. 95, III do CPP.

C) Errado

A alternativa "C" está errada vide inteligência do Art. 95, III do CPP.

D) Errado

A alternativa "D" está errada vide inteligência do Art.95, III do CPP.

Gabarito: Letra A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO DO TRABALHO

Questão 70

Lino trabalha como diagramador na sociedade empresária XYZ Ltda., localizada em um grande centro urbano, e recebe do empregador, além do salário, moradia e plano de assistência odontológica, graciosamente. Sobre o caso narrado, de acordo com a CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Ambos os benefícios serão incorporados ao salário de Lino.

B) Somente o benefício da habitação será integrado ao salário de Lino.

C) Nenhum dos benefícios será incorporado ao salário de Lino.

D) Somente o benefício do plano de assistência odontológica será integrado ao salário de Lino.

Comentários:

O enunciado trata da remuneração, mais especificamente do salário *in natura*, disciplinado no artigo 458 da Consolidação das Leis do Trabalho.

> Art. 458, CLT. Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no **salário**, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações "**in natura**" que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)
>
> §1º Os valores atribuídos às prestações "in natura" deverão ser justos e razoáveis, não podendo exceder, em cada caso, os dos percentuais das parcelas componentes do salário-mínimo (arts. 81 e 82). (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)
>
> §2º Para os efeitos previstos neste artigo, **não serão consideradas como salário** as seguintes utilidades concedidas pelo empregador: (Redação dada pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)

I – vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação do serviço; (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)

II – educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático; (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)

III – transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público; (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)

IV – **assistência médica, hospitalar e odontológica**, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde; (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)

V – seguros de vida e de acidentes pessoais; (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)

VI – previdência privada; (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)

VII – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)

VIII - o valor correspondente ao vale-cultura. (Incluído pela Lei nº 12.761, de 2012)

§3º A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário-contratual. (Incluído pela Lei nº 8.860, de 24.3.1994)

§4º Tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-habitantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família. (Incluído pela Lei nº 8.860, de 24.3.1994)

§5º O valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio ou não, inclusive o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, próteses, órteses, despesas médico-hospitalares e outras similares, mesmo quando concedido em diferentes modalidades de planos e coberturas, não integram o salário do empregado para qualquer efeito nem o salário de contribuição, para efeitos do previsto na alínea q do §9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

A) Errado

Incorreta a assertiva "A", pois, conforme dispõe o §2º acima transcrito, a assistência odontológica não será considerada salário.

B) Correto

A letra "B", por sua vez, está correta. Segundo o artigo 458, §2º, da CLT, a assistência médica, hospitalar e odontológica não será considerada salário. Desta feita, apenas a habitação será integrada.

C) Errado

Incorreta a alternativa "C", pois, como exposto, a habitação integrará o salário, em respeito ao dispositivo mencionado.

D) Errado

Por fim, incorreta a letra "D", já que vai de encontro ao §2º exaustivamente mencionado, o qual prevê expressamente que a assistência odontológica não será considerada salário.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca.

Questão 71

Célio e Paulo eram funcionários da sociedade empresária Minério Ltda. e trabalhavam no município do Rio de Janeiro. Por necessidade de serviço, eles foram deslocados para trabalhar em outros municípios. Célio continuou morando no mesmo lugar, porque o município em que passou a laborar era contíguo ao Rio de Janeiro. Paulo, no entanto, mudou-se definitivamente, com toda a família, para o município em que passou a

trabalhar, distante 350 km do Rio de Janeiro. Dois anos depois, ambos foram dispensados. A sociedade empresária nada pagou aos funcionários quando das transferências de locais de trabalho, salvo a despesa com a mudança de Paulo. Ambos ajuizaram ações trabalhistas. A partir da hipótese sugerida, assinale a afirmativa correta.

A) Célio e Paulo não têm direito ao adicional de transferência.

B) Apenas Paulo tem direito ao adicional de transferência.

C) Apenas Célio tem direito ao adicional de transferência.

D) Ambos têm direito ao adicional de transferência.

Comentários:

Questão desatualizada.

Questão 72

Pedro é empregado da sociedade empresária X e, em determinado mês, recebeu diárias na ordem de 70% do seu salário, sem ter prestado qualquer conta ao empregador. De acordo com a CLT e o entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

A) A diária, na hipótese retratada, terá natureza salarial na totalidade.

B) A diária terá natureza indenizatória porque visa ressarcir gastos realizados pelo empregado.

C) Somente o que ultrapassar 50% do salário terá natureza salarial, logo, 20%, na hipótese.

D) A lei determina que metade da diária paga tenha natureza salarial e metade, indenizatória.

Comentários:

Questão desatualizada.

Questão 73

Na convenção coletiva de determinada categoria, ficou estipulado que o adicional de periculosidade seria pago na razão de 15% sobre o salário-base, pois, comprovadamente, os trabalhadores permaneciam em situação de risco durante metade da jornada cumprida. Sobre a cláusula em questão, assinale a afirmativa correta.

A) A cláusula não é válida, pois se trata de norma de ordem pública.

B) A validade da cláusula depende de homologação judicial.

C) A cláusula é válida, porque a Constituição da República garante eficácia aos acordos e às convenções coletivas.

D) A legalidade da cláusula será avaliada pelo juiz, porque a Lei e o TST são silentes a respeito.

Comentários:

O enunciado cuida da validade de cláusula constante em convenção coletiva de trabalho, acerca do adicional de periculosidade. O aluno deve ter em mente, portanto, o teor da Súmula 364 do Tribunal Superior do Trabalho.

> Súmula 364/TST
> ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. EXPOSIÇÃO EVENTUAL, PERMANENTE E INTERMITENTE (inserido o item II) - Res. 209/2016, DEJT divulgado em 01, 02 e 03.06.2016
> I - Tem direito ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco. Indevido, apenas, quando o contato dá-se de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido. (ex-Ojs da SBDI-1 nºs 05 - inserida em 14.03.1994 - e 280 - DJ 11.08.2003)
> II - **Não é válida a cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho fixando o adicional de periculosidade em percentual inferior ao estabelecido em lei** e proporcional ao tempo de exposição ao risco, pois tal parcela constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantida por **norma de ordem pública** (arts. 7º, XXII e XXIII, da CF e 193, §1º, da CLT).

A) Correto

De pronto, a alternativa "A" está correta, pois, consoante o enunciado sumular acima transcrito, tal cláusula contratual é inválida por representar ofensa à norma de ordem pública.

B) Errado

Inadequada a redação da assertiva "B", pois, como dito acima, ainda que homologada, a cláusula contratual prevendo percentual inferior de adicional de periculosidade é inválida.

C) Errado

Igualmente incorreta a alternativa "C", pois, ainda que a Constituição Federal assegure a eficácia das negociações coletivas, a hipótese narrada é incabível, pois trata-se de norma de ordem pública.

D) Errado

Por fim, equivocada a letra "D", já que há súmula do TST disciplinando o tema expressamente, não havendo que se falar em omissão.

Gabarito: A.

Fonte de conhecimento jurídico: Jurisprudência.

Questão 74

Um aprendiz de marcenaria procura um advogado para se inteirar sobre o FGTS que vem sendo depositado mensalmente pelo empregador na sua conta vinculada junto à CEF, na razão de 2% do salário, e cujo valor é descontado juntamente com o INSS. Com relação ao desconto do FGTS, assinale a afirmativa correta.

A) O FGTS deveria ser depositado na ordem de 8% e não poderia ser descontado.

B) A empresa, por se tratar de aprendiz, somente poderia descontar metade do FGTS depositado.

C) A empresa está equivocada em relação ao desconto, pois o FGTS é obrigação do empregador.

D) A conduta da empresa é regular, tanto em relação ao percentual quanto ao desconto.

Comentários:

Questiona-se acerca do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mais especificamente sobre seu custeio. O FTGS encontra-se regulamentado na Lei nº 8.036/90. O cerne da questão possui respaldo no artigo 15 da mencionada lei. Ressalte-se, ainda, que o enunciado trata de contrato de aprendizagem.

> Art. 15, Lei nº 8.036/90. Para os fins previstos nesta lei, **todos os empregadores ficam obrigados a depositar**, até o dia 7 (sete) de cada mês, **em conta bancária vinculada**, a importância correspondente a 8 (oito) por cento da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador, incluídas na remuneração as parcelas de que tratam os arts. 457 e 458 da CLT e a gratificação de Natal a que se refere a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, com as modificações da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965.
>
> §1º Entende-se por empregador a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito privado ou de direito público, da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que admitir trabalhadores a seu serviço, bem assim aquele que, regido por legislação especial, encontrar-se nessa condição ou figurar como fornecedor ou tomador de mão-de-obra, independente da responsabilidade solidária e/ou subsidiária a que eventualmente venha obrigar-se.
>
> §2º Considera-se trabalhador toda pessoa física que prestar serviços a empregador, a locador ou tomador de mão-de-obra, excluídos os eventuais, os autônomos e os servidores públicos civis e militares sujeitos a regime jurídico próprio.
>
> §3º Os trabalhadores domésticos poderão ter acesso ao regime do FGTS, na forma que vier a ser prevista em lei.
>
> §4º Considera-se remuneração as retiradas de diretores não empregados, quando haja deliberação da empresa, garantindo-lhes os direitos

> decorrentes do contrato de trabalho de que trata o art. 16. (Incluído pela Lei nº 9.711, de 1998)
> §5º O depósito de que trata o *caput* deste artigo é obrigatório nos casos de afastamento para prestação do serviço militar obrigatório e licença por acidente do trabalho. (Incluído pela Lei nº 9.711, de 1998)
> §6º Não se incluem na remuneração, para os fins desta Lei, as parcelas elencadas no §9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. (Incluído pela Lei nº 9.711, de 1998)
> §7º **Os contratos de aprendizagem terão a alíquota a que se refere o *caput* deste artigo reduzida para dois por cento**. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 2000)

A) Errado

Incorreta a letra "A". Apesar de a parte final do enunciado estar correta, já que não poderia ter havido descontos, o percentual em caso de contratos de aprendizagem é de 2%, consoante redação do §7º, acima transcrito.

B) Errado

Igualmente incorreta a assertiva "B", pois, como dito linhas acima, o desconto não é possível, sendo o custeio do FGTS de responsabilidade do empregador, conforme o *caput* do dispositivo transcrito.

C) Correto

A redação da alternativa "C", por sua vez, está adequada. Apesar de o percentual relacionado no enunciado estar correto, o desconto do trabalhador não é possível por se tratar de responsabilidade do empregador, em conformidade ao artigo 15, *caput* e §7º, da Lei nº 8.036/90.

D) Errado

Por fim, equivocada a letra "D", posto que afronta em todos os sentidos o dispositivo supramencionado, não sendo possível o desconto.

Gabarito: C.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca.

Questão 75

Suely trabalha na casa de Rogério como cuidadora de seu pai, pessoa de idade avançada e enferma, comparecendo de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 17:00 h, com intervalo de uma hora para refeição. De acordo com o caso narrado e a legislação de regência, assinale a afirmativa correta.

A) O controle escrito não é necessário, porque menos de 10 empregados trabalham na residência de Rogério.

B) A lei de regência prevê que as partes podem acertar, por escrito, a isenção de marcação da jornada normal, assinalando apenas a eventual hora extra.

C) A Lei é omissa a respeito, daí por que a existência de controle deve ser acertado entre as partes envolvidas no momento da contratação.

D) Rogério deve, por força de Lei, manter controle escrito dos horários de entrada e saída da empregada doméstica

Comentários:

Cuida-se de questão relacionada ao controle de jornada do trabalhador doméstico. Isto posto, o aluno deve ter em mente o artigo 12 da Lei Complementar nº 150/15.

> Art. 12, LC nº 150/15. **É obrigatório o registro do horário** de trabalho do empregado doméstico por qualquer meio manual, mecânico ou eletrônico, desde que idôneo.

A) Errado

Incorreta a letra "A", pois cuida-se de relação de trabalho doméstico, não havendo que se falar em número mínimo de funcionários para obrigatoriedade do controle de horário.

B) Errado

Igualmente incorreta a assertiva "B", pois a lei de regência não estipula tal possibilidade de convenção, devendo-se necessariamente realizar o registro.

C) Errado

Também incorreta a alternativa "C", já que a Lei Complementar nº 150/15 traz regramento expresso do tema, não havendo que se falar em omissão.

D) Correto

Por fim, resta como correta a letra "D". Assim, o empregador deve manter o registro da jornada por qualquer meio idôneo, em conformidade com o artigo 12 da LC nº 150/15.

Gabarito: D.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Questão 76

Lucas é vigilante. Nessa condição, trabalhou como terceirizado durante um ano em um estabelecimento comercial privado e, a seguir, em um órgão estadual da administração direta, no qual permaneceu por dois anos. Dispensado, ajuizou ação contra o ex-empregador e contra os dois tomadores dos seus serviços (a empresa privada e o Estado), pleiteando o pagamento de horas extras durante todo o período contratual e a responsabilidade subsidiária dos tomadores nos respectivos períodos em que receberam o serviço. A sentença julgou procedente o pedido e os réus pretendem recorrer. Em relação às custas, com base nos ditames da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Cada réu deverá recolher 1/3 das custas.

B) Havendo participação do Estado, ninguém pagará custas.

C) Somente o Estado ficará dispensado das custas.

D) Cada réu deverá recolher a integralidade das custas.

Comentários:

O enunciado trata da obrigatoriedade do pagamento de custas, disciplinada nos artigos 789 e 790-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

> Art. 789, CLT. Nos dissídios individuais e nos dissídios coletivos do trabalho, nas ações e procedimentos de competência da Justiça do Trabalho, bem como nas demandas propostas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição trabalhista, **as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2%** (dois por cento), observado o mínimo de R$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos) e o máximo de quatro vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de

Previdência Social, e serão calculadas: (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017)

I – quando houver acordo ou condenação, sobre o respectivo valor; (Redação dada pela Lei nº 10.537, de 27.8.2002)

II – quando houver extinção do processo, sem julgamento do mérito, ou julgado totalmente improcedente o pedido, sobre o valor da causa; (Redação dada pela Lei nº 10.537, de 27.8.2002)

III – no caso de procedência do pedido formulado em ação declaratória e em ação constitutiva, sobre o valor da causa; (Redação dada pela Lei nº 10.537, de 27.8.2002)

IV – quando o valor for indeterminado, sobre o que o juiz fixar. (Redação dada pela Lei nº 10.537, de 27.8.2002)

§1º As custas serão pagas pelo vencido, após o trânsito em julgado da decisão. No caso de recurso, as custas serão pagas e comprovado o recolhimento dentro do prazo recursal. (Redação dada pela Lei nº 10.537, de 27.8.2002)

§2º Não sendo líquida a condenação, o juízo arbitrar-lhe-á o valor e fixará o montante das custas processuais. (Redação dada pela Lei nº 10.537, de 27.8.2002)

§3º Sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá em partes iguais aos litigantes. (Redação dada pela Lei nº 10.537, de 27.8.2002)

§4º Nos dissídios coletivos, as partes vencidas responderão solidariamente pelo pagamento das custas, calculadas sobre o valor arbitrado na decisão, ou pelo Presidente do Tribunal. (Redação dada pela Lei nº 10.537, de 27.8.2002)

Art. 790-A, CLT. **São isentos do pagamento de custas**, além dos beneficiários de justiça gratuita: (Incluído pela Lei nº 10.537, de 27.8.2002)

I – a União, **os Estados**, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica; (Incluído pela Lei nº 10.537, de 27.8.2002)

II – o Ministério Público do Trabalho. (Incluído pela Lei nº 10.537, de 27.8.2002)

Parágrafo único. A isenção prevista neste artigo não alcança as entidades fiscalizadoras do exercício profissional, nem exime as pessoas jurídicas referidas no inciso I da obrigação de reembolsar as despesas judiciais realizadas pela parte vencedora. (Incluído pela Lei nº 10.537, de 27.8.2002)

A) Errado

Incorreta a assertiva "A", pois enuncia uma repartição de responsabilidades sobre o pagamento das custas que não possui respaldo legal, diante da isenção prevista no artigo 790-A, I, da CLT.

B) Errado

Equivocada a letra "B", já que prevê uma isenção irrestrita do pagamento das custas, indo de encontro ao *caput* do artigo 789, acima transcrito.

C) Correto

Por outro lado, correta a alternativa "C". Em conformidade com os artigos 789, *caput*, e 790-A, I, da CLT, apenas o Estado está isento de custas, devendo a outra parte recolhê-las regularmente.

D) Errado

Por fim, incorreta a letra "D", já que não é razoável o recolhimento integral das custas por todas as partes envolvidas, além de ir de encontro aos dispositivos transcritos, mormente o artigo 790-A, I, o qual prevê expressamente a isenção das custas para o ente estatal.

Gabarito: C.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca.

Questão 77

Expedida carta precatória executória numa demanda trabalhista, o juízo deprecante cita o devedor para pagamento, mas ele permanece inerte. Então, o oficial de justiça retorna e penhora um dos imóveis do executado, avaliando-o e garantindo o juízo. Imediatamente o executado ajuíza embargos de devedor, alegando que o bem penhorado foi subavaliado, apresentando a documentação que entende provar que o valor de mercado do bem é muito superior àquele lançado no auto pelo oficial de justiça. Sobre a hipótese apresentada, de acordo com a legislação em vigor e o entendimento consolidado do TST, assinale a opção que, justificadamente, indica o juízo competente para apreciar os embargos.

A) O juízo deprecante é competente, pois dele se origina a execução.

B) O julgamento poderá competir aos juízos deprecante ou ao deprecado, porque a Lei não traz previsão.

C) O juízo deprecado será competente, porque a matéria se refere a suposto vício na penhora.

D) A Lei e a jurisprudência são omissas a respeito, daí porque a parte poderá escolher qual dos juízos apreciará os embargos.

Comentários:

A questão indaga acerca da competência em sede de execução por carta precatória, mais precisamente para apreciação de embargos do devedor. O aluno deve ficar atento, pois, diante da omissão da CLT e compatibilidade sobre o tema, deve-se recorrer ao Código de Processo Civil, conforme dispõe o artigo 769 da Consolidação. A disciplina encontra respaldo no artigo 914 do CPC.

> Art. 769, CLT. **Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho**, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste Título.
>
> Art. 914, CPC. O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá se opor à execução por meio de embargos.

> §1º Os embargos à execução serão distribuídos por dependência, autuados em apartado e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, que poderão ser declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
> §2º **Na execução por carta**, os embargos serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo **se versarem unicamente sobre vícios ou defeitos da penhora**, da avaliação ou da alienação dos bens efetuadas **no juízo deprecado**.

A) Errado

A letra "A" deve ser eliminada, pois vai de encontro à exceção prevista na parte final do artigo 914, §2º, do CPC, acima transcrito.

B) Errado

Também inadequada a redação da assertiva "B". Diferentemente do que propõe, apesar de a CLT ser omissa neste sentido, a disciplina da matéria encontra-se expressamente prevista no CPC, fonte subsidiária do processo do trabalho, segundo o artigo 769 da Consolidação.

C) Correto

Por outro lado, correta a alternativa "C", pois plenamente conforme o artigo 914, §2º, do CPC. Logo, por tratar-se de vício na penhora, o juízo deprecado é competente para apreciar os embargos à execução.

D) Errado

Por fim, equivocada a letra "D", já que, como dito linhas acima, o Código de Processo Civil disciplina expressamente a matéria, e possui regramento compatível, devendo incidir sobre a hipótese narrada.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca.

Questão 78

Jorge foi dispensado e, no dia designado para homologação da ruptura contratual, a empresa informou que não tinha dinheiro para pagar a indenização. O TRCT estava preenchido, com o valor total de R$ 5.000,00 que Jorge deveria receber. Diante da situação narrada pela empresa e da extrema necessidade de Jorge, o sindicato concordou em fazer a homologação apenas para liberar o FGTS e permitir o acesso ao seguro-desemprego, lançando no TRCT um carimbo de que nada havia sido pago. Jorge, então, ajuizou ação monitória na Justiça do Trabalho, cobrando a dívida de R$ 5.000,00. Sobre a situação narrada, assinale a afirmativa correta.

A) O comportamento de Jorge é viável, sendo que, nesse caso, o juiz expedirá mandado de pagamento, nos moldes do CPC.

B) Na Justiça do Trabalho, a ação monitória somente é possível em causas de até dois salários mínimos, sendo que da sentença não caberá recurso, o que não é a hipótese retratada.

C) Jorge deveria ajuizar ação de execução de título extrajudicial, que é a natureza jurídica do TRCT preenchido, mas não quitado.

D) Jorge agiu mal, porque não cabe ação monitória na Justiça do Trabalho, em razão da incompatibilidade de procedimentos.

Comentários:

A questão aborda a temática do cabimento da ação monitória, cujas hipóteses estão elencadas nos artigos 700 e 701 do Código de Processo Civil. Portanto, deve-se ter em mente, mais uma vez, a redação do artigo 769 da CLT, transcrito linhas

acima, que prevê a aplicação do direito processual comum nas hipóteses de omissão da Consolidação, desde que haja compatibilidade.

> Art. 700, CPC. A **ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz**:
> I - **o pagamento de quantia em dinheiro**;
> II - a entrega de coisa fungível ou infungível ou de bem móvel ou imóvel;
> III - o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer.
> §1º A prova escrita pode consistir em prova oral documentada, produzida antecipadamente nos termos do art. 381.
> §2º Na petição inicial, incumbe ao autor explicitar, conforme o caso:
> I - a importância devida, instruindo-a com memória de cálculo;
> II - o valor atual da coisa reclamada;
> III - o conteúdo patrimonial em discussão ou o proveito econômico perseguido.
> §3º O valor da causa deverá corresponder à importância prevista no §2º, incisos I a III.
> §4º Além das hipóteses do art. 330, a petição inicial será indeferida quando não atendido o disposto no §2º deste artigo.
> §5º Havendo dúvida quanto à idoneidade de prova documental apresentada pelo autor, o juiz intimá-lo-á para, querendo, emendar a petição inicial, adaptando-a ao procedimento comum.
> §6º É admissível ação monitória em face da Fazenda Pública.
> §7º Na ação monitória, admite-se citação por qualquer dos meios permitidos para o procedimento comum.

> Art. 701, CPC. **Sendo evidente o direito do autor, o juiz deferirá a expedição de mandado de pagamento**, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, concedendo ao réu prazo de 15 (quinze) dias para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa.
> §1º O réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo.
> §2º Constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos previstos no art. 702, observando-se, no que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial.
> §3º É cabível ação rescisória da decisão prevista no caput quando ocorrer a hipótese do §2º.

> §4º Sendo a ré Fazenda Pública, não apresentados os embargos previstos no art. 702, aplicar-se-á o disposto no art. 496, observando-se, a seguir, no que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial.
> §5º Aplica-se à ação monitória, no que couber, o art. 916.

A) Correto

De pronto, correta a letra "A". Em consonância com os dispositivos transcritos, é cabível o ajuizamento de ação monitória, na qual, se evidente o direito do autor, será possível a expedição pelo magistrado de mandado de pagamento.

B) Errado

Por outro lado, inadequada a redação da assertiva "B", pois a restrição enunciada não possui respaldo legal, conforme os artigos supramencionados.

C) Errado

Incorreta a alternativa "C", já que o TRCT não é título executivo extrajudicial, posto que não consta no rol expresso no artigo 876 da CLT.

> Art. 876, CLT. As decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo; os acordos, quando não cumpridos; os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia serão executadas pela forma estabelecida neste Capítulo. (Redação dada pela Lei nº 9.958, de 12.1.2000) (...)

D) Errado

Por fim, também equivocada a letra "D", já que há compatibilidade de procedimentos, sendo, portanto, completamente viável a incidência subsidiária dos dispositivos do CPC relativos à ação monitória.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca.

Questão 79

A sociedade empresária Sanear Conservação e Limpeza Ltda. ajuizou ação de consignação em pagamento em face do ex-empregado Pedro Braga, afirmando que ele se negava a receber as verbas resilitórias a que faria jus. Citado, Pedro Braga apresentou resposta sob a forma de contestação e reconvenção, postulando diversos direitos alegadamente lesados e incluindo no polo passivo a sociedade empresária Réptil Imobiliária, tomadora dos serviços terceirizados do empregado, requerendo dela a responsabilidade subsidiária. Diante da situação retratada e da norma de regência, assinale a afirmativa correta.

A) Não é possível, em sede de reconvenção, ajuizar ação contra quem não é parte na lide principal.

B) A pretensão de Pedro somente se viabilizará se a sociedade empresária Réptil Imobiliária concordar em figurar na reconvenção.

C) Não há óbice a se incluir na reconvenção pessoa que não figure na lide original.

D) A Lei processual é omissa a respeito; assim ficará a critério do juiz aceitar a inclusão da sociedade empresária Réptil Imobiliária.

Comentários:

O enunciado cuida da reconvenção. Mais uma vez, o aluno deve recorrer ao Diploma Adjetivo Civil, posto que a CLT é omissa quanto ao regramento desse instituto (artigo 769, CLT). Logo, deve-se atentar ao artigo 343 do CPC.

> Art. 343, CPC. Na contestação, é lícito ao réu propor **reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa**.

> §1º Proposta a reconvenção, o autor será intimado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias.
> §2º A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.
> §3º **A reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro**.
> §4º A reconvenção pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.
> §5º Se o autor for substituto processual, o reconvinte deverá afirmar ser titular de direito em face do substituído, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual.
> §6º O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.

A) Errado

A alternativa "A" está equivocada, pois, consoante o §3º acima transcrito, não há óbice à propositura de reconvenção contra terceiro.

B) Errado

Igualmente inadequada a redação da assertiva "B", pois não possui respaldo legal. Não há no dispositivo colacionado tal condição de viabilidade para a reconvenção.

C) Correto

Correta, por sua vez, a alternativa "C", pois plenamente condizente com o artigo 343, §3º, do Código de Processo Civil, podendo a reconvenção ser proposta contra o autor e terceiro.

D) Errado

Por fim, equivocada a letra "D", já que, diante da omissão da CLT, aplica-se o Código de Processo Civil, o qual possui disciplina integral da matéria.

Gabarito: C.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca.

Questão 80

Em reclamação trabalhista que se encontra na fase de execução, o executado apresentou exceção de pré-executividade. Após ser conferida vista à parte contrária, o juiz julgou-a procedente e reconheceu a nulidade da citação e de todos os atos subsequentes, determinando nova citação para que o réu pudesse contestar a demanda. Considerando essa situação e o que dispõe a CLT, assinale a opção que indica o recurso que o exequente deverá apresentar para tentar reverter a decisão.

A) Apelação.

B) Agravo de Petição.

C) Recurso de Revista.

D) Recurso Ordinário.

Comentários:

Questiona-se acerca da medida recursal cabível para impugnar decisão que acolhe exceção de pré-executividade, instituto aceito jurisprudencialmente na fase executória. Cuida-se, portanto, do agravo de petição, previsto no artigo 897 da Consolidação das Leis do Trabalho.

> Art. 897, CLT. Cabe **agravo**, no prazo de 8 (oito) dias: (Redação dada pela Lei nº 8.432, de 1992)
> a) **de petição, das decisões do Juiz ou Presidente, nas execuções**; (Redação dada pela Lei nº 8.432, de 1992)
> b) de instrumento, dos despachos que denegarem a interposição de recursos. (Redação dada pela Lei nº 8.432, de 1992) (...)

A) Errado

Incorreta a letra "A", pois cuida-se da fase de execução, não sendo cabível apelação.

B) Correto

Por outro lado, correta a assertiva "B", pois, de acordo com o artigo 897, "a", colacionado, na fase de execução, cabe agravo de petição. Saliente-se, ainda, que,

se fosse caso de indeferimento da exceção, a decisão teria caráter interlocutório, não sendo recorrível de imediato.

> Art. 893, CLT. Das decisões são admissíveis os seguintes recursos: (Redação dada pela Lei nº 861, de 13.10.1949) (...)
> §1º Os incidentes do processo são resolvidos pelo próprio Juízo ou Tribunal, **admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recursos da decisão definitiva**. (Parágrafo único renumerado pelo Decreto-lei nº 8.737, de 19.1.1946) (...)

C) Errado

Incorreta a alternativa "C", já que não é cabível recurso de revista, cuja disciplina encontra-se no artigo 896 da CLT.

D) Errado

Por fim, também equivocada a letra "D", posto que não cabe recurso ordinário, disciplinado no artigo 895 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Gabarito: B.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca e Jurisprudência.

XXIII EXAME DA OAB – FGV - CADERNO TIPO 1 – APLICAÇÃO EM: 23.07.2017



ESTATUTO E ÉTICA

Questão 1

O advogado Diogo foi procurado, em seu escritório profissional, por Paulo, que desejava contratá-lo para atuar nos autos de processo judicial já em trâmite, patrocinado pelo advogado Jorge, mediante procuração, em face de um plano de saúde, pelo seguinte motivo: subitamente, Paulo descobriu que precisa realizar uma cirurgia imediatamente, sob risco de morte. Como não estava satisfeito com a atuação do advogado Jorge, decide, diante da necessidade de realizar a cirurgia, procurar Diogo, para requerer a tutela de urgência nos referidos autos, em plantão judicial.

Considerando a situação narrada e o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) Diogo apenas deverá atuar na causa, aceitando procuração, se houver concordância do advogado Jorge, uma vez que, de acordo com o Código de Ética e Disciplina da OAB, o advogado não deve aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído, salvo com a concordância deste.

B) Diogo apenas deverá atuar na causa, aceitando procuração, após ser dado prévio conhecimento ao advogado Jorge, uma vez que, de acordo com o Código de Ética e

Disciplina da OAB, o advogado não deve aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído anteriormente à comunicação a este.

C) Diogo poderá aceitar procuração e requerer nos autos judiciais, em favor de Paulo, a tutela de urgência necessária apenas se apresentar nos autos justificativa idônea a cessar a responsabilidade profissional de Jorge pelo acompanhamento da causa.

D) Diogo poderá aceitar procuração e requerer nos autos judiciais, em favor de Paulo, a tutela de urgência necessária, independentemente de prévia comunicação a Jorge ou de apresentação ao juízo de justificativa idônea para a cessação da responsabilidade profissional de Jorge.

Comentário:

A) Errado

De acordo com o art. 14 do Estatuto da Advocacia e da OAB, "O advogado não deve aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído, sem prévio conhecimento deste, **salvo por motivo plenamente justificável ou para adoção de medidas judiciais urgentes e inadiáveis**". Sendo assim, no caso apresentado, não era preciso haver concordância do advogado Jorge, tratando-se de tutela de urgência necessária.

B) Errado

De acordo com o art. 14 do Estatuto da Advocacia e da OAB, "O advogado não deve aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído, sem prévio conhecimento deste, **salvo por motivo plenamente justificável ou para adoção de medidas judiciais urgentes e inadiáveis**". Sendo assim, no caso apresentado, não era preciso haver prévia comunicação ao advogado Jorge, tratando-se de tutela de urgência necessária.

C) Errado

De acordo com o art. 14 do Estatuto da Advocacia e da OAB, "O advogado não deve aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído, sem prévio conhecimento deste, **salvo por motivo plenamente justificável ou para adoção de medidas judiciais urgentes e inadiáveis**". Sendo assim, no caso apresentado, não era preciso apresentar nos autos justificativa idônea a cessar a responsabilidade profissional de Jorge, tratando-se de tutela de urgência necessária.

D) Correto

Essa alternativa traduz, por completo, a solução à hipótese em tela, segundo os ditames do artigo 14 do Estatuto da Advocacia e da OAB.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 2

O advogado Ramiro foi procurado por Hugo, inventariante, para atuar no processo de inventário do genitor deste. Em momento posterior, os irmãos de Hugo, José e Luiz, outros herdeiros do de cujus, conferiram procuração a Ramiro, a fim de ele também representá-los na demanda. Todavia, no curso do feito, os irmãos, até então concordantes, passam a divergir sobre os termos da partilha. Ramiro, então, marca reuniões, em busca de harmonização dos interesses dos três, porém não obtém sucesso.

Diante do caso narrado, por determinação do Código de Ética e Disciplina da OAB, Ramiro deverá

A) renunciar aos três mandatos, afastando-se do feito.
B) manter-se no patrocínio dos três irmãos, desde que informe o conflito nos autos e atue de forma imparcial, observando-se a disciplina legal.
C) escolher, de acordo com seus critérios de prudência, apenas um dos mandatos, renunciando aos demais.
D) manter-se no patrocínio daquele que primeiro lhe conferiu o mandato, isto é, o inventariante, renunciando aos demais.

Comentário:

A) Errado

Nos termos do art. 20 do Estatuto da Advocacia e da OAB, "Sobrevindo conflitos de interesse entre seus constituintes e não conseguindo o advogado harmonizá-los, caber-lhe-á **optar**, com prudência e discrição, **por um dos mandatos**, **renunciando aos demais**, resguardado sempre o sigilo profissional. Assim, não seria necessário renunciar os três mandatos, apenas optar por um deles.

B) Errado

Nos termos do art. 20 do Estatuto da Advocacia e da OAB, "Sobrevindo conflitos de interesse entre seus constituintes e não conseguindo o advogado harmonizá-los, caber-lhe-á **optar**, com prudência e discrição, **por um dos mandatos**, **renunciando aos demais**, resguardado sempre o sigilo profissional. Assim, não seria possível manter-se no patrocínio dos três, Ramiro deverá optar por apenas um dos mandatos.

C) Correto

Está de acordo com a aplicação do art. 20 do Estatuto da Advocacia e da OAB.

D) Errado

Nos termos do art. 20 do Estatuto da Advocacia e da OAB, "Sobrevindo conflitos de interesse entre seus constituintes e não conseguindo o advogado harmonizá-los, caber-lhe-á optar, com prudência e discrição, por um dos mandatos, renunciando aos demais, resguardado sempre o sigilo profissional. Assim, Ramiro poderá optar pelo mandato, não adstringindo sua escolha ao que primeiro lhe conferiu o mandato.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 3

Nilza, advogada, responde a processo disciplinar perante certo Conselho Seccional da OAB, em razão da suposta prática de infração disciplinar que, se comprovada, poderá sujeitá-la à sanção de exclusão.

Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

A) O processo disciplinar instaurado em face de Nilza tramita em sigilo, até o seu término, só tendo acesso às suas informações as partes, seus defensores e a autoridade competente.
B) O processo disciplinar instaurado em face de Nilza é público, sendo facultado o acesso aos autos a qualquer advogado regularmente inscrito, para exercício do controle externo.
C) O processo disciplinar instaurado em face de Nilza é, em regra, público, sendo facultado o acesso aos autos a qualquer cidadão. Porém, excepcionalmente, pode ser decretado o sigilo, a critério da autoridade processante, quando justificada a necessidade de preservação do direito à intimidade.
D) O processo disciplinar instaurado em face de Nilza tramita, em regra, em sigilo, só tendo acesso às suas informações as partes, seus defensores e a autoridade competente. Torna-se, porém, público se o Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho decidir suspender Nilza preventivamente.

Comentário:

A) Correto

A alternativa traz a aplicação congruente com a norma do Estatuto da Advocacia e da OAB: Art. 72 - O processo disciplinar instaura-se de ofício ou mediante representação de qualquer autoridade ou pessoa interessada. [...] § 2º O

processo disciplinar **tramita em sigilo, até o seu término, só tendo acesso às suas informações as partes, seus defensores e a autoridade judiciária competente**.

B) Errado

A alternativa está em desacordo com a previsão do art. 72, §2º do Estatuto da Advocacia e da OAB: "O processo disciplinar instaura-se de ofício ou mediante representação de qualquer autoridade ou pessoa interessada. [...] § 2º O processo disciplinar **tramita em sigilo, até o seu término, só tendo acesso às suas informações as partes, seus defensores e a autoridade judiciária competente"**.

C) Errado

A alternativa está em desacordo com a previsão do art. 72, §2º do Estatuto da Advocacia e da OAB: "O processo disciplinar instaura-se de ofício ou mediante representação de qualquer autoridade ou pessoa interessada. [...] § 2º O processo disciplinar **tramita em sigilo, até o seu término, só tendo acesso às suas informações as partes, seus defensores e a autoridade judiciária competente**".

D) Errado

A alternativa está em desacordo com a previsão do art. 72, §2º do Estatuto da Advocacia e da OAB: "O processo disciplinar instaura-se de ofício ou mediante representação de qualquer autoridade ou pessoa interessada. [...] § 2º O processo disciplinar **tramita em sigilo, até o seu término, só tendo acesso às suas informações as partes, seus defensores e a autoridade judiciária competente"**.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 4

Juliana é integrante da equipe de recursos humanos de certa sociedade anônima, de grande porte, cujo objeto social é o comércio de produtos eletrônicos. Encontrando-se vago um cargo de gerência jurídica, Juliana organizou processo seletivo, tendo recebido os currículos de três candidatas.

A primeira delas, Mariana, é advogada regularmente inscrita na OAB, tendo se especializado em Direito Penal. A segunda, Patrícia, não é graduada em Direito, porém é economista e concluiu o doutorado em direito societário e mercado de capitais. A terceira, Luana, graduada em Direito, foi aprovada no exame da OAB e concluiu mestrado e doutorado. É conselheira de certo tribunal de contas estadual, mas encontra-se afastada, a pedido, sem vencimentos.

Considerando a situação narrada, assinale a afirmativa correta.

A) Qualquer das candidatas poderá exercer a função de gerência jurídica, mas apenas Mariana poderá subscrever os atos privativos da advocacia.
B) Qualquer das candidatas poderá exercer a função de gerência jurídica, mas apenas Mariana e Luana poderão subscrever os atos privativos da advocacia.
C) Apenas Mariana poderá exercer a função de gerência jurídica.
D) Apenas Mariana e Luana poderão exercer a função de gerência jurídica.

Comentário:

A) Errado

Vamos observar a possibilidade de cada uma delas exercer o cargo de gerência jurídica:

- Mariana é advogada regularmente inscrita na OAB, assim, poderia exercer o cargo em função do art. 7 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB:

> Art. 7º A função de diretoria e gerência jurídicas em qualquer empresa pública, privada ou paraestatal, inclusive em instituições financeiras, é **privativa de advogado**, não podendo ser exercida por quem não se encontre **inscrito regularmente na OAB**.

- Patrícia não é graduada em Direito e, naturalmente, não é advogada inscrita na OAB, assim, em função do art. 7 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, não poderia exercer a função, que é privativa de advogado.
- Luana é conselheira em um tribunal de contas estadual e ainda não foi inscrita na OAB, tendo sido apenas aprovada na prova. Assim, ela não poderia exercer a função tanto em razão do art. 7 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB (por ainda não constituir advogada regulamente inscrita) quanto do art. 28, II do Estatuto da Advocacia e da OAB:

> Art. 28. A advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com as seguintes atividades:
>
> II – **Membros** de órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, d**os tribunais e conselhos de contas**, dos juizados especiais, da justiça de paz, juízes classistas, bem como de todos os que exerçam função de julgamento em órgãos de deliberação coletiva da administração pública direta ou indireta;

Assim, ainda que afastada temporariamente, o fato de ser membro de tribunal de contas é incompatível com a atividade de gerência jurídica. Dessa forma, apenas Mariana poderá exercer a função de gerência jurídica.

B) Errado

Como visto apenas Mariana não estaria impedida de exercer o cargo.

C) Correto

Está de acordo com o art. 7 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB.

D) Errado

Como visto, Luana não poderia exercer a função com fulcro no art. 7 do Regulamento Geral da Advocacia e da OAB e art. 28, II do Estatuto da Advocacia e da OAB.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 5

Miguel, advogado, sempre exerceu a atividade sozinho. Não obstante, passou a pesquisar sobre a possibilidade de constituir, individualmente, pessoa jurídica para a prestação de seus serviços de advocacia.

Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

A) Miguel poderá constituir a pessoa jurídica pretendida, mediante registro dos seus atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede, com denominação formada pelo nome do titular, seguida da expressão 'Sociedade Individual de Advocacia'.

B) Miguel não poderá constituir a pessoa jurídica pretendida, uma vez que o ordenamento jurídico brasileiro não admite a figura da sociedade unipessoal, ressalvados apenas os casos de unipessoalidade temporária e da chamada subsidiária integral.

C) Miguel poderá constituir a pessoa jurídica pretendida mediante registro dos seus atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB, com denominação formada pelo nome do titular, seguida da expressão 'EIRELI'.

D) Miguel poderá constituir a pessoa jurídica pretendida mediante registro dos seus atos constitutivos no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, com denominação formada pelo nome do titular, seguida da expressão 'EIRELI'.

Comentário:

A) Correto

A assertiva reflete a íntegra do art. 15, §1º da Lei n° 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB), que determina:

> Art. 15 – "Os advogados podem reunir-se em sociedade simples de prestação de serviços de advocacia ou constituir sociedade unipessoal de advocacia, na forma disciplinada nesta Lei e no regulamento geral.
>
> § 1º A sociedade de advogados e a sociedade unipessoal de advocacia adquirem personalidade jurídica com o **registro aprovado dos seus atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB** em cuja base territorial tiver sede.

B) Errado

Contraria o art. 15, §1º do Estatuto da Advocacia e da OAB.

C) Errado

Contraria o art. 15, §1º do Estatuto da Advocacia e da OAB.

D) Errado

Contraria o art. 15, §1º do Estatuto da Advocacia e da OAB.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 6

O Dr. Silvestre, advogado, é procurado por um cliente para patrociná-lo em duas demandas em curso, nas quais o aludido cliente figura como autor. Ao verificar o andamento processual dos feitos, Silvestre observa que o primeiro processo tramita perante a juíza Dra. Isabel, sua tia. Já o segundo processo tramita perante o juiz Dr. Zacarias, que, coincidentemente, é o locador do imóvel onde o Dr. Silvestre reside.

Considerando o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) O Dr. Silvestre cometerá infração ética se atuar em qualquer dos processos, tendo em vista o grau de parentesco com a primeira magistrada e a existência de relação negocial com o segundo juiz.
B) O Dr. Silvestre cometerá infração ética apenas se atuar no processo que tramita perante a juíza Dra. Isabel, tendo em vista o grau de parentesco com a magistrada. Quanto ao segundo processo, não há vedação ética ao patrocínio na demanda.
C) O Dr. Silvestre cometerá infração ética apenas se atuar no processo que tramita perante o juiz Dr. Zacarias, tendo em vista a existência de relação negocial com o magistrado. Quanto ao primeiro processo, não há vedação ética ao patrocínio na demanda.

D) O Dr. Zacarias não cometerá infração ética se atuar em ambos os feitos, pois as hipóteses de suspeição e impedimento dos juízes versam sobre seu relacionamento com as partes, e não com os advogados.

Comentário:

A) Correto

Com efeito, segundo a previsão do Estatuto da Advocacia e da OAB, o Dr. Silvestre cometerá infração ética se atuar em qualquer dos processos, tendo em vista o grau de parentesco com a primeira magistrada bem como a existência de relação negocial com o segundo juiz: Art. 2º. Parágrafo único, "São deveres do advogado: [...]VIII - abster-se de: e) ingressar ou atuar em pleitos administrativos ou judiciais perante autoridades com as quais tenha vínculos negociais ou familiares".

B) Errado

Como visto no art. 2, VIII do Estatuto da Advocacia da OAB, os vínculos negociais também incitam a vedação ética ao patrocínio da demanda.

C) Errado

Como visto no art. 2, VIII do Estatuto da Advocacia da OAB, os vínculos negociais também incitam a vedação ética ao patrocínio da demanda.

D) Errado

A legislação trata justamente da questão dos impedimentos da autuação do advogado.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 7

Diogo é estudante de Direito com elevado desempenho acadêmico. Ao ingressar nos últimos anos do curso, ele é convidado por um ex-professor para estagiar em seu escritório.

Inscrito nos quadros de estagiários da OAB e demonstrando alta capacidade, Diogo ganha a confiança dos sócios do escritório e passa a, isoladamente e sob a responsabilidade do advogado, retirar e devolver autos em cartório, assinando a respectiva carga; visar atos constitutivos de sociedades para que sejam admitidos a registro; obter junto a escrivães e chefes de secretaria certidões de peças ou autos de processos em curso ou findos; assinar petições de juntada de documentos a processos judiciais ou administrativos; e subscrever embargos de declaração opostos em face de decisões judiciais.

Considerando as diversas atividades desempenhadas por Diogo, isoladamente e sob a responsabilidade do advogado, de acordo com o Estatuto e Regulamento da OAB, ele pode

A) retirar e devolver autos em cartório, assinando a respectiva carga, bem como visar atos constitutivos de sociedades, para que sejam admitidos a registro.

B) obter, junto a escrivães e chefes de secretaria, certidões de peças ou autos de processos em curso ou findos, bem como assinar petições de juntada de documentos a processos judiciais ou administrativos.

C) obter, junto a escrivães e chefes de secretaria, certidões de peças ou autos de processos findos, mas não de processos em curso, bem como subscrever embargos de declaração opostos em face de decisões judiciais.

D) assinar petições de juntada de documentos a processos judiciais, mas não a processos administrativos, nem subscrever embargos de declaração opostos em face de decisões judiciais.

Comentário:

A) Errado

O Estatuto da Advocacia e da OAB aponta:

> Art. 29 – Os atos de advocacia, previstos no Art. 1º do Estatuto, podem ser subscritos por estagiário inscrito na OAB, em conjunto com o advogado ou o defensor público.
>
> § 1º O estagiário inscrito na OAB pode praticar isoladamente os seguintes atos, sob a responsabilidade do advogado:
>
> I – retirar e devolver autos em cartório, assinando a respectiva carga;
>
> II – obter junto aos escrivães e chefes de secretarias certidões de peças ou autos de processos em curso ou findos;
>
> III – assinar petições de juntada de documentos a processos judiciais ou administrativos.
>
> § 2º Para o exercício de atos extrajudiciais, o estagiário pode comparecer isoladamente, quando receber autorização ou substabelecimento do advogado.

Sendo assim, ele não poderia realizar a segunda atividade prevista na alternativa.

B) Correto

Ambas as condutas estão previstas no art. 29 do Estatuto da Advocacia e da OAB como atos de advocacia (incisos II e III).

C) Errado

Está em desacordo com as hipóteses previstas no art. 29 do Estatuto da Advocacia e da OAB.

D) Errado

Está em desacordo com as hipóteses previstas no art. 29 do Estatuto da Advocacia e da OAB.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 8

O advogado Stéfano, buscando facilitar a satisfação de honorários advocatícios contratuais a que fará jus, estuda tomar duas providências: de um lado, tenciona incluir expressamente no contrato de prestação de seus serviços, com concordância do cliente, autorização para que se dê compensação de créditos pelo advogado, de importâncias devidas ao cliente; de outro, pretende passar a empregar, para o recebimento de honorários, sistema de cartão de crédito, mediante credenciamento junto a uma operadora.

Tendo em vista as medidas pretendidas pelo advogado e as disposições do Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) Não é permitida a compensação de créditos, pelo advogado, de importâncias devidas ao cliente, sendo vedada a inclusão de cláusula nesse sentido no contrato de prestação de serviços. De igual maneira, não é admitido o emprego de sistema de cartões de crédito para recebimento de honorários, mediante credenciamento junto a operadoras de tal ramo.
B) Não é permitida a compensação de créditos, pelo advogado, de importâncias devidas ao cliente, sendo vedada a inclusão de cláusula nesse sentido no contrato de prestação de serviços. Porém, é admitido o emprego de sistema de cartões de crédito para recebimento de honorários, mediante credenciamento junto a operadoras de tal ramo.
C) É admitida a compensação de créditos, pelo advogado, de importâncias devidas ao cliente, se houver autorização para tanto no contrato de prestação de serviços. Também é permitido o emprego de sistema de cartões de crédito para recebimento de honorários, mediante credenciamento junto a operadoras de tal ramo.
D) É admitida a compensação de créditos, pelo advogado, de importâncias devidas ao cliente, se houver autorização para tanto no contrato de prestação de serviços. Porém, não é permitido o emprego de sistema de cartões de crédito para recebimento de honorários, mediante credenciamento junto a operadoras de tal ramo.

Comentário:

A) Errado

No que se refere à questão dos honorários profissionais, é preciso observar os seguintes dispositivos do Estatuto da Advocacia e da OAB:

> Art. 48, § 2º - A compensação de créditos, pelo advogado, de importâncias devidas o cliente, somente será admissível quando o contrato de prestação de

serviços a autorizar ou quando houver autorização especial do cliente para esse fim, por este firmada.

Art. 53 - É lícito ao advogado ou à sociedade de advogados empregar, para o recebimento de honorários, sistema de cartão de crédito, mediante credenciamento junto a empresa operadora do ramo.

Conclui-se que é correto afirmar que é admitida a compensação de créditos, pelo advogado, de importâncias devidas ao cliente, desde que haja autorização para tanto no contrato de prestação de serviços. Além disso, é permitido o emprego de sistema de cartões de crédito para recebimento de honorários, mediante credenciamento junto a operadoras de tal ramo. Assim, ambas as afirmações da alternativa estão incorretas.

B) Errado

A primeira alternativa está em desacordo com o art. 48, §2ºdo Estatuto da Advocacia e da OAB.

C) Correto

Está de acordo com os arts. 48, §2º e 53 do Estatuto da Advocacia e da OAB.

D) Errado

A segunda afirmação da alternativa está em desacordo com o art. 53 do Estatuto da Advocacia e da OAB.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca



FILOSOFIA DO DIREITO

Questão 9

...só a vontade geral pode dirigir as forças do Estado de acordo com a finalidade de suas instituições, que é o bem comum...

Jean-Jacques Rousseau

A ideia de vontade geral, apresentada por Rousseau em seu livro Do Contrato Social, foi fundamental para o amadurecimento do conceito moderno de lei e de democracia. Assinale a opção que melhor expressa essa ideia conforme concebida por Rousseau no livro citado.

A) A soma das vontades particulares.

B) A vontade de todos.

C) O interesse particular do soberano, após o contrato social.

D) O interesse em comum ou o substrato em comum das diferenças.

Comentário:

A fim de responder satisfatoriamente a questão, deve-se observar o seguinte trecho de Rousseau:

> A primeira e mais importante consequência dos princípios acima estabelecidos está em que somente a vontade geral tem possibilidade de dirigir as forças do Estado, segundo o fim de sua instituição, isto é, o bem comum; pois, se a

> oposição dos interesses particulares tomou necessário o estabelecimento das sociedades, foi a conciliação desses mesmos interesses que a tornou possível. Eis o que há de comum nesses diferentes interesses fornecedores do laço social; e, se não houvesse algum ponto em torno do qual todos os interesses se harmonizam, sociedade nenhuma poderia existir. Ora, é unicamente à base desse interesse comum que a sociedade deve ser governada (Rousseau, Jean-Jacques. Do Contrato Social. Tradução de Ricardo Rodrigues da Gama. 1ª ed. São Paulo: Russel, 2006).

A) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, Rousseau não entende que a vontade geral é a soma das vontades particulares, mas sim o interesse em comum ou o substrato em comum das diferenças.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, Rousseau não entende que a vontade geral é a vontade de todos, mas sim o interesse em comum ou o substrato em comum das diferenças.

C) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, Rousseau não entende que a vontade geral é o interesse particular do soberano, após o contrato social, mas sim o interesse em comum ou o substrato em comum das diferenças.

D) Correto

Para Rousseau, a ideia de vontade geral é abordada por ele em sua obra Do Contrato Social e envolve o interesse em comum ou o substrato em comum das diferenças.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

Questão 10

A igualdade de recursos é uma questão de igualdade de quaisquer recursos que os indivíduos possuam privadamente.

Ronald Dworkin

A igualdade é um dos valores supremos presentes na Constituição da República e, também, objeto de um debate profundo no âmbito da Filosofia do Direito.

Assinale a alternativa que apresenta a concepção de igualdade distributiva, defendida por Ronald Dworkin em seu livro A Virtude Soberana.

A) Circunstâncias segundo as quais as pessoas não são iguais em bem-estar, mas nos recursos de que dispõem.

B) Possibilidade de que todos os membros de uma comunidade política devem ter de usufruir o bem-estar em condição de igualdade.

C) Igual partilha dos poderes políticos e dos direitos individuais em uma dada sociedade.

D) Um conjunto de políticas que assegurem a maximização utilitária do bem-estar em médio a longo prazo para a maior parte da população.

Comentário:

Para responder corretamente a questão, é importante observar o seguinte trecho de Dworkin, da obra "A Virtude Soberana". Lê-se:

> Na igualdade de bem-estar, as pessoas devem decidir que tipo de vida querem, independentemente das informações pertinentes para decidir o quanto suas escolhas reduzirão ou aumentarão a capacidade de outros terem o que querem. Esse tipo de informação só se torna importante em um segundo nível, político, no qual os administradores coletam todas as escolhas feitas no primeiro nível para ver qual distribuição dará a cada uma dessas escolhas êxito igual em alguma concepção de bem-estar interpretada como a dimensão correta do êxito. Na igualdade de recursos, porém, as pessoas decidem que tipo de vida procurar munidas de um conjunto de informações sobre o custo real que as suas escolhas impõem a outras pessoas e, consequentemente, ao estoque total de recursos que pode ser equitativamente utilizado por elas. As informações que sob a igualdade de bem-estar passam a um nível político independente são, sob a igualdade de recursos, levadas ao nível inicial da escolha individual (DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*: a teoria e a prática da igualdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013. 689 p. 2ª triagem; tradução de Jussara Simoes).

A) Correto

Para Dworkin, como pode ser visto no trecho supracitado, a concepção de igualdade distributiva relaciona-se a circunstâncias segundo as quais as pessoas não são iguais em bem-estar, mas nos recursos de que dispõem.

B) Errado

Contrariamente ao que alga a afirmativa, Dworkin não entende a igualdade distributiva como a possibilidade de que todos os membros de uma comunidade política devem ter de usufruir o bem-estar em condição de igualdade, mas sim como circunstâncias segundo as quais as pessoas não são iguais em bem-estar, mas nos recursos de que dispõem.

C) Errado

Contrariamente ao que alga a afirmativa, Dworkin não entende a igualdade distributiva como a concepção de igual partilha dos poderes políticos e dos direitos individuais em

uma dada sociedade, mas sim como circunstâncias segundo as quais as pessoas não são iguais em bem-estar, mas nos recursos de que dispõem.

D) Errado

Contrariamente ao que alga a afirmativa, Dworkin não entende a igualdade distributiva como um conjunto de políticas que assegurem a maximização utilitária do bem-estar em médio a longo prazo para a maior parte da população, mas sim como circunstâncias segundo as quais as pessoas não são iguais em bem-estar, mas nos recursos de que dispõem.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

Ao constatar que numerosas tribos indígenas, que ocupam determinadas áreas em caráter permanente, estão sendo fortemente atingidas por uma epidemia de febre amarela, o Governador do Estado Alfa remove-as da localidade de maneira forçada. Dada a repercussão do caso, logo após a efetivação da remoção, submete suas justificativas à Assembleia Legislativa do Estado Alfa, informando que o deslocamento das tribos será temporário e que ocorreu em defesa dos interesses das populações indígenas da região. A Assembleia Legislativa do Estado Alfa termina por referendar a ação do Chefe do Poder Executivo estadual.

Sobre o ato do Governador, com base no quadro acima apresentado, assinale a afirmativa correta.

A) Agiu em consonância com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, pois é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo decidir quais as medidas a serem tomadas nos casos que envolvam perigo de epidemia.

B) Não agiu em consonância com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, pois o princípio da irremovibilidade dos índios de suas terras é absoluto e, por essa razão, torna ilegítima a ação de remoção das tribos.

C) Agiu em consonância com a CRFB/88, pois, como o seu ato foi referendado pelo Poder Legislativo do Estado Alfa, respeitou os ditames estabelecidos pelo sistema jurídico-constitucional brasileiro.

D) Não agiu em consonância com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, posto que, no caso concreto, as autoridades estaduais não poderiam ter decidido, de modo conclusivo, pela remoção das tribos.

Comentário:

Para responder satisfatoriamente a questão, deve-se observar o artigo 231 da CF:

> Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. [...]
>
> §5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

A) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, o governador não agiu em conformidade com a CF ou respeitou os ditames estabelecidos pelo sistema jurídico-constitucional brasileiro, uma vez que as autoridades estaduais não poderiam ter decidido, de modo conclusivo, pela remoção das tribos no caso apresentado.

B) Errado

O governador de fato não agiu em consonância com o sistema jurídico-constitucional brasileiro. Entretanto, o pois o princípio da irremovibilidade dos índios de suas terras não é absoluto, sendo possível "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania

do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

C) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, o governador não agiu em conformidade com a CF ou respeitou os ditames estabelecidos pelo sistema jurídico-constitucional brasileiro, uma vez que as autoridades estaduais não poderiam ter decidido, de modo conclusivo, pela remoção das tribos no caso apresentado.

D) Correto

Como pode ser visto no artigo 231 da Constituição, o governador não agiu em consonância com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, posto que, no caso concreto, as autoridades estaduais não poderiam ter decidido, de modo conclusivo, pela remoção das tribos.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 12

João, rico comerciante, é eleito vereador do Município "X" pelo partido Alfa. Contudo, passados dez dias após sua diplomação, o partido político Pi, adversário de Alfa, ajuíza ação de impugnação de mandato eletivo, perante a Justiça Eleitoral, requerendo a anulação da diplomação de João. Alegou o referido partido político ter havido abuso do poder econômico por parte de João na eleição em que logrou ser eleito, anexando, inclusive, provas que considerou irrefutáveis.

João, sentindo-se injustiçado, já que, em momento algum no decorrer da campanha ou mesmo após a divulgação do resultado, teve conhecimento desses fatos, busca aconselhamento com um advogado acerca da juridicidade do ajuizamento de tal ação.

Com base no caso narrado, assinale a opção que apresenta a orientação dada pelo advogado.

A) O Partido Pi não poderia ter ingressado com a ação, pois abuso de poder econômico não configura fundamento que tenha o condão de viabilizar a impugnação de mandato eletivo conquistado pelo voto.

B) O Partido Pi respeitou os requisitos impostos pela CRFB/88, tanto no que se refere ao fundamento (abuso do poder econômico) para o ajuizamento da ação como também em relação à sua tempestividade.

C) O Partido Pi, nos termos do que dispõe a CRFB/88, não poderia ter ingressado com a ação, pois, ocorrida a diplomação, precluso encontrava-se o direito de impugnar o mandato eletivo de João.

D) O Partido Pi só poderia impugnar o mandato eletivo que João conquistou pelo voto popular em momento anterior à diplomação, sob pena de afronta ao regime democrático.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar à leitura do artigo 14 da Constituição Federal. Lê-se:

> Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: [...]
> §10º O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude;
> §11º A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

A) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, o Partido Pi poderia, sim, ter ingressado com a ação, pois abuso de poder econômico configura fundamento que tenha o condão de viabilizar a impugnação de mandato eletivo conquistado pelo voto.

B) Correto

Com base no caso narrado e no artigo 14 da CF, pode-se dizer que O Partido Pi respeitou os requisitos impostos pela CRFB/88, tanto no que se refere ao fundamento (abuso do poder econômico) para o ajuizamento da ação como também em relação à sua tempestividade.

C) Errado

Nos termos do que dispõe a CRFB/88, o Partido Pi poderia, sim, ter ingressado com a ação, pois, ocorrida a diplomação, tem-se o prazo de 15 dias para impugnação do mandato.

D) Errado

Nos termos do que dispõe a CRFB/88, o Partido Pi deveria ter ingressado com a ação após ocorrida a diplomação, pois tem-se o prazo de 15 dias para impugnação do mandato.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 13

Leonardo matriculou seus dois filhos em uma escola pública municipal, mas foi surpreendido ao tomar conhecimento de que ambos estão tendo aulas regulares, como disciplina obrigatória, de uma específica religião de orientação cristã. Indignado, ele procura você para, como advogado(a), orientá-lo sobre a regularidade de tal situação.

Sobre tal prática, com base no que dispõe o sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta.

A) É constitucional, pois a força normativa do preâmbulo constitucional auxilia uma interpretação que autoriza o ensino de religião, contanto que com viés cristão.

B) É inconstitucional, pois a laicidade estatal deve garantir que nenhuma religião possa ser preferida a outra no âmbito do espaço público-estatal, sendo o ensino religioso facultativo.

C) É constitucional, posto que o ensino religioso deve ser ministrado, segundo a Constituição de 1988, como disciplina obrigatória nas escolas públicas de ensino fundamental.

D) É inconstitucional, pois a laicidade estabelecida pela Constituição de 1988 pressupõe a vedação a qualquer espécie de orientação de ordem religiosa em instituições públicas.

Comentário:

A fim de responder satisfatoriamente a questão, deve-se atentar à leitura do art. 210 da CF/88:

> Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.
> §1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

Tem-se, também, a ADI 4439, na qual a Procuradoria-Geral da República levantou o questionamento acerca do modelo de ensino religioso nas escolas brasileiras da rede pública de ensino. Os ministros do Supremo Tribunal Federal definiram, em votação de 6 votos a 5, que o ensino religioso nas escolas públicas do país pode ter natureza confessional – isto é, o ensino deve ser vinculado às diversas religiões.

A) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, a prática do caso apresentado não é constitucional. Além disso, cabe destacar que o preâmbulo constitucional não possui força normativa.

B) Correto

A partir da leitura do artigo 210 da CF e da ADI 4439, entende-se que a prática do caso apresentado é inconstitucional, pois a laicidade estatal deve garantir que nenhuma religião possa ser preferida a outra no âmbito do espaço público-estatal, sendo o ensino religioso facultativo.

C) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, a prática do caso apresentado não é constitucional, pois o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras não é obrigatório.

D) Errado

Como pode ser visto no artigo supracitado, a prática do caso é inconstitucional. Entretanto, a laicidade estabelecida pela Constituição de 1988 não pressupõe a vedação a qualquer espécie de orientação de ordem religiosa em instituições públicas.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 14

As contas do Município Alfa referentes ao exercício financeiro de 2014, apresentadas pelo prefeito em 2015, receberam parecer desfavorável do Tribunal de Contas do referido Município, o qual foi criado antes da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

O Presidente da Câmara, após o regular trâmite interno, editou resolução e aprovou as referidas contas públicas municipais, uma vez que as demonstrações contábeis de exercícios financeiros anteriores deveriam ter sido analisadas em consonância com o plano plurianual.

Diante da narrativa exposta, assinale a afirmativa correta.

A) A competência para julgar as contas é do Tribunal de Contas do Município, órgão do Poder Judiciário, não podendo, em nenhuma hipótese, o Legislativo local afastá-la, sob pena de violação ao princípio da separação e harmonia entre os Poderes.

B) O parecer do Tribunal de Contas do Município a respeito da rejeição das contas somente não será acatado pela Câmara Municipal por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros deste órgão.

C) Considerando que o Tribunal de Contas do Município é órgão do Poder Legislativo e o Presidente da Câmara é a autoridade máxima de sua estrutura, é constitucional o afastamento, pelo Chefe do Poder Legislativo local, do entendimento de órgão a ele subordinado.

D) O Presidente da Câmara agiu corretamente, pois a periodicidade para análise das contas públicas do Município deve ser de 5 (cinco) anos, e tal disposição não foi observada pelo Tribunal de Contas do Município.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar aos art. 102, CC: "Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião". Lê-se, também, a Súmula 340 do STF:

> Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
> §1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
> §2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

> §3º As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
> §4º É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais

A) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

B) Correto

Como visto no dispositivo supracitado, com base no caso em questão, entende-se que o parecer do Tribunal de Contas do Município a respeito da rejeição das contas somente não será acatado pela Câmara Municipal por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros deste órgão.

C) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, não existe hierarquia entre o Tribunal de Contas e o Poder Legislativo, de modo que o órgão não pode ser subordinado a este.

D) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, a prestação de contas deve ser feita anualmente, e não a cada cinco anos, como pode ser visto no artigo supracitado.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 15

O prefeito do Município Ômega, ante a carência de estabelecimentos públicos de saúde capazes de atender satisfatoriamente às necessidades da população local, celebra diversos convênios com hospitais privados para que passem a integrar a rede de credenciados junto ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Considerando o disposto na Constituição da República de 1988, sobre os convênios firmados pelo prefeito do Município Ômega, assinale a afirmativa correta.

A) São válidos, uma vez que as instituições privadas podem participar de forma complementar do SUS, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

B) São nulos, pois a CRFB/88 apenas autoriza, no âmbito da assistência à saúde, a participação de entidades públicas, não de instituições privadas, com ou sem fins lucrativos.

C) São válidos, porque a destinação de recursos públicos para auxílio ou subvenção às instituições privadas com fins lucrativos está, inclusive, autorizada pela CRFB/88.

D) São nulos, porque, conforme previsão constitucional expressa, compete privativamente à União, mediante convênio ou contrato de direito público, autorizar a participação de instituições privadas no SUS.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se ter em mente o artigo 199 da CF/88:

> Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.
> §1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
> §2º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos. [...]

A) Correto

Como alega a alternativa, são válidos os convênios firmados pelo prefeito do Município Ômega, uma vez que as instituições privadas podem participar de forma complementar do SUS, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, a CF/88 autoriza, sim, a participação de instituições privadas na complementação do SUS.

C) Errado

Os convênios firmados pelo prefeito são, de fato, válidos. Entretanto, contrariamente ao que alega a alternativa, é vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

D) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, os convênios são válidos, não havendo disposição constitucional que estipule a competência privativa da União para firmar tais convênios.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 16

A lei federal nº 123, sancionada em 2012, é objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta por partido político com representação no Congresso Nacional. O referido diploma legal é declarado materialmente inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em março de 2014.

Em outubro de 2016, membro da Câmara dos Deputados apresenta novo projeto de lei ordinária contendo regras idênticas àquelas declaradas materialmente inconstitucionais.

Tomando por base o caso apresentado acima, assinale a afirmativa correta.

A) A decisão proferida pelo STF produz eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, inclusive nas suas funções típicas; logo, o novo projeto de lei ordinária, uma vez aprovado pelo Congresso Nacional, será nulo por ofensa à coisa julgada.

B) Em observância ao precedente firmado na referida Ação Direta de Inconstitucionalidade, o plenário do STF pode, em sede de controle preventivo, obstar a

votação do novo projeto de lei por conter regras idênticas àquelas já declaradas inconstitucionais.

C) A decisão proferida pelo STF não vincula o Poder Legislativo ou o plenário do próprio Tribunal em relação a apreciações futuras da temática; logo, caso o novo projeto de lei venha a ser aprovado e sancionado, a Corte pode vir a declarar a constitucionalidade da nova lei.

D) A decisão proferida pelo STF é ineficaz em relação a terceiros, porque o partido político com representação no Congresso Nacional não está elencado no rol constitucional de legitimados aptos a instaurar o processo objetivo de controle normativo abstrato.

Comentário:

Para responder a questão apresentada, é fundamental ter em mente que decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal, referentes ao controle concentrado, não vinculam a própria Corte – e, por isso, esta detém a possibilidade de alterar seu posicionamento em uma decisão posterior.

Cabe salientar, também, que os Poderes Executivo e Legislativo, exceto quando na função de legislar, ficam vinculados. Isso caracteriza-se como justificada reação legislativa à decisão do STF com o intuito de obter reversão jurisprudencial.

A) Errado

A decisão proferida pelo STF produz eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário – contudo, não nas suas funções típicas.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, em observância ao precedente firmado na referida Ação Direta de Inconstitucionalidade, o plenário do STF não pode, em sede de controle preventivo, obstar a votação do novo projeto de lei por conter regras idênticas àquelas já declaradas inconstitucionais.

C) Correto

Contrariamente ao que alega a alternativa, a gravação de entrevistas e o acesso aos registros relativos ao tratamento conferido aos presos devem ser autorizados, como visto no artigo supracitado.

D) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, a decisão proferida pelo STF é, sim, eficaz em relação a terceiros.

Fonte de conhecimento jurídico: C

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

Questão 17

A Lei Orgânica do Município "Z", com 70.000 habitantes, dispõe que o Poder Legislativo deverá fixar o número de vereadores para a composição da Câmara Municipal. Resolução

da Câmara Municipal de "Z" fixou em 13 o número de vereadores para a próxima legislatura.

Considerando a situação narrada e o sistema constitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta.

A) A Lei Orgânica e a Resolução são inconstitucionais por afrontarem a Constituição da República.

B) Como ato normativo secundário, a Resolução não pode ser objeto de controle de constitucionalidade.

C) A resolução é inconstitucional, em razão do número de vereadores estabelecido.

D) Lei Orgânica do Município "Z" é inconstitucional, pois viola o princípio da separação dos poderes.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se ter em mente o artigo 199 da CF/88:

> Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos: [...]
> IV- para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de: [...]
> d) 15 (quinze) Vereadores, nos Municípios de mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes e de até 80.000 (oitenta mil) habitantes

A) Correto

Como alega a alternativa, com base no dispositivo supracitado, entende-se que a Lei Orgânica e a Resolução são inconstitucionais por afrontarem a Constituição da República.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, resoluções legislativas caracterizam-se como atos normativos primários – e, por isso, estão passíveis de sofrer controle de constitucionalidade.

C) Errado

Contrariamente ao que atesta o texto da alternativa, nos municípios de mais de 50.000 e de até 80.000 habitantes, há possibilidade de serem fixados 15 vereadores no máximo – de modo que o número de 13 Vereadores é permitido.

D) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, não há afronta ao princípio da separação dos poderes.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca



DIREITOS HUMANOS

Questão 18

Você advoga na Procuradoria Geral do Estado em que reside. Em uma tarde, recebe um telefonema urgente do diretor da Penitenciária Anhanguera, que deseja fazer uma consulta de viva voz. Diz o diretor que está com duas pessoas identificadas como membros do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) e que elas estão requerendo acesso imediato às instalações da penitenciária, onde pretendem gravar entrevistas com alguns presos. Também estão solicitando acesso aos registros relativos ao tratamento conferido aos presos.

Com base nas normas de funcionamento do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, cabe a você informar corretamente ao diretor que

A) os membros do MNPCT não possuem direito de acesso às penitenciárias, devendo a visita ser tratada previamente com a Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado.

B) tanto o acesso à penitenciária quanto o acesso aos registros relativos ao tratamento conferido aos presos, depende de autorização judiciária expedida pelo juiz da Vara de Execução Penal da Comarca onde fica a Penitenciária.

C) o acesso dos membros do MNPCT às instalações da penitenciária deve ser liberado, mas a gravação de entrevistas e o acesso aos registros relativos ao tratamento conferido aos presos devem ser negados.

D) o acesso às instalações da penitenciária aos membros do MNPCT deve ser liberado, bem como fornecidos os registros solicitados e permitida a gravação das entrevistas com os presos.

Comentário:

Para responder a questão apresentada, é fundamental a leitura do artigo 10 da Lei 12.847/14. Observa-se o dispositivo:

> Art. 10. São assegurados ao MNPCT e aos seus membros:
> II - o acesso, independentemente de autorização, a todas as informações e registros relativos ao número, à identidade, às condições de detenção e ao tratamento conferido às pessoas privadas de liberdade;
> V - a possibilidade de entrevistar pessoas privadas de liberdade ou qualquer outra pessoa que possa fornecer informações relevantes, reservadamente e sem testemunhas, em local que garanta a segurança e o sigilo necessários;

A) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, os membros do MNPCT possuem, sim, direito de acesso às penitenciárias, como visto no artigo 10 da lei 12.847/14.

B) Errado

Como determinado pelo artigo 10 da referida lei, contrariamente ao que alega a alternativa, o acesso à penitenciária e o acesso aos registros relativos ao tratamento conferido aos presos independem de autorização judiciária.

C) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, a gravação de entrevistas e o acesso aos registros relativos ao tratamento conferido aos presos devem ser autorizados, como visto no artigo supracitado.

D) Correto

Como visto no artigo 10 da supracitada lei, é assegurado o acesso às instalações da penitenciária aos membros do MNPCT – que deve ser liberado -, bem como fornecidos os registros solicitados e permitida a gravação das entrevistas com os presos.

Fonte de conhecimento jurídico: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 19

Em 22 de julho de 1997, foi promulgada a Lei nº 9.474, que define os mecanismos para implementação da Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, da qual o Brasil é signatário.

A respeito dos mecanismos, termos e condições nela previstos, assinale a afirmativa correta.

A) Para que possa solicitar refúgio, o indivíduo deve ter ingressado no Brasil de maneira regular.

B) Compete ao Ministério da Justiça declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado.

C) O refugiado poderá exercer atividade remunerada no Brasil, ainda que pendente o processo de refúgio.

D) Na hipótese de decisão negativa no curso do processo de refúgio, é cabível a interposição de recurso pelo refugiado perante o Supremo Tribunal Federal.

Comentário:

A fim de responder satisfatoriamente a questão, observa-se os artigos 8º, 12º, 21º e 29º do Estatuto dos Refugiados (Lei n. 9.474/97):

> Art. 8º O ingresso irregular no território nacional não constitui impedimento para o estrangeiro solicitar refúgio às autoridades competentes.
>
> Art. 12. Compete ao CONARE, em consonância com a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, com o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967 e com as demais fontes de direito internacional dos refugiados:
> I - analisar o pedido e declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado; [...]
>
> Art. 21. Recebida a solicitação de refúgio, o Departamento de Polícia Federal emitirá protocolo em favor do solicitante e de seu grupo familiar que se encontre no território nacional, o qual autorizará a estada até a decisão final do processo.
> § 1º O protocolo permitirá ao Ministério do Trabalho expedir carteira de trabalho provisória, para o exercício de atividade remunerada no País.
> Art. 29. No caso de decisão negativa, esta deverá ser fundamentada na notificação ao solicitante, cabendo direito de recurso ao Ministro de Estado da Justiça, no prazo de quinze dias, contados do recebimento da notificação

A) Errado

Como pode ser visto no artigo 8º da lei supracitada, não é necessário, para que possa solicitar refúgio, que o indivíduo tenha ingressado no Brasil de maneira regular.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, compete ao CONARE declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado.

C) Correto

Como visto nos artigos supracitados, conforme a alternativa, uma vez recebida a solicitação de refúgio pelo Departamento de Polícia Federal expedirá – após o recebimento da solicitação de refúgio – um protocolo em prol do solicitante e sua família. Este protocolo dá autorização à sua permanência em território brasileiro enquanto não for emitida a decisão final referente ao processo. Em posse desse protocolo, é possível a expedição, pelo Ministério do Trabalho, de uma carteira de trabalho de caráter provisório, a qual autoriza o indivíduo a exercer atividade de trabalho remunerada enquanto não obtiver a resposta em definitivo.

D) Errado

Como visto no artigo 29 da lei supracitada, na hipótese de decisão negativa no curso do processo de refúgio, é cabível a interposição de recurso pelo refugiado perante o Ministro de Estado da Justiça, no prazo de quinze dias, contados do recebimento da notificação.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO INTERNACIONAL

Questão 20

O mecanismo de solução de controvérsias atualmente em vigor no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) foi instituído em 1994 por meio do Entendimento Relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias, constantes do Tratado de Marrakesh, e vincula todos os membros da organização.

A respeito do funcionamento desse mecanismo, assinale a afirmativa correta:

A) Uma vez acionado o mecanismo de solução de controvérsias, os Estados em disputa ficam impedidos de recorrer a formas pacíficas de solução de seus litígios, tais como bons ofícios, conciliação e mediação.

B) A decisão, por consenso, acerca da adoção de um relatório produzido pelo grupo especial, integra o rol de competências do Órgão de Solução de Controvérsias, ainda que as partes em controvérsia escolham não apelar ao Órgão Permanente de Apelação.

C) As recomendações e decisões do Órgão de Solução de Controvérsias poderão implicar a diminuição ou o aumento dos direitos e das obrigações dos Estados, conforme estabelecido nos acordos firmados no âmbito da OMC.

D) As partes em controvérsia e os terceiros interessados que tenham sido ouvidos pelo grupo especial poderão recorrer do relatório do grupo especial ao Órgão Permanente de Apelação.

Comentário:

A) Errado

Como pode ser visto no artigo 733 do CPC, não é necessário que o divórcio seja requerido no Brasil por ter sido realizado aqui.

B) Errado

Lê-se o artigo 2º e 17 do Entendimento Relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias:

> Os Membros pelo presente acordam o seguinte:
>
> Artigo 2
>
> 4. Nos casos em que as normas e procedimentos do presente Entendimento estabeleçam que o OSC deve tomar uma decisão tal procedimento será por consenso 1.
>
> > 1 Considerar-se-á que o OSC decidiu por consenso matéria submetida a sua consideração quando nenhum Membro presente à reunião do OSC na qual a decisão foi adotada a ela se opuser formalmente.
>
> Artigo 17
>
> 14. Os relatórios do órgão de Apelação serão adotados pelo OSC e aceitos sem restrições pelas partes em controvérsia a menos que o OSC decida por consenso não adotar o relatório do órgão de Apelação dentro do prazo de 30 dias contados a partir da sua distribuição aos Membros 8. Este procedimento de adoção não prejudicará o direito dos Membros de expor suas opiniões sobre o relatório do órgão de Apelação.

Consensualmente, a decisão sobre a adoção do relatório conduzido pelo grupo especial A decisão, por consenso, acerca da adoção de um relatório produzido pelo grupo especial, integra o rol de competências do Órgão de Solução de Controvérsias, ainda que as partes em controvérsia escolham não apelar ao Órgão Permanente de Apelação.

C) Correto

Observa-se o artigo 733 do CPC/2015:

> Art. 733. O divórcio consensual, a separação consensual e a extinção consensual de união estável, não havendo nascituro ou filhos incapazes e observados os requisitos legais, poderão ser realizados por escritura pública, da qual constarão as disposições de que trata o art. 731.
>
> § 1º A escritura não depende de homologação judicial e constitui título hábil para qualquer ato de registro, bem como para levantamento de importância depositada em instituições financeiras.
>
> § 2º O tabelião somente lavrará a escritura se os interessados estiverem assistidos por advogado ou por defensor público, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial.

Assim, entende-se que o divórcio consensual pode ser reconhecido no Brasil sem que seja necessário proceder à homologação.

D) Errado

Como visto no artigo 733 do CPC, não é necessário que o casal resida no país para que seja requerido o divórcio no Brasil.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 21

Roger, suíço radicado no Brasil há muitos anos, faleceu em sua casa no Rio Grande do Sul, deixando duas filhas e um filho, todos maiores de idade. Suas filhas residem no Brasil, mas o filho se mudara para a Suíça antes mesmo do falecimento de Roger, lá residindo. Roger possuía diversos bens espalhados pelo sul do Brasil e uma propriedade no norte da Suíça.

Com referência à sucessão de Roger, assinale a afirmativa correta.

A) Se o inventário de Roger for processado no Brasil, sua sucessão deverá ser regulada pela lei suíça, que é a lei de nacionalidade de Roger.

B) A capacidade do filho de Roger para sucedê-lo será regulada pela lei suíça.

C) Se Roger tivesse deixado testamento, seria aplicada, quanto à sua forma, a lei da nacionalidade dele, independentemente de onde houvesse sido lavrado.

D) O inventário de Roger não poderá ser processado no Brasil, em razão de existirem bens no estrangeiro a partilhar.

Comentário:

A fim de responder satisfatoriamente a questão, deve-se observar o artigo 23 do Código de Processo Civil. Lê-se:

> Art. 23. Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra:
>
> I - conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil;
>
> II - em matéria de sucessão hereditária, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional;

> III - em divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável, proceder à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.

Além disso, observa-se também o artigo 10º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro:

> Art. 10. A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.
>
> §1º A sucessão de bens de estrangeiros, situados no País, será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus. (Redação dada pela Lei nº 9.047, de 1995)
>
> §2º A lei do domicílio do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder.

A) Errado

Como visto nos arts. supracitados, a lei brasileira será usada para regular o inventário dos bens brasileiros – pois a lei do domicílio do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder -, em benefício das suas filhas que permanecem nesse território, sendo a lei suíça utilizada apenas se mais benéfica.

B) Correto

Como pode ser visto nos artigos supracitados, a capacidade do filho de Roger para sucedê-lo será regulada pela lei suíça.

C) Errado

Como visto nos arts. supracitados, a lei brasileira será usada para regular o inventário dos bens brasileiros, em benefício das suas filhas que permanecem nesse território, sendo a lei suíça utilizada apenas se mais benéfica.

D) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, o inventário de Roger poderá ser processado no Brasil, sendo a capacidade do filho de Roger para sucedê-lo será regulada pela lei suíça.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 22

O reitor de uma faculdade privada sem fins lucrativos (cujas receitas, inclusive seus eventuais superávits, são integralmente reinvestidas no estabelecimento de ensino) deseja saber se está correta a cobrança de impostos efetuada pelo fisco, que negou a pretendida imunidade tributária, sob o argumento de que a instituição de ensino privada auferia lucros.

Na hipótese, sobre a atuação do fisco, assinale a afirmativa correta.

A) O fisco agiu corretamente, pois a imunidade tributária apenas alcança instituições de ensino que não sejam superavitárias.

B) O fisco agiu corretamente, pois a imunidade tributária apenas alcança instituições públicas de ensino.

C) O fisco não agiu corretamente, pois não há impedimento à distribuição de lucro pelo estabelecimento de ensino imune.

D) O fisco não agiu corretamente, pois, para que seja concedida tal imunidade, a instituição não precisa ser deficitária, desde que o superávit seja revertido para suas finalidades.

Comentários:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)

VI - instituir impostos sobre:

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

CTN

Art. 14. O disposto na alínea c do inciso IV do artigo 9º é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

I – não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (Redação dada pela Lcp nº 104, de 2001)

II - aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 1º Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, ou no § 1º do artigo 9º, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.

§ 2º Os serviços a que se refere a alínea c do inciso IV do artigo 9º são exclusivamente, os diretamente relacionados com os objetivos institucionais das entidades de que trata este artigo, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos.

A) Errado

A lei não veda o superávit da instituição, desde que seja integralmente reinvestido na próprio instituição a que se destina a imunidade.

B) Errado

Outras instituições sem fins lucrativos também são alcançadas pela imunidade.

C) Errado

Existe sim a vedação a distribuição de lucros por parte da instituição imune.

D) Correto

O déficit não é um requisito para a imunidade tributária, e sim que o superávit seja revertido integralmente em prol da instituição

Gabarito: Alternativa D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 23

A massa falida X possui (i) débitos tributários vencidos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS; (ii) débitos decorrentes da legislação do trabalho, no valor de 30 salários mínimos; (iii) débitos com os sócios da massa falida X; e (iv) remuneração devida ao administrador da massa.

Em tal quadro, assinale a afirmativa correta.

A) O débito de natureza tributária será pago em primeiro lugar.

B) O débito de natureza tributária será pago em segundo lugar.

C) O débito de natureza tributária será pago em terceiro lugar.

D) O débito de natureza tributária será pago em quarto lugar.

Comentários:

CTN

Art. 186. O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.

Parágrafo único. Na falência: (Incluído pela Lcp nº 118, de 2005)

I – o crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado; (Incluído pela Lcp nº 118, de 2005)

II – a lei poderá estabelecer limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho; e (Incluído pela Lcp nº 118, de 2005)

III – a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.

A) Errado

Os créditos que possuem preferência sobre todos os outros são os créditos decorrentes de legislação trabalhista.

B) Errado

O crédito tributário deve ser pago em 3º lugar, de acordo com os débitos devidos pela massa falida em questão.

C) Correto

O crédito tributário deve ser pago em 3º lugar, de acordo com os débitos devidos pela massa falida em questão.

D) Errado

O crédito tributário deve ser pago em 3º lugar, de acordo com os débitos devidos pela massa falida em questão.

Gabarito: Alternativa C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 24

O laboratório de análises clínicas X realizou a importação de equipamento eletrônico necessário para a realização de alguns exames. Por ocasião do desembaraço aduaneiro, foi-lhe exigido o pagamento de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), cuja base de cálculo correspondia a 150% do preço corrente do equipamento no mercado atacadista da praça do remetente, acrescido do Imposto de Importação (II), das taxas exigidas para a entrada do produto no país e dos encargos cambiais efetivamente pagos pelo laboratório.

Sobre a exigência feita, assinale a afirmativa correta.

A) É ilegal, pois, além dos acréscimos, a base de cálculo está sendo de 150% do preço corrente do equipamento no mercado atacadista da praça do remetente.

B) É ilegal, pois a base de cálculo está incluindo o montante correspondente ao imposto de importação.

C) É ilegal, pois a base de cálculo está incluindo o montante correspondente às taxas exigidas para a entrada do produto no país.

D) É ilegal, pois a base de cálculo está incluindo o montante correspondente aos encargos cambiais efetivamente pagos pelo laboratório.

Comentários:

Art. 47. A base de cálculo do imposto é:

I - no caso do inciso I do artigo anterior, o preço normal, como definido no inciso II do artigo 20, acrescido do montante:

a) do imposto sobre a importação;

b) das taxas exigidas para entrada do produto no País;

c) dos encargos cambiais efetivamente pagos pelo importador ou dele exigíveis;

II - no caso do inciso II do artigo anterior:

a) o valor da operação de que decorrer a saída da mercadoria;

b) na falta do valor a que se refere a alínea anterior, o preço corrente da mercadoria, ou sua similar, no mercado atacadista da praça do remetente;

III - no caso do inciso III do artigo anterior, o preço da arrematação.

A) Correto

A base de cálculo para o imposto deve ser o valor normal e não 150% do valor corrente.

B) Errado

A questão não fala que o IPI está incluso nos 150% e sim é adicionado posteriormente.

C) Errado

As taxas não foram incluídas, o problema está na adição de uma base de cálculo maior do que a lei exige.

D) Errado

O caso em tela não menciona em nenhum momento tal informação.

Gabarito: Alternativa A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 25

A pessoa jurídica XYZ, prestadora de serviços contábeis, é devedora de Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), além de multa moratória e punitiva, dos anos-calendário de 2014 e 2015.

No ano de 2016, a pessoa jurídica XYZ foi incorporada pela pessoa jurídica ABC, também prestadora de serviços contábeis.

Sobre a responsabilidade tributária da pessoa jurídica ABC, assinale a afirmativa correta.

A) Ela é responsável apenas pelo IRPJ devido, não sendo responsável pelo pagamento das multas moratória e punitiva.

B) Ela é responsável integral, tanto pelo pagamento do IRPJ devido quanto pelas multas moratória e punitiva.

C) Ela não é responsável pelo pagamento do IRPJ e das multas moratória e punitiva, uma vez que não praticou o fato gerador do tributo.

D) Ela é responsável apenas pelo IRPJ e pela multa moratória, não sendo responsável pelo pagamento da multa punitiva.

Comentários

CTN

Art. 132. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até à data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

Súmula 554 do STJ: Na hipótese de sucessão empresarial, a responsabilidade da sucessora abrange não apenas os tributos devidos pela sucedida, mas também as multas moratórias ou punitivas referentes a fatos geradores ocorridos até a data da sucessão.

A) Errado

De acordo com o art. 132 do CTN, a empresa que incorpora outra é responsável integral pelos seus débitos e créditos.

B) Correto

Ela é responsável integral, tanto pelo pagamento do IRPJ devido quanto pelas multas moratória e punitiva.

C) Errado

Ao incorporar a empresa, seus débitos e créditos também são incorporados de maneira integral.

D) Errado

Ela é responsável pela totalidade dos débitos.

Gabarito: Alternativa A.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

Questão 26

O Estado E publicou a Lei nº 123, instituindo anistia relativa às infrações cometidas em determinada região de seu território, em função de condições a ela peculiares. Diante desse fato, o contribuinte C apresentou requerimento para a concessão da anistia, comprovando o preenchimento das condições e o cumprimento dos requisitos previstos em lei. Efetivada a anistia por despacho da autoridade administrativa, verificou-se o descumprimento, por parte do contribuinte, das condições estabelecidas em lei, gerando a revogação da anistia de ofício.

Diante da situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) A anistia instituída pela Lei nº 123 é inviável, pois a anistia deve abranger todo o território da entidade tributante.

B) Não é possível a revogação da anistia, pois o preenchimento das condições e o cumprimento dos requisitos previstos em lei, por parte do contribuinte, geram direito adquirido.

C) A anistia instituída pela Lei nº 123 é inviável, pois a anistia somente pode ser concedida em caráter geral.

D) É possível a revogação da anistia, pois o despacho da autoridade administrativa efetivando a anistia não gera direito adquirido.

Comentários:

CTN

Art. 181. A anistia pode ser concedida:

I - em caráter geral;

II - limitadamente:

a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;

b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;

c) a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares;

d) sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela mesma lei à autoridade administrativa.

Art. 182. A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com a qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.

Parágrafo único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no artigo 155.

A) Errado

De acordo com o art 181 alínea c do CTN, a anistia pode ser destinada a determinada fração do território.

B) Errado

Como versa o parágrafo único do art. 182, quando não concedida em despacho geral, a anistia não gera direito adquirido.

C) Errado

A anistia pode acontecer em caráter geral, e em caráter local.

D) Correto

Como se trata de anistia direcionada, cada contribuinte deve preencher os requisitos e a autoridade administrativa concede individualmente a anistia. Devido ao fato do não preenchimento dos requisitos a autoridade pode sim revogar administrativamente a anistia.

Gabarito: Alternativa D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 27

O Estado Alfa, mediante a respectiva autorização legislativa, constituiu uma sociedade de economia mista para o desenvolvimento de certa atividade econômica de relevante interesse coletivo.

Acerca do Regime de Pessoal de tal entidade, integrante da Administração Indireta, assinale a afirmativa correta.

A) Por se tratar de entidade administrativa que realiza atividade econômica, não será necessária a realização de concurso público para a admissão de pessoal, bastando processo seletivo simplificado, mediante análise de currículo.

B) É imprescindível a realização de concurso público para o provimento de cargos e empregos em tal entidade administrativa, certo que os servidores ou empregados regularmente nomeados poderão alcançar a estabilidade mediante o preenchimento dos requisitos estabelecidos na Constituição da República.

C) Deve ser realizado concurso público para a contratação de pessoal por tal entidade administrativa, e a remuneração a ser paga aos respectivos empregados não pode ultrapassar o teto remuneratório estabelecido na Constituição da República, caso sejam recebidos recursos do Estado Alfa para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

D) A entidade administrativa poderá optar entre o regime estatutário e o regime de emprego público para a admissão de pessoal, mas, em qualquer dos casos, deverá realizar concurso público para a seleção de pessoal.

Comentários:

CF

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

§ 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

A) Errada

A obrigatoriedade de concurso público se dá tanto na Administração Direta quanto na Administração Indireta. Conforme exposto no art.37, inciso II da CF/88.

B) Errada

Os empregados públicos são regidos pela CLT e não gozam do direito a estabilidade dos servidores estatutários da Administração Direita.

C) Correto

Todos os indivíduos que compõe a Administração Pública, devem ser submeter ao teto constitucional. As Empresas públicas não estão obrigadas a submeter seus funcionários ao teto constitucional, exceto nos casos em que a empresa recebe verba diretamente de um ente federado, como pontuado pela questão.

D) Errada

A empresa não pode optar pela modalidade de integração dos funcionários. Para prover cargos em empresa pública, devem ser admitidos em regime de empregado público e não em regime de servidor estatutário.

Gabarito: Alternativa C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 28

Após a Polícia Federal colher farto material probatório, o Ministério Público denunciou Ricardo, servidor público federal estável, por crime funcional e comunicou o fato às autoridades competentes para eventual apuração administrativa.

Antes do recebimento da denúncia, diante da vasta documentação que demonstrava a materialidade de violação de dever funcional remetida para a Administração, foi instaurado o processo administrativo disciplinar, sem a realização de sindicância, que, mediante regular processamento do inquérito administrativo, culminou na aplicação da pena de demissão de Ricardo.

Sobre a situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

A) Ricardo não poderia ser demitido sem a realização de sindicância, que é procedimento prévio imprescindível para a instauração de processo administrativo disciplinar.

B) O recebimento da denúncia deveria ter suspendido o processo administrativo disciplinar contra Ricardo, e o prosseguimento de tal apuração só poderia ocorrer após a conclusão do Juízo criminal.

C) O processo administrativo disciplinar instaurado contra Ricardo é nulo, pois não é cabível a utilização de prova produzida para a apuração criminal.

D) A hipótese não apresenta qualquer nulidade que contamine o processo administrativo disciplinar instaurado contra Ricardo.

Comentários:

LEI 8.112/90

Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Art. 143. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

Art. 146. Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

A) Errado

Não existe obrigatoriedade de instalação de sindicância previa para que seja instaurado o Processo Administrativo Disciplinar. No caso de demissão se faz necessário apenas o processo administrativo disciplinar.

B) Errada

Os servidores públicos podem ser punidos tanto na esfera criminal, civil quanto administrativa, pelo mesmo fato. A responsabilidade deve ser apurada no caso em concreto, onde cada esfera enseje a sua própria diligencia. Vale destacar que apensa em caso de absolvição na esfera criminal, o servidor deverá ser absolvido também na esfera administrativa, como expõe o art. 126 da Lei 8.112/90

C) Errado

A jurisprudência dos tribunais superiores já pacificou que é possível tomar emprestado as provas de processo criminal, para utilização em processo administrativo.

D) Correto

A hipótese não apresenta qualquer nulidade que contamine o processo administrativo disciplinar instaurado contra Ricardo.

Gabarito: Alternativa D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 29

O Estado Alfa, com o objetivo de articular a prestação dos serviços de saneamento básico entre municípios limítrofes, instituiu uma região metropolitana, de modo a promover a organização, o planejamento e a execução de tais atividades de interesse comum.

Acerca da criação de regiões metropolitanas para a realização de serviços públicos, assinale a afirmativa correta.

A) A instituição de região metropolitana para a organização, o planejamento e a execução dos serviços públicos é de competência do Estado Alfa, por meio de lei complementar.

B) A organização, o planejamento e a execução dos serviços de saneamento básico entre municípios limítrofes deveria, necessariamente, ser promovida por meio de consórcio público.

C) A competência para a criação de regiões metropolitanas é exclusiva da União, sob pena de violar a autonomia dos municípios que seriam por elas alcançados.

D) A criação da região metropolitana pretendida pelo Estado Alfa não é possível, diante da ausência de previsão para tanto no nosso ordenamento jurídico.

Comentários:

CF

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

(...)

§ 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

A) Correto

Nos termos do art. 25 §3º da CF, os Estados tem a prerrogativa de instituir regiões metropolitanas, através de lei complementar.

B) Errado

Não existe nenhum tipo de previsão legal, que exija a formação de consórcio público para o saneamento básico.

C) Errado

Como exposto anteriormente, a competência para a criação de regiões metropolitanas é dos Estados, e não da União.

D) Errado

A previsão legal existe no art. 25 §3º da CF.

Gabarito: Alternativa A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 30

O Ministério Público estadual ajuizou ação civil pública por improbidade em desfavor de Odorico, prefeito do Município Beta, perante o Juízo de 1º grau.

Após os devidos trâmites e do recebimento da inicial, surgiram provas contundentes de que Odorico se utilizava da máquina administrativa para intimidar servidores e prejudicar

o andamento das investigações, razão pela qual o Juízo de 1º grau determinou o afastamento cautelar do chefe do Poder Executivo municipal pelo prazo de sessenta dias.

Nesse caso, o Juízo de 1º grau

A) não poderia ter dado prosseguimento ao feito, na medida em que Odorico é agente político e, por isso, não responde com base na lei de improbidade, mas somente na esfera política, por crime de responsabilidade.

B) não tem competência para o julgamento da ação civil pública por improbidade ajuizada em face de Odorico, ainda que o agente tenha foro por prerrogativa junto ao respectivo Tribunal de Justiça estadual.

C) não poderia ter determinado o afastamento cautelar de Odorico, pois a perda da função pública só se efetiva com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

D) agiu corretamente ao determinar o afastamento cautelar de Odorico, que, apesar de constituir medida excepcional, cabe quando o agente se utiliza da máquina administrativa para intimidar servidores e prejudicar o andamento do processo.

Comentários:

A) Errado

O entendimento atual dos tribunais superiores é no sentido de que os agentes políticos podem sim ser enquadrados na lei de improbidade administrativa. Por se tratarem de leis que disciplinam questões distintas, os agentes políticos podem ser enquadrados na lei de responsabilidade e na de improbidade administrativa.

B) Errado

Não existe foro por prerrogativa de função para os casos que tratam de improbidade administrativa.

C) Errado

Por não se tratar de sanção, e sim de medida acauteladora, o afastamento é medida eficaz para preservar o bom andamento da ação.

D) Correto

Existe o cabimento de medida cautelar, como a aplicada a Odorico, para impedir que o mesmo se utilize da máquina administrativa pra obstruir o processo.

Gabarito: Alternativa D

Fonte de conhecimento jurídico: Jurisprudência.

Questão 31

O Estado "X" pretende fazer uma reforma administrativa para cortar gastos. Com esse intuito, espera concentrar diversas secretarias estaduais em um mesmo prédio, mas não dispõe de um imóvel com a área necessária. Após várias reuniões com a equipe de governo, o governador decidiu desapropriar, por utilidade pública, um enorme terreno de propriedade da União para construir o edifício desejado.

Sobre a questão apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) A União pode desapropriar imóveis dos Estados, atendidos os requisitos previstos em lei, mas os Estados não podem desapropriar imóveis da União.

B) Para que haja a desapropriação pelo Estado "X", é imprescindível que este ente federado demonstre, em ação judicial, estar presente o interesse público.

C) A desapropriação é possível, mas deve ser precedida de autorização legislativa dada pela Assembleia Legislativa.

D) A desapropriação é possível, mas deve ser precedida de autorização legislativa dada pelo Congresso Nacional.

Comentários:

DECRETO-LEI Nº 3.365/41

Art. 2º Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

(...)

§ 2º Os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União, e os dos Municípios pelos Estados, mas, em qualquer caso, ao ato deverá preceder autorização legislativa.

A) Correto

A desapropriação segue em hierarquia, desde a União que não pode ter nenhum de seus bens desapropriados pelos entes subnacionais, até os municípios que só podem

promover desapropriações dentro dos seus territórios, desde que não sejam bens do patrimônio da União e dos Estados.

B) Errado

Não é necessária a ação judicial, e sim a autorização legislativa.

C) Errado

Não existe previsão legal nesse sentido.

D) Errado

O congresso não pode autorizar desapropriações em favor de ente federado que não a própria União.

Gabarito: Alternativa A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 32

Ao realizar uma auditoria interna, certa entidade administrativa federal, no exercício da autotutela, verificou a existência de um ato administrativo portador de vício insanável, que produz efeitos favoráveis para a sociedade Tudo beleza S/A, a qual estava de boa fé. O ato foi praticado em 10 de fevereiro de 2012. Em razão disso, em 17 de setembro

de 2016, a entidade instaurou processo administrativo, que, após o exercício da ampla defesa e do contraditório, culminou na anulação do ato em 05 de junho de 2017.

Com relação ao transcurso do tempo na mencionada situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

A) Não há decadência do direito de anular o ato eivado de vício, considerando que o processo que resultou na invalidação foi instaurado dentro do prazo de 5 (cinco) anos.

B) Consumou-se o prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o exercício do poder de polícia por parte da Administração Pública federal.

C) O transcurso do tempo não surte efeitos no caso em questão, considerando que a Administração pode anular seus atos viciados a qualquer tempo.

D) Consumou-se a decadência para o exercício da autotutela, pois, entre a prática do ato e a anulação, transcorreram mais de 5 (cinco) anos.

Comentários:

Lei 9.784/99

Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

A) Correto

Não ocorre decadência, pois a Administração pública anulou o ato dentro do prazo de 5 anos, como exposto no art. 54 da Lei 9.784/99.

B) Errada

O prazo prescricional não correu completamente, sendo assim a Administração ainda está possibilitada de anular o ato. Pois iniciou o processo de anulação antes do prazo de 5 anos.

C) Errada

A administração em regra possui 5 anos para anular os próprios atos, no entanto se configurando má-fé, não existe prazo decadencial para a Administração anular o ato.

D) Errada

Os atos para a invalidação do ato ocorreram antes do prazo de 5 anos.

Gabarito: Alternativa A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.



DIREITO AMBIENTAL

Questão 33

O Município de Fernandópolis, que já possui aterro sanitário, passa por uma grave crise econômica. Diante disso, o prefeito solicita auxílio financeiro do Governo Federal para implantar a coleta seletiva de resíduos sólidos, que contará com a participação de associação de catadores de materiais recicláveis.

Sobre o auxílio financeiro tratado, assinale a afirmativa correta.

A) Não será possível o auxílio financeiro, sob pena de violação ao princípio da isonomia com relação aos demais entes da Federação.

B) Não será possível o auxílio financeiro, uma vez que a coleta seletiva de resíduos sólidos do Município de Fernandópolis está sendo realizada parcialmente por associação privada.

C) O auxílio financeiro é possível, desde que o Município possua até 20 mil habitantes ou seja integrante de área de especial interesse turístico.

D) O auxílio financeiro é possível, desde que o Município elabore plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar ao art. 18 da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010):

> Art. 18. A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.
> §1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no caput os Municípios que:
> I - optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e implementação de plano intermunicipal, ou que se inserirem de forma voluntária nos planos microrregionais de resíduos sólidos referidos no § 1o do art. 16;
> II - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.
> §2º Serão estabelecidas em regulamento normas complementares sobre o acesso aos recursos da União na forma deste artigo.

A) Errado

Como visto no art. 18 da lei supracitada, contrariamente ao que alega a alternativa, o auxílio financeiro será, sim, possível, desde que para isso o Município elabore plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

B) Errado

Como visto no art. 18 da lei supracitada, contrariamente ao que alega a alternativa, o auxílio financeiro será, sim, possível, desde que para isso o Município elabore plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

C) Errado

Contrariamente ao texto da alternativa, não há requisito de até 20 mil habitantes ou seja integrante de área de especial interesse turístico no município para que seja implementado o auxílio financeiro.

D) Correto

Como pode ser visto no artigo supracitado, o auxílio financeiro é possível, desde que o Município elabore plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 34

A Lei Federal nº 123, de iniciativa parlamentar, estabelece regras gerais acerca do parcelamento do solo urbano. Em seguida, a Lei Municipal nº 147 fixa área que será objeto do parcelamento, em função da subutilização de imóveis.

Inconformado com a nova regra, que atinge seu imóvel, Carlos procura seu advogado para que o oriente sobre uma possível irregularidade nas novas regras.

Considerando a hipótese, acerca da Lei Federal nº 123, assinale a afirmativa correta.

A) É formalmente inconstitucional, uma vez que é competência dos municípios legislar sobre política urbana.

B) É formalmente inconstitucional, uma vez que a competência para iniciativa de leis sobre política urbana é privativa do Presidente da República.

C) Não possui vício de competência, já que a Lei Municipal nº 147 é inconstitucional, sendo da competência exclusiva da União legislar sobre política urbana.

D) Não possui vício de competência, assim como a Lei Municipal nº 147, sendo ainda de competência dos municípios a execução da política urbana.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar à leitura do art. 182 da Constituição Federal:

> Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
> § 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: (...)

A) Errado

Como visto no artigo supracitado, contrariamente ao que alega a alternativa, a Lei Federal nº 123 não é inconstitucional, assim como a Lei Municipal nº 147, sendo ainda de competência dos municípios a execução da política urbana.

B) Errado

Como visto no artigo supracitado, contrariamente ao que alega a alternativa, a Lei Federal nº 123 não possui vício de competência, assim como a Lei Municipal nº 147, sendo ainda de competência dos municípios a execução da política urbana.

C) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, a Lei Municipal nº 147 não é inconstitucional.

D) Correto

Considerando a hipótese, pode-se dizer que a Lei Federal nº 123 não possui vício de competência, assim como a Lei Municipal nº 147, sendo ainda de competência dos municípios a execução da política urbana.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO CIVIL

Questão 35

Cássio, mutuante, celebrou contrato de mútuo gratuito com Felipe, mutuário, cujo objeto era a quantia de R$ 5.000,00, em 1º de outubro de 2016, pelo prazo de seis meses. Foi combinado que a entrega do dinheiro seria feita no parque da cidade. No entanto, Felipe, após receber o dinheiro, foi furtado no caminho de casa.

Em 1º de abril de 2017, Cássio telefonou para Felipe para combinar o pagamento da quantia emprestada, mas este respondeu que não seria possível, em razão da perda do bem por fato alheio à sua vontade.

Acerca dos fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

A) Cássio tem direito à devolução do dinheiro, ainda que a perda da coisa não tenha sido por culpa do devedor, Felipe.

B) Cássio tem direito à devolução do dinheiro e ao pagamento de juros, ainda que a perda da coisa não tenha sido por culpa do devedor, Felipe.

C) Cássio tem direito somente à devolução de metade do dinheiro, pois a perda da coisa não foi por culpa do devedor, Felipe.

D) Cássio não tem direito à devolução do dinheiro, pois a perda da coisa não foi por culpa do devedor, Felipe.

Comentários:

Código Civil

Art. 586. O mútuo é o empréstimo de coisas fungíveis. O mutuário é obrigado a restituir ao mutuante o que dele recebeu em coisa do mesmo gênero, qualidade e quantidade.

Art. 587. Este empréstimo transfere o domínio da coisa emprestada ao mutuário, por cuja conta correm todos os riscos dela desde a tradição.

Art. 591. Destinando-se o mútuo a fins econômicos, presumem-se devidos juros, os quais, sob pena de redução, não poderão exceder a taxa a que se refere o art. 406, permitida a capitalização anual.

A) Correto

Apesar de Felipe não ter dado causa a perda do dinheiro, Felipe era responsável pelo domínio da coisa, e sendo assim deve arcar com o ônus da sua subtração.

B) Errado

Cássio possui sim o direito à devolução do dinheiro. Apesar disso, devido ao fato do mútuo ser gratuito, Cássio não tem direito de receber juros.

C) Errado

Apesar de não possuir culpa, Felipe tem a obrigação de restituir Cássio, pois após a tradição todos os custos correm as expensas do devedor.

D) Errado

Apesar de não possuir culpa, Felipe tem a obrigação de restituir Cássio, pois após a tradição todos os custos correm às expensas do devedor.

Gabarito: Alternativa A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 36

À vista de todos e sem o emprego de qualquer tipo de violência, o pequeno agricultor Joventino adentra terreno vazio, constrói ali sua moradia e uma pequena horta para seu sustento, mesmo sabendo que o terreno é de propriedade de terceiros.

Sem ser incomodado, exerce posse mansa e pacífica por 2 (dois) anos, quando é expulso por um grupo armado comandado por Clodoaldo, proprietário do terreno, que só tomou conhecimento da presença de Joventino no imóvel no dia anterior à retomada.

Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

A) Como não houve emprego de violência, Joventino não pode ser considerado esbulhador.

B) Clodoaldo tem o direito de retomar a posse do bem mediante o uso da força com base no desforço imediato, eis que agiu imediatamente após a ciência do ocorrido.

C) Tendo em vista a ocorrência do esbulho, Joventino deve ajuizar uma ação possessória contra Clodoaldo, no intuito de recuperar a posse que exercia.

D) Na condição de possuidor de boa-fé, Joventino tem direito aos frutos e ao ressarcimento das benfeitorias realizadas durante o período de exercício da posse.

Comentários:

Código Civil:

Art. 1.201. É de boa-fé a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.

Art. 1.210. O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.

§ 1º O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo; os atos de defesa, ou de desforço, não podem ir além do indispensável à manutenção, ou restituição da posse.

A) Errado

Apesar de não empregar violência, Joventino pode ser considerado esbulhador.

B) Errado

Clodoaldo enquanto proprietário só pode tomar medidas proporcionais para a retomada da posse. No caso em tela, Clodoaldo usou medidas desproporcionais e excessivas a fim de restituir a sua posse.

C) Correto

Tendo em vista a ocorrência do esbulho, Joventino deve ajuizar uma ação possessória contra Clodoaldo, no intuito de recuperar a posse que exercia.

D) Errado

Por ser possuidor de má-fé Joventino não tem direito aos frutos e aos ressarcimentos das benfeitorias realizadas durante o período de exercício da posse.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 37

Arlindo e Berta firmam pacto antenupcial, preenchendo todos os requisitos legais, no qual estabelecem o regime de separação absoluta de bens. No entanto, por motivo de saúde de um dos nubentes, a celebração civil do casamento não ocorreu na data estabelecida.

Diante disso, Arlindo e Berta decidem não se casar e passam a conviver maritalmente. Após cinco anos de união estável, Arlindo pretende dissolver a relação familiar e aplicar o pacto antenupcial, com o objetivo de não dividir os bens adquiridos na constância dessa união.

Nessas circunstâncias, o pacto antenupcial é

A) válido e ineficaz.

B) válido e eficaz.

C) inválido e ineficaz.

D) inválido e eficaz.

Comentários:

Código Civil:

Art. 1.653. É nulo o pacto antenupcial se não for feito por escritura pública, e ineficaz se não lhe seguir o casamento.

A) Correto

O pacto antenupcial é válido e ineficaz.

B) Errado

Apesar de válido, o pacto se torna ineficaz com a não realização do casamento.

C) Errado

O Pacto é válido por ter seguido as normas legais e ser celebrado em cartório. No entanto, a não realização do casamento, retira a sua eficácia.

D) Errado

O Pacto é válido por ter seguido as normas legais e ser celebrado em cartório. No entanto, a não realização do casamento, retira a sua eficácia.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 38

Juliana, por meio de contrato de compra e venda, adquiriu de Ricardo, profissional liberal, um carro seminovo (30.000km) da marca Y pelo preço de R$ 24.000,00. Ficou acertado que Ricardo faria a revisão de 30.000km no veículo antes de entregá-lo para Juliana no dia 23 de janeiro de 2017. Ricardo, porém, não realizou a revisão e omitiu tal fato de Juliana, pois acreditava que não haveria qualquer problema, já que, aparentemente, o carro funcionava bem.

No dia 23 de fevereiro de 2017, Juliana sofreu acidente em razão de defeito no freio do carro, com a perda total do veículo. A perícia demostrou que a causa do acidente foi falha na conservação do bem, tendo em vista que as pastilhas do freio não tinham sido trocadas na revisão de 30.000km, o que era essencial para a manutenção do carro.

Considerando os fatos, assinale a afirmativa correta.

A) Ricardo não tem nenhuma responsabilidade pelo dano sofrido por Juliana (perda total do carro), tendo em vista que o carro estava aparentemente funcionando bem no momento da tradição.

B) Ricardo deverá ressarcir o valor das pastilhas de freio, nada tendo a ver com o acidente sofrido por Juliana.

C) Ricardo é responsável por todo o dano sofrido por Juliana, com a perda total do carro, tendo em vista que o perecimento do bem foi devido a vício oculto já existente ao tempo da tradição.

D) Ricardo deverá ressarcir o valor da revisão de 30.000km do carro, tendo em vista que ela não foi realizada conforme previsto no contrato.

Comentários:

Código Civil:

Art. 441. A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor.

Art. 443. Se o alienante conhecia o vício ou defeito da coisa, restituirá o que recebeu com perdas e danos; se o não conhecia, tão-somente restituirá o valor recebido, mais as despesas do contrato.

Art. 444. A responsabilidade do alienante subsiste ainda que a coisa pereça em poder do alienatário, se perecer por vício oculto, já existente ao tempo da tradição.

A) Errado

Como o bem já se encontrava com vício oculto no momento da tradição, Ricardo tem responsabilidade pelo dano sofrido.

B) Errado

Ricardo deve ressarcir todo o dano, em razão do perecimento do bem fruto de vício oculto.

C) Correto

Ricardo é responsável por todo o dano sofrido por Juliana, com a perda total do carro, tendo em vista que o perecimento do bem foi devido a vício oculto já existente ao tempo da tradição.

D) Errado

Ricardo deve ressarcir todo o dano, em razão do perecimento do bem fruto de vício oculto.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 39

Paulo, viúvo, tinha dois filhos: Mário e Roberta. Em 2016, Mário, que estava muito endividado, cedeu para seu amigo Francisco a quota-parte da herança a que fará jus quando seu pai falecer, pelo valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), pago à vista.

Paulo falece, sem testamento, em 2017, deixando herança líquida no valor de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

Sobre a partilha da herança de Paulo, assinale a afirmativa correta.

A) Francisco não será contemplado na partilha porque a cessão feita por Mário é nula, razão pela qual Mário e Roberta receberão, cada um, R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

B) Francisco receberá, por força da partilha, R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), Mário ficará com R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e Roberta com R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

C) Francisco e Roberta receberão, cada um, por força da partilha, R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e Mário nada receberá.

D) Francisco receberá, por força da partilha, R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), Roberta ficará com R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e Mário nada receberá.

Comentários:

Código Civil:

Art. 426. Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.

A) Correto

Segundo o art. 426 do CC, não se pode ter como herança objeto de pessoa viva. Sendo assim, Francisco nada deve receber em função da cessão.

B) Errado

A cessão feita por Mário é nula, pois se trata de objeto de pessoa viva. Mario deve receber R$ 1.500,000,00 da herança, com a morte do seu pai.

C) Errado

Mário é Roberta devem receber 50% da herança cada um, e Francisco nada receberá.

D) Errado

Mário é Roberta devem receber 50% da herança cada um, e Francisco nada receberá.

Gabarito: Alternativa A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 40

Em ação judicial na qual Paulo é réu, levantou-se controvérsia acerca de seu domicílio, relevante para a determinação do juízo competente. Paulo alega que seu domicílio é a capital do Estado do Rio de Janeiro, mas o autor sustenta que não há provas de manifestação de vontade de Paulo no sentido de fixar seu domicílio naquela cidade.

Sobre o papel da vontade nesse caso, assinale a afirmativa correta.

A) Por se tratar de um fato jurídico em sentido estrito, a vontade de Paulo na fixação de domicílio é irrelevante, uma vez que não é necessário levar em consideração a conduta humana para a determinação dos efeitos jurídicos desse fato.

B) Por se tratar de um ato-fato jurídico, a vontade de Paulo na fixação de domicílio é irrelevante, uma vez que, embora se leve em consideração a conduta humana para a determinação dos efeitos jurídicos, não é exigível manifestação de vontade.

C) Por se tratar de um ato jurídico em sentido estrito, embora os seus efeitos sejam predeterminados pela lei, a vontade de Paulo na fixação de domicílio é relevante, no sentido de verificar a existência de um ânimo de permanecer naquele local.

D) Por se tratar de um negócio jurídico, a vontade de Paulo na fixação de domicílio é relevante, já que é a manifestação de vontade que determina quais efeitos jurídicos o negócio irá produzir.

Comentários:

A) Errado

Justamente por se tratar de fato jurídico em sentido estrito, que a vontade de Paulo na fixação do domicílio, se mostra relevante.

B) Errado

Justamente por se tratar de fato jurídico em sentido estrito, que a vontade de Paulo na fixação do domicílio, se mostra relevante. Além do fato da declaração de vontade ser predeterminada por lei.

C) Correto

Por se tratar de um ato jurídico em sentido estrito, embora os seus efeitos sejam predeterminados pela lei, a vontade de Paulo na fixação de domicílio é relevante, no sentido de verificar a existência de um ânimo de permanecer naquele local.

D) Errado

Não se relaciona com o negócio jurídico, e sim com o ato jurídico em si, o que torna a vontade de Paulo relevante na fixação do domicílio.

Gabarito: Alternativa C

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

Questão 41

Em um bazar beneficente, promovido por Júlia, Marta adquiriu um antigo faqueiro, praticamente sem uso. Acreditando que o faqueiro era feito de prata, Marta ofereceu um preço elevado sem nada perguntar sobre o produto. Júlia, acreditando no espírito benevolente de sua vizinha, prontamente aceitou o preço oferecido.

Após dois anos de uso constante, Marta percebeu que os talheres começaram a ficar manchados e a se dobrarem com facilidade. Consultando um especialista, ela descobre

que o faqueiro era feito de uma liga metálica barata, de vida útil curta, e que, com o uso reiterado, ele se deterioraria.

De acordo com o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) A compra e venda firmada entre Marta e Júlia é nula, por conter vício em seu objeto, um dos elementos essenciais do negócio jurídico.

B) O negócio foi plenamente válido, considerando ter restado comprovado que Júlia não tinha qualquer motivo para suspeitar do engano de Marta.

C) O prazo decadencial a ser observado para que Marta pretenda judicialmente o desfazimento do negócio deve ser contado da data de descoberta do vício.

D) De acordo com a disciplina do Código Civil, Júlia poderá evitar que o negócio seja desfeito se oferecer um abatimento no preço de venda proporcional à baixa qualidade do faqueiro.

Comentários

Código Civil:

Art. 138. São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

Art. 157.

(...)

§ 2o Não se decretará a anulação do negócio, se for oferecido suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.

Art. 178. É de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado:

II - no de erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão, do dia em que se realizou o negócio jurídico;

Enunciado 12 da I Jornada de Direito Civil:

12 – art. 138 - Na sistemática do art. 138, é irrelevante ser ou não escusável o erro, porque o dispositivo adota o princípio da confiança.

A) Errado

Existindo erro, a compra e venda firmada pode ser anulável e não nula.

B) Correto

O negócio foi válido, pois Júlia não tinha motivos para suspeitar do engano de marta. Para que exista a possibilidade de anulação, Júlia deve ter conhecimento do engano de Marta.

C) Errado

O prazo deve decorrer da data de realização do negócio.

D) Errado

Oferecer abatimento no preço configura lesão, diferente da situação apresentada na questão

Gabarito: Alternativa B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina.

ECA

Questão 42

Agente público executor de medida socioeducativa de internação, a pretexto de manter a disciplina e a ordem na unidade em que atua, ordena que dois adolescentes se vistam com roupas femininas e desfilem para os demais internos, que escolherão a "garota da unidade".

Em visita à unidade, uma equipe composta pela Comissão de Direitos Humanos da OAB e pelo Conselho Tutelar toma ciência do caso. Segundo restou apurado, o agente teria atuado de tal forma porque os dois adolescentes eram muito rebeldes e não cumpriam regularmente as determinações da unidade.

Com base apenas no Estatuto da Criança e do Adolescente, sem prejuízo de outras sanções, assinale a opção que indica a medida que poderá ser adotada imediatamente pela equipe que fiscalizava a unidade.

A) Transferência imediata dos adolescentes para outra unidade socioeducativa.
B) Advertência do agente público aplicada pelo Conselho Tutelar.
C) Advertência do agente público aplicada pela Comissão de Direitos Humanos da OAB.
D) Transferência imediata do agente público para outra unidade.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "A" está errada vide inteligência do Art.18-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.

B) Correto

É a única alternativa que se mostra correta vide inteligência do Art. 18-B do ECA:

Art. 18-B. Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os **agentes públicos** executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

II - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

III - encaminhamento a cursos ou programas de orientação; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

IV - obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

V - advertência. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

Parágrafo único. As medidas previstas neste artigo serão aplicadas pelo **Conselho Tutelar**, sem prejuízo de outras providências legais. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

C) Errado

A alternativa "C" está errada, vide inteligência do Art.18-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.

D) Errado

A alternativa "D" está errada, vide inteligência do Art.18-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Gabarito: Letra B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 43

Os irmãos Fábio (11 anos) e João (9 anos) foram submetidos à medida protetiva de acolhimento institucional pelo Juízo da Infância e da Juventude, pois residiam com os pais em área de risco, que se recusavam a deixar o local, mesmo com a interdição do imóvel pela Defesa Civil.

Passados uma semana do acolhimento institucional, os pais de Fábio e João vão até a instituição para visitá-los, sendo impedidos de ter contato com os filhos pela diretora da entidade de acolhimento institucional, ao argumento de que precisariam de autorização judicial para visitar as crianças. Os pais dos irmãos decidem então procurar orientação jurídica de um advogado.

Considerando os ditames do Estatuto da Criança e do Adolescente, a direção da entidade de acolhimento institucional agiu corretamente?

A) Sim, pois o diretor da entidade de acolhimento institucional é equiparado ao guardião, podendo proibir a visitação dos pais.
B) Não, porque os pais não precisam de uma autorização judicial, mas apenas de um ofício do Conselho Tutelar autorizando a visitação.
C) Sim, pois a medida protetiva de acolhimento institucional foi aplicada pelo Juiz da Infância, assim somente ele poderá autorizar a visita dos pais.
D) Não, diante da ausência de vedação expressa da autoridade judiciária para a visitação, ou decisão que os suspenda ou os destitua do exercício do poder familiar.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "A" está errada, vide inteligência do Art.92, § 4o do Estatuto da Criança e do Adolescente

B) Errado

A alternativa "B" está errada, vide inteligência do Art.92**,** § 4o do Estatuto da Criança e do Adolescente.

C) Errado

A alternativa "C" está errada, vide inteligência do Art.92, § 4o do Estatuto da Criança e do Adolescente.

D) Correto

A alternativa "D" é a única que se mostra correta, vide inteligência do Art.92, § 4o do Estatuto da Criança e do Adolescente:

> CA - Art. 92. As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios:
>
> [...]
>
> § 4o Salvo determinação em contrário da autoridade judiciária competente, as entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional, se necessário com o auxílio do Conselho Tutelar e dos órgãos de assistência social, **estimularão o contato da criança ou adolescente com seus pais e parentes, em cumprimento ao disposto nos incisos I e VIII do caput deste artigo.**

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Questão 44

Heitor foi surpreendido pelo recebimento de informação de anotação de seu nome no cadastro restritivo de crédito, em decorrência de suposta contratação de serviços de telefonia e Internet. Heitor não havia celebrado tal contrato, sendo o mesmo fruto de fraude, e busca orientação a respeito de como proceder para rescindir o contrato, cancelar o débito e ter seu nome fora do cadastro negativo, bem como o recebimento de reparação por danos extrapatrimoniais, já que nunca havia tido o seu nome inscrito em tal cadastro.

Com base na hipótese apresentada, na qualidade de advogado(a) de Heitor, assinale a opção que apresenta o procedimento a ser adotado.

A) Cabe o pedido de cancelamento do serviço, declaração de inexistência da dívida e exclusão da anotação indevida, inexistindo qualquer dever de reparação, já que à operadora não foi atribuído defeito ou falha do serviço digital, que seria a motivação para tal pleito.

B) Trata-se de cobrança devida pelo serviço prestado, restando a Heitor pagar imediatamente e, somente assim, excluir a anotação de seu nome em cadastro negativo, e, então, ingressar com a medida judicial, comprovando que não procedeu com a contratação e buscando a rescisão do contrato irregular com devolução em dobro do valor pago.

C) Heitor não pode ser considerado consumidor em razão da ausência de vinculação contratual verídica e válida que consagre a relação consumerista, afastando-se os

elementos principiológicos e fazendo surgir a responsabilidade civil subjetiva da operadora de telefonia e Internet.

D) Heitor é consumidor por equiparação, aplicando-se a teoria do risco da atividade e devendo a operadora suportar os riscos do contrato fruto de fraude, caso não consiga comprovar a regularidade da contratação e a consequente reparação pelos danos extrapatrimoniais in re ipsa, além da declaração de inexistência da dívida e da exclusão da anotação indevida.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "A" está errada, vide inteligência do Art. 17 do CDC e jurisprudência atual.

B) Errado

A alternativa "B" está errada, vide inteligência do Art. 17 do CDC e jurisprudência atual.

C) Errado

A alternativa "C" está errada, vide inteligência do Art. 17 do CDC e jurisprudência atual.

D) Correto

A alternativa "D" é a única que se mostra correta, vide inteligência do Art. 17 do CDC e decisões atuais dos Tribunais: "Art. 17. Para os efeitos desta Seção, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento." Ademais, segue o entendimento dos atuais tribunais:

Resp 718618 RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. REGISTRO NO CADASTRO DE DEVEDORES DO SERASA. EXISTÊNCIA DE OUTROS REGISTROS. INDENIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. A existência de registros de outros débitos do recorrente em órgãos de restrição de crédito não afasta a presunção de existência do dano moral, que decorre in re ipsa, vale dizer, do próprio registro de fato inexistente . Precedente. Hipótese em que o próprio recorrido reconheceu o erro em negativar o nome do recorrente. Recurso a que se dá provimento.

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e jurisprudência.

Questão 45

Vera sofreu acidente doméstico e, sentindo fortes dores nas costas e redução da força dos membros inferiores, procurou atendimento médico-hospitalar. A equipe médica prescreveu uma análise neurológica que, a partir dos exames de imagem, evidenciaram uma lesão na coluna. O plano de saúde, entretanto, negou o procedimento e o material, aduzindo negativa de cobertura, embora a moléstia estivesse prevista em contrato.

Vera o(a) procura como advogado(a) a fim de saber se o plano de saúde poderia negar, sob a justificativa de falta de cobertura contratual, algo que os médicos informaram ser essencial para a diagnose correta da extensão da lesão da coluna.

Neste caso, à luz da norma consumerista e do entendimento do STJ, assinale a afirmativa correta.

A) O contrato de plano de saúde não é regido pelo Código do Consumidor e sim, exclusivamente, pelas normas da Agência Nacional de Saúde, o que impede a

interpretação ampliativa, sob pena de comprometer a higidez econômica dos planos de saúde, respaldada no princípio da solidariedade.

B) O plano de saúde pode se negar a cobrir o procedimento médico-hospitalar, desde que possibilite o reembolso de material indicado pelos profissionais de medicina, ainda que imponha limitação de valores e o reembolso se dê de forma parcial.

C) O contrato de plano de saúde é regido pelo Código do Consumidor e os planos de saúde apenas podem estabelecer para quais moléstias oferecerão cobertura, não lhes cabendo limitar o tipo de tratamento que será prescrito, incumbência essa que pertence ao profissional da medicina que assiste ao paciente.

D) O contrato de plano de saúde é regido pelo Código do Consumidor e, resguardados os direitos básicos do consumidor, os planos de saúde podem estabelecer para quais moléstias e para que tipo de tratamento oferecerão cobertura, de acordo com a categoria de cada nível contratado, sem que isso viole o CDC.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "A" está errada vide entendimento do STJ.

B) Errado

A alternativa "B" está errada vide entendimento do STJ.

C) Correto

A alternativa "C" é a única que se mostra correta vide inteligência do STJ:

> Súmula 608 - Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, salvo os administrados por entidades de autogestão. (Súmula 608, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/04/2018, DJe 17/04/2018)

D) Errado

A alternativa "D" está errada vide entendimento do STJ.

Gabarito: Letra C

Fonte de conhecimento jurídico: Jurisprudência

DIREITO EMPRESARIAL

Questão 46

Em 11 de setembro de 2016, ocorreu o falecimento de Pedro, sócio de uma sociedade simples. Nessa situação, o contrato prevê a resolução da sociedade em relação a um sócio. Na alteração contratual ficou estabelecida a redução do capital no valor das quotas titularizadas pelo ex-sócio, sendo o documento arquivado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em 22 de outubro de 2016.

Diante da narrativa, os herdeiros de Pedro são responsáveis pelas obrigações sociais anteriores à data do falecimento, até dois anos após

A) a data da resolução da sociedade e pelas posteriores e em igual prazo, a partir de 11 de setembro de 2016.
B) a data do arquivamento da resolução da sociedade (22 de outubro de 2016).
C) a data da resolução da sociedade em relação ao sócio Pedro (11 de setembro de 2016).
D) a data do arquivamento da resolução da sociedade e pelas posteriores e em igual prazo, a partir de 22 de outubro de 2016.

Comentário:

A) Errado

Estabelece o Código Civil:

> Art. 1.003. A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, não terá eficácia quanto a estes e à sociedade.
> Parágrafo único. **Até dois anos depois de averbada a modificação do contrato**, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.

Como a questão afirma que o prazo é de até dois anos **após averbada a modificação do contrato,** ela deverá dar-se a partir do dia 22 de outubro de 2016 e não da data do falecimento de Pedro.

B) Correto

Está de acordo com o parágrafo único do art. 1.003 do Código Civil.

C) Errado

Está em desacordo com o parágrafo único do art. 1.003 do Código Civil.

D) Errado

Está em desacordo com o parágrafo único do art. 1.003 do Código Civil.

Gabarito: Letra B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 47

Brito contratou os serviços da corretora Geru para mediar a venda de um imóvel em Estância. O cliente ajustou com a corretora verbalmente que lhe daria exclusividade, fato presenciado por cinco testemunhas.

A corretora, durante o tempo de vigência do contrato (seis meses), anunciou o imóvel em veículos de comunicação de Estância, mas não conseguiu concretizar a venda, realizada diretamente por Brito com o comprador, sem a mediação da corretora.

Considerando as informações e as regras do Código Civil quanto ao pagamento de comissão, assinale a afirmativa correta.

A) A corretora não faz jus ao pagamento da comissão, porque o contrato de corretagem foi celebrado por prazo determinado.
B) A corretora faz jus ao pagamento da comissão, porque a corretagem foi ajustada com exclusividade, ainda que verbalmente.
C) A corretora não faz jus ao pagamento da comissão, porque o negócio foi iniciado e concluído diretamente entre as partes, sem a sua mediação.
D) A corretora faz jus ao pagamento da comissão, porque envidou todos os esforços para o êxito da mediação, que não se concluiu por causa alheia à sua vontade.

Comentário:

A) Errado

De acordo com o Código Civil:

> Art. 726. Iniciado e concluído o negócio diretamente entre as partes, nenhuma remuneração será devida ao corretor; mas se, **por escrito**, for ajustada a corretagem com exclusividade, terá o corretor direito à remuneração integral,

> **ainda que realizado o negócio sem a sua mediação**, salvo se comprovada sua inércia ou ociosidade.
>
> Art. 727. Se, por não haver prazo determinado, o dono do negócio dispensar o corretor, e o negócio se realizar posteriormente, como fruto da sua mediação, a corretagem lhe será devida; igual solução se adotará se o negócio se realizar após a decorrência do prazo contratual, mas por efeito dos trabalhos do corretor.

Assim, a corretora não faz jus ao pagamento da comissão, porque o negócio foi iniciado e concluído diretamente entre as partes, **sem a sua mediação**, sendo que, o fato de ter o contrato ter sido celebrado por prazo determinado não alterou a situação.

B) Errado

Aqui, tem-se, de acordo com o art. 726, que a corretora não faz jus ao pagamento da comissão, pois, a corretagem foi ajustada **verbalmente**, ainda que com exclusividade. Na verdade, para fazer jus, a corretagem **deveria ter sido ajustada por escrito**.

C) Correto

Está de acordo os arts. 726 e 727 do Código Civil.

D) Errado

Nesse caso, a corretora não faz jus ao pagamento da comissão, porque o negócio foi iniciado e concluído **diretamente entre as partes**, sem a sua **mediação**.

Gabarito: Letra C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 48

Marcel, durante a realização de seu estágio em um escritório de advocacia, devidamente autorizado por seu chefe, atendeu a uma consulta formulada por um cliente. O cliente desejava esclarecimentos sobre o direito de voto e seu exercício nas companhias.

Marcel respondeu, corretamente, que

A) na eleição dos membros do Conselho Fiscal, o voto poderá ser múltiplo.
B) em caso de penhor da ação, somente o credor pignoratício exercerá o direito de voto.
C) independente da espécie ou da classe de ação, o voto é um direito essencial de todo e qualquer acionista.
D) a qualquer espécie ou classe de ação, é vedado atribuir voto plural.

Comentário:

A) Errado

De acordo com a Lei 6.404/76:

> Art. 161 § 4º Na constituição do **conselho fiscal** serão observadas as seguintes normas:
>
> a) os titulares de ações preferenciais sem direito a voto, ou com voto restrito, terão direito de eleger, em votação em separado, 1 (um) membro e respectivo suplente; igual direito terão os acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto;
>
> Art. 141. Na eleição dos conselheiros, é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, 0,1 (um décimo) do capital social com direito a voto, esteja ou não previsto no estatuto, requerer a adoção do **processo de voto múltiplo**, atribuindo-se a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do conselho,

> e reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários.

A partir disso, destaca-se a distinção entre o voto plural do voto múltiplo. Enquanto o voto múltiplo verifica-se na eleição de membros do **Conselho de Administração** (cuida da gestão dos negócios da Sociedade Anônima), no voto plural, tem-se a atribuição de mais de um voto a uma mesma ação. Assim, haveria voto plural se um acionista tivesse a possibilidade de votar duas ou mais vezes matéria em pauta.

O voto múltiplo está previsto no art. 141, sendo permitido, enquanto o voto plural é vedado. Sendo assim, na eleição dos membros do Conselho Administrativo, e não do Conselho Fiscal, o voto poderá ser múltiplo, pois irá repercutir os diversos interesses da sociedade.

B) Errado

De acordo com a Lei 6.404/76:

> Art. 113. O penhor da ação não impede o acionista de exercer o direito de voto; será lícito, todavia, estabelecer, no contrato, que o acionista não poderá, sem consentimento do credor pignoratício, votar em certas deliberações.

Apreende-se que, no penhor da ação, o credor pignoratício, exceto se estiver estabelecido no contrato, não exerce ainda o direito de voto, pois ainda está adstrito ao devedor acionista.

C) Errado

De acordo com o art. 111 da Lei 6.404, o direito de voto é inerente as ações ordinárias. Já nas ações preferenciais, ele poderá ser suprimido:

> Art. 111. O estatuto **poderá deixar de conferir às ações preferenciais** algum ou alguns dos direitos reconhecidos às ações ordinárias, **inclusive o de voto**, ou conferi-lo com restrições, observado o disposto no artigo 109.

D) Correto

De acordo com o §2º do art. 110 da Lei 6.404/76:

> Art. 110. A cada ação ordinária corresponde 1 (um) voto nas deliberações da assembléia-geral.
>
> (...)
>
> § 2º É vedado atribuir voto plural a qualquer classe de ações.

Sendo assim, é vedado atribuir voto plural, uma vez que a cada uma das ações é estabelecido e atribuído um único direito de voto.

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 49

Pedrinho emitiu quatro cheques em 26 de março de 2017, mas esqueceu de depositar um deles. Tendo um débito a honrar com Kennedy e sendo beneficiário desse quarto cheque, Pedrinho o endossou em preto, datando no verso "dia 20 de maio de 2017". Sabe-se que o lugar de emissão do quarto cheque é o mesmo do de pagamento.

Sobre esse endosso, assinale a afirmativa correta.

A) O endosso produz seus efeitos legais porque a transmissão do cheque se deu dentro do prazo de apresentação.

B) No endosso em preto, o endossatário fica dispensado da apresentação em tempo hábil do cheque ao sacado.

C) O endosso do cheque tem efeito de cessão de crédito por ter sido realizado após o decurso do prazo de apresentação.

D) Pedrinho ficou exonerado de responsabilidade pelo pagamento do cheque em razão do caráter póstumo do endosso.

Comentário:

A) Errado

De acordo com a Lei 7.357:

> Art . 33 O cheque deve ser **apresentado para pagamento**, a **contar do dia da emissão**, no prazo de **30 (trinta) dias**, quando **emitido no lugar onde houver de ser pago**; e de 60 (sessenta) dias, quando emitido em outro lugar do País ou no exterior.

Como o enunciado da questão aponta que o lugar de emissão do quarto cheque é o mesmo do de pagamento e a emissão deu-se no dia 26 de março, o prazo para apresentação é de 30 dias. Como a apresentação foi realizada apenas no dia 20 de maio, quase dois meses após a emissão, o título não terá mais efeito cambial, mas civil.

B) Errado

O endosso é o ato pelo qual se transmite o crédito. Ele pode ser em branco ou em preto. O primeiro deve conter apenas a assinatura do endossante. Já o segundo, conta com a assinatura do endossante e a indicação de para quem está sendo transmitido o crédito, ou seja, torna-se título nominal. No entanto, não há previsão legal de que nessa categoria o endossatário ficaria dispensado da apresentação em tempo hábil do cheque ao sacado.

C) Correto

De acordo com o art. 27 da Lei 7.357:

> Art . 27 O **endosso posterior ao protesto**, ou declaração equivalente, ou à **expiração do prazo de apresentação** produz apenas os **efeitos de cessão**. Salvo prova em contrário, o endosso sem data presume-se anterior ao protesto, ou declaração equivalente, ou à expiração do prazo de apresentação.

Assim, se o cheque for endossado depois do prazo de apresentação, ele terá os efeitos de uma cessão de crédito.

D) Errado

Não há previsão legal de que endosso posterior atribuiria a Pedrinho a irresponsabilidade pelo pagamento.

Gabarito: Letra C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 50

Você participou da elaboração, apresentação e negociação do plano de recuperação extrajudicial de devedor sociedade empresária. Tendo sido o plano assinado por todos os credores por ele atingidos, seu cliente o contratou para requerer a homologação judicial.

Assinale a opção que indica o juízo em que deverá ser apresentado o pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial.

A) O juízo da sede do devedor.
B) O juízo do principal estabelecimento do devedor.

C) O juízo da sede ou de qualquer filial do devedor.

D) O juízo do principal estabelecimento ou da sede do devedor.

Comentário:

A) Errado

De acordo com a Lei 11.101/05:

> Art. 3º É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o **juízo do local do principal estabelecimento do devedor** ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.

Ressalta-se que estabelecimento se distingue de sede, uma vez que aquele se refere ao local em que se concentra o maior número de credores, por uma questão de economia processual. Sendo assim, o juízo competente para o pedido de recuperação extrajudicial é o do local do principal estabelecimento do devedor.

B) Correto

Está de acordo com o art. 3º da Lei 11.101/05.

C) Errado

Está em desacordo com o art. 3º da Lei 11.101/05.

D) Errado

Está em desacordo com o art. 3º da Lei 11.101/05.

Gabarito: Letra B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO PENAL

Questão 58

Pedro, jovem rebelde, sai à procura de Henrique, 24 anos, seu inimigo, com a intenção de matá-lo, vindo a encontrá-lo conversando com uma senhora de 68 anos de idade. Pedro saca sua arma, regularizada e cujo porte era autorizado, e dispara em direção ao rival. Ao mesmo tempo, a senhora dava um abraço de despedida em Henrique e acaba sendo atingida pelo disparo. Henrique, que não sofreu qualquer lesão, tenta salvar a senhora, mas ela falece.

Diante da situação narrada, em consulta técnica solicitada pela família, deverá ser esclarecido pelo advogado que a conduta de Pedro, de acordo com o Código Penal, configura

A) crime de homicídio doloso consumado, apenas, com causa de aumento em razão da idade da vítima.
B) crime de homicídio doloso consumado, apenas, sem causa de aumento em razão da idade da vítima.
C) crimes de homicídio culposo consumado e de tentativa de homicídio doloso em relação a Henrique.
D) crime de homicídio culposo consumado, sem causa de aumento pela idade da vítima.

Comentário:

A) Errado

A questão aponta que Pedro tinha a intenção de praticar o crime de homicídio Henrique, mas que, por erro na execução, acaba atingindo uma senhora de 68 anos de idade. Nesse caso, houve a figura do erro na execução, previsto no Código Penal:

> Art. 73 - Quando, **por acidente ou erro no uso dos meios de execução**, o agente, **ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa**, responde como se tivesse praticado o crime contra aquela, atendendo-se ao disposto no § 3º do art. 20 deste Código. No caso de ser também atingida a pessoa que o agente pretendia ofender, aplica-se a regra do art. 70 deste Código.
>
> Art. 20 - O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei.
>
> (...)
>
> § 3º - O **erro quanto à pessoa** contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as **condições ou qualidades** da vítima, senão as **da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime**.

Sendo assim, apesar do crime ter sido praticado contra a senhora, deverão ser consideradas as condições e qualidades da pessoa contra quem o agente pretendia praticar o crime, ou seja, Henrique. Sendo assim, a causa de aumento em razão da idade da vítima (art. 61, "h") não pode ser aplicada nesse caso.

B) Correto

Está de acordo com a previsão do art. 73 c/c art. 20, §3º do CP.

C) Errado

Primeiramente não se apresenta a figura da culpa, uma vez que o enunciado apontou que o agente tinha a intenção (dolo) de cometer o homicídio. Além disso, o art. 73 do Código Penal aponta que, diante de erro na execução, o agente responde como se tivesse praticado o crime contra aquela pessoa contra a qual tinha a intenção de realiza-lo, ou seja, não são dão dois crimes, um

homicídio e uma tentativa de homicídio, mas apenas um homicídio com erro na execução.

D) Errado

Não se apresenta a figura da culpa, uma vez que o enunciado apontou que o agente tinha a intenção (dolo) de cometer o homicídio.

Gabarito: Letra B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina.

Questão 59

Roberta, enquanto conversava com Robson, afirmou categoricamente que presenciou quando Caio explorava jogo do bicho, no dia 03/03/2017. No dia seguinte, Roberta contou para João que Caio era um "furtador".

Caio toma conhecimento dos fatos, procura você na condição de advogado(a) e nega tudo o que foi dito por Roberta, ressaltando que ela só queria atingir sua honra.

Nesse caso, deverá ser proposta queixa-crime, imputando a Roberta a prática de

A) 1 crime de difamação e 1 crime de calúnia.
B) 1 crime de difamação e 1 crime de injúria.
C) 2 crimes de calúnia.
D) 1 crime de calúnia e 1 crime de injúria.

Comentário:

A) Errado

Primeiramente, destacamos a diferença entre calúnia, injúria e difamação:

- Comete crime de **denunciação caluniosa** (CP, art. 339) quem dá causa à instauração de investigação policial contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.

- Comete crime de **difamação** (art 139) quem imputa a alguém fato não definido como crime, ferindo sua imagem.

- Comete crime de **injúria** (art. 140) quem atribui a alguém qualidade negativa, por meio de ofensa. Ressalta-se que essa qualidade pode ser derivada ou não de conduta criminosa.

Sendo assim, tem-se que no primeiro caso, Roberta praticou 1 crime de difamação ao afirmar para Robson, que presenciou quando Caio explorava jogo do bicho, visto que foi imputado a Caio fato ofensivo a sua reputação. Não se trata de calúnia, pois tal fato não é definido como crime, mas sim como contravenção penal.

Já no segundo caso, tem-se a configuração do delito de injúria, uma vez que não houve imputação de fato específico, determinado, mas a atribuição de uma qualidade negativa a Caio, a qualidade de ser um "furtador", um ladrão, um criminoso. Isso se confirma também pela afirmação de Caio de que Roberta só queria atingir sua honra.

B) Correto

Está de acordo com o entendimento da legislação penal e da doutrina.

C) Errado

Como visto, não poderia dar-se o delito de calúnia no primeiro caso, visto que a conduta imputada a Caio por Roberto não é definida como crime, mas sim como contravenção penal, ao passo de que no segundo caso não houve imputação de fato específico, determinado, mas a atribuição de uma qualidade negativa a Caio.

D) Errado

Como visto, não poderia dar-se o delito de calúnia no primeiro caso, visto que a conduta imputada a Caio por Roberto não é definida como crime, mas sim como contravenção penal.

Gabarito: Letra B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina

Questão 60

Rafael e Francisca combinam praticar um crime de furto em uma residência onde ela exercia a função de passadeira. Decidem, então, subtrair bens do imóvel em data sobre a qual Francisca tinha conhecimento de que os proprietários estariam viajando, pois assim ela tinha certeza de que os patrões, de quem gostava, não sofreriam qualquer ameaça ou violência.

No dia do crime, enquanto Francisca aguarda do lado de fora, Rafael entra no imóvel para subtrair bens. Ela, porém, percebe que o carro dos patrões está na garagem e tenta avisar o fato ao comparsa para que este saísse rápido da casa. Todavia, Rafael, ao perceber que a casa estava ocupada, decide empregar violência contra os proprietários

para continuar subtraindo mais bens. Descobertos os fatos, Francisca e Rafael são denunciados pela prática do crime de roubo majorado.

Considerando as informações narradas, o(a) advogado(a) de Francisca deverá buscar

A) sua absolvição, tendo em vista que não desejava participar do crime efetivamente praticado.
B) o reconhecimento da participação de menor importância, com aplicação de causa de redução de pena.
C) o reconhecimento de que o agente quis participar de crime menos grave, aplicando-se a pena do furto qualificado.
D) o reconhecimento de que o agente quis participar de crime menos grave, aplicando-se causa de diminuição de pena sobre a pena do crime de roubo majorado.

Comentário:

A) Errado

De acordo com o Código Penal, no que refere-se ao concurso de pessoas:

> Art. 29 - Quem, de qualquer modo, **concorre para o crime** incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)
>
> § 1º - Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)
>
> § 2º - Se algum dos concorrentes **quis participar de crime menos grave**, ser-lhe-á **aplicada a pena deste**; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

Sendo assim, nessa hipótese percebe-se a incidência do art. 29, §2º do CP, denominado pela doutrina de "cooperação dolosamente distinta" ou "desvio subjetivo", ocorrendo quando, no concurso de pessoas, um dos agentes, nesse

caso Rafael, modifica seu dolo ao passo de que o outro permanece com o dolo de cometer delito menos gravoso. Assim, apesar da modificação do dolo de Rafael para o delito de furto, Francisca seguiu com o dolo do furto qualificado em razão do concurso de duas ou mais pessoas (art. 155, IV), devendo responder por esse delito.

B) Errado

Maria é coautora do delito, concorrendo com sua consumação. A conduta dela não se enquadra em participação de menor importância (de pouca relevância causal).

C) Correto

Está de acordo com o art. 29, §2º do Código Penal.

D) Errado

Não há previsão legal para a hipótese apresentada na afirmativa.

Gabarito: Letra C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca, Doutrina.

Questão 61

Caio, Mário e João são denunciados pela prática de um mesmo crime de estupro (Art. 213 do CP). Caio possuía uma condenação anterior definitiva pela prática de crime de deserção, delito militar próprio, ao cumprimento de pena privativa de liberdade. Já Mário possuía uma condenação anterior, com trânsito em julgado, pela prática de crime comum, com aplicação exclusiva de pena de multa. Por fim, João possuía condenação definitiva pela prática de contravenção penal à pena privativa de liberdade. No momento da sentença, o juiz reconhece agravante da reincidência em relação aos três denunciados.

Considerando apenas as informações narradas, de acordo com o Código Penal, o advogado dos réus

A) não poderá buscar o afastamento da agravante, já que todos são reincidentes.
B) poderá buscar o afastamento da agravante em relação a Mário, já que somente Caio e João são reincidentes.
C) poderá buscar o afastamento da agravante em relação a João, já que somente Caio e Mário são reincidentes.
D) poderá buscar o afastamento da agravante em relação a Caio e João, já que somente Mário é reincidente.

Comentário:

A) Errado

No caso apresentado tem-se que:

- Em relação a Caio, aplica-se a regra do art. 64, II do Código Penal: " Art. 64 - Para efeito de reincidência: II - não se consideram os crimes militares próprios e políticos". Sendo assim, pode-se buscar o afastamento da agravante da reincidência em relação a Caio.

- Em relação a Mário, aplica-se a regra do art. 63 do CP:

> Art. 63 - Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior.

A condenação a pena privativa de liberdade ou de multa não importa para a configuração da reincidência, desde que tenha transitado em julgado. Sendo assim, não pode ser pleiteado o afastamento da agravante no caso de Mário.

- Por fim, em relação a João, tem-se a redação do art. 7 da Lei de Contravenções Penais:

> Art. 7º Verifica-se a reincidência quando o agente **pratica uma contravenção depois de passar em julgado** a sentença que o tenha condenado, no Brasil ou no estrangeiro, **por qualquer crime**, ou, no Brasil, por motivo de contravenção.

No caso das contravenções, a reincidência se configura quando a prática de contravenção é precedida de condenação com trânsito em julgado por prática de crime anterior. Resumidamente:

1. CONTRAVENÇÃO + CONTRAVENÇÃO = REINCIDENTE
2. CRIME + CRIME = REINCIDENTE
3. CRIME + CONTRAVENÇÃO = REINCIDENTE
4. CONTRAVENÇÃO + CRIME = NÃO É REINCIDENTE.

Como a contravenção praticada foi anterior ao crime, poderá ser pleiteado o afastamento da agravante em relação a João.

B) Errado

Está em desacordo com os artigos 63 e 64 do Código Penal e art. 7 da Lei de Contravenções Penais.

C) Errado

Está em desacordo com os artigos 63 e 64 do Código Penal e art. 7 da Lei de Contravenções Penais.

D) Correto

Está de acordo com os artigos 63 e 64 do Código Penal e art. 7 da Lei de Contravenções Penais.

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 62

Catarina leva seu veículo para uma determinada entidade autárquica com o objetivo de realizar a fiscalização anual. Carlos, funcionário público que exerce suas funções no local, apesar de não encontrar irregularidades no veículo, verificando a inexperiência de Catarina, que tem apenas 19 anos de idade, exige R$ 5.000,00 para "liberar" o automóvel sem pendências.

Catarina, de imediato, recusa-se a entregar o valor devido e informa o ocorrido ao superior hierárquico de Carlos, que aciona a polícia. Realizada a prisão em flagrante de Carlos, a família é comunicada sobre o fato e procura um advogado para que ele preste esclarecimentos sobre a responsabilidade penal de Carlos.

Diante da situação narrada, o advogado da família de Carlos deverá esclarecer que a conduta praticada por Carlos configura, em tese, crime de

A) corrupção passiva consumada.

B) concussão consumada.

C) corrupção passiva tentada.

D) concussão tentada.

Comentário:

A) Errado

A corrupção passiva consumada se dá ocorre quando o funcionário público solicita ou recebe, para si ou para outrem, vantagem indevida, bem como quando ele aceita promessa de vantagem: "Art. 317, CP - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.". No caso, não houve apenas a solicitação de vantagem indevida da parte de Carlos, mas a exigência, sob a condição de não liberar o veículo de Catarina de tal vantagem.

B) Correto

A concussão consumada está prevista no art. 316 do CP: "Art. 316 - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida". Nesse caso, o funcionário público exige vantagem indevida, como ocorreu no caso apresentado: "exige R$ 5.000,00 para "liberar" o automóvel sem pendências".

C) Errado

O tipo praticado foi o de concussão (art. 316 do Código Penal). Mesmo que se estivesse diante da solicitação de vantagem indevida por funcionário público, que caracteriza a corrupção passiva, ela não se daria na forma tentada, por trata-se de delito formal, bastando a mera solicitação, recebimento ou aceitação de vantagem indevida (independe de resultado).

D) Errado

A concussão trata-se de um crime formal, ou seja, a mera exigência (realização da conduta típica) já o consuma, não havendo necessidade que a vítima ceda.

Gabarito: Letra B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina

Questão 63

Pedro, quando limpava sua arma de fogo, devidamente registrada em seu nome, que mantinha no interior da residência sem adotar os cuidados necessários, inclusive o de desmuniciá-la, acaba, acidentalmente, por dispará-la, vindo a atingir seu vizinho Júlio e a esposa deste, Maria.

Júlio faleceu em razão da lesão causada pelo projétil e Maria sofreu lesão corporal e debilidade permanente de membro. Preocupado com sua situação jurídica, Pedro o procura para, na condição de advogado, orientá-lo acerca das consequências do seu comportamento.

Na oportunidade, considerando a situação narrada, você deverá esclarecer, sob o ponto de vista técnico, que ele poderá vir a ser responsabilizado pelos crimes de

A) homicídio culposo, lesão corporal culposa e disparo de de arma de fogo, em concurso formal.

B) homicídio culposo e lesão corporal grave, em concurso formal.

C) homicídio culposo e lesão corporal culposa, em concurso material.

D) homicídio culposo e lesão corporal culposa, em concurso formal.

Comentário:

A) Errado

No caso apresentado, o disparo de arma de fogo é absolvido pelas condutas tipificadas consequentes, ou seja, a lesão corporal culposa e o homicídio culposo.

B) Errado

Como a questão aponta, tem-se a figura da culpa, uma vez que houve o agente deixou de tomar uma medida de precaução, não tendo o dolo de cometer os delitos. Assim, as figuras típicas praticadas são a de homicídio culposo (em relação a Júlio) e lesão corporal culposa (em relação a Maria).

A observação presente no enunciado de que a lesão de Maria resultou em debilidade permanente de membro é uma pegadinha, uma vez que esse fator só acarretaria uma mudança da tipificação (como lesão corporal grave) se estivéssemos diante de um crime doloso. No caso da lesão culposa, esse fator não modifica a tipificação como lesão corporal culposa (art. 129, §6º do CP), no entanto, ele poderia ser considerado pelo juiz na dosimetria da pena.

C) Errado

O concurso material de delitos está previsto no art. 69 do Código Penal e se configura quando o agente pratica mais de uma ação ou omissão, gerando mais

de um delito. No caso como a partir de apenas uma conduta foram realizados dois crimes, não há o que se falar de concurso material de crimes.

D) Correto

O concurso formal de delitos está previsto no art. 70 do Código Penal e se configura quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, como ocorrido no caso narrado.

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 64

Silva foi vítima de um crime de ameaça por meio de uma ligação telefônica realizada em 02 de janeiro de 2016. Buscando identificar o autor, já que nenhum membro de sua família tinha tal informação, requereu, de imediato, junto à companhia telefônica, o número de origem da ligação, vindo a descobrir, no dia 03 de julho de 2016, que a linha utilizada era de propriedade do ex-namorado de sua filha, Carlos, razão pela qual foi até a residência deste, onde houve a confissão da prática do crime.

Quando ia ao Ministério Público, na companhia de Marta, sua esposa, para oferecer representação, Silva sofreu um infarto e veio a falecer. Marta, no dia seguinte, afirmou oralmente, perante o Promotor de Justiça, que tinha interesse em representar em face do autor do fato, assim como seu falecido marido.

Diante do apelo de sua filha, Marta retorna ao Ministério Público no dia 06 de julho de 2016 e diz que não mais tem interesse na representação. Ainda assim, considerando que a ação penal é pública condicionada, o Promotor de Justiça ofereceu denúncia, no dia 07 de julho de 2016, em face de Carlos, pela prática do crime de ameaça.

Considerando a situação narrada, o(a) advogado(a) de Carlos, em resposta à acusação, deverá alegar que

A) ocorreu decadência, pois se passaram mais de 6 meses desde a data dos fatos.
B) a representação não foi válida, pois não foi realizada pelo ofendido.

C) ocorreu retratação válida do direito de representação.

D) a representação não foi válida, pois foi realizada oralmente.

Comentário:

A) Errado

A decadência é uma causa de extinção de punibilidade que se configura com o decurso do prazo de 6 meses para o oferecimento de representação ou de queixa-crime. De acordo com o CPP:

> Art. 38. Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, **contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime**, ou, no caso do art. 29, do dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia.

A contagem do prazo se dá a partir do momento em que se conhece a autoria do fato delituoso, ou seja, 03/06/2016, e não 02/01/2016. Sendo assim, não se configura a decadência nesse caso.

B) Errado

Com a morte de Silva, o direito de representar e oferecer queixa crime passa aos seus familiares próprios, então Marta, cônjuge, tem o direito de representar no lugar dele (art. 24, §1º, CPP):

> Art. 24. Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
>
> [...]
>
> § 1º No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o **direito de representação passará ao cônjuge**, ascendente, descendente ou irmão.

C) Correto

A retratação é apresentada antes do oferecimento da renúncia, então ela é válida (art. 25 do CPP): "Art. 25. A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia. " Sendo assim, o Ministério Público não deveria ter ajuizado a ação em face da retratação válida.

D) Errado

Não há óbice legal para a representação realizada na forma oral. De acordo com o CPP:

> Art. 39. O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.
>
> [...]
>
> § 1º A representação feita **oralmente ou por escrito**, sem assinatura devidamente autenticada do ofendido, de seu representante legal ou procurador, será reduzida a termo, perante o juiz ou autoridade policial, presente o órgão do Ministério Público, quando a este houver sido dirigida.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 65

Mateus foi denunciado pela prática de um crime de homicídio qualificado, sendo narrado na denúncia que a motivação do crime seria guerra entre facções do tráfico. Cinco dias antes do julgamento em plenário, o Ministério Público junta ao processo a Folha de Antecedentes Criminais (FAC) do acusado, conforme requerido quando da manifestação em diligências, em que, de fato, constavam anotações referentes a processos pela prática do crime da Lei de Drogas.

Apenas três dias úteis antes do julgamento, a defesa de Mateus vem a tomar conhecimento da juntada da FAC. No dia do julgamento, após a manifestação oral da defesa em plenário, indagado pelo juiz presidente sobre o interesse em se manifestar em réplica, o promotor de justiça afirma negativamente, reiterando aos jurados que as provas estão muito claras e que o réu deve ser condenado, não havendo necessidade de maiores explanações. Posteriormente, o juiz presidente nega à defesa o direito de tréplica. Mateus é condenado.

Diante da situação narrada, o(a) advogado(a) de Mateus, em sede de apelação, deverá buscar

A) a nulidade do julgamento, pois foi juntada documentação sem a antecedência necessária exigida pela lei.
B) o afastamento da qualificadora pelo Tribunal, pois foi juntada documentação que influenciou seu reconhecimento sem a antecedência necessária exigida pela lei.
C) a nulidade do julgamento, pois o direito de tréplica da defesa independe da réplica do Ministério Público.
D) a nulidade do julgamento, pois houve réplica por parte do Ministério Público, de modo que deveria ser deferido à defesa o direito de tréplica.

Comentário:

A) Errado

O Tribunal do Júri é procedimento especial, específico nos casos de crimes dolosos contra a vida consumados ou tentados e os que lhe forem conexos. Este instituto é caracterizado por ser um procedimento bifásico, em que na segunda fase há o julgamento em plenário. Há alguns dispositivos específicos a serem aplicados nesse caso específico.

Assim, apesar da regra geral do art. 231 do CPP prever que "salvo os casos expressos em lei, as partes poderão apresentar documentos em qualquer fase do processo", aplica-se, ao Tribunal do Júri, uma exceção, prevista no art. 479: "Durante o julgamento não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, dando-se ciência à outra parte. "

No caso apresentado, o prazo de três dias, voltado à viabilização de um contraditório prévio, foi observado. Assim, não há o que se falar de nulidade em razão da inobservância da antecedência de 3 dias prevista na lei.

B) Errado

Apesar da regra geral do art. 231 do CPP prever que "salvo os casos expressos em lei, as partes poderão apresentar documentos em qualquer fase do processo", aplica-se, ao Tribunal do Júri, uma exceção, prevista no art. 479: "Durante o julgamento não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, dando-se ciência à outra parte. "

No caso apresentado, o prazo de três dias, voltado à viabilização de um contraditório prévio, foi observado. Assim, não há o que se falar de afastamento da qualificadora em razão da inobservância da antecedência prevista na lei.

C) Errado

De acordo com o art. 476 do CPP:

> Art. 476. Encerrada a instrução, será concedida a palavra ao Ministério Público, que fará a acusação, nos limites da pronúncia ou das decisões posteriores que julgaram admissível a acusação, sustentando, se for o caso, a existência de circunstância agravante.
>
> § 4º A acusação poderá replicar e a defesa treplicar, sendo admitida a reinquirição de testemunha já ouvida em plenário.

Nesse sentido, tem-se que a defesa tem direito à tréplica diante do exercício da réplica pela acusação, não sendo independente dela.

D) Correto

Como visto no §4º do art. 476 do CPP, a defesa tem direito à tréplica diante do exercício da réplica pela acusação. No enunciado, tem-se que o promotor de justiça reiterou aos jurados que as provas estavam muito claras e que o réu deveria ser condenado. Nessa breve explicação, ele chegou a exercer o direito de réplica da acusação, sendo assim, a defesa tem o direito à tréplica.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 66

Vitor, corretor de imóveis, está sendo investigado em inquérito policial. Considerando que o delegado vem atuando com abuso e colocando em risco a liberdade de Vitor, o advogado do investigado apresenta habeas corpus perante o órgão competente. Quando da análise do habeas corpus, a autoridade competente entende por denegar a ordem.

Considerando as informações narradas, o advogado de Vitor poderá recorrer da decisão que denegou a ordem por meio de

A) recurso em sentido estrito, tendo em vista que o Tribunal de Justiça foi o órgão competente para análise do habeas corpus apresentado em razão da conduta do delegado.
B) recurso em sentido estrito, tendo em vista que o juiz de primeiro grau era competente para a análise do habeas corpus apresentado em razão da conduta do delegado.
C) recurso ordinário constitucional, tendo em vista que o Tribunal de Justiça foi o órgão competente para análise do habeas corpus apresentado em razão da conduta do delegado.
D) recurso ordinário constitucional, tendo em vista que o juiz de primeiro grau era competente para a análise do habeas corpus apresentado em razão da conduta do delegado.

Comentário:

A) Errado

O habeas corpus é uma ação mandamental de natureza constitucional cuja finalidade é impugnar algum ato que coloque em risco a liberdade de ir e vir. Sua finalidade é cessar o abuso de autoridade.

Primeiramente é preciso identificar qual é a autoridade coatora. No caso, a questão esclarece que o delegado é a autoridade coatora no caso. A partir dela, identifica-se de quem é a competência para processar e julgar o habeas corpus.

No caso apresentado, a competência era do juiz de primeira instância, uma vez que se deu diante da atuação abusiva do delegado de polícia. Caso fosse perante a atuação do juiz de primeira instância, caberia ao Tribunal de Justiça a competência, mas essa hipótese não se enquadra no caso concreto apresentado.

Quanto ao recurso que deveria ser impenetrado, tem-se que nesse caso aplica-se a regra do art. 581, X do CPP:

> Art 581. Caberá recurso, **no sentido estrito**, da decisão, despacho ou sentença:
> (...)
> X - que conceder ou negar a ordem de habeas corpus;

Assim, tem-se que, diante de decisão de juiz de primeira instância que denegou o habeas corpus, caberá recurso em sentido estrito. O recurso ordinário constitucional caberia apenas diante de decisão do Tribunal de Justiça que denegasse o habeas corpus.

B) Correto

De conformidade com o art. 581, X do Código de Processo Penal.

C) Errado

Em desconformidade com o art. 581, X do Código de Processo Penal.

D) Errado

Em desconformidade com o art. 581, X do Código de Processo Penal.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 67

No dia 31 de dezembro de 2015, Leandro encontra, em uma boate, Luciana, com quem mantivera uma relação íntima de afeto, na companhia de duas amigas, Carla e Regina.

Já alterado em razão da ingestão de bebida alcoólica, Leandro, com ciúmes de Luciana, inicia com esta uma discussão e desfere socos em sua face. Carla e Regina vêm em defesa da amiga, mas, descontrolado, Leandro também agride as amigas, causando lesões corporais leves nas três.

Diante da confusão, Leandro e Luciana são encaminhados a uma delegacia, enquanto as demais vítimas decidem ir para suas casas. Após exame de corpo de delito confirmando as lesões leves, Luciana é ouvida e afirma expressamente que não tem interesse em ver Leandro responsabilizado criminalmente.

Em relação às demais lesadas, não tiveram interesse em ser ouvidas em momento algum das investigações, mas as testemunhas confirmaram as agressões. Diante disso, o Ministério Público, em 05 de julho de 2016, oferece denúncia em face de Leandro, imputando-lhe a prática de três crimes de lesão corporal leve.

Considerando apenas as informações narradas, o(a) advogado(a) de Leandro

A) não poderá buscar a rejeição da denúncia em relação a nenhum dos três crimes.

B) poderá buscar a rejeição da denúncia em relação ao crime praticado contra Luciana, mas não quanto aos delitos praticados contra Carla e Regina.

C) poderá buscar a rejeição da denúncia em relação aos três crimes.

D) não poderá buscar a rejeição da denúncia em relação ao crime praticado contra Luciana, mas poderá pleitear a imediata rejeição quanto aos delitos praticados contra Carla e Regina.

Comentário:

A) Errado

A regra geral, nos crimes de lesão corporal leve, é de que tratam-se de delitos de ação penal pública condicionada à representação, ou seja, sem ela, não haveria condição de procedibilidade para o exercício da ação penal, de acordo com a Lei 9.099/1995: Art. 88. Além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, **dependerá de representação** a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.

Como Carla e Regina não quiseram exercer a representação, Leandro poderia buscar a rejeição da denúncia em relação aos delitos cometidos contra elas.

No entanto, como havia entre Leandro e Lúcia uma relação íntima, aplica-se a regra da Lei 11.340 (Lei Maria da Penha) que determina o afastamento da regra da Lei 9.099, determinando em seu artigo 41 que "Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. "

Assim, tem-se, de acordo com o entendimento firmado do STJ, que: Súmula 542 do STJ - A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é **pública incondicionada**.

Dessa maneira, a ação penal pode ocorrer independentemente da representação do ofendido, sendo irrelevante a vontade de Lúcia de que Leandro não fosse responsabilizado criminalmente.

Sendo assim, Leandro não poderá buscar a rejeição da denúncia em relação ao crime praticado contra Luciana, mas poderá pleitear a imediata rejeição quanto aos delitos praticados contra Carla e Regina.

B) Errado

Está em desacordo com as determinações legais e jurisprudenciais a respeito do tema.

C) Errado

A alternativa está em desacordo com a Súmula 542 do STJ.

D) Correto

Está em consonância com as determinações legais e jurisprudenciais a respeito do tema.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

Questão 68

Douglas responde a ação penal, na condição de preso cautelar, pela prática do crime de furto qualificado, sendo ele triplamente reincidente específico. No curso do processo, foi constatado por peritos que Douglas seria semi-imputável e que haveria risco de reiteração.

O magistrado em atuação, de ofício, revoga a prisão preventiva de Douglas, entendendo que não persistem os motivos que justificaram essa medida mais grave, aplicando, porém, a medida cautelar de internação provisória, com base no Art. 319 do Código de Processo Penal.

Diante da situação narrada, o advogado de Douglas poderá requerer o afastamento da cautelar aplicada, em razão

A) da não previsão legal da cautelar de internação provisória, sendo certo que tais medidas estão sujeitas ao princípio da taxatividade.
B) de somente ser cabível a cautelar quando os peritos concluírem pela inimputabilidade, mas não pela semiimputabilidade.
C) de o crime imputado não ter sido praticado com violência ou grave ameaça à pessoa.
D) de não ser cabível, na hipótese, a aplicação de medida cautelar de ofício, sem requerimento pretérito do Ministério Público.

Comentário:

A) Errado

A questão versa sobre as medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do CPP, trazendo medidas centrais que minimizariam o contato prematuro com o cárcere. Nesse sentido:

> Art. 319. São medidas cautelares diversas da prisão:
>
> (...)
>
> VII - internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com **violência ou grave ameaça**, quando os peritos concluírem ser **inimputável ou semi-imputável** (art. 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração;

Sendo assim, a aplicação dessa medida só seria possível em face da prática de delitos cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, o que não se enquadra na tipificação do furto (art. 155, CP) cometido por Douglas. A alternativa está incorreta uma vez que há a previsão dessa medida no art. 319, VII do CPP.

B) Errado

Em desacordo com o art. 319, VII do CPP, que engloba tanto os inimputáveis quanto os semi-imputáveis.

C) Correto

Está de acordo com a previsão do art. 319, VII do CPP.

D) Errado

O magistrado pode aplicar essas medidas de ofício no curso do processo.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 69

Paulo foi preso em flagrante pela prática do crime de corrupção, sendo encaminhado para a Delegacia. Ao tomar conhecimento dos fatos, a mãe de Paulo entra, de imediato, em contato com o advogado, solicitando esclarecimentos e pedindo auxílio para seu filho.

De acordo com a situação apresentada, com base na jurisprudência dos Tribunais Superiores, deverá o advogado esclarecer que

A) diante do caráter inquisitivo do inquérito policial, Paulo não poderá ser assistido pelo advogado na delegacia.
B) a presença da defesa técnica, quando da lavratura do auto de prisão em flagrante, é sempre imprescindível, de modo que, caso não esteja presente, todo o procedimento será considerado nulo.
C) decretado o sigilo do procedimento, o advogado não poderá ter acesso aos elementos informativos nele constantes, ainda que já documentados no procedimento.
D) a Paulo deve ser garantida, na delegacia, a possibilidade de assistência de advogado, de modo que existe uma faculdade na contratação de seus serviços para acompanhamento do procedimento em sede policial.

Comentário:

A) Errado

O artigo 7 do Estatuto da Advocacia e da OAB prevê:

> Art. 7º São direitos do advogado:
>
> XXI - assistir a seus clientes investigados durante a apuração de infrações, sob pena de nulidade absoluta do respectivo interrogatório ou depoimento e, subsequentemente, de todos os elementos investigatórios e probatórios dele

> decorrentes ou derivados, direta ou indiretamente, podendo, inclusive, no curso da respectiva apuração:
>
> a) apresentar razões e quesitos;

Sendo assim, com fulcro no direito de defesa técnica, o advogado poderá participar da fase preliminar ou de investigação, acompanhando o flagranteado. De acordo com o excerto legal acima, trata-se de um direito, e não um dever, assim, é possível inquérito com indiciado sem advogado. No entanto, se o flagranteado optar pela sua presença, ele terá algumas prerrogativas, dentre elas o acompanhamento na fase de investigação.

B) Errado

Como apreende-se da redação do caput do art. 7 da Lei 8.906, o acompanhamento do flagranteado na fase preliminar é um direito, ou seja, não é imprescindível. Ele será apenas a fase processual, na qual se o réu for processado em julgado sem defesa técnica tem-se uma hipótese de nulidade absoluta.

C) Errado

De acordo com a Súmula Vinculante 14 do STF e com o inciso XIV do art. 7 do Estatuto da Advocacia e da OAB:

> Súmula Vinculante 14 - É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
>
> Art. 7º São direitos do advogado:
> XIV - examinar, em qualquer instituição responsável por conduzir investigação, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de investigações de qualquer natureza, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital;

Sendo assim, o advogado poderá ter acesso aos elementos informativos nele constantes, ainda que já documentados no procedimento.

D) Correto

Está de acordo com a legislação e a jurisprudência relacionadas ao tema.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

DIREITO DO TRABALHO

Questão 70

Um empregado recebeu o contracheque de determinado mês com descontos, a título de contribuição confederativa e de contribuição sindical. Por não ser sindicalizado, reclama junto ao empregador contra ambas as subtrações e este encaminha o caso ao setor jurídico para análise.

Diante da situação retratada, de acordo com a CLT e o entendimento consolidado do TST e do STF, assinale a afirmativa correta.

A) O desconto de contribuição sindical não é válido, mas o da contribuição confederativa está correto, posto que obrigatório.
B) Os descontos são inválidos, porque o empregado não é sindicalizado e, portanto, não pode ser obrigado a contribuir.
C) O desconto de contribuição sindical é válido, mas o da contribuição confederativa, não, porque o empregado não é sindicalizado.
D)As subtrações são válidas, porque o empregado, mesmo não sendo sindicalizado, beneficia-se da convenção coletiva.

Comentário:

Questão desatualizada.

Questão 72

A sociedade empresária Gardênia Azul Ltda. aprovou acordo coletivo junto ao sindicato de classe dos seus empregados prevendo um plano de cargos e salários. Nele, as promoções seriam feitas no máximo a cada dois anos, exclusivamente pelo critério de antiguidade.

No período de vigência dessa norma, Walter ajuizou uma ação requerendo equiparação salarial a Fernando, referente ao período do acordo coletivo.

Diante da situação concreta e da jurisprudência consolidada do TST, assinale a afirmativa correta.

A) O pedido de equiparação salarial não é possível juridicamente porque a sociedade empresária possui plano de cargos e salários.
B) A equiparação salarial é possível se atendidos os demais requisitos legais, porque o plano de cargos e salários em questão não tem validade.
C) A observância ou não ao acordo ficará a cargo de cada juiz, porque inexiste previsão legal ou jurisprudencial a respeito.
D) O plano de cargos e salários, por ser fruto de negociação coletiva e atender aos requisitos legais, precisa ser observado pelo magistrado.

Comentário:

Questão desatualizada.

Questão 73

Enzo é professor de Matemática em uma escola particular, em que é empregado há 8 anos. Após 2 anos de namoro e 1 ano de noivado, irá se casar com Carla, advogada, empregada em um escritório de advocacia há 5 anos.

Sobre o direito à licença pelo casamento, de acordo com a CLT, assinale a afirmativa correta.

A) O casal poderá faltar aos seus empregos respectivos por até 3 dias úteis para as núpcias.

B) Carla, por ser advogada, terá afastamento de 5 dias e Enzo, por ser professor, poderá faltar por 2 dias corridos.

C) Enzo poderá faltar ao serviço por 9 dias, enquanto Carla poderá se ausentar por 3 dias consecutivos.

D) Não há previsão específica, devendo ser acertado o período de afastamento com o empregador, observado o limite de 10 dias.

Comentário:

A) Errado

A alternativa A está incorreta, vide inteligência do Art. 43 da Lei 4.886/65.

B) Errado

A alternativa B está incorreta, vide inteligência do Art. 43 da Lei 4.886/65.

C) Errado

A alternativa C está incorreta, vide inteligência do Art. 43 da Lei 4.886/65.

D) Correto

A alternativa D é a única que se mostra correta, vide inteligência do Art. 43 da Lei 4.886/65:

> Art. 43. É vedada no contrato de representação comercial a inclusão de cláusulas del credere. (Incluído pela Lei nº 8.420, de 8.5.1992)

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 74

Rafaela trabalha em uma empresa de calçados. Apesar de sua formação como estoquista, foi preterida em uma vaga para tal por ser mulher, o que seria uma promoção e geraria aumento salarial. Um mês depois, a empresa exigiu que todas as funcionárias do sexo feminino apresentassem atestado médico de gravidez. Rafaela, 4 meses após esse fato, engravidou e, após apresentação de atestado médico, teve a jornada reduzida em duas horas, por se tratar de uma gestação delicada, o que acarretou a redução salarial proporcional. Sete meses após o parto, Rafaela foi dispensada.

Como advogado(a) de Rafaela, de acordo com a legislação trabalhista em vigor, assinale a opção que contém todas as violações aos direitos trabalhistas de Rafaela.

A) Recusa, fundamentada no sexo, da promoção para a função de estoquista.

B) Recusa, fundamentada no sexo, da promoção para a função de estoquista, exigência de atestado de gravidez e redução salarial.

C) Recusa, fundamentada no sexo, da promoção para a função de estoquista, exigência de atestado de gravidez, redução salarial e dispensa dentro do período de estabilidade gestante.

D) Dispensa dentro do período de estabilidade gestante.

Comentário:

A) Errado

A alternativa A está incorreta vide inteligência do Art. 7°, VI da Carta Magna.

B) Errado

A alternativa B está incorreta vide inteligência do Art. 7°, VI da Carta Magna.

C) Correto

A alternativa C é a única que se mostra correta, vide inteligência do Art. 7°, VI da Carta Magna. Em regra, no que diz respeito a proteção salarial temos como princípio a irredutibilidade salarial, no entanto há uma exceção em que a redução salarial é excepcionalmente autorizada no artigo mencionado:

> Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
> VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

D) Errado

A alternativa D está incorreta, vide inteligência do Art. 7°, VI da Carta Magna.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 75

Eduardo e Carla são empregados do Supermercado Praiano Ltda., exercendo a função de caixa. Após 10 meses de vigência do contrato, ambos receberam aviso prévio em setembro de 2019, para ser cumprido com trabalho. Contudo, 17 dias após, o Supermercado resolveu reconsiderar a sua decisão e manter Eduardo e Carla no seu quadro de empregados. Ocorre que ambos não desejam prosseguir, porque, nesse período, distribuíram seus currículos e conseguiram a promessa de outras colocações num concorrente do Supermercado Praiano, com salário um pouco superior.

Diante da situação posta e dos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Os empregados não são obrigados a aceitar a retratação, que só gera efeito se houver consenso entre empregado e empregador.
B) Os empregados são obrigados a aceitá-la, uma vez que a retratação foi feita pelo empregador ainda no período do aviso prévio.
C) A retratação deve ser obrigatoriamente aceita pela parte contrária se o aviso prévio for trabalhado, e, se for indenizado, há necessidade de concordância das partes.
D) O empregador jamais poderia ter feito isso, porque a CLT não prevê a possibilidade de reconsideração de aviso prévio, que se torna irreversível a partir da concessão.

Comentário:

A) Correto

A alternativa A é a única que se mostra correta, pois a empresa está certa em relação a Júlio Cesar, mas está incorreta em relação a Pedro, vide inteligência do, art. 15, § 5º da Lei 8.036/90:

> Art. 15. Para os fins previstos nesta lei, todos os empregadores ficam obrigados a depositar, até o dia 7 (sete) de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a 8 (oito) por cento da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador, incluídas na remuneração as parcelas de que tratam os arts. 457 e 458 da CLT e a gratificação de Natal a que se refere a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, com as modificações da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965. (Vide Lei nº 13.189, de 2015) Vigência
> § 5º O depósito de que trata o caput deste artigo é obrigatório nos casos de afastamento para prestação do serviço militar obrigatório e licença por acidente do trabalho. (Incluído pela Lei nº 9.711, de 1998)

B) Errado

A alternativa B está incorreta vide inteligência do Art. art. 15, § 5º da Lei 8.036/90.

C) Errado

A alternativa C está incorreta vide inteligência do Art. art. 15, § 5º da Lei 8.036/90.

D) Errado

A alternativa D está incorreta vide inteligência do Art. art. 15, § 5º da Lei 8.036/90.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 76

Renato é um empregado doméstico que atua como caseiro no sítio de lazer do seu empregador. Contudo, a CTPS de Renato foi assinada como sendo operador de máquinas da empresa de titularidade do seu empregador. Renato tem receio de que, no futuro, não possa comprovar experiência na função de empregado doméstico e, por isso, intenciona ajuizar reclamação trabalhista para regularizar a situação.

Considerando a situação narrada e o entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

A) Caso comprove que, de fato, é doméstico, Renato conseguirá a retificação na CTPS, pois as anotações nela lançadas têm presunção relativa.
B) Somente o salário poderia ser objeto de demanda judicial para se comprovar que o empregado recebia valor superior ao anotado, sendo que a alteração na função não é prevista, e a demanda não terá sucesso.
C) Caso Renato comprove que é doméstico, o pedido será julgado procedente, mas a alteração será feita com modulação de efeitos, com retificação da data da sentença em diante.
D) Renato não terá sucesso na sua reclamação trabalhista, porque a anotação feita na carteira profissional tem presunção absoluta.

Comentário:

A) Correto

A alternativa A é a única que se mostra correta, cobrando do candidato o domínio sobre o *fato do príncipe*, vide inteligência do Art 486 CLT:

> No caso de paralisação temporária ou definitiva do trabalho, motivada por ato de autoridade municipal, estadual ou federal, ou pela promulgação de lei ou resolução que impossibilite a continuação da atividade, prevalecerá o pagamento da indenização, que ficará a cargo do governo responsável.

B) Errado

A alternativa B está incorreta, vide inteligência do Art 486 CLT.

C) Errado

A alternativa C está incorreta, vide inteligência do Art 486 CLT.

D) Errado

A alternativa D está incorreta, vide inteligência do Art 486 CLT.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

PROCESSO DO TRABALHO

Questão 77

Rômulo ajuizou ação trabalhista em face de sua ex-empregadora, a empresa Análise Eletrônica Ltda. Dentre outros pedidos, pretendeu indenização por horas extras trabalhadas e não pagas, férias vencidas não gozadas, nem pagas, e adicional de periculosidade.

Na audiência, foi requerida e deferida a perícia, a qual foi custeada por Rômulo, que se sagrou vitorioso no respectivo pedido. Contudo, os pedidos de horas extras e férias foram julgados improcedentes. Rômulo também indicou e custeou assistente técnico, que cobrou o mesmo valor de honorários que o perito do juízo.

Observados os dados acima e o disposto na CLT, na qualidade de advogado(a) que irá orientar Rômulo acerca do custeio dos honorários periciais e do assistente técnico, assinale a afirmativa correta.

A) Tendo Rômulo sido vitorioso no objeto da perícia, não há que se falar em pagamento de honorários periciais e do assistente técnico, pois a ré os custeará.
B) Independentemente do resultado no objeto da perícia, como ao final o rol de pedidos foi parcialmente procedente, Rômulo custeará os honorários periciais e do assistente técnico.
C) Em virtude da aplicação do princípio da celeridade, descabe a indicação de assistente técnico no processo do trabalho, não cabendo a aplicação subsidiária do CPC nesse mister.

D) Tendo Rômulo sido vitorioso no objeto da perícia, os honorários periciais serão custeados pela parte sucumbente no seu objeto, porém os honorários do assistente técnico serão de responsabilidade da parte que o indicou.

Comentário:

A) Errado

A alternativa A está incorreta vide inteligência do Art. 790-B da CLT e a Súmula 341 do TST.

B) Errado

A alternativa B está incorreta vide inteligência do Art. 790-B da CLT e a Súmula 341 do TST.

C) Errado

A alternativa C está incorreta vide inteligência do Art. 790-B da CLT e a Súmula 341 do TST.

D) Correto

A alternativa D é a única que se mostra correta vide inteligência do Art. 790-B da CLT;

> Art. 790-B da CLT: "A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária da justiça gratuita."

E da Súmula 341 do TST:

> Súmula 341 do TST: "A indicação do perito assistente é faculdade da parte, a qual deve responder pelos respectivos honorários, ainda que vencedora no objeto da perícia".

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

Questão 78

A sociedade empresária Arco Íris Limpeza Ltda. foi citada para pagar o valor de uma dívida trabalhista homologada pelo juiz e, sem apresentar guia de pagamento ou arrolar bens, apresentou embargos de devedor, nos quais aponta diversas inconsistências nos cálculos.

Diante disso, de acordo com a CLT, assinale a afirmativa correta.

A) A Justiça do Trabalho passou a adotar o sistema do CPC, pelo qual não há necessidade de garantir o juízo para embargar, de modo que os embargos serão apreciados.
B) A CLT prevê que, para o ajuizamento de embargos de devedor, é necessário garantir o juízo com 50% do valor da dívida exequenda, o que não aconteceu na espécie.
C) Sem a garantia do juízo, o executado não poderá ajuizar embargos de devedor, de modo que as matérias por ele trazidas não serão apreciadas naquele momento.
D) A CLT determina quem, havendo ajuizamento de embargos de devedor, o executado é obrigado a declarar, o valor que entende devido e a depositar essa quantia à disposição do juízo.

Comentário:

A) Errado

A alternativa A está incorreta vide inteligência do Art. 790-B da CLT e a Súmula 341 do TST.

B) Errado

A alternativa B está incorreta vide inteligência do Art. 884 da CLT.

C) Correto

A alternativa C é a única que se revela correta conforme inteligência do Art. 884 da CLT;

> **Art. 884 Garantida a execução ou penhorados os bens,** terá o executado 5 (cinco) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.

Portanto, a CLT possuí regramento próprio e prevê a garantia da execução.

D) Errado

A alternativa D está incorreta vide inteligência do Art. 884 da CLT.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 79

Rita é engenheira e trabalhou na empresa Irmãos Construtores Ltda. por 3 anos. Ao ser dispensada, ajuizou ação trabalhista em face da ex-empregadora. Como tinha experiência na área de recursos humanos de empregos anteriores, decidiu ela própria fazer sua defesa jurídica, não buscando, portanto, a assistência de advogado ou sindicato.

Elaborou a petição inicial, compareceu à audiência e formulou perguntas para testemunhas e para a parte ré.

Ao término da instrução o juiz prolatou sentença de improcedência do petitório de Rita, a qual, inconformada, interpôs recurso ordinário, que teve provimento negado, sendo mantida a sentença de primeiro grau. Ainda inconformada, adotando o mesmo sistema, entendendo ter havido violação literal de dispositivo constitucional tanto na sentença de primeiro grau como no acórdão, Rita, da mesma forma e desacompanhada de advogado, interpõe o competente recurso de revista para o TST.

Com base na jurisprudência consolidada do TST acerca da postulação em causa própria, assinale a afirmativa correta.

A) O recurso deverá ser conhecido e provido.
B) O recurso deveria ser endereçado ao STF, em razão da alegada violação constitucional.
C) Não cabe mais recurso do julgado.
D) O recurso deverá ter o seguimento negado por irregularidade de representação.

Comentário:

A) Errado

A alternativa A está incorreta, vide inteligência da Súmula 425 do TST.

B) Errado

A alternativa B está incorreta, vide inteligência da Súmula 425 do TST.

C) Errado

A alternativa C está incorreta, vide inteligência da Súmula 425 do TST.

D) Correto

A alternativa D é a única que se mostra correta, vide inteligência da Súmula 425 do TST:

> "O jus postulandi das partes, estabelecido no art. 791 da CLT, limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, **não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho."**

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Jurisprudência.

Questão 80

Reinaldo, Wilma e Teodoro trabalharam no restaurante Fino Paladar Ltda.

Todos procuraram o mesmo advogado para apresentar reclamação trabalhista: Reinaldo diz que não recebeu horas extras, Wilma informa que não recebeu as verbas resilitórias e Teodoro diz que não recebeu a participação nos lucros.

Diante da situação retratada, e de acordo com a CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Não é possível o ajuizamento de reclamação plúrima, porque os pedidos são distintos.
B) A CLT não traz os requisitos para o litisconsórcio ativo e, por isso, ficará a critério do juiz aceitar o ingresso conjunto.
C) Cabe manejo da reclamação plúrima, porque o empregador é o mesmo.
D) No caso apresentado, caberá o ajuizamento de dissídio coletivo.

Comentário:

A) Correto

A alternativa A é a única que se mostra correta, vide inteligência do Art. 842 da CLT;

> Art. 842 da CLT: "Sendo várias reclamações e **havendo identidade de matéria**, poderão ser cumuladas num só processo, se se tratar de empregados da mesma empresa ou estabelecimento".

B) Errado

A alternativa B está incorreta vide inteligência do Art. 842 da CLT.

C) Errado

A alternativa C está incorreta vide inteligência do Art. 842 da CLT.

D) Errado

A alternativa D está incorreta vide inteligência do Art. 842 da CLT.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

XXIV EXAME DA OAB – FGV - CADERNO TIPO 1 – APLICAÇÃO EM: 19.11.2017

ESTATUTO E ÉTICA

Questão 1

Severino, advogado, é notório conhecedor das normas procedimentais e disciplinares do Estatuto da Advocacia e da OAB, bem como de seu regulamento, atuando na defesa de colegas advogados em processos disciplinares. Recentemente, Severino foi eleito conselheiro, passando a exercer essa função em certo Conselho Seccional da OAB.

Considerando o caso descrito, assinale a afirmativa correta.

A) Severino não poderá, enquanto exercer a função de conselheiro, atuar em processos disciplinares que tramitem perante qualquer órgão da OAB, sequer em causa própria.

B) Severino não poderá, enquanto for conselheiro, atuar em processos disciplinares que tramitem perante o Conselho Seccional onde exerce sua função. Porém, perante os demais conselhos, não há vedação à sua atuação, em causa própria ou alheia.

C) Severino não poderá, enquanto for conselheiro, atuar em processos disciplinares que tramitem perante o Conselho Seccional onde exerce sua função e o Conselho Federal da OAB. Porém, perante os demais conselhos, não há vedação à sua atuação, em causa própria ou alheia.

D) Severino não poderá, enquanto exercer a função, atuar em processos disciplinares que tramitem perante qualquer órgão da OAB, salvo em causa própria.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar à leitura dos artigos 55 e 33 do Código de Ética e Disciplina da OAB:

> Art. 33. Salvo em causa própria, não poderá o advogado, enquanto exercer cargos ou funções em órgãos da OAB ou tiver assento, em qualquer condição, nos seus Conselhos, atuar em processos que tramitem perante a entidade nem oferecer pareceres destinados a instruí-los. Parágrafo único. A vedação estabelecida neste artigo não se aplica aos dirigentes de Seccionais quando atuem, nessa qualidade, como legitimados a recorrer nos processos em trâmite perante os órgãos da OAB.

A) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, Severino poderá, enquanto exercer a função de conselheiro, atuar em processos disciplinares que tramitem perante qualquer órgão da OAB, desde que o faça em causa própria.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, é vedada a Severino a atuação em causas alheias em quaisquer dos órgãos da OAB, e não somente o Conselho Seccional onde exerce sua função e o Conselho Federal da OAB.

C) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, é vedada a Severino a atuação em causas alheias em quaisquer dos órgãos da OAB, e não somente o Conselho Seccional onde exerce sua função e o Conselho Federal da OAB.

D) Correto

De acordo com o artigo 33 do Código, Severino não poderá, enquanto exercer a função, atuar em processos disciplinares que tramitem perante qualquer órgão da OAB, salvo em causa própria.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 2

O advogado Inácio foi indicado para defender em juízo pessoa economicamente hipossuficiente, pois no local onde atua não houve disponibilidade de defensor público para tal patrocínio. Sobre o direito de Inácio à percepção de honorários, assinale a afirmativa correta.

A) Os honorários serão fixados pelo juiz, apenas em caso de êxito, de natureza sucumbencial, a serem executados em face da parte adversa.

B) Os honorários serão fixados pelo juiz, independentemente de êxito, segundo tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB e pagos pelo Estado.

C) Os honorários serão fixados pelo juiz, apenas em caso de êxito, independentemente de observância aos patamares previstos na tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB, a serem pagos pelo Estado.

D) Os honorários serão fixados pelo juiz, independentemente de êxito, segundo tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB, e pagos pelo patrocinado caso possua patrimônio, a ser executado no prazo de cinco anos, a contar da data da nomeação.

Comentário:

Para responder satisfatoriamente a questão, deve-se atentar à leitura do artigo 22, §2º, do Estatuto da Advocacia da OAB. Lê-se:

> Art. 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.
>
> § 1º O advogado, quando indicado para patrocinar causa de juridicamente necessitado, no caso de impossibilidade da Defensoria Pública no local da prestação de serviço, tem direito aos honorários fixados pelo juiz, segundo tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB, e pagos pelo Estado.

A) Errado

Como visto no artigo 22 do Estatuto, a vinculação dos honorários depende da prestação dos serviços advocatícios, e não do êxito no processo.

B) Correto

Como visto no artigo 22, §2º do Estatuto, os honorários serão fixados pelo juiz, independentemente de êxito, segundo tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB e pagos pelo Estado.

C) Errado

Como visto no artigo 22 do Estatuto, a vinculação dos honorários depende da prestação dos serviços advocatícios, e não do êxito no processo.

D) Errado

De acordo com o CPC/2015, o prazo de execução é de 5 anos contados a partir do trânsito e julgado, sendo necessária comprovação de superação do estágio de hipossuficiência.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 3

A advogada Ana encontra-se no quinto mês de gestação. Em razão de exercer a profissão como única patrona nas causas em que atua, ela receia encontrar algumas dificuldades durante a gravidez e após o parto.

Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) O Estatuto da OAB confere a Ana o direito de entrar nos tribunais sem submissão aos detectores de metais, vagas reservadas nas garagens dos fóruns onde atuar, preferência na ordem das audiências a serem realizadas a cada dia e suspensão dos prazos processuais quando der à luz.

B) O Estatuto da OAB não dispõe sobre direitos especialmente conferidos às advogadas grávidas, mas aplicam-se a Ana as disposições da CLT relativas à proteção à maternidade e à trabalhadora gestante.

C) O Estatuto da OAB confere a Ana o direito de entrar nos tribunais sem submissão aos detectores de metais e preferência na ordem das audiências a serem realizadas a cada dia, mas não dispõe sobre vagas reservadas nas garagens dos fóruns e suspensão dos prazos processuais quando der à luz.

D) O Estatuto da OAB confere a Ana o direito de entrar nos tribunais sem submissão aos detectores de metais, preferência na ordem das audiências a serem realizadas a cada dia e vagas reservadas nas garagens dos fóruns, mas não dispõe sobre suspensão dos prazos processuais quando der à luz.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar à leitura do artigo 7º-A do Estatuto da Advocacia e da OAB. Observa-se:

> Art. 7º-A. São direitos da advogada: (Incluído pela Lei nº 13.363, de 2016)
>
> I - gestante: (Incluído pela Lei nº 13.363, de 2016)
>
> a) entrada em tribunais sem ser submetida a detectores de metais e aparelhos de raios X; (Incluído pela Lei nº 13.363, de 2016)
>
> b) reserva de vaga em garagens dos fóruns dos tribunais; (Incluído pela Lei nº 13.363, de 2016)
>
> II - lactante, adotante ou que der à luz, acesso a creche, onde houver, ou a local adequado ao atendimento das necessidades do bebê; (Incluído pela Lei nº 13.363, de 2016)
>
> III - gestante, lactante, adotante ou que der à luz, preferência na ordem das sustentações orais e das audiências a serem realizadas a cada dia, mediante comprovação de sua condição; (Incluído pela Lei nº 13.363, de 2016)
>
> IV - adotante ou que der à luz, suspensão de prazos processuais quando for a única patrona da causa, desde que haja notificação por escrito ao cliente. (Incluído pela Lei nº 13.363, de 2016)
>
> §1º Os direitos previstos à advogada gestante ou lactante aplicam-se enquanto perdurar, respectivamente, o estado gravídico ou o período de amamentação. (Incluído pela Lei nº 13.363, de 2016)
>
> §2º Os direitos assegurados nos incisos II e III deste artigo à advogada adotante ou que der à luz serão concedidos pelo prazo previsto no art. 392 do Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho). (Incluído pela Lei nº 13.363, de 2016)
>
> §3º O direito assegurado no inciso IV deste artigo à advogada adotante ou que der à luz será concedido pelo prazo previsto no § 6o do art. 313 da Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

A) Correto

Como pode ser visto no artigo supracitado, é conferido a Ana pelo Estatuto da OAB o direito de entrar nos tribunais sem submissão aos detectores de metais, vagas reservadas

nas garagens dos fóruns onde atuar, preferência na ordem das audiências a serem realizadas a cada dia e suspensão dos prazos processuais quando der à luz.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, o Estatuto da OAB dispõe, sim, sobre direitos especialmente conferidos às advogadas grávidas.

C) Errado

Como visto no artigo 7º-A do Estatuto, há, sim, disposição sobre vagas reservadas nas garagens dos fóruns e suspensão dos prazos processuais quando a advogada grávida der à luz.

D) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, como visto no artigo 7º-A do Estatuto, há, sim, disposição sobre a suspensão dos prazos processuais após o parto da advogada grávida.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 4

Tânia, advogada, dirigiu-se à sala de audiências de determinada Vara Criminal, a fim de acompanhar a realização das audiências designadas para aquele dia em feitos nos quais não oficia. Tânia verificou que os processos não envolviam segredo de justiça e buscou ingressar na sala de audiências no horário designado.

Não obstante, certo funcionário deu-lhe duas orientações. A primeira orientação foi de que ela não poderia permanecer no local se todas as cadeiras estivessem ocupadas, pois não seria autorizada a permanência de advogados de pé, a fim de evitar tumulto na sala. A segunda orientação foi no sentido de que, caso ingressassem na sala, Tânia e os demais presentes não poderiam sair até o fim de cada ato, salvo se houvesse licença do juiz, para evitar que a entrada e saída de pessoas atrapalhasse o regular andamento das audiências.

Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) A primeira orientação dada pelo funcionário viola os direitos assegurados ao advogado, pois Tânia possui o direito de permanecer, mesmo que de pé, na sala de audiências. Todavia, a segunda orientação coaduna-se com o poder-dever do magistrado de presidir e evitar tumulto no ato judicial, não violando, por si, direitos normatizados no Estatuto da OAB.

B) A segunda orientação dada pelo funcionário viola os direitos assegurados ao advogado, pois Tânia possui o direito de retirar-se a qualquer momento, indepentemente de licença do juiz, da sala de audiências. Todavia, a primeira orientação coaduna-se com o poder-dever do magistrado de presidir e evitar tumulto no ato judicial, não violando, por si, direitos normatizados no Estatuto da OAB.

C) Ambas as orientações violam os direitos assegurados, pelo Estatuto da OAB, ao advogado, pois Tânia possui o direito de permanecer, mesmo que de pé, na sala de audiências, bem como de se retirar a qualquer momento, indepentemente de licença do juiz.

D) Nenhuma das orientações viola os direitos assegurados ao advogado, pois se coadunam com o poder-dever do magistrado de presidir e evitar tumulto no ato judicial, não contrariando, por si sós, direitos normatizados no Estatuto da OAB.

Comentário:

Para responder satisfatoriamente a questão, deve-se atentar à leitura do artigo 7º do Estatuto da Advocacia e da OAB. Lê-se:

> Art. 7º São direitos do advogado: [...]
>
> VI - ingressar livremente:
>
> a) nas salas de sessões dos tribunais, mesmo além dos cancelos que separam a parte reservada aos magistrados;
>
> b) nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartórios, ofícios de justiça, serviços notariais e de registro, e, no caso de delegacias e prisões, mesmo fora da hora de expediente e independentemente da presença de seus titulares;
>
> c) em qualquer edifício ou recinto em que funcione repartição judicial ou outro serviço público onde o advogado deva praticar ato ou colher prova ou informação útil ao exercício da atividade profissional, dentro do expediente ou fora dele, e ser atendido, desde que se ache presente qualquer servidor ou empregado;
>
> d) em qualquer assembleia ou reunião de que participe ou possa participar o seu cliente, ou perante a qual este deva comparecer, desde que munido de poderes especiais;
>
> VII - permanecer sentado ou em pé e retirar-se de quaisquer locais indicados no inciso anterior, independentemente de licença;
>
> VIII - dirigir-se diretamente aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho, independentemente de horário previamente marcado ou outra condição, observando-se a ordem de chegada; [...]

A) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, Tânia possui o direito de retirar-se da sala de audiências independentemente de licença.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, a primeira orientação viola o direito de Tânia enquanto advogada, uma vez que esta possui o direito de permanecer na sala de audiências sentada ou em pé.

C) Correto

Como pode ser visto no artigo 7º do Estatuto, ambas as orientações do caso concreto violam os direitos assegurados, pelo Estatuto da OAB, ao advogado, pois Tânia possui o direito de permanecer, mesmo que de pé, na sala de audiências, bem como de se retirar a qualquer momento, independentemente de licença do juiz.

D) Errado

Como visto no artigo supracitado, contrariamente ao que alega a alternativa, ambas as orientações violam os direitos assegurados ao advogado, indo contra inclusive o disposto no Estatuto.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 5

O Conselho Seccional Y da OAB, entendendo pela inconstitucionalidade de certa norma em face da Constituição da República, subscreve indicação de ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade, endereçando-a ao Conselho Federal da OAB.

Considerando o caso apresentado, de acordo com o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) A mencionada indicação de ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade submete-se a obrigatório juízo prévio de admissibilidade realizado pela Diretoria do Conselho Federal para aferição da relevância da defesa dos princípios e das normas constitucionais. Caso seja admitida, o relator, designado pelo Presidente, independentemente da decisão da Diretoria, pode levantar preliminar de

inadmissibilidade perante o Conselho Pleno, quando não encontrar norma ou princípio constitucionais violados pelo ato normativo. Após, se aprovado o ajuizamento da ação, esta será proposta pelo Presidente do Conselho Federal.

B) A mencionada indicação de ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade submete-se a obrigatório juízo prévio de admissibilidade realizado pela Segunda Câmara do Conselho Federal para aferição da relevância da defesa dos princípios e das normas constitucionais. Caso seja admitida, o relator designado pelo Presidente, independentemente da decisão da Segunda Câmara, pode levantar preliminar de inadmissibilidade perante o Conselho Pleno, quando não encontrar norma ou princípio constitucionais violados pelo ato normativo. Após, se aprovado o ajuizamento da ação, esta será proposta pelo Presidente do Conselho Federal.

C) A mencionada indicação de ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade não se sujeita a juízo prévio obrigatório de admissibilidade, seja pela Diretoria ou qualquer Câmara do Conselho Federal. Porém, o relator, designado pelo Presidente, pode levantar preliminar de inadmissibilidade perante o Conselho Pleno, quando não encontrar norma ou princípio constitucionais violados pelo ato normativo. Após, se aprovado o ajuizamento da ação, esta será proposta pelo Presidente do Conselho Federal.

D) A mencionada indicação de ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade não se sujeita a juízo prévio obrigatório de admissibilidade seja pela Diretoria ou qualquer Câmara do Conselho Federal. Porém, o relator designado pelo Presidente, pode levantar preliminar de inadmissibilidade perante o Conselho Pleno, quando não encontrar norma ou princípio constitucionais violados pelo ato normativo. Após, se aprovado o ajuizamento da ação, esta será proposta pelo relator designado.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar à leitura do RG/ OAB - LEI 8906/94. Observa-se:

Art. 82. As indicações de ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade submetem-se ao juízo prévio de admissibilidade da Diretoria para aferição da relevância da defesa dos princípios e normas constitucionais e, sendo admitidas, observam o seguinte procedimento:

I- o relator, designado pelo Presidente, independentemente da decisão da Diretoria, pode levantar preliminar de inadmissibilidade perante o Conselho Pleno, quando não encontrar norma ou princípio constitucional violados pelo ato normativo;

II- aprovado o ajuizamento da ação, esta será proposta pelo Presidente do Conselho Federal; (NR)

III- cabe à assessoria do Conselho acompanhar o andamento da ação.

§1º. Em caso de urgência que não possa aguardar a sessão ordinária do Conselho Pleno, ou durante o recesso do Conselho Federal, a Diretoria decide quanto ao mérito, ad referendum daquele.

§2º. Quando a indicação for subscrita por Conselho Seccional da OAB, por entidade de caráter nacional ou por delegação do Conselho Federal, a matéria não se sujeita ao juízo de admissibilidade da Diretoria.

A) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, a mencionada indicação de ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade não se submete a obrigatório juízo prévio de admissibilidade realizado pela Segunda Câmara do Conselho Federal ou por qualquer outra – nem pela Diretoria.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, a mencionada indicação de ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade não se submete a obrigatório juízo prévio de admissibilidade realizado pela Segunda Câmara do Conselho Federal ou por qualquer outra – nem pela Diretoria.

C) Correto

Como visto no artigo supracitado, a mencionada indicação de ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade não se sujeita a juízo prévio obrigatório de admissibilidade, seja pela Diretoria ou qualquer Câmara do Conselho Federal. Porém, o relator, designado

pelo Presidente, pode levantar preliminar de inadmissibilidade perante o Conselho Pleno, quando não encontrar norma ou princípio constitucionais violados pelo ato normativo. Após, se aprovado o ajuizamento da ação, esta será proposta pelo Presidente do Conselho Federal.

D) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, se aprovado o ajuizamento da ação, esta será proposta pelo pelo Presidente do Conselho Federal, e não pelo relator designado.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 6

Certa sociedade de advogados, de acordo com a vontade do cliente, emitiu fatura, com fundamento no contrato de prestação de serviços advocatícios. Em seguida, promoveu o saque de duplicatas quanto ao crédito pelos honorários advocatícios.

Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) É vedada a emissão da fatura, com fundamento no contrato de prestação de serviços, bem como não é autorizado o saque de duplicatas quanto ao crédito pelos honorários advocatícios.

B) É autorizada a emissão de fatura, com fundamento no contrato de prestação de serviços, se assim pretender o cliente, sendo também permitido que posteriormente seja levada a protesto. Todavia, é vedado o saque de duplicatas quanto ao crédito pelos honorários advocatícios.

C) É autorizada a emissão de fatura, com fundamento no contrato de prestação de serviços, se assim pretender o cliente, sendo vedado que seja levada a protesto. Ademais, não é permitido o saque de duplicatas quanto ao crédito pelos honorários advocatícios.

D) É vedada a emissão de fatura, com fundamento no contrato de prestação de serviços, mas é permitido que, posteriormente, seja levada a protesto. Ademais, é permitido o saque de duplicatas quanto ao crédito pelos honorários advocatícios.

Comentário:

Para responder satisfatoriamente a questão, deve-se atentar à leitura do artigo 52 do Código de Ética da OAB. Lê-se:

> Art. 52. O crédito por honorários advocatícios, seja do advogado autônomo, seja de sociedade de advogados, não autoriza o saque de duplicatas ou qualquer outro título de crédito de natureza mercantil, podendo, apenas, ser emitida fatura, quando o cliente assim pretender, com fundamento no contrato de prestação de serviços, a qual, porém, não poderá ser levada a protesto. Parágrafo único. Pode, todavia, ser levado a protesto o cheque ou a nota promissória emitido pelo cliente em favor do advogado, depois de frustrada a tentativa de recebimento amigável.

A) Errado

O saque de duplicatas quanto ao crédito pelos honorários advocatícios não é autorizado, mas é autorizada a emissão de fatura, com fundamento no contrato de prestação de serviços

B) Errado

É autorizada a emissão de fatura, com fundamento no contrato de prestação de serviços, se assim pretender o cliente. Entretanto, é proibido que posteriormente seja levada a protesto.

C) Correto

Como visto no artigo supracitado, é autorizada a emissão de fatura, com fundamento no contrato de prestação de serviços, se assim pretender o cliente, sendo vedado que

seja levada a protesto. Ademais, não é permitido o saque de duplicatas quanto ao crédito pelos honorários advocatícios.

D) Errado

Como visto no artigo supracitado, a emissão de fatura é autorizada – e não vedada -, baseado no contrato de prestação de serviços.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 7

Em determinada edição de um jornal de grande circulação, foram publicadas duas matérias subscritas, cada qual, pelos advogados Lúcio e Frederico. Lúcio assina, com habitualidade, uma coluna no referido jornal, em que responde, semanalmente, a consultas sobre matéria jurídica. Frederico apenas subscreveu matéria jornalística naquela edição, debatendo certa causa, de natureza criminal, bastante repercutida na mídia, tendo analisado a estratégia empregada pela defesa do réu no processo.

Considerando o caso narrado e o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) Lúcio e Frederico cometeram infração ética.

B) Apenas Lúcio cometeu infração ética.

C) Apenas Frederico cometeu infração ética.

D) Nenhum dos advogados cometeu infração ética.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar à leitura do artigo 42 do Código de Ética e Disciplina da OAB. Observa-se:

> Art. 42. É vedado ao advogado:
> I – responder com habitualidade a consulta sobre matéria jurídica, nos meios de comunicação social;
> II – debater, em qualquer meio de comunicação, causa sob o patrocínio de outro advogado;
> III – abordar tema de modo a comprometer a dignidade da profissão e da instituição que o congrega;
> IV – divulgar ou deixar que sejam divulgadas listas de clientes e demandas;
> V – insinuar-se para reportagens e declarações públicas.

A) Correto

Como visto no artigo 42 do Código, Lúcio e Frederico cometeram infração ética.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, Lúcio cometeu infração ética ao violar o artigo 42, I do Código, que dispõe a vedação ao advogado responder com habitualidade a consulta sobre matéria jurídica, nos meios de comunicação social.

C) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, Frederico cometeu infração ética ao violar o artigo 42, II do Código, que dispõe a vedação ao advogado debater, em qualquer meio de comunicação, causa sob o patrocínio de outro advogado.

D) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, Lúcio cometeu infração ética ao violar o artigo 42, I do Código, que dispõe a vedação ao advogado responder com habitualidade a consulta sobre matéria jurídica, nos meios de comunicação social. Frederico, por sua vez, cometeu infração ética ao violar o artigo 42, II do Código, que dispõe a vedação ao

advogado debater, em qualquer meio de comunicação, causa sob o patrocínio de outro advogado.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 8

O advogado Gennaro exerce suas atividades em sociedade de prestação de serviços de advocacia, sediada na capital paulista. Todas as demandas patrocinadas por Gennaro tramitam perante juízos com competência em São Paulo. Todavia, recentemente, a esposa de Gennaro obteve trabalho no Rio de Janeiro.

Após buscarem a melhor solução, o casal resolveu que fixaria sua residência, com ânimo definitivo, na capital fluminense, cabendo a Gennaro continuar exercendo as mesmas funções no escritório de São Paulo. Nos dias em que não tem atividades profissionais, o advogado, valendo-se da ponte área, retorna ao domicílio do casal no Rio de Janeiro.

Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) O Estatuto da Advocacia e da OAB impõe que Gennaro requeira a transferência de sua inscrição principal como advogado para o Conselho Seccional do Rio de Janeiro.

B) O Estatuto da Advocacia e da OAB impõe que Gennaro requeira a inscrição suplementar como advogado junto ao Conselho Seccional do Rio de Janeiro.

C) O Estatuto da Advocacia e da OAB impõe que Gennaro requeira a inscrição suplementar como advogado junto ao Conselho Federal da OAB.

D) O Estatuto da Advocacia e da OAB não impõe que Gennaro requeira a transferência de sua inscrição principal ou requeira inscrição suplementar.

Comentário:

Para responder satisfatoriamente a questão, deve-se atentar à leitura do artigo 10 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Lê-se:

> Art. 10 – A inscrição principal do advogado deve ser feita no Conselho Seccional em cujo território pretende estabelecer o seu domicílio profissional, na forma do Regulamento Geral.
> §1º Considera-se domicílio profissional a sede principal da atividade de advocacia, prevalecendo, na dúvida, o domicílio da pessoa física do advogado.
> §2º Além da principal, o advogado deve promover a inscrição suplementar nos Conselhos Seccionais em cujos territórios passar a exercer habitualmente a profissão, considerando-se habitualidade a intervenção judicial que exceder de cinco causas por ano.
> §3º No caso de mudança efetiva de domicílio profissional para outra unidade federativa, deve o advogado requerer a transferência de sua inscrição para o Conselho Seccional correspondente.
> §4º O Conselho Seccional deve suspender o pedido de transferência ou inscrição suplementar, ao verificar a existência de vício ou ilegalidade na inscrição principal, contra ela representando ao Conselho Federal".

A) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, o Estatuto não impõe que Gennaro requeira a transferência de sua inscrição principal como advogado para o Conselho Seccional do Rio de Janeiro, como pode ser visto em seu art. 10.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, o Estatuto não impõe que Gennaro requeira a inscrição suplementar como advogado junto ao Conselho Seccional do Rio de Janeiro.

C) Errado

Contrariamente ao que alga a afirmativa, o Estatuto não impõe que Gennaro requeira a inscrição suplementar como advogado junto ao Conselho Federal da OAB.

D) Correto

Como visto no artigo 10 do Estatuto, não há imposição para que Gennaro requeira a transferência de sua inscrição principal ou requeira inscrição suplementar.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

FILOSOFIA DO DIREITO

Questão 9

O povo maltratado em geral, e contrariamente ao que é justo, estará disposto em qualquer ocasião a livrar-se do peso que o esmaga.

John Locke

O Art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988 afirma que "todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente". Muitos autores associam tal disposição ao conceito de direito de resistência, um dos mais importantes da Filosofia do Direito, de John Locke.

Assinale a opção que melhor expressa tal conceito, conforme desenvolvido por Locke na sua obra Segundo Tratado sobre o Governo Civil.

A) A natureza humana é capaz de resistir às mais poderosas investidas morais e humilhações, desde que os homens se apoiem mutuamente.

B) Sempre que os governantes agirem de forma a tentar tirar e destruir a propriedade do povo ou deixando-o miserável e exposto aos seus maus tratos, ele poderá resistir.

C) Apenas o contrato social, que tira o homem do estado de natureza e o coloca na sociedade política, é capaz de resistir às ameaças externas e às ameaças internas, de tal forma que institui o direito de os governantes resistirem a toda forma de guerra e rebelião.

D) O direito positivo deve estar isento de toda forma de influência da moral e da política. Uma vez que o povo soberano produza as leis, diretamente ou por meio de seus

representantes, elas devem resistir a qualquer forma de interpretação ou aplicação de caráter moral e político.

Comentário:

A) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, Locke não dispõe que a natureza humana é capaz de resistir às mais poderosas investidas morais e humilhações, desde que os homens se apoiem mutuamente – em vez disso, ele determina que o povo não deve aceitar submeter-se às arbitrariedades dos legisladores e do governo no geral.

B) Correto

Observa-se o trecho abaixo, retirado da obra O Segundo Tratado sobre o Governo, de John Locke:

> Cada vez que os legisladores tentam tomar ou destruir a propriedade do povo, ou reduzi-lo à escravidão sob um poder arbitrário, estão se colocando em um estado de guerra contra o povo, que fica, portanto, dispensado de qualquer obediência e é então deixado ao refúgio comum que Deus deu a todos os homens contra a força e a violência. Sempre que o legislativo transgredir esta regra fundamental da sociedade, e, seja por ambição, por medo, por tolice ou por corrupção, tentar dominar a si mesmo ou pôr as mãos em qualquer outro poder absoluto sobre as vidas, as liberdades e os bens do povo, por este abuso de confiança ele confisca o poder que o povo depositou em suas mãos, para fins absolutamente contrários, e o devolve ao povo, que tem o direito de retomar sua liberdade original, e pelo estabelecimento de um novo legislativo (o que ele considerar adequado) promover sua própria segurança e tranquilidade, que é o objetivo pelo qual estão em sociedade (LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo In: Carta acerca tolerância; Segundo tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano. 2. ed. São Paulo: Abril. Cultural, 1978).

A partir da leitura do trecho, pode-se observar que, para Locke, sempre que os governantes agirem de forma a tentar tirar e destruir a propriedade do povo ou deixando-o miserável e exposto aos seus maus tratos, ele poderá resistir.

C) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, Locke não dispõe que o estado de natureza institui o direito de os governantes resistirem a toda forma de guerra e rebelião – como pode ser visto no trecho supracitado.

D) Errado

Como visto no trecho supracitado, em momento algum Locke determina que o direito positivo deve estar isento de toda forma de influência da moral e da política – ou seja, que uma vez que o povo soberano produza as leis, diretamente ou por meio de seus representantes, elas devem resistir a qualquer forma de interpretação ou aplicação de caráter moral e político. Contrariamente a isso, na verdade, ele acredita que a relação governo x povo é intrinsecamente ligada aos valores morais e políticos e como os legisladores determinam as normas que regem a sociedade.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

Questão 10

É verdade que nas democracias o povo parece fazer o que quer, mas a liberdade política não consiste nisso.

Montesquieu

No preâmbulo da Constituição da República, os constituintes afirmaram instituir um Estado Democrático destinado a assegurar, dentre outras coisas, a liberdade. Esse é um conceito de fundamental importância para a Filosofia do Direito, muito debatido por inúmeros autores. Uma importante definição utilizada no mundo jurídico é a que foi dada por Montesquieu em seu Do Espírito das Leis.

Assinale a opção que apresenta a definição desse autor na obra citada.

A) A liberdade consiste na forma de governo dos homens, e não no governo das leis.

B) A disposição de espírito pela qual a alma humana nunca pode ser aprisionada é o que chamamos de liberdade.

C) Liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem.

D) O direito de resistência aos governos injustos é a expressão maior da liberdade.

Comentário:

A) Errado

Contrariamente ao que alga a afirmativa, Montesquieu não dispõe que a liberdade consiste na forma de governo dos homens, e não no governo das leis – ele determina, então, que a liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem.

B) Errado

Contrariamente ao que alga a afirmativa, Montesquieu não dispõe que a liberdade consiste na disposição de espírito pela qual a alma humana nunca pode ser aprisionada – mas sim que a liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem.

C) Correto

Observa-se um trecho de "Do Espírito das Leis", de Montesquieu:

> É verdade que nas democracias o povo parece fazer o que quer; mas a liberdade política não consiste nisso. Deve-se ter sempre presente em mente o que é independência e o que é liberdade. A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem; se um cidadão pudesse fazer tudo o que elas proíbem, não teria mais liberdade, porque os outros também teriam tal poder (MONTESQUIEU. Do Espírito das Leis. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997).

A partir dessa leitura, pode-se inferir que, para Montesquieu, liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem.

D) Errado

Contrariamente ao que alga a afirmativa, Montesquieu não dispõe que a liberdade consiste no direito de resistência aos governos injustos é a expressão maior da liberdade – mas sim que a liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

Considere a seguinte situação hipotética: Decreto Legislativo do Congresso Nacional susta Ato Normativo do Presidente da República que exorbita dos limites da delegação legislativa concedida. Insatisfeito com tal Iniciativa do Congresso Nacional e levando em consideração o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, o Presidente da República pode

A) deflagrar o controle repressivo concentrado mediante uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), pois não cabe Ação Direta de Inconstitucionalidade de decreto legislativo.

B) recorrer ao controle preventivo jurisdicional mediante o ajuizamento de um Mandado de Segurança perante o Supremo Tribunal Federal.

C) deflagrar o controle repressivo político mediante uma representação de inconstitucionalidade, pois se trata de um ato do Poder Legislativo.

D) deflagrar o controle repressivo concentrado mediante uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), uma vez que o decreto legislativo é ato normativo primário.

Comentários:

O enunciado trata do controle de constitucionalidade, mais especificamente do controle abstrato de constitucionalidade. Inicialmente, cumpre destacar que a norma que será submetida ao controle é o decreto legislativo, elencado no artigo 59 da Constituição Federal dentre os atos normativos primários. Outrossim, conforme o artigo 102, I, "a", da CF, a ação direta de inconstitucionalidade é cabível em face de ato normativo federal ou estadual. Por fim, o Presidente da República figura como parte legítima à propositura da ADI (artigo 103, I, CF).

> Art. 59, CF. O processo legislativo compreende a elaboração de:
> I - emendas à Constituição;
> II - leis complementares;
> III - leis ordinárias;
> IV - leis delegadas;
> V - medidas provisórias;
> VI - **decretos legislativos**;
> VII - resoluções.
> Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.
>
> Art. 102, CF. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:
> I - processar e julgar, originariamente:
> a) a **ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual** e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3/1993)(...)
>
> Art. 103, CF. Podem propor a **ação direta de inconstitucionalidade** e a ação declaratória de constitucionalidade: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)
> I - o **Presidente da República**; (...)

A) Errado

De pronto, incorreta a assertiva "A", pois enuncia o descabimento da ADI, indo de encontro aos dispositivos acima transcritos.

B) Errado

Equivocada a letra "B", posto que a sustação do ato pressupõe sua existência, não havendo que se falar, portanto, de controle preventivo de constitucionalidade.

C) Errado

Também incorreta a alternativa "C", posto que a figura da representação de inconstitucionalidade restringe-se a leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, conforme preleciona o artigo 125, §2º, da CF.

> Art. 125, CF. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.

> §1º A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.
> §2º Cabe aos Estados a instituição de **representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual**, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão. (...)

D) Correto

Por fim, resta como correta a letra "D", já que, à hipótese, cabe ação direta de inconstitucionalidade, por se tratar o decreto legislativo de ato normativo primário, em conformidade com os dispositivos transcritos.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca e Doutrina

Questão 12

Edinaldo, estudante de Direito, realizou intensas reflexões a respeito da eficácia e da aplicabilidade do Art. 14, § 4º, da Constituição da República, segundo o qual "os inalistáveis e os analfabetos são inelegíveis". A respeito da norma obtida a partir desse comando, à luz da sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

A) Ela veicula programa a ser implementado pelos cidadãos, sem interferência estatal, visando à realização de fins sociais e políticos.

B) Ela tem eficácia plena e aplicabilidade direta, imediata e integral, pois, desde que a CRFB/88 entrou em vigor, já está apta a produzir todos os seus efeitos.

C) Ela apresenta contornos programáticos, dependendo sempre de regulamentação infraconstitucional para alcançar plenamente sua eficácia.

D) Ela tem aplicabilidade indireta e imediata, não integral, produzindo efeitos restritos e limitados em normas infraconstitucionais quando da promulgação da Constituição da República.

Comentários:

A questão indaga acerca da eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, referindo-se, especificamente, ao artigo que cuida da inelegibilidade dos inalistáveis e dos analfabetos. O enunciado exige do aluno o conhecimento doutrinário acerca da classificação das normas constitucionais, cuja categorização mais comum é:

- Normas de eficácia plena: aplicabilidade direta, imediata e integral;

- Normas de eficácia contida: aplicabilidade direta, imediata e não integral; e

- Normas de eficácia limitada: aplicabilidade indireta, mediata e reduzida; que podem ser declaratórias de princípios institutivos (estruturação da Administração) ou programáticos (dispõem de programas sociais).

A) Errado

A letra "A" deve ser eliminada, pois, diferentemente do que propõe, a norma acerca da inelegibilidade dos inalistáveis e dos analfabetos não diz respeito à realização de quaisquer fins sociais ou políticos.

B) Correto

Por outro lado, correta a redação da assertiva "B", pois a referida norma possui eficácia plena, estando apta a produzir todos os seus efeitos desde a promulgação da Constituição Federal.

C) Errado

A alternativa "C", por sua vez, está incorreta, pois, como dito linhas acima, a norma insculpida no artigo 14, §4º, da CF, não veicula qualquer programa a ser implementado pelo Estado, não se enquadrando, portanto, na categoria de normas programáticas.

D) Errado

Por fim, também equivocada a letra "D", já que a norma em estudo prescinde de regulamentação ulterior para sua aplicação, possuindo aplicabilidade direta, imediata e integral.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

Questão 13

Atos generalizados de violência e vandalismo foram praticados nas capitais de alguns estados do país, com ações orquestradas pelo crime organizado. Identificados e presos alguns dos líderes desses movimentos, numerosos políticos, com apoio popular, propuseram a criação, pela forma juridicamente correta, de um juízo especial para apreciação desses fatos, em caráter temporário, a fim de que o julgamento dos líderes presos se revele exemplar. Ao submeterem essa ideia a um advogado constitucionalista, este afirma que, segundo a ordem jurídico-constitucional brasileira, a criação de tal juízo

A) é constitucional, pois o apoio popular tem o condão de legitimar a atuação do poder público, ainda que esta seja contrária ao ordenamento jurídico vigente.

B) é inconstitucional, em razão de vedação expressa da Constituição da República de 1988 à criação de juízo ou tribunal de exceção.

C) necessita de previsão legislativa ordinária, já que a criação de juízos é competência do Poder Legislativo, após iniciativa do Poder Judiciário.

D) pressupõe a necessária alteração da Constituição da República de 1988, por via de emenda, de maneira a suprimir a vedação ali existente.

Comentários:

A questão descreve situação hipotética e sugere a criação "de um juízo especial para apreciação desses fatos, em caráter temporário", indagando acerca da

constitucionalidade de tal juízo. Cuida-se, portanto, do princípio do juiz natural, consagrado no artigo 5º, XXXVII e LIII, da Carta Magna.

> Art. 5º, CF. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)
> XXXVII - **não haverá juízo ou tribunal de exceção**; (...)
> LIII - ninguém será processado nem sentenciado **senão pela autoridade competente**; (...)

A) Errado

A letra "A" está incorreta, pois, diante da ofensa ao princípio do juiz natural, a criação de tal juízo afigura-se inconstitucional.

B) Correto

Por outro lado, adequada a redação da assertiva "B", pois, de fato, a Constituição Federal veda a criação de juízo ou tribunal de exceção, consoante artigo 5º, XXXVII e LIII, transcrito alhures.

C) Errado

Incorreta a alternativa "C", já que pondera que tal criação seria viável através de previsão legislativa ordinária, enquanto a Carta Magna a veda expressamente.

D) Errado

Por fim, também equivocada a letra "D", já que a norma insculpida no artigo 5º é considerada cláusula pétrea, sendo inviável sua supressão, conforme preleciona o artigo 60, §4º, IV, da Constituição Federal.

> Art. 60, CF. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: (...)
> §4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:
> I - a forma federativa de Estado;
> II - o voto direto, secreto, universal e periódico;
> III - a separação dos Poderes;
> IV - os **direitos e garantias individuais**. (...)

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 14

Numerosos partidos políticos de oposição ao governo federal iniciaram tratativas a fim de se fundirem, criando um novo partido, o Partido Delta. Almejam, com isso, criar uma força política de maior relevância no contexto nacional. Preocupados com a repercussão da iniciativa no âmbito das políticas regionais e percebendo que as tratativas políticas estão avançadas, alguns deputados federais buscam argumentos jurídico-constitucionais que impeçam a criação desse novo partido. Em reunião, concluem que, embora o quadro jurídico-constitucional brasileiro não vede a fusão de partidos políticos, estes, como pessoas jurídicas de direito público, somente poderão ser criados mediante lei aprovada no Congresso Nacional. Ao submeterem essas conclusões a um competente advogado, este, alicerçado na Constituição da República, afirma que os deputados federais

A) estão corretos quanto à possibilidade de fusão entre partidos políticos, mas equivocados quanto à necessidade de criação de partido por via de lei, já que, no Brasil, os partidos políticos possuem personalidade jurídica de direito privado.

B) estão equivocados quanto à possibilidade de fusão entre partidos políticos no Brasil, embora estejam corretos quanto à necessidade de que a criação de partidos políticos se dê pela via legal, por serem pessoas jurídicas de direito público.

C) estão equivocados, pois a Constituição da República não só proibiu a fusão entre partidos políticos como também deixou a critério do novo partido político escolher a personalidade jurídica de direito que irá assumir, pública ou privada.

D) estão corretos, pois a Constituição da República, ao exigir que a criação ou a fusão de partidos políticos se dê pela via legislativa, concedeu ao Congresso Nacional amplos poderes de fiscalização para sua criação ou fusão.

Comentários:

O enunciado cuida da liberdade partidária, cujo regramento consta no artigo 17 da Constituição da República Federativa do Brasil. Ressalte-se, ainda, a interdisciplinaridade da questão, tão comum nas provas da FGV, ao mencionar a natureza da personalidade jurídica dos partidos políticos.

> Art. 17, CF. **É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos**, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:
> I - caráter nacional;
> II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;
> III - prestação de contas à Justiça Eleitoral;
> IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei. (...)
>
> Art. 44, CC. São pessoas jurídicas de **direito privado**: (...)
> V - os **partidos políticos**. (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003)

A) Correto

Acertada a redação da alternativa "A". De fato, é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, conforme o *caput* do artigo 17, da CF. Ademais, consoante disposição do artigo 44 do Código Civil, os partidos políticos incluem-se dentre as pessoas jurídicas de direito privado, dispensando-se, portanto, a exigência de edição de lei para sua criação.

B) Errado

Por outro lado, incorreta a assertiva "B", pois enuncia exatamente o oposto do que preleciona a legislação colacionada.

C) Errado

Também incorreta a alternativa "C", pois não há vedação constitucional à fusão partidária, tampouco arbítrio quanto à natureza jurídica dos partidos políticos.

D) Errado

Por fim, igualmente equivocada a letra "D", já que não possui qualquer respaldo legal, indo de encontro ao que preceitua os artigos 17, da Constituição Federal, e 44, do Código Civil.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca.

Questão 15

Em observância aos princípios da transparência, publicidade e responsabilidade fiscal, o prefeito do Município Alfa elabora detalhado relatório contendo a prestação de contas anual, ficando tal documento disponível, para consulta e apreciação, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração. Carlos, morador do Município Alfa, contribuinte em dia com suas obrigações civis e políticas, constata diversas irregularidades nos demonstrativos apresentados, apontando indícios de superfaturamento e desvios de verbas em obras públicas. Em função do exposto e com base na Constituição da República, você, como advogado de Carlos, deve esclarecer que

A) a fiscalização das referidas informações, concernentes ao Município Alfa, conforme previsto na Constituição brasileira, é de responsabilidade exclusiva dos Tribunais de Contas do Estado ou do Município, onde houver.

B) Carlos tem legitimidade para questionar as contas do Município Alfa, já que, todos os anos, as contas permanecem à disposição dos contribuintes durante sessenta dias para exame e apreciação.

C) a impugnação das contas apresentadas pelo Chefe do Executivo local exige a adesão mínima de um terço dos eleitores do Município Alfa.

D) a CRFB/88 não prevê qualquer forma de participação popular no controle das contas públicas, razão pela qual Carlos deve recorrer ao Ministério Público Estadual para que

seja apresentada ação civil pública impugnando os atos lesivos ao patrimônio público praticados pelo prefeito do Município Alfa.

Comentários:

Questiona-se acerca da possibilidade de fiscalização das contas de município por parte do cidadão. Tal prerrogativa encontra respaldo no artigo 31 da Constituição da República Federativa do Brasil.

> Art. 31, CF. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
> §1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido **com o auxílio dos Tribunais de Contas** dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
> §2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
> §3º **As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte**, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
> §4º É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

A) Errado

Incorreta a letra "A", conforme previsão do §1º acima transcrito. A partir da leitura do dispositivo, pode-se perceber que não há exclusividade dos Tribunais de Contas no que tange ao controle externo das finanças municipais, diferentemente do que propõe o enunciado.

B) Correto

Por outro lado, adequada a assertiva "B", pois completamente condizente com o artigo 31, §3º, da CF, transcrito linhas acima, já que prevê a possibilidade de exame

e apreciação das contas municipais por parte do contribuinte, durante sessenta dias.

C) Errado

Incorreta a alternativa "C", por não possuir qualquer respaldo legal. Não há previsão constitucional exigindo o quórum mencionado para a impugnação das contas.

D) Errado

Por fim, equivocada a letra "D", posto que vai de encontro ao §3º mencionado, o qual prevê expressamente a possibilidade de controle popular das contas do município.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 16

Maria, maior e capaz, reside no Município Sigma e tem um filho, Lucas, pessoa com deficiência, com 8 (oito) anos de idade. Por ser uma pessoa humilde, sem dispor de recursos financeiros para arcar com os custos de um colégio particular, Maria procura a Secretaria de Educação do Município Sigma para matricular seu filho na rede pública. Seu requerimento é encaminhado à assessoria jurídica do órgão municipal, para que seja emitido o respectivo parecer para a autoridade executiva competente. A partir dos fatos narrados, considerando a ordem jurídico-constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

A) O pedido formulado por Maria deve ser indeferido, uma vez que incumbe ao Município atuar apenas na educação infantil, a qual é prestada até os 5 (cinco) anos de idade por meio de creches e pré-escolas. Logo, pelo sistema constitucional de repartição

de competências, Lucas, pela sua idade, deve cursar o Ensino Fundamental em instituição estadual de ensino.

B) O parecer da assessoria jurídica deve ser favorável ao pleito formulado por Maria, garantindo ao menor uma vaga na rede de ensino municipal. Pode, ainda, alertar que a Constituição da República prevê expressamente a possibilidade de a autoridade competente ser responsabilizada pelo não oferecimento do ensino obrigatório ou mesmo pela sua oferta irregular.

C) O pleito de Maria deve ser deferido, ressalvando-se que Lucas, por ser pessoa com deficiência, necessita de atendimento educacional especializado, não podendo ser incluído na rede regular de ensino do Município Sigma.

D) A assessoria jurídica da Secretaria de Educação do Município Sigma deve opinar pela rejeição do pedido formulado por Maria, pois incumbe privativamente à União, por meio do Ministério da Educação e Cultura (MEC), organizar e prestar a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade.

Comentários:

Cuida-se de questão relacionada à responsabilidade do Estado no que tange à garantia da educação, temática abordada no artigo 208 da Carta Magna.

> Art. 208, CF. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
> I - **educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade**, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)
> II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)
> III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
> IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
> V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
> VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

> VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)
> §1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.
> §2º **O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente**.
> §3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

A) Errado

Incorreta a letra "A", pois, diferentemente do que propõe, é dever do Estado garantir a educação básica dos quatro aos dezessete anos de idade, consoante disposição do inciso I, acima transcrito.

B) Correto

Por outro lado, a assertiva "B" encontra-se em perfeita conformidade com o artigo 208, I e §2º, da CF, transcrito alhures. Como dito linhas acima, o Estado deve promover a educação básica, podendo ainda a autoridade competente ser responsabilizada diante do não-oferecimento ou de oferta irregular.

C) Errado

Incorreta a alternativa "C", pois não há qualquer previsão constitucional no sentido da segregação do portador de deficiência do ensino regular.

D) Errado

Por fim, igualmente equivocada a letra "D", posto que a garantia da educação básica não é competência privativa da União, constando no *caput* do dispositivo o termo Estado, amplamente considerado.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 17

Marcos recebeu, por herança, grande propriedade rural no estado Sigma. Dedicado à medicina e não possuindo maior interesse pelas atividades agropecuárias desenvolvidas por sua família, Marcos deixou, nos últimos anos, de dar continuidade a qualquer atividade produtiva nas referidas terras. Ciente de que sua propriedade não está cumprindo uma função social, Marcos procura um advogado para saber se existe alguma possibilidade jurídica de vir a perdê-la. Segundo o que dispõe o sistema jurídico-constitucional vigente no Brasil, assinale a opção que apresenta a resposta correta.

A) O direito de Marcos a manter suas terras deverá ser respeitado, tendo em vista que tem título jurídico reconhecidamente hábil para caracterizar o seu direito adquirido.

B) A propriedade que não cumpre sua função social poderá ser objeto de expropriação, sem qualquer indenização ao proprietário que deu azo a tal descumprimento; no caso, Marcos.

C) A propriedade, por interesse social, poderá vir a ser objeto de desapropriação, devendo ser, no entanto, respeitado o direito de Marcos à indenização.

D) O direito de propriedade de Marcos está cabalmente garantido, já que a desapropriação é instituto cabível somente nos casos de cultura ilegal de plantas psicotrópicas.

Comentários:

O enunciado trata do direito fundamental à propriedade, indagando acerca das consequências advindas do desrespeito ao dever de dar-lhe função social. A matéria encontra disciplina nos artigos 5º, XXII, XXIII e XXIV; e 184 da Constituição Federal.

> Art. 5º, CF. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no

País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)
XXII - é **garantido o direito de propriedade**;
XXIII - a propriedade **atenderá a sua função social**;
XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para **desapropriação** por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, **mediante justa e prévia indenização em dinheiro**, ressalvados os casos previstos nesta Constituição; (...)
Art. 184, CF. Compete à União **desapropriar** por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que **não esteja cumprindo sua função social**, **mediante prévia e justa indenização** em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (...)

A) Errado

Incorreta a letra "A". Apesar do justo título, o enunciado deixa claro que a propriedade não está cumprindo sua função social, exigência constitucional cujo desrespeito sujeita à desapropriação, conforme artigos colacionados.

B) Errado

Igualmente inadequada a redação da assertiva "B", pois afasta o direito à indenização indo de encontro ao inciso XXIV do artigo 5º e ao *caput* do artigo 184, acima transcritos.

C) Correto

A alternativa "C", por sua vez, está correta, pois enuncia a possibilidade de a propriedade vir a ser desapropriada, além de mencionar o direito do proprietário à indenização, em perfeita consonância com os dispositivos colacionados.

D) Errado

Por fim, equivocada a letra "D", posto que a Carta Magna não restringe a possibilidade de desapropriação às hipóteses de cultura ilegal de plantas psicotrópicas, conforme depreende-se do artigo 184 colacionado.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITOS HUMANOS

Questão 18

Há cerca de três meses, foi verificado que os presos da Penitenciária Quebrantar estavam sofrendo diversas formas de maus tratos, incluindo violência física. Você foi contratado(a) por familiares dos presos, que lhe disseram ter elementos suficientes para acreditar que qualquer medida judicial no Brasil seria ineficaz no prazo desejado. Por isso, eles o(a) consultaram sobre a possibilidade de submeter o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Considerando as regras de funcionamento dessa Comissão, você deve informá-los de que a CIDH pode receber a denúncia:

A) caso sejam feitas petições individualizadas, uma vez que os casos de violação de direitos previstos no Pacto de São José da Costa Rica devem ser julgados diretamente pela Corte Interamericana de Justiça.

B) caso sejam feitas petições individualizadas relatando a violação sofrida por cada uma das vítimas e as relacionando aos direitos previstos na Convenção Americana; assim, a CIDH poderá adotar as medidas que julgar necessárias para a cessação da violação.

C) caso entenda haver situação de gravidade e urgência. Assim, a CIDH poderá instaurar de ofício um procedimento no qual solicita que o Estado brasileiro adote medidas cautelares de natureza coletiva para evitar danos irreparáveis aos presos.

D) caso entenda haver situação de gravidade e urgência. Assim, a CIDH deve encaminhar diretamente o caso à Corte Interamericana de Justiça, que poderá ordenar a medida provisória que julgar necessária à cessação da violação.

Comentário:

Para responder a questão apresentada, é fundamental a leitura do artigo 25 do regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Observa-se o dispositivo:

> Artigo 25 – Medidas cautelares
> 1. Em situações de gravidade e urgência a Comissão poderá, por iniciativa própria ou a pedido da parte, solicitar que um Estado adote medidas cautelares para prevenir danos irreparáveis às pessoas ou ao objeto do processo relativo a uma petição ou caso pendente.
> 2. Em situações de gravidade e urgência a Comissão poderá, por iniciativa própria ou a pedido da parte, solicitar que um Estado adote medidas cautelares para prevenir danos irreparáveis a pessoas que se encontrem sob sua jurisdição, independentemente de qualquer petição ou caso pendente.
> 3. As medidas às quais se referem os incisos 1 e 2 anteriores poderão ser de natureza coletiva a fim de prevenir um dano irreparável às pessoas em virtude do seu vínculo com uma organização, grupo ou comunidade de pessoas determinadas ou determináveis.

A) Errado

Como determinado pelo artigo 25 do regulamento, contrariamente ao que alega a alternativa, a CIDH não poderá receber a denúncia nos casos em que sejam feitas petições individualizadas – visto que as medidas às quais se referem os incisos 1 e 2 anteriores poderão ser de natureza coletiva a fim de prevenir um dano irreparável às pessoas em virtude do seu vínculo com uma organização, grupo ou comunidade de pessoas determinadas ou determináveis.

B) Errado

Como determinado pelo artigo 25 do regulamento, contrariamente ao que alega a alternativa, a CIDH não poderá receber a denúncia caso sejam feitas petições individualizadas relatando a violação sofrida por cada uma das vítimas e as relacionando aos direitos previstos na Convenção Americana, uma que as medidas às quais se referem

os incisos 1 e 2 anteriores poderão ser de natureza coletiva a fim de prevenir um dano irreparável às pessoas em virtude do seu vínculo com uma organização, grupo ou comunidade de pessoas determinadas ou determináveis.

C) Correta

Como visto no artigo supracitado, a CIDH pode receber o caso de denúncia caso entenda haver situação de gravidade e urgência. Assim, a CIDH poderá instaurar de ofício um procedimento no qual solicita que o Estado brasileiro adote medidas cautelares de natureza coletiva para evitar danos irreparáveis aos presos.

D) Errado

Como visto no artigo 25 do regulamento, cabe à Comissão solicitar que um Estado adote medidas cautelares para prevenir danos irreparáveis – e não, como disposto na alternativa, encaminhar diretamente o caso à Corte Interamericana de Justiça.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 19

Você, como advogada(o) que atua na defesa dos Direitos Humanos, foi chamada(o) para atuar em um caso em que há uma disputa pela terra entre produtores rurais e uma comunidade quilombola.

Você sabe que, de acordo com o Decreto nº 4.887/03 do Governo Federal, "consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações

territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida".

Em relação a essas pessoas remanescentes de quilombos, é correto dizer que a Constituição Federal de 1988

A) assegura o direito às suas tradições, mas não garante a propriedade da terra ocupada por elas.

B) prevê o direito à consulta aos quilombolas sempre que houver proposta oficial de exploração de riquezas minerais de suas terras.

C) afirma o direito à posse da terra quando ocupada de boa-fé por esses grupos.

D) reconhece a propriedade definitiva das terras que estejam ocupando, cabendo ao Estado a emissão dos títulos respectivos.

Comentário:

A fim de responder satisfatoriamente a questão, observa-se o artigo 68 da ADCT:

> Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

A) Errado

Como pode ser visto no artigo 68 da ADCT, é reconhecido sim aos remanescentes das comunidades quilombolas que ocupam suas terras a propriedade definitiva destas.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, a CF e a ADCT não preveem o direito à consulta aos quilombolas sempre que houver proposta oficial de exploração de riquezas minerais de suas terras.

C) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, com base no art. 68 da ADCT, não se afirma o direito à posse da terra quando ocupada de boa-fé por esses grupos, mas sim a propriedade definitiva das terras ocupadas, devendo o Estado emitir os respectivos títulos.

D) Correto

Como visto no artigo 68 da ADCT, a CF reconhece a propriedade definitiva das terras que estejam ocupando, cabendo ao Estado a emissão dos títulos respectivos.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO INTERNACIONAL

Questão 20

Henrique e Ruth se casaram no Brasil e se mudaram para a Holanda, onde permaneceram por quase 4 anos. Após um período difícil, o casal, que não tem filhos, nem bens, decide, de comum acordo, se divorciar e Ruth pretende retornar ao Brasil.

Com relação à dissolução do casamento, assinale a afirmativa correta.

A) O divórcio só poderá ser requerido no Brasil, eis que o casamento foi realizado no Brasil.

B) O divórcio, se efetivado na Holanda, precisa ser reconhecido e homologado perante o STJ para que tenha validade no Brasil.

C) O divórcio consensual pode ser reconhecido no Brasil sem que seja necessário proceder à homologação.

D) Para requerer o divórcio no Brasil, o casal deverá, primeiramente, voltar a residir no país.

Comentário:

A) Errado

Como pode ser visto no artigo 733 do CPC, não é necessário que o divórcio seja requerido no Brasil por ter sido realizado aqui.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, o divórcio não precisa ser homologado pelo STJ para que seja válido no Brasil.

C) Correto

Observa-se o artigo 733 do CPC/2015:

> Art. 733. O divórcio consensual, a separação consensual e a extinção consensual de união estável, não havendo nascituro ou filhos incapazes e observados os requisitos legais, poderão ser realizados por escritura pública, da qual constarão as disposições de que trata o art. 731.
>
> § 1º A escritura não depende de homologação judicial e constitui título hábil para qualquer ato de registro, bem como para levantamento de importância depositada em instituições financeiras.
>
> § 2º O tabelião somente lavrará a escritura se os interessados estiverem assistidos por advogado ou por defensor público, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial.

Assim, entende-se que o divórcio consensual pode ser reconhecido no Brasil sem que seja necessário proceder à homologação.

D) Errado

Como visto no artigo 733 do CPC, não é necessário que o casal resida no país para que seja requerido o divórcio no Brasil.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 21

Roger, suíço radicado no Brasil há muitos anos, faleceu em sua casa no Rio Grande do Sul, deixando duas filhas e um filho, todos maiores de idade. Suas filhas residem no Brasil, mas o filho se mudara para a Suíça antes mesmo do falecimento de Roger, lá residindo. Roger possuía diversos bens espalhados pelo sul do Brasil e uma propriedade no norte da Suíça.

Com referência à sucessão de Roger, assinale a afirmativa correta.

A) Se o inventário de Roger for processado no Brasil, sua sucessão deverá ser regulada pela lei suíça, que é a lei de nacionalidade de Roger.

B) A capacidade do filho de Roger para sucedê-lo será regulada pela lei suíça.

C) Se Roger tivesse deixado testamento, seria aplicada, quanto à sua forma, a lei da nacionalidade dele, independentemente de onde houvesse sido lavrado.

D) O inventário de Roger não poderá ser processado no Brasil, em razão de existirem bens no estrangeiro a partilhar.

Comentário:

A fim de responder satisfatoriamente a questão, deve-se observar o artigo 23 do Código de Processo Civil. Lê-se:

> Art. 23. Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra:
>
> I - conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil;
>
> II - em matéria de sucessão hereditária, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional;

> III - em divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável, proceder à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.

Além disso, observa-se também o artigo 10º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro:

> Art. 10. A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.
>
> §1º A sucessão de bens de estrangeiros, situados no País, será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus. (Redação dada pela Lei nº 9.047, de 1995)
>
> §2º A lei do domicílio do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder.

A) Errado

Como visto nos arts. supracitados, a lei brasileira será usada para regular o inventário dos bens brasileiros – pois a lei do domicílio do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder -, em benefício das suas filhas que permanecem nesse território, sendo a lei suíça utilizada apenas se mais benéfica.

B) Correto

Como pode ser visto nos artigos supracitados, a capacidade do filho de Roger para sucedê-lo será regulada pela lei suíça.

C) Errado

Como visto nos arts. supracitados, a lei brasileira será usada para regular o inventário dos bens brasileiros, em benefício das suas filhas que permanecem nesse território, sendo a lei suíça utilizada apenas se mais benéfica.

D) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, o inventário de Roger poderá ser processado no Brasil, sendo a capacidade do filho de Roger para sucedê-lo será regulada pela lei suíça.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 22

João e Maria celebraram entre si contrato de locação, sendo João o locador e proprietário do imóvel. No contrato, eles estipularam que a responsabilidade pelo pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel será de Maria, locatária.

Com base nessas informações, assinale a afirmativa correta.

A) O contrato será ineficaz entre as partes, pois transferiu a obrigação de pagar o imposto para pessoa não prevista em lei.

B) O contrato firmado entre particulares não poderá se opor ao fisco municipal, no que tange à alteração do sujeito passivo do tributo.

C) O contrato é válido e eficaz, e, por consequência dele, a responsabilidade pelo pagamento do tributo se tornará solidária, podendo o fisco municipal cobrá-lo de João e/ou de Maria.

D) No caso de o fisco municipal cobrar o tributo de João, ele não poderá ajuizar ação regressiva em face de Maria.

Comentários:

CTN

Art. 123. Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

A) Errado

Apesar de não tornar o contrato ineficaz, a disposição de que Maria pague o IPTU não produz nenhum tipo de efeito sobre o fisco, no caso de inadimplemento pode gerar ação de regresso de João em face de Maria, mas não muda nada em relação ao sujeito passivo da obrigação tributária.

B) Correto

Respeitando o princípio da legalidade, o sujeito passivo só deve ser alterado mediante nova lei que determine a mudança.

C) Errado

No caso em tela, não a que se falar em responsabilidade solidária, sendo apenas o proprietário o sujeito passivo da obrigação.

D) Errado

É justamente esse o instrumento a disposição de João para receber o imposto no caso de inadimplemento.

Gabarito: Alternativa B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 23

Considere que Luís é um andarilho civilmente capaz que não elegeu nenhum lugar como seu domicílio tributário, não tem domicílio civil, nem residência fixa, e não desempenha habitualmente atividades em endereço certo.

A partir da hipótese apresentada, de acordo com o Código Tributário Nacional e no silêncio de legislação específica, assinale a afirmativa correta.

A) Luís nunca terá domicílio tributário.

B) O domicílio tributário de Luís será o lugar da situação de seus bens ou da ocorrência do fato gerador.

C) O domicílio tributário de Luís será, necessariamente, a sede da entidade tributante.

D) O domicílio tributário de Luís será a residência de seus parentes mais próximos ou o lugar da situação dos bens de Luís.

Comentários:

CTN

Art. 127. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:

I - quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

II - quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento;

III - quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.

§ 1º Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.

§ 2º A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

A) Errado

O CTN prevê diversas hipóteses para os contribuintes que não tenham endereço fixo, sendo assim não existe a possibilidade de não existir um domicilio tributário.

B) Correto

Com fulcro no art. 127 §1º, nos casos em que não exista um domicílio fixo, o domicílio tributário se dá no lugar da situação dos bens ou dos atos que deram origem a obrigação.

C) Errado

Nos casos de bens imóveis por exemplo, a entidade tributante se dará no local onde se localiza o imóvel e não onde por ventura Luis estiver.

D) Errado

Não existe nenhuma previsão legal nesse sentido

Gabarito: Alternativa B.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 24

O Estado A ajuizou execução fiscal em face da pessoa jurídica B, com o objetivo de cobrar crédito referente ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). Nesse sentido, requereu, em sua petição inicial, que, após a citação, fosse determinada a imediata indisponibilidade de bens e direitos da contribuinte.

Nesse caso, o juiz deve indeferir o pedido, porque a decretação da indisponibilidade de bens e direitos

A) ocorre somente após o insucesso do pedido de constrição sobre ativos financeiros, embora desnecessária qualquer outra providência.

B) ocorre somente após a expedição de ofícios aos registros públicos do domicílio do executado, embora desnecessária qualquer outra providência.

C) ocorre somente após o exaurimento das diligências na busca por bens penhoráveis.

D) é impossível durante a execução fiscal.

Comentários:

CTN

Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. (Incluído pela Lcp nº 118, de 2005)

§ 1º A indisponibilidade de que trata o caput deste artigo limitar-se-á ao valor total exigível, devendo o juiz determinar o imediato levantamento da indisponibilidade dos bens ou valores que excederem esse limite. (Incluído pela Lcp nº 118, de 2005)

§ 2º Os órgãos e entidades aos quais se fizer a comunicação de que trata o caput deste artigo enviarão imediatamente ao juízo a relação discriminada dos bens e direitos cuja indisponibilidade houverem promovido. (Incluído pela Lcp nº 118, de 2005)

A) Errado

A indisponibilidade de bens só ocorrerá após a tentativa de todas as formas previstas em Lei, para que o réu apresente garantias perante o juízo e não apenas após o insucesso do pedido de constrição.

B) Errado

Seguindo o mesmo raciocínio da alternativa anterior, não existe apenas uma providência que dê causa a indisponibilidade dos bens.

C) Correto

É necessário que ocorra o exaurimento de todas as alternativas para que seja decretada a indisponibilidade dos bens.

D) Errado

Cabe sim a indisponibilidade depois de exauridas as outras alternativas para dar garantia em juízo.

Gabarito: Alternativa C

Fonte de Conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 25

O Município X, graças a uma lei municipal publicada no ano de 2014, concedeu isenção de IPTU aos proprietários de imóveis cujas áreas não ultrapassassem 70m².

João possui um imóvel nessa condição e procura seus serviços, como advogado(a), para saber se deve pagar a taxa de coleta de resíduos sólidos urbanos, instituída pelo município por meio de lei publicada em junho de 2017, a ser exigida a partir do exercício financeiro seguinte.

Diante desse quadro fático, assinale a afirmativa correta.

A) João não deve pagar a taxa de coleta, uma vez que a isenção do IPTU se aplica a qualquer outro tributo.

B) João não deve pagar a taxa de coleta, porque, sendo a lei instituidora da taxa posterior à lei que concedeu a isenção, por esta é abrangida, ficando João desobrigado do IPTU e da taxa.

C) João deve pagar a taxa de coleta, porque a isenção só é extensiva às contribuições de melhoria instituídas pelo município.

D) João deve pagar a taxa de coleta, porque, salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas.

Comentários:

CTN

Art. 177. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva:

I - às taxas e às contribuições de melhoria;

II - aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

A) Errado

Com fulcro no art. 177, I as isenções, salvo disposição em contrário, não são extensivas as taxas e contribuições de melhoria.

B) Errado

As taxas não são automaticamente anuladas em função da isenção do imposto.

C) Errado

Mais uma vez tomando como base o art. 177, I temos que as isenções não são extensíveis as contribuições de melhoria, salvo disposição em contrário.

D) Correto

João deve pagar a taxa de coleta, porque, salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas.

Gabarito: Alternativa D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 26

A pessoa jurídica A declarou débitos de Imposto sobre a Renda (IRPJ) que, no entanto, deixaram de ser quitados. Diante do inadimplemento da contribuinte, a União promoveu o protesto da Certidão de Dívida Ativa (CDA) decorrente da regular constituição definitiva do crédito tributário inadimplido.

Com base em tais informações, no que tange à possibilidade de questionamento por parte da contribuinte em relação ao protesto realizado pela União, assinale a afirmativa correta.

A) O protesto da CDA é indevido, uma vez que o crédito tributário somente pode ser cobrado por meio da execução fiscal.

B) O protesto da CDA é regular, por se tratar de instrumento extrajudicial de cobrança com expressa previsão legal.

C) O protesto da CDA é regular, por se tratar de instrumento judicial de cobrança com expressa previsão legal.

D) O protesto da CDA é indevido, por se tratar de sanção política sem previsão em lei.

Comentários:

CDA: Meio extrajudicial (Administrativo)

Execução Fiscal: Judicial.

STF

ADI 5135 - O protesto das Certidões de Dívida Ativa constitui mecanismo constitucional e legítimo, por não restringir de forma desproporcional quaisquer direitos fundamentais garantidos aos contribuintes e, assim, não constituir sanção política.

A) Errado

Em entendimento firmado no STF, ficou definido que a CDA constitui mecanismo legítimo para protesto do crédito tributário

B) Correto

A Lei prevê o instrumento e o STF firmou entendimento neste sentido.

C) Errado

A CDA é instrumento extrajudicial de cobrança e não judicial.

D) Errado

O CDA não se configura como sanção política.

Gabarito: Alternativa B

Fonte de conhecimento jurídico: Jurisprudência e Lei Seca.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 27

João foi aprovado em concurso público promovido pelo Estado Alfa para o cargo de analista de políticas públicas, tendo tomado posse no cargo, na classe inicial da respectiva carreira. Ocorre que João é uma pessoa proativa e teve, como gestor, excelentes experiências na iniciativa privada.

Em razão disso, ele decidiu que não deveria cumprir os comandos determinados por agentes superiores na estrutura administrativa, porque ele as considerava contrárias ao princípio da eficiência, apesar de serem ordens legais.

A partir do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

A) João possui total liberdade de atuação, não se submetendo a comandos superiores, em decorrência do princípio da eficiência.

B) A liberdade de atuação de João é pautada somente pelo princípio da legalidade, considerando que não existe escalonamento de competência no âmbito da Administração Pública.

C) João tem dever de obediência às ordens legais de seus superiores, em razão da relação de subordinação decorrente do poder hierárquico.

D) As autoridades superiores somente podem realizar o controle finalístico das atividades de João, em razão da relação de vinculação estabelecida com os superiores hierárquicos.

Comentário:

Para responder satisfatoriamente a questão, deve-se ter em mente que o poder hierárquico diz respeito às atribuições de comando, chefia e direção dentro da estrutura administrativa. Isto quer dizer que o poder hierárquico é de caráter interno e permanentemente exercido sobre os agentes subordinados pelos chefes de repartição – além, é claro, da administração central no que diz respeito aos órgãos públicos.

A) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, João não possui liberdade de atuação, uma vez que deve se submeter aos comandos superiores em decorrência do poder hierárquico.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, a atuação de João não é somente pautada pelo princípio da legalidade – envolvendo-se vários outros. Além disso, há, sim, escalonamento de competência no âmbito da Administração Pública, que é o poder hierárquico.

C) Correto

João tem, sim, o dever de obediência às ordens legais de seus superiores, em razão da relação de subordinação decorrente do poder hierárquico.

D) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, é possível que outros particulares e ou servidores – como o Tribunal de Contas, por exemplo -, realizem o controle finalístico das atividades de João.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

Questão 28

Marcelo é médico do Corpo de Bombeiros Militar do Estado Beta e foi aprovado em concurso público para o cargo de médico civil junto a um determinado hospital da União, que é uma autarquia federal.

A partir do fato apresentado, acerca da acumulação de cargos públicos, assinale a afirmativa correta.

A) Por exercer atividade militar, Marcelo não pode acumular os cargos em comento.

B) Marcelo pode acumular os cargos em questão, pois não existe, no ordenamento pátrio, qualquer vedação à acumulação de cargos ou de empregos públicos em geral.

C) A acumulação de cargos por Marcelo não é viável, sendo cabível somente quando os cargos pertencem ao mesmo ente da Federação.

D) É possível a acumulação de cargos por Marcelo, desde que haja compatibilidade de horários.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar à leitura do artigo 37 da Constituição Federal. Lê-se:

> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

a) a de dois cargos de professor; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001)

XVII a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público;

XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

A) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, como pode ser visto no art. 37 da CF, exercendo atividade militar, Marcelo pode acumular os cargos, desde que não haja choque de horários.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, há sim, no ordenamento pátrio, vedação à acumulação de cargos ou de empregos públicos em geral, como pode ser visto no art. 37 da CF.

C) Errado

Como pode ser visto no artigo 37 da CF, a acumulação de cargos por Marcelo, desde que haja compatibilidade de horários.

D) Correto

Como pode ser visto no artigo supracitado, é sim possível a acumulação de dois cargos privativos na área da saúde, inclusive nas esferas civil e militar, bastando que o servidor público em questão não desempenhe as funções tipificamente exigidas para a atividade castrense, e sim atribuições inerentes à profissões de civis. Portanto, entende-se que é possível a acumulação de cargos por Marcelo, desde que haja compatibilidade de horários.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 29

Em ação civil pública por atos de improbidade que causaram prejuízo ao erário, ajuizada em desfavor de José, servidor público estadual estável, o Juízo de 1º grau, após os devidos trâmites, determinou a indisponibilidade de todos os bens do demandado, cujo patrimônio é superior aos danos e às demais imputações que constam na inicial.

Apresentado o recurso pertinente, observa-se que a aludida decisão

A) não merece reforma, na medida em que José deve responder com todo o seu patrimônio, independentemente do prejuízo causado pelos atos de improbidade que lhe são imputados.

B) deve ser reformada, considerando que somente podem ser objeto da cautelar os bens adquiridos depois da prática dos atos de improbidade imputados a José.

C) deve ser reformada, pois não é possível, por ausência de previsão legal, a determinação de tal medida cautelar em ações civis públicas por ato de improbidade.

D) deve ser reformada, porquanto a cautelar somente pode atingir tantos bens quantos bastassem para garantir as consequências financeiras dos atos de improbidade imputados a José.

Comentário:

A fim de responder satisfatoriamente a questão, deve-se atentar à leitura do art. 7º da Lei nº 8.429/92:

> Art. 7° Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
> Parágrafo único. A indisponibilidade a que se refere o caput deste artigo recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.

A) Errado

Como visto no art. 7º da referida lei, a decisão merece, sim, reforma, não devendo José responder com todo o seu patrimônio, mas com tantos bens quantos bastassem para garantir as consequências financeiras dos atos de improbidade imputados a José.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, a decisão deve ser reformada. Entretanto, José deve responder com tantos bens quantos bastassem para garantir as consequências financeiras dos atos de improbidade que lhe foram imputados.

C) Errado

Em conformidade ao art. 7º da referida lei, contrariamente ao que alega a alternativa, deve ser reformada, porquanto a cautelar somente pode atingir tantos bens quantos bastassem para garantir as consequências financeiras dos atos de improbidade imputados a José.

D) Correto

Como pode ser visto no artigo supracitado, entende-se que a aludida decisão deve ser reformada, porquanto a cautelar somente pode atingir tantos bens quantos bastassem para garantir as consequências financeiras dos atos de improbidade imputados a José.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 30

Determinado município é proprietário de um extenso lote localizado em área urbana, mas que não vem sendo utilizado pela Administração há anos. Em consequência do abandono, o imóvel foi ocupado por uma família de desempregados, que deu à área uma função social.

O poder público teve ciência do fato, mas, como se tratava do final da gestão do então prefeito, não tomou qualquer medida para que o bem fosse desocupado. A situação perdurou mais de trinta anos, até que o município ajuizou a reintegração de posse.

Sobre a questão apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) O terreno não estava afetado a um fim público, razão pela qual pode ser adquirido por usucapião.

B) O terreno é insuscetível de aquisição por meio de usucapião, mesmo sendo um bem dominical.

C) O poder público municipal não poderá alienar a área em questão, dado que todos os bens públicos são inalienáveis.

D) O bem será classificado como de uso especial, caso haja a reintegração de posse e o município decida construir uma grande praça no local anteriormente ocupado pela família.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar aos art. 102, CC: "Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião". Lê-se, também, a Súmula 340 do STF:

> Desde a vigência do Código Civil, os bens dominicais, como os demais bens públicos, não podem ser adquiridos por usucapião.

A) Errado

Por ser um bem dominical, segundo a supracitada súmula, o terreno não pode ser adquirido por usucapião.

B) Correto

Como visto nos dispositivos supracitados, o terreno é insuscetível de aquisição por meio de usucapião, mesmo sendo um bem dominical.

C) Errado

Por ser um bem dominical, segundo a supracitada súmula, o terreno não pode ser adquirido por usucapião.

D) Errado

O bem é classificado como dominical, não podendo ser adquirido por usucapião.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 31

Um fiscal de posturas públicas municipais verifica que um restaurante continua colocando, de forma irregular, mesas para os seus clientes na calçada. Depois de lavrar autos de infração com aplicação de multa por duas vezes, sem que a sociedade empresária tenha interposto recurso administrativo, o fiscal, ao verificar a situação, interdita o estabelecimento e apreende as mesas e cadeiras colocadas de forma irregular, com base na lei que regula o exercício do poder de polícia correspondente.

A partir da situação acima, assinale a afirmativa correta.

A) O fiscal atuou com desvio de poder, uma vez que o direito da sociedade empresária de continuar funcionando é emanação do direito de liberdade constitucional, que só pode ser contrastado a partir de um provimento jurisdicional.

B) A prática irregular de ato autoexecutório pelo fiscal é clara, porque não homenageou o princípio do contraditório e da ampla defesa ao não permitir à sociedade empresária, antes da apreensão, a possibilidade de produzir, em processo administrativo específico, fatos e provas em seu favor.

C) O ato praticado pelo fiscal está dentro da visão tradicional do exercício da polícia administrativa pelo Estado, que pode, em situações extremas, dentro dos limites da razoabilidade e da proporcionalidade, atuar de forma autoexecutória.

D) A atuação do fiscal é ilícita, porque os atos administrativos autoexecutórios, como mencionado acima, exigem, necessariamente, autorização judicial prévia.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se ter em mente os atributos do poder de polícia, os quais são:

- Discricionariedade: diz respeito à margem de liberdade que o agente possui para atuar.

- Coercibilidade: envolve a capacidade do poder de polícia de expedir ordens, as quais devem ser cumpridas pelos particulares.

- Autoexecutoriedade: à exceção das multas administrativas, o poder de polícia possui a autoexecutoriedade, isto é, não necessita da confirmação do Judiciário.

A) Errado

Contrariamente ao alegado na alternativa, o fiscal não atuou com desvio de poder.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, não houve prática irregular de ato autoexecutório, uma vez que o ato praticado pelo fiscal está dentro da visão tradicional do exercício da polícia administrativa pelo Estado, que pode, em situações extremas, dentro dos limites da razoabilidade e da proporcionalidade, atuar de forma autoexecutória.

C) Correto

O ato praticado pelo fiscal está dentro da visão tradicional do exercício da polícia administrativa pelo Estado, que pode, em situações extremas, dentro dos limites da razoabilidade e da proporcionalidade, atuar de forma autoexecutória.

D) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, a atuação do fiscal não é ilícita, visto que o ato praticado está dentro da visão tradicional do exercício da polícia administrativa pelo Estado - que pode, em situações extremas, dentro dos limites da razoabilidade e da proporcionalidade, atuar de forma autoexecutória.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

Questão 32

Um Estado da Federação lançou um grande programa de concessões como forma de fomentar investimentos, diante das dificuldades financeiras por que vem passando. Por meio desse programa, ele pretende executar obras de interesse da população e ceder espaços públicos para a gestão da iniciativa privada. Como parte desse programa, lançou edital para restaurar um complexo esportivo com estádio de futebol, ginásio de esportes, parque aquático e quadras poliesportivas.

Diante da situação acima, assinale a afirmativa correta.

A) O Estado pode optar por celebrar uma parceria público-privada na modalidade de concessão patrocinada, desde que o contrato tenha valor igual ou superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e que as receitas decorrentes da exploração dos serviços não sejam suficientes para remunerar o particular.

B) A constituição de sociedade de propósito específico - SPE, sociedade empresária dotada de personalidade jurídica e incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria, deve ocorrer após a celebração de um contrato de PPP.

C) O contrato deverá prever o pagamento de remuneração fixa vinculada ao desempenho do parceiro privado, segundo metas e padrões de qualidade e disponibilidade nele definidos.

D) A contraprestação do Estado deverá ser obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço que é objeto do contrato de parceria público-privada; dessa forma, não é possível o pagamento de contraprestação relativa à parcela fruível do serviço contratado.

QUESTÃO DESATUALIZADA!



DIREITO AMBIENTAL

Questão 33

Damião, proprietário de terrenos não utilizados, mantidos para fins de especulação imobiliária, é notificado pela autoridade pública municipal, uma vez que seu terreno está incluído no plano Diretor do Município XYZ, e a Lei Municipal nº 123 determinou a edificação compulsória e aplicação de IPTU progressivo no tempo.

Sobre as possíveis consequências que Damião pode sofrer, assinale a afirmativa correta.

A) Caso não seja cumprida a notificação no prazo estabelecido, o Poder Público procederá à aplicação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) progressivo no tempo, o qual pode ser majorado indefinidamente, até que alcance o valor do bem.

B) Ainda que Damião transfira o imóvel, a obrigação de edificação compulsória é transferida aos adquirentes, sem que haja interrupção dos prazos previamente estabelecidos pelo Poder Público.

C) O Poder Público Municipal poderá desapropriar o imóvel de Damião mediante pagamento de indenização justa, prévia e em dinheiro, que refletirá o valor da base de cálculo do IPTU.

D) Não há consequência jurídica no descumprimento, tendo em vista a não autoexecutoridade nos atos do Poder Público em tema de política urbana, sendo necessária a intervenção do Poder Judiciário.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar aos arts. 5º, 6º, 7º e 8º da Lei 10.257/2001:

> Art. 5º. Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.
> Art. 6º A transmissão do imóvel, por ato inter vivos ou causa mortis, posterior à data da notificação, transfere as obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas no art. 5o desta Lei, sem interrupção de quaisquer prazos.
> Art. 7º. Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos na forma do caput do art. 5o desta Lei, ou não sendo cumpridas as etapas previstas no § 5o do art. 5o desta Lei, o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos.
> § 1º O valor da alíquota a ser aplicado a cada ano será fixado na lei específica a que se refere o caput do art. 5o desta Lei e não excederá a duas vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de quinze por cento.
> Art. 8º. Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

A) Errado

Como visto no art. 7º da referida lei, contrariamente ao que alega a alternativa, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) não pode ser majorado indefinidamente até que alcance o valor do bem, mas somente até o prazo de cinco anos consecutivos.

B) Correto

De acordo com o art. 6º da Lei 10.257/2001, ainda que Damião transfira o imóvel, a obrigação de edificação compulsória é transferida aos adquirentes, sem que haja interrupção dos prazos previamente estabelecidos pelo Poder Público.

C) Errado

Contrariamente ao texto da alternativa, O Poder Público Municipal poderá desapropriar o imóvel de Damião mediante pagamento de indenização justa, com pagamento através de títulos da dívida pública.

D) Errado

Contrariamente ao texto da alternativa, há, sim, consequência jurídica no descumprimento.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 34

Bolão Ltda., sociedade empresária, pretende iniciar atividade de distribuição de pneus no mercado brasileiro. Para isso, contrata uma consultoria para, dentre outros elementos, avaliar sua responsabilidade pela destinação final dos pneus que pretende comercializar.

Sobre o caso, assinale a afirmativa correta.

A) A destinação final dos pneus será de responsabilidade do consumidor final, no âmbito do serviço de regular limpeza urbana.

B) A sociedade empresária será responsável pelo retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana.

C) A destinação final dos pneus, de responsabilidade solidária do distribuidor e do consumidor final, se dará no âmbito do serviço público de limpeza urbana.

D) Previamente à distribuição de pneus, a sociedade empresária deve celebrar convênio com o produtor, para estabelecer, proporcionalmente, as responsabilidades na destinação final dos pneus.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar à leitura do art. 33 da Lei de Resíduos Sólidos (lei nº 12.305/2010):

> Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:
> I - agrotóxicos (seus resíduos e embalagens)
> II - pilhas e baterias
> III - pneus
> IV - óleos lubrificantes (seus resíduos e embalagens)
> V - lâmpadas fluorescentes
> VI - produtos eletrônicos e seus componentes

A) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, a destinação final dos pneus será de responsabilidade do consumidor final, como disposto no artigo 33 da Lei de Resíduos Sólidos.

B) Correto

Como visto no artigo 33 da referida lei, a sociedade empresária Bolão Ltda. será responsável pelo retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana.

C) Errado

Conforme a Lei supracitada, contrariamente ao texto da afirmativa, a destinação final dos pneus não é de responsabilidade solidária do distribuidor e do consumidor final, sendo o consumidor eximido de tal – além disso, ela se dará de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.

D) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, não há previsão legal para esta hipótese

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO CIVIL

Questão 35

Eduardo comprometeu-se a transferir para Daniela um imóvel que possui no litoral, mas uma cláusula especial no contrato previa que a transferência somente ocorreria caso a cidade em que o imóvel se localiza viesse a sediar, nos próximos dez anos, um campeonato mundial de surfe. Depois de realizado o negócio, todavia, o advento de nova legislação ambiental impôs regras impeditivas para a realização do campeonato naquele local.

Sobre a incidência de tais regras, assinale a afirmativa correta.

A) Daniela tem direito adquirido à aquisição do imóvel, pois a cláusula especial configura um termo.

B) Prevista uma condição na cláusula especial, Daniela tem direito adquirido à aquisição do imóvel.

C) Há mera expectativa de direito à aquisição do imóvel por parte de Daniela, pois a cláusula especial tem natureza jurídica de termo.

D) Daniela tem somente expectativa de direito à aquisição do

imóvel, uma vez que há uma condição na cláusula especial.

Comentários:

CC

Art. 125. Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto está se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.

A) Errado

O evento futuro a que se refere o contrato se trata de evento incerto, sendo a sua não ocorrência condição suspensiva do contrato.

B) Errado

Por se tratar de contrato com cláusula de condição suspensiva, Daniela tem apenas a expectativa do direito e não o direito adquirido.

C) Errado

A natureza jurídica se trata de condição e não de termo.

D) Correto

Sendo uma cláusula especial, Daniela possui apenas a expectativa de direito.

Gabarito: D

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 36

Caio, locador, celebrou com Marcos, locatário, contrato de locação predial urbana pelo período de 30 meses, sendo o instrumento averbado junto à matrícula do imóvel no RGI. Contudo, após seis meses do início da vigência do contrato, Caio resolveu se mudar para Portugal e colocou o bem à venda, anunciando-o no jornal pelo valor de R$ 500.000,00.

Marcos tomou conhecimento do fato pelo anúncio e entrou em contato por telefone com Caio, afirmando estar interessado na aquisição do bem e que estaria disposto a pagar o preço anunciado. Caio, porém, disse que a venda do bem imóvel já tinha sido realizada pelo mesmo preço a Alexandre. Além disso, o adquirente do bem, Alexandre, iria denunciar o contrato de locação e Marcos teria que desocupar o imóvel em 90 dias.

Acerca dos fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

A) Marcos, tendo sido preterido na alienação do bem, poderá depositar o preço pago e as demais despesas do ato e haver para si a propriedade do imóvel.

B) Marcos não tem direito de preferência na aquisição do imóvel, pois a locação é por prazo determinado.

C) Marcos somente poderia exercer direito de preferência na aquisição do imóvel se fizesse oferta superior à de Alexandre.

D) Marcos, tendo sido preterido na alienação do bem, poderá reclamar de Alexandre, adquirente, perdas e danos, e poderá permanecer no imóvel durante toda a vigência do contrato, mesmo se Alexandre denunciar o contrato de locação.

Comentários:

LEI 8.245/1991

Art. 27. No caso de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, o locatário tem preferência para adquirir o imóvel locado, em igualdade de condições com terceiros, devendo o locador dar - lhe conhecimento do negócio mediante notificação judicial, extrajudicial ou outro meio de ciência inequívoca.

Art. 33. O locatário preterido no seu direito de preferência poderá reclamar do alienante as perdas e danos ou, depositando o preço e demais despesas do ato de transferência, haver para si o imóvel locado, se o requerer no prazo de seis meses, a contar do registro do ato no cartório de imóveis, desde que o contrato de locação esteja averbado pelo menos trinta dias antes da alienação junto à matrícula do imóvel.

A) Correto

Com base no art. 33 da Lei 8.24591, o locatário poderá requerer para si o imóvel que tenha alugado a mais de 30 dias, com registro na matrícula do imóvel no cartório de RGI, desde que deposite o valor do imóvel e das custas para a transferência de propriedade.

B) Errado

É indiferente o prazo de duração do contrato, visto que o art. 27 da Lei 8.245/91 garante ao locatário o Direito de preferência.

C) Errado

Pois o direito de preferência presente do art. 27, garante a igualdade de condições em relação a terceiros, para a compra do imóvel.

D) Errado

O pleito de perdas e danos deve se dar em face do locador e não do adquirente do imóvel.

Gabarito: Alternativa A

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca.

Questão 37

Laurentino constituiu servidão de vista no registro competente, em favor de Januário, assumindo o compromisso de não realizar qualquer ato ou construção que embarace a paisagem de que Januário desfruta em sua janela. Após o falecimento de Laurentino, seu filho Lucrécio decide construir mais dois pavimentos na casa para ali passar a habitar com sua esposa.

Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

A) Januário não pode ajuizar uma ação possessória, eis que a servidão é não aparente.

B) Diante do falecimento de Laurentino, a servidão que havia sido instituída automaticamente se extinguiu.

C) A servidão de vista pode ser considerada aparente quando houver algum tipo de aviso sobre sua existência.

D) Januário pode ajuizar uma ação possessória, provando a existência da servidão com base no título.

Comentários:

CC

Art. 1.378. A servidão proporciona utilidade para o prédio dominante, e grava o prédio serviente, que pertence a diverso dono, e constitui-se mediante declaração expressa dos proprietários, ou por testamento, e subsequente registro no Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 1.387. Salvo nas desapropriações, a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada.

Parágrafo único. Se o prédio dominante estiver hipotecado, e a servidão se mencionar no título hipotecário, será também preciso, para a cancelar, o consentimento do credor.

Art. 1.388. O dono do prédio serviente tem direito, pelos meios judiciais, ao cancelamento do registro, embora o dono do prédio dominante lho impugne:

I - quando o titular houver renunciado a sua servidão;

II - quando tiver cessado, para o prédio dominante, a utilidade ou a comodidade, que determinou a constituição da servidão;

III - quando o dono do prédio serviente resgatar a servidão.

A) Errado

Januário pode ajuizar ação possessória em qualquer modalidade de servidão.

B) Errado

A servidão não se extingue com a morte de Laurentino, tendo esta que ser pleiteado o seu cancelamento por parte do credor.

C) Errado

Para que exista a servidão aparente, não é necessário nenhum tipo de aviso, ela se configura aparente por poder ser percebida a olho nu.

D) Correto

Januário pode ajuizar uma ação possessória, provando a existência da servidão com base no título.

Gabarito: Alternativa D

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca.

Questão 38

Quincas adentra terreno vazio e, de forma pública, passa a construir ali a sua moradia. Após o exercício ininterrupto da posse por 17 (dezessete) anos, pleiteia judicialmente o reconhecimento da propriedade do bem pela usucapião.

Durante o processo, constatou-se que o imóvel estava hipotecado em favor de Jovelino, para o pagamento de numerários devidos por Adib, proprietário do imóvel.

Com base nos fatos apresentados, assinale a afirmativa correta.

A) A hipoteca existente em benefício de Jovelino prevalece sobre eventual direito de Quincas, tendo em vista o princípio da prioridade no registro.

B) A hipoteca é um impeditivo para o reconhecimento da usucapião, tendo em vista a função social do crédito garantido.

C) Como a usucapião é modo originário de aquisição da propriedade, a hipoteca não é capaz de impedir a sua consumação.

D) Quincas pode adquirir, pela usucapião, o imóvel em questão, porém ficará com o ônus de quitar o débito que a hipoteca garantia.

Comentários:

CC

Art. 1.238. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

STJ

RESP 620.610-DF: 1 - Assegurada ao primitivo credor hipotecário participação na posterior ação de usucapião, não se pode ter como ilegal a decisão que reconhece ser a usucapião modo originário de aquisição da propriedade e, portanto, prevalente sobre os direitos reais de garantia que anteriormente gravavam a coisa. Precedentes.

A) Errado

De acordo com jurisprudência do STJ, a usucapião é forma originária de aquisição da propriedade, sendo assim esta não guarda qualquer agravo de continuidade com a propriedade anterior.

B) Errado

A hipoteca não se configura como um impeditivo, visto que a relação se dá com o antigo proprietário, não gravando em nada a usucapião.

C) Correto

Baseada na jurisprudência, o usucapião é forma originária de aquisição da propriedade, não podendo ser embaraçada pela hipoteca.

D) Errado

Não recai qualquer ônus anterior a usucapião, em função do seu caráter originário.

Gabarito: Alternativa C

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

Questão 39

Lúcia, sem ascendentes e sem descendentes, faleceu solteira e não deixou testamento. O pai de Lúcia tinha dois irmãos, que tiveram, cada qual, dois filhos, sendo, portanto, primos dela. Quando do falecimento de Lúcia, seus tios já haviam morrido. Ela deixou ainda um sobrinho, filho de seu único irmão, que também falecera antes dela.

Sobre a sucessão de Lúcia, de acordo com os fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

A) O sobrinho concorre com o tio na sucessão de Lúcia, partilhando-se por cabeça.

B) O sobrinho representará seu pai, pré-morto, na sucessão de Lúcia.

C) O filho do tio pré-morto será chamado à sucessão por direito de representação.

D) O sobrinho é o único herdeiro chamado à sucessão e herda por direito próprio.

Comentários:

CC

Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte:

I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares;

II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge;

III - ao cônjuge sobrevivente;

IV - aos colaterais.

Art. 1.840. Na classe dos colaterais, os mais próximos excluem os mais remotos, salvo o direito de representação concedido aos filhos de irmãos.

Art. 1.843. Na falta de irmãos, herdarão os filhos destes e, não os havendo, os tios.

A) Errado

Com base no art. 1.843 do CC, temos que na falta de irmãos herdarão os sobrinhos de Lúcia, e apenas em caso de ausência destes que os tios seriam chamados a sucessão.

B) Errado

Não se fala em representação neste caso, o sobrinho deve suceder Lúcia por direito próprio.

C) Errado

Segue a mesma linha de raciocínio da alternativa A.

D) Correto

O sobrinho é o único herdeiro chamado à sucessão e herda por direito próprio.

Gabarito: Alternativa D

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca.

Questão 40

João e Carla foram casados por cinco anos, mas, com o passar dos anos, o casamento se desgastou e eles se divorciaram. As três filhas do casal, menores impúberes, ficaram sob a guarda exclusiva da mãe, que trabalha em uma escola como professora, mas que está com os salários atrasados há quatro meses, sem previsão de recebimento. João vinha contribuindo para o sustento das crianças, mas, estranhamente, deixou de fazê-lo no último mês. Carla, ao procurá-lo, foi informada pelos pais de João que ele sofreu um atropelamento e está em estado grave na UTI do Hospital Boa Sorte. Como João é autônomo, não pode contribuir, justificadamente, com o sustento das filhas.

Sobre a possibilidade de os avós participarem do sustento das crianças, assinale a afirmativa correta.

A) Em razão do divórcio, os sogros de Carla são ex-sogros, não são mais parentes, não podendo ser compelidos judicialmente a contribuir com o pagamento de alimentos para o sustento das netas.

B) As filhas podem requerer alimentos avoengos, se comprovada a impossibilidade de Carla e de João garantirem o sustento das filhas.

C) Os alimentos avoengos não podem ser requeridos, porque os avós só podem ser réus em ação de alimentos no caso de falecimento dos responsáveis pelo sustento das filhas.

D) Carla não pode representar as filhas em ação de alimentos avoengos, porque apenas os genitores são responsáveis pelo sustento dos filhos.

Comentários:

CC

Art. 1.595. Cada cônjuge ou companheiro é aliado aos parentes do outro pelo vínculo da afinidade.

§ 1º O parentesco por afinidade limita-se aos ascendentes, aos descendentes e aos irmãos do cônjuge ou companheiro.

§ 2º Na linha reta, a afinidade não se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável.

Art. 1.634. Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em, quanto aos filhos:

(...)

VII - representá-los judicial e extrajudicialmente até os 16 (dezesseis) anos, nos atos da vida civil, e assisti-los, após essa idade, nos atos em que forem partes, suprindo-lhes o consentimento;

Art. 1.696. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.

Art. 1.698. Se o parente, que deve alimentos em primeiro lugar, não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, serão chamados a concorrer os de grau imediato; sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, todas devem concorrer na proporção dos respectivos recursos, e, intentada ação contra uma delas, poderão as demais ser chamadas a integrar a lide.

A) Errado

De acordo com o art. 1595 §2º do CC, em linha reta a afinidade não se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável, sendo assim a assertiva erra ao falar que os sogros não são mais parentes de Carla.

B) Correto

Em função da solidariedade, exposta nos art. 1.696 e 1698 do CC, onde na impossibilidade dos pais cumprirem com a prestação de alimentos, os parente mais próximos devem ser chamados a cumprir com a obrigação na medida dos recursos que eles disporem.

C) Errado

Não existe previsão legal de que os avós só sejam requeridos em caso de morte dos pais. A simples incapacidade dos pais de cumprir com a prestação de alimentos já gera a obrigação dos avós de cumprirem com a prestação de alimentos aos netos.

D) Errado

Com fulcro no art. 1.634 temos que cabe a ambos os pais, independente de situação conjugal, exercer o poder de representação dos filhos.

Gabarito: Alternativa B

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 41

André, Mariana e Renata pegaram um automóvel emprestado com Flávio, comprometendo-se solidariamente a devolvê-lo em quinze dias. Ocorre que Renata, dirigindo acima do limite de velocidade, causou um acidente que levou à destruição total do veículo.

Assinale a opção que apresenta os direitos que Flávio tem diante dos três.

A) Pode exigir, de qualquer dos três, o equivalente pecuniário do carro, mais perdas e danos.

B) Pode exigir, de qualquer dos três, o equivalente pecuniário do carro, mas só pode exigir perdas e danos de Renata.

C) Pode exigir, de cada um dos três, um terço do equivalente pecuniário do carro e das perdas e danos.

D) Pode exigir, de cada um dos três, um terço do equivalente pecuniário do carro, mas só pode exigir perdas e danos de Renata.

Comentários:

CC

Art. 279. Impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente; mas pelas perdas e danos só responde o culpado.

A) Errado

O valor pecuniário do carro pode ser cobrado de qualquer dos devedores solidários. No entanto, na cobrança de perdas e danos somente o causador do prejuízo poderá ser cobrado, como dispõe o art. 279 do Código Civil.

B) Correto

Como Renata foi responsável pelo acidente, caberá somente a ela o pagamento de perdas e danos.

C) Errado

Pode-se exigir de qualquer um dos três, o pagamento total do valor do carro, visto que são devedores solidários.

D) Errado

Pode-se exigir de qualquer um dos três, o pagamento total do valor do carro, visto que são devedores solidários.

Gabarito: Alternativa B

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca.

ECA

Questão 42

Maria, aluna do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola que não adota a obrigatoriedade do uso de uniforme, frequenta regularmente culto religioso afro-brasileiro com seus pais.

Após retornar das férias escolares, a aluna passou a ir às aulas com um lenço branco enrolado na cabeça, afirmando que necessitava permanecer coberta por 30 dias. As alunas Fernanda e Patrícia, incomodadas com a situação, procuraram a direção da escola para reclamar da vestimenta da aluna. O diretor da escola entrou em contato com o advogado do estabelecimento de ensino, a fim de obter subsídios para a sua decisão.

A partir do caso narrado, assinale a opção que apresenta a orientação que você, como advogado da escola, daria ao diretor.

A) Proibir o acesso da aluna à escola.
B) Marcar uma reunião com os pais da aluna Maria, a fim de compeli-los a descobrir a cabeça da filha.
C) Permitir o acesso regular da aluna.
D) Proibir o acesso das três alunas.

Comentário:

A) Errado

Não há o que se falar em proibição do acesso da aluna à escola, uma vez que sua liberdade religiosa e seu direito à educação são garantidos legalmente, bem como não há obrigatoriedade do uso de uniforme no regulamento da escola.

O art. 5, VI da Constituição determina que a liberdade religiosa é um direito individual. Além disso, o parágrafo único do artigo 3º do ECA (Lei 8.069/90) estabelece que os direitos enunciados no Estatuto da Criança e do Adolescente (dentre os quais o direito à educação) aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação, dentre outras, de religião ou crença:

> CRFB/1988
>
> Art. 5º (...)
>
> VI - é inviolável a **liberdade de consciência e de crença**, sendo assegurado o **livre exercício dos cultos religiosos** e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;
>
> ECA
>
> Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
>
> Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes**, sem discriminação** de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, **religião ou crença**, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

B) Errado

Como visto, a liberdade de crença e religião é garantida constitucionalmente, bem como a escola não adota obrigatoriedade de fardamento, sendo assim,

não caberia a atuação da escola para compelir os pais de Maria a descobrir a cabeça da filha.

C) Correto

A alternativa está em consonância com a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

D) Errado

Essa hipótese feriria tanto o direito à liberdade religiosa de Maria, constitucionalmente assegurado (artigo 5º, VI, da CRFB/1988), bem como o direito ao acesso à educação, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, das alunas Fernanda e Patrícia, que apenas exerceram seu direito individual de liberdade de manifestação, constitucionalmente assegurado no artigo 5º, IV, da CRFB/1988:.

Gabarito: Letra C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 43

Os irmãos órfãos João, com 8 anos de idade, e Caio, com 5 anos de idade, crescem juntos em entidade de acolhimento institucional, aguardando colocação em família substituta. Não existem pretendentes domiciliados no Brasil interessados na adoção dos irmãos de forma conjunta, apenas separados. Existem famílias estrangeiras com interesse na adoção de crianças com o perfil dos irmãos e uma família de brasileiros domiciliados na Itália, sendo esta a última inscrita no cadastro.

Considerando o direito à convivência familiar e comunitária de toda criança e de todo adolescente, assinale a opção que apresenta a solução que atende aos interesses dos irmãos.

A) Adoção nacional pela família brasileira domiciliada na Itália.
B) Adoção internacional pela família estrangeira.
C) Adoção nacional por famílias domiciliadas no Brasil, ainda que separados.
D) Adoção internacional pela família brasileira domiciliada na Itália.

Comentário:

A) Errado

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90):

> Art. 51. Considera-se **adoção internacional** aquela na qual o pretendente possui **residência habitual em país-parte da Convenção de Haia**, de 29 de maio de 1993, Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, promulgada pelo Decreto no 3.087, de 21 junho de 1999, e deseja **adotar criança em outro país-parte da Convenção**.

No caso, a alternativa está incorreta por afirmar que a adoção pela família brasileira domiciliada na Itália tratar-se-ia de adoção "nacional", quando é um dos casos previstos no art. 51 do ECA como adoção internacional, uma vez que

a família, apesar de brasileira, está domiciliada em um "país-parte" distinto do das crianças.

B) Errado

De acordo com o artigo 51, §2º, do ECA (Lei 8.069/90), os brasileiros residentes no exterior terão preferência aos estrangeiros, nos casos de adoção internacional de criança ou adolescente brasileiro, assim, essa não seria a melhor opção:

> Art. 51. (...)
> § 2º Os brasileiros residentes no exterior terão **preferência aos estrangeiros**, nos casos de adoção internacional de criança ou adolescente brasileiro.

C) Errado

Estabelece o artigo 28, §4º, da Lei 8.069/90 que os grupos de irmãos, em regra, serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, procurando-se, em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais:

> Art. 28. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.
> (...)
> § 4º Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, **procurando-se, em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais**.

Como a questão apontou outra hipótese em que essa regra fosse resguardada, a solução da alternativa não seria a melhor a ser aplicada ao caso.

D) Correto

É a melhor hipótese, resguardando-se os vínculos fraternais (art. 28, §4º do ECA) e a prioridade para os brasileiros residentes no exterior em face de estrangeiros em caso de adoção internacional (art. 51, §2º do ECA).

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO DO CONSUMIDOR

Questão 44

Os arquitetos Everton e Joana adquiriram pacote de viagens para passar a lua de mel na Europa, primeira viagem internacional do casal. Ocorre que o trajeto do voo previa conexão em um país que exigia visto de trânsito, tendo havido impedimento do embarque dos noivos, ainda no Brasil, por não terem o visto exigido. O casal questionou a agência de turismo por não ter dado qualquer explicação prévia nesse sentido, e a fornecedora informou que não se responsabilizava pela informação de necessidade de visto para a realização da viagem.

Diante do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

A) Cabe ação de reparação por danos extrapatrimoniais, em razão da insuficiência de informação clara e precisa, que deveria ter sido prestada pela agência de turismo, no tocante à necessidade de visto de trânsito para a conexão internacional prevista no trajeto.

B) Não houve danos materiais a serem ressarcidos, já que os consumidores sequer embarcaram, situação muito diferente de terem de retornar, às próprias expensas, diretamente do país de conexão, interrompendo a viagem durante o percurso.

C) Não ocorreram danos extrapatrimoniais por se tratar de pessoas que tinham capacidade de leitura e compreensão do contrato, sendo culpa exclusiva das próprias vítimas a interrupção da viagem por desconhecerem a necessidade de visto de trânsito para realizarem a conexão internacional.

D) Houve culpa exclusiva da empresa aérea que emitiu os bilhetes de viagem, não podendo a agência de viagem ser culpabilizada, por ser o comerciante responsável subsidiariamente e não responder diretamente pelo fato do serviço.

Comentário:

Para responder a questão apresentada, cabe a leitura dos artigos 6 e 14 do CDC:

> Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...]
> III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; [...]
> Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

A) Correto

Como visto nos artigos supracitados, cabe ação de reparação por danos extrapatrimoniais, em razão da insuficiência de informação clara e precisa, que deveria ter sido prestada pela agência de turismo, no tocante à necessidade de visto de trânsito para a conexão internacional prevista no trajeto.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, independentemente dos consumidores terem ou não retornado às próprias expensas, diretamente do país de conexão, constatam-se os prejuízos dados por causa da insuficiência de transparência nos informes acerca da necessidade de visto de trânsito para a conexão internacional.

C) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, ocorreram, sim, danos extrapatrimoniais.

D) Errado

Como visto nos artigos apresentados, a agência pode ser responsabilizada e responder solidariamente junto aos causadores de dano aos consumidores devido ao seu caráter de prestadora de serviços.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 45

Osvaldo adquiriu um veículo zero quilômetro e, ao chegar a casa, verificou que, no painel do veículo, foi acionada a indicação de problema no nível de óleo. Ao abrir o capô, constatou sujeira de óleo em toda a área. Osvaldo voltou imediatamente à concessionária, que realizou uma rigorosa avaliação do veículo e constatou que havia uma rachadura na estrutura do motor, que, por isso, deveria ser trocado. Oswaldo solicitou um novo veículo, aduzindo que optou pela aquisição de um zero quilômetro por buscar um carro que tivesse toda a sua estrutura "de fábrica".

A concessionária se negou a efetuar a troca ou devolver o dinheiro, alegando que isso não descaracterizaria o veículo como novo e que o custo financeiro de faturamento e outras medidas administrativas eram altas, não justificando, por aquele motivo, o desfazimento do negócio.

No mesmo dia, Osvaldo procura você, como advogado, para orientá-lo. Assinale a opção que apresenta a orientação dada.

A) Cuida-se de vício do produto, e a concessionária dispõe de até trinta dias para providenciar o reparo, fase que, ordinariamente, deve preceder o direito do consumidor de pleitear a troca do veículo.

B) Trata-se de fato do produto, e o consumidor sempre pode exigir a imediata restituição da quantia paga, sem prejuízo de pleitear perdas e danos em juízo.

C) Há evidente vício do produto, sendo subsidiária a responsabilidade da concessionária, devendo o consumidor ajuizar a ação de indenização por danos materiais em face do fabricante.

D) Trata-se de fato do produto, e o consumidor não tem interesse de agir, pois está no curso do prazo para o fornecedor sanar o defeito.

Comentário:

A fim de responder satisfatoriamente a questão, observa-se o disposto no art. 18 do CDC:

> Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.
> § 1° Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:
> I - a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso;
> II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;
> III - o abatimento proporcional do preço.

A) Correto

Como visto no artigo 18 do CDC, cuida-se de vício do produto, e a concessionária dispõe de até trinta dias para providenciar o reparo, fase que, ordinariamente, deve preceder o direito do consumidor de pleitear a troca do veículo.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, trata-se de vício do produto, e não fato do produto.

C) Errado

Há evidente vício do produto, como visto. Entretanto, contrariamente ao que alega a alternativa, é solidária a responsabilidade da concessionária, com o fabricante.

D) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, trata-se de vício do produto, e não fato do produto.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO EMPRESARIAL

Questão 46

Miguel e Paulo pretendem constituir uma sociedade do tipo limitada porque não pretendem responder subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Na consulta a um advogado previamente à elaboração do contrato, foram informados de que, nesse tipo societário, todos os sócios respondem

A) solidariamente pela integralização do capital social.
B) até o valor da quota de cada um, sem solidariedade entre si e em relação à sociedade.
C) até o valor da quota de cada um, após cinco anos da data do arquivamento do contrato.
D) solidariamente pelas obrigações sociais.

Comentário:

A) Correto

A respeito da sociedade limitada, estabelece o Código Civil:

> Art. 1.052. Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é **restrita ao valor de suas quotas**, mas **todos respondem solidariamente pela integralização do capital social**.

Assim, no caso apresentado, os sócios deverão responder solidariamente pela integralização do capital.

B) Errado

Como especifica o art. 1.052 do Código Civil, há solidariedade entre os sócios na integralização do capital social.

C) Errado

Não há um prazo para esse estabelecimento, ocorre enquanto perdurar a sociedade.

D) Errado

Como afirma o art. 1.052 do CC, eles responderão solidariamente pela integralização do capital, não pelas obrigações sociais.

Gabarito: Letra A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 47

Um cliente apresenta a você um cheque nominal à ordem com as assinaturas do emitente no anverso e do endossante no verso. No verso da cártula, também consta uma terceira assinatura, identificada apenas como aval pelo signatário.

Com base nessas informações, assinale a afirmativa correta.

A) O aval dado no título foi irregular, pois, para a sua validade, deveria ter sido lançado no anverso.
B) A falta de indicação do avalizado permite concluir que ele pode ser qualquer dos signatários (emitente ou endossante).
C) O aval dado no título foi na modalidade em branco, sendo avalizado o emitente.
D) O aval somente é cabível no cheque não à ordem, sendo considerado não escrito se a emissão for à ordem.

Comentário:

A) Errado

De acordo com a Lei n. 7.357/85, a respeito do aval:

> Art . 30 O aval é lançado no cheque ou na folha de alongamento. Exprime-se pelas palavras ''por aval'', ou fórmula equivalente, com a assinatura do avalista. Considera-se como resultante da simples assinatura do avalista, aposta no anverso do cheque, salvo quando se tratar da assinatura do emitente.

Assim, o aval pode ser lançado no anverso do cheque ou folha de pagamento (sem acrescentar nada, apenas a assinatura), mas nada impede de fazê-lo no verso, desde que seja devidamente identificado que se trata do aval, por meio das palavras "por aval": "CC Art. 898. O aval deve ser dado no verso ou no anverso do próprio título".

Sendo assim, o aval do caso apresentado não foi irregular.

B) Errado

De acordo com o parágrafo único do art. 30 da Lei do Cheque: "O aval deve indicar o avalizado. Na falta de indicação, considera-se avalizado o emitente". Sendo assim, não seria qualquer dos signatários (emitente ou endossante), como aponta a alternativa, mas o emitente (a doutrina denomina esse fenômeno "aval em branco").

C) Correto

Está de acordo com o parágrafo único do art. 30 da Lei do Cheque e com o entendimento doutrinário a esse respeito.

D) Errado

O aval é cabível em ambos os casos.

Gabarito: Letra C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina

Questão 48

O administrador da sociedade empresária Dutra & Filhos Comércio de Alimentos Ltda. consulta seu advogado para orientá-lo sobre o contrato apropriado para o aumento de sua capacidade de distribuição.

A intenção da pessoa jurídica é celebrar um contrato pelo qual possa receber a posse direta de veículos, que serão indicados por ela ao proprietário, para utilizá-los por prazo determinado, mediante o pagamento de prestações mensais durante a vigência do contrato. Ao termo final, a cliente deseja ter a possibilidade de adquirir os veículos ao invés de ser obrigada a devolvê-los ao proprietário ou renovar o contrato.

Assinale a opção que indica o contrato apropriado para a sociedade empresária.

A) Locação a prazo determinado.
B) Cessão de uso a título oneroso.
C) Compra e venda a prazo.
D) Arrendamento mercantil.

Comentário:

A) Errado

Impossibilidade de executar a opção de compra ao final do contrato nesse tipo contratual.

B) Errado

Impossibilidade de executar a opção de compra ao final do contrato nesse tipo contratual.

C) Errado.

Impossibilidade de utilização do bem por um período determinado, mediante o pagamento de prestações mensais.

D) Correto

O leasing, ou arrendamento mercantil, está previsto na Lei 6.099/74:

> Art 1º. (...)
>
> Parágrafo único - Considera-se arrendamento mercantil, para os efeitos desta Lei, o negócio jurídico realizado entre pessoa jurídica, na qualidade de arrendadora, e pessoa física ou jurídica, na qualidade de arrendatária, e que tenha por objeto **o arrendamento de bens adquiridos pela arrendadora**, segundo especificações da arrendatária e para uso próprio desta.
>
> Art 5º Os contratos de arrendamento mercantil conterão as seguintes disposições:
>
> a) prazo do contrato;
>
> b) valor de cada contraprestação por períodos determinados, não superiores a um semestre;
>
> c) **opção de compra ou renovação de contrato**, como faculdade do arrendatário;
>
> d) preço para opção de compra ou critério para sua fixação, quando for estipulada esta cláusula.

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina

Questão 49

A sociedade empresária Pará de Minas Veículos Ltda. pretende requerer sua recuperação judicial. Ao analisar a minuta de petição inicial, o gerente administrativo listou os impedimentos ao pedido de recuperação.

Assinale a opção que apresenta um desses impedimentos.

A) O devedor ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial.
B) O devedor possuir ativo que não corresponda a, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) do passivo quirografário.
C) O devedor deixar de requerer sua autofalência nos 30 (trinta) dias seguintes ao vencimento de qualquer obrigação líquida.
D) A sociedade ter como administrador pessoa condenada por crime contra o patrimônio ou contra a fé pública.

Comentário:

A) Correto

O art. 48 da Lei 11.101/2005 aponta os requisitos para o requerimento de recuperação judicial:

> Art. 48. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:
> I – não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes;
> **II – não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial;**
> III - não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo; (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

> IV – não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.

Sendo assim, de acordo com o inciso II do art. 48, o fato de o devedor ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial, constitui um impedimento ao pedido de recuperação.

B) Errado

A alternativa faz alusão as causas de extinção das obrigações do falido (art. 158, III) e não dos requisitos para o deferimento de recuperação judicial.

C) Errado

A alternativa trata do instituto da autofalência, não da recuperação judicial. Um instituto não pode coexistir com o outro.

D) Errado

A alternativa relaciona-se com o inciso IV do art. 48: "IV – não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada **por qualquer dos crimes previstos nesta Lei**". No caso, não há o que se falar dos crimes contra a administração pública, como previsto na alternativa, mas dos crimes falimentares.

Gabarito: Letra A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 50

O empresário individual Ives Diniz, em conluio com seus dois primos, realizou empréstimos simulados a fim de obter crédito para si; por esse e outros motivos, foi decretada sua falência.

No curso do processo falimentar, o administrador judicial verificou a prática de outros atos praticados pelo devedor e seus primos, antes da falência; entre eles, a transferência de bens do estabelecimento a terceiros lastreados em pagamentos de dívidas fictícias, com nítido prejuízo à massa.

De acordo com o enunciado e as disposições da Lei de Falência e Recuperação de Empresas, o advogado contratado pelo administrador judicial para defender os direitos e interesses da massa deverá

A) requerer, no juízo da falência, a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
B) ajuizar ação revocatória em nome da massa falida no juízo da falência.
C) ajuizar ação pauliana em nome do administrador judicial no juízo cível.
D) requerer, no juízo da falência, o sequestro dos bens dos primos do empresário como medida antecedente à ação de responsabilidade civil.

Comentário:

A) Errado

O enunciado da questão aponta de forma objetiva que a Lei de Falência (Lei 11.101/05) deverá ser utilizada para a resolução da questão. Sendo assim, devem ser aplicadas as regras dessa Lei para encontrar a resposta apropriada. No caso da questão, não caberia, ao lado da investigação do atos praticados antes da

falência que causaram prejuízo à massa falida, o incidente de desconsideração da personalidade jurídica. O enunciado não aponta um caso concreto que se adeque às hipóteses de interposição do incidente.

B) Correto

A Lei de Falência (Lei 11.101/05) trata da investigação dos atos praticados antes da falência que causaram prejuízo à massa falida, apontando, em seu artigo 129, os atos ineficazes (de caráter objetivo), que "São ineficazes em relação à massa falida, tenha ou não o contratante conhecimento do estado de crise econômico-financeira do devedor, seja ou não intenção deste fraudar credores". De acordo com o parágrafo único desse artigo, nesse caso, "a ineficácia poderá ser declarada de ofício pelo juiz".

Por outro lado, tem-se os atos revogáveis, previstos no art. 130:

> Art. 130. São revogáveis os atos praticados com a intenção de prejudicar credores, provando-se o conluio fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratar e o efetivo prejuízo sofrido pela massa falida.

No caso de realização desses atos, a legislação prevê que:

> Art. 132. A ação revocatória, de que trata o art. 130 desta Lei, deverá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público no prazo de 3 (três) anos contado da decretação da falência.

Como visto no enunciado da questão, foram realizados atos revogáveis, assim, a solução é ajuizar ação revocatória em nome da massa falida no juízo da falência.

C) Errado

A questão não aborda o tema da fraude à execução, onde se enquadraria a hipótese apontada na alternativa.

D) Errado

Como visto no enunciado da questão, o aluno deveria buscar a solução na Lei 11.101/05. A alternativa não se enquadra a essa determinação.

Gabarito: Letra B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 51

Leilane, autora da ação de indenização por danos morais, proposta em face de Carlindo na 5ª Vara Cível da comarca da capital, informou, em sua petição inicial, que não possuía interesse na audiência de conciliação prevista no Art. 334 do CPC/15. Mesmo assim, o magistrado marcou a audiência de conciliação e ordenou a citação do réu. O réu, regularmente citado, manifestou interesse na realização da referida audiência, na qual apenas o réu compareceu. O juiz, então, aplicou à autora a multa de 2% sobre o valor da causa. Sobre o procedimento do magistrado, a partir do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

A) O magistrado não deveria ter marcado a audiência de conciliação, já que a autora informou, em sua petição inicial, que não possuía interesse.

B) O magistrado agiu corretamente, tendo em vista que a conduta da autora se caracteriza como um ato atentatório à dignidade da justiça.

C) O magistrado deveria ter declarado o processo extinto sem resolução do mérito, e a multa não possui fundamento legal.

D) A manifestação de interesse do réu na realização da referida audiência pode ser feita em até 72 horas antes da sua realização.

Comentários:

A questão indaga acerca das consequências advindas da ausência injustificada à audiência de conciliação, cuja disciplina encontra-se no artigo 334 do Código de Processo Civil.

> Art. 334, CPC. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência

de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

§1º O conciliador ou mediador, onde houver, atuará necessariamente na audiência de conciliação ou de mediação, observando o disposto neste Código, bem como as disposições da lei de organização judiciária.

§2º Poderá haver mais de uma sessão destinada à conciliação e à mediação, não podendo exceder a 2 (dois) meses da data de realização da primeira sessão, desde que necessárias à composição das partes.

§3º A intimação do autor para a audiência será feita na pessoa de seu advogado.

§4º A audiência **não será realizada**:

I - **se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual**;

II - quando não se admitir a autocomposição.

§5º O autor deverá indicar, na petição inicial, seu desinteresse na autocomposição, e **o réu deverá fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência**.

§6º Havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado por todos os litisconsortes.

§7º A audiência de conciliação ou de mediação pode realizar-se por meio eletrônico, nos termos da lei.

§8º **O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa**, revertida em favor da União ou do Estado.

§9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos.

§10. A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.

§11. A autocomposição obtida será reduzida a termo e homologada por sentença.

§12. A pauta das audiências de conciliação ou de mediação será organizada de modo a respeitar o intervalo mínimo de 20 (vinte) minutos entre o início de uma e o início da seguinte.

A) Errado

De pronto, pode-se eliminar a alternativa "A", pois, consoante disposição do artigo 334, §4º, I, acima transcrito, é necessário que ambas as partes manifestem o desinteresse na composição.

B) Correto

A letra "B", por sua vez, está correta, conforme o artigo 334, §8º, do CPC. Logo, a ausência injustificada à audiência de autocomposição constitui ato atentatório à dignidade da justiça.

C) Errado

Já a assertiva "C" está equivocada, pois, ainda segundo o §8º mencionado, a ausência injustificada pode ser sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa.

D) Errado

Por fim, equivocada a alternativa "D", já que o réu deve manifestar seu desinteresse em até 10 dias antes da data da audiência, conforme preleciona o §5º acima transcrito.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 52

O advogado Jonas interpôs Recurso Especial contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado X. Ocorre que, no corrente ano, a Vice-Presidência/Presidência do referido Tribunal negou seguimento ao recurso interposto, afirmando que o acórdão recorrido se encontra no mesmo sentido de precedente do STJ, julgado sob o rito dos recursos

repetitivos. Nessa hipótese, caso deseje impugnar a referida decisão, o advogado deverá interpor

A) Agravo de Instrumento, direcionado ao Ministro Presidente do STJ.

B) Agravo em Recurso Especial, direcionado ao Ministro Presidente do STJ.

C) Agravo em Recurso Especial, direcionado ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado X.

D) Agravo Interno, direcionado ao órgão colegiado competente para revisar as decisões do Presidente/Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.

Comentários:

Questiona-se acerca da medida adequada para impugnar decisão da Presidência de Tribunal que nega seguimento a recurso especial. Logo, o aluno deve ter em mente o artigo 1.030 do Código de Processo Civil.

> Art. 1.030, CPC. Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá: (Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016)
>
> I – **negar seguimento**: (Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016)
>
> a) a recurso extraordinário que discuta questão constitucional à qual o Supremo Tribunal Federal não tenha reconhecido a existência de repercussão geral ou a recurso extraordinário interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal exarado no regime de repercussão geral; (Incluída pela Lei nº 13.256, de 2016)
>
> b) a recurso extraordinário ou a **recurso especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente, exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos**; (Incluída pela Lei nº 13.256, de 2016)
>
> II – encaminhar o processo ao órgão julgador para realização do juízo de retratação, se o acórdão recorrido divergir do entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça exarado, conforme o caso, nos regimes de repercussão geral ou de recursos repetitivos; (Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016)

III – sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme se trate de matéria constitucional ou infraconstitucional; (Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016)

IV – selecionar o recurso como representativo de controvérsia constitucional ou infraconstitucional, nos termos do §6º do art. 1.036; (Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016)

V – realizar o juízo de admissibilidade e, se positivo, remeter o feito ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça, desde que: (Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016)

a) o recurso ainda não tenha sido submetido ao regime de repercussão geral ou de julgamento de recursos repetitivos; (Incluída pela Lei nº 13.256, de 2016)

b) o recurso tenha sido selecionado como representativo da controvérsia; ou (Incluída pela Lei nº 13.256, de 2016)

c) o tribunal recorrido tenha refutado o juízo de retratação. (Incluída pela Lei nº 13.256, de 2016)

§1º Da decisão de inadmissibilidade proferida com fundamento no inciso V caberá agravo ao tribunal superior, nos termos do art. 1.042. (Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016)

§2º **Da decisão proferida com fundamento nos incisos I e III caberá agravo interno, nos termos do art. 1.021**. (Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016)

A) Errado

Incialmente, incorreta a alternativa "A", posto que o agravo de instrumento, disciplinado no artigo 1.015 do CPC, é cabível em face de decisões interlocutórias.

B) Errado

No mesmo sentido, incorreta a letra "B", pois o dispositivo que cuida do agravo em recurso especial (art. 1.042, CPC) ressalva, justamente, as hipóteses em que a inadmissão do recurso se funda em entendimento firmado em sede de repetitivos.

C) Errado

Incorreta a letra "C", pois, como dito linhas acima, não é caso de agravo em recurso especial.

D) Correto

Por outro lado, acertada a redação da assertiva "D", posto que perfeitamente condizente com o artigo 1.030, §2º, do CPC. Assim, cabível agravo interno, direcionado ao órgão colegiado competente para revisar as decisões do Presidente/Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 53

O Sr. João, pessoa idosa e beneficiária de plano de saúde individual da sociedade "ABC Saúde Ltda.", começa a sentir fortes dores no peito durante a madrugada e, socorrido por seus familiares, é encaminhado para a unidade hospitalar mais próxima. O médico responsável pelo atendimento inicial constata um quadro clínico grave, com risco de morte, sendo necessário o imediato encaminhamento do Sr. João para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do hospital. Ao ser contatado, o plano de saúde informa que não autoriza a internação, uma vez que o Sr. João ainda não havia cumprido o período de carência exigido em contrato. Imediatamente, um dos filhos do Sr. João, advogado, elabora a ação cabível e recorre ao plantão judicial do Tribunal de Justiça do estado em que reside. A partir do caso narrado, assinale a alternativa correta.

A) A tutela de urgência a ser requerida deve ser deferida, tendo em vista os princípios da cooperação e da não surpresa que regem a codificação processual vigente, após a prévia oitiva do representante legal do plano de saúde "ABC Saúde Ltda.", no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

B) Uma vez demonstrado o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, o magistrado poderá conceder tutela de evidência em favor do Sr. João, autorizando sua internação provisória na Unidade de Terapia Intensiva do hospital.

C) Diante da urgência do caso, contemporânea à propositura da ação, a petição inicial redigida poderia limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido final. Concedida a tutela antecipada, o autor deverá aditar a petição inicial em 15 (quinze) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar.

D) Concedida a tutela provisória requerida em favor do Sr. João, ela conserva sua eficácia na pendência do processo, apenas podendo vir a ser revogada ou modificada com a prolação da sentença definitiva de mérito.

Comentários:

A questão aborda a temática das tutelas provisórias. Logo, de pronto, deve-se identificar sobre qual das espécies se refere. O enunciado retrata situação que envolve "risco de morte", indicando a urgência do pleito. Logo, cuida-se de tutela de urgência, disciplinada no artigo 303 do Código de Processo Civil.

> Art. 303, CPC. Nos casos em que a **urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final**, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.
>
> §1º Concedida a tutela antecipada a que se refere o *caput* deste artigo:
>
> I - **o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 15 (quinze) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar**;
>
> II - o réu será citado e intimado para a audiência de conciliação ou de mediação na forma do art. 334;
>
> III - não havendo autocomposição, o prazo para contestação será contado na forma do art. 335.
>
> §2º Não realizado o aditamento a que se refere o inciso I do §1º deste artigo, o processo será extinto sem resolução do mérito.
>
> §3º O aditamento a que se refere o inciso I do §1º deste artigo dar-se-á nos mesmos autos, sem incidência de novas custas processuais.

> §4º Na petição inicial a que se refere o *caput* deste artigo, o autor terá de indicar o valor da causa, que deve levar em consideração o pedido de tutela final.
> §5º O autor indicará na petição inicial, ainda, que pretende valer-se do benefício previsto no *caput* deste artigo.
> §6º Caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até 5 (cinco) dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.

A) Errado

Incorreta a alternativa "A", posto que a tutela de urgência pode ser deferida *inaudita altera pars*, consoante disposição do artigo 300, §2º, do CPC.

> Art. 300, CPC. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. (...)
> §2º **A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente** ou após justificação prévia. (...)

B) Errado

O equívoco da alternativa "B" é bem sutil. De fato, o magistrado pode conceder a tutela, determinando a internação provisória. Todavia, trata-se de tutela de urgência, não de evidência como enunciado.

C) Correto

Por outro lado, correta a assertiva "C", posto que completamente condizente com o artigo 303, *caput* e §1º, I, do CPC. Desta feita, sendo a urgência contemporânea ao ajuizamento da ação, é possível o peticionamento simplificado, devendo o autor aditar a petição inicial, para complementá-la, posteriormente.

D) Errado

Por fim, incorreta a letra "D", pois a decisão de concessão da tutela provisória é precária, podendo ser modificada ou revogada a qualquer tempo.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 54

Maria dirigia seu carro em direção ao trabalho, quando se envolveu em acidente com um veículo do Município de São Paulo, afetado à Secretaria de Saúde. Em razão da gravidade do acidente, Maria permaneceu 06 (seis) meses internada, sendo necessária a realização de 03 (três) cirurgias. Quinze dias após a alta médica, a vítima ingressou com ação de reparação por danos morais e materiais em face do ente público. Na sentença, os pedidos foram julgados procedentes, com condenação do ente público ao pagamento de 200 (duzentos) salários mínimos, não tendo a ré interposto recurso. Diante de tais considerações, assinale a afirmativa correta.

A) Ainda que o Município de São Paulo não interponha qualquer recurso, a sentença está sujeita à remessa necessária, pois a condenação é superior a 100 (cem) salários mínimos, limite aplicável ao caso, o que impede o cumprimento de sentença pelo advogado da autora.

B) A sentença está sujeita à remessa necessária em qualquer condenação que envolva a Fazenda Pública.

C) A sentença não está sujeita à remessa necessária, porquanto a sentença condenatória é ilíquida. Maria poderá, assim, propor a execução contra a Fazenda Pública tão logo a sentença transite em julgado.

D) A sentença não está sujeita à remessa necessária, pois a condenação é inferior a 500 (quinhentos) salários mínimos, limite aplicável ao caso. Após o trânsito em julgado, Maria poderá promover o cumprimento de sentença em face do Município de São Paulo.

Comentários:

O enunciado relata ação envolvendo a Fazenda Pública, destacando que ela resta sucumbente. Ademais, esclarece que não houve interposição de recurso pela ré. Logo, indaga-se acerca do cabimento ou não da remessa necessária, disciplinada no artigo 496 do Diploma Adjetivo Civil.

> Art. 496, CPC. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:
> I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público;
> II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal.
> §1º Nos casos previstos neste artigo, não interposta a apelação no prazo legal, o juiz ordenará a remessa dos autos ao tribunal, e, se não o fizer, o presidente do respectivo tribunal avocá-los-á.
> §2º Em qualquer dos casos referidos no §1º, o tribunal julgará a remessa necessária.
> §3º **Não se aplica o disposto neste artigo quando a condenação** ou o proveito econômico obtido na causa **for de valor certo e líquido inferior a**:
> I - 1.000 (mil) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público;
> II - **500 (quinhentos) salários-mínimos para os** Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os **Municípios que constituam capitais dos Estados**;
> III - 100 (cem) salários-mínimos para todos os demais Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público.
> §4º Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em:
> I - súmula de tribunal superior;
> II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;
> III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;
> IV - entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.

A) Errado

Equivocada a assertiva "A", pois, como pode ser lido no §3º, II, acima transcrito, o limite à hipótese não é de 100 salários mínimos.

B) Errado

Também incorreta a letra "B", pois a remessa necessária não é cabível de forma irrestrita como enunciado, posto que o dispositivo transcrito elenca as hipóteses em que ela é dispensada.

C) Errado

A assertiva "C" também está incorreta. Apesar de aventar o não cabimento da remessa necessária, o faz por fundamento equivocado, posto que a sentença descrita é líquida.

D) Correto

Logo, correta a alternativa "D", pois perfeitamente condizente com o artigo 496, §3º, transcrito alhures, não sendo cabível a remessa necessária diante do limite imposto no parágrafo mencionado.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 55

Arthur ajuizou ação perante o Juizado Especial Cível da Comarca do Rio de Janeiro, com o objetivo de obter reparação por danos materiais, em razão de falha na prestação de serviços pela sociedade empresária Consultex. A sentença de improcedência dos pedidos iniciais foi publicada, mas não apreciou juridicamente um argumento relevante suscitado na inicial, desconsiderando, em sua fundamentação, importante prova do nexo de

causalidade. Arthur pretende opor embargos de declaração para ver sanada tal omissão. Diante de tal cenário, assinale a afirmativa correta.

A) Arthur poderá opor embargos de declaração, suspendendo o prazo para interposição de recurso para a Turma Recursal.

B) Os embargos não interrompem ou suspendem o prazo para interposição de recurso para a Turma Recursal, de modo que Arthur deverá optar entre os embargos ou o recurso, sob pena de preclusão.

C) Eventuais embargos de declaração interpostos por Arthur interromperão o prazo para interposição de recurso para a Turma Recursal.

D) Arthur não deverá interpor embargos de declaração pois estes não são cabíveis no âmbito de Juizados Especiais.

Comentários:

Questiona-se acerca da disciplina dos embargos de declaração. O enunciado ainda ressalta que a lide se dá em sede de Juizado Especial Cível. O aluno deve ter em mente, portanto, os artigos 1.022 do Código de Processo Civil e 50 da Lei dos Juizados.

> Art. 1.022, CPC. Cabem **embargos de declaração** contra qualquer decisão judicial para:
> I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;
> II - **suprir omissão** de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;
> III - corrigir erro material.
> Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que:
> I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento;
> II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, §1º.
>
> Art. 50, Lei nº 9.099/95. Os embargos de declaração **interrompem** o prazo para a interposição de recurso. (Redação dada pela Lei nº 13.105, de 2015)

A) Errado

O equívoco da letra "A" é bastante sutil, exigindo atenção do aluno. Em verdade, a interposição dos embargos interrompe o prazo do recurso, não sendo caso de suspensão, conforme previsão do artigo 50 da Lei nº 9.099/95.

B) Errado

Também incorreta a alternativa "B", pois, como dito linhas acima, os embargos interrompem o prazo para a interposição de recurso.

C) Correto

A alternativa "C", por sua vez, está em perfeita conformidade com os dispositivos mencionados, enunciando que os embargos interrompem o prazo para interposição de recurso para a Turma Recursal.

D) Errado

Por fim, a assertiva "D" está incorreta. Conforme preleciona o artigo 48 da Lei nº 9.099/95, são cabíveis embargos de declaração em sede de Juizados.

> Art. 48, Lei nº 9.099/95. **Caberão embargos de declaração contra sentença ou acórdão nos casos previstos no Código de Processo Civil**. (Redação dada pela Lei nº 13.105, de 2015)
> Parágrafo único. Os erros materiais podem ser corrigidos de ofício.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 56

Marcos se envolveu em um acidente, abalroando a motocicleta de Bruno, em razão de não ter visto que a pista estava interditada. Bruno ajuizou, em face de Marcos, ação de indenização por danos materiais, visando receber os valores necessários ao conserto de sua motocicleta. Marcos, ao receber a citação da ação, entendeu que a responsabilidade

de pagamento era da Seguradora Confiança, em virtude de contrato de seguro que havia pactuado para seu veículo, antes do acidente. Diante de tal situação, assinale a afirmativa correta.

A) Marcos pode promover oposição em face de Bruno e da seguradora.

B) Marcos pode promover denunciação da lide à seguradora.

C) Marcos pode pedir a instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica em face da seguradora.

D) Marcos pode promover o chamamento ao processo da seguradora.

Comentários:

O enunciado aborda a temática da intervenção de terceiros, questionando acerca da modalidade correta para a hipótese narrada. O aluno deve ficar atento, pois a questão esclarece que se trata de relação que envolve contrato de seguro, indicando, portanto, a possibilidade de denunciação da lide, cuja disciplina encontra-se no artigo 125 do CPC.

> Art. 125, CPC. É admissível a denunciação da lide, promovida por qualquer das partes:
> I - ao alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciante, a fim de que possa exercer os direitos que da evicção lhe resultam;
> II - **àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo**.
> §1º O direito regressivo será exercido por ação autônoma quando a denunciação da lide for indeferida, deixar de ser promovida ou não for permitida.
> §2º Admite-se uma única denunciação sucessiva, promovida pelo denunciado, contra seu antecessor imediato na cadeia dominial ou quem seja responsável por indenizá-lo, não podendo o denunciado sucessivo promover nova denunciação, hipótese em que eventual direito de regresso será exercido por ação autônoma.

A) Errado

Incorreta a alternativa "A", posto que não é hipótese de oposição, a qual, inclusive, foi excluída do Título destinado às intervenções de terceiro, sendo regulamentada nos artigos 682 a 686 do CPC.

B) Correto

Por outro lado, acertada a redação da letra "B", pois indica que na hipótese é cabível a denunciação da lide. Isto, posto que a seguradora possui o dever contratual de indenizar o autor, amoldando-se à hipótese narrada no artigo 125, II, do CPC.

C) Errado

Inadequada a redação da assertiva "C", pois não é caso de incidente de desconsideração da personalidade jurídica, tendo em vista que este é cabível nas hipóteses em que há abuso da personalidade, não sendo o caso do enunciado.

D) Errado

Por fim, a alternativa "D" deve ser eliminada, pois também não é cabível o chamamento ao processo, cujas hipóteses de cabimento estão elencadas no artigo 130 do Código de Processo Civil.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 57

O Supermercado "X" firmou contrato com a pessoa jurídica "Excelência" – sociedade empresária de renome - para que esta lhe prestasse assessoria estratégica e planejamento empresarial no processo de expansão de suas unidades por todo o país. Diante da discussão quanto ao cumprimento da prestação acordada, uma vez que o

supermercado entendeu que o serviço fora prestado de forma deficiente, as partes se socorreram da arbitragem, em razão de expressa previsão do meio de solução de conflitos trazida no contrato. Na arbitragem, restou decidido que assistia razão ao supermercado, sendo a sociedade empresária "Excelência" condenada ao pagamento de indenização, além de multa de 30%. Considerando o exposto, assinale a afirmativa correta.

A) Por se tratar de um título executivo extrajudicial, deve ser instaurado um processo de execução.

B) Por se tratar de um título executivo judicial, será promovido segundo as regras do cumprimento de sentença.

C) A sentença arbitral só poderá ser executada junto ao Poder Judiciário após ser confirmada em processo de conhecimento, quando adquire força de título executivo judicial.

D) A sentença arbitral será executada segundo as regras do cumprimento de sentença, tendo em vista seu caráter de título executivo extrajudicial.

Comentários:

A questão narra a solução de determinada lide por vias de arbitragem, indagando acerca do meio adequado para dar-lhe efetividade. Portanto, cuida-se de hipótese de cumprimento de título executivo judicial, conforme disposição do artigo 515 do Diploma Adjetivo Civil.

> Art. 515, CPC. São **títulos executivos judiciais**, cujo cumprimento dar-se-á de acordo com os artigos previstos neste Título:
> I - as decisões proferidas no processo civil que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa;
> II - a decisão homologatória de autocomposição judicial;
> III - a decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza;
> IV - o formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal;
> V - o crédito de auxiliar da justiça, quando as custas, emolumentos ou honorários tiverem sido aprovados por decisão judicial;

VI - a sentença penal condenatória transitada em julgado;
VII - **a sentença arbitral**;
VIII - a sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça;
IX - a decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do *exequatur* à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça;
X - (VETADO).
§1º Nos casos dos incisos VI a IX, o devedor será citado no juízo cível para o cumprimento da sentença ou para a liquidação no prazo de 15 (quinze) dias.
§2º A autocomposição judicial pode envolver sujeito estranho ao processo e versar sobre relação jurídica que não tenha sido deduzida em juízo.

A) Errado

Equivocada a alternativa "A", pois não é hipótese de título executivo extrajudicial, como pode ser lido do dispositivo transcrito.

B) Correto

Por outro lado, correta a letra "B", já que, de acordo com o artigo 515, VII, transcrito acima, a sentença arbitral constitui título executivo judicial, devendo seguir as regras do cumprimento de sentença.

C) Errado

A assertiva "C" deve ser eliminada, posto que vai de encontro ao que preleciona o dispositivo transcrito, já que a sentença arbitral, por si só, já constitui título executivo judicial.

D) Errado

Por fim, igualmente incorreta a alternativa "D". Apesar de afirmar que a execução obedecerá ao rito do cumprimento de sentença, enuncia que se trata de título executivo extrajudicial, afrontando o dispositivo exaustivamente mencionado.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO PENAL

Questão 58

Cássio foi denunciado pela prática de um crime de dano qualificado, por ter atingido bem municipal (Art. 163, parágrafo único, inciso III, do CP – pena: detenção de 6 meses a 3 anos e multa), merecendo destaque que, em sua Folha de Antecedentes Criminais, consta uma única condenação anterior, definitiva, oriunda de sentença publicada 4 anos antes, pela prática do crime de lesão corporal culposa praticada na direção de veículo automotor.

Ao final da instrução, Cássio confessa integralmente os fatos, dizendo estar arrependido e esclarecendo que "perdeu a cabeça" no momento do crime, sendo certo que está trabalhando e tem 03 filhos com menos de 10 anos de idade que são por ele sustentados.

Apenas com base nas informações constantes, o(a) advogado(a) de Cássio poderá pleitear, de acordo com as previsões do Código Penal, em sede de alegações finais,

A) o reconhecimento do perdão judicial.
B) o reconhecimento da atenuante da confissão, mas nunca sua compensação com a reincidência.
C) a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, apesar de o agente ser reincidente.
D) o afastamento da agravante da reincidência, já que o crime pretérito foi praticado em sua modalidade culposa, e não dolosa.

Comentário:

A) Errado

De acordo com o art. 107, IX, CP: "Extingue-se a punibilidade: (...) pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei. ". Sendo assim, o perdão judicial só pode ser conferido nos casos expressamente previstos em lei. Assim, não se dirige a toda e qualquer infração penal.

B) Errado

Observando a jurisprudência, tem-se que:

1ª) Posição do STJ - A Terceira Seção do STJ, no julgamento do EREsp 1.154.752/RS, pacificou o entendimento no sentido de que a agravante da reincidência e a atenuante da confissão espontânea - que envolve a personalidade do agente - são igualmente preponderantes, **razão pela qual devem ser compensadas** (STJ. 6ª Turma. HC 301.693/SP, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 04/12/2014). Assim, de acordo, com esse tribunal, é possível que eles compensem.

2ª) Posição do STF - A teor do disposto no art. 67 do Código Penal, a circunstância agravante da reincidência, como preponderante, **prevalece sobre a confissão** (STF. 2ª Turma. Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 18/03/2014). Assim, de acordo com esse tribunal, a reincidência prevaleceria.

No entanto, em 2017, o STF ao julgar o RE 983765, concluiu a seguinte tese: "Não tem repercussão geral a controvérsia relativa à possibilidade ou não de

compensação da agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea." Assim, fica mantido o entendimento fixado pelo STJ sobre a matéria.

Sendo assim, a alternativa está incorreta por apontar que essa possibilidade "nunca" ocorreria.

C) Correto

De acordo com o Código Penal:

Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando:

I – aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo;

II – o réu não for reincidente em crime doloso;

III – a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente.

(...)

§ 3o Se o condenado for reincidente, o **juiz poderá aplicar a substituição**, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a **reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime.**

No caso apresentado, como o primeiro delito cometido pelo agente foi o de lesão corporal culposa, ele não é reincidente específico em crime doloso podendo aplicar-se a substituição.

D) Errado

De acordo com o Código Penal:

> Art. 63 - Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior.
>
> Art. 64 - Para efeito de reincidência:
>
> I - não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação;
>
> II - não se consideram os crimes militares próprios e políticos.

Percebe-se que não há óbice legal para a configuração da reincidência em face de ter sido cometido delito culposo. Ela se configura por ter havido o cometimento de um delito após o trânsito em julgado de sentença que o condenou por crime anterior. Como transcorreram apenas 4 anos da condenação, não pode ser utilizada a hipótese de afastamento da reincidência prevista no art. 64, I.

Gabarito: Letra C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

Questão 59

Cláudio, na cidade de Campinas, transportava e portava, em um automóvel, três armas de fogo, sendo que duas estavam embaixo do banco do carona e uma, em sua cintura. Abordado por policiais, foram localizadas todas as armas. Diante disso, o Ministério Público ofereceu denúncia em face de Cláudio pela prática de três crimes de porte de arma de fogo de uso permitido, em concurso material (Art. 14 da Lei nº 10.826/03, por três vezes, na forma do Art. 69 do Código Penal). Foi acostado nos autos laudo pericial confirmando o potencial lesivo do material, bem como que as armas eram de calibre .38, ou seja, de uso permitido, com numeração de série aparente.

Considerando que todos os fatos narrados foram confirmados em juízo, é correto afirmar que o(a) advogado(a) de Cláudio deverá defender o reconhecimento

A) de crime único de porte de arma de fogo.
B) da continuidade delitiva entre os três delitos imputados.
C) do concurso formal entre dois delitos, em continuidade delitiva com o terceiro.
D) do concurso formal de crimes entre os três delitos imputados.

Comentário:

A) Correto

De acordo com o Estatuto do Desarmamento:

> Art. 14. Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:
> Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Sendo assim, o porte de arma de fogo constitui um tipo penal misto alternativo (ou crime de ação múltipla), ou seja, a realização de mais de uma conduta, no mesmo contexto fático, em relação ao mesmo objeto material, dará ensejo a apenas um crime.

Além disso, o STJ consolidou que:

> A jurisprudência desta Corte consolidou-se no sentido da existência de um delito único quando apreendidas mais de uma arma, munição, acessório ou explosivo em posse do mesmo agente, dentro do mesmo contexto fático, não havendo que se falar em concurso material ou formal entre as condutas, pois se vislumbra uma só lesão de um mesmo bem tutelado (HC 362.157/RJ).

Sendo assim, não há o que se falar de concurso de crimes ou da múltipla tipificação. Na verdade, houve apenar um delito: o de porte de arma de fogo.

B) Errado

Como visto, a legislação e o Superior Tribunal de Justiça conluiem ao determinar que, nesse caso, houve apenas a realização de um delito: "existência de um delito único quando apreendidas mais de uma arma, munição, acessório ou explosivo em posse do mesmo agente, dentro do mesmo contexto fático". Além disso, as armas foram apreendidas no mesmo momento, não em momentos distintos, assim, não há o que se falar em continuidade delitiva.

C) Errado

Como visto, a legislação e o Superior Tribunal de Justiça conluiem ao determinar que, nesse caso, houve apenas a realização de um delito: "existência de um delito único quando apreendidas mais de uma arma, munição, acessório ou explosivo em posse do mesmo agente, dentro do mesmo contexto fático".

D) Errado

Como visto, a legislação e o Superior Tribunal de Justiça conluiem ao determinar que, nesse caso, houve apenas a realização de um delito: "existência de um delito único quando apreendidas mais de uma arma, munição, acessório ou explosivo em posse do mesmo agente, dentro do mesmo contexto fático".

Gabarito: Letra A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência

Questão 60

Bárbara, nascida em 23 de janeiro de 1999, no dia 15 de janeiro de 2017, decide sequestrar Felipe, por dez dias, para puni-lo pelo fim do relacionamento amoroso.

No dia 16 de janeiro de 2017, efetivamente restringe a liberdade do ex-namorado, trancando-o em uma casa e mantendo consigo a única chave do imóvel. Nove dias após a restrição da liberdade, a polícia toma conhecimento dos fatos e consegue libertar Felipe, não tendo, assim, se realizado, em razão de circunstâncias alheias, a restrição da liberdade por dez dias pretendida por Bárbara.

Considerando que, no dia 23 de janeiro de 2017, entrou em vigor nova lei, mais gravosa, alterando a sanção penal prevista para o delito de sequestro simples, passando a pena a ser de 01 a 05 anos de reclusão e não mais de 01 a 03 anos, o Ministério Público ofereceu denúncia em face de Bárbara, imputando-lhe a prática do crime do Art. 148 do Código Penal (Sequestro e Cárcere Privado), na forma da legislação mais recente, ou seja, aplicando-se, em caso de condenação, pena de 01 a 05 anos de reclusão.

Diante da situação hipotética narrada, é correto afirmar que o advogado de Bárbara, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, deverá pleitear

A) a aplicação do instituto da suspensão condicional do processo.
B) a aplicação da lei anterior mais benéfica, ou seja, a aplicação da pena entre o patamar de 01 a 03 anos de reclusão.
C) o reconhecimento da inimputabilidade da acusada, em razão da idade.
D) o reconhecimento do crime em sua modalidade tentada.

Comentário:

A) Correto

A pena mínima do delito, em abstrato, não ultrapassa 01 (um) ano, nas duas leis. Portanto, de acordo com o art. 89, da lei 9.099/95, Bárbara poderia ter direito a aplicação da suspensão condicional do processo:

> Art. 89, lei 9099/95 - Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicionada pena (artigo 77 do Código Penal).

B) Errado

O crime de sequestro e cárcere privado, previsto no art. 148, do código penal, é crime permanente, ou seja, sua consumação se perpetua no tempo.

Além disso, a súmula 711 do STF determina que: "A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência". Assim, mesmo que a lei seja

mais grave, aplica-se ao caso, se sua vigência é anterior ao encerramento do delito.

C) Errado

Como o delito de cárcere privado é permanente, ele se consuma ao longo da sua execução, assim, apesar de Bárbara ser menor de idade no início do sequestro, o crime se prolongou no tempo, inclusive atingindo a data que ela completa 18 anos. Com isso, houve a consumação do crime quando ela já era imputável. Por isso, não há que se falar na possibilidade de inimputabilidade em razão da idade.

D) Errado

O delito de consuma com a concretização da conduta típica. Como a vítima se viu limitada no seu direito ambulatorial, mesmo por um curto espaço de tempo, a conduta típica foi realizada, então delito restará consumado.

Gabarito: Letra A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca, Doutrina.

Questão 61

Decidido a praticar crime de furto na residência de um vizinho, João procura o chaveiro Pablo e informa do seu desejo, pedindo que fizesse uma chave que possibilitasse o ingresso na residência, no que foi atendido. No dia do fato, considerando que a porta já estava aberta, João ingressa na residência sem utilizar a chave que lhe fora entregue por Pablo, e subtrai uma TV.

Chegando em casa, narra o fato para sua esposa, que o convence a devolver o aparelho subtraído. No dia seguinte, João atende à sugestão da esposa e devolve o bem para a vítima, narrando todo o ocorrido ao lesado, que, por sua vez, comparece à delegacia e promove o registro próprio.

Considerando o fato narrado, na condição de advogado(a), sob o ponto de vista técnico, deverá ser esclarecido aos familiares de Pablo e João que

A) nenhum deles responderá pelo crime, tendo em vista que houve arrependimento eficaz por parte de João e, como causa de excludente da tipicidade, estende-se a Pablo.
B) ambos deverão responder pelo crime de furto qualificado, aplicando-se a redução de pena apenas a João, em razão do arrependimento posterior.
C) ambos deverão responder pelo crime de furto qualificado, aplicando-se a redução de pena para os dois, em razão do arrependimento posterior, tendo em vista que se trata de circunstância objetiva.
D) João deverá responder pelo crime de furto simples, com causa de diminuição do arrependimento posterior, enquanto Pablo não responderá pelo crime contra o patrimônio.

Comentário:

A) Errado

Não se pode afirmar que houve arrependimento eficaz (Art. 15 - O agente que, voluntariamente, desiste **de prosseguir na execução** ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados), uma vez que o delito foi consumado e apenas posteriormente o agente veio a arrepender-se e devolvê-lo.

B) Errado

A questão aponta o furto qualificado. As hipóteses desse delito que poderiam ser apontadas estão previstas no art. 155, §4º do Código Penal: "III - com emprego de chave falsa; IV - mediante concurso de duas ou mais pessoas". Primeiramente, tem-se que não houve emprego de chave falsa, e, consequentemente, Pablo não responde pelo delito, não havendo concurso.

Pablo não responde porque sua "participação" não foi suficiente para configurar o concurso de agentes, pois não houve a RELEVÂNCIA CAUSAL DA CONDUTA praticada. Como essa relevância é um dos pressupostos do concurso, não pode ser considerado que houve concurso de agentes.

C) Errado

A questão aponta o furto qualificado. As hipóteses desse delito que poderiam ser apontadas estão previstas no art. 155, §4º do Código Penal: "III - com emprego de chave falsa; IV - mediante concurso de duas ou mais pessoas". Primeiramente, tem-se que não houve emprego de chave falsa, e, consequentemente, Pablo não responde pelo delito, não havendo concurso.

Pablo não responde porque sua "participação" não foi suficiente para configurar o concurso de agentes, pois não houve a RELEVÂNCIA CAUSAL DA CONDUTA praticada. Como essa relevância é um dos pressupostos do concurso, não pode ser considerado que houve concurso de agentes.

Assim, apesar de o arrependimento posterior ter ocorrido nesse caso e constituir uma circunstância objetiva e comunicável, essa hipótese não pode subsistir em função da primeira parte da questão.

D) Correto

De acordo com o Código Penal, o arrependimento posterior ocorre:

> Art. 16, CP: Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

Sendo assim, João responderá por furto simples, com causa de diminuição do arrependimento posterior.

Por sua vez, tem-se que a "participação" de Pablo (cópia da chave), não foi suficiente para configurar o concurso de agentes, pois não houve a RELEVÂNCIA CAUSAL DA CONDUTA.

Como a relevância causal da conduta é um dos requisitos para o concurso de pessoas, e a chave fruto da conduta não foi utilizada no crime, não houve nexo de causalidade e, consequentemente, Pablo não responderá pelo crime.

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina

Questão 62

No dia 28 de agosto de 2011, após uma discussão no trabalho quando todos comemoravam os 20 anos de João, este desfere uma facada no braço de Paulo, que fica revoltado e liga para a Polícia, sendo João preso em flagrante pela prática do injusto de homicídio tentado, obtendo liberdade provisória logo em seguida. O laudo de exame de delito constatou a existência de lesão leve.

A denúncia foi oferecida em 23 de agosto de 2013 e recebida pelo juiz em 28 de agosto de 2013. Finda a primeira fase do procedimento do Tribunal do Júri, ocasião em que a vítima compareceu, confirmou os fatos, inclusive dizendo acreditar que a intenção do agente era efetivamente matá-la, e demonstrou todo seu inconformismo com a conduta do réu, João foi pronunciado, sendo a decisão publicada em 23 de agosto de 2015, não havendo impugnação pelas partes.

Submetido a julgamento em sessão plenária em 18 de julho de 2017, os jurados afastaram a intenção de matar, ocorrendo em sentença, então, a desclassificação para o crime de lesão corporal simples, que tem a pena máxima prevista de 01 ano, sendo certo que o Código Penal prevê que a pena de 01 a 02 anos prescreve em 04 anos.

Na ocasião, você, como advogado(a) de João, considerando apenas as informações narradas, deverá requerer que seja declarada a extinção da punibilidade pela

A) decadência, por ausência de representação da vítima.
B) prescrição da pretensão punitiva, porque já foi ultrapassado o prazo prescricional entre a data do fato e a do recebimento da denúncia.
C) (prescrição da pretensão punitiva, porque já foi ultrapassado o prazo prescricional entre a data do oferecimento da denúncia e a da publicação da decisão de pronúncia.
D) prescrição da pretensão punitiva, porque entre a data do recebimento da denúncia e a do julgamento pelo júri decorreu o prazo prescricional.

Comentário:

A) Errado

Houve oferecimento da denúncia pela vítima, havendo representação no caso apresentado.

B) Correto

Primeiramente, de acordo com o art. 129, CP, o crime de lesão corporal leve possui a abstrata de detenção de três meses a um ano. Sendo assim, de acordo com a determinação do art. 109, inciso V, a prescrição (antes de transitar em julgado) se daria em 4 anos, pois o máximo da pena em abstrato é igual a um ano.

Entretanto, é necessário observar que o agente contava 20 anos de idade na data de realização da conduta. Dessa forma, de acordo o art. 115 do CP, os prazos da prescrição devem considerar a redução pela metade, pois o agente era menor de 21 anos.

Assim, no caso concreto, o recebimento da denúncia deveria acontecer até dia 27/08/2013, devendo ser considerado o art. 10 do código penal: "O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum."

C) Errado

Está incorreto pois a contagem da prescrição é interrompida a cada ato processual realizado, assim, não pode ser considerado o período transcorrido entre o oferecimento da denúncia e a publicação da decisão para efeito de prescrição.

D) Errado

Está incorreto pois transcorreram menos de 2 dois anos entre esses eventos, e, como visto, esse seria o prazo prescricional em face da idade do agente e da pena abstrata do delito.

Gabarito: Letra B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 63

Com dificuldades financeiras para comprar o novo celular pretendido, Vanessa, sem qualquer envolvimento pretérito com aparato policial ou judicial, aceita, a pedido de namorado de sua prima, que havia conhecido dois dias antes, transportar 500 g de cocaína de Alagoas para Sergipe. Apesar de aceitar a tarefa, Vanessa solicitou como recompensa R$ 5.000,00, já que estava muito nervosa por nunca ter adotado qualquer comportamento parecido.

Após a transferência do valor acordado, Vanessa esconde o material entorpecente na mala de seu carro e inicia o transporte da substância. Ainda no estado de Alagoas, 30 minutos depois, Vanessa é abordada por policiais e presa em flagrante.

Após denúncia pela prática do crime de tráfico de drogas com causa de aumento do Art. 40, inciso V, da Lei nº 11.343/06 ("caracterizado tráfico entre Estados da Federação ou entre estes e o Distrito Federal"), durante a instrução, todos os fatos são confirmados: Folha de Antecedentes Criminais sem outras anotações, primeira vez no transporte de drogas, transferência de valores, que o bem transportado era droga e que a pretensão era entregar o material em Sergipe.

Intimado da sentença condenatória nos termos da denúncia, o advogado de Vanessa, de acordo com as previsões da Lei nº 11.343/06 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, deverá pleitear

A) o reconhecimento da causa de diminuição de pena do tráfico privilegiado e reconhecimento da tentativa.
B) o afastamento da causa de aumento e o reconhecimento da causa de diminuição de pena do tráfico privilegiado.
C) o afastamento da causa de aumento, apenas.
D) o reconhecimento da causa de diminuição de pena do tráfico privilegiado, apenas.

Comentário:

A) Errado

Apesar de dever ser reconhecida a causa de diminuição, no caso, embora Vanessa tenha sido presa em flagrante antes de transpor as fronteiras estaduais que pretendia, ela chegou a efetivar a conduta de transporte de substância entorpecente, figura típica. Logo, como foi realizado um dos verbos nucleares do crime de tráfico de drogas e estão presentes todos os elementos (objetivo e subjetivo) do referido delito, houve consumação (art. 14, I, do Código Penal).

B) Errado

Ela não poderia ser afastada, em razão da Súmula 587 do STJ: "Para a incidência da majorante prevista no artigo 40, V, da Lei 11.343/06, é desnecessária a efetiva transposição de fronteiras entre estados da federação, sendo suficiente a demonstração inequívoca da intenção de realizar o tráfico interestadual".

No entanto, a causa de diminuição deveria ter sido reconhecida.

C) Errado

Ela não poderia ser afastada, em razão da Súmula 587 do STJ: "Para a incidência da majorante prevista no artigo 40, V, da Lei 11.343/06, é desnecessária a efetiva transposição de fronteiras entre estados da federação, sendo suficiente a demonstração inequívoca da intenção de realizar o tráfico interestadual".

D) Correto

De acordo com o §4º do art. 33 - lei 11.343/2006:

> §4º Nos delitos definidos no caput e no §1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja **primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.**

Tendo em vista que a agente não faz do tráfico seu meio de vida, nem integra organização criminosa, é possível a aplicação do tráfico privilegiado.

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 64

Lívia, insatisfeita com o fim do relacionamento amoroso com Pedro, vai até a casa deste na companhia da amiga Carla e ambas começam a quebrar todos os porta-retratos da residência nos quais estavam expostas fotos da nova namorada de Pedro. Quando descobre os fatos, Pedro procura um advogado, que esclarece a natureza privada da ação criminal pela prática do crime de dano.

Diante disso, Pedro opta por propor queixa-crime em face de Carla pela prática do crime de dano (Art. 163, caput, do Código Penal), já que nunca mantiveram boa relação e ele tinha conhecimento de que ela era reincidente, mas, quanto a Lívia, liga para ela e diz que nada fará, pedindo, apenas, que o fato não se repita.

Apesar da decisão de Pedro, Lívia fica preocupada quanto à possibilidade de ele mudar de opinião, razão pela qual contrata um advogado junto com Carla para consultoria jurídica.

Considerando apenas as informações narradas, o advogado deverá esclarecer que ocorreu

A) renúncia em relação a Lívia, de modo que a queixa-crime não deve ser recebida em relação a Carla.
B) renúncia em relação a Lívia, de modo que a queixa-crime deve ser recebida apenas em relação a Carla.

C) perempção em relação a Lívia, de modo que a queixacrime deve ser recebida apenas em relação a Carla.

D) perdão do ofendido em relação a Lívia, de modo que a queixa-crime deve ser recebida apenas em relação a Carla.

Comentário:

A) Correto

A ação penal privada é regulada por diversos princípios, dentre eles o da indivisibilidade (a queixa contra um dos autores do fato obriga a todos no processo). Assim, de acordo com o Código de Processo Penal, tem-se que:

> Art. 48. A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e o Ministério Público velará pela sua indivisibilidade.
>
> Art. 49. A **renúncia ao exercício do direito de queixa**, em relação a um dos autores do crime, **a todos se estenderá**.

Em decorrência disso, como a renúncia se dá antes do oferecimento da queixa, houve renúncia em relação a Lívia, de modo que a queixa-crime não deve ser recebida em relação a Carla.

B) Errado

Está de acordo com o art. 49 do CPP.

C) Errado

A perempção é a perda do direito de prosseguir com a ação por inércia do querelante (art. 60 do CPP). No caso, Pedro agiu tempestivamente, no entanto, por renunciar a interposição de queixa em relação a Lívia, em função do princípio da indivisibilidade, essa renúncia estende-se a Carla.

D) Errado

O perdão do ofendido dá-se após o oferecimento da queixa, depois que o processo é instaurado. O caso apresentado não se adequa às possibilidades do art. 106, do código penal. Porém, mesmo se fosse, a alternativa estaria incorreta, pois prevê no art. citado: O perdão, no processo ou fora dele, expresso ou tácito: I - se concedido a qualquer dos querelados, a todos se aproveita.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina.

Questão 65

João foi denunciado pela prática do crime de furto qualificado previsto no Art. 155, § 4º, inciso I, do Código Penal. Em primeira instância, João foi absolvido.

Em sede de recurso de apelação apresentado pelo Ministério Público, houve provimento parcial do recurso, sendo o agente condenado de maneira unânime. Apesar da unanimidade na condenação, o reconhecimento da qualificadora restou afastado por maioria de votos. Ademais, um dos desembargadores ainda votou pelo reconhecimento do privilégio do Art. 155, § 2º, do CP, mas restou isolado e vencido.

Insatisfeito com a condenação pelo furto simples, o Ministério Público apresenta embargos infringentes em busca do reconhecimento da qualificadora.

Considerando apenas as informações narradas, é correto afirmar que o advogado de João, sob o ponto de vista técnico, deverá defender

A) o não conhecimento dos embargos infringentes apresentados pelo Ministério Público e apresentar recurso de embargos infringentes em busca da absolvição de João.
B) o conhecimento e não provimento dos embargos infringentes apresentados pelo Ministério Público e apresentar embargos infringentes em busca do reconhecimento do privilégio.
C) o não conhecimento dos embargos infringentes apresentados pelo Ministério Público e apresentar embargos infringentes em busca do reconhecimento do privilégio.
D) o conhecimento e não provimento dos embargos do Ministério Público e não poderá apresentar recurso de embargos infringentes.

Comentário:

A) Errado

De acordo com o art. 609 do CPP:

> Art. 609. Os recursos, apelações e embargos serão julgados pelos Tribunais de Justiça, câmaras ou turmas criminais, de acordo com a competência estabelecida nas leis de organização judiciária.
> Parágrafo único. Quando **não for unânime a decisão** de segunda instância, **desfavorável ao réu**, admitem-se **embargos infringentes e de nulidade**, que poderão ser opostos dentro de 10 (dez) dias, a contar da publicação de acórdão, na forma do art. 613. Se o desacordo for parcial, os embargos serão **restritos à matéria objeto de divergência**.

Sendo assim, tem-se que os recursos poderão ser interpostos quando:

- a decisão não for unânime
- matéria desfavorável ao acusado
- recurso restrito à matéria objeto da divergência.

Os embargos infringentes estão relacionados ao mérito, ao passo que os de nulidade às questões processuais. No caso apresentado, houve unanimidade do

tribunal quanto à condenação e divergência quanto à qualificadora e quanto ao privilégio do Art. 155, § 2º, do CP (questões relacionadas ao mérito).

Como determina o texto legal, os embargos infringentes podem ser interpostos quando a decisão divergente for "desfavorável ao réu", ou seja, é favorável à defesa. Assim, o Ministério Público (acusação) não poderia interpor embargos infringentes em relação à questão da qualificadora, eles não poderiam sequer ser conhecidos.

Além disso, a defesa não poderia apresentar recurso de embargos infringentes em busca da absolvição de João, visto que houve unanimidade quanto à decisão de condenação. A defesa poderá apresentar o recurso apenas quanto à matéria objeto da divergência que seja favorável ao réu, ou seja, o privilégio.

B) Errado

Como visto no parágrafo único do art. 609 do CPP, os embargos infringentes podem ser interpostos quando a decisão divergente for "desfavorável ao réu", ou seja, é favorável à defesa. Assim, o Ministério Público (acusação) não poderia interpor embargos infringentes em relação à questão da qualificadora, eles não poderiam sequer ser conhecidos. Por sua vez, a segunda parte da alternativa está correta.

C) Correto

Está de acordo com o parágrafo único do art. 609 do Código de Processo Penal.

D) Errado

Como visto no parágrafo único do art. 609 do CPP, os embargos infringentes podem ser interpostos quando a decisão divergente for "desfavorável ao réu", ou seja, é favorável à defesa. Assim, o Ministério Público (acusação) não poderia interpor embargos infringentes em relação à questão da qualificadora, eles não

poderiam sequer ser conhecidos. Além disso, o texto legal admite a apresentação de recurso de embargos infringentes pela defesa, desde que haja divergência na decisão e ela seja desfavorável ao réu.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 66

Na cidade de Angra dos Reis, Sérgio encontra um documento adulterado (logo, falso), que, originariamente, fora expedido por órgão estadual. Valendo-se de tal documento, comparece a uma agência da Caixa Econômica Federal localizada na cidade do Rio de Janeiro e apresenta o documento falso ao gerente do estabelecimento.

Desconfiando da veracidade da documentação, o gerente do estabelecimento bancário chama a Polícia, e Sérgio é preso em flagrante, sendo denunciado pela prática do crime de uso de documento falso (Art. 304 do Código Penal) perante uma das Varas Criminais da Justiça Estadual da cidade do Rio de Janeiro.

Considerando as informações narradas, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o advogado de Sérgio deverá

A) alegar a incompetência, pois a Justiça Federal será competente, devendo ser considerada a cidade de Angra dos Reis para definir o critério territorial.
B) alegar a incompetência, pois a Justiça Federal será competente, devendo ser considerada a cidade do Rio de Janeiro para definir o critério territorial.

C) alegar a incompetência, pois, apesar de a Justiça Estadual ser competente, deverá ser considerada a cidade de Angra dos Reis para definir o critério territorial.
D) reconhecer a competência do juízo perante o qual foi apresentada a denúncia.

Comentário:

A) Errado

De acordo com a Constituição Federal e o Superior Tribunal de Justiça:

> Art. 109. Aos **juízes federais compete** processar e julgar:
>
> IV - os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou **empresas públicas**, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;
>
> Súmula 546/STJ: A **competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso** é firmada em razão da **entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público**, não importando a qualificação do órgão expedidor.

Assim, ainda que o órgão expedidor fosse expedido por órgão estadual, como o documento falso foi apresentado à Caixa Econômica Federal, empresa pública, na cidade do Rio de Janeiro, a Justiça Federal será competente, devendo ser considerada a cidade do Rio de Janeiro para definir o critério territorial.

B) Correto

De conformidade com o art. 109, IV da Constituição Federal e a Súmula 546/STJ.

C) Errado

Como visto na Súmula 546 do STJ, ainda que o órgão expedidor fosse expedido por órgão estadual, como o documento falso foi apresentado à Caixa Econômica

Federal, empresa pública, **na cidade do Rio de Janeiro**, a Justiça Federal será competente, devendo ser considerada a cidade do Rio de Janeiro para definir o critério territorial.

D) Errado

Como visto no art. 109, IV da Constituição, o fato do documento haver sido apresentado perante empresa pública desloca a competência para a Justiça Federal.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

Questão 67

Tiago, funcionário público, foi vítima de crime de difamação em razão de suas funções. Após Tiago narrar os fatos em sede policial e demonstrar interesse em ver o autor do fato responsabilizado, é instaurado inquérito policial para investigar a notícia de crime.

Quando da elaboração do relatório conclusivo, a autoridade policial conclui pela prática delitiva da difamação, majorada por ser contra funcionário público em razão de suas funções, bem como identifica João como autor do delito. Tiago, então, procura seu advogado e informa a este as conclusões 1 (um) mês após os fatos.

Considerando apenas as informações narradas, o advogado de Tiago, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, deverá esclarecer que

A) caberá ao Ministério Público oferecer denúncia em face de João após representação do ofendido, mas Tiago não poderá optar por oferecer queixa-crime.

B) caberá a Tiago, assistido por seu advogado, oferecer queixa-crime, não podendo o ofendido optar por oferecer representação para o Ministério Público apresentar denúncia.

C) Tiago poderá optar por oferecer queixa-crime, assistido por advogado, ou oferecer representação ao Ministério Público, para que seja analisada a possibilidade de oferecimento de denúncia.

D) caberá ao Ministério Público oferecer denúncia, independentemente de representação do ofendido.

Comentário:

A) Errado

A regra geral, nos crimes contra a honra é perseguir a pena mediante ação penal privada da vítima ou de seu representante legal. No entanto, será penal pública condicionada à representação no caso de o delito ser cometido contra funcionário público, no exercício das suas funções (art.141, II, CP), como é o caso apresentado.

Determina a Súmula 714 do STF: É **concorrente** a legitimidade do **ofendido**, mediante queixa, **e do ministério público**, **condicionada à representação do ofendido**, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.

Sendo assim, é concorrente a legitimidade de Tiago e do Ministério Público (condicionada à representação de Tiago) para perseguir a pena mediante ação penal.

A alternativa está incorreta, assim, ao afirmar que Tiago não poderia optar por oferecer queixa-crime.

B) Errado

Como visto na Súmula 714 do STF, a legitimidade de perseguir a ação penal é concorrente, ou seja, cabe tanto ao ofendido quanto ao ministério público, condicionada à representação do ofendido no caso apresentado (crime contra a honra de servidor público no exercício de suas funções).

C) Correto

A alternativa está de acordo com a Súmula 714 do STF.

D) Errado

Como visto na Súmula 714 do STF, a legitimidade do Ministério Público de perseguir a ação penal é "condicionada à representação do ofendido".

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

Questão 68

Durante instrução probatória em que se imputava a João a prática de um crime de peculato, foram intimados para depor, em audiência de instrução e julgamento, os policiais civis que participaram das investigações, a ex-esposa de João, que tinha conhecimento dos fatos, e o padre para o qual João contava o que considerava seus pecados, inclusive sobre os desvios de dinheiro público.

Preocupados, todos os intimados para depoimento foram à audiência, acompanhados de seus advogados, demonstrando interesse em não prestar declarações.

Considerando apenas as informações narradas, assinale a afirmativa correta.

A) Apenas o advogado da ex-esposa de João poderá requerer que sua cliente seja eximida do dever de depor, devendo os demais prestar declarações.
B) Todos os advogados poderão requerer que seus clientes sejam eximidos do dever de depor.
C) Apenas o advogado do padre poderá buscar que ele não preste declarações, já que proibido, por ofício, de depor, devendo os demais prestar declarações.
D) Apenas os advogados da ex-esposa de João e do padre poderão requerer que seus clientes não sejam ouvidos na condição de testemunhas.

Comentário:

A) Errado

A questão versa sobre a prova testemunhal. A regra geral do CPP é que ser testemunha é uma obrigação, no entanto, são regulados casos específicos (laços familiares ou personalidades proibidas de serem testemunhas em razão da profissão) em que é permitido o seu não exercício:

> Art. 206, CPP. A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor. Poderão, entretanto, **recusar-se a fazê-lo** o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, **o cônjuge, ainda que desquitado**, o irmão e o pai, a mãe, ou o filho adotivo do acusado, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.
>
> Art. 207, CPP. São **proibidas de depor** as pessoas que, em razão de **função, ministério, ofício ou profissão,** devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho.

Sendo assim, os advogados da ex-esposa (art. 206) e do padre (art. 207) de João poderiam requerer que seus clientes não fossem ouvidos na condição de testemunhas. O policial, no entanto, não está previsto no código como exceção à regra geral.

B) Errado

Em desacordo com os art. 206 e 207 do CPP, uma vez que o policial não está previsto na legislação como exceção à regra geral de que "a testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor".

C) Errado

Está em desacordo com o art. 206 do CPP, uma vez que a ex-mulher de João poderia recusar-se a exercer a obrigação de depor salvo quando não fosse possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.

D) Correto

Está de acordo com os arts. 206 e 207 do Código de Processo Penal.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 69

Vinícius, sócio de um grande escritório de advocacia, especializado na área criminal, recebeu, no dia 02 de outubro de 2017, duas intimações de decisões referentes a dois clientes diferentes.

A primeira intimação tratava de decisão proferida pela 1ª Câmara Criminal de determinado Tribunal de Justiça denegando a ordem de habeas corpus que havia sido apresentada perante o órgão em favor de Gilmar (após negativa em primeira instância), que responde preso a ação pela suposta prática de crime de roubo.

A segunda intimação foi de decisão proferida pelo Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal de Fortaleza, também denegando ordem de habeas corpus, mas, dessa vez, a medida havia sido apresentada em favor de Rubens, que figura como indiciado em inquérito que investiga a suposta prática do crime de tráfico de drogas.

Diante das intimações realizadas, insatisfeito com as decisões proferidas, Vinícius, para combater as decisões prejudiciais a Gilmar e Rubens, deverá apresentar

A) Recurso Ordinário Constitucional e Recurso em Sentido Estrito, respectivamente.
B) Recurso em Sentido Estrito, nos dois casos.
C) Recurso Ordinário Constitucional, nos dois casos.
D) Recurso Especial e Recurso Ordinário Constitucional, respectivamente.

Comentário:

A) Correto

No primeiro caso, tem-se que houve uma decisão denegatória de *habeas corpus* tomada pelo Tribunal de Justiça. De acordo com a Constituição Federal:

> Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:
>
> II - julgar, em **recurso ordinário**:
>
> a) os **habeas corpus decididos em única ou última instância pelos Tribunais** Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a **decisão for denegatória**;

Por outro lado, no segundo caso, tem-se uma decisão de juiz de primeira instância que denega o *habeas corpus* impenetrado. Nesse caso, adequa-se a redação do Código de Processo Penal: "Art. 581. Caberá recurso**, no sentido estrito**, da decisão, despacho ou sentença: X - que conceder ou negar a ordem de habeas corpus; ".

Assim, no primeiro caso caberá Recurso Ordinário Constitucional e, no segundo caso, Recurso em Sentido Estrito.

B) Errado

Em desacordo com o art. 105, II, a da CF, que estabelece que cabe Recurso Ordinário Constitucional diante de decisão denegatória de *habeas corpus* tomada pelo Tribunal de Justiça.

C) Errado

Em desacordo com o art. 581, X do CPP, que determina que no segundo caso, diante de decisão de juiz de primeira instância que denegar *habeas corpus*, cabe recurso em sentido estrito para o Tribunal de Justiça.

D) Errado

A alternativa inverteu os recursos adequados a cada caso.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

DIREITO DO TRABALHO

Questão 70

Solange é comissária de bordo em uma grande empresa de transporte aéreo e ajuizou reclamação trabalhista postulando adicional de periculosidade, alegando que permanecia em área de risco durante o abastecimento das aeronaves porque ele era feito com a tripulação a bordo.

Iracema, vizinha de Solange, trabalha em uma unidade fabril recebendo adicional de insalubridade, mas, após cinco anos, sua atividade foi retirada da lista de atividades insalubres, por ato da autoridade competente.

Sobre as duas situações, segundo a norma de regência e o entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

A) Solange não tem direito ao adicional de periculosidade e Iracema perderá o direito ao adicional de insalubridade.
B) Solange tem direito ao adicional de periculosidade e Iracema manterá o adicional de insalubridade por ter direito adquirido.
C) Solange não tem direito ao adicional de periculosidade e Iracema manterá o direito ao adicional de insalubridade.
D) Solange tem direito ao adicional de periculosidade e Iracema perderá o direito ao adicional de insalubridade.

Comentário:

A) Correto

Quanto à questão de Solange, tem-se a posição dos tribunais superiores a respeito do adicional de periculosidade (art. 193 da CLT):

> Súmula nº 364 do TST.
> Exposição eventual, permanente e intermitente. Tem direito ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco. **Indevido**, apenas, **quando o contato dá-se de forma eventual**, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido.
>
> Súmula nº 447 do TST
>
> SÚMULA Nº 447 ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. PERMANÊNCIA A BORDO DURANTE O ABASTECIMENTO DA AERONAVE. INDEVIDO. Res. 193/2013, DEJT divulgado em 13, 16 e 17.12.2013. Os tripulantes e demais empregados em serviços auxiliares de transporte aéreo que, no momento do **abastecimento da aeronave**, permanecem a bordo **não têm direito ao adicional de periculosidade** a que aludem o art. 193 da CLT e o Anexo 2, item 1, "c", da NR 16 do MTE.

Com base nisso, tem-se que Solange não tem direito ao adicional de periculosidade. Por sua vez, quanto ao caso de Iracema, tem-se que:

> CLT: Art.194 - O direito do empregado ao adicional de insalubridade ou de periculosidade **cessará com a eliminação do risco à sua saúde ou integridade física**, nos termos desta Seção e das normas expedidas pelo Ministério do Trabalho.
>
> Súmula nº 248 do TST
> A reclassificação ou a descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, repercute na satisfação do respectivo adicional, sem ofensa a direito adquirido ou ao princípio da irredutibilidade salarial.

Iracema perderá o direito ao adicional de insalubridade, visto que sua atividade deixou de ser considerada como insalubre pela portaria do TST e, como o adicional não incorpora o contrato de trabalho, ele só subsiste enquanto perdurar a situação que acarreta risco à saúde ou integridade física do trabalhador.

B) Errado

A primeira afirmação está em desacordo com a posição do TST, expressa nas Súmulas 364 e 447 enquanto a segunda está em contradição com o art. 194 da CLT.

C) Errado

A segunda alternativa está em desacordo com o art. 194 da CLT.

D) Errado

Apesar da segunda afirmação estar correta, a primeira está em desacordo com a posição do TST, expressa nas Súmulas 364 e 447.

Gabarito: Letra A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

Questão 71

José trabalhou como despachante para a sociedade empresária Vinhos do Sul Ltda. Frequentemente ele reparava que, nas notas de despacho, constava também a razão social da sociedade empresária Vinhos e Sucos de Bento Gonçalves Ltda. Os CNPJs das sociedades empresárias eram distintos, assim como suas respectivas personalidades jurídicas, porém, os sócios de ambas eram os mesmos, sendo certo que a sociedade empresária Vinhos e Sucos de Bento Gonçalves Ltda. era sócia majoritária da sociedade empresária Vinhos do Sul Ltda., além dos sócios pessoas físicas.

Com base no caso narrado, assinale a opção que apresenta a figura jurídica existente entre as sociedades empresárias e o efeito disso perante o contrato de trabalho de João, em caso de eventual ação trabalhista.

A) Trata-se de consórcio de empregadores, havendo responsabilidade solidária.
B) Trata-se de consórcio de empregadores, havendo responsabilidade subsidiária.
C) Trata-se de grupo econômico, havendo responsabilidade solidária.
D) Trata-se de grupo econômico, havendo responsabilidade subsidiária.

Comentário:

Questão anulada.

Questão 72

Carlos, professor de educação física e fisioterapeuta, trabalhou para a Academia Boa Forma S/A, que assinou sua CTPS. Cumpria jornada de segunda a sexta-feira, das 7h às 16h, com uma hora de intervalo para almoço.

Ao longo da jornada de trabalho, ele ministrava quatro aulas de ginástica com 50 minutos de duração cada, e, também, fazia atendimentos fisioterápicos previamente marcados pelos alunos da Academia, na sociedade empresária Siga em Boa Forma Ltda., do mesmo grupo econômico da Academia, sem ter sua CTPS anotada. Dispensado, Carlos pretende ajuizar ação trabalhista.

Diante disso, em relação ao vínculo de emprego de Carlos assinale a afirmativa correta.

A) O caso gera a duplicidade de contratos de emprego, sendo as empresas responsáveis solidárias dos débitos trabalhistas.
B) O caso gera a duplicidade de contratos de emprego, sendo as empresas responsáveis subsidiárias dos débitos trabalhistas.
C) O caso gera duplicidade de contratos de emprego, cada empresa com sua responsabilidade.
D) O caso não gera coexistência de mais de um contrato de trabalho.

Comentário:

A) Errado

De acordo com a Súmula 129 do TST:

> A prestação de serviços a **mais de uma empresa do mesmo grupo econômico**, durante a **mesma jornada de trabalho**, **não caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho**, salvo ajuste em contrário.

Como o enunciado não demonstra ajuste em contrário, não há o que se falar na duplicidade de contratos de trabalho.

Além disso, a questão da responsabilidade solidária ocorre apenas quando há um descumprimento no adimplemento das obrigações trabalhistas, o que não se observa no caso apresentado.

B) Errado

Está em desacordo com a Súmula 129 do TST, que determina que quando um empregado presta serviço para mais de uma empresa do grupo mesmo grupo econômico dentro da mesma jornada de trabalho, não há o que se falar na duplicidade de contratos de trabalho.

Além disso, a questão da subsidiariedade está relacionada à terceirização: quem responde de forma subsidiária é que toma o serviço. No entanto, não se observa esse cenário no caso concreto.

C) Errado

Está em desacordo com a Súmula 129 do TST.

D) Correto

Está de acordo com a Súmula 129 do TST.

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca, Jurisprudência.

Questão 73

Um empresário explora o ramo de farmácias e drogarias, possuindo 18 filiais divididas por dois estados da Federação. Cada filial tem 5 empregados, todos com CTPS assinada.

O empresário, desejando saber se precisa manter controle escrito dos horários de entrada e saída dos empregados, procura você para, como advogado, orientá-lo.

Diante da situação retratada e com base na CLT, assinale a afirmativa correta.

A) O controle de ponto deverá ser mantido, porque a empresa possui mais de 10 empregados.
B) A análise deverá ser feita por cada estado da Federação, sendo obrigatório o ponto se houver mais de 10 empregados no espaço geográfico do estado.
C) O empresário não precisará manter controle escrito, porque tem menos de 10 empregados por estabelecimento.
D) A Lei é omissa a respeito, daí porque, a título de cautela, é recomendável que seja marcado o controle, podendo haver a pré-assinalação da pausa alimentar.

Comentário:

Questão desatualizada.

Questão 74

Sílvio é empregado da sociedade empresária Onda Azul Ltda. e, em determinado dia, no horário de almoço, ao se dirigir a um restaurante para fazer sua refeição, foi atropelado por um veículo, sofrendo lesões que o afastaram do serviço por 30 dias, inclusive com recebimento de benefício previdenciário.

Diante da situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) O fato não caracteriza acidente do trabalho, porque não aconteceu na empresa nem em deslocamento a serviço.
B) O fato caracteriza acidente do trabalho, e, ao retornar, Sílvio tem garantia no emprego de 12 meses.
C) A Lei é omissa a respeito, daí porque caberá ao juiz, no caso concreto, dizer se o evento foi acidente de trabalho.
D) A empresa será obrigada a ressarcir o empregado, porque tem o dever de fornecer alimentação.

Comentário:

Questão desatualizada.

Questão 75

Uma instituição bancária construiu uma escola para que os filhos dos seus empregados pudessem estudar. A escola tem a infraestrutura necessária, e o banco contratou as professoras que irão dar as aulas nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Não existe controvérsia entre empregador e empregadas acerca do enquadramento sindical.

Diante dessa situação, assinale a afirmativa correta.

A) Sendo o empregador das professoras um banco, elas são bancárias e estão vinculadas à convenção coletiva dessa categoria profissional.
B) O professor integra categoria conexa, cabendo às professoras definir a que sindicatos pretendem se filiar.
C) Uma vez que a atividade desenvolvida pelas professoras não é bancária, caberá à Justiça do Trabalho definir as regras que deverão permear os seus contratos.
D) As professoras não são bancárias, porque integram categoria diferenciada.

Comentário:

A) Errado

De acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas e o entendimento do TST:

> Art. 511. É lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas.
>
> (...)
>
> § 3º **Categoria profissional diferenciada** é a que se forma dos **empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas** por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares.

TST, SUM-117 BANCÁRIO. CATEGORIA DIFERENCIADA (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003

Não se beneficiam do regime legal relativo aos bancários os empregados de estabelecimento de crédito pertencentes a **categorias profissionais diferenciadas**.

Assim, em razão dos professores constituírem categoria profissional diferenciada, não podem seguir as normas coletivas dos bancários.

B) Errado

Categorias conexas são aquelas que possuem semelhança entre si, o que não ocorre entre os professores e bancários. Os professores são, na verdade, categoria profissional diferenciada (art. 511, §3 da CLT), não podendo seguir as normas coletivas dos bancários (Súmula 117 do TST).

C) Errado

Está em desacordo com o art. 511 da CLT.

D) Correto

Está de acordo com o art. 511, §3º da CLT e a Súmula 117 do TST.

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência

Questão 76

Um empregado de 65 anos foi admitido em 10/05/2011 e dispensado em 10/01/2013. Ajuizou reclamação trabalhista em 05/12/2016, postulando horas extras e informando, na petição inicial, que não haveria prescrição porque apresentara protesto judicial quanto às horas extras em 04/06/2015, conforme documentos que juntou aos autos.

Diante da situação retratada, considerando a Lei e o entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

A) A prescrição ocorreu graças ao decurso do tempo e à inércia do titular.

B) A prescrição foi interrompida com o ajuizamento do protesto.

C) A prescrição ocorreu, porque não cabe protesto judicial na seara trabalhista.

D) A prescrição não corre para os empregados maiores de 60 anos.

Comentários:

CF/88

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;

CLT

Art. 11. A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

(...)

Art. 440 - Contra os menores de 18 (dezoito) anos não corre nenhum prazo de prescrição.

TST

OJ-SDI1-392: O protesto judicial é medida aplicável no processo do trabalho, por força do art. 769 da CLT e do art. 15 do CPC de 2015. O ajuizamento da ação, por si só, interrompe o prazo prescricional, em razão da inaplicabilidade do § 2º do art. 240 do CPC de 2015 (§ 2º do art. 219 do CPC de 1973), incompatível com o disposto no art. 841 da CLT.

A) Correto

Como versado no art. 7º XXIX da CF/88, o empregado tem um prazo de 2 anos para dar entrada na reclamação trabalhista, a inércia nestes casos gera a prescrição do direito.

B) Errado

Apesar de ser possível a interrupção da prescrição no código civil, o titular do direito quando ajuizou o protesto já estava com o direito prescrito, sendo assim não há que se falar em interrupção dos prazos de prescrição.

C) Errado

A Jurisprudência da Justiça do Trabalho prevê a possibilidade de protesto judicial na seara trabalhista, vide OJ-SDI1-392.

D) Errado

A ocorrência da prescrição se dá para todas as idades, com exceção de menores de 18 anos, vide art. 440 da CLT.

Questão 77

Jorge trabalhou em uma sociedade empresária francesa, no Brasil. Entendendo que o valor das horas extras não lhe havia sido pago corretamente, ajuizou ação trabalhista. Como impugnara os controles de horário, necessitou apresentar prova testemunhal, porém, sua única testemunha, apesar de trabalhar a seu lado, não fala português. Diante disso, Jorge requereu ao juiz a nomeação de um intérprete.

Nesse caso, nada mais estando em discussão no processo, assinale a opção que indica a quem caberá o custeio dos honorários do intérprete.

A) A Jorge, que é a parte interessada no depoimento da testemunha.

B) À União, porque Jorge é autor da ação.

C) Ao réu, já que era empregador de Jorge e da testemunha, que era de nacionalidade igual à da sociedade empresária.

D) O depoimento ocorrerá fora do processo, por tradutor juramentado, custeado pela parte requerente, que depois deverá juntá-lo ao processo.

Comentário:

Questão desatualizada.

Questão 78

Contra ato de Juiz do Trabalho que determinou a antecipação de honorários periciais do seu cliente, mesmo não tendo ele condições financeiras para arcar com esse custo, você, na defesa dos interesses do cliente, impetrou mandado de segurança contra o ato judicial, mas, por unanimidade, não teve a segurança concedida.

De acordo com a CLT, assinale a opção que indica o procedimento a ser adotado para tentar reverter a decisão.

A) Interpor Recurso Ordinário para o TST.

B) Interpor Agravo de Instrumento para o STF.

C) Interpor Agravo Interno para o próprio TRT.

D) Nada mais pode ser feito, porque se trata de decisão irrecorrível.

Comentários:

CLT

Art. 895 - Cabe recurso ordinário para a instância superior:

(...)

II - das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 8 (oito) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.

A) Correto

Com base no art. 895 II da CLT, por se tratar de matéria de competência originária dos tribunais regionais, cabe a interposição de recurso ordinário perante o TST.

B) Errado

Em função da negativa da liminar, cabe o recurso ordinário e não o agravo de instrumento.

C) Errado

Como já exposto, no art. 895 II da CLT, a lei estabelece que o meio correto para rever a determinação do juiz é o recurso ordinário perante o TST e não agravo interno nos TRT's

D) Errado

Cabe recurso ordinário.

Gabarito: Alternativa A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 79

Rodolfo Alencar ajuizou reclamação trabalhista em desfavor da sociedade empresária Sabonete Silvestre Ltda. Em síntese, ele afirma que cumpria longa jornada de trabalho, mas que não recebia as horas extras integralmente. A defesa nega o fato e advoga que toda a sobrejornada foi escorreitamente paga, nada mais sendo devido ao reclamante no particular.

Na audiência designada, cada parte conduziu duas testemunhas, que começaram a ser ouvidas pelo juiz, começando pelas do autor. Após o magistrado fazer as perguntas que desejava, abriu oportunidade para que os advogados fizessem indagações, e o patrono do autor passou a fazer suas perguntas diretamente à testemunha, contra o que se opôs o juiz, afirmando que as perguntas deveriam ser feitas a ele, que, em seguida, perguntaria à testemunha.

Diante do incidente instalado e de acordo com o regramento da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Correto o advogado, pois, de acordo com o CPC, o advogado fará perguntas diretamente à testemunha.

B) A CLT não tem dispositivo próprio, daí porque poderia ser admitido tanto o sistema direto quanto o indireto.

C) A CLT determina que o sistema seja híbrido, intercalando perguntas feitas diretamente pelo advogado, com indagações realizadas pelo juiz.

D) Correto o magistrado, pois a CLT determina que o sistema seja indireto ou presidencial.

Comentários:

CPC

Art. 459. As perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, começando pela que a arrolou, não admitindo o juiz aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com as questões de fato objeto da atividade probatória ou importarem repetição de outra já respondida.

CLT

Art. 820 - As partes e testemunhas serão inquiridas pelo juiz ou presidente, podendo ser reinquiridas, por seu intermédio, a requerimento dos vogais, das partes, seus representantes ou advogados.

A) Errado

De acordo com o Art. 459 do CPC os advogados podem sim formular perguntas diretamente as testemunhas. No entanto, esta regra não se aplica de maneira subsidiaria em matéria trabalhista, visto que a CLT regulamente esta questão em seu art. 820.

B) Errado

Como observado na alternativa anterior, a CLT possui sim dispositivo que regulamenta a matéria, no seu art. 820.

C) Errado

O sistema previsto na CLT é o indireto. Onde o advogado deve formular as perguntas e dirigi-las ao juiz, e este entendendo a pertinência da pergunta direciona as testemunhas.

D) Correto

A CLT prevê o sistema indireto, podemos observar isto no art. 820 da referida lei.

Gabarito: Alternativa D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 80

Em sede de processo trabalhista, após o trânsito em julgado da sentença e elaborada a conta de liquidação, foi aberto prazo de 10 dias para que as partes se manifestassem sobre a mesma. Contudo, o réu não se manifestou, e o autor concordou com a conta do juízo, que foi homologada.

Considerada essa hipótese, em sede de embargos à execução do réu, interposto 05 dias após a garantia do juízo, este pretende discutir a conta de liquidação, aduzindo incorreção nos valores.

Você, como advogado(a) do autor deverá, em resposta,

A) suscitar a preclusão do direito aos embargos à execução e expor as razões pelas quais entende pela validade dos cálculos do juízo.

B) suscitar apenas que a conta está correta.

C) suscitar a intempestividade dos embargos.

D) suscitar apenas que a conta está correta e requerer o levantamento dos valores incontroversos.

Comentário:

Questão desatualizada.

XXV EXAME DA OAB – FGV - CADERNO TIPO 1 – APLICAÇÃO EM: 08.04.2018



ESTATUTO E ÉTICA

Questão 1

Lina, cidadã que não exerce a advocacia, deseja endereçar à presidência de certa Subseção da OAB representação pela instauração de processo disciplinar em face de determinado advogado, pelo cometimento de infrações éticas. Assim, ela busca se informar sobre como pode oferecer tal representação e qual a forma adequada para tanto.

De acordo com o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, Lina poderá oferecer representação pela instauração de processo disciplinar em face do advogado, mas

A) deve endereçá-la ao presidente do respectivo Conselho Seccional, uma vez que receber e processar representações com tal conteúdo não se inclui entre as atribuições das Subseções. A representação poderá ser realizada por escrito ou verbalmente, com ou sem identificação do representante.

B) deve formulá-la ao presidente do Conselho Seccional ou ao presidente da Subseção. A representação poderá ser realizada por escrito ou verbalmente, mas é necessária a identificação do representante, sob pena de não ser considerada fonte idônea.

C) deve endereçá-la ao presidente do respectivo Conselho Seccional, uma vez que não se inclui entre as atribuições das Subseções receber e processar representações com tal

conteúdo. A representação deverá ser realizada por escrito, não sendo consideradas fontes idôneas as representações verbais ou sem identificação do representante.

D) deve formulá-la ao presidente do Conselho Seccional ou ao presidente da Subseção. A representação poderá ser realizada por escrito ou verbalmente, com ou sem identificação do representante. Será considerada fonte idônea ainda que oferecida sem a identificação do representante.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar à leitura dos artigos 55 e 56 do Código de Ética e Disciplina da OAB:

> Art. 55. O processo disciplinar instaura-se de ofício ou mediante representação do interessado.
>
> § 1º A instauração, de ofício, do processo disciplinar dar-se-á em função do conhecimento do fato, quando obtido por meio de fonte idônea ou em virtude de comunicação da autoridade competente.
>
> § 2º Não se considera fonte idônea a que consistir em denúncia anônima.
>
> Art. 56. A representação será formulada ao Presidente do Conselho Seccional ou ao Presidente da Subseção, por escrito ou verbalmente, devendo, neste último caso, ser reduzida a termo.

A) Errado

Como visto no artigo 56 do Código, contrariamente ao que alega a alternativa, a representação será formulada ao Presidente do Conselho Seccional ou ao Presidente da Subseção, por escrito ou verbalmente, devendo, neste último caso, ser reduzida a termo.

B) Correto

Como visto nos artigos 55 e 56 do Código, Lina poderá oferecer representação pela instauração de processo disciplinar em face do advogado, devendo formulá-la ao

presidente do Conselho Seccional ou ao presidente da Subseção. A representação poderá ser realizada por escrito ou verbalmente, mas é necessária a identificação do representante, sob pena de não ser considerada fonte idônea.

C) Errado

Como visto nos artigos supracitados, contrariamente ao que alega a alternativa, a representação pode ser endereçada ao presidente do Conselho Seccional ou ao presidente da Subseção, sendo necessária a identificação do representante, sob pena de não ser considerada fonte idônea.

D) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, como visto nos arts. 55 e 56 do Código, a representação deverá ser realizada por escrito, não sendo consideradas fontes idôneas as representações verbais ou sem identificação do representante.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 2

Em determinada sessão do Conselho Seccional da OAB do Estado da Bahia, compareceram Arthur, Presidente do Conselho Federal da OAB; Daniel, Conselheiro Federal da OAB, integrante da delegação da Bahia, e Carlos, ex-Presidente do Conselho Seccional da OAB do Estado da Bahia.

De acordo com o Estatuto da OAB, para as deliberações nessa sessão,

A) Arthur tem direito a voz e voto. Daniel e Carlos têm direito somente a voz.

B) Daniel tem direito a voz e voto. Arthur e Carlos têm direito somente a voz.

C) Daniel e Carlos têm direito a voz e voto. Arthur tem direito somente a voz.

D) Arthur, Daniel e Carlos têm direito somente a voz.

Comentário:

Para responder satisfatoriamente a questão, deve-se atentar à leitura dos artigos 51 e 56, §3º, do Estatuto da Advocacia da OAB. Lê-se:

> Art. 51 - O Conselho Federal compõe-se:
>
> I – dos conselheiros federais, integrantes das delegações de cada unidade federativa;
>
> II – dos seus ex-presidentes, na qualidade de membros honorários vitalícios.
>
> §1º Cada delegação é formada por três conselheiros federais.
>
> §2º Os ex-presidentes têm direito apenas a voz nas sessões.
>
> Art. 56, § 3º - Quando presentes às sessões do Conselho Seccional, o Presidente do Conselho Federal, os Conselheiros Federais integrantes da respectiva delegação, o Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados e os Presidentes das Subseções, têm direito a voz.

A) Errado

Como visto no artigo 56, §3º, o Presidente do Conselho Federal somente possui direito à voz – portanto, Arthur, que ocupa esse cargo, não tem direito ao voto.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, como visto no artigo 56, §3º, o Conselheiro Federal somente possui direito à voz, de modo que Daniel – que ocupa esse cargo - não detém direito ao voto.

C) Errado

Contrariamente ao que alga a afirmativa, Carlos, ex-presidente do Conselho Seccional da Bahia, somente detém direito à voz; Daniel, enquanto Conselheiro Federal, somente terá direito à voz;

D) Correto

Como visto nos artigos supracitados, Arthur, Daniel e Carlos têm direito somente a voz.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 3

O Tribunal de Ética e Disciplina de certo Conselho Seccional da OAB decidiu pela suspensão preventiva do advogado Hélio, acusado em processo disciplinar. Hélio, todavia, interpôs o recurso cabível contra tal decisão.

Considerando as regras sobre os recursos em processos que tramitam perante a OAB, bem como a situação descrita, assinale a afirmativa correta.

A) Em regra, os recursos em processos que tramitam perante a OAB têm efeito suspensivo. Assim, no caso narrado, o recurso interposto por Hélio será dotado do aludido efeito.

B) Em regra, os recursos em processos que tramitam perante a OAB não têm efeito suspensivo. Todavia, nesse caso, excepcionalmente, pode ser atribuído o efeito, se demonstrada a probabilidade de provimento ou se, sendo relevante a fundamentação, o recorrente indicar risco de dano grave ou de difícil reparação.

C) Em regra, os recursos em processos que tramitam perante a OAB têm efeito suspensivo. Todavia, o recurso manejado por Hélio se inclui em hipótese excepcional, na qual é vedado o efeito suspensivo.

D) Em regra, os recursos em processos que tramitam perante a OAB não têm efeito suspensivo, não sendo permitida a concessão de tal efeito por decisão da autoridade julgadora. Assim, no caso narrado, o recurso interposto por Hélio não será dotado de efeito suspensivo.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar à leitura do artigo 77 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Observa-se:

> Art. 77 - Todos os recursos têm efeito suspensivo, exceto quando tratarem de eleições (arts. 63 e seguintes), de suspensão preventiva decidida pelo Tribunal de Ética e Disciplina, e de cancelamento da inscrição obtida com falsa prova. Parágrafo único. O Regulamento Geral disciplina o cabimento de recursos específicos, no âmbito de cada órgão julgador.

A) Errado

Os recursos em processos que tramitam perante a OAB têm efeito suspensivo, em regra geral; entretanto, o caso apresentado caracteriza-se como exceção a essa regra, uma vez que diz respeito a uma suspensão preventiva decidida pelo Tribunal de Ética e Disciplina.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, os recursos em processos que tramitam perante a OAB têm, via de regra, efeito suspensivo. Além disso, como Hélio foi suspenso preventivamente, o efeito suspensivo torna-se inviável.

C) Correto

Como visto no artigo 77 do Estatuto, em regra, os recursos em processos que tramitam perante a OAB têm efeito suspensivo. Todavia, o recurso manejado por Hélio se inclui em hipótese excepcional, na qual é vedado o efeito suspensivo.

D) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, em regra, os recursos em processos que tramitam perante a OAB têm efeito suspensivo – sendo o caso de Hélio uma exceção a esta hipótese.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 4

O advogado Valter instalou, na fachada do seu escritório, um discreto painel luminoso com os dizeres "Advocacia Trabalhista". A sociedade de advogados X contratou a instalação de um sóbrio painel luminoso em um dos pontos de ônibus da cidade, onde constava apenas o nome da sociedade, dos advogados associados e o endereço da sua sede. Já a advogada Helena fixou, em todos os elevadores do prédio comercial onde se situa seu escritório, cartazes pequenos contendo inscrições sobre seu nome, o ramo do Direito em que atua e o andar no qual funciona o escritório.

Considerando as situações descritas e o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) Apenas Valter e a sociedade de advogados X violaram a disciplina quanto à ética na publicidade profissional.

B) Apenas Helena violou a disciplina quanto à ética na publicidade profissional.

C) Valter, Helena e a sociedade de advogados X violaram a disciplina quanto à ética na publicidade profissional.

D) Apenas a sociedade de advogados X e Helena violaram a disciplina quanto à ética na publicidade profissional.

Comentário:

Para responder satisfatoriamente a questão, deve-se atentar à leitura dos artigos 39 e 40 do Código de Ética e Disciplina da OAB. Lê-se:

> Art. 39. A publicidade profissional do advogado tem caráter meramente informativo e deve primar pela discrição e sobriedade, não podendo configurar captação de clientela ou mercantilização da profissão.
>
> Art. 40. Os meios utilizados para a publicidade profissional hão de ser compatíveis com a diretriz estabelecida no artigo anterior, sendo vedados:
> I - a veiculação da publicidade por meio de rádio, cinema e televisão;
> II - o uso de outdoors, painéis luminosos ou formas assemelhadas de publicidade;
> III - as inscrições em muros, paredes, veículos, elevadores ou em qualquer espaço público;
> IV - a divulgação de serviços de advocacia juntamente com a de outras atividades ou a indicação de vínculos entre uns e outras;
> V - o fornecimento de dados de contato, como endereço e telefone, em colunas ou artigos literários, culturais, acadêmicos ou jurídicos, publicados na imprensa, bem assim quando de eventual participação em programas de rádio ou televisão, ou em veiculação de matérias pela internet, sendo permitida a referência a e-mail;
> VI - a utilização de mala direta, a distribuição de panfletos ou formas assemelhadas de publicidade, com o intuito de captação de clientela.
> Parágrafo único. Exclusivamente para fins de identificação dos escritórios de advocacia, é permitida a utilização de placas, painéis luminosos e inscrições em suas fachadas, desde que respeitadas as diretrizes previstas no artigo 39.

A) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, Valter cumpriu os requisitos dispostos no Código para a publicidade profissional, uma vez que exibiu o painel luminoso na fachada de seu escritório de forma discreta e informando a sua especialidade.

B) Errado

A alternativa não dispõe que tanto Helena como a sociedade de advogados X violaram as regras de publicidade profissional estabelecidas pelo Código. Enquanto Helena contrariou o Código ao divulgar sua atividade com cartazes fixados em elevadores, a sociedade de advogados X o fez colocando o letreiro em um espaço público, à frente de um ponto de ônibus.

C) Errado

Contrariamente ao que alga a afirmativa, Valter não violou as regras de publicidade profissional determinadas pelo Código.

D) Correto

Como visto nos artigos supracitados, apenas a sociedade de advogados X e Helena violaram a disciplina quanto à ética na publicidade profissional.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 5

Enzo, regularmente inscrito junto à OAB, foi contratado como empregado de determinada sociedade limitada, a fim de exercer atividades privativas de advogado. Foi celebrado, por escrito, contrato individual de trabalho, o qual estabelece que Enzo se sujeitará a regime de dedicação exclusiva. A jornada de trabalho acordada de Enzo é de oito horas diárias. Frequentemente, porém, é combinado que Enzo não compareça à sede da empresa pela manhã, durante a qual deve ficar, por três horas, "de plantão", ou seja, à disposição do empregador, aguardando ordens. Nesses dias, posteriormente, no

período da tarde, dirige-se à sede, a fim de exercer atividades no local, pelo período contínuo de seis horas.

Considerando o caso narrado e a disciplina do Estatuto da Advocacia e da OAB, bem como do seu Regulamento Geral, assinale a afirmativa correta.

A) É vedada a pactuação de dedicação exclusiva. Deverão ser remuneradas como extraordinárias as horas diárias excedentes a quatro horas contínuas, incluindo-se as horas cumpridas por Enzo na sede da empresa, bem como as horas que ele permanece em sede externa, executando tarefas ou meramente aguardando ordens do empregador.

B) É autorizada a pactuação do regime de dedicação exclusiva. Deverão ser remuneradas como extraordinárias as horas que excederem a jornada de oito horas diárias, o que inclui as horas cumpridas por Enzo na sede da empresa ou efetivamente executando atividades externas ordenadas pelo empregador. As horas em que Enzo apenas aguarda as ordens fora da sede são consideradas somente para efeito de compensação de horas.

C) É autorizada a pactuação do regime de dedicação exclusiva. Deverão ser remuneradas como extraordinárias as horas que excederem a jornada de oito horas diárias, o que inclui tanto as horas cumpridas por Enzo na sede da empresa como as horas em que ele permanece em sede externa, executando tarefas ou meramente aguardando ordens do empregador.

D) É autorizada a pactuação do regime de dedicação exclusiva. Deverão ser remuneradas como extraordinárias as horas que excederem a jornada de nove horas diárias, o que inclui as horas cumpridas por Enzo na sede da empresa ou efetivamente executando atividades externas ordenadas pelo empregador. As horas em que Enzo apenas aguarda as ordens fora da sede são consideradas somente para efeito de compensação de horas.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar à leitura do artigo 77 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Observa-se:

Art. 12 - Para os fins do art. 20 da Lei nº 8.906/94, considera-se de dedicação exclusiva o regime de trabalho que for expressamente previsto em contrato individual de trabalho.
Parágrafo único. Em caso de dedicação exclusiva, serão remuneradas como extraordinárias as horas trabalhadas que excederem a jornada normal de oito horas diárias.

Art. 20 - A jornada de trabalho do advogado empregado, no exercício da profissão, não poderá exceder a duração diária de quatro horas contínuas e a de vinte horas semanais, salvo acordo ou convenção coletiva ou em caso de dedicação exclusiva. § 1º Para efeitos deste artigo, considera-se como período de trabalho o tempo em que o advogado estiver à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, no seu escritório ou em atividades externas, sendo-lhe reembolsadas as despesas feitas com transporte, hospedagem e alimentação.

A) Errado

Como visto nos artigos 12 e 20 do Estatuto, contrariamente ao que alega a alternativa, é autorizado o pacto de dedicação exclusiva.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, as horas em que Enzo apenas aguarda as ordens fora da sede não são consideradas somente para efeito de compensação de horas, devendo ser consideradas como horas extraordinárias.

C) Correto

Como visto nos artigos 12 e 20 do Estatuto, é autorizada a pactuação do regime de dedicação exclusiva, devendo ser remuneradas como extraordinárias as horas que excederem a jornada de oito horas diárias, o que inclui tanto as horas cumpridas por Enzo na sede da empresa como as horas em que ele permanece em sede externa, executando tarefas ou meramente aguardando ordens do empregador.

D) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, deverão ser remuneradas como extraordinárias as horas que excederem a jornada de oito horas diárias – e não nove -, bem como sabe-se que as horas em que Enzo apenas aguarda as ordens fora da sede não são consideradas somente para efeito de compensação de horas, devendo ser consideradas como horas extraordinárias.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 6

O advogado Ícaro dos Santos, regularmente constituído para a defesa judicial de certo cliente, necessitou, para o correto exercício do mandato, que o cliente lhe apresentasse alguns documentos. Após Ícaro solicitar-lhe os documentos diversas vezes, realizando inúmeras tentativas de contato, o cliente manteve-se inerte por prazo superior a três meses.

Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) Diante da inércia do cliente, o Código de Ética e Disciplina da OAB dispõe que se presume extinto automaticamente o mandato.

B) Diante da inércia do cliente, o Código de Ética e Disciplina da OAB dispõe que é recomendada a renúncia ao mandato. Ainda de acordo com o diploma, a renúncia ao patrocínio deve ser feita com menção do motivo que a determinou.

C) Diante da inércia do cliente, o Código de Ética e Disciplina da OAB dispõe que é recomendado ao advogado peticionar nos autos, solicitando a intimação pessoal do cliente para apresentação dos documentos. Apenas após o ato, se mantida a inércia, presume-se extinto o mandato.

D) Diante da inércia do cliente, o Código de Ética e Disciplina da OAB dispõe que é recomendada a renúncia ao mandato. Ainda de acordo com o diploma, a renúncia ao patrocínio deve ser feita sem menção do motivo que a determinou.

Comentário:

Para responder satisfatoriamente a questão, deve-se atentar à leitura dos artigos 15 e 16 do Código de Ética e Disciplina da OAB. Lê-se:

> Art. 15 - O advogado não deve deixar ao abandono ou ao desamparo as causas sob seu patrocínio, sendo recomendável que, em face de dificuldades insuperáveis ou inércia do cliente quanto a providências que lhe tenham sido solicitadas, renuncie ao mandato.
>
> Art. 16 - A renúncia ao patrocínio deve ser feita sem menção do motivo que a determinou, fazendo cessar a responsabilidade profissional pelo acompanhamento da causa, uma vez decorrido o prazo previsto em lei (EAOAB, art. 5º, § 3º). § 1º A renúncia ao mandato não exclui responsabilidade por danos eventualmente causados ao cliente ou a terceiros.

A) Errado

Diante da inércia do cliente, o Código de Ética e Disciplina da OAB dispõe que é recomendada a renúncia ao mandato, e não que se presuma extinto automaticamente o mandato.

B) Errado

Diante da inércia do cliente, o Código de Ética e Disciplina da OAB dispõe que é recomendada a renúncia ao mandato. Entretanto, de acordo com o diploma, a renúncia ao patrocínio deve ser feita sem menção do motivo que a determinou, contrariamente ao que alega a alternativa.

C) Errado

Contrariamente ao que alga a afirmativa, diante da inércia do cliente, o Código de Ética e Disciplina da OAB não dispõe que é recomendado ao advogado peticionar nos autos, mas sim que seja renunciado o mandato.

D) Correto

Como visto nos artigos 15 e 16 do Código, diante da inércia do cliente, o Código de Ética e Disciplina da OAB dispõe que é recomendada a renúncia ao mandato. Ainda de acordo com o diploma, a renúncia ao patrocínio deve ser feita sem menção do motivo que a determinou.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 7

José Carlos Santos, advogado, dirigiu-se ao Ministério Público a fim de tomar apontamentos sobre investigação criminal em andamento, conduzida pelo Parquet, em face de seu cliente, em que foi decretado sigilo. Dias depois, José Carlos foi à delegacia de polícia no intuito de examinar e retirar cópias de autos de certo inquérito policial, em curso, no qual também foi decretado sigilo, instaurado contra outro cliente seu.

Consoante o disposto no Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) Em ambos os casos, José Carlos deverá apresentar procuração tanto para tomar apontamentos sobre a investigação em trâmite perante o Ministério Público quanto para examinar e retirar cópias do inquérito policial.

B) Apenas é necessário que José Carlos apresente procuração para tomar apontamentos sobre a investigação em trâmite perante o Ministério Público, não sendo exigível a apresentação de procuração para examinar e retirar cópias do inquérito policial.

C) Apenas é necessário que José Carlos apresente procuração para examinar e retirar cópias do inquérito policial, não sendo exigível a apresentação de procuração para tomar apontamentos sobre a investigação em trâmite perante o Ministério Público.

D) Não é exigível a apresentação de procuração para examinar e retirar cópias do inquérito policial, nem para tomar apontamentos sobre a investigação em trâmite perante o Ministério Público.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar à leitura do artigo 7 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Observa-se:

> Art. 7º São direitos do advogado: [...]
> XIII – examinar, em qualquer órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo, ou da Administração Pública em geral, autos de processos findos ou em andamento, mesmo sem procuração, quando não estejam sujeitos a sigilo, assegurada a obtenção de cópias, podendo tomar apontamentos;
> XIV – examinar, em qualquer instituição responsável por conduzir investigação, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de investigações de qualquer natureza, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital;
> [...] § 10 Nos autos sujeitos a sigilo, deve o advogado apresentar procuração para o exercício dos direitos de que trata o inciso XIV.

A) Correto

Como visto no artigo 7º do Estatuto, em ambos os casos, José Carlos deverá apresentar procuração tanto para tomar apontamentos sobre a investigação em trâmite perante o Ministério Público quanto para examinar e retirar cópias do inquérito policial.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, como visto no artigo 7º do Estatuto, José Carlos precisa apresentar a procuração também para examinar e retirar cópias do inquérito policial.

C) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, como visto no artigo 7º do Estatuto, José Carlos precisa apresentar a procuração também para tomar apontamentos sobre a investigação em trâmite perante o Ministério Público.

D) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, uma vez que está sob sigilo, José Carlos deverá apresentar procuração tanto para tomar apontamentos sobre a investigação em trâmite perante o Ministério Público quanto para examinar e retirar cópias do inquérito policial.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 8

Carlos praticou infração disciplinar, oficialmente constatada em 09 de fevereiro de 2010. Em 11 de abril de 2013, foi instaurado processo disciplinar para apuração da infração, e Carlos foi notificado em 15 de novembro do mesmo ano. Em 20 de fevereiro de 2015, o processo ficou pendente de julgamento, que só veio a ocorrer em 1º de março de 2018.

De acordo com o Estatuto da OAB, a pretensão à punibilidade da infração disciplinar praticada por Carlos

A) está prescrita, tendo em vista o decurso de mais de três anos entre a constatação oficial da falta e a instauração do processo disciplinar

B) está prescrita, tendo em vista o decurso de mais de seis meses entre a instauração do processo disciplinar e a notificação de Carlos.

C) está prescrita, tendo em vista o decurso de mais de três anos de paralisação para aguardar julgamento.

D) não está prescrita, tendo em vista que não decorreram cinco anos entre cada uma das etapas de constatação, instauração, notificação e julgamento.

Comentário:

Para responder satisfatoriamente a questão, deve-se atentar à leitura dos artigos 15 e 43 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Lê-se:

> Art. 43 - A pretensão à punibilidade das infrações disciplinares prescreve em cinco anos, contados da data da constatação oficial do fato. § 1º Aplica-se a prescrição a todo processo disciplinar paralisado por mais de três anos, pendente de despacho ou julgamento, devendo ser arquivado de ofício, ou a requerimento da parte interessada, sem prejuízo de serem apuradas as responsabilidades pela paralisação.

A) Errado

A pretensão à punibilidade da infração disciplinar de fato está prescrita, mas dá-se devido ao decurso de mais de três anos de paralisação para aguardar julgamento, e não tendo em vista o decurso de mais de três anos entre a constatação oficial da falta e a instauração do processo disciplinar

B) Errado

A pretensão à punibilidade da infração disciplinar de fato está prescrita, mas dá-se devido ao decurso de mais de três anos de paralisação para aguardar julgamento, e não devido ao decurso de mais de seis meses entre a instauração do processo disciplinar e a notificação de Carlos.

C) Correto

Como pode ser visto no artigo 43 do Estatuto, a pretensão à punibilidade da infração disciplinar praticada por Carlos está prescrita, tendo em vista o decurso de mais de três anos de paralisação para aguardar julgamento.

D) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, a pretensão à punibilidade da infração disciplinar praticada por Carlos está, sim, prescrita.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

FILOSOFIA DO DIREITO

Questão 9

A ideia da existência de lacuna é um desafio ao conceito de completude do ordenamento jurídico. Segundo o jusfilósofo italiano Norberto Bobbio, no livro Teoria do Ordenamento Jurídico, pode-se completar ou integrar as lacunas existentes no Direito por intermédio de dois métodos, a saber: heterointegração e autointegração.

Assinale a opção que explica como o jusfilósofo define tais conceitos na obra em referência.

A) O primeiro método consiste na integração operada por meio de recursos a ordenamentos diversos e a fontes diversas daquela que é dominante; o segundo método consiste na integração cumprida por meio do mesmo ordenamento, no âmbito da mesma fonte dominante, sem recorrência a outros ordenamentos.

B) A heterointegração consiste em preencher as lacunas recorrendo-se aos princípios gerais do Direito, uma vez que estes não estão necessariamente incutidos nas normas do Direito positivo; já a autointegração consiste em solucionar as lacunas por meio das convicções pessoais do intérprete.

C) O primeiro método diz respeito à necessidade de utilização da jurisprudência como meio adequado de solucionar as lacunas sem gerar controvérsias; por outro lado, o segundo método implica buscar a solução da lacuna por meio de interpretação extensiva.

D) A heterointegração exige que o intérprete busque a solução das lacunas nos tratados e nas convenções internacionais de que o país seja signatário; por seu turno, a autointegração está relacionada à busca da solução na jurisprudência pátria.

Comentário:

A) Correto

Norberto Bobbio tinha uma forte preocupação com o sistema e sua coerência, tentando evitar as antinomias existentes. Entretanto, as lacunas do ordenamento jurídico caracterizavam-se como empecilhos a essa coerência desejada – e, por isso, Bobbio buscou dois meios de solucionar esse problema, os quais são a autointegração e a heterointegração. Lê-se o trecho retirado de "A Completude do Ordenamento Jurídico", p.147:

> Para se completar um ordenamento jurídico pode-se recorrer a dois métodos diferentes que podemos chamar, segundo a terminologia de Carnelutti, de heterointegração e de auto-integração. O primeiro método consiste na integração operada através do: a) recurso a ordenamentos diversos; b) recurso a fontes diversas daquela que é dominante (identificada, nos ordenamentos que temos sob os olhos, com a Lei). O segundo método consiste na integração cumprida através do mesmo ordenamento, no âmbito da mesma fonte dominante, sem recorrência a outros ordenamentos e com o mínimo recurso a fontes diversas da dominante.

B) Errado

Como visto no trecho supracitado, a heterointegração não diz respeito ao preenchimento de lacunas recorrendo-se aos princípios gerais do Direito, mas sim à integração operada por meio de recursos a ordenamentos diversos e a fontes diversas daquela que é dominante; por sua vez, a auto-integração não consiste em solucionar as lacunas por meio das convicções pessoais do intérprete, mas sim na integração cumprida através do mesmo ordenamento, no âmbito da mesma fonte dominante.

C) Errado

Como visto no trecho supracitado, a heterointegração não diz respeito à necessidade de utilização da jurisprudência como meio adequado de solucionar as lacunas sem gerar

controvérsias, mas sim à integração operada por meio de recursos a ordenamentos diversos e a fontes diversas daquela que é dominante; por sua vez, a auto-integração não implica buscar a solução da lacuna por meio de interpretação extensiva, mas sim na integração cumprida através do mesmo ordenamento, no âmbito da mesma fonte dominante.

D) Errado

Como visto no trecho supracitado, a heterointegração não exige que o intérprete busque a solução das lacunas nos tratados e nas convenções internacionais de que o país seja signatário, mas refere-se à integração operada por meio de recursos a ordenamentos diversos e a fontes diversas daquela que é dominante; por sua vez, a auto-integração não está relacionada à busca da solução na jurisprudência pátria, mas sim à integração cumprida através do mesmo ordenamento, no âmbito da mesma fonte dominante.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

Questão 10

(FGV - 2018 - OAB - Exame de Ordem Unificado XXV - Primeira Fase)

Uma punição só pode ser admitida na medida em que abre chances no sentido de evitar um mal maior.

Jeremy Bentham

Jeremy Bentham, em seu livro Princípios da Moral e da Legislação, afirma que há quatro casos em que não se deve infligir uma punição.

Assinale a opção que corresponde a um desses casos citados pelo autor na obra em referência.

A) Quando a lei não é suficientemente clara na punição que estabelece.
B) Quando o prejuízo produzido pela punição for maior do que o prejuízo que se quer evitar.
C) Quando o juiz da causa entende ser inoportuna a aplicação da punição.
D) Quando o agressor já sofreu o suficiente em função das vicissitudes do processo penal.

Comentário:

A) Errado

Contrariamente ao que alga a afirmativa, Bentham não entende que a punição deve ser infligida nos casos em que a lei não for suficientemente clara na punição que estabelece.

B) Correto

Observa-se trecho de "Uma introdução aos princípios da moral e da legislação", de Jeremy Bentham:

> I. – O objetivo geral que caracteriza todas as leis – ou que deveria caracterizá-las – consiste em aumentar a felicidade global da coletividade; portanto, visam elas em primeiro lugar a excluir, na medida do possível, tudo o que tende a diminuir a felicidade, ou seja, tudo o que é pernicioso. II. – Acontece, porém, que toda punição constitui um ato pernicioso; toda punição constitui, em si mesma, um mal. Por conseguinte, com base no princípio da utilidade – se tal princípio tiver que ser admitido -, uma punição só pode ser admitida na medida em que abre chances no sentido de evitar um mal maior. III. – É evidente, portanto, que não se deve infligir punição nos casos a seguir enumerados: (1) Quando não houver motivo para a punição, ou seja, quando não houver, nenhum prejuízo a evitar,

> pelo fato de o ato em conjunto não ser pernicioso. (2) Quando a punição só pode ser ineficaz, ou seja, quando a mesma não pode agir de maneira a evitar o prejuízo; (3) Quando a punição for inútil ou excessivamente dispendiosa; isto aconteceria em caso de o prejuízo produzir por ela se maior do que o prejuízo que se quer evitar; (4) Quando a punição for supérflua, quando o prejuízo pode ser evitado – ou pode cessar por si mesmo – sem a punição, ou seja, por um preço menor (BENTHAM, 1989, p. 55).

Dessa forma, percebe-se que Bentham entende que uma das quatro hipóteses em que não é necessário estabelecer uma punição é quando o prejuízo produzido por ela for maior que o prejuízo que se pretende evitar.

C) Errado

Contrariamente ao que alga a afirmativa, Bentham não entende que a punição deve ser infligida nos casos em que o juiz da causa entender ser inoportuna a aplicação da punição.

D) Errado

Contrariamente ao que alga a afirmativa, Bentham não entende que a punição deve ser infligida nos casos em que o agressor já tiver sofrido o suficiente em função das vicissitudes do processo penal.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

Todos os dispositivos da Lei Y, promulgada no ano de 1985, possuem total consonância material e formal com a Constituição de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1/1969.

No entanto, o Supremo Tribunal Federal, em sede de recurso extraordinário, constatou que, após a atuação do Poder Constituinte originário, que deu origem à Constituição de 1988, o Art. X da mencionada Lei Y deixou de encontrar suporte material na atual ordem constitucional.

Sobre esse caso, segundo a posição reconhecida pela ordem jurídico-constitucional brasileira, assinale a afirmativa correta.

A) Ocorreu o fenômeno conhecido como "não recepção", que tem por consequência a revogação do ato normativo que não se compatibiliza materialmente com o novo parâmetro constitucional.
B) Ao declarar a inconstitucionalidade do Art. X à luz do novo parâmetro constitucional, devem ser reconhecidos os naturais efeitos retroativos (ex tunc) atribuídos a tais decisões.
C) Na ausência de enunciado expresso, dá-se a ocorrência do fenômeno denominado "desconstitucionalização", sendo que o Art. X é tido como inválido perante a nova Constituição.

D) Terá ocorrido o fenômeno da inconstitucionalidade formal superveniente, pois o Art. X, constitucional perante a Constituição de 1967, tornou-se inválido com o advento da Constituição de 1988.

Comentário:

A) Correto

A trata da Supremacia da Constituição e a temática do Controle de Constitucionalidade. O enunciado descreve o fenômeno da não recepção (segundo o STF) ou inconstitucionalidade superveniente (de acordo com a doutrina clássica).

Nesta, o ato normativo é elaborado em consonância com a Constituição, porém vem a se tornar incompatível com ela em razão do estabelecimento de um novo parâmetro constitucional (nova Constituição).

O Supremo Tribunal Federal entendeu de que, neste caso (inconstitucionalidade superveniente), não se trata de uma hipótese de inconstitucionalidade, mas de de não recepção (ou revogação). Isso aplica-se tanto à hipótese de surgimento de uma nova Constituição quanto de uma emenda constitucional. Entretanto, ressalta-se que o STF prefere a terminologia "não recepção". Nesse sentido:

> O vício da inconstitucionalidade é congênito à lei e há de ser apurado em face da Constituição vigente ao tempo de sua elaboração. Lei anterior não pode ser inconstitucional em relação à Constituição superveniente; nem o legislador poderia infringir Constituição futura. A Constituição sobrevinda não torna inconstitucional leis anteriores com ela conflitantes: revoga-as. Pelo fato de ser superior, a Constituição não deixa de produzir efeitos revogatórias. Seria ilógico que a lei fundamental, por ser suprema, não revogasse, ao ser promulgada, leis ordinárias. A Lei Maior valeria menos que a ordinária (ADI 521-DF).

Sendo assim, no caso apresentando, houve a figura da "não recepção", cuja consequência é a revogação do ato normativo que não se compatibiliza materialmente com o novo parâmetro constitucional.

B) Errado

O caso não trata da declaração de inconstitucionalidade, por esse motivo, não há discussão acerca dos efeitos.

C) Errado

Não se trata de desconstitucionalização, mas de fenômeno da não recepção.

D) Errado

Em razão do entendimento do STF, não se trata de inconstitucionalidade formal superveniente, como aponta parte da doutrina, mas do fenômeno da "não recepção".

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina e Jurisprudência

Questão 12

O chefe do Poder Executivo do município Ômega, mediante decisão administrativa, resolve estender aos servidores inativos do município o direito ao auxílio-alimentação, contrariando a Súmula Vinculante nº 55 do Supremo Tribunal Federal.

Para se insurgir contra a situação apresentada, assinale a opção que indica a medida judicial que deve ser adotada.

A) Ação Direta de Inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de questionar o decreto.

B) Mandado de injunção, com o objetivo de exigir que o Poder Legislativo municipal edite lei regulamentando a matéria.

C) Reclamação constitucional, com o objetivo de assegurar a autoridade da súmula vinculante.

D) Habeas data, com o objetivo de solicitar explicações à administração pública municipal.

Comentário:

A) Errado

De acordo com o art. 7º da lei 11.417/2006:

> Da decisão judicial ou do ato administrativo que **contrariar enunciado de súmula vinculante**, negar-lhe vigência ou aplicá-lo indevidamente caberá **reclamação ao Supremo Tribunal Federal**, sem prejuízo dos recursos ou outros meios admissíveis de impugnação.

Sendo assim, diante do descumprimento de Súmula Vinculante, é correto dizer que a medida judicial que deve ser adotada será a Reclamação constitucional, com o objetivo de assegurar a autoridade da súmula vinculante.

A alternativa "a" está incorreta pois a Ação Direta de Inconstitucionalidade tem por objeto lei ou ato normativo federal ou estadual (art. 102, I, a, CF/88), no caso, aplica-se a Reclamação constitucional.

B) Errado

O Mandado de Injunção é medida que deve ser utilizada diante da falta de norma regulamentadora que torne o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania inviáveis (art. 5º, LXXI, CF/88).

C) Correto

Está de acordo com o art. 7º da lei 11.417/2006.

D) Errado

De acordo com a Constituição Federal, o Habeas Data caberá nas seguintes situações:

> Art. 5º, LXXII - conceder-se-á habeas data: a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 13

Por entender que o voto é um direito, e não um dever, um terço dos membros da Câmara dos Deputados articula proposição de emenda à Constituição de 1988, no sentido de tornar facultativo a todos os cidadãos o voto nas eleições a serem realizadas no país.

Sabendo que a proposta gerará grande polêmica, o grupo de parlamentares resolve consultar um advogado especialista na matéria.

De acordo com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a opção que indica a orientação correta a ser dada pelo advogado.

A) Não é possível sua supressão por meio de Emenda Constitucional, porque o voto obrigatório é considerado cláusula pétrea da Constituição da República, de 1988.

B) Não há óbice para que venha a ser objeto de alteração por via de Emenda Constitucional, embora o voto obrigatório tenha estatura constitucional.

C) Para que a proposta de Emenda Constitucional seja analisada pelo Congresso Nacional, é necessária manifestação de um terço de ambas as Casas.

D) A emenda, sendo aprovada pelo Congresso Nacional, somente será promulgada após a devida sanção presidencial.

Comentário:

A) Errado

A Constituição consagra como cláusula pétrea somente o voto direto, a periodicidade das eleições, o sufrágio universal e o escrutínio secreto, de acordo com o seu art. 60, § 4°, II. A obrigatoriedade do voto, portanto, não é cláusula pétrea. Tem-se que:

Art. 60 A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:
(...)
§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:
(...)
II - o voto **direto, secreto, universal e periódico**.

Assim, apesar da obrigatoriedade do voto possuir estrutura constitucional (Art. 14, CF/88 – § 1º O alistamento eleitoral e o voto são: I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos), não há óbice para que venha a ser objeto de alteração por via de Emenda Constitucional.

B) Correto

Alternativa de acordo com a legislação constitucional.

C) Errado

Tem-se que, para ser proposta, a PEC necessita de 1/3 dos deputados ou dos senadores (Art. 60, I, CF/88), enquanto que para sua aprovação são necessários 3/5 dos votos de cada casa (câmara e senado), de acordo com o Art. 60, § 2º, cuja votação deve ser realizada em dois turnos. Assim, a alternativa inverteu o quórum de proposição com o de aprovação.

D) Errado

De acordo com a CF, a única participação do Presidente da República no processo legislativo da PEC ocorre na sua propositura:

Art. 60 - A Constituição poderá ser emendada mediante **proposta**:
I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
II - **do Presidente da República**;
III - de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 14

Após uma vida dura de trabalho, Geraldo, que tem 80 anos, encontra-se doente em razão de um problema crônico nos rins e não possui meios de prover a própria manutenção.

Morando sozinho e não possuindo parentes vivos, sempre trabalhou, ao longo da vida, fazendo pequenos biscates, jamais contribuindo com a previdência social.

Instruído por amigos, procura um advogado para saber se o sistema jurídico-constitucional prevê algum meio assistencial para pessoas em suas condições.

O advogado informa a Geraldo que, segundo a Constituição Federal,

A) é garantido o amparo à velhice somente àqueles que contribuíram com a seguridade social no decorrer de uma vida dedicada ao trabalho.
B) é assegurado o auxílio de um salário mínimo apenas àqueles que comprovem, concomitantemente, ser idosos e possuir deficiência física impeditiva para o trabalho.
C) seria garantida a prestação de assistência social a Geraldo caso ele comprovasse, por intermédio de laudos médicos, ser portador de deficiência física.
D) há previsão, no âmbito da seguridade social, de prestação de assistência social a idosos na situação em que Geraldo se encontra.

Comentário:

A) Errado

De acordo com a Constituição Federal:

> Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, **independentemente de contribuição** à seguridade social, e tem por objetivos: [...] V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à **pessoa portadora de deficiência e ao idoso** que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

A alternativa a está incorreta pois o texto legal explicita que esse amparo independe de contribuição.

B) Errado

A alternativa está incorreta pois utiliza a expressão "ser idosos **e** possuir deficiência", quando essa hipótese se aplica tanto ao idoso quanto ao deficiente, não havendo a necessidade de o indivíduo se enquadrar em ambas, apenas em uma delas.

C) Errado

Apenas o fato de Geraldo ser idoso já incita essa garantia. Essa hipótese se aplica tanto ao idoso quanto ao deficiente, não havendo a necessidade de o indivíduo se enquadrar em ambas, apenas em uma delas

D) Correto

Está de acordo com a legislação constitucional a respeito do tema.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 15

Jean Oliver, nascido em Paris, na França, naturalizou-se brasileiro no ano de 2003. Entretanto, no ano de 2016, foi condenado, na França, por comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas (cocaína), no território francês, entre os anos de 2010 e 2014. Antes da condenação, em 2015, Jean passou a residir no Brasil.

A França, com quem o Brasil possui tratado de extradição, requer a imediata extradição de Jean, a fim de que cumpra, naquele país, a pena de oito anos à qual foi condenado.

Apreensivo, Jean procura um advogado e o questiona acerca da possibilidade de o Brasil extraditá-lo. O advogado, então, responde que, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, a extradição

A) não é possível, já que, a Constituição Federal, por não fazer distinção entre o brasileiro nato e o brasileiro naturalizado, não pode autorizar tal procedimento.
B) não é possivel, pois o Brasil não extradita seus cidadãos nacionais naturalizados, por crime comum praticado após a oficialização do processo de naturalização.
C) é possível, pois a Constituição Federal prevê a possibilidade de extradição em caso de comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas, ainda que praticado após a naturalização.
D) é possivel, pois a Constituição Federal autoriza que o Brasil extradite qualquer brasileiro quando comprovado o seu envolvimento na prática de crime hediondo em outro país.

Comentário:

A) Errado

De acordo com a Constituição Federal:

Art. 5º, LI - nenhum brasileiro será extraditado, **salvo o naturalizado**, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de **comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins**, na forma da lei.

Sendo assim, a extradição é possível no caso apresentado, pois o texto legal aponta a exceção do brasileiro naturalizado, em face do art. 12, §2º: "A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição". Assim, a exceção do art. 5º, LI possibilita sua extradição em face do comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas, ainda que praticado após a naturalização.

B) Errado

Está em desacordo com o art. 5º, LI da CF/88.

C) Correto

Está de acordo com o art. 5º, LI da CF/88.

D) Errado

O brasileiro nato jamais será extraditado (art. 5º, LI, parte inicial).

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 16

O Estado Alfa deixou de aplicar, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, o mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências.

À luz desse quadro, algumas associações de estudantes procuram um advogado e o questionam se, nessa hipótese, seria possível decretar a intervenção federal no Estado Alfa.

Com base na hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

A) A intervenção federal da União no Estado Alfa pode ser decretada, ex officio, pelo Presidente da República.
B) A intervenção federal não é possível, pois, por ser um mecanismo excepcional, o rol previsto na Constituição que a autoriza é taxativo, não contemplando a situação narrada.

C) A intervenção da União no Estado Alfa dependerá de requerimento do Procurador-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal.

D) A intervenção federal não seria possível, pois a norma constitucional que exige a aplicação de percentual mínimo de receita na educação nunca foi regulamentada.

Comentário:

A) Errado

Tem-se, de acordo com a Constituição Federal, que:

> Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para: [...] VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: [...] e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
>
> Art. 36. A decretação da intervenção dependerá: [...] II - no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de **requisição do Supremo Tribunal Federal**, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.

Sendo assim, é correto afirmar que a intervenção da União no Estado Alfa dependerá de requerimento do Procurador-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal.

A alternativa está incorreta pois haverá intervenção espontânea (de ofício) nas hipóteses em que a Constituição autoriza que a intervenção seja efetivada diretamente, e por iniciativa própria, pelo Chefe do Executivo. Tais hipóteses são: para a defesa da unidade nacional (CF, art. 34 , I e II); para a defesa da ordem pública (CF , art. 34 , III); para a defesa das finanças públicas (CF , art. 34 , V).

B) Errado

Essa hipótese que se enquadra no art. 34, VII, da CF/88, assim, não se aplica ao caso concreto da questão, em que deve ser utilizada a regra do art. 36, II.

C) Correto

A alternativa está de acordo com a legislação constitucional.

D) Errado

Essa exigência está prevista no art. 212 da CF/88:

> A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, **no mínimo, da receita resultante de impostos**, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 17

Policiais militares do estado Y decidiram entrar em greve em razão dos atrasos salariais e por considerarem inadequadas as condições de trabalho. Em razão desse quadro, a Associação de Esposas e Viúvas dos Policiais Militares procura um advogado para saber da constitucionalidade dessa decisão dos policiais militares.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) Compete aos referidos policiais militares decidir sobre a oportunidade de exercer o direito de greve, que lhes é assegurado pela CRFB/88.

B) O direito de greve pode ser livremente exercido pelos policiais militares estáveis, mas aqueles que estiverem em estágio probatório podem ser demitidos por falta injustificada ao serviço.

C) O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é-lhes vedado, pois sua atividade é essencial à segurança da sociedade, tal qual ocorre com os militares das Forças Armadas.

D) O direito de greve dos servidores públicos ainda não foi regulamentado por lei específica, o que torna a decisão constitucionalmente incorreta.

Comentário:

A) Errado

A Constituição Federal veda o exercício de greve pelos Policiais Militares: "Art. 142, §3º, IV - ao militar são proibidas a sindicalização e a greve. " Essa regra se aplica aos Policiais Militares, Bombeiros Militares e militares das Forças Armadas, por força do art. 42, §1º da CF/88.

Além disso, o STF aprovou a tese de que:

(1) o exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é **vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.** (2) É obrigatória a participação do Poder Público em mediação instaurada pelos órgãos classistas das carreiras de segurança pública, nos termos do artigo 165 do Código de Processo Civil, para vocalização dos interesses da categoria (Tema 541 – ARE 654.432).

Sendo assim, como a atividade dos Policiais Militares é essencial à segurança da sociedade, lhes é vedado o direito de greve, sob qualquer modalidade.

B) Errado

A alternativa está em desacordo com o art. 142, §3º, IV da CF/88.

C) Correto

A alternativa está de acordo com o art. 142, §3º, IV da CF/88.

D) Errado

A alternativa está em desacordo com o art. 142, §3º, IV da CF/88.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência

DIREITOS HUMANOS

Questão 18

Você foi procurado, como advogado(a), por representantes de um Centro de Defesa dos Direitos Humanos, que lhe informaram que o governador do estado, juntamente com o ministro da justiça do país, estavam articulando a expulsão coletiva de um grupo de haitianos, que vive legalmente na sua cidade.

Na iminência de tal situação e sabendo que o Brasil é signatário da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos, assinale a opção que indica, em conformidade com essa convenção, o argumento jurídico a ser usado.

A) Um decreto do governador combinado a uma portaria do ministro da justiça constituem fundamento jurídico suficiente para a expulsão coletiva, segundo a Convenção acima citada. Portanto, a única solução é política, ou seja, fazer manifestações para demover as autoridades desse propósito.

B) A Convenção Americana sobre os Direitos Humanos é omissa quanto a esse ponto. Portanto, a única alternativa é buscar apoio em outros tratados internacionais, como a Convenção das Nações Unidas, relativa ao Estatuto dos Refugiados, também conhecida como Convenção de Genebra, de 1951.

C) A expulsão coletiva de estrangeiros é permitida, segundo a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos, apenas no caso daqueles que tenham tido condenação penal com trânsito em julgado, o que não foi o caso dos haitianos visados pelos propósitos do governador e do ministro, uma vez que eles vivem legalmente na cidade.

D) A pessoa que se ache legalmente no território de um Estado tem direito de circular nele e de nele residir em conformidade com as disposições legais. Além disso, é proibida a expulsão coletiva de estrangeiros.

Comentário:

Para responder a questão apresentada, é fundamental a leitura do artigo 22 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Observa-se o dispositivo:

> 1. Toda pessoa que se ache legalmente no território de um Estado tem direito de circular nele e de nele residir em conformidade com as disposições legais.
> [...]
> 9. É proibida a expulsão coletiva de estrangeiros"

A) Errado

Como determinado pelo artigo 22 da Convenção, um decreto do governador combinado a uma portaria do ministro da justiça não constituem fundamento jurídico suficiente para a expulsão coletiva.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos não é omissa quanto a esse ponto, como pode ser visto em seu artigo 22.

C) Errado

Contrariamente ao que alega a afirmativa, a expulsão coletiva de estrangeiros não é permitida pela Convenção.

D) Correto

Como visto no artigo 22 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a pessoa que se ache legalmente no território de um Estado tem direito de circular nele e de nele

residir em conformidade com as disposições legais. Além disso, é proibida a expulsão coletiva de estrangeiros.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 19

O governo federal autorizou uma mineradora a prospectar a exploração dos recursos existentes nas terras indígenas. Numerosas instituições da sociedade civil contratam você para, na condição de advogado, atuar em defesa da comunidade indígena.

Tendo em vista tal fato, além do que determina a Convenção 169 da OIT Sobre Povos Indígenas e Tribais, assinale a afirmativa correta.

A) O governo deverá estabelecer ou manter procedimentos com vistas a consultar os povos indígenas interessados, a fim de determinar se os interesses desses povos seriam prejudicados e em que medida, antes de empreender ou autorizar qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes em suas terras.

B) A prospecção e a exploração dos recursos naturais em terras indígenas pode ocorrer independentemente da autorização e da participação dos povos indígenas nesse processo, desde que haja uma indenização por eventuais danos causados em decorrência dessa exploração.

C) A prospeção e a exploração das riquezas naturais em terras indígenas podem ocorrer mesmo sem a participação ou o consentimento dos povos indígenas afetados. No

entanto, esses povos têm direito a receber a metade do valor obtido como lucro líquido resultante dessa exploração.

D) Se a propriedade dos minérios ou dos recursos do subsolo existentes na terra indígena pertencerem ao Estado, o governo não está juridicamente obrigado a consultar os povos interessados. Nesse caso, restaria apenas a mobilização política como estratégia de convencimento.

Comentário:

A fim de responder satisfatoriamente a questão, observa-se o artigo 15 da Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho:

> 1. Os direitos dos povos interessados aos recursos naturais existentes nas suas terras deverão ser especialmente protegidos. Esses direitos abrangem o direito desses povos a participarem da utilização, administração e conservação dos recursos mencionados.
>
> 2. Em caso de pertencer ao Estado a propriedade dos minérios ou dos recursos do subsolo, ou de ter direitos sobre outros recursos, existentes na terras, os governos deverão estabelecer ou manter procedimentos com vistas a consultar os povos interessados, a fim de se determinar se os interesses desses povos seriam prejudicados, e em que medida, antes de se empreender ou se autorizar qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes nas suas terras. Os povos interessados deverão participar sempre que for possível dos benefícios que essas atividades produzam, e receber indenização equitativa por qualquer dano que possam sofrer como resultado dessas atividades

A) Correto

Como pode ser visto no artigo 15 da Convenção nº 169 da OIT, o governo deverá estabelecer ou manter procedimentos com vistas a consultar os povos indígenas interessados, a fim de determinar se os interesses desses povos seriam prejudicados e

em que medida, antes de empreender ou autorizar qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes em suas terras.

B) Errado

Como pode ser visto no artigo supracitado, contrariamente ao que alega a alternativa, a prospecção e a exploração dos recursos naturais em terras indígenas não pode ocorrer independentemente da autorização e da participação dos povos indígenas nesse processo

C) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, com base no art. 15 da Convenção nº 169 da OIT, a prospeção e a exploração das riquezas naturais em terras indígenas não podem ocorrer mesmo sem a participação ou o consentimento dos povos indígenas afetados.

D) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, se a propriedade dos minérios ou dos recursos do subsolo existentes na terra indígena pertencerem ao Estado, o governo está juridicamente obrigado a consultar os povos interessados.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO INTERNACIONAL

Questão 20

Ernesto concluiu o doutorado em Direito em prestigiosa universidade situada em Nova York, nos Estados Unidos, e pretende fazer concurso para o cargo de professor em uma universidade brasileira. Uma das exigências para a revalidação do seu diploma estrangeiro é que este esteja devidamente legalizado. Essa legalização de documento estrangeiro deverá ser feita mediante

A) o apostilamento pela Convenção da Apostila de Haia, da qual Brasil e Estados Unidos fazem parte.

B) a consularização no consulado brasileiro em Nova York.

C) a notarização em consulado norte-americano no Brasil.

D) o apostilamento pela Convenção da Apostila de Haia, no consulado brasileiro.

Comentário:

A) Correto

Observa-se a Resolução 228 de 22/06/2016:

> Art. 1º A legalização de documentos produzidos em território nacional e destinados a produzir efeitos em países partes da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros (Convenção da Apostila) será realizada, a partir de 14 de agosto de 2016, exclusivamente por meio da aposição de apostila, emitida nos termos desta Resolução.

Lê-se, também, Decreto nº 8.660 de 29/01/2016:

> Art. 1º Fica promulgada a Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, firmada em Haia, em 5 de outubro de 1961, anexa a este Decreto.

Lê-se, por fim, Convenção Sobre A Eliminação Da Exigência De Legalização De Documentos Públicos Estrangeiros:

> Artigo 1º
> A presente Convenção aplica-se a documentos públicos feitos no território de um dos Estados Contratantes e que devam produzir efeitos no território de outro Estado Contratante.
> A) o apostilamento pela Convenção da Apostila de Haia, da qual Brasil e Estados Unidos fazem parte.
> A legalização de documento estrangeiro deverá ser feita através do apostilamento, pela Convenção da Apostila de Haia, da qual Brasil e Estados Unidos fazem parte.
> Apostilamento é a legalização de documento produzidos em território estrangeiro ou brasileiro, para produzirem efeitos em países que são parte da Convenção da Apostila de Haia.

Com base nos dispositivos supracitados, é possível entender que a legalização de documento estrangeiro deverá ser feita mediante o apostilamento pela Convenção da Apostila de Haia, da qual Brasil e Estados Unidos fazem parte.

B) Errado

Com base nos dispositivos supracitados, entende-se que a legalização de documento estrangeiro deverá ser feita mediante o apostilamento pela Convenção da Apostila de Haia, da qual Brasil e Estados Unidos fazem parte – e não através da a consularização no consulado brasileiro em Nova York.

C) Errado

Com base nos dispositivos supracitados, entende-se que a legalização de documento estrangeiro deverá ser feita mediante o apostilamento pela Convenção da Apostila de Haia, da qual Brasil e Estados Unidos fazem parte, e não mediante a notarização em consulado norte-americano no Brasil.

D) Errado

Com base nos dispositivos supracitados, entende-se que a legalização de documento estrangeiro deverá ser feita mediante o apostilamento pela Convenção da Apostila de Haia, da qual Brasil e Estados Unidos fazem parte, e não mediante o apostilamento pela Convenção da Apostila de Haia, no consulado brasileiro.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 21

Paulo, brasileiro, celebra no Brasil um contrato de prestação de serviços de consultoria no Brasil a uma empresa pertencente a François, francês residente em Paris, para a realização de investimentos no mercado imobiliário brasileiro. O contrato possui uma cláusula indicando a aplicação da lei francesa.

Em ação proposta por Paulo no Brasil, surge uma questão envolvendo a capacidade de François para assumir e cumprir as obrigações previstas no contrato.

Com relação a essa questão, a Justiça brasileira deverá aplicar

A) a lei brasileira, porque o contrato foi celebrado no Brasil.

B) a lei francesa, porque François é residente da França.

C) a lei brasileira, país onde os serviços serão prestados.

D) a lei francesa, escolhida pelas partes mediante cláusula contratual expressa.

Comentário:

A fim de responder satisfatoriamente a questão, deve-se observar os artigos 7º e 9º da LINDB:

> Art. 7o A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
>
> Art. 9o Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem.
>
> § 2o A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.

A) Errado

Como visto nos artigos supracitados, contrariamente ao que alega a alternativa, a Justiça brasileira deverá aplicar a lei francesa, porque François é residente da França, e não a lei brasileira.

B) Correto

Como visto nos artigos supracitados, a Justiça brasileira deverá aplicar a lei francesa, porque François é residente da França.

C) Errado

Como visto nos artigos supracitados, contrariamente ao que alega a alternativa, a Justiça brasileira deverá aplicar a lei francesa, porque François é residente da França, e não a lei brasileira.

D) Errado

Como visto nos artigos supracitados, contrariamente ao que alega a alternativa, a Justiça brasileira deverá aplicar a lei francesa, porque François é residente da França, e não porque foi escolhida pelas partes mediante cláusula contratual expressa

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 22

João, no final de janeiro de 2016, foi citado em execução fiscal, proposta no início do mesmo mês, para pagamento de valores do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) referente aos anos de 2009 e 2010. Sabe-se que o IPTU em referência aos dois exercícios foi lançado e notificado ao sujeito passivo, respectivamente, em janeiro de 2009 e em janeiro de 2010. Após a ciência dos lançamentos, João não tomou qualquer providência em relação aos débitos. O município não adotou qualquer medida judicial entre a notificação dos lançamentos ao sujeito passivo e o ajuizamento da execução fiscal.

Com base na hipótese apresentada, assinale a opção que indica o argumento apto a afastar a exigência fiscal.

A) O crédito tributário está extinto em virtude de decadência.

B) O crédito tributário está extinto em virtude de parcelamento

C) A exigibilidade do crédito tributário está suspensa em virtude de compensação.

D) O crédito tributário está extinto em virtude de prescrição.

Comentários:

CTN

Art. 156. Extinguem o crédito tributário:

(...)

V - a prescrição e a decadência;

Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Parágrafo único. A prescrição se interrompe:

I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;

II - pelo protesto judicial;

III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV - por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

A) Errado

Não há que se falar em decadência no caso em questão, visto que o munícipio chegou a fazer o lançamento do crédito tributário, nestas condições o que pode existir é a prescrição.

B) Errado

Não há previsão legal neste sentido, a questão exige do candidato o conhecimento sobre os temas da prescrição e decadência.

C) Errado

Não houve qualquer tipo de compensação.

D) Correto

Após o lançamento do crédito, o munícipio tem 5 anos para realizar a cobrança do crédito tributário, decorrido este prazo o crédito entra em prescrição.

Gabarito: Alternativa D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 23

Devido à crise que vem atingindo o Estado Y, seu governador, após examinar as principais reclamações dos contribuintes, decidiu estabelecer medidas que facilitassem o pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Por meio de despacho administrativo, autorizado por lei, perdoou débitos de IPVA iguais ou inferiores a R$ 300,00 (trezentos reais) na época da publicação. Além disso, sancionou lei prorrogando o prazo para pagamento dos débitos de IPVA já vencidos.

Com base no caso apresentado, assinale a opção que indica os institutos tributários utilizados pelo governo, respectivamente.

A) Remissão e isenção.

B) Moratória e anistia.

C) Remissão e moratória.

D) Isenção e moratória.

Comentários:

Para solucionar esta questão é necessário o conhecimento dos institutos da remissão e moratória.

Remissão: Consiste no perdão total ou parcial do crédito tributário, sua previsão legal se encontra no art. 156, IV do CTN, figurando como uma das causas de extinção do crédito tributário.

Moratória: Se configura como a dilatação do prazo de pagamento de um crédito tributário, sua previsão legal se encontra no art. 151, I, do CTN.

CTN

Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I - moratória

(...)

Art. 156. Extinguem o crédito tributário:

(...)

IV - remissão;

A) Errado

A questão não trata de isenção, e sim de moratória.

B) Errado

A questão não trata de anistia, e sim de remissão.

C) Correto

Como explicado acima, o governador fez uso dos institutos da remissão ao perdoar parcialmente os créditos do IPVA, e da moratória na medida em que dilatou os prazos para o recolhimento do imposto.

D) Errado

A questão não trata de isenção.

Gabarito: Alternativa C

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina e Lei Seca.

Questão 24

Em 2015, o Município X estabeleceu, por meio da Lei nº 123, alíquotas progressivas do Imposto sobre propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), tendo em conta o valor do imóvel.

Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

A) A lei é inconstitucional, pois a Constituição da República admite alíquotas progressivas do IPTU apenas se destinadas a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana, o que não é a hipótese.

B) A lei é inconstitucional, pois viola o Princípio da Isonomia.

C) A lei está de acordo com a Constituição da República, e a fixação de alíquotas progressivas poderia até mesmo ser estabelecida por Decreto.

D) A lei está de acordo com a Constituição da República, que estabelece a possibilidade de o IPTU ser progressivo em razão do valor do imóvel.

Comentários:

CF

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

(...)

§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I - ser progressivo em razão do valor do imóvel; e

II - ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

Súmula 668 STF

É inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.

A) Errado

A Constituição não obriga a progressividade nas alíquotas do IPTU em função do cumprimento da função social da propriedade. A CF/88 possibilita essa progressividade em função do valor e da localização dos imóveis.

B) Errado

A CF/88 prevê a progressividade do imposto, e a Jurisprudência do STF já reconheceu a constitucionalidade da progressividade tributária.

C) Errado

Se tratando de matéria tributária, não se pode fixar alíquotas através de decreto e sim através de lei.

D) Correto

A emenda constitucional 29, ao alterar o art. 156 da CF, Possibilitou a progressividade do IPTU, e o STF exercendo o controle de constitucionalidade já pacificou o tema através da Súmula 668.

Gabarito: Alternativa D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

Questão 25

O Município M, ao realizar a opção constitucionalmente prevista, fiscalizou e cobrou Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), incidente sobre as propriedades rurais localizadas fora da sua área urbana. Em função desse fato, o Município M recebeu 50% (cinquenta por cento) do produto do imposto da União sobre a propriedade rural, relativo aos imóveis nele situados.

Diante dessa situação, sobre a fiscalização e a cobrança do ITR pelo Município M, assinale a afirmativa correta.

A) Não são possíveis, por se tratar de imposto de competência da União.

B) São possíveis, sendo igualmente correta a atribuição de 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto a ele.

C) São possíveis, porém, nesse caso, a totalidade do produto da arrecadação do imposto pertence ao Município.

D) São possíveis, porém, nesse caso, 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do imposto pertence ao Município.

Comentários:

CF/88

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

(...)

§ 4º O imposto previsto no inciso VI do caput:

(...)

III - será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

(...)

II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III;

A) Errado

A Própria Constituição prevê a possibilidade de os Municípios cobrarem o ITR dos imóveis localizados em seu território, nos termos do art. 153 4º, III da CF.

B) Errado

Nos termos do art. 158, II, os Municípios que fiscalizarem e arrecadarem o ITR, fazem jus a totalidade do montante arrecadado pelo imposto.

C) Correto

Cumprindo os requisitos presentes nos 153 4º, III e art. 158, II da CF o Município pode arrecadar o ITR e receber a totalidade da arrecadação do imposto

D) Errado

Neste caso a totalidade da arrecadação pertence ao Município.

Gabarito: Alternativa C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 26

A pessoa jurídica XXX é devedora de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), além de multa de ofício e de juros moratórios (taxa Selic), relativamente ao exercício de 2014. O referido crédito tributário foi devidamente constituído por meio de lançamento de ofício, e sua exigibilidade se encontra suspensa por força de recurso administrativo. No ano de 2015, a pessoa jurídica XXX foi incorporada pela pessoa jurídica ZZZ.

Sobre a responsabilidade tributária da pessoa jurídica ZZZ, no tocante ao crédito tributário constituído contra XXX, assinale a afirmativa correta.

A) A incorporadora ZZZ é responsável apenas pelo pagamento da CSLL e dos juros moratórios (taxa Selic).

B) A incorporadora ZZZ é integralmente responsável tanto pelo pagamento da CSLL quanto pelo pagamento da multa e dos juros moratórios.

C) A incorporadora ZZZ é responsável apenas pelo tributo, uma vez que, em razão da suspensão da exigibilidade, não é responsável pelo pagamento das multas e dos demais acréscimos legais.

D) A incorporadora ZZZ é responsável apenas pela CSLL e pela multa, não sendo responsável pelo pagamento dos juros moratórios.

Comentários:

CTN

Art. 132. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até à data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

STJ

Súmula 554 - Na hipótese de sucessão empresarial, a responsabilidade da sucessora abrange não apenas os tributos devidos pela sucedida, mas também as multas moratórias ou punitivas referentes a fatos geradores ocorridos até a data da sucessão.

Nesta questão devemos estar atentos ao fato de que a Lei fala apenas da sucessão em relação aos tributos, no entanto o STJ já deu interpretação mais abrangente no sentido de inserir os juros e multas no passivo a ser recebido pela empresa sucessória.

A) Errado

Como pacificado pelo STJ através da súmula 554, a empresa sucessória é responsável por todo o passivo de tributos, multas moratórias ou punitivas da sucedida.

B) Correto

A incorporadora ZZZ é integralmente responsável tanto pelo pagamento da CSLL quanto pelo pagamento da multa e dos juros moratórios.

C) Errado

Como já exposto, o STJ entendeu que a empresa sucessória é responsável por todo o passivo tributário, moratórias e multas referentes a empresa sucedida

D) Errado

A empresa é sim responsável pelos juros moratórios.

Gabarito: Alternativa B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 27

Ricardo, servidor público federal, especializou-se no mercado imobiliário, tornando-se corretor de imóveis. Em razão do aumento da demanda, passou a atender seus clientes durante o horário de expediente, ausentando-se da repartição pública sem prévia autorização do chefe imediato. Instaurada sindicância, Ricardo foi punido com uma advertência. A despeito disso, ele passou a reincidir na mesma falta que ensejou sua punição. Nova sindicância foi aberta.

Com base na situação narrada, assinale a afirmativa correta.

A) A sindicância não pode resultar, em nenhuma hipótese, na aplicação da pena de suspensão; neste caso, deve ser instaurado processo administrativo disciplinar.

B) A reiteração da mesma falha não enseja a aplicação da pena de suspensão; neste caso, a única sanção possível é a advertência.

C) A sindicância pode dar ensejo à aplicação da pena de suspensão, desde que a sanção seja de até 30 (trinta) dias.

D) A pena de demissão independe da instauração de processo administrativo disciplinar, podendo ser aplicada após sindicância.

Comentário:

Para responder satisfatoriamente a questão, deve-se observar alguns artigos da Lei n 8.112/90. Lê-se:

143. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

Art. 145. Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo;

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

III - instauração de processo disciplinar.

Parágrafo único. O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

Art. 146. Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

A) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, a sindicância pode, sim, resultar na aplicação da pena de suspensão de até 30 dias, como disposto no artigo 145 da lei supracitada.

B) Errado

Observa-se os arts. 129 e 130 da Lei n 8.112/90:

Art. 129. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 117, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

VIII - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;

> XIX - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.
>
> Art. 130. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.

Assim, percebe-se que a suspensão poderá ser aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência, contrariamente ao que alega a alternativa.

C) Correto

Segundo o artigo 146 da Lei n 8.112/90, a sindicância pode dar ensejo à aplicação da pena de suspensão, desde que a sanção seja de até 30 (trinta) dias.

D) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, a pena de demissão depende, sim, da instauração de processo administrativo disciplinar.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 28

Raimundo tornou-se prefeito de um pequeno município brasileiro. Seu mandato teve início em janeiro de 2009 e encerrou-se em dezembro de 2012. Em abril de 2010, sabendo que sua esposa estava grávida de gêmeos e que sua residência seria pequena para receber os novos filhos, Raimundo comprou um terreno e resolveu construir uma casa maior. No mesmo mês, com o orçamento familiar apertado, para não incorrer em novos custos, ele usou um trator de esteiras, de propriedade do município, para nivelar o terreno recém-adquirido.

O Ministério Público teve ciência do fato em maio de 2015 e ajuizou, em setembro do mesmo ano, ação de improbidade administrativa contra Raimundo. Após análise da resposta preliminar, o juiz recebeu a ação e ordenou a citação do réu em dezembro de 2015.

Considerando o enunciado da questão e a Lei de Improbidade Administrativa, em especial as disposições sobre prescrição, o prazo prescricional das eventuais sanções a serem aplicadas a Raimundo é de

A) cinco anos, tendo como termo inicial a data da infração (abril de 2010); logo, como a ação foi ajuizada em setembro de 2015, ocorreu a prescrição no caso concreto

B) três anos, tendo como termo inicial a data em que os fatos se tornaram conhecidos pelo Ministério Público (maio de 2015); logo, como a ação foi ajuizada em setembro de 2015, não ocorreu a prescrição no caso concreto.

C) cinco anos, tendo como termo inicial o término do exercício do mandato (dezembro de 2012); logo, como a ação foi ajuizada em setembro de 2015, não ocorreu a prescrição no caso concreto.

D) três anos, tendo como termo inicial o término do exercício do mandato (dezembro de 2012); logo, como a ação foi ajuizada em setembro de 2015, ocorreu a prescrição no caso concreto

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar à leitura do artigo 23, da Lei nº 8.429/92. Lê-se:

> Art. 23. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei podem ser propostas:
>
> I - até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;

A) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, como pode ser visto no art. 23 da Lei 8.429/92, as ações podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício de mandato, e não tendo como como termo inicial a data da infração.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, como pode ser visto no art. 23 da Lei 8.429/92, as ações podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício de mandato, e não três anos após.

C) Correto

Como pode ser visto no artigo 23 da Lei 8.429/92, a ação pode ser proposta até cinco anos, tendo como termo inicial o término do exercício do mandato (dezembro de 2012); logo, como a ação foi ajuizada em setembro de 2015, não ocorreu a prescrição no caso concreto.

D) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, como pode ser visto no art. 23 da Lei 8.429/92, as ações podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício de mandato, e não três anos após.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 29

João foi aprovado em concurso público para ocupar um cargo federal. Depois de nomeado, tomou posse e entrou em exercício imediatamente. Porém, em razão da sua baixa produtividade, o órgão ao qual João estava vinculado entendeu que o servidor não satisfez as condições do estágio probatório.

Considerando o Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União, à luz do caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) A Administração Pública deve exonerar João, após o devido processo legal, visto que ele não mostrou aptidão e capacidade para o exercício do cargo.

B) A Administração Pública deve demitir João, solução prevista em lei para os casos de inaptidão no estágio probatório.

C) João deve ser redistribuído para outro órgão ou outra entidade do mesmo Poder, a fim de que possa desempenhar suas atribuições em outro local.

D) João deve ser readaptado em cargo de atribuições afins.

Comentário:

A fim de responder satisfatoriamente a questão, deve-se atentar à leitura do art. 34 da Lei nº 8112/90:

> Art. 34. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício.

Parágrafo único. A exoneração de ofício dar-se-á:

I - quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;

II - quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.

A) Correto

Como visto no art. 34 da referida lei, a Administração Pública deve exonerar João, após o devido processo legal, visto que ele não mostrou aptidão e capacidade para o exercício do cargo.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, em conformidade ao art. 34 da Lei nº 8112/90, a Administração Pública não deve demitir João, mas sim exonera-lo, como em solução prevista em lei para os casos de inaptidão no estágio probatório.

C) Errado

Em conformidade ao art. 34 da Lei nº 8112/90, a Administração Pública deve exonerar João, após o devido processo legal, visto que ele não mostrou aptidão e capacidade para o exercício do cargo – e não, como alega a alternativa, redistribuí-lo para outro órgão ou outra entidade do mesmo Poder.

D) Errado

Em conformidade ao art. 34 da Lei nº 8112/90, a Administração Pública deve exonerar João, após o devido processo legal, visto que ele não mostrou aptidão e capacidade para o exercício do cargo – e não, como alega a alternativa, readaptá-lo em cargo de atribuições afins.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 30

A União celebrou com a empresa Gama contrato de concessão de serviço público precedida de obra pública. O negócio jurídico tinha por objeto a exploração, incluindo a duplicação, de determinada rodovia federal. Algum tempo após o início do contrato, o poder concedente identificou a inexecução de diversas obrigações por parte da concessionária, o que motivou a notificação da contratada. Foi autuado processo administrativo, ao fim do qual o poder concedente concluiu estar prejudicada a prestação do serviço por culpa da contratada.

Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) O contrato é nulo desde a origem, eis que a concessão de serviços públicos não pode ser precedida da execução de obras públicas.

B) O poder concedente pode declarar a caducidade do contrato de concessão, tendo em vista a inexecução parcial do negócio jurídico por parte da concessionária.

C) O poder concedente deve, necessariamente, aplicar todas as sanções contratuais antes de decidir pelo encerramento do contrato.

D) O processo administrativo tem natureza de inquérito e visa coletar informações precisas dos fatos; por isso, não há necessidade de observar o contraditório e a ampla defesa da concessionária.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar aos arts. 37 e 38 da Lei nº 8.987/1995:

> Art. 37. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.
>
> Art. 38. A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste artigo, do art. 27, e as normas convencionadas entre as partes.

A) Errado

Observa-se os arts. 2º e 4º da LEI Nº 8987/95:

> Art. 2 Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se: (...)
>
> III - concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado; (...)
>
> Art. 4 A concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será formalizada mediante contrato, que deverá observar os termos desta Lei, das normas pertinentes e do edital de licitação.

Assim, como visto nos artigos supracitados, o contrato não é nulo desde a origem, como alega a alternativa.

B) Correto

Como disposto nos artigos supracitados, o poder concedente pode declarar a caducidade do contrato de concessão, tendo em vista a inexecução parcial do negócio jurídico por parte da concessionária.

C) Errado

Como disposto no artigo 38 da Lei nº 8.987/1995, a inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, contrariamente ao que alega a alternativa.

D) Errado

Observa-se o art. 2º da Lei nº 9784/99:

> Art. 2 A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Entende-se, então que há, sim, necessidade de observar o contraditório e a ampla defesa da concessionária.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 31

A organização religiosa Tenhafé, além dos fins exclusivamente religiosos, também se dedica a atividades de interesse público, notadamente à educação e à socialização de crianças em situação de risco. Ela não está qualificada como Organização Social (OS), nem como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), mas pretende obter verbas da União para a promoção de projetos incluídos no plano de Governo Federal, propostos pela própria Administração Pública.

Sobre a pretensão da organização religiosa Tenhafé, assinale a afirmativa correta.

A) Por ser uma organização religiosa, Tenhafé não poderá receber verbas da União.

B) A transferência de verbas da União para a organização religiosa Tenhafé somente poderá ser formalizada por meio de contrato administrativo, mediante a realização de licitação na modalidade concorrência.

C) Para receber verbas da União para a finalidade em apreço, a organização religiosa Tenhafé deverá qualificar-se como OS ou OSCIP.

D) Uma vez selecionada por meio de chamamento público, a organização religiosa Tenhafé poderá obter a transferência de recursos da União por meio de termo de colaboração.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar à leitura do art. 2 da Lei 13019/14:

> Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:
>
> I - organização da sociedade civil: (...)
>
> c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos;
>
> VII - termo de colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros; (...)
>
> XII - chamamento público: procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos; (...).

A) Errado

Contrariamente ao alegado na alternativa, a organização Tenhafé poderá obter a transferência de recursos da União por meio de termo de colaboração.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, a transferência de verbas da União para a organização religiosa Tenhafé poderá ser formalizada por meio do Chamamento Público através do termo de colaboração ou de fomento.

C) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, como pode ser visto no artigo 2º da Lei 13019/14, uma vez selecionada por meio de chamamento público, a organização religiosa Tenhafé poderá obter a transferência de recursos da União por meio de termo de colaboração.

D) Correto

Como visto no artigo 2º da lei 13019/14, uma vez selecionada por meio de chamamento público, a organização religiosa Tenhafé poderá obter a transferência de recursos da União por meio de termo de colaboração.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 32

Em novembro de 2014, Josué decidiu gozar um período sabático e passou, a partir de então, quatro anos viajando pelo mundo. Ao retornar ao Brasil, foi surpreendido pelo fato de que um terreno de sua propriedade havia sido invadido, em setembro de 2015, pelo Município Beta, que nele construiu uma estação de tratamento de água e esgoto.

Em razão disso, Josué procurou você para, na qualidade de advogado(a), traçar a orientação jurídica adequada, em consonância com o ordenamento vigente.

A) Deve ser ajuizada uma ação possessória, diante do esbulho cometido pelo Poder Público municipal.

B) Não cabe qualquer providência em Juízo, considerando que a pretensão de Josué está prescrita.

C) Impõe-se que Josué aguarde que o bem venha a ser destinado pelo Município a uma finalidade alheia ao interesse público, para que, somente então, possa pleitear uma indenização em Juízo.

D) É pertinente o ajuizamento de uma ação indenizatória, com base na desapropriação indireta, diante da incorporação do bem ao patrimônio público pela afetação.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar ao o art. 35 do Decreto-Lei nº 3.365/41:

> Art. 35. Os bens expropriados, uma vez incorporados à Fazenda Pública, não podem ser objeto de reivindicação, ainda que fundada em nulidade do processo de desapropriação. Qualquer ação, julgada procedente, resolver-se-á em perdas e danos.

A) Errado

Contrariamente ao texto da alternativa, não deve ser ajuizada uma ação possessória, mas sim uma ação indenizatória com base na desapropriação indireta.

B) Errado

Contrariamente ao texto da alternativa, não se impõe que Josué aguarde que o bem venha a ser destinado pelo Município a uma finalidade alheia ao interesse público, para que, somente então, possa pleitear uma indenização em Juízo.

C) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, cabe, sim, providência em Juízo.

D) Correto

Como visto no artigo 35 do Decreto-Lei nº 3.365/41, é pertinente o ajuizamento de uma ação indenizatória, com base na desapropriação indireta, diante da incorporação do bem ao patrimônio público pela afetação.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO AMBIENTAL

Questão 33

Configurada a violação aos dispositivos da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, especificamente sobre a restauração e recuperação de ecossistema degradado, o Estado Z promove ação civil pública em face de Josemar, causador do dano.

Em sua defesa judicial, Josemar não nega a degradação, mas alega o direito subjetivo de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com a possibilidade de transacionar sobre o conteúdo das normas sobre restauração e recuperação.

Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

A) Josemar não possui direito subjetivo à celebração do TAC, que, caso celebrado, não pode dispor sobre o conteúdo da norma violada, mas sobre a forma de seu cumprimento.

B) O TAC não pode ser celebrado, uma vez que a ação civil pública foi proposta pelo Estado, e não pelo Ministério Público.

C) Josemar possui direito subjetivo a celebrar o TAC, sob pena de violação ao princípio da isonomia, mas sem que haja possibilidade de flexibilizar o conteúdo das normas violadas.

D) Josemar possui direito subjetivo a celebrar o TAC nos termos pretendidos, valendo o termo como título executivo extrajudicial, apto a extinguir a ação civil pública por perda de objeto.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar ao art. 5º, §6º da Lei 7.347/1985:

> Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

A) Correto

Como visto no art. 5º, §6º da referida lei, o termo de ajustamento da conduta não é caracterizado como direito subjetivo do indivíduo, sendo apenas uma prerrogativa dos órgãos públicos para que tomem dos interessados o compromisso e a adequação de sua conduta às exigências dispostas em lei. Sendo o TAC firmado, não deve ele dispor sobre o conteúdo da norma violada, mas sobre a forma de adequação do ato ao texto legislativo.

B) Errado

De acordo com o art. 5º, §6º da referida lei, qualquer órgão público legitimado à propositura da Ação Civil Pública estará apto a tomar dos interessados o TAC às exigências legais.

C) Errado

Contrariamente ao texto da alternativa, não há direito subjetivo a ser celebrado pelo TAC.

D) Errado

Contrariamente ao texto da alternativa, não há direito subjetivo a ser celebrado pelo TAC.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 34

Os Municípios ABC e XYZ estabeleceram uma solução consorciada intermunicipal para a gestão de resíduos sólidos. Nesse sentido, celebraram um consórcio para estabelecer as obrigações e os procedimentos operacionais relativos aos resíduos sólidos de serviços de saúde, gerados por ambos os municípios.

Sobre a validade do plano intermunicipal de resíduos sólidos, assinale a afirmativa correta.

A) Não é válido, uma vez que os resíduos de serviços de saúde não fazem parte da Política Nacional de Resíduos Sólidos, sendo disciplinados por lei específica.

B) É válido, sendo que os Municípios ABC e XYZ terão prioridade em financiamentos de entidades federais de crédito para o manejo dos resíduos sólidos.

C) É válido, devendo o consórcio ser formalizado por meio de sociedade de propósito específico com a forma de sociedade anônima.

D) É válido, tendo como conteúdo mínimo a aplicação de 1% (um por cento) da receita corrente líquida de cada município consorciado.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar à leitura do art. 45 da Lei nº 12.305/2010:

> Art. 45. Os consórcios públicos constituídos, nos termos da Lei nº 11.107/2005, com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de serviços públicos que envolvam resíduos sólidos, têm prioridade na obtenção dos incentivos instituídos pelo Governo Federal.

A) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, os resíduos dos serviços de saúde não são excluídos pela Lei 12.305/2010 do que é conceituado como resíduos sólidos.

B) Correto

Como visto no artigo 45 da referida lei, o plano intermunicipal de resíduos sólidos é válido, tendo os Municípios ABC e XYZ prioridade em financiamentos de entidades federais de crédito para o manejo dos resíduos sólidos.

B) Errado

Conforme a Lei 11.107/2005, os consórcios públicos podem, sim, ser constituídos de uma associação pública ou de pessoa jurídica de direito privado.

C) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, não há previsão legal para esta hipótese.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO CIVIL

Questão 35

João, empresário individual, é titular de um estabelecimento comercial que funciona em loja alugada em um shopping-center movimentado. No estabelecimento, trabalham o próprio João, como gerente, sua esposa, como caixa, e Márcia, uma funcionária contratada para atuar como vendedora.

Certo dia, Miguel, um fornecedor de produtos da loja, quando da entrega de uma encomenda feita por João, foi recebido por Márcia e sentiu-se ofendido por comentários preconceituosos e discriminatórios realizados pela vendedora. Assim, Miguel ingressou com ação indenizatória por danos morais em face de João.

A respeito do caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) João não deve responder pelo dano moral, uma vez que não foi causado direta e imediatamente por conduta sua.

B) João pode responder apenas pelo dano moral, caso reste comprovada sua culpa in vigilando em relação à conduta de Márcia.

C) João pode responder apenas por parte da compensação por danos morais diante da verificação de culpa concorrente de terceiro.

D) João deve responder pelos danos causados, não lhe assistindo alegar culpa exclusiva de terceiro.

Comentários:

Código Civil:

Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil:

(...)

III - o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele;

Art. 933. As pessoas indicadas nos incisos I a V do artigo antecedente, ainda que não haja culpa de sua parte, responderão pelos atos praticados pelos terceiros ali referidos.

Enunciado 451 da V Jornada de Direito Civil:

Enunciado 451 - Arts. 932 e 933: A responsabilidade civil por ato de terceiro funda-se na responsabilidade objetiva ou independente de culpa, estando superado o modelo de culpa presumida

A) Errado

Cabe a João responder pelo dano moral. Como exposto pelo enunciado 451 da Jornada de Direito Civil, a responsabilidade civil por ato de terceiro, funda-se na responsabilidade objetiva e independente de culpa.

B) Errado

O Código Civil de 2002, não prevê culpa in vigilando, tendo este estabelecido as modalidades de responsabilidade objetiva, abolindo as modalidades de culpa presumida.

C) Errado

Com fulcro no art. 933 do CC, temos que as pessoas indicadas como responsáveis no art. 932, mesmo que sem culpa devem responder pelos danos decorrentes. Como Márcia é funcionária de João, este se configura como responsável pela reparação do dano.

D) Correto

Tomando como base os art. 932 e 933 do CC, João é responsável pelos danos causados por sua funcionária Márcia, não lhe assistindo alegar culpa exclusiva de terceiro.

Gabarito: Alternativa D

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca e Doutrina.

Questão 36

Em 05 de dezembro de 2016, Sérgio, mediante contrato de compra e venda, adquiriu de Fernando um computador seminovo (ano 2014) da marca Massa pelo valor de R$ 5.000,00. O pagamento foi integralizado à vista, no mesmo dia, e foi previsto no contrato que o bem seria entregue em até um mês, devendo Fernando contatar Sérgio, por telefone, para que este buscasse o computador em sua casa. No contrato, também foi prevista multa de R$ 500,00 caso o bem não fosse entregue no prazo combinado.

Em 06 de janeiro de 2017, Sérgio, muito ansioso, ligou para Fernando perguntando pelo computador, mas teve como resposta que o atraso na entrega se deu porque a irmã de Fernando, Ana, que iria trazer um computador novo para ele do exterior, tinha perdido o voo e só chegaria após uma semana. Por tal razão, Fernando ainda dependia do computador antigo para trabalhar e não poderia entregá-lo de imediato a Sérgio.

Acerca dos fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

A) Sérgio poderá exigir de Fernando a execução específica da obrigação (entrega do bem) ou a cláusula penal de R$ 500,00, não podendo ser cumulada a multa com a obrigação principal.

B) Sérgio poderá exigir de Fernando a execução específica da obrigação (entrega do bem) simultaneamente à multa de R$ 500,00, tendo em vista ser cláusula penal moratória.

C) Sérgio somente poderá exigir de Fernando a execução específica da obrigação (entrega do bem), não a multa, pois o atraso foi por culpa de terceiro (Ana), e não de Fernando.

D) Sérgio somente poderá exigir de Fernando a cláusula penal de R$ 500,00, não a execução específica da obrigação (entrega do bem), que depende de terceiro (Ana).

Comentários:

Código Civil:

Art. 411. Quando se estipular a cláusula penal para o caso de mora, ou em segurança especial de outra cláusula determinada, terá o credor o arbítrio de exigir a satisfação da pena cominada, juntamente com o desempenho da obrigação principal.

A) Errado

Como indicado pelo art. 411 do CC, Sérgio poderá exigir a execução da obrigação principal, concomitantemente com a execução da cláusula penal, estabelecida no contrato para a ocorrência de mora.

B) Correto

Como indicado no comentário anterior a execução da cláusula penal não impede a execução da obrigação principal, ocorrendo as duas em simultâneo.

C) Errado

Em função de cláusula contratual, Sérgio pode sim exigir o pagamento da multa, independente dos eventos que lhe deram causa.

D) Errado

Como indicado pelo art. 411 do CC, Sérgio poderá exigir a execução da obrigação principal, concomitantemente com a execução da cláusula penal, estabelecida no contrato para a ocorrência de mora.

Gabarito: Alternativa B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 37

Marcos caminhava na rua em frente ao Edifício Roma quando, da janela de um dos apartamentos da frente do edifício, caiu uma torradeira elétrica, que o atingiu quando passava. Marcos sofreu fratura do braço direito, que foi diretamente atingido pelo objeto, e permaneceu seis semanas com o membro imobilizado, impossibilitado de trabalhar, até se recuperar plenamente do acidente.

À luz do caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) O condomínio do Edifício Roma poderá vir a ser responsabilizado pelos danos causados a Marcos, com base na teoria da causalidade alternativa.

B) Marcos apenas poderá cobrar indenização por danos materiais e morais do morador do apartamento do qual caiu o objeto, tendo que comprovar tal fato.

C) Marcos não poderá cobrar nenhuma indenização a título de danos materiais pelo acidente sofrido, pois não permaneceu com nenhuma incapacidade permanente.

D) Caso Marcos consiga identificar de qual janela caiu o objeto, o respectivo morador poderá alegar ausência de culpa ou dolo para se eximir de pagar qualquer indenização a ele.

Comentários:

Código Civil:

Art. 938. Aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.

Enunciado 557 da VI Jornada de Direito Civil:

557. Art. 938 – Nos termos do art. 938 do CC, se a coisa cair ou for lançada de condomínio edilício, não sendo possível identificar de qual unidade, responderá o condomínio, assegurado o direito de regresso.

A) Correto

Nos termos do art. 938 do CC temos que "Aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido" O Enunciado 557 da VI Jornada de Direito Civil, ainda vai um pouco além e indica que se a coisa for lançada de condomínio edilício, não sendo possível a

identificação da unidade, responderá o condomínio pelo dano, tendo este direito de regresso sobre o condômino que deu causa a indenização.

B) Errado

Marcos poderá cobrar indenização do edifício, baseado na teoria da causalidade alternativa, não cabendo neste caso a comprovação do fato, visto que se trata de responsabilidade objetiva.

C) Errado

Apesar de não restar nenhum dano permanente, Marcos poderá cobrar indenização por danos materiais, em função do acidente sofrido, pois de toda forma sofreu danos.

D) Errado

Por ser tratar de responsabilidade objetiva, não entra em discussão a culpa ou dolo, restando a responsabilidade do condomínio em reparar o dano sofrido por Marcos.

Gabarito: Alternativa A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina.

Questão 38

Jonas trabalha como caseiro da casa de praia da família Magalhães, exercendo ainda a função de cuidador da matriarca Lena, já com 95 anos. Dez dias após o falecimento de Lena, Jonas tem seu contrato de trabalho extinto pelos herdeiros. Contudo, ele permanece morando na casa, apesar de não manter qualquer outra relação jurídica com os herdeiros, que também já não frequentam mais o imóvel e permanecem incomunicáveis.

Jonas decidiu, por sua própria conta, fazer diversas modificações na casa: alterou a pintura, cobriu a garagem (que passou a alugar para vizinhos) e ampliou a churrasqueira. Ele passou a dormir na suíte principal, assumiu as despesas de água, luz, gás e telefone, e apresentou-se, perante a comunidade, como "o novo proprietário do imóvel".

Doze anos após o falecimento de Lena, seu filho Adauto decide retomar o imóvel, mas Jonas se recusa a devolvê-lo.

A partir da hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

A) Jonas não pode usucapir o bem, eis que é possuidor de má-fé.

B) Adauto não tem direito à ação possessória, eis que o imóvel estava abandonado.

C) Jonas não pode ser considerado possuidor, eis que é o caseiro do imóvel.

D) Na hipótese indicada, a má-fé de Jonas não é um empecilho à usucapião.

Comentários:

Código Civil:

Art. 1.238. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

Parágrafo único. O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo.

A) Errado

A boa-fé não é um dos requisitos da usucapião, sendo assim a má-fé não impediria Jonas de usucapir o imóvel.

B) Errado

O imóvel não se encontra abandonado, pois Jonas está em sua posse.

C) Errado

Jonas não se configura mais como caseiro da casa, pois seu contrato de trabalho foi rompido após a morte da matriarca. Após isto, Jonas seguiu agindo como possuidor do bem e não mais recebendo ordens dos antigos proprietários.

D) Correto

Como já indicado, a má-fé não é empecilho para a usucapião, visto que os requisitos que devem ser cumpridos estão relacionados a posse e ao tempo, e não a boa-fé.

Gabarito: Alternativa D

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca.

Questão 39

Mário, cego, viúvo, faleceu em 1º de junho de 2017, deixando 2 filhos: Clara, casada com Paulo, e Júlio, solteiro. Em seu testamento público, feito de acordo com as formalidades legais, em 02 de janeiro de 2017, Mário gravou a legítima de Clara com cláusula de incomunicabilidade; além disso, deixou toda a sua parte disponível para Júlio.

Sobre a situação narrada, assinale a afirmativa correta.

A) O testamento é inválido, pois, como Mário é cego, deveria estar regularmente assistido para celebrar o testamento validamente

B) A cláusula de incomunicabilidade é inválida, pois Mário não declarou a justa causa no testamento, como exigido pela legislação civil.

C) A cláusula que confere a Júlio toda a parte disponível é inválida, pois Mário não pode tratar seus filhos de forma diferente.

D) O testamento é inválido, pois, como Mário é cego, a legislação apenas lhe permite celebrar testamento cerrado.

Comentários:

Código Civil:

Art. 1.848. Salvo se houver justa causa, declarada no testamento, não pode o testador estabelecer cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade, e de incomunicabilidade, sobre os bens da legítima.

Art. 1.849. O herdeiro necessário, a quem o testador deixar a sua parte disponível, ou algum legado, não perderá o direito à legítima.

A) Errado

O testamento é válido. Como informado no enunciado da questão, o testamento foi feito de maneira pública e cumprindo todas as formalidades legais.

B) Correto

Para que a cláusula de incomunicabilidade fosse válida, Mário deveria informar justa causa que validasse a incomunicabilidade da herança a que faz jus herdeiro necessário, como indica o Código Civil.

C) Errado

A cláusula conferindo a Júlio a parte disponível da herança é válida, como indica o art. 1.849 do CC, visto que Mário tem liberdade para dispor desta parte da herança, sem que com isso Júlio perca os direitos sobre a sua parte legítima.

D) Errado

O testamento é válido. Como informado no enunciado da questão, o testamento foi feito de maneira pública e cumprindo todas as formalidades legais.

Resposta: Alternativa B

Fonte de conhecimento Jurídico: Lei Seca.

Questão 40

Ana, sem filhos, solteira e cujos pais são pré-mortos, tinha os dois avós paternos e a avó materna vivos, bem como dois irmãos: Bernardo (germano) e Carmem (unilateral). Ana falece sem testamento, deixando herança líquida no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

De acordo com os fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

A) Seus três avós receberão, cada um, R$ 20.000,00 (vinte mil reais), por direito de representação dos pais de Ana, pré-mortos.

B) Seus avós paternos receberão, cada um, R$ 15.000,00 (quinze mil reais) e sua avó materna receberá R$ 30.000,00 (trinta mil reais), por direito próprio.

C) Bernardo receberá R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por ser irmão germano, e Carmem receberá R$ 20.000,00 (vinte mil reais), por ser irmã unilateral.

D) Bernardo e Carmem receberão, cada um, R$ 30.000,00 (trinta mil reais), por direito próprio.

Comentários:

Código Civil:

Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte:

I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares;

II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge;

III - ao cônjuge sobrevivente;

IV - aos colaterais.

Art. 1.836. Na falta de descendentes, são chamados à sucessão os ascendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente.

(...)

§ 2º Havendo igualdade em grau e diversidade em linha, os ascendentes da linha paterna herdam a metade, cabendo a outra aos da linha materna.

A) Errado

A igualdade se dá em relação a linha de ascendência e não por cabeça. Sendo assim, metade da herança deve ir para os avós maternos e a outra metade para os avós paternos. Com isso, os avós paternos de Ana fazem jus a R$30 mil, cabendo R$15 mil a cada um e a avó materna herda R$30mil, por direito próprio.

B) Correto

Como exposto na alternativa anterior, os avós paternos de Ana fazem jus a R$30 mil, cabendo R$15 mil a cada um e a avó materna herda R$30mil, por direito próprio.

C) Errado

Bernardo e Carmem nada recebem por serem colaterais, visto que na existência de ascendentes, os colaterais são excluídos da sucessão.

D) Errado

Bernardo e Carmem nada recebem por serem colaterais, visto que na existência de ascendentes, os colaterais são excluídos da sucessão.

Resposta: Alternativa B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 41

Arlindo, proprietário da vaca Malhada, vendeu-a a seu vizinho, Lauro. Celebraram, em 10 de janeiro de 2018, um contrato de compra e venda, pelo qual Arlindo deveria receber do comprador a quantia de R$ 2.500,00, no momento da entrega do animal, agendada para um mês após a celebração do contrato. Nesse interregno, contudo, para surpresa de Arlindo, Malhada pariu dois bezerros.

Sobre os fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

A) Os bezerros pertencem a Arlindo.

B) Os bezerros pertencem a Lauro.

C) Um bezerro pertence a Arlindo e o outro, a Lauro.

D) Deverá ser feito um sorteio para definir a quem pertencem os bezerros.

Comentários:

Código Civil:

Art. 237. Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço; se o credor não anuir, poderá o devedor resolver a obrigação.

Parágrafo único. Os frutos percebidos são do devedor, cabendo ao credor os pendentes.

A) Correto

Como exposto no art. 237 do CC, "Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos" sendo assim os bezerros pertencem a Arlindo.

B) Errado

Como exposto no art. 237 do CC, "Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos" sendo assim os bezerros pertencem a Arlindo.

C) Errado

Como exposto no art. 237 do CC, "Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos" sendo assim os bezerros pertencem a Arlindo.

D) Errado

Como exposto no art. 237 do CC, "Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos" sendo assim os bezerros pertencem a Arlindo.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.



ECA

Questão 42

Beatriz, quando solteira, adotou o bebê Théo. Passados dois anos da adoção, Beatriz começou a viver em união estável com Leandro. Em razão das constantes viagens a trabalho de Beatriz, Leandro era quem diariamente cuidava de Théo, participando de todas as atividades escolares. Théo reconheceu Leandro como pai.

Quando Beatriz e Leandro terminaram o relacionamento, Théo já contava com 15 anos de idade. Leandro, atendendo a um pedido do adolescente, decide ingressar com ação de adoção unilateral do infante. Beatriz discorda do pedido, sob o argumento de que a união estável está extinta e que não mantém um bom relacionamento com Leandro.

Considerando o Princípio do Superior Interesse da Criança e do Adolescente e a Prioridade Absoluta no Tratamento de seus Direitos, Théo pode ser adotado por Leandro?

A) Não, pois, para a adoção unilateral, é imprescindível que Beatriz concorde com o pedido.
B) Sim, caso haja, no curso do processo, acordo entre Beatriz e Leandro, regulamentando a convivência familiar de Théo.
C) Não, pois somente os pretendentes casados, ou que vivam em união estável, podem ingressar com ação de adoção unilateral.

D) Sim, o pedido de adoção unilateral formulado por Leandro poderá, excepcionalmente, ser deferido e, ainda que de forma não consensual, regulamentada a convivência familiar de Théo com os pais.

Comentário:

A) Errado

De acordo com Rossato, Lépore e Sanches, a adoção unilateral "é aquela que pressupõe o rompimento do vínculo de filiação com apenas um dos pais biológicos, mantendo-se, por lógica, o vínculo com o outro pai biológico (pai ou mãe). Em palavras simples, a adoção unilateral é aquela em que quem requer a adoção unilateral passa a ocupar a posição de um dos pais biológicos".

De acordo com o ECA:

> Art. 28 § 2º Tratando-se de maior de **12 (doze) anos de idade**, será necessário seu consentimento, colhido em audiência. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência Importância da opinião do adotando.
>
> Art. 39 § 3º Em caso de conflito entre direitos e interesses do adotando e de outras pessoas, inclusive seus pais biológicos, devem prevalecer os direitos e os interesses do adotando. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017) Mesmo com a discordância da mãe no caso exposto, o melhor contexto para o adotando deve prevalecer.
>
> Art. 41 § 1º Se um dos cônjuges ou concubinos adota o filho do outro, mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou concubino do adotante e os respectivos parentes. Adoção Unilateral.
>
> Art. 50 § 13. Somente poderá ser deferida adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos termos desta Lei quando:(Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência
>
> I - se tratar de pedido de adoção unilateral;(Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Pois neste caso, subentende-se que já existe o convívio familiar, conforme o caso narrado.

Assim, apesar de, em regra, quando no registro de nascimento consta somente o nome do pai ou da mãe, deve haver a concordância do pai ou mãe indicado no registro, ou seja, aquele em relação ao qual simplesmente haverá manutenção do vínculo de filiação, aplicando-se o Princípio do Superior Interesse da Criança e do Adolescente (artigo 100, inciso IV, do ECA, extensível a todo o ECA), não há dúvidas de que, mesmo Beatriz discordando do pedido de adoção unilateral de Théo por parte de Leandro sob a alegação de que a união estável está extinta e que ela não mantém um bom relacionamento com Leandro, a adoção unilateral pode ser deferida em favor de Leandro.

B) Errado

Nos termos do artigo 42, §4º, do ECA (Lei 8.069/90), o acordo sore a guarda e o regime de visitas é necessário para o deferimento da adoção bilateral entre divorciados, judicialmente separados e ex-companheiros:

> Art. 42. Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência
>
> (...)
>
> § 4o Os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros podem adotar conjuntamente, contanto que acordem sobre a guarda e o regime de visitas e desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância do período de convivência e que seja comprovada a existência de vínculos de afinidade e afetividade com aquele não detentor da guarda, que justifiquem a excepcionalidade da concessão. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência.

No caso de adoção unilateral descrito na questão, porém, aplicando-se o Princípio do Superior Interesse da Criança e do Adolescente (artigo 100, inciso IV, do ECA, extensível a todo o ECA), não há dúvidas de que, mesmo não havendo acordo entre Beatriz e Leandro acerca da convivência familiar de Théo, a adoção unilateral pode ser deferida em favor de Leandro.

C) Errado

De acordo com o art. 42, §2º, do ECA (Lei 8.069/90), para adoção conjunta é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável:

> Art. 42. Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência
> (...)
> § 2o Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência.

No caso de adoção unilateral descrito na questão, porém, aplica-se o Princípio do Superior Interesse da Criança e do Adolescente (artigo 100, inciso IV, do ECA, extensível a todo o ECA), não havendo dúvidas de que, mesmo Beatriz e Leandro tendo rompido o relacionamento, a adoção unilateral pode ser deferida em favor de Leandro.

D) Correto

É a melhor hipótese, de acordo com o Princípio do Superior Interesse da Criança e do Adolescente (artigo 100, inciso IV, do ECA, extensível a todo o ECA).

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 43

Angélica, criança com 5 anos de idade, reside com a mãe Teresa, o padrasto Antônio e a tia materna Joana. A tia suspeita de que sua sobrinha seja vítima de abuso sexual praticado pelo padrasto. Isso porque, certa vez, ao tomar banho com Angélica, esta reclamou de dores na vagina e no ânus, que aparentavam estar bem vermelhos. Na ocasião, a sobrinha disse que "o papito coloca o dedo no meu bumbum e na minha perereca, e dói". Joana narrou o caso para a irmã Teresa, que disse não acreditar no relato da filha, pois ela gostava de inventar histórias, e que, ainda que fosse verdade, não poderia fazer nada, pois depende financeiramente de Antônio. Joana, então, após registrar a ocorrência na Delegacia de Polícia, que apenas instaurou o inquérito policial e encaminhou a criança para exame de corpo de delito, busca orientação jurídica sobre o que fazer para colocá-la em segurança imediatamente.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de resguardar a integridade de Angélica até que os fatos sejam devidamente apurados pelo Juízo Criminal competente, assinale a opção que indica a medida que poderá ser postulada por um advogado junto ao Juízo da Infância e da Juventude.

A) A aplicação da medida protetiva de acolhimento institucional de Angélica.
B) Solicitar a suspensão do poder familiar de Antônio.
C) Solicitar o afastamento de Antônio da moradia comum.
D) Solicitar a destituição do poder familiar da mãe Teresa.

Comentário:

A) Errado

De acordo com o art. 101, §§1º e 2º do ECA (Lei 8.069/90), o acolhimento institucional é medida provisória e excepcional, sendo a melhor medida cautelar

aplicável, no caso descrito na questão, a prevista no artigo 130 do ECA (Lei 8.069/90), qual seja, o afastamento do agressor (o padrasto Antônio) da moradia comum.

> Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
>
> § 1o **O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais**, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência
>
> § 2o Sem prejuízo da tomada de medidas emergenciais para proteção de vítimas de violência ou abuso sexual e das providências a que alude o art. 130 desta Lei, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e importará na deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual se garanta aos pais ou ao responsável legal o exercício do contraditório e da ampla defesa. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência
>
> Art. 130. Verificada a hipótese de **maus-tratos, opressão ou abuso sexual** impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o **afastamento do agressor da moradia comum**. Parágrafo único. Da medida cautelar constará, ainda, a fixação provisória dos alimentos de que necessitem a criança ou o adolescente dependentes do agressor. (Incluído pela Lei nº 12.415, de 2011)

B) Errado

Antônio, sendo padrasto, não necessariamente detém o poder familiar em relação a Angélica. Além disso, a medida deve ser célere, de modo a tirar Angélica da situação de risco em que se encontra.

C) Correto

De acordo com o art. 130 do ECA (Lei 8.069/90).

D) Errado

Uma vez que o agressor é Antônio e não a mãe Teresa. Poderia via a ser requerida a suspensão do poder familiar da mãe Teresa em relação à criança Angélica caso houvessem indícios suficientes de que ela acobertava a prática dos abusos sexuais de Antônio (padrasto).

A destituição do poder familiar é medida extrema, e só pode ser decretada quando verificada a impossibilidade total de manutenção da criança no seio da família, nos termos do artigo 19, §3º, do ECA (Lei 8.069/90), após observado o devido processo legal:

> Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016) § 1o Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)
>
> § 3o A manutenção ou a reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que será esta incluída em serviços e programas de proteção, apoio e promoção, nos termos do § 1o do art. 23, dos incisos I e IV do caput do art. 101 e dos incisos I a IV do caput do art. 129 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

Gabarito: Letra C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO DO CONSUMIDOR

Questão 44

Petrônio, servidor público estadual aposentado, firmou, em um intervalo de seis meses, três contratos de empréstimo consignado com duas instituições bancárias diferentes, comprometendo 70% (setenta por cento) do valor de aposentadoria recebido mensalmente, o que está prejudicando seu sustento, já que não possui outra fonte de renda. Petrônio procura orientação de um advogado para saber se há possibilidade de corrigir o que alega ter sido um engano de contratação de empréstimos sucessivos.

Partindo dessa situação, à luz do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

A) Não há abusividade na realização de descontos superiores a 50% (cinquenta por cento) dos rendimentos do consumidor para fins de pagamento de prestação dos empréstimos quando se tratar de contratos firmados com fornecedores diferentes, como no caso narrado.

B) O consumidor não pode ser submetido à condição de desequilíbrio na relação jurídica, sendo nulas de pleno direito as cláusulas contratuais do contrato no momento em que os descontos ultrapassam metade da aposentadoria do consumidor.

C) Os descontos a título de crédito consignado, incidentes sobre os proventos de servidores, como é o caso de Petrônio, devem ser limitados a 30% (trinta por cento) da remuneração, em razão da sua natureza alimentar e do mínimo existencial.

D) Tratando-se de consumidor hipervulnerável pelo fator etário, os contratos dependem de anuência de familiar, que deve assinar conjuntamente ao idoso, não podendo

comprometer mais do que 20% (vinte por cento) do valor recebido a título de aposentadoria.

Comentário:

Para responder a questão apresentada, cabe a leitura do artigo 45 da Lei 8.112/90:

> Art. 45. Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento. (Vide Decreto nº 1.502, de 1995) (Vide Decreto nº 1.903, de 1996) (Vide Decreto nº 2.065, de 1996) (Regulamento) (Regulamento)
>
> §1o Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento em favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento. (Redação dada pela Lei nº 13.172, de 2015)
>
> § 2o O total de consignações facultativas de que trata o § 1o não excederá a 35% (trinta e cinco por cento) da remuneração mensal, sendo 5% (cinco por cento) reservados exclusivamente para: (Redação dada pela Lei nº 13.172, de 2015)
>
> I - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou (Incluído pela Lei nº 13.172, de 2015)
>
> II - a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.

Observa-se, também, a decisão:

> RECURSO ESPECIAL Nº 1.504.274 - DF (2014/0338537-0) RELATOR: MINISTRO HERMAN BENJAMIN RECORRENTE: ALESSANDRO ARAUJO DE MELLO ADVOGADO : RAUL CANAL E OUTRO (S) RECORRIDO : BANCO DO BRASIL S/A ADVOGADO : GUSTAVO AMATO PISSINI E OUTRO (S) DECISÃO Trata-se de Recurso Especial (art. 105, III, a e c, da CF) interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios cuja ementa é a seguinte: APELAÇÃO. REVISIONAL. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. LIMITAÇÃO DE DESCONTOS EM CONTA CORRENTE E FOLHA DE PAGAMENTO EM 30% DOS

> VENCIMENTOS BRUTOS. DESNECESSIDADE. LIMITAÇÃO DOS RENDIMENTOS BRUTOS AUFERIDOS PELO SERVIDOR. Aos descontos efetuados diretamente em conta corrente do mutuário não se impõe a baliza de 30%, porquanto devidamente autorizados pelo próprio correntista. O artigo 45, da Lei nº 8.112/90, determina que a limitação dos descontos de empréstimos consignados em folha de pagamento deve ser calculada com base na remuneração bruta do servidor. O recorrente, nas razões do Recurso Especial, sustenta que ocorreu, além de divergência jurisprudencial, violação do art. 45da Lei 8.112/1990, regulamentado pelos arts. 8º e 9º do Decreto 6.386/2008, sob a argumentação de que os descontos devem ser limitados a 30% da renda mensal líquida. Contrarrazões apresentadas às fls. 298-302, e-STJ. É o relatório. Decido. Os autos foram recebidos neste Gabinete em 20.4.2015. A irresignação merece prosperar. A jurisprudência desta Corte tem se firmado no sentido de que os empréstimos com desconto em folha de pagamento (consignação facultativa/voluntária) devem limitar-se a 30% (trinta por cento) dos rendimentos líquidos do servidor público. A propósito: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO. LIMITE DE 30%.

Assim, percebe-se que o entendimento jurisprudencial comum, incluindo o do próprio STJ, é de que os empréstimos com desconto em folha de pagamento (ou seja, consignação facultativa) devem ter como limite 30% dos rendimentos líquidos do servidor público.

A) Errado

Conforme disposição da jurisprudência apresentada e no artigo supracitado, há, sim, abusividade na realização de descontos superiores a 50% (cinquenta por cento) dos rendimentos do consumidor para fins de pagamento de prestação dos empréstimos quando se tratar de contratos firmados com fornecedores diferentes.

B) Errado

Como visto na jurisprudência supracitada e no artigo apresentado, os descontos a título de crédito consignado, incidentes sobre os proventos de servidores devem

ser limitados a 30% da remuneração devido sua natureza alimentar e do mínimo existencial.

C) Correto

Como visto na jurisprudência supracitada, os descontos a título de crédito consignado, incidentes sobre os proventos de servidores, como é o caso de Petrônio, devem ser limitados a 30% (trinta por cento) da remuneração, em razão da sua natureza alimentar e do mínimo existencial.

D) Errado

Como visto na jurisprudência supracitada e no artigo apresentado, os descontos a título de crédito consignado, incidentes sobre os proventos de servidores devem ser limitados a 30% da remuneração devido sua natureza alimentar e do mínimo existencial.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca e jurisprudência

Questão 45

Eloá procurou o renomado Estúdio Max para tratamento de restauração dos fios do cabelo, que entendia muito danificados pelo uso de químicas capilares. A proposta do profissional empregado do estabelecimento foi a aplicação de determinado produto que acabara de chegar ao mercado, da marca mundialmente conhecida Ops, que promovia uma amostragem inaugural do produto em questão no próprio Estúdio Max.

Eloá ficou satisfeita com o resultado da aplicação pelo profissional no estabelecimento, mas, nos dias que se seguiram, observou a queda e a quebra de muitos fios de cabelo, o que foi aumentando progressivamente. Retornando ao Estúdio, o funcionário que a havia atendido informou-lhe que poderia ter ocorrido reação química com outro produto utilizado por Eloá anteriormente ao tratamento, levando aos efeitos descritos pela consumidora, embora o produto da marca Ops não apontasse contraindicações. Eloá procurou você como advogado(a), narrando essa situação.

Neste caso, assinale a opção que apresenta sua orientação.

A) Há evidente fato do serviço executado pelo profissional, cabendo ao Estúdio Max e ao fabricante do produto da marca Ops, em responsabilidade solidária, responderem pelos danos suportados pela consumidora.

B) Há evidente fato do produto; por esse motivo, a ação judicial poderá ser proposta apenas em face da fabricante do produto da marca Ops, não havendo responsabilidade solidária do comerciante Estúdio Max.

C) Há evidente fato do serviço, o que vincula a responsabilidade civil subjetiva exclusiva do profissional que sugeriu e aplicou o produto, com base na teoria do risco da atividade, excluindo-se a responsabilidade do Estúdio Max.

D) Há evidente vício do produto, sendo a responsabilidade objetiva decorrente do acidente de consumo atribuída ao fabricante do produto da marca Ops e, em caráter subsidiário, ao Estúdio Max e ao profissional, e não do profissional que aplicou o produto.

Comentário:

A fim de responder satisfatoriamente a questão, observa-se o disposto nos arts. 12 e 14 do CDC:

> Art. 12. O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.
>
> Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

A) Correto

Como visto nos arts. 12 e 14 do CDC, pela existência de fato do serviço – o qual foi executado pelo profissional -, cabe ao Estúdio Max e ao fabricante do produto (marca Ops) responder pelos danos gerados à consumidora, atuando eles em responsabilidade solidária.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, há fato do serviço, e não do produto, uma vez que o dano decorre da execução do serviço. Por isso, a ação deve ser proposta em face do Estúdio Max e do fabricante do produto da marca Ops, com a existência de responsabilidade solidária entre eles.

C) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, tem-se fato do serviço, vinculando-se solidariamente a responsabilidade civil objetiva do Estúdio Max e do fabricante do produto da marca Ops.

D) Errado

Como visto nos artigos supracitados, contrariamente ao texto da afirmativa, tem-se fato do serviço, vinculando-se solidariamente a responsabilidade civil objetiva do Estúdio Max e do fabricante do produto da marca Ops.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO EMPRESARIAL

Questão 46

Paulo precisa de um veículo automotor para entregar os produtos de seu estabelecimento aos clientes, mas não tem numerário para adquiri-lo. Ele foi aconselhado por sua advogada a celebrar um contrato de arrendamento mercantil.

Assinale a opção que indica as faculdades do arrendatário ao final desse contrato.

A) Devolver o bem ao arrendador, renovar o contrato ou exercer opção de compra.
B) Subarrendar o bem a terceiro ou exercer opção de compra.
C) Subarrendar o bem a terceiro, renovar o contrato ou exercer opção de compra.
D) Devolver o bem ao arrendador ou renovar o contrato.

Comentário:

A) Correto

De acordo com a Lei 6.099/74, que dispõe à respeito do arrendamento mercantil:

> Art 5º Os contratos de arrendamento mercantil conterão as seguintes disposições:
> a) prazo do contrato;
> b) valor de cada **contraprestação por períodos determinados**, não superiores a um semestre;
> c) opção de **compra ou renovação de contrato**, como faculdade do arrendatário;
> d) preço para opção de compra ou critério para sua fixação, quando for estipulada esta cláusula.

Assim, o arrendamento mercantil, ou leasing, ocorre quando uma arrendadora adquire um bem e cede o domínio ao arrendatário, que, para isso, paga as prestações de arrendamento.

Ao final do contrato, o arrendatário poderá: devolver o bem, renovar o arrendamento ou exercer a opção de compra, por meio do pagamento de um valor residual garantido. A alternativa reúne todas essas possiblidades.

B) Errado

O subarrendamento ocorre em operações que envolvam a aquisição de um bem pelo arrendador, que depois viria a ser arrendado. Não se trata de uma operação do arrendatário ao final do contrato.

C) Errado

O subarrendamento ocorre em operações que envolvam a aquisição de um bem pelo arrendador, que depois viria a ser arrendado. Não se trata de uma operação do arrendatário ao final do contrato.

D) Errado

A alternativa está incompleta por não apontar a possibilidade de compra do bem pelo arrendatário, prevista no art. 5º, c, da lei 6.099/74.

Gabarito: Letra A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina.

Questão 47

O empresário individual José de Freitas alienou seu estabelecimento a outro empresário mediante os termos de um contrato escrito, averbado à margem de sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, publicado na imprensa oficial, mas não lhe restaram bens suficientes para solver o seu passivo.

Em relação à alienação do estabelecimento empresarial nessas condições, sua eficácia depende

A) da quitação prévia dos créditos trabalhistas e fiscais vencidos no ano anterior ao da alienação do estabelecimento.
B) do pagamento a todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em trinta dias a partir de sua notificação.
C) da quitação ou anuência prévia dos credores com garantia real e, quanto aos demais credores, da notificação da transferência com antecedência de, no mínimo, sessenta dias.
D) do consentimento expresso de todos os credores quirografários ou da consignação prévia das importâncias que lhes são devidas.

Comentário:

A) Errado

De acordo com o Código Civil, a respeito do contrato de trespasse:

> Art. 1.144. O contrato que tenha por objeto a **alienação**, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento, só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de **averbado à margem da inscrição** do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, e de **publicado na imprensa oficial.**
>
> Art. 1.145. Se ao alienante **não restarem bens suficientes para solver o seu passivo**, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do **pagamento de**

> **todos os credores**, ou do **consentimento destes, de modo expresso ou tácito**, em trinta dias a partir de sua notificação.

Sendo assim, são 3 os requisitos para a produção de efeitos da alienação perante terceiros:

1. Averbação no Registro Público de Empresas Mercantis
2. Publicação na imprensa oficial
3. Solvência do alienante, ou pagamento de todos os débitos ou notificação dos credores dando a eles um prazo de 30 para se manifestarem sobre a alienação, sendo o silêncio indicador de concordância.

No caso apresentado, os dois primeiros requisitos foram executados, no entanto, o enunciado aponta que não restaram bens suficientes ao empresário individual para solver o seu passivo. Assim, restam duas opções: o pagamento a todos os credores, ou o consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em trinta dias a partir de sua notificação.

A letra A está incorreta pois, no caso de solvência do alienante, deve haver a quitação de todos os seus débitos, não apenas dos trabalhistas ou fiscais.

B) Correto

Está de acordo com os arts. 1.144 e 1.145 do Código Civil.

C) Errado

Está em desacordo com os arts. 1.144 e 1.145 do Código Civil.

D) Errado

Está em desacordo com os arts. 1.144 e 1.145 do Código Civil.

Gabarito: Letra B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 48

Para realizar o pagamento de uma dívida contraída pelo sócio M. Paraguaçu em favor da sociedade Iguape, Cananeia & Cia Ltda., o primeiro emitiu uma nota promissória à vista, com cláusula à ordem no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

De acordo com essas informações e a respeito da cláusula à ordem, é correto afirmar que

A) a nota promissória, na omissão dessa cláusula, somente poderia ser transferida pela forma e com os efeitos de cessão de crédito.
B) a cláusula implica a possibilidade de transferência do título por endosso, sendo o endossante responsável pelo pagamento, salvo cláusula sem garantia.
C) a cláusula implica a possibilidade de transferência do título por endosso, porque a modalidade de vencimento da nota promissória é à vista.
D) tal cláusula implica a possibilidade de transferência do título por cessão de crédito, não respondendo o cedente pela solvência do emitente, salvo cláusula de garantia.

Comentário:

A) Errado

De acordo com o Decreto 57663, que traz o Tratado de Genebra, tratado internacional, para uniformização da legislação cambiária:

> Art. 11. **Toda letra de câmbio**, mesmo que não envolva expressamente a cláusula à ordem, **é transmissível por via de endosso**.
>
> Quando o sacador tiver inserido na letra as palavras "não à ordem", ou uma expressão equivalente, a letra só é transmissível pela forma e com os efeitos de uma cessão ordinária de créditos.
>
> O endosso pode ser feito mesmo a favor do sacado, aceitando ou não, do sacador, ou de qualquer outro coobrigado. Estas pessoas podem endossar novamente a letra.
>
> Art. 15. O endossante, salvo cláusula em contrário, é garante tanto da aceitação como do pagamento da letra.

Dessa maneira, para a transferência do título de crédito pelo endosso é necessária apenas a assinatura do endossante no verso do título (ato unilateral). Assim, o simples fato de endossar torna o endossante devedor solidário em relação ao credor, garantidor, de forma independente do que existe na relação originária do título de crédito. Para que isso não ocorra, é preciso que conste cláusula expressa.

Assim, como disposto no art. 11, alínea II, a letra só seria transmissível pela forma e com os efeitos de uma cessão ordinária de créditos em face da presença de cláusula expressa e não diante da omissão dessa cláusula.

B) Correto

Está em acordo com a determinação dos arts. 11 e 15 do Tratado de Genebra.

C) Errado

A transferência não se relaciona à modalidade de vencimento, mas com a cláusula à ordem.

D) Correto

Essa regra aplicar-se-ia se a questão tratasse da cessão de crédito, prevista no Código Civil, no entanto, a transmissão dá-se mediante endosso.

Gabarito: Letra B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 49

Borba Eletrônicos Ltda. celebrou contrato de abertura de crédito em conta corrente com o Banco Humaitá S/A, lastreado em nota promissória emitida em garantia da dívida.

Sobre a nota promissória e o contrato de abertura de crédito em conta corrente, diante do inadimplemento do mutuário, assinale a afirmativa correta.

A) O contrato, ainda que acompanhado de extrato da conta corrente e assinado por duas testemunhas, não é título executivo extrajudicial, e a nota promissória a ele vinculada não goza de autonomia, em razão da iliquidez do título que a originou.
B) O contrato, desde que acompanhado de extrato da conta corrente e assinado por duas testemunhas, é título executivo extrajudicial, porém a nota promissória a ele vinculada não goza de autonomia, em razão da abusividade da cláusula de mandato.
C) O contrato, ainda que acompanhado de extrato da conta corrente e assinado por duas testemunhas, não é título executivo extrajudicial, porém a nota promissória a ele vinculada goza de autonomia, em razão de sua independência.
D) O contrato, mesmo não acompanhado de extrato da conta corrente ou assinado por duas testemunhas, é título executivo extrajudicial, e a nota promissória a ele vinculada goza de executividade autônoma.

Comentário:

A) Correto

Contrato de abertura de crédito é aquele em que uma instituição financeira disponibiliza um limite de crédito para o cliente, que poderá utilizá-lo ou não, de forma variada.

Assim, é um contrato flutuante e, por esse motivo, a doutrina e a jurisprudência não o consideram como um título executivo extrajudicial, por faltar liquidez à obrigação.

Como há essa falta de liquidez no contrato, as instituições financeiras criaram o hábito de fazer uma nota promissória no valor total do contrato de abertura de crédito, pois a nota é título executivo extrajudicial.

A partir disso, o STJ regulou essa relação por meio das súmulas:

> Súmula n. 233 - O **contrato de abertura de crédito**, ainda que acompanhado de extrato da conta-corrente, **não é título executivo**.
>
> Súmula n. 247 - O contrato de abertura de crédito em conta-corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para o ajuizamento da **ação monitória**.
>
> Súmula n. 258 - A **nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito não goza de autonomia** em razão da **iliquidez do título que a originou.**

Sendo assim, a alternativa está de acordo com o entendimento desse Tribunal Superior.

B) Errado

A alternativa está em desacordo com as Súmulas 233 e 258 do STJ.

C) Errado

A alternativa está em desacordo com a Súmula 258 do STJ.

D) Errado

A alternativa está em desacordo com as Súmulas 233 e 258 do STJ.

Gabarito: Letra A

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina e Jurisprudência

Questão 50

Concessionária de Veículos Primeira Cruz Ltda. obteve concessão de sua recuperação judicial. Diante da necessidade de alienação de bens do ativo permanente, não relacionados previamente no plano de recuperação, foi convocada assembleia geral de credores. A proposta de alienação foi aprovada em razão do voto decisivo da credora Dutra & Corda Representações Ltda., cujo sócio majoritário P. Dutra tem participação de 32% (trinta e dois por cento) no capital da sociedade recuperanda.

Com base nesses dados, é correto afirmar que

A) a decisão é nula de pleno direito, pois a pretensão de alienação de bens do ativo permanente, não relacionados no plano, enseja a convolação da recuperação judicial em falência.
B) o voto da sociedade Dutra & Corda Representações Ltda. não poderia ter sido considerado para fins de verificação do quórum de instalação e de deliberação da assembleia geral.
C) a decisão assemblear é anulável, pois a sociedade Dutra & Corda Representações Ltda., como credora, não poderia ter participado nem proferido voto na assembleia geral.
D) a assembleia é nula, pois a autorização para a alienação de bens do ativo permanente,

não relacionados no plano de recuperação judicial, é prerrogativa exclusiva do administrador judicial.

Comentário:

A) Errado

Em função do art. 43 da Lei 11.101:

> Art. 43. Os sócios do devedor, bem como as sociedades coligadas, controladoras, controladas ou as que tenham sócio ou acionista com participação superior a **10% (dez por cento)** do capital social do devedor ou em que o devedor ou algum de seus sócios detenham participação superior a 10% (dez por cento) do capital social, poderão participar da assembléia-geral de credores, **sem ter direito a voto e não serão considerados** para fins de verificação do quorum de instalação e de deliberação.

Isso ocorre porque há um conflito de interesses entre a recuperanda Veículos Primeira Cruz Ltda e a credora, Dutra & Corda Representações Ltda. Como P. Dutra tem participação de 32% (trinta e dois por cento) no capital da sociedade recuperanda, ou seja, mais de 10% do capital, não poderia ter sido considerado para fins de verificação do quórum de instalação e de deliberação da assembleia geral.

B) Correto

Está em conformidade com o art. 43º da Lei 11.101.

C) Errado

Por tratar-se de um requisito de forma que não foi cumprido, a decisão é nula, e não anulável, seguindo a determinação do art. 104 do Código Civil.

D) Errado

Como visto no art. 43º da Lei 11.101, é de competência da assembleia a determinação a esse respeito.

Gabarito: Letra B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 51

Alcebíades ajuizou demanda de obrigação de fazer pelo procedimento comum, com base em cláusula contratual, no foro da comarca de Petrópolis. Citada para integrar a relação processual, a ré Benedita lembrou-se de ter ajustado contratualmente que o foro para tratar judicialmente de qualquer desavença seria o da comarca de Niterói, e comunicou o fato ao seu advogado. Sobre o procedimento a ser adotado pela defesa, segundo o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) A defesa poderá alegar a incompetência de foro antes da audiência de conciliação ou de mediação.

B) A defesa poderá alegar a incompetência a qualquer tempo.

C) A defesa só poderá alegar a incompetência de foro como preliminar da contestação, considerando tratar-se de regra de competência absoluta, sob pena de preclusão.

D) A defesa tem o ônus de apresentar exceção de incompetência, em petição separada, no prazo de resposta.

Comentários:

A questão indaga acerca da medida cabível para impugnação da incompetência territorial, enunciando que haveria cláusula contratual de eleição de foro. A matéria encontra disciplina no artigo 64 do Código de Processo Civil.

> Art. 64, CPC. A incompetência, absoluta ou relativa, será **alegada como questão preliminar de contestação**.
> §1º A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.
> §2º Após manifestação da parte contrária, o juiz decidirá imediatamente a alegação de incompetência.

> §3º Caso a alegação de incompetência seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente.
> §4º Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.

A) Correto

De pronto, correta a alternativa "A", pois, desde a citação, a contestação poderia ser protocolada no foro do domicílio do réu, conforme dispõe o artigo 340 do CPC. Logo, a incompetência pode ser suscitada antes da audiência de conciliação ou mediação.

> Art. 340, CPC. **Havendo alegação de incompetência relativa ou absoluta, a contestação poderá ser protocolada no foro de domicílio do réu**, fato que será imediatamente comunicado ao juiz da causa, preferencialmente por meio eletrônico.
> §1º A contestação será submetida a livre distribuição ou, se o réu houver sido citado por meio de carta precatória, juntada aos autos dessa carta, seguindo-se a sua imediata remessa para o juízo da causa.
> §2º Reconhecida a competência do foro indicado pelo réu, o juízo para o qual for distribuída a contestação ou a carta precatória será considerado prevento.
> §3º **Alegada a incompetência nos termos do *caput*, será suspensa a realização da audiência** de conciliação ou de mediação, se tiver sido designada.
> §4º Definida a competência, o juízo competente designará nova data para a audiência de conciliação ou de mediação.

B) Errado

Por outro lado, incorreta a letra "B", pois, como dito linhas acima, a incompetência deve ser alegada em sede de preliminar de contestação, sob pena de preclusão.

C) Errado

A assertiva "C" está igualmente equivocada e apresenta erro sutil, pois apregoa se tratar de hipótese de incompetência absoluta. Todavia, trata-se de incompetência territorial, portanto, relativa.

D) Errado

Por fim, também incorreta a letra "D", posto que afirma ser necessário o peticionamento de exceção de incompetência, figura que foi abolida com o Novo Código de Processo Civil, devendo a matéria ser alegada em preliminar de contestação, consoante dispositivos transcritos.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 52

Aline e Alfredo, casados há 20 anos pelo regime da comunhão parcial de bens, possuem um filho maior de idade e plenamente capaz. Não obstante, Aline encontra-se grávida do segundo filho do casal, estando no sexto mês de gestação. Ocorre que, por divergências pessoais, o casal decide se divorciar e se dirige a um escritório de advocacia, onde demonstram consenso quanto à partilha de bens comuns e ao pagamento de pensão alimentícia, inexistindo quaisquer outras questões de cunho pessoal ou patrimonial. Assinale a opção que apresenta a orientação jurídica correta a ser prestada ao casal.

A) Inexistindo conflito de interesses quanto à partilha de bens comuns, Aline e Alfredo poderão ingressar com o pedido de divórcio pela via extrajudicial, desde que estejam devidamente assistidos por advogado ou defensor público.

B) Aline e Alfredo deverão ingressar com ação judicial de divórcio, uma vez que a existência de nascituro impede a realização de divórcio consensual pela via extrajudicial, ou seja, por escritura pública.

C) O divórcio consensual de Aline e Alfredo somente poderá ser homologado após a partilha de bens do casal.

D) A partilha deverá ser feita mediante ação judicial, embora o divórcio possa ser realizado extrajudicialmente.

Comentários:

O enunciado refere-se à possibilidade de realização de divórcio extrajudicial. Alguns pontos merecem destaque: "possuem um filho maior de idade e plenamente capaz" e "encontra-se grávida do segundo filho do casal". O divórcio consensual encontra disciplina no artigo 733 do Diploma Adjetivo Civil.

> Art. 733, CPC. O divórcio consensual, a separação consensual e a extinção consensual de união estável, **não havendo nascituro ou filhos incapazes** e observados os requisitos legais, poderão ser realizados por escritura pública, da qual constarão as disposições de que trata o art. 731.
> §1º **A escritura não depende de homologação judicial** e constitui título hábil para qualquer ato de registro, bem como para levantamento de importância depositada em instituições financeiras.
> §2º O tabelião somente lavrará a escritura se os interessados estiverem assistidos por advogado ou por defensor público, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial.

A) Errado

Inicialmente, incorreta a alternativa "A". Apesar de as partes demonstrarem consenso quanto à partilha de bens, a existência de nascituro obsta à realização do divórcio através de escritura pública, conforme enuncia o *caput* do dispositivo.

B) Correto

Já a letra "B" está plenamente condizente com o dispositivo acima transcrito, pois esclarece que, na hipótese, será necessário ingressar com demanda judicial, diante da existência de nascituro.

C) Errado

Equivocada a letra "C". Inicialmente, conforme o §1º do artigo mencionado, a escritura pública do divórcio extrajudicial independe de homologação judicial.

Ainda assim, a hipótese do enunciado exige a realização de divórcio pela via judicial, diante da existência de nascituro.

D) Errado

Por fim, também incorreta a assertiva "D", pois não possui qualquer respaldo legal, devendo o divórcio ser realizado judicialmente.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 53

A sociedade empresária Sucesso veiculou propaganda enganosa acerca de um determinado produto, com especificações distintas daquelas indicadas no material publicitário. Aproximadamente 500.000 consumidores, dentre os quais alguns hipossuficientes, compraram o produto. Diante disso, a Associação de Defesa do Consumidor, constituída há 10 anos, cogitou a possibilidade de ajuizar ação civil pública, com base na Lei nº 7.347/85, para obter indenização para tais consumidores. Diante dessas informações, assinale a afirmativa correta.

A) O Ministério Público é parte ilegítima para a propositura da ação civil pública.

B) A Associação de Defesa do Consumidor pode propor a ação civil pública.

C) Qualquer consumidor lesado pode propor a ação civil pública.

D) A propositura da ação civil pública pela Defensoria dispensa a participação do Ministério Público no processo.

Comentários:

A questão aborda a temática da legitimidade para propositura da ação civil pública, a qual encontra disciplina no artigo 5º da Lei nº 7.347/85.

Art. 5º, Lei nº 7.347/85. Têm **legitimidade** para propor a ação principal e a ação cautelar: (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007)

I - o **Ministério Público**; (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).

II - a Defensoria Pública; (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).

III - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).

IV - a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista; (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).

V - a **associação** que, concomitantemente: (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).

a) esteja constituída há **pelo menos 1 (um) ano** nos termos da lei civil; (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).

b) inclua, entre suas **finalidades institucionais, a proteção** ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, **ao consumidor**, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. (Redação dada pela Lei nº 13.004, de 2014)

§1º **O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei**.

§2º Fica facultado ao Poder Público e a outras associações legitimadas nos termos deste artigo habilitar-se como litisconsortes de qualquer das partes.

§3º Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa. (Redação dada pela Lei nº 8.078, de 1990)

§4º O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido. (Incluído pela Lei nª 8.078, de 11.9.1990)

§5º Admitir-se-á o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta lei. (Incluído pela Lei nª 8.078, de 11.9.1990)

§6º Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial. (Incluído pela Lei nª 8.078, de 11.9.1990)

A) Errado

Incorreta a letra "A", pois, diferentemente do que propõe, o Ministério Público é parte legítima à propositura da ação civil pública, conforme o inciso I do artigo acima transcrito.

B) Correto

Por outro lado, acertada a redação da alternativa "B", posto que a associação possui legitimidade para a propositura da ação civil pública, já que constituída há mais de um ano e possui, dentre suas finalidades institucionais, a defesa do consumidor, em consonância ao que preceitua o inciso V do dispositivo.

C) Errado

Errada a assertiva "C", já que apenas os sujeitos elencados no artigo 5º, da Lei nº 7.347/85, possuem legitimidade para propor a mencionada ação.

D) Errado

Por fim, igualmente equivocada a letra "D", pois, conforme disposição do artigo 5º, §1º, da Lei nº 7.347/85, o Ministério Público se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 54

Almir ingressa com ação pelo procedimento comum em face de José, pleiteando obrigação de fazer consistente na restauração do sinteco aplicado no piso de seu apartamento, uma vez que, dias após a realização do serviço ter sido concluída, o verniz começou a apresentar diversas manchas irregulares. Em sua inicial, afirma ter interesse

na autocomposição. O juiz da causa, verificando que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, não sendo caso de improcedência liminar do pedido, designa audiência de conciliação a ser realizada dentro de 60 (sessenta) dias, promovendo, ainda, a citação do réu com 30 (trinta) dias de antecedência. Com base na legislação processual aplicável ao caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

A) Caso Almir e José cheguem a um acordo durante a audiência de conciliação, a autocomposição obtida será reduzida a termo pelo conciliador e, independentemente da sua homologação pelo magistrado, já constitui título executivo judicial, bastando que o instrumento seja referendado pelos advogados dos transatores ou por conciliador credenciado junto ao tribunal.

B) Agiu equivocadamente o magistrado, uma vez que o CPC/15 prevê a imprescindibilidade do prévio oferecimento de contestação por José, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a serem contados de sua citação e antes da designação da audiência conciliatória, sob pena de vulnerar o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, também reproduzido na legislação adjetiva.

C) Caso Almir, autor da ação, deixe de comparecer injustificadamente à audiência de conciliação, tal ausência é considerada pelo CPC/15 como ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado.

D) Almir e José não precisam comparecer à audiência de conciliação acompanhados por seus advogados, uma vez que, nessa fase processual, a relação processual ainda não foi integralmente formada e não há propriamente uma lide, a qual apenas surgirá quando do oferecimento da contestação pelo réu.

Comentários:

O enunciado trata da audiência de conciliação e mediação, que encontra respaldo no artigo 334 do Código de Processo Civil.

> Art. 334, CPC. **Se a petição inicial preencher os requisitos** essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, **o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação** com antecedência mínima de

30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

§1º O conciliador ou mediador, onde houver, atuará necessariamente na audiência de conciliação ou de mediação, observando o disposto neste Código, bem como as disposições da lei de organização judiciária.

§2º Poderá haver mais de uma sessão destinada à conciliação e à mediação, não podendo exceder a 2 (dois) meses da data de realização da primeira sessão, desde que necessárias à composição das partes.

§3º A intimação do autor para a audiência será feita na pessoa de seu advogado.

§4º A audiência não será realizada:

I - se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual;

II - quando não se admitir a autocomposição.

§5º O autor deverá indicar, na petição inicial, seu desinteresse na autocomposição, e o réu deverá fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

§6º Havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado por todos os litisconsortes.

§7º A audiência de conciliação ou de mediação pode realizar-se por meio eletrônico, nos termos da lei.

§8º **O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça** e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

§9º **As partes devem estar acompanhadas por seus advogados** ou defensores públicos.

§10. A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.

§11. **A autocomposição obtida será reduzida a termo e homologada por sentença**.

§12. A pauta das audiências de conciliação ou de mediação será organizada de modo a respeitar o intervalo mínimo de 20 (vinte) minutos entre o início de uma e o início da seguinte.

A) Errado

De pronto, constata-se o equívoco da assertiva "A", já que a autocomposição obtida será reduzida a termo e homologada por sentença, conforme o §11 do dispositivo transcrito.

B) Errado

Equivocada a letra "B", pois não há qualquer disposição legal neste sentido. O *caput* do artigo mencionado determina que, preenchidos os requisitos legais da petição inicial, o juiz designará audiência de autocomposição, não havendo que se falar em oferecimento prévio de contestação.

C) Correto

A alternativa "C", por sua vez, está em perfeita conformidade com o artigo 334, §8º, do CPC, pois preceitua que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado.

D) Errado

Por derradeiro, incorreta a alternativa "D", já que suscita a prescindibilidade da presença do patrono na referida audiência. Todavia, o §9º do dispositivo em estudo preleciona que as partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 55

Tancredo ajuizou equivocadamente, em abril de 2017, demanda reivindicatória em face de Gilberto, caseiro do sítio Campos Verdes, porque Gilberto parecia ostentar a condição de proprietário. Diante do narrado, assinale a afirmativa correta.

A) Gilberto deverá realizar a nomeação à autoria no prazo de contestação.

B) Gilberto poderá alegar ilegitimidade ad causam na contestação, indicando aquele que considera proprietário.

C) Trata-se de vício sanável, podendo o magistrado corrigir o polo passivo de ofício, substituindo Gilberto da relação processual, ainda que este não tenha indicado alguém.

D) Gilberto poderá promover o chamamento ao processo de seu patrão, a quem está subordinado.

Comentários:

Questiona-se acerca da legitimidade passiva *ad causam* e do meio indicado para adequação do polo passivo da demanda. Tal matéria relaciona-se à intervenção de terceiros e às defesas do réu, cuja disciplina encontra-se no artigo 339 do Diploma Adjetivo Civil.

> Art. 339, CPC. Quando alegar sua ilegitimidade, incumbe ao réu **indicar o sujeito passivo da relação jurídica discutida** sempre que tiver conhecimento, sob pena de arcar com as despesas processuais e de indenizar o autor pelos prejuízos decorrentes da falta de indicação.
> §1º O autor, ao aceitar a indicação, procederá, no prazo de 15 (quinze) dias, à alteração da petição inicial para a substituição do réu, observando-se, ainda, o parágrafo único do art. 338.
> §2º No prazo de 15 (quinze) dias, o autor pode optar por alterar a petição inicial para incluir, como litisconsorte passivo, o sujeito indicado pelo réu.

A) Errado

O enunciado propõe a realização de nomeação à autoria, modalidade de intervenção de terceiros abolida pelo Novo Código de Processo Civil. Portanto, equivocada a letra "A".

B) Correto

Por outro lado, correta a letra "B", pois, conforme o *caput* do dispositivo retro transcrito, o réu, quando alegar sua ilegitimidade, deve fazê-lo na contestação, ocasião que indicará o sujeito passivo da relação jurídica.

C) Errado

A alternativa "C" está equivocada, pois não se trata de vício sanável de ofício pelo magistrado, devendo o réu suscitá-lo na contestação.

D) Errado

Igualmente incorreta a assertiva "D". O chamamento ao processo é modalidade de intervenção de terceiros que encontra disciplina no artigo 130 do CPC. Da leitura do dispositivo, depreende-se que se relaciona à dívida comum, que não é a hipótese do enunciado, posto que exige correção do polo passivo, não ingresso de colegitimados.

> Art. 130, CPC. É admissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu:
> I - do afiançado, na ação em que o fiador for réu;
> II - dos demais fiadores, na ação proposta contra um ou alguns deles;
> III - dos demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 56

Alice, em razão de descumprimento contratual por parte de Lucas, constituiu Osvaldo como seu advogado para ajuizar uma ação de cobrança com pedido de condenação em R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), valor atribuído à causa. A ação foi julgada procedente, mas não houve a condenação em honorários sucumbenciais. Interposta apelação por Lucas, veio a ser desprovida, sendo certificado o trânsito em julgado. Considerando o exposto, assinale a afirmativa correta.

A) Em razão do trânsito em julgado e da preclusão, não há mais possibilidade de fixação dos honorários sucumbenciais.

B) Como não houve condenação, presume-se que há fixação implícita de honorários sucumbenciais na média entre o mínimo e o máximo, ou seja, 15% do valor da condenação.

C) O trânsito em julgado não impede a discussão no mesmo processo, podendo ser requerida a fixação dos honorários sucumbenciais por meio de simples petição.

D) Deve ser proposta ação autônoma para definição dos honorários sucumbenciais e de sua cobrança.

Comentários:

O enunciado indaga acerca da fixação e cobrança de honorários sucumbenciais, cuja disciplina encontra-se no artigo 85, §18, do Código de Processo Civil.

> Art. 85, CPC. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...)
> §18. Caso a decisão transitada em julgado seja omissa quanto ao direito aos honorários ou ao seu valor, é cabível ação autônoma para sua definição e cobrança.

A) Errado

Incorreta a alternativa "A", pois afirma que o trânsito em julgado obsta a fixação dos honorários, indo de encontro ao §18 acima transcrito.

B) Errado

Também incorreta a letra "B", posto que não encontra qualquer respaldo legal. Não há quaisquer previsões na legislação adjetiva acerca da mencionada fixação implícita por média entre mínimo e máximo dos possíveis percentuais de honorários.

C) Errado

Equivocada a redação da assertiva "C", pois afirma que a fixação de honorários deve ser pleiteada nos mesmos autos do processo, por simples petição. Todavia, o

dispositivo acima transcrito esclarece que tal pleito deve ocorrer através de ação autônoma.

D) Correto

Por fim, resta como correta a alternativa "D", pois, como preleciona o artigo 85, §18, do CPC, deve ser proposta ação autônoma para fixação dos honorários sucumbenciais.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 57

Lucas, em litígio instaurado contra Alberto, viu seus pedidos serem julgados procedentes em primeira instância, o que veio a ser confirmado pelo tribunal local em sede de apelação. Com a publicação do acórdão proferido em sede de apelação na imprensa oficial, Alberto interpôs recurso especial, alegando que o julgado teria negado vigência a dispositivo de lei federal. Simultaneamente, Lucas opôs embargos de declaração contra o mesmo acórdão, suscitando a existência de omissão. Nessa situação hipotética,

A) o recurso especial de Alberto deverá ser considerado extemporâneo, visto que interposto antes do julgamento dos embargos de declaração de Lucas.

B) Alberto, após o julgamento dos embargos de declaração de Lucas, terá o direito de complementar ou alterar as razões de seu recurso especial, independentemente do resultado do julgamento dos embargos de declaração.

C) Alberto não precisará ratificar as razões de seu recurso especial para que o recurso seja processado e julgado se os embargos de declaração de Lucas forem rejeitados, não alterando a decisão recorrida.

D) Alberto deverá interpor novo recurso especial após o julgamento dos embargos de declaração.

Comentários:

O enunciado trata do processamento do recurso especial e dos efeitos da decisão em embargos de declaração, cuja disciplina encontra-se no artigo 1.024 do Código de Processo Civil.

> Art. 1.024, CPC. O juiz julgará os embargos em 5 (cinco) dias.
> §1º Nos tribunais, o relator apresentará os embargos em mesa na sessão subsequente, proferindo voto, e, não havendo julgamento nessa sessão, será o recurso incluído em pauta automaticamente.
> §2º Quando os embargos de declaração forem opostos contra decisão de relator ou outra decisão unipessoal proferida em tribunal, o órgão prolator da decisão embargada decidi-los-á monocraticamente.
> §3º O órgão julgador conhecerá dos embargos de declaração como agravo interno se entender ser este o recurso cabível, desde que determine previamente a intimação do recorrente para, no prazo de 5 (cinco) dias, complementar as razões recursais, de modo a ajustá-las às exigências do art. 1.021, §1º.
> §4º **Caso o acolhimento dos embargos de declaração implique modificação da decisão embargada, o embargado que já tiver interposto outro recurso contra a decisão originária tem o direito de complementar ou alterar suas razões**, nos exatos limites da modificação, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação da decisão dos embargos de declaração.
> §5º Se os embargos de declaração forem rejeitados ou não alterarem a conclusão do julgamento anterior, **o recurso interposto pela outra parte antes da publicação do julgamento dos embargos de declaração será processado e julgado independentemente de ratificação**.

A) Errado

Equivocada a alternativa "A", pois não há qualquer relação entre os prazos de interposição do recurso especial e julgamento dos embargos de declaração.

B) Errado

O equívoco da letra "B" é bem sutil, já que a possibilidade de complementação das razões do recurso especial depende do julgamento dos embargos de declaração, tendo em vista que o §4º, acima transcrito, condiciona tal possibilidade à hipótese de o acolhimento dos embargos de declaração implicar em modificação da decisão embargada.

C) Correto

A redação da assertiva "C", por sua vez, encontra-se perfeitamente condizente com o artigo 1.024, §5º, do CPC, o qual esclarece que, se os embargos de declaração forem rejeitados ou não alterarem a conclusão do julgamento anterior, a ratificação das razões do recurso especial é dispensável.

D) Errado

Por fim, incorreta a alternativa "D". A legislação adjetiva possibilita a complementação das razões do recurso na hipótese de o acolhimento dos embargos de declaração implicar em modificação da decisão embargada. Logo, não é necessária a interposição de novo recurso especial, bastando a complementação citada.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO PENAL

Questão 58

Márcia e Plínio se encontraram em um quarto de hotel e, após discutirem o relacionamento por várias horas, acabaram por se ofender reciprocamente. Márcia, então, querendo dar fim à vida de ambos, ingressa no banheiro do quarto e liga o gás, aproveitando-se do fato de que Plínio estava dormindo. Em razão do forte cheiro exalado, quando ambos já estavam desmaiados, os seguranças do hotel invadem o quarto e resgatam o casal, que foi levado para o hospital. Tanto Plínio quanto Márcia acabaram sofrendo lesões corporais graves. Registrado o fato na delegacia, Plínio, revoltado com o comportamento de Márcia, procura seu advogado e pergunta se a conduta dela configuraria crime.

Considerando as informações narradas, o advogado de Plínio deverá esclarecer que a conduta de Márcia configura crime de

A) lesão corporal grave, apenas.
B) tentativa de homicídio qualificado e tentativa de suicídio.
C) tentativa de homicídio qualificado, apenas.
D) tentativa de suicídio, por duas vezes.

Comentário:

A) Errado

O dolo da agente, de acordo com o enunciado da questão era de homicídio, que só não se consumou, por circunstâncias alheias a sua vontade. Não se aplica a pena pelo resultado, mas pelo dolo do agente.

B) Errado

A tentativa de suicídio não é punida no Brasil, mas sim o comportamento de convencer alguém a se matar. De acordo com o princípio da alteridade, o crime ocorre com a ofensa a bem jurídico de outrem. Assim, a conduta tipificada é apenas a instigação ou induzimento ao suicídio (art. 122 do Código Penal). Como Plínio não tinha ciência da intenção de Márcia, que agiu segundo sua própria vontade, não há o que se falar em conduta criminosa.

C) Correto

Como a intenção de Márcia era a de provocar a morte dela e a de Plínio, que só não houve a consumação por intervenção dos seguranças do hotel (por circunstâncias alheias à sua vontade), Márcia deve responder por tentativa de homicídio qualificado (art. 121, III e IV, CP c/c art. 14, II, CP).

D) Errado

A tentativa de suicídio não é punida no Brasil, mas sim o comportamento de convencer alguém a se matar (art. 122, CP). Além de não haver o que se falar em tentativa de suicídio, tal não poderia ocorrer duas vezes.

Gabarito: Letra C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina.

Questão 59

Francisco, brasileiro, é funcionário do Banco do Brasil, sociedade de economia mista, e trabalha na agência de Lisboa, em Portugal. Passando por dificuldades financeiras, acaba desviando dinheiro do banco para uma conta particular, sendo o fato descoberto e julgado em Portugal. Francisco é condenado pela infração praticada. Extinta a pena, ele retorna ao seu país de origem e é surpreendido ao ser citado, em processo no Brasil, para responder pelo mesmo fato, razão pela qual procura seu advogado.

Considerando as informações narradas, o advogado de Francisco deverá informar que, de acordo com o previsto no Código Penal,

A) ele não poderá responder no Brasil pelo mesmo fato, por já ter sido julgado e condenado em Portugal.
B) ele somente poderia ser julgado no Brasil por aquele mesmo fato, caso tivesse sido absolvido em Portugal.
C) ele pode ser julgado também no Brasil por aquele fato, sendo totalmente indiferente a condenação sofrida em Portugal.
D) ele poderá ser julgado também no Brasil por aquele fato, mas a pena cumprida em Portugal atenua ou será computada naquela imposta no Brasil, em caso de nova condenação.

Comentário:

A) Errado

De acordo com o Código Penal, em relação à aplicação da Lei Penal no Espaço:

> Art. 7º - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro:
> I – os crimes: (...)

b) **contra o patrimônio ou a fé pública** da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, **sociedade de economia mista**, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público;

§ 1º - Nos casos do inciso I, o agente é **punido segundo a lei brasileira, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro**.

Art. 8º A pena cumprida no estrangeiro **atenua a pena imposta no Brasil** pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.

No caso apresentado, há uma hipótese de extraterritorialidade incondicionada (art. 7º, I, b), em que um delito, mesmo cometido no exterior, deve ser julgado pela lei nacional (art. 7º, §1º) independentemente de qualquer condição, por ferir bens jurídicos específicos a serem tutelados pelo Brasil.

Sendo assim, como determina o art. 8º a pena cumprida no estrangeiro deverá atenuar a pena imposta no Brasil, quando diversas, ou ser nela computada, quando idênticas (detração).

B) Errado

Está em desacordo com o art. 7º, §1º do CP.

C) Errado

Está em desacordo com o art. 8º do Código Penal.

D) Correto

A alternativa está de acordo com os arts. 7º e 8º Código Penal.

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 60

Em 2014, Túlio foi condenado definitivamente pela prática de um crime de estupro ao cumprimento de pena de 6 anos. Após preencher todos os requisitos legais, foi a ele deferido livramento condicional. No curso do livramento, Túlio vem novamente a ser condenado definitivamente por outro crime de estupro praticado durante o período de prova. Preocupada com as consequências dessa nova condenação, a família de Túlio procura o advogado para esclarecimentos.

Considerando as informações narradas, o advogado de Túlio deverá esclarecer à família que a nova condenação funciona, na revogação do livramento, como causa

A) obrigatória, não sendo possível a obtenção de livramento condicional em relação ao novo delito.
B) obrigatória, sendo possível a obtenção de livramento condicional após cumprimento de mais de 2/3 das penas somadas.
C) facultativa, não sendo possível a obtenção de livramento condicional em relação ao novo delito.
D) facultativa, sendo possível a obtenção de livramento condicional após cumprimento de mais de 2/3 das penas somadas.

Comentário:

A) Correto

De acordo com o Código Penal:

> Art. 86 - **Revoga-se o livramento**, se o liberado vem a ser **condenado a pena privativa de liberdade**, em sentença irrecorrível: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I - por crime cometido **durante a vigência do benefício**;

Art. 88 - Revogado o livramento, **não poderá ser novamente concedido**, e, salvo quando a revogação resulta de condenação por outro crime anterior àquele benefício, não se desconta na pena o tempo em que esteve solto o condenado.

O art. 86 aponta as hipóteses de revogação obrigatória do livramento condicional e, de acordo com o art. 88, ela incita a não possibilidade de nova obtenção de livramento.

B) Errado

Como visto no art. 88 do CP, revogado o livramento, não poderá ser novamente concedido.

C) Errado

Como visto no art. 86 do Código Penal, a condenação em pena privativa de liberdade por crime cometido durante o período de prova do livramento condicional incita sua revogação obrigatória.

D) Errado

Como visto no art. 86 do Código Penal, a condenação em pena privativa de liberdade por crime cometido durante o período de prova do livramento condicional incita sua revogação obrigatória.

Gabarito: Letra A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca, Doutrina.

Questão 61

Laura, nascida em 21 de fevereiro de 2000, é inimiga declarada de Lívia, nascida em 14 de dezembro de 1999, sendo que o principal motivo da rivalidade está no fato de que Lívia tem interesse no namorado de Laura.

Durante uma festa, em 19 de fevereiro de 2018, Laura vem a saber que Lívia anunciou para todos que tentaria manter relações sexuais com o referido namorado. Soube, ainda, que Lívia disse que, na semana seguinte, iria desferir um tapa no rosto de Laura, na frente de seus colegas, como forma de humilhá-la.

Diante disso, para evitar que as ameaças de Lívia se concretizassem, Laura, durante a festa, desfere facadas no peito de Lívia, mas terceiros intervêm e encaminham Lívia diretamente para o hospital. Dois dias depois, Lívia vem a falecer em virtude dos golpes sofridos.

Descobertos os fatos, o Ministério Público ofereceu denúncia em face de Laura pela prática do crime de homicídio qualificado. Confirmados integralmente os fatos, a defesa técnica de Laura deverá pleitear o reconhecimento da

A) inimputabilidade da agente.
B) legítima defesa.
C) inexigibilidade de conduta diversa.
D) atenuante da menoridade relativa.

Comentário:

A) Correto

De acordo com o Código Penal: "Art. 27 - Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial."

Como a conduta deu-se em 19 de fevereiro de 2018 e Laura nasceu em 21 de fevereiro de 2000, ela ainda não contava 18 anos de idade.

Apesar do resultado morte de Lívia ter-se dado 2 dias depois, quando Laura atinge a menoridade, tem-se que o Código Penal aplica a Teoria da Atividade (Art. 4º - Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado) quanto ao tempo do crime. Assim, Laura é inimputável.

B) Errado

A legítima defesa não poderia aplicar-se, uma vez que não houve agressão atual e iminente da parte de Lívia, apenas ameaças futuras.

C) Errado

A inexigibilidade de conduta diversa ocorre diante de obediência hierárquica e coação irresistível, o que não ocorreu nesse caso, visto que Laura agiu segundo sua livre vontade.

D) Errado

A atenuante da menoridade relativa aplica-se quando o agente contava mais de 18 anos de menos de 21 no momento do cometimento do delito. Nesse caso, Laura ainda não contava 18 anos.

Gabarito: Letra A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina

Questão 62

Juarez, com a intenção de causar a morte de um casal de vizinhos, aproveita a situação em que o marido e a esposa estão juntos, conversando na rua, e joga um artefato explosivo nas vítimas, sendo a explosão deste material bélico a causa eficiente da morte do casal. Apesar de todos os fatos e a autoria restarem provados em inquérito encaminhado ao Ministério Público com relatório final de indiciamento de Juarez, o Promotor de Justiça se mantém inerte em razão de excesso de serviço, não apresentando denúncia no prazo legal. Depois de vários meses com omissão do Promotor de Justiça, o filho do casal falecido procura o advogado da família para adoção das medidas cabíveis.

No momento da apresentação de queixa em ação penal privada subsidiária da pública, o advogado do filho do casal, sob o ponto de vista técnico, de acordo com o Código Penal, deverá imputar a Juarez a prática de dois crimes de homicídio em

A) concurso material, requerendo a soma das penas impostas para cada um dos delitos.
B) concurso formal, requerendo a exasperação da pena mais grave em razão do concurso de crimes.
C) continuidade delitiva, requerendo a exasperação da pena mais grave em razão do concurso de crimes.
D) concurso formal, requerendo a soma das penas impostas para cada um dos delitos.

Comentário:

A) Errado

De acordo com o art. 69 do Código Penal o concurso material ocorre quando:

> Art. 69 - Quando o agente, mediante **mais de uma ação ou omissão**, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se **cumulativamente** as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro aquela.

Por sua vez, o concurso formal de delitos configura-se (art. 70 do CP):

> Art. 70 - Quando o agente, mediante **uma só ação ou omissão**, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, **cumulativamente**, se a **ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos**, consoante o disposto no artigo anterior.

No caso apresentado, houve o concurso formal, uma vez que foi praticada apenas uma conduta, que gerou dois crimes. No entanto, aplica-se a regra do concurso formal impróprio, previsto na parte final do artigo 70, visto que o agente possuía o dolo de praticar ambas as condutas, ou seja, resultantes de desígnios autônomos.

Assim, houve o concurso formal, devendo ser cumuladas as penas dos dois delitos.

B) Errado

Nesse caso, não poderia haver apenas a exasperação da pena mais gravosa, uma vez que o agente agiu sob desígnios autônomos, praticando o concurso formal impróprio. De acordo com o art. 70 do CP, nesse caso, deve ser aplicada a regra do cúmulo material.

C) Errado

A continuidade delitiva está prevista no art. 71 do Código Penal. Nela, uma pluralidade de condutas dadas nas mesmas condições (sob um mesmo modus operandi) gera uma pluralidade de crimes. Nesse caso, como só houve uma

conduta que gerou mais de um resultado, aplica-se a regra do concurso formal e não da continuidade delitiva.

D) Correto

A alternativa está de acordo com o disposto no art. 70º do CP.

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca, Doutrina.

Questão 63

Flávia conheceu Paulo durante uma festa de aniversário. Após a festa, ambos foram para a casa de Paulo, juntamente com Luiza, amiga de Flávia, sob o alegado desejo de se conhecerem melhor.

Em determinado momento, Paulo, sem qualquer violência real ou grave ameaça, ingressa no banheiro para urinar, ocasião em que Flávia e Luiza colocam um pedaço de madeira na fechadura, deixando Paulo preso dentro do local. Aproveitando-se dessa situação, subtraem diversos bens da residência de Paulo e deixam o imóvel, enquanto a vítima, apesar de perceber a subtração, não tinha condição de reagir. Horas depois, vizinhos escutam os gritos de Paulo e chamam a Polícia.

De imediato, Paulo procura seu advogado para esclarecimentos sobre a responsabilidade penal de Luiza e Flávia.

Considerando as informações narradas, o advogado de Paulo deverá esclarecer que as condutas de Luiza e Flávia configuram crime de

A) roubo majorado.

B) furto qualificado, apenas.

C) cárcere privado, apenas.

D) furto qualificado e cárcere privado.

Comentário:

A) Correto

O crime de roubo está previsto no art. 157 do Código Penal:

> Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, **reduzido à impossibilidade de resistência.**
>
> (...)
>
> § 2º A pena **aumenta-se de 1/3 (um terço) até metade**:
>
> (...)
>
> II - se há o **concurso de duas** ou mais pessoas;

No caso apresentado, houve a terceira hipótese de cometimento de roubo, uma vez que as agentes impossibilitaram a resistência da vítima. Além disso, trata-se da figura majorada, uma vez que foi cometido em concurso de duas ou mais pessoas.

B) Errado

A figura típica é a do roubo: "Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.".

C) Errado

A impossibilidade de resistência da vítima ao ser presa no banheiro foi o meio utilizado para o cometimento do roubo majorado, não se configurando como delito autônomo.

D) Correto

A figura típica praticada é a do roubo majorado (art. 157, §2º, II).

Gabarito: Letra A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 64

No dia 15 de maio de 2017, Caio, pai de um adolescente de 14 anos, conduzia um veículo automotor, em via pública, às 14h, quando foi solicitada sua parada em uma blitz. Após consultar a placa do automóvel, os policiais constataram que o veículo era produto de crime de roubo ocorrido no dia 13 de maio de 2017, às 09h. Diante da suposta prática do crime de receptação, realizaram a prisão e encaminharam Caio para a Delegacia.

Em sede policial, a vítima do crime de roubo foi convidada a comparecer e, em observância a todas as formalidades legais, reconheceu Caio como o autor do crime que sofrera. A autoridade policial lavrou auto de prisão em flagrante pelo crime de roubo em detrimento de receptação. O Ministério Público, em audiência de custódia, manifesta-se pela conversão da prisão em flagrante em preventiva, valorizando o fato de Caio ser reincidente, conforme confirmação constante de sua Folha de Antecedentes Criminais.

Quando de sua manifestação, o advogado de Caio, sob o ponto de vista técnico, deverá requerer

A) liberdade provisória, pois, apesar da prisão em flagrante ser legal, não estão presentes os pressupostos para prisão preventiva.
B) relaxamento da prisão, em razão da ausência de situação de flagrante.
C) revogação da prisão preventiva, pois a prisão em flagrante pelo crime de roubo foi ilegal.

D) substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, pois Caio é responsável pelos cuidados de adolescente de 14 anos.

Comentário:

A) Errado

De acordo o art. 310 do CPP, a prisão em flagrante deverá ser comunicada ao juiz, que:

> Art. 310. Após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público, e, nessa audiência, o juiz deverá, fundamentadamente:
> I - relaxar a prisão ilegal; ou
> II - converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou
> III - conceder liberdade provisória, com ou sem fiança.

No caso apresentado, a prisão foi ilegal, uma vez que não houve flagrante, de acordo com as hipóteses previstas no CPP:

> Art. 302. Considera-se em flagrante delito quem:
> I - está cometendo a infração penal;
> II - acaba de cometê-la;
> III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração;
> IV - é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

Sendo assim, a questão está incorreta na solução trazida, uma vez que a prisão em flagrante não foi legal, devendo ser relaxada.

B) Correto

Está de acordo com os arts. 302 e 310, I do CPP.

C) Errado

No caso tratado, não poderia haver revogação da prisão preventiva, uma vez que ela nem sequer chegou a ser decretada. Na verdade, de acordo com o art. 310, I do Código de Processo Penal, a prisão deveria ser relaxada, em razão da ausência de flagrante nas circunstâncias apontadas.

D) Errado

De acordo com o CPP:

> Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:
>
> VI - homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.

Assim, no caso apresentado, ainda que fosse comprovado ser Caio o único responsável pelo menor, este contava mais de 12 anos de idade, não se aplicando ao caso a regra do excerto.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 65

Luiz foi condenado, em primeira instância, pela prática de crime de homicídio qualificado em razão de recurso que dificultou a defesa da vítima. Durante seu interrogatório em Plenário, Luiz confessou a prática delitiva, mas disse que não houve recurso que dificultou a defesa da vítima, tendo em vista que ele estava discutindo com ela quando da ação delitiva. Insatisfeito com o reconhecimento da qualificadora pelos jurados, já que, diferentemente do que ocorreu em relação à autoria, não haveria qualquer prova em relação àquela, o advogado apresentou, de imediato, recurso de apelação.

Considerando apenas as informações narradas, o advogado de Luiz deverá buscar, em sede de recurso,

A) o reconhecimento de nulidade, com consequente realização de nova sessão de julgamento.
B) o reconhecimento de que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos em relação à qualificadora, com consequente realização de nova sessão de julgamento.
C) o afastamento da qualificadora pelo Tribunal de 2ª instância, com imediata readequação, pelo órgão, da pena aplicada pelo juízo do Tribunal do Júri.
D) o afastamento da qualificadora pelo Tribunal de 2ª instância, com baixa dos autos, para que o juízo do Tribunal do Júri aplique nova pena.

Comentário:

A) Errado

As decisões proferidas na segunda fase do Tribunal do Júri estão permeadas pelo princípio da soberania dos vereditos. Sendo assim, há uma limitação do

poder do Tribunal de rever essas decisões. As hipóteses que permitem recurso de apelação contra elas estão previstas no art. 593 do CPP:

> Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias:
> (...)
> III - das decisões do Tribunal do Júri, quando:
> a) ocorrer nulidade posterior à pronúncia;
> b) for a sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados;
> c) houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança;
> **d) for a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.**

As alíneas b e c do inciso III têm relação com parte da sentença que é de competência do Juiz Presidente (estabelecimento da pena), a qual pode ser alterada pelo Tribunal, enquanto as alíneas a e d são pressupostos do julgamento do réu por outro Tribunal.

O caso apresentado está inserido na hipótese da alínea, inciso III, art. 593 do CPP, sendo assim, o advogado deverá pleitear o reconhecimento de que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos em relação à qualificadora, com consequente realização de nova sessão de julgamento.

B) Correto

Está de acordo com a disposição da alínea d, inciso III, art. 593 do CPP.

C) Errado

Como visto, as decisões proferidas na segunda fase do Tribunal do Júri estão permeadas pelo princípio da soberania dos vereditos. Sendo assim, há uma limitação do poder do Tribunal de rever essas decisões. No caso apresentado na alternativa, não seria possível imediata readequação pelo Tribunal da pena aplicada pelo Tribunal do Júri.

D) Errado

Como visto, as decisões proferidas na segunda fase do Tribunal do Júri estão permeadas pelo princípio da soberania dos vereditos. Sendo assim, há uma limitação do poder do Tribunal de rever essas decisões. No caso apresentado na alternativa, não seria possível imediata aplicação de nova pena pelo Tribunal do Júri.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 66

Maria, 15 anos de idade, comparece à Delegacia em janeiro de 2017, acompanhada de seu pai, e narra que João, 18 anos, mediante grave ameaça, teria constrangido-a a manter com ele conjunção carnal, demonstrando interesse, juntamente com seu representante, na responsabilização criminal do autor do fato. Instaurado inquérito policial para apurar o crime de estupro, todas as testemunhas e João afirmaram que a relação foi consentida por Maria, razão pela qual, após promoção do Ministério Público pelo arquivamento por falta de justa causa, o juiz homologou o arquivamento com base no fundamento apresentado. Dois meses após o arquivamento, uma colega de classe de Maria a procura e diz que teve medo de contar antes a qualquer pessoa, mas em seu celular havia filmagem do ato sexual entre Maria e João, sendo que no vídeo ficava demonstrado o emprego de grave ameaça por parte deste. Maria, então, entrega o vídeo ao advogado da família.

Considerando a situação narrada, o advogado de Maria

A) nada poderá fazer sob o ponto de vista criminal, tendo em vista que a decisão de arquivamento fez coisa julgada material.

B) poderá apresentar o vídeo ao Ministério Público, sendo possível o desarquivamento do inquérito ou oferecimento de denúncia por parte do Promotor de Justiça, em razão da existência de prova nova.

C) nada poderá fazer sob o ponto de vista criminal, tendo em vista que, apesar de a decisão de arquivamento não ter feito coisa julgada material, o vídeo não poderá ser considerado prova nova, já que existia antes do arquivamento do inquérito.

D) poderá iniciar, de imediato, ação penal privada subsidiária da pública em razão da omissão do Ministério Público no oferecimento de denúncia em momento anterior.

Comentário:

A) Errado

De acordo com o art. 18 do Código de Processo Penal:

> Art. 18. Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.

Além disso, é importante observar a Súmula 524 do STF: "Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça, não pode a ação penal ser iniciada, sem novas provas."

Assim, tem-se que o arquivamento do inquérito por insuficiência de provas faz coisa julgada formal, podendo haver seu desarquivamento em face do surgimento de novas provas.

B) Correto

De conformidade com o art. 18 do CPP.

C) Errado

De acordo com o entendimento dos tribunais, prova nova constitui qualquer prova que não tenha sido apreciada antes do arquivamento. Sendo assim, o vídeo apresentado pode ser caracterizado como prova nova.

D) Errado

A hipótese apresentada poderia ocorrer apenas em face da inércia do Ministério Público (art. 29, CPP), o que não se configurou no caso apresentado.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

Questão 67

Bruna compareceu à Delegacia e narrou que foi vítima de um crime de ameaça, delito este de ação penal pública condicionada à representação, que teria sido praticado por seu marido Rui, em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher. Disse, ainda, ter interesse que seu marido fosse responsabilizado criminalmente por seu comportamento.

O procedimento foi encaminhado ao Ministério Público, que ofereceu denúncia em face de Rui pela prática do crime de ameaça (Art. 147 do Código Penal, nos termos da Lei nº 11.340/06). Bruna, porém, comparece à Delegacia, antes do recebimento da denúncia, e afirma não mais ter interesse na responsabilização penal de seu marido, com quem continua convivendo. Posteriormente, Bruna e Rui procuram o advogado da família e informam sobre o novo comparecimento de Bruna à Delegacia.

Considerando as informações narradas, o advogado deverá esclarecer que

A) a retratação de Bruna, perante a autoridade policial, até o momento, é irrelevante e não poderá ser buscada proposta de suspensão condicional do processo.

B) a retratação de Bruna, perante a autoridade policial, até o momento, é válida e suficiente para impedir o recebimento da denúncia.

C) não cabe retratação do direito de representação após o oferecimento da denúncia; logo, a retratação foi inválida.

D) não cabe retratação do direito de representação nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher, e nem poderá ser buscada proposta de transação penal.

Comentário:

A) Correto

De acordo com a Lei 11.340 (Lei Maria da Penha):

> Art. 16. Nas **ações penais públicas condicionadas à representação** da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a **renúncia à representação perante o juiz**, em audiência especialmente designada com tal finalidade, **antes do recebimento da denúncia** e ouvido o Ministério Público.
>
> Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, **não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.**

Uma vez que caberá a retratação até o recebimento da denúncia, ela seria possível, caso realizada perante do juiz, como determina o art. 16. Como ela se deu perante a autoridade policial apenas, não têm relevância.

A segunda parte da alternativa trata da suspensão condicional do processo, prevista no art. 89 da Lei 9.099, que, por força do art. 41 da Lei 11.340, realmente não pode ser aplicada no caso apresentado.

B) Errado

Está em desacordo com o art. 16 da Lei 11.340, que afirma que a renúncia deverá ocorrer perante o juiz.

C) Errado

A alternativa aponta a regra geral do Código de Processo Penal (art. 25), no entanto, como o delito foi realizado em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher, aplica-se a regra da lei especial 11.340, segundo a qual, em seu art. 16, "só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do **recebimento da denúncia** e ouvido o Ministério Público".

D) Errado

A segunda assertiva está correta, uma vez que a transação é um instituto previsto na Lei 9.099 e, por força do art. 41 da Lei 11.340, essa lei não se aplica aos crimes feitos com violência doméstica e familiar contra a mulher.

No entanto, a primeira assertiva está incorreta, uma vez que poderá haver retratação da representação nesses casos. Tem-se que a decisão do Supremo Tribunal Federal que estabelece que a lesão corporal leve cometida com violência doméstica e familiar contra a mulher é de ação pública incondicionada não se aplica nesse caso, visto que o delito cometido foi o de ameaça.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

Questão 68

Zeca e Juca foram denunciados pela prática de crime de sequestro, figurando como vítima Vanda. Por ocasião do interrogatório, Zeca nega a autoria delitiva e diz que nem conhece Juca; já Juca alega que conhece Zeca e que somente este seria o autor do fato, declarando-se inocente.

Após a instrução, o juiz profere sentença absolvendo os denunciados. No dia da publicação da sentença, Vanda e Juca procuram seus respectivos advogados e reiteram a certeza quanto à autoria delitiva de Zeca e ao interesse em intervir no processo como assistentes de acusação.

Considerando apenas as informações narradas, assinale a afirmativa correta.

A) O advogado de Juca poderá requerer a intervenção de seu cliente como assistente de acusação, devendo, porém, o Ministério Público ser ouvido previamente sobre a admissão do assistente.
B) Os advogados de Juca e Vanda não poderão requerer a intervenção de seus clientes como assistentes de acusação, tendo em vista que já foi proferida sentença.
C) O advogado de Vanda poderá requerer a intervenção de sua cliente como assistente de acusação, mas não poderá solicitar a realização de nova audiência para elaborar as perguntas que entender pertinentes.
D) O advogado de Vanda poderá requerer a intervenção de sua cliente como assistente de acusação, e do despacho que admitir ou não o assistente caberá recurso em sentido estrito.

Comentário:

A) Errado

De acordo com o Código de Processo Penal:

> Art. 268. Em **todos os termos da ação pública**, **poderá intervir**, como assistente do Ministério Público, o **ofendido ou seu representante legal**, ou, na falta, qualquer das pessoas mencionadas no Art. 31.
>
> Art. 269. O assistente será admitido **enquanto não passar em julgado a sentença** e **receberá a causa no estado em que se achar**.
>
> Art. 270. O **co-réu no mesmo processo não poderá intervir** como assistente do Ministério Público.

De acordo com o art. 270 do CPP, Juca, como có-reu no mesmo processo, não poderá intervir como assistente do Ministério Público.

B) Errado

De acordo com o art. 270 do CPP, Juca, como có-reu no mesmo processo, não poderá intervir como assistente do Ministério Público. Além disso, de acordo com o art. 269, Vanda poderia intervir, uma vez que a sentença ainda não transitou em julgado.

C) Correto

Está de acordo com o art. 269 do CPP. Vanda poderá intervir, porém, receberá a causa no processo em que ela se encontrar. Como já transcorreu a audiência de instrução, ela não poderá solicitar a realização de nova audiência para elaborar as perguntas que entender pertinentes.

D) Errado

A decisão que admitir ou não sua cliente como assistente é irrecorrível.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 69

O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Matheus, imputando-lhe a prática de um crime de estelionato. Na cota da denúncia, o Promotor de Justiça solicitou a realização de exame grafotécnico para comparar as assinaturas constantes da documentação falsa, utilizada como instrumento da prática do estelionato, com as de Matheus. Após ser citado, Matheus procura seu advogado e esclarece, em sigilo, que realmente foi autor do crime de estelionato.

Considerando as informações narradas, sob o ponto de vista técnico, o advogado deverá esclarecer que Matheus

A) deverá realizar o exame grafotécnico, segundo as determinações que lhe forem realizadas, já que prevalece no Processo Penal o Princípio da Verdade Real.
B) poderá se recusar a realizar o exame grafotécnico até o momento de seu interrogatório, ocasião em que deverá fornecer padrão para o exame grafotécnico, ainda que com assinaturas diferentes daquelas tradicionalmente utilizadas por ele.
C) deverá realizar o exame grafotécnico, tendo em vista que, no recebimento da denúncia, prevalece o princípio do in dubio pro societatis.
D) poderá se recusar a realizar o exame grafotécnico durante todo o processo, e essa omissão não pode ser interpretada como confissão dos fatos narrados na denúncia.

Comentário:

A) Errado

O art. 5º, LVII da CF prevê o direito à não autoincriminação, ao lado do Pacto de São José da Costa Rica (CADH) que prevê art. 8º, número 2, alínea, g: "que toda a pessoa tem direito de não ser obrigada a depor contra si mesma, nem declarar-se culpada".

No caso apresentado, tem-se que o exame grafotécnico é uma espécie de perícia cuja finalidade é a obtenção de escritos para verificar a prática de uma infração penal.

A Recusa do indiciado no fornecimento de padrões para a realização do exame grafotécnico não configura o crime de desobediência (direito à não autoincriminação). Assim, tem-se que o indiciado poderá se recusar a realizar o exame grafotécnico durante todo o processo, e essa omissão não pode ser interpretada como confissão dos fatos narrados na denúncia.

B) Errado

A regra do princípio da não autoincriminação vale para todo o processo.

C) Errado

No caso apresentado, tem-se que o exame grafotécnico é uma espécie de perícia cuja finalidade é a obtenção de escritos para verificar a prática de uma infração penal.

A Recusa do indiciado no fornecimento de padrões para a realização do exame grafotécnico não configura o crime de desobediência (direito à não autoincriminação). Assim, tem-se que o indiciado poderá se recusar a realizar o exame grafotécnico durante todo o processo, e essa omissão não pode ser interpretada como confissão dos fatos narrados na denúncia.

D) Correto

Está de acordo com o art. 5º, LVII da Constituição Federal.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

DIREITO DO TRABALHO

Questão 70

Em março de 2015, Lívia foi contratada por um estabelecimento comercial para exercer a função de caixa, cumprindo jornada de segunda-feira a sábado das 8h às 18h, com intervalo de 30 minutos para refeição.

Em 10 de março de 2017, Lívia foi dispensada sem justa causa, com aviso prévio indenizado, afastando-se de imediato. Em 30 de março de 2017, Lívia registrou sua candidatura a dirigente sindical e, em 8 de abril de 2017, foi eleita vice-presidente do sindicato dos comerciários da sua região. Diante desse fato, Lívia ponderou com a direção da empresa que não seria possível a sua dispensa, mas o empregador insistiu na manutenção da dispensa afirmando que o aviso prévio não poderia ser considerado para fins de garantia no emprego.

Sobre a hipótese narrada, de acordo com a CLT e com o entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

A) O período do aviso prévio é integrado ao contrato para todos os fins, daí porque Lívia, que foi eleita enquanto o pacto laboral estava em vigor, não poderá ser dispensada sem justa causa.

B) Não se computa o aviso prévio para fins de tempo de serviço nem anotação na CTPS do empregado e, em razão disso, Lívia não terá direito à estabilidade oriunda da eleição para dirigente sindical.

C) O aviso prévio é computado para todos os fins, mas, como a candidatura da empregada ocorreu no decorrer do aviso prévio, Lívia não terá garantia no emprego.

D) A Lei e a jurisprudência não tratam dessa situação especial, razão pela qual caberá ao magistrado, no caso concreto, decidir se o aviso prévio será computado ao contrato.

Comentários:

TST

Súmula nº 369 do TST - Res. 185/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012

I - É assegurada a estabilidade provisória ao empregado dirigente sindical, ainda que a comunicação do registro da candidatura ou da eleição e da posse seja realizada fora do prazo previsto no art. 543, § 5º, da CLT, desde que a ciência ao empregador, por qualquer meio, ocorra na vigência do contrato de trabalho.

II - O art. 522 da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988. Fica limitada, assim, a estabilidade a que alude o art. 543, § 3.º, da CLT a sete dirigentes sindicais e igual número de suplentes.

III - O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.

IV - Havendo extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, não há razão para subsistir a estabilidade.

V - O registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado, não lhe assegura a estabilidade, visto que inaplicável a regra do § 3º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CLT

Art. 543 - O empregado eleito para cargo de administração sindical ou representação profissional, inclusive junto a órgão de deliberação coletiva, não poderá ser impedido do exercício de suas funções, nem transferido para lugar ou mister que lhe dificulte ou torne impossível o desempenho das suas atribuições sindicais.

(...)

§ 3º - Fica vedada a dispensa do empregado sindicalizado ou associado, a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical ou de associação profissional, até 1 (um) ano após o final do seu mandato, caso seja eleito inclusive como suplente, salvo se cometer falta grave devidamente apurada nos termos desta Consolidação.

A) Errado

Como exposto pela súmula 369 inciso V do TST, o registro de candidatura a dirigente sindical durante o aviso prévio não gera estabilidade, visto que se faz inaplicável a regra do §3º do art. 543 da CLT.

B) Errado

O aviso prévio computa sim como tempo de serviço.

C) Correto

O aviso prévio conta como tempo de serviço, e a candidatura de Lívia por ter ocorrido no período de aviso prévio, não garante estabilidade no emprego.

D) Errado

Não cabe discricionariedade do magistrado, sendo este caso pacificado pela súmula 369 do TST.

Gabarito: C

Fonte de conhecimentos jurídicos: Lei Seca e Jurisprudência.

Questão 71

Ferdinando trabalha na sociedade empresária Alfa S.A. há 4 anos, mas anda desestimulado com o emprego e deseja dar um novo rumo à sua vida, retornando, em tempo integral, aos estudos para tentar uma outra carreira profissional. Imbuído desta intenção, Ferdinando procurou seu chefe, em 08/03/2018, e apresentou uma proposta para, de comum acordo, ser dispensado da empresa, com formulação de um distrato.

Diante do caso apresentado e dos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) A realização da extinção contratual por vontade mútua é viável, mas a indenização será reduzida pela metade e o empregado não receberá seguro desemprego.

B) A ruptura contratual por consenso pode ser feita, mas depende de homologação judicial ou do sindicato de classe do empregado.

C) O contrato não pode ser extinto por acordo entre as partes, já que falta previsão legal para tanto, cabendo ao empregado pedir demissão ou o empregador o dispensar sem justa causa.

D) O caso pode ser considerado desídia por parte do empregado, gerando então a dispensa por justa causa, sem direito a qualquer indenização.

Comentários:

CLT

Art. 484-A. O contrato de trabalho poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador, caso em que serão devidas as seguintes verbas trabalhistas:

I - por metade:

a) o aviso prévio, se indenizado; e

b) a indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, prevista no § 1o do art. 18 da Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990;

II - na integralidade, as demais verbas trabalhistas

§ 1º A extinção do contrato prevista no caput deste artigo permite a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço na forma do inciso I-A do art. 20 da Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990, limitada até 80% (oitenta por cento) do valor dos depósitos.

§ 2º A extinção do contrato por acordo prevista no caput deste artigo não autoriza o ingresso no Programa de Seguro-Desemprego.

A) Correto

A extinção do contrato de trabalho é viável, nos termos do art. 484-A da CLT, com a redução pela metade da indenização e não mais fazendo jus ao seguro desemprego.

B) Errado

O acordo entre empregado e empregador não depende de acordo judicial para a sua homologação neste caso.

C) Errado

Com as novas regras trabalhistas, o art. 484-A foi integrado a CLT, o que atualmente possibilita a extinção do contrato de trabalho por acordo entre as partes.

D) Errado

Não se trata de desídia, visto que o empregado se encontra trabalhando normalmente e apenas buscou o empregador para encerrar o seu contrato.

Gabarito: A

Fonte de conhecimentos jurídicos: Lei Seca

Questão 72

Efigênia foi empregada da sociedade empresária Luz Eterna S.A., exercendo, por último, o cargo de chefe do setor de Recursos Humanos.

Após décadas de dedicação à empresa, Efigênia se aposentou por tempo de contribuição e saiu do emprego por vontade própria, recebendo a indenização legal.

Ocorre que, após seis meses da jubilação, Efigênia passou a sentir falta da rotina que o seu trabalho gerava e também do convívio com os colegas de trabalho, daí porque manifestou desejo de retornar ao mercado de trabalho.

Ciente disso, a ex-empregadora ofereceu novamente o emprego a Efigênia, nas mesmas condições vigentes antes da aposentadoria, já que ela era excelente empregada e tinha profundo conhecimento das rotinas do setor de RH.

Com base na situação retratada e na Lei, assinale a afirmativa correta.

A) Uma vez que Efigênia se aposentou, ela não pode assumir emprego na mesma sociedade empresária na qual se jubilou, por vedação legal expressa, sob pena de nulidade do segundo contrato.

B) Se Efigênia voltar a trabalhar na sociedade empresária, o seu contracheque terá o desconto do INSS mensal, sendo irrelevante que ela seja aposentada.

C) A ex-empregada pode voltar a trabalhar porque sua liberdade é garantida pela Constituição da República, mas deverá optar entre receber o salário do empregador ou a aposentadoria pelo INSS, já que não é possível o acúmulo.

D) O tempo trabalhado antes da aposentadoria, caso seja quitado pela sociedade empresária, será considerado para fins de pagamento de adicional por tempo de serviço no segundo contrato.

Comentários:

A) Errado

Não existe qualquer previsão legal que proíba Efigênia de trabalhar na mesma empresa, ou em outra qualquer, após a sua aposentadoria

B) Correto

Ao voltar a trabalhar, Efigênia terá todos os descontos comuns a qualquer empregado, independente da sua condição de aposentada. Essa questão ainda não se encontra pacificada, com alguns casos em que juízes suspenderam o pagamento da contribuição ao INSS, no entanto até a edição de Lei ou súmula, segue o entendimento de que os descontos devem ser mantidos.

C) Errado

Não há que optar entre o salário e a aposentadoria, já que tem direito aos dois.

D) Errado

Devido ao fato de Efigênia ter encerrado o seu contrato anterior, e se afastado da empresa, a contagem se reinicia com o novo contrato de trabalho.

Gabarito: Alternativa B

Fonte de conhecimentos jurídicos: Doutrina e Lei Seca.

Questão 73

Jerônimo Fernandes Silva foi admitido pela sociedade empresária Usina Açúcar Feliz S.A. em 12 de fevereiro de 2018 para exercer a função de gerente regional, recebendo salário de R$ 22.000,00 mensais.

Jerônimo cuida de toda a Usina, analisando os contratos de venda dos produtos fabricados, comprando insumos e materiais, além de gerenciar os 80 empregados que a sociedade empresária possui.

A sociedade empresária pretende inserir cláusula compromissória de arbitragem no contrato de trabalho. Diante da situação retratada e dos preceitos da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) A cláusula compromissória de arbitragem pode ser estipulada no momento da contratação, desde que o empregado manifeste concordância expressa.

B) A cláusula compromissória de arbitragem é viável, se o empregado for portador de diploma de nível superior.

C) Não cabe arbitragem nas lides trabalhistas individuais, pelo que nula eventual estipulação nesse sentido.

D) É possível a estipulação de cláusula compromissória de arbitragem, desde que isso seja homologado pelo sindicato de classe.

Comentários:

CLT

Art. 507-A. Nos contratos individuais de trabalho cuja remuneração seja superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, poderá ser pactuada cláusula compromissória de arbitragem, desde que por iniciativa do empregado ou mediante a sua concordância expressa, nos termos previstos na Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996.

A) Correto

A cláusula compromissória de arbitragem pode ser estipulada no momento da contratação, por iniciativa do empregado ou por concordância expressa deste, nos termos do art. 507-A da CLT

B) Errado

Como preceitua o art. 507-A da CLT, o critério para fazer jus a esta cláusula é remuneração seja superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, não existindo assim indicação da necessidade de diploma de nível superior.

C) Errado

O art. 507-A da CLT, tornou possível a arbitragem nas lides trabalhistas individuais.

D) Errado

O art. 507-A da CLT que prevê a possibilidade de cláusula compromissória de arbitragem, não indica a necessidade de homologação por parte do sindicato.

Gabarito: Alternativa A

Fonte de conhecimentos jurídicos: Lei Seca

Questão 74

Lúcio foi dispensado do emprego, no qual trabalhou de 17/11/2017 a 20/03/2018, por seu empregador. Na sociedade empresária em que trabalhou, Lúcio batia o cartão de ponto apenas no início e no fim da jornada efetiva de trabalho, sem considerar o tempo de café da manhã, de troca de uniforme (que consistia em vestir um jaleco branco e tênis comum, que ficavam na posse do empregado) e o tempo em que jogava pingue-pongue após almoçar, já que o fazia em 15 minutos, e poderia ficar jogando até o término do intervalo integral.

Você foi procurado por Lúcio para, como advogado, ingressar com ação pleiteando horas extras pelo tempo indicado no enunciado não constante dos controles de horário.

Sobre o caso, à luz da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Lúcio não faz jus às horas extras pelas atividades indicadas, pois as mesmas não constituem tempo à disposição do empregador.

B) Lúcio faz jus às horas extras pelas atividades indicadas, pois as mesmas constituem tempo à disposição do empregador, já que Lúcio estava nas dependências da empresa.

C) Apenas o tempo de alimentação e café da manhã devem ser considerados como tempo à disposição, já que o outro representa lazer do empregado.

D) Apenas o tempo em que ficava jogando poderá ser pretendido como hora extra, pois Lúcio não desfrutava integralmente da pausa alimentar.

Comentários:

CLT

Art. 4º - Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada

(...)

§ 2º Por não se considerar tempo à disposição do empregador, não será computado como período extraordinário o que exceder a jornada normal, ainda que ultrapasse o limite de cinco minutos previsto no § 1º do art. 58 desta Consolidação, quando o empregado, por escolha própria, buscar proteção pessoal, em caso de insegurança nas vias públicas ou más condições climáticas, bem como adentrar ou permanecer nas dependências da empresa para exercer atividades particulares, entre outras:

I - práticas religiosas;

II - descanso;

III - lazer;

IV - estudo;

V - alimentação;

VI - atividades de relacionamento social;

VII - higiene pessoal;

VIII - troca de roupa ou uniforme, quando não houver obrigatoriedade de realizar a troca na empresa.

A) Correto

As atividades de Lúcio descritas no enunciado da questão, estão entre as atividades elencadas no art. 4º da CLT, que não configuram como tempo a disposição da empresa, sendo assim não geram horas extras ao empregado.

B) Errado

Estar nas dependências da empresa não configuram automaticamente tempo à disposição do empregador, as atividades de alimentação e lazer de Lúcio não configuram tempo a disposição.

C) Errado

O período em que Lúcio está tomando café ou almoçando não se configuram como tempo a disposição do empregador, sendo assim não resultam em horas extras.

D) Errado

O tempo em que Lúcio jogava após o almoço não configura como atividade da empresa, podendo o empregado desfrutar desse horário como bem lhe aprouver, sendo assim não configura causa para horas extras.

Gabarito: Alternativa A

Fonte de conhecimentos jurídicos: Lei Seca.

Questão 75

Jorge trabalhou para a Sapataria Bico Fino Ltda., de 16/11/2017 a 20/03/2018. Na ocasião realizava jornada das 9h às 18h, com 15 minutos de intervalo. Ao ser dispensado ajuizou ação trabalhista, reclamando o pagamento de uma hora integral pela ausência do intervalo, além dos reflexos disso nas demais parcelas intercorrentes do contrato de trabalho.

Diante disso, e considerando o texto da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Jorge faz jus a 45 minutos acrescidos de 50%, porém sem os reflexos, dada a natureza jurídica indenizatória da parcela.

B) Jorge faz jus a 45 minutos acrescidos de 50%, além dos reflexos, dada a natureza jurídica salarial da parcela.

C) Jorge faz jus a uma hora integral acrescida de 50%, porém sem os reflexos, dada a natureza jurídica indenizatória da parcela.

D) Jorge faz jus a uma hora integral acrescida de 50%, porém sem os reflexos, dada a natureza jurídica salarial da parcela.

Comentários:

CLT

Art. 71 - Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.

(...)

§ 4º A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

A) Correto

Nos termos do art. 71 § 4º da CLT, Jorge faz jus a 45 minutos acrescidos de 50%, porém sem os reflexos, dada a natureza jurídica indenizatória da parcela.

B) Errado

A natureza jurídica nesse caso é indenizatória e não salarial.

C) Errado

Jorge faz jus ao período faltante em seu repouso (45min) acrescido de 50%, porém sem reflexos, como parcela de natureza indenizatória, nos termos do art. 71 §4º da CLT.

D) Errado

Jorge faz jus ao período faltante em seu repouso (45min) acrescido de 50%, porém sem reflexos, como parcela de natureza indenizatória, nos termos do art. 71 §4º da CLT.

Gabarito: Alternativa A

Fonte de conhecimentos jurídicos: Lei Seca



DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Questão 76

Silvio contratou você como advogado para ajuizar ação trabalhista em face do empregador. Entretanto, na audiência, o juiz constatou que não havia procuração nos autos. Diante disso, você requereu fosse efetivado registro em ata de audiência no qual Silvio o constituía como procurador. Silvio anuiu com o requerimento. Com base na hipótese narrada, nos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) O mandato, no caso, é válido e os poderes são apenas para o foro em geral.

B) O mandato, no caso, é inválido, e seria necessário e obrigatório o requerimento de prazo para juntada de procuração.

C) O mandato, no caso, é válido e os poderes são para o foro em geral, bem como os especiais, dentre eles os poderes para transigir.

D) O mandato é válido apenas para a representação na audiência, devendo os demais atos serem regularizados e juntada a procuração para atos futuros.

Comentários:

O enunciado trata da constituição de advogado *apud acta,* cuja possibilidade encontra-se expressamente prevista no artigo 791 da Consolidação das Leis do Trabalho.

> Art. 791, CLT. Os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final.
>
> §1º Nos dissídios individuais os empregados e empregadores poderão fazer-se representar por intermédio do sindicato, advogado, solicitador, ou provisionado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

> §2º Nos dissídios coletivos é facultada aos interessados a assistência por advogado.
> §3º **A constituição de procurador com poderes para o foro em geral poderá ser efetivada, mediante simples registro em ata de audiência**, a requerimento verbal do advogado interessado, com anuência da parte representada.

A) Correto

De pronto, correta a assertiva "A", pois enuncia a validade do mandato e esclarece que os poderes se restringem ao foro em geral, conforme o artigo 791, §3º, da CLT, acima transcrito.

B) Errado

Equivocada a letra "B", no entanto, pois enuncia que o mandato é inválido, suscitando uma obrigatoriedade de juntada de procuração que não possui respaldo legal.

C) Errado

Também incorreta a alternativa "C", posto que, apesar de apregoar a validade do mandato, abrange seus efeitos ao foro especial, indo de encontro ao dispositivo retro mencionado.

D) Errado

Por fim, igualmente incorreta a letra "D", já que o §3º, transcrito alhures, não restringe a validade da procuração *apud acta* à audiência em que é constituída.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 77

Jéssica trabalhou na sociedade empresária Móveis Perfeitos Ltda. por 4 (quatro) anos, quando foi dispensada sem justa causa, sem receber as verbas resilitórias. Em razão disso, ajuizou reclamação trabalhista pelo rito ordinário postulando os direitos relativos à sua saída, além de horas extras, equiparação salarial, adicional de insalubridade e indenização por dano moral porque foi privada da indenização que serviria para pagar as suas contas regulares. Na audiência designada, após feito o pregão, a sociedade empresária informou, e comprovou documentalmente, que conseguira no mês anterior a sua recuperação judicial, motivo pelo qual requereu a suspensão da reclamação trabalhista por 180 dias, conforme previsto em Lei, sob pena de o prosseguimento acarretar a nulidade do feito. Diante da situação concreta e dos termos da legislação em vigor, assinale a afirmativa correta.

A) A sociedade empresária está correta, porque, em havendo concessão de recuperação judicial, a Lei determina a suspensão de todas as ações.

B) A Lei não traz nenhuma previsão a respeito, daí porque ficará a critério do prudente arbítrio do juiz deferir a suspensão processual requerida.

C) A sociedade empresária está equivocada, pois a suspensão da reclamação trabalhista somente ocorreria na fase executória, o que não é o caso.

D) O Juiz do Trabalho, tendo sido deferida a recuperação judicial, deve suspender o processo, declarar sua incompetência e enviar os autos à Justiça Estadual.

Comentários:

A questão indaga acerca da possibilidade de suspensão de reclamação trabalhista ajuizada, em decorrência da recuperação judicial da empregadora. A disciplina encontra respaldo no artigo 6º, da Lei nº 11.101/05.

> Art. 6º, Lei nº 11.101/05. A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial **suspende** o curso da prescrição e de todas as ações e **execuções** em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário.

§1º **Terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida**.

§2º É permitido pleitear, perante o administrador judicial, habilitação, exclusão ou modificação de créditos derivados da relação de trabalho, mas as ações de natureza trabalhista, inclusive as impugnações a que se refere o art. 8º desta Lei, serão processadas perante a justiça especializada até a apuração do respectivo crédito, que será inscrito no quadro-geral de credores pelo valor determinado em sentença.

§3º O juiz competente para as ações referidas nos §§ 1º e 2º deste artigo poderá determinar a reserva da importância que estimar devida na recuperação judicial ou na falência, e, uma vez reconhecido líquido o direito, será o crédito incluído na classe própria.

§4º Na recuperação judicial, a suspensão de que trata o caput deste artigo em hipótese nenhuma excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial.

§5º Aplica-se o disposto no §2º deste artigo à recuperação judicial durante o período de suspensão de que trata o §4º deste artigo, mas, após o fim da suspensão, as execuções trabalhistas poderão ser normalmente concluídas, ainda que o crédito já esteja inscrito no quadro-geral de credores.

§6º Independentemente da verificação periódica perante os cartórios de distribuição, as ações que venham a ser propostas contra o devedor deverão ser comunicadas ao juízo da falência ou da recuperação judicial:

I – pelo juiz competente, quando do recebimento da petição inicial;

II – pelo devedor, imediatamente após a citação.

§7º As execuções de natureza fiscal não são suspensas pelo deferimento da recuperação judicial, ressalvada a concessão de parcelamento nos termos do Código Tributário Nacional e da legislação ordinária específica.

§8º A distribuição do pedido de falência ou de recuperação judicial previne a jurisdição para qualquer outro pedido de recuperação judicial ou de falência, relativo ao mesmo devedor.

A) Errado

A letra "A" deve ser eliminada, pois, diferentemente do que propõe, a Lei de Recuperação Judicial e Falência não determina a suspensão das ações em face da recuperanda de forma irrestrita, mas apenas as pretensões executórias.

B) Errado

Também inadequada a redação da assertiva "B", pois suscita a omissão legislativa no que tange à matéria, enquanto o artigo 6º, transcrito alhures, cuida desta questão.

C) Correto

Por outro lado, correta a alternativa "C", pois, depreende-se do artigo 6º, *caput* e §1º, da Lei nº 11.101/05, que a suspensão das ações não alcança as demandas na fase de conhecimento, apenas as pretensões executórias.

D) Errado

Por fim, equivocada a letra "D", já que não possui qualquer respaldo legal. Não há quaisquer dispositivos que embasem tal declaração de incompetência.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 78

Em sede de reclamações trabalhista duas sociedades empresárias foram condenadas em primeira instância. A Massa Falida da Calçados Sola Dura Ltda. e a Institutos de Seguros Privados do Brasil, sociedade empresária em liquidação extrajudicial. Acerca do depósito recursal, na qualidade de advogado das empresas você deverá

A) deixar de recolher o depósito recursal e custas nos dois casos, já que se trata de massa falida de empresa em liquidação extrajudicial.

B) deixar de recolher o depósito recursal e as custas no caso da massa falida, mas recolher ambos para a empresa em liquidação extrajudicial.

C) recolher nos dois casos o depósito recursal e as custas, sob pena de deserção.

D) deixar de recolher o depósito recursal no caso da massa falida, mas recolher ambos para a empresa em liquidação extrajudicial e as custas para a massa falida.

Comentários:

A questão aborda a temática do recolhimento de custas e do depósito recursal. O aluno deve ficar atento, pois o enunciado refere-se à massa falida e à empresa em liquidação extrajudicial. Portanto, deve-se ter em mente a redação da Súmula 86 do Tribunal Superior do Trabalho.

> Súmula nº 86 do TST
> DESERÇÃO. MASSA FALIDA. EMPRESA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL (incorporada a Orientação Jurisprudencial nº 31 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005
> **Não ocorre deserção** de recurso da massa falida por falta de pagamento de custas ou de depósito do valor da condenação. Esse privilégio, todavia, **não se aplica à empresa em liquidação extrajudicial**. (primeira parte - ex-Súmula nº 86 - RA 69/78, DJ 26.09.1978; segunda parte - ex-OJ nº 31 da SBDI-1 - inserida em 14.03.1994)

A) Errado

A letra "A" está incorreta, pois a parte final do enunciado sumular, acima transcrito, exclui as empresas em liquidação extrajudicial do privilégio descrito.

B) Correto

Por outro lado, adequada a redação da assertiva "B", pois enuncia a necessidade de recolhimento de custas e depósito recursal por parte da empresa em liquidação extrajudicial, em conformidade à Súmula 86 do TST.

C) Errado

Incorreta a alternativa "C", já que afirma que, assim como a empresa em liquidação extrajudicial, a massa falida também deve recolher custas e o depósito recursal, sob pena de deserção, indo de encontro ao que preceitua o enunciado sumular em estudo.

D) Errado

Por fim, também equivocada a letra "D", já que a Súmula mencionada abrange, para a massa falida, tanto as custas quanto o depósito recursal.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Jurisprudência

Questão 79

Em reclamação trabalhista já na fase de execução, o juiz determinou que o autor apresentasse os cálculos de liquidação, determinação esta que foi cumprida pelo exequente em fevereiro de 2018. Então, o calculista do juízo analisou as contas e entendeu que elas estavam corretas, pelo que o juiz homologou os cálculos ofertados e determinou a citação do executado para pagamento em 48 horas, sob pena de execução. Considerando a narrativa apresentada e os termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Agiu corretamente o juiz, porque as contas foram atestadas pelo calculista como corretas.

B) Equivocou-se o magistrado, porque deveria obrigatoriamente conferir vista dos cálculos ao executado.

C) Uma vez que o juiz do Trabalho tem amplo poder de direção e controle do processo, sua decisão está amparada na norma cogente.

D) O juiz tem a faculdade de abrir vista ao executado por 10 dias, mas não obrigação de fazê-lo.

Comentários:

O enunciado cuida da fase de execução, indagando acerca dos cálculos de liquidação, cuja disciplina encontra-se no artigo 879 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 879, CLT. Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos. (Redação dada pela Lei nº 2.244, de 23.6.1954)
§1º Na liquidação, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda nem discutir matéria pertinente à causa principal. (Incluído pela Lei nº 8.432, 11.6.1992)
§1º-A A liquidação abrangerá, também, o cálculo das contribuições previdenciárias devidas. (Incluído pela Lei nº 10.035, de 2000)
§1º-B As partes deverão ser previamente intimadas para a apresentação do cálculo de liquidação, inclusive da contribuição previdenciária incidente. (Incluído pela Lei nº 10.035, de 2000)
§2º **Elaborada a conta e tornada líquida, o juízo deverá abrir às partes prazo comum de oito dias para impugnação** fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017)
§3º Elaborada a conta pela parte ou pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, o juiz procederá à intimação da União para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão. (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007)
§4º A atualização do crédito devido à Previdência Social observará os critérios estabelecidos na legislação previdenciária. (Incluído pela Lei nº 10.035, de 2000)
§5º O Ministro de Estado da Fazenda poderá, mediante ato fundamentado, dispensar a manifestação da União quando o valor total das verbas que integram o salário-de-contribuição, na forma do art. 28 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, ocasionar perda de escala decorrente da atuação do órgão jurídico. (Incluído pela Lei nº 11.457, de 2007)
§6º Tratando-se de cálculos de liquidação complexos, o juiz poderá nomear perito para a elaboração e fixará, depois da conclusão do trabalho, o valor dos respectivos honorários com observância, entre outros, dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade. (Incluído pela Lei nº 12.405, de 2011)
§7º A atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial será feita pela Taxa Referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme a Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991. (Incluído pela Lei nº 13.467/2017)

A) Errado

A alternativa "A" está equivocada, pois, após a liquidação, dever-se-ia abrir às partes prazo para impugnação, conforme disposto no artigo acima transcrito.

B) Correto

Por outro lado, adequada a redação da assertiva "B", pois completamente condizente com o artigo 879, §2º, da CLT, o qual traz a obrigatoriedade de vista dos cálculos por parte do executado.

C) Errado

Incorreta a alternativa "C", pois, diferentemente do que propõe, o magistrado tinha o dever de abrir às partes prazo comum de oito dias para impugnação dos cálculos, em consonância com a legislação colacionada.

D) Errado

Por fim, também equivocada a letra "D", já que, como dito linhas acima, não se trata de faculdade do magistrado, mas dever de possibilitar o contraditório acerca dos cálculos apresentados. Ademais, o prazo proposto está equivocado, posto que a legislação estipula prazo de oito dias.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 80

Em determinada Vara do Trabalho foi prolatada uma sentença que, após publicada, não foi objeto de recurso por nenhum dos litigantes. Quinze meses depois, uma das partes ajuizou ação rescisória perante o Tribunal Regional do Trabalho local, tendo o acórdão julgado improcedente o pedido da rescisória. Ainda inconformada, a parte deseja que o TST aprecie a demanda. Assinale a opção que indica, na hipótese, o recurso cabível para o Tribunal Superior do Trabalho.

A) Recurso Ordinário.

B) Recurso de Revista.

C) Recurso Especial.

D) Agravo de Instrumento.

Comentários:

Questiona-se acerca da medida recursal cabível para impugnar acórdão do Tribunal Regional do Trabalho em sede de ação rescisória. O aluno deve estar completamente a par da redação do artigo 702 da CLT e da Súmula 158 do TST.

> Art. 702, CLT. Ao Tribunal Pleno compete: (Redação dada pela Lei nº 2.244, de 23.6.1954) (...)
> II - em última instância: (Redação dada pela Lei nº 2.244, de 23.6.1954)
> a) **julgar os recursos ordinários das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais em processos de sua competência originária**; (Redação dada pela Lei nº 2.244, de 23.6.1954)
> b) julgar os embargos opostos às decisões de que tratam as alíneas "b" e "c" do inciso I deste artigo; (Redação dada pela Lei nº 2.244, de 23.6.1954)
> c) julgar embargos das decisões das Turmas, quando esta divirjam entre si ou de decisão proferida pelo próprio Tribunal Pleno, ou que forem contrárias à letra de lei federal; (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)
> d) julgar os agravos de despachos denegatórios dos presidentes de turmas, em matéria de embargos na forma estabelecida no regimento interno; (Redação dada pela Lei nº 2.244, de 23.6.1954)
> e) julgar os embargos de declaração opostos aos seus acórdãos. (Redação dada pela Lei nº 2.244, de 23.6.1954) (...)
>
> Súmula nº 158 do TST
> AÇÃO RESCISÓRIA (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003
> **Da decisão de Tribunal Regional do Trabalho, em ação rescisória, é cabível recurso ordinário** para o Tribunal Superior do Trabalho, em face da organização judiciária trabalhista (ex-Prejulgado nº 35).

A) Correto

De pronto, a letra "A" é a alternativa correta, posto que, em face de decisão do TRT em matéria de sua competência originária, como é o caso da ação rescisória, cabe recurso ordinário, conforme o artigo 702, II, "a", da CLT e a Súmula 158/TST.

B) Errado

Por outro lado, inadequada a assertiva "B", pois, à hipótese, não cabe recurso de revista.

C) Errado

Também incorreta a alternativa "C", já que não é cabível recurso especial.

D) Errado

Por fim, equivocada a letra "D", posto que também não cabe agravo de instrumento à situação narrada.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca e Jurisprudência

XXVI EXAME DA OAB – FGV - CADERNO TIPO 1 – APLICAÇÃO EM: 05.08.2018



ESTATUTO E ÉTICA

Questão 1

Rafaela, advogada, atua como árbitra em certa lide. Lena, também regularmente inscrita como advogada perante a OAB, exerce atualmente a função de mediadora. Ambas, no exercício de suas atividades, tomaram conhecimento de fatos relativos às partes envolvidas. Todavia, apenas foi solicitado a Rafaela que guardasse sigilo sobre tais fatos. Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) Apenas Rafaela, no exercício da profissão, submete-se ao dever de guardar sigilo dos fatos de que tomou conhecimento. O dever de sigilo cederá em face de circunstâncias excepcionais que configurem justa causa, como nos casos de grave ameaça aos direitos à vida e à honra, bem como em caso de defesa própria.

B) Apenas Lena, no exercício da profissão, submete-se ao dever de guardar sigilo dos fatos de que tomou conhecimento. O dever de sigilo cederá em face de circunstâncias excepcionais que configurem justa causa, como nos casos de grave ameaça aos direitos à vida e à honra, bem como em caso de defesa própria.

C) Ambas as advogadas, no exercício da profissão, submetem-se ao dever de guardar sigilo dos fatos de que tomaram conhecimento. O dever de sigilo cederá em face de

circunstâncias excepcionais que configurem justa causa, como nos casos de grave ameaça aos direitos à vida e à honra, bem como em caso de defesa própria.

D) Apenas Rafaela, no exercício da profissão, submete-se ao dever de guardar sigilo dos fatos de que tomou conhecimento. O dever de sigilo cederá em face de circunstâncias excepcionais que configurem justa causa, como nos casos de grave ameaça aos direitos à vida e à honra. Porém, não se admite a relativização do dever de sigilo para exercício de defesa própria.

Comentário:

A) Errado

A teor dos arts. 36 e 37 do Código de Ética e Disciplina, ambas as advogadas, no exercício da profissão, submetem-se ao dever de guardar sigilo dos fatos de que tomaram conhecimento, cujo dever cederá em face de circunstâncias excepcionais que configurem justa causa, como nos casos de grave ameaça aos direitos à vida e à honra, bem como em caso de defesa própria.

B) Errado

Ambas as advogadas, no exercício da profissão, submetem-se ao dever de guardar sigilo dos fatos de que tomaram conhecimento, cujo dever cederá em face de circunstâncias excepcionais que configurem justa causa, como nos casos de grave ameaça aos direitos à vida e à honra, bem como em caso de defesa própria, de conformidade com os arts. 36 e 37 do Código de Ética e Disciplina.

C) Correto

Segundo o art. 36 do Código de Ética e Disciplina (CED), "o sigilo profissional é de ordem pública, independendo de solicitação de reserva que lhe seja feita pelo cliente", de maneira que "presumem-se confidenciais as comunicações de

qualquer natureza entre advogado e cliente", contexto em que "o advogado, quando no exercício das fundações de mediador, conciliador e árbitro, se submete às regras de sigilo profissional". No entanto, o art. 37 do CED estipula que "o sigilo profissional cederá em face de circunstâncias excepcionais que configurem justa causa, como nos casos de grave ameaça ao direito à vida e à honra ou que envolvam defesa própria".

D) Errado

Consoante os arts. 36 e 37 do Código de Ética e Disciplina, ambas as advogadas, no exercício da profissão, submetem-se ao dever de guardar sigilo dos fatos de que tomaram conhecimento, cujo dever cederá em face de circunstâncias excepcionais que configurem justa causa, como nos casos de grave ameaça aos direitos à vida e à honra, bem como em caso de defesa própria.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 2

O advogado Fabrício foi contratado por José para seu patrocínio em processo judicial, por meio de instrumento firmado no dia 14/11/2012. No exercício do mandato, Fabrício distribuiu, em 23/11/2012, petição inicial em que José figurava como autor. No dia 06/11/2013, nos autos do processo, Fabrício foi intimado de sentença, a qual fixou honorários advocatícios sucumbenciais, no valor de dez mil reais, em seu favor. A referida sentença transitou em julgado em 21/11/2013. Considerando que não houve causa de suspensão ou interrupção do prazo prescricional, de acordo com a disciplina do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) A pretensão de cobrança dos honorários sucumbenciais, fixados em favor de Fabrício, prescreve no prazo de cinco anos, a contar de 14/11/2012.

B) A pretensão de cobrança dos honorários sucumbenciais, fixados em favor de Fabrício, prescreve no prazo de cinco anos, a contar de 06/11/2013.

C) A pretensão de cobrança dos honorários sucumbenciais, fixados em favor de Fabrício, prescreve no prazo de cinco anos, a contar de 21/11/2013.

D) A pretensão de cobrança dos honorários sucumbenciais, fixados em favor de Fabrício, é imprescritível, tendo em vista seu caráter alimentar.

Comentário:

A) Errado

A pretensão de cobrança dos honorários sucumbenciais, fixados em favor de Fabrício, prescreve no prazo de cinco anos, a contar de 21/11/2013, consoante dispõe o art. 25, inciso II, da Lei n° 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB).

B) Errado

Nos exatos ditames do inciso II do art. 25 do Estatuto da Advocacia e da OAB, a pretensão de cobrança dos honorários sucumbenciais, fixados em favor de Fabrício, prescreve no prazo de cinco anos, a contar de 21/11/2013.

C) Correto

Trata-se da exata aplicação do art. 25, inciso II, da Lei n° 8.906/94, segundo o qual "prescreve em cinco anos a ação de cobrança de honorários de advogado, contado o prazo: do trânsito em julgado da decisão que os fixar".

D) Errado

A pretensão de cobrança dos honorários sucumbenciais, fixados em favor de Fabrício, prescreve no prazo de cinco anos, a contar de 21/11/2013, a teor do inciso II do art. 25 da Lei n° 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB).

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 3

O advogado Fred dirigiu-se, em certa ocasião, a uma delegacia de polícia e a um presídio, a fim de entrevistar clientes seus que se encontravam, respectivamente, prestando depoimento e preso. Na mesma data, o advogado Jorge realizou audiências na sede de um juizado especial cível e no interior de certo fórum regional da comarca. Considerando o disposto no Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) É direito de Fred e Jorge a instalação de salas especiais permanentes para os advogados nos seguintes locais visitados: sede do juizado especial cível e fórum regional da comarca. Quanto aos demais, embora seja recomendável a existência de salas especiais, não há dever legal de instalação.

B) É direito de Fred e Jorge a instalação de salas especiais permanentes para os advogados em todos os locais visitados. Quanto aos quatro locais, há dever legal de instalação das salas.

C) É direito de Fred e Jorge a instalação de salas especiais permanentes para os advogados nos seguintes locais visitados: sede do juizado especial cível, fórum regional

da comarca e presídio. Quanto à delegacia de polícia, embora seja recomendável a existência de salas especiais, não há dever legal de instalação.

D) É direito de Fred e Jorge a instalação de salas especiais permanentes para os advogados nos seguintes locais visitados: fórum regional da comarca e presídio. Quanto aos demais, embora seja recomendável a existência de salas especiais, não há dever legal de instalação.

Comentário:

A) Errado

De conformidade com o disposto no § 4° do art. 7° do Estatuto da Advocacia e da OAB, é direito de Fred e Jorge a instalação de salas especiais permanentes para os advogados em todos os locais visitados, bem como, quanto aos quatro locais, há dever legal de instalação das salas.

B) Correto

A assertiva em análise reflete a íntegra do § 4° do art. 7° da Lei 8.906/94, o qual dispõe que "o Poder Judiciário e o Poder Executivo devem instalar, em todos os juizados, fóruns, tribunais, delegacias de polícia e presídios, salas especiais permanentes para os advogados, com uso e controle assegurados à OAB".

C) Errado

É direito de Fred e Jorge a instalação de salas especiais permanentes para os advogados em todos os locais visitados, bem como, quanto aos quatro locais, há dever legal de instalação das salas, a teor do art. 7°, § 4°, da Lei n° 8.906/94.

D) Errado

Em consonância com o previsto no § 4° do art. 7° do Estatuto da Advocacia e da OAB, é direito de Fred e Jorge a instalação de salas especiais permanentes para os advogados em todos os locais visitados, bem como, quanto aos quatro locais, há dever legal de instalação das salas.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 4

O advogado Pasquale integra a sociedade de advogados X, juntamente com três sócios. Todavia, as suas funções na aludida sociedade apenas ocupam parte de sua carga horária semanal disponível. Por isso, a fim de ocupar o tempo livre, o advogado estuda duas propostas: de um lado, pensa em criar, paralelamente, uma sociedade unipessoal de advocacia; de outro, estuda aceitar a oferta, proposta pela sociedade de advogados Y, de integrar seus quadros.

Considerando que todas as pessoas jurídicas mencionadas teriam sede na mesma área territorial de um Conselho Seccional da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) É permitido que Pasquale integre simultaneamente a sociedade de advogados X e a sociedade de advogados Y. Todavia, não é autorizado que integre simultaneamente a sociedade de advogados X e a sociedade unipessoal de advocacia.

B) É permitido que Pasquale integre simultaneamente a sociedade de advogados X e a sociedade unipessoal de advocacia. Todavia, não é autorizado que integre simultaneamente a sociedade de advogados X e a sociedade de advogados Y.

C) Não é permitido que Pasquale integre simultaneamente a sociedade de advogados X e a sociedade de advogados Y. Tampouco é autorizado que integre simultaneamente a sociedade de advogados X e a sociedade unipessoal de advocacia.

D) É permitido que Pasquale integre simultaneamente a sociedade de advogados X e a sociedade de advogados Y. Também é autorizado que integre simultaneamente a sociedade de advogados X e a sociedade unipessoal de advocacia.

Comentário:

A) Errado

Nos termos do art. 15, § 4°, da Lei n° 8.906/94, não é permitido que Pasquale integre simultaneamente a sociedade de advogados X e a sociedade de advogados Y. Tampouco é autorizado que integre simultaneamente a sociedade de advogados X e a sociedade unipessoal de advocacia.

B) Errado

Não é permitido que Pasquale integre simultaneamente a sociedade de advogados X e a sociedade de advogados Y. Tampouco é autorizado que integre simultaneamente a sociedade de advogados X e a sociedade unipessoal de advocacia, a teor do § 4° do art. 15 do Estatuto da Advocacia e da OAB.

C) Correto

Tal alternativa contém o comando legal previsto no art. 15, § 4°, da Lei n° 8.906/94, de acordo com o qual "nenhum advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados, constituir mais de uma sociedade unipessoal de advocacia, ou integrar, simultaneamente, uma sociedade de advogados e uma sociedade unipessoal de advocacia, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional".

D) Errado

Consoante o art. 15, § 4°, do Estatuto da Advocacia e da OAB, ão é permitido que Pasquale integre simultaneamente a sociedade de advogados X e a sociedade de advogados Y. Tampouco é autorizado que integre simultaneamente a sociedade de advogados X e a sociedade unipessoal de advocacia.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 5

Júlio Silva sofreu sanção de censura por infração disciplinar não resultante da prática de crime; Tatiana sofreu sanção de suspensão por infração disciplinar não resultante da prática de crime; e Rodrigo sofreu sanção de suspensão por infração disciplinar resultante da prática de crime ao qual foi condenado. Transcorrido um ano após a aplicação e o cumprimento das sanções, os três pretendem obter a reabilitação, mediante provas efetivas de seu bom comportamento.

De acordo com o EOAB, assinale a afirmativa correta.

A) Júlio e Tatiana fazem jus à reabilitação, que pode ser concedida após um ano mediante provas efetivas de bom comportamento, nos casos de qualquer sanção disciplinar. O pedido de Rodrigo, porém, depende também da reabilitação criminal.

B) Apenas Júlio faz jus à reabilitação, que pode ser concedida após um ano mediante provas efetivas de bom comportamento, somente nos casos de sanção disciplinar de censura.

C) Todos fazem jus à reabilitação, que pode ser concedida após um ano mediante provas efetivas de bom comportamento, nos casos de qualquer sanção disciplinar, independentemente se resultantes da prática de crime, tendo em vista que são esferas distintas de responsabilidade.

D) Ninguém faz jus à reabilitação, que só pode ser concedida após dois anos mediante provas efetivas de bom comportamento, nos casos de sanção disciplinar de censura, e após três anos nos casos de sanção disciplinar de suspensão.

Comentário:

A) Correto

Trata-se da exata disposição contida no art. 41 da Lei n° 8.906/94, segundo o qual "é permitido ao que tenha sofrido qualquer sanção disciplinar requerer, um ano após seu cumprimento, a reabilitação, em face de provas efetivas de bom comportamento", bem como, "quando a sanção disciplinar resultar da prática de crime, o pedido de reabilitação depende também da correspondente reabilitação criminal".

B) Errado

A teor do art. 41 do Estatuto da Advocacia e da OAB, Júlio e Tatiana fazem jus à reabilitação, que pode ser concedida após um ano mediante provas efetivas de bom comportamento, nos casos de qualquer sanção disciplinar. O pedido de Rodrigo, porém, depende também da reabilitação criminal.

C) Errado

Júlio e Tatiana fazem jus à reabilitação, que pode ser concedida após um ano mediante provas efetivas de bom comportamento, nos casos de qualquer

sanção disciplinar. O pedido de Rodrigo, porém, depende também da reabilitação criminal, nos termos do art. 41 da Lei n° 8.906/94.

D) Errado

Consoante o art. 41 do Estatuto da Advocacia e da OAB, Júlio e Tatiana fazem jus à reabilitação, que pode ser concedida após um ano mediante provas efetivas de bom comportamento, nos casos de qualquer sanção disciplinar. O pedido de Rodrigo, porém, depende também da reabilitação criminal.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 6

Juan e Pablo, ambos advogados, atuaram conjuntamente patrocinando uma demanda trabalhista em favor de certo trabalhador empregado. Tiveram bastante sucesso no exercício dessa função, tendo se valido de teses jurídicas notórias. Em razão disso, após o fim desse processo, duas pessoas jurídicas contrataram, respectivamente, Juan e Pablo, como integrantes de seus departamentos jurídicos, em relação empregatícia. A sociedade que empregou Juan determinou que ele atue de forma consultiva, emitindo parecer sobre a mesma questão jurídica tratada naquele primeiro processo, embora adotando orientação diversa, desta feita favorável aos empregadores. A pessoa jurídica que emprega Pablo pretende que ele realize sua defesa, em juízo, em processos nos quais ela é ré, sobre a mesma questão, também sustentando o posicionamento favorável aos empregadores.

Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) Juan e Pablo podem, de maneira legítima, recusar a atuação consultiva e o patrocínio das demandas judiciais, respectivamente, sem que isso implique violação aos seus deveres profissionais.

B) Apenas Juan pode, de maneira legítima, recusar a atuação consultiva sem que isso implique violação aos seus deveres profissionais.

C) Apenas Pablo pode, de maneira legítima, recusar o patrocínio das demandas judiciais sem que isso implique violação aos seus deveres profissionais.

D) As recusas quanto à atuação consultiva e ao patrocínio das demandas judiciais, por Juan e Pablo, respectivamente, implicam violações aos seus deveres profissionais.

Comentário:

A) Correto

A teor do parágrafo único do art. 4° do Código de Ética e Disciplina da OAB, "é legítima a recusa, pelo advogado, do patrocínio de causa e de manifestação, no âmbito consultivo, de pretensão concernente a direito que também lhe seja aplicável ou contrarie orientação que tenha manifestado anteriormente".

B) Errado

De conformidade com o disposto no art. 4°, parágrafo único, do Código de Ética e Disciplina da OAB, Juan e Pablo podem, de maneira legítima, recusar a atuação consultiva e o patrocínio das demandas judiciais, respectivamente, sem que isso implique violação aos seus deveres profissionais.

C) Errado

Juan e Pablo podem, de maneira legítima, recusar a atuação consultiva e o patrocínio das demandas judiciais, respectivamente, sem que isso implique

violação aos seus deveres profissionais, nos termos do parágrafo único do art. 4° do Código de Ética e Disciplina da OAB.

D) Errado

Segundo o art. 4°, parágrafo único, do Código de Ética e Disciplina da OAB, Juan e Pablo podem, de maneira legítima, recusar a atuação consultiva e o patrocínio das demandas judiciais, respectivamente, sem que isso implique violação aos seus deveres profissionais.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 7

O advogado José Maria celebrou contrato de mandato, há muitos anos, com o cliente Antônio para defendê-lo extrajudicialmente em certa questão. O instrumento não previu, de forma expressa, o prazo de duração do mandato.

Considerando a hipótese descrita, assinale a afirmativa correta.

A) Ausente previsão de prazo no instrumento, o contrato de mandato extrajudicial é válido e será extinto pelo decurso do prazo de 15 anos, salvo renovação expressa.

B) Ausente previsão de prazo no instrumento, o mandato extrajudicial é válido e não será extinto pelo decurso de qualquer prazo.

C) Ausente previsão de prazo no instrumento, o mandato extrajudicial é anulável e não será extinto pelo decurso de qualquer prazo, mas a anulabilidade pode ser pronunciada por decisão judicial, mediante alegação dos interessados.

D) Ausente previsão de prazo no instrumento, o mandato extrajudicial é válido e será extinto pelo decurso do prazo de 20 anos, salvo renovação expressa.

Comentário:

A) Errado

A teor do art. 18 do Código de Ética e Disciplina da OAB, uma vez ausente previsão de prazo no instrumento, o mandato extrajudicial é válido e não será extinto pelo decurso de qualquer prazo.

B) Correto

É a exata íntegra do art. 18 do Código de Ética de Disciplina da OAB, o qual dispõe que "o mandato judicial ou extrajudicial não se extingue pelo decurso de tempo, salvo se o contrário for consignado no respectivo instrumento.".

C) Errado

Uma vez ausente previsão de prazo no instrumento, o mandato extrajudicial é válido e não será extinto pelo decurso de qualquer prazo, nos termos do art. 18 do Código de Ética e Disciplina da OAB.

D) Errado

De conformidade com o disposto no art. 18 do Código de Ética e Disciplina da OAB, uma vez ausente previsão de prazo no instrumento, o mandato extrajudicial é válido e não será extinto pelo decurso de qualquer prazo.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 8

O Conselho Seccional X pretende criar a subseção Z, que abrange três municípios. Estima-se que, na área territorial pretendida para a subseção Z, haveria cerca de cinquenta advogados profissionalmente domiciliados. O mesmo Conselho Seccional também pretende criar as subseções W e Y, de modo que W abrangeria a região norte e Y abrangeria a região sul de um mesmo município. Considerando o caso narrado, de acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) Não é autorizada, pelo Estatuto da Advocacia e da OAB, a criação da subseção Z com a área territorial pretendida. Quanto às subseções W e Y, poderão ser criadas se contarem, cada qual, com um número mínimo de cem advogados nela profissionalmente domiciliados.

B) Não é autorizada, pelo Estatuto da Advocacia e da OAB, a criação da subseção Z, em razão da área territorial pretendida. Quanto às subseções W e Y, poderão ser criadas se contarem, cada qual, com um número mínimo de quinze advogados nela profissionalmente domiciliados.

C) A criação da subseção Z, com a área territorial pretendida, é autorizada pelo Estatuto da Advocacia e da OAB. Da mesma forma, as subseções W e Y poderão ser criadas se contarem, cada qual, com um número mínimo de quinze advogados nelas profissionalmente domiciliados.

D) A criação da subseção Z, com a área territorial pretendida, é autorizada pelo Estatuto da Advocacia e da OAB. Já a criação das subseções W e Y, em razão da área territorial

pretendida, não é autorizada pelo Estatuto da Advocacia e da OAB, independentemente do número de advogados nela profissionalmente domiciliados.

Comentário:

A) Errado

Segundo o art. 60 da Lei 8.906/94, a criação da subseção Z, com a área territorial pretendida, é autorizada pelo Estatuto da Advocacia e da OAB, assim como as subseções W e Y poderão ser criadas se contarem, cada qual, com um número mínimo de quinze advogados nelas profissionalmente domiciliados.

B) Errado

A criação da subseção Z, com a área territorial pretendida, é autorizada pelo Estatuto da Advocacia e da OAB, assim como as subseções W e Y poderão ser criadas se contarem, cada qual, com um número mínimo de quinze advogados nelas profissionalmente domiciliados, a teor do art. 60 da Lei 8.906/94.

C) Correto

Trata-se da íntegra do art. 60 da Lei 8.906/94: A Subseção pode ser criada pelo Conselho Seccional, que fixa sua área territorial e seus limites de competência e autonomia. A área territorial da Subseção pode abranger um ou mais municípios, ou parte de município, inclusive da capital do Estado, contando com um mínimo de quinze advogados, nela profissionalmente domiciliados".

D) Errado

Nos termos do art. 60 da Lei n° 8.906/94, a criação da subseção Z, com a área territorial pretendida, é autorizada pelo Estatuto da Advocacia e da OAB, assim

como as subseções W e Y poderão ser criadas se contarem, cada qual, com um número mínimo de quinze advogados nelas profissionalmente domiciliados.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.



FILOSOFIA DO DIREITO

Questão 9

Em tempos de mudanças e reformas, é comum assistirmos a diferentes tipos de lutas sociais, especialmente visando à garantia de direitos e à conquista de novos direitos. Em A Luta pelo Direito, o jurista alemão Rudolf Von Ihering afirma que o fim do Direito é a paz, mas o meio de atingi-lo é a luta. Considerando essa afirmação e de acordo com o livro citado, assinale a opção que melhor caracteriza o pensamento jusfilosófico de Ihering.

A) O Direito é sempre o produto do espírito do povo, que é passado de geração em geração. Por isso, quando se fala em Direito é preciso sempre olhar para a história. O Direito romano é a melhor expressão desse processo social-histórico.

B) O Direito de uma sociedade é a expressão dos conflitos sociais dela e resulta de uma luta de pessoas e grupos pelos seus próprios direitos subjetivos. Por isso, o Direito é uma força viva, e não uma ideia.

C) Direito resulta exclusivamente da ação institucional do Estado. É no parlamento que são travadas as lutas políticas que definem os direitos subjetivos presentes no Direito Positivo de uma dada sociedade.

D) O Direito é parte da infraestrutura da sociedade e resulta de um processo de luta de classes, no qual a classe dominante usa o Direito para manter o controle sobre os dominados.

Comentário:

A) Errado

O ideal de Direito como espírito do povo é uma concepção apresentada originalmente por Savigny, o qual alega que o povo era como um só corpo, motivado por forças interiores e silenciosas. Portanto, está incorreta a alternativa.

B) Correto

Rudolf Von Ihering discorre, em sua obra A Luta pelo Direito, sobre o Direito e a sociedade que o formou. Em sua opinião, cada grupo social cria seu Direito a partir dos seus conflitos – de modo que o Direito é uma forma de expressão dos embates sociais vivenciados -, sendo resultado direto da busca dos indivíduos e grupos pelos direitos subjetivos destes. Nesta senda, entende-se que o Direito caracteriza-se como uma força viva, e não necessariamente uma ideia, como pode ser visto neste trecho da obra:

> O direito não é mero pensamento, mas sim força viva. Por isso, a Justiça segura, numa das mãos, a balança, com a qual pesa o direito, e na outra a espada, com a qual o defende. A espada sem a balança é a força bruta, a balança sem a espada a fraqueza do direito. Ambas se completam e o verdadeiro estado de direito só existe onde a força, com a qual a Justiça empunha a espada, usa a mesma destreza com que maneja a balança.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a afirmativa, a ação institucional do Estado não é a única responsável pela criação do Direito, sendo os agentes individuais e os grupos sociais fatores importantes nesse processo.

C) Errado

A ideia apresentada na alternativa é proveniente de Karl Marx, e não de Rudolf von Ihering.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

Questão 10

Em seu livro Levando os Direitos a Sério, Ronald Dworkin cita o caso "Riggs contra Palmer" em que um jovem matou o próprio avô para ficar com a herança. O Tribunal de Nova Iorque (em 1889), ao julgar o caso, deparou-se com o fato de que a legislação local de então não previa o homicídio como causa de exclusão da sucessão. Para solucionar o caso, o Tribunal aplicou o princípio do direito, não legislado, que diz que ninguém pode se beneficiar de sua própria iniquidade ou ilicitude. Assim, o assassino não recebeu sua herança. Com base na obra citada, assinale a opção que melhor expressa uma das pretensões fundamentais da jusfilosofia de Ronald Dworkin.

A) Revelar que a responsabilidade sobre o maior ou menor grau de justiça de um ordenamento jurídico é exclusiva do legislador, que deve sempre se esforçar por produzir leis justas.

B) Mostrar como as Cortes podem ser ativistas quando decidem com base em princípios, não com base na lei, e que decidir assim fere o estado de Direito.

C) Defender que regras e princípios são normas jurídicas que possuem as mesmas características, de forma que se equivalem; por isso, ambos podem ser aplicados livremente pelos Tribunais.

D) Argumentar que regras e princípios são normas com características distintas, mas igualmente vinculantes e, em certos casos, os princípios poderão justificar, de forma mais razoável, a decisão judicial.

Comentário:

A) Errado

Contrariamente ao que alga a afirmativa, Dworkin não pretende revelar que a responsabilidade sobre o maior ou menor grau de justiça de um ordenamento jurídico é exclusiva do legislador, que deve sempre se esforçar por produzir leis justas, mas sim Argumentar que regras e princípios são normas com características distintas, mas igualmente vinculantes e, em certos casos, os princípios poderão justificar, de forma mais razoável, a decisão judicial.

B) Errado

Contrariando a alternativa, Dworkin não tinha a intenção de mostrar como as Cortes podem ser ativistas quando decidem com base em princípios, não com base na lei, e que decidir assim fere o estado de Direito, mas sim destacar a relevância dos princípios para a prática jurídica e a fundamentação das decisões judiciais.

C) Errado

Dworkin não defende que regras e princípios são normas jurídicas que possuem as mesmas características, mas sim que possuem características distintas, porém ainda vinculantes.

D) Correto

Ronald Dworkin foi essencial para a classificação e conceitualização dos princípios enquanto espécie de normas

O caso apresentado na questão foi julgado em Nova York no ano de 1889, sendo conhecido como "Rigg vs. Palmer", em que o demandante da ação era um rapaz a fim de receber a herança de seu avô – contudo, o grande diferencial desse caso deve-se ao fato que o neto assassinou o avô com a pretensão de receber sua herança.

Devido à lacuna legislativa existente à época quanto à herança e testamento, o Tribunal de Nova York decidiu que o demandante não herdaria os bens do avô, em conformidade ao princípio de que é vetado o benefício através da própria torpeza.

Nesta senda, observa-se que as regras e princípios são fundamentais para a construção da prática jurídica e caracterizam-se como normas (possuindo características específicas) – e, por isso, são vinculantes e capazes de fundamentar as decisões dos juízes e tribunais.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

Uma nova Constituição é promulgada, sendo que um grupo de parlamentares mantém dúvidas acerca do destino a ser concedido a várias normas da Constituição antiga, cujas temáticas não foram tratadas pela nova Constituição. Como a nova Constituição ficou silente quanto a essa situação, o grupo de parlamentares, preocupado com possível lacuna normativa, resolve procurar competentes advogados a fim de sanar a referida dúvida.

Os advogados informaram que, segundo o sistema jurídicoconstitucional brasileiro,

A) as normas da Constituição pretérita que guardarem congruência material com a nova Constituição serão convertidas em normas ordinárias.
B) as matérias tratadas pela Constituição pretérita e não reguladas pela nova Constituição serão por esta recepcionadas.
C) as matérias tratadas pela Constituição pretérita e não reguladas pela nova Constituição receberão, na nova ordem, status supralegal, mas infraconstitucional.
D) a revogação tácita da ordem constitucional pretérita pela nova Constituição se dará de forma completa e integral, ocasionando a perda de sua validade.

Comentário:

A) Errado

Na verdade, deve ser adotada a tese da revogação, ou seja, a norma posterior revoga a anterior emanada do mesmo órgão caso a) declare expressamente, b) seja com ela incompatível ou **c) regule inteiramente a matéria**.

B) Errado

A tese da **recepção** ou **não recepção** pode ser aplica somente aos atos infraconstitucionais, assim, as normas de hierarquia constitucional não podem sofrer "recepção".

C) Errado

A condição de supralegalidade é adotada para os tratados de direitos humanos internalizados seguindo um rito diferente do previsto no art. 5º, §3º (anteriores ao advento da EC 45/2004). Sendo assim, a alternativa não apresenta relação com a temática das normas constitucionais no tempo.

D) Correto

A revogação tácita da ordem constitucional pretérita pela nova Constituição deve ocorre de forma completa e integral, ocasionando a perda de sua validade. Tem-se que a revogação tácita ocorrerá em face da (a) incompatibilidade entre duas normas ou quando uma (b) norma posterior regula inteiramente a matéria tratada por uma norma anterior. Esta hipótese é denominada de "revogação por normação geral".

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina

Questão 12

Durante ato de protesto político, realizado na praça central do Município Alfa, os manifestantes, inflamados por grupos oposicionistas, começam a depredar órgãos públicos locais, bem como invadem e saqueiam estabelecimentos comerciais, situação que foge do controle das forças de segurança.

Diante do quadro de evidente instabilidade social, o Presidente da República, por Decreto, institui o estado de defesa no Município Alfa por prazo indeterminado, até que seja restaurada a ordem pública e a paz social. No Decreto, ainda são fixadas restrições aos direitos de reunião e ao sigilo de correspondência e comunicação telefônica.

Acerca do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

A) Durante o estado de defesa, podem ser estabelecidas restrições aos direitos de reunião e ao sigilo de correspondência e comunicação telefônica, mas o referido decreto não poderia estender-se por prazo indeterminado, estando em desconformidade com a ordem constitucional.

B) Ao decretar a medida, o Chefe do Poder Executivo não poderia adotar medidas de restrição ao sigilo de correspondência e comunicação telefônica, o que denota que o decreto é materialmente inconstitucional.

C) O decreto é formalmente inconstitucional, porque o Presidente da República somente poderia decretar medida tão drástica mediante lei previamente aprovada em ambas as casas do Congresso Nacional.

D) O decreto presidencial, na forma enunciada, não apresenta qualquer vício de inconstitucionalidade, sendo assegurada, pelo texto constitucional, a possibilidade de o Presidente da República determinar, por prazo indeterminado, restrições aos referidos direitos.

Comentário:

A) Correto

O prazo deve ser determinado e as restrições são possíveis, conforme a Constituição Federal:

Art. 136, § 1º - O decreto que instituir o estado de defesa determinará o **tempo de sua duração**, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes: I - restrições aos direitos de: a) reunião, ainda que exercida no seio das associações; b) sigilo de correspondência; c) sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.

B) Errado

Está em desacordo com a previsão do art. 136, §1º, I da CF/88.

C) Errado

Conforme o art. 136 da Constituição, não há a necessidade de lei aprovada pelo Congresso Nacional:

> Art. 136 O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

D) Errado

A medida deve ter prazo determinado, de acordo com o art. 136, §1º, da CF/88.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 13

O deputado federal Alberto propôs, no exercício de suas atribuições, projeto de lei de grande interesse para o Poder Executivo federal.

Ao perceber que o momento político é favorável à sua aprovação, a bancada do governo pede ao Presidente da República que, utilizando-se de suas prerrogativas, solicite urgência (regime de urgência constitucional) para a apreciação da matéria pelo Congresso Nacional.

Em dúvida, o Presidente da República recorre ao seu corpo jurídico, que, atendendo à sua solicitação, informa que, de acordo com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, o pleito da base governista

A) é viável, pois é prerrogativa do chefe do Poder Executivo solicitar o regime de urgência constitucional em todos os projetos de lei que tramitem no Congresso Nacional.
B) não pode ser atendido, pois o regime de urgência constitucional somente pode ser solicitado pelo presidente da mesa de uma das casas do Congresso Nacional.
C) viola a CRFB/88, pois o regime de urgência constitucional somente pode ser requerido pelo Presidente da República em projetos de lei de sua própria iniciativa.
D) não pode ser atendido, pois, nos casos urgentes, o Presidente da República deve veicular a matéria por meio de medida provisória e não solicitar que o Legislativo aprecie a matéria em regime de urgência.

Comentário:

A) Errado

De acordo com a Constituição Federal:

> Art. 64 -A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na

Câmara dos Deputados. **§ 1º - O Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.**

Assim, é certo que a competência para a solicitação de urgência cabe ao Presidente da República, no entanto, ela não pode ocorrer "em todos os projetos lei", mas sim, apenas nos "projetos de sua iniciativa".

B) Errado

Como visto no art. 64 da CF/88, a competência para a solicitação é, na verdade, do Presidente da República.

C) Correto

Está de acordo com o art. 64 da Constituição Federal.

D) Errado

Não se provoca a urgência por meio de Medida Provisória. O procedimento correto está previsto no art.64, §1º, CF/88.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 14

Afonso, nascido em Portugal e filho de pais portugueses, mudou-se para o Brasil ao completar 25 anos, com a intenção de advogar no estado da Bahia, local onde moram seus avós paternos.

Após cumprir todos os requisitos exigidos e ser regularmente inscrito nos quadros da OAB local, Afonso permanece, por 13 (treze) anos ininterruptos, laborando e residindo em Salvador.

Com base na hipótese narrada, sobre os direitos políticos e de nacionalidade de Afonso, assinale a afirmativa correta.

A) Afonso somente poderá se tornar cidadão brasileiro quando completar 15 (quinze) anos ininterruptos de residência na República Federativa do Brasil, devendo, ainda, demonstrar que não sofreu qualquer condenação penal e requerer a nacionalidade brasileira.
B) Uma vez comprovada sua idoneidade moral, Afonso poderá, na forma da lei, adquirir a qualidade de brasileiro naturalizado e, nessa condição, desde que preenchidos os demais pressupostos legais, candidatar-se ao cargo de prefeito da cidade de Salvador.
C) Afonso poderá se naturalizar brasileiro caso demonstre ser moralmente idôneo, mas não poderá alistar-se como eleitor ou exercer quaisquer dos direitos políticos elencados na Constituição da República Federativa do Brasil.
D) Afonso, por ser originário de país de língua portuguesa, adquirirá a qualidade de brasileiro nato ao demonstrar, na forma da lei, residência ininterrupta por 1 (um) ano em solo pátrio e idoneidade moral.

Comentário:

A) Errado

Essa determinação está prevista no art. 12, II, b da Constituição Federal, referindo-se aos estrangeiros de qualquer nacionalidade. No entanto, como Afonso é Português, aplica-se a regra do art. 12, II, a: "Art. 12. São brasileiros: [...] II - naturalizados: a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral; ".

Sendo assim, uma vez comprovada sua idoneidade moral, Afonso poderia, na forma da lei, adquirir a qualidade de brasileiro naturalizado.

B) Correto

Como visto no art. 12, II, a da CF/88, Afonso já poderia, desde que comprovada sua idoneidade moral, adquirir a qualidade de brasileiro naturalizado.

Já em relação à elegibilidade, tem-se no texto constitucional que:

> Art. 14, § 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei: I - a nacionalidade brasileira; [...] VI - a idade mínima de: a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador; b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal; c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz; d) dezoito anos para Vereador.

Assim, desde que preenchidos os demais pressupostos legais, ele poderia candidatar-se ao cargo de prefeito da cidade de Salvador.

C) Errado

Visto que, de acordo com o art. 12, II, a da CF/88 Afonso poderia adquirir a qualidade de brasileiro naturalizado desde que comprovada sua idoneidade moral, ele também poderia alistar-se como eleitor (preenchendo as condições de elegibilidade) e exercer direitos políticos, como qualquer brasileiro.

D) Errado

Não se trata de hipótese de brasileiro nato, apenas naturalizado, visto que ele nasceu em Portugal. Além disso, não há que se falar em aquisição com base em requisitos legais.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 15

José leu, em artigo jornalístico veiculado em meio de comunicação de abrangência nacional, que o Supremo Tribunal Federal poderia, em sede de ADI, reconhecer a ocorrência de mutação constitucional em matéria relacionada ao meio ambiente. Em razão disso, ele procurou obter maiores esclarecimentos sobre o tema. No entanto, a ausência de uma definição mais clara do que seria "mutação constitucional" o impediu de obter um melhor entendimento sobre o tema.

Com o objetivo de superar essa dificuldade, procurou Jonas, advogado atuante na área pública, que lhe respondeu, corretamente, que a expressão "mutação constitucional", no âmbito do sistema jurídico-constitucional brasileiro, refere-se a um fenômeno

A) concernente à atuação do poder constituinte derivado reformador, no processo de alteração do texto constitucional.
B) referente à mudança promovida no significado normativo constitucional, por meio da utilização de emenda à Constituição.
C) relacionado à alteração de significado de norma constitucional sem que haja qualquer mudança no texto da Constituição Federal.
D) de alteração do texto constitucional antigo por um novo, em virtude de manifestação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Comentário:

A) Errado

Nesse caso, não o que se falar em mutação constitucional, mas de reforma constitucional, em que o poder constituinte derivado, por meio dos procedimentos previstos no art. 60 da CF, altera o próprio texto constitucional.

B) Errado

A mutação constitucional não é obtida através de emenda à Constituição, mas sim, a reforma. A mutação é obtida por meio da manifestação do poder constituinte difuso.

C) Correto

De acordo com Raul Machado Horta, mutação constitucional trata-se da:

> (...) mudança não-formal da Constituição, provindo de convenções e usos parlamentares, em convívio com o texto, que a mutação altera no seu espírito e significado, sem tocar na regra escrita.

D) Errado

A Assembleia Nacional Constituinte mais recente elaborou as normas constitucionais originárias, promulgando o primeiro texto da Constituição Federal de 1988, sendo assim, não caberia essa hipótese no caso apresentado.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina

Questão 16

Juliano, governador do estado X, casa-se com Mariana, deputada federal eleita pelo estado Y, a qual já possuía uma filha chamada Letícia, advinda de outro relacionamento pretérito.

Na vigência do vínculo conjugal, enquanto Juliano e Mariana estão no exercício de seus mandatos, Letícia manifesta interesse em também ingressar na vida política, candidatando-se ao cargo de deputada estadual, cujas eleições estão marcadas para o mesmo ano em que completa 23 (vinte e três) anos de idade.

A partir das informações fornecidas e com base no texto constitucional, assinale a afirmativa correta.

A) Letícia preenche a idade mínima para concorrer ao cargo de deputada estadual, mas não poderá concorrer no estado X, por expressa vedação constitucional, enquanto durar o mandato de Juliano.
B) Uma vez que Letícia está ligada a Juliano, seu padrasto, por laços de mera afinidade, inexiste vedação constitucional para que concorra ao cargo de deputada estadual no estado X.
C) Letícia não poderá concorrer por não ter atingido a idade mínima exigida pela Constituição como condição de elegibilidade para o exercício do mandato de deputada estadual.
D) Letícia não poderá concorrer nos estados X e Y, uma vez que a Constituição dispõe sobre a inelegibilidade reflexa ou indireta para os parentes consanguíneos ou afins até o 2º grau nos territórios de jurisdição dos titulares de mandato eletivo.

Comentário:

A) Correto

Tem-se, de acordo com a Constituição Federal, que:

> Art. 14, § 3º - São condições de elegibilidade, na forma da lei: [...] VI - a idade mínima de: [...] c) **vinte e um anos** para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz.
>
> Art. 14, § 7º São inelegíveis, no **território de jurisdição do titular**, o cônjuge e os **parentes consangüíneos ou afins**, até o segundo grau ou por adoção, do **Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito** ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

Apreende-se que Letícia atende à condição de elegibilidade da idade, por contar com mais de 21 anos. No entanto, ela é atingida pela inelegibilidade reflexa, uma vez que Letícia é enteada de Juliano, sendo sua parente por afinidade em primeiro grau na linha reta. De acordo com o Código Civil:

> Art. 1.593. O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consangüinidade ou **outra origem**.
>
> Art. 1.594. Contam-se, na linha reta, os graus de parentesco pelo número de gerações, e, na colateral, também pelo número delas, subindo de um dos parentes até ao ascendente comum, e descendo até encontrar o outro parente.
>
> Art. 1.595. Cada cônjuge ou companheiro é aliado aos parentes do outro pelo vínculo da afinidade.
>
> § 1º O **parentesco por afinidade** limita-se aos ascendentes, aos **descendentes** e aos irmãos do **cônjuge ou companheiro**.
>
> § 2º Na linha reta, a afinidade **não se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável**.

Sendo assim, ela não poderia concorrer no estado X enquanto perdurasse o mandato de Juliano, que é governador desse Estado, por vedação do art. 14, §7º da CF.

B) Errado

Como visto no art. 14, §7º da Constituição Federal, os parentes afins do cônjuge também são considerados para a inelegibilidade. Trata-se da inelegibilidade reflexa.

C) Errado

Como visto no art. 14, §3º da CF/88, a idade mínima para concorrer ao cargo de Deputado Estadual é de 21 anos e a Letícia contaria mais que 22 anos no ano da candidatura.

D) Errado

A condição de inelegibilidade em razão do cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins previsto no art. 14, §7º da CF/88 aplica-se apenas aos Chefes do Poder Executivo (Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito), e não aos membros do Poder Legislativo. Sendo assim, como sua mãe era Deputada Federal do estado Y, Letícia poderia ter se candidatado nesse estado.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 17

Antônio, líder ativista que defende a proibição do uso de quaisquer drogas, cientifica as autoridades sobre a realização de manifestação contra projeto de lei sobre a liberação do uso de entorpecentes.

Marina, líder ativista do movimento pela liberação do uso de toda e qualquer droga, ao tomar conhecimento de tal evento, resolve, então, sem solicitar autorização à autoridade

competente, marcar, para o mesmo dia e local, manifestação favorável ao citado projeto de lei, de forma a impedir a propagação das ideias defendidas por Antônio.

Nesse sentido, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta.

A) Marina pode dar continuidade à sua iniciativa, pois, com fundamento no princípio do Estado Democrático, está amplamente livre para expressar suas ideias.
B) Marina não poderia dar continuidade à sua iniciativa, pois o direito de reunião depende de prévia autorização por parte da autoridade competente.
C) Marina não poderia dar continuidade à sua iniciativa, já que sua reunião frustraria a reunião de Antônio, anteriormente convocada para o mesmo local.
D) Marina pode dar continuidade à sua iniciativa, pois é livre o direito de reunião quando o país não se encontra em estado de sítio ou em estado de defesa.

Comentário:

A) Errado

A questão trata do direito fundamental de reunião. De acordo com o art. 5º, XVI do Constituição Federal:

> todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

Sendo assim, no caso apresentado, apesar de haver liberdade de reunião independente de autorização, ela não poderá frustrar outro reunião que já tenha sido convocada para o mesmo local.

Aponta-se, ainda, que o STF, na ADPF 187 (Marcha da Maconha/2011), determinou que:

> passeata que defenda a legalização do uso de substâncias entorpecentes (informalmente conhecida como "Marcha da Maconha") é legítima manifestação de duas liberdades individuais revestidas de caráter fundamental: o direito de reunião (como liberdade-meio) e o direito à livre expressão do pensamento (como liberdade-fim). É, pois, um legítimo "debate que não se confunde com incitação prática de delito nem se identifica com apologia de fato criminoso.

Sendo assim, não há que se falar em tipificação penal do crime de apologia a fato criminoso, nas passeatas que defendem a legalização das drogas.

Dessa maneira, o motivo pelo qual Marina não poderia dar continuidade à sua iniciativa é que ela frustraria a reunião de Antônio, anteriormente convocada para o mesmo local (vide requisitos do art. 5º, XVI).

B) Errado

A alternativa está em desacordo com o art. 5º, XVI, da CF/88, que especifica que "todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização". É exigido apenas o prévio aviso à autoridade competente, não a sua autorização.

C) Correto

A alternativa está de acordo com o art. 5º, XVI, da CF/88.

D) Errado

Marina não poderia dar continuidade à sua iniciativa, pois a direito de reunião é livre, não exigindo-se a autorização judicial, "desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local" (art. 5º, XVI, CF).

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência



DIREITOS HUMANOS

Questão 18

Um jovem congolês, em função de perseguição sofrida no país de origem, obteve, há cerca de três anos, reconhecimento de sua condição de refugiado no Brasil. Sua mãe, triste pela distância do filho, decide vir ao Brasil para com ele viver, porém não se enquadra na condição de refugiada. Com base na Lei brasileira que implementou o Estatuto dos Refugiados, cabe a você, como advogado que atua na área dos Direitos Humanos, orientar a família.

Assinale a opção que apresenta a orientação correta para o caso.

A) As medidas e os direitos previstos na legislação brasileira sobre refugiados se aplicam somente àqueles que tiverem sido reconhecidos nessa condição. Por isso, a mãe deve entrar com o pedido de refúgio e comprovar que também se enquadra na condição.

B) Apesar de a mãe não ser refugiada, os efeitos da condição de refugiado de seu filho são extensivos a ela; por isso, ela pode obter autorização para residência no Brasil.

C) A lei brasileira que trata de refúgio prevê a possibilidade de que pai e mãe tenham direito à residência caso o filho ou a filha venham a ser considerados refugiados, mas a previsão condiciona esse direito a uma avaliação a ser feita pelo representante do governo brasileiro.

D) Para que a mãe possa viver no Brasil com seu filho ou sua filha, ela deverá comprovar que é economicamente dependente dele ou dela, pois é nesse caso que ascendentes

podem gozar dos efeitos da condição de refugiado reconhecida a um filho ou a uma filha.

Comentário:

Para responder a questão apresentada, é fundamental a leitura do Estatuto dos Refugiados (Lei 9.474/97). Observa-se os dispositivos:

> Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:
>
> I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
>
> II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
>
> III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.
>
> Art. 2º Os efeitos da condição dos refugiados serão extensivos ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, assim como aos demais membros do grupo familiar que do refugiado dependerem economicamente, desde que se encontrem em território nacional.

Observa-se, ainda, o artigo 37 da Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017):

> Art. 37. O visto ou a autorização de residência para fins de reunião familiar será concedido ao imigrante:
>
> I - cônjuge ou companheiro, sem discriminação alguma;
>
> II - filho de imigrante beneficiário de autorização de residência, ou que tenha filho brasileiro ou imigrante beneficiário de autorização de residência;
>
> III - ascendente, descendente até o segundo grau ou irmão de brasileiro ou de imigrante beneficiário de autorização de residência; ou

IV - que tenha brasileiro sob sua tutela ou guarda.

A) Errado

Como determinado pelo artigo 2º do Estatuto dos Refugiados e pelo art. 37 da Lei de Migração, não é necessário que a mãe seja reconhecida como refugiada para que a permissão de residência seja estendida a ela.

B) Correto

Como visto no artigo 2º do Estatuto dos Refugiados e no artigo 37 da Lei de Migração, os efeitos da condição de refugiado de seu filho são extensivos à mãe; por isso, ela pode obter autorização para residência no Brasil.

C) Errado

Contrariamente ao que alega a afirmativa, tal avaliação não está determinada nos dispositivos que tratam do assunto.

D) Errado

Como visto no artigo 2º do Estatuto dos Refugiados e no artigo 37 da Lei de Migração, os efeitos da condição de refugiado de seu filho são extensivos à mãe; por isso, ela pode obter autorização para residência no Brasil. Assim sendo, não é necessário que a mãe comprove sua dependência econômica em relação ao filho.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 19

No estado em que você reside há cerca de quinze anos, cinco homens foram assassinados por tiros disparados por pessoas encapuzadas. Houve uma alteração da cena do crime, sugerindo a mesma forma de atuação de outros assassinatos que vinham sendo praticados por um grupo de extermínio que contaria com a participação de policiais. Na época, a Polícia Civil instaurou inquérito para apurar os fatos, mas concluiu pela ausência de elementos suficientes de autoria, encaminhando os autos ao Ministério Público, que pediu o arquivamento do caso. A Justiça acolheu o pedido e alegou não haver informações sobre autoria, motivação ou envolvimento de policiais. Segundo opinião de especialistas, a apuração policial do caso foi prematuramente interrompida. A Polícia Civil teria deixado de realizar diligências imprescindíveis à elucidação da autoria do episódio. Manter o arquivamento do inquérito, sem a investigação adequada, significaria ratificar a atuação institucionalmente violenta de agentes de segurança pública e, consequentemente, referendar grave violação de direitos humanos.

Para a hipótese narrada, como advogado de uma instituição de direitos humanos, assinale a opção processual prevista pela Constituição da República.

A) O MPF deve ingressar com ação diretamente no Supremo Tribunal Federal para assegurar o direito de acesso à justiça.

B) O advogado deve apresentar pedido de avocatória no Superior Tribunal de Justiça, a fim de que se garanta a continuidade das investigações.

C) O Procurador Geral da República deve suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

D) O advogado deve ajuizar ação competente junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Comentário:

A fim de responder satisfatoriamente a questão, observa-se o artigo 109, §5º da Constituição Federal:

> Art. 109, §5º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

A) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, com base no artigo 109, §5º da CF, não é o MPF deve ingressar com ação diretamente no Supremo Tribunal Federal para assegurar o direito de acesso à justiça, mas sim que cabe ao PGR suscitar o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal perante o STJ.

B) Errado

Como pode ser visto no artigo 109, §5º da CF, não é o advogado que deve apresentar pedido de avocatória no Superior Tribunal de Justiça, a fim de que se garanta a continuidade das investigações, mas sim que cabe ao PGR suscitar o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal perante o STJ.

C) Correto

Com base no artigo 109, §5º da CF, no caso em questão, infere-se que cabe ao Procurador Geral da República suscitar, diante o STJ, o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

D) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, com base no artigo 109, §5º da CF, não é o advogado deve ajuizar ação competente junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos, mas sim que cabe ao PGR suscitar o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal perante o STJ.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca



DIREITO INTERNACIONAL

Questão 20

Maria Olímpia é demitida pela Embaixada de um país estrangeiro, em Brasília, por ter se recusado a usar véu como parte do seu uniforme de serviço. Obteve ganho de causa na reclamação trabalhista que moveu, mas, como o Estado não cumpriu espontaneamente a sentença, foi solicitada a penhora de bens da Embaixada.

Nesse caso, a penhora de bens do Estado estrangeiro

A) somente irá prosperar se o Estado estrangeiro tiver bens que não estejam diretamente vinculados ao funcionamento da sua representação diplomática.

B) não poderá ser autorizada, face à imunidade absoluta de jurisdição do Estado estrangeiro.

C) dependerá de um pedido de auxílio direto via Autoridade Central, nos termos dos tratados em vigor.

D) poderá ser deferida, porque, sendo os contratos de trabalho atos de gestão, os bens que são objeto da penhora autorizam, de imediato, a execução.

Comentário:

A) Correto

Observa-se o artigo 22 da Convenção de Viena:

> Art. 22.
>
> 1. Os locais da Missão são invioláveis. Os Agentes do Estado acreditado não poderão neles penetrar sem o consentimento do Chefe da Missão.
>
> 2. O Estado acreditado tem a obrigação especial de adotar todas as medidas apropriadas para proteger os locais da Missão contra qualquer intrusão ou dano e evitar perturbações à tranquilidade da Missão ou ofensas à sua dignidade.
>
> 3. Os locais da Missão, em mobiliário e demais bens neles situados, assim como os meios de transporte da Missão, não poderão ser objeto de busca, requisição, embargo ou medida de execução.

Lê-se, também, a decisão do TST acerca do assunto:

> AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMUNIDADE DE EXECUÇÃO. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. LITÍGIO ENTRE ESTADO ESTRANGEIRO E EMPREGADO BRASILEIRO.
>
> Dá-se provimento ao agravo de instrumento, para melhor exame do recurso de revista, ante a aparente violação do art. 114, I, da Constituição da República. RECURSO DE REVISTA. IMUNIDADE DE EXECUÇÃO. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. LITÍGIO ENTRE ESTADO ESTRANGEIRO E EMPREGADO BRASILEIRO. Na linha da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho, a imunidade de execução continua sendo prerrogativa institucional do Estado estrangeiro, dada a intangibilidade dos seus próprios bens, ressalvada a existência, em território brasileiro, de bens, que, embora pertencentes ao Estado estrangeiro, sejam estranhos, quanto à sua destinação ou utilização, às legações diplomáticas ou representações consulares por ele mantidas em nosso País, caso em que tais bens são suscetíveis de penhora judicial para garantia do crédito trabalhista, o que será apurado e definido no processo de execução. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá parcial provimento.
>
> (TST. RR RR 1301403319915100003 130140-33.1991.5.10.0003. Órgão Julgador: 5ª Turma. Relator Juiz Convocado Walmir Oliveira da Costa. Julgamento 31/05/2006. Publicação DJ 23/06/2006).

Com base nos dispositivos supracitados, é possível entender que a penhora de bens do Estado estrangeiro somente irá prosperar se o Estado estrangeiro tiver bens que não estejam diretamente vinculados ao funcionamento da sua representação diplomática.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, a penhora de bens do Estado estrangeiro poderá, sim, ser autorizada. Para isso, contudo, é necessário que esta recaia sobre os bens que não estejam diretamente vinculados ao funcionamento da sua representação diplomática.

C) Errado

Contrariando o texto da alternativa, há possibilidade da penhora dos bens do Estado estrangeiro ser feita na Justiça do Trabalho. Entretanto, faz-se necessário que ela recaia somente sobre os bens que não estejam vinculados – de forma direta - ao funcionamento da sua representação diplomática.

D) Errado

Laconicamente, pode-se afirmar que há possibilidade de deferimento da penhora de bens do Estado estrangeiro, desde que somente para atingir bens que não estejam diretamente vinculados ao funcionamento da sua representação diplomática.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e jurisprudência

Questão 21

Um ex-funcionário de uma agência de inteligência israelense está de passagem pelo Brasil e toma conhecimento de que chegou ao Supremo Tribunal Federal um pedido de extradição solicitado pelo governo de Israel, país com o qual o Brasil não possui tratado de extradição. Receoso de ser preso, por estar respondendo em Israel por crime de extorsão, ele pula o muro do consulado da Venezuela no Rio de Janeiro e solicita proteção diplomática a esse país.

Nesse caso,

A) pode pedir asilo diplomático e terá direito a salvo-conduto para o país que o acolheu.

B) é cabível o asilo territorial, porque o consulado é território do Estado estrangeiro.

C) não se pode pedir asilo, e o STF não autorizará a extradição, por ausência de tratado.

D) o asilo diplomático não pode ser concedido, pois não é cabível em consulado.

Comentário:

A fim de responder satisfatoriamente a questão, deve-se ter em mente que o asilo no Brasil tem dois tipos, sendo eles o:

- diplomático: aquele em que o requerente encontra-se em país estrangeiro e solicita o asilo à Embaixada brasileira;

- territorial: quando o requerente encontra-se em território nacional ao solicitar o asilo.

A) Errado

Contrariamente ao que afirma a alternativa, o requerente não pode pedir asilo diplomático.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, não é cabível o asilo territorial, pois está sendo requerido o asilo no consulado venezuelano localizado no Brasil, não havendo previsão para asilo consular.

C) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, a autorização da extradição pode, sim, ocorrer sem que haja tratado por causa de uma "promessa de reciprocidade¨.

D) Correto

Na hipótese em questão, está sendo requerido o asilo no consulado venezuelano localizado no Brasil, não havendo previsão para asilo consular. Como visto, o asilo diplomático não pode ser concedido, pois não é cabível em consulado.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 22

João, empresário, inconformado com a notificação de que a Administração Pública Fazendária teria acesso às informações de sua movimentação bancária para instruir processo administrativo fiscal, decidiu procurar o Escritório Alfa de advocacia para uma consulta a respeito do caso. João busca saber se a medida configura quebra de sigilo fiscal e se o procedimento da Administração Pública está correto.

Com base na hipótese apresentada, assinale a opção que indica a orientação a ser dada pelo Escritório Alfa, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca do acesso a dados bancários sigilosos pela Administração Pública Fazendária.

A) Não se trata de quebra de sigilo, mas de transferência de sigilo para finalidades de natureza eminentemente fiscal, pois a legislação aplicável garante a preservação da confidencialidade dos dados, vedado seu repasse a terceiros estranhos ao próprio Estado, sob pena de responsabilização dos agentes que eventualmente pratiquem essa infração.

B) A imediata notificação do contribuinte é mera liberalidade da Administração Fazendária, sendo ao contribuinte facultada, tão somente, a extração da decisão final da Administração Fazendária.

C) Tal uso de dados ofende o direito ao sigilo bancário, porque macula o princípio da igualdade e o princípio da capacidade contributiva.

D) É inconstitucional a quebra de sigilo, pois a legislação aplicável garante a preservação da confidencialidade dos dados, vedado seu repasse a terceiros, inclusive aos integrantes da Administração Pública Fazendária.

Comentários:

LC 105/2001

Art. 6º As autoridades e os agentes fiscais tributários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios somente poderão examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, inclusive os referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras, quando houver processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso e tais exames sejam considerados indispensáveis pela autoridade administrativa competente.

STF

"transferência de dados sigilosos de um determinado portador, que tem o dever de sigilo, para outro, que mantém a obrigação de sigilo, permanecendo resguardadas a intimidade e a vida privada do correntista" (ADI 2859, Relator (a): Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 24/02/2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-225 DIVULG 20-10-2016 PUBLIC 21-10-2016)

A) Correto

De acordo com o art. 6º da LC 105/2001, as autoridades fiscais podem ter acesso as informações referentes à movimentação bancária, desde que instaurado o devido

processo administrativo, e que o acesso a estes dados seja indispensável. Quando debruçado sobre a constitucionalidade de tal art. o STF julgou a sua constitucionalidade, como exposto na ADI 2859, de relatoria do Ministro Dias Toffoli.

B) Errado

A notificação sobre a abertura de processo administrativo não é mera liberalidade da Administração e sim obrigação. E para garantia do devido processo, são aplicáveis o princípio do contraditório e da ampla defesa. Sendo assim o contribuinte tem direito a ter acesso aos autos, sendo ilegal este acesso apenas quando da decisão final.

C) Errado

Como anteriormente citado, em entendimento do STF não existe quebra de sigilo quando da transferência de dados entre portadores que são obrigados a manter o sigilo das informações.

D) Errado

Como já exposto, não é vedado o repasse de informação a terceiros, dentro da Administração Pública, sendo previsto inclusive o seu procedimento.

Gabarito: Alternativa A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

Questão 23

Em março de 2016, o Município X publicou lei instituindo novos critérios de apuração e ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas. Com base nessa nova orientação, em outubro do mesmo ano, o fisco municipal verificou a ausência de declaração e recolhimento de valores do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN devidos pela pessoa jurídica Y, referentes ao ano-calendário 2014; diante dessa constatação, lavrou auto de infração para cobrança dos valores inadimplidos.

No que tange à possibilidade de aplicação da nova legislação ao presente caso, assinale a afirmativa correta.

A) É inaplicável, pois não respeitou o princípio da anterioridade anual.

B) É inaplicável, pois o fisco somente poderia lavrar o auto de infração com base nos critérios de apuração previstos em lei vigente no momento da ocorrência do fato gerador.

C) É aplicável, pois a legislação que institui novos critérios de apuração e amplia poderes de investigação das autoridades administrativas aplica-se aos lançamentos referentes a fatos geradores ocorridos antes de sua vigência.

D) É aplicável, pois foi observado o princípio da anterioridade nonagesimal.

Comentários:

CTN

Art. 144. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 1º Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

A) Errado

Pois a aplicação de critérios de apuração e ampliação de poderes das autoridades da Administração, são válidos até para os fatos geradores que tenham ocorrido antes da vigência da nova legislação.

B) Errado

Segue o mesmo raciocínio da alternativa A.

C) Correto

Com fulcro no art. 144 §1º do CTN, "Aplica-se ao lançamento a legislação, que posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização".

D) Errado

É aplicável sim, mas não baseado no princípio nonagesimal.

Gabarito: Alternativa C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 24

Em execução fiscal ajuizada pela União, a contribuinte ABC ofereceu seguro-garantia para garantir a execução, correspondente ao valor da dívida, acrescido de juros, multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa. Por meio de publicação no órgão oficial, a União foi instada a se manifestar quanto à garantia oferecida pela executada, deixando de se manifestar no prazo que lhe foi assinalado.

Diante disso, assinale a afirmativa correta.

A) Não é possível o oferecimento de seguro-garantia para garantir a execução fiscal. No entanto, a intimação da União por meio de publicação no órgão da imprensa oficial foi regular.

B) É possível o oferecimento de seguro-garantia para garantir a execução fiscal, tendo sido regular a intimação da União por meio de publicação no órgão da imprensa oficial.

C) Não é possível o oferecimento de seguro-garantia para garantir a execução fiscal, nem a intimação da União por meio de publicação no órgão oficial, pois qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública deve ser feita por carta registrada com aviso de recebimento.

D) É possível o oferecimento de seguro-garantia para garantir a execução fiscal, porém, na execução fiscal, qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública será feita pessoalmente.

Comentários:

Lei de Execuções Fiscais

Art. 9º - Em garantia da execução, pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, o executado poderá:

(...)

II - oferecer fiança bancária ou seguro garantia;

Art. 25 - Na execução fiscal, qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública será feita pessoalmente.

Parágrafo Único - A intimação de que trata este artigo poderá ser feita mediante vista dos autos, com imediata remessa ao representante judicial da Fazenda Pública, pelo cartório ou secretaria.

A) Errado

Com base no art. 9º, II da Lei de Execuções Fiscais existe sim a possibilidade de oferecimento de seguro garantia, para garantir a execução fiscal.

B) Errado

No art. 25 da Lei de execuções fiscais, temos que qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública será feita pessoalmente. Sendo assim, a alternativa está incorreta.

C) Errado

Seguindo o raciocínio exposto na alternativa A, temos que é possível sim o oferecimento de seguro garantia para garantir a execução fiscal.

D) Correto

Satisfazendo o art 9º, II temos que é possível o oferecimento de seguro garantia para garantir a execução fiscal, e satisfazendo o art. 25 temos que a intimação ao representante judicial da Fazenda Pública deve ser feita pessoalmente.

Gabarito: Alternativa D.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 25

Admita que, em 2016, foi criado um Território Federal no Brasil, dividido em municípios. Joaquim reside nesse Território e recebeu da União, no presente ano, uma guia para o pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do seu

imóvel. Na semana seguinte, recebeu também uma guia do município em que mora. Levando em conta a situação descrita, assinale a afirmativa correta.

A) Apenas a União é competente para, no caso, exigir o IPTU.

B) Apenas o Município onde Joaquim reside é competente para exigir o IPTU.

C) Tanto o Estado, onde se localiza o Território, quanto o Município seriam competentes para exigir o IPTU.

D) Tanto a União quanto o Município em que Joaquim reside seriam competentes para exigir o IPTU.

Comentários:

CF/88

Art. 147. Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.

A) Errado

Com base no art. 147 da CF/88, a União só é competente para exigir o IPTU em Território Federal que não esteja subdividido em Municípios.

B) Correto

Estando o Território dividido em Municípios, apenas estes são competentes para a cobrança do IPTU.

C) Errado

Os Territórios não se localizam no interior de um Estado. Logo não se sujeitam à legislação estadual e sim apenas a legislação federal. Apesar disso, como anteriormente exposto no art. 147 da CF/88 existe a previsão de que em caso de divisão do Território em Municípios, fica para estes últimos a competência para a cobrança do IPTU.

D) Errado

A União só possui competência para cobrar IPTU em território que não esteja dividido em Município.

Gabarito: Alternativa B.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 26

José, preocupado com o meio ambiente, faz uso de um processo caseiro de transformação do lixo orgânico em adubo, bem como separa o lixo inorgânico, destinando-o à reciclagem. Por isso, sempre que os caminhões que prestam o serviço público de coleta de lixo passam por sua casa, não encontram lixo a ser recolhido. José,

então, se insurge contra a cobrança da taxa municipal de coleta de lixo proveniente de imóveis, alegando que, como não faz uso do serviço, a cobrança em relação a ele é indevida.

Acerca desse cenário, assinale a afirmativa correta.

A) Por ser a taxa de um tributo contraprestacional, a não utilização do serviço pelo contribuinte retira seu fundamento de validade.

B) A coleta de lixo domiciliar nessas condições não configura a prestação de um serviço público específico e divisível, sendo inconstitucional.

C) Por se tratar de serviço público prestado à coletividade em geral, no interesse da saúde pública, seu custeio deve ocorrer por meio dos recursos genéricos auferidos com a cobrança de impostos.

D) A cobrança é devida, pois o serviço está sendo potencialmente colocado à disposição do contribuinte.

Comentários:

CTN

Art. 77. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Parágrafo único. A taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto nem ser calculada em função do capital das empresas.

A) Errado

As taxas possuem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia por parte da Administração Pública, e independem da efetiva prestação de serviço para serem efetivadas, a mera disponibilidade do serviço já justifica a cobrança da taxa.

B) Errado

A coleta de lixo é serviço público específico, pois as unidades autônomas podem ser destacadas. Ao passo que também é serviço divisível, pois a sua utilização é suscetível de ocorrer separadamente por cada usuário.

C) Errado

O serviço de coleta de lixo não é prestado a coletividade em geral.

D) Correto

Tal alternativa está dentro das prerrogativas das taxas, como exposto pelo art. 77 a mera disponibilização do serviço ao contribuinte já configura as condições para a instituição e cobrança de taxa.

Gabarito: Alternativa D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 27

Raul e Alberto inscreveram-se para participar de um concorrido concurso público. Como Raul estava mais preparado, combinaram que ele faria a prova rapidamente e, logo após, deixaria as respostas na lixeira do banheiro para que Alberto pudesse ter acesso a elas. A fraude só veio a ser descoberta após o ingresso de Raul e de Alberto no cargo, fato que ensejou o afastamento deles. Após rígida investigação policial e administrativa, não foi identificada, na época do certame, a participação de agentes públicos no esquema.

Sobre os procedimentos de Raul e de Alberto, com base nas disposições da Lei de Improbidade Administrativa, assinale a afirmativa correta.

A) Eles enriqueceram ilicitamente graças aos salários recebidos e, por isso, devem responder por ato de improbidade administrativa.
B) Eles causaram prejuízo ao erário, consistente nos salários pagos indevidamente e, por isso, devem responder por ato de improbidade administrativa.
C) Eles frustraram a licitude de concurso público, atentando contra os princípios da Administração Pública, e, por isso, devem responder por ato de improbidade administrativa.
D) Eles não praticaram ato de improbidade administrativa, pois, no momento em que ocorreu a fraude no concurso público, não houve a participação de agentes públicos.

Comentário:

A) Errado

Particulares só podem cometer ato de improbidade administrativa se atuarem em conjunto com servidores públicos, como prevê a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e o doutrinador José dos Santos Carvalho Filho:

> Art. 3° As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
>
> O terceiro somente recebe o influxo da Lei de Improbidade se estiver de algum modo vinculado ao agente; sem vinculação com este, sujeitar-se-á a sanções previstas na respectiva lei de incidência. Significa dizer, por via de consequência, que o terceiro jamais poderá figurar sozinho no polo passivo da ação de improbidade, sendo exigível necessariamente a presença de um agente público na relação processual.

Raul e Alberto não eram agentes públicos, nos termos do art. 2º da Lei de Improbidade Administrativa, à época da fraude:

> Art. 2° Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

O enriquecimento ilícito é um ato de improbidade administrativa no qual o agente público aufere qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades públicas.

A situação não é a descrita no enunciado da questão e Raul e Alberto não poderiam de toda forma realizada por não serem agentes públicos à época da fraude.

B) Errado

Como visto, Raul e Alberto não eram agentes públicos, nos termos do art. 2º da Lei de Improbidade Administrativa, à época da fraude.

Atos de improbidade que causam prejuízo ao erário público são aqueles previstos no art. 10 da Lei 8.429/92, em que um agente público, ou particular que concorra com o referido agente na execução ou indução do ato, pratica mediante qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que ocasione perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento, ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades constantes no art. 1º da LIA.

A conduta descrita não se enquadra na fraude realizada e os agentes não eram agentes públicos e nem estavam associados a um quando da realização do ato, então não poderiam sequer cometer o ato referido.

C) Errado

A questão buscou confundir o candidato com o ato de improbidade administrativa previsto no art. 11, V, da Lei de Improbidade Administrativa, que prevê a conduta realizada.

> Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:
>
> (...)
>
> V - frustrar a licitude de concurso público;.

No entanto, como visto no art. 2º dessa lei, os agentes não poderiam haver cometido improbidade administrativa, por não serem agentes públicos nem estarem associados a um no momento da conduta.

D) Correto

Levando em consideração que, no momento da prática do ato Raul e Alberto ainda não haviam ingressado no serviço público, ou seja, não eram agentes públicos, bem como não houve a participação de qualquer agente público no cometimento da fraude, conclui-se pela impossibilidade de enquadramento do fato na Lei de Improbidade Administrativa, razão por que os autores da ilicitude narrada deveriam responder por seus atos nos termos de legislação própria, mas não com apoio na Lei 8.429/92.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina.

Questão 28

Em uma movimentada rodovia concedida pela União a uma empresa privada, um veículo particular colidiu com outro, deixando diversos destroços espalhados pela faixa de rolamento. Um dos objetos deixados sobre a pista cortou o pneu de um terceiro automóvel, causando a colisão deste em uma mureta de proteção.

Com base no fragmento acima, assinale a afirmativa correta.

A) A concessionária deve responder objetivamente pelos danos causados, com fundamento na teoria do risco administrativo.
B) Em nenhuma hipótese a concessionária poderá ser responsabilizada pelo evento danoso.

C) A concessionária responde pelos danos materiais causados ao terceiro veículo, com fundamento na teoria do risco integral, isto é, ficou comprovado que o dano foi causado por culpa exclusiva de terceiro ou por força maior.

D) O proprietário do terceiro automóvel só será reparado pelos danos materiais caso demonstre a culpa da concessionária, caracterizada, por exemplo, pela demora excessiva em promover a limpeza da rodovia.

Comentário:

A) Correto

Aplica-se, por tratar-se de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços públicos, a regra da responsabilidade objetiva, baseada na teoria do risco administrativo, prevista no art. 37, §6º da CF/88:

> Art. 37 (...)
>
> § 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Destaca-se que o STF firmou entendimento na linha de aplicar a teoria do risco administrativo, de índole objetiva, mesmo que a hipótese seja de condutas omissivas, contrariando, a doutrina majoritária, que sustentava ser aplicável à espécie a responsabilidade com culpa, ou seja, apontava a necessidade de demonstração de uma falha na prestação do serviço (teoria da falta do serviço). Nesse sentido:

> Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Acidente de trânsito. Rodovia pedagiada. Concessionária de serviço público. Responsabilidade objetiva. Possibilidade. Elementos da responsabilidade civil demonstrados na origem. Dever de indenizar. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte firmou-se no sentido de que as pessoas jurídicas de

> direito público e as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público respondem objetivamente pelos danos que causarem a terceiros, com fundamento no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, tanto por atos comissivos quanto por atos omissivos, em situações como a ora em exame, desde que demonstrado o nexo causal entre o dano e a omissão. 2. Inadmissível, em recurso extraordinário, a análise de legislação infraconstitucional e o reexame do conjunto fático-probatório da causa. Incidência das Súmulas nºs 636 e 279/STF. 3. Agravo regimental não provido. 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC, tendo em vista que, na origem, os honorários advocatícios já foram fixados no limite máximo previsto no § 2º do mesmo artigo (ARE-AgR 951552, 2ª Turma, rel. Ministro Dias toffoli, em 2.8.2016).

Assim, a alternativa apresentada está de acordo com o entendimento da Corte Suprema a respeito da temática.

B) Errado

A opção está em desacordo tanto com a posição do STF quanto da até então majoritária na doutrina, segundo a qual a responsabilização civil, em condutas omissivas, dependeria da configuração do elemento culpa, uma vez que supondo que os carros primeiramente acidentados, assim como seus destroços, tenham demorado excessivamente para serem removidos do local, é evidente que, neste cenário, haveria a configuração da culpa da concessionária, de forma omissiva, legitimando o dever de indenizar, mesmo sob o ângulo da teoria da responsabilidade com culpa. Assim, a alternativa não possui nenhum aparato legal, doutrinário ou jurispudencial.

C) Errado

A alternativa trata da teoria do risco integral, que não é adotada em nosso ordenamento jurídico, a não ser em hipóteses excepcionalíssimas, de acordo com alguns doutrinadores.

Além disso, ainda que o caso apresentado fosse abarcado por essas hipóteses, não há como se afirmar, a partir do enunciado, que a hipótese seria de culpa exclusiva de terceiro, ou por força maior, na medida em que, uma vez mais, pois ele não traz informações acerca do lapso temporal decorrido entre o primeiro acidente e a passagem do veículo atingido pelos destroços, o que é relevante para fins de se apurar eventual conduta culposa da concessionária, em sua forma omissiva.

D) Errado

A questão está de acordo com a doutrina majoritária acerca do tema segundo a qual a responsabilização civil, em condutas omissivas, dependeria da configuração do elemento culpa. No entanto, como visto, o STF solidificou o entendimento da aplicação da responsabilidade objetiva mesmo nos casos de condutas omissivas. Assim, a alternativa está em desacordo com a jurisprudência atual desse tribunal superior.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca, Jurisprudência e Doutrina.

Questão 29

Marcos, servidor do Poder Executivo federal, entende que completou os requisitos para a aposentadoria voluntária, razão pela qual requereu, administrativamente, a concessão do benefício ao órgão competente. O pedido foi negado pela Administração. Não satisfeito com a decisão, Marcos interpôs recurso administrativo.

Tendo o enunciado como parâmetro e considerando o disposto na Lei nº 9.784/99, assinale a afirmativa correta.

A) O recurso, salvo disposição legal diversa, tramitará por, no mínimo, três instâncias administrativas.
B) O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, que, se não a reconsiderar, encaminhará o apelo à autoridade superior.
C) O recurso e todos os atos subsequentes praticados pela Administração no âmbito do processo administrativo, em regra, devem apresentar forma determinada.
D) Marcos somente poderá alegar questões de legalidade, como a incompetência da autoridade que proferiu a decisão, não lhe sendo permitido solicitar o reexame do mérito da questão apreciada.

Comentário:

A) Errado

O número de três instâncias, salvo disposição legal específico, é máximo, e não mínimo, como incorretamente apresentado na alternativa. É neste sentido a regra do art. 57 da Lei 9.784/99: "Art. 57. O recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa."

B) Correto

Tal assertiva está de acordo com o art. 56, §1º, da Lei 9.784/99:

> Art. 56. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.
> § 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.

C) Errado

Está em desacordo com o art. 22, caput, da Lei 9.784/99: "Art. 22. Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir."

D) Errado

Está em desacordo com o art. 56, caput, da Lei 9.784/99, que estabelecera possibilidade de serem aduzidas razões de legalidade e de mérito: "Art. 56. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito."

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 30

Uma sociedade empresária, contratada pelo Estado para a construção de um prédio público, atrasa a entrega de uma fase do projeto prevista no edital de licitação e no contrato. Apesar disso, tendo em vista a situação financeira precária da sociedade empresária, causada pelo aumento dos custos dos insumos da construção, consoante peticionado por ela à Administração, o gestor público competente promove o pagamento integral da parcela não adimplida à sociedade empresária.

Tendo em vista a situação acima, assinale a afirmativa correta.

A) O pagamento feito pelo gestor é plenamente justificável em face da incidência na hipótese da teoria da imprevisão, que impõe ao Estado o ônus de recompor o equilíbrio econômico financeiro do contrato diante de fatos imprevisíveis.

B) O gestor deveria ter instaurado processo administrativo para analisar a possibilidade de aplicação de sanção por inadimplemento e também a alegação da sociedade empresária de rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, sendo vedado a ele determinar o pagamento da despesa sem a devida liquidação.

C) O pagamento da parcela inadimplida seria justificável ainda que a sociedade empresária não comprovasse a imprevisibilidade do aumento de custos alegado, uma vez que o Estado assume o chamado risco ordinário derivado do aumento do custo dos insumos em decorrência das oscilações naturais do mercado.

D) O pagamento incontinente da parcela inadimplida, tal como realizado pelo gestor, necessitaria ter sido feito com o abatimento da multa que deveria ter sido aplicada à sociedade empresária em razão do descumprimento contratual.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar aos arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320, de 1964:

> Art. 62. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.
>
> Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
>
> § 1° Essa verificação tem por fim apurar:
>
> I - a origem e o objeto do que se deve pagar;
>
> II - a importância exata a pagar;
>
> III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.
>
> § 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:
>
> I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;
>
> II - a nota de empenho;
>
> III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço."

Lê-se, também, o art. 65, II, "c", da Lei 8.666/93:

> Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: (...)
> II - por acordo das partes: (...)
> c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

A) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, o pagamento feito pelo gestor não é plenamente justificável em face da incidência na hipótese da teoria da imprevisão, que impõe ao Estado o ônus de recompor o equilíbrio econômico financeiro do contrato diante de fatos imprevisíveis.

B) Correto

Como disposto nos artigos supracitados, somente poderá haver o pagamento da despesa após o implemento da obrigação do credor, considerando-se o contrato e os comprovantes da efetiva prestação do serviço, para que seja apurado o quantum a ser pago.

C) Errado

Como disposto nos artigos supracitados, o pagamento da parcela inadimplida não seria justificável ainda que a sociedade empresária não comprovasse a imprevisibilidade do aumento de custos alegado, uma vez que o Estado assume o chamado risco ordinário derivado do aumento do custo dos insumos em decorrência das oscilações naturais do mercado.

D) Errado

Contrariamente ao que alega a afirmativa, o pagamento incontinente da parcela inadimplida, tal como realizado pelo gestor, não necessitaria ter sido feito com o abatimento da multa que deveria ter sido aplicada à sociedade empresária em razão do descumprimento contratual.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 31

Maria solicitou ao Município Alfa licença de localização e funcionamento para exercer determinada atividade empresarial, apresentando todos os documentos necessários para tanto. Contudo, transcorrido mais de ano do mencionado pedido, não houve qualquer manifestação por parte da autoridade competente para sua apreciação.

Diante dessa situação, na qualidade de advogado, assinale a afirmativa que indica o procedimento correto.

A) Não se pode adotar qualquer medida contra a inércia da autoridade competente, considerando que o princípio da razoável duração do processo não se aplica à via administrativa.

B) Deve-se ajuizar uma ação popular contra a omissão da autoridade competente, diante do preenchimento dos respectivos requisitos e da violação ao princípio da impessoalidade.

C) Deve-se impetrar mandado de segurança, uma vez que a omissão da autoridade competente para a expedição do ato de licença constitui abuso de poder.

D) Deve-se impetrar habeas data diante da inércia administrativa, considerando que a omissão da autoridade competente viola o direito à informação.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar à leitura do art. 29, §2º do Código Florestal (Lei 12.651/2012):

> Art. 29. É criado o Cadastro Ambiental Rural - CAR, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.
>
> §2º - O cadastramento não será considerado título para fins de reconhecimento do direito de propriedade ou posse, tampouco elimina a necessidade de cumprimento do disposto no art. 2º da Lei no 10.267, de 28 de agosto de 2001.

A) Errado

Como alegado na alternativa, seria cabível o manejo de medida judicial adequada; entretanto, deve-se atentar ao princípio da razoável duração do processo incide sobre os processos administrativos, em conformidade ao artigo 5º, LXXVIII da CF:

"Art. 5º (...) LXXVIII a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação."

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, não seria cabível a aplicação de ação popular, uma vez que não se pretende combater ato lesivo ao patrimônio público, mas sim uma omissão administrativa acerca de pleito formulado por particular.

C) Correto

Como pode ser visto no artigo 5º, LXIX da Constituição Federal, o mandado de segurança caracteriza-se como o instrumento processual apto à correção da omissão ilícita do Poder Público – uma vez que houve abuso de poder em caráter omissivo. Lê-se:

> Art. 5º (...) LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

D) Errado

O habeas data não pode ser aplicado no caso concreto, uma vez que não houve a negativa de acesso a informações do banco de dados das entidades governamentais ou de caráter público nem de retificação de destes dados.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 32

Maria foi aprovada em concurso para o cargo de analista judiciário do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, mas, após ter adquirido a estabilidade, foi demitida sem a observância das normas relativas ao processo administrativo disciplinar. Em razão disso, Maria ajuizou ação anulatória do ato demissional, na qual obteve êxito por meio de decisão jurisdicional transitada em julgado. Nesse interregno, contudo, Alfredo, também regularmente aprovado em concurso e estável, foi promovido e passou a ocupar o cargo que era de Maria.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) A invalidação do ato demissional de Maria não poderá importar na sua reintegração ao cargo anterior, considerando que está ocupado por Alfredo.

B) Maria, em razão de ter adquirido a estabilidade, independentemente da existência e necessidade do cargo que ocupava, deverá ser posta em disponibilidade.

C) Maria deverá ser readaptada em cargo superior ao que ocupava anteriormente, diante da ilicitude de seu ato demissional.

D) Em decorrência da invalidade do ato demissional, Maria deve ser reintegrada ao cargo que ocupava e Alfredo deverá ser reconduzido para o cargo de origem.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar ao o art. 28 da Lei 8.112/90:

> Art. 28. A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
> §1º Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, observado o disposto nos arts. 30 e 31.
> §2º Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.

Lê-se, também, o art. 41, §2º da Constituição Federal:

> Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
> (...)
> § 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

A) Errado

Maria deve ser reintegrada, por expressa imposição constitucional e legal, como disposto nos artigos supracitados.

B) Errado

Contrariamente ao texto da alternativa, só é preciso realizar a colocação em disponibilidade na hipótese de extinção do cargo anteriormente ocupado pelo servidor reintegrado. Dessa forma, não há de se discutir o caráter de "independentemente da existência" do cargo ocupado.

C) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, não há qualquer apoio normativo para que seja considerada a readaptação.

D) Correto

Contrariamente ao que alega a afirmativa, a política de remuneração é válida, pois a diferenciação tarifária pode ser estabelecida com base em critérios além do caráter urbano ou rural da área de limpeza.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO AMBIENTAL

Questão 33

Ao estabelecer a estrutura de remuneração e de cobrança de tarifas relativas à prestação de serviço de limpeza urbana, a autoridade considera contraprestações variadas para os bairros X e Y, tendo em vista o nível de renda da população da área atendida.

Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta, considerando a Lei da Política Nacional de Saneamento Básico.

A) A estrutura de remuneração está correta, sendo obrigatória a concessão de isenção de tarifa aos moradores que recebem até um salário mínimo.

B) A estrutura de remuneração, com base em subsídios para atender usuários e localidades de baixa renda, pode ser estabelecida.

C) A política de remuneração proposta não é válida, uma vez que qualquer distinção tarifária deve ter relação direta com o peso ou o volume médio coletado.

D) A política de remuneração não é válida, sendo certo que somente é possível estabelecer diferenciação tarifária considerando o caráter urbano ou rural da área de limpeza.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar ao art. 29 da Política Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.445/2007):

Art. 29. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada por meio de remuneração pela cobrança dos serviços, e, quando necessário, por outras formas adicionais, como subsídios ou subvenções, vedada a cobrança em duplicidade de custos administrativos ou gerenciais a serem pagos pelo usuário, nos seguintes serviços: (Redação pela Lei nº 14.026, de 2020)

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário, na forma de taxas, tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos, conjuntamente; (Redação pela Lei nº 14.026, de 2020)

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, na forma de taxas, tarifas e outros preços públicos, conforme o regime de prestação do serviço ou das suas atividades; e (Redação pela Lei nº 14.026, de 2020)

III - de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, na forma de tributos, inclusive taxas, ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou das suas atividades. (Redação pela Lei nº 14.026, de 2020)

§1º Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

[...]

A) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, não há determinação mínima de ganhos para que haja a concessão de isenção de tarifa aos moradores, como visto no art. 29 da Política Nacional de Saneamento Básico.

B) Correto

Como disposto no artigo 29, §1º, II, da Lei 11.445/2007, a ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços consta como uma das diretrizes para a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico.

C) Errado

Como disposto no artigo 29 da Lei 11.445/2007, a política de remuneração proposta é válida, uma vez que as distinções tarifárias não precisam ter relação direta somente com o peso ou o volume médio coletado.

D) Errado

Contrariamente ao que alega a afirmativa, a política de remuneração é válida, pois a diferenciação tarifária pode ser estabelecida com base em critérios além do caráter urbano ou rural da área de limpeza.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 34

Gabriela, pequena produtora rural que desenvolve atividade pecuária, é avisada por seu vizinho sobre necessidade de registrar seu imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR), sob pena de perder a propriedade do bem.

Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

A) Gabriela não tem a obrigação de registrar o imóvel no CAR por ser pequena produtora rural.

B) Gabriela tem a obrigação de registrar o imóvel no CAR, sob pena de perder a propriedade do bem, que apenas poderá ser reavida por ação judicial.

C) Gabriela tem a obrigação de registrar o imóvel no CAR; o registro não será considerado título para fins de reconhecimento do direito de propriedade ou posse.

D) Gabriela tem a obrigação de registrar o imóvel no CAR; o registro autoriza procedimento simplificado para concessão de licença ambiental.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar à leitura do art. 29, §2º do Código Florestal (Lei 12.651/2012):

> Art. 29. É criado o Cadastro Ambiental Rural - CAR, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.
>
> §2º - O cadastramento não será considerado título para fins de reconhecimento do direito de propriedade ou posse, tampouco elimina a necessidade de cumprimento do disposto no art. 2º da Lei no 10.267, de 28 de agosto de 2001.

A) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, Gabriela possui, sim, obrigação de cadastrar seu imóvel rural, independentemente do fato de ser pequena produtora rural.

B) Errado

Contrariamente ao que alega a alternativa, Gabriela não tem a obrigação de registrar o imóvel no CAR sob pena de perder a propriedade do bem, que apenas poderá ser reavida por ação judicial.

C) Correto

Observando-se com o artigo 29 do Código Florestal, é possível entender que o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é de caráter obrigatório para todos os imóveis rurais). É importante destacar, é claro, que ele não é considerado título de reconhecimento do direito de propriedade ou posse.

D) Errado

Gabriela tem a obrigação de registrar o imóvel no CAR; contudo, o registro não autoriza procedimento simplificado para concessão de licença ambiental.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca e doutrina

DIREITO CIVIL

Questão 35

A cidade de Asa Branca foi atingida por uma tempestade de grandes proporções. As ruas ficaram alagadas e a população sofreu com a inundação de suas casas e seus locais de trabalho. Antônio, que tinha uma pequena barcaça, aproveitou a ocasião para realizar o transporte dos moradores pelo triplo do preço que normalmente seria cobrado, tendo em vista a premente necessidade dos moradores de recorrer a esse tipo de transporte.

Nesse caso, em relação ao citado negócio jurídico, ocorreu

A) estado de perigo.

B) dolo.

C) lesão.

D) erro.

Comentários

CC

Art. 138. São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

Art. 145. São os negócios jurídicos anuláveis por dolo, quando este for a sua causa.

Art. 156. Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

Parágrafo único. Tratando-se de pessoa não pertencente à família do declarante, o juiz decidirá segundo as circunstâncias.

Art. 157. Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

A) Errado

Segundo o código civil em seu art. 156, o estado de perigo se configura quando alguém premido de salvar-se ou a alguém de sua família, de grave dano, assume obrigação excessivamente onerosa, situação não contemplada no caso em tela.

B) Errado

Apesar de anulável o negócio jurídico constante de dolo, no caso em questão não se configura o induzimento malicioso para a pratica do ato, o que afasta a possibilidade de dolo.

C) Correto

O art. 157 é bem claro quando positiva o estatuto da lesão, como quando uma pessoa sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestadamente desproporcional ao valor da prestação oposta, hipótese que se coaduna com a do caso em tela.

D) Errado

O negócio de que trata a questão não foram realizados sob erro substancial.

Gabarito: Alternativa C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 36

Lúcio, comodante, celebrou contrato de comodato com Pedro, comodatário, no dia 1º de outubro de 2016, pelo prazo de dois meses. O objeto era um carro da marca Y no valor de R$ 30.000,00. A devolução do bem deveria ser feita na cidade Alfa, domicílio do comodante, em 1º de dezembro de 2016. Pedro, no entanto, não devolveu o bem na data marcada e resolveu viajar com amigos para o litoral até a virada do ano. Em 1º de janeiro de 2017, desabou um violento temporal sobre a cidade Alfa, e Pedro, ao voltar da viagem, encontra o carro destruído.

Com base nos fatos narrados, sobre a posição de Lúcio, assinale a afirmativa correta.

A) Fará jus a perdas e danos, visto que Pedro não devolveu o carro na data prevista.

B) Nada receberá, pois o perecimento se deu em razão de fato fortuito ou de força maior.

C) Não terá direito a perdas e danos, pois cedeu o uso do bem a Pedro.

D) Receberá 50% do valor do bem, pois, por fato inimputável a Pedro, o bem não foi devolvido.

Comentários:

Código Civil

Art. 394. Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer.

Art. 399. O devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, embora essa impossibilidade resulte de caso fortuito ou de força maior, se estes ocorrerem durante o atraso; salvo se provar isenção de culpa, ou que o dano sobreviria ainda quando a obrigação fosse oportunamente desempenhada.

A) Correto

Lúcio faz jus a perdas e danos visto que Pedro não devolveu o carro na data prevista, e a constituição da mora afasta as hipóteses de caso fortuito e força maior que poderiam isentar Pedro da responsabilidade pelo dano.

B) Errado

Lúcio deve receber pelo dano, visto que em função da mora de Pedro, se afasta a possibilidade de isenção de culpa baseada em caso fortuito ou força maior.

C) Errado

Segue o raciocínio das alternativas anteriores.

D) Errado

Lúcio deve fazer jus a perdas e danos no valor total do bem, em função da mora de Pedro, que não devolveu o bem no dia e local designados.

Gabarito: Alternativa A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 37

Ronaldo é proprietário de um terreno que se encontra cercado de imóveis edificados e decide vender metade dele para Abílio. Dois anos após o negócio feito com Abílio, Ronaldo, por dificuldades financeiras, descumpre o que havia sido acordado e constrói uma casa na parte da frente do terreno – sem deixar passagem aberta para Abílio – e a vende para José, que imediatamente passa a habitar o imóvel.

Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

A) Abílio tem direito real de servidão de passagem pelo imóvel de José, mesmo contra a vontade deste, com base na usucapião.

B) A venda realizada por Ronaldo é nula, tendo em vista que José não foi comunicado do direito real de servidão de passagem existente em favor de Abílio.

C) Abílio tem direito a passagem forçada pelo imóvel de José, independentemente de registro, eis que seu imóvel ficou em situação de encravamento após a construção e venda feita por Ronaldo.

D) Como não participou da avença entre Ronaldo e Abílio, José não está obrigado a conceder passagem ao segundo, em função do caráter personalíssimo da obrigação assumida.

Comentários:

Código Civil

Art. 1.285. O dono do prédio que não tiver acesso a via pública, nascente ou porto, pode, mediante pagamento de indenização cabal, constranger o vizinho a lhe dar passagem, cujo rumo será judicialmente fixado, se necessário.

§ 2º Se ocorrer alienação parcial do prédio, de modo que uma das partes perca o acesso à via pública, nascente ou porto, o proprietário da outra deve tolerar a passagem.

Art. 1.378. A servidão proporciona utilidade para o prédio dominante, e grava o prédio serviente, que pertence a diverso dono, e constitui-se mediante declaração expressa dos

proprietários, ou por testamento, e subsequente registro no Cartório de Registro de Imóveis.

A) Errado

Abílio faz jus ao direito de passagem forçada pelo imóvel de José e não direito de servidão. Em função de seu imóvel ficar em situação de encravamento após construção feita por Ronaldo.

B) Errado

A venda realizada é válida, não existindo a necessidade de comunicação desta a José, visto que existe apenas o direito a passagem forçada, que é direito de vizinhança e não a servidão que é direito real.

C) Correto

Abílio possui o direito de passagem forçada em função do encravamento em que se encontra seu imóvel, visto que esse é direito de vizinhança, sendo o registro necessário apenas nos casos de servidão.

D) Errado

O direito de passagem forçada não é personalíssimo e sim direito de vizinhança, o que independe da pessoa que seja proprietária do bem imóvel.

Gabarito: Alternativa C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 38

Diante da crise que se abateu sobre seus negócios, Eriberto contrai empréstimo junto ao seu amigo Jorge, no valor de R$ 200.000,00, constituindo, como garantia, hipoteca do seu sítio, com vencimento em 20 anos. Esgotado o prazo estipulado e diante do não pagamento da dívida, Jorge decide executar a hipoteca, mas vem a saber que o imóvel foi judicialmente declarado usucapido por Jonathan, que o ocupava de forma mansa e pacífica para sua moradia durante o tempo necessário para ser reconhecido como o novo proprietário do bem.

Diante do exposto, assinale a opção correta.

A) Como o objeto da hipoteca não pertence mais a Eriberto, a dívida que ele tinha com Jorge deve ser declarada extinta.

B) Se a hipoteca tiver sido constituída após o início da posse ad usucapionem de Jonathan, o imóvel permanecerá hipotecado mesmo após a usucapião, em respeito ao princípio da ambulatoriedade.

C) Diante da consumação da usucapião, Jorge tem direito de regresso contra Jonathan, haja vista que o bem usucapido era objeto de sua garantia.

D) Sendo a usucapião um modo de aquisição originária da propriedade, Jonathan pode adquirir a propriedade do imóvel livre da hipoteca que Eriberto constituíra em favor de Jorge

---

Comentários:

Código Civil

Art. 1.238. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

A) Errado

A dívida constituída por Eriberto não se extingue pela perda da propriedade, o que ocorre é a perda da garantia real de hipoteca, persistindo a dívida. Jonathan ao usucapir, recebe a propriedade livre da hipoteca.

B) Errado

Sendo modo de aquisição originária, a usucapião transfere a propriedade livre de hipoteca.

C) Errado

Jorge não tem direito de regresso sob Jonathan, visto que este recebeu a propriedade através da usucapião, este deve receber o bem livre e desembaraçado.

D) Correto

Sendo a usucapião um modo de aquisição originária da propriedade, Jonathan pode adquirir a propriedade do imóvel livre da hipoteca que Eriberto constituíra em favor de Jorge.

Gabarito: Alternativa D.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 39

Paula é credora de uma dívida de R$ 900.000,00 assumida solidariamente por Marcos, Vera, Teresa, Mirna, Júlio, Simone, Úrsula, Nestor e Pedro, em razão de mútuo que a todos aproveita. Antes do vencimento da dívida, Paula exonera Vera e Mirna da solidariedade, por serem amigas de longa data. Dois meses antes da data de vencimento, Júlio, em razão da perda de seu emprego, de onde provinha todo o sustento de sua família, cai em insolvência. Ultrapassada a data de vencimento, Paula decide cobrar a dívida.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) Vera e Mirna não podem ser exoneradas da solidariedade, eis que o nosso ordenamento jurídico não permite renunciar a solidariedade de somente alguns dos devedores.

B) Se Marcos for cobrado por Paula, deverá efetuar o pagamento integral da dívida e, posteriormente, poderá cobrar dos demais as suas quotas-partes. A parte de Júlio será rateada entre todos os devedores solidários, inclusive Vera e Mirna.

C) Se Simone for cobrada por Paula deverá efetuar o pagamento integral da dívida e, posteriormente, poderá cobrar dos demais as suas quotas-partes, inclusive Júlio.

D) Se Mirna for cobrada por Paula, deverá efetuar o pagamento integral da dívida e, posteriormente, poderá cobrar as quotas-partes dos demais. A parte de Júlio será rateada entre todos os devedores solidários, com exceção de Vera.

Comentários:

Código Civil

Art. 282. O credor pode renunciar à solidariedade em favor de um, de alguns ou de todos os devedores.

Parágrafo único. Se o credor exonerar da solidariedade um ou mais devedores, subsistirá a dos demais.

Art. 283. O devedor que satisfez a dívida por inteiro tem direito a exigir de cada um dos co-devedores a sua quota, dividindo-se igualmente por todos a do insolvente, se o houver, presumindo-se iguais, no débito, as partes de todos os co-devedores.

Art. 284. No caso de rateio entre os co-devedores, contribuirão também os exonerados da solidariedade pelo credor, pela parte que na obrigação incumbia ao insolvente.

A) Errado

É justo o contrário, Vera e Mirna podem ser exoneradas da solidariedade, eis que o nosso ordenamento jurídico permite renunciar a solidariedade de somente alguns dos devedores.

B) Correto

Como devedor solidário, Marcos deve efetuar o pagamento integral da dívida, posteriormente podendo efetuar a cobrança dos outros devedores na medida de suas quotas-parte. A parte de Júlio será rateada entre todos os devedores solidários, inclusive Vera e Mirna. Que foram exoneradas da solidariedade, mas não da dívida, de forma que contribuirão com a parte que incumbia a Júlio

C) Errado

Se cobrada, Simone deve efetuar o pagamento integral da dívida e posteriormente pode exigir o pagamento dos demais na medida de suas quota-parte. A parte de Júlio deve ser rateada entre os demais.

D) Errado

Se Mirna for cobrada por Paula, deverá efetuar o pagamento apenas da sua quota parte, uma vez que foi exonerada da solidariedade.

Gabarito: Alternativa B.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 40

Jorge, engenheiro e construtor, firma, em seu escritório, contrato de empreitada com Maria, dona da obra. Na avença, foi acordado que Jorge forneceria os materiais da construção e concluiria a obra, nos termos do projeto, no prazo de seis meses. Acordou-se, também, que o pagamento da remuneração seria efetivado em duas parcelas: a primeira, correspondente à metade do preço, a ser depositada no prazo de 30 (trinta) dias da assinatura do contrato; e a segunda, correspondente à outra metade do preço, no ato de entrega da obra concluída. Maria, cinco dias após a assinatura da avença, toma conhecimento de que sobreveio decisão em processo judicial que determinou a penhora sobre todo o patrimônio de Jorge, reconhecendo que este possui dívida substancial com um credor que acaba de realizar ato de constrição sobre todos os seus bens (em virtude do valor elevado da dívida).

Diante de tal situação, Maria pode

A) recusar o pagamento do preço até que a obra seja concluída ou, pelo menos, até o momento em que o empreiteiro prestar garantia suficiente de que irá realizá-la.

B) resolver o contrato por onerosidade excessiva, haja vista que o fato superveniente e imprevisível tornou o acordo desequilibrado, afetando o sinalagma contratual.

C) exigir o cumprimento imediato da prestação (atividade de construção), em virtude do vencimento antecipado da obrigação de fazer, a cargo do empreiteiro.

D) desistir do contrato, sem qualquer ônus, pelo exercício do direito de arrependimento, garantido em razão da natureza de contrato de consumo.

Comentários:

Código Civil

Art. 477. Se, depois de concluído o contrato, sobrevier a uma das partes contratantes diminuição em seu patrimônio capaz de comprometer ou tornar duvidosa a prestação pela qual se obrigou, pode a outra recusar-se à prestação que lhe incumbe, até que aquela satisfaça a que lhe compete ou dê garantia bastante de satisfazê-la.

A) Correto

Como forma de minorar o prejuízo a uma das partes, Maria pode se recusar a efetuar o pagamento até que a obra seja concluída ou que o empreiteiro apresente garantias suficientes de sua capacidade de cumprir o contrato acordado.

B) Errado

Não está caracterizada a onerosidade excessiva do contrato. O que se apresenta é a inseguridade em relação ao seu cumprimento, o que enseja que a parte (Maria) poderá recusar-se a prestar a parte que lhe incube, até que a outra parte (empreiteiro) satisfaça as condições do contrato ou apresente garantias suficientes.

C) Errado

Segue o raciocino das alternativas anteriores.

D) Errado

O direito de arrependimento é garantido aos contratos de consumo, e quando a compra é realizada fora do estabelecimento comercial. No caso em tela existe um contrato de empreitada, o que possibilita a Maria recusar-se a pagar até que o serviço seja prestado ou a garantia a sua prestação seja apresentada.

Gabarito: Alternativa A.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 41

Lúcio, viúvo, tendo como únicos parentes um sobrinho, Paulo, e um tio, Fernando, fez testamento de acordo com todas as formalidades legais e deixou toda a sua herança ao seu amigo Carlos, que tinha uma filha, Juliana. O herdeiro instituído no ato de última vontade morreu antes do testador. Morto Lúcio, foi aberta a sucessão.

Assinale a opção que indica como será feita a partilha.

A) Juliana receberá todos os bens de Lúcio.

B) Juliana receberá a parte disponível e Paulo, a legítima.

C) Paulo e Fernando receberão, cada um, metade dos bens de Lúcio.

D) Paulo receberá todos os bens de Lúcio.

Comentários:

Código Civil

Art. 1.843. Na falta de irmãos, herdarão os filhos destes e, não os havendo, os tios.

§1º Se concorrerem à herança somente filhos de irmãos falecidos, herdarão por cabeça.

§2º Se concorrem filhos de irmãos bilaterais com filhos de irmãos unilaterais, cada um destes herdará a metade do que herdar cada um daqueles.

§3º Se todos forem filhos de irmãos bilaterais, ou todos de irmãos unilaterais, herdarão por igual.

A) Errado

Juliana não deve receber nada, visto a ausência de direito de representação na sucessão. Pelo fato de Carlos estar pré-morto, os bens de Lúcio devem ir para o sobrinho, como elenca o art. 1.843.

B) Errado

Juliana nada receberá.

C) Errado

Nos termos do art. 1.843, apenas Paulo deve receber a integralidade dos bens de Lúcio, os tios apenas se tornam legítimos a sucessão no caso de inexistirem os sobrinhos.

D) Correto

Na qualidade de sobrinho, Paulo tem direito a integralidade dos bens de Lúcio.

Gabarito: Alternativa D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão 42

Em cumprimento de mandado de busca e apreensão do Juízo Criminal, policiais encontraram fotografias de adolescentes vestidas, em posições sexuais, com foco nos órgãos genitais, armazenadas no computador de um artista inglês. O advogado do artista, em sua defesa, alega a ausência de cena pornográfica, uma vez que as adolescentes não estavam nuas, e que a finalidade do armazenamento seria para comunicar às autoridades competentes. Considerando o crime de posse de material pornográfico, previsto no Art. 241-B do ECA, merecem prosperar os argumentos da defesa?

A) Sim, pois, para caracterização da pornografia, as adolescentes teriam que estar nuas.

B) Não, uma vez que bastava afirmar que as fotos são de adolescentes, e não de crianças.

C) Sim, uma vez que a finalidade do artista era apenas a de comunicar o fato às autoridades competentes.

D) Não, pois a finalidade pornográfica restou demonstrada, e o artista não faz jus a excludente de tipicidade.

Comentários:

O enunciado trata do crime de posse de material pornográfico, previsto no artigo 241-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.

> Art. 241-B, ECA. Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou **pornográfica envolvendo criança ou adolescente**: (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)
> Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

§1º A pena é diminuída de 1 (um) a 2/3 (dois terços) se de pequena quantidade o material a que se refere o caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

§2º **Não há crime** se a posse ou o armazenamento tem a **finalidade de comunicar às autoridades competentes** a ocorrência das condutas descritas nos arts. 240, 241, 241-A e 241-C desta Lei, quando a comunicação for feita por: (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

I – **agente público** no exercício de suas funções; (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

II – **membro de entidade**, legalmente constituída, que inclua, entre suas finalidades institucionais, o recebimento, o processamento e o encaminhamento de notícia dos crimes referidos neste parágrafo; (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

III – **representante legal e funcionários responsáveis de provedor de acesso ou serviço prestado por meio de rede de computadores**, até o recebimento do material relativo à notícia feita à autoridade policial, ao Ministério Público ou ao Poder Judiciário. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

§3º As pessoas referidas no §2º deste artigo deverão manter sob sigilo o material ilícito referido. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

A) Errado

Incorreta a assertiva "A". Da leitura do dispositivo acima transcrito, denota-se que não há qualquer exigência, para a caracterização da pornografia, de que a criança ou o adolescente esteja nu. No mesmo sentido, posiciona-se o Superior Tribunal de Justiça (REsp 1543267/SC, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 03/12/2015, DJe 16/02/2016).

B) Errado

Igualmente equivocada a letra "B", pois, conforme o *caput* do artigo 241-B do ECA, tanto as crianças quanto os adolescentes podem ser sujeitos passivos do delito em estudo.

C) Errado

Também incorreta a alternativa "C", posto que o agente descrito no enunciado não se enquadra em nenhum dos sujeitos elencados no §2º do artigo mencionado alhures, sob os quais incide a excludente de tipicidade.

D) Correto

Resta como correta, portanto, a letra "D". Como dito linhas acima, a finalidade pornográfica restou comprovada, pois prescinde da nudez para tanto. Do mesmo modo, o agente não faz jus à excludente prevista no artigo 241-B, §2º, do ECA.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca e Jurisprudência

Questão 43

Maria, em uma maternidade na cidade de São Paulo, manifesta o desejo de entregar Juliana, sua filha recém-nascida, para adoção. Assim, Maria, encaminhada para a Vara da Infância e da Juventude, após ser atendida por uma assistente social e por uma psicóloga, é ouvida em audiência, com a assistência do defensor público e na presença do Ministério Público, afirmando desconhecer o pai da criança e não ter contato com sua família, que vive no interior do Ceará, há cinco anos. Assim, após Maria manifestar o desejo formal de entregar a filha para adoção, o Juiz decreta a extinção do poder familiar, determinando que Juliana vá para a guarda provisória de família habilitada para adoção no cadastro nacional. Passados oito dias do ato, Maria procura um advogado, arrependida, afirmando que gostaria de criar a filha. De acordo com o ECA, Maria poderá reaver a filha?

A) Sim, uma vez que a mãe poderá se retratar até a data da publicação da sentença de adoção.

B) Sim, pois ela poderá se arrepender até 10 dias após a data de prolação da sentença de extinção do poder familiar.

C) Não, considerando a extinção do poder familiar por sentença.

D) Não, já que Maria somente poderia se retratar até a data da audiência, quando concordou com a adoção.

Comentários:

A questão aborda a temática da colocação da criança em família substituta, cuja disciplina encontra-se no artigo 166 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

> Art. 166, ECA. Se os pais forem falecidos, tiverem sido destituídos ou suspensos do poder familiar, ou houverem aderido expressamente ao pedido de colocação em família substituta, este poderá ser formulado diretamente em cartório, em petição assinada pelos próprios requerentes, dispensada a assistência de advogado. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)
>
> §1º Na hipótese de concordância dos pais, o juiz: (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)
>
> I - na presença do Ministério Público, ouvirá as partes, devidamente assistidas por advogado ou por defensor público, para verificar sua concordância com a adoção, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do protocolo da petição ou da entrega da criança em juízo, tomando por termo as declarações; e (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)
>
> II - declarará a extinção do poder familiar. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)
>
> §2º O consentimento dos titulares do poder familiar será precedido de orientações e esclarecimentos prestados pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, em especial, no caso de adoção, sobre a irrevogabilidade da medida. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)
>
> §3º São garantidos a livre manifestação de vontade dos detentores do poder familiar e o direito ao sigilo das informações. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)
>
> §4º O consentimento prestado por escrito não terá validade se não for ratificado na audiência a que se refere o §1º deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)
>
> §5º O consentimento é retratável até a data da realização da audiência especificada no §1º deste artigo, e **os pais podem exercer o arrependimento no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de prolação**

da sentença de extinção do poder familiar. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)

§6º O consentimento somente terá valor se for dado após o nascimento da criança. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)
§7º A família natural e a família substituta receberão a devida orientação por intermédio de equipe técnica interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)

A) Errado

A letra "A" deve ser eliminada, pois, diferentemente do que propõe, os pais podem exercer o arrependimento no prazo de dez dias, contado da data de prolação da **sentença de extinção do poder familiar**, não da sentença de adoção, conforme o §5º acima transcrito.

B) Correto

Por outro lado, adequada a redação da assertiva "B", pois, completamente condizente com o artigo 166, §5º, do ECA.

C) Errado

Incorreta a alternativa "C", pois, como dito linhas acima, a retratação é possível, desde que ocorra no prazo de dez dias contado da sentença de extinção do poder familiar.

D) Errado

Por fim, também equivocada a letra "D", já que o §5º, exaustivamente mencionado, prevê, além da retratação do consentimento até a data da audiência, a possibilidade de arrependimento, como exposto alhures.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO DO CONSUMIDOR

Questão 44

Dora levou seu cavalo de raça para banho, escovação e cuidados específicos nos cascos, a ser realizado pelos profissionais da Hípica X. Algumas horas depois de o animal ter sido deixado no local, a fornecedora do serviço entrou em contato com Dora para informar-lhe que, durante o tratamento, o cavalo apresentou sinais de doença cardíaca. Já era sabido por Dora que os equipamentos utilizados poderiam causar estresse no animal. Foi chamado o médico veterinário da própria Hípica X, mas o cavalo faleceu no dia seguinte. Dora, que conhecia a pré-existência da doença do animal, ingressou com ação judicial em face da Hípica X pleiteando reparação pelos danos morais suportados, em decorrência do ocorrido durante o tratamento de higiene.

Nesse caso, à luz do Código de Defesa do Consumidor (CDC), é correto afirmar que a Hípica X

A) não poderá ser responsabilizada se provar que a conduta no procedimento de higiene foi adequada, seguindo padrões fixados pelos órgão competentes, e que a doença do animal que o levou a óbito era pré-existente ao procedimento de higienização do animal.

B) poderá ser responsabilizada em razão de o evento deflagrador da identificação da doença do animal ter ocorrido durante a sua higienização, ainda que se comprove ser pré-existente a doença e que tenham sido seguidos os padrões fixados por órgãos competentes para o procedimento de higienização, pois o nexo causal resta presumido na hipótese.

C) não poderá ser responsabilizada somente se provar que prestou os primeiros socorros, pois a pre-existência da doença não inibiria a responsabilidade civil objetiva dos fornecedores do serviço; somente a conduta de chamar atendimento médico foi capaz de desconstruir o nexo causal entre o procedimento de higiene e o evento do óbito.

D) poderá ser responsabilizada em solidariedade com o profissional veterinário, pois os serviços foram prestados por ambos os fornecedores, em responsabilidade objetiva, mesmo que Dora comprove que o procedimento de higienização do cavalo tenha potencializado o evento que levou ao óbito do animal, ainda que seguidos os padrões estipulados pelos órgãos competentes.

Comentário:

Para responder a questão apresentada, é fundamental a leitura do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor, em especial seu parágrafo 3º. Observa-se o dispositivo:

> Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
>
> § 3° O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:
>
> I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;
>
> II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

A) Correto

Conforme o artigo 14 do CDC, caso a Hípica X comprove que seguiu todas as recomendações determinadas pelos órgãos competentes e que o animal veio à óbito por doença pré-existente, não poderá ela ser responsabilizada pelo fato.

B) Errado

Contrariamente ao que expressa a alternativa, a Hípica não pode ser responsabilizada devido ao caráter anterior da doença do animal e pelo fato de que seguiu todas as orientações e recomendações dos órgãos competentes.

C) Errado

Como visto no art. 14 do CDC e contrariamente ao que alega a alternativa, a pré-existência da doença do animal caracteriza a inexistência do defeito por sua parte e, portanto, impossibilita sua responsabilização.

D) Errado

Segundo o art. 14 do CDC, não há se se falar em responsabilidade civil quando o prestador de serviços comprova a inexistência do defeito.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 45

A Construtora X instalou um estande de vendas em um shopping center da cidade, apresentando folder de empreendimento imobiliário de dez edifícios residenciais com área comum que incluía churrasqueira, espaço gourmet, salão de festas, parquinho infantil, academia e piscina. A proposta fez tanto sucesso que, em apenas um mês, foram firmados contratos de compra e venda da integralidade das unidades. A Construtora X somente realizou a entrega dois anos após o prazo originário de entrega dos imóveis e sem pagamento de qualquer verba pela mora, visto que o contrato previa exclusão de cláusula penal, e também deixou de entregar a área comum de lazer que constava do folder.

Nesse caso, à luz do Código de Defesa do Consumidor, cabe

A) ação individual ou coletiva, em razão da propaganda enganosa evidenciada pela ausência da entrega da parte comum indicada no folder de venda.

B) ação individual ou coletiva, em busca de ressarcimento decorrente da demora na entrega; contudo, não se configura, na hipótese, propaganda enganosa, mas apenas inadimplemento contratual, sendo viável a exclusão da cláusula penal.

C) ação coletiva, somente, haja vista que cada adquirente, individualmente, não possui interesse processual decorrente da propaganda enganosa.

D) ação individual ou coletiva, a fim de buscar tutela declaratória de nulidade do contrato, inválido de pleno direito por conter cláusula abusiva que fixou impedimento de qualquer cláusula penal.

Comentário:

A fim de responder satisfatoriamente a questão, observa-se o disposto no art. 37, §1º e art. 81 do CDC.

> Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.
>
> § 1° É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.
>
> Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.

A) Correto

Como disposto nos artigos 37 e 81 do CDC, cabe ação individual ou coletiva devido à ausência de entrega do projeto contratado, como divulgado em folder.

B) Errado

Como visto nos artigos supracitados, contrariamente ao que alega a alternativa, o ocorrido caracteriza-se, sim, como propaganda enganosa.

C) Errado

Como visto no artigo 81 do CDC, a defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.

D) Errado

De acordo com o §2º do art. 51 do Código Civil, a nulidade de uma cláusula abusiva não invalida todo o contrato. Dessa forma, cabe ação individual ou coletiva, em razão da propaganda enganosa evidenciada pela ausência da entrega da parte comum indicada no folder de venda.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO EMPRESARIAL

Questão 46

Três Coroas Comércio de Artigos Eletrônicos Ltda. subscreveu nota promissória em favor do Banco Dois Irmãos S.A. com vencimento a dia certo. Após o vencimento, foi aceita uma proposta de moratória feita pelo devedor por 120 (cento e vinte) dias, sem alteração da data de vencimento indicada no título. O beneficiário exigiu dois avalistas simultâneos, e o devedor apresentou Montenegro e Bento, que firmaram avais em preto no título.

Sobre esses avais e a responsabilidade dos avalistas simultâneos, assinale a afirmativa correta.

A) Por ser vedado, no direito brasileiro, o aval póstumo, os avais simultâneos são considerados não escritos, inexistindo responsabilidade cambial dos avalistas.
B) O aval lançado na nota promissória após o vencimento ou o protesto tem efeito de fiança, respondendo os avalistas subsidiariamente perante o portador.
C) O aval póstumo produz os mesmos efeitos do anteriormente dado, respondendo os avalistas solidariamente e autonomamente perante o portador.
D) O aval póstumo é nulo, mas sua nulidade não se estende à obrigação firmada pelo subscritor (avalizado), em razão do princípio da autonomia.

Comentário:

A) Errado

O aval póstumo está previsto no art. 900º do Código Civil:

> Art. 900. O aval posterior ao vencimento produz os **mesmos efeitos** do anteriormente dado.

Assim, o aval póstumo não é vedado pelo direito brasileiro, mas possui os mesmos efeitos do dado anteriormente ao vencimento.

B) Errado

Não há previsão legal ou doutrinária de possibilidade do aval ter efeito de fiança. A fiança é regida por regras próprias, tendo formação e efeitos distintos do aval lançado na nota promissória.

C) Correto

Está em acordo com o art. 900º do Código Civil.

D) Errado

Está em desacordo com o art. 900º do Código Civil a primeira parte da alternativa, que afirma ser o aval póstumo nulo, quando já foi visto que ele possui os mesmos efeitos do dado anteriormente ao vencimento.

Gabarito: Letra C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 47

Iguatu Têxtil S/A contratou o transporte de seus produtos do local de sua fábrica, em Iguatu/CE, até um dos polos de distribuição, em Fernão Dias/SP. Durante o trajeto, a carga será transportada, sucessivamente, pelas vias rodoviária, aérea e ferroviária. Será celebrado um único contrato, desde a origem até o destino, sob a execução e a responsabilidade únicas de um Operador de Transportes.

A situação descrita revela que as partes celebraram um contrato de transporte

A) multimodal.
B) combinado.
C) cumulativo.
D) de fato.

Comentário:

A) Correto

A questão aponta algumas característica do contrato que será realizado. Ele deverá englobar as modalidades rodoviária, aérea e ferroviária e ser um contrato único de responsabilidade única de um Operador de Transporte. Assim, percebe-se que o enunciado descreveu um contrato de transporte multimodal, como especificado na Lei n 9.611/98:

> Art. 2º: **Transporte Nultimodal de Cargas** é aquele que, regido por um único contrato, utiliza duas ou mais modalidades de transporte, desde a origem até o destino, e é executado sob a responsabilidade única de um Operador de Transporte Multimodal.

B) Errado

Não há previsão legal ou doutrinária específica para esse tipo de contrato de transporte.

C) Errado

Não há previsão legal ou doutrinária específica para esse tipo de contrato de transporte.

C) Errado

Não há previsão legal ou doutrinária específica para esse tipo de contrato de transporte.

Gabarito: Letra A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 48

Leandro, Alcides e Inácio pretendem investir recursos oriundos de investimentos no mercado de capitais para constituir uma companhia fechada por subscrição particular do capital. A sociedade será administrada por Inácio e sua irmã, que não será sócia.

Considerando-se o tipo societário e a responsabilidade legal dos sócios a ele inerente, assinale a afirmativa correta.

A) Leandro, Alcides e Inácio responderão limitadamente até o preço de emissão das ações por eles subscritas.

B) Leandro, Alcides e Inácio responderão limitadamente até o valor das quotas por eles subscritas, mas solidariamente pela integralização do capital.

C) Leandro, Alcides e Inácio responderão ilimitada, solidária e subsidiariamente pelas obrigações sociais.

D) Leandro e Alcides responderão limitadamente até o preço de emissão das ações por eles subscritas, e Inácio, como administrador, ilimitada e subsidiaramente, pelas obrigações sociais.

Comentário:

A) Correto

O enunciado, ao afirmar que a atividade realizada por Leandro, Alcides e Inácio é voltada ao investimento no mercado de capitais, indica que trata-se de uma sociedade por ações. Além disso, ao afirmar que será constituída uma "companhia fechada" indica que constituirá uma sociedade anônima, que recebe tal denominação.

A Lei nº 6.404/76 trata da responsabilidade nesse tipo societário:

> Art. 1º A **companhia ou sociedade anônima** terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será **limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas**.

Dessa maneira, a letra A é correta ao indicar que a responsabilidade é limitada ao preço de emissão das ações, ou seja, o sócio será cobrado pela integralização das ações, de acordo com o que subscreveu, limitadamente, não havendo responsabilização solidária.

B) Errado

Está em desacordo com a previsão do art. 1º da Lei 6.404/76.

C) Errado

Está em desacordo com a previsão do art. 1º da Lei 6.404/76.

D) Correto

A alternativa estaria correta se a questão tratasse de uma Comodita por Ações, na qual vige a regra descrita. No entanto, como a questão indica tratar-se de uma "companhia fechada", deve ser aplicada a regra da sociedade anônima, prevista no art. 1º da Lei 6.404/76.

Gabarito: Letra A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 49

Antes da decretação de falência da sociedade Talismã & Sandolândia Ltda., foi ajuizada ação de execução por título extrajudicial por Frigorífico Rio Sono Ltda., esta enquadrada como empresa de pequeno porte.

Com a notícia da decretação da falência pela publicação da sentença no Diário da Justiça, o advogado da exequente tomará ciência de que a execução do título extrajudicial

A) não será suspensa, em razão do enquadramento da credora como empresa de pequeno porte.

B) está suspensa pelo prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação da sentença.

C) não será suspensa, em razão de ter sido ajuizada pelo credor antes da decretação da falência.

D) está suspensa, devendo o credor se submeter às regras do processo falimentar e ter seu crédito verificado e classificado.

Comentário:

A) Errado

O art. 6º da Lei 11.101/05 determina:

> Art. 6o A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial **suspende o curso da prescrição** e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário.
>
> § 1o Terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia **ilíquida**.
>
> § 2o É permitido pleitear, perante o administrador judicial, habilitação, exclusão ou modificação de créditos derivados da relação de trabalho, mas as ações de **natureza trabalhista**, inclusive as impugnações a que se refere o art. 8o desta Lei, serão processadas perante a justiça especializada até a apuração do respectivo crédito, que será inscrito no quadro-geral de credores pelo valor determinado em sentença.
>
> § 7o As execuções de **natureza fiscal** não são suspensas pelo deferimento da recuperação judicial, ressalvada a concessão de parcelamento nos termos do Código Tributário Nacional e da legislação ordinária específica.

Sendo assim, o fato da empresa ser de pequeno porte não constitui exceção à aplicação da regra do art. 6º, que determina a suspensão do curso da prescrição, devendo o credor se habilitar na falência para poder participar do concurso creditório.

B) Errado

A alternativa traz a disposição do §4º do art. 6 da Lei 11.101/05 que trata de outra temática, o prazo para o deferimento da recuperação judicial:

> § 4o Na recuperação judicial, a suspensão de que trata o caput deste artigo em hipótese nenhuma excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial.

Sendo assim, esse instrumento não se aplica ao caso previsto no enunciado.

C) Errado

O momento do ajuizamento não interfere na determinação do art. 6º da Lei 11.101/05. As únicas exceções à aplicação da lei são ações que demandem quantia ilíquida (§1º), ações de natureza trabalhista (§2º) e fiscal (§7º).

D) Correto

Está de acordo com a previsão do art. 6º da Lei 11.101/05.

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 50

Cruz Machado pretende iniciar o exercício individual de empresa e adotar como firma, exclusivamente, o nome pelo qual é conhecido pela população de sua cidade – "Monsenhor".

De acordo com as informações acima e as regras legais de formação de nome empresarial para o empresário individual, assinale a afirmativa correta.

A) A pretensão de Cruz Machado é possivel, pois o empresário individual pode escolher livremente a formação de sua firma.

B) A pretensão de Cruz Machado não é possivel, pois o empresário individual deve adotar denominação indicativa do objeto social como espécie de nome empresarial.

C) A pretensão de Cruz Machado não é possivel, pois o empresário individual opera sob firma constituída por seu nome, completo ou abreviado.

D) A pretensão de Cruz Machado é possivel, pois o empresário individual pode substituir seu nome civil por uma designação mais precisa de sua pessoa.

Comentário:

A) Errado

Em função do art. 1.156º do Código Civil, que dispõe sobre o nome empresarial do Empresário Individual:

> Art. 1156 - O Empresário opera sob firma constituída por seu **nome, completo ou abreviado**, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de atividade.

Sendo assim, é regra que o empresário individual realize firma constando seu nome civil, completo ou abreviado. A designação mais precisa de sua pessoa é um acréscimo facultativo, não pode substituir o nome civil.

B) Errado

Está em desacordo com o art. 1.156º do CC, uma vez que deverá constar no nome empresarial o nome civil do Empresário Individual, não o objeto social.

C) Correto

Está de acordo com a regra do art. 1.156 do CC.

D) Errado

Está em desacordo com a previsão do art. 1.156, uma vez que a denominação mais precisa do empresário é um acréscimo facultativo ao nome civil do Empresário Individual, completo ou abreviado, não podendo substituí-lo.

Gabarito: Letra C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 51

Uma fábrica da sociedade empresária Tratores Ltda. despejou 10 toneladas de lixo reciclável no rio Azul, que corta diversos municípios do estado do Paraná. Em decorrência de tal fato, constatou-se a redução da flora às margens do rio. Sobre a medida cabível em tal cenário, assinale a afirmativa correta.

A) É cabível ação popular, na qual deve figurar obrigatoriamente o Ministério Público como autor.

B) É cabível ação civil pública, na qual deve figurar obrigatoriamente como autor um dos indivíduos afetados pelos danos.

C) Não é cabível ação civil pública ou ação coletiva, considerando a natureza dos danos, mas o Ministério Público pode ajuizar ação pelo procedimento comum, com pedido de obrigação de não fazer.

D) É cabível ação civil pública, na qual o Ministério Público, se não for autor, figurará como fiscal da lei.

Comentários:

A questão indaga acerca da medida judicial cabível para a reparação de danos ambientais. O aluno deve atentar-se à interdisciplinaridade do enunciado, muito comum nas provas da FGV. À hipótese, cabe ação civil pública, disciplinada pela Lei nº 7.347/85. O artigo 5º da mencionada lei elenca os legitimados para sua propositura.

> Art. 5º, Lei nº 7.347/85. Têm **legitimidade** para propor a ação principal e a ação cautelar: (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007)
> I - o **Ministério Público**; (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).

II - a Defensoria Pública; (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).
III - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).
IV - a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista; (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).
V - a associação que, concomitantemente: (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).
a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil; (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).
b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. (Redação dada pela Lei nº 13.004, de 2014)
§1º **O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei**.
§2º Fica facultado ao Poder Público e a outras associações legitimadas nos termos deste artigo habilitar-se como litisconsortes de qualquer das partes.
§3º Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa. (Redação dada pela Lei nº 8.078, de 1990)
§4º O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido. (Incluído pela Lei nª 8.078, de 11.9.1990)
§5º Admitir-se-á o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta lei. (Incluído pela Lei nª 8.078, de 11.9.1990)
§6º Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial. (Incluído pela Lei nª 8.078, de 11.9.1990)

A) Errado

De pronto, pode-se eliminar a alternativa "A". Inicialmente, não se trata de hipótese de ação popular, cujo legitimado à propositura é tão somente o cidadão (art. 5º, LXXIII, CF). Logo, não seria sequer possível a atuação do Ministério Público como autor.

B) Errado

Também incorreta a letra "B", pois não há obrigatoriedade de que quaisquer indivíduos afetados figurem como autores da ação civil pública.

C) Errado

A assertiva "C" está igualmente equivocada, pois apregoa ser inviável a propositura da ação civil pública. Todavia, conforme o artigo 1º, I, da Lei nº 7.347/85, a hipótese de danos ambientais enseja a mencionada ação.

> Art. 1º, Lei nº 7.347/85. Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: (Redação dada pela Lei nº 12.529, de 2011).
> I - ao meio-ambiente; (...)

D) Correto

Por fim, correta a letra "D", posto que afirma ser cabível a ação civil pública, na qual o Ministério Público pode figurar como autor e deve, obrigatoriamente, atuar como fiscal da lei, consoante disposição do artigo 5º, I e §1º, da Lei nº 7.347/85.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 52

Marina propôs ação de reconhecimento e extinção de união estável em face de Caio, que foi regularmente citado para comparecer à audiência de mediação. Sobre a audiência de mediação, assinale a afirmativa correta.

A) Se houver interesse de incapaz, o Ministério Público deverá ser intimado a comparecer à audiência de mediação.

B) É faculdade da parte estar acompanhada de advogado ou defensor público à audiência.

C) Em virtude do princípio da unidade da audiência, permite-se apenas uma única sessão de mediação que, se restar frustrada sem acordo, deverá ser observado o procedimento comum.

D) É lícito que, para a realização de mediação extrajudicial, Marina e Caio peçam a suspensão do processo.

Comentários:

O enunciado refere-se à audiência de mediação. O aluno deve ficar atento, pois a audiência dar-se-á no bojo de ação de família, a qual possui regramento próprio no Código de Processo Civil.

> Art. 694, CPC. Nas ações de família, todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação.
> Parágrafo único. **A requerimento das partes, o juiz pode determinar a suspensão do processo enquanto os litigantes se submetem a mediação** extrajudicial ou a atendimento multidisciplinar.
>
> Art. 695, CPC. Recebida a petição inicial e, se for o caso, tomadas as providências referentes à tutela provisória, o juiz ordenará a citação do réu para comparecer à audiência de mediação e conciliação, observado o disposto no art. 694.
> §1º O mandado de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo.

§2º A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência.
§3º A citação será feita na pessoa do réu.
§4º **Na audiência, as partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou de defensores públicos**.

Art. 696, CPC. **A audiência de mediação e conciliação poderá dividir-se em tantas sessões quantas sejam necessárias** para viabilizar a solução consensual, sem prejuízo de providências jurisdicionais para evitar o perecimento do direito.

Art. 698, CPC. Nas ações de família, **o Ministério Público somente intervirá quando houver interesse de incapaz** e deverá ser ouvido previamente à homologação de acordo.
Parágrafo único. O Ministério Público intervirá, quando não for parte, nas ações de família em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). (Incluído pela Lei nº 13.894, de 2019)

A) Errado

Incialmente, incorreta a alternativa "A". De fato, a participação do Ministério Público é necessária em ações envolvendo incapazes. Todavia, a legislação não condiciona essa participação à audiência de mediação, como propõe o enunciado. O artigo 698 do CPC, acima transcrito, afirma tão somente que o MP deverá intervir e será ouvido antes da homologação de acordo.

B) Errado

Igualmente incorreta a letra "B", pois, diferentemente do que dispõe, não se trata de faculdade das partes, elas devem comparecer à audiência acompanhadas de advogado, conforme disposição do artigo 695, §4º, do CPC, transcrito linhas acima.

C) Errado

Também equivocada a letra "C", pois, segundo o artigo 696 do CPC, a audiência de mediação e conciliação poderá dividir-se em tantas sessões quantas sejam

necessárias para viabilizar a solução consensual. Portanto, não há obrigatoriedade de realizá-la em única sessão.

D) Correto

Resta, portanto, correta, a assertiva "D", posto que é perfeitamente possível a suspensão do processo enquanto as partes submetem-se à mediação extrajudicial, consoante disposição do artigo 694, parágrafo único, do CPC.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 53

José ajuizou ação de indenização por danos morais, materiais e estéticos em face de Pedro. O juiz competente, ao analisar a petição inicial, considerou os pedidos incompatíveis entre si, razão pela qual a indeferiu, com fundamento na inépcia. Nessa situação hipotética, assinale a opção que indica o recurso que José deverá interpor.

A) Apelação, sendo facultado ao juiz, no prazo de cinco dias, retratar-se do pronunciamento que indeferiu a petição inicial.

B) Apelação, sendo os autos diretamente remetidos ao Tribunal de Justiça após a citação de Pedro para a apresentação de contrarrazões.

C) Apelação, sendo que o recurso será diretamente remetido ao Tribunal de Justiça, sem a necessidade de citação do réu para apresentação de contrarrazões.

D) Agravo de Instrumento, inexistindo previsão legal de retratação por parte do magistrado.

Comentários:

A questão aborda a temática dos recursos, indagando qual seria a medida cabível para impugnar o indeferimento da petição inicial por inépcia. A matéria encontra-se regulamentada no artigo 331 do Código de Processo Civil.

> Art. 331, CPC. **Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se**.
> § 1º **Se não houver retratação, o juiz mandará citar o réu para responder ao recurso**.
> § 2º Sendo a sentença reformada pelo tribunal, o prazo para a contestação começará a correr da intimação do retorno dos autos, observado o disposto no art. 334.
> §3º Não interposta a apelação, o réu será intimado do trânsito em julgado da sentença.

A) Correto

De pronto, correta a letra "A", por completa conformidade ao *caput* do dispositivo supramencionado. Logo, da decisão de indeferimento da petição inicial, cabe apelação, sendo possível a retratação do magistrado no prazo de cinco dias.

B) Errado

Por outro lado, equivocada a alternativa "B", pois a remessa dos autos ao Tribunal e a citação para apresentação de contrarrazões só ocorre após o prazo para retratação, não tendo esta ocorrido, conforme o §1º do dispositivo.

C) Errado

Também errada a assertiva "C", já que igualmente desrespeita o parágrafo primeiro do artigo em epígrafe, apontando que não haverá citação para apresentação de contrarrazões.

D) Errado

Por fim, igualmente equivocada a letra "D", pois, conforme disposição do artigo 331 do Código de Processo Civil, acima transcrito, trata-se de hipótese de apelação, com possibilidade de retratação pelo juiz, não de agravo de instrumento.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 54

Alexandre ajuizou ação em face da prestadora de serviço de iluminação pública de sua cidade, questionando os valores cobrados nas últimas contas, bem como pleiteando a condenação da Ré no pagamento de indenização por danos morais. A título de tutela provisória, requereu a retirada de seu nome dos cadastros de inadimplentes, tendo a juíza competente deferido liminarmente a tutela da evidência sob o fundamento de que a ré costuma apresentar contestações padronizadas em processos semelhantes, o que caracterizaria abuso de direito de defesa. Sobre o procedimento adotado, assinale a afirmativa correta.

A) O juiz errou ao conceder liminarmente a tutela da evidência, na medida em que esta somente é cabível quando há súmula vinculante sobre o tema.

B) O juiz acertou ao conceder liminarmente a tutela da evidência, pois a apresentação de contestação padronizada em outro processo configura abuso de direito de defesa.

C) O juiz acertou ao conceder liminarmente a tutela da evidência, uma vez que, assim como na tutela de urgência, é dever do juiz conceder a tutela independentemente da oitiva do réu.

D) O juiz errou ao conceder liminarmente a tutela da evidência, pois é necessária a oitiva do réu antes de concedê-la com fundamento no abuso do direito de defesa.

Comentários:

A questão aborda a temática das tutelas provisórias, tendo o enunciado esclarecido que se trata de tutela de evidência, disciplinada no artigo 311 do Diploma Adjetivo Civil. O candidato deve discernir perfeitamente a tutela de evidência e a tutela de urgência, cuja maior distinção reside na presença ou não de perigo de dano ou risco ao resultado do processo.

> Art. 311, CPC. A tutela da **evidência** será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:
> I - ficar caracterizado o **abuso do direito de defesa** ou o manifesto propósito protelatório da parte;
> II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante;
> III - se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa;
> IV - a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.
> Parágrafo único. **Nas hipóteses dos incisos II e III, o juiz poderá decidir liminarmente**.

A) Errado

De pronto, constata-se o equívoco da assertiva "A", já que a concessão liminar da tutela de evidência é possível quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante, e quando se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, conforme parágrafo único do dispositivo transcrito.

B) Errado

Equivocada a letra "B", pois o abuso do direito de defesa não constitui hipótese autorizadora de concessão da tutela de evidência liminarmente, segundo disposição do artigo supramencionado.

C) Errado

Também incorreta a alternativa "C", pois, diferentemente do que dispõe, a concessão da tutela *inaudita altera pars* não ocorre de forma irrestrita, mas apenas nas hipóteses elencadas no parágrafo único do artigo 311, transcrito alhures.

D) Correto

Logo, correta a alternativa "D", a qual estabelece que, diante da hipótese de abuso de direito, é necessária a prévia oitiva do réu, posto que não se amolda a quaisquer das hipóteses de concessão de liminar elencadas no artigo 311, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 55

Cláudia, intimada pelo juízo da Vara Z para pagar a Cleide o valor de R$ 20.000,00, com fundamento em cumprimento definitivo de sentença, realiza, no prazo de 15 dias, o pagamento de R$ 5.000,00. De acordo com o que dispõe o CPC/2015, deve incidir

A) multa de 10% e honorários advocatícios sobre R$15.000,00.

B) multa de 10% sobre R$15.000,00 e honorários advocatícios sobre R$ 20.000,00.

C) multa de 10% e honorários advocatícios sobre R$ 20.000,00.

D) multa de 10% e honorários advocatícios sobre R$5.000,00.

Comentários:

Questiona-se acerca do cumprimento definitivo de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa. Esta matéria encontra-se regulamentada no artigo 523 do Diploma Adjetivo Civil.

> Art. 523, CPC. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver.

> §1º Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do *caput*, o débito será acrescido de **multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento**.
> §2º **Efetuado o pagamento parcial** no prazo previsto no *caput*, **a multa e os honorários previstos no §1º incidirão sobre o restante**.
> §3º Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação.

A) Correto

Correta a alternativa "A", já que completamente condizente com os §§1º e 2º do dispositivo acima transcrito. Logo, diante do pagamento parcial da quantia, incidirá multa e honorários advocatícios de dez por cento sobre o restante do débito.

B) Errado

Por outro lado, incorreta a letra "B", pois, como dito linhas acima, tanto a multa quanto os honorários advocatícios incidirão sobre o restante da quantia.

C) Errado

Do mesmo modo, a alternativa "C" está equivocada, pois vai de encontro à legislação colacionada.

D) Errado

Igualmente incorreta a assertiva "D", pois afirma que a multa e os honorários incidirão sobre a quantia efetivamente paga, quando, em verdade, incidirão sobre o montante faltante.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 56

Luciana, por meio de seu advogado, propôs demanda em face de Carlos, perante determinado Juizado Especial Cível, na qual pediu, a título de indenização por danos materiais, a condenação do réu ao pagamento de R$ 20.000,00. Ao julgar parcialmente procedente o pedido, o juízo a quo condenou o demandado ao pagamento de R$ 15.000,00. Luciana se conformou com a decisão, ao passo que Carlos recorreu, a fim de diminuir o valor da condenação para R$10.000,00 e, bem assim, requereu a condenação da recorrida ao pagamento de custas e honorários. Embora tenha diminuído o valor da condenação para R$ 10.000,00, conforme requerido no recurso, o órgão ad quem não condenou Luciana ao pagamento de custas e honorários. Diante de tal quadro, é correto afirmar, especificamente no que se refere às custas e aos honorários, que

A) o órgão recursal errou, pois a gratuidade prevista pela Lei nº 9.099/95 só abrange o primeiro grau de jurisdição.

B) o órgão *ad quem* acertou, uma vez que, no âmbito do segundo grau, somente o recorrente vencido pode arcar com a sucumbência.

C) o órgão *ad quem* acertou, uma vez que, no âmbito do segundo grau, somente é possível condenação em custas e honorários se houver litigância de má-fé.

D) o órgão recursal agiu corretamente, pois os processos que tramitam sob o rito da Lei nº 9.099/95 são gratuitos, indistintamente, em qualquer grau de jurisdição.

Comentários:

O enunciado indaga acerca da responsabilidade pelo pagamento de custas e honorários. O aluno deve ficar atento, todavia, que a ação tramita no bojo dos Juizados Especiais Cíveis. A disciplina da matéria encontra-se no artigo 55 da Lei nº 9.099/95.

> Art. 55, Lei nº 9.099/95. A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé. **Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e honorários de advogado**, que serão fixados entre dez por cento

e vinte por cento do valor de condenação ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa.
Parágrafo único. Na execução não serão contadas custas, salvo quando:
I - reconhecida a litigância de má-fé;
II - improcedentes os embargos do devedor;
III - tratar-se de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso improvido do devedor.

A) Errado

Incorreta a alternativa "A", pois afirma que a recorrida deveria arcar com as custas e honorários. Todavia, o *caput* do dispositivo transcrito é bem claro ao afirmar que, em segundo grau, a responsabilidade pelo pagamento das despesas é do recorrente, quando vencido.

B) Correto

Por outro lado, correta a letra "B", posto que completamente condizente com o artigo transcrito linhas acima, o qual dispõe que apenas o recorrente vencido arcará com as despesas, em sede de segundo grau.

C) Errado

Equivocada a redação da assertiva "C", pois o critério de pagamento de custas em decorrência da litigância de má-fé diz respeito ao primeiro grau, conforme o *caput* do artigo supramencionado.

D) Errado

Por fim, a alternativa "D" deve ser eliminada, pois aponta para a gratuidade irrestrita em sede de Juizados Especiais, quando, em verdade, o artigo 55 da Lei nº 9.099/95 elenca as hipóteses em que o pagamento das despesas é devido.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 57

A associação "Amigos da Natureza", constituída há 2 anos, com a finalidade institucional de proteger o meio ambiente, tem interesse na propositura de uma ação civil pública, a fim de que determinado agente causador de dano ambiental seja impedido de continuar a praticar o ilícito. Procurado pela associação, você, na qualidade de advogado, daria a orientação de

A) não propor uma ação civil pública, visto que as associações não têm legitimidade para manejar tal instrumento, sem prejuízo de que outros legitimados, como o Ministério Público, o façam.

B) propor uma ação civil pública, já que a associação está constituída há pelo menos 1 ano e tem, entre seus fins institucionais, a defesa do meio ambiente.

C) apenas propor a ação civil pública quando a associação estiver constituída há pelo menos 3 anos.

D) que a associação tem iniciativa subsidiária, de modo que só pode propor a ação civil pública após demonstração de inércia do Ministério Público.

Comentários:

Mais uma vez, trata-se da possibilidade de ajuizamento de ação civil pública, em virtude de danos ambientais, mais precisamente acerca da legitimidade para propositura, disciplinada no artigo 5º da Lei nº 7.347/85.

> Art. 5º, Lei nº 7.347/85. Têm **legitimidade** para propor a ação principal e a ação cautelar: (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007)
> I - o **Ministério Público**; (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).
> II - a Defensoria Pública; (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).
> III - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).
> IV - a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista; (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).
> V - a **associação** que, concomitantemente: (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).

a) esteja constituída há **pelo menos 1 (um) ano** nos termos da lei civil; (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).

b) inclua, entre suas **finalidades institucionais, a proteção** ao patrimônio público e social, **ao meio ambiente**, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. (Redação dada pela Lei nº 13.004, de 2014)

§1º O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.

§2º Fica facultado ao Poder Público e a outras associações legitimadas nos termos deste artigo habilitar-se como litisconsortes de qualquer das partes.

§3º Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa. (Redação dada pela Lei nº 8.078, de 1990)

§4º O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido. (Incluído pela Lei nª 8.078, de 11.9.1990)

§5º Admitir-se-á o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta lei. (Incluído pela Lei nª 8.078, de 11.9.1990)

§6º Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial. (Incluído pela Lei nª 8.078, de 11.9.1990)

A) Errado

Equivocada a alternativa "A", pois afasta a legitimidade das associações, indo de encontro ao artigo 5º, V, da Lei nº 7.347/85.

B) Correto

Por outro lado, correta a letra "B", já que afirma a possibilidade de propositura da ação civil pública por associação constituída há pelo menos um ano, a qual tenha, dentre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, em completa conformidade com o dispositivo acima transcrito.

C) Errado

A assertiva "C" deve ser eliminada, pois propõe tempo equivocado de constituição das associações para legitimá-las à propositura da ação civil pública, indo de encontro ao artigo mencionado.

D) Errado

Por fim, igualmente incorreta a alternativa "D", já que afirma que as associações possuem legitimidade subsidiária para a propositura da ação civil pública. Todavia, o artigo em questão não estipula tal subsidiariedade.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO PENAL

Questão 58

Patrícia foi a um shopping center a fim de comprar um celular para sua filha, Maria, de 10 anos, que a acompanhava. Não encontrando o modelo desejado, Patrícia saiu da loja, esclarecendo o ocorrido para a criança que, inconformada com o fato, começou a chorar. Patrícia chamou a atenção de sua filha, o que fez com que seu colega de trabalho Henrique, que passava pelo local, a advertisse, de que não deveria assim agir com a criança, iniciando uma discussão e acabando por empurrá-la contra a parede.

Em razão do comportamento de Henrique, Patrícia sofre uma pequena lesão na perna. Ela efetuou o registro e a perícia confirmou a lesão; contudo, dois dias depois, ela compareceu à Delegacia e desistiu da representação. Em razão de a vítima ser do sexo feminino, o Ministério Público ofereceu denúncia contra Henrique pela prática do crime de lesão corporal no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher, previsto no Art. 129, § 9º, do Código Penal.

Considerando as informações narradas, o advogado de Henrique deverá alegar que

A) apesar de o crime ser de lesão corporal no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher, será cabível, em caso de condenação, a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito.

B) o crime em tese praticado é de lesão corporal leve simples, de modo que, apesar de irrelevante a vontade da vítima para o oferecimento da denúncia, pode ser oferecida proposta de suspensão condicional do processo.

C) apesar de o crime ser de lesão corporal no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher, deverá ser rejeitada a denúncia por depender de representação da vítima.

D) o crime em tese praticado é de lesão corporal leve simples, devendo a denúncia ser rejeitada por depender de representação da vítima.

Comentário:

A) Errado

De acordo com o art. 5º da Lei 11.340/06, são hipóteses de violência doméstica e familiar contra a mulher:

> Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:
> I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
> II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
> III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Ressalta-se que, segundo o entendimento jurisprudencial, a hipótese do inciso III aplica-se quando a relação tem conotação sexual, íntima. Sendo assim, como o autor do fato era apenas colega de trabalho da vítima, sua conduta não se enquadra na figura típica do art. 129. §9º do Código Penal:

> Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:
>
> (...)

> § 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade.

Dessa maneira, a conduta típica do agente é a de lesão corporal leve, prevista no caput do art. 129.

De acordo com a Lei 9.099/95, essa conduta é de ação penal pública condicionada à representação:

> Art. 88. Além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.

Caso a conduta do agente fosse de violência doméstica, ela seria de de ação pública incondicionada, nos temos da Súmula 542 do STJ:

> A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada. Além disso, a retratação só poderia acontecer, nos termos do art. 16, até antes do recebimento da denuncia: Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

Sendo assim, a alternativa está incorreta ao afirmar que a conduta realizada foi de violência doméstica.

B) Errado

A alternativa está em desacordo com o art. 88 da Lei 9.099/95 ao afirmar que na lesão corporal simples é irrelevante a vontade da vítima para oferecimento da denúncia.

C) Errado

Apesar de a alternativa apresentar que a denúncia dependerá da representação da vítima, ela está incorreta ao afirmar que nesse caso a conduta típica foi de lesão corporal no âmbito da violência doméstica e familiar.

D) Correto

A alternativa está de acordo com o entendimento legal.

Gabarito: Letra C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

Questão 59

Mário foi denunciado pela prática de crime contra a Administração Pública, sendo imputada a ele a responsabilidade pelo desvio de R$ 500.000,00 dos cofres públicos.

Após a instrução e confirmação dos fatos, foi proferida sentença condenatória aplicando a pena privativa de liberdade de 3 anos de reclusão, que transitou em julgado. Na decisão, nada consta sobre a perda do cargo público por Mário.

Diante disso, ele procura um advogado para esclarecimentos em relação aos efeitos de sua condenação. Considerando as informações narradas, o advogado de Mário deverá esclarecer que

A) a perda do cargo, nos crimes praticados por funcionário público contra a Administração, é efeito automático da condenação, sendo irrelevante sua não previsão em sentença, desde que a pena aplicada seja superior a 04 anos.

B) a perda do cargo, nos crimes praticados por funcionário público contra a Administração, é efeito automático da condenação, desde que a pena aplicada seja superior a 01 ano.

C) a perda do cargo não é efeito automático da condenação, devendo ser declarada em sentença, mas não poderia ser aplicada a Mário diante da pena aplicada ser inferior a 04 anos.

D) a perda do cargo não é efeito automático da condenação, devendo ser declarada em sentença, mas poderia ter sido aplicada, no caso de Mário, mesmo sendo a pena inferior a 04 anos.

Comentário:

A) Errado

Os arts. 91 e 92 do Código Penal tratam dos efeitos da condenação. O art. 92 trata dos efeitos extra-penais não obrigatórios, ou seja, que não possuem aplicação automática, devendo ser motivados pelo juiz na sentença condenatória:

> Art. 92 - São também efeitos da condenação:
>
> I - **a perda de cargo**, função pública ou mandato eletivo:
>
> a) quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo **igual ou superior a um ano**, nos **crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública**;
>
> b) quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a 4 (quatro) anos nos demais casos.
>
> II – a incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela nos crimes dolosos sujeitos à pena de reclusão cometidos contra outrem

igualmente titular do mesmo poder familiar, contra filho, filha ou outro descendente ou contra tutelado ou curatelado;

III - a inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso.

Parágrafo único - Os efeitos de que trata este artigo **não são automáticos**, devendo ser **motivadamente declarados na sentença**.

Sendo assim, no caso apresentado, aplica-se a regra da letra a do inciso I do art. 92, segundo a qual a perda de cargo pode ocorrer quando aplicada pena privativa de liberdade igual ou superior a um ano, desde que motivada na sentença condenatória.

A questão está incorreta ao afirmar que a perda do cargo é efeito automático da condenação e que de daria apenas em face de pena de liberdade superior a 4 anos.

B) Errado

Como visto no parágrafo único do art. 92 do CP, a perda do cargo não é efeito automático da sentença penal condenatória, devendo ser motivadamente declarada na sentença.

C) Errado

A primeira afirmação apontada está correta, no entanto, como visto na letra a do inciso I do art. 92 do CP, como o crime realizado foi com violação de dever para a Administração Pública, a perda do cargo pode ocorrer diante de pena igual ou superior a um ano, desde que motivadamente declarada na sentença.

D) Correto

A questão está de acordo com o art. 92 do Código Penal.

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 60

Matheus, José e Pedro, irmãos, foram condenados pela prática dos crimes de homicídio simples contra inimigo, roubo majorado pelo concurso de agentes e estupro simples, respectivamente. Após cumprirem parte das penas privativas de liberdade aplicadas, a mãe dos condenados procura o advogado da família para esclarecimentos sobre a possibilidade de serem beneficiados por decreto de indulto.

Com base apenas nas informações narradas, o advogado deverá esclarecer que, em tese,

A) Matheus e José poderão ser beneficiados, pois os crimes praticados por eles não são classificados como hediondos, diferentemente do que ocorre com o crime imputado a Pedro.
B) apenas José poderá ser beneficiado, pois os crimes praticados por Matheus e Pedro são classificados como hediondos.
C) Matheus, José e Pedro poderão ser beneficiados, pois, apesar de hediondos os delitos praticados pelos três, o indulto poderá ser concedido em respeito ao princípio da individualização da pena.
D) Matheus, José e Pedro poderão ser beneficiados, tendo em visto que nenhum dos delitos praticados é classificado como hediondo.

Comentário:

A) Correto

De acordo com a Lei de Crimes Hediondos:

> Lei 8.072/90 - Art. 2º Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de:
>
> I - anistia, graça e indulto;.

O art. 1º dessa lei prevê em seu inciso I como crime hediondo o:

> Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados:
>
> I - homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII).

Além disso, prevê o estupro simples como hediondo em seu inciso V: "V - estupro (art. 213, caput e §§ 1º e 2º).

Sendo assim, NÃO HÁ PREVISÃO DO HOMICÍDIO SIMPLES, que foi o crime cometido por Matheus, ao passo de que o crime cometido por Pedro é configurado como hediondo.

Não há previsão do roubo majorado pelo concurso de agentes na lei de crimes hediondos.

Sendo assim, com fulcro no art. 2º, I da Lei 8.072/90, apenas Matheus e José poderiam ser beneficiados pelo indulto.

B) Errado

Como visto, Matheus também poderia ser beneficiado pelo indulto pois o homicídio simples (art. 121, caput) não se enquadra no rol de crimes hediondos,

apenas o praticado em atividade típica de grupo de extermínio ou o homicídio qualificado.

C) Errado

Como visto, Matheus e José não cometeram delitos contidos no rol de crimes hediondos.

O princípio da individualização da pena, que garante aos indivíduos no momento de uma condenação em um processo penal que a sua pena seja individualizada, isto é, levando em conta as peculiaridades aplicadas para cada caso em concreto. Assim, a pena será aferida de acordo com as circunstâncias fáticas no caso, atendendo à tipificação legal. Sendo assim, esse princípio não desconfigura a caracterização do delito de José como hediondo e a consequente aplicação do art. 2º, I da Lei 8.072/90.

D) Errado

Como visto, Matheus e José não cometeram crimes hediondos. Além disso, Pedro não poderia ser beneficiado por indulto pois o estupro simples é definido como crime hediondo (Lei 8.072/90, art. 1º, V) e, de acordo com o art. 2º, I da referida lei, os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia, graça e indulto.

Gabarito: Letra A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca, Doutrina

Questão 61

Jorge foi condenado, definitivamente, pela prática de determinado crime, e se encontrava em cumprimento dessa pena. Ao mesmo tempo, João respondia a uma ação penal pela prática de crime idêntico ao cometido por Jorge.

Durante o cumprimento da pena por Jorge e da submissão ao processo por João, foi publicada e entrou em vigência uma lei que deixou de considerar as condutas dos dois como criminosas. Ao tomarem conhecimento da vigência da lei nova, João e Jorge o procuram, como advogado, para a adoção das medidas cabíveis.

Com base nas informações narradas, como advogado de João e de Jorge, você deverá esclarecer que

A) não poderá buscar a extinção da punibilidade de Jorge em razão de a sentença condenatória já ter transitado em julgado, mas poderá buscar a de João, que continuará sendo considerado primário e de bons antecedentes.
B) poderá buscar a extinção da punibilidade dos dois, fazendo cessar todos os efeitos civis e penais da condenação de Jorge, inclusive não podendo ser considerada para fins de reincidência ou maus antecedentes.
C) poderá buscar a extinção da punibilidade dos dois, fazendo cessar todos os efeitos penais da condenação de Jorge, mas não os extrapenais.
D) não poderá buscar a extinção da punibilidade dos dois, tendo em vista que os fatos foram praticados anteriormente à edição da lei.

Comentário:

A) Errado

De acordo com o art. 2º do Código Penal:

> Art. 2º - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os **efeitos penais** da sentença condenatória.
> Parágrafo único - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, **ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado**.

O excerto refere-se à abolitio criminis, em que há a superveniência da descriminalização de uma conduta e a consequente supressão da figura criminosa do ordenamento jurídico, seguindo o princípio de que a lei penal retroage quando for mais benéfica ao réu.

Assim, a alternativa está incorreta ao afirmar que não pode ser buscada a extinção da punibilidade de Jorge em razão de a sentença haver sido transitada em julgado.

A abolitio criminis está prevista como causa de extinção da punibilidade no art. 107, III do CP:

> Art. 107 - Extingue-se a punibilidade:
> (...)
> III - pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso;

No entanto, o art. 2º esclarece que, com a abolitio criminis, são extintos os efeitos penais da sentença condenatória. Os efeitos extrapenais (arts. 91 e 92) subsistem, assim, a obrigação de indenizar o dano causado permanece.

Nesse sentido, o jurista Paulo Queiroz esclarece:

> Cumpre notar que a expressão descriminalizar (= abolir o crime), como o indica o étimo da palavra, significa retirar de certa conduta o caráter de criminoso, mas não o caráter de ilicitude, já que o direito penal não constitui o ilícito (caráter subsidiário); logo, não pode, pela mesma razão, desconstituí-lo. Por isso que, embora não subsistindo quaisquer dos efeitos penais (v.g. reincidência), persistem todas as consequências não penais (civil, administrativo) do fato, como a obrigação civil de reparar o dano, que independe do direito penal.

B) Errado

Como visto, a abolitio criminis faz cessar apenas os efeitos penais da condenação. Sendo assim, os efeitos extrapenais subsistem.

C) Correto

Está de acordo com o art. 2º do Código Penal.

D) Errado

Como visto no art. 2º do Código Penal, é admitido que a lei penal retroaja para beneficiar o réu.

Gabarito: Letra C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina

Questão 62

Pretendendo causar unicamente um crime de dano em determinado estabelecimento comercial, após discussão com o gerente do local, Bruno, influenciado pela ingestão de bebida alcoólica, arremessa uma grande pedra em direção às janelas do estabelecimento. Todavia, sua conduta imprudente fez com que a pedra acertasse a cabeça de Vitor, que estava jantando no local com sua esposa, causando sua morte. Por outro lado, a janela do estabelecimento não foi atingida, permanecendo intacta.

Preocupado com as consequências de seus atos, após indiciamento realizado pela autoridade policial, Bruno procura seu advogado para esclarecimentos.

Considerando a ocorrência do resultado diverso do pretendido pelo agente, o advogado deve esclarecer que Bruno tecnicamente será responsabilizado pela(s) seguinte(s) prática(s) criminosa(s):

A) homicídio culposo e tentativa de dano, em concurso material.
B) homicídio culposo, apenas.
C) homicídio culposo e tentativa de dano, em concurso formal.
D) homicídio doloso, apenas.

Comentário:

A) Errado

De acordo com o art. 74 do Código Penal:

Art. 74 - Fora dos casos do artigo anterior, quando, por acidente ou erro na execução do crime, sobrevém resultado diverso do pretendido, o agente responde por culpa, se o fato é previsto como crime culposo; se ocorre também o resultado pretendido, aplica-se a regra do art. 70 deste Código.

Esse artigo trata da aberratio criminis ou resultado diverso do pretendido. Nesse caso, há um desvio do crime que o agente tinha a intenção de cometer. Como afirma o texto legal, o resultado diverso do pretendido deverá ser respondido a título de culpa e, apenas se ocorrer também o resultado pretendido, deverá ser aplicado o concurso formal de delitos (art. 70 do CP):

> Art. 70 - Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, consoante o disposto no artigo anterior.

No caso apresentado, houve o resultado diverso do pretendido (homicídio) e não ocorreu o resultado pretendido (dano), sendo assim, o agente deverá responder apenas pelo homicídio culposo.

B) Correto

A alternativa está de acordo com a previsão do art. 74º do Código Penal.

C) Errado

No caso apresentado, não ocorreu o resultado pretendido (hipótese que acarretaria o concurso formal), sendo assim, o agente responderá apenas pelo resultado diverso do pretendido à título de culpa.

D) Errado

Como visto no art. 74º do CP, no caso da abolitio criminis, o agente responde pelo resultado diverso do pretendido à título de culpa.

Gabarito: Letra B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca, Doutrina

Questão 63

Cadu, com o objetivo de matar toda uma família de inimigos, pratica, durante cinco dias consecutivos, crimes de homicídio doloso, cada dia causando a morte de cada um dos cinco integrantes da família, sempre com o mesmo modus operandi e no mesmo local. Os fatos, porém, foram descobertos, e o autor, denunciado pelos cinco crimes de homicídio, em concurso material.

Com base nas informações expostas e nas previsões do Código Penal, provada a autoria delitiva em relação a todos os delitos, o advogado de Cadu

A) não poderá buscar o reconhecimento da continuidade delitiva, tendo em vista que os crimes foram praticados com violência à pessoa, somente cabendo reconhecimento do concurso material.
B) não poderá buscar o reconhecimento de continuidade delitiva, tendo em vista que os crimes foram praticados com violência à pessoa, podendo, porém, o advogado pleitear o reconhecimento do concurso formal de delitos.
C) poderá buscar o reconhecimento da continuidade delitiva, mesmo sendo o delito praticado com violência contra a pessoa, cabendo, apenas, aplicação da regra de exasperação da pena de 1/6 a 2/3.
D) poderá buscar o reconhecimento da continuidade delitiva, mas, diante da violência contra a pessoa e da diversidade de vítimas, a pena mais grave poderá ser aumentada em até o triplo.

Comentário:

A) Errado

A questão trata da figura do crime continuado, previsto no art. 71 do Código Penal:

> Art. 71 - Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, **pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes**, devem os subseqüentes ser havidos como **continuação do primeiro**, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

> Parágrafo único - Nos **crimes dolosos**, contra vítimas diferentes, cometidos com **violência ou grave ameaça à pessoa**, poderá o juiz, considerando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas**, até o triplo**, observadas as regras do parágrafo único do art. 70 e do art. 75 deste Código.

A continuidade delitiva pode ser buscada nesse caso, uma vez que o modus operandi do agente (condições de tempo, lugar e maneira de execução) foi descrito no enunciado como o mesmo para os crimes cometidos. Nesse caso, de acordo com a previsão do parágrafo único do art. 71, uma vez que houve violência ou grave ameaça à pessoa, a pena pode ser aumentada até o triplo.

B) Errado

O concurso formal de delitos (art. 70 do CP) ocorre quando o agente, por meio de uma conduta, pratica dois ou mais crimes. Por sua vez, tanto no concurso material (art. 69) quanto no crime continuado (art. 71) o agente, por meio de mais de uma conduta, pratica dois ou mais crimes. A diferença é que no crime continuado ocorrem crimes da mesma espécie cometidos com o mesmo modus operandi. Assim, ao passo que no concurso material a pena dos crimes cometido e somada, no crime continuado aplica-se a pena de apenas um crime, majorada.

É a hipótese do crime continuado previsto no parágrafo único do art. 71 que deve ser pleiteada pelo advogado.

C) Errado

Como visto no parágrafo único do art. 71 do CP, no caso de crime continuado doloso, cometido contra pessoas distintas com o uso de violência ou grave ameaça, cabe o aumento de pena até o triplo.

D) Correto

Está de acordo com a previsão do art. 71, parágrafo único do Código Penal.

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca



DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 64

Durante as investigações de um crime de associação criminosa (Art. 288 do CP), a autoridade policial representa pela decretação da prisão temporária do indiciado Jorge, tendo em vista que a medida seria imprescindível para a continuidade das investigações.

Os autos são encaminhados ao Ministério Público, que se manifesta favoravelmente à representação da autoridade policial, mas deixa de requerer expressamente, por conta própria, a decretação da prisão temporária. Por sua vez, o magistrado, ao receber o procedimento, decretou a prisão temporária pelo prazo de 10 dias, ressaltando que a lei admite a prorrogação do prazo de 05 dias por igual período. Fez o magistrado constar, ainda, que Jorge não poderia permanecer acautelado junto com outros detentos que estavam presos em razão de preventivas decretadas.

Considerando apenas as informações narradas, o advogado de Jorge, ao ser constituído, deverá alegar que

A) o prazo fixado para a prisão temporária de Jorge é ilegal.
B) a decisão do magistrado de determinar que Jorge ficasse separado dos demais detentos é ilegal.
C) a prisão temporária decretada é ilegal, tendo em vista que a associação criminosa não está prevista no rol dos crimes hediondos e nem naquele que admite a decretação dessa espécie de prisão.

D) a decretação da prisão foi ilegal, pelo fato de ter sido decretada de ofício, já que não houve requerimento do Ministério Público.

Comentário:

A) Correto

A prisão temporária, juntamente com a prisão preventiva e a prisão em flagrante, é uma espécie de prisão cautelar, ou seja, que ocorre no curso das investigações criminais ou do processo. A prisão temporária ocorre quando:

> Art. 1° Caberá prisão temporária:
>
> I - quando imprescindível para as investigações do inquérito policial;
>
> II - quando o indicado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade;
>
> III - quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes:
>
> (...)
>
> **l) quadrilha ou bando (art. 288),** todos do Código Penal;

Como o delito cometido pelo agente foi o de associação criminosa, cuja antiga denominação era a de quadrilha ou bando, coube a prisão temporária nesse caso.

No entanto, o art. 2º dessa lei prevê que:

> Art. 2° A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

Assim como o juiz "decretou a prisão temporária pelo prazo de 10 dias", esse prazo é ilegal. O prazo deve ser decretado em 5 dias e apenas em caso de extrema necessidade poderá vir a ser prorrogado por mais 5 dias, mas ele não pode ser decretado primeiramente por 10 dias.

B) Errado

O art. 3º da lei 7.960/89 determina: "Art. 3° Os presos temporários deverão permanecer, obrigatoriamente, separados dos demais detentos. "

Sendo assim, a determinação do juiz foi acertada ao determinar a separação de Jorge dos outros detentos.

C) Errado

Como visto no inciso III, l do art. 1º da Lei 7.690/89, o crime de associação criminosa está previsto no rol de crimes que admitem a decretação de prisão temporária.

D) Errado

De acordo com o art. 2º da Lei 7.960, o juiz deverá decretar a prisão temporária "em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público", sendo assim, tanto um quanto outro podem suscitar a atuação do juiz. No caso apresentado, houve representação da autoridade policial, então a decretação realizada foi acertada no que se refere a essa circunstância.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 65

Maria recebe ligação de duas delegacias diferentes, informando a prisão em flagrante de seus dois filhos. Após contatar seu advogado, Maria foi informada de que Caio, seu filho mais velho, praticou, em Niterói, um crime de lesão corporal grave consumado, mas somente veio a ser preso no Rio de Janeiro. Soube, ainda, que Bruno, seu filho mais novo, foi preso por praticar um crime de roubo simples (pena: 04 a 10 anos de reclusão e multa) em Niterói e um crime de extorsão majorada (pena: 04 a 10 anos de reclusão, aumentada de 1/3 a 1/2, e multa) em São Gonçalo, sendo certo que a prova do roubo influenciaria na prova da extorsão, já que o carro subtraído no roubo foi utilizado quando da prática do segundo delito.

Considerando apenas as informações constantes do enunciado, o advogado de Maria deverá esclarecer que o(s) juízo(s) competente(s) para julgar Caio e Bruno será(ão),

A) Niterói, nos dois casos, sendo que, entre os crimes de roubo e extorsão, há, de acordo com o Código de Processo Penal, continência.
B) Niterói, nos dois casos, sendo que, entre os crimes de roubo e extorsão, há, de acordo com o Código de Processo Penal, conexão.
C) Rio de Janeiro e São Gonçalo, respectivamente, sendo que, entre os crimes de roubo e extorsão, há, de acordo com o Código de Processo Penal, continência.
D) Niterói e São Gonçalo, respectivamente, sendo que, entre os crimes de roubo e extorsão, há, de acordo com o Código de Processo Penal, conexão.

Comentário:

A) Errado

Primeiramente, em relação ao delito cometido por Caio, tem-se a regra geral de competência territorial, prevista no art. 70 do Código de Processo Penal:

> Art. 70. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

Sendo assim, apesar de a prisão ter ocorrido no Rio de Janeiro, o resultado (consumação) da infração deu-se em Niterói, assim, o juízo competente para o julgamento de Caio é Niterói.

Já em relação aos delitos cometidos por Bruno, apesar do roubo e da extorsão majorada terem ocorrido em locais diferentes (Niterói e São Gonçalo, respectivamente), o enunciado indica que "a prova do roubo influenciaria na prova da extorsão", havendo um elo entre as condutas. Nesse caso, então, se aplica a regra do art. 76, III:

> Art. 76. A competência será determinada pela conexão:
> III - quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

Trata-se da conexão probatória, na qual ambos os delitos devem ser julgados pelo mesmo juízo para que não haja decisões conflitantes.

Para determinar qual dos juízos (de Niterói ou São Gonçalo) será competente, esclarece o art. 78, II, a:

> Art. 78. Na determinação da competência por conexão ou continência, serão observadas as seguintes regras:
> (...)
> II - no concurso de jurisdições da mesma categoria:
> a) preponderará a do lugar da infração, à qual for cominada a **pena mais grave;**

Apesar da pena base de ambos os delitos ser a mesma (de 4 a 10 anos), o enunciado aponta que a extorsão é mais gravosa, em face do aumento de pena de 1/3 a 1/2. Sendo assim, como o delito de extorsão majorada deu-se em São Gonçalo, esse será o foro competente para julgar os dois delitos, em face da conexão probatória entre ambos explicitada no enunciado.

B) Errado

Como visto, o delito de Caio deverá ser julgado em Niterói, em face da regra geral do art. 70 do CPP ao passo de que o de Bruno deverá ser julgado em São Gonçalo, em face da conexão probatória (art. 76, III) existente entre os dois crimes praticados por Bruno. A alternativa indica esse instituto como se houvesse conexão entre os delitos de Caio e Bruno, o que não é indicado pelo caso prático apresentado.

C) Errado

Como visto, o delito de Caio deverá ser julgado em Niterói, em face da regra geral do art. 70 do CPP ao passo de que o de Bruno deverá ser julgado em São Gonçalo, em face da conexão probatória (art. 76, III) existente entre os dois crimes praticados por Bruno.

D) Correto

A alternativa está em consonância com a legislação processual penal.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 66

Maicon, na condução de veículo automotor, causou lesão corporal de natureza leve em Marta, desconhecida que dirigia outro automóvel, que inicialmente disse ter interesse em representar em face do autor dos fatos, diante da prática do crime do Art. 303, caput, do Código de Trânsito Brasileiro.

Em audiência preliminar, com a presença de Maicon e Marta acompanhados por seus advogados e pelo Ministério Público, houve composição dos danos civis, reduzida a termo e homologada pelo juiz em sentença. No dia seguinte, Marta se arrepende, procura seu advogado e afirma não ter interesse na execução do acordo celebrado. Considerando apenas as informações narradas, o advogado de Marta deverá

A) interpor recurso de apelação da sentença que homologou a composição dos danos civis.
B) esclarecer que o acordo homologado acarretou renúncia ao direito de representação.
C) interpor recurso em sentido estrito da sentença que homologou composição dos danos civis.
D) esclarecer que, sendo crime de ação penal de natureza pública, não caberia composição dos danos civis, mas sim transação penal, de modo que a sentença é nula.

Comentário:

A) Errado

De acordo com o art. 291, caput do Código de Trânsito Brasileiro:

> Art. 291. Aos crimes cometidos na direção de veículos automotores, previstos neste Código, aplicam-se as normas gerais do Código Penal e do Código de Processo Penal, se este Capítulo não dispuser de modo diverso, bem como a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, no que couber.

Assim, tem-se que o delito do art. 303, caput desse Código ("Praticar lesão corporal culposa na direção de veículo automotor") é, de acordo com o art. 88 da lei 9.099/95, de ação penal pública condicionada à representação:

> Art. 88. Além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.

No caso apresentado no enunciado, tem-se a figura do acordo de composição de danos, regulado pelo art. 74 da lei 9.099/95:

> Art. 74. A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.
>
> Parágrafo único. Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

Sendo assim, tem-se que o acordo de composição de danos, quando homologado pelo juiz, acarreta renúncia ao direito de queixa (nas ações penais privadas) e de representação (nas ações penais públicas condicionadas à representação).

Assim, nesse caso, não cabe ao advogado interpor recurso de apelação da sentença que homologou a composição dos danos civis, mas esclarecer que o acordo homologado acarretou renúncia ao direito de representação.

B) Correto

De conformidade com ordenamento jurídico brasileiro.

C) Errado

Não cabe interposição de recurso em sentido estrito da sentença que homologou composição dos danos civis no juizado especial.

D) Errado

A composição é possível, como previsto no art. 74 da Lei 9.099/95.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 67

Caio vinha sendo investigado pela prática de crime de organização criminosa. Durante os atos de investigação, agentes da Polícia Civil descobriram que ele realizaria ação no exercício da atividade criminosa da organização que deixaria clara a situação de flagrante e permitiria a obtenção de provas. Todavia, a investigação também indicava que nos dias seguintes outros atos do grupo criminoso seriam praticados por Caio, o que permitiria a identificação de outros envolvidos na organização. Diante disso, a autoridade policial determina diretamente e em sigilo que ocorra ação controlada, comunicando apenas ao Ministério Público, retardando a intervenção policial para que a medida se concretizasse de forma mais eficaz à formação da prova e obtenção de informações.

Considerando apenas as informações narradas, o advogado de Caio poderá buscar a invalidade da chamada "ação controlada", porque

A) não foi deferido acesso aos autos, antes do encerramento da diligência, à defesa técnica, mas tão só ao Ministério Público e ao delegado.
B) não é instrumento previsto na Lei de Organização Criminosa, diferente da infiltração de agentes, devidamente disciplinada no diploma legal.
C) não houve prévia comunicação ao juiz competente, que nos termos da lei, poderia, inclusive, estabelecer os limites do ato.
D) não poderia haver retardo na realização da prisão em flagrante, sob pena de não mais ser admitida medida cautelar restritiva de liberdade, apesar de ser possível o retardo na formação e obtenção das provas.

Comentário:

A) Errado

A questão trata da ação controlada, prevista no art. 8º da Lei 12.850 de 2013 que é um meio de investigação em que a autoridade policial ou administrativa não realiza uma prisão em flagrante pois, através de um monitoramento, descobriu que seria mais oportuno realiza-la em outro momento, sendo possível, realizando-a no futuro, identificar outros membros da organização criminosa:

> Art. 8º Consiste a ação controlada em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa ou a ela vinculada, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações.
>
> § 1º O retardamento da intervenção policial ou administrativa será previamente comunicado ao juiz competente que, se for o caso, estabelecerá os seus limites e comunicará ao Ministério Público.

De acordo com o §1º desse artigo, caberá a prévia comunicação ao juiz da ação controlada, no entanto, diferentemente do instituto previsto na Lei de Drogas, no caso da Lei de Organizações Criminosas, não é necessária prévia autorização da autoridade policial para o retardamento da prisão em flagrante, uma vez que a demora para obter essa autorização poderia inviabilizar a ação controlada.

No caso da alternativa apontada, o não deferimento do acesso aos autos, antes do encerramento da diligência, à defesa técnica não incita a invalidade desse instituto, uma vez que o advogado só tem direito a ter acesso aquilo já documentado. No caso em tela, a diligência já estava em curso, então não caberia essa medida.

B) Errado

Como visto, o instituto está previsto no art. 8º da Lei 12.850, sendo, assim como a infiltração de agentes, um instituto previsto na legislação. Uma diferencia-se da outra pois, enquanto na ação controlada não é necessária prévia autorização da autoridade judicial, apenas sua comunicação, havendo retardamento da prisão em flagrante para um momento mais oportuno, não infiltração de agentes é necessária prévia autorização da autoridade judicial, havendo infiltração de um agente para auxiliar nas investigações.

C) Correto

Está de acordo com o §1º do art. 8º da Lei 12.830, de 2013.

D) Errado

Está em desacordo com o instituto da ação controlada, previsto no art. 8º da Lei 12.830.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina.

Questão 68

Um Delegado de Polícia, ao tomar conhecimento de um suposto crime de ação penal pública incondicionada, determina, de ofício, a instauração de inquérito policial. Após adotar diligência, verifica que, na realidade, a conduta investigada era atípica.

O indiciado, então, pretende o arquivamento do inquérito e procura seu advogado para esclarecimentos, informando que deseja que o inquérito seja imediatamente arquivado. Considerando as informações narradas, o advogado deverá esclarecer que a autoridade policial

A) deverá arquivar imediatamente o inquérito, fazendo a decisão de arquivamento por atipicidade coisa julgada material.
B) não poderá arquivar imediatamente o inquérito, mas deverá encaminhar relatório final ao Poder Judiciário para arquivamento direto e imediato por parte do magistrado.
C) deverá elaborar relatório final de inquérito e, após o arquivamento, poderá proceder a novos atos de investigação, independentemente da existência de provas novas.
D) poderá elaborar relatório conclusivo, mas a promoção de arquivamento caberá ao Ministério Público, havendo coisa julgada em caso de homologação do arquivamento por atipicidade.

Comentário:

A) Errado

De conformidade com o art. 17 do Código de Processo Penal: "Art. 17. A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito. "

Sendo assim, a alternativa está incorreta ao afirmar que a autoridade policial deverá realizar imediatamente o arquivamento do inquérito

Além disso, a decisão de arquivamento caberá, de acordo com o princípio da indisponibilidade do inquérito, por determinação da autoridade judiciária após promoção do Ministério Público nesse sentido. Por esse motivo, a segunda afirmativa da alternativa também está incorreta.

No entanto, apesar de a autoridade policial não poder fazer a decisão de arquivamento, de acordo com o entendimento jurisprudencial, é certo que, no caso do arquivamento ter ocorrido em razão da atipicidade do fato, ele faz coisa julgada material e é impedido o desarquivamento:

> HC 80.560 Inquérito policial: arquivamento com base na atipicidade do fato:eficácia de coisa julgada material. **A decisão que determina o arquivamento do inquérito policial, quando fundado o pedido do Ministério Público em que o fato nele apurado não constitui crime, mais que preclusão, produz coisa julgada material**, que - ainda quando emanada a decisão de juiz absolutamente incompetente -, impede a instauração de processo que tenha por objeto o mesmo episódio.

Sendo assim, caberia a decisão judicial calcada no parecer do Ministério Público que determinasse coisa julgada material.

B) Errado

A primeira assertiva está correta "não poderá arquivar imediatamente o inquérito" em razão do art. 17 do CPP. No entanto, a segunda está incorreta, uma vez que o juiz não pode realizar de ofício o arquivamento do inquérito policial. Deve haver uma promoção do Ministério Público, por meio do parecer ministerial, para que ela possa ser decretada.

C) Errado

De acordo com o art. 18 do Código de Processo Penal:

> Art. 18. Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.

Nesse caso, tem-se que, em caso de arquivamento por insuficiência probatória, é possível o desarquivamento apenas se surgirem novas provas do caso. No entanto, a jurisprudência determina que essa hipótese não aplica-se ao caso de arquivamento em razão da atipicidade do fato, uma vez que ela faz coisa julgada material (HC 80.560).

D) Correto

Está de acordo com a legislação e a jurisprudência processual penal.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

Questão 69

Pablo e Leonardo foram condenados, em primeira instância, pela prática do crime de furto qualificado, à pena de 02 anos e 06 meses de reclusão e 12 dias-multa, por fatos que teriam ocorrido quando Pablo tinha 18 anos e Leonardo, 21 anos. A pena-base foi aumentada, não sendo reconhecidas atenuantes ou agravantes nem causas de aumento ou diminuição.

Intimados da sentença, o promotor e o advogado de Leonardo não tiveram interesse em apresentar recurso, mas o advogado de Pablo apresentou recurso de apelação. Por ocasião do julgamento do recurso, entenderam os desembargadores por reconhecer que

o crime restou tentado, bem como que deveria ser aplicada a atenuante da menoridade relativa a Pablo.

Com base nas informações expostas, os efeitos da decisão do Tribunal

A) não poderão ser estendidos a Leonardo, tendo em vista que houve trânsito em julgado da sua condenação.
B) poderão ser integralmente estendidos a Leonardo, aplicando-se a atenuante e a causa de diminuição de pena da tentativa.
C) poderão ser parcialmente estendidos a Leonardo, aplicando-se a causa de diminuição de pena da tentativa, mas não a atenuante.
D) não poderão ser estendidos a Leonardo, pois, ainda que sem trânsito em julgado, em recurso exclusivo de Pablo não poderia haver reformatio in mellius para o corréu.

Comentário:

A) Errado

De acordo com o art. 580 do Código de Processo Penal:

> Art. 580. No caso de concurso de agentes (Código Penal, art. 25), a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.

No caso apresentado, em relação à interposição do recurso pelo advogado de Pablo, tem-se que em relação à questão da forma tentada, tem-se um aspecto objetivo relacionado ao fato, sendo assim, de acordo com o artigo supracitado, deverá se estender ao corréu que não recorreu.

Por outro lado, a atenuante da menoridade é uma questão subjetiva e pessoal, e, por esse motivo, não poderá se estender ao corréu.

Assim, tem-se que o recurso de deverá se estendido de forma parcial a Leonardo, aplicando-se a causa de diminuição de pena da tentativa, mas não a atenuante.

B) Errado

Como visto, a atenuante da menoridade é uma questão subjetiva e pessoal, e, por esse motivo, não poderá se estender ao corréu que não recorreu.

C) Correto

Está de acordo com o art. 580 do Código de Processo Penal.

D) Errado

Como visto, a questão objetiva da forma tentada poderá ser estendida ao corréu que não recorreu, de acordo com o art. 580 do CPP.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

DIREITO DO TRABALHO

Questão 70

Jorge era caixa bancário e trabalhava para o Banco Múltiplo S/A. Recebia salário fixo de R$ 4.000,00 mensais. Além disso, recebia comissão de 3% sobre cada seguro de carro, vida e previdência oferecido e aceito pelos clientes do Banco, o que fazia concomitantemente com suas atividades de caixa, computando-se o desempenho para suas metas e da agência. Os produtos em referência não eram do banco, mas, sim, da Seguradora Múltiplo S/A, empresa do mesmo grupo econômico do empregador de Jorge.

Diante disso, observando o entendimento jurisprudencial consolidado do TST, bem como as disposições da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Os valores recebidos a título de comissão não devem integrar a remuneração de Jorge, por se tratar de liberalidade.

B) Os valores recebidos a título de comissão não devem integrar a remuneração de Jorge, porque relacionados a produtos de terceiros.

C) Os valores recebidos a título de comissão devem integrar a remuneração de Jorge.

D) Os valores recebidos a título de comissão não devem integrar a remuneração de Jorge, uma vez que ocorreram dentro do horário normal de trabalho, para o qual Jorge já é remunerado pelo banco.

Comentário:

CLT

Art. 457 - Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber.

§ 1º Integram o salário a importância fixa estipulada, as gratificações legais e as comissões pagas pelo empregador.

A) Errado

Como podemos observar no art. 457 §1º da CLT, a remuneração também é composta pelos valores pagos a título de comissão.

B) Errado

Segue o mesmo raciocínio da alternativa A.

C) Correto

Seguindo o que estipula o art. 457 §1º da CLT, a comissão integra a remuneração de Jorge.

D) Errado

Segue o mesmo raciocínio da alternativa A.

Gabarito: Alternativa C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 71

Paulo é policial militar da ativa da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Como policial militar, trabalha em regime de escala 24h x 72h.Nos dias em que não tem plantão no quartel, atua como segurança em uma joalheria de um shopping center, onde tem que trabalhar três dias por semana, não pode se fazer substituir por ninguém, recebe remuneração fixa mensal e tem que cumprir uma rotina de 8 horas a cada dia laborado. Os comandos do trabalho lhe são repassados pelo gerente-geral da loja, sendo que ainda ajuda nas arrumações de estoque, na conferência de mercadorias e em algumas outras funções internas. Paulo não teve a CTPS anotada pela joalheria.

Diante dessa situação, à luz das normas da CLT e da jurisprudência consolidada do TST, assinale a afirmativa correta.

A) Estão preenchidos os requisitos da relação de emprego, razão pela qual Paulo tem vínculo empregatício com a joalheria, independentemente do fato de ser policial militar da ativa, e de sofrer eventual punição disciplinar administrativa prevista no estatuto do Policial Militar.

B) Estão preenchidos os requisitos da relação de emprego, mas Paulo não poderá ter vínculo empregatício com a joalheria, em razão da punição disciplinar administrativa prevista no estatuto do Policial Militar.

C) Não estão presentes os requisitos da relação de emprego, uma vez que Paulo poderá ser requisitado pela Brigada Militar e não poderá trabalhar nesse dia para a joalheria.

D) Estão preenchidos os requisitos da relação de emprego, sendo indiferente à relação de emprego uma eventual punição disciplinar administrativa prevista no estatuto do Policial Militar, mas Paulo não pode ter vínculo empregatício com a joalheria tendo em vista que a função pública exige dedicação exclusiva.

Comentários:

CLT

Art. 3º - Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Parágrafo único - Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.

TST

Súmula 386: Preenchidos os requisitos do art. 3º da CLT, é legítimo o reconhecimento de relação de emprego entre policial militar e empresa privada, independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar.

A) Correto

Paulo preenche todos os requisitos para configuração da relação de emprego, e pode estabelecer o vínculo empregatício com a joalheria independente de possíveis punições administrativas.

B) Errado

Paulo preenche os requisitos da relação de emprego, e poderá firmar vínculo empregatício independente de possíveis punições administrativas que venha a sofrer, nos termos da súmula 386 do TST.

C) Errado

No caso de Paulo estão presentes os requisitos para caracterizar a relação de emprego, como exposto no art. 3º da CLT.

D) Errado

Nos termos da súmula 386 do TST, apesar da função de Policial Militar, Paulo pode sim estabelecer vínculo empregatício com a joalheria.

Gabarito: Letra A

Fonte de conhecimento jurídico: Jurisprudência e Lei Seca.

Questão 72

Considerando a grave crise financeira que o país atravessa, a fim de evitar a dispensa de alguns funcionários, a metalúrgica Multiforte Ltda. pretende suspender sua produção por um mês. O Sindicato dos Empregados da indústria metalúrgica contratou você para, como advogado, buscar a solução para o caso.

Segundo o texto da CLT, assinale a opção que apresenta a solução de acordo mais favorável aos interesses dos empregados.

A) Implementar a suspensão dos contratos de trabalho dos empregados por 30 dias, por meio de acordo individual de trabalho.

B) Conceder férias coletivas de 30 dias.

C) Promover o lockout.

D) Implementar a suspensão dos contratos de trabalho dos empregados por 30 dias, por meio de acordo coletivo de trabalho.

Comentários:

CLT

Art. 139 - Poderão ser concedidas férias coletivas a todos os empregados de uma empresa ou de determinados estabelecimentos ou setores da empresa.

§ 1º - As férias poderão ser gozadas em 2 (dois) períodos anuais desde que nenhum deles seja inferior a 10 (dez) dias corridos.

§ 2º - Para os fins previstos neste artigo, o empregador comunicará ao órgão local do Ministério do Trabalho, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias, as datas de início e fim das férias, precisando quais os estabelecimentos ou setores abrangidos pela medida.

§ 3º - Em igual prazo, o empregador enviará cópia da aludida comunicação aos sindicatos representativos da respectiva categoria profissional, e providenciará a afixação de aviso nos locais de trabalho.

Art. 476-A. O contrato de trabalho poderá ser suspenso, por um período de dois a cinco meses, para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, com duração equivalente à suspensão contratual, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado, observado o disposto no art. 471 desta Consolidação.

LEI 7783/89

Art. 17. Fica vedada a paralisação das atividades, por iniciativa do empregador, com o objetivo de frustrar negociação ou dificultar o atendimento de reivindicações dos respectivos empregados (lockout).

Parágrafo único. A prática referida no caput assegura aos trabalhadores o direito à percepção dos salários durante o período de paralisação.

A) Errado

A questão indica que o candidato deve optar pela opção mais benéfica para os empregados. Na suspenção, são suspensos os salários dos empregados, situação que não é favorável aos mesmos.

B) Correto

O art. 139 da CLT possibilita a concessão de férias coletivas, caso em que a empresa pode conceder férias a um setor ou a empresa inteira, sem suspender o pagamento dos salários, hipótese que se mostra bem mais vantajosa aos empregados.

C) Errado

Nos termos do art. 17 da Lei 7783/89, o ordenamento jurídico brasileiro não permite o lockout, situação configurada como greve do empregador.

D) Errado

Mais uma vez sugerida a suspenção dos contratos de trabalho, hipótese pouco favorável aos empregados.

Gabarito: Alternativa B.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 73

Felisberto foi contratado como técnico pela sociedade empresária Montagens Rápidas Ltda., em janeiro de 2018, recebendo salário correspondente ao mínimo legal. Ele não está muito satisfeito, mas espera, no futuro, galgar degraus dentro da empresa. O empregado em questão trabalha na seguinte jornada: de segunda a sexta-feira, das 10h às 19h48min com intervalo de uma hora para refeição, tendo assinado acordo particular por ocasião da admissão para não trabalhar aos sábados e trabalhar mais 48 minutos de segunda a sexta-feira.

Com base na situação retratada e na Lei, considerando que a norma coletiva da categoria de Felisberto é silente a respeito, assinale a afirmativa correta.

A) Há direito ao pagamento de horas extras, porque a compensação de horas teria de ser feita por acordo coletivo ou convenção coletiva, não se admitindo acordo particular para tal fim.

B) Não existe direito ao pagamento de sobrejornada, porque as partes podem estipular qualquer quantidade de jornada, independentemente de limites.

C) A Lei é omissa a respeito da forma pela qual a compensação de horas deva ser realizada, razão pela qual caberá ao juiz, valendo-se de bom senso e razoabilidade, julgar por equidade.

D) A situação não gera direito a horas extras, porque é possível estipular compensação semanal de horas, inclusive por acordo particular, como foi o caso.

Comentários:

CLT

Art. 59. A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

§ 1º A remuneração da hora extra será, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal.

§ 2º Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

(...)

A) Errado

Ele não tem direito a horas extras, visto que a compensação de jornada ocorre dentro da própria semana, e não excede as 44 horas estabelecidas pela CLT.

B) Errado

As partes não podem estipular jornadas que excedam em 2 horas o horário de trabalho convencional.

C) Errado

O art. 59 da CLT, regulamenta as questões da jornada extra de trabalho, sendo assim a lei não é omissa.

D) Correto

Nos termos do art. 59 da CLT, é possível sim estipular compensação semanal de horas, inclusive através de acordo particular, como no caso em tela.

Gabarito: Alternativa D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 74

Em 2018, um sindicato de empregados acertou, em acordo coletivo com uma sociedade empresária, a redução geral dos salários de seus empregados em 15% durante 1 ano.

Nesse caso, conforme dispõe a CLT,

A) uma contrapartida de qualquer natureza será obrigatória e deverá ser acertada com a sociedade empresária.

B) a contrapartida será a garantia no emprego a todos os empregados envolvidos durante a vigência do acordo coletivo.

C) a existência de alguma vantagem para os trabalhadores para validar o acordo coletivo será desnecessária.

D) a norma em questão será nula, porque a redução geral de salário somente pode ser acertada por convenção coletiva de trabalho.

Comentários:

CLT

Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre:

(...)

§ 1º No exame da convenção coletiva ou do acordo coletivo de trabalho, a Justiça do Trabalho observará o disposto no § 3º do art. 8º desta Consolidação

§ 2º A inexistência de expressa indicação de contrapartidas recíprocas em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho não ensejará sua nulidade por não caracterizar um vício do negócio jurídico.

A) Errado

Como exposto no §2º do art. 611-A da CLT, mesmo com a inexistência de contrapartidas recíprocas, tal situação não ensejará a nulidade do acordo por não caracterizar um vício do negócio jurídico.

B) Correto

A garantia do emprego aos empregados envolvidos no acordo coletivo é uma contrapartida obrigatória durante a vigência do acordo coletivo.

C) Errado

Como vantagem aos trabalhadores é obrigatório durante a vigência do acordo, que sejam suspensas todas as demissões sem justa causa, como compensação pela redução do salário.

D) Errado

Reforçando, que mesmo não havendo nenhuma contrapartida por parte do empregador, tal situação não anula o acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Gabarito: Alternativa B.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 75

Lucas trabalhava em uma empresa estatal, cuja norma interna regulamentar previa a necessidade de sindicância administrativa para apuração de falta e aplicação de suspensão. Após quatro anos de contrato sem qualquer intercorrência, em determinada semana, Lucas faltou sem qualquer comunicação ou justificativa por dois dias consecutivos. Diante disso, logo após o seu retorno ao trabalho, seu superior hierárquico aplicou a pena de suspensão por três dias.

Na qualidade de advogado de Lucas, que tem interesse em manter o emprego, você deverá requerer

A) a rescisão indireta do contrato por punição excessiva.

B) a nulidade da punição, pois não foi observada a norma regulamentar da empresa.

C) a conversão da suspensão em advertência.

D) a ausência de nexo de causalidade e o decurso de tempo entre a punição e a falta.

Comentários:

TST

Súmula 77: Nula é a punição de empregado se não precedida de inquérito ou sindicância internos a que se obrigou a empresa, por norma regulamentar.

A) Errado

Não deve ser alegada rescisão indireta, visto que a punição recebida pelo empregado não foi severa demais.

B) Correto

A norma regulamentar da empresa previa que para aplicação da suspenção era necessária a realização de sindicância administrativa, visto que tal requisito não foi satisfeito, deve-se pleitear a nulidade da punição.

C) Errado

Ao solicitar a conversão, o advogado está aceitando a validade da suspenção, o que é incorreto visto que não foram observados os tramites administrativos para a aplicação da suspensão.

D) Errado

O nexo de causalidade existe, e o decurso do tempo não impediria a suspensão, apenas o procedimento para a aplicação da suspensão que está errado

Gabarito: Alternativa B

Fonte de conhecimento jurídico: Jurisprudência

DIREITO PENAL

Questão 76

Em sede de reclamação trabalhista, o autor forneceu o endereço da ré na inicial, para o qual foi expedida notificação citatória. Decorridos cinco dias da expedição da citação, não tendo havido qualquer comunicado ao juízo, houve a realização da audiência, à qual apenas compareceu o autor e seu advogado, o qual requereu a aplicação da revelia e confissão da sociedade empresária-ré. O juiz indagou ao advogado do autor o fundamento para o requerimento, já que não havia nenhuma referência à citação no processo, além da expedição da notificação.

Diante disso, na qualidade de advogado do autor, à luz do texto legal da CLT, assinale a opção correta.

A) Presume-se recebida a notificação 48h após ser postada, sendo o não recebimento ônus de prova do destinatário.

B) A mera ausência do réu, independentemente de citado ou não, enseja revelia e confissão.

C) Descabe o requerimento de revelia e confissão se não há confirmação no processo do recebimento da notificação citatória.

D) O recebimento da notificação é presunção absoluta; logo, são cabíveis de plano a revelia e a confissão.

Comentários:

A) Errado

A assertiva "A" é a única que se mostra correta, pois está em conformidade com entendimento dos Tribunais, mais especificamente com a súmula 16 do TST:

> **SÚMULA Nº 16 - NOTIFICAÇÃO**
> Presume-se recebida a notificação 48 (quarenta e oito) horas depois de sua postagem. O seu não-recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário.

B) Errado

Equivocada a letra "B", pois está em desacordo com a súmula 16 do TST.

C) Errado

Equivocada a letra "C", pois está em desacordo com a súmula 16 do TST.

D) Errado

Por fim, incorreta a letra "D", pois está em desacordo com a súmula 16 do TST.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Jurisprudência

Questão 77

Vando ajuizou reclamação trabalhista em desfavor da sociedade empresária Cetro Dourado Ltda., na qual trabalhou por 5 anos e 3 meses, na condição de vigia noturno. A sociedade empresária não compareceu à audiência, daí porque o pedido foi julgado procedente à sua revelia. Contudo, a sociedade empresária interpôs recurso ordinário no prazo legal e efetuou o recolhimento das custas e do depósito recursal, mas com

valor inferior ao devido (R$ 10,00 a menos nas custas e R$ 500,00 a menos no depósito recursal).

Com base na situação retratada, na lei e no entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

A) O recurso não pode ser conhecido, porque houve revelia; assim, a sociedade empresária fica juridicamente impedida de recorrer.

B) Na Justiça do Trabalho, não existe possibilidade de se sanar vício referente à diferença no preparo, motivo pelo qual o recurso será considerado deserto.

C) O juiz deverá assinalar prazo de 5 dias para que a sociedade empresária efetue o recolhimento da diferença das custas e do depósito recursal, sob pena de deserção.

D) Em tese, seria possível que a sociedade empresária recolhesse a diferença das custas, mas não há previsão jurisprudencial de prazo para complementar o depósito recursal.

Comentários:

No caso em tela o aluno irá utilizar o Código de Processo Civil subsidiariamente

A) Errado

A letra "A" deve ser eliminada, pois vai de encontro o que dispõe o Art. 1.007, do CPC.

B) Errado

Também inadequada a redação da assertiva "B", não indo de acordo o entendimento do CPC.

C) Correto

Por outro lado, correta a alternativa "C", pois plenamente conforme o artigo 1.007, §2º, do CPC:

> Art. 1.007. No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.
>
> § 2o A insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará deserção se o recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de 5 (cinco) dias.

Ademais é de grande relevância o conhecimento da OJ-SBDI1-140:

> DEPÓSITO RECURSAL E CUSTAS PROCESSUAIS. RECOLHIMENTO INSUFICIENTE. DESERÇÃO (nova redação em decorrência do CPC de 2015)
>
> Em caso de recolhimento insuficiente das custas processuais ou do depósito recursal, somente haverá deserção do recurso se, concedido o prazo de 5 (cinco) dias previsto no § 2º do art. 1.007 do CPC de 2015, o recorrente não complementar e comprovar o valor devido.

D) Errado

Por fim, equivocada a letra "D", visto entendimento do Código de Processo Civil.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca e Jurisprudência

Questão 78

Uma entidade filantrópica foi condenada em reclamação trabalhista movida por uma ex-empregada, em fevereiro de 2018. A sentença transitou em julgado e agora se encontra na fase de execução. Apresentados os cálculos e conferida vista à executada, o juiz homologou a conta apresentada pela exequente.

Em relação à pretensão da entidade de ajuizar embargos de devedor para questionar a decisão homologatória, assinale a afirmativa correta.

A) Não há necessidade de garantia do juízo, no caso apresentado, para o ajuizamento de embargos de devedor.

B) Se a executada deseja questionar os cálculos, deverá garantir o juízo com dinheiro ou bens e, então, ajuizar embargos de devedor.

C) A executada, por ser filantrópica, poderá ajuizar embargos à execução, desde que garanta a dívida em 50%.

D) A entidade filantrópica não tem finalidade lucrativa, daí por que não pode ser empregadora, de modo que a execução contra ela não se justifica, e ela poderá ajuizar embargos a qualquer momento.

Comentários:

A) Correto

Correta se faz a letra "A", pois está em consonância com o Art. 884, § 6o da CLT:

> A exigência da garantia ou penhora não se aplica às entidades filantrópicas e/ou àqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições.

B) Errado

Por outro lado, inadequada a redação da assertiva "B", pois não possui respaldo legal, conforme o artigo supramencionado.

C) Errado

Incorreta a alternativa "C", pois não possui respaldo legal, conforme o artigo supramencionado.

D) Errado

Por fim, também equivocada a letra "D", pois não possui respaldo legal, conforme o artigo supramencionado.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 79

Uma sociedade empresária ajuizou ação de consignação em pagamento em face do seu ex-empregado, com o objetivo de realizar o depósito das verbas resilitórias devidas ao trabalhador e obter quitação judicial da obrigação. No dia designado para a audiência una, a empresa não compareceu nem se justificou, estando presente o ex-empregado. Indique, de acordo com a CLT, o instituto jurídico que ocorrerá em relação ao processo.

A) Revelia.

B) Remarcação da audiência.

C) Arquivamento.

D) Confissão ficta.

Comentários:

A) Errado

A alternativa "A" está equivocada, pois, consoante o Art. 844 importa em arquivamento.

B) Errado

Igualmente inadequada a redação da assertiva "B", pois, consoante o Art. 844 importa em arquivamento.

C) Correto

Correta, por sua vez, a alternativa "C", pois plenamente condizente com o artigo 844 importa em arquivamento:

> O não-comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não-comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.

D) Errado

Por fim, equivocada a letra "D", já que, consoante o Art. 844 importa em arquivamento.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 80

Gustavo foi empregado da empresa Pizzaria Massa Deliciosa. Após a extinção do seu contrato, ocorrida em julho de 2018, as partes dialogaram e confeccionaram um termo de acordo extrajudicial, que levaram à Justiça do Trabalho para homologação. O acordo em questão foi assinado pelas partes e por um advogado, que era comum às partes.

Considerando o caso narrado, segundo os ditames da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Viável a homologação do acordo extrajudicial, porque fruto de manifestação de vontade das partes envolvidas.

B) Não será possível a homologação, porque empregado e empregador não podem ter advogado comum.

C) Impossível a pretensão, porque, na Justiça do Trabalho, não existe procedimento especial de jurisdição voluntária, mas apenas contenciosa.

D) Para a validade do acordo proposto, seria necessário que o empregado ganhasse mais de duas vezes o teto da Previdência Social.

Comentários:

A) Errado

Incorreta a letra "A", pois está em desacordo com o entendimento preconizado no artigo 855 - B da CLT.

B) Correto

Por outro lado, correta a assertiva "B", pois, está de acordo com o entendimento preconizado no artigo 855 - B da CLT.

> O processo de homologação de acordo extrajudicial terá início por petição conjunta, sendo obrigatória a representação das partes por advogado.

§ 1o As partes não poderão ser representadas por advogado comum.

C) Errado

Incorreta a alternativa "C", pois está em desacordo com o entendimento preconizado no artigo 855 - B da CLT.

D) Errado

Por fim, também equivocada a letra "D", pois está em desacordo com o entendimento preconizado no artigo 855 - B da CLT.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

XXVII EXAME DA OAB – FGV - CADERNO TIPO 1 – APLICAÇÃO EM: 18.11.2018



ESTATUTO E ÉTICA

Questão 1

Guilherme é bacharel em Direito, não inscrito na OAB como advogado. Ao se deparar com situações de ilegalidade que ameaçam a liberdade de locomoção de seus amigos César e João, e com situação de abuso de poder que ameaça direito líquido e certo de seu amigo Antônio, Guilherme, valendo-se de seus conhecimentos jurídicos, impetra *habeas corpus* em favor de César na Justiça Comum Estadual, em 1ª instância; *habeas corpus* em favor de Antônio, perante o Tribunal de Justiça, em 2ª instância; e mandado de segurança em favor de João, na Justiça Federal, em 1ª instância.

Considerando o que dispõe o Estatuto da OAB acerca da atividade da advocacia, assinale a afirmativa correta.

A) Guilherme pode impetrar *habeas corpus* em favor de César, mas não pode impetrar *habeas corpus* em favor de Antônio, nem mandado de segurança em favor de João.

B) Guilherme pode impetrar *habeas corpus* em favor de César e Antônio, mas não pode impetrar mandado de segurança em favor de João.

C) Guilherme pode impetrar habeas corpus em favor de César e Antônio, e também pode impetrar mandado de segurança em favor de João.

D) Guilherme pode impetrar mandado de segurança em favor de João, mas não pode impetrar habeas corpus em favor de César e Antônio.

Comentário:

A) Correto

Nos termos do inciso I do art. 1° da Lei n° 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB), a postulação a órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais constitui atividade privativa de advocacia. Por outro lado, o § 1° do referido artigo estabelece que "não se inclui na atividade privativa de advocacia a impetração de *habeas corpus* em qualquer instância ou tribunal". Assim, Guilherme pode impetrar *habeas corpus* em favor de César. Não o poderá fazê-lo em favor de Antônio porque o remédio adequado para a situação deste é o mandado de segurança, que configura atividade privativa da advocacia, o que justifica, ainda, não o poder fazê-lo em favor de João.

B) Errado

Guilherme pode impetrar *habeas corpus* em favor de César, mas não pode impetrar *habeas corpus* em favor de Antônio, nem mandado de segurança em favor de João, nos moldes do art. 1°, inciso I e § 1°, da Lei 8.906/94.

C) Errado

De conformidade com o disposto no art.1°, inciso I e § 1°, do art. 1° do Estatuto da Advocacia e da OAB, Guilherme pode impetrar *habeas corpus* em favor de César, mas não pode impetrar *habeas corpus* em favor de Antônio, nem mandado de segurança em favor de João.

D) Errado

A teor do inciso I e do § 1° do art. 1° da Lei 8.906/94, Guilherme pode impetrar *habeas corpus* em favor de César, mas não pode impetrar *habeas corpus* em favor de Antônio, nem mandado de segurança em favor de João.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 2

Ricardo Silva, Carlos Santos e Raul Azevedo são advogados e constituem a sociedade Silva, Santos e Azevedo Sociedade de Advogados, para exercício conjunto da profissão. A sociedade consolida-se como referência de atuação em determinado ramo do Direito. Anos depois, Carlos Santos falece e seus ex-sócios pretendem manter seu sobrenome na sociedade.

Sobre a manutenção do sobrenome de Carlos Santos na sociedade, de acordo com o Estatuto e com o Regulamento Geral da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) É permitida, desde que expressamente autorizada por seus herdeiros.

B) É vedada, pois da razão social não pode constar o nome de advogado falecido.

C) É permitida, desde que prevista tal possibilidade no ato constitutivo da sociedade ou na alteração contratual em vigor.

D) É permitida, independentemente da previsão no ato constitutivo ou na alteração contratual em vigor, ou de autorização dos herdeiros, desde que autorizada pelo Conselho da respectiva Seccional.

Comentário:

A) Errado

Nos moldes do § 1° do art. 16 da Lei 8.906/94, a manutenção do sobrenome de Carlos Santos na sociedade é permitida, desde que prevista tal possibilidade no ato constitutivo da sociedade ou na alteração contratual em vigor.

B) Errado

A manutenção do sobrenome de Carlos Santos na sociedade é permitida, desde que prevista tal possibilidade no ato constitutivo da sociedade ou na alteração contratual em vigor, a teor do art. 16, § 1°, do Estatuto da Advocacia e da OAB.

C) Correto

É o inteiro teor do § 1° do art. 16 da Lei 8.906/94, o qual dispõe que "a razão social deve ter, obrigatoriamente, o nome de, pelo menos, um advogado responsável pela sociedade, podendo permanecer o de sócio falecido, desde que prevista tal possibilidade no ato constitutivo".

D) Errado

Consoante o art. 16, § 1°, do Estatuto da Advocacia e da OAB, a manutenção do sobrenome de Carlos Santos na sociedade é permitida, desde que prevista tal possibilidade no ato constitutivo da sociedade ou na alteração contratual em vigor.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 3

O advogado Nelson celebrou, com determinado cliente, contrato de prestação de serviços profissionais de advocacia. No contrato, Nelson inseriu cláusula que dispunha sobre a forma de contratação de profissionais para serviços auxiliares relacionados a transporte e a cópias de processos. Todavia, o pacto não tratava expressamente sobre o pagamento de custas e emolumentos.

Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) O contrato celebrado viola o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, pois é vedada a referência a outras atividades diversas da atuação do advogado, como os serviços auxiliares mencionados. Por sua vez, quanto às custas e aos emolumentos, na ausência de disposição em contrário, presume-se que sejam atendidos pelo cliente.

B) O contrato celebrado viola o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, pois é vedada a referência a outras atividades diversas da atuação do advogado, como os serviços auxiliares mencionados. Por sua vez, quanto às custas e aos emolumentos, na ausência de disposição em contrário, presume-se que sejam antecipados pelo advogado.

C) O Código de Ética e Disciplina da OAB autoriza que o contrato de prestação de serviços de advocacia disponha sobre a forma de contratação de profissionais para serviços auxiliares. Por sua vez, quanto às custas e aos emolumentos, na ausência de disposição em contrário, presume-se que sejam atendidos pelo cliente.

D) O Código de Ética e Disciplina da OAB autoriza que o contrato de prestação de serviços de advocacia disponha sobre a forma de contratação de profissionais para serviços auxiliares. Por sua vez, quanto às custas e aos emolumentos, na ausência de disposição em contrário, presume-se que sejam antecipados pelo advogado.

Comentário:

A) Errado

Nos termos do art. 48, § 3°, do Código de Ética e Disciplina (CED), é possível que o contrato de prestação de serviços de advocacia disponha sobre a forma de contratação de profissionais para serviços auxiliares, bem como que, quanto às custas e aos emolumentos, na ausência de disposição em contrário, presume-se que sejam atendidos pelo cliente.

B) Errado

É possível que o contrato de prestação de serviços de advocacia disponha sobre a forma de contratação de profissionais para serviços auxiliares, bem como que, quanto às custas e aos emolumentos, na ausência de disposição em contrário, presume-se que sejam atendidos pelo cliente, de conformidade com o § 3° do art. 48 do Código de Ética e Disciplina da OAB.

C) Correto

Trata-se da exata aplicação do § 3° do art. 48 do CED, segundo o qual "o contrato de prestação de serviços poderá dispor sobre a forma de contratação de profissionais para serviços auxiliares, bem como sobre o pagamento de custas e emolumentos, os quais, na ausência de disposição em contrário, presumem-se devam ser atendidos pelo cliente. Caso o contrato preveja que o advogado antecipe tais despesas, ser-lhe-á lícito reter o respectivo valor atualizado, no ato de prestação de contas, mediante comprovação documental".

D) Errado

De acordo com o § 3° do art. 48 do Código de Ética e Disciplina (CED), é possível que o contrato de prestação de serviços de advocacia disponha sobre a forma de contratação de profissionais para serviços auxiliares, bem como que, quanto às custas e aos emolumentos, na ausência de disposição em contrário, presume-se que sejam atendidos pelo cliente.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 4

A advogada Mariana, gestante, ao ingressar em certo Tribunal de Justiça, foi solicitada a passar por aparelho de raios X e por detector de metais.

Considerando o caso narrado, de acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) Mariana tem o direito de não ser submetida a aparelho de raios X, embora deva passar pelo detector de metais, independentemente de motivação.

B) Mariana tem o direito de não ser submetida a aparelho de raios X. Quanto ao detector de metais, deverá passar pelo aparelho apenas se evidenciada situação especial de segurança, em ato motivado.

C) Mariana deverá, por medida de segurança, passar pelo aparelho de raios X e pelo detector de metais, a menos que haja contraindicação médica expressa.

D) Mariana tem o direito, independentemente do teor da alegação sobre segurança, de não ser submetida ao detector de metais, nem ao aparelho de raios X.

Comentário:

A) Errado

Nos termos do art. 7°-A, I, "a", do Estatuto da Advocacia e da OAB, Mariana tem o direito, independentemente do teor da alegação sobre segurança, de não ser submetida ao detector de metais, nem ao aparelho de raios X.

B) Errado

Mariana tem o direito, independentemente do teor da alegação sobre segurança, de não ser submetida ao detector de metais, nem ao aparelho de raios X, de conformidade com o art. 7°-A, inciso I, alínea "a", da Lei 8.906/94.

C) Errado

A teor da alínea "a" do inciso I do art. 7°-A da Lei 8.906/94, Mariana tem o direito, independentemente do teor da alegação sobre segurança, de não ser submetida ao detector de metais, nem ao aparelho de raios X.

D) Correto

É o inteiro teor do art. 7°-A, inciso I, alínea "a", do Estatuto da Advocacia e da OAB, segundo o qual é direito da advogada gestante a "entrada em tribunais sem ser submetida a detectores de metais e aparelhos de raios X".

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 5

O advogado Mário dos Santos, presidente do Conselho Seccional Y da OAB, foi gravemente ofendido em razão do seu cargo, gerando violação a prerrogativas profissionais. O fato obteve grande repercussão no país.

Considerando o caso narrado, de acordo com o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) Compete ao Conselho Seccional Y da OAB promover o desagravo público, ocorrendo a sessão na sede do Conselho Seccional Y.

B) Compete ao Conselho Federal da OAB promover o desagravo público, ocorrendo a sessão na sede do Conselho Federal.

C) Compete ao Conselho Seccional Y da OAB promover o desagravo público, ocorrendo a sessão na sede da subseção do território em que ocorreu a violação a prerrogativas profissionais.

D) Compete ao Conselho Federal da OAB promover o desagravo público, ocorrendo a sessão na sede do Conselho Seccional Y.

Comentário:

A) Errado

De conformidade com o art. 19 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, compete ao Conselho Federal da OAB promover o desagravo público, ocorrendo a sessão na sede do Conselho Seccional Y.

B) Errado

Compete ao Conselho Federal da OAB promover o desagravo público, ocorrendo a sessão na sede do Conselho Seccional Y, nos termos do art. 19 do Regulamento Geral.

C) Errado

Consoante o art. 19 do Regulamento Geral, compete ao Conselho Federal da OAB promover o desagravo público, ocorrendo a sessão na sede do Conselho Seccional Y.

D) Correto

Trata-se da exata aplicação do art. 19 do Regulamento Geral, o qual dispõe que "compete ao Conselho Federal promover o desagravo público de Conselheiro Federal ou de Presidente de Conselho Seccional, quando ofendidos no exercício das atribuições de seus cargos e ainda quando a ofensa a advogado se revestir de relevância e grave violação às prerrogativas profissionais, com repercussão nacional".

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 6

O advogado Sebastião é empregado de certa sociedade limitada, competindo-lhe, entre outras atividades da advocacia, atuar nos processos judiciais em que a pessoa jurídica é parte. Em certa demanda, na qual foram julgados procedentes os pedidos formulados pela sociedade, foram fixados honorários de sucumbência em seu favor.

Considerando o caso narrado e o disposto no Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) Os referidos honorários integram a remuneração de Sebastião e serão considerados para efeitos trabalhistas, embora não sejam considerados para efeitos previdenciários.

B) Os referidos honorários integram a remuneração de Sebastião e serão considerados para efeitos trabalhistas e para efeitos previdenciários.

C) Os referidos honorários não integram a remuneração de Sebastião e não serão considerados para efeitos trabalhistas, embora sejam considerados para efeitos previdenciários.

D) Os referidos honorários não integram a remuneração de Sebastião e não serão considerados para efeitos trabalhistas, nem para efeitos previdenciários.

Comentário:

A) Errado

Os referidos honorários não integram a remuneração de Sebastião e não serão considerados para efeitos trabalhistas, nem para efeitos previdenciários, nos moldes do art. 14 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB.

B) Errado

De conformidade com o disposto no art. 14 do Regulamento Geral, os referidos honorários não integram a remuneração de Sebastião e não serão considerados para efeitos trabalhistas, nem para efeitos previdenciários.

C) Errado

Os referidos honorários não integram a remuneração de Sebastião e não serão considerados para efeitos trabalhistas, nem para efeitos previdenciários, a teor do previsto no art. 14 do Regulamento Geral.

D) Correto

A assertiva em análise reflete a íntegra do art. 14 do Regulamento Geral, segundo o qual "os honorários de sucumbência, por decorrerem precipuamente do exercício da advocacia e só acidentalmente da relação de emprego, não integram o salário ou a remuneração, não podendo, assim, ser considerados para efeitos trabalhistas ou previdenciários".

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 7

Lúcio pretende se inscrever como advogado junto à OAB. Contudo, ocorre que ele passou por determinada situação conflituosa que foi intensamente divulgada na mídia, tendo sido publicado, em certos jornais, que Lúcio não teria idoneidade moral para o exercício das atividades de advogado.

Considerando que Lúcio preenche, indubitavelmente, os demais requisitos para a inscrição, de acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) A inidoneidade moral apenas poderá ser suscitada junto à OAB por advogado inscrito e deve ser declarada por meio de decisão da diretoria do conselho competente, por maioria absoluta, em procedimento que observe os termos do processo disciplinar.

B) A inidoneidade moral poderá ser suscitada junto à OAB por qualquer pessoa e deve ser declarada por meio de decisão de, no mínimo, dois terços dos votos de todos os membros do conselho competente, em procedimento que observe os termos do processo disciplinar.

C) A inidoneidade moral apenas poderá ser suscitada junto à OAB por advogado inscrito e deve ser declarada por meio de decisão, por maioria absoluta, de todos os membros do conselho competente, em procedimento que observe os termos do processo disciplinar.

D) A inidoneidade moral poderá ser suscitada junto à OAB por qualquer pessoa e deve ser declarada por meio de decisão, por maioria simples, do Tribunal de Ética e Disciplina do conselho competente, em procedimento que observe os termos do processo disciplinar.

Comentário:

A) Errado

A inidoneidade moral poderá ser suscitada junto à OAB por qualquer pessoa e deve ser declarada por meio de decisão de, no mínimo, dois terços dos votos de todos os membros do conselho competente, em procedimento que observe os termos do processo disciplinar, segundo o art. 8°, § 3°, da Lei 8.906/94.

B) Correto

É o teor do § 3° do art. 8° Lei 8.906/94, o qual dispõe que "a inidoneidade moral, suscitada por qualquer pessoa, deve ser declarada mediante decisão que obtenha no mínimo dois terços dos votos de todos os membros do conselho competente, em procedimento que observe os termos do processo disciplinar".

C) Errado

Nos moldes do art. 8°, § 3°, da Lei 8.906/94, a inidoneidade moral poderá ser suscitada junto à OAB por qualquer pessoa e deve ser declarada por meio de decisão de, no mínimo, dois terços dos votos de todos os membros do conselho competente, em procedimento que observe os termos do processo disciplinar.

D) Errado

A inidoneidade moral poderá ser suscitada junto à OAB por qualquer pessoa e deve ser declarada por meio de decisão de, no mínimo, dois terços dos votos de todos os membros do conselho competente, em procedimento que observe os termos do processo disciplinar, consoante o § 3° do art. 8 da Lei 8.906/94.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 8

Gilda, empregada terceirizada contratada pela sociedade empresária XX Ltda. para prestar serviços ao Município ABCD, procura o auxílio de Judite, advogada, para o ajuizamento de reclamação trabalhista em face do empregador e do tomador de serviços.

Considerando a existência de decisão transitada em julgado que condenou os réus, solidariamente, ao pagamento de verbas de natureza trabalhista, assinale a afirmativa correta.

A) Em execução contra o Município ABCD, Judite terá direito autônomo a executar a sentença quanto aos honorários incluídos na condenação por arbitramento ou por sucumbência, podendo requerer que o precatório seja expedido em seu favor.

B) Em caso de falência da sociedade empresária XX Ltda., os honorários arbitrados em favor de Judite serão considerados crédito privilegiado, sendo obrigatória sua habilitação perante o juízo falimentar.

C) Em execução contra o Município ABCD, o juiz deve determinar que os honorários contratuais sejam pagos diretamente a Judite, desde que o contrato de honorários seja anexado aos autos após a expedição do precatório, exceto se Gilda provar que já os pagou.

D) Judite poderá cobrar judicialmente os honorários contratuais devidos por Gilda, devendo renunciar ao mandato se, em sede de sentença, a demanda for julgada procedente.

Comentário:

A) Correto

Trata-se da exata aplicação do art. 23 do Estatuto da Advocacia e da OAB, segundo o qual "os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou

sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor".

B) Errado

Segundo o art. 23 do Estatuto da Advocacia e da OAB, Judite terá direito autônomo a executar a sentença quanto aos honorários incluídos na condenação por arbitramento ou por sucumbência, podendo requerer que o precatório seja expedido em seu favor.

C) Errado

Judite terá direito autônomo a executar a sentença quanto aos honorários incluídos na condenação por arbitramento ou por sucumbência, podendo requerer que o precatório seja expedido em seu favor, nos exatos ditames do art. 23 do Estatuto da Advocacia e da OAB.

D) Errado

Nos termos do art. 23 do Estatuto da Advocacia e da OAB, Judite terá direito autônomo a executar a sentença quanto aos honorários incluídos na condenação por arbitramento ou por sucumbência, podendo requerer que o precatório seja expedido em seu favor.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

FILOSOFIA DO DIREITO

Questão 9

(FGV - 2018 - OAB - Exame de Ordem Unificado XXVII - Primeira Fase)

Algo mais fundamental do que a liberdade e a justiça, que são os direitos dos cidadãos, está em jogo quando deixa de ser natural que um homem pertença à comunidade em que nasceu...

ARENDT, Hannah. As origens do Totalitarismo. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

A situação atual dos refugiados no mundo provoca uma reflexão jusfilosófica no sentido do que já havia pensado Hannah Arendt, logo após a II Guerra Mundial, em sua obra "As Origens do Totalitarismo". Nela, a autora sustenta que o mais fundamental de todos os direitos humanos é o direito a ter direitos, o que não ocorre com os apátridas.

Segundo a obra em referência, assinale a opção que apresenta a razão pela qual o homem perde sua qualidade essencial de homem e sua própria dignidade.

A) Ser privado de direitos subjetivos específicos previstos no ordenamento jurídico pátrio.

B) Viver sob um regime de tirania que viola a liberdade de crença e limita a liberdade de expressão.

C) Cumprir pena de privação da liberdade, quando executada em penitenciárias sob condições desumanas.

D) Deixar de pertencer a uma comunidade organizada, disposta e capaz de garantir quaisquer direitos.

Comentário:

A) Incorreta

Como pode ser visto no trecho "quando deixa de ser natural que um homem pertença à comunidade em que nasceu...", a perda de dignidade e das caraterísticas humanas do homem são perdidas não quando ele é privado de direitos subjetivos específicos previstos no ordenamento jurídico pátrio, mas sim quando não mais integra sua comunidade.

B) Incorreta

Como pode ser visto no trecho "quando deixa de ser natural que um homem pertença à comunidade em que nasceu...", a perda de dignidade e das caraterísticas humanas do homem são perdidas não quando ele vive sob um regime de tirania que viola a liberdade de crença e limita a liberdade de expressão, mas sim quando não mais integra sua comunidade.

C) Incorreta

Como pode ser visto no trecho "quando deixa de ser natural que um homem pertença à comunidade em que nasceu...", a perda de dignidade e das caraterísticas humanas do homem são perdidas não quando ele cumpre pena de privação da liberdade, quando executada em penitenciárias sob condições desumanas, mas sim quando não mais integra sua comunidade.

D) Correta

Hannah Arendt afirma que "o homem pode perder todos os chamados Direitos do Homem sem perder a sua qualidade essencial de homem, sua dignidade humana. Só a perda da própria comunidade é que o expulsa da humanidade". "Assim, a calamidade que se vem abatendo sobre um número cada vez maior de pessoas não é a perda de direitos específicos, mas a perda de uma comunidade disposta e capaz de garantir quaisquer direitos" (ARENDT, 2012, p. 317).

Assim sendo, vê-se que a autora compreende que o homem deixa de possuir sua dignidade e suas características essenciais que o fazem humano quando não mais pertence a uma comunidade ordenada, regrada e apta a assegurar seus direitos.

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

Gabarito: D

Questão 10

(FGV - 2018 - OAB - Exame de Ordem Unificado XXVII - Primeira Fase)

Concebo, na espécie humana, dois tipos de desigualdade: uma que chamo de natural ou física, por ser estabelecida pela natureza e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito e da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

Levando em consideração o trecho acima, assinale a afirmativa que apresenta a perspectiva de Rousseau sobre como se coloca o problema da desigualdade.

A) As desigualdades naturais são a causa das desigualdades morais, uma vez que as diferenças naturais se projetam na vida política.

B) As desigualdades naturais são inaceitáveis; por isso, o homem funda a sociedade civil por meio do contrato social.

C) As desigualdades naturais são aceitáveis, mas as desigualdades morais não o são, pois consistem em privilégios de uns sobre os outros.

D) Todas as formas de desigualdade consistem num fato objetivo, devendo ser compreendidas e toleradas, pois elas geram o progresso humano e produzem mais bens do que males.

Comentário:

A) Incorreta

Rousseu, contrariamente ao que se alega na afirmativa, não considera que as desigualdades naturais são originárias das morais – segundo ele, as desigualdades sociais são fruto do convívio humano e dos pactos que dele decorrem.

B) Incorreta

Contrariando a alternativa, Rousseau não alega que as desigualdades naturais são inaceitáveis. Segundo ele, elas são aceitáveis por serem fruto da natureza.

C) Correta

Para Rosseau, existem tipos distintos de desigualdade: a moral/política, que recai sobre os privilégios e riquezas aferidos pelos diferentes indivíduos, e a natural, a qual é determinada pela natureza e explicita-se pelas diferenças de idade ou força física, por exemplo. Segundo ele, as desigualdades naturais são completamente aceitáveis, uma vez que são consequência direta da natureza – por outro lado, as desigualdades sociais, por terem origem nos comportamentos humanos, não são aceitáveis e podem, inclusive, gerar outros problemas, a exemplo da corrupção.

D) Incorreta

Ao contrário do que afirma a alternativa, Rousseau não acha que as desigualdades morais devem ser toleradas ou aceitas, uma vez que são prejudiciais e podem trazer diversas consequências negativas à sociedade, inclusive a corrupção.

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

Gabarito: C

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

Após cumprimento de todas as formalidades constitucionais e legais exigíveis, o Estado Alfa se desmembra (desmembramento por formação), ocasionando o surgimento de um novo Estado-membro: o Estado Beta. Preocupados com a possibilidade de isso influenciar nas grandes decisões políticas regionais, um grupo de cidadãos inicia um movimento exigindo a imediata elaboração de uma Constituição para o novo Estado Beta. Os líderes políticos locais, sem maiores conhecimentos sobre a temática, buscam assessoramento jurídico junto a advogados constitucionalistas, sendo-lhes corretamente informado que, segundo a inteligência do sistema jurídico-constitucional brasileiro,

A) com a criação do Estado Beta no âmbito da República Federativa do Brasil, passou este a fazer parte do pacto federativo, subordinando-se tão somente à Constituição Federal, e não a qualquer outra constituição.

B) tendo passado o Estado Beta a ser reconhecido como um ente autônomo, adquiriu poderes para se estruturar por meio de uma Constituição, sem a necessidade desta se vincular a padrões de simetria impostos pela Constituição Federal.

C) pelo fato de o Estado Beta ter sido reconhecido como um ente federado autônomo, passa a ter poderes para se estruturar por meio de uma Constituição, que deverá observar o princípio da simetria, conforme os padrões fixados na Constituição Federal.

D) o reconhecimento do Estado Beta como um ente federado autônomo assegurou-lhe poderes para se estruturar por meio de uma Constituição, cujo texto, porém, não poderá se diferenciar daquele fixado pela Constituição Federal.

Comentário:

A) Errado

Conforme preceitua o art. 25, CF/88 – "Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição".

Portanto, o Estado não estará subordinado apenas à Constituição Federal, mas terá que obedecer seus princípios.

B) Errado

Conforme já exposto na alternativa anterior, o Estado estará vinculado aos padrões de simetria estabelecidos pela Constituição, em respeito ao Princípio da Simetria.

C) Correto

Importante ressaltar, pois pode tratar-se de objeto de dúvida de muitos alunos, os Estados podem sim desmembrar-se ou formarem novos estados, mediante, claro, cumprimento de formalidades. Desta forma, o art. 18. §3º, da CF assim preceitua:

> art. 18. §3º - Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

Por conseguinte, é natural que este novo Estado autônomo possua uma Constituição própria. Porém, Constituições Estaduais devem seguir algumas formalidades contidas na Constituição Federal, como as relativas à organização estatal e Direitos Fundamentais, em respeito ao Princípio da Simetria.

Assim dispõe o art. 25, CF/88 – "Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição".

Portanto, pelo fato de o Estado Beta ter sido reconhecido como um ente federado autônomo, passa a ter poderes para se estruturar por meio de uma Constituição, que deverá observar o princípio da simetria, conforme os padrões fixados na Constituição Federal.

D) Errado

A Constituição Estadual poderá diferenciar-se da Constituição, porém, conforme já explicado, deverá observar os princípios desta Constituição.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 12

O Estado Y, bastante conhecido pela exuberância de suas praias, que atraem milhares de turistas todos os anos, edita lei estadual impedindo a pesca de peixes regionais típicos, ameaçados de extinção, e limitando o transporte marítimo de passageiros. A partir da hipótese narrada, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa correta.

A) O Estado Y possui competência legislativa concorrente com a União para dispor sobre pesca, mas poderá legislar sobre transporte e navegação marítima, caso Lei Complementar federal o autorize.

B) O Estado Y tem competência comum com os demais entes federados para legislar sobre a matéria; logo, a lei estadual é constitucional.

C) A lei editada pelo Estado Y é inconstitucional, porque compete privativamente à União legislar sobre a proteção do meio ambiente e o controle da poluição.

D) A lei editada pelo Estado Y é inconstitucional, porque trata de pesca e navegação marítima, que são de competência exclusiva da União, apesar de o Estado Y ter competência privativa para legislar sobre meio ambiente.

Comentário:

A) Correto

A alternativa está em total acordo com a Constituição Federal, conforme art. 22 e 24. Vejamos:

> Art. 22 - Compete privativamente à União legislar sobre: [...] X - regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;
> Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.
> Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...] VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

Portanto, o Estado Y possui competência legislativa concorrente com a União para dispor sobre pesca, mas poderá legislar sobre transporte e navegação marítima, caso Lei Complementar federal o autorize.

B) Errado

Conforme já disposto, o Estado Y possui competência legislativa concorrente com a União para dispor sobre pesca, mas poderá legislar sobre transporte e navegação marítima, caso Lei Complementar federal o autorize, de acordo com os artigos 22 e 24, da CF/88.

C) Errado

Alternativa errada. Conforme dispõe o art. 24, VI, da CF/88, Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

D) Errado

Conforme já apresentado, apesar de tratar-se de competência privativa da União, Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões de pesca e navegação marítima.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 13

Os produtores rurais do Município X organizaram uma associação civil sem fins lucrativos para dinamizar a exploração de atividade econômica pelos associados, bem como para fins de representá-los nas demandas de caráter administrativo e judicial. Anderson, proprietário de uma fazenda na região, passa a receber, mensalmente, carnê contendo a cobrança de uma taxa associativa, embora nunca tivesse manifestado qualquer interesse em ingressar na referida entidade associativa. Em consulta junto aos órgãos municipais, Anderson descobre que a associação de produtores rurais, embora tenha sido criada na forma da lei, jamais obteve autorização estatal para funcionar. Diante disso, procura um escritório de advocacia especializado, para pleitear, judicialmente, a interrupção da cobrança e a suspensão das atividades associativas. Sobre a questão em comento, assinale a afirmativa correta.

A) Anderson pode pleitear judicialmente a interrupção da cobrança, a qual revela-se indevida, pois ninguém pode ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, ressaltando-se que a falta de autorização estatal não configura motivo idôneo para a suspensão das atividades da associação.

B) As associações representativas de classes gozam de proteção absoluta na ordem constitucional, de modo que podem ser instituídas independentemente de autorização estatal e apenas terão suas atividades suspensas quando houver decisão judicial com trânsito em julgado.

C) A Constituição de 1988 assegura a plena liberdade de associação para fins lícitos, vedando apenas aquelas de caráter paramilitar, de modo que Anderson não pode insurgir-se contra a cobrança, vez que desempenha atividade de produção e deve associar-se compulsoriamente.

D) A liberdade associativa, tendo em vista sua natureza de direito fundamental, não pode ser objeto de qualquer intervenção do Poder Judiciário, de modo que Anderson apenas poderia pleitear administrativamente a interrupção da cobrança dos valores que entende indevidos.

Comentário:

A) Correto

Questão relativamente fácil, não é?

Conforme depreendemos do caso hipotético, resta claro que Anderson não poderá ser compelido a associar-se ou permanecer associado, podendo pleitear judicialmente a interrupção da cobrança, e assim dispõe o art. 5º, XX, da CF. Vejamos:

> Art. 5º, XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

Porém, Anderson não poderá pleitear a suspensão das atividades da associação por falta de autorização estatal, visto que a criação das mesmas independe de autorização, e assim preceitua o Art. 5º, XVIII. Vejamos:

> Art. 5º, XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

Portanto, Anderson pode pleitear judicialmente a interrupção da cobrança, a qual revela-se indevida, pois ninguém pode ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, ressaltando-se que a falta de autorização estatal não configura motivo idôneo para a suspensão das atividades da associação.

B) Errado

Repare na casca de banana!

Há necessidade de trânsito em julgado apenas para a dissolução das associações, e não para a suspensão de suas atividades.

Assim dispõe o art. 5º, XIX:

> As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

C) Errado

Conforme já exposto no art. 5º, XX, não existe a possibilidade de associação compulsória, pois ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

D) Errado

De acordo com o art. 5º, **XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.**

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 14

A Lei X do Município Sigma estabelece que, em certo bairro, considerado área residencial, fica vedada a instalação de mais de um centro empresarial de grandes proporções, com área superior a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados) e que reúna, em suas dependências, mais de 10 (dez) lojas distintas. Ante a existência de um estabelecimento comercial com tais características no bairro "Y", a administradora Alfa, visando abrir um shopping center no mesmo bairro, procura você, na qualidade de advogado(a), para obter esclarecimentos quanto à viabilidade deste empreendimento. Diante da situação narrada, com base na ordem jurídicoconstitucional vigente e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

A) Apenas a União tem competência para, por meio de lei e outros atos normativos, organizar o uso e a ocupação do solo; logo, apenas por esse motivo, a Lei X do Município Sigma é manifestamente inconstitucional.

B) A Constituição da República de 1988 atribui aos Municípios competência para promover o zoneamento urbano, mas a Lei X do Município Sigma, ao impedir a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área, ofende o princípio da livre concorrência.

C) A Constituição da República de 1988 dispõe ser competência estadual e distrital promover, no que couber, o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo, não podendo a lei do Município Sigma dispor sobre a matéria.

D) Compete privativamente à União dispor sobre o zoneamento urbano e legislar sobre Direito Civil e Comercial; logo, somente os Estados e o Distrito Federal poderiam ser autorizados, mediante lei complementar, a legislar sobre a matéria.

Comentário:

A) Errado

Alternativa está errada, visto que, é competência dos Municípios promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano. Sendo o motivo da inconstitucionalidade da referida lei a ofensa ao princípio da livre concorrência.

B) Correto

No que tange à competência do Município Sigma para promover o zoneamento urbano, esta é assegurada pelo art. 30, da CF/88. Vejamos:

> Art. 30 - Compete aos Municípios:
> VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

Porém, importante atentar-se ao enunciado da questão, que pede o entendimento dos Tribunais Superiores sobre este tema!

De acordo com a Súmula Vinculante 49, "Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área".

Portanto, levando em consideração que o princípio da livre concorrência tem por fim assegurar a todos a existência digna, valorização do trabalho humano e livre iniciativa, é correto afirmar que: A Constituição da República de 1988 atribui aos Municípios competência para promover o zoneamento urbano, mas a Lei X do Município Sigma, ao impedir a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área, ofende o princípio da livre concorrência.

C) Errado

O erro está claro, pois após as explicações acima, já sabemos que o Município Sigma possui sim competência neste caso, conforme art. 30, da CF/88.

D) Errado

O Município tem competência para legislar sobre o Zoneamento Urbano, e não apenas a União, conforme art. 30, da CF/88.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência

Questão 15

Em determinado órgão integrante da administração pública federal, vinculado ao Ministério da Fazenda, foi apurado que aproximadamente 100 (cem) cargos estavam vagos. O Presidente da República, mediante decreto, delegou ao Ministro da Fazenda amplos poderes para promover a reestruturação do aludido órgão público, inclusive com a possibilidade de extinção dos cargos vagos. Sobre a hipótese, com fundamento na ordem jurídicoconstitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

A) Somente mediante lei em sentido formal é admitida a criação e extinção de funções e cargos públicos, ainda que vagos; logo, o decreto presidencial é inconstitucional por ofensa ao princípio da reserva legal.

B) A Constituição de 1988 atribui exclusivamente ao Presidente da República a possibilidade de, mediante decreto, dispor sobre a extinção de funções ou cargos públicos, não admitindo que tal competência seja delegada aos Ministros de Estado.

C) O referido decreto presidencial se harmoniza com o texto constitucional, uma vez que o Presidente da República pode dispor, mediante decreto, sobre a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos, sendo permitida a delegação dessa competência aos Ministros de Estado.

D) A Constituição de 1988 não permite que cargos públicos legalmente criados, ainda que vagos, sejam extintos, ressalvada a excepcional hipótese de excesso de gastos orçamentários com pessoal; portanto, o Decreto presidencial é inconstitucional.

Comentário:

A) Errado

Não há que se falar na inconstitucionalidade, neste caso, do Decreto presidencial, visto sua admissão legal contida no art. 84 e demais incisos da Constituição Federal. Observe:

> Art. 84 - Compete privativamente ao Presidente da República:
>
> (...)
>
> VI - dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;

XII - conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;

XXV - prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;

Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

B) Errado

De acordo com o parágrafo único do art. 84, da CF, é constitucionalmente possível a delegação aos Ministros de Estados. Veja:

> Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

C) Correto

Para responder a questão, você precisa ter conhecimento de dois dispositivos constitucionais à respeito das atribuições do Presidente da República.

Primeiramente, é necessário atentar-se ao disposto no art. 84, IV, XII e XXV da CF/88:

> Art. 84 - Compete privativamente ao Presidente da República:
> (...)
>
> VI - dispor, **mediante decreto**, sobre:
> b) **extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos**;

Dito isto, podemos depreender que o referido decreto presidencial se harmoniza com o texto constitucional, uma vez que o Presidente da República pode dispor, mediante decreto, sobre a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

Porém, a questão também trata da possibilidade de delegação deste decreto ao Ministro da Fazenda, o que é totalmente possível, de acordo com o parágrafo único do art. 84, da CF/88. Vejamos:

> Parágrafo único. O Presidente da República **poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI,** XII e XXV, primeira parte, aos **Ministros de Estado,** ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

D) Errado

Conforme o que já foi explicado acima, é perfeitamente possível que cargos públicos sejam extintos, com a condição de serem estes, vagos.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 16

O Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão definitiva de mérito proferida em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade, declarou inconstitucional determinada lei do Estado Alfa. Meses após a referida decisão, o Estado Sigma, após regular processo legislativo e sanção do Governador, promulga uma lei estadual com teor idêntico àquele da lei federal que fora declarada inconstitucional pelo STF. Com base no ordenamento jurídico-constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

A) As decisões proferidas em sede de controle concentrado, como no caso da Ação Direta de Inconstitucionalidade, gozam de efeitos erga omnes e vinculam o Poder Legislativo e o Poder Executivo; logo, a inconstitucionalidade da lei do Estado Sigma pode ser arguída em reclamação ao STF.

B) A norma editada pelo Estado Sigma, ao contrariar decisão definitiva de mérito proferida pela Suprema Corte, órgão de cúpula do Poder Judiciário ao qual compete, precipuamente, a guarda da Constituição, já nasce nula de pleno direito e não produz quaisquer efeitos.

C) A decisão definitiva de mérito proferida pelo STF em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade não possui efeito vinculante, razão pela qual inexiste óbice à edição de lei estadual com teor idêntico àquele de outra lei estadual que fora declarada inconstitucional pela Suprema Corte.

D) A referida decisão proferida pelo STF, declarando a inconstitucionalidade da lei do Estado Alfa, apenas vincula os demais órgãos do Poder Judiciário e a administração pública direta e indireta, não o Poder Legislativo em sua função típica de legislar; logo, pode ser proposta nova ADI.

Comentário:

A) Errado

A alternativa está em desacordo com a ordem constitucional. Isto porque, as decisões definitivas de mérito proferidas pelo STF vinculam apenas o Poder

Judiciário e a Administração Pública Direta e Indireta, excluindo-se o Poder Legislativo, tendo em vista que não se pode limitar sua atuação legiferante, inexistindo óbice à nova lei que possua o mesmo teor da anterior (inconstitucional). Neste diapasão, dispõe o § 2º, do art. 102, da CF/88:

> Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:
> (...)
> § 2º - As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão **eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta**, nas esferas federal, estadual e municipal.

B) Errado

Não há que se falar do nascimento com nulidade da norma, pois, conforme já exposto, o Poder Legislativo não está vinculado às decisões definitivas de mérito proferidas pelo STF.

C) Errado

Esta alternativa pode ter confundido muitos candidatos! Atenção, é dito que a decisão definitiva de mérito proferida pelo STF, não possui efeito vinculante, o que é um erro, visto que, estão vinculados tanto o Poder Judiciário, quanto a Administração Pública Direta e Indireta.

D) Correto

Questão comumente cobrada são as relativas ao art. 102, da CF/88, principalmente no que tange aos efeitos das decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sede de Controle de

Constitucionalidade. Sendo assim, necessário conhecimento do § 2º para resolução da questão. Vejamos:

> Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:
> (...)
> § 2º - As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão **eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta**, nas esferas federal, estadual e municipal.

Assim, resta claro que as decisões não podem afetar a atividade legiferante do Poder Legislativo, que não se vincula a estas decisões. Por isso, a referida decisão proferida pelo STF, declarando a inconstitucionalidade da lei do Estado Alfa, apenas vincula os demais órgãos do Poder Judiciário e a administração pública direta e indireta, por isso, pode ser proposta nova ADI.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 17

O Procurador-Geral de Justiça resolve representar perante o Tribunal de Justiça, solicitando intervenção estadual no Município Alfa, sob a alegação de que esse ente federado tem violado frontalmente diversos princípios, de reprodução obrigatória, indicados na Constituição Estadual. Com base na hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

A) A intervenção estadual no Município Alfa pode ser decretada, ex officio, pelo Governador de Estado, independentemente da representação.

B) A intervenção estadual no Município Alfa dependerá de provimento do Tribunal de Justiça requisitando ao Governador de Estado que decrete a referida medida.

C) A intervenção estadual não é possível, pois, devido à sua natureza excepcional, o rol previsto na Constituição da República não contempla a violação a princípios.

D) A intervenção estadual no Município Alfa, após o acolhimento da representação pelo Tribunal de Justiça, ainda dependerá do controle político da Assembleia Legislativa Estadual.

Comentário:

A) Errado

Alternativa incorreta. A intervenção Estadual não poderá ser decretada *ex officio*, dependendo de representação do Procurador-Geral da República. Assim dispõe o art. 36, da CF/88:

> Art. 36 - A decretação da intervenção dependerá:
>
> (...)
>
> III - de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal.

B) Correto

Inicialmente, precisamos saber se o caso realmente enseja intervenção Estadual, sendo assim, vejamos o que dispõe o art. 34, da CF/88:

> Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:
>
> (...)
>
> VII - **assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais**: a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático; b) direitos da pessoa humana; c) autonomia municipal; d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta.
>
> Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando:
>
> (...)
>
> IV - o Tribunal de Justiça der provimento a representação **para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual**, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

Por isso, considerando a violação de princípios constitucionais sensíveis, de reprodução obrigatória, a intervenção é totalmente justificável.

Em contrapartida, temos que:

> Art. 36 - A decretação da intervenção dependerá:
>
> (...)
>
> III - de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal.

Então, a intervenção estadual no Município Alfa dependerá de provimento do Tribunal de Justiça requisitando ao Governador de Estado que decrete a referida medida.

C) Errado

Alternativa incorreta. Conforme já vimos nos arts. 34 e 35, da CF/88, a intervenção estadual é permitida para assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais.

D) Errado

Em que pese o decreto de Intervenção Estadual deva ser submetido ao Poder Legislativo no prazo de 24 horas, há situações em que dispensa-se este "controle político".

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITOS HUMANOS

Questão 18

(FGV - 2018 - OAB - Exame de Ordem Unificado XXVII - Primeira Fase)

Maria e João são pais de uma criança deficiente que utiliza cadeira de rodas. O casal, de classe média, optou por matricular o filho em uma escola particular. No ato da matrícula, foi-lhes informado, pela administração da escola, que teriam de pagar um valor adicional, uma vez que haveria um trabalho extraordinário, por parte da escola, para garantir o acesso dessa criança com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar.

Insatisfeitos com essa informação, Maria e João decidiram consultar você, como advogado(a), para saber se tal cobrança seria legalmente aceitável e se não haveria alguma proteção específica para pessoas com deficiência contra esse tipo de cobrança.

Diante disso, assinale a opção que apresenta a resposta correta a ser dada ao casal.

A) A cobrança é aceitável e justificada, mesmo que desagrade ao casal, porque, de fato, a criança cadeirante precisará de atenção especial e ajuda para sua mobilidade. Nada na legislação pátria impede tal cobrança. A solução seria a matrícula da criança em uma escola pública.

B) A cobrança do valor adicional na matrícula é moralmente reprovável, pois expressa um tipo de preconceito. Contudo, do ponto de vista estritamente legal, o caso se situa no campo da liberdade contratual das partes, não havendo vedação legal a tal cobrança.

C) A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência admite esse tipo de cobrança, uma vez que reconhece o trabalho adicional a ser feito nas escolas, contudo prevê que as famílias hipossuficientes sejam isentadas dessa cobrança, sendo devido à escola uma compensação tributária.

D) A escola particular deve adotar as medidas inclusivas previstas na lei, tais como garantir o acesso da criança com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas anuidades, no cumprimento dessas medidas.

Comentário:

Para responder a questão apresentada, é fundamental a leitura do Estatuto da Pessoa com Deficiência, em especial seu artigo 28. Observa-se o dispositivo:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;

XVII - oferta de profissionais de apoio escolar;

§1º Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do caput deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações.

A) Errado

Como determinado pelo artigo 28, §1º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, é vedada a cobrança de valores adicionais às mensalidades/anuidades/matrículas

efetuadas em instituições privadas de ensino para que sejam cumpridas as obrigações dispostas no Estatuto.

B) Errado

Contrariamente ao que expressa a alternativa, há, sim, disposição legal que proíbe tais cobranças, não sendo elas de livre acordo entre as partes.

C) Errado

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência não admite esse tipo de cobrança, como disposto em seu artigo 28, §1º.

D) Correto

Como disposto no artigo 28 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, a instituição privada deve adotar as medidas inclusivas previstas na lei, tais como garantir o acesso da criança com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas anuidades, no cumprimento dessas medidas.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 19

(FGV - 2018 - OAB - Exame de Ordem Unificado XXVII - Primeira Fase)

Você, como advogado(a), representa um Fórum de Organizações Não Governamentais que atua na defesa da cidadania plena para as mulheres. Segundo informações do Tribunal Superior Eleitoral, existe, para a próxima eleição, um percentual bastante reduzido de candidatas à Câmara dos Deputados, na maioria esmagadora dos partidos políticos.

Sabendo que isso é a expressão de uma cultura machista, em que os partidos não estimulam a candidatura de mulheres, cabe a você explicar às organizações do Fórum que representa que a legislação brasileira determina que

A) todos os partidos e coligações devem reservar ao menos 50% de suas vagas para candidaturas parlamentares para mulheres, sendo que, desse percentual, 30% devem ser destinadas a mulheres negras.

B) cada partido ou coligação deverá reservar, das vagas para candidaturas parlamentares que podem ser preenchidas pelos partidos políticos, o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

C) os partidos devem registrar, no TSE, planos decenais em que são estabelecidas as estratégias para o aumento gradativo da participação de mulheres tanto nas vagas para candidaturas parlamentares quanto nas próprias instâncias partidárias.

D) tanto os partidos quanto as coligações são livres para preencher a lista de candidaturas às eleições parlamentares, não havendo nenhum tipo de obrigação relativamente a uma eventual distribuição percentual das vagas conforme o sexo.

Comentário:

A fim de responder satisfatoriamente a questão, observa-se o artigo 10, §3º da Lei n. 9.504/1997, cuja redação foi fixada pela Lei n.º 12.034/09:

> Art. 10. Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até 150% (cento e cinquenta por cento) do número de lugares a preencher, salvo:
>
> §3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.

A) Errado

O art. 10, §3º da Lei 9.504/1997 estabelece que cada partido deverá ter um mínimo de 30% e o máximo de 70% das suas candidaturas para cada sexo, e não determina esse percentual mínimo de 50% para mulheres.

B) Correto

Como pode ser visto no artigo 10 da Lei 9.504/1997, cada partido ou coligação deverá reservar, das vagas para candidaturas parlamentares que podem ser preenchidas pelos partidos políticos, o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

C) Errado

A Lei 9.504/1997 determina a participação das mulheres na política através do seu artigo 10, §3º, que dispõe que, do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.

D) Errado

Os partidos e as coligações não são livres para preencher a lista de candidaturas às eleições parlamentares, pois há disposição legal determinando o mínimo de 30% e o máximo de 70% do preenchimento das candidaturas por sexo.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO INTERNACIONAL

Questão 20

(FGV - 2018 - OAB - Exame de Ordem Unificado XXVII - Primeira Fase)

Em 14 de dezembro de 2009, o Brasil promulgou a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969, por meio do Decreto nº 7.030. A Convenção codificou as principais regras a respeito da conclusão, entrada em vigor, interpretação e extinção de tratados internacionais.

Tendo por base os dispositivos da Convenção, assinale a afirmativa correta

A) Para os fins da Convenção, "tratado" significa qualquer acordo internacional concluído por escrito entre Estados e/ou organizações internacionais.

B) Os Estados são soberanos para formular reservas, independentemente do que disponha o tratado.

C) Um Estado não poderá invocar o seu direito interno para justificar o descumprimento de obrigações assumidas em um tratado internacional devidamente internalizado.

D) Os tratados que conflitem com uma norma imperativa de Direito Internacional geral têm sua execução suspensa até que norma ulterior de Direito Internacional geral da mesma natureza derrogue a norma imperativa com eles conflitante.

Comentário:

A) Errado

A definição do termo "tratado" encontra-se disposta no artigo 2º da Convenção. Observa-se:

> Art. 2º. 1. Para os fins da presente Convenção:
>
> a)"tratado" significa um acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido pelo Direito Internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específica;

B) Errado

Os Estados não são soberanos para formular reservas independentemente do que dispuser a Convenção, como pode ser visto no art. 19 do referido dispositivo:

> Art. 19. Um Estado pode, ao assinar, ratificar, aceitar ou aprovar um tratado, ou a ele aderir, formular uma reserva, a não ser que:
>
> a) a reserva seja proibida pelo tratado;
>
> b) o tratado disponha que só possam ser formuladas determinadas reservas, entre as quais não figure a reserva em questão; ou
>
> c) nos casos não previstos nas alíneas a e b, a reserva seja incompatível com o objeto e a finalidade do tratado.

C) Correto

Conforme o o art. 27 da Convenção de Viena,

Art. 27. Uma parte não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado. Esta regra não prejudica o artigo 46.

Lê-se, também, o artigo 46:

> 1. Um Estado não pode invocar o fato de que seu consentimento em obrigar-se por um tratado foi expresso em violação de uma disposição de seu direito interno sobre competência para concluir tratados, a não ser que essa violação fosse manifesta e dissesse respeito a uma norma de seu direito interno de importância fundamental.
>
> 2. Uma violação é manifesta se for objetivamente evidente para qualquer Estado que proceda, na matéria, de conformidade com a prática normal e de boa fé.

Portanto, entende-se que um Estado não poderá invocar o seu direito interno para justificar o descumprimento de obrigações assumidas em um tratado internacional devidamente internalizado

D) Errado

Os tratados que conflitem com uma norma imperativa de Direito Internacional geral são nulos e devem extinguir-se. Tal disposição pode ser vista nos artigos 53 e 64 da Convenção de Viena. Lê-se:

> Art. 53. É nulo um tratado que, no momento de sua conclusão, conflite com uma norma imperativa de Direito Internacional geral. Para os fins da presente Convenção, uma norma imperativa de Direito Internacional geral é uma norma aceita e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados como um todo, como norma da qual nenhuma derrogação é permitida e que só pode ser modificada por norma ulterior de Direito Internacional geral da mesma natureza.

Observa-se, também, o artigo 64:

Art. 64. Se sobrevier uma nova norma imperativa de Direito Internacional geral, qualquer tratado existente que estiver em conflito com essa norma torna-se nulo e extingue-se.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 21

(FGV - 2018 - OAB - Exame de Ordem Unificado XXVII - Primeira Fase)

A Lei de Migração, Lei nº 13.445/17, dispõe sobre os direitos do estrangeiro em território nacional de uma forma mais ampla e abrangente do que a legislação anterior, revogada.

A normativa em vigor dispõe que o estrangeiro no Brasil terá acesso ao sistema público de saúde e direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da sua condição migratória.

Isso significa que o acesso à educação pública no Brasil é assegurado

A) somente aos estrangeiros portadores de visto de estudante ou permanente.

B) a todos os migrantes, exceto os refugiados, que são regidos por legislação especial.

C) apenas aos estrangeiros cujos países assegurem reciprocidade aos brasileiros.

D) a todos os migrantes, inclusive os apátridas e os refugiados.

Comentário:

A fim de responder satisfatoriamente a questão, deve-se observar o artigo 4, incisos VIII e X, a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017). Lê-se:

> Art. 4º Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados:
>
> VIII - acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória.
>
> X - direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória.

A) Errado

Contrariamente ao que afirma a alternativa, o acesso à educação pública no Brasil não é assegurado apenas aos estrangeiros portadores de visto, mas a todos os migrantes que estejam no território nacional, como pode ser visto no art. 4º, X da Lei de Migração.

B) Errado

Os refugiados não estão exclusos do direito à educação em território nacional, tendo eles direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória.

C) Errado

Como visto no art. 4º, X da Lei de Migração, o direito à educação pública é assegurado, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória

D) Correto

Como visto no art. 4º, X da Lei de Migração, o direito à educação pública é assegurado, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória, inclusive aos apátridas e refugiados.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 22

A União concedeu isenção de Imposto sobre a Renda aos portadores da doença Beta. João e Maria são portadores da referida doença, sendo João servidor público do Estado ABC e Maria, servidora pública do Município XYZ. Em razão de retenção indevida do tributo, João e Maria desejam propor ação de restituição de Imposto sobre a Renda retido na fonte.

Com base nesse relato, assinale a afirmativa correta.

A) João e Maria devem ajuizar ação em face da União, sendo a competência da Justiça Federal.

B) João deve ajuizar ação em face do Estado ABC, enquanto Maria deve ajuizar ação em face do Município XYZ, sendo a competência da Justiça Estadual.

C) João deve ajuizar ação em face da União e do Estado ABC e Maria, em face da União e do Município XYZ, sendo a competência da Justiça Federal.

D) João e Maria devem ajuizar ação em face do respectivo ente empregador, sendo a competência da Justiça Federal, tendo em vista o interesse da União.

Comentários:

CF

Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

A) Errado

Em função da delegação de capacidade tributária da União para os Estados e Municípios, como versa o art. 157, I da CF/88 os sujeitos passivos da obrigação tributária não vão mais poder propor ação em face da União, visto que esta não possui mais interesse processual na matéria. A ação deve ser contra o respectivo Estado e Município do contribuinte.

B) Correto

Em função do produto da obrigação tributária ter como destino o Estado e o Município, são estes os sujeitos a serem demandados em caso de cobrança indevida. E figurando estes entes federados na ação a competência é da Justiça Estadual.

C) Errado

Como já exposto, a União não possui interesse processual na matéria em tela.

D)Errado

Não há interesse da União, a ação é de competência da Justiça estadual.

Gabarito: Alternativa B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 23

O Município M resolve ele mesmo fiscalizar e cobrar o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) dos imóveis rurais localizados em seu território.

Acerca desse cenário, assinale a afirmativa correta.

A) O ITR não pode ser fiscalizado e cobrado pelo Município M, por se tratar de tributo de competência da União.

B) O Município M poderá optar, na forma da lei, por fiscalizar e cobrar diretamente o ITR.

C) A fiscalização e a cobrança do ITR pelo Município M autorizam-no a reter 50% do produto da arrecadação do imposto, como contraprestação pela fiscalização e cobrança no lugar da União.

D) A partir da opção por fiscalizar e cobrar o ITR, o Município M passa a ter competência para alterar as alíquotas do imposto, inclusive para sua redução.

Comentários:

CF

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

(...)

§ 4º O imposto previsto no inciso VI do caput:

(...)

III - será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal

A) Errado

De acordo com o art. 153, §4º, III da CF/88, os Municípios possuem a faculdade de implementar em seu território a cobrança do ITR, desde que não implique redução de imposto ou outra forma de renúncia fiscal.

B) Correto

Baseado no mesmo artigo citado na alternativa anterior, o Município M poderá na forma da lei, optar por fiscalizar e cobrar diretamente o ITR.

C) Errado

Em função da arrecadação estar sendo diretamente implementada pelo Município, cabe a este 100% do montante arrecadado e não apenas 50%

D) Errado

Apesar do Município M estar realizando a arrecadação do tributo, a este não pertence a competência tributária sobre o mesmo. Apenas ao ente competente cabem as faculdades de instituir, delegar e alterar as alíquotas dos seus respectivos tributos. Sendo apenas delegável a capacidade tributária ativa.

Gabarito: Alternativa B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 24

A sociedade empresária ABC, atuante na área de prestação de serviços de limpeza, em dificuldades financeiras, não estava conseguindo realizar o pagamento dos tributos federais. Diante disso, ela se ofereceu à Administração Pública Federal para realizar o pagamento dos tributos mediante prestação direta de serviços de limpeza em prédios públicos ou, alternativamente, transferir para o Fisco um imóvel de sua propriedade.

A respeito desse cenário, assinale a afirmativa correta.

A) As propostas são inadmissíveis, pois os tributos somente podem ser pagos em dinheiro.

B) As propostas são admissíveis, em razão do princípio da menor onerosidade para o devedor (favor debitoris).

C) A proposta de transferência de imóvel do contribuinte para a Fazenda Pública Federal para pagamento de tributo é admissível por expressa permissão legal.

D) A proposta de prestação direta de serviços para pagamento de tributo é admissível, em circunstâncias excepcionais, como forma subsidiária de garantia do recebimento do crédito pela Fazenda Pública.

Comentários:

CTN

Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Art. 156. Extinguem o crédito tributário:

(...)

XI – a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei

A) Errado

Apesar da proibição do pagamento de tributo pro labore, o CTN prevê a possibilidade de extinção do crédito tributário mediante dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condição estabelecidas em lei.

B) Errado

Tal princípio não se aplica, pois uma das propostas (pro labore) do contribuinte não é admissível como forma de pagamento.

C) Correto

Como exposto no art 156, XI do CTN, a transferência de imóvel do contribuinte para a Fazenda Pública é permitida sim, desde que expressamente permitida por lei.

D) Errado

Não é admitido o pagamento de tributo através da prestação de serviço ao fisco. Visto que os tributos devem ser pagos em moeda ou em valor que a possa exprimir.

Gabarito: Alternativa C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 25

Em dezembro de 2017, João adquiriu o domínio útil de um terreno de marinha. No ano de 2018, foi surpreendido com a chegada de duas notificações: uma da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), para pagamento do foro anual à União; outra do Município, contendo a cobrança do IPTU do imóvel.

Acerca desse cenário, assinale a afirmativa correta.

A) A cobrança do IPTU é devida, pois o titular do domínio útil também é contribuinte do IPTU.

B) A dupla cobrança é indevida, pois, tratando-se do mesmo imóvel, a base de cálculo e o fato gerador do foro anual e do IPTU seriam idênticos, configurando um bis in idem vedado em matéria tributária.

C) A cobrança do IPTU é indevida, pois, sendo o imóvel de propriedade da União, goza da imunidade recíproca.

D) Como ambos os tributos (foro anual e IPTU) destinam-se a entes federados distintos, é admissível a dupla cobrança.

Comentários:

CTN

Art. 34. Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

A) Correto

Com fulcro no art. 34 do CTN, temos que não apenas o proprietário do imóvel é contribuinte do IPTU, como também o titular do seu domínio útil, hipótese que se coaduna com o caso em tela.

B) Errado

O bis in idem ocorre quando o mesmo ente tributante realiza duas cobranças de tributo sob o mesmo fato gerador. Além de serem entes distintos, como exposto na questão, temos também que o Foro de Marinha não é espécie tributária, prevista na CF/88.

C) Errado

Pois o contribuinte de IPTU não é apenas o proprietário do bem imóvel, como já exposto peli art. 34 do CTN, o titular do domínio útil também é contribuinte do IPTU

D) Errado

Apesar da cobrança se dar através de entes distintos, foro não é uma espécie tributária.

Gabarito: Alternativa A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 26

A pessoa jurídica Sigma teve lavrado contra si um auto de infração. A autuação fiscal lhe impôs multa pela falta de exibição de notas fiscais durante um determinado período. Após ser citada em sede de execução fiscal, a pessoa jurídica Sigma alegou, em embargos à execução, que não apresentou as notas fiscais porque elas haviam sido furtadas por seu antigo gerente geral, que, com elas, praticara ilícito criminal, tendo sido, por isso, condenado na esfera penal por sonegação fiscal e furto daquelas notas.

Com base nessa narrativa, no que tange ao pagamento da multa tributária, assinale a afirmativa correta.

A) A responsabilidade é pessoal do antigo gerente por ter cometido infração conceituada na lei como crime.

B) A empresa deve arcar com o pagamento da multa, sendo possível, posteriormente, uma ação de regresso em face do antigo gerente geral.

C) O antigo gerente não pode ser responsabilizado na esfera cível/tributária, por já ter sido condenado na esfera penal.

D) O caso é de responsabilidade solidária, por ter a empresa nomeado o antigo gerente para cargo de tamanha confiança.

Comentários:

CTN

Art. 137. A responsabilidade é pessoal ao agente:

I - quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;

II - quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;

III - quanto às infrações que decorram direta e exclusivamente de dolo específico:

a) das pessoas referidas no artigo 134, contra aquelas por quem respondem;

b) dos mandatários, prepostos ou empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores;

c) dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra estas.

A) Correto

Baseado no art. 137, I do CTN, A responsabilidade é pessoal do agente quanto as infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções.

B) Errado

Devido ao fato da ação do agente ter configurado um ilícito penal, isso configura o antigo gerente como o responsável pessoal pela infração.

C) Errado

O gerente poderá responder nas duas esferas de forma independente, pois uma ação não anula a outra.

D) Errado

A responsabilidade o agente praticante de ilícito penal é pessoal, não configurando responsabilidade solidária.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.



DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 27

A sociedade empresária Beta assinou, na década de 1990, contrato de concessão de serviço de transporte público. Desde então, vem utilizando os mesmos ônibus no transporte de passageiros, não se preocupando com a renovação da frota, tampouco com o conforto dos usuários ou com o nível de emissão de poluentes. Em paralelo, com a natural evolução tecnológica, sabe-se que os veículos atualmente estão mais bem equipados, são mais seguros e, naturalmente, emitem menos poluentes.

Com base no caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) A renovação da frota visa a atender ao princípio da atualidade, que exige das concessionárias o emprego de equipamentos modernos.

B) Constitui interesse público a utilização de ônibus novos, mais econômicos, eficientes e confortáveis; por isso, independentemente de lei autorizativa, pode o poder concedente encampar o contrato de concessão, retomando o serviço público.

C) Se a concessionária desrespeitar os parâmetros de qualidade do serviço estabelecidos no contrato, a concessão poderá ser extinta unilateralmente pelo poder concedente, aplicando-se o instituto da rescisão.

D) Ao fim da concessão, os veículos utilizados retornam ao poder concedente, independentemente de expressa previsão no edital e no contrato.

Comentário:

A) Correto

Trata-se do inteiro teor do § 2° do art. 6° da Lei n° 8.987/1995, o qual dispõe que "a atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço". A esse respeito, a doutrina majoritária ensina que o princípio da atualidade assenta que os serviços públicos devem se adaptar à evolução social e tecnológica, uma vez que as necessidades da população variam no tempo e as tecnologias evoluem rapidamente, verificando-se, assim, a necessidade constante de adaptação das atividades administrativas.

B) Errado

Nos termos do art. 37 da Lei 8.987/95, "considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior".

C) Errado

A teor do art. 38 da Lei 8.987/95, "a inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste artigo, do art. 27, e as normas convencionadas entre as partes".

D) Errado

Nos termos do § 1° do art. 35 da Lei 8.987/95, "extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato".

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina.

Questão 28

Com a finalidade de contratar obras públicas relacionadas à melhoria da mobilidade urbana, o Estado X optou pela adoção do Regime Diferenciado de Contratação. Após a abertura das propostas, constatou-se que houve empate entre as sociedades Ômega S/A e Gama S/A, duas grandes empresas que atuam no setor de referência, sendo, a primeira, empresa brasileira e, a segunda, sociedade estrangeira com sede no Brasil.
Considerando a ordem de critérios de desempate estabelecida na legislação específica, assinale a afirmativa correta.

A) O Estado X deverá, de plano, proceder a sorteio para promover o desempate.
B) A preferência por serviços realizados por empresa brasileira, em nenhum momento poderá ser utilizada como critério de desempate.
C) As sociedades deverão ser consideradas vencedoras e ratear, igualmente, o objeto do contrato, mediante a constituição de consórcio.
D) Os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo à classificação.

Comentário:

A) Errado

A teor do art. 25 da Lei n° 12.462/2011, o sorteio é apenas o quarto critério de desempate (inciso IV) a ser utilizado nas hipóteses de empate entre 2 (duas) ou mais propostas.

B) Errado

Nos termos dos incisos II e III do § 2° do art. 3° da Lei n° 8.666/1993, "em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada

preferência, sucessivamente, aos bens e serviços: produzidos no País; produzidos ou prestados por empresas brasileiras".

C) Errado

Tal assertiva não encontra qualquer fundamento na legislação regente da situação em apreço.

D) Correto

É o inteiro teor do inciso I do art. 25 da Lei 12.462/11, que reflete o primeiro critério de desempate para as situações de empate entre duas ou mais propostas, a saber, a "disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada em ato contínuo à classificação".

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 29

Desde 1980, Jorge é docente em determinada universidade federal, ocupando o cargo efetivo de professor titular na Faculdade de Direito. No início do ano 2000, foi designado para ocupar a chefia de patrimônio da mesma instituição de ensino, cargo comissionado que exerce cumulativamente com o de professor. Mesmo tendo cumprido os requisitos para a aposentadoria voluntária do cargo efetivo, decide permanecer em atividade, até atingir a idade-limite para a aposentadoria compulsória.

Com base na situação narrada, assinale a afirmativa correta.

A) A aposentadoria compulsória, que ocorrerá aos 70 (setenta) anos de idade, só atingirá o cargo de professor. Neste caso, inexistindo impedimentos infraconstitucionais, Jorge poderá continuar exercendo a chefia de patrimônio.

B) A aposentadoria compulsória, que ocorrerá aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, só atingirá o cargo de professor. Neste caso, inexistindo impedimentos infraconstitucionais, Jorge poderá continuar exercendo a chefia de patrimônio.

C) Não cabe ao Tribunal de Contas da União apreciar, para fins de registro, a legalidade da(s) aposentadoria(s) compulsória(s) concedida(s), tendo em vista que a atribuição constitucional somente diz respeito às aposentadorias voluntárias ou por invalidez permanente.

D) Cabe ao Tribunal de Contas da União apreciar, para fins de registro, a legalidade das admissões de pessoal, tanto as que envolvem provimento de cargo efetivo quanto as que dizem respeito a provimento de cargo em comissão.

Comentário:

A) Errado

A aposentadoria compulsória seria aos 75 anos, por força do art. 2º, I, da LC 152/2015 c/c art. 40, § 13, da CF/88: segundo o primeiro dispositivo, "serão

aposentados compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade: os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações"; conforme o último dispositivo, "aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social".

B) Correto

Tal assertiva reflete não apenas o inteiro teor dos dois dispositivos mencionados na assertiva anterior, como também a íntegra do art. 40, *caput* e § 1°, inciso II, da CF/88: de acordo com o primeiro dispositivo, "o regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial"; já segundo o último dispositivo, "o servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado: compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar".

C) Errado

Nos exatos ditames do art. 71, inciso III, da CF/88, "o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das

concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório".

D) Errado

De conformidade com o dispositivo mencionado na assertiva anterior, não compete ao Tribunal de Contas da União apreciar, para fins de registro, a legalidade das admissões de pessoal, tanto as que envolvem provimento de cargo efetivo quanto as que dizem respeito a provimento de cargo em comissão.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 30

A União construiu uma usina nuclear para fins de geração de energia elétrica. A fim de minimizar os riscos de acidentes relacionados à utilização do urânio, foram empregados, no empreendimento, os mais modernos e seguros equipamentos. Do mesmo modo, o pessoal designado para trabalhar na usina recebeu todos os treinamentos exigidos nas legislações brasileira e internacional.

Entretanto, em decorrência de uma intensa, imprevisível e excepcional chuva que caiu na região, parte da usina ficou alagada. Isso gerou superaquecimento nas instalações, fato que culminou na liberação de um pequeno volume de gases radioativos armazenados, causando náuseas e vômitos na população que mora próxima à usina.

Com base na situação narrada, assinale a afirmativa correta.

A) A União não pode ser responsabilizada pelos danos causados à população, tendo em vista a ausência de culpa (responsabilidade subjetiva) por parte do Poder Público.

B) Em razão de as chuvas constituírem um evento imprevisível e excepcional, não se cogita a responsabilidade da União pelos danos causados à população.

C) A União pode ser responsabilizada pelas consequências advindas do vazamento de gases radioativos, independentemente de culpa, pois a responsabilidade é objetiva.

D) A União não pode ser responsabilizada pelos danos causados à população, dado competir aos Estados a exploração dos serviços e das instalações nucleares, cabendo a eles a responsabilidade pelos danos.

Comentário:

A) Errado

A teor do art. 21, inciso XXIII, alínea "d", da CF/88, a União pode ser responsabilizada pelas consequências advindas do vazamento de gases radioativos, independentemente de culpa, pois a responsabilidade é objetiva.

B) Errado

A União pode ser responsabilizada pelas consequências advindas do vazamento de gases radioativos, independentemente de culpa, pois a responsabilidade é objetiva, nos exatos ditames do art. 21, XXIII, "d", da CF/88.

C) Correto

Consoante dispõe o art. 21, inciso XXIII, alínea "d", da CF/88, "compete à União: explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições: a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa". Em tal situação, aplica-se a teoria do risco integral (responsabilidade objetiva do Estado).

D) Errado

De conformidade com o art. 21, XXIII, "d", da CF/88, a União pode ser responsabilizada pelas consequências advindas do vazamento de gases radioativos, independentemente de culpa, pois a responsabilidade é objetiva.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina.

Questão 31

No ano corrente, a União decidiu criar uma nova empresa pública, para a realização de atividades de relevante interesse econômico. Para tanto, fez editar a respectiva lei autorizativa e promoveu a inscrição dos respectivos atos constitutivos no registro competente. Após a devida estruturação, tal entidade administrativa está em vias de iniciar suas atividades.

Acerca dessa situação hipotética, na qualidade de advogado(a), assinale a afirmativa correta.

A) A participação de outras pessoas de direito público interno, na constituição do capital social da entidade administrativa, é permitida, desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade da União.

B) A União não poderia ter promovido a inscrição dos atos constitutivos no registro competente, na medida em que a criação de tal entidade administrativa decorre diretamente da lei.

C) A entidade administrativa em análise constitui uma pessoa jurídica de direito público, que não poderá contar com privilégios fiscais e trabalhistas.

D) Os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços para a entidade administrativa, em regra, não precisam ser precedidos de licitação.

Comentário:

A) Correto

Nos estritos moldes do art. 3°, parágrafo único, da Lei n° 13.303/2016, "desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, será admitida, no capital da empresa pública, a participação de outras pessoas jurídicas de direito público

interno, bem como de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios".

B) Errado

Estipula o *caput* do art. 3° da 13.303/16 que "empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios".

C) Errado

A teor do dispositivo citado na assertiva anterior, a personalidade jurídica da entidade administrativa em apreço é de direito privado, e não de direito público.

D) Errado

Em uma aplicação conjunta do art. 37, inciso XXI, da CF/88 com o art. 1°, parágrafo único, da Lei n° 8.666/1993, depreende-se que as empresas públicas, via de regra, submetem-se ao dever de licitar.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 32

Após a contratação, sob o regime de empreitada por preço unitário, da sociedade empresária Faz de Tudo Ltda. para a construção do novo edifício-sede de uma agência reguladora, a Administração verifica que os quantitativos constantes da planilha orçamentária da licitação – e replicados pela contratada – são insuficientes para executar o empreendimento tal como projetado. Por isso, será necessário aumentar as quantidades de alguns serviços. Em termos financeiros, o acréscimo será de 20% – que corresponde a R$ 2.000.000,00 – em relação ao valor inicial atualizado do contrato.
Com base na situação narrada, assinale a afirmativa correta.

A) O acréscimo de serviços poderá ser combinado apenas verbalmente, não sendo necessária sua redução a termo.
B) Por se tratar de cláusula exorbitante, mesmo que a sociedade empresária Faz de Tudo Ltda. não concorde com o acréscimo, a alteração poderá ser determinada unilateralmente pela Administração.
C) O contratado só está obrigado a aceitar os acréscimos de até 15% (quinze por cento) em relação ao valor inicial atualizado do contrato; superado esse limite, a alteração só pode ocorrer com o consentimento da sociedade empresária Faz de Tudo Ltda.
D) Diante da deficiência do projeto básico, a Administração deve obrigatoriamente anular o contrato após serem oportunizados o contraditório e a ampla defesa à sociedade empresária Faz de Tudo Ltda.

Comentário:

A) Errado

A teor do *caput* do art. 60 da Lei n° 8.666/1993, "os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os

relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem".

B) Correto

É a íntegra do § 1° do art. 65 da Lei 8.666/93, o qual dispõe que "o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinqüenta por cento) para os seus acréscimos".

C) Errado

Nos termos do dispositivo mencionado na alternativa anterior, o limite legal é de 25% do valor inicial atualizado do contrato, e não de 15%.

D) Errado

De conformidade com o art. 57, § 1°, inciso I, da Lei 8.666/93, "os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo: alteração do projeto ou especificações, pela Administração".

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.



DIREITO AMBIENTAL

Questão 33

A União edita o Decreto nº 123, que fixa as regras pelas quais serão outorgados direitos de uso dos recursos hídricos existentes em seu território, garantindo que seja assegurado o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água.

Determinada sociedade empresária, especializada nos serviços de saneamento básico, interessada na outorga dos recursos hídricos, consulta seu advogado para analisar a possibilidade de assumir a prestação do serviço.

Desse modo, de acordo com a Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos, assinale a opção que indica o uso de recursos hídricos que pode ser objeto da referida outorga pela União.

A) O lançamento de esgotos em corpo de água que separe dois Estados da Federação, com o fim de sua diluição.

B) A captação da água de um lago localizado em terreno municipal.

C) A extração da água de um rio que banhe apenas um Estado.

D) O uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos pelo meio rural.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar ao art. 12 da Lei 9.433/97:

> Art. 12. Estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos:
>
> I - derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo;
>
> II - extração de água de aqüífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo;
>
> III - lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final;
>
> IV - aproveitamento dos potenciais hidrelétricos;
>
> V - outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.
>
> § 1º Independem de outorga pelo Poder Público, conforme definido em regulamento:
>
> I - o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural;
>
> II - as derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes;
>
> III - as acumulações de volumes de água consideradas insignificantes;
>
> § 2º A outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica estará subordinada ao Plano Nacional de Recursos Hídricos, aprovado na forma do disposto no inciso VIII do art. 35 desta Lei, obedecida a disciplina da legislação setorial específica.

A) Correto

O lançamento de esgotos em corpo de água que separe dois Estados da Federação, com o fim de sua diluição está sob domínio da União, como disposto no art. 12, III da Lei 9.433/97.

B)Errado

A captação da água de um lago localizado em terreno municipal não é um bem sob domínio da União.

C)Errado

A extração da água de um rio que banhe apenas um Estado não é um bem de domínio da União.

D)Errado

O uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos pelo meio rural depende da outorga da União, como pode ser visto no art. 12, §1º, I da Lei 9.433/97.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 34

Tendo em vista a elevação da temperatura do meio ambiente urbano, bem como a elevação do nível dos oceanos, a União deverá implementar e estruturar um mercado de carbono, em que serão negociados títulos mobiliários representativos de emissões de gases de efeito estufa evitadas.

Sobre o caso, assinale a afirmativa correta.

A) É possível a criação de mercado de carbono, tendo como atores, exclusivamente, a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal.

B) Não é constitucional a criação de mercado de carbono no Brasil, tendo em vista a natureza indisponível e inalienável de bens ambientais.

C) A criação de mercado de carbono é válida, inclusive sendo operacionalizado em bolsa de valores aberta a atores privados.

D) A implementação de mercado de carbono pela União é cogente, tendo o Brasil a obrigação de reduzir a emissão de gases de efeito estufa, estabelecida em compromissos internacionais.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se lembrar que o mercado de carbono foi estruturado na Conferência do Rio de Janeiro de 1992, mas foi implementado em 1997 com o Protocolo de Quioto. Este estipula que os signatários devem assumir compromissos relativos à redução da emissão de gases que provocam o efeito estufa, sendo a adesão ao mercado de carbono incentivada, porém facultativa.

A) Errado

A criação do mercado de carbono não precisa ser exclusivamente com a União, os Estados, Municípios e o Distrito Federal, uma vez que empresas particulares também podem ter créditos de carbono – e estes poderão ser vendidos nos mercados financeiros.

B) Errado

Uma vez que o Protocolo de Quioto foi promulgado pelo Decreto 5.445/2005, é constitucional a criação de mercado de carbono no Brasil.

C) Correto

Tendo sido o Protocolo de Quioto foi promulgado pelo Decreto 5.445/2005, é constitucional a criação de mercado de carbono no Brasil. Além disso, a criação do mercado de carbono não precisa ser exclusivamente com a União, os Estados, Municípios e o Distrito Federal, uma vez que empresas particulares também podem ter créditos de carbono – e estes poderão ser vendidos nos mercados financeiros.

A) Errado

O Protocolo de Quioto não estabelece nenhuma obrigação quanto à redução da emissão de gases de efeito estufa, sendo esta uma faculdade aos signatários – incluindo o Brasil.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca e doutrina

DIREITO CIVIL

Questão 35

Ao visitar a página de Internet de uma rede social, Samuel deparou-se com uma publicação, feita por Rafael, que dirigia uma série de ofensas graves contra ele.

Imediatamente, Samuel entrou em contato com o provedor de aplicações responsável pela rede social, solicitando que o conteúdo fosse retirado, mas o provedor quedou-se inerte por três meses, sequer respondendo ao pedido. Decorrido esse tempo, o próprio Rafael optou por retirar, espontaneamente, a publicação. Samuel decidiu, então, ajuizar ação indenizatória por danos morais em face de Rafael e do provedor.

Sobre a hipótese narrada, de acordo com a legislação civil brasileira, assinale a afirmativa correta.

A) Rafael e o provedor podem ser responsabilizados solidariamente pelos danos causados a Samuel enquanto o conteúdo não foi retirado.

B) O provedor não poderá ser obrigado a indenizar Samuel quanto ao fato de não ter retirado o conteúdo, tendo em vista não ter havido determinação judicial para que realizasse a retirada.

C) Rafael não responderá pelo dever de indenizar, pois a difusão do conteúdo lesivo se deu por fato exclusivo de terceiro, isto é, do provedor.

D) Rafael não responderá pelo dever de indenizar, pois o fato de Samuel não ter solicitado diretamente a ele a retirada da publicação configura fato exclusivo da vítima.

Comentários:

Lei 12.965/2014

Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.

A) Errado

Enquanto não existir ordem judicial específica solicitando a retirada de conteúdo, o provedor não pode ser responsabilizado pelo conteúdo de terceiro.

B) Correto

De acordo com o caput do art. 19 da Lei 12.965/2014, o provedor só poderá ser responsabilizado pelo fato de não retirar conteúdo, se não cumprir determinação judicial.

C) Errado

Rafael é o responsável pelo conteúdo e não o provedor.

D) Errado

Não existe nenhuma determinação legal que exima Rafael de sua responsabilidade, em função de Samuel não ter solicitado diretamente a retirada do conteúdo.

Gabarito: Alternativa B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 36

Arnaldo foi procurado por sua irmã Zulmira, que lhe ofereceu R$ 1 milhão para adquirir o apartamento que ele possui na orla da praia. Receoso, no entanto, que João, o locatário que atualmente ocupa o imóvel e por quem Arnaldo nutre profunda antipatia, viesse a cobrir a oferta, exercendo seu direito de preferência, propôs a Zulmira que constasse da escritura o valor de R$ 2 milhões, ainda que a totalidade do preço não fosse totalmente paga.

Realizado nesses termos, o negócio

A) pode ser anulado no prazo decadencial de dois anos, em virtude de dolo.

B) é viciado por erro, que somente pode ser alegado por João.

C) é nulo em virtude de simulação, o que pode ser suscitado por qualquer interessado.

D) é ineficaz, em razão de fraude contra credores, inoponíveis seus efeitos perante João.

Comentários:

Código Civil:

Art. 167. É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

§ 1º Haverá simulação nos negócios jurídicos quando:

I - aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem;

II - contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira;

Art. 168. As nulidades dos artigos antecedentes podem ser alegadas por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir.

Art. 169. O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.

A) Errado

O negócio jurídico é nulo, e função de simulação, e de acordo com o art. 168 do CC, as nulidades podem ser alegadas pelas partes e pelo Ministério Público, quando lhe couberem intervir.

B) Errado

Sendo o negócio jurídico viciado por simulação, a sua simulação pode ser alegada por qualquer interessado.

C) Correto

O negócio jurídico é nulo, em virtude de sua simulação e qualquer interessado pode alegar a sua nulidade.

D) Errado

Sendo o negócio jurídico viciado por simulação, a sua simulação pode ser alegada por qualquer interessado.

Gabarito: Alternativa C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 37

Em 2010, Juliana, sem herdeiros necessários, lavrou testamento público deixando todos os seus bens para sua prima, Roberta. Em 2016, Juliana realizou inseminação artificial heteróloga e, nove meses depois, nasceu Carolina. Em razão de complicações no parto, Juliana faleceu poucas horas após o procedimento.

Sobre a sucessão de Juliana, assinale a afirmativa correta.

A) Carolina herdará todos os bens de Juliana.

B) Roberta herdará a parte disponível e Carolina, a legítima.

C) Roberta herdará todos os bens de Juliana.

D) A herança de Juliana será declarada jacente.

Comentários:

Código Civil:

Art. 1.973. Sobrevindo descendente sucessível ao testador, que não o tinha ou não o conhecia quando testou, rompe-se o testamento em todas as suas disposições, se esse descendente sobreviver ao testador.

A) Correto

Neste caso recorremos ao art. 1.973 do CC, onde em casos que sobrevier descendente suscetível ao testador, que não o tinha ou conhecia no momento em que testou, o testamente deve ser rompido em favor do descendente.

B) Errado

Com o rompimento do testamento Roberta não herdará os bens de Juliana.

C) Errado

Com o nascimento de descendente de Juliana, o testamente em favor de Roberta deve ser rompido.

D) Errado

Carolina deve herdar todos os bens de Juliana.

Gabarito: Alternativa A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 38

Renata financiou a aquisição de seu veículo em 36 parcelas e vinha pagando pontualmente todas as prestações. Entretanto, a recente perda de seu emprego fez com que não conseguisse manter em dia a dívida, tendo deixado de pagar, justamente, as duas últimas prestações (35ª e 36ª).

O banco que financiou a aquisição, diante do inadimplemento, optou pela resolução do contrato.

Tendo em vista o pagamento das 34 parcelas anteriores, pode-se afirmar que a conduta da instituição financeira viola o princípio da boa-fé, em razão do(a)

A) dever de mitigar os próprios danos.

B) proibição de comportamento contraditório (venire contra factum proprium).

C) adimplemento substancial.

D) dever de informar.

Comentários:

III Jornada de Direito Civil:

Enunciado 169 - O princípio da boa-fé objetiva deve levar o credor a evitar o agravamento do próprio prejuízo.

IV Jornada de Direito Civil:

Enunciado 361 - O adimplemento substancial decorre dos princípios gerais contratuais, de modo a fazer preponderar a função social do contrato e o princípio da boa-fé objetiva, balizando a aplicação do art. 475.

Enunciado 362 – Art. 422. A vedação do comportamento contraditório (venire contra factum proprium) funda-se na proteção da confiança, tal como se extrai dos arts. 187 e 422 do Código Civil.

A) Errado

Conhecido como "dever de mitigar dano próprio", trata-se de dever imposto ao credor, visando que este evite agravar o próprio prejuízo.

B) Errado

Nesta hipótese o indivíduo não pode exercer um direito seu, que esteja contrariando seu comportamento anterior, a fim de que se mantenha a confiança e a lealdade.

C) Correto

Tal ocasião ocorre quando se deu adimplemento de parte relevante do contrato, o que torna a mora insignificante frente ao que já foi adimplido do contrato, fato que pode afastar a exceção do contrato não cumprido.

D) Errado

Este se configura como um dever anexo ao dever da boa-fé objetiva.

Gabarito: Alternativa C

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina.

Questão 39

Perpétua e Joaquim resolveram mover ação de indenização por danos morais contra um jornal de grande circulação. Eles argumentam que o jornal, ao noticiar que o filho dos autores da ação fora morto em confronto com policiais militares, em 21/01/2015, publicou o nome completo do menor e sua foto sem a tarja preta nos olhos, o que caracteriza afronta aos artigos 17, 18, 143 e 247 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Esses artigos do ECA proíbem a divulgação da imagem e da identidade de menor envolvido em ato infracional.

Diante dos fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

A) O jornal agiu com abuso no direito de informar e deve indenizar pelos danos causados.

B) O jornal não incorreu em ilícito, pois pode divulgar a imagem de pessoa suspeita da prática de crime.

C) Restou caracterizado o ilícito, mas, tratando-se de estado de emergência, não há indenização de danos.

D) Não houve abuso do direito ante a absoluta liberdade de expressão do jornal noticiante.

Comentários:

ECA

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 247. Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

§ 1º Incorre na mesma pena quem exibe, total ou parcialmente, fotografia de criança ou adolescente envolvido em ato infracional, ou qualquer ilustração que lhe diga respeito ou se refira a atos que lhe sejam atribuídos, de forma a permitir sua identificação, direta ou indiretamente.

§ 2º Se o fato for praticado por órgão de imprensa ou emissora de rádio ou televisão, além da pena prevista neste artigo, a autoridade judiciária poderá determinar a apreensão da publicação

A) Correto

Em respeito aos art. 17 e 247 do ECA, o jornal não pode divulgar a identidade de menor envolvido em ato infracional e ao fazê-lo incorre em crime, cabendo direito de indenização aos pais do menor.

B) Errado

Como já mencionado anteriormente, o jornal não pode divulgar imagem de menor de idade, mesmo que este tenha incorrido em ato infracional, visto os art. 17 e 247 que protegem a identidade do menor.

C) Errado

Se caracteriza o ilícito, mas não há qualquer estado de emergência que incorra em não pagamento da indenização por danos.

D) Errado

A liberdade de expressão do jornal não pode suplantar os direitos da preservação da imagem, garantidos as crianças e adolescente no ECA.

Gabarito: Alternativa A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 40

Ana, que sofre de grave doença, possui um filho, Davi, com 11 anos de idade. Ante o falecimento precoce de seu pai, Davi apenas possui Ana como sua representante legal.

De forma a prevenir o amparo de Davi em razão de seu eventual falecimento, Ana pretende que, na sua ausência, seu irmão, João, seja o tutor da criança.

Para tanto, Ana, em vida, poderá nomear João por meio de

A) escritura pública de constituição de tutela.

B) testamento ou qualquer outro documento autêntico.

C) ajuizamento de ação de tutela.

D) diretiva antecipada de vontade.

Comentários:

ECA

Art. 37. O tutor nomeado por testamento ou qualquer documento autêntico, conforme previsto no parágrafo único do art. 1.729 da Lei n o 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil , deverá, no prazo de 30 (trinta) dias após a abertura da sucessão, ingressar com pedido destinado ao controle judicial do ato, observando o procedimento previsto nos arts. 165 a 170 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Parágrafo único. Na apreciação do pedido, serão observados os requisitos previstos nos arts. 28 e 29 desta Lei, somente sendo deferida a tutela à pessoa indicada na disposição de última vontade, se restar comprovado que a medida é vantajosa ao tutelando e que não existe outra pessoa em melhores condições de assumi-la

Código Civil

Art. 1.729. O direito de nomear tutor compete aos pais, em conjunto.

Parágrafo único. A nomeação deve constar de testamento ou de qualquer outro documento autêntico.

A) Errado

Como previsto no art. 1.729 do CC e 37 do ECA, o documento correto para tal ação é o testamento ou qualquer outro documento autentico.

B) Correto

Como previsto no art. 1.729 do CC e 37 do ECA, o testamento ou outro documento autentico são os instrumentos adequados para a transferência da tutela.

C) Errado

Pois a questão está se referindo aos tutores testamentários, sendo o testamento ou documento legítimo os meios adequados para a transferência da tutela.

D) Errado

Diretivas antecipadas de Vontade se referem ao desejo de um paciente em relação ao próprio tratamento, antecipando a sua vontade em relação ao período em que esteja incapacitado para decidir.

Gabarito: Alternativa B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 41 (Anulada)

Fernando, 15 anos, mora com seus pais Ana e Aluísio, grandes empresários, titulares de vultoso patrimônio, e utiliza com frequência as redes sociais. Em seu perfil pessoal em certa rede social, realiza vídeos em que comenta a vida privada de seus colegas de escola, ofendendo-os e atribuindo-lhes apelidos constrangedores.

Sobre o caso apresentado, em eventual ação de indenização por danos morais, assinale a afirmativa correta.

A) Será responsável o menor, na forma subjetiva.

B) Apenas será responsável o menor caso este seja titular de patrimônio suficiente, na forma objetiva.

C) Serão responsáveis os pais do menor, na forma subjetiva.

D) Serão responsáveis os pais do menor, caso este não tenha condições de fazê-lo, na forma objetiva.



ECA

Questão 39

Perpétua e Joaquim resolveram mover ação de indenização por danos morais contra um jornal de grande circulação. Eles argumentam que o jornal, ao noticiar que o filho dos autores da ação fora morto em confronto com policiais militares, em 21/01/2015, publicou o nome completo do menor e sua foto sem a tarja preta nos olhos, o que caracteriza afronta aos artigos 17, 18, 143 e 247 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Esses artigos do ECA proíbem a divulgação da imagem e da identidade de menor envolvido em ato infracional.

Diante dos fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

A) O jornal agiu com abuso no direito de informar e deve indenizar pelos danos causados.
B) O jornal não incorreu em ilícito, pois pode divulgar a imagem de pessoa suspeita da prática de crime.
C) Restou caracterizado o ilícito, mas, tratando-se de estado de emergência, não há indenização de danos.
D) Não houve abuso do direito ante a absoluta liberdade de expressão do jornal noticiante.

Comentário:

A) Correto

A alternativa A é a única que se mostra correta, vide inteligência dos arts. 17, 18, 143 e 247 do ECA.

> Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.
>
> Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
>
> Art. 143. E vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.
>
> Parágrafo único. Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome.
>
> Art. 247. Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional:
> Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.
> § 1º Incorre na mesma pena quem exibe, total ou parcialmente, fotografia de criança ou adolescente envolvido em ato infracional, ou qualquer ilustração que lhe diga

respeito ou se refira a atos que lhe sejam atribuídos, de forma a permitir sua identificação, direta ou indiretamente.

§ 2º Se o fato for praticado por órgão de imprensa ou emissora de rádio ou televisão, além da pena prevista neste artigo, a autoridade judiciária poderá determinar a apreensão da publicação

B) Errado

A alternativa B se mostra incorreta, vide inteligência dos arts. 17, 18, 143 e 247 do ECA.

Errado

A alternativa C se mostra incorreta vide inteligência dos arts. 17, 18, 143 e 247 do ECA.

D) Errado

A alternativa D está incorreta, vide inteligência dos arts. 17, 18, 143 e 247 do ECA.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 40

Ana, que sofre de grave doença, possui um filho, Davi, com 11 anos de idade. Ante o falecimento precoce de seu pai, Davi apenas possui Ana como sua representante legal.

De forma a prevenir o amparo de Davi em razão de seu eventual falecimento, Ana pretende que, na sua ausência, seu irmão, João, seja o tutor da criança.

Para tanto, Ana, em vida, poderá nomear João por meio de

A) escritura pública de constituição de tutela.

B) testamento ou qualquer outro documento autêntico.

C) ajuizamento de ação de tutela.

D) diretiva antecipada de vontade.

Comentário:

A) Errado

A alternativa A é está incorreta, vide inteligência do art. 1.729, § único, do CC.

B) Correto

A alternativa B é a única que se mostra correta, vide inteligência do art. 1.729, § único, do CC:

> A nomeação de tutor deve constar de testamento ou de qualquer outro documento autêntico.

C) Errado

A alternativa C é está incorreta, vide inteligência do art. 1.729, § único, do CC.

D) Errado

A alternativa D é está incorreta, vide inteligência do art. 1.729, § único, do CC.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

DIREITO DO CONSUMIDOR

Questão 44

Dias atrás, Elisa, portadora de doença grave e sob risco imediato de morte, foi levada para atendimento na emergência do hospital X, onde necessitou realizar exame de imagem e fazer uso de medicamentos. Ocorre que o seu plano de saúde, contratado dois meses antes, negou a cobertura de alguns desses fármacos e do exame de imagem, pelo fato de o plano de Elisa ainda estar no período de carência, obrigando a consumidora a custear parcela dos medicamentos e o valor integral do exame de imagem.

Nesse caso, à luz do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e da Lei nº 9.656/98, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, assinale a afirmativa correta.

A) As cláusulas que limitam os direitos da consumidora são nulas de pleno direito, sendo qualquer período de carência imposto por contrato de adesão reversível pela via judiciária, por caracterizar-se como cláusula abusiva.

B) As cláusulas que limitam os direitos da consumidora, como a que fixou a carência do plano de saúde em relação ao uso de medicamentos e exame de imagem, são lícitas, e devem ser observadas no caso de Elisa, em respeito ao equilíbrio da relação contratual.

C) As cláusulas que preveem o período de carência estão previstas em norma especial que contradiz o disposto no CDC, uma vez que não podem excetuar a proteção integral e presunção de vulnerabilidade existente na relação jurídica de consumo.

D) O plano de saúde deve cobrir integralmente o atendimento de Elisa, por se tratar de situação de emergência e por, pelo tempo de contratação do plano, não poder haver carência para esse tipo de atendimento, ainda que lícitas as cláusulas que limitem o direito da consumidora.

Comentário:

Para responder a questão apresentada, é fundamental a leitura da Lei dos Planos de Saúde (Lei nº 9.656/98), em especial seu artigo 28. Observa-se o dispositivo:

Art. 12. São facultadas a oferta, a contratação e a vigência dos produtos de que tratam o inciso I e o § 1o do art. 1o desta Lei, nas segmentações previstas nos incisos I a IV deste artigo, respeitadas as respectivas amplitudes de cobertura definidas no plano-referência de que trata o art. 10, segundo as seguintes exigências mínimas: (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

V - quando fixar períodos de carência:

a) prazo máximo de trezentos dias para partos a termo;

b) prazo máximo de cento e oitenta dias para os demais casos;

c) prazo máximo de vinte e quatro horas para a cobertura dos casos de urgência e emergência; [...]

Tem-se, também, a Súmula 597 do Superior Tribunal de Justiça:

Súmula 597 - A cláusula contratual de plano de saúde que prevê carência para utilização dos serviços de assistência médica nas situações de emergência ou de urgência é

considerada abusiva se ultrapassado o prazo máximo de 24 horas contado da data da contratação.

A) Errado

São válidas as cláusulas que limitam os direitos da consumidora, uma vez que os períodos de carência determinados através do contrato de adesão devem ser cumpridos os requisitos dispostos na legislação. No caso em questão, Elisa não mais estava em período de carência válido, sendo tais cláusulas abusivas.

B) Errado

Contrariamente ao que expressa a alternativa, o prazo de carência não mais estava em vigor, de modo que as cláusulas são abusivas – e, portanto, cabe ao plano arcar com as despesas de Elisa.

C) Errado

As cláusulas que dispõem acerca do período de carência estão previstas em legislação especial, mas que não contradiz o Código de Defesa do Consumidor.

D) Correto

É obrigação do plano de saúde arcar com todos os custos referentes ao atendimento de Elisa, uma vez que há a situação emergencial e a impossibilidade de fixar carência para esse tipo de atendimento.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca e jurisprudência

Questão 45

O posto de gasolina X foi demandado pelo Ministério Público devido à venda de óleo diesel com adulterações em sua fórmula, em desacordo com as especificações da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Trata-se de relação de consumo e de dano coletivo, que gerou sentença condenatória.

Você foi procurado(a), como advogado(a), por um consumidor que adquiriu óleo diesel adulterado no posto de gasolina X, para orientá-lo.

Assinale a opção que contém a correta orientação a ser prestada ao cliente.

A) Cuida-se de interesse individual homogêneo, bastando que, diante da sentença condenatória genérica, o consumidor liquide e execute individualmente, ou, ainda, habilite-se em execução coletiva, para definir o quantum debeatur.

B) Deverá o consumidor se habilitar no processo de conhecimento nessa qualidade, sendo esse requisito indispensável para fazer jus ao recebimento de indenização, de caráter condenatória a decisão judicial.

C) Cuida-se de interesse difuso, afastando a possibilidade de o consumidor ter atuado como litisconsorte e sendo permitida apenas a execução coletiva.

D) Deverão os consumidores individuais ingressar com medidas autônomas, distribuídas por conexão à ação civil pública originária, na medida em que o montante indenizatório da sentença condenatória da ação coletiva será integralmente revertido em favor do Fundo de Reconstituição de Bens Lesados.

Comentário:

A fim de responder satisfatoriamente a questão, observa-se o disposto no art. 81, parágrafo único, III, CDC.

Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

[...]

III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.

A) Correto

Como disposto no artigo 81 do CDC, diante de interesse individual homogêneo, bastando que, diante da sentença condenatória genérica, o consumidor liquide e execute individualmente, ou, ainda, habilite-se em execução coletiva, para definir o quantum debeatur.

B) Errado

Perante a sentença condenatória genérica, é necessário somente que o consumidor liquide e execute individualmente a sentença. Outra hipótese é que ele habilite-se em execução coletiva, uma vez que se trata de interesse individual homogêneo.

C) Errado

Uma vez que o caso é de interesse individual homogêneo, pode o consumidor executar e liquidar a sentença de forma individual – ou, então, habilitar-se em execução coletiva.

D) Errado

Diante da sentença condenatória genérica, uma vez que o caso é de interesse individual homogêneo, é necessário somente que o consumidor liquide e execute individualmente, ou habilite-se em execução coletiva, a fim de definir o quantum debeatur.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO EMPRESARIAL

Questão 46

Roberto desligou-se de seu emprego e decidiu investir na construção de uma hospedagem do tipo pousada no terreno que possuía em Matinhos. Roberto contratou um arquiteto para mobiliar a pousada, fez cursos de hotelaria e, com os ensinamentos recebidos, contratou empregados e os treinou. Ele também contratou um desenvolvedor de sites de Internet e um profissional de marketing para divulgar sua pousada.

Desde então, Roberto dedica-se exclusivamente à pousada, e os resultados são promissores. A pousada está sempre cheia de hóspedes, renovando suas estratégias de fidelização; em breve, será ampliada em sua capacidade.

Considerando a descrição da atividade econômica explorada por Roberto, assinale a afirmativa correta.

A) A atividade não pode ser considerada empresa em razão da falta tanto de profissionalismo de seu titular quanto de produção de bens.
B) A atividade não pode ser considerada empresa em razão de a prestação de serviços não ser um ato de empresa.
C) A atividade pode ser considerada empresa, mas seu titular somente será empresário a partir do registro na Junta Comercial.
D) A atividade pode ser considerada empresa e seu titular, empresário, independentemente de registro na Junta Comercial.

Comentário:

A) Errado

Em função do art. 966º do Código Civil:

> Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de **bens ou de serviços.**
>
> Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

Assim, tem-se que a atividade exercida por Roberto era profissional, uma vez que ele se utilizava dela para adquirir sua renda, atuando, exclusivamente, em seu gerenciamento (ressalta-se que a exclusividade não é pressuposto para o exercício de atividade empresária).

Além disso, como destacado no caput do art. 966º, a caracterização de atividade empresária não abrange apenas a produção de bens, mas também, o fornecimento de serviços.

B) Errado

Como afirmado anteriormente, o art. 966º do Código Civil deixa claro que empresa é a atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, sendo assim, o enunciado está em desacordo com a disposição legal.

C) Errado

Apesar de o art. 967º do Código Civil afirmar que "É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade", a inscrição do empresário na Junta Comercial trata-se de uma condição de regularidade da empresa, ou seja formal.

O conceito de empresa adotado pelo direito brasileiro é material, como definido no art. 966º do Código Civil, sendo assim, a mera prática de atividade econômica organizada configura a atividade. A inscrição do empresário trata-se de pressuposto de regularidade dessa atividade.

D) Correto

Está em acordo com o art. 966º do Código Civil (conceito material de empresa).

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 47

Dirce Reis trabalha como advogada e presta apoio jurídico aos empreendedores da cidade de São Francisco interessados na constituição de sociedades cooperativas. Um grupo de prestadores de serviços procurou a consultora para receber informações sobre o funcionamento de uma cooperativa.

Sobre as regras básicas de funcionamento de uma cooperativa, assinale a afirmativa correta.

A) O estatuto da cooperativa deve ser aprovado previamente pela Junta Comercial do Estado da Federação onde estiver a sede, sendo arquivado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

B) Na sociedade cooperativa, cada sócio tem direito a um só voto nas deliberações sociais, tenha ou não capital a sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação.

C) A responsabilidade dos sócios de uma cooperativa é sempre limitada ao valor do capital social, mas todos respondem solidária e ilimitadamente pela sua integralização. D) Sob pena de nulidade, o capital social da cooperativa deverá ser igual ou superior a 100 salários mínimos, que também será variável durante toda sua existência.

Comentário:

A) Errado

O estatuto da cooperativa não sofre aprovação estatal, mas dos próprios membros da sociedade cooperativa por meio de votação. Além disso, o art. 32º da Lei 8934/94 (Lei de Registros Públicos) determina que ele deve ser arquivado por meio do Registro na Junta Comercial, não no Registro Civil de Pessoas Jurídicas:

> Art. 32. O registro compreende:
>
> (...)
>
> II - O arquivamento:
>
> a) dos documentos relativos à constituição, alteração, dissolução e extinção de firmas mercantis individuais, sociedades mercantis e **cooperativas**;

B) Correto

Determina o art. 1.094 do Código Civil:

> Art. 1.094. São características da sociedade cooperativa:
>
> (...)
>
> VI - direito de cada sócio a **um só voto nas deliberações, tenha ou não capital a sociedade**, e qualquer que seja o valor de sua participação;

Dessa forma, a sociedade cooperativa distingue-se dos outros tipos societários, uma vez que, nela, não há proporcionalidade em função da participação no capital social, que é variável, podendo até mesmo ser dispensado. Assim, a votação dá-se per capita.

C) Errado

O art. 1095º do Código Civil determina:

> Art. 1.095. Na sociedade cooperativa, a responsabilidade dos sócios **pode ser limitada ou ilimitada.**
>
> § 1º É limitada a responsabilidade na cooperativa em que o sócio responde somente pelo valor de suas quotas e pelo prejuízo verificado nas operações sociais, guardada a proporção de sua participação nas mesmas operações.
>
> § 2º É ilimitada a responsabilidade na cooperativa em que o sócio responde solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.

Dessa forma, a responsabilidade dos sócios não é "sempre" limitada como afirma no enunciado, essa determinação caberá ao estatuto da cooperativa.

D) Errado

Está em desacordo com o art. 1094 do Código Civil:

> Art. 1.094. São características da sociedade cooperativa:
>
> I - **variabilidade, ou dispensa do capital social;**

Dessa forma, não há previsão de que haja um capital de 100 salários mínimos para sua constituição, visto que o capital social é, inclusive, dispensável.

Gabarito: Letra B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 48

Resende & Piraí Ltda. sacou duplicata de serviço em face de Italva Louças e Metais S/A, que a aceitou. Antes do vencimento, o título foi endossado para Walter. Há um aval em preto no título dado por Casimiro Cantagalo em favor do sacador. Após o vencimento, ocorrido em 11 de setembro de 2018, a duplicata foi levada a protesto por falta de pagamento, em 28 de setembro do mesmo ano.

Com base nas informações dadas, assinale a opção que indica contra quem Walter, endossatário da duplicata, poderá promover a ação de execução.

A) Italva Louças e Metais S/A, exclusivamente, em razão da perda do direito de ação em face dos coobrigados pela apresentação da duplicata a protesto por falta de pagamento além do prazo de 1 (um) dia útil após o vencimento.
B) Resende & Piraí Ltda. e Casimiro Cantagalo, somente, pois a duplicata foi apresentada a protesto tempestivamente, assegurando o portador seu direito de ação em face dos coobrigados, mas não em face do aceitante.
C) Resende & Piraí Ltda. e Italva Louças e Metais S/A, somente, em razão da perda do direito de ação em face do avalista pela apresentação da duplicata a protesto por falta de pagamento além do prazo de 1 (um) dia útil após o vencimento.
D) Resende & Piraí Ltda., Italva Louças e Metais S/A e Casimiro Cantagalo, pois a duplicata foi apresentada a protesto tempestivamente, assegurando o portador seu direito de ação em face dos coobrigados e do aceitante.

Comentário:

A) Errado

O enunciado trata dos títulos de crédito, em que a Italva Louças e Metais S/A é a devedora principal, a Resende & Piraí Ltda é devedora solidária e Casemiro Cantagalo é devedor solidário em face da Resende & Piraí, em razão do aval prestado.

A Lei nº 5.474/68 é lei especial a esse respeito, por esse motivo, prevalece. Nesse sentido, ela determina:

> Art. 13. A duplicata é protestável por falta de aceite de devolução ou pagamento.
>
> (...)

> § 4º O portador que não tirar o protesto da duplicata, em forma regular e dentro do prazo da **30 (trinta) dias**, contado da data de seu vencimento, perderá o direito de regresso contra os **endossantes e respectivos avalistas**.

Dessa maneira, a letra A é incorreta ao afirmar que houve a "perda do direito de ação em face dos coobrigados", visto que o prazo para o protesto previsto na lei é de 30 dias, que foi observado por Walter, não de apenas um dia útil após o vencimento.

B) Errado

O direito de regresso contra os endossantes e respectivos avalistas previsto no art. 13, § 4º da Lei nº 5.474/68 não exclui o direito de ação contra o devedor principal da obrigação, nesse caso, a Italva Louças e Metais S/A.

C) Errado

O texto legal engloba os "respectivos avalistas" do endossante, sendo assim, havendo protesto em até 30 dias do vencimento (e não apenas um dia, como afirmado no enunciado), tanto endossante quanto seus respectivos avalistas podem ser executados.

D) Correto

A alternativa está de acordo com o art. 13, §4º da Lei nº 5.474/68.

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 49

Móveis Combinados Ltda. (franqueador) pretende licenciar a Ananás Móveis e Decorações Ltda. ME (franqueado) o direito de uso de marca, associado ao direito de distribuição semiexclusiva de produtos moveleiros.

De acordo com os termos da Circular de Oferta de Franquia elaborada pelo franqueador, eventualmente poderá o franqueado ter acesso ao uso de tecnologia de implantação e administração de negócios desenvolvidos pelo primeiro, mediante remuneração direta, sem ficar caracterizado vínculo empregatício entre as partes.

Tendo em vista as disposições legais sobre o contrato celebrado, assinale a afirmativa correta.

A) Se o contrato de franquia empresarial vier a ser celebrado, o franqueador deverá licenciar ao franqueado o direito de uso de marca e, eventualmente, também o direito de uso de tecnologia de implantação e administração de negócio ou de sistema operacional desenvolvido.
B) O contrato de franquia empresarial pode ser ajustado verbalmente ou por escrito; neste caso, deverá ser assinado na presença de duas testemunhas e terá eficácia em relação a terceiros com o arquivamento na Junta Comercial.
C) A circular oferta de franquia deverá ser entregue a Ananás Móveis e Decorações Ltda. ME, no mínimo, 30 dias antes da assinatura do contrato ou pré-contrato, ou ainda do pagamento de taxa de adesão ao sistema pelo franqueado.
D) Se Móveis Combinados Ltda. veicular informações falsas na circular de oferta de franquia, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, Ananás Móveis e Decorações Ltda. ME poderá arguir a nulidade de pleno direito do contrato e exigir devolução de até metade do valor que já houver pago.

Comentário:

A) Correto

Está de acordo com a redação da Lei 13.966, que revogou a Lei 8955/94, tratando da franquia empresarial:

> Art. 1º Esta Lei disciplina o sistema de franquia empresarial, pelo qual um franqueador autoriza por meio de contrato um franqueado a usar marcas e outros objetos de propriedade intelectual, sempre associados ao **direito de produção ou distribuição exclusiva ou não exclusiva de produtos ou serviços e também ao direito de uso de métodos e sistemas de implantação e administração de negócio ou sistema operacional desenvolvido ou detido pelo franqueador**, mediante remuneração direta ou indireta, sem caracterizar relação de consumo ou vínculo empregatício em relação ao franqueado ou a seus empregados, ainda que durante o período de treinamento.

B) Errado

Está em desacordo com a redação da lei 13.966:

> Art. 2º Para a implantação da franquia, o franqueador deverá fornecer ao interessado Circular de Oferta de Franquia, escrita em língua portuguesa, de forma objetiva e acessível, contendo obrigatoriamente (...)

Sendo assim, esse instrumento deverá ter a forma escrita, não podendo se dar na forma verbal.

C) Errado

O §1º do art. 2º da Lei 13.966 determina um prazo de 10 dias, não 30 dias antes da assinatura da Circular de Oferta de Franquia:

> § 1º A Circular de Oferta de Franquia deverá ser entregue ao candidato a franqueado, no mínimo, **10 (dez) dias** antes da assinatura do contrato ou pré-contrato de franquia ou, ainda, do pagamento de qualquer tipo de taxa pelo franqueado ao franqueador ou a empresa ou a pessoa ligada a este, salvo no caso de licitação ou pré-qualificação promovida por órgão ou entidade pública, caso em que a Circular de Oferta de Franquia será divulgada logo no início do processo de seleção.

D) Errado

O §2º do art. 2º da Lei 13.966 determina que poderá haver a anulabilidade, e não a nulidade da Circular em hipótese de descumprimento:

> § 2º Na hipótese de não cumprimento do disposto no § 1º, o franqueado poderá arguir anulabilidade ou nulidade, conforme o caso, e exigir a devolução de todas e quaisquer quantias já pagas ao franqueador, ou a terceiros por este indicados, a título de filiação ou de royalties, corrigidas monetariamente.

Gabarito: Letra A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 50

A Fazenda Pública do Estado de Pernambuco ajuizou ação de execução fiscal em face de sociedade empresária. No curso da demanda, houve o processamento da recuperação judicial da sociedade.

Em relação à execução fiscal em curso, assinale a afirmativa correta.

A) Fica suspensa com o processamento da recuperação até seu encerramento.
B) Não é suspensa com o processamento da recuperação judicial.
C) Fica suspensa com o processamento da recuperação judicial até o máximo de 180 (cento e oitenta) dias.
D) É extinta com o processamento da recuperação judicial.

Comentário:

A) Errado

Em função do art. 6º da Lei nº 11.101/05:

> Art. 6. A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário.
>
> § 7º As execuções de natureza fiscal **não são suspensas pelo deferimento da recuperação judicial**, ressalvada a concessão de parcelamento nos termos do Código Tributário Nacional e da legislação ordinária específica.

Sendo assim, em tratando-se de matéria tributária, não pode haver acordo casuístico de recuperação judicial. Com isso, a execução não poderá ser suspensa.

B) Correto

Está de acordo com o art. 6º, §7º da Lei nº 11.101/05.

C) Errado

Aqui, o avaliador tentou confundir o aluno com a disposição do §4º do art. 6º da Lei 11.101/05:

> § 4 Na recuperação judicial, a suspensão **de que trata o caput** deste artigo em hipótese nenhuma excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial.

No entanto, o dispositivo refere-se ao caput do art. 6º, enquanto a situação apresentada se enquadra no §7º do artigo, determinando que não há suspensão da execução.

D) Errado

A hipótese apresentada não possui suporte legal.

Gabarito: Letra B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 51

Márcia está muito doente e necessita fazer uso contínuo do medicamento XYZ para sobreviver. Embora, durante os últimos anos, tenha obtido os medicamentos no único hospital público da cidade em que reside, foi informada de que aquela era a última caixa e que, no mês seguinte, o medicamento não seria mais fornecido pela rede pública.

Diante de tal circunstância, desejando obter o fornecimento do medicamento, Márcia procura você, como advogado(a), para elaborar a petição inicial e ajuizar a demanda que obrigue o Poder Público ao fornecimento do medicamento XYZ. A petição inicial distribuída trouxe o pedido de medicamentos em caráter antecedente e tão somente a indicação do pedido de tutela final, expondo na lide o direito que busca realizar e o perigo de dano à saúde de Márcia.

A respeito do caso mencionado, assinale a afirmativa correta.

A) O(A) advogado(a) de Márcia fez uso da denominada tutela da evidência, em que se requer a demonstração do perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

B) O procedimento adotado está equivocado, pois a formulação completa da causa de pedir e do pedido final é requisito do requerimento de tutela antecedente.

C) O(A) advogado(a) agiu corretamente, sendo possível a formulação de requerimento de tutela antecipada antecedente para o fornecimento de medicamento.

D) Ocorrerá o indeferimento de plano da petição inicial, caso o juiz entenda que não há elementos para a concessão da tutela antecipada.

Comentários:

A questão aborda a temática das tutelas provisórias. Alguns pontos do enunciado chamam a atenção: "a indicação do pedido de tutela final, expondo na lide o direito

que busca realizar" e "o perigo de dano à saúde". Tais informações apontam para à possibilidade de concessão de tutela de urgência, disciplinada no artigo 303 do Diploma Adjetivo Civil. O candidato deve discernir perfeitamente a tutela de evidência e a tutela de urgência, cuja maior distinção reside na presença ou não de perigo de dano ou risco ao resultado do processo.

> Art. 303. Nos casos em que a **urgência** for contemporânea à propositura da ação, **a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano** ou do risco ao resultado útil do processo.
> §1º Concedida a tutela antecipada a que se refere o *caput* deste artigo:
> I - o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 15 (quinze) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar;
> II - o réu será citado e intimado para a audiência de conciliação ou de mediação na forma do art. 334;
> III - não havendo autocomposição, o prazo para contestação será contado na forma do art. 335.
> §2º Não realizado o aditamento a que se refere o inciso I do §1º deste artigo, o processo será extinto sem resolução do mérito.
> §3º O aditamento a que se refere o inciso I do §1º deste artigo dar-se-á nos mesmos autos, sem incidência de novas custas processuais.
> §4º Na petição inicial a que se refere o *caput* deste artigo, o autor terá de indicar o valor da causa, que deve levar em consideração o pedido de tutela final.
> §5º O autor indicará na petição inicial, ainda, que pretende valer-se do benefício previsto no caput deste artigo.
> §6º **Caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até 5 (cinco) dias**, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.

A) Errado

De pronto, pode-se eliminar a alternativa "A", pois, como dito linhas acima, trata-se de hipótese de tutela de urgência. Ademais, na tutela de evidência dispensa-se a demonstração do perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

B) Errado

Também incorreta a letra "B", conforme depreende-se do artigo 303, *caput*, acima transcrito, o qual estabelece que o autor da demanda "pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano".

C) Correto

A assertiva "C", por sua vez, encontra-se em perfeita conformidade com o artigo 294, parágrafo único, do CPC, o qual dispõe acerca da possibilidade de concessão da tutela em caráter antecedente.

> Art. 294, CPC. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.
> Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, **pode ser concedida em caráter antecedente** ou incidental.

D) Errado

Por fim, equivocada a alternativa "D", já que no caso de o juiz entender que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, este "determinará a emenda da petição inicial em até 5 (cinco) dias", conforme o artigo 303, §6º, transcrito linhas acima.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 52

Amanda ajuizou execução por quantia certa em face de Carla, fundada em contrato de empréstimo inadimplido que havia sido firmado entre elas, pelo valor, atualizado na data-base de 20/3/2017, de R$ 50 mil. Carla foi citada e não realizou o pagamento no prazo legal, tampouco apresentou embargos, limitando-se a indicar à penhora um imóvel de sua titularidade.

Carla informou que o referido imóvel valeria R$ 80 mil. Amanda, após consultar três corretores de imóveis, verificou que o valor estaria bem próximo ao de mercado, de modo que pretende dar seguimento aos atos de leilão e recebimento do crédito.

Diante de tal situação, assinale a afirmativa que melhor atende aos interesses de Amanda.

A) Ela deverá requerer ao juízo a avaliação do imóvel por oficial de justiça avaliador, ato indispensável para dar seguimento ao leilão.

B) Deverá ser requerida ao juízo a avaliação do imóvel por especialista na área (perito); sem isso, o leilão não poderá prosseguir.

C) Ela deverá requerer ao juízo que este faça inspeção judicial no imóvel, de modo a confirmar seu valor.

D) Ela deverá requerer que seja realizado o leilão, com dispensa da avaliação judicial do bem, manifestando ao juízo concordância com a estimativa de valor feita por Carla.

Comentários:

O enunciado refere-se à avaliação em execução por quantia certa, disciplinada no artigo 870 do Código de Processo Civil. Ademais, percebe-se que o enunciado esclarece que a parte autora não questiona a estimativa proposta pela ré, inferindo-se a dispensa da avaliação, conforme preleciona o artigo 871, I, também do CPC.

> Art. 870, CPC. A avaliação **será feita pelo oficial de justiça**.
> Parágrafo único. Se forem necessários conhecimentos especializados e o valor da execução o comportar, o juiz nomeará avaliador, fixando-lhe prazo não superior a 10 (dez) dias para entrega do laudo.
>
> Art. 871, CPC. **Não se procederá à avaliação** quando:

I - **uma das partes aceitar a estimativa feita pela outra**;
II - se tratar de títulos ou de mercadorias que tenham cotação em bolsa, comprovada por certidão ou publicação no órgão oficial;
III - se tratar de títulos da dívida pública, de ações de sociedades e de títulos de crédito negociáveis em bolsa, cujo valor será o da cotação oficial do dia, comprovada por certidão ou publicação no órgão oficial;
IV - se tratar de veículos automotores ou de outros bens cujo preço médio de mercado possa ser conhecido por meio de pesquisas realizadas por órgãos oficiais ou de anúncios de venda divulgados em meios de comunicação, caso em que caberá a quem fizer a nomeação o encargo de comprovar a cotação de mercado.
Parágrafo único. Ocorrendo a hipótese do inciso I deste artigo, a avaliação poderá ser realizada quando houver fundada dúvida do juiz quanto ao real valor do bem.

A) Errado

Incialmente, incorreta a alternativa "A", pois afirma ser indispensável para dar seguimento ao leilão a realização da avaliação. Todavia, como dito linhas acima, o enunciado descreve hipótese que se enquadra no disposto no artigo 871, I, do CPC, dispensando-se a avaliação.

B) Errado

No mesmo sentido, incorreta a letra "B", pois também apregoa a indispensabilidade da avaliação, não se coadunando com a hipótese narrada no enunciado. Ademais, a contratação de profissional especializado não é a regra, conforme o artigo 870, parágrafo único, acima transcrito.

C) Errado

Incorreta a letra "C", pois conforme os dispositivos transcritos alhures, não é hipótese de inspeção judicial.

D) Correto

Por outro lado, acertada a redação da assertiva "D", posto que esclarece a dispensabilidade da avaliação, diante da concordância das partes quanto à estimativa, em perfeita conformidade com os artigos exaustivamente mencionados.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 53

Em virtude de acidente sofrido nas dependências da loja da operadora de celular Fale Mais S/A, Luana ajuizou ação em face da empresa em questão, buscando indenização por danos materiais e morais, com a concessão de tutela de urgência para o pagamento imediato de despesas médicas. Os aspectos fáticos de suas alegações foram comprovados por meio de documentos, sendo certo que sua tese jurídica encontra respaldo em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas.

Sobre o caso, assinale a afirmativa correta.

A) Será possível a concessão da tutela da evidência, podendo ser dispensada, para tanto, a prévia oitiva da ré.

B) A concessão da tutela de urgência poderá ser liminar e independerá da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

C) A tutela antecipada que for concedida em caráter incidental torna-se estável se, da decisão que a conceder, não for interposto o respectivo recurso, levando à extinção do processo.

D) Concedida a tutela de urgência ou da evidência, somente poderá ser revogada até o fim da instrução processual.

Comentários:

A questão também aborda a temática das tutelas provisórias. Logo, de pronto, deve-se identificar sobre qual das espécies se refere. Para tanto, alguns pontos do enunciado merecem ser destacados: "aspectos fáticos de suas alegações foram comprovados por meio de documentos" e "tese jurídica encontra respaldo em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas". Tais pontos indicam a hipótese de tutela de evidência, disciplinada no artigo 311 do Código de Processo Civil.

> Art. 311 CPC. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:
> I - ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte;
> II - **as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos** ou em súmula vinculante;
> III - se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa;
> IV - a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.
> Parágrafo único. **Nas hipóteses dos incisos II e III, o juiz poderá decidir liminarmente.**

A) Correto

De pronto, correta a alternativa "A", posto que perfeitamente condizente com o inciso II e o parágrafo único do dispositivo transcrito. Assim, é possível a concessão da tutela de evidência liminarmente, diante de fatos provados documentalmente e firmados em julgamentos de repetitivos.

B) Errado

Por outro lado, equivocada a alternativa "B", pois, diferentemente do que enuncia, trata-se de tutela de evidência, a qual, de fato, poderá ser liminar e independerá da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

C) Errado

Também errada a assertiva "C", cuja incorreção é muito sutil. Na verdade, é a tutela antecipada antecedente que está sujeita à estabilização, conforme artigo 304, CPC.

> Art. 304, CPC. A tutela antecipada, **concedida nos termos do art. 303**, torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso.
> §1º No caso previsto no *caput*, o processo será extinto.
> §2º Qualquer das partes poderá demandar a outra com o intuito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada nos termos do *caput*.
> §3º A tutela antecipada conservará seus efeitos enquanto não revista, reformada ou invalidada por decisão de mérito proferida na ação de que trata o §2º.
> §4º Qualquer das partes poderá requerer o desarquivamento dos autos em que foi concedida a medida, para instruir a petição inicial da ação a que se refere o §2º, prevento o juízo em que a tutela antecipada foi concedida.
> §5º O direito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada, previsto no §2º deste artigo, extingue-se após 2 (dois) anos, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo, nos termos do §1º.
> §6º A decisão que concede a tutela não fará coisa julgada, mas a estabilidade dos respectivos efeitos só será afastada por decisão que a revir, reformar ou invalidar, proferida em ação ajuizada por uma das partes, nos termos do §2º deste artigo.

D) Errado

Por fim, também incorreta a letra "D", pois, conforme preleciona o artigo 296 do CPC, "a tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, **a qualquer tempo**, ser revogada ou modificada". Assim, não há óbice para a revogação antes do fim da instrução processual.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 54

Diego e Thaís, maiores e capazes, ambos sem filhos, são formalmente casados pelo regime legal da comunhão parcial de bens. Ocorre que, devido a problemas conjugais e divergências quanto à divisão do patrimônio comum do casal, o matrimônio teve fim de forma conturbada, o que motivou Thaís a ajuizar ação de divórcio litigioso cumulada com partilha de bens em face do ex-cônjuge. Na petição inicial, a autora informa que tem interesse na realização de audiência de conciliação ou de mediação. Diego, regularmente citado, busca orientação jurídica sobre os possíveis desdobramentos da demanda ajuizada por sua ex-cônjuge. Na qualidade de advogado(a) de Diego, assinale a opção que apresenta os esclarecimentos corretos que foram prestados.

A) Diego, ainda que de forma injustificada, possui a faculdade de deixar de comparecer à audiência regularmente designada para fins de solução consensual do conflito, não sofrendo qualquer sanção processual em virtude da ausência.

B) Descabe, no processo contencioso de divórcio ajuizado por Thaís, a solução consensual da controvérsia, uma vez que o direito em questão possui feição extrapatrimonial e, portanto, indisponível.

C) Ante a existência de vínculo prévio entre as partes, a audiência a ser realizada para fins de autocomposição entre Diego e Thaís deverá ser conduzida por um conciliador, que poderá sugerir soluções para o litígio, vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação.

D) A partir de requerimento que venha a ser formulado por Diego e Thaís, o juiz pode determinar a suspensão do processo enquanto os litigantes se submetem à mediação extrajudicial.

Comentários:

O enunciado está relacionado às ações de divórcio e à audiência de conciliação e mediação.

> Art. 694, CPC. Nas ações de família, **todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia**, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação.
> Parágrafo único. A requerimento das partes, **o juiz pode determinar a suspensão do processo** enquanto os litigantes se submetem a mediação extrajudicial ou a atendimento multidisciplinar.

A) Errado

Equivocada a assertiva "A", pois vai de encontro ao que preceitua o artigo 334, §8º, do Diploma Adjetivo Civil. Logo, a ausência injustificada na audiência de autocomposição acarreta multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa.

> Art. 334, CPC. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. (...)
> §8º O **não comparecimento injustificado** do autor ou do réu à audiência de conciliação **é considerado ato atentatório à dignidade da justiça** e será **sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa**, revertida em favor da União ou do Estado.

B) Errado

Também incorreta a letra "B", pois, conforme o *caput* do artigo 664, transcrito linhas acima, a solução consensual da controvérsia também é fim a ser perseguido nas ações de família.

C) Errado

A assertiva "C" exige que o candidato distinga o mediador e o conciliador; ressalta, ainda, a existência de vínculo prévio entre as partes, o que conduz para a figura do mediador, segundo disposição do artigo 165, §3º, do CPC, não do conciliador como prevê o enunciado.

Art. 165, CPC. Os tribunais criarão centros judiciários de solução consensual de conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição.

§1º A composição e a organização dos centros serão definidas pelo respectivo tribunal, observadas as normas do Conselho Nacional de Justiça.

§2º O conciliador, que atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem.

§3º **O mediador, que atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes**, auxiliará aos interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos.

D) Correto

Logo, correta a alternativa "D", pois perfeitamente condizente com o artigo 693, parágrafo único, transcrito alhures, sendo possível a determinação da suspensão do processo enquanto os litigantes se submetem à mediação.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 55

Maria comprou um apartamento da empresa Moradia S/A e constatou, logo após sua mudança, que havia algumas infiltrações e problemas nas instalações elétricas. Maria consultou seu advogado, que sugeriu o ajuizamento de ação de produção antecipada de prova, com o objetivo de realizar uma perícia no imóvel, inclusive com o objetivo de decidir se ajuizaria, posteriormente, ação para reparação dos prejuízos.

Diante desse contexto, assinale a afirmativa correta.

A) A produção antecipada de provas é cabível, porque visa a obter prévio conhecimento dos fatos e da situação do imóvel, para justificar ou evitar o ajuizamento de ação de reparação dos prejuízos.

B) A produção antecipada de provas é obrigatória, uma vez que Maria não poderia ingressar diretamente com ação para reparação dos prejuízos.

C) A produção antecipada de provas é incabível, porque apenas pode ser ajuizada quando há urgência ou risco de que a verificação dos fatos venha a se tornar impossível posteriormente, o que não foi demonstrado na hipótese concreta.

D) A produção antecipada de provas é incabível, vez que o seu ajuizamento apenas pode ocorrer mediante pedido conjunto de Maria e da empresa Moradia S/A.

Comentários:

Questiona-se acerca das hipóteses de admissibilidade da produção antecipada de provas, a qual encontra-se regulamentada no artigo 381 do Diploma Adjetivo Civil.

> Art. 381. A produção antecipada da prova será **admitida** nos casos em que:
> I - haja fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação;
> II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;
> III - **o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação**.
> §1º O arrolamento de bens observará o disposto nesta Seção quando tiver por finalidade apenas a realização de documentação e não a prática de atos de apreensão.
> §2º A produção antecipada da prova é da competência do juízo do foro onde esta deva ser produzida ou do foro de domicílio do réu.
> §3º A produção antecipada da prova não previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.
> §4º O juízo estadual tem competência para produção antecipada de prova requerida em face da União, de entidade autárquica ou de empresa pública federal se, na localidade, não houver vara federal.
> §5º Aplica-se o disposto nesta Seção àquele que pretender justificar a existência de algum fato ou relação jurídica para simples documento e sem caráter contencioso, que exporá, em petição circunstanciada, a sua intenção.

A) Correto

De pronto, acertada a redação da letra "A", pois condizente com o artigo 381, III, acima transcrito, posto que é cabível a produção antecipada de provas quando puder evitar o ajuizamento de ação futura.

B) Errado

Por outro lado, incorreta a alternativa "B", pois não possui qualquer respaldo legal. A produção antecipada de provas não é etapa obrigatória para o ajuizamento de quaisquer ações.

C) Errado

Igualmente equivocada a alternativa "C", pois a demonstração de urgência ou risco à viabilidade de demonstração dos fatos não é requisito para a produção antecipada de provas.

D) Errado

Por fim, também a assertiva "D" está incorreta. Como mencionado exaustivamente, é cabível a produção antecipada de provas à hipótese, com fulcro no artigo 381, III, do CPC, o qual não estabelece como requisito o pedido conjunto de autor e réu.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 56

Em razão da realização de obras públicas de infraestrutura em sua rua, que envolveram o manejo de retroescavadeiras e britadeiras, a residência de Daiana acabou sofrendo algumas avarias. Daiana ingressou com ação judicial em face do ente que promoveu as obras, a fim de que este realizasse os reparos necessários em sua residência. Citado o réu, este apresentou a contestação.

Contudo, antes do saneamento do processo, diante do mal-estar que vivenciou, Daiana consultou seu advogado a respeito da possibilidade de, na mesma ação, adicionar pedido de condenação em danos morais.

Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) É possível o aditamento, uma vez que, até o saneamento do processo, é permitido alterar ou aditar o pedido sem o consentimento do réu.

B) Não é possível o aditamento, uma vez que o réu foi citado e apresentou contestação.

C) É possível o aditamento, eis que, até o saneamento do processo, é permitido aditar ou alterar o pedido, desde que com o consentimento do réu.

D) É possível o aditamento, porquanto, até a prolação da sentença, é permitido alterar ou aditar o pedido, desde que não haja recusa do réu.

Comentários:

O enunciado indaga acerca da possibilidade de aditamento do pedido. A matéria encontra respaldo no artigo 329 do Código de Processo Civil.

> Art. 329. O autor **poderá**:
> I - até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu;
> II - **até o saneamento do processo, aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, com consentimento do réu**, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, facultado o requerimento de prova suplementar.

> Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo à reconvenção e à respectiva causa de pedir.

A) Errado

Incorreta a alternativa "A", já que afirma ser dispensável o consentimento do réu para o aditamento do pedido ou da causa de pedir até o saneamento, enquanto o artigo 329, II, acima transcrito, dispõe de forma diversa.

B) Errado

Igualmente equivocada a letra "B", pois aponta para a inviabilidade do aditamento, indo de encontro ao que preceitua o artigo supramencionado.

C) Correto

Por outro lado, perfeitamente adequada a redação da assertiva "C", pois afirma a possibilidade do aditamento do pedido até o saneamento do processo, desde que com o consentimento do réu, de acordo com o artigo 329, II, do CPC.

D) Errado

Por fim, a alternativa "D" deve ser eliminada, pois o marco para a alteração ou aditamento do pedido é o saneamento do processo, não a sentença como aponta o enunciado.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 57

Pedro ajuizou ação indenizatória contra Diego, tendo o juiz de primeira instância julgado integralmente improcedentes os pedidos formulados na petição inicial, por meio de sentença que veio a ser mantida pelo Tribunal em sede de apelação.

Contra o acórdão, Pedro interpôs recurso especial, sob o argumento de que teria ocorrido violação de dispositivo da legislação federal. A Presidência do Tribunal, no entanto, inadmitiu o recurso especial, ao fundamento de que o acórdão recorrido se encontra em conformidade com entendimento do Superior Tribunal de Justiça exarado no regime de julgamento de recurso repetitivo.

Diante dessa situação hipotética, assinale a opção que indica o recurso que Pedro deverá interpor.

A) Agravo em recurso especial, para que o Superior Tribunal de Justiça examine se o recurso especial preenche ou não os requisitos de admissibilidade.

B) Agravo interno, para demonstrar ao Plenário do Tribunal, ou ao seu Órgão Especial, que o acórdão recorrido versa sobre matéria distinta daquela examinada pelo Superior Tribunal de Justiça no regime de julgamento do recurso repetitivo.

C) Agravo interno, para demonstrar ao Superior Tribunal de Justiça que o acórdão recorrido versa sobre matéria distinta daquela examinada pelo mesmo Tribunal Superior no regime de julgamento do recurso repetitivo.

D) Recurso Extraordinário, para demonstrar ao Supremo Tribunal Federal que o recurso especial deveria ter sido admitido pela Presidência do Tribunal de origem.

Comentários:

A questão aborda a temática dos recursos. Deve-se observar, inicialmente, que a decisão a ser impugnada fora proferida monocraticamente pela Presidência de Tribunal. Tal circunstância indica o cabimento de agravo interno, cuja disciplina encontra-se no artigo 1.030 do Código de Processo Civil.

> Art. 1.030, CPC. Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15

(quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá:

I – **negar seguimento**:

a) a recurso extraordinário que discuta questão constitucional à qual o Supremo Tribunal Federal não tenha reconhecido a existência de repercussão geral ou a recurso extraordinário interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal exarado no regime de repercussão geral;

b) a recurso extraordinário ou a **recurso especial** interposto contra acórdão que esteja em **conformidade com entendimento** do Supremo Tribunal Federal ou do **Superior Tribunal de Justiça**, respectivamente, **exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos**;

II – encaminhar o processo ao órgão julgador para realização do juízo de retratação, se o acórdão recorrido divergir do entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça exarado, conforme o caso, nos regimes de repercussão geral ou de recursos repetitivos;

III – sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme se trate de matéria constitucional ou infraconstitucional;

IV – selecionar o recurso como representativo de controvérsia constitucional ou infraconstitucional, nos termos do §6º do art. 1.036;

V – realizar o juízo de admissibilidade e, se positivo, remeter o feito ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça, desde que:

a) o recurso ainda não tenha sido submetido ao regime de repercussão geral ou de julgamento de recursos repetitivos;

b) o recurso tenha sido selecionado como representativo da controvérsia; ou

c) o tribunal recorrido tenha refutado o juízo de retratação.

§1º Da decisão de inadmissibilidade proferida com fundamento no inciso V caberá agravo ao tribunal superior, nos termos do art. 1.042.

§2º **Da decisão proferida com fundamento nos incisos I e III caberá agravo interno**, nos termos do art. 1.021.

A) Errado

Equivocada a alternativa "A", pois não é hipótese de agravo em recurso especial, já que o artigo 1.042 prevê expressamente sua inadmissibilidade quando a decisão se fundar em julgamento de repetitivos.

> Art. 1.042, CPC. Cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, **salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos**.

B) Correto

Por outro lado, correta a letra "B", já que de acordo com o artigo 1.030, I, "b" e §2º, transcrito acima. Logo, é cabível agravo interno da decisão da Presidência de Tribunal que nega seguimento a recurso especial sob o argumento de que o acórdão recorrido está conforme entendimento do STJ exarado em sede de repetitivos.

C) Errado

A assertiva "C" deve ser eliminada, pois afirma que o agravo interno deve ser interposto perante o próprio Superior Tribunal de Justiça, diferentemente do que dispõe o artigo acima transcrito, eis que deve ser interposto no próprio TJ.

D) Errado

Por fim, igualmente incorreta a alternativa "D", já que não possui qualquer respaldo legal. O recurso extraordinário possui regramento no artigo 102, III, da Constituição Federal, e nenhuma de suas hipóteses de cabimento se amolda à descrita no enunciado.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO PENAL

Questão 58

Talles, desempregado, decide utilizar seu conhecimento de engenharia para fabricar máquina destinada à falsificação de moedas. Ao mesmo tempo, pega uma moeda falsa de R$ 3,00 (três reais) e, com um colega também envolvido com falsificações, tenta colocá-la em livre circulação, para provar o sucesso da empreitada.

Ocorre que aquele que recebe a moeda percebe a falsidade rapidamente, em razão do valor suspeito, e decide chamar a Polícia, que apreende a moeda e o maquinário já fabricado. Talles é indiciado pela prática de crimes e, já na Delegacia, liga para você, na condição de advogado(a), para esclarecimentos sobre a tipicidade de sua conduta.

Considerando as informações narradas, em conversa sigilosa com seu cliente, você deverá esclarecer que a conduta de Talles configura

A) atos preparatórios, sem a prática de qualquer delito.
B) crimes de moeda falsa e de petrechos para falsificação de moeda.
C) crime de petrechos para falsificação de moeda, apenas.
D) crime de moeda falsa, apenas, em sua modalidade tentada.

Comentário:

A) Errado

De acordo com o art. 14, §2º do Código Penal, a consumação de um delito só se configura com a realização dos atos executórios. Sendo assim, os atos preparatórios não ensejam crime. No entanto, há certas condutas que, apesar de constituírem atos preparatórios para determinado crime, como a fabricação, fornecimento e aquisição de petrechos para falsificação de moeda (art. 291, CP) são tipificados como crime próprio.

No caso apresentado, o crime de falsificação de moeda (art. 289, CP) não se configura, visto que houve uma falsificação grosseira não idônea para iludir alguém (se fosse esse o caso, configurar-se ia o crime de estelionato, como previsto na Súmula 73 do STJ):

> EMENTA: PENAL. MOEDA FALSA. ARTIGO 289, § 1º, CÓDIGO PENAL. FALSIFICAÇÃO. IMITAÇÃO PRECÁRIA. ATIPICIDADE. Orientando-se o tipo de moeda falsa para defesa da fé pública ínsita ao meio circulante, cumpre seja reconhecida a potencialidade intrínseca do falso circular na sociedade, como condição para a tipificação do delito do art. 289, § 1º, do Código Penal, o que exclui, portanto, as falsidades grosseiras. Cabe ao juiz interpretar a prova aos fins de definir a qualidade das cédulas falsas, avaliando os elementos do processo, entre eles o laudo pericial e as circunstâncias do fato. No caso, reconhecida a falsidade grosseira, pois para circulação seria necessário todo um conjunto de elementos circunstanciais (v.g. local de pouca iluminação, movimentado, etc) alheios à própria cédula, somado às circunstâncias do caso a revelarem que a inautenticidade foi de plano descoberta pelo receptor. Não havendo elementos de materialidade para o crime de moeda falsa, impõe-se a absolvição do réu, com fundamento no artigo 386, III, do Código de Processo Penal Preponderância das conclusões do juiz em detrimento da análise contida no laudo pericial. (TRF4, ACR 5000746-80.2010.4.04.7112, SÉTIMA TURMA, Relator MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA, juntado aos autos em 14/05/2013).

Sendo assim, a emissão da nota de R$ 3,00 não configura figura típica, porém, a fabricação de petrechos para falsificação de moeda configura delito consumado, não apenas atos preparatórios.

B) Errado

Como visto, a conduta de falsificação de moeda realizada foi grosseira, não idônea para a ludibriar outrem, constituindo figura atípica. O único delito consumado foi o de petrechos para falsificação de moeda (art. 291, CP).

C) Correto

A alternativa está de acordo com o entendimento legal e jurisprudencial.

D) Errado

Como visto, a conduta de falsificação de moeda realizada foi grosseira, não idônea para a ludibriar outrem, constituindo figura atípica de acordo com o entendimento jurisprudencial. O único delito consumado foi o de petrechos para falsificação de moeda (art. 291, CP).

Gabarito: Letra C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

Questão 59

No dia 05/03/2015, Vinícius, 71 anos, insatisfeito e com ciúmes em relação à forma de dançar de sua esposa, Clara, 30 anos mais nova, efetua disparos de arma de fogo contra ela, com a intenção de matar. Arrependido, após acertar dois disparos no peito da esposa, Vinícius a leva para o hospital, onde ela ficou em coma por uma semana. No dia 12/03/2015, porém, Clara veio a falecer, em razão das lesões causadas pelos disparos da arma de fogo. Ao tomar conhecimento dos fatos, o Ministério Público ofereceu denúncia

em face de Vinícius, imputando-lhe a prática do crime previsto no Art. 121, § 2º, inciso VI, do Código Penal, uma vez que, em 09/03/2015, foi publicada a Lei nº 13.104, que previu a qualificadora antes mencionada, pelo fato de o crime ter sido praticado contra a mulher por razão de ser ela do gênero feminino.

Durante a instrução da 1ª fase do procedimento do Tribunal do Júri, antes da pronúncia, todos os fatos são confirmados, pugnando o Ministério Público pela pronúncia nos termos da denúncia. Em seguida, os autos são encaminhados ao(a) advogado(a) de Vinícius para manifestação.

Considerando apenas as informações narradas, o(a) advogado(a) de Vinicius poderá, no momento da manifestação para a qual foi intimado, pugnar pelo imediato

A) reconhecimento do arrependimento eficaz.
B) afastamento da qualificadora do homicídio.
C) reconhecimento da desistência voluntária.
D) reconhecimento da causa de diminuição de pena da tentativa.

Comentário:

A) Errado

A figura do arrependimento eficaz está prevista no art. 15º do Código Penal: "O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados". No caso apresentado, apesar de Vinícius haver se arrependido da conduta e inaugurado outro curso causal levando a vítima para o hospital, ele não foi eficaz para impedir o resultado morte. Como a questão afirma que a morte foi decorrente das lesões geradas pelos disparos de Vinícius, cujo arrependimento não foi

idôneo para evitar a produção do resultado, não há o que se falar em arrependimento eficaz.

B) Correto

Apesar da conduta de Vinícius se enquadrar na tipificação apresentada (art, 121, §2º, VI), a questão é clara ao apontar que essa figura típica, incluída no Código Penal pela Lei nº 13.104/2015, só entrou em vigor no dia 09/03/2015. Como a conduta de Vinícius foi praticada no dia 05/03/2015 tem-se que, de acordo com o princípio constitucional da irretroatividade da lei penal, a lei nova não poderá retroagir para prejudicar o réu. Por esse motivo, a nova figura típica não se aplica ao caso apresentado.

C) Errado

A figura da desistência voluntária está prevista no art. 15º do Código Penal: "O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados". Assim, ela se dá quando o agente inicia e execução e não a conclui, fazendo com que o resultado não se produza. No caso apresentado, o agente concluiu os meios executórios e apenas posteriormente inaugurou outro curso causal para impedir a configuração do resultado, o que não ocorreu. Sendo assim, não se configura a desistência voluntária.

D) Errado

Não houve configuração da tentativa, prevista no art. 14, II do CP: " tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente", uma vez que o delito se consumou e apenas após a execução o agente arrependeu-se e tentou evitar a produção do resultado.

Gabarito: Letra B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca, Doutrina

Questão 60

Pedro e Paulo combinam de praticar um crime de furto em determinada creche, com a intenção de subtrair computadores. Pedro, então, sugere que o ato seja praticado em um domingo, quando o local estaria totalmente vazio e nenhuma criança seria diretamente prejudicada.

No momento da empreitada delitiva, Pedro auxilia Paulo a entrar por uma janela lateral e depois entra pela porta dos fundos da unidade. Já no interior do local, eles verificam que a creche estava cheia em razão de comemoração do "Dia das Mães"; então, Pedro pega um laptop e sai, de imediato, pela porta dos fundos, mas Paulo, que estava armado sem que Pedro soubesse, anuncia o assalto e subtrai bens e joias de crianças, pais e funcionários. Captadas as imagens pelas câmeras de segurança, Pedro e Paulo são identificados e denunciados pelo crime de roubo duplamente majorado.

Com base apenas nas informações narradas, a defesa de Pedro deverá pleitear o reconhecimento da

A) participação de menor importância, gerando causa de diminuição de pena.
B) cooperação dolosamente distinta, gerando causa de diminuição de pena.
C) cooperação dolosamente distinta, gerando aplicação da pena do crime menos grave.
D) participação de menor importância, gerando aplicação da pena do crime menos grave.

Comentário:

A) Errado

A questão aponta para as hipóteses previstas no art. 29 do Código Penal:

> Art. 29 - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
>
> § 1º - Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.
>
> § 2º - Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

Tem-se que o partícipe é aquele que sem praticar o núcleo do tipo, concorre de algum modo para a produção do resultado enquanto na co-autoria há a colaboração recíproca e visando ao mesmo fim com a realização da conduta principal.

No caso apresentado, não houve participação de menor importância pela parte de Pedro, uma vez que ele tinha o dolo de furtar e cometeu a conduta referente a esse dolo.

No entanto, como ele não tinha consciência de que Paulo portava uma arma e nem modificou o dolo de sua conduta para a realização do roubo com grave ameaça, deverá ser responsabilizado apenas pelo furto.

É disso que trata o §2º do art. 29, com a hipótese da cooperação dolosamente distinta ou desvio subjetivo, uma vez que Paulo desviou o dolo do furto para o roubo, que acabou cometendo, enquanto Pedro atuou apenas segundo o dolo de furtar.

B) Errado

Como visto, houve cooperação dolosamente distinta (art. 29, §2º do CP) pela parte de Pedro. A questão apenas trocou as consequências dessa atribuição. Enquanto na participação de menor importância há a diminuição da pena, na

cooperação dolosamente distinta há a aplicação da pena do delito menos gravoso, nesse caso, o furto.

C) Correto

A alternativa está de acordo com a hipótese prevista no art. 29, §2º do Código Penal.

D) Errado

A alternativa está incorreta tanto quanto ao enquadramento das hipóteses do art. 29 do CP ao caso, que é a cooperação dolosamente distinta ao invés da participação de menor importância, quanto aos efeitos dessa hipótese, uma vez que a participação de menor importância é causa de diminuição de pena, enquanto a aplicação da pena do delito mais gravoso ocorre quando há a cooperação dolosamente distinta.

Gabarito: Letra C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca, Doutrina

Questão 61

Leonardo, nascido em 20/03/1976, estava em dificuldades financeiras em razão de gastos contínuos com entorpecente para consumo. Assim, em 05/07/2018, subtraiu, em comunhão de ações e desígnios com João, nascido em 01/01/1970, o aparelho de telefonia celular de seu pai, Gustavo, nascido em 05/11/1957, tendo João conhecimento de que Gustavo era genitor do comparsa.

Após a descoberta dos fatos, Gustavo compareceu em sede policial, narrou o ocorrido e indicou os autores do fato, que vieram a ser denunciados pelo crime de furto qualificado pelo concurso de agentes. No momento da sentença, confirmados os fatos, o juiz reconheceu a causa de isenção de pena em relação aos denunciados, considerando a condição de a vítima ser pai de um dos autores do fato.

Inconformado com o teor da sentença, Gustavo, na condição de assistente de acusação habilitado, demonstrou seu interesse em recorrer.

Com base apenas nas informações expostas, o(a) advogado(a) de Gustavo deverá esclarecer que

A) os dois denunciados fazem jus a causa de isenção de pena da escusa absolutória, conforme reconhecido pelo magistrado, já que a circunstância de a vítima ser pai de Leonardo deve ser estendida para João.
B) nenhum dos dois denunciados faz jus à causa de isenção de pena da escusa absolutória, devendo, confirmada a autoria, ambos ser condenados e aplicada pena.
C) somente Leonardo faz jus a causa de isenção de pena da escusa absolutória, não podendo esta ser estendida ao coautor.
D) somente João faz jus a causa de isenção de pena da escusa absolutória, não podendo esta ser estendida ao coautor.

Comentário:

A) Errado

O juiz do caso aplicou a hipótese do art. 181, II do Código Penal:

> Art. 181 - É isento de pena quem comete qualquer dos crimes previstos neste título, em prejuízo:

> (...)
>
> II - de ascendente ou descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural.

Assim, a alternativa aponta que estaria acertada a decisão do juiz em razão de Leonardo ser filho de Gustavo e isso isentar tanto a ele quanto João da pena.

No entanto, o Código Penal esclarece, em seu artigo 183 que:

> Art. 183 - Não se aplica o disposto nos dois artigos anteriores:
>
> (...)
>
> II - ao estranho que participa do crime.
>
> III – se o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Como a questão afirma que Gustavo nasceu em novembro de 1957 e o crime foi praticado em julho de 2018, a vítima já contava 60 anos quando da prática do delito. Sendo assim, Leonardo, ainda que filho de Gustavo, não poderá ser isento de pena pela hipótese do art. 181, II.

Quanto a João, ele não poderá ser isento por ser estranho que participa do crime (art. 183, II).

B) Correto

Como visto no art. 183, II e III do Código Penal, a hipótese de isenção de pena prevista no art. 181, II do CP não se aplica a nenhum dos autores.

C) Errado

Leonardo não pode usufruir da causa de isenção de pena por praticar crime contra pessoa com 60 anos ou mais de idade, ainda que seja seu ascendente (art. 183, III do CP).

D) Errado

João não possui direito à causa de isenção de pena em razão de ser pessoa estranha ao crime e a condição de filho (art. 181, II) não pode ser estendida a ele. Não faz sentido afirmar que seria possível que apenas João, que não possui essa condição, pudesse usufruir dessa causa de isenção.

Gabarito: Letra B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 62

Inconformado com o fato de Mauro ter votado em um candidato que defendia ideologia diferente da sua, João desferiu golpes de faca contra seu colega, assim agindo com a intenção de matá-lo. Acreditando ter obtido o resultado desejado, João levou o corpo da vítima até uma praia deserta e o jogou no mar. Dias depois, o corpo foi encontrado, e a perícia constatou que a vítima morreu afogada, e não em razão das facadas desferidas por João.

Descobertos os fatos, João foi preso, denunciado e pronunciado pela prática de dois crimes de homicídio dolosos, na forma qualificada, em concurso material.

Ao apresentar recurso contra a decisão de pronúncia, você, advogado(a) de João, sob o ponto de vista técnico, deverá alegar que ele somente poderia ser responsabilizado

A) pelo crime de lesão corporal, considerando a existência de causa superveniente, relativamente independente, que, por si só, causou o resultado.

B) por um crime de homicídio culposo, na forma consumada.

C) por um crime de homicídio doloso qualificado, na forma tentada, e por um crime de homicídio culposo, na forma consumada, em concurso material. D) por um crime de homicídio doloso qualificado, na forma consumada.

Comentário:

A) Errado

A hipótese apresentada é disciplinada pelo art. 13, §1º do Código Penal, que trata da causa superveniente relativamente independente que por si só gerou o resultado. No caso da questão essa hipótese não pode subsistir, visto que a causa do resultado se atribui ao agente, que iniciou e agiu de acordo com o curso causal. O afogamento ocorreu apenas porque a vítima, já debilitada pelas facadas, foi lançada no mar pelo agente, assim, não houve uma causa relativamente independente que gerou o resultado morte.

B) Errado

O próprio enunciado da questão aponta que o agente tinha a intenção de matar a vítima, ou seja, o dolo geral do homicídio. Sendo assim, não há o que se falar em homicídio culposo.

C) Errado

No caso apresentado, tem-se a figura do dolo geral ou erro sucessivo, que ocorre quando o agente, supondo já ter alcançado um resultado por ele visado, pratica nova ação que efetivamente o provoca. Nesse caso, a primeira ação foi o deferimento das facadas enquanto a segunda foi lançar a vítima ao mar. Apesar de haver sido a segunda conduta que gerou o resultado morte, o dolo geral do agente permanecia sendo o de homicídio. Nesse sentido, há a figura de apenas um homicídio consumado, não de um homicídio tentado e de outro homicídio consumado.

D) Correto

A alternativa adequa-se à hipótese do dolo geral ou erro sucessivo.

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

Questão 63

Cátia procura você, na condição de advogado(a), para que esclareça as consequências jurídicas que poderão advir do comportamento de seu filho, Marlon, pessoa primária e de bons antecedentes, que agrediu a ex-namorada ao encontrá-la em um restaurante com um colega de trabalho, causando-lhe lesão corporal de natureza leve.

Na oportunidade, você, como advogado(a), deverá esclarecer que:

A) o início da ação penal depende de representação da vítima, que terá o prazo de seis meses da descoberta da autoria para adotar as medidas cabíveis.
B) no caso de condenação, em razão de ser Marlon primário e de bons antecedentes, poderá a pena privativa de liberdade ser substituída por restritiva de direitos.
C) em razão de o agressor e a vítima não estarem mais namorando quando ocorreu o fato, não será aplicada a Lei nº 11.340/06, mas, ainda assim, não será possível a transação penal ou a suspensão condicional do processo.
D) no caso de condenação, por ser Marlon primário e de bons antecedentes, mostra-se possível a aplicação do sursis da pena.

Comentário:

A) Errado

A hipótese apresentada se enquadra no art. 129, §9º do Código Penal:

> Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:
>
> (...)
>
> § 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade.

De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.424:

> AÇÃO PENAL – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER – LESÃO CORPORAL – NATUREZA. A ação penal relativa a lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada – considerações.

Sendo assim, o STF dispensou a representação no caso desse delito, não sendo necessária para dar início à ação penal.

B) Errado

A substituição por pena restritiva de direitos está disposta no art. 44 do Código Penal:

> Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando:
>
> I – aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo;

Como o crime deu-se com violência à pessoa, esse instituto não é aplicável ao caso concreto.

C) Errado

Como visto no art. 129, §9º do CP, a lesão corporal em virtude de relações domésticas pode dar-se contra alguém com que se "conviva ou tenha convivido". Assim, a importância é que a agressão tenha se dado em virtude dessa relação, não que ela já tenha terminado. A segunda parte da alternativa está correta, uma vez que a Lei 11.340 violou a aplicação da Lei 9.099 no caso dos crimes de violência doméstica, impedindo a transação penal nesses casos.

D) Correto

Única hipótese aplicável, prevista no art. 77 do Código Penal.

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca, Jurisprudência



DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 64

Vanessa cumpre pena em regime semiaberto em razão de segunda condenação definitiva por crime de tráfico armado. Durante o cumprimento, após preencher o requisito objetivo, requer ao juízo da execução, por meio de seu advogado, a progressão para o regime aberto. Considerando as peculiaridades do caso, a reincidência específica e o emprego de arma, o magistrado, em decisão fundamentada, entende por exigir a realização do exame criminológico.

Com o resultado, o magistrado competente concedeu a progressão de regime, mas determinou que Vanessa comparecesse em juízo, quando determinado, para informar e justificar suas atividades; que não se ausentasse, sem autorização judicial, da cidade onde reside; e que prestasse, durante o período restante de cumprimento de pena, serviços à comunidade.

Intimada da decisão, considerando as informações expostas, poderá a defesa técnica de Vanessa apresentar recurso de agravo à execução, alegando que

A) a lei veda a fixação de condições especiais não previstas em lei.

B) poderiam ter sido fixadas condições especiais não previstas em lei, mas não prestação de serviços à comunidade.

C) não poderia ter sido fixada a condição de proibição de se ausentar da cidade em que reside sem autorização judicial.

D) a decisão foi inválida como um todo, porque é vedada a exigência de exame criminológico para progressão de regime, ainda que em decisão fundamentada.

Comentário:

A) Errado

Nos exatos ditames do *caput* do art. 115 da Lei n° 7.210/1984 (Lei de Execução Penal – LEP), o magistrado "poderá estabelecer condições especiais para a concessão de regime aberto, sem prejuízo das seguintes condições gerais e obrigatórias" – estas últimas dizem respeito às condições constantes dos incisos do referido dispositivo, enquanto que as primeiras são justamente as condições especiais não previstas em lei, cuja fixação, portanto, não é vedada pela LEP.

B) Correto

Nos termos do art. 115, *caput*, da LEP, o juiz poderia ter sido fixado condições especiais não previstas em lei, mas não se admite, de fato, a fixação de pena restritiva de direitos (que tem a natureza de pena substitutiva, nos moldes do art. 44 do Código Penal) como condição especial ao regime aberto, a teor do enunciado da Súmula 493 do STJ, o qual dispõe que "é inadmissível a fixação de pena substitutiva (art. 44 do CP) como condição especial ao regime aberto".

C) Errado

Tal assertiva reflete justamente uma das condições gerais e obrigatórias a serem fixadas pelo julgador para a concessão de regime aberto, qual seja, a de "não se ausentar da cidade onde reside, sem autorização judicial", disposta no inciso III do art. 115 da LEP.

D) Errado

A alternativa em análise está em dissonância com os verbetes da Súmula Vinculante n° 26 e da Súmula 439 do STJ: conforme a SV 26, "para efeito de

progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo, ou equiparado, o juízo da execução observará a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990, sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização de exame criminológico"; já segundo a Súm. 439/STJ, "admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada".

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

Questão 65

Após ser instaurado inquérito policial para apurar a prática de um crime de lesão corporal culposa praticada na direção de veículo automotor (Art. 303 da Lei nº 9.503/97 – pena: detenção de seis meses a dois anos), foi identificado que o autor dos fatos seria Carlos, que, em sua Folha de Antecedentes Criminais, possuía três anotações referentes a condenações, com trânsito em julgado, pela prática da mesma infração penal, todas aptas a configurar reincidência quando da prática do delito ora investigado.

Encaminhados os autos ao Ministério Público, foi oferecida denúncia em face de Carlos pelo crime antes investigado; diante da reincidência específica do denunciado civilmente identificado, foi requerida a decretação da prisão preventiva. Recebidos os autos, o juiz competente decretou a prisão preventiva, reiterando a reincidência de Carlos e destacando que essa circunstância faria com que todos os requisitos legais estivessem preenchidos.

Ao ser intimado da decisão, o(a) advogado(a) de Carlos deverá requerer

A) a liberdade provisória dele, ainda que com aplicação das medidas cautelares alternativas.

B) o relaxamento da prisão dele, tendo em vista que a prisão, em que pese ser legal, é desnecessária.

C) a revogação da prisão dele, tendo em vista que, em que pese ser legal, é desnecessária.

D) o relaxamento da prisão dele, pois ela é ilegal.

Comentário:

A) Errado

A prisão em tela é ilegal, de maneira que a medida de contracautela cabível é o relaxamento de prisão, de conformidade com o art. 313, inciso I, do CPP c/c art. 5°, inciso LXV, da CF/88.

B) Errado

Nos moldes do art. 313, inciso I, do CPP c/c art. 5°, inciso LXV, da CF/88, deve-se pleitear o relaxamento da prisão, dada a ilegalidade da prisão em apreço.

C) Errado

A prisão em análise é ilegal, razão pela qual cabe o pedido de relaxamento de prisão, nos termos do art. 313, inciso I, do CPP c/c art. 5°, inciso LXV, da CF/88.

D) Correto

Consoante o disposto no art. 313, inciso I, do CPP, "será admitida a decretação da prisão preventiva: nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos". A situação fática em comento diz respeito ao cometimento de um crime culposo, motivo pelo qual a prisão preventiva decretada é manifestamente ilegal, devendo ser combatida pelo pleito de relaxamento de prisão, a teor do inciso LXV do art. 5° da CF/88, o qual dispõe que "a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária"

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 66

No âmbito de ação penal, foi proferida sentença condenatória em desfavor de Bernardo pela suposta prática de crime de uso de documento público falso, sendo aplicada pena privativa de liberdade de cinco anos. Durante toda a instrução, o réu foi assistido pela Defensoria Pública e respondeu ao processo em liberdade.

Ocorre que Bernardo não foi localizado para ser intimado da sentença, tendo o oficial de justiça certificado que compareceu em todos os endereços identificados. Diante disso, foi publicado edital de intimação da sentença, com prazo de 90 dias. Bernardo, ao tomar conhecimento da intimação por edital 89 dias após sua publicação, descobre que a Defensoria se manteve inerte, razão pela qual procura, de imediato, um advogado para defender seus interesses, assegurando ser inocente.

Considerando apenas as informações narradas, o(a) advogado(a) deverá esclarecer que

A) houve preclusão do direito de recurso, tendo em vista que a Defensoria Pública se manteve inerte.

B) foi ultrapassado o prazo recursal de cinco dias, mas poderá ser apresentada revisão criminal.

C) é possível a apresentação de recurso de apelação, pois o prazo de cinco dias para interposição de apelação pelo acusado ainda não transcorreu.

D) é possível apresentar medida para desconstituir a sentença publicada, tendo em vista não ser possível a intimação do réu sobre o teor de sentença condenatória por meio de edital.

Comentário:

A) Errado

Nos termos do art. 392, § 2°, do CPP, ainda é possível, *in casu*, a apresentação de recurso de apelação, considerando que o prazo para a sua interposição (de 5 dias, nos termos do *caput* do art. 593 do CPP) ainda não transcorreu.

B) Errado

De conformidade com os arts. 621 e ss. do CPP, só é cabível a revisão criminal em face de sentença condenatória transitada em julgado.

C) Correto

Trata-se da aplicação conjunta do § 2° do art. 392 com o *caput* do art. 593, ambos do CPP: o primeiro dispositivo estipula que "o prazo para apelação correrá após o término do fixado no edital"; o último dispositivo estabelece o prazo de 5 dias para a interposição do recurso de apelação.

D) Errado

É plenamente possível a intimação da sentença ao réu mediante edital, a teor do art. 392 do CPP.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 67

Após receber denúncia anônima, por meio de disquedenúncia, de grave crime de estupro com resultado morte que teria sido praticado por Lauro, 19 anos, na semana pretérita, a autoridade policial, de imediato, instaura inquérito policial para apurar a suposta prática delitiva. Lauro é chamado à Delegacia e apresenta sua identidade recém-obtida; em seguida, é realizada sua identificação criminal, com colheita de digitais e fotografias.

Em que pese não ter sido encontrado o cadáver até aquele momento das investigações, a autoridade policial, para resguardar a prova, pretende colher material sanguíneo do indiciado Lauro para fins de futuro confronto, além de desejar realizar, com base nas declarações de uma testemunha presencial localizada, uma reprodução simulada dos fatos; no entanto, Lauro se recusa tanto a participar da reprodução simulada quanto a permitir a colheita de seu material sanguíneo. É, ainda, realizado o reconhecimento de Lauro por uma testemunha após ser-lhe mostrada a fotografia dele, sem que fossem colocadas imagens de outros indivíduos com características semelhantes.

Ao ser informado sobre os fatos, na defesa do interesse de seu cliente, o(a) advogado(a) de Lauro, sob o ponto de vista técnico, deverá alegar que

A) o inquérito policial não poderia ser instaurado, de imediato, com base em denúncia anônima isoladamente, sendo exigida a realização de diligências preliminares para confirmar as informações iniciais.

B) o indiciado não poderá ser obrigado a fornecer seu material sanguíneo para a autoridade policial, ainda que seja possível constrangê-lo a participar da reprodução simulada dos fatos, independentemente de sua vontade.

C) o vício do inquérito policial, no que tange ao reconhecimento de pessoa, invalida a ação penal como um todo, ainda que baseada em outros elementos informativos, e não somente no ato viciado.

D) a autoridade policial, como regra, deverá identificar criminalmente o indiciado, ainda que civilmente identificado, por meio de processo datiloscópico, mas não poderia fazê-lo por fotografias.

Comentário:

A) Correto

O art. 5°, § 3°, do CPP estabelece que "qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito". Tal entendimento, aliás, já está consolidado tanto no STF quanto no STJ.

B) Errado

O investigado não pode ser obrigado a qualquer tipo de participação ativa na produção de provas contra si, tal qual a reprodução simulada de fatos, em atendimento ao princípio da vedação à autoincriminação.

C) Errado

O| não atendimento ao procedimento do reconhecimento de pessoa constitui mera irregularidade, não invalidando a ação penal como um todo.

D) Errado

Consoante o inciso LVIII do art. 5° da CF/88, "o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei".

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

Questão 68

Flávio apresentou, por meio de advogado, queixa-crime em desfavor de Gabriel, vulgo "Russinho", imputando-lhe a prática do crime de calúnia, pois Gabriel teria imputado falsamente a Flávio a prática de determinada contravenção penal.

Na inicial acusatória, assinada exclusivamente pelo advogado, consta como querelado apenas o primeiro nome de Gabriel, o apelido pelo qual é conhecido, suas características físicas e seu local de trabalho, tendo em vista que Flávio e sua defesa técnica não identificaram a completa qualificação do suposto autor do fato. A peça inaugural não indicou rol de testemunhas, apenas acostando prova documental que confirmaria a existência do crime. Ademais, foi acostada ao procedimento a procuração de Flávio em favor de seu advogado, na qual consta apenas o nome completo de Flávio e seus dados qualificativos, além de poderes especiais para propor eventuais queixas-crime que se façam pertinentes.

Após citação de Gabriel em seu local de trabalho para manifestação, considerando apenas as informações expostas, caberá à defesa técnica do querelado pleitear, sob o ponto de vista técnico, a rejeição da queixa-crime,

A) sob o fundamento de que não poderia ter sido apresentada sem a completa qualificação do querelado, sendo insuficiente o fornecimento de características físicas marcantes, apelido e local de trabalho que poderiam identificá-lo.

B) porque, apesar de fornecidos imprescindíveis poderes especiais, a síntese do fato criminoso não consta da procuração.

C) porque a classificação do crime não foi adequada de acordo com os fatos narrados, e a tipificação realizada vincula a autoridade judicial.

D) tendo em vista que não consta, da inicial, o rol de testemunhas.

Comentário:

A) Errado

De conformidade com o art. 41 do CPP, a queixa-crime deve conter a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, de maneira que é suficiente o fornecimento de características físicas marcantes, apelido e local de trabalho.

B) Correto

Trata-se da aplicação do art. 44 do CPP, o qual dispõe que "a queixa poderá ser dada por procurador com poderes especiais, devendo constar do instrumento do mandato o nome do querelante e a menção do fato criminoso, salvo quando tais esclarecimentos dependerem de diligências que devem ser previamente requeridas no juízo criminal".

C) Errado

Nos termos do art. 41 do CPP, a classificação do crime, embora não seja adequada aos fatos narrados, não vincula a autoridade judicial.

D) Errado

O rol de testemunhas só deve constar da queixa-crime quando for necessário, a teor do art. 41 do CPP.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 69

Paulo, ofendido em crime contra o patrimônio, apesar de sua excelente condição financeira, veio a descobrir, após a identificação da autoria, que o autor dos fatos adquiriu, com os proventos da infração, determinado bem imóvel. Diante da descoberta, procurou você, na condição de advogado(a), para a adoção das medidas cabíveis.

Com base apenas nas informações expostas, a defesa técnica do ofendido deverá esclarecer ser cabível

A) o sequestro, desde que após o oferecimento da denúncia, mas exige requerimento do Ministério Público ou decisão do magistrado de ofício.

B) o arresto, ainda que antes do oferecimento da denúncia, mas a ação principal deverá ser proposta no prazo máximo de 30 dias, sob pena de levantamento.

C) o sequestro, ainda que antes do oferecimento da denúncia, podendo a decisão judicial ser proferida a partir de requerimento do próprio ofendido.

D) o arresto, que deve ser processado em autos em apartados, exigindo requerimento do Ministério Público ou decisão do magistrado de ofício.

Comentário:

A) Errado

A medida cabível em face de bem imóvel adquirido com os proventos da infração é o sequestro, nos termos do art. 125 do CPP.

B) Errado

A teor do art. 127 do CPP, é cabível o sequestro em qualquer fase do processo ou ainda antes de oferecida a inicial acusatória (denúncia ou queixa-crime).

C) Correto

É o inteiro teor dos arts. 125 e 127 do CPP: o primeiro dispositivo estabelece que "caberá o seqüestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro"; já o último dispositivo estipula que "o juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou do ofendido, ou mediante representação da autoridade policial, poderá ordenar o seqüestro, em qualquer fase do processo ou ainda antes de oferecida a denúncia ou queixa".

D) Errado

Nos moldes do art. 125 do CPP, é cabível o sequestro em face de bem imóvel adquirido com os proventos da infração.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

DIREITO DO TRABALHO

Questão 70

Paula trabalha na residência de Sílvia três vezes na semana como passadeira. Em geral, comparece às segundas, quartas e sextas, mas, se necessário, mediante comunicação prévia, comparece em outro dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados.

A CTPS não foi assinada e o pagamento é por dia de trabalho. Quando Paula não comparece, não recebe o pagamento e não sofre punição, mas Sílvia costuma sempre pedir que a ausência seja previamente comunicada.

Paula procura você, como advogado(a), com dúvida acerca da sua situação jurídica. À luz da legislação específica em vigor, assinale a opção que contempla a situação de Paula.

A) Paula é diarista, pois trabalha apenas 3 vezes na semana.
B) Paula é autônoma, porque gerencia seu próprio trabalho, dias e horários.
C) Paula é empregada eventual.
D) Paula é empregada doméstica.

Comentário:

A) Errado

A alternativa A se mostra incorreta, pois, Paula é empregada doméstica conforme prevê o art.1°, da LC 150/2015.

B) Errado

A alternativa B se mostra incorreta, pois, Paula é empregada doméstica conforme prevê o art.1°, da LC 150/2015.

C) Errado

A alternativa C se mostra incorreta, pois, Paula é empregada doméstica conforme prevê o art.1°, da LC 150/2015.

D) Correta

A alternativa D está **correta**, pois, Paula preenche todos os requisitos para se configurar como empregada doméstica, bem como presta serviço de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa, conforme prevê o art.1°, da LC 150/2015:

> Ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana, aplica-se o disposto nesta Lei.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 71

Gilda e Renan são empregados da sociedade empresária Alfa Calçados Ltda. há 8 meses, mas, em razão da crise econômica no setor, o empregador resolveu dispensá-los em outubro de 2018. Nesse sentido, concedeu aviso prévio indenizado de 30 dias a Gilda e aviso prévio trabalhado de 30 dias a Renan.

Em relação ao prazo máximo, previsto na CLT, para pagamento das verbas devidas pela extinção, assinale a afirmativa correta.

A) Ambos os empregados receberão em até 10 dias contados do término do aviso prévio.
B) Gilda receberá até o 10º dia do término do aviso e Renan, até o 1º dia útil seguinte ao término do aviso prévio.
C) Gilda e Renan receberão seus créditos em até 10 dias contados da concessão do aviso prévio.
D) Gilda receberá até o 1º dia útil seguinte ao término do aviso prévio e Renan, até o 10º dia do término do aviso.

Comentário:

A) Correto

A alternativa A é a única que se mostra correta, pois, os valores devidos do instrumento de rescisão deverão ser efetuados até 10 dias contados do término do contrato, conforme o Art. 477, §6º, da CLT:

> A entrega ao empregado de documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes bem como o pagamento dos valores constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverão ser efetuados até dez dias contados a partir do término do contrato. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017).

B, C e D) Errado

Conforme compreendido na alternativa anterior, Gilda e Renan devem receber o pagamento das verbas devidas pela extinção até dez dias contados a partir do término do contrato, conforme Art. 477, §6º, da CLT.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 72

Em determinada localidade, existe a seguinte situação: a convenção coletiva da categoria para o período 2018/2019 prevê o pagamento de adicional de 70% sobre as horas extras realizadas de segunda-feira a sábado. Ocorre que a sociedade empresária Beta havia assinado um acordo coletivo para o mesmo período, porém alguns dias antes, prevendo o pagamento dessas horas extras com adicional de 60%.

De acordo com a CLT, assinale a opção que indica o adicional que deverá prevalecer.

A) Prevalecerá o adicional de 70%, por ser mais benéfico aos empregados.
B) Diante da controvérsia, valerá o adicional de 50% previsto na Constituição Federal.
C) Deverá ser respeitada a média entre os adicionais previstos em ambas as normas coletivas, ou seja, 65%.
D) Valerá o adicional de 60% previsto em acordo coletivo, que prevalece sobre a convenção.

Comentário:

A) Errado

A letra A está incorreta, vide inteligência do artigo 620 da CLT.

B) Errado

A letra B está incorreta, vide inteligência do artigo 620 da CLT.

C) Errado

A letra C está incorreta, vide inteligência do artigo 620 da CLT.

D) Certo

Conforme inteligência do artigo 620 da CLT, é a única alternativa que se faz correta. Vejamos:

> Art. 620 - As condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho sempre prevalecerão sobre as estipuladas em convenção coletiva de trabalho. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017)

Portanto, as determinações de acordos coletivo sempre prevalecerão sobre as estipuladas em convenção coletiva.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 73

Renato trabalha na empresa Ramos Santos Ltda. exercendo a função de técnico de manutenção. De segunda a sexta-feira, ele trabalha das 8h às 17h, com uma hora de almoço, e, aos sábados, das 8h às 12h, sem intervalo.

Ocorre que, por reivindicação de alguns funcionários, a empresa instituiu um culto ecumênico toda sexta-feira, ao final do expediente, cujo comparecimento é facultativo. O culto ocorre das 17h às 18h, e Renato passou a frequentá-lo.

Diante dessa situação, na hipótese de você ser procurado como advogado(a) em consulta formulada por Renato sobre jornada extraordinária, considerando o enunciado e a legislação trabalhista em vigor, assinale a afirmativa correta.

A) Renato não faz jus a qualquer valor de horas extras.
B) Renato tem direito a uma hora extra semanal, pois o culto foi instituído pela empregadora.
C) Renato tem direito a uma hora extra diária, de segunda a sexta-feira, em razão do horário de trabalho das 8h às 17h.
D) Renato tem direito a nove horas extras semanais, sendo cinco de segunda a sexta-feira e mais as 4 aos sábados.

Comentário:

A) Correto

A alternativa A é a única verdadeira, não fazendo jus a hora extra, pois, atividades particulares como no caso em questão das práticas religiosas não é considerado tempo à disposição do empregador, conforme inteligência do § 2º, do artigo 4° da CLT:

Art. 4º - Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada.

§ 2º Por não se considerar tempo à disposição do empregador, não será computado como período extraordinário o que exceder a jornada normal, ainda que ultrapasse o limite de cinco minutos previsto no § 1º do art. 58 desta Consolidação, quando o empregado, por escolha própria, buscar proteção pessoal, em caso de insegurança nas vias públicas ou más condições climáticas, bem como adentrar ou permanecer nas dependências da empresa para exercer atividades particulares, entre outras:

I - práticas religiosas

B) Errado

A alternativa B está incorreta, conforme inteligência § 2º, do artigo 4° da CLT.

C) Errado

A alternativa C está incorreta, conforme inteligência § 2º, do artigo 4° da CLT.

D) Errado

A alternativa D está incorreta, conforme inteligência § 2º, do artigo 4° da CLT.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 74

Uma sociedade empresária do ramo de informática, visando à redução de custos, decidiu colocar metade de seus funcionários em teletrabalho, com possibilidade de revogação, caso não desse certo.

Sobre o regime de teletrabalho, com base na legislação trabalhista em vigor, assinale a afirmativa correta.

A) Poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, garantido o prazo de transição mínimo de 15 dias, com correspondente registro em aditivo contratual.
B) Os materiais fornecidos pelo empregador para a realização do teletrabalho representam utilidades e integram a remuneração do empregado.
C) A jornada do empregado em teletrabalho que exceder o limite constitucional será paga como hora extra.
D) A empresa pode implementar, por vontade própria, o teletrabalho, sendo desnecessária a concordância expressa do empregado, já que seria mais vantajoso para ele.

Comentário:

A) Errado

A alternativa **A** é a única que se mostra correta, conforme inteligência do artigo 75º-C, §2º, da CLT:

> Art. 75º-C - A prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar expressamente do contrato individual de trabalho, que especificará as atividades que serão realizadas pelo empregado. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)
>
> §2º - Poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, garantido prazo de transição mínimo de quinze dias,

com correspondente registro em aditivo contratual. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)

B) Errado

A alternativa B está incorreta, vide inteligência do artigo 75º-C, §2º, da CLT.

C) Errado

A alternativa C está incorreta, vide inteligência do artigo 75º-C, §2º, da CLT.

D) Errado

A alternativa D está incorreta, vide inteligência do artigo 75º-C, §2º, da CLT.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 75

O sindicato dos empregados em tinturaria de determinado município celebrou, em 2018, acordo coletivo com uma tinturaria, no qual, reconhecendo-se a condição financeira difícil da empresa, aceitou a redução do percentual de FGTS para 3% durante 2 anos.

Sobre o caso apresentado, de acordo com a previsão da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) É válido o acerto realizado porque fruto de negociação coletiva, ao qual a reforma trabalhista conferiu força legal.
B) Somente se houver homologação do acordo coletivo pela Justiça do Trabalho é que ele terá validade em relação ao FGTS.
C) A cláusula normativa em questão é nula, porque constitui objeto ilícito negociar percentual de FGTS.
D) A negociação acerca do FGTS exigiria que, ao menos, fosse pago metade do valor devido, o que não aconteceu no caso apresentado.

Comentário:

A) Errado

A letra A está incorreta, vide inteligência do art. 611, B, da CLT.

B) Errado

A letra B está incorreta, vide inteligência do art. 611, B, da CLT.

C) Errado

A letra C é a única que se mostra correta, vide inteligência do art. 611, B, da CLT:

Art. 611º B - Constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos: (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

III - valor dos depósitos mensais e da indenização rescisória do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

D) Errado

A letra D está incorreta, vide inteligência do art. 611, B, da CLT.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

PROCESSO DO TRABALHO

Questão 76

Seu escritório foi contratado pela empresa Alumínio Brilhante Ltda. para assisti-la juridicamente em uma audiência. Você foi designado(a) para a audiência. Forneceram-lhe cópia da defesa e dos documentos, e afirmaram que tudo já havia sido juntado aos autos do processo eletrônico. Na hora da audiência, tendo sido aberta esta, bem como os autos eletrônicos do processo, o juiz constatou que a defesa não estava nos autos, mas apenas os documentos.

Diante disso, o juiz facultou-lhe a opção de apresentar defesa. Nos exatos termos previstos na CLT, você deverá

A) entregar a cópia escrita que está em sua posse.

B) aduzir defesa oral em 20 minutos.

C) requerer o adiamento da audiência para posterior entrega da defesa.

D) requerer a digitalização da sua defesa para a juntada no processo.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "a" está incorreta, vide inteligência do art. 847, da CLT.

B) Correto

A alternativa **"b" está correta,** vide inteligência do art. 847, da CLT:

> Art. 847º - Não havendo acordo, o reclamado terá vinte minutos para aduzir sua defesa, após a leitura da reclamação, quando esta não for dispensada por ambas as partes. (Redação dada pela Lei nº 9.022, de 5.4.1995)

C) Errado

A alternativa "c" está incorreta, vide inteligência do art. 847, da CLT.

D) Errado

A alternativa "d" está incorreta, vide inteligência do art. 847, da CLT.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 77

Juca ajuizou ação trabalhista em face da sua ex-empregadora, empresa privada do ramo de mineração.

Paulo também ajuizou ação, mas em face de seu exempregador, uma empresa de prestação de serviços, e do Município de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, para quem prestou serviços, requerendo a responsabilização subsidiária. Os respectivos advogados atribuíram o valor correspondente a 20 salários mínimos à causa de Juca e de 15 salários mínimos à causa de Paulo.

Diante disso, assinale a afirmativa correta.

A) A causa de Juca correrá sob o procedimento sumaríssimo e a de Paulo, sob o ordinário.
B) Ambas as causas correrão sob o procedimento sumaríssimo.
C) Ambas as causas correrão sob o procedimento ordinário.
D) A causa de Juca correrá sob o procedimento ordinário e a de Paulo, sob o sumaríssimo.

Comentário:

A) Correto

A letra "a" está correta, pois, a causa de Juca ocorrerá no rito sumaríssimo e a de Paulo no ordinário porque uma das partes é o Município de Nova Iguaçu, conforme o art. 852-A, da CLT:

> Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo. (Incluído pela Lei nº 9.957, de 2000)

Parágrafo único. Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.

B) Errado

A letra "b" está incorreta, vide inteligência do art. 852-A, da CLT.

C) Errado

A letra "c" está incorreta, vide inteligência do art. 852-A, da CLT.

D) Errado

A letra "d" está incorreta, vide inteligência do art. 852-A, da CLT.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 78

A sociedade empresária Alfa S. A. está sendo executada na Justiça do Trabalho e, em 13/03/2018, recebeu citação para pagamento da dívida que possui em relação a um processo. Mesmo citada, a sociedade empresária permaneceu inerte, pelo que, no 10º dia contado da citação, o juízo iniciou, a requerimento do exequente a tentativa de bloqueio pelo sistema Bacen-Jud e, paralelamente, inscreveu o nome do executado no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT).

Diante da situação apresentada e dos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) A atitude do magistrado está correta, eis que não houve o pagamento voluntário da dívida no prazo legal, sendo a inserção imediata no BNDT uma adequada medida coercitiva judicial.
B) A Lei deixa ao arbítrio do juiz determinar a partir de quando o nome do devedor deve ser inserido em cadastro restritivo de crédito, inclusive no BNDT.
C) A Justiça do Trabalho não atua mais com inserção e retirada do nome de devedores no BNDT, pelo que a atitude do magistrado é inócua e contrária às regras da CLT.
D) A decisão que determinou a inserção do nome do devedor no BNDT está equivocada, porque somente poderia ocorrer 45 dias depois de ele não pagar, nem garantir o juízo.

Comentário:

A) Errado

A letra "a" está incorreta, vide inteligência do art. 883-A, da CLT.

B) Errado

A letra "b" está incorreta, vide inteligência do art. 883-A, da CLT.

C) Errado

A letra "c" está incorreta, vide inteligência do art. 883-A, da CLT.

D) Correto

A alternativa "d" é a única que se mostra correta, tendo agido errado o magistrado, pois somente poderia ocorrer 45 dias depois de ele não pagar, nem garantir o juízo, conforme dispõe o art. 883, da CLT;

> Art. 883-A. A decisão judicial transitada em julgado somente poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo de quarenta e cinco dias a contar da citação do executado, se não houver garantia do juízo. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 79

Em reclamação trabalhista ajuizada em fevereiro de 2018, os pedidos formulados por Paulo em face do seu ex-empregador foram julgados totalmente procedentes.

Em relação à verba honorária, de acordo com a CLT, sabendo-se que o patrocínio de Paulo foi feito por advogado particular por ele contratado, assinale a afirmativa correta.

A) Não haverá condenação em honorários advocatícios, porque o autor não está assistido pelo sindicato de classe.
B) Haverá condenação em honorários de, no mínimo, 10% e de, no máximo, 20% em favor do advogado.
C) Haverá condenação em honorários de, no mínimo, 5% e de, no máximo, 15% em favor do advogado.

D) Somente se a assistência do advogado do autor for gratuita é que haverá condenação em honorários, de até 20%.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "a" está incorreta, vide inteligência do art,791, da CLT.

B) Errado

A alternativa "b" está incorreta, vide inteligência do art.791, da CLT.

C) Correto

A única alternativa que se faz correta é a letra "c", pois, são devidos honorários de sucumbência, entre 5% a 15%, conforme art.791, da CLT:

> Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento)sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017).

D) Errado

A alternativa "d" está incorreta, vide inteligência do art,791, da CLT.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 80

Em uma reclamação trabalhista, o autor afirmou ter sido vítima de discriminação estética, pois fora dispensado pelo ex-empregador por não ter querido raspar o próprio bigode. Requereu, na petição inicial, tutela de urgência para ser imediatamente reintegrado em razão de prática discriminatória. O juiz, não convencido da tese de discriminação, indeferiu a tutela de urgência e determinou a designação de audiência, com a respectiva citação.

Como advogado(a) do autor, assinale a opção que contém, de acordo com a Lei e o entendimento consolidado do TST, a medida judicial a ser manejada para reverter a situação e conseguir a tutela de urgência desejada.

A) Interpor recurso ordinário seguido de medida cautelar

B) Nada poderá ser feito, por tratar-se de decisão interlocutória, que é irrecorrível na Justiça do Trabalho.

C) Impetrar mandado de segurança.

D) Interpor agravo de instrumento.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "a" está incorreta, vide inteligência da Súmula de nº 414, II, do TST.

B) Errado

A alternativa "b" está incorreta, vide inteligência da Súmula de nº 414, II, do TST.

C) Correto

A alternativa "c" está correta. Pois, a medida judicial a ser impetrada é o mandado de segurança, vide inteligência da Súmula de nº 414, II, do TST;

Súmula de nº 414 do TST: MANDADO DE SEGURANÇA. TUTELA PROVISÓRIA CONCEDIDA ANTES OU NA SENTENÇA (nova redação em decorrência do CPC de 2015) - Res. 217/2017 - DEJT divulgado em 20, 24 e 25.04.2017

II – No caso de a tutela provisória haver sido concedida ou indeferida antes da sentença, cabe mandado de segurança, em face da inexistência de recurso próprio.

D) Errado

A alternativa "d" está incorreta, vide inteligência da Súmula de nº 414, II, do TST.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: jurisprudencial

XXVIII EXAME DA OAB – FGV - CADERNO TIPO 1 – APLICAÇÃO EM: 17.03.2019



ESTATUTO E ÉTICA

Questão 1

Eduardo contrata o advogado Marcelo para propor ação condenatória de obrigação de fazer em face de João. São convencionados honorários contratuais, porém o contrato de honorários advocatícios é omisso quanto à forma de pagamento. Proposta a ação, Marcelo cobra de Eduardo o pagamento de metade dos honorários acordados.

De acordo com o Estatuto da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) Marcelo pode cobrar de Eduardo metade dos honorários, pois na ausência de estipulação sobre a forma de pagamento, metade dos honorários é devida no início do serviço e metade é devida no final.

B) Marcelo pode cobrar de Eduardo metade dos honorários, pois na ausência de estipulação sobre a forma de pagamento, os honorários são devidos integralmente desde o início do serviço.

C) Marcelo não pode cobrar de Eduardo metade dos honorários, pois na ausência de estipulação sobre a forma de pagamento, os honorários somente são devidos após a decisão de primeira instância.

D) Marcelo não pode cobrar de Eduardo metade dos honorários, pois na ausência de estipulação sobre a forma de pagamento, apenas um terço é devido no início do serviço.

Comentário:

A) Errado

Consoante o art. 22, § 3°, do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei n° 8.906/1994), Marcelo **não pode**, *in casu*, cobrar de Eduardo metade dos honorários.

B) Errado

Nos termos do § 3° do art. 22 da Lei 8.906/94, Marcelo **não pode**, no caso em tela, cobrar de Eduardo metade dos honorários, tampouco sua integralidade.

C) Errado

Muito embora Marcelo não possa, de fato, cobrar de Eduardo metade dos honorários, **um terço deste** é devido no início do serviço, **outro terço** até a decisão de primeira instância e o restante no final, na inexistência de estipulação em contrário, nos moldes do art. 22, § 3°, do Estatuto da Advocacia e da OAB.

D) Correto

Trata-se da aplicação do § 3° do art. 22 da Lei 8.906/94, segundo o qual, "salvo estipulação em contrário, **um terço dos honorários é devido no início do serviço, outro terço até a decisão de primeira instância e o restante no final**".

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 2

A advogada Leia Santos confeccionou cartões de visita para sua apresentação e de seu escritório. Nos cartões, constava seu nome, número de inscrição na OAB, bem como o site do escritório na Internet e um QR code para que o cliente possa obter informações sobre o escritório. Já o advogado Lucas Souza elaborou cartões de visita que, além do seu nome e número de inscrição na OAB, apresentam um logotipo discreto e a fotografia do escritório.

Considerando as situações descritas e o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) Leia e Lucas cometeram infrações éticas, pois inseriram elementos vedados pelo Código de Ética e Disciplina da OAB nos cartões de apresentação.

B) Nenhum dos advogados cometeu infração ética, pois os elementos inseridos por ambos nos cartões de apresentação são autorizados.

C) Apenas Leia cometeu infração ética, pois inseriu elementos vedados pelo Código de Ética e Disciplina da OAB nos cartões de apresentação. Os elementos empregados por Lucas são autorizados.

D) Apenas Lucas cometeu infração ética, pois inseriu elementos vedados pelo Código de Ética e Disciplina da OAB nos cartões de apresentação. Os elementos empregados por Leia são autorizados.

Comentário:

A) Errado

Ambos os elementos inseridos pelos advogados são permitidos pelo Código de Ética e Disciplina (CED) da OAB, especificamente em seu art 44, *caput* e § 1°.

B) Correto

De fato, **nenhum dos advogados agiu de maneira antiética, pois ambos inseriram elementos permitidos** no art. 44, *caput* e § 1° do CED. O *caput* estipula que "na publicidade profissional que promover ou **nos cartões e material de escritório de que se utilizar, o advogado fará constar seu nome ou o da sociedade de advogados, o número ou os números de inscrição na OAB**". Já o § 1° estabelece que "poderão ser referidos apenas os títulos acadêmicos do advogado e as distinções honoríficas relacionadas à vida profissional, bem como as instituições jurídicas de que faça parte, e as especialidades a que se dedicar, o endereço, e-mail, **site**, **página eletrônica**, ***QR code***, **logotipo** e **a fotografia do escritório**, o horário de atendimento e os idiomas em que o cliente poderá ser atendido".

C) Errado

Ambos os elementos inseridos pelos advogados são permitidos, consoante o art. 44, *caput* e § 1°, do CED.

D) Errado

Nenhum dos advogados agiu de maneira antiética, de conformidade com as determinações legais dispostas no *caput* e do § 1° do art. 44 do CED.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 3

Maria teve processo disciplinar recém instaurado contra si pelo Conselho Seccional da OAB, no qual está inscrita. No dia seguinte à sua notificação por meio de edital, encontra-se no fórum com Tânia, sua ex-colega de faculdade, que veio comentar com Maria sobre o conteúdo do referido processo.

De acordo com o Estatuto da OAB, Tânia poderia conhecer o conteúdo do processo disciplinar instaurado, em face de Maria,

A) por qualquer meio, dada a natureza pública de sua tramitação.

B) se fosse parte, defensora de parte ou autoridade judiciária competente, dada a natureza sigilosa de sua tramitação.

C) caso tivesse tido acesso à notificação inicial, feita por meio de edital, dada a natureza pública de sua tramitação.

D) em nenhuma hipótese, dada a natureza sigilosa de sua tramitação.

Comentário:

A) Errado

Nos termos do art. 72, § 2°, do Estatuto da Advocacia e da OAB, somente terá acesso às informações do processo disciplinar **as partes, seus defensores e a autoridade judiciária competente**, dada a sua natureza sigilosa.

B) Correto

Trata-se da exata aplicação do disposto no § 2° do art. 72 da Lei n° 8.906/1994, o qual dispõe que "o processo disciplinar **tramita em sigilo**, só tendo acesso às suas informações **as partes, seus defensores e a autoridade judiciária competente**".

C) Errado

Consoante o art. 72, § 2°, do Estatuto da Advocacia, apenas **as partes, seus defensores e a autoridade judiciária competente** terão acesso às informações do processo disciplinar, pelo fato de tramitar em sigilo.

D) Errado

A teor do § 2° do art. 72 da Lei n° 8.906/94, o acesso às informações do processo disciplinar, diante do seu caráter sigiloso, somente será concedido **às partes, aos seus defensores e à autoridade judiciária competente**.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 4

Em certo Estado da Federação X, há notícias fundadas acerca de irregularidades na Caixa de Assistência dos Advogados, em razão de malversação de receitas, gerando hipótese de intervenção.

Considerando a situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

A) Quanto à receita destinada à Caixa de Assistência dos Advogados, cabe-lhe metade da receita das anuidades recebidas pelo Conselho Seccional. Diante da notícia de malversação dos valores, a intervenção na Caixa de Assistência dos advogados é atribuição do Conselho Seccional do estado X.

B) Quanto à receita destinada à Caixa de Assistência dos Advogados, não lhe podem ser destinados valores decorrentes das anuidades recebidas pelo Conselho Seccional, mas apenas contribuições específicas. Diante da notícia de malversação dos valores, a intervenção na Caixa de Assistência dos advogados é atribuição do Conselho Federal da OAB

C) Quanto à receita destinada à Caixa de Assistência dos Advogados, cabe-lhe metade da receita das anuidades recebidas pelo Conselho Seccional. Diante da notícia de malversação dos valores, a intervenção na Caixa de Assistência dos advogados é atribuição do Conselho Federal da OAB.

D) Quanto à receita destinada à Caixa de Assistência dos Advogados, não lhe podem ser destinados valores decorrentes das anuidades recebidas pelo Conselho Seccional, mas apenas contribuições específicas. Diante da notícia de malversação dos valores, a intervenção na Caixa de Assistência dos advogados é atribuição do Conselho Seccional do estado X.

Comentário:

A) Correto

É o exato teor do art. 62, §§ 5° e 7°, do Estatuto da Advocacia e da OAB. O primeiro dispositivo (§ 5°) estabelece que "**cabe à Caixa a metade da receita das anuidades recebidas pelo Conselho Seccional**, considerado o valor resultante após as deduções regulamentares obrigatórias". O último parágrafo (§ 7°), por sua vez, estipula que "**o Conselho Seccional**, mediante voto de dois terços de seus membros, **pode intervir na Caixa de Assistência dos Advogados, no caso de descumprimento de suas finalidades**, designando diretoria provisória, enquanto durar a intervenção".

B) Errado

Nos termos dos §§ 5° e 7° do art. 62 da Lei n° 8.906/1994, quanto à receita destinada à Caixa de Assistência dos Advogados, **cabe-lhe metade da receita das anuidades recebidas pelo Conselho Secional**, **sendo de atribuição do Conselho Seccional do respectivo Estado a intervenção na Caixa de Assistência dos advogados, diante da notícia de malversação dos valores**.

C) Errado

Cabe à Caixa de Assistência dos Advogados metade da receita das anuidades recebidas pelo Conselho Secional, **sendo de atribuição do Conselho Seccional do respectivo Estado a intervenção na Caixa de Assistência dos advogados, diante da notícia de malversação dos valores**, tudo de conformidade com o art. 62, §§ 5° e 7°, do Estatuto da Advocacia e da OAB.

D) Errado

A teor dos §§ 5° e 7° do art. 62 da Lei n° 8.906/94, **cabe à Caixa de Assistência dos Advogados metade da receita das anuidades recebidas pelo Conselho Secional**, **sendo de atribuição do Conselho Seccional do respectivo Estado a**

intervenção na Caixa de Assistência dos advogados, diante da notícia de malversação dos valores.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 5

Gabriel, advogado, teve aplicada contra si penalidade de suspensão, em razão da prática das seguintes condutas: atuar junto a cliente para a realização de ato destinado a fraudar a lei; recusar-se a prestar contas ao cliente de quantias recebidas dele e incidir em erros reiterados que evidenciaram inépcia profissional.

Antes de decorrido o prazo para que pudesse requerer a reabilitação quanto à aplicação dessas sanções e após o trânsito em julgado das decisões administrativas, instaurou-se contra ele, em razão dessas punições prévias, novo processo disciplinar.

Com base no caso narrado, assinale a opção que indica a penalidade disciplinar a ser aplicada.

A) De exclusão, para a qual é necessária a manifestação da maioria absoluta dos membros do Conselho Seccional competente.

B) De suspensão, que o impedirá de exercer o mandato e implicará o cancelamento de sua inscrição na OAB.

C) De exclusão, ficando o pedido de nova inscrição na OAB condicionado à prova de reabilitação.

D) De suspensão, que o impedirá de exercer o mandato e o impedirá de exercer a advocacia em todo o território nacional, pelo prazo de doze a trinta meses.

Comentário:

A) Errado

No caso em apreço, a penalidade disciplinar a ser aplicada é a de **exclusão**, sendo necessária a manifestação favorável de **dois terços** dos membros do Conselho Seccional competente, nos termos do art. 38, inciso I e parágrafo único, respectivamente, do Estatuto da Advocacia e da OAB.

B) Errado

A sanção disciplinar a ser aplicada *in casu* é a de **exclusão**, pelo fato já ter sido aplicada a pena de suspensão por três vezes, nos moldes do inciso I do art. 38 da Lei n° 8.906/1994.

C) Correto

Trata-se da exatidão do previsto no art. 38, inciso I, c/c art. 41, ambos, do Estatuto da Advocacia e da OAB, eis que "a **exclusão** é aplicável nos casos de **aplicação, por três, de suspensão**, sendo possibilitado a quem sofreu a sanção disciplinar "**requerer**, um ano após seu cumprimento, **a reabilitação**, em face de provas efetivas de bom comportamento".

D) Errado

De conformidade com o disposto no inciso I do art. 38 da Lei n° 8.906/1994, a pena disciplinar a ser aplicada é a de **exclusão**.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 6

Maria Lúcia é parte em um processo judicial que tramita em determinada Vara da Infância e Juventude, sendo defendida, nos autos, pelo advogado Jeremias, integrante da Sociedade de Advogados Y.

No curso da lide, ela recebe a informação de que a criança, cujos interesses são debatidos no feito, encontra-se em proeminente situação de risco, por fato que ocorrera há poucas horas. Ocorre que o advogado Jeremias não se encontra na cidade naquela data. Por isso, Maria Lúcia procura o advogado Paulo, o qual, após analisar a situação, conclui ser necessário postular, imediatamente, medida de busca e apreensão do infante.

Considerando o caso hipotético, assinale a afirmativa correta.

A) Paulo poderá aceitar procuração de Maria Lúcia e postular a busca e apreensão, independentemente de prévio conhecimento de Jeremias ou da Sociedade de Advogados Y.

B) Paulo poderá aceitar procuração de Maria Lúcia e postular a busca e apreensão, apenas após o prévio conhecimento de Jeremias, não sendo suficiente informar à Sociedade de Advogados Y, sob pena de cometimento de infração ética.

C) Paulo poderá aceitar procuração de Maria Lúcia e postular a busca e apreensão, apenas após o prévio conhecimento de Jeremias ou da Sociedade de Advogados Y, sob pena de cometimento de infração ética.

D) Paulo não poderá aceitar procuração de Maria Lúcia e postular a busca e apreensão, mesmo que seja promovido o prévio conhecimento de Jeremias e da Sociedade de Advogados Y, sem antes ocorrer a renúncia ou revogação do mandato, sob pena de cometimento de infração ética.

Comentário:

A) Correto

Tal assertiva reflete o inteiro teor do art. 14 do CED, o qual dispõe que "o advogado não deve aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído, sem prévio conhecimento deste, **salvo por motivo plenamente justificável ou para adoção de medidas judiciais urgentes e inadiáveis**".

B) Errado

Nos termos do art. 14 do CED, **dispensa-se o prévio conhecimento** de Jeremias, diante da necessidade de ser adotada uma **medida urgente e inadiável**.

C) Errado

A adoção da medida em tela pelo advogado Paulo **prescinde do prévio conhecimento de Jeremias**, dada a sua **natureza urgente e inadiável**, nos moldes do art. 14 do CED.

D) Errado

Em consonância com o previsto no art. 14 do CED, é **plenamente aceitável** a conduta adotada por Paulo, por se tratar de **medida urgente e inadiável**.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 7

Em certo local, pretende-se a aquisição de um imóvel pelo Conselho Seccional respectivo da OAB, para funcionar como centro de apoio em informática aos advogados inscritos. Também se negocia a constituição de hipoteca sobre outro bem imóvel que já integra o patrimônio deste Conselho Seccional.

De acordo com o caso narrado, com fulcro no disposto no Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) A aquisição do imóvel dependerá de autorização da maioria dos membros efetivos do Conselho Seccional; já a constituição da hipoteca é decisão que compete à Diretoria do Conselho Seccional.

B) Tanto a aquisição do imóvel como a constituição da hipoteca dependerão de autorização da maioria dos membros efetivos do Conselho Seccional.

C) Tanto a aquisição do imóvel como a constituição da hipoteca são decisões que competem à Diretoria do Conselho Seccional, dispensada autorização dos membros efetivos do Conselho Seccional.

D) A aquisição do imóvel é decisão que compete à Diretoria do Conselho Seccional; já a constituição da hipoteca dependerá de autorização da maioria dos membros efetivos do Conselho Seccional.

Comentário:

A) Errado

A decisão de **aquisição do imóvel** compete à **Diretoria do Conselho Seccional**, enquanto que a **constituição da hipoteca** depende de **autorização da maioria dos membros efetivos do Conselho Seccional**, tudo de conformidade com o art. 48 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB.

B) Errado

Nos termos do art. 48 do Regulamento Geral, enquanto que a **constituição da hipoteca** depende de **autorização da maioria dos membros efetivos do Conselho Seccional**, a **aquisição do imóvel**, por sua vez, cabe à **Diretoria do Conselho Seccional**.

C) Errado

Consoante o art. 48 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, a decisão de **aquisição do imóvel** compete à **Diretoria do Conselho Seccional**, enquanto que a **constituição da hipoteca** depende de **autorização da maioria dos membros efetivos do Conselho Seccional**.

D) Correto

Trata-se da exatidão do disposto no art. 48, *caput* e parágrafo único do Regulamento Geral. O *caput* estabelece que "a alienação ou oneração de bens imóveis depende de aprovação do Conselho Federal ou do Conselho Seccional, **competindo à Diretoria do órgão decidir pela aquisição de qualquer bem** e dispor sobre os bens móveis"; já parágrafo único estipula que "a alienação ou **oneração de bens imóveis** depende de **autorização** da maioria das delegações, no Conselho Federal, e **da maioria dos membros efetivos, no Conselho Seccional**".

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 8

Jorge é advogado, atuando no escritório modelo de uma universidade. Em certa ocasião, Jorge é consultado por um cliente, pois este gostaria de esclarecer dúvidas sobre honorários advocatícios. O cliente indaga a Jorge sobre o que seriam os honorários assistenciais.

Considerando o disposto no Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a opção que apresenta a resposta de Jorge.

A) Os honorários assistenciais são aqueles pagos diretamente ao advogado que promove a juntada aos autos do seu contrato de honorários antes de expedir-se o mandado de levantamento ou precatório.

B) Os honorários assistenciais são aqueles devidos ao advogado em periodicidade determinada, pela prestação de serviços advocatícios de forma continuada, nas situações que o cliente venha a ter necessidade, como contrapartida à chamada *"advocacia de partido"*.

C) Os honorários assistenciais são aqueles fixados pelo juiz ao advogado indicado para patrocinar causa de juridicamente necessitado, no caso de impossibilidade da Defensoria Pública no local da prestação do serviço.

D) Os honorários assistenciais são aqueles fixados em ações coletivas propostas por entidades de classe em substituição processual.

Comentário:

A) Errado

Tal assertiva apresenta o conceito de **honorários convencionados (contratuais)** nos termos do art. 22, *caput* e § 4°, do Estatuto da Advocacia e da OAB.

B) Errado

O conceito apresentado nesta alternativa não se coaduna com a definição de **honorários assistenciais** prevista no § 6° do art. 22 da Lei n° 8.906/1994.

C) Errado

Tal assertiva apresenta o conceito de **honorários fixados por arbitramento judicial (arbitrados ou judiciais)**, nos moldes do art. 22, *caput* e § 2°, do Estatuto da Advocacia e da OAB.

D) Correto

É o inteiro teor do § 6° do art. 22 da Lei n° 8.906/94, o qual dispõe que "o disposto neste artigo" – que trata do direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência – "aplica-se aos **honorários assistenciais**, compreendidos como os **fixados em ações coletivas propostas por entidades de classe em substituição processual**, sem prejuízo aos honorários convencionais".

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.



FILOSOFIA DO DIREITO

Questão 9

(FGV - 2019 - OAB - Exame de Ordem Unificado XXX - Primeira Fase)

Isso pressupõe que a norma de justiça e a norma do direito positivo sejam consideradas como simultaneamente válidas. Tal, porém, não é possível, se as duas normas estão em contradição, quer dizer, entram em conflito uma com a outra. Nesse caso apenas uma pode ser considerada como válida.

Hans Kelsen

Sobre a relação entre validade e justiça da norma, o jusfilósofo Hans Kelsen, em seu livro O Problema da Justiça, sustenta o princípio do positivismo jurídico, para afirmar que:

A) a validade de uma norma do direito positivo é independente da validade de uma norma de justiça.

B) o direito possui uma textura aberta que confere, ao intérprete, a possibilidade de buscar um equilíbrio entre interesses conflitantes.

C) o valor de justiça do ato normativo define a validade formal da norma; por isso valor moral e valor jurídico se confundem no direito positivo.

D) a validade de uma norma jurídica se refere à sua dimensão normativa positiva, à sua dimensão axiológica, e também, à sua dimensão fática.

Comentário:

A) Correta

Um dos assuntos tratados pelo jusfilósofo Hans Kelsen é a relação entre a justiça da norma e sua validade. Em sua percepção, não se pode estabelecer um comparativo entre uma norma de justiça e uma norma do direito positivo – o que se dá devido à concepção de que o direito é demasiadamente objetivo e de caráter científico para compreender um conceito tão subjetivo como o de justiça.

Segundo Kelsen, somente é possível fixar tal comparativo quando avaliado o direito natural e sua equivalência ao direito positivo, pautados em um senso absoluto de justiça. Isto, entretanto, não é aplicado à teoria pura do direito – e, assim sendo, entende-se que a norma do direito positivo tem validade independentemente da norma de justiça.

B) Errado

O direito não possui uma textura aberta – isto é, que possibilita ao intérprete a possibilidade de buscar um equilíbrio entre interesses conflitantes.

C) Errado

Ao contrário do que se alega na alternativa, o valor de justiça do ato normativo não define a validade formal da norma, de modo que não há confusão entre o valor moral e o valor jurídico no direito positivo.

E) Errado

Segundo Hans Kelsen, para que a norma seja colocada como verdadeira, ela precisa cumprir as condições de validação colocadas pelo próprio ordenamento.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

Questão 10

(FGV - 2019 - OAB - Exame de Ordem Unificado XXX - Primeira Fase)

Uma das mais importantes questões para a Filosofia do Direito diz respeito ao procedimento que define uma norma jurídica como sendo válida. Para o jusfilósofo Herbert Hart, em O Conceito de Direito, o fundamento de validade do Direito baseia-se na existência de uma regra de reconhecimento, sem a qual não seria possível a existência de ordenamentos jurídicos.

Segundo Hart, assinale a opção que define *regra de reconhecimento.*

A) Regra que exige que os seres humanos pratiquem ou se abstenham de praticar certos atos, quer queiram quer não.

B) Regra que estabelece critérios segundo os quais uma sociedade considera válida a existência de suas próprias normas jurídicas.

C) Regra que impõe deveres a todos aqueles que são reconhecidos como cidadãos sob a tutela do Estado.

D) Regra que reconhece grupos excluídos e minorias sociais como detentores de direitos fundamentais.

Comentário:

A) Errado

Contrariamente ao que afirma a alternativa, Hart não entende a regra de reconhecimento como regra que exige que os seres humanos pratiquem ou se abstenham de praticar certos atos, quer queiram quer não.

B) Correta

Dentre os assuntos tratados pelo filósofo Herbert Hart, tem-se a regra de conhecimento. Lê-se:

> Essa norma específica as características que, se estiverem presentes numa determinada norma, serão consideradas como indicação conclusiva de que se trata de uma norma do grupo, a ser apoiada pela pressão social que este exerce. A existência dessa norma de reconhecimento pode assumir qualquer uma dentre uma imensa variedade de formas, simples ou complexas (HART, 2012, p. 122).

Segundo Hart, então, a regra de conhecimento caracteriza-se como uma regra capaz de fixar e determinar os fatores que guiam a sociedade e, consequentemente, que validam a criação das normas jurídicas que nela existem.

C) Errado

Para Hart, a regra de reconhecimento é aquela que explicita os critérios guias da sociedade e seu ordenamento, e não a regra que impõe deveres a todos aqueles que são reconhecidos como cidadãos sob a tutela do Estado.

D) Errado

Ao contrário do que afirma a alternativa, Hart não entende a regra de reconhecimento como aquela que reconhece grupos excluídos e minorias sociais como detentores de direitos fundamentais.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina



DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

A população do Estado X, insatisfeita com os rumos da política nacional e os sucessivos escândalos de corrupção que assolam todas as esferas do governo, inicia uma intensa campanha pleiteando sua separação do restante da Federação brasileira. Um plebiscito é então organizado e 92% dos votantes opinaram favoravelmente à independência do Estado. Sobre a hipótese, com base no texto constitucional, assinale a afirmativa correta.

A) Diante do expressivo quórum favorável à separação do Estado X, a Assembleia Legislativa do referido ente deverá encaminhar ao Congresso Nacional proposta de Emenda Constitucional que, se aprovada, viabilizará a secessão do Estado X.

B) Para o exercício do direito de secessão, exige-se lei estadual do ente separatista, dentro do período determinado por Lei Complementar federal, dependendo ainda de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos demais Estados, após divulgação dos estudos de viabilidade, apresentados e publicados na forma da lei.

C) Diante da autonomia dos entes federados, admite-se a dissolução do vínculo existente entre eles, de modo que o Estado X poderia formar um novo país, mas, além da aprovação da população local por meio de plebiscito ou referendo, seria necessária a edição de Lei Complementar federal autorizando a separação.

D) A forma federativa de Estado é uma das cláusulas pétreas que norteiam a ordem constitucional brasileira, o que conduz à conclusão de que se revela inviável o exercício do direito de secessão por parte de qualquer dos entes federados, o que pode motivar a intervenção federal.

Comentário:

A) Errado

O erro da alternativa encontra-se na afirmativa de viabilização da secessão do estado X, o que é inconstitucional, tendo em vista que a forma Federativa de Estado é cláusula pétrea, conforme expõe o art. 1º da Constituição Federal.

B) Errado

A alternativa já começa errada em "para o exercício do direito de secessão", pois conforme visto, não existe o exercício do direito de secessão.

C) Errado

Incorreta, pois **não se admite a dissolução do vínculo existente entre os entes federativos.**

D) Correto

A Constituição Federal é formada pela União Indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, conforme seu art. 1º.

Do mesmo modo, a forma federativa de Estado é Cláusula Pétrea, conforme artigo 60, § 4º:

> Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: inciso I - a forma federativa de Estado.

Assim, nem mesmo por emenda à Constituição Federal é possível ter secessão. Portanto, atos ou manifestações que atenta contra o pacto federativo, como no caso em tela poderá ensejar uma intervenção federal, nos moldes do artigo Art. 34, que diz "*a União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para: I - manter a integridade nacional; II - repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra*".

Portanto, é correto afirmar que a forma federativa de Estado é uma das cláusulas pétreas que norteiam a ordem constitucional brasileira, o que conduz à conclusão

de que se revela inviável o exercício do direito de secessão por parte de qualquer dos entes federados, o que pode motivar a intervenção federal.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 12

Numerosas decisões judiciais, contrariando portarias de órgãos ambientais e de comércio exterior, concederam autorização para que sociedades empresárias pudessem importar pneus usados. Diante disso, o Presidente da República ingressa com Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), sustentando que tais decisões judiciais autorizativas da importação de pneus usados teriam afrontado preceito fundamental, representado pelo direito à saúde e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. A partir do caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) A ADPF não se presta para impugnar decisões judiciais, pois seu objeto está adstrito às leis ou a atos normativos federais e estaduais de caráter geral e abstrato, assim entendidos aqueles provenientes do Poder Legislativo em sua função legislativa.

B) A ADPF tem por objetivo evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do Poder Público, ainda que de efeitos concretos ou singulares; logo, pode impugnar decisões judiciais que violem preceitos fundamentais da Constituição, desde que observada a subsidiariedade no seu uso.

C) Embora as decisões judiciais possam ser impugnadas por ADPF, a alegada violação do direito à saúde e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado não se insere no conceito de preceito fundamental, conforme rol taxativo constante na Lei Federal nº 9.882/99.

D) A ADPF não pode ser admitida, pois o Presidente da República, na qualidade de chefe do Poder Executivo, não detém legitimidade ativa para suscitar a inconstitucionalidade de ato proferido por membros do Poder Judiciário, sob pena de vulneração ao princípio da separação dos poderes.

Comentário:

A) Errado

A alternativa encontra-se incorreta, pois, A ADPF poderá sim impugnar decisões judiciais. Desta forma dispõe a CF/88: "Art. 1º - A arguição prevista no § 1º do art. 102 da Constituição Federal será proposta perante o Supremo Tribunal Federal, e

terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público."

B) Correto

A ADPF tem por objetivo evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do Poder Público, ainda que de efeitos concretos ou singulares; logo, pode impugnar decisões judiciais que violem preceitos fundamentais da Constituição, desde que observada a subsidiariedade no seu uso.

A ADPF possui caráter subsidiário, consoante art. 4º, § 1º da Lei 9.882/99: "Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade."

Da mesma forma, em seu Art. 1º informa que a arguição prevista no § 1º do art. 102 da Constituição Federal será proposta perante o Supremo Tribunal Federal, e terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público.

C) Errado

A violação do direito à saúde e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado são inseridas sim como preceito fundamental. Assim dispõe o art. 225: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá- lo para as presentes e futuras gerações."

D) Errado

O Presidente da República é legitimado.

> Art. 2º da Lei 9.882/99 - Podem propor argüição de descumprimento de preceito fundamental:

I - os legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade;

(...)

Art. 2º da Lei 9.868/99 - Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade:

I - o Presidente da República;

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 13

Alisson, cidadão brasileiro, ingressa com requerimento administrativo, perante a Secretaria Fazendária do Município Y, pleiteando a revisão do valor do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), uma vez que não concorda com os cálculos empregados pela autoridade fazendária. Alisson, decorridos 90 dias sem qualquer atualização no andamento do feito, retorna à repartição administrativa indagando o porquê da demora. Ele obtém como resposta que o trâmite do procedimento é sigiloso, mas que seria possível obter uma certidão com as informações postuladas mediante o pagamento de determinada quantia, a título de "taxa". Diante da situação hipotética apresentada, com base no texto constitucional, assinale a afirmativa correta.

A) A atuação da Secretaria Fazendária revela-se inconstitucional, pois a obtenção de certidões em repartições públicas, contendo informações de interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, é direito de todos, sem o pagamento de taxa, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

B) Para a obtenção de certidão com informações de direito pessoal, como manifestação do direito de petição aos órgãos e poderes públicos, pode ser exigido o pagamento de taxas caso Alisson não demonstre ser hipossuficiente econômico.

C) Embora inexista óbice à cobrança de taxas para cobrir as despesas com a emissão de certidões em repartições públicas, ainda que destinadas à defesa e ao esclarecimento de situações de interesse pessoal, Alisson poderá utilizar o habeas data para obter as informações relativas ao procedimento administrativo instaurado.

D) Alisson não pode ter acesso ao feito, porque os procedimentos administrativos que versem sobre matéria tributária são de natureza sigilosa, somente podendo ser acessados, sem autorização judicial, por advogado regularmente constituído pelo contribuinte, bem como por órgãos da administração pública direta e indireta.

Comentário:

A) Correto

A atuação da Secretaria Fazendária é, de fato, inconstitucional, pois a obtenção de certidões em repartições públicas, contendo informações de interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, é direito de todos, sem o pagamento de taxa, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Assim dispõe a Constituição Federal:

> Art. 5º, XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;
> XXXIV - são a todos assegurados, **independentemente do pagamento de taxas**: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder; **b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.**

B) Errado

Conforme já explicado, taxa alguma poderia ser cobrada, pois à todos são assegurados a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, independentemente de pagãmente de taxas.

C) Errado

Além da alternativa repetir o erro a respeito da legalidade da cobrança de taxas, informa, erroneamente que Alisson poderá impetrar Habeas Data. O remédio constitucional adequado nesses casos **é o mandado de segurança.** O Habeas Data apenas será cabível para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou para retificação de dados. De acordo com o caso hipotético, Alisson

solicitou informações em relação a um procedimento administrativo impetrado por ele, e **o acesso a informações é um direito líquido e certo** que está sendo violado por uma autoridade pública, sendo assim, ele poderá impetrar o mandado de segurança para assegurar seu direito à informação.

D) Errado

Inexiste sigilosidade no acesso à procedimentos administrativos que versem sobre matéria tributária.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 14

Agentes do Ministério do Trabalho, em inspeção realizada em carvoaria situada na zona rural do Estado K, constataram que os trabalhadores locais encontravam-se sob exploração de trabalho escravo, sujeitando-se a jornadas de 16 horas consecutivas de labor, sem carteira assinada ou qualquer outro direito social ou trabalhista, em condições desumanas e insalubres, percebendo, como contraprestação, valor muito inferior ao salário mínimo nacional. Diante da situação narrada, com base na ordem constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

A) Diante da vedação ao confisco consagrada na Constituição de 1988, o descumprimento da função social, agravado pela situação de grave violação aos direitos humanos dos trabalhadores, enseja responsabilização administrativa, cível e criminal do proprietário, mas não autoriza a expropriação da propriedade rural.

B) O uso de mão de obra escrava autoriza a progressividade das alíquotas do imposto sobre a propriedade territorial rural e, caso tal medida não se revele suficiente, será possível que a União promova a expropriação e destinação das terras à reforma agrária e a programas de habitação popular, mediante prévia e justa indenização do proprietário. C) A hipótese narrada enseja a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, uma vez que o imóvel rural não cumpre a sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária.

D) A exploração de trabalho escravo na referida propriedade rural autoriza sua expropriação pelo Poder Público, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, admitindo-se, até mesmo, o confisco de todo e qualquer bem de valor econômico apreendido na carvoaria.

Comentário:

A) Errado

A questão informa que a expropriação da propriedade rural, no caso hipotético, não é autorizada, o que contraria o disposto na CF/88:

> Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º.

B) Errado

A progressividade das alíquotas não é autorizada, e a expropriação independe de indenização ao proprietário. Assim dispõe a CF/88:

> Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei.

C) Errado

O caso em tela enseja a expropriação, não desapropriação.

D) Correto

De acordo com o disciplinado pela Constituição Federal, a exploração de trabalho escravo na referida propriedade rural autoriza sua expropriação pelo Poder Público, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, admitindo-se, inclusive, o confisco de todo e qualquer bem de valor econômico apreendido na carvoaria.

Nesse sentido, conforme a CF/88:

> Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a **exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a**

programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º.

Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da **exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica**, na forma da lei.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 15

Pablo, cidadão espanhol, decide passar férias no litoral do Nordeste brasileiro. Durante sua estadia, de modo acidental, corta-se gravemente com o facão que manuseava para abrir um coco verde, necessitando de imediato e urgente atendimento hospitalar. Ocorre que o hospital de emergência da localidade se recusa a atender Pablo, ao argumento de que, por ser estrangeiro, ele não faria jus aos serviços do Sistema Único de Saúde, devendo procurar um hospital particular. Com base na situação fictícia narrada, assinale a afirmativa correta.

A) A Constituição da República, no caput do Art. 5º, assegura a igualdade de todos os brasileiros natos e naturalizados perante a lei, sem distinções de qualquer natureza, de modo que Pablo, por ser estrangeiro, não faz jus ao direito social à saúde.

B) A saúde, na qualidade de direito social, apenas pode ser prestada àqueles que contribuem para a manutenção da seguridade social; diante da impossibilidade de Pablo fazê-lo, por ser estrangeiro, não pode ser atendido pelos hospitais que integram o Sistema Único de Saúde.

C) O Sistema Único de Saúde rege-se pelo princípio da universalidade da tutela à saúde, direito fundamental do ser humano; logo, ao ingressar no território brasileiro, Pablo, mesmo sendo cidadão espanhol, tem direito ao atendimento médico público e gratuito em caso de urgência.

D) Pablo, apenas pode ser atendido em hospital público que integre o Sistema Único de Saúde caso se comprometa a custear todas as despesas com seu tratamento, salvo comprovação de ser hipossuficiente econômico, circunstância excepcional na qual terá direito ao atendimento gratuito.

Comentário:

A) Errado

É incorreto afirmar que o estrangeiro não faz jus ao direito social à saúde, visto que é direito de todos, conforme art. 196, da CF/88:

> Art. 196 - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

B) Errado

De acordo com o art. 2º da Lei 8.080/1990, não se pode impor qualquer tipo de obstáculo ao acesso ao SUS, seja relativo à cidadania, renda, classe social e titularização de plano privado de assistência médica. O SUS se destina ao atendimento de toda a população brasileira, incluídos os estrangeiros, principalmente em se tratando de urgência.

C) Correto

De acordo com a Constituição Federal:

> Art. 195 - A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: (...)

> Art. 196 - **A saúde é direito de todos** e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Portanto, é correto afirmar que o Sistema Único de Saúde rege-se pelo princípio da universalidade da tutela à saúde, direito fundamental do ser humano; logo, ao ingressar no território brasileiro, Pablo, mesmo sendo cidadão espanhol, tem direito ao atendimento médico público e gratuito em caso de urgência.

D) Errado

Conforme já explicado, não se pode impor qualquer tipo de obstáculo ao acesso ao SUS, seja relativo à cidadania, renda, classe social e titularização de plano privado de assistência médica.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 16

A Mesa da Câmara dos Deputados encaminhou ao Ministro de Estado da Saúde pedido escrito de informações acerca da sua participação na formulação da política pública e na execução das ações de saneamento básico no território nacional. Passados trinta dias do recebimento do documento, não há qualquer resposta por parte do ministério, sendo que o ministro da referida pasta entende que as questões suscitadas não demandam resposta ministerial, por não possuírem caráter técnico, mas apenas político. Indignado, o Presidente da Mesa da Câmara dos Deputados submete a questão à apreciação de sua assessoria jurídica. Sobre o caso narrado, assinale a opção que apresenta, de acordo com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, a resposta correta.

A) O Ministro de Estado da Saúde, em exercício no âmbito do Poder Executivo, somente está obrigado a responder aos pedidos oriundos do Presidente da República, a quem hierarquicamente se submete.

B) Em razão do princípio da independência entre os poderes da República, a ausência da resposta por parte do Poder Executivo não poderá acarretar sanções jurídicas, embora possa gerar uma crise entre os poderes.

C) A ausência de resposta poderá fazer com que o Ministro responsável pela pasta venha a responder por crime, perante o Superior Tribunal de Justiça, caso seja denunciado pelo Ministério Público.

D) O Ministro de Estado da Saúde poderá vir a responder por crime de responsabilidade, não lhe sendo assegurada discricionariedade para deixar de responder ao pedido de informações formulado pela Mesa da Câmara dos Deputados.

Comentário:

A) Errado

O Ministro de Estado da Saúde não está obrigado somente a responder os pedidos oriundos do Presidente da República, conforme § 2º, do art. 50, da CF/88:

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, **importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não - atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas**.

B) Errado

Acarreta sim sanções jurídicas, conforme já explicado, importando crime de responsabilidade a recusa, ou o não – atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

C) Errado

Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar os crimes de responsabilidade de Ministros de Estado.

Art. 102. **Compete ao Supremo Tribunal Federal**, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - **processar e julgar, originariamente**:

(...)

c) nas infrações penais comuns e **nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado** e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente; (...).

D) Correto

Conforme a CF/88:

Art. 50 (...)

§ 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante

entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério;

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não - atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Portanto, O Ministro de Estado da Saúde poderá vir a responder por crime de responsabilidade, não lhe sendo assegurada discricionariedade para deixar de responder ao pedido de informações formulado pela Mesa da Câmara dos Deputados.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 17

Ante o iminente vencimento do prazo para adimplemento de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil perante o Fundo Monetário Internacional, bem como diante da grave crise econômica enfrentada pelo Estado, o Presidente da República, no regular exercício do mandato, edita a Medida Provisória X. A medida dispõe sobre a possibilidade de detenção e sequestro, pelo governo federal, de bens imóveis com área superior a 250 m² situados em zonas urbanas, desde que não se trate de bem de família e que o imóvel esteja desocupado há mais de dois anos. Sobre a Medida Provisória X, com base na CRFB/88, assinale a afirmativa correta.

A) É inconstitucional, uma vez que a Constituição Federal de 1988 veda, expressamente, que tal espécie normativa disponha sobre matéria que vise a detenção ou o sequestro de bens.

B) É inconstitucional, pois trata de matéria já regulamentada pelo legislador ordinário, qual seja, a possibilidade de desapropriação de bens imóveis urbanos por necessidade ou utilidade pública.

C) Ela não se revela adequada ao cumprimento do requisito de urgência porque só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte, caso venha a ser convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.

D) É constitucional, pois foram respeitados os requisitos de relevância e urgência, desde que seja submetida de imediato ao Congresso Nacional, perdendo eficácia se não for convertida em lei no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável uma única vez por igual período.

Comentário:

A) Correto

A MP é inconstitucional, visto que a Constituição Federal de 1988 veda, expressamente, que tal espécie normativa disponha sobre matéria que vise a detenção ou o sequestro de bens. Neste diapasão:

> Art. 62 (...)
> § 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:
> (...)
> **II - que vise a detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro.**

B) Errado

A Medida Provisória trata a respeito da detenção e sequestro de bens, institutos diferentes da desapropriação por utilidade pública.

C) Errado

D) Independentemente do cumprimento de urgência, a MP não pode versar sobre sequestro ou detenção de bens, conforme artigo supracitado.

E) Errado

Igualmente errada, pois, conforme visto, a MP é inconstitucional.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca



DIREITOS HUMANOS

Questão 18

O padrasto de Ana Maria, rotineiramente, abre sua correspondência física e entra em sua conta de e-mail sem autorização, ainda que a jovem seja maior de idade. Cansada dessa ingerência arbitrária e sem o amparo de sua própria mãe, a jovem busca apoio na organização de direitos humanos em que você atua.

Com base no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP), assinale a opção que indica o esclarecimento correto que você, como advogado(a), prestou a Ana Maria.

A) O Pacto prevê a prevalência do poder familiar nas relações familiares e, como a conduta do padrasto tem a concordância da mãe de Ana Maria, ainda que seja inconveniente, essa conduta não pode ser considerada uma violação de direitos.

B) O Pacto assegura o direito à privacidade nas relações em gerais, mas nas relações especificamente familiares admite ingerências arbitrárias se forem voltadas para a proteção e o cuidado.

C) O Pacto dispõe que ninguém poderá ser objeto de ingerências arbitrárias ou ilegais em sua vida privada, em sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência.

D) O Pacto é omisso em relação à prática de ingerências arbitrárias na vida privada e na família, tratando apenas da proteção da privacidade na vida pública e em face da conduta do Estado.

Comentário:

Para responder a questão apresentada, é fundamental a leitura do Pacto de San José da Costa Rica seu 11º artigo. Observa-se o dispositivo:

Artigo 11. Proteção da honra e da dignidade

1. Toda pessoa tem direito ao respeito de sua honra e ao reconhecimento de sua dignidade.

2. Ninguém pode ser objeto de ingerências arbitrárias ou abusivas em sua vida privada, na de sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais à sua honra ou reputação.

3. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais ingerências ou tais ofensas".

A) Errado

Como determinado pelo artigo 11 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, toda pessoa tem direito à sua dignidade e ninguém pode ser objeto de ingerências arbitrárias em seu domicílio e correspondência, de modo que o padrasto de Ana Maria, ainda que com o consentimento de sua mãe, está violando seus direitos.

C) Errado

O Pacto não admite, sob hipótese alguma, ingerências arbitrárias nas relações familiares, como disposto em seu artigo 11.

C) Correto

Como pode ser visto no artigo 11 do Pacto de San José da Costa Rica, ninguém poderá ser objeto de ingerências arbitrárias ou ilegais em sua vida privada, em sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência.

D) Errado

O Pacto não é omisso quanto à prática de ingerências arbitrárias na vida privada e familiar, como disposto em seu artigo 11.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 19

Você foi procurada, como advogada, por um pequeno grupo de estudantes negros que cursa o terceiro ano do ensino médio em uma escola particular. Os estudantes relatam que se sentem violados na sua cultura, porque os programas das disciplinas pertinentes não tratam de temas ligados à História da África e da população negra no Brasil. Indagam a você, como advogado(a), se a Escola não teria a obrigação de fazê-lo.

Nesse caso, com base no Estatuto da Igualdade Racial, assinale a opção que apresenta a resposta correta a ser dada aos alunos.

A) O estudo de temas ligados à história da população negra na África e no Brasil e da cultura afro-brasileira é importante no sentido ético, mas não há obrigação legal das escolas nesse sentido.

B) As escolas públicas devem promover o estudo da História da África e da história da população negra no Brasil, mas esse dever não se estende aos estabelecimentos privados de ensino que possuem autonomia na definição de seus currículos.

C) A adoção de conteúdos referentes à cultura afro-brasileira, bem como aqueles referentes à história da população negra no Brasil, depende de determinação dos Conselhos de Educação, seja o Conselho Nacional, sejam os respectivos Conselhos Estaduais.

D) As escolas de ensino fundamental e médio devem promover o estudo da História da África e da história da população negra no Brasil, bem como da cultura afrobrasileira, o que deve ocorrer no âmbito de todo o currículo escolar.

Comentário:

A fim de responder satisfatoriamente a questão, observa-se o artigo 11 - e seu §1º - do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 1288/2010):

Art. 11. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil, observado o disposto na Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996" (lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional).

§1º Os conteúdos referentes à história da população negra no Brasil serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, resgatando sua contribuição decisiva para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País.

A) Errado

Como pode ser visto no §1º, art. 11 da Lei 1.288/2010, o estudo de temas ligados à história da população negra na África e no Brasil e da cultura afro-brasileira é obrigatório no Brasil.

B) Errado

Como pode ser visto no artigo 11 da Lei 1.288/2010, o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil é obrigatório tanto para as instituições públicas como as privadas.

C) Errado

A adoção de conteúdos referentes à cultura afro-brasileira, bem como aqueles referentes à história da população negra no Brasil, é obrigatória no país, independendo de disposições de outros Conselhos ou órgãos.

D) Correta

Conforme disposição da Lei 1.288/2010, as escolas de ensino fundamental e médio devem promover o estudo da História da África e da história da população negra no Brasil, bem como da cultura afrobrasileira, o que deve ocorrer no âmbito de todo o currículo escolar.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO INTERNACIONAL

Questão 20

Existem disputas sobre parcelas de territórios entre países da América Latina. O Brasil e o Uruguai, por exemplo, possuem uma disputa em torno da chamada "ilha brasileira", na foz do Rio Uruguai.

Na hipótese de o Uruguai vir a reivindicar formalmente esse território, questionando a divisa estabelecida no tratado internacional de 1851, assinale a opção que indica o tribunal internacional ao qual ele deveria endereçar o pleito.

A) Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul.

B) Corte Internacional de Justiça.

C) Tribunal Penal Internacional.

D) Tribunal Internacional do Direito do Mar.

Comentário:

A fim de responder satisfatoriamente a questão, deve-se entender que a Corte Interamericana de Justiça é a entidade responsável pelo julgamento de Estados e de organizações internacionais – ao passo que ao Tribunal Penal Internacional cabe julgar casos de violação dos direitos humanos praticados por pessoas físicas.

O Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul, por sua vez, tem sua função basilar relacionada à resolução de matérias de revisão dos laudos dos tribunais arbitrais ad hoc

dos Estados partes do Mercosul. O Tribunal Internacional do Direito do Mar, por fim, atua na resolução de conflitos marítimos com base na interpretação e aplicação das normas de 1982 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

A) Errado

Como visto, o Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul é responsável pela resolução de matérias de revisão dos laudos dos tribunais arbitrais ad hoc dos Estados partes do Mercosul, e não quanto às divisas e disputas por territórios entre Estados.

B) Correto

Na hipótese apresentada na questão – em que o Uruguai e o Brasil estão em disputa -, cabe a atuação e julgamento da CIJ, visto que os envolvidos são Estados.

C) Errado

Como se sabe, o Tribunal Penal Internacional é responsável pelo julgamento dos casos de violação dos direitos humanos praticados por pessoas físicas.

E) Errado

O Tribunal Internacional do Direito do Mar, contrariamente ao texto da afirmativa, atua na resolução de conflitos marítimos com base na interpretação e aplicação das normas de 1982 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

Questão 21

Uma das funções da cooperação jurídica internacional diz respeito à obtenção de provas em outra jurisdição, nos termos das disposições dos tratados em vigor e das normas processuais brasileiras.

Para instruir processo a ser iniciado ou já em curso, no Brasil ou no exterior, não é admitida, no entanto, a solicitação de colheita de provas

A) por carta rogatória ativa.

B) por carta rogatória passiva.

C) a representantes diplomáticos ou agentes consulares.

D) pela via do auxílio direto.

Comentário:

A) Errado

Contrariamente ao que afirma a alternativa, a carta rogatória configura-se como mecanismo válido para a colheita de provas. Vale destacar que esta é expedida por autoridades judiciárias brasileiras a fim de assegurar o cumprimento de quaisquer diligências no exterior.

B) Errado

A carta rogatória passiva – a qual é a emitida por autoridades judiciárias estrangeiras a fim de garantir a realização de ato processual no Brasil – requer a autorização por parte do Superior Tribunal de Justiça e admite, sim, a requisição da colheita das provas.

C) Correto

Como dito na alternativa, os representantes diplomáticos e agentes consulares não podem, de fato, solicitar a colheita de provas.

Cabe destacar que, enquanto os representantes representam o Estado – bem como informam-no e negociam em seu nome, aos agentes consulares cabe o exercício de funções consulares e notariais/registrais – realizando tal função sob a jurisdição de um cônsul geral.

D) Errado

Observa-se os artigos 28 e 30 do CPC/2015:

> Art. 28. Cabe auxílio direto quando a medida não decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira a ser submetida a juízo de delibação no Brasil.
>
> Art. 30. Além dos casos previstos em tratados de que o Brasil faz parte, o auxílio direto terá os seguintes objetos:
>
> II - colheita de provas, salvo se a medida for adotada em processo, em curso no estrangeiro, de competência exclusiva de autoridade judiciária brasileira;

Portanto, entende-se que a solicitação de colheita de provas pela via do auxílio direto é permitida, contrariamente ao que alega a alternativa.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina e lei seca

Direito Tributário

Questão 22

O Distrito Federal instituiu, por lei distrital, a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública. Um contribuinte insurgiu-se judicialmente contra tal cobrança, alegando que a instituição pelo Distrito Federal seria inconstitucional.

Diante desse quadro, assinale a afirmativa correta.

A) O contribuinte tem razão, uma vez que, em virtude das peculiaridades do Distrito Federal, é a União o ente federado competente pela instituição da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública na capital federal.
B) O contribuinte tem razão, uma vez que, em virtude das peculiaridades do Distrito Federal, é o Estado de Goiás o responsável pela instituição da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública na capital federal.
C) O contribuinte não tem razão, pois o Distrito Federal possui delegação de capacidade tributária ativa feita pela União para a cobrança da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.
D) O contribuinte não tem razão, pois o Distrito Federal pode instituir a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, assim como os Municípios.

Comentário:

CF/88

Art. 149-A Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III.

Parágrafo único. É facultada a cobrança da contribuição a que se refere o caput, na fatura de consumo de energia elétrica.

A) Errado

Apesar das especificidades referentes ao Distrito Federal, o art. 149-A da CF/88 a competência para a instituição da contribuição é do Distrito Federal e dos municípios e não da União.

B) Errado

O Estado de Goiás não possui nenhum tipo de competência dentro do território do DF para a instituição da contribuição.

C) Errado

Pois como previsto pelo art. 149-A da CF/88, a competência não foi delegada pela União, a competência é expressamente direcionada ao Distrito Federal.

D) Certo

Como descrito acima no art. 149-A da CF/88, a Constituição elenca o Distrito Federal e os Municípios como competentes para a instituição da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.

Gabarito: Alternativa D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 23

O médico João da Silva está há 4 (quatro) anos sem pagar a anuidade cobrada pelo Conselho Regional de Medicina (CRM). Diante desse cenário, o CRM poderá

A) inscrever o débito em dívida ativa de natureza tributária, depois promovendo a competente ação de execução fiscal, regida pela Lei nº 6.830/80, para cobrança.
B) promover a competente ação de execução fiscal regida pela Lei nº 6.830/80, sem necessidade de inscrição em dívida ativa, por serem as certidões de inadimplemento de anuidades expedidas pelos conselhos profissionais dotadas de natureza de título executivo extrajudicial.
C) promover a competente ação de cobrança das anuidades, regida pelo Código de Processo Civil, a partir da comprovação do não pagamento das anuidades em atraso.
D) promover a competente ação de execução das anuidades, regida pelo Código de Processo Civil, por serem as certidões de inadimplemento de anuidades expedidas pelos conselhos profissionais dotadas de natureza de título executivo extrajudicial.

Comentário:

CF/88

Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

A) Correto

Por serem considerados autarquias federais, os conselhos profissionais podem efetuar cobrança de crédito tributário, inscrevendo em dívida ativa e ajuizando execuções fiscais.

Sendo de natureza tributária, a cobrança das anuidades através da Lei de execuções fiscais 6830/1980.

B) Errado

Pois para efetuar a execução fiscal, a inscrição em dívida ativa (CDA) é imprescindível. Sendo a CDA o título executivo que fundamenta a execução fiscal.

C) Errado

Devido à natureza tributária da anuidade do CRM, o procedimento correto a ser implementado é a execução fiscal, prevista na Lei 6830/80.

D) Errado

Devido à natureza tributária da anuidade do CRM, o procedimento correto a ser implementado é a execução fiscal, prevista na Lei 6830/80.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 24

A União, por meio de lei ordinária, instituiu nova contribuição social (nova fonte de custeio) para financiamento da seguridade social. Para tanto, adotou, além da não cumulatividade, fato gerador e base de cálculo distintos dos discriminados na Constituição da República.

A referida lei foi publicada em 1º de outubro de 2018, com entrada em vigor em 1º de fevereiro de 2019, determinando, como data de vencimento da contribuição, o dia 1º de março de 2019.

A pessoa jurídica XYZ não realizou o pagamento, razão pela qual, em 10 de março de 2019, foi aconselhada, por seu(sua) advogado(a), a propor uma ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica, em face da União.

Assinale a opção que indica o fundamento que poderá ser alegado para contestar a nova contribuição.

A) Ela somente poderia ser instituída por meio de Lei Complementar.

B) Ela violou o princípio da anterioridade anual.

C) Ela violou o princípio da anterioridade nonagesimal.

D) Ela somente poderia ser instituída por Emenda Constitucional**.**

Comentário:

CF

Art. 154. A União poderá instituir:

I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição;

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:
(...)
§ 4º A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.
(...)
§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, "b".

A) Correto

A constituição delega competência para a União instituir contribuições para a seguridade social, em seu art. 195, §4º. Este mesmo artigo faz referência ao art. 154, I que determina que tais contribuições só podem ser instituídas através de lei complementar, não podem ser cumulativas e não ter fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na constituição.

B) Errado

Não se enquadra como uma violação ao princípio da anterioridade anual, pois a lei foi publicada no exercício de 2018, e sua cobrança se deu no exercício de 2019.

C) Errado

A lei foi publicada em 1º de outubro de 2018, ou seja, à época da reclamação da pessoa jurídica o prazo de 90 dias já teria transcorrido completamente.

D) Errado

Como apontado na alternativa "A", a CF/88 prevê a instituição de novas contribuições através de Lei complementar, e não através de emenda constitucional.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 25

Pedro tem três anos de idade e é proprietário de um apartamento. Em janeiro deste ano, o Fisco notificou Pedro para o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), por meio do envio do carnê de cobrança ao seu endereço. Os pais de Pedro, recebendo a correspondência, decidiram não pagar o tributo, mesmo possuindo recursos suficientes para tanto.

Diante da impossibilidade de cumprimento da obrigação por Pedro, assinale a afirmativa correta.

A) Os pais de Pedro devem pagar o tributo, na qualidade de substitutos tributários.

B) O Fisco deverá aguardar Pedro completar 18 anos para iniciar o processo de execução da dívida.

C) Os pais de Pedro responderão pelo pagamento do tributo, uma vez que são responsáveis tributários na condição de terceiros.

D) O Fisco deve cobrar o tributo dos pais de Pedro, já que são contribuintes do IPTU.

Comentário:

CTN

Art. 121. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

I - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II - responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.

Art. 126. A capacidade tributária passiva independe:

I - da capacidade civil das pessoas naturais;

Art. 131. São pessoalmente responsáveis:

I - o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;

Art. 134. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

A) Errado

Pois não se trata de substituição tributária, e sim de responsabilidade de terceiro.

B) Errado

De acordo com o art. 126, I do CTN, a capacidade tributária passiva independe da capacidade civil das pessoas naturais. Logo, o fisco deve direcionar a cobrança aos pais de Pedro como exposto no art. 134 do CTN.

C) Correto

Como expresso no art. 134, I do CTN, os pais de Pedro são responsáveis tributários na condição de terceiros.

D) Errado

Os pais de Pedro não são os contribuintes do IPTU visto que não são proprietários, uma vez que respondem apenas como responsáveis tributários na condição de terceiros

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 26

O Estado Y lavrou auto de infração em face da pessoa jurídica PJ para cobrança de créditos de Impostos sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), decorrentes da produção e venda de livros eletrônicos. Adicionalmente aos créditos de ICMS, o Estado Y cobrou o pagamento de multa em decorrência do descumprimento de obrigação acessória legalmente prevista.

Tendo isso em vista, assinale a afirmativa correta.

A) Há imunidade tributária em relação aos livros eletrônicos; por outro lado, é incorreta a cobrança da multa pelo descumprimento da obrigação acessória.

B) Há imunidade tributária em relação aos livros eletrônicos; no entanto, tendo em vista a previsão legal, é correta a cobrança de multa pelo descumprimento da obrigação acessória.

C) É correta a cobrança do ICMS, uma vez que a imunidade tributária somente abrange o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos; da mesma forma, é correta a cobrança de multa pelo descumprimento da obrigação acessória, em vista da previsão legal.

D) É correta a cobrança do ICMS, uma vez que a imunidade tributária somente abrange o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos; no entanto, é incorreta a cobrança da multa pelo descumprimento da obrigação acessória.

Comentário:

STF

Súmula vinculante 57: A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se à importação e comercialização, no mercado interno, do livro eletrônico (e-

book) e dos suportes exclusivamente utilizados para fixá-los, como leitores de livros eletrônicos (e-readers), ainda que possuam funcionalidades acessórias.

CTN

Art. 111. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:

I - suspensão ou exclusão do crédito tributário;

II - outorga de isenção;

III - dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

§ 3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

A) Errado

As obrigações acessórias podem ser positivas ou negativas, baseadas no interesse da arrecadação ou fiscalização de tributos, como exposto no art. 113, §2º do CTN. A sua existência não depende da obrigação principal. As obrigações acessórias podem ser interpretadas como dever instrumental, além disso a dispensa no seu cumprimento deve vir de maneira literal, como preconiza o art. 111, III do CTN. Sendo assim, no caso de não existir nenhuma ressalva as entidades imunes, estas devem cumprir com o seu dever instrumental.

B) Correto

Como exposto na Súmula vinculante 57, o STF entende que a imunidade prevista no art. 150, VI da CF também alcança os ebooks. Por sua vez, as obrigações acessórias podem ser positivas ou negativas, baseadas no interesse da arrecadação ou fiscalização de tributos, como exposto no art. 113, §2º do CTN. A sua existência não depende da obrigação principal. As obrigações acessórias podem ser interpretadas como dever instrumental, além disso a dispensa no seu cumprimento deve vir de maneira literal, como preconiza o art. 111, III do CTN. Sendo assim, no caso de não existir nenhuma ressalva as entidades imunes, estas devem cumprir com o seu dever instrumental.

C) Errado

O STF através da Súmula vinculante 57, se manifestou estendendo a imunidade tributária prevista no art. 150, VI da CF aos e-books e seus instrumentos de leitura.

D) Errado

O STF através da Súmula vinculante 57, se manifestou estendendo a imunidade tributária prevista no art. 150, VI da CF aos e-books e seus instrumentos de leitura.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 27

O Município Sigma pretende realizar obras de restauração em uma praça e instalar brinquedos fixos de madeira para o lazer das crianças. A obra foi orçada em R$ 100.000,00 (cem mil reais), razão pela qual o ente federativo optou pela modalidade convite, remetendo o respectivo instrumento convocatório para três sociedades cadastradas junto ao registro pertinente e, para uma quarta, não cadastrada. Além disso, a carta-convite foi afixada em local apropriado para o conhecimento dos demais interessados. Na sessão de julgamento, compareceram apenas duas convidadas, certo que a sociedade Alfa apresentou a melhor proposta e preencheu os requisitos para a habilitação. Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

A) O Município Sigma não poderia ter se utilizado da modalidade convite para a situação descrita.

B) A licitação é inválida, pois o resumo do instrumento convocatório deveria ser publicado em jornal de circulação no Município Sigma.

C) Se o Município Sigma não justificar a presença de apenas duas licitantes, diante da existência de limitações de mercado ou pelo desinteresse dos convidados, deverá repetir o convite.

D) Não é cabível realizar o convite de sociedades que não estejam cadastradas no registro pertinente.

Comentário:

A) Errado

Considerando que a obra em questão teria valor estimado de cem mil reais, seria possível, sim, a utilização da modalidade licitatória, visto que, o limite de valor, para a modalidade convite, em se tratando de obras e serviços de engenharia, é de R$ 330.000,00, consoante disposto no art. 1º, I, "a", do Decreto 9.412/2018:

> Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:
>
> I - para obras e serviços de engenharia:
>
> a) na modalidade convite - até R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);

B) Errado

A necessidade de publicação dos avisos contendo os resumos dos editais não é aplicada a modalidade de convites, consoante disposto no art. 21, caput, da Lei 8.666/93:

> Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das **concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões**, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez:
>
> (...)
>
> III - em jornal diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de circulação no Município ou na região onde será realizada a obra, prestado o serviço, fornecido, alienado ou alugado o bem, podendo ainda a Administração, conforme o vulto da licitação, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição.

C) Correto

A afirmativa em exame tem amparo expresso no teor do §7º do art. 22, por isso está correta.

> Art. 22 (...)
>
> § 7º Quando, por limitações do mercado ou manifesto desinteresse dos convidados, for impossível a obtenção do número mínimo de licitantes exigidos no § 3º deste artigo, essas circunstâncias deverão ser devidamente justificadas no processo, sob pena de repetição do convite.

D) Errado

Não há impedimento legal a participação de interessados não cadastrados na modalidade convite, vejamos:

> § 3º Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, **cadastrados ou não**, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 28

Sávio, servidor público federal, frustrado com a ineficiência da repartição em que trabalha, passou a faltar ao serviço. A Administração Pública, após constatar que Sávio acumulou sessenta dias de ausência nos últimos doze meses, instaurou processo administrativo disciplinar para apurar a conduta do referido servidor. Tendo como premissa esse caso concreto, assinale a afirmativa correta.

A) O processo administrativo disciplinar será submetido a um procedimento sumário, mais simples e célere, composto pelas fases da instauração, da instrução sumária - que compreende a indiciação, a defesa e o relatório - e do julgamento.

B) A inassiduidade habitual configura hipótese de demissão do serviço público, ficando Sávio impedido de nova investidura em cargo público federal pelo prazo de cinco anos, a contar do julgamento.

C) Na hipótese de ser imputada a pena de demissão a Sávio, é lícito à Administração Pública exigir depósito de dinheiro como requisito de admissibilidade do recurso administrativo, até mesmo como forma de ressarcir os custos adicionais que o poder público terá com o processamento do apelo.

D) A falta de advogado constituído por Sávio no processo administrativo é causa de nulidade, tendo em vista que a ausência de defesa técnica prejudica o exercício da ampla defesa por parte do servidor arrolado.

Comentário:

A) Correto

Resta configurada a inassiduidade habitual, de acordo com o art. 139 da Lei 8.112/90:

> Art. 139. Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

Desta forma, é uma violação passível de demissão, de acordo com o art. 132, III:

> Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:
>
> (...)
>
> III - inassiduidade habitual;

Neste diapasão, o procedimento apuratório deverá ser sumário, de acordo com o disposto no art. 140 da Lei 8.112/90, que afirma que deve ser aplicada a técnica do art. 133.:

> Art. 140. Na apuração de abandono de cargo ou inassiduidade habitual, também será adotado o procedimento sumário a que se refere o art. 133, observando-se especialmente que: (...)
>
> Art. 133. Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade a que se refere o art. 143 notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:
>
> I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por dois servidores estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração;
>
> II - instrução sumária, que compreende indiciação, defesa e relatório;
>
> III - julgamento.

B) Errado

A impossibilidade de nova investidura em cargo público, pelo prazo de cinco anos, por conta de demissão, tem base no art. 137 da Lei 8.112/90, destinando-se aos casos previstos no art. 117, incisos IX e XI:

> IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
> XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro", não se destinando, pois, ao art. 132, III, que trata da inassiduidade habitual.
>
> Art. 137. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 117, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.
>
> Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 132, incisos I, IV, VIII, X e XI.

C) Errado

A alternativa é contrária ao exposto na Súmula Vinculante n.º 21 do STF, que afirma ser inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

D) Errado

A alternativa é contrária ao disposto na Súmula Vinculante n.º 5 do STF, que afirma que a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Súmulas

Questão 29

O Governo do Estado Alfa, para impulsionar o potencial turístico de uma região cercada de belíssimas cachoeiras, pretende asfaltar uma pequena estrada que liga a cidade mais próxima ao local turístico. Com vistas à melhoria do serviço público e sem dinheiro em caixa para arcar com as despesas, o Estado decide publicar edital para a concessão da estrada, com fundamento na Lei nº 8.987/95, cabendo ao futuro concessionário a execução das obras. Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) O edital poderá prever, em favor da concessionária, outras fontes de receita além daquela oriunda do pedágio; a renda adicional deve favorecer a modicidade tarifária, reduzindo a tarifa paga pelos usuários.

B) Um grande investidor (pessoa física) pode ser contratado pelo poder concedente, caso demonstre capacidade de realização das obras.

C) A concessão pode ser feita mediante licitação na modalidade tomada de preços, caso as obras necessárias estejam orçadas em até R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

D) O poder concedente não poderá exigir no edital garantias do concessionário de que realizará as obras a contento, dado que a essência do contrato de concessão é a delegação de serviço público.

Comentário:

A) Correto

A alternativa expressa a literalidade da lei, constante no art. 11, da Lei 8.987/95:

> Art. 11. No atendimento às peculiaridades de cada serviço público, poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem

exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, observado o disposto no art. 17 desta Lei.

B) Errado

No caso da concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, é vedado a delegação a pessoa física, consoante art. 2º, III, da Lei 8.987/95, litteris:

> Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:
>
> (...)
>
> III - concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, **à pessoa jurídica ou consórcio de empresas** que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado;

E) Errado

Não é possível o uso da tomada de preços, visto que, a concessão de serviço público precedida de obra pública deve ser realizada na modalidade concorrência.

F) Errado

A afirmação contrária o disposto no art. 23, parágrafo único, II, da Lei 8.987/95:

> "Art. 23. São cláusulas essenciais do contrato de concessão as relativas:
>
> (...)

Parágrafo único. Os contratos relativos à concessão de serviço público precedido da execução de obra pública deverão, adicionalmente:

(...)

II - **exigir garantia do fiel cumprimento, pela concessionária, das obrigações relativas às obras vinculadas à concessão.**"

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 30

A União celebrou convênio com o Município Alfa para a implantação de um sistema de esgotamento sanitário. O Governo Federal repassou recursos ao ente local, ficando o município encarregado da licitação e da contratação da sociedade empresária responsável pelas obras. Após um certame conturbado, cercado de denúncias de favorecimento e conduzido sob a estreita supervisão do prefeito, sagrou-se vencedora a sociedade empresária Vale Tudo Ltda. Em escutas telefônicas, devidamente autorizadas pelo Poder Judiciário, comprovou-se o direcionamento da licitação para favorecer a sociedade empresária Vale Tudo Ltda., que tem, como sócios, os filhos do prefeito do Município Alfa. Tendo sido feita perícia no orçamento, identificou-se superfaturamento no preço contratado. Com base na situação narrada, assinale a afirmativa correta.

A) Não compete ao Tribunal de Contas da União fiscalizar o emprego dos recursos em questão, pois, a partir do momento em que ocorre a transferência de titularidade dos valores, encerra-se a jurisdição da Corte de Contas Federal.

B) O direcionamento da licitação constitui hipótese de frustração da licitude do certame, configurando ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública e, por isso, sujeita os agentes públicos somente à perda da função pública e ao pagamento de multa civil.

C) Apenas os agentes públicos estão sujeitos às ações de improbidade, de forma que terceiros, como é o caso da sociedade empresária Vale Tudo Ltda., não podem ser réus da ação judicial e, por consequência, imunes à eventual condenação ao ressarcimento do erário causado pelo superfaturamento.

D) Por se tratar de ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário, os agentes públicos envolvidos e a sociedade empresária Vale Tudo Ltda. estão sujeitos ao integral ressarcimento do dano, sem prejuízo de outras medidas, como a proibição de contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais por um prazo determinado.

Comentário:

A) Errado

A alternativa está incorreta, visto que, em se tratando de repasse, via convênio, de recursos federais, o Tribunal de Contas da União ostenta competência para a respectiva fiscalização, consoante art. 71, VI, da CF/88:

> Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:
>
> (...)
>
> VI - **fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio**, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

Da mesma forma, afirma o STF que "**A competência para o controle da prestação de contas da aplicação de recursos federais é do Tribunal de Contas da União, conforme o art. 70 e incisos da Constituição".** (ADI - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1934, Pleno, Rel. Ministro ROBERTO BARROSO, 7.2.2019)

B) Errado

A hipótese da alternativa constitui ato de improbidade, que causa lesão ao erário, conforme art. 10, VIII, da Lei 8.429/92:

> Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das

entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

(...)

VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente;

Desta forma, a conduta se submete às sanções estabelecidas no art. 12, II:

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:

(...)

II - na hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;

C) Errado

A afirmativa contraria o disposto no art. 3º da Lei 8.429/92, que contempla a possibilidade de particulares responderem nos termos desta lei.

> Art. 3° As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

D) Correto

A alternativa está de acordo com os arts. 10 e 12, II acima transcritos.

Portanto, Por se tratar de ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário, os agentes públicos envolvidos e a sociedade empresária Vale Tudo Ltda. estão sujeitos ao integral ressarcimento do dano, sem prejuízo de outras medidas, como a proibição de contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais por um prazo determinado.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 31

Os analistas de infraestrutura de determinado Ministério, ocupantes de cargo efetivo, pleiteiam há algum tempo uma completa reestruturação da carreira, com o aumento de cargos e de remunerações. Recentemente, a negociação com o Governo Federal esfriou dado o cenário de crise fiscal severa. Para forçar a retomada das negociações, a categoria profissional decidiu entrar em greve, mantendo em funcionamento apenas os serviços essenciais. Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) Compete à Justiça Federal – e não à Justiça do Trabalho – julgar a abusividade do direito de greve dos analistas de infraestrutura.

B) A Administração Pública não poderá, em nenhuma hipótese, fazer o desconto dos dias não trabalhados em decorrência do exercício do direito de greve pelos servidores públicos civis.

C) O direito de greve dos servidores públicos civis não está regulamentado em lei, o que impede o exercício de tal direito.

D) O direito de greve é constitucionalmente assegurado a todas as categorias profissionais, incluindo os militares das Forças Armadas, os policiais militares e os bombeiros militares.

Comentário:

A) Correto

Trata-se de entendimento jurisprudencial fixado pelo STJ:

"PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. GREVE NO SERVIÇO PÚBLICO. DESCONTOS REMUNERATÓRIOS. SERVIDOR GREVISTA DA JUSTIÇA FEDERAL DO MATO GROSSO/MT. COMPETÊNCIA. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. REMESSA DOS AUTOS.

1. A Primeira Seção, em julgamento realizado em 11.05.11, nos autos da Pet 7933/DF, decidiu que esta Corte Superior possui competência originária para examinar

questões relacionadas à greve de servidores públicos quando a lide envolver movimento paredista: a) de âmbito nacional; b) que atinja mais de uma região da justiça federal; c) que compreenda mais de uma unidade da federação.

2. **Quando a matéria sub judice se restringir à legalidade da greve ou de seus respectivos consectários ocorridos em único Estado da Federação, a competência será do correspondente Tribunal Regional Federal - no caso dos servidores federais** - ou do Tribunal de Justiça - em relação aos servidores municipais e estaduais.

3. No caso, a lide foi instaurada em virtude de ato administrativo referendado pela Juíza Diretora do Foro da Justiça Federal de Mato Grosso/MT, que determinou o desconto dos dias paralisados de servidor lotado naquela Seção Judiciária. O pleito deduzido na inicial é para que haja a anulação desse ato, bem como para que a autoridade se abstenha de aplicar quaisquer anotações de faltas injustificadas ou outras sanções funcionais em razão do movimento grevista. Observa-se, portanto, que a causa de pedir e o pedido formulado pelo autor indicam que a demanda possui repercussão local, não estando presentes quaisquer das hipóteses que autorizam o exercício da jurisdição originariamente pelo Superior Tribunal de Justiça, devendo os autos serem remetidos para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

4. Agravo regimental não provido."

(AGP - AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO - 8140 2010.01.68509-4, rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJE DATA:13/09/2011)

B) Errado

Incorreta a afirmativa, visto que, o STF fixou, em regime de repercussão geral, a seguinte tese: A administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo. O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público (RE 693.456, Rel. Min. Dias Toffoli).

C) Errado

Consoante entendimento jurisprudencial adotado pelo STF, a falta de regulamentação legal não impede o exercício do direito de greve pelos servidores públicos, aplicando-se as disposições da Lei 7.783/89. Neste sentido:

"DIREITO DE **GREVE** DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS. REGULAMENTAÇÃO DA LEI DE **GREVE** DOS TRABALHADORES EM GERAL (LEI No 7.783/1989). FIXAÇÃO DE PARÂMETROS DE CONTROLE JUDICIAL DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE **GREVE** PELO LEGISLADOR INFRACONSTITUCIONAL.

4.1. A disciplina do direito de **greve** para os trabalhadores em geral, quanto às "atividades essenciais", é especificamente delineada nos arts. 9o a 11 da Lei no 7.783/1989. Na hipótese de aplicação dessa legislação geral ao caso específico do direito de **greve** dos servidores públicos, antes de tudo, afigura-se inegável o conflito existente entre as necessidades mínimas de legislação para o exercício do direito de **greve** dos servidores públicos civis (CF, art. 9o, caput, c/c art. 37, VII), de um lado, e o direito a serviços públicos adequados e prestados de forma contínua a todos os cidadãos (CF, art. 9o, §1o), de outro. Evidentemente, não se outorgaria ao legislador qualquer poder discricionário quanto à edição, ou não, da lei disciplinadora do direito de **greve.** O legislador poderia adotar um modelo mais ou menos rígido, mais ou menos restritivo do direito de **greve** no âmbito do serviço público, mas não poderia deixar de reconhecer direito previamente definido pelo texto da Constituição. Considerada a evolução jurisprudencial do tema perante o STF, em sede do mandado de **injunção,** não se pode atribuir amplamente ao legislador a última palavra acerca da concessão, ou não, do direito de **greve** dos servidores públicos civis, sob pena de se esvaziar direito fundamental positivado. Tal premissa, contudo, não impede que, futuramente, o legislador infraconstitucional confira novos contornos acerca da adequada configuração da disciplina desse direito constitucional.

4.2 Considerada a omissão legislativa alegada na espécie, seria o caso de se acolher a pretensão, tão-somente no sentido de que se aplique a Lei no 7.783/1989 enquanto a omissão não for devidamente regulamentada por lei específica para os servidores públicos civis (CF, art. 37, VII).

4.3 Em razão dos imperativos da continuidade dos serviços públicos, contudo, não se pode afastar que, de acordo com as peculiaridades de cada caso concreto e mediante solicitação de entidade ou órgão legítimo, seja facultado ao tribunal competente impor a observância a regime de **greve** mais severo em razão de tratar-se de "serviços ou atividades essenciais", nos termos do regime fixado pelos arts. 9o a 11 da Lei no 7.783/1989. Isso ocorre porque não se pode deixar de cogitar dos riscos decorrentes das possibilidades de que a regulação dos serviços públicos que tenham características afins a esses "serviços ou atividades essenciais" seja menos severa que a disciplina dispensada aos serviços privados ditos "essenciais".
4.4. O sistema de judicialização do direito de **greve** dos servidores públicos civis está aberto para que outras atividades sejam submetidas a idêntico regime. Pela complexidade e variedade dos serviços públicos e atividades estratégicas típicas do Estado, há outros serviços públicos, cuja essencialidade não está contemplada pelo rol dos arts. 9o a 11 da Lei no 7.783/1989. Para os fins desta decisão, a enunciação do regime fixado pelos arts. 9o a 11 da Lei no 7.783/1989 é apenas exemplificativa (numerus apertus)" (MI 670, Plenário, rel. Ministro GILMAR MENDES, 25.10.2007)

D) Errado

Há expressa vedação constitucional ao exercício do direito de greve dos militares das Forças Armadas, policiais militares e bombeiros militares, consoante disposto no art. 142, §3º IV, o que se aplica aos policias militares e bombeiros por força do art. 42, §1º da Constituição federal.

> "Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.
>
> (...)
>
> § 3º Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-

lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições:

(...)

IV - ao militar são proibidas a sindicalização **e a greve**;

(...)

Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 1º **Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios**, além do que vier a ser fixado em lei, **as disposições** do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do **art. 142, §§ 2º e 3º**, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores."

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Jurisprudência

Questão 32

Determinado Município fez publicar decreto de desapropriação por utilidade pública de determinada área, com o objetivo de construir um hospital, o que incluiu o imóvel de Ana. A proprietária aceitou o valor oferecido pelo ente federativo, de modo que a desapropriação se consumou na via administrativa. Após o início das obras, foi constatada a necessidade, de maior urgência, da instalação de uma creche na mesma localidade, de modo que o Município alterou a destinação a ser conferida à edificação que estava sendo erigida. Ana se arrependeu do acordo firmado com o poder público. Diante dessa situação hipotética, na qualidade de advogado(a) de Ana, assinale a afirmativa correta.

A) Ana deverá ajuizar ação de retrocessão do imóvel, considerando que o Município não possui competência para atuar na educação infantil, de modo que não poderia alterar a destinação do bem expropriado para esta finalidade.

B) Cabe a Ana buscar a anulação do acordo firmado com o Município, que deveria ter ajuizado a indispensável ação de desapropriação para consumar tal modalidade de intervenção do estado na propriedade.

C) O ordenamento jurídico não autoriza que Ana impugne a desapropriação amigável acordada com o Município, porque a nova destinação conferida ao imóvel atende ao interesse público, a caracterizar a chamada tredestinação lícita.

D) Ana deverá ajuizar ação indenizatória em face do ente federativo, com base na desapropriação indireta, considerando que o Município não pode conferir finalidade diversa da constante no decreto expropriatório.

Comentário:

A) Errado

Incorreta, visto que Ana não poderia deduzir pretensão de anular a desapropriação, postular retrocessão ou pedir indenização em face do ente público, o que se verá logo a frente.

B) Errado

Incorreta, visto que Ana não poderia deduzir pretensão de anular a desapropriação, postular retrocessão ou pedir indenização em face do ente público, o que se verá logo a frente.

C) Correto

Alternativa correta. A questão trata da tredestinação lícita, muito comentada pela doutrina, a qual não rende ensejo a pleitos de retorno do bem ao patrimônio privado, ou mesmo de indenização por perdas e danos.

Em regra, o comportamento administrativo não é censurável, tendo se limitado apenas a atender a uma necessidade pública de maior urgência, surgida posteriormente ao decreto expropriatório, desta forma, o interesse público é dinâmico, variável no tempo, por isso, não seria razoável engessar o Poder Público, obrigando-o a manter a destinação inicialmente declarada, se outra necessidade se fez presente, em momento posterior, de forma ainda mais emergencial.

Neste diapasão, dispõe o seguinte precedente do STJ:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA. AÇÃO DE RETROCESSÃO. DESTINAÇÃO DIVERSA DO IMÓVEL. PRESERVAÇÃO DA FINALIDADE PÚBLICA. TREDESTINAÇÃO LÍCITA.
1. Não há falar em retrocessão se ao bem expropriado for dada destinação que atende ao interesse público, ainda que diversa da inicialmente prevista no decreto expropriatório.
2. A Primeira Turma desta Corte, no julgamento do REsp 710.065/SP (Rel. Min. José

Delgado, DJ de 6.6.2005), firmou a orientação de que a afetação da área poligonal da extinta "Vila Parisi" e áreas contíguas (localizadas no Município de Cubatão/SP) - cuja destinação inicial era a implantação de um parque ecológico -, para a instalação de um pólo industrial metal-mecânico, um terminal intermodal de cargas rodoviário, um centro de pesquisas ambientais, um posto de abastecimento de combustíveis, um centro comercial com 32 módulos de 32 metros cada, um estacionamento, e um restaurante/lanchonete, atingiu, de qualquer modo, a finalidade pública inerente às desapropriações.

3. Recurso especial desprovido."

(RESP - RECURSO ESPECIAL - 847092 2006.01.24261-5, rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJ DATA:18/09/2006)

Refira-se, ademais, que o art. 519 do CC/2002 somente admite a retrocessão se o bem desapropriado "não tiver o destino para que se desapropriou, ou não for utilizada em obras ou serviços públicos", o que não é caso, desde que seja, de fato, revertido para uma finalidade que atenda ao interesse público, in verbis:

> "Art. 519. Se a coisa expropriada para fins de necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, não tiver o destino para que se desapropriou, **ou não for utilizada em obras ou serviços públicos**, caberá ao expropriado direito de preferência, pelo preço atual da coisa."

D) Errado

Incorreta, visto que Ana não poderia deduzir pretensão de anular a desapropriação, postular retrocessão ou pedir indenização em face do ente público, conforme já explicitado.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina



DIREITO AMBIENTAL

Questão 33

A sociedade empresária Foice Ltda., dá início à construção de galpão de armazenamento de ferro-velho. Com isso, dá início a Estudo de Impacto Ambiental - EIA. No curso do EIA, verificou-se que a construção atingiria área verde da Comunidade de Flores, de modo que 60 (sessenta) cidadãos da referida Comunidade solicitaram à autoridade competente que fosse realizada, no âmbito do EIA, audiência pública.

Sobre a situação, assinale a afirmativa correta.

A) A audiência pública não é necessária, uma vez que apenas deve ser instalada quando houver solicitação do Ministério Público.

B) A audiência pública não é necessária, uma vez que apenas deve ser instalada quando houver solicitação de associação civil legalmente constituída há pelo menos 1 (um) ano.

C) A audiência pública é necessária, e, caso não realizada, a eventual licença ambiental concedida não terá validade.

D) A audiência pública é necessária, salvo quando celebrado Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público.

Comentário:

A fim de responder satisfatoriamente a questão, deve-se atentar à Resolução nº 09 do CONAMA – em especial o artigo 2º. Lê-se:

> Art. 2º Sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado pôr entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos, o Órgão do Meio Ambiente promoverá a realização de Audiência Pública. [...]
>
> §2º No caso de haver solicitação de audiência pública e na hipótese do Órgão Estadual não realizá-la, a licença não terá validade.

A) Errado

Contrariamente ao que alega a afirmativa, a audiência pública não deve ser realizada somente após solicitação do MP, mas também por meio da solicitação de 50 ou mais cidadãos, como visto no art. 2º da Resolução nº 09 do CONAMA.

B) Errado

Como disposto no artigo art. 2º da Resolução nº 09 do CONAMA, a audiência pública será promovida pelo Órgão do Meio Ambiente sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado pôr entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 ou mais cidadãos.

C) Correto

A audiência pública é necessária, uma vez que foi solicitada por 60 cidadãos – e, portanto, mais que o mínimo obrigatório de 50 pessoas. Não sendo realizada a audiência pública, sabe-se que a licença não terá validade.

D) Errado

Contrariamente ao texto da alternativa, a audiência pública não é dispensada quando celebrado Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 34

O Ministro do Meio Ambiente recomenda ao Presidente da República a criação de uma Unidade de Conservação em área que possui relevante ecossistema aquático e grande diversidade biológica. Porém, em razão da grave crise financeira, o Presidente pretende que a União não seja compelida a pagar indenização aos proprietários dos imóveis inseridos na área da Unidade de Conservação a ser criada.

Considerando o caso, assinale a opção que indica a Unidade de Conservação que deverá ser criada.

A) Estação Ecológica.

B) Reserva Biológica.

C) Parque Nacional.

D) Área de Proteção Ambiental.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, deve-se atentar ao art. 14 da Lei 9985/2000:

> Art. 14. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação:
>
> I - Área de Proteção Ambiental;
>
> II - Área de Relevante Interesse Ecológico;
>
> III - Floresta Nacional;
>
> IV - Reserva Extrativista;
>
> V - Reserva de Fauna;
>
> VI – Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e

VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

A) Errado

Conforme o artigo art. 14 da Lei 9985/2000, a estação ecológica não se caracteriza como Unidade de Uso Sustentável.

B) Errado

Conforme o artigo art. 14 da Lei 9985/2000, o parque nacional não se caracteriza como Unidade de Uso Sustentável.

C) Errado

Conforme o artigo art. 14 da Lei 9985/2000, a reserva biológica não se caracteriza como Unidade de Uso Sustentável.

D) Correto

Dentre as alternativas dispostas, somente a área de proteção ambiental encontra-se disposta no artigo art. 14 da Lei 9985/2000 como Unidade de Uso Sustentável.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO CIVIL

Questão 35

Mônica, casada pelo regime da comunhão total de bens, descobre que seu marido, Geraldo, alienou um imóvel pertencente ao patrimônio comum do casal, sem a devida vênia conjugal. A descoberta agrava a crise conjugal entre ambos e acaba conduzindo ao divórcio do casal.

Tempos depois, Mônica ajuíza ação em face de seu ex-marido, objetivando a invalidação da alienação do imóvel.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) O juiz pode conhecer de ofício do vício decorrente do fato de Mônica não ter anuído com a alienação do bem.

B) O fato de Mônica não ter anuído com a alienação do bem representa um vício que convalesce com o decurso do tempo.

C) O vício decorrente da ausência de vênia conjugal não pode ser sanado pela posterior confirmação do ato por Mônica.

D) Para que a pretensão de Mônica seja acolhida, ela deveria ter observado o prazo prescricional de dois anos, a contar da data do divórcio.

Comentário:

Código Civil:

Art. 172. O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro

Art. 177. A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade.
Art. 178. É de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado:

I - no caso de coação, do dia em que ela cessar;
II - no de erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão, do dia em que se realizou o negócio jurídico;
III - no de atos de incapazes, do dia em que cessar a incapacidade.

A) Errado

Pois com base no art. 177 do CC, o juiz não pode conhecer de ofício do vício decorrente do fato de Mônica ter anuido com a alienação do bem.

B) Correto

A partir do fato de que Mônica anuiu com a alienação do bem, se configura o vício,que convalesce com o decurso do tempo. O período decadencial para pedir a anulação do negócio jurídico é de 4 anos, após este prazo o negócio se convalesce com o tempo.

C) Errado

Como exposto no art. 172 do CC, o negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.

D) Errado

Pois aqui estamos lidando com decadência e não com prescrição, tendo Mônica que observar o prazo decadencial de quatro anos, a contar da data da realização do negócio jurídico, e não um prazo prescricional de dois.
Incorreta letra "D".

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 36

Eduarda comprou um terreno não edificado, em um loteamento distante do centro, por R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Como não tinha a intenção de construir de imediato, ela visitava o local esporadicamente. Em uma dessas ocasiões, Eduarda verificou que Laura, sem qualquer autorização, havia construído uma mansão com 10 quartos, sauna, piscina, cozinha gourmet etc., no seu terreno, em valor estimado em R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Laura, ao ser notificada por Eduarda, antes de qualquer prazo de usucapião, verificou a documentação e percebeu que cometera um erro: construíra sua mansão no lote "A" da quadra "B", quando seu terreno, na verdade, é o lote "B" da quadra "A".

Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

A) Eduarda tem o direito de exigir judicialmente a demolição da mansão construída por Laura, independentemente de qualquer indenização.

B) Laura, apesar de ser possuidora de má-fé, tem direito de ser indenizada pelas benfeitorias necessárias realizadas no imóvel de Eduarda.

C) Laura, como é possuidora de boa-fé, adquire o terreno de Eduarda e a indeniza, uma vez que construiu uma mansão em imóvel inicialmente não edificado.

D) Eduarda, apesar de ser possuidora de boa-fé, adquire o imóvel construído por Laura, tendo em vista a incidência do princípio pelo qual a superfície adere ao solo.

Comentários:

Código Civil:

Art. 1.255. Aquele que semeia, planta ou edifica em terreno alheio perde, em proveito do proprietário, as sementes, plantas e construções; se procedeu de boa-fé, terá direito a indenização.

Parágrafo único. Se a construção ou a plantação exceder consideravelmente o valor do terreno, aquele que, de boa-fé, plantou ou edificou, adquirirá a propriedade do solo, mediante pagamento da indenização fixada judicialmente, se não houver acordo.

A) Errado

Como previsto no parágrafo único do art. 1.255 do CC, Laura como possuidora de boa-fé, tendo edificado construção que excede em muito o valor do terreno, pode adquirir a propriedade do solo, desde que realizada a devida indenização a Eduarda.

B) Errado

Aqui seguimos o mesmo raciocínio da alternativa anterior, visto que Laura é possuidora de boa-fé.

C) Correto

Aqui vemos perfeitamente satisfeita a situação prevista no parágrafo único do art. 1.255, onde Laura adquire o terreno em virtude de sua posse de boa-fé, porém deve indenizar Eduarda que originalmente era proprietária do terreno.

D) Errado

Tal princípio não se aplica a situação fática narrada na questão.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 37

Flora e Carlos pretendem contrair matrimônio. Flora tem 65 anos e, Carlos, 66. Por se tratar de segundas núpcias do futuro casal e já terem filhos oriundos de relacionamentos interiores, eles não pretendem se tornar herdeiros um do outro e tampouco comunicar seus patrimônios. Diante do desconhecimento dos efeitos sucessórios do casamento, Flora e Carlos buscam aconselhamento jurídico sobre a possibilidade de sua pretensão.

Assinale a opção que indica a resposta correta dada pelo(a) advogado(a) consultado(a).

A) Em razão da idade de Carlos, o regime de bens será o da separação obrigatória, o qual afasta a possibilidade do futuro casal ser herdeiro um do outro.
B) O futuro casal deverá optar pelo regime da separação convencional de bens, que permitirá a exclusão da qualidade de herdeiro de Flora e Carlos.
C) O cônjuge, no ordenamento jurídico brasileiro, sempre será herdeiro necessário, independentemente do regime de bens.
D) O ordenamento brasileiro não oferece alternativa para a pretensão do futuro casal.

Anulada.

Questão 38

Maria decide vender sua mobília para Viviane, sua colega de trabalho. A alienante decidiu desfazer-se de seus móveis porque, após um serviço de dedetização, tomou conhecimento que vários já estavam consumidos internamente por cupins, mas preferiu omitir tal informação de Viviane. Firmado o acordo, 120 dias após a tradição, Viviane descobre o primeiro foco de cupim, pela erupção que se formou em um dos móveis adquiridos. Poucos dias depois, Viviane, após investigar a fundo a condição de toda a mobília adquirida, descobriu que estava toda infectada. Assim, 25 dias após a descoberta, moveu ação com o objetivo de redibir o negócio, devolvendo os móveis adquiridos, reavendo o preço pago, mais perdas e danos.

Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

A) A demanda redibitória é tempestiva, porque o vício era oculto e, por sua natureza, só podia ser conhecido mais tarde, iniciando o prazo de 30 (trinta) dias da ciência do vício.
B) Em vez de rejeitar a coisa, redibindo o contrato, deveria a adquirente reclamar abatimento no preço, em sendo o vício sanável.
C) O pedido de perdas e danos não pode prosperar, porque o efeito da sentença redibitória se limita à restituição do preço pago, mais as despesas do contrato.
D) A demanda redibitória é intempestiva, pois quando o vício só puder ser conhecido mais tarde, o prazo de 30 (trinta) dias é contado a partir da ciência, desde que dentro de 90 (noventa) dias da tradição.

Comentário:

Código Civil:

Art. 442. Em vez de rejeitar a coisa, redibindo o contrato (art. 441), pode o adquirente reclamar abatimento no preço.
Art. 443. Se o alienante conhecia o vício ou defeito da coisa, restituirá o que recebeu com perdas e danos; se o não conhecia, tão-somente restituirá o valor recebido, mais as despesas do contrato.
Art. 445. O adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de trinta dias se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel, contado da entrega efetiva; se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido à metade.

§ 1º Quando o vício, por sua natureza, só puder ser conhecido mais tarde, o prazo contar-se-á do momento em que dele tiver ciência, até o prazo máximo de cento e oitenta dias, em se tratando de bens móveis; e de um ano, para os imóveis.
§ 2º Tratando-se de venda de animais, os prazos de garantia por vícios ocultos serão os estabelecidos em lei especial, ou, na falta desta, pelos usos locais, aplicando-se o disposto no parágrafo antecedente se não houver regras disciplinando a matéria.

A) Correto

A demanda é tempestiva, visto que Viviane não tinha como ter conhecimento imediato do vício, este se configura como oculto. O prazo de Viviane para redibir o contrato é de 30 dias após a ciência do vício, visto que se trata de coisa móvel.

B) Errado

Pois com base no art. 442 do CC, o adquirente possui a faculdade e não o dever de reclamar abatimento no preço, visto que a alternativa fala em dever, a resposta está incorreta

C) Errado

O pedido pode prosperar sim, pois o efeito da sentença alcança além da restituição do preço pago, as despesas do contrato e as perdas e danos, uma vez que o alienante conhecia o vício.

D) Errado

A demanda é sim tempestiva, visto que o vício só pôde ser conhecido mais tarde, o prazo máximo é de 180 dias contados a partir da ciência do vício, pois se trata de bens móveis.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 39

Os negócios de Clésio vão de mal a pior, e, em razão disso, ele toma uma decisão difícil: tomar um empréstimo de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) com Antônia, dando, como garantia de pagamento, o penhor do seu relógio de ouro e diamantes, avaliado em R$ 200.00,00 (duzentos mil reais). Antônia, por sua vez, exige que, no instrumento de constituição do penhor, conste uma cláusula prevendo que, em caso de não pagamento da dívida, o relógio passará a ser de sua propriedade. Clésio aceita a inserção da cláusula, mas consulta seus serviços, como advogado(a), para saber da validade de tal medida.

Sobre a cláusula proposta por Antônia, assinale a afirmativa correta.

A) É válida, tendo em vista o fato de que as partes podem, no exercício de sua autonomia privada, estipular esse tipo de acordo.
B) É nula, tendo em vista o fato de que o Código Civil brasileiro proíbe o pacto comissório.
C) É válida, uma vez que Clésio como proprietário do bem, não está impedido de realizar o negócio por um preço muito inferior ao de mercado, não se configurando a hipótese como pacto comissório.
D) É válida, ainda que os valores entre o bem dado em garantia e o empréstimo sejam díspares, nada impede sua inserção, eis que não há qualquer vedação ao pacto comissório no direito brasileiro.

Comentário:

Código Civil:

Art. 1.428. É nula a cláusula que autoriza o credor pignoratício, anticrético ou hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.

Parágrafo único. Após o vencimento, poderá o devedor dar a coisa em pagamento da dívida.

A) Errado

É nula, pois no ordenamento jurídico brasileiro não se admite cláusula em que o credor fique com o bem dado em garantia, o cominho correto é a execução do bem para a satisfação do crédito, e não a sua posse.

B) Correto

Como exposto, uma cláusula que prevê a tomada da coisa pelo credor é nula, pois neste caso nosso ordenamento admite a execução para a satisfação do crédito e não a tomada da coisa.

C) Errado

É nula, pois o Código Civil brasileiro proíbe a constituição de pacto comissório.

D) Errado

É nula, pois o Código Civil brasileiro proíbe a constituição de pacto comissório.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 40

Matheus, sem filhos, casado com Jane, no regime de comunhão parcial de bens, falece após enfarto fulminante. De seu parentesco em linha reta são ainda vivos Carlos, seu pai, e Irene, sua avó materna.

A partir da situação acima, assinale a opção que indica a sucessão de Matheus.

A) Serão herdeiros Carlos, Irene e Jane, a última em concorrência, atribuído quinhão de 1/3 do patrimônio para cada um deles.

B) Serão herdeiros Carlos e Jane, atribuído quinhão de 2/3 ao pai e de 1/3 à Jane, cônjuge concorrente.

C) Carlos será herdeiro sobre a totalidade dos bens, enquanto Jane apenas herda, em concorrência com este, os bens particulares do falecido.

D) Serão herdeiros Carlos e Jane, esta herdeira concorrente, atribuído quinhão de metade do patrimônio para cada um destes.

Comentário:

Código Civil:

Art. 1.836. Na falta de descendentes, são chamados à sucessão os ascendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente.

§ 1º Na classe dos ascendentes, o grau mais próximo exclui o mais remoto, sem distinção de linhas.
§ 2º Havendo igualdade em grau e diversidade em linha, os ascendentes da linha paterna herdam a metade, cabendo a outra aos da linha materna.

Art. 1.837. Concorrendo com ascendente em primeiro grau, ao cônjuge tocará um terço da herança; caber-lhe-á a metade desta se houver um só ascendente, ou se maior for aquele grau.
Art. 1.838. Em falta de descendentes e ascendentes, será deferida a sucessão por inteiro ao cônjuge sobrevivente.

Jane – cônjuge e herdeira

Carlos – pai – herdeiro (ascendente)

Irene – ascendente – não é herdeira, pois o mais próximo (pai) exclui a mais remota (avó).

Jane é herdeira concorrente com Carlos (ascendente em primeiro grau), cabendo-lhe metade da herança.

A) Errado

Neste caso são herdeiros apenas Carlos e Jane, visto que Carlos por ser o herdeiro ascendente mais próximo, exclui Irene da sucessão. Sendo atribuído quinhão de metade do patrimônio a cada um dos herdeiros.

B) Errado

Serão herdeiros Carlos e Jane, sendo atribuído quinhão de metade a cada um deles.

C) Errado

Carlos e Jane são herdeiros, visto que Jane é herdeira concorrente, a esta é atribuído quinhão de metade do patrimônio.

D) Correto

Serão herdeiros Carlos e Jane, esta herdeira concorrente, atribuído quinhão de metade do patrimônio para cada um destes**.**

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 41

Aline manteve união estável com Marcos durante 5 (cinco) anos, época em que adquiriram o apartamento de 80 m² onde residiam, único bem imóvel no patrimônio de ambos. Influenciado por tormentosas discussões, Marcos abandonou o apartamento e a cidade, permanecendo Aline sozinha no imóvel, sustentando todas as despesas deste. Após 3 (três) anos sem notícias de seu paradeiro, Marcos retornou à cidade e exigiu sua meação no imóvel.

Sobre o caso concreto, assinale a afirmativa correta.

A) Marcos faz jus à meação do imóvel em eventual dissolução de união estável.
B) Aline poderá residir no imóvel em razão do direito real de habitação.
C) Aline adquiriu o domínio integral, por meio de usucapião, já que Marcos abandonou o imóvel durante 2 (dois) anos.
D) Aline e Marcos são condôminos sobre o bem, o que impede qualquer um deles de adquiri-lo por usucapião.

Comentário:

Código Civil:

Art. 1.240-A. Aquele que exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)

§ 1º O direito previsto no caput não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

A) Errado

Marcos não possui mais direitos sobre o imóvel, visto que com o art. 1240-A do CC, surgiu a figura do "usucapião familiar". Visto que Marcos abandonou o imóvel por mais de 2 anos, fazendo uso do supracitado instrumento legal, Aline adquiriu o domínio integral do imóvel.

B) Errado

No caso narrado Aline adquiriu o domínio integral do bem (visto que Marcos o abandonou por mais de 2 anos) e não apenas o direito real de habitação.

C) Correto

Aline adquiriu o domínio integral, por meio de usucapião, já que Marcos abandonou o imóvel durante 2 (dois) anos. Esta assertiva satisfaz todos os requisitos presentes no art. 1240-A do CC.

D) Errado

Aline adquiriu o domínio integral, por meio de usucapião, já que Marcos abandonou o imóvel durante 2 (dois) anos.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.



ECA

Questão 42

Carla, de 11 anos de idade, com os pais destituídos do poder familiar, cresce em entidade de acolhimento institucional faz dois anos, sem nenhum interessado em sua adoção habilitado nos cadastros nacional ou internacional. Sensibilizado com a situação da criança, um advogado, que já possui três filhos, sendo um adotado, deseja acompanhar o desenvolvimento de Carla, auxiliando-a nos estudos e, a fim de criar vínculos com sua família, levando-a para casa nos feriados e férias escolares.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, de que forma o advogado conseguirá obter a convivência temporária externa de Carla com sua família?

A) Acolhimento familiar.

B) Guarda estatutária.

C) Tutela.

D) Apadrinhamento.

Comentário:

A) Errado

A alternativa A se mostra incorreta, vide inteligência do art. 19-B, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

B) Errado

A alternativa B se mostra incorreta, vide inteligência do art. 19-B, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

C) Errado

A alternativa C se mostra incorreta, vide inteligência do art. 19-B, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

D) Correta

A alternativa D é a única que se mostra correta, pois trata-se do programa de apadrinhamento em que objetiva o desenvolvimento social, físico e moral da criança e o adolescente, vide inteligência do art. 19-B, do ECA:

> A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento.
>
> § 1° O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 43

Bruno, com quase doze anos de idade, morador de Niterói, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, foi aprovado em um processo de seleção de jogadores de futebol, para a categoria de base de um grande clube, sediado no Rio de Janeiro, capital – cidade contígua à de sua residência.

Os treinamentos na nova equipe implicam deslocamento de Niterói ao Rio de Janeiro todos os dias, ida e volta. Ocorre que os pais de Bruno trabalham em horário integral, e não poderão acompanhá-lo.

Os pais, buscando orientação, consultam você, como advogado(a), sobre qual seria a solução jurídica para que Bruno frequentasse os treinos, desacompanhado.

Assinale a opção que apresenta sua orientação.

A) Bruno precisará de um alvará judicial, que pode ter validade de até dois anos, para poder se deslocar sozinho entre as comarcas.

B) Bruno pode, simplesmente, ir aos treinos sozinho, não sendo necessária qualquer autorização judicial para tanto.

C) Não é possível a frequência aos treinos desacompanhado, pois o adolescente não poderá se deslocar entre comarcas sem a companhia de, ao menos, um dos pais ou do responsável legal.

D) Bruno poderá ir aos treinos desacompanhado dos pais, mas será necessário obter autorização judicial ou a designação de um tutor, que poderá ser um representante do clube.

Comentário:

A) Errado

A alternativa A se mostra incorreta, vide inteligência do art.83, do ECA.

B) Correto

A alternativa B é a única que se mostra **correta**, pois não é necessário autorização quando se trata de comarca contígua à da criança ou adolescente, conforme sabedoria do art.83, do ECA:

> Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.
>
> § 1º A autorização não será exigida quando:
>
> a) tratar-se de comarca contígua à da residência da criança ou do adolescente menor de 16 (dezesseis) anos, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana

C) Errado

A alternativa C se mostra incorreta, vide inteligência do art.83, do ECA.

D) Errado

A alternativa D se mostra incorreta, vide inteligência do art.83, do ECA.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca



DIREITO DO CONSUMIDOR

Questão 44

Mara adquiriu, diretamente pelo site da fabricante, o creme depilatório Belle et Belle, da empresa Bela Cosméticos Ltda. Antes de iniciar o uso, Mara leu atentamente o rótulo e as instruções, essas unicamente voltadas para a forma de aplicação do produto. Assim que iniciou a aplicação, Mara sentiu queimação na pele e removeu imediatamente o produto, mas, ainda assim, sofreu lesões nos locais de aplicação. A adquirente entrou em contato com a central de atendimento da fornecedora, que lhe explicou ter sido a reação alérgica provocada por uma característica do organismo da consumidora, o que poderia acontecer pela própria natureza química do produto. Não se dando por satisfeita, Mara procurou você, como advogado(a), a fim de saber se é possível buscar a compensação pelos danos sofridos.

Nesse caso de clara relação de consumo, assinale a opção que apresenta a orientação a ser dada a Mara.

A) Poderá ser afastada a responsabilidade civil da fabricante, se esta comprovar que o dano decorreu exclusivamente de reação alérgica da consumidora, fator característico daquela destinatária final, não havendo, assim, qualquer ilícito praticado pela ré.

B) Existe a hipótese de culpa exclusiva da vítima, na medida em que o CDC descreve que os produtos não colocarão em risco a saúde e a segurança do consumidor, excetuando aqueles de cuja natureza e fruição sejam extraídas a previsibilidade e a possibilidade de riscos perceptíveis pelo homem médio.

C) O fornecedor está obrigado, necessariamente, a retirá-lo de circulação, por estar presente defeito no produto, sob pena de prática de crime contra o consumidor.

D) Cuida-se da hipótese de violação ao dever de oferecer informações claras ao consumidor, na medida em que a periculosidade do uso de produto químico, quando composto por substâncias com potenciais alergênicos, deve ser apresentada em destaque ao consumidor.

Comentário:

A) Errado

A alternativa A se mostra incorreta, vide inteligência do art. 31, do Código de Defesa do Consumidor.

B) Errado

A alternativa B se mostra incorreta, vide inteligência do art. 31, do Código de Defesa do Consumidor.

C) Errado

A alternativa C se mostra incorreta, vide inteligência do art. 31, do Código de Defesa do Consumidor.

D) Correta

A alternativa D é a única que se mostra correta, pois trata-se de violação no oferecimento de informação clara ao consumidor, vide inteligência do art. 31, do CDC:

> A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 45

João da Silva, idoso, ingressou com ação judicial para revisão de valores de reajuste do plano de saúde, contratado na modalidade individual. Alega que houve alteração do valor em decorrência da mudança de faixa etária, o que entende abusivo. Ao entrar em contato com a fornecedora, foi informado que o reajuste atendeu ao disposto pela agência reguladora, que é um órgão governamental, e que o reajuste seria adequado.
Sobre o reajuste da mensalidade do plano de saúde de João, de acordo com entendimento do STJ firmado em Tema de Recurso Repetitivo, bem como à luz do Código do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

A) Somente seria possível se o plano fosse coletivo, mesmo que isso não estivesse previsto em contrato, mas se encontrasse em acordo com percentual que não seja desarrazoado ou aleatório, portanto, não sendo abusivo.
B) Poderia ser alterado por se tratar de plano individual, mesmo que em razão da faixa etária, desde que previsto em contrato, observasse as normas dos órgãos governamentais reguladores e o percentual não fosse desarrazoado, o que tornaria a prática abusiva.
C) É possível o reajuste, ainda que em razão da faixa etária, sendo coletivo ou individual, mesmo que não previsto em contrato e em percentual que não onere excessivamente o consumidor ou discrimine o idoso.
D) Não poderia ter sido realizado em razão de mudança de faixa etária, mesmo se tratando de plano individual, sendo correto o reajuste apenas com base na inflação, não havendo interferência do órgão governamental regulador nesse tema.

Comentário:

A) Errado

A alternativa A se mostra incorreta, pois, segundo entendimento jurisprudencial é possível também para o plano individual e não apenas coletivo.

B) Correto

A alternativa B é a única que se mostra **correta**, pois essa cláusula será abusiva quando não respeitar os limites e requisitos estabelecidos na Lei 9.656/98; ou aplicar índices de reajuste desarrazoados ou aleatórios, que onerem em demasia o segurado, vide inteligência da seguinte jurisprudência:

> PROTEÇÃO CONTRATUAL. Reajuste de mensalidade de seguro-saúde em razão de alteração de faixa etária do segurado. Em regra, é válida a cláusula prevista em contrato de seguro-saúde que autoriza o aumento das mensalidades do seguro quando o usuário completar 60 anos de idade. Exceções. Essa cláusula será abusiva quando: (a) não respeitar os limites e requisitos estabelecidos na Lei 9.656/98; ou (b) aplicar índices de reajuste desarrazoados ou aleatórios, que onerem em demasia o segurado. STJ. 4ª Turma. REsp 1.381.606-DF, Rel. originária Min. Nancy Andrighi, Rel. para acórdão Min. João Otávio De Noronha, julgado em 7/10/2014(Info 551).

C) Errado

A alternativa C se mostra incorreta, vide inteligência da jurisprudência supramencionada.

D) Errado

A alternativa D se mostra incorreta, vide inteligência da jurisprudência supramencionada.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Jurisprudência

DIREITO EMPRESARIAL

Questão 46

Inocência adquiriu um aparelho de jantar para sua nova residência em uma loja de artigos domésticos. A vendedora, sociedade limitada empresária, recebeu um cheque cruzado emitido pela compradora e, se comprometeu, a não o apresentar ao sacado antes de 10 de janeiro de 2019. Em 13 de dezembro de 2018, exatamente uma semana após a compra, Inocência verificou, no extrato de sua conta-corrente bancária, que o cheque em referência havia sido apresentado a pagamento e devolvido por insuficiência de fundos, em decorrência da apresentação antecipada ao sacado. Sobre a apresentação de cheque pós-datado antes da data indicada como sendo a de emissão, com base na jurisprudência pacificada, assinale a afirmativa correta.

A) Caracteriza dano moral.

B) Não pode ensejar qualquer indenização ao emitente.

C) Pode ensejar apenas dano material.

D) Pode ensejar indenização apenas se o cheque não estiver cruzado.

Comentário:

A) Correto

Alternativa correta, consoante teor da Súmula 370, do STJ: "Caracteriza dano moral a apresentação antecipada de cheque pré-datado".

B) Errado

Hipótese contrária ao disposto na Súmula 370, do STJ.

C) Errado

Hipótese contrária ao disposto na Súmula 370, do STJ.

D) Errado

Hipótese contrária ao disposto na Súmula 370, do STJ.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Jurisprudência

Questão 47

Indústria de Celulose Três Rios Ltda. requereu homologação de plano de recuperação extrajudicial no lugar do seu principal estabelecimento. No plano de recuperação apresentado há um crédito quirografário em moeda estrangeira, com pagamento segundo a variação cambial do euro. Foi prevista ainda pelo devedor a supressão da variação cambial pela substituição da moeda euro pelo real. O plano foi aprovado por credores que titularizam mais de três quintos dos créditos de cada classe, mas Licínio, o credor titular deste crédito, não o assinou. De acordo com as disposições legais para homologação da recuperação extrajudicial, assinale a afirmativa correta.

A) O plano pode ser homologado porque, mesmo sem a assinatura de Licínio, houve aprovação por credores que titularizam mais de três quintos dos créditos de cada classe.

B) O plano não pode ser homologado porque, diante da supressão da variação cambial, o credor Licínio pode vetar sua aprovação, qualquer que seja o quórum de aprovação.

C) O plano pode ser homologado porque o consentimento expresso de Licínio só é exigido para os créditos com garantia real, não se aplicando a exigência aos créditos quirografários.

D) O plano não pode ser homologado por não ter atingido o quórum mínimo de aprovação, independentemente da supressão da cláusula de variação cambial.

Comentário:

A) Errado

O plano não poderia ser homologado, visto que, a variação cambial exige aprovação expressa do credor titular do crédito, ou seja, Licínio.

B) Correto

A afirmativa está de acordo com o disposto no § 5º, do art. 163, da Lei de Recuperação Judicial e Falência, vejamos:

§ 5º Nos créditos em moeda estrangeira, a variação cambial só poderá ser afastada se o credor titular do respectivo crédito aprovar expressamente previsão diversa no plano de recuperação extrajudicial.

C) Errado

Não há qualquer limitação legal ao tipo de crédito.

D) Errado

O quórum atingiu o mínimo legal de 3/5 previsto no art. 163, portanto, suprimida a cláusula de variação cambial, poderia sim ser homologado.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 48

Filadélfia emitiu nota promissória à vista em favor de Palmas. Antes da apresentação a pagamento, Palmas realizou endosso-mandato da cártula para Sampaio. De posse do título, é correto afirmar que Sampaio

A) poderá exercer todos os direitos inerentes ao título, inclusive realizar novo endosso sem as restrições daquele realizado em cobrança.

B) poderá transferir o título na condição de procurador da endossante ou realizar endosso em garantia (endosso pignoratício).

C) somente poderá transferir a nota promissória, por meio de novo endosso, na condição de procurador da endossante.

D) não poderá realizar qualquer endosso do título, pois caso o faça será considerado como parcial, logo nulo.

Comentário:

A) Errado

O erro da alternativa está bem ao final, posto que, consoante art. 914, do CC, existe a ressalva das restrições previamente estatuídas.

B) Errado

O endossatário de endosso-mandato só pode endossar novamente o título na qualidade de procurador, com os mesmos poderes que recebeu, conforme dispõe §1º do art. 917, do CC.

C) Correto

Alternativa está em consonância com as disposições do art. 914, do Código Civil e seus parágrafos, vejamos:

Art. 917. A cláusula constitutiva de mandato, lançada no endosso, confere ao endossatário o exercício dos direitos inerentes ao título, salvo restrição expressamente estatuída.

§ 1º O endossatário de endosso-mandato só pode endossar novamente o título na qualidade de procurador, com os mesmos poderes que recebeu.

§ 2º Com a morte ou a superveniente incapacidade do endossante, não perde eficácia o endosso-mandato.

§ 3º Pode o devedor opor ao endossatário de endosso-mandato somente as exceções que tiver contra o endossante.

D) Errado

Conforme já explicado, O endossatário de endosso-mandato só pode endossar novamente o título na qualidade de procurador, com os mesmos poderes que recebeu.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 49

Felipe Guerra, de nacionalidade portuguesa, residente em Maceió/AL, foi eleito diretor da Companhia Mangue do Porto Empreendimentos Imobiliários. Sabe-se que a referida companhia tem sede em Florânia/RN; que ela não tem Conselho de Administração e que Felipe Guerra não é seu acionista. Com base nessas informações, avalie a eleição de Felipe Guerra e assinale a afirmativa correta.

A) Não foi regular, em razão de não ter a qualidade de acionista da companhia.

B) Foi regular, ainda que seu domicílio seja em Estado diverso daquele da sede da companhia.

C) Não foi regular, em razão de sua nacionalidade.

D) Foi regular, diante da ausência de Conselho de Administração; do contrário, seria irregular.

Comentário:

A) Errado

Não existe qualquer disposição legal de que para ser eleito, Felipe deveria ser acionista.

B) Correto

Alternativa em consonância com a Lei 6.404/76, mais especificamente com o art. 146 e seus parágrafos. Vejamos:

> Art. 146. Poderão ser eleitas para membros dos órgãos de administração pessoas naturais, devendo os diretores ser residentes no País.
>
> § 1º A ata da assembléia-geral ou da reunião do conselho de administração que eleger administradores deverá conter a qualificação e o prazo de gestão de cada um dos eleitos, devendo ser arquivada no registro do comércio e publicada.

§ 2º A posse do conselheiro residente ou domiciliado no exterior fica condicionada à constituição de representante residente no País, com poderes para receber citação em ações contra ele propostas com base na legislação societária, mediante procuração com prazo de validade que deverá estender-se por, no mínimo, 3 (três) anos após o término do prazo de gestão do conselheiro.

C) Errado

Consoante o art. 146 da supracitada lei, basta que os diretores sejam residentes no País, não interferindo em nada, sua nacionalidade.

D) Errado

Conforme já exposto, sua eleição seria regular de qualquer maneira.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 50

Jacinto Almenara EIRELI teve um bem de sua propriedade arrecadado pelo administrador judicial na falência de Rubim & Divisa Ltda., mas foi informado que o referido bem já tinha sido alienado pela massa. Ciente dessa circunstância, o(a) advogado(a) da EIRELI

A) não poderá pleitear a restituição do bem nem receber o preço da venda em razão de já ter sido alienado pela massa falida.

B) deverá habilitar o crédito no processo de falência, com a classificação de quirografário, diante da impossibilidade de sua restituição in natura.

C) poderá pleitear a restituição em dinheiro, recebendo o preço obtido com a venda do bem arrecadado, devidamente atualizado.

D) deverá ajuizar ação revocatória para obter indenização da massa falida pela venda ilegal do bem arrecadado, que deveria lhe ter sido restituído.

Comentário:

A) Errado

Totalmente errado. Desta forma, o Administrador da Massa Falida poderia fazer o que bem entendesse sem necessidade de restituição.

B) Errado

O art. 86, da LREF traz a possibilidade da restituição do bem propriamente dito e as demais orientações.

C) Correto

A alternativa está em total consonância com o disposto no art. 86, inciso I, da LREF:

> Art. 86. Proceder-se-á à restituição em dinheiro:

> I – se a coisa não mais existir ao tempo do pedido de restituição, hipótese em que o requerente receberá o valor da avaliação do bem, ou, no caso de ter ocorrido sua venda, o respectivo preço, em ambos os casos no valor atualizado;

D) Errado

A ação revocatória não trata da venda de patrimônio que não pertencia à massa falida, mas sim, com o desfazimento de atos fraudulentos que contribuíram para o estado de falência do devedor.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 51

Amauri ingressou com ação ordinária em face de Mercadinho dos Suínos Ltda., em decorrência do consumo de alimento inapropriado vendido pelo réu. O pedido foi julgado procedente em decisão transitada em julgado, condenando a pessoa jurídica ré a indenizar o autor em R$ 10.000,00 (dez mil reais). Na fase de cumprimento de sentença, não foram encontrados bens penhoráveis pertencentes à sociedade, razão pela qual o juízo competente decretou, de ofício, a desconsideração da personalidade jurídica, penhorando um automóvel pertencente a Flávio, sócio majoritário da sociedade ré.
Diante de tal cenário, assinale a afirmativa correta.

A) A decisão está correta, pois o CPC admite a desconsideração da personalidade jurídica, independentemente de requerimento da parte interessada.
B) A decisão está incorreta, diante da necessidade de requerimento da parte para que haja a desconsideração da personalidade jurídica, a qual possui natureza jurídica de processo autônomo.
C) A decisão está incorreta, pois a desconsideração da personalidade jurídica exige, cumulativamente, o requerimento da parte interessada e a instauração do incidente, nos termos do CPC.
D) Não é admissível a desconsideração da personalidade jurídica à luz do CPC.

Comentário:

A) Errado

Nos termos do *caput* do art. 133 do CPC/2015, "o incidente de desconsideração da personalidade jurídica será **instaurado a pedido da parte** ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo".

B) Errado

Nem sempre o incidente de desconsideração da personalidade jurídica terá a natureza de processo autônomo, a exemplo do teor do § 2° do art. 134 do CPC/2015, o qual dispõe que "**dispensa-se a instauração** do incidente **se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial**, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica", caso em que será apreciado nos mesmos autos da ação principal.

C) Correto

Trata-se da exata aplicação do *caput* do art. 133 do CPC/2015, dispondo, conforme exposto alhures, que o incidente de desconsideração da personalidade jurídica será, em regra, **instaurado** – à exceção da hipótese já citada do § 2° do art. 134 do mesmo Código – **a pedido da parte** ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.

D) Errado

Como já visto, **é admissível a instauração desse incidente**, nos moldes dos arts. 133 e ss. do CPC/2015.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 52

As irmãs Odete e Nara celebraram contrato bancário, com cláusula de solidariedade, com uma pequena instituição financeira, com o objetivo de constituir uma empresa na cidade de Campos. Depois de sete anos, a instituição financeira, sem receber o valor que lhe era devido, propôs ação judicial em face das duas irmãs. Ocorre que a empresa familiar teve suas atividades encerradas por má gestão e as irmãs, há alguns anos, não mais se falam e, por isso, contrataram advogados(as) de escritórios de advocacia distintos para realizar a defesa judicial.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) Caso o(a) advogado(a) de Nara perca o prazo do recurso de apelação, a alegação de prescrição no apelo interposto pelo advogado(a) de Odete, se acolhida, beneficiará Nara.

B) O litisconsórcio formado pelas irmãs pode ser classificado como litisconsórcio passivo, necessário e unitário.

C) Caberá à parte interessada alegar a prescrição, sendo vedado ao magistrado reconhecer a prescrição de ofício.

D) Os prazos para as manifestações dos litisconsortes com advogados(as) de diferentes escritórios de advocacia serão contados em dobro, ainda quando os autos do processo forem eletrônicos.

Comentário:

A) Correto

Trata-se da exatidão do art. 1.005 do CPC/2015, o qual dispõe, em seu *caput*, que "**o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses**", além de dispor, em seu parágrafo único, que "**havendo solidariedade passiva, o recurso interposto por um**

devedor aproveitará aos outros quando as defesas opostas ao credor lhes forem comuns".

B) Errado

O litisconsórcio formado pelas irmãs Odete e Nara é, de fato, **passivo**, mas **facultativo**, e não necessário, eis que, **por serem devedoras solidárias, a demanda poderia ter sido ajuizada em face de uma, da outra ou, ainda, de ambas**.

C) Errado

Por se tratar de **matéria de ordem pública**, **a prescrição pode ser reconhecida pelo magistrado *ex officio***. A esse respeito, dispõe o inciso II do art. 487 do CPC/2015 que "**haverá resolução de mérito quando o juiz: decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição**".

D) Errado

Nos termos do *caput* do art. 229 do CPC/2015, "os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento"; no entanto, estabelece o § 2° do mesmo dispositivo que "**não se aplica o disposto no caput aos processos em autos eletrônicos**".

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 53

João Paulo faleceu em Atibaia (SP), vítima de um ataque cardíaco fulminante. Empresário de sucesso, domiciliado na cidade de São Paulo (SP), João Paulo possuía inúmeros bens, dentre os quais se incluem uma casa de praia em Búzios (RJ), uma fazenda em Lucas do Rio Verde (GO) e alguns veículos de luxo, atualmente estacionados em uma garagem em Salvador (BA).

Neste cenário, assinale a opção que indica o foro competente para o inventário e a partilha dos bens deixados por João Paulo.

A) Os foros de Búzios (RJ) e de Lucas do Rio Verde (GO), concorrentemente.

B) O foro de São Paulo (SP).

C) O foro de Salvador (BA).

D) O foro de Atibaia (SP).

Comentário:

A) Errado

In casu, aplica-se o disposto no *caput* do art. 48 do CPC/2015, **sendo o inventário e a partilha dos bens deixados por João Paulo de competência do foro de seu domicílio, qual seja, São Paulo (SP)**.

B) Correto

É exatamente o que estabelece o *caput* do art. 48 do CPC/2015, segundo o qual "**o foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para**

todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro".

C) Errado

Compete ao foro do domicílio de João Paulo (São Paulo – SP), o inventário e a partilha dos bens por ele deixados, nos moldes do art. 48, *caput*, do CPC/2015.

D) Errado

De conformidade com o previsto no *caput* do art. 48 do CPC/2015, **o inventário e a partilha dos bens deixados por João Paulo é de competência do foro de seu domicílio, a saber, São Paulo (SP)**.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 54

Mariana ajuizou ação de cobrança em face do Banco Racional S/A, para buscar a restituição de valores pagos a título de "Tarifa de Manutenção de Conta", cobrados durante o período em que era titular de conta corrente perante tal Banco.

O juízo de primeiro grau, após a apresentação de contestação pelo Banco Racional S/A, determinou que, em razão de o Superior Tribunal de Justiça ter afetado para julgamento, sob o rito de "Recursos Especiais Repetitivos", a questão concernente à legalidade da "Tarifa de Abertura de Conta", o processo ajuizado por Mariana deveria ficar suspenso até a publicação do acórdão paradigma.

Após ser intimado da decisão de suspensão, o(a) advogado(a) de Mariana analisou o processo afetado para julgamento pelo STJ, e entendeu que a questão debatida sob o rito de Recursos Repetitivos não era a mesma debatida no processo ajuizado por Mariana, porque discutia outra tarifa bancária. Diante disso, pretende insurgir-se contra a suspensão do processo, para que ele volte a tramitar regularmente.

Sobre o procedimento a ser adotado por Mariana, assinale a afirmativa correta.

A) Deverá peticionar ao Superior Tribunal de Justiça, demonstrando a distinção de seu caso e requerendo o prosseguimento; caso seja negado o pedido, poderá interpor Agravo Interno.

B) Deverá peticionar ao juízo de primeiro grau, demonstrando a distinção de seu caso e requerendo o prosseguimento; caso seja negado o pedido, poderá interpor Agravo de Instrumento.

C) Deverá impetrar Mandado de Segurança em face da decisão de suspensão.

D) Deverá peticionar ao juízo de primeiro grau, demonstrando a distinção de seu caso e requerendo o prosseguimento; caso seja negado o pedido, poderá interpor Agravo Interno.

Comentário:

A) Errado

Nos termos do § 9° e do inciso I do § 10, ambos do art. 1.037 do CPC/2015, Mariana **deverá peticionar ao juízo de primeiro grau, demonstrando a distinção de seu caso e requerendo o prosseguimento; caso seja negado o pedido, poderá interpor Agravo de Instrumento**.

B) Correto

Trata-se da exata aplicação do § 9° e do inciso I do § 10, ambos do art. 1.037 do CPC/2015: segundo o primeiro, "**demonstrando distinção entre a questão a ser decidida no processo e aquela a ser julgada no recurso especial ou extraordinário afetado, a parte poderá requerer o prosseguimento do seu processo**"; já o último estabelece que "**o requerimento a que se refere o § 9º será dirigido: ao juiz, se o processo sobrestado estiver em primeiro grau**".

C) Errado

Mariana **deverá peticionar ao juízo de primeiro grau, demonstrando a distinção de seu caso e requerendo o prosseguimento; caso seja negado o pedido, poderá interpor Agravo de Instrumento**, tudo de conformidade com o § 9° e do inciso I do § 10, ambos do art. 1.037 do CPC/2015.

D) Errado

Segundo o § 9° e do inciso I do § 10, ambos do art. 1.037 do CPC/2015, Mariana **deverá peticionar ao juízo de primeiro grau, demonstrando a distinção de seu caso e requerendo o prosseguimento; caso seja negado o pedido, poderá interpor Agravo de Instrumento**.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 55

Pedro propõe execução de alimentos, fundada em título extrajudicial, em face de Augusto, seu pai, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Regularmente citado, Augusto não efetuou o pagamento do débito, não justificou a impossibilidade de fazê-lo, não provou que efetuou o pagamento e nem ofertou embargos à execução.

Pedro, então, requereu a penhora do único bem pertencente a Augusto que fora encontrado, qual seja, R$ 10.000,00 (dez mil reais), que estavam depositados em caderneta de poupança. O juiz defere o pedido.

Sobre a decisão judicial, assinale a afirmativa correta.

A) Ela foi equivocada, pois valores depositados em caderneta, em toda e qualquer hipótese, são impenhoráveis.

B) Ela foi correta, pois o Código de Processo Civil permite a penhora de quaisquer valores depositados em aplicações financeiras.

C) Ela foi equivocada, na medida em que o Código de Processo Civil assegura a impenhorabilidade da caderneta de poupança até o limite de cem salários-mínimos, independentemente da natureza do débito.

D) Ela foi correta, pois o Código de Processo Civil admite a penhora de valores depositados em caderneta de poupança para o cumprimento de obrigações alimentícias.

Comentário:

A) Errado

A despeito do teor do art. 833, inciso X, do CPC/2015, o § 2° do referido dispositivo **admite a penhora de valores depositados em caderneta de poupança para o cumprimento de obrigações alimentícias**.

B) Errado

O Código de Processo Civil **não permite a penhora de quaisquer valores depositados em aplicações financeiras**, e sim aquela que atenda ao disposto no art. 833, inciso X e § 2°.

C) Errado

Nos termos do inciso X do art. 833 do CPC/2015, a impenhorabilidade da quantia depositada em caderneta de poupança obedece ao limite de **40 (quarenta) salários-mínimos**, respeitando-se, ainda, o § 2° do citado artigo.

D) Errado

Trata-se da exata aplicação do inciso X e do § 2° do art. 833 do CPC/2015: segundo o primeiro, é impenhorável "**a quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 40 (quarenta) salários-mínimos**"; já o último estabelece que o teor do citado inciso "**não se aplica à hipótese de penhora para pagamento de prestação alimentícia, independentemente de sua origem, bem como às importâncias excedentes a 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais, devendo a constrição observar o disposto no art. 528, § 8º , e no art. 529, § 3º**".

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 56

O fornecimento de energia elétrica à residência de Vicente foi interrompido em 2 de janeiro de 2018, porque, segundo a concessionária de serviço público, haveria um "gato" no local, ou seja, o medidor de energia teria sido indevidamente adulterado.

Indignado, Vicente, representado por um(a) advogado(a), propôs, aproximadamente um mês depois, demanda em face da fornecedora e pediu o restabelecimento do serviço, pois o medidor estaria hígido. A fim de provar os fatos alegados, o autor requereu a produção de prova pericial.

Citado poucos meses depois da propositura da demanda, a ré defendeu a correção de sua conduta, ratificou a existência de irregularidade no medidor de energia e, tal qual o autor, requereu a produção de perícia.

Em dezembro de 2018, após arbitrar o valor dos honorários periciais e antes da realização da perícia, o juiz atribuiu apenas ao autor, que efetivamente foi intimado para tanto, o pagamento de tal verba.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) A decisão judicial está correta, uma vez que, se ambas as partes requererem a produção de perícia, apenas o autor deve adiantar o pagamento.

B) O juiz decidiu de modo incorreto, pois se ambas as partes requererem a produção de perícia, autor e réu devem adiantar os honorários periciais.

C) A decisão está equivocada, na medida em que os honorários periciais são pagos apenas ao final do processo.

D) A decisão está correta, pois o magistrado tinha a faculdade de atribuir a apenas uma das partes o pagamento do montante.

Comentário:

A) Errado

Se ambas as partes requererem a produção de perícia, autor e réu devem adiantar os honorários periciais, nos moldes do *caput* do art. 95 do CPC/2015.

B) Correto

É o exato teor do *caput* do art. 95 do CPC/2015, segundo o qual "**cada parte adiantará a remuneração do assistente técnico que houver indicado, sendo a do perito adiantada pela parte que houver requerido a perícia ou rateada quando a perícia for determinada de ofício ou requerida por ambas as partes**".

C) Errado

De conformidade com o art. 95, *caput*, do CPC/2015, **se ambas as partes requererem a produção de perícia, autor e réu devem adiantar os honorários periciais**.

D) Errado

Se ambas as partes requererem a produção de perícia, autor e réu devem adiantar os honorários periciais, consoante o art. 95, *caput*, do CPC/2015.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 57

Felipe, a fim de cobrar dívida proveniente de contrato de mútuo firmado com Aline, ajuizou demanda de conhecimento em face de João Alberto, fiador. Surpreendido pela citação, João Alberto procura, no mesmo dia, um(a) advogado(a).

Diante de tal quadro, assinale a opção que apresenta a medida mais adequada a ser adotada pelo(a) advogado(a) para obter a responsabilização de Aline.

A) Realizar o chamamento ao processo de Aline.

B) Efetuar a denunciação da lide de Aline

C) Sustentar a ilegitimidade passiva de João Alberto, na medida em que somente após eventual tentativa malsucedida de responsabilização de Aline, João Alberto poderia ser demandado.

D) Não promover a intervenção de terceiros e aguardar a fase executiva, momento em que deverá ser requerido o benefício de ordem, de modo que os bens de Aline sejam executados antes dos de João Alberto.

Comentário:

A) Correto

Trata-se da exatidão do art. 130, inciso I, do CPC/2015, o qual dispõe que "**é admissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu: do afiançado, na ação em que o fiador for réu**".

B) Errado

Nos termos do inciso I do art. 130 do CPC/2015, a intervenção de terceiros no caso em apreço será na modalidade do **chamamento ao processo**.

C) Errado

É cabível o chamamento ao processo de Aline, nos moldes do art. 130, inciso I, do CPC/2015.

D) Errado

Consoante o inciso I do art. 130 do CPC/2015, **é cabível o chamamento ao processo de Aline**.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

DIREITO PENAL

Questão 58

Douglas foi condenado pela prática de duas tentativas de roubo majoradas pelo concurso de agentes e restrição da liberdade das vítimas (Art. 157, § 2º, incisos II e V, c/c. o Art. 14, inciso II, por duas vezes, na forma do Art. 70, todos do CP). No momento de fixar a sanção penal, o juiz aplicou a pena base no mínimo legal, reconhecendo a confissão espontânea do agente, mas deixou de diminuir a pena na segunda fase. No terceiro momento, o magistrado aumentou a pena do máximo, considerando as circunstâncias do crime, em especial a quantidade de agentes (5 agentes) e o tempo que durou a restrição da liberdade das vítimas. Ademais, reduziu, ainda na terceira fase, a pena do mínimo legal em razão da tentativa, novamente fundamentando na gravidade do delito e naquelas circunstâncias de quantidade de agentes e restrição da liberdade.
Após a aplicação da pena dos dois delitos, reconheceu o concurso formal de crimes, aumentando a pena de um deles de acordo com a quantidade de crimes praticados. O Ministério Público não recorreu.
Considerando as informações narradas, de acordo com a jurisprudência pacificada do Superior Tribunal de Justiça, o(a) advogado(a) de Douglas, quanto à aplicação da pena, deverá buscar

A) a redução da pena na segunda fase diante do reconhecimento da atenuante da confissão espontânea.
B) a redução do *quantum* de aumento em razão da presença das majorantes, que deverá ser aplicada de acordo com a quantidade de causas de aumento.

C) o aumento do *quantum* de diminuição em razão do reconhecimento da tentativa, pois a fundamentação apresentada pelo magistrado foi inadequada.

D) a redução do *quantum* de aumento em razão do reconhecimento do concurso de crimes, devido à fundamentação inadequada.

Comentário:

A) Errado

Tal circunstância **já foi considerada** pelo magistrado na **primeira fase da dosimetria da pena** (análise das circunstâncias judiciais do art. 59 do CP), **aplicando a pena-base no mínimo legal**.

B) Errado

A majoração da pena em virtude da presença de causas de aumento **não deve ser procedida em razão de sua quantidade**, e sim diante da análise fático-probatória feito pelo quanto à sua **natureza** e **gravidade**.

C) Correto

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já pacificou o entendimento de que é imprescindível à diminuição da pena no crime tentado a realização de **fundamentação idônea**, em relação à **maior ou menor proximidade/distância da consumação do delito** no *iter criminis*.

D) Errado

Tal assertiva segue a mesma lógica da alternativa "B", no sentido de que o aumento da pena em razão da **verificação das majorantes** deve ocorrer quanto à análise judicial de sua respectiva **natureza** e **gravidade**, **e não à quantidade**.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

Questão 59

Frederico, de maneira intencional, colocou fogo no jardim da residência de seu chefe de trabalho, causando perigo ao patrimônio deste e dos demais vizinhos da região, já que o fogo se alastrou rapidamente, aproximando-se da rede elétrica e de pessoas que passavam pelo local. Ocorre que Frederico não se certificou, com as cautelas necessárias, que não haveria ninguém no jardim, de modo que a conduta por ele adotada causou a morte de uma criança, queimada, que brincava no local.

Desesperado, Frederico procura você, como advogado(a), e admite os fatos, indagando sobre eventuais consequências penais de seus atos.

Considerando apenas as informações narradas, o(a) advogado(a) de Frederico deverá esclarecer que a conduta praticada configura crime de

A) homicídio doloso qualificado pelo emprego de fogo.
B) incêndio doloso simples.
C) homicídio culposo.
D) incêndio doloso com aumento de pena em razão do resultado morte.

Comentário:

A) Errado

O delito perpetrado por Frederico é o de **incêndio doloso majorado pelo resultado morte**, nos moldes dos arts. 250 e 258 do Código Penal.

B) Errado

In casu, Frederico praticou a conduta delitiva descrita nos arts. 250 e 258 do Código Penal, qual seja, o **incêndio doloso majorado pelo resultado morte**.

C) Errado

O crime praticado por Frederico é o de **incêndio doloso majorado pelo resultado morte**, nos exatos ditames dos arts. 250 e 258 do Código Penal.

D) Correto

Trata-se da exata aplicação dos arts. 250 e 258 do Código Penal, os quais, conjuntamente, preveem a figura típica do **incêndio doloso majorado pelo resultado morte**.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 60

Fabrício cumpria pena em livramento condicional, em razão de condenação pela prática de crime de lesão corporal grave. Em 10 de janeiro de 2018, quando restavam 06 meses de pena a serem cumpridos, ele descobre que foi novamente condenado, definitivamente, por crime de furto que teria praticado antes dos fatos que justificaram sua condenação pelo crime de lesão. A pena aplicada em razão da nova condenação foi de 02 anos e 06 meses de pena privativa de liberdade em regime inicial semiaberto. Apesar disso, somente procura seu(sua) advogado(a) em 05 de agosto de 2018, esclarecendo o ocorrido.

Ao consultar os autos do processo de execução, o(a) advogado(a) verifica que, de fato, existe a nova condenação, mas que, até o momento, não houve revogação ou suspensão do livramento condicional.

Considerando apenas as informações narradas, o(a) advogado(a) de Fabrício, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, deverá esclarecer que

A) poderá haver a revogação do livramento condicional, tendo em vista que a nova condenação por crime doloso, aplicada pena privativa de liberdade, é causa de revogação obrigatória do benefício.

B) não poderá haver a revogação do livramento condicional, tendo em vista que a nova condenação é apenas prevista como causa de revogação facultativa do benefício e não houve suspensão durante o período de prova.

C) não poderá haver a revogação do livramento condicional, tendo em vista que a nova condenação não é prevista em lei como causa de revogação do livramento condicional, já que o fato que a justificou é anterior àquele que gerou a condenação em que cumpre o benefício.

D) não poderá haver a revogação do livramento condicional, pois ultrapassado o período de prova, ainda que a nova condenação seja prevista no Código Penal como causa de revogação obrigatória do benefício.

Comentário:

A) Errado

A teor da Súmula 617/STJ, **não poderá haver a revogação do livramento condicional** se ultrapassado o período de prova, ainda que a nova condenação seja prevista no CP como causa de revogação obrigatória do benefício.

B) Errado

De fato, **não poderá haver a revogação do livramento condicional**, mas pela **superação do período de prova**, segundo o enunciado da Súmula 617 do STJ.

C) Errado

Dispõe o verbete da Súmula 617/STJ que **não poderá haver a revogação do livramento condicional** se ultrapassado o período de prova, ainda que a nova condenação prevista no CP imponha a revogação obrigatória do benefício.

D) Correto

É o inteiro teor da **Súmula 617 do STJ**, dispondo que "**a ausência de suspensão ou revogação do livramento condicional antes do término do período de prova enseja a extinção da punibilidade pelo integral cumprimento da pena**".

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

Questão 61

David, em dia de sol, levou sua filha, Vivi, de 03 anos, para a piscina do clube. Enquanto a filha brincava na piscina infantil, David precisou ir ao banheiro, solicitando, então, que sua amiga Carla, que estava no local, ficasse atenta para que nada de mal ocorresse com Vivi. Carla se comprometeu a cuidar da filha de David.

Naquele momento, Vitor assumiu o posto de salva-vidas da piscina. Carla, que sempre fora apaixonada por Vitor, começou a conversar com ele e ambos ficam de costas para a piscina, não atentando para as crianças que lá estavam.

Vivi começa a brincar com o filtro da piscina e acaba sofrendo uma sucção que a deixa embaixo da água por tempo suficiente para causar seu afogamento. David vê quando o ato acontece através de pequena janela no banheiro do local, mas o fecho da porta fica emperrado e ele não consegue sair. Vitor e Carla não veem o ato de afogamento da criança porque estavam de costas para a piscina conversando.

Diante do resultado morte, David, Carla e Vitor ficam preocupados com sua responsabilização penal e procuram um advogado, esclarecendo que nenhum deles adotou comportamento positivo para gerar o resultado.

Considerando as informações narradas, o advogado deverá esclarecer que:

A) Carla e Vitor, apenas, poderão responder por homicídio culposo, já que podiam atuar e possuíam obrigação de agir na situação.

B) David, apenas, poderá responder por homicídio culposo, já que era o único com dever legal de agir por ser pai da criança.

C) David, Carla, Vitor poderão responder por homicídio culposo, já que os três tinham o dever de agir.

D) Vitor, apenas, poderá responder pelo crime de omissão de socorro.

Comentário:

A) Correto

Nos termos do art. 13, § 2°, alíneas "a" e "b", do Código Penal, **Vitor** e **Carla**, respectivamente, assumem a posição de **agente garantidor**, respondendo, a **título de culpa**, pelo **resultado que não evitaram**, razão pela qual deve ser-lhes imputado o delito de **homicídio culposo**.

B) Errado

Apenas Vitor e Carla assumem a posição de **agente garantidor**, respondendo, a **título de culpa**, pelo **resultado que não evitaram**, consoante o art. 13, § 2°, alíneas "a" e "b", do CP.

C) Errado

Nos moldes do art. 13, § 2°, alíneas "a" e "b", do CP, somente Vitor e Carla assumem a posição de **agente garantidor**, respondendo, a **título de culpa**, pelo **resultado que não evitaram**.

D) Errado

In casu, Vitor e Carla, apenas, assumem a posição de **agente garantidor**, respondendo, a **título de culpa**, pelo **resultado que não evitaram**, de conformidade com o art. 13, § 2°, alíneas "a" e "b", do CP.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 62

Gabriela, senhora de 60 anos, é surpreendida com a notícia de que seus dois netos, Pedro e Luiz, ambos com 18 anos de idade, foram presos em flagrante na mesma data, qual seja o dia 05 de setembro de 2018. Pedro foi preso e indiciado pela suposta prática de crime de racismo, enquanto Luiz foi abordado com um fuzil municiado, sendo indiciado pelo crime de porte de arma de fogo de uso restrito (Art. 16 da Lei nº 10.826/03).

Gabriela, sem compreender a exata extensão da consequência dos atos dos netos, procurou a defesa técnica deles para esclarecimentos quanto às possibilidades de prescrição e concessão de indulto em relação aos delitos imputados.

Considerando as informações narradas, a defesa técnica de Pedro e Luiz deverá esclarecer que

A) ambos os crimes são insuscetíveis de indulto e imprescritíveis.

B) somente o crime de porte de arma de fogo é imprescritível, enquanto ambos os delitos são insuscetíveis de indulto.

C) somente o crime de racismo é imprescritível, enquanto apenas o porte do fuzil é insuscetível de indulto.

D) somente o crime de racismo é imprescritível, não sendo nenhum deles insuscetível de indulto.

Comentário:

A) Errado

Apenas o delito de **racismo** é **imprescritível** (art. 5°, XLII, CF/88), enquanto que somente o crime de **posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido**

é **hediondo** e **insuscetível de indulto** (art. 1°, parágrafo único, II c/c art. 2°, I, ambos da Lei 8.072/90).

B) Errado

Enquanto que o crime de **racismo** é **imprescritível** (art. 5°, XLII, CF/88), o delito de **posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido** é **hediondo** e **insuscetível de indulto** (art. 1°, parágrafo único, II c/c art. 2°, I, ambos da Lei 8.072/90).

C) Correto

Nos termos do art. 5°, inciso XLII, da CF/88, "**a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível**, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei". Por outro lado, a Lei n° 8.072/1990 considera **o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido** como **hediondo** (art. 1°, parágrafo único, inciso II, da Lei 8.072/90) e, consequentemente, **insuscetível de anistia, graça e indulto** (art. 2°, inciso I, da Lei 8.072/90).

D) Errado

Somente o delito de **racismo** é **imprescritível** (art. 5°, XLII, CF/88), enquanto que apenas o crime de **posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido** é **hediondo** e **insuscetível de indulto** (art. 1°, parágrafo único, II c/c art. 2°, I, ambos da Lei 8.072/90).

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 63

Sílvio foi condenado pela prática de crime de roubo, ocorrido em 10/01/2017, por decisão transitada em julgado, em 05/03/2018, à pena base de 4 anos de reclusão, majorada em 1/3 em razão do emprego de arma branca, totalizando 5 anos e 4 meses de pena privativa de liberdade, além de multa.

Após ter sido iniciado o cumprimento definitivo da pena por Sílvio, foi editada, em 23/04/2018, a Lei nº 13.654/18, que excluiu a causa de aumento pelo emprego de arma branca no crime de roubo. Ao tomar conhecimento da edição da nova lei, a família de Sílvio procura um(a) advogado(a).

Considerando as informações expostas, o(a) advogado(a) de Sílvio

A) não poderá buscar alteração da sentença, tendo em vista que houve trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

B) poderá requerer ao juízo da execução penal o afastamento da causa de aumento e, consequentemente, a redução da sanção penal imposta.

C) deverá buscar a redução da pena aplicada, com afastamento da causa de aumento do emprego da arma branca, por meio de revisão criminal.

D) deverá buscar a anulação da sentença condenatória, pugnando pela realização de novo julgamento com base na inovação legislativa.

Comentário:

A) Errado

Nos termos do inciso I do art. 66 da LEP e, ainda, a teor da súmula 611/STF, é **possível pleitear ao juízo da execução** o **afastamento da citada majorante** e, por conseguinte, a **diminuição da pena aplicada**.

B) Correto

Trata-se da aplicação conjunta do **inciso I do art. 66 do LEP**, o qual dispõe que "**compete ao juiz da execução aplicar aos casos julgados lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado**", com o enunciado da **Súmula 611 do STF**, dispondo que "**transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao juízo das execuções a aplicação de lei mais benigna**".

C) Errado

Consoante o verbete da Súmula 611/STF e, também, o art. 66, I, da LEP, o advogado, *in casu*, poderá **requerer** ao **juízo da execução penal** o **afastamento da causa de aumento** e, consequentemente, a **redução da sanção penal imposta**.

D) Errado

É possível, por parte do causídico, o **pleito**, dirigido ao **juízo da execução penal**, do **afastamento da citada majorante** e, por via de consequência, da **diminuição da pena aplicada**., de conformidade com o inciso I do art. 66 da LEP e, ainda, a íntegra da Súmula 611 do STF.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 64

Gabriel, nascido em 31 de maio 1999, filho de Eliete, demonstrava sua irritação em razão do tratamento conferido por Jorge, namorado de sua mãe, para com esta. Insatisfeito, Jorge, no dia 1º de maio de 2017, profere injúria verbal contra Gabriel.

Após a vítima contar para sua mãe sobre a ofensa sofrida, Eliete comparece, em 27 de maio de 2017, em sede policial e, na condição de representante do seu filho, renuncia ao direito de queixa. No dia 02 de agosto de 2017, porém, Gabriel, contra a vontade da mãe, procura auxílio de advogado, informando que tem interesse em ver Jorge responsabilizado criminalmente pela ofensa realizada.

Diante da situação narrada, o(a) advogado(a) de Gabriel deverá esclarecer que

A) Jorge não poderá ser responsabilizado criminalmente, em razão da renúncia do representante legal do ofendido, sem prejuízo de indenização no âmbito cível.

B) poderá ser proposta queixa-crime em face de Jorge, mas, para que o patrono assim atue, precisa de procuração com poderes especiais.

C) Jorge não poderá ser responsabilizado criminalmente em razão da decadência, tendo em vista que ultrapassados três meses desde o conhecimento da autoria.

D) poderá ser proposta queixa-crime em face de Jorge, pois, de acordo com o Código de Processo Penal, ao representante legal é vedado renunciar ao direito de queixa.

Comentário:

A) Errado

O parágrafo único do art. 50 do CPP **permite que o menor que tenha completado dezoito anos exerça o direito de queixa**, **desde que não tenha sido operada a decadência** prevista no art. 38 do mesmo Código.

B) Correto

Trata-se da exata aplicação do disposto no já citado art. 50 do CPP em combinação com o art. 44 deste Código, o qual dispõe, na parte inicial, que "a queixa poderá ser dada por **procurador com poderes especiais**".

C) Errado

Como sabido, **o prazo decadencial em tela é de seis meses**, e não de três meses, a contar do conhecimento da autoria, consoante o art. 38 do CPP.

D) Errado

É plenamente possível a renúncia ao direito de queixa pelo representante legal do ofendido, nos moldes do *caput* do art. 50 do CPP.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 65

Marcus, advogado, atua em duas causas distintas que correm perante a Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Na primeira ação penal, Renato figura como denunciado em ação penal por crime de natureza tributária, enquanto, na segunda ação, Hélio consta como denunciado por crime de peculato.

Entendendo pela atipicidade da conduta de Renato, Marcus impetra habeas corpus, perante o Tribunal de Justiça, em busca do "trancamento" da ação penal. Já em favor de Hélio, impetra mandado de segurança, também perante o Tribunal de Justiça, sob o fundamento de que o magistrado de primeira instância, de maneira recorrente, não estava permitindo o acesso aos autos do processo.

Na mesma data são julgados o habeas corpus e o mandado de segurança por Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Ceará, sendo que a ordem de habeas corpus não foi concedida por maioria de votos, enquanto o mandado de segurança foi denegado por unanimidade.

Intimado da decisão proferida no habeas corpus e no mandado de segurança, caberá a Marcus apresentar, em busca de combatê-las,

A) Recurso Ordinário Constitucional, nos dois casos.

B) Recurso em Sentido Estrito e Recurso Ordinário Constitucional, respectivamente.

C) Embargos infringentes, nos dois casos.

D) Embargos infringentes e Recurso Ordinário Constitucional, respectivamente.

Comentário:

A) Correto

Nos termos do art. 105, inciso II, da CF/88, é de competência do STJ julgar, em **recurso ordinário**, os ***habeas corpus* decididos em única ou última instância**

pelos TRF's ou pelos TJ's e os **mandados de segurança decididos em única instância também pelos TRF's ou pelos TJ's**, ambos em caso de **decisão denegatória**, nos termos das alíneas *"a"* e *"b"*, respectivamente.

B) Errado

Consoante as alíneas *"a"* e *"b"* do inciso II do art. 105 da CF/88, cabe o **Recurso Ordinário Constitucional em ambos os casos**.

C) Errado

É cabível o **Recurso Ordinário Constitucional para as duas decisões**, nos moldes do art. 105, inciso II, alíneas *"a"* e *"b"*, da CF/88.

D) Errado

De conformidade com o disposto nas alíneas *"a"* e *"b"* do inciso II do art. 105 da CF/88, o **Recurso Ordinário Constitucional é cabível em ambos os casos**.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 66

Miguel foi denunciado pela prática de um crime de extorsão majorada pelo emprego de arma e concurso de agentes, sendo a pretensão punitiva do Estado julgada inteiramente procedente e aplicada sanção penal, em primeira instância, de 05 anos e 06 meses de reclusão e 14 dias multa.

A defesa técnica de Miguel apresentou recurso alegando:

(i) preliminar de nulidade em razão de violação ao princípio da correlação entre acusação e sentença;

(ii) insuficiência probatória, já que as declarações da vítima, que não presta compromisso legal de dizer a verdade, não poderiam ser consideradas;

(iii) que deveria ser afastada a causa de aumento do emprego de arma, uma vez que o instrumento utilizado era um simulacro de arma de fogo, conforme laudo acostado aos autos.

A sentença foi integralmente mantida. Todos os desembargadores que participaram do julgamento votaram pelo não acolhimento da preliminar e pela manutenção da condenação. Houve voto vencido de um desembargador, que afastava apenas a causa de aumento do emprego de arma.

Intimado do teor do acórdão, o(a) advogado(a) de Miguel deverá interpor

A) embargos infringentes e de nulidade, buscando o acolhimento da preliminar, sua absolvição e o afastamento da causa de aumento de pena reconhecida.

B) embargos infringentes e de nulidade, buscando o acolhimento da preliminar e o afastamento da causa de aumento do emprego de arma, apenas.

C) embargos de nulidade, buscando o acolhimento da preliminar, apenas.

D) embargos infringentes, buscando o afastamento da causa de aumento do emprego de arma, apenas.

Comentário:

A) Errado

Consoante o art. 609, parágrafo único, do CPP, é cabível **os embargos infringentes diante de decisão de segunda instância não unânime e relativa a questão de mérito**, a saber, a aplicação ou não da majorante em tela.

B) Errado

In casu, cabe **embargos infringentes em face da decisão de segunda instância não unânime**, com vistas à questão de mérito acerca da causa de aumento do emprego de arma, apenas, nos moldes do parágrafo único do art. 609 do CPP.

C) Errado

Conforme o art. 609, parágrafo único, do CPP, cabe **os embargos infringentes contra a decisão não unânime de segunda instância** e, no caso em apreço, relativa à questão de mérito quanto à majorante do emprego de arma.

D) Correto

Trata-se da exata aplicação do parágrafo único do art. 609 do CPP, o qual prevê a possibilidade de interposição dos **embargos infringentes em face da decisão não unânime de segunda instância e referente ao mérito da causa, qual seja, a aplicação ou não da causa de aumento de pena em apreço**.

Gabarito: D

Fontes de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 67

Jucilei foi preso em flagrante quando praticava crime de estelionato (Art. 171 do CP), em desfavor da Petrobras, sociedade de economia mista federal. De acordo com os elementos informativos, a fraude teria sido realizada na cidade de Angra dos Reis, enquanto a obtenção da vantagem ilícita ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, sendo Jucilei preso logo em seguida, mas já na cidade de Niterói.

Ainda em sede policial, Jucilei entrou em contato com seu(sua) advogado(a), que compareceu à Delegacia para acompanhar seu cliente, que seria imediatamente encaminhado para a realização de audiência de custódia perante autoridade judicial.

Considerando as informações narradas, o(a) advogado(a) deverá esclarecer ao seu cliente que será competente para processamento e julgamento de eventual ação penal pela prática do crime do Art. 171 do Código Penal, o juízo junto à

A) Vara Criminal Estadual da Comarca do Rio de Janeiro.
B) Vara Criminal Estadual da Comarca de Angra dos Reis.
C) Vara Criminal Federal com competência sobre a cidade do Rio de Janeiro.
D) Vara Criminal Federal com competência sobre a cidade de Angra dos Reis.

Comentário:

A) Correto

Consoante o enunciado da súmula 556 do STF e o art. 109 da CF/88, é de competência da Justiça comum estadual (Vara Criminal Estadual) o julgamento de delitos em face de sociedade de economia mista. Ademais, o crime de estelionato se consuma no momento da obtenção da vantagem econômica, razão pela qual será competente, *in casu*, na Comarca do Rio de Janeiro.

B) Errado

Nos termos do art. 109 da CF/88 c/c verbete da súmula 556 do STF, é competente, no caso em apreço, a **Vara Criminal Estadual da Comarca do Rio de Janeiro**.

C) Errado

A competência para julgar o crime em tela é da **Vara Criminal Estadual da Comarca do Rio de Janeiro**, nos moldes do enunciado da súmula 556 do STF e do art. 109 da CF/88.

D) Errado

De conformidade com o previsto no art. 109 da CF/88 c/c enunciado da súmula 556 do STF, será de competência, na situação em análise, da **Vara Criminal Estadual da Comarca do Rio de Janeiro** o julgamento do crime em comento.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

Questão 68

A autoridade policial recebeu denúncia anônima informando que Gabriel seria autor de um crime de apropriação indébita (Art. 168 do CP. Pena: 01 a 04 anos de reclusão e multa). Realizou, então, diligências para verificar a relevância daquela informação e, após constatar que havia motivos para justificar o início de investigação, instaurou inquérito para apurar a infração penal antes mencionada, indiciando Gabriel.

O primeiro ato da investigação foi requerer, ao juízo competente, interceptação das comunicações telefônicas de Gabriel, pedido esse que foi deferido. Após a interceptação, a autoridade policial buscou obter outros elementos informativos, ouvindo a vítima e testemunhas que tinham conhecimento dos fatos e da autoria delitiva.

Após o fim do prazo de 15 dias fixado para interceptação, com nova representação da autoridade policial e requerimento do Ministério Público, o juiz deferiu a prorrogação da medida, reiterando os termos da decisão que autorizou a medida inicial e destacando que aqueles fundamentos persistiam e foram confirmados pelo teor das transcrições das conversas já obtidas.

Gabriel, no curso das investigações, foi intimado para prestar esclarecimentos, momento em que entrou em contato com seu advogado, que obteve acesso ao procedimento.

Considerando as informações narradas, o(a) advogado(a) de Gabriel poderá questionar a interceptação telefônica realizada, porque

A) a primeira notícia do crime foi oriunda de denúncia anônima, o que impede que seja instaurada investigação, ainda que a autoridade policial realize diligências para confirmar a necessidade de iniciar procedimento investigatório.

B) o crime investigado é punido com pena de reclusão que não ultrapassa 04 anos de pena privativa de liberdade.

C) a prova da infração poderia ter sido obtida por outros meios disponíveis.

D) a decisão de prorrogação do prazo da medida utilizou-se de fundamentação *per relationem*, o que não é admitido no Processo Penal brasileiro.

Comentário:

A) Errado

A jurisprudência pátria **legitima a *delatio criminis* inqualificada** (denúncia anônima), que **pode autorizar o delegado a adotar diligências prévias de investigação**, a fim de **verificar a veracidade dos fatos** nela alegados para, só então, instaurar o inquérito policial.

B) Errado

Tal assertiva **não apresenta qualquer violação** aos requisitos autorizativos da interceptação telefônica, consoante o art. 2° da Lei n° 9.296/1996.

C) Correto

Nos termos do art. 2° da Lei de Interceptação Telefônica (Lei 9.296/96), **não há cabimento na interceptação telefônica se, de fato, a prova da infração poderia ter sido obtida por outros meios disponíveis**.

D) Errado

Os Tribunais Superiores **já têm admitido a fundamentação *per relationem*** nas decisões, sem verificar ofensa ao disposto no art. 93, IX, da CF/88.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico:

Questão 69

Adolfo e Arnaldo são irmãos e existe a informação de que estão envolvidos na prática de crimes. Durante investigação da suposta prática de crime de tráfico de drogas, foi deferida busca e apreensão na residência de Adolfo, em busca de instrumentos utilizados na prática delitiva.

O oficial de justiça, com mandado regularmente expedido, compareceu à residência de Adolfo às 03.00h, por ter informações de que às 07.00h ele deixaria o local. Apesar da não autorização para ingresso na residência por parte do proprietário, ingressou no local para cumprimento do mandado de busca e apreensão, efetivamente apreendendo um caderno com anotações que indicavam a prática do crime investigado.

Quando deixavam o local, os policiais e o oficial de justiça se depararam, na rua ao lado, com Arnaldo, sendo que imediatamente uma senhora o apontou como autor de um crime de roubo majorado pelo emprego de arma, que teria ocorrido momentos antes.

Diante disso, os policiais realizaram busca pessoal em Arnaldo, localizando um celular, que era produto do crime de acordo com a vítima, razão pela qual efetuaram a apreensão desse bem.

Ao tomar conhecimento dos fatos, a mãe de Adolfo e Arnaldo procurou você, como advogado(a), para a adoção das medidas cabíveis.

Assinale a opção que apresenta, sob o ponto de vista técnico, a medida que você poderá adotar.

A) Pleitear a invalidade da busca e apreensão residencial de Adolfo e a da busca e apreensão pessoal em Arnaldo.

B) Pleitear a invalidade da busca e apreensão residencial de Adolfo, mas não a da busca e apreensão pessoal de Arnaldo.

C) Não poderá pleitear a invalidade das buscas e apreensões.

D) Pleitear a invalidade da busca e apreensão pessoal de Arnaldo, mas não a da busca e apreensão residencial de Adolfo.

Comentário:

A) Errado

Nos termos dos arts. 244 e 245 do CPP c/c art. 5°, XI, da CF/88, a busca **domiciliar** somente poderá ser realizada de dia, salvo as expressas exceções legais.

B) Correto

A busca **domiciliar** somente poderá ser realizada de dia, salvo as expressas exceções legais, tudo de conformidade com o art. 5°, XI, da CF/88 c/c arts. 244 e 245 do CPP.

C) Errado

Consoante os arts. 244 e 245 do CPP c/c art. 5°, XI, da CF/88, a busca **domiciliar** somente poderá ser executada durante o dia, à exceção das ressalvas legais explicitamente previstas.

D) Errado

A busca **domiciliar** somente poderá ser executada durante o dia, salvo as expressas ressalvas legais, nos ditames dos arts. 244 e 245 do CPP c/c art. 5°, XI, da CF/88.

Gabarito: B

Fontes de conhecimento jurídico: Lei Seca.

DIREITO DO TRABALHO

Questão 70

Em uma greve ocorrida há dois dias dentro de uma indústria metalúrgica, o dirigente sindical, que é empregado da referida empresa, agrediu fisicamente o diretor com tapas e socos, sendo a agressão gravada pelo sistema de segurança existente no local.

O dono da empresa, diante dessa prática, pretende dispensar o empregado por justa causa. Em razão disso, ele procura você, como advogado(a), no dia seguinte aos fatos narrados, para obter sua orientação.

De acordo com o disposto na CLT, assinale a opção que apresenta sua recomendação jurídica e a respectiva justificativa.

A) Dispensar imediatamente o empregado por justa causa e ajuizar ação de consignação em pagamento dos créditos porventura devidos.
B) Apresentar notícia-crime e solicitar da autoridade policial autorização para dispensar o empregado por justa causa.
C) Suspender o empregado e, em até 30 dias, ajuizar inquérito para apuração de falta grave.
D) Não fazer nada, porque a justa causa teria de ser aplicada no dia dos fatos, ocorrendo então perdão tácito.

Comentário:

A) Errado

A alternativa A se mostra incorreta, vide inteligência do Art. 853, da CLT.

B) Errado

A alternativa B se mostra incorreta, vide inteligência do Art. 853, da CLT.

C) Correto

A alternativa C é a única que se mostra correta, vide inteligência do Art. 853, da CLT:

> **Para a instauração do inquérito para apuração de falta grave contra empregado garantido com estabilidade**, o empregador apresentará reclamação por escrito à Junta ou Juízo de Direito, dentro **de 30 (trinta) dias**, contados da data da **suspensão** do empregado.

Ademais, se faz mister destacar a inteligência da Súmula nº 379 do TST:

> DIRIGENTE SINDICAL. DESPEDIDA. FALTA GRAVE. INQUÉRITO JUDICIAL. NECESSIDADE (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 114 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005
>
> O dirigente sindical somente poderá ser dispensado por falta grave mediante a apuração em inquérito judicial, inteligência dos arts. 494 e 543, §3º, da CLT. (ex-OJ nº 114 da SBDI-1 - inserida em 20.11.1997)

D) Errado

A alternativa D se mostra incorreta, vide inteligência do Art. 853, da CLT.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca e jurisprudência

Questão 71

Uma sociedade empresária consultou você, como advogado(a), para encontrar uma maneira de, periodicamente, firmar com seus empregados uma quitação de direitos, de modo a prevenir conflitos trabalhistas.

Diante disso, na qualidade de advogado(a) da empresa, assinale a opção que indica a solução proposta.

A) Poderá ser firmado termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, perante o sindicato da categoria dos empregados.

B) Os termos de quitação firmados entre empregados e empregadores nada valem, apenas sendo válidos os acordos judiciais; logo, a empresa nada pode fazer.

C) Poderá ser firmado termo anual de quitação de obrigações trabalhistas no sindicato profissional ou no sindicato patronal.

D) Basta firmar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas por mútuo consentimento.

Comentário:

A) Correto

A alternativa A é a única que se mostra correta, pois foi possível firmar termo de quitação anual de obrigações trabalhistas com a chegada da Reforma Trabalhista, vide inteligência do Art. 507-B, da CLT:

> **É facultado** a empregados e empregadores, na vigência ou não do contrato de emprego, firmar o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, perante o sindicato dos empregados da categoria.

Parágrafo único. O termo discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente e dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

B) Errado

A alternativa B está incorreta, pois com o advento da Reforma Trabalhista tornou-se possível firmar termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, vide inteligência do Art. 507-B, da CLT.

C) Errado

A alternativa C está incorreta, pois é perante o sindicato dos empregados da categoria, vide inteligência do Art. 507-B, da CLT.

D) Errado

A alternativa D está incorreta, vide inteligência do Art. 507-B, da CLT.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 72

Determinada sociedade empresária ampliou os benefícios de seus empregados para fidelizá-los e evidenciar sua responsabilidade social. Dentre outras medidas, aderiu voluntariamente ao programa de empresa cidadã e, assim, aumentou o período de licença maternidade e o de licença paternidade de seus empregados.

Marcondes, empregado da referida empresa, que será pai em breve, requereu ao setor de recursos humanos a ampliação do seu período de licença paternidade, e agora deseja saber quanto tempo ficará afastado.

Assinale a opção que, de acordo com a Lei, indica o período total da licença paternidade que Marcondes aproveitará.

A) 5 dias.

B) 10 dias.

C) 15 dias.

D) 20 dias.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "A" está incorreta, vide inteligência do artigo 1°, da Lei 11.770/2008.

B) Errado

A alternativa "B" está incorreta, vide inteligência do artigo 1°, da Lei 11.770/2008.

C) Errado

A alternativa "C" está incorreta, vide inteligência do artigo 1°, da Lei 11.770/2008.

D) Certo

Vide inteligência artigo 1°, da Lei 11.770/2008é a única alternativa que se faz correta:

> É instituído o Programa Empresa Cidadã, destinado a prorrogar:
>
> I - por 60 (sessenta) dias a duração da licença-maternidade prevista no inciso XVIII do caput do art. 7º da Constituição Federal;
>
> II - por 15 (quinze) dias a duração da licença-paternidade, nos termos desta Lei, além dos 5 (cinco) dias estabelecidos no § 1o do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Cabe ressaltar que, o período de 20 (vinte) dias faz jus aos trabalhadores em licença paternidade nas empresas que participam do Programa Empresa Cidadão. Aqueles que não participam gozam do período de 5 (cinco) dias conforme expressa a Constituição Federal.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 73

Você, como advogado(a), foi procurado por Pedro para ajuizar ação trabalhista em face da ex-empregadora deste.

Pedro lhe disse que após encerrar o expediente e registrar o efetivo horário de saída do trabalho, ficava na empresa em razão de eventuais tiroteios que ocorriam na região. Nos meses de verão, ocasionalmente, permanecia na empresa para esperar o escoamento da água decorrente das fortes chuvas. Diariamente, após o expediente, havia culto ecumênico de participação voluntária e, dada sua atividade em setor de contaminação radioativa, era obrigado a trocar de uniforme na empresa, o que levava cerca de 20 minutos.

Considerando o labor de Pedro, de 10/12/2017 a 20/09/2018, e a atual legislação em vigor, assinale a afirmativa correta.

A) Apenas o período de troca de uniforme deve ser requerido como horário extraordinário.

B) Todo o tempo que Pedro ficava na empresa gera hora extraordinária, devendo ser pleiteado como tal em sede de ação trabalhista.

C) Nenhuma das hipóteses gera labor extraordinário.

D) Como apenas a questão religiosa era voluntária, somente essa não gera horário extraordinário.

Comentário:

A) Correto

A alternativa A é a única que se mostra correta nos termos da legislação trabalhista atual, pois não é considerado tempo à disposição do empregador,

quando o empregado por **escolha própria** busca proteção pessoal ou exerce atividades particulares como o culto no presente caso hipotético, conforme inteligência do artigo **4°, § 2°, da CLT:**

> **Por não se considerar tempo à disposição do empregador, não será computado como período extraordinário** o que exceder a jornada normal, ainda que ultrapasse o limite de 5 minutos previsto no § 1° do Art. 58 desta Consolidação, quando o empregado, por **escolha própria**, buscar **proteção pessoal**, em caso de insegurança nas vias públicas ou más condições climáticas, bem como adentrar ou permanecer nas dependências da empresa para exercer **atividades particulares**, entre outras:
>
> I – práticas religiosas;
>
> II – descanso;
>
> III – lazer;
>
> IV – estudo;
>
> V – alimentação;
>
> VI – atividades de relacionamento social;
>
> VII – higiene pessoal;
>
> **VIII – troca de roupa ou uniforme, quando não houver obrigatoriedade de realizar a troca na empresa.**

Cabe ressaltar que, no caso em questão a troca de uniforme era obrigatório no interior da empresa, dada sua atividade em setor de contaminação radioativa.

B) Errado

A alternativa B está incorreta, conforme inteligência do artigo **4°, § 2°, da CLT.**

C) Errado

A alternativa C está incorreta, conforme inteligência do artigo **4°, § 2°, da CLT.**

D) Errado

A alternativa D está incorreta, conforme inteligência do artigo **4°, § 2°, da CLT.**

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 74

Rita de Cássia é enfermeira em um hospital desde 10/01/2018, no qual trabalha em regime de escala de 12x36 horas, no horário das 7.00 às 19.00 horas. Tal escala encontra-se prevista na convenção coletiva da categoria da empregada. Alguns plantões cumpridos por Rita de Cássia coincidiram com domingos e outros, com feriados. Em razão disso, a empregada solicitou ao seu gestor que as horas cumpridas nesses plantões fossem pagas em dobro.

Sobre a pretensão da empregada, diante do que preconiza a CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Ela fará jus ao pagamento com adicional de 100% apenas nos feriados.

B) Ela não terá direito ao pagamento em dobro nem nos domingos nem nos feriados.

C) Ela terá direito ao pagamento em dobro da escala que coincidir com o domingo.

D) Ela receberá em dobro as horas trabalhadas nos domingos e feriados.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "A" está **incorreta, vide inteligência do Art. 59-A, da CLT.**

B) Correto

A alternativa "B" está correta, pois Rita de Cássia ao pactuar a jornada 12x36 concorda que a remuneração mensal pactuada pelo horário previsto abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriado, vide inteligência do Art. 59-A, da CLT:

> CLT, Art. 59-A, Parágrafo único. A remuneração mensal pactuada pelo horário previsto no caput [12X36] deste artigo abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados

os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5° do art. 73 desta Consolidação.

C) Errado

A alternativa "B" está **incorreta, vide inteligência do Art. 59-A, da CLT.**

D) Errado

A alternativa "D" está **incorreta, vide inteligência do Art. 59-A, da CLT.**

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 75

Gerson Filho é motorista rodoviário e trabalha na sociedade empresária Viação Canela de Ouro Ltda. No dia 20 de agosto de 2018, ele se envolveu em grave acidente automobilístico, sendo, ao final da investigação, verificado que Gerson foi o responsável pelo sinistro, tendo atuado com dolo no evento danoso. Em razão disso, teve a perda da sua habilitação determinada pela autoridade competente. O empregador procura você, como advogado(a), afirmando que não há vaga disponível para Gerson em outra atividade na empresa e desejando saber o que deverá fazer para solucionar a questão da maneira mais econômica e em obediência às normas de regência.

Diante desta situação e dos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) O contrato de Gerson deverá ser suspenso.

B) O empregador deverá interromper o contrato de Gerson.

C) O contrato do empregado deverá ser rompido por justa causa.

D) A empresa deverá dispensar Gerson sem justa causa.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "A" está incorreta, pois o fato é causa de rompimento contratual por justa causa, conforme artigo 482, "m", da CLT.

B) Errado

A alternativa "B" está incorreta, pois o fato é causa de rompimento contratual por justa causa, conforme artigo 482, "m", da CLT.

C) Correto

A alternativa "C" é a única que se mostra correta, pois o fato é causa de rompimento contratual por justa causa, conforme artigo 482, "m", da CLT:

> Art. 482 - Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:
>
> (...)
>
> m) perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão, em decorrência de conduta dolosa do empregado.
>
> (...)

D) Errado

A alternativa "D" está incorreta, pois o fato é causa de rompimento contratual por justa causa, conforme artigo 482, "m", da CLT.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 76

A sociedade empresária Beta Ltda. está passando por grave crise econômica e financeira e, em razão disso, resolveu reduzir drasticamente suas atividades, encerrando unidades e terceirizando grande parte dos seus serviços. Por conta disso, a empresa, que possuía 500 empregados, dispensou 450 deles no dia 23 de janeiro de 2018.

Diante do caso apresentado e dos preceitos da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Trata-se de dispensa em massa, sendo nula porque não autorizada em norma coletiva.

B) Equivocou-se a empresa, porque para realizar a dispensa coletiva ela é obrigada a oferecer antes adesão ao Programa de Demissão Voluntária (PDV).

C) A ordem de antiguidade obrigatoriamente deve ser respeitada, pelo que os 50 empregados mais antigos não poderão ser dispensados.

D) A dispensa ocorreu validamente, pois a dispensa coletiva é equiparada à dispensa individual.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "a" está incorreta, pois não há necessidade de autorização prévia de entidade sindical ou de celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação, vide inteligência do artigo 477- A, da CLT.

B) Errado

A alternativa "B" está incorreta, pois não há necessidade de autorização prévia de entidade sindical ou de celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de

trabalho para sua efetivação, nem previsão da adesão ao Programa de Demissão Voluntária (PDV), vide inteligência do artigo 477- A, da CLT.

C) Errado

A alternativa "C" está incorreta, pois não há previsão legal deste impeditivo de antiguidade.

D) Correto

A alternativa "D" é a única que se mostra correta, conforme já explicado nas alternativas anteriores. Vide inteligência do Art. 477- A, da CLT: As dispensas imotivadas individuais, plúrimas ou coletivas equiparam-se para todos os fins, não havendo necessidade de autorização prévia de entidade sindical ou de celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 77

Alaor, insatisfeito com o pequeno lucro do restaurante do qual era sócio, retirou-se da sociedade empresária e averbou, na respectiva junta comercial, novo contrato social, onde constava sua retirada.

O empresário, 36 meses após esse fato, foi surpreendido com sua citação em uma reclamação trabalhista ajuizada dias antes.

Sobre a hipótese apresentada, considerando a atual redação da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Alaor responde solidariamente pelos débitos da sociedade na ação trabalhista em referência.

B) Alaor responde subsidiariamente pelos débitos da sociedade na ação trabalhista em referência.

C) Alaor não mais responde, na ação trabalhista em referência, pelos débitos da sociedade.

D) No caso, primeiro responde a empresa devedora, depois, os sócios atuais e, em seguida, os sócios retirantes, que é o caso de Alaor

---

Comentário:

A) Errado

A alternativa "a" está incorreta, vide inteligência do artigo 10- A, da CLT.

B) Errado

A alternativa "B" está incorreta, vide inteligência do artigo 10- A, da CLT.

C) Correto

A alternativa "C" é a única que se mostra correta, pois o sócio retirante responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, conforme inteligência do artigo 10-A, da CLT:

> O SÓCIO RETIRANTE responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, SOMENTE em ações ajuizadas até 2 anos depois de averbada a modificação do contrato, observada a seguinte ordem de preferência:
>
> I – a empresa devedora;
>
> II – os sócios atuais;
>
> e III – os sócios retirantes.

D) Errado

A alternativa "d" está incorreta, vide inteligência do artigo 10- A, da CLT.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca



PROCESSO DO TRABALHO

Questão 78

Francisco trabalhou em favor de uma empresa em Goiânia/GO. Após ser dispensado, mudou-se para São Paulo e neste Estado ajuizou reclamação trabalhista contra o ex-empregador. Este, após citado em Goiânia/GO, apresentou petição de exceção de incompetência territorial logo no segundo dia.

Em razão disso, o juiz suspendeu o processo e conferiu vista ao excepto. Em seguida, proferiu decisão acolhendo a exceção e determinando a remessa dos autos ao juízo distribuidor de Goiânia/GO, local onde os serviços de Francisco foram prestados e que, no entendimento do magistrado, seria o juízo competente para julgar a reclamação trabalhista.

Diante da situação retratada e do entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

A) O reclamante nada poderá fazer por se tratar de decisão interlocutória.

B) Francisco poderá interpor de imediato Recurso Ordinário no prazo de 8 dias.

C) Sendo as decisões interlocutórias irrecorríveis, Pedro deverá impetrar Mandado de Segurança.

D) O recurso cabível para tentar reverter a decisão é o Agravo de Petição.

Comentário:

A) Errado

A letra "a" está incorreta, vide inteligência da Súmula nº 214 do TST.

B) Correto

A letra "b" está correta, pois conforme inteligência da Súmula nº 214 do TST:

> Súmula nº 214 do TST - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. IRRECORRIBILIDADE. Na Justiça do Trabalho, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão: a) de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho; b) suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal; c) que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, consoante o disposto no art. 799, § 2º, da CLT.

C) Errado

A letra "c" está incorreta vide inteligência da Súmula nº 214 do TST.

D) Errado

A letra "d" está incorreta vide inteligência da Súmula nº 214 do TST.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: jurisprudência

Questão 79

No curso de uma ação trabalhista que se encontra em fase de execução de sentença, a executada, citada para pagar e garantir o juízo, apresentou exceção de pré-executividade almejando a nulidade de todos os atos, uma vez que não havia sido regularmente citada. Após regular trâmite, o juiz julgou procedente a exceção de pré-executividade e anulou todos os atos processuais praticados desde a citação, concedendo ainda prazo para a reclamada contestar a reclamação trabalhista.

Sobre a hipótese, assinale a opção que indica o recurso cabível, a ser manejado pelo exequente, contra a decisão da exceção de pré-executividade.

A) Apelação.

B) Recurso Ordinário.

C) Agravo de Instrumento.

D) Agravo de Petição

Comentário:

A) Errado

A letra "a" está incorreta, pois o recurso de apelação não faz parte do rol taxativo de recursos trabalhistas, vide inteligência do artigo 893, da CLT.

B) Errado

A letra "b" está incorreta, vide inteligência do artigo 895, da CLT.

C) Errado

A letra "c" está incorreta, vide inteligência do artigo 897, da CLT.

D) Correto

A letra "d" é a única que se mostra correta, pois o agravo de petição é cabível, nas decisões de Juiz ou Presidente, nas **execuções**, vide inteligência do artigo 897, da CLT.

> Art. 897 - Cabe agravo, no prazo de 8 (oito) dias: (Redação dada pela Lei nº 8.432, de 1992)
>
> a) de petição, das decisões do Juiz ou Presidente, nas execuções; (Redação dada pela Lei nº 8.432, de 1992)
>
> b) de instrumento, dos despachos que denegarem a interposição de recursos. (Redação dada pela Lei nº 8.432, de 1992)
>
> § 1º - O agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 80

Prolatada a sentença em uma reclamação trabalhista, o autor opõe embargos de declaração no 3º dia contado da publicação e afirma que existe erro material no julgado, pois o número do processo encontra-se equivocado, assim como o nome das partes.

Diante da situação retratada e dos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) O juiz não precisará dar vista dos embargos à parte contrária, diante da natureza do erro.
B) A Lei é omissa a respeito, daí porque o juiz usará da equidade para ver se é o caso de conferir vista à parte adversa.
C) Havendo, no caso em exame, possibilidade de efeito modificativo do julgado, a parte contrária poderá se manifestar em 8 dias.
D) Independentemente do recurso e seu efeito perante o julgado, é direito da parte contrária se manifestar sobre os embargos em 10 dias.

Comentário:

A) Correto

A única alternativa que se faz correta é a letra "a", pois o erro material poderá ser corrigido de oficio ou a requerimento das partes, sem necessidade de vista do juiz, conforme bem expressa o § 1°, do art. 897-A, da CLT:

> Art. 897-A Caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subseqüente a sua apresentação, registrado na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso. (Incluído pela Lei nº 9.957, de 2000)

§ 1° Os erros materiais poderão ser corrigidos de ofício ou a requerimento de qualquer das partes. (Redação dada pela Lei nº 13.015, de 2014)

B) Errado

A letra "b" está incorreta, vide inteligência do § 1°, do art. 897-A, da CLT.

C) Errado

A letra "c" está incorreta, vide inteligência do § 1°, do art. 897-A, da CLT.

D) Errado

A letra "d" está incorreta, vide inteligência do § 1°, do art. 897-A, da CLT.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

XXIX EXAME DA OAB – FGV - CADERNO TIPO 1 – APLICAÇÃO EM: 30.06.2019



ESTATUTO E ÉTICA

Questão 1

Júnior é bacharel em Direito. Formou-se no curso jurídico há seis meses e não prestou, ainda, o Exame de Ordem para sua inscrição como advogado, embora pretenda fazê-lo em breve. Por ora, Júnior é inscrito junto à OAB como estagiário e exerce estágio profissional de advocacia em certo escritório credenciado pela OAB, há um ano. Nesse exercício, poucas semanas atrás, juntamente com o advogado José dos Santos, devidamente inscrito como tal, prestou consultoria jurídica sobre determinado tema, solicitada por um cliente do escritório. Os atos foram assinados por ambos. Todavia, o cliente sentiu-se lesado nessa consultoria, alegando culpa grave na sua elaboração.
Considerando o caso hipotético, bem como a disciplina do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a opção correta.

A) Júnior não poderia atuar como estagiário e deverá responder em âmbito disciplinar por essa atuação indevida. Já a responsabilidade pelo conteúdo da atuação na atividade de consultoria praticada é de José.
B) Júnior não poderia atuar como estagiário e deverá responder em âmbito disciplinar por essa atuação indevida. Já a responsabilidade pelo conteúdo da atuação na atividade de consultoria praticada é solidária entre Júnior e José.

C) Júnior poderia atuar como estagiário. Já a responsabilidade pelo conteúdo da atuação na atividade de consultoria praticada é solidária entre Júnior e José.

D) Júnior poderia atuar como estagiário. Já a responsabilidade pelo conteúdo da atuação na atividade de consultoria praticada é de José.

Comentário:

Errado

Embora a responsabilidade em apreço seja, efetivamente, de José, nos moldes do previsto no art. 29 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB (consubstanciado na Lei n° 8.906/1994), **Júnior poderia, sim, atuar como estagiário, mesmo já graduado**, não respondendo por sua atuação, consequentemente, em processo disciplinar, nos termos do art. 9°, § 4°, da referida Lei 8.906/94 c/c art. 27, *caput*, do citado Regulamento Geral.

A) Errado

De conformidade com o disposto no § 4° do art. 9° do Estatuto da Advocacia e da OAB c/c *caput* do art. 27 do Regulamento Geral desse Estatuto, **Júnior poderia, sim, atuar como estagiário**, razão pela qual não responde pela atuação ora analisada em processo disciplinar. Além disso, dispõe o art. 29, *caput* e §§ 1° e 2°, que o estagiário ou atua em conjunto com o advogado ou atua isoladamente, mas com a devida autorização ou substabelecimento deste último, razão pela qual **cabe a ele (advogado), apenas, a responsabilidade pela atuação em análise**.

B) Errado

De fato, a legislação regente da advocacia permite que graduados atuem como estagiários (art. 9°, § 4°, da Lei 8.906/94 c/c art. 27, *caput*, do Regulamento Geral

do referido Estatuto da Advocacia e da OAB). No entanto, **a responsabilidade do conteúdo em apreço diz respeito apenas ao advogado**, e não ao estagiário, uma vez que este último atua em conjunto com aquele ou, ainda que isoladamente, ao menos com a autorização ou substabelecimento daquele, a teor do art. 29 do mencionado Regulamento Geral.

C) Correto

Essa alternativa traduz, por completo, a solução à hipótese em tela, tendo em vista que Júnior, efetivamente, **pode atuar como estagiário**, nos ditames do art. 9°, § 4°, da Lei 8.906/94 c/c art. 27, *caput*, do Regulamento Geral desse Estatuto da Advocacia e da OAB. Ademais, é correto afirmar que a responsabilidade *in casu* deve ser atribuída somente a José, tendo em vista que Júnior, na qualidade de estagiário, não será responsabilizado pois **atua em conjunto com o advogado** ou, se isoladamente, **apenas com a autorização ou substabelecimento deste**, consoante o art. 29 do citado Regulamento Geral.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 2

O advogado X foi preso em flagrante enquanto furtava garrafas de vinho, de valor bastante expressivo, em determinado supermercado. Conduzido à delegacia, foi lavrado o auto de prisão em flagrante, sem a presença de representante da OAB.

Com base no disposto no Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) A lavratura do auto de prisão em flagrante foi eivada de nulidade, em razão da ausência de representante da OAB, devendo a prisão ser relaxada.

B) A lavratura do auto de prisão em flagrante não é viciada, desde que haja comunicação expressa à seccional da OAB respectiva.

C) A lavratura do auto de prisão em flagrante foi eivada de nulidade, em razão da ausência de representante da OAB, devendo ser concedida liberdade provisória não cumulada com aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

D) A lavratura do auto de prisão em flagrante não é viciada e independe de comunicação à seccional da OAB respectiva.

Comentário:

A) Errado

Nos termos do art. 7°, IV, da Lei 8.906/94, **inexiste nulidade** na lavratura do respectivo auto ora analisada, tendo em vista que **a prisão em flagrante não foi relacionada ao exercício da advocacia**, dispensando-se, assim, a necessidade de presença do representante da OAB, **bastando a comunicação expressa à seccional da OAB respectiva**.

B) Correto

Trata-se da exata aplicação do inciso IV do art. 7° do Estatuto da Advocacia e da OAB, o qual dispõe como **direito do advogado** "ter a **presença de representante da OAB**, quando preso em flagrante, **por motivo ligado ao exercício da advocacia**, para lavratura do auto respectivo, sob pena de nulidade e, **nos demais casos**, **a comunicação expressa à seccional da OAB**. Como o advogado, *in casu*, foi preso em flagrante por motivo **não ligado ao exercício da advocacia**, basta a **comunicação expressa** da lavratura do auto de prisão em flagrante **à respectiva seccional da OAB**.

C) Errado

Conforme já explanado em assertiva anterior, **inexiste nulidade** na lavratura do respectivo auto ora analisada, tendo em vista que **a prisão em flagrante não foi relacionada ao exercício da advocacia**, dispensando-se, assim, a necessidade de presença do representante da OAB, **bastando a comunicação expressa à seccional da OAB respectiva**, a teor do art. 7°, IV, da Lei 8.906/94.

D) Errado

De fato, a lavratura do respectivo auto de prisão em flagrante, *in casu*, **não possui qualquer vício**. Entretanto, **faz-se necessária a comunicação expressa** da mencionada lavratura **à seccional da OAB**, tudo de conformidade com o art. 7°, IV, do Estatuto da Advocacia e da OAB.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 3

A Sociedade de Advogados X pretende associar-se aos advogados João e Maria, que não a integrariam como sócios, mas teriam participação nos honorários a serem recebidos.

Sobre a pretensão da Sociedade de Advogados X, de acordo com o disposto no Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) É autorizada, contudo deve haver formalização em contrato averbado no registro da Sociedade de Advogados. A associação pretendida deverá implicar necessariamente vínculo empregatício.

B) É autorizada, contudo deve haver formalização em contrato averbado no registro da Sociedade de Advogados. A associação pretendida não implicará vínculo empregatício.

C) É autorizada, independentemente de averbação no registro da Sociedade. A associação pretendida não implicará vínculo empregatício.

D) Não é autorizada, pois os advogados João e Maria passariam a integrar a Sociedade X como sócios, mediante alteração no registro da sociedade.

Comentário:

A) Errado

De fato, é autorizada a pretensão em apreço, desde que haja a devida formalização em contrato averbado no registro da sociedade de advogados em tela. Contudo, **esta associação não implicará vínculo empregatício**, conforme dispõe o art. 39 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB.

B) Correto

A situação em análise requer a aplicação do inteiro teor do art. 39 do Regulamento Geral da Lei n° 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB) o qual dispõe, em seu *caput*, que "a sociedade de advogados **pode associar-se** com advogados**, sem vínculo de emprego, para participação nos resultados**", bem como, em seu parágrafo único estipula que "os contratos referidos neste artigo **são averbados no registro da sociedade de advogados**".

C) Errado

Muito embora seja possível a pretensão em tela, a qual não caracterizará, com efeito, vínculo empregatício, **deve ser proceder-se à devida averbação dessa associação no registro da sociedade de advogados em comento**, segundo estipula o art. 39 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB.

D) Errado

Como já visto, é **plenamente possível** a pretensão ora analisada, qual seja, a associação entre advogados e uma sociedade de advogados, nos moldes do art. 39 do Regulamento Geral da Lei 8.906/94.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 4

O advogado João, conselheiro em certo Conselho Seccional da OAB, foi condenado, pelo cometimento de crime de tráfico de influência, a uma pena privativa de liberdade. João respondeu ao processo todo em liberdade, apenas tendo sido decretada a prisão após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Quanto aos direitos de João, considerando o disposto no Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) João tem direito à prisão domiciliar em razão de suas atividades profissionais, ou à prisão em sala de Estado Maior, durante todo o cumprimento da pena que se inicia, a critério do juiz competente.

B) João tem direito a ser preso em sala de Estado Maior durante o cumprimento integral da pena que se inicia. Apenas na falta desta, em razão de suas atividades profissionais, terá direito à prisão domiciliar.

C) João não tem direito a ser preso em sala de Estado Maior em nenhum momento do cumprimento da pena que se inicia, nem terá direito, em decorrência de suas atividades profissionais, à prisão domiciliar.

D) João tem direito a ser preso em sala de Estado Maior apenas durante o transcurso de seu mandato como conselheiro, mas não terá direito, em decorrência de suas atividades profissionais, à prisão domiciliar.

Comentário:

A) Errado

O direito do advogado de ser preso em sala de Estado Maior ou, na sua inexistência, em prisão domiciliar **só lhe é garantido antes de sentença transitada em julgado**, nos moldes do art. 7°, V, da Lei n° 8.906/1994 (Estatuto

da Advocacia e da OAB). *In casu*, foi decretada a prisão de João somente após o trânsito em julgado da sentença condenatória, razão pela qual ele **não faz *jus* à mencionada benesse**.

B) Errado

Consoante o inciso V do art. 7° do Estatuto da Advocacia e da OAB, João **não tem direito a ser recolhido preso em sala de Estado Maior**, tendo em vista que a sua prisão foi decretada **após o trânsito em julgado da sentença condenatória**, e aquele direito só lhe é assegurando antes de sentença transitada em julgado.

C) Correto

Nos exatos ditames do art. 7°, V, da Lei 8.906/94, constitui direito do advogado "não ser recolhido preso, **antes de sentença transitada em julgado**, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, (...) e, na sua falta, em prisão domiciliar". Como se vê, João tem aludido direito por ter sido decretada sua prisão **após o trânsito em julgado da sentença condenatória**.

D) Errado

Ainda que fosse o caso de ser garantido a João o direito a ser preso em sala de Estado Maior (**antes de sentença transitada em julgado**), essa benesse lhe seria garantida **independentemente do mandato por ele exercido como conselheiro**, e, na falta daquela, certamente lhe seria assegurada a prisão domiciliar, nos termos do art. 7°, V, do já mencionado Regulamento Geral.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 5

O Conselho Seccional X da OAB proferiu duas decisões, ambas unânimes e definitivas, em dois processos distintos. Acerca da matéria que é objeto do processo 1, há diversos julgados, em sentido diametralmente oposto, proferidos pelo Conselho Seccional Y da OAB. Quanto ao processo 2, há apenas uma decisão contrária, outrora proferida pelo Conselho Federal da OAB. De acordo com a situação narrada, assinale a afirmativa correta.

A) Cabe recurso da decisão proferida no processo 1 ao Conselho Federal da OAB, com fundamento na divergência com as decisões emanadas do Conselho Seccional Y. Também cabe recurso da decisão proferida no processo 2 ao Conselho Federal da OAB, com base na divergência com a decisão anterior do Conselho Federal.

B) Não cabe recurso da decisão proferida no processo 1 ao Conselho Federal da OAB, com fundamento na divergência com as decisões emanadas do Conselho Seccional Y. No entanto, cabe recurso da decisão proferida no processo 2 ao Conselho Federal da OAB, com base na divergência com a decisão anterior do Conselho Federal.

C) Cabe recurso da decisão proferida no processo 1 ao Conselho Federal da OAB, com fundamento na divergência com as decisões emanadas do Conselho Seccional Y. No entanto, não cabe recurso da decisão proferida no processo 2 ao Conselho Federal da OAB, com base na divergência com a decisão anterior do Conselho Federal.

D) Não cabem recursos das decisões proferidas no processo 1 e no processo 2, tendo em vista a definitividade das decisões emanadas do Conselho Seccional.

Comentário:

A) Correto

A assertiva reflete a íntegra do *caput* do art. 75 da Lei n° 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB), pois ambas as decisões descumpriram o previsto no referido dispositivo, o qual dispõe que "**cabe recurso ao Conselho Federal de todas as decisões definitivas proferidas pelo Conselho Seccional**, quando não tenham sido unânimes ou, **sendo unânimes**, **contrariem** esta lei, **decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional** e, ainda, o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos".

B) Errado

De conformidade com o art. 75, *caput*, do Estatuto da Advocacia e da OAB, **cabe recurso** em face da decisão proferida no processo 1, a qual **contraria decisão de outro Conselho Seccional**.

C) Errado

Cabe, sim, recurso da decisão proferida no processo 2 ao Conselho Federal da OAB, por **contrariar decisão do Conselho Federal**, segundo estabelece o *caput* do art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB.

D) Errado

Consoante as razões expostas alhures, **cabe recurso nas decisões proferidas em ambos os processos 1 e 2**, nos moldes do art. 75, *caput*, da Lei 8.906/94.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 6

A conduta de um juiz em certa comarca implicou violação a prerrogativas de advogados previstas na Lei nº 8.906/94, demandando representação administrativo-disciplinar em face do magistrado.

Considerando a hipótese narrada, de acordo com o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) É competência dos presidentes do Conselho Federal, do Conselho Seccional ou da Subseção formularem a representação administrativa cabível. Em razão da natureza da autoridade e da providência, o ato não pode ser delegado a outro advogado.

B) É competência apenas dos presidentes do Conselho Federal ou do Conselho Seccional formularem a representação administrativa cabível. Todavia, pode ser designado outro advogado, investido de poderes bastantes, para o ato.

C) É competência apenas do presidente do Conselho Seccional formular a representação administrativa cabível. Em razão da natureza da autoridade e da providência, o ato não pode ser delegado a outro advogado.

D) É competência dos presidentes do Conselho Federal, do Conselho Seccional ou da Subseção formularem a representação administrativa cabível. Todavia, pode ser designado outro advogado, investido de poderes bastantes, para o ato.

Comentário:

A) Errado

Com efeito, compete aos presidentes do Conselho Federal, do Conselho Seccional ou da Subseção formularem a representação administrativa cabível. Contudo, **pode o Presidente "designar advogado, investido de poderes**

bastantes", para o cumprimento da formulação supra, consoante o art. 15 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei n° 8.906/1994).

B) Errado

Dispõe o art. 15 do Regulamento Geral da Lei 8.906/94 que cabe aos **presidentes do Conselho Federal, do Conselho Seccional ou da Subseção** – e não só aos dois primeiros – formularem a representação administrativa cabível.

C) Errado

D) Cabe aos **presidentes do Conselho Federal, do Conselho Seccional ou da Subseção** (e não só ao segundo) formularem a representação administrativa cabível, que pode, inclusive, **ser delegada a outro advogado**, a teor do art. 15 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB.

E) Correto

Trata-se da exata aplicação do inteiro teor do art. 15 do Regulamento Geral da Lei 8.906/94, o qual dispõe que, para o caso em tela, "**compete ao Presidente do Conselho Federal, do Conselho Seccional ou da Subseção** (...) **adotar as providências judiciais e extrajudiciais cabíveis** para prevenir ou restaurar o império do Estatuto, em sua plenitude, **inclusive mediante representação administrativa**", podendo o Presidente "**designar advogado, investido de poderes bastantes, para as finalidades deste artigo**".

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 7

Milton, advogado, exerceu fielmente os deveres decorrentes de mandato outorgado para defesa do cliente Tomás, em juízo. Todavia, Tomás deixou, injustificadamente, de efetuar o pagamento dos valores acordados a título de honorários.

Em 08/04/19, após negar-se ao pagamento devido, Tomás solicitou a Milton que agendasse uma reunião para que este esclarecesse, de forma pormenorizada, questões que entendia pertinentes e necessárias sobre o processo. Contudo, Milton informou que não prestaria nenhum tipo de informação judicial sem pagamento, a fim de evitar o aviltamento da atuação profissional.

Em 10/05/19, Tomás solicitou que Milton lhe devolvesse alguns bens móveis que haviam sido confiados ao advogado durante o processo, relativos ao objeto da demanda. Milton também se recusou, pois pretendia alienar os bens para compensar os honorários devidos.

Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) Apenas a conduta de Milton praticada em 08/04/19 configura infração ética.

B) Ambas as condutas de Milton, praticadas em 08/04/19 e em 10/05/19, configuram infrações éticas.

C) Nenhuma das condutas de Milton, praticadas em 08/04/19 e em 10/05/19, configura infração ética.

D) Apenas a conduta de Milton praticada em 10/05/19 configura infração ética.

Comentário:

A) Errado

A teor do art. 12 do Código de Ética e Disciplina (CED) da OAB, **ambas as condutas** perpetradas por Milton, em 08/04 e em 10/05/2019, **foram antiéticas**.

B) Correto

Ambas as condutas praticadas por Milton em 08/04 e em 10/05/2019 **configuram infrações éticas**, pois, nos termos do art. 12 do CED, "a conclusão ou desistência da causa, tenha havido, ou não, extinção do mandato, **obriga o advogado a devolver ao cliente bens, valores e documentos que lhe hajam sido confiados e ainda estejam em seu poder, bem como a prestar-lhe contas, pormenorizadamente, sem prejuízo de esclarecimentos complementares que se mostrem pertinentes e necessários**".

C) Errado

Como já abordado alhures, **ambas as condutas perpetradas por Milton** em 08/04 e em 10/05/2019 **constituem infrações éticas**, consoante o disposto no art. 12 do Código de Ética e Disciplina da OAB.

D) Errado

Não apenas a conduta praticada no dia 10/05/2019 caracteriza infração ética, **mas também o é aquela perpetrada no dia 08/05/2019**, de conformidade com o previsto no art. 12 do CED.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 8

Os sócios de certa sociedade de advogados divergiram intensamente quanto à solução de questões relativas a conduta disciplinar, relação com clientes e honorários. Em razão disso, passaram a pesquisar quais as atribuições do Tribunal de Ética e Disciplina, do Conselho Seccional da OAB respectivo, que poderiam ajudar a solver suas dificuldades. Considerando o caso narrado, bem como os limites de competência do Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional, previstos no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) Não compete ao Tribunal de Ética e Disciplina responder a consultas realizadas em tese por provocação dos advogados, atuando apenas diante de situações concretas.
B) Compete ao Tribunal de Ética e Disciplina atuar como um conciliador em pendências concretas relativas à partilha de honorários entre advogados contratados conjuntamente.
C) Não compete ao Tribunal de Ética e Disciplina ministrar cursos destinados a solver dúvidas usuais dos advogados no que se refere à conduta ética que deles é esperada.
D) Compete ao Tribunal de Ética e Disciplina coordenar as ações do Conselho Seccional respectivo e dos demais Conselhos Seccionais, com o objetivo de reduzir a ocorrência das infrações disciplinares mais frequentes.

Comentário:

A) Errado

Nos termos do art. 71, II, do Código de Ética e Disciplina (CED) da OAB, "**compete aos Tribunais de Ética e Disciplina responder a consultas formuladas, em tese, sobre matéria ético-disciplinar**", razão pela qual não atua apenas diante de situações concretas.

B) Correto

Tal assertiva reflete o inteiro teor do disposto do art. 71, VI, 'b', do CED, o qual estipula que "**compete aos Tribunais de Ética e Disciplina atuar como órgão mediador ou conciliador nas questões que envolvam partilha de honorários contratados em conjunto ou decorrentes de substabelecimento, bem como os que resultem de sucumbência, nas mesmas hipóteses**".

C) Errado

Dispõe o art. 71, VI, 'a", do Código de Ética e Disciplina da OAB que "**compete aos Tribunais de Ética e Disciplina** organizar, promover e **ministrar cursos**, palestras, seminários e outros eventos da mesma natureza **acerca da ética profissional do advogado** ou estabelecer parcerias com as Escolas de Advocacia, com o mesmo objetivo".

D) Errado

Nos termos do art. 72, § 3°, do CED, "**a Corregedoria-Geral do Processo Disciplinar**", e não o Tribunal de Ética e Disciplina, "**coordenará ações do Conselho Federal e dos Conselhos Seccionais voltadas para o objetivo de reduzir a ocorrência das infrações disciplinares mais frequentes**".

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

FILOSOFIA DO DIREITO

Questão 9

Costuma-se dizer que o ordenamento jurídico regula a própria produção normativa. Existem normas de comportamento ao lado de normas de estrutura... elas não regulam um comportamento, mas o modo de regular um comportamento...

BOBBIO, Norberto. Teoria do Ordenamento Jurídico. São Paulo: Polis; Brasília EdUnB, 1989.

A atuação de um advogado deve se dar com base no ordenamento jurídico. Por isso, não basta conhecer as leis; é preciso compreender o conceito e o funcionamento do ordenamento. Bobbio, em seu livro Teoria do Ordenamento Jurídico, afirma que a unidade do ordenamento jurídico é assegurada por suas fontes.
Assinale a opção que indica o fato que, para esse autor, interessa notar para uma teoria geral do ordenamento jurídico, em relação às fontes do Direito.

A) No mesmo momento em que se reconhece existirem atos ou fatos dos quais se faz depender a produção de normas jurídicas, reconhece-se que o ordenamento jurídico, além de regular o comportamento das pessoas, regula também o modo pelo qual se devem produzir as regras.
B) As fontes do Direito definem o ordenamento jurídico como um complexo de normas de comportamento referidas a uma dada sociedade e a um dado momento histórico, de forma que garante a vinculação entre interesse social e comportamento normatizado.
C) Como forma de institucionalização do direito positivo, as fontes do Direito definem o ordenamento jurídico exclusivamente em relação ao processo formal de sua criação, sem

levar em conta os elementos morais que poderiam definir uma norma como justa ou injusta.

D) As normas, uma vez definidas como jurídicas, são associadas num conjunto específico, chamado de direito positivo. Esse direito positivo é o que comumente chamamos de ordenamento jurídico. Portanto, a fonte do Direito que institui o Direito como ordenamento é a norma, anteriormente definida como jurídica.

Comentário:

A) Correto

Em sua obra "Teoria do Ordenamento Jurídico", Norberto Bobbio discorre acerca das fontes jurídicas (por ele intituladas como "fontes do direito"), as quais estão intrinsecamente associadas à formação e produção das normas componentes do ordenamento jurídico. Segundo ele, o ordenamento jurídico não somente regulamenta o comportamento dos indivíduos, mas também volta-se à compreensão da forma pela qual são produzidas tais normas, de modo que o próprio ordenamento é responsável pela formulação de suas normas jurídicas.

Para Bobbio, o ordenamento ultrapassa as normas fáticas voltadas aos cidadãos, uma vez que entende as normas de conduta como igualmente relevantes, classificando-as como de primeira instância – além da existência de normas imperativas da segunda instância, responsáveis pelos comandos destinados ao ato de comandar.

Entende-se, então, que Bobbio alega a existência das normas jurídicas caracterizadas como normas de estrutura, voltadas à regulamentação do modo de produção das regras e não focadas na conduta e comportamento dos cidadãos em si.

B) Errado

As fontes do direito, segundo Bobbio, relacionam-se à produção das normas dispostas no ordenamento jurídico, regulando o comportamento dos indivíduos que compõem a sociedade através da positivação destas condutas de comportamento.

C) Errado

Como pode ser visto em sua obra "Teoria do Ordenamento Jurídico", Bobbio entende que as normas dispostas no ordenamento jurídico ultrapassam os aspectos formais, voltando-se também aos aspectos morais através das intituladas "normas de conduta".

D) Errado

Norberto Bobbio, na obra Teoria do Ordenamento Jurídico, assegura que a unidade do ordenamento jurídico e sua positivação é dada pelas suas fontes, sendo ele o regulador da própria produção normativa.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina.

Questão 9

Mas a justiça não é a perfeição dos homens?

PLATÃO, A República. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993.

O conceito de justiça é o mais importante da Filosofia do Direito. Há uma antiga concepção segundo a qual justiça é dar a cada um o que lhe é devido. No entanto, Platão, em seu livro A República, faz uma crítica a tal concepção.
Assinale a opção que, conforme o livro citado, melhor explica a razão pela qual Platão realiza essa crítica.

A) Platão defende que justiça é apenas uma maneira de proteger o que é mais conveniente para o mais forte.
B) A justiça não deve ser considerada algo que seja entendido como virtude e sabedoria, mas uma decorrência da obediência à lei.
C) Essa ideia implicaria fazer bem ao amigo e mal ao inimigo, mas fazer o mal não produz perfeição, e a justiça é uma virtude que produz a perfeição humana.
D) Esse é um conceito decorrente exclusivamente da ideia de troca entre particulares, e, para Platão, o conceito de justiça diz respeito à convivência na cidade.

Comentário:

A) Errado

Platão não defende que a justiça é voltada à proteção dos mais fortes; ao contrário, entende que a justiça é voltada essencialmente ao bem da sociedade.

B) Errado

A justiça de Platão é uma virtude que leva à perfeição humana e, por isso, não pode ser entendida como apenas decorrente da lei.

C) Correto

Segundo Platão, a República teria como uma das suas principais características a justiça, demarcada como uma virtude que induz à perfeição humana. Nessa concepção, sabe-se que o conceito de justiça de Platão relaciona-se de forma direta à moralidade estatal, de modo que deve ser praticada não somente por cada cidadão, mas também pela República, na execução de suas funções voltada ao bem social.

D) Errado

A justiça Platônica não diz respeito essencialmente à convivência na cidade, mas sim à prática de ações praticadas pelo governo e pelos indivíduos voltadas ao bem social.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

O Estado Alfa promulgou, em 2018, a Lei Estadual X, concedendo unilateralmente isenção sobre o tributo incidente em operações relativas à circulação interestadual de mercadorias (ICMS) usadas como insumo pela indústria automobilística. O Estado Alfa, com isso, atraiu o interesse de diversas montadoras em ali se instalarem. A Lei Estadual X, no entanto, contraria norma da Constituição da República que dispõe caber a lei complementar regular a forma de concessão de incentivos, isenções e benefícios fiscais relativos ao ICMS, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal. Em razão da Lei Estadual X, o Estado Beta, conhecido polo automobilístico, sofrerá drásticas perdas em razão da redução na arrecadação tributária, com a evasão de indústrias e fábricas para o Estado Alfa. Diante do caso narrado, com base na ordem jurídicoconstitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

A) O Governador do Estado Beta não detém legitimidade ativa para a propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade em face da Lei Estadual X, uma vez que, em âmbito estadual, apenas a Mesa da Assembleia Legislativa do respectivo ente está no rol taxativo de legitimados previsto na Constituição.

B) A legitimidade do Governador do Estado Beta restringese à possibilidade de propor, perante o respectivo Tribunal de Justiça, representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual.

C) A legitimidade ativa do Governador para a Ação Direta de Inconstitucionalidade vincula-se ao objeto da ação, pelo que deve haver pertinência da norma impugnada com os objetivos do autor da ação; logo, não podem impugnar ato normativo oriundo de outro Estado da Federação.

D) O Governador do Estado Beta é legitimado ativo para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade em face da Lei Estadual X, a qual, mesmo sendo oriunda de ente federativo diverso, provoca evidentes reflexos na economia do Estado Beta.

Comentário:

A) Errado

O erro da alternativa encontra-se na afirmação de que não há legitimidade ativa para governador, enquanto o art. 103, V expressamente a prevê.

B) Errado

O erro da alternativa encontra-se na afirmação de que a legitimidade do Governador está restrita à atuação no Tribunal de Justiça, enquanto o art. 103 garante legitimidade do governador para atuar perante o STF por meio de ADI, comprovante relevante pertinência temática.

C) Errado

O erro da alternativa está na restrição do ajuizamento contra lei de outro Estado da federação, tendo em vista que o entendimento do STF é por admitir tal possibilidade.

D) Correto

Podemos responder a questão a partir do rol de legitimados para propositura de ADI, previsto no art. 103, da CF/88:

> Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)
>
> I - o Presidente da República;
> II - a Mesa do Senado Federal;
> III - a Mesa da Câmara dos Deputados;
> IV a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)
> **V - o Governador de Estado ou do Distrito Federal**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)
> VI - o Procurador-Geral da República;
> VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
> VIII - partido político com representação no Congresso Nacional;
> IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

Desta forma, o governador do Estado possui legitimidade para ajuizar ADI. Porém, por ser um legitimado especial, o governador do Estado deve provar pertinência temática, ou seja, a relação entre a norma impugnada, o pedido e a esfera de atribuição de sua função.

No caso concreto, a lei impugnada é de outro Estado, ou seja, o governador deve provar os impactos da lei supostamente inconstitucional para seu Estado.

Portanto, o Governador do Estado Beta é legitimado ativo para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade em face da Lei Estadual X, a qual, mesmo sendo oriunda de ente federativo diverso, provoca evidentes reflexos na economia do Estado Beta.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 12

O Deputado Federal X, defensor de posições políticas estatizantes, convencido de que seria muito lucrativo o fato de o Estado passar a explorar, ele próprio, atividades econômicas, pretende propor projeto de lei que viabilize a criação de diversas empresas públicas. Esses entes teriam, como único pressuposto para sua criação, a possibilidade de alcançar alto grau de rentabilidade. Com isso, seria legalmente inviável a criação de empresas públicas deficitárias. Antes de submeter o projeto de lei à Câmara, o Deputado Federal X consulta seus assistentes jurídicos, que, analisando a proposta, informam, corretamente, que seu projeto é

A) inconstitucional, pois a criação de empresas públicas, sendo ato estratégico da política nacional, é atribuição exclusiva do Presidente da República, que poderá concretizá-la por meio de decreto.

B) constitucional, muito embora deva o projeto de lei seguir o rito complementar, o que demandará a obtenção de um quórum de maioria absoluta em ambas as casas do Congresso Nacional.

C) inconstitucional, pois a exploração direta da atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária à segurança nacional ou caracterizado relevante interesse nacional.

D) constitucional, pois a Constituição Federal, ao estabelecer a livre concorrência entre seus princípios econômicos, não criou obstáculos à participação do Estado na exploração da atividade econômica.

Comentário:

A) Errado

Os atos de iniciativa do Presidente da República estão no rol do art. 84 da CF/88, dentre os quais não está previsto a criação de empresas públicas.

B) Errado

A Lei complementar apenas é utilizada quando houver expressa exigência constitucional. E a criação de empresa pública ocorre por processo legislativo de lei ordinária.

C) Correto

Consoante o art. 173, da CF/88 a exploração de atividade econômica do Estado apenas será permitida para fins de segurança nacional ou relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei. razão pela qual a propositura do deputado é inconstitucional.

> Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

Portanto, o projeto de lei do deputado é inconstitucional.

D) Errado

O erro da alternativa encontra-se na afirmativa de de que a CF/88 "não criou obstáculos" à participação do Estado na exploração da atividade econômica. O que encontra-se equivocado, tendo em vista o disposto no art. 173.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 13

Durval, cidadão brasileiro e engenheiro civil, desempenha trabalho voluntário na ONG Transparência, cujo principal objetivo é apurar a conformidade das contas públicas e expor eventuais irregularidades, apresentando reclamações e denúncias aos órgãos e entidades competentes. Ocorre que, durante o ano de 2018, a Secretaria de Obras do Estado Alfa deixou de divulgar em sua página da Internet informações referentes aos repasses de recursos financeiros, bem como foram omitidos os registros das despesas realizadas. Por essa razão, Durval compareceu ao referido órgão e protocolizou pedido de acesso a tais informações, devidamente especificadas. Em resposta à solicitação, foi comunicado que os dados requeridos são de natureza sigilosa, somente podendo ser disponibilizados mediante requisição do Ministério Público ou do Tribunal de Contas. A partir do enunciado proposto, com base na legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

A) A decisão está em desacordo com a ordem jurídica, pois os órgãos e entidades públicas têm o dever legal de promover, mesmo sem requerimento, a divulgação, em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral que produzam ou custodiem.

B) Assiste razão ao órgão público no que concerne tão somente ao sigilo das informações relativas aos repasses de recursos financeiros, sendo imprescindível a requisição do Ministério Público ou do Tribunal de Contas para acessar tais dados.

C) Assiste razão ao órgão público no que concerne tão somente ao sigilo das informações relativas aos registros das despesas realizadas, sendo imprescindível a requisição do Ministério Público ou do Tribunal de Contas para acessar tais dados.

D) Assiste razão ao órgão público no que concerne ao sigilo das informações postuladas, pois tais dados apenas poderiam ser pessoalmente postulados por Durval caso estivesse devidamente assistido por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

Comentário:

A) Certo

Consoante o art. 5º, XXXIII da CF/88, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Da mesma forma, dispõe o art. 48 e 48-A, da Lei Complementar 131/09:

> Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: **os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.**
> § 1o A transparência será assegurada também mediante:
> I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;
> II - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; e
> III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – **quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado**

II – **quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.**

Portanto, a decisão está em desacordo com a ordem jurídica, pois os órgãos e entidades públicas têm o dever legal de promover, mesmo sem requerimento, a divulgação, em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral que produzam ou custodiem.

B) Errado

O erro da alternativa está na restrição do acesso do cidadão ao condicionar a necessidade de prévia requisição do Ministério Público ou do Tribunal de Contas para acessar informações relativas aos repasses de recursos financeiros.

C) Errado

Aqui, ocorre o mesmo erro da alternativa "B".

D) Errado

A alternativa está errada, pois impõe condição inexistente de representação por advogado.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 14

O diretor da unidade prisional de segurança máxima ABC expede uma portaria vedando, no âmbito da referida entidade de internação coletiva, quaisquer práticas de cunho religioso direcionadas aos presos, apresentando, como motivo para tal ato, a necessidade de a Administração Pública ser laica. A partir da situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

A) A motivação do ato administrativo encontra-se equivocada, uma vez que o preâmbulo da Constituição da República de 1988 faz expressa menção à "proteção de Deus", também assegurando aos entes federados ampla liberdade para estabelecer e subvencionar os cultos religiosos e igrejas.

B) O ato expedido pelo diretor encontra plena correspondência com a ordem constitucional brasileira, a qual veda, aos entes federados, estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los ou firmar qualquer espécie de colaboração de interesse público.

C) A Constituição da República de 1988 dispõe que, nos termos da lei, é assegurada assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva, de modo que a portaria expedida pelo diretor viola um direito fundamental dos internos.

D) Inexiste incompatibilidade entre a portaria e a Constituição da República de 1988, uma vez que a liberdade religiosa apenas se apresenta no ensino confessional, ministrado, em caráter facultativo, nos estabelecimentos públicos e privados de ensino, não sendo tal direito extensível aos presos.

Comentário:

A) Errado

O erro da alternativa está na afirmação de que a CF/88 assegura aos entes federados ampla liberdade para estabelecer e subvencionar os cultos religiosos e igrejas, o que contraria o art. 19, I da CF/88.

B) Errado

O erro da alternativa está na afirmação de que a CF/88 veda colaboração de interesse público para fins de exercício de liberdade religiosa. Porém, o art. 19, I dispõe que não deve haver embaraço e a colaboração é incentivada para fins de interesse público, como é o caso da ressocialização de presos.

C) Certo

Consoante o art. 5º da CF/88:

> VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;
> **VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;**
> VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

Portanto, a alternativa reproduz fielmente o estabelecido em lei, sendo assegurada assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva, de modo que a portaria expedida pelo diretor viola um direito fundamental dos internos.

C) Errado

O erro da alternativa está na afirmação de que os presos não tem direito ao ensino confessional. Entretanto, o ensino, confessional ou não, é direito de todos, conforme art. 205 e seguintes.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 15

O senador João fora eleito Presidente do Senado Federal. Ao aproximar-se o fim do exercício integral do seu mandato bienal, começa a planejar seu futuro na referida casa legislativa. Ciente do prestígio que goza entre seus pares, discursa no plenário, anunciando a intenção de permanecer na função até o fim de seu mandato como senador, o que ocorrerá em quatro anos. Assim, para que tal desejo se materialize, será necessário que seja reeleito nos dois próximos pleitos (dois mandatos bienais). Sobre a intenção do senador, segundo o sistema jurídicoconstitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta.

A) Será possível, já que não há limites temporais para o exercício da presidência nas casas legislativas do Congresso Nacional.

B) Não será possivel, pois a Constituição proíbe a reeleição para esse mesmo cargo no período bienal imediatamente subsequente.

C) É parcialmente possível, pois, nos moldes da reeleição ao cargo de Presidente da República, ele poderá concorrer à reeleição uma única vez.

D) Não é possível, pois o exercício da referida presidência inviabiliza a possibilidade de, no futuro, vir a exercê-la novamente.

Comentário:

A) Errado

O erro da alternativa encontra-se na afirmação de que que "não há limites temporais" para o exercício da presidência nas casas legislativas do Congresso Nacional.

B) Correto

Consoante art. 14, §§ 5º e 7º, da CF/88:

> § 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos **poderão ser reeleitos para um único período subseqüente**.

Sendo a reeleição exceção à regra democrática de alternância em democracia representativa que somos, o rol do art. 14, §5º não admite ampliação, salvo para deputados, que podem ser reeleitos sem limites temporais previstos na CF/88.

Por fim, art. 46, §2º impõe ao Senado renovação a cada duas legislaturas seguidas (período de mandato do Senador) o que torna incompatível a reeleição para o período subsequente.

> Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
>
> § 1º Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.
>
> § 2º A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

C) Errado

Percebemos o erro da alternativa rapidamente, pois esta trata da reeleição do Presidente da República, quando o caso concreta trata do Presidente do Senado Federal.

D) Errado

O erro da alternativa está na afirmação de que o exercício da referida presidência inviabiliza a possibilidade de, no futuro, vir a exercê-la novamente.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 16

Em 2005, visando a conferir maior estabilidade e segurança jurídica à fiscalização das entidades dedicadas à pesquisa e à manipulação de material genético, o Congresso Nacional decidiu discipliná-las por meio da Lei Complementar X, embora a Constituição Federal não reserve a matéria a essa espécie normativa. Posteriormente, durante o ano de 2017, com os avanços tecnológicos e científicos na área, entrou em vigor a Lei Ordinária Y prevendo novos mecanismos fiscalizatórios a par dos anteriormente estabelecidos, bem como derrogando alguns artigos da Lei Complementar X. Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

A) A Lei Ordinária Y é formalmente inconstitucional, não podendo dispor sobre matéria já tratada por Lei Complementar, em razão da superioridade hierárquica desta em relação àquela.

B) Embora admissível a edição da Lei Ordinária Y tratando de novos mecanismos a par dos já existentes, a revogação de dispositivos da Lei Complementar X exigiria idêntica espécie normativa.

C) A Lei Complementar X está inquinada de vício formal, já que a edição dessa espécie normativa encontra-se vinculada às hipóteses taxativamente elencadas pela Constituição Federal de 1988.

D) A Lei Complementar X, por tratar de matéria a respeito da qual não se exige a referida espécie normativa, pode vir a ser revogada por Lei Ordinária posterior que verse sobre a mesma temática.

Comentário:

A) Errado

A alternativa encontra-se errada por afirmar haver superioridade hierárquica.

B) Errado

A alternativa encontra-se errada por afirmar haver necessidade de idêntica espécie normativa para fazer revogação.

C) Errado

A alternativa encontra-se errada por afirmar ser inconstitucional LC que veicule matéria que não lhe seja reservada.

D) Correto

Inicialmente, cumpre ressaltar que não há hierarquia normativa entre Lei Complementar e Lei Ordinária, pois ambas são espécies normativas primárias, consoante art. 59, da CF/88.

Neste diapasão, considerando que não há exigência constitucional de LC para este assunto, o STF entende que as matérias não reservadas expressamente à Lei Complementar e a nenhuma outra espécie normativa que eventualmente forem disciplinadas por LC, podem ser alteradas por Lei Ordinária. (RE419.629; RE377.457; RE382.964)

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Jurisprudência

Questão 17

O Município X, visando à interligação de duas importantes zonas da cidade, após o regular procedimento licitatório, efetua a contratação de uma concessionária que ficaria responsável pela construção e administração da via. Ocorre que, em análise do projeto básico do empreendimento, constatou-se que a rodovia passaria em área de preservação ambiental e ensejaria graves danos ao ecossistema local. Com isso, antes mesmo de se iniciarem as obras, Arnaldo, cidadão brasileiro e vereador no exercício do mandato no Município X, constitui advogado e ingressa com Ação Popular postulando a anulação da concessão. Com base na legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

A) A Ação Popular proposta por Arnaldo não se revela adequada ao fim de impedir a obra potencialmente lesiva ao meio ambiente.

B) A atuação de Arnaldo, na qualidade de cidadão, é subsidiária, sendo necessária a demonstração de inércia por parte do Ministério Público.

C) A ação popular, ao lado dos demais instrumentos de tutela coletiva, é adequada à anulação de atos lesivos ao meio ambiente, mas Arnaldo não precisaria constituir advogado para ajuizá-la.

D) Caso Arnaldo desista da Ação Popular, o Ministério Público ou qualquer cidadão que esteja no gozo de seus direitos políticos poderá prosseguir com a demanda.

Comentário:

A) Errado

Consoante art. 5º, LXXIII, o meio ambiente é sim matéria que pode ser veiculada em Ação Popular.

B) Errado

Consoante o art. 1º, §3º da Lei 4717/65, o cidadão é parte legítima para ajuizar Ação Popular, não dependendo do MP nem outro órgão para compor o polo ativo. Por não haver expressa dispensa da figura do advogado, é necessária sua representação, conforme art. 133, do CPC.

C) Errado

O erro da alternativa encontra-se na afirmação de que Arnaldo não precisaria constituir advogado para ajuizá-la.

D) Correto

De acordo com o art. 9º da Lei 4717/65, se o autor desistir da ação ou der motiva à absolvição da instância, serão publicados editais nos prazos e condições previstos no art. 7º, inciso II, estando assegurado a qualquer cidadão, bem como ao representante do Ministério Público, dentro do prazo de 90 (noventa) dias da última publicação feita, promover o prosseguimento da ação.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITOS HUMANOS

Questão 18

Uma Organização de Direitos Humanos afirma estar tramitando, no Congresso Nacional, um Projeto de Lei propondo que o trabalhador tenha direito a férias, mas que seja possível que o empregador determine a não remuneração dessas férias. No mesmo Projeto de Lei, fica estipulado que, nos feriados nacionais, não haverá remuneração.

A Organização procura você, como advogado(a), para redigir um parecer quanto a um eventual controle de convencionalidade, caso esse projeto seja transformado em lei.

Assim, com base no Protocolo Adicional à Convenção Americana Sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – Protocolo de San Salvador –, assinale a opção que apresenta seu parecer sobre o fato apresentado.

A) O Brasil, embora tenha ratificado a Convenção Americana de Direitos Humanos, não é signatário do Protocolo Adicional à Convenção Americana Sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – Protocolo de San Salvador. Portanto, independentemente do que disponha esse Protocolo, ele não configura uma base jurídica que permita fazer um controle de convencionalidade.

B) Tanto o direito a férias remuneradas quanto o direito à remuneração nos feriados nacionais estão presentes no Protocolo de San Salvador. Considerando que o Brasil é signatário desse Protocolo, caso o Projeto de Lei venha a ser convertido em Lei pelo Congresso Nacional, é possível submetê-lo ao controle de convencionalidade, com base no Protocolo de San Salvador.

C) A despeito de as férias remuneradas e a remuneração nos feriados nacionais estarem previstos no Protocolo de San Salvador, não é possível fazer o controle de convencionalidade caso o Projeto de Lei seja aprovado, porque se trata apenas de um Protocolo, e, como tal, não possui força de Convenção como é o caso da Convenção Americana Sobre Direitos Humanos.

D) Se o Projeto de Lei for aprovado, não será possível submetê-lo a um controle de convencionalidade com base no Protocolo de San Salvador, porque os direitos em questão não estão previstos no referido Protocolo, que sequer trata de condições justas, equitativas e satisfatórias de trabalho.

Comentário:

A) Errado

Contrariamente ao que propõe a alternativa, o Brasil é, sim, signatário do Protocolo de San Salvador, sendo passível de submissão ao controle de convencionalidade.

B) Correto

Primeiramente, cabe observar o artigo 7º do Protocolo de San Salvador, o qual dispõe:

> Art. 7. Condições justas, equitativas e satisfatórias de trabalho - os Estados Partes neste Protocolo reconhecem que o direito ao trabalho, a que se refere o artigo anterior, pressupõe que toda pessoa goze do mesmo em condições justas, equitativas e satisfatórias, para o que esses Estados garantirão em suas legislações, de maneira particular:
> h. Repouso, gozo do tempo livre, férias remuneradas, bem como remuneração nos feriados nacionais.

A partir da análise do dispositivo, pode-se entender que o direito a férias remuneradas e à remuneração nos feriados nacionais - que, de acordo com o enunciado, estão sob risco de negativa pelo Projeto de Lei em questão - estão ambos presentes no Protocolo de San Salvador.

Enquanto signatário do Protocolo, na hipótese do Projeto de Lei ser aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro, cabe submissão do Projeto ao controle de convencionalidade, tendo em vista que o Protocolo caracteriza-se como norma internalizada através do Decreto nº 3.321/1999.

C) Errado

Uma vez que o Pacto de San Salvador foi internalizado no ordenamento jurídico brasileiro com o Decreto nº 3.321/99 e o Brasil sendo signatário do Protocolo, cabe controle de convencionalidade.

D) Errado

Contrariamente ao que foi dito na alternativa, os referidos direitos estão dispostos no Protocolo de San Salvador, salvaguardados no art. 7º, inciso *h.*

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca.

Questão 19

No âmbito dos sistemas internacionais de proteção dos Direitos Humanos, existem hoje três sistemas regionais: africano, (inter)americano e europeu. Existem semelhanças e diferenças entre esses sistemas.

Assinale a opção que corretamente expressa uma grande diferença entre o sistema (inter)americano e o europeu.

A) O sistema europeu foi instituído a partir da Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, de 1950, e já está em pleno funcionamento. Já o sistema (inter)americano foi instituído pela Convenção Americana Sobre Direitos Humanos, de 1998, e ainda não está em pleno funcionamento.

B) O sistema (inter)americano conta com uma Comissão Interamericana de Direitos Humanos, mas não possui uma Corte ou Tribunal. Já o sistema europeu possui um Tribunal, mas não possui uma Comissão de Direitos Humanos.

C) O sistema europeu é baseado em um Conselho de Ministros e admite denúncias de violações de direitos humanos que sejam feitas pelos Estados-partes da Convenção, mas não admite petições individuais. Já o sistema (inter)americano não possui o Conselho de Ministros e admite petições individuais.

D) O sistema (inter)americano possui uma Comissão e uma Corte para conhecer de assuntos relacionados ao cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados-partes na Convenção Americana Sobre Direitos Humanos. Já o sistema europeu não possui uma Comissão com as mesmas funções que a Comissão Interamericana, mas um Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, que é efetivo e permanente.

Comentário:

A) Errado

Tanto o sistema europeu como o (inter)americano encontram-se em pleno funcionamento, tendo o sistema europeu sido instituído com base na Convenção Europeia de Direitos Humanos.

B) Errado

O sistema (inter)americano possui, sim, uma Corte, denominada Corte Interamericana de Direitos Humanos.

C) Errado

O sistema europeu não tem por base um Conselho de Ministros.

D) Correto

É possível afirmar, primeiramente, que o sistema (inter)americano apresenta uma Comissão – a qual é principalmente responsável pela defesa dos direitos humanos e por atuar como entidade consultora da OEA neste âmbito – e a Corte Interamericana – que, por sua vez, caracteriza-se como um dos 3 Tribunais voltados à proteção dos Direitos Humanos e verificação do cumprimento, por parte dos Estados signatários, dos compromissos assumidos na Convenção, sendo os outros dois Tribunais a Corte Africana de Direitos Humanos e dos Povos e a Corte Europeia de Direitos Humanos.

O sistema europeu, por sua vez, possui o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, de caráter permanente, voltado à proteção e salvaguarda da Convenção Europeia de Direitos Humanos - não detendo uma Comissão em padrões similares à Comissão Interamericana. Além disso, tem-se também a Corte Europeia de Direitos Humanos (CEDH), sustentada pelo Protocolo nº 11 (1994/1998), que atua como aparato do judiciário do Conselho da Europa (CE).

O sistema Africano, por fim, pauta-se principalmente na Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, apresentando as próprias diretrizes quanto aos direitos humanos, abarcando não só direitos civis e políticos, mas também direitos sociais,

culturais, ambientais, econômicos e dos povos, bem como os deveres individuais perante o Estado e a coletividade.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina.

DIREITO INTERNACIONAL

Questão 20

A cláusula arbitral de um contrato de fornecimento de óleo cru, entre uma empresa brasileira e uma empresa norueguesa, estabelece que todas as controvérsias entre as partes serão resolvidas por arbitragem, segundo as regras da Câmara de Comércio Internacional - CCI.

Na negociação, a empresa norueguesa concordou que a sede da arbitragem fosse o Brasil, muito embora o idioma escolhido fosse o inglês. Como contrapartida, incluiu, entre as controvérsias a serem decididas por arbitragem, a determinação da responsabilidade por danos ambientais resultantes do manuseio e descarga no terminal.

Na eventualidade de ser instaurada uma arbitragem solicitando indenização por danos de um acidente ambiental, o Tribunal Arbitral a ser constituído no Brasil

A) tem competência para determinar a responsabilidade pelo dano, em respeito à autonomia da vontade consagrada na Lei Brasileira de Arbitragem.

B) deverá declinar de sua competência, por não ser matéria arbitrável.

C) deverá proferir o laudo em português, para que seja passível de execução no Brasil.

D) não poderá decidir a questão, porque a cláusula arbitral é nula.

Comentário:

QUESTÃO ANULADA

Questão 21

João da Silva prestou serviços de consultoria diretamente ao Comitê Olímpico Internacional (COI), entidade com sede na Suíça, por ocasião dos Jogos Olímpicos realizados no Rio de Janeiro, em 2016. Até o presente momento, João não recebeu integralmente os valores devidos.

Na hipótese de recorrer a uma cobrança judicial, o pedido deve ser feito

A) na justiça federal, pois o COI é uma organização internacional estatal.

B) na justiça estadual, pois o COI não é um organismo de direito público externo.

C) por auxílio direto, intermediado pelo Ministério Público, nos termos do tratado Brasil-Suíça.

D) na justiça federal, por se tratar de uma organização internacional com sede no exterior.

Comentário:

Cabe destacar o artigo 109 da Constituição Federal brasileira, o qual dispõe:

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

II - as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País;

Além disso, é importante atentar para a natureza jurídica das instituições apresentadas no enunciado, FIFA e COI, as quais caracterizam-se como associações sem fins lucrativos, de direito privado e com sede fora do território nacional. Observados estes aspectos, é possível inferir que tais instituições não podem ser

enquadradas na hipótese do art. 109 da CF – estando, consequentemente, fora da competência federal fixada pelo dispositivo.

A) Errado

O COI, contrariamente ao que se alega na afirmativa, não é uma organização internacional estatal, mas sim uma associação de direito privado sem fins lucrativos. Desse modo, o pedido não pode ser feito na justiça federal.

B) Correto

Uma vez que o COI não é uma organização internacional estatal, mas sim uma associação de direito privado sem fins lucrativos, com sede fora do território brasileiro, de modo que não se encontra na competência federal. Deve-se fazer o pedido, então, na justiça estadual.

C) Errado

Entende-se que o auxílio direto não se configura como mecanismo de solução judicial de conflitos, sendo ele voltado às medidas de cooperação jurídica direta e, por isso, solicitado de modo direto, e não por carta rogatória.

Observa-se o artigo 28 do Código de Processo Civil, o qual dispõe que "cabe auxílio direto quando a medida não decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira a ser submetida a juízo de delibação no Brasil".

D) Errado

O pedido deve ser feito na justiça estadual, visto que o COI caracteriza-se como associação de direito privado sem fins lucrativos e, por tal motivo, está fora da competência federal.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 22

A sociedade empresária ABC, concessionária de serviço de transporte público coletivo de passageiros, opera a linha de ônibus 123, que inicia seu trajeto no Município X e completa seu percurso no Município Y, ambos localizados no Estado Z.

Sobre a prestação onerosa desse serviço de transporte, deve incidir

A) o ISS, a ser recolhido para o Município X.
B) o ISS, a ser recolhido para o Município Y.
C) o ICMS, a ser cobrado de forma conjunta pelo Município X e o Município Y.
D) o ICMS, a ser recolhido para o Estado em que se localizam o Município X e o Município Y.

Comentário:

A) Errado

O imposto a ser recolhido é o ICMS, de competência estadual.

B) Errado

Segue o mesmo raciocínio da alternativa anterior.

C) Errado

O ICMS é um imposto estadual, não podendo ser recolhido pelos municípios Xe Y.

D) Correto

Para responder essa questão o candidato precisa conhecer o fato gerador do ICMS sobre transportes.

"CF88 Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

(...)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;"

O ICMS é um imposto estadual previsto no art. 155, II, CF, e tem como fato gerador a circulação de mercadoria, serviço de comunicação e serviço de transporte interestadual e intermunicipal. Assim, o transporte entre municípios no mesmo Estado implica em serviço intermunicipal, o que assegura ao Estado onde estão localizados os Municípios X e Y a recolherem o ICMS.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 23

João da Silva, servidor da Administração Tributária do Município Y, recebeu propina de José Pereira, adquirente de um imóvel, para, em conluio com este, emitir uma certidão que atestava falsamente a quitação de débito do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) incidente sobre a transferência de propriedade. A certidão seria apresentada ao tabelião para lavrar-se a escritura pública de compra e venda imobiliária e para posterior registro.

Considerando-se que, nesse Município, o contribuinte de ITBI é o adquirente de imóvel, assinale a afirmativa correta.

A) O servidor João da Silva poderá ser responsabilizado funcional e criminalmente por esse ato, mas a dívida tributária somente poderá ser cobrada de José Pereira, o único que é parte na relação jurídico-tributária com o Município credor.
B) O servidor João da Silva poderá ser responsabilizado pessoalmente pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos.
C) O tabelião poderá ser o único responsabilizado pela dívida tributária e juros de mora acrescidos, por ter lavrado a escritura pública sem averiguar, junto ao Fisco Municipal, a veracidade das informações da certidão apresentada.
D) Caso seja aplicada multa tributária punitiva contra José Pereira, este poderá exigir do Fisco que 50% do valor da multa seja cobrado do servidor João da Silva.

Comentário:

A) Errado

Existe sim a previsão no CTN para a responsabilidade tributária do servidor nessa situação.

B) Correto

Para responder essa questão o candidato precisa conhecer a responsabilidade de servidores públicos na emissão de certidão fiscal.

"CTN: Art. 208 A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos. Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber."

Nos termos do art. 208, CTN, quando uma certidão negativa é expedida com dolo ou fraude, o servidor se torna pessoalmente responsável pelo crédito tributário.

C) Errado

Não existe responsabilidade do tabelião, pois este não é obrigado a verificar a veracidade da certidão, podendo apenas exigi-la no ato de registro da escritura.

D) Errado

Não existe nenhuma previsão nesse sentido.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 24

Maria dos Santos, querendo constituir hipoteca sobre imóvel de sua propriedade em garantia de empréstimo bancário a ser por ela contraído, vai a um tabelionato para lavrar a escritura pública da referida garantia real. Ali, é informada que o Município Z, onde se situa o bem, cobra o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) sobre a constituição de direitos reais de garantia.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

A) É possível tal cobrança, pois a constituição de direito real de garantia sobre bens imóveis, por ato inter vivos, é uma das hipóteses de incidência do ITBI.

B) O contribuinte do ITBI, nesse caso, não seria Maria dos Santos, mas sim a instituição bancária em favor de quem a garantia real será constituída.

C) O tabelião atua como responsável por substituição tributária, recolhendo, no lugar do contribuinte, o ITBI devido em favor do Município Z nessa constituição de direitos reais de garantia.

D) Não é possível exigir ITBI sobre direitos reais de garantia sobre imóveis

---

Comentário:

A) Errado

Não está incluso na hipótese de incidência do ITBI, os Direitos Reais de Garantia.

B) Errado

Não existe incidência de ITBI neste caso.

C) Errado

Não existe incidência de ITBI neste caso.

D) Correto

Nos termos do art. 156, II, CF, o ITBI incide na transmissão onerosas de direitos reais sobre imóveis, exceto nos de garantia.

CF88

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

(...)

II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 25

Uma sociedade empresária em recuperação judicial requereu, perante a Secretaria Estadual de Fazenda do Estado X, o parcelamento de suas dívidas tributárias estaduais. O Estado X dispunha de uma lei geral de parcelamento tributário, mas não de uma lei específica para parcelamento de débitos tributários de devedor em recuperação judicial.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

A) O parcelamento não pode ser concedido caso inexista lei específica estadual que disponha sobre as condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial.

B) O prazo de parcelamento a ser concedido ao devedor em recuperação judicial quanto a tais débitos para com o Estado X não pode ser inferior ao concedido por lei federal específica de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial.

C) O parcelamento do crédito tributário exclui a incidência de juros, em regra, no caso de devedor em recuperação judicial.

D) O parcelamento do crédito tributário exclui a incidência de multas, em regra, no caso de devedor em recuperação judicial.

Comentário:

A) Errado

No CTN existe a previsão de uma regra de subsidiariedade nos casos em que inexistir lei específica estadual que regule o parcelamento da recuperação judicial.

B) Correto

Nos termos do art. 155-A, §3º, CTN, deve ser editada lei específica sobre condições de parcelamento dos créditos tributários de devedor em recuperação judicial. Contudo, o §3º do dispositivo afirma que a inexistência da lei específica importa na aplicação das leis gerais de parcelamento do ente federativo, não podendo ter prazo inferior à lei federal específica.

CTN

Art. 155-A. O parcelamento será concedido na forma e condição estabelecidas em lei específica.

(...)

§ 3o Lei específica disporá sobre as condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial.

C) Errado

O parcelamento é causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributária, e não de exclusão.

D) Errado

Em regra o parcelamento não exclui a incidência de juros e multas.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 26

Uma lei ordinária federal tratava de direitos do beneficiário de pensão previdenciária e também previa norma que ampliava, para 10 anos, o prazo decadencial para o lançamento dos créditos tributários referentes a uma contribuição previdenciária federal.

A respeito da ampliação de prazo, assinale a afirmativa correta.

A) É inválida, pois, em razão do caráter nacional das contribuições previdenciárias federais, somente poderia ser veiculada por Resolução do Senado Federal.
B) É inválida, pois somente poderia ser veiculada por Lei Complementar.
C) É válida, pois o CTN prevê a possibilidade de que o prazo geral de 5 anos, nele previsto para a Fazenda Pública constituir o crédito tributário, seja ampliado por meio de Lei Ordinária Específica.
D) É válida, por existir expressa previsão constitucional, específica para contribuições de seguridade social, autorizando a alteração de prazo de constituição do crédito tributário por Lei Ordinária.

Comentário:

A) Errado

Pois a decadência é uma matéria de norma geral do Direito Tributário, que deve ser produzida por lei complementar.

B) Correto

Para responder essa questão o candidato precisa conhecer a matéria tributária que deve ser introduzida por lei complementar.

CF88

Art. 146. Cabe à lei complementar:

(...)

III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

(...)

Súmula Vinculante 8 - STF

São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/1991, que tratam da prescrição e decadência do crédito tributário.

Obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;

Nos termos do art. 146, III, b, CF, cabe à lei complementar estabelecer normas gerais de direito tributário, especialmente em relação à prescrição. Esse entendimento foi confirmado pelo STF, com o julgamento da Súmula Vinculante nº 8, que declarou inconstitucional ampliação do prazo decadencial por via de lei ordinária.

C) Errado

Não há essa previsão no CTN.

D) Errado

Não há previsão nesse sentido na CF.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 27

Luciana, imbuída de má-fé, falsificou documentos com a finalidade de se passar por filha de Astolfo (recentemente falecido, com quem ela não tinha qualquer parentesco), movida pela intenção de obter pensão por morte do pretenso pai, que era servidor público federal. Para tanto, apresentou os aludidos documentos forjados e logrou a concessão do benefício junto ao órgão de origem, em março de 2011, com registro no Tribunal de Contas da União, em julho de 2014. Contudo, em setembro de 2018, a administração verificou a fraude, por meio de processo administrativo em que ficou comprovada a má-fé de Luciana, após o devido processo legal. Sobre essa situação hipotética, no que concerne ao exercício da autotutela, assinale a afirmativa correta.

A) A administração tem o poder-dever de anular a concessão do benefício diante da má-fé de Luciana, pois não ocorreu a decadência.

B) O transcurso do prazo de mais de cinco anos da concessão da pensão junto ao órgão de origem importa na decadência do poder-dever da administração de anular a concessão do benefício.

C) O controle realizado pelo Tribunal de Contas por meio do registro sana o vício do ato administrativo, de modo que a administração não mais pode exercer a autotutela.

D) Ocorreu a prescrição do poder-dever da administração de anular a concessão do benefício, na medida em que transcorrido o prazo de três anos do registro perante o Tribunal de Contas.

Comentário:

A) Correto

Conforme art. 54, da Lei 9.784/99, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, **salvo comprovada má-fé.**"
Ou seja, havendo comprovada má-fé do beneficiário, o Poder Público poderá, a qualquer tempo, rever o ato inválido, exercendo o poder de autotutela administrativa.
Outra pegadinha trazida pela questão, é o fato de que os atos de concessão de aposentadorias e pensões são, de acordo com majoritário entendimento doutrinário e jurisprudencial, de natureza complexa, de maneira que somente se aperfeiçoam com o registro do ato concessivo após exame de legalidade efetivado pelo Tribunal de Contas da União, conforme dispõe o art. 71, III, da CF/88. Sendo a partir desse momento, que o ato se torna perfeito, iniciando o prazo decadencial.

Por isso, considerando que o registro perante o TCU teria ocorrido em julho de 2014, em setembro de 2018, quando constatada a fraude, após devido processo legal, não teria ainda escoado o prazo decadencial de 5 anos.
Portanto, A administração tem o poder-dever de anular a concessão do benefício diante da má-fé de Luciana, pois não ocorreu a decadência.

B) Errado

Conforme já explicado, havendo má-fé, não é aplicado o prazo decadencial de 5 anos. Da mesma forma, por se tratar de um ato administrativo complexo, seu início deveria ser contado do registro da concessão do benefício pelo TCU, e não do ato concessivo praticado pelo órgão de origem.

C) Errado

De forma alguma, diante de casos de má-fé, a Administração tem o direito de exercer a autotutela em qualquer tempo.

D) Errado

Conseguimos excluir a questão logo no início, por referir-se à prescrição e não decadência.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 28

O Ministério Público ajuizou ação civil pública por improbidade em desfavor de Felipe dos Santos, servidor público federal estável, com fulcro no Art. 10, inciso IV, da Lei nº 8429/92. O servidor teria facilitado a alienação de bens públicos a certa sociedade empresária, alienação essa que, efetivamente, causou lesão ao erário, sendo certo que, nos autos do processo, restou demonstrado que o agente público não agiu com dolo, mas com culpa. Com base na hipótese apresentada, assinale a opção que está em consonância com a legislação de regência.

A) Felipe não pode sofrer as sanções da lei de improbidade, pois todas as hipóteses capituladas na lei exigem o dolo específico para a sua caracterização.

B) É passível a caracterização da prática de ato de improbidade administrativa por Felipe, pois a modalidade culposa é admitida para a conduta a ele imputada.

C) Não é cabível a caracterização de ato de improbidade por Felipe, na medida em que apenas os atos que atentam contra os princípios da Administração Pública admitem a modalidade culposa.

D) Felipe não praticou ato de improbidade, pois apenas os atos que importam em enriquecimento ilícito admitem a modalidade culposa.

Comentário:

A) Errado

Os atos de improbidade causadores de lesão ao erário admitem a modalidade culposa, consoante o disposto no art. 10, caput, da Lei 8.429/92:

"Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa **ou culposa**, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:"

B) Correto

A conduta do servidor está evidentemente caracterizada no art. 10, IV, da Lei 8.429/92, *in verbis*:

IV - permitir ou **facilitar a alienação**, permuta ou locação **de bem integrante do patrimônio de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta lei**, ou ainda a prestação de serviço por parte delas, **por preço inferior ao de mercado**.

C) Errado

Os atos que atentam contra os princípios da Administração Pública admitem apenas a modalidade dolosa.

D) Errado

Conforme já explicado, o servidor cometeu sim ato de improbidade administrativa, conforme no art. 10, IV, da Lei nº 8.429/92.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 29

O poder público, com fundamento na Lei nº 8.987/1995, pretende conceder à iniciativa privada uma rodovia que liga dois grandes centros urbanos. O edital, publicado em maio de 2018, previu a duplicação das pistas e a obrigação de o futuro concessionário desapropriar os terrenos necessários à ampliação. Por se tratar de projeto antigo, o poder concedente já havia declarado, em janeiro de 2011, a utilidade pública das áreas a serem desapropriadas no âmbito do futuro contrato de concessão. Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) O ônus das desapropriações necessárias à duplicação da rodovia não pode ser do futuro concessionário, mas sim do poder concedente.

B) O poder concedente e o concessionário só poderão adentrar os terrenos necessários à ampliação da rodovia após a conclusão do processo de desapropriação.

C) O decreto que reconheceu a utilidade pública dos terrenos caducou, sendo necessária a expedição de nova declaração.

D) A declaração de utilidade pública pode ser emitida tanto pelo poder concedente quanto pelo concessionário.

Comentário:

A) Errado

A alternativa está incorreta, pois, conforme o artigo 31, VI, da Lei nº 8987/95, "Incumbe à concessionária: (...) VI - promover as desapropriações e constituir servidões autorizadas pelo poder concedente, conforme previsto no edital e no contrato (...)"

B) Errado

A letra "B" também deve ser eliminada, pois não é necessário aguardar o término do processo de desapropriação, já que "Se o expropriante alegar urgência e depositar quantia arbitrada de conformidade com o art. 685 do Código de Processo

Civil, o juiz mandará imití-lo provisoriamente na posse dos bens" (art. 15, Decreto-lei 3.365/41).

C) Correto

A assertiva "C", por sua vez, está correta, pois, diante do transcurso de 7 anos, o decreto, de fato, caducou, segundo os ditames do artigo 10 do Decreto-lei 3.365/41, o qual preleciona que "A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de cinco anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará".

D) Errado

Por fim a alternativa "D" está equivocada, já que as concessionárias não possuem competência declaratória, apenas executória, conforme a redação do artigo 3º do Decreto-lei 3.365/41, pelo qual "Os concessionários de serviços públicos e os estabelecimentos de caráter público ou que exerçam funções delegadas de poder público poderão promover desapropriações mediante autorização expressa, constante de lei ou contrato".

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 30

Determinado jornal publicou a notícia de que, nos últimos dez anos, a mesma empreiteira (sociedade empresária Beta) venceu todas as grandes licitações promovidas pelo Ministério Alfa. A sociedade empresária Beta, ciente do risco de serem descobertos os pagamentos sistemáticos de propina a servidores públicos em troca de vantagens competitivas, resolve procurar as autoridades competentes para propor a celebração de acordo de leniência. Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) É requisito do acordo de leniência o compromisso da sociedade empresária de fazer cessar seu envolvimento na irregularidade investigada, qual seja, o pagamento de propina a servidores públicos em troca das vantagens competitivas.

B) A assinatura do acordo de leniência está condicionada à efetiva colaboração da sociedade empresária na elucidação dos fatos, mas a pessoa jurídica não precisa indicar os agentes públicos recebedores da propina.

C) Para premiar a colaboração da sociedade empresária Beta, o poder público pode isentá-la do pagamento de multa pela prática de atos lesivos à Administração Pública.

D) A proposta e os termos do acordo propriamente dito são sempre sigilosos, medida necessária para impedir que outras instituições públicas venham a utilizar as informações em prejuízo da sociedade empresária leniente.

Comentário:

A) Correto

Correta a alternativa "A", posto que perfeitamente condizente com o artigo 16, §1º, da Lei nº 12.846/2013, o qual elenca como requisitos para a celebração do acordo de leniência o compromisso da sociedade empresária de fazer cessar seu envolvimento na irregularidade investigada.

B) Errado

Incorreta a letra "B", pois a pessoa jurídica precisa contribuir para a identificação dos demais envolvidos na infração, conforme determinação do artigo 16, I, da Lei nº 12.846/2013.

C) Errado

Igualmente incorreta a letra "C", pois a isenção do pagamento de multa pela prática de atos lesivos à Administração é inviável, o artigo 16, §2º, da Lei nº 12.846/2013 apenas autoriza a redução em até 2/3 (dois terços) o valor da multa aplicável.

D) Errado

A assertiva "D" está equivocada, pois "A proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a efetivação do respectivo acordo, salvo no interesse das investigações e do processo administrativo" (artigo 16, §6º, da Lei nº 12.846/2013).

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 31

O Município Alfa planeja estabelecer uma parceria público-privada para a construção e operação do metrô, cujo contrato terá vigência de trinta e cinco anos. Como a receita com a venda das passagens é inferior ao custo de implantação/operação do serviço, o ente local aportará recursos como complementação da remuneração do parceiro privado. Sobre a questão, assinale a afirmativa correta.

A) Como o parceiro privado será remunerado pela tarifa do serviço de transporte e por uma contrapartida do poder público, a concessão será celebrada na modalidade administrativa.

B) A contrapartida do parceiro público somente pode se dar em dinheiro, não sendo permitido qualquer outro mecanismo, a exemplo da outorga de direitos em face da Administração Pública.

C) A vigência do futuro contrato é adequada, mas, por se tratar de negócio com duração de trinta e cinco anos, não poderá haver prorrogação contratual.

D) Independentemente da proporção da contrapartida do parceiro público frente ao total da receita auferida pelo parceiro privado, não haverá necessidade de autorização legislativa específica.

Comentário:

A) Errado

O erro da questão reside na nomenclatura dada à concessão, posto que o correto seria concessão patrocinada, não administrativa, já que envolve, "adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado" (artigo 2º, §2º, Lei nº 11.079/2004).

B) Errado

A letra "B" está incorreta, pois são permitidos outros mecanismos para contraprestação, elencados no artigo 6º da Lei nº 11.079/2004, como ordem bancária,

cessão de créditos não tributários, outorga de direitos em face da Administração Pública, outorga de direitos sobre bens públicos dominicais e outros meios admitidos em lei.

C) Correto

Já a alternativa "C" está perfeitamente condizente com a redação do artigo 5º, I, da Lei nº 11.079/2004, que dispõe que "o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco), nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação".

D) Errado

Por fim, também incorreta a letra "D", por afastar de forma definitiva a necessidade de autorização legislativa específica, enquanto o artigo 10, §3º, da Lei nº 11.079/2004 dispõe que "As concessões patrocinadas em que mais de 70% (setenta por cento) da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa específica".

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 32

Virgílio é proprietário de um imóvel cuja fachada foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, autarquia federal, após o devido processo administrativo, diante de seu relevante valor histórico e cultural. O logradouro em que o imóvel está localizado foi assolado por fortes chuvas, que comprometeram a estrutura da edificação, a qual passou a apresentar riscos de desabamento. Em razão disso, Virgílio notificou o Poder Público e comprovou não ter condições financeiras para arcar com os custos da respectiva obra de recuperação. Certo de que a comunicação foi recebida pela autoridade competente, que atestou a efetiva necessidade da realização de obras emergenciais, Virgílio procurou você, como advogado(a), para, mediante orientação jurídica adequada, evitar a imposição de sanção pelo Poder Público. Sobre a hipótese apresentada, assinale a opção que apresenta a orientação correta.

A) Virgílio poderá demolir o imóvel.

B) A autoridade competente deve mandar executar a recuperação da fachada tombada, às expensas da União.

C) Somente Virgílio é obrigado a arcar com os custos de recuperação do imóvel.

D) As obras necessárias deverão ser realizadas por Virgílio, independentemente de autorização especial da autoridade competente.

Comentário:

A) Errado

A primeira alternativa está incorreta, pois, conforme o artigo 17 do Decreto-lei 25/37, "As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado".

B) Correto

A letra "B", por sua vez", está perfeitamente condizente com o artigo 19, §3º, do Decreto-lei 25/37, o qual preceitua que "Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário".

C) Errado

Por outro lado, a alternativa "C" está incorreta, pois, como dito acima, o artigo 19, §3º, do Decreto-lei 25/37 autoriza que as obras de reparação sejam concretizadas às expensas da União. Assim, não apenas Virgílio é obrigado a arcar com os custos de recuperação do imóvel.

D) Errado

Também incorreta a assertiva "D", pois vai de encontro ao que preceitua o artigo 17 do Decreto-lei 25/37, acima transcrito, o qual elucida que a autorização especial prévia do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é necessária.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO AMBIENTAL

Questão 33

Em decorrência de grave dano ambiental em uma Unidade de Conservação, devido ao rompimento de barragem de contenção de sedimentos minerais, a Defensoria Pública estadual ingressa com Ação Civil Pública em face do causador do dano.

Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta:

A) A Ação Civil Pública não deve prosseguir, uma vez que a Defensoria Pública não é legitimada a propor a referida ação judicial.
B) A Defensoria Pública pode pedir a recomposição do meio ambiente cumulativamente ao pedido de indenizar, sem que isso configure bis in idem.
C) Tendo em vista que a conduta configura crime ambiental, a ação penal deve anteceder a Ação Civil Pública, vinculando o resultado desta.
D) A Ação Civil Pública não deve prosseguir, uma vez que apenas o IBAMA possui competência para propor Ação Civil Pública quando o dano ambiental é causado em Unidade de Conservação.

Comentário:

A Lei 7.347/85 disciplina a Ação Civil Pública, ou seja, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados ao consumidor, aos bens artísticos e, dentre outros, o meio ambiente. Observa-se o artigo 5º do referido dispositivo:

> Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:
>
> I - o Ministério Público;
>
> II - a Defensoria Pública;
>
> III - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
>
> IV - a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista;
>
> V - a associação que, concomitantemente:
>
> a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil;
>
> b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Acerca do assunto, lê-se também a Súmula 629 do STJ, a qual determina que " quanto ao dano ambiental, é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar".

A) Errado

Como pode ser visto no artigo 5º da Lei 7.347/85, a ACP pode ser proposta em casos de dano ambiental e, contrariamente ao que é alegado na alternativa, a Defensoria Pública tem legitimidade para fazê-lo.

B) Correto

O artigo 5º da Lei 7.347/85 – a qual rege a Ação Civil Pública – determina que, em caso de dano ambiental, a ACP pode ser proposta pela Defensoria Pública. Nesta senda, a Súmula 629-STJ disciplina que o réu pode ser condenado à

obrigação de fazer ou não fazer cumulada ao dever de indenizar pelo dano ambiental causado, e isto não configura bis in idem.

C) Errado

A ação penal pública não está condicionada como antecedente necessário da propositura da ACP, pois não há disposição legal que o determine.

D) Incorreto

Contrariamente ao que alega a afirmativa, o IBAMA não é o único legitimado a propor a ACP em casos de dano ambiental, como disposto pelo art. 5º da Lei 7.347/85.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência

Questão 34

Em 2017, Maria adquire de Eduarda um terreno inserido em área de Unidade de Conservação de Proteção Integral. Em 2018, Maria descobre, por meio de documentos e fotos antigas, que Eduarda promoveu desmatamento irregular no imóvel.

Sobre a responsabilidade civil ambiental, assinale a afirmativa correta:

A) Maria responde civilmente pela recomposição ambiental, ainda que tenha agido de boa-fé ao adquirir o terreno.
B) Maria não pode responder pela aplicação de multa ambiental, tendo em vista o princípio da intranscendência da pena.
C) Eduarda não pode responder pela recomposição ambiental, mas apenas pela multa ambiental, tendo em vista a propriedade ter sido transmitida.
D) Maria responde nas esferas administrativa, civil e penal solidariamente com Eduarda, tendo em vista o princípio da reparação integral do dano ambiental.

Comentário:

QUESTÃO ANULADA

DIREITO CIVIL

Questão 35

Arnaldo institui usufruto de uma casa em favor das irmãs Bruna e Cláudia, que, no intuito de garantir uma fonte de renda, alugam o imóvel. Dois anos depois da constituição do usufruto, Cláudia falece, e Bruna, mesmo sem "cláusula de acrescer" expressamente estipulada, passa a receber integralmente os valores decorrentes da locação.

Um ano após o falecimento de Cláudia, Arnaldo vem a falecer. Seus herdeiros pleiteiam judicialmente uma parcela dos valores integralmente recebidos por Bruna no intervalo entre o falecimento de Cláudia e de Arnaldo e, concomitantemente, a extinção do usufruto em função da morte de seu instituidor.

Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

A) Na ausência da chamada "cláusula de acrescer", parte do usufruto teria se extinguido com a morte de Cláudia, mas o usufruto como um todo não se extingue com a morte de Arnaldo.

B) Bruna tinha direito de receber a integralidade dos aluguéis independentemente de estipulação expressa, tendo em vista o grau de parentesco com Cláudia, mas o usufruto automaticamente se extingue com a morte de Arnaldo.

C) A morte de Arnaldo só extingue a parte do usufruto que caberia a Bruna, mas permanece em vigor no que tange à parte que cabe a Cláudia, legitimando os herdeiros desta a receberem metade dos valores decorrentes da locação, caso esta permaneça em vigor.

D) A morte de Cláudia extingue integralmente o usufruto, pois instituído em caráter simultâneo, razão pela qual os herdeiros de Arnaldo têm direito de receber a integralidade dos valores recebidos por Bruna, após o falecimento de sua irmã.

Comentário:

Código Civil:

Art. 1.411. Constituído o usufruto em favor de duas ou mais pessoas, extinguir-se-á a parte em relação a cada uma das que falecerem, salvo se, por estipulação expressa, o quinhão desses couber ao sobrevivente.

A) Correta.

A parte do usufruto relacionada a Cláudia, teria se extinguido na ausência da "cláusula de acrescer", porém o usufruto como um todo não se extingue com a morte de Arnaldo.

B) Errada.

Bruna não possui o direito de receber a integralidade dos aluguéis, visto que inexiste estipulação expressa nesse sentido. Ao passo que todo o usufruto não se extingue com a morte de Arnaldo.

C) Errada.

Em caso de morte de Arnaldo, não se extingue a parte do usufruto que cabe a Bruna, podendo os herdeiros pleitear receber os valores pertencentes a Cláudia, visto que o Usufruto ao qual ela fazia jus, se extingue com a sua morte.

D) Errada.

A morte de Cláudia extingue apenas o usufruto relacionado a ela, não atingindo automaticamente os herdeiros, razão pela qual os outros herdeiros de Arnaldo, possuem

o direito de receber a metade dos valores recebidos por Bruna devido ao falecimento da sua irmã.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 36

Eva celebrou com sua neta Adriana um negócio jurídico, por meio do qual doava sua casa de praia para a neta caso esta viesse a se casar antes da morte da doadora. O ato foi levado a registro no cartório do Registro de Imóveis da circunscrição do bem. Pouco tempo depois, Adriana tem notícia de que Eva não utilizava a casa de praia há muitos anos e que o imóvel estava completamente abandonado, deteriorando-se a cada dia. Adriana fica preocupada com o risco de ruína completa da casa, mas não tem, por enquanto, nenhuma perspectiva de casar-se.

De acordo com o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) Adriana pode exigir que Eva autorize a realização de obras urgentes no imóvel, de modo a evitar a ruína da casa.

B) Adriana nada pode fazer para evitar a ruína da casa, pois, nos termos do contrato, é titular de mera expectativa de fato.

C) Adriana pode exigir que Eva lhe transfira desde logo a propriedade da casa, mas perderá esse direito se Eva vier a falecer sem que Adriana tenha se casado.

D) Adriana pode apressar-se para casar antes da morte de Eva, mas, se esta já tiver vendido a casa de praia para uma terceira pessoa ao tempo do casamento, a doação feita para Adriana não produzirá efeito.

Comentário:

Código Civil:

Art. 125. Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto está se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.

Art. 126. Se alguém dispuser de uma coisa sob condição suspensiva, e, pendente esta, fizer quanto aquelas novas disposições, estas não terão valor, realizada a condição, se com ela forem incompatíveis.

Art. 127. Se for resolutiva a condição, enquanto está se não realizar, vigorará o negócio jurídico, podendo exercer-se desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido.

Art. 128. Sobrevindo a condição resolutiva, extingue-se, para todos os efeitos, o direito a que ela se opõe; mas, se aposta a um negócio de execução continuada ou periódica, a sua realização, salvo disposição em contrário, não tem eficácia quanto aos atos já praticados, desde que compatíveis com a natureza da condição pendente e conforme aos ditames de boa-fé.

Art. 129. Reputa-se verificada, quanto aos efeitos jurídicos, a condição cujo implemento for maliciosamente obstado pela parte a quem desfavorecer, considerando-se, ao contrário, não verificada a condição maliciosamente levada a efeito por aquele a quem aproveita o seu implemento.

Art. 130. Ao titular do direito eventual, nos casos de condição suspensiva ou resolutiva, é permitido praticar os atos destinados a conservá-lo.

A) Correta

Adriana pode sim exigir que Eva autorize a realização de obras urgentes no imóvel, visto que sendo titular de direito eventual e com fulcro no art. 130 do CC, Adriana possuindo condição suspensiva, a ela é permitido praticar os atos destinados a conservar seu direito.

B) Errado

Seguindo o raciocínio da alternativa anterior, Adriana sendo titular de direito eventual, estando presente a condição suspensiva, a ela é permitido praticar os atos que preservem o seu direito.

C) Errado

Sendo Adriana titular apenas de direito eventual, está não pode exigir de Eva que lhe transfira de pronto a propriedade da casa, presente a condição suspensiva, não adquire o direito até a condição (casamento de Adriana) acontecer.

D) Errado

Eva não pode dispor de um bem que está sob condição suspensiva, ainda estando pendente a condição, todas as novas disposições que Eva fizer sobre a casa não terão valor, pois quando verificada a condição para a transferência da propriedade para Adriana, esta adquirirá o imóvel.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 37

Mariana e Maurílio são filhos biológicos de Aldo. Este, por sua vez, nunca escondeu ser mais próximo de seu filho Maurílio, com quem diariamente trabalhava. Quando do falecimento de Aldo, divorciado na época, seus filhos constataram a existência de testamento, que destinou todos os bens do falecido exclusivamente para Maurílio.

Sobre a situação narrada, assinale a afirmativa correta.

A) O testamento de Aldo deverá ser integralmente cumprido, e, por tal razão, todos os bens do autor da herança serão transmitidos a Maurílio.
B) A disposição de última vontade é completamente nula, porque Mariana é herdeira necessária, devendo os bens ser divididos igualmente entre os dois irmãos.
C) Deverá haver redução da disposição testamentária, respeitando-se, assim, a legítima de Mariana, herdeira necessária, que corresponde a um quinhão de 50% da totalidade herança.
D) Deverá haver redução da disposição testamentária, respeitando a legítima de Mariana, herdeira necessária, que corresponde a um quinhão de 25% da totalidade da herança.

Comentário:

Código Civil:

Art. 1.845. São herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes e o cônjuge.

Art. 1.846. Pertence aos herdeiros necessários, de pleno direito, a metade dos bens da herança, constituindo a legítima.

Art. 1.967. As disposições que excederem a parte disponível reduzir-se-ão aos limites dela, de conformidade com o disposto nos parágrafos seguintes.

A) Errado

O testamento de Aldo não pode ser integralmente cumprido, pois as disposições testamentárias devem respeitar a parte legítima a que Mariana faz jus, pois se trata de herdeira necessária, correspondendo a 25% da totalidade da herança.

B) Errado

A disposição de ultima vontade não é completamente nula, porém esta é ineficaz em relação a parte que invade a sucessão legítima, pois sendo Mariana a herdeira necessária, está faz jus a 25% da totalidade da herança.

C) Errado

Como disposto nas alternativas anteriores, Mariana faz jus a 25% da totalidade da herança e não aos 50% que afirma a alternativa.

D) Certo

Pois a herança está dividida da seguinte maneira; 25% para Mariana a título de herdeira necessária, 25% para Murilo na condição de herdeiro necessário, e os outros 50% que são a parte disponível para Aldo, foram direcionados a Murilo, sendo assim Murilo faz jus a 75% da herança (25% necessários + 50% disponíveis) e Mariana faz jus a 25% necessários.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 38

Asdrúbal praticou feminicídio contra sua esposa Ermingarda, com quem tinha três filhos, dois menores de 18 anos e um maior.

Nesse caso, quanto aos filhos, assinale a afirmativa correta.

A) Asdrúbal terá suspenso o poder familiar sobre os três filhos, por ato de autoridade policial.

B) Asdrúbal perderá o poder familiar sobre os filhos menores, por ato judicial.

C) Asdrúbal terá suspenso o poder familiar sobre os filhos menores, por ato judicial.

D) Asdrúbal perderá o poder familiar sobre os três filhos, por ato de autoridade policial.

Comentário:

Código Civil:

Art. 1.638. Parágrafo único. Perderá também por ato judicial o poder familiar aquele que: (Incluído pela Lei nº 13.715, de 2018)

I – praticar contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar: (Incluído pela Lei nº 13.715, de 2018)

a) homicídio, feminicídio ou lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, quando se tratar de crime doloso envolvendo violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher; (Incluído pela Lei nº 13.715, de 2018)

A) Errado

Baseado no art. 1.962 do CC, a pretensão de Hermes poderá sim ser concretizada, e o herdeiro necessário pode sim ser privado de sua ascendência em caso de desamparo do ascendente em alienação mental ou grave enfermidade.

B) Errado

A deserdação deve ser realizada por Hermes ainda em vida, pois segundo o caput do art. 1.961 do CC, o abandono pelas descendentes é causa de exclusão da sucessão por indignidade.

C) Errada

Existe sim a possibilidade de deserdar o herdeiro necessário através de seu testamento, em função de ofensa física, injúria grave e relações ilícitas com madrasta ou padrasto, como também por desamparo de ascendente em alienação mental ou grave enfermidade.

D) Correta

Hermes pode sim deserdar Lorena em seu testamento, indicando alguma das situações previstas no art. 1.962 do CC, que justificaria tal ato.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 39

Gumercindo, 77 anos de idade, vinha sofrendo os efeitos do Mal de Alzheimer, que, embora não atingissem sua saúde física, perturbavam sua memória. Durante uma distração de seu enfermeiro, conseguiu evadir-se da casa em que residia. A despeito dos esforços de seus familiares, ele nunca foi encontrado, e já se passaram nove anos do seu desaparecimento. Agora, seus parentes lidam com as dificuldades relativas à administração e disposição do seu patrimônio.

Assinale a opção que indica o que os parentes devem fazer para receberem a propriedade dos bens de Gumercindo.

A) Somente com a localização do corpo de Gumercindo será possível a decretação de sua morte e a transferência da propriedade dos bens para os herdeiros.

B) Eles devem requerer a declaração de ausência, com nomeação de curador dos bens, e, após um ano, a sucessão provisória; a sucessão definitiva, com transferência da propriedade dos bens, só poderá ocorrer depois de dez anos de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória.

C) Eles devem requerer a sucessão definitiva do ausente, pois ele já teria mais de oitenta anos de idade, e as últimas notícias dele datam de mais de cinco anos.

D) Eles devem requerer que seja declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, por ele se encontrar desaparecido há mais de dois anos, abrindo-se, assim, a sucessão.

Comentário:

Código Civil:

Art. 38. Pode-se requerer a sucessão definitiva, também, provando-se que o ausente conta oitenta anos de idade, e que de cinco datam as últimas notícias dele.

A) Errada

Como exposto no art. 38 do CC, a presença do corpo não é um requisito absoluto para o requerimento da sucessão definitiva. Nos casos onde o ausenta conta com mais de 80 anos, e 5 anos desde que deu as últimas notícias, o código permite a abertura da sucessão.

B) Errada

Em se tratando de pessoa com mais de 80 anos, o requerimento deve ser de sucessão definitiva, pois além da idade já transcorreram mais de 5 anos desde que se tiveram notícias.

C) Correta

A alternativa expressa exatamente o raciocínio que construímos nas alternativas anteriores, apontando a sucessão definitiva com os seus requisitos corretos.

D) Errada

Aqui não cabe requerer a morte presumida, pois se trata de pessoa com mais de 80 anos, sendo necessária a sucessão definitiva do ausente por morte presumida, sem decretação de ausência.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 40

Em 05/05/2005, Aloísio adquiriu uma casa de 500 m2 registrada em nome de Bruno, que lhe vendeu o imóvel a preço de mercado. A escritura e o registro foram realizados de maneira usual. Em 05/09/2005, o imóvel foi alugado, e Aloísio passou a receber mensalmente o valor de R$ 3.000,00 pela locação, por um período de 6 anos. Em 10/10/2009, Aloísio é citado em uma ação reivindicatória movida por Elisabeth, que pleiteia a retomada do imóvel e a devolução de todos os valores recebidos por Aloísio a título de locação, desde o momento da sua celebração.

Uma vez que Elisabeth é judicialmente reconhecida como a verdadeira proprietária do imóvel em 10/10/2011, pergunta-se: é correta a pretensão da autora ao recebimento de todos os aluguéis recebidos por Aloísio?

A) Sim. Independentemente da sentença de mérito, a própria contestação automaticamente transforma a posse de Aloísio em posse de má-fé desde o seu nascedouro, razão pela qual todos os valores recebidos pelo possuidor devem ser ressarcidos.

B) Não. Sem a ocorrência de nenhum outro fato, somente após uma sentença favorável ao pedido de Elisabeth, na reivindicatória, é que seus argumentos poderiam ser considerados verdadeiros, o que caracterizaria a transformação da posse de boa-fé em posse de má-fé. Como o possuidor de má-fé tem direito aos frutos, Aloísio não é obrigado a devolver os valores que recebeu pela locação.

C) Não. Sem a ocorrência de nenhum outro fato, e uma vez que Elisabeth foi vitoriosa em seu pleito, a posse de Aloísio passa a ser qualificada como de má-fé desde a sua citação no processo – momento em que Aloísio tomou conhecimento dos fatos ao final reputados como verdadeiros –, exigindo, em tais condições, a devolução dos frutos recebidos entre 10/10/2009 e a data de encerramento do contrato de locação.

D) Não. Apesar de Elisabeth ter obtido o provimento judicial que pretendia, Aloísio não lhe deve qualquer valor, pois, sendo possuidor com justo título, tem, em seu favor, a presunção absoluta de veracidade quanto a sua boa-fé.

Comentário:

Código Civil:

Art. 1.202. A posse de boa-fé só perde este caráter no caso e desde o momento em que as circunstâncias façam presumir que o possuidor não ignora que possui indevidamente.

Art. 1.216. O possuidor de má-fé responde por todos os frutos colhidos e percebidos, bem como pelos que, por culpa sua, deixou de perceber, desde o momento em que se constituiu de má-fé; tem direito às despesas da produção e custeio.

A) Errada

Visto que, Elizabeth ao sair vitoriosa de sua demanda, a posse de Aloísio é considerada de má-fé a partir da sua citação no processo, o que decorre que os valores recebidos após 10/10/2009, e a data de encerramento do contrato de locação, devem ser restituídos.

B) Errada

Não existindo nenhum outro fato, e sendo Elizabeth a vencedora do pleito, a posse de Aloísio passa a ser qualificada como de má-fé, desde a sua citação no processo, estando a alternativa equivocada quando afirma que tal cenário só ocorre após a sentença favorável a Elizabeth.

C) Correta

A alternativa está absolutamente correta, abrangendo todos os requisitos e cenários para a configuração da posse de má-fé por parte de Aloísio, desde a citação no processo.

D) Errada

Mais uma alternativa que não qualifica adequadamente a posse de má-fé de Aloísio. Estando em posse de má-fé, cabe a Aloísio devolver os frutos recebidos entre 10/10/2009 e a data de encerramento da locação.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 41

Márcia transitava pela via pública, tarde da noite, utilizando uma bicicleta que lhe fora emprestada por sua amiga Lúcia. Em certo momento, Márcia ouviu gritos oriundos de uma rua transversal e, ao se aproximar, verificou que um casal discutia violentamente. Ricardo, em estado de fúria e munido de uma faca, desferia uma série de ofensas à sua esposa Janaína e a ameaçava de agressão física.

De modo a impedir a violência iminente, Márcia colidiu com a bicicleta contra Ricardo, o que foi suficiente para derrubá-lo e impedir a agressão, sem que ninguém saísse gravemente ferido. A bicicleta, porém, sofreu uma avaria significativa, de tal modo que o reparo seria mais caro do que adquirir uma nova, de modelo semelhante.

De acordo com o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) Lúcia não poderá ser indenizada pelo dano material causado à bicicleta.

B) Márcia poderá ser obrigada a indenizar Lúcia pelo dano material causado à bicicleta, mas não terá qualquer direito de regresso.

C) Apenas Ricardo poderá ser obrigado a indenizar Lúcia pelo dano material causado à bicicleta.

D) Márcia poderá ser obrigada a indenizar Lúcia pelo dano material causado à bicicleta e terá direito de regresso em face de Janaína.

Comentário:

Código Civil:

Art. 929. Se a pessoa lesada, ou o dono da coisa, no caso do inciso II do art. 188, não forem culpados do perigo, assistir-lhes-á direito à indenização do prejuízo que sofreram.

Art. 930. No caso do inciso II do art. 188, se o perigo ocorrer por culpa de terceiro, contra este terá o autor do dano ação regressiva para haver a importância que tiver ressarcido ao lesado.

Parágrafo único. A mesma ação competirá contra aquele em defesa de quem se causou o dano (art. 188, inciso I).

Art. 188. Não constituem atos ilícitos:

I - os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido;

II - a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente.

A) Errada

Lúcia poderá sim ser indenizada pelo dano material causado a bicicleta (art. 929 do CC), sendo Márcia a responsável por arcar com os custos (Art 930 do CC).

B) Errada

Como visto na alternativa anterior, Márcia poderá sim ser obrigada a indenizar Lúcia pelo dano material causado a bicicleta, como também faz jus ao direito de regresso em face de Janaína, apesar de ter realizado o dano em estado de necessidade.

C) Errada

Está alternativa segue o mesmo raciocínio da alternativa B.

D) Correta

Esta é a alternativa que elenca toda a cadeia de responsabilidade de maneira correta. Sendo terceiro inocente, Lúcia poderá obrigar Márcia a indeniza-la pelos danos causados a bicicleta, ao passo que em decorrência do dano ter se dado para defender Janaína, Márcia terá direito de regresso em face desta.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.



DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão 42

O adolescente João, com 16 anos completos, foi apreendido em flagrante quando praticava ato infracional análogo ao crime de furto. Devidamente conduzido o processo, de forma hígida, ele foi sentenciado ao cumprimento de medida socioeducativa de 1 ano, em regime de semiliberdade. Sobre as medidas socioeducativas aplicadas a João, assinale a afirmativa correta.

A) A medida de liberdade assistida será fixada pelo prazo máximo de 6 meses, sendo que, ao final de tal período, caso João não se revele suficientemente ressocializado, a medida será convolada em internação.

B) A medida aplicada foi equivocada, pois deveria ter sido, necessariamente, determinada a internação de João.

C) No regime de semiliberdade, João poderia sair da instituição para ocupações rotineiras de trabalho e estudo, sem necessidade de autorização judicial.

D) A medida aplicada foi equivocada, pois não poderia, pelo fato análogo ao furto, ter a si aplicada medida diversa da liberdade assistida.

Comentários:

A) Errado

O enunciado trata da aplicação de medidas socioeducativas. Inicialmente, pode-se eliminar a alternativa "A", pois afirma que a liberdade assistida será fixada pelo prazo máximo de seis meses. Em sentido diverso, dispõe o artigo 118, §2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, vejamos:

> Art. 118, ECA. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.
> §1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.
> §2º A liberdade assistida será fixada pelo **prazo mínimo de seis meses**, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

B) Errado

Igualmente, a alternativa "B" deve ser descartada por estabelecer como única medida cabível à hipótese a internação. Inobstante, o artigo 122, §2º, do ECA, abaixo transcrito, fixa as possibilidades de aplicação desta medida.

> Art. 122, ECA. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:
> I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;
> II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;
> III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.
> §1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a 3 (três) meses, devendo ser decretada judicialmente após o devido processo legal. (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012)
> §2º **Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada**.

Depreende-se da leitura do parágrafo grifado que a internação deve ser medida aplicada subsidiariamente, diante da inexistência de outra medida mais adequada.

C) Correto

Por fim, conforme dispõe o artigo 120, do Estatuto, a realização de atividades externas, no regime de semiliberdade, independe de autorização judicial.

> Art. 120, ECA. O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a **realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial**.
> §1º São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.
> §2º A medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

D) Errado

Com base na explicação das alternativas anteriores.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 43

Maria chega à maternidade já em trabalho de parto, sendo atendida emergencialmente. Felizmente, o parto ocorre sem problemas e Maria dá à luz, Fernanda. No mesmo dia do parto, a enfermeira Cláudia escuta a conversa entre Maria e uma amiga que a visitava, na qual Maria oferecia Fernanda a essa amiga em adoção, por não se sentir preparada para a maternidade. Preocupada com a conversa, Cláudia a relata ao médico obstetra de plantão, Paulo, o qual, por sua vez, noticia o ocorrido a Carlos, diretor-geral do hospital. Naquela noite, já recuperada, Maria e a mesma amiga vão embora da maternidade, sem que nada tenha ocorrido e nenhuma providência tenha sido tomada por qualquer dos personagens envolvidos – Cláudia, Paulo ou Carlos. Diante dos fatos acima, assinale a afirmativa correta.

A) Não foi cometida qualquer infração, porque a adoção irregular não se consumou no âmbito da maternidade.

B) Carlos cometeu infração administrativa, consubstanciada no não encaminhamento do caso à autoridade judiciária, porque somente o diretor do hospital pode fazê-lo.

C) Carlos e Paulo não cometeram infração administrativa ao não encaminharem o caso à autoridade judiciária, porque não cabe ao corpo médico tal atribuição.

D) Carlos, Paulo e Cláudia cometeram infração administrativa por não encaminharem o caso de que tinham conhecimento para a autoridade judiciária.

Comentários:

A questão aborda a temática das infrações administrativas, disciplinadas no Capítulo II, do Título VII, do Estatuto da Criança e do Adolescente. O enunciado indaga acerca da possibilidade de responsabilização dos profissionais de saúde, decorrente da omissão no dever de informar. Esta imposição consubstancia-se no artigo 258-B, do ECA, vejamos:

> Art. 258-B, ECA. Deixar o **médico, enfermeiro ou dirigente** de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de efetuar imediato **encaminhamento à autoridade judiciária** de caso de que tenha conhecimento de mãe ou gestante **interessada em entregar seu filho para adoção**: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)
> Pena - multa de R$ 1.000,00 (mil reais) a R$ 3.000,00 (três mil reais). (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)
> Parágrafo único. Incorre na mesma pena o funcionário de programa oficial ou comunitário destinado à garantia do direito à convivência familiar que deixa de efetuar a comunicação referida no caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

A) Errado

Incorreta a alternativa "A", visto que o artigo em estudo não faz quaisquer ressalvas à consumação da adoção para sua subsunção. Portanto, a configuração da infração administrativa em epígrafe prescinde da concretização da adoção irregular, bastando a mera manifestação de interesse da genitora.

B) Errado

O dispositivo transcrito linhas acima amplia a possibilidade de responsabilização ao médico, enfermeiro e ao dirigente de hospital, eliminando-se, portanto, a alternativa "B", a qual restringe tal possibilidade ao diretor de hospital.

C) Errado

Também é possível afastar a alternativa "C", já que exime os referidos profissionais de saúde de tal dever de informar, afrontando o dispositivo mencionado.

D) Correto

Basta recorrer à previsão do artigo 258-B, do ECA, vejamos:

> Art. 258-B, ECA. Deixar o **médico, enfermeiro ou dirigente** de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de efetuar imediato **encaminhamento à autoridade judiciária** de caso de que tenha conhecimento de mãe ou gestante **interessada em entregar seu filho para adoção**: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)
> Pena - multa de R$ 1.000,00 (mil reais) a R$ 3.000,00 (três mil reais). (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

Parágrafo único. Incorre na mesma pena o funcionário de programa oficial ou comunitário destinado à garantia do direito à convivência familiar que deixa de efetuar a comunicação referida no caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO DO CONSUMIDOR

Questão 44

Antônio é deficiente visual e precisa do auxílio de amigos ou familiares para compreender diversas questões da vida cotidiana, como as contas de despesas da casa e outras questões de rotina. Pensando nessa dificuldade, Antônio procura você, como advogado(a), para orientá-lo a respeito dos direitos dos deficientes visuais nas relações de consumo. Nesse sentido, assinale a afirmativa correta.

A) O consumidor poderá solicitar às fornecedoras de serviços, em razão de sua deficiência visual, o envio das faturas das contas detalhadas em Braille.

B) As informações sobre os riscos que o produto apresenta, por sua própria natureza, devem ser prestadas em formatos acessíveis somente às pessoas que apresentem deficiência visual.

C) A impossibilidade operacional impede que a informação de serviços seja ofertada em formatos acessíveis, considerando a diversidade de deficiências, o que justifica a dispensa de tal obrigatoriedade por expressa determinação legal.

D) O consumidor poderá solicitar as faturas em Braille, mas bastará ser indicado o preço, dispensando-se outras informações, por expressa disposição legal.

Comentários:

O enunciado exige que o aluno conheça os direitos do consumidor, elencados, de forma meramente exemplificativa, no artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor.

Art. 6º, CDC São direitos básicos do consumidor:

I - a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;

II - a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações;

III - a **informação adequada e clara** sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de **quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem**; (Redação dada pela Lei nº 12.741, de 2012)

IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

V - a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;

VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

VII - o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados;

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

IX - (Vetado);

X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

Parágrafo único. **A informação de que trata o inciso III do *caput* deste artigo deve ser acessível à pessoa com deficiência**, observado o disposto em regulamento. (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015)

A) Correto

De pronto, contata-se o acerto da alternativa "A", pois conforme o inciso III e parágrafo único do dispositivo transcrito. Assim, é direito do cliente conhecer as informações acerca dos produtos ou serviços, podendo o consumidor portador de qualquer deficiência requerer tais informações de forma acessível.

B) Errado

Por outro lado, equivocada a letra "B", por restringir o acesso às mencionadas informações aos deficientes visuais, enquanto na legislação colacionada não há qualquer limitação a grupos determinados de pessoas.

C) Errado

Igualmente equivocada a alternativa "C", por elidir a responsabilidade das prestadoras de serviços no que tange à prestação adequada de informações. Esta responsabilidade está expressamente prevista no parágrafo único, acima transcrito.

D) Errado

Por fim, a letra "D" também deve ser eliminada, pois as informações que devem ser prestadas não se limitam ao preço do serviço, mas também contemplam a quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e os riscos que apresentem, conforme enunciado no inciso III mencionado alhures.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 45

A concessionária de veículo X adquiriu, da montadora, trinta unidades de veículo do mesmo modelo e de cores diversificadas, a fim de guarnecer seu estoque, e direcionou três veículos desse total para uso da própria pessoa jurídica. Ocorre que cinco veículos apresentaram problemas mecânicos decorrentes de falha na fabricação, que comprometiam a segurança dos passageiros. Desses automóveis, um pertencia à concessionária e os outros quatro, a particulares que adquiriram o bem na concessionária. Nesse caso, com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a afirmativa correta.

A) Entre os consumidores particulares e a montadora inexiste relação jurídica, posto que a aquisição dos veículos se deu na concessionária.

B) Entre os consumidores particulares e a montadora, por se tratar de falha na fabricação, há relação jurídica protegida pelo CDC; a relação jurídica entre a concessionária e a montadora, no que se refere à unidade adquirida pela pessoa jurídica para uso próprio, é de direito comum civil.

C) Existe, entre a concessionária e a montadora, relação jurídica regida pelo CDC, mesmo que ambas sejam pessoas jurídicas, no que diz respeito ao veículo adquirido pela concessionária para uso próprio, e não para venda.

D) Somente há relação jurídica protegida pelo CDC entre o consumidor e a concessionária, que deverá ingressar com ação de regresso contra a montadora, caso seja condenada em ação judicial, não sendo possível aos consumidores demandarem diretamente contra a montadora.

Comentários:

Trata-se de questão acerca do conceito de consumidor e da relação jurídica estabelecida com os fornecedores, no que tange à responsabilidade. Esta matéria encontra disciplina nos artigos 2º e 12 do CDC, abaixo transcritos.

> Art. 2°, CDC. Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como **destinatário final**.

Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

Art. 12, CDC. **O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem**, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.
§1° O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais:
I - sua apresentação;
II - o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam;
III - a época em que foi colocado em circulação.
§2º O produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.
§3° O fabricante, o construtor, o produtor ou importador só não será responsabilizado quando provar:
I - que não colocou o produto no mercado;
II - que, embora haja colocado o produto no mercado, o defeito inexiste;
III - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

A) Errado

A letra "A" deve ser eliminada, pois, diferentemente do que propõe, há relação jurídica estabelecida entre os agentes mencionados, posto que o artigo 12 inclui os fabricantes dentre os responsáveis por danos aos consumidores.

B) Errado

A assertiva "B" está incorreta por definir a relação estabelecida entre a concessionária e a montadora como civil. Todavia, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no que tange ao conceito de consumidor, considera a teoria finalista mitigada, relacionada à ampliação do conceito de consumidor diante de constatada vulnerabilidade, mesmo que não seja tecnicamente destinatário final do produto ou serviço, como previsto no artigo 2º do CDC. Desta feita, também a

relação entre a concessionária e a montadora, no que se refere à unidade adquirida pela pessoa jurídica para uso próprio, é de consumo.

C) Correto

Logo, correta a assertiva "C", pois, como explicitado linhas acima, há relação de consumo entre a concessionária e a montadora, no que se refere à unidade adquirida pela pessoa jurídica para uso próprio, em decorrência da mitigação da teoria finalista construída pela jurisprudência.

> CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. PESSOA JURÍDICA. VULNERABILIDADE CONCRETA. EXCEPCIONALIDADE. VERIFICAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.
> (...)
> 2. A jurisprudência desta Corte tem mitigado os rigores da teoria finalista para **autorizar a incidência do CDC nas hipóteses em que a parte (pessoa física ou jurídica), embora não seja tecnicamente a destinatária final do produto ou serviço, se apresente em situação de vulnerabilidade**. Precedentes.
> (...)
> 5. Agravo interno não provido.
> (AgInt no AREsp 1480596/PR 2019/0094317-2. Rel. Ministro Moura Ribeiro. Terceira Turma. Data do Julgamento: 17/02/2020. Data da Publicação/Fonte: DJe 19/02/2020)

D) Errado

Já a letra "D" está equivocada, pois afasta a possibilidade de o consumidor pleitear diretamente contra a fabricante a reparação dos danos, hipótese expressamente autorizada pelo artigo 12 do Código de Defesa do Consumidor.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca, Jurisprudência e Doutrina.

DIREITO EMPRESARIAL

Questão 46

Luzia Betim pretende iniciar uma sociedade empresária em nome próprio. Para tanto, procura assessoria jurídica quanto à necessidade de inscrição no Registro Empresarial para regularidade de exercício da empresa.

Na condição de consultor(a), você responderá que a inscrição do empresário individual é

A) dispensada até o primeiro ano de início da atividade, sendo obrigatória a partir de então.
B) obrigatória antes do início da atividade.
C) dispensada, caso haja opção pelo enquadramento como microempreendedor individual.
D) obrigatória, se não houver enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Comentário:

A) Errado

Em função do art. 967º do Código Civil:

> Art. 967. É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

Assim, independentemente de tratar-se de um microempreendedor individual ou empresa de pequeno porte, vige a regra da obrigatoriedade da inscrição no Registro Público de Empresas mercantis antes do início da atividade empresária.

B) Correto

Está de acordo com a disposição legal: "É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade".

C) Errado

Está em desacordo com o art. 967º do Código Civil.

D) Errado

Está em desacordo com o art. 967º do Código Civil.

Gabarito: Letra B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 47

Madeireira Juína Ltda. requereu a homologação de plano de recuperação extrajudicial em Juara/MT, lugar de seu principal estabelecimento. Após o pedido de homologação e antes da publicação do edital para apresentação de impugnação ao plano, um dos credores com privilégio geral que haviam assinado o plano pretende desistir unilateralmente da adesão. Tal credor possui um terço dos créditos de sua classe submetidos ao plano.

Com relação ao credor com privilégio geral, após a distribuição do pedido de homologação, assinale a afirmativa correta.

A) Não poderá desistir da adesão ao plano, mesmo com a anuência expressa dos demais signatários.
B) Poderá desistir da adesão em razão da natureza contratual do plano, que permite, a qualquer tempo, sua denúncia.
C) Não poderá desistir da adesão ao plano, salvo com a anuência expressa dos demais signatários.
D) Poderá desistir da adesão ao plano, desde que seja titular de mais de 1/4 do total dos créditos de sua classe.

Comentário:

A) Errado

Em função do §5º do art. 161º do Código Civil:

> Art. 161. O devedor que preencher os requisitos do art. 48 desta Lei poderá propor e negociar com credores plano de recuperação extrajudicial
> (...)
> § 5º Após a distribuição do pedido de homologação, **os credores não poderão desistir da adesão ao plano, salvo com a anuência expressa dos demais signatários**.

Assim, independentemente da desistência do credor da adesão ao plano, é necessário que todos os demais signatários concordem expressamente com a desistência para que ela ocorra.

B) Errado

Está de acordo com o §5º do art. 161 do Código Civil.

C) Correto

Está em acordo com a disposição legal: "os credores não poderão desistir da adesão ao plano, salvo com a anuência expressa dos demais signatários".

D) Errado

Está em desacordo com o §5º do art. 161 do Código Civil, uma vez que não é relevante a parcela dos créditos dos quais o credor seja titular. A regra da disposição legal se aplica a todos credores signatários.

Gabarito: Letra C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 48

Ribamar é sócio da sociedade empresária Junco, Fiquene & Cia. Ltda. Após uma infrutífera negociação de plano de recuperação judicial, a assembleia de credores rejeitou o plano, acarretando a decretação de falência da sociedade. O desgaste, que já existia entre Ribamar e os demais sócios, intensificou-se com a decretação da falência, ensejando pedido de retirada da sociedade, com base nas disposições reguladoras da sociedade limitada.

Diante dos fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

A) A decretação da falência suspende o exercício do direito de retirada do sócio Ribamar.
B) A sociedade deverá apurar os haveres do sócio dissidente Ribamar, que serão pagos como créditos extraconcursais.
C) O juiz da falência deverá avaliar o pedido de retirada do sócio Ribamar e, eventualmente, deferi-lo na ação de dissolução parcial.
D) A decretação de falência não suspende o direito de retirada do sócio Ribamar, mas o pagamento de seus haveres deverá ser incluído como crédito subordinado.

Comentário:

A) Correto

O enunciado da questão trata da convolação em falência. Assim, o inciso II do art. 116 da Lei 11.101/2005 regula a questão da quota do sócio quando da decretação de falência:

> Art. 116. A decretação da falência suspende:
>
> (...)
>
> II – o exercício do direito de retirada ou de recebimento do valor de suas quotas ou ações, por parte dos sócios da sociedade falida.

Dessa maneira, a letra A é assertiva ao afirmar que "a decretação da falência suspende o exercício do direito de retirada do sócio Ribamar" diante do texto legal supracitado.

B) Errado

Como visto, o art. 116 da Lei 11.101 afirma que a decretação de falência suspende o exercício do direito de retirada dos sócios, assim, não há o que falar de pagamento dos haveres do sócio como créditos extraconcursais.

C) Errado

O art. 116 da Lei 11.101 expressamente afirma que esse exercício do direito de retirada do sócio será suspendido, assim a alternativa contraria o dispositivo legal.

D) Errado

A alternativa manifestamente contradiz a determinação do inciso II do art. 116 da Lei 11.101.

Gabarito: Letra A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 49

Álvares Florence tem um filho relativamente incapaz e consulta você, como advogado(a), para saber da possibilidade de transferir para o filho parte das quotas que possui na sociedade empresária Redenção da Serra Alimentos Ltda., cujo capital social se encontra integralizado.

Apoiado na disposição do Código Civil sobre o assunto, você respondeu que

A) é permitido o ingresso do relativamente incapaz na sociedade, bastando que esteja assistido por seu pai no instrumento de alteração contratual.
B) não é permitida a participação de menor, absoluta ou relativamente incapaz, em sociedade, exceto nos tipos de sociedades por ações.
C) não é permitida a participação de incapaz em sociedade, mesmo que esteja representado ou assistido, salvo se a transmissão das quotas se der em razão de sucessão causa mortis.
D) é permitido o ingresso do relativamente incapaz na sociedade, desde que esteja assistido no instrumento de alteração contratual, devendo constar a vedação do exercício da administração da sociedade por ele.

Comentário:

A) Errado

O Código Civil, em seu artigo 974, realmente permite o ingresso do relativamente incapaz na sociedade, no entanto, não é necessário apenas que ele seja assistido, mas também, que não assuma a administração da sociedade e que o capital esteja totalmente integralizado. Nesse sentido, o texto legal determina:

Art. 974. Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.

§ 1 Nos casos deste artigo, precederá autorização judicial, após exame das circunstâncias e dos riscos da empresa, bem como da conveniência em continuá-la, podendo a autorização ser revogada pelo juiz, ouvidos os pais, tutores ou representantes legais do menor ou do interdito, sem prejuízo dos direitos adquiridos por terceiros.

§ 2 Não ficam sujeitos ao resultado da empresa os bens que o incapaz já possuía, ao tempo da sucessão ou da interdição, desde que estranhos ao acervo daquela, devendo tais fatos constar do alvará que conceder a autorização.

§ 3 O Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais deverá registrar contratos ou alterações contratuais de sociedade que envolva sócio incapaz, desde que atendidos, de forma conjunta, os seguintes pressupostos:

I – **o sócio incapaz não pode exercer a administração da sociedade**;

II – o capital social deve ser totalmente integralizado;

III – o sócio relativamente incapaz deve ser assistido e o absolutamente incapaz deve ser representado por seus representantes legais.

Como o enunciado já afirma que Álvares Florence já está assistindo o filho e o capital da empresa está integralizado, é necessário que o pressuposto do inciso I do §3º desse artigo seja atendido para que o filho de Álvares ingresse na sociedade.

B) Errado

Como visto, o art. 974 expressamente permite o ingresso do relativamente incapaz na sociedade, desde que atendidos alguns requisitos.

C) Errado

Como visto, o art. 974 expressamente permite o ingresso do relativamente incapaz na sociedade, desde que atendidos alguns requisitos.

D) Correto

A alternativa está de acordo com a determinação do art. 974 do Código Civil.

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 50

André de Barros foi desapossado de nota promissória com vencimento à vista no valor de R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), pagável em Lagoa Vermelha/RS, que lhe foi endossada em branco pela sociedade empresária Arvorezinha Materiais de Limpeza Ltda. Em relação aos direitos cambiários decorrentes da nota promissória, assinale a afirmativa correta.

A) A sociedade empresária endossante ficará desonerada se o título não for restituído a André de Barros no prazo de 30 (trinta) dias da data do desapossamento.
B) André de Barros poderá obter a anulação do título desapossado e um novo título em juízo, bem como impedir que seu valor seja pago a outrem.
C) A sociedade empresária endossante não poderá opor ao portador atual exceção fundada em direito pessoal ou em nulidade de sua obrigação.
D) O subscritor da nota promissória ficará desonerado perante o portador atual se provar que o título foi desapossado de André de Barros involuntariamente.

Comentário:

A) Errado

Em função do art. 909º do Código Civil:

> Art. 909. O proprietário, que perder ou extraviar título, ou for injustamente desapossado dele, poderá obter novo título em juízo, bem como impedir sejam pagos a outrem capital e rendimentos.
> Parágrafo único. O pagamento, feito antes de ter ciência da ação referida neste artigo, exonera o devedor, salvo se se provar que ele tinha conhecimento do fato.

Assim, no caso apresentado, André de Barros poderá obter a anulação do título desapossado e um novo título em juízo, bem como impedir que seu valor seja pago a outrem.

B) Correto

Está de acordo com o art. 909º do Código Civil.

C) Errado

Está em desacordo com a disposição legal supracitada.

D) Errado

A hipótese apresentada não possui suporte legal.

Gabarito: Letra B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 51

Maria, ao perceber que o seu bem imóvel foi arrematado por preço vil, em processo de execução de título extrajudicial, procurou você, como advogado(a), para saber que defesa poderá invalidar a arrematação. Você verifica que, no 28º dia após o aperfeiçoamento da arrematação, a carta de arrematação foi expedida. Uma semana depois, você prepara a peça processual. Assinale a opção que indica a peça processual correta a ser proposta.

A) Impugnação à execução.

B) Petição simples nos próprios autos do processo de execução.

C) Ação autônoma de invalidação da arrematação.

D) Embargos do executado.

Comentários:

Trata-se de questão acerca do procedimento de alienação na execução de título extrajudicial. O aluno deve atentar-se ao fato de o enunciado deixar claro que o pleito ocorre após o aperfeiçoamento da arrematação. A disciplina da matéria encontra-se, mais precisamente, no artigo 903, §4º, do Código de Processo Civil.

> Art. 903, CPC. Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata

o §4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos.

§1º Ressalvadas outras situações previstas neste Código, a arrematação poderá, no entanto, ser:

I - invalidada, quando realizada por preço vil ou com outro vício;

II - considerada ineficaz, se não observado o disposto no art. 804;

III - resolvida, se não for pago o preço ou se não for prestada a caução.

§2º O juiz decidirá acerca das situações referidas no §1º, se for provocado em até 10 (dez) dias após o aperfeiçoamento da arrematação.

§3º Passado o prazo previsto no §2º sem que tenha havido alegação de qualquer das situações previstas no §1º, será expedida a carta de arrematação e, conforme o caso, a ordem de entrega ou mandado de imissão na posse.

§4º **Após a expedição da carta de arrematação ou da ordem de entrega, a invalidação da arrematação poderá ser pleiteada por ação autônoma, em cujo processo o arrematante figurará como litisconsorte necessário.**

§5º O arrematante poderá desistir da arrematação, sendo-lhe imediatamente devolvido o depósito que tiver feito:

I - se provar, nos 10 (dez) dias seguintes, a existência de ônus real ou gravame não mencionado no edital;

II - se, antes de expedida a carta de arrematação ou a ordem de entrega, o executado alegar alguma das situações previstas no §1º;

III - uma vez citado para responder a ação autônoma de que trata o §4º deste artigo, desde que apresente a desistência no prazo de que dispõe para responder a essa ação.

§6º Considera-se ato atentatório à dignidade da justiça a suscitação infundada de vício com o objetivo de ensejar a desistência do arrematante, devendo o suscitante ser condenado, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, ao pagamento de multa, a ser fixada pelo juiz e devida ao exequente, em montante não superior a vinte por cento do valor atualizado do bem.

A) Errado

De pronto, pode-se eliminar a alternativa "A", pois não é caso de impugnação, cujas hipóteses de cabimento encontram-se no artigo 525, §1º, do CPC, dentre as quais não há qualquer menção à invalidação da arrematação.

> Art. 525, CPC. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado,

> independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.
> §1º **Na impugnação, o executado poderá alegar:**
> I - falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia;
> II - ilegitimidade de parte;
> III - inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação;
> IV - penhora incorreta ou avaliação errônea;
> V - excesso de execução ou cumulação indevida de execuções;
> VI - incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução;
> VII - qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença. (...)

B) Errado

Também incorreta a letra "B", conforme depreende-se do artigo 903, §4º, acima transcrito, o qual estabelece que a invalidação deve se dar por intermédio de ação autônoma.

C) Correto

A assertiva "C", por sua vez, encontra-se em perfeita conformidade com o artigo 903, §4º, do CPC, pois dispõe que após a expedição da carta de arrematação, a invalidação desta deve ser suscitada através de ação autônoma.

D) Errado

Por fim, equivocada a alternativa "D", já que dentre as hipóteses de cabimento dos embargos à execução, elencadas no artigo 917 do CPC, não consta a invalidação da arrematação.

> Art. 917, CPC. Nos **embargos à execução, o executado poderá alegar**:
> I - inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação;
> II - penhora incorreta ou avaliação errônea;
> III - excesso de execução ou cumulação indevida de execuções;
> IV - retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de execução para entrega de coisa certa;
> V - incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução;

> VI - qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento. (...)

Gabarito: C.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca.

Questão 52

Em virtude do rompimento de uma represa, o Ministério Público do Estado do Acre ajuizou ação em face da empresa responsável pela sua construção, buscando a condenação pelos danos materiais e morais sofridos pelos habitantes da região atingida pelo incidente. O pedido foi julgado procedente, tendo sido fixada a responsabilidade da ré pelos danos causados, mas sem a especificação dos valores indenizatórios. Em virtude dos fatos narrados, Ana Clara teve sua casa destruída, de modo que possui interesse em buscar a indenização pelos prejuízos sofridos. Na qualidade de advogado(a) de Ana Clara, assinale a orientação correta a ser dada à sua cliente.

A) Considerando que Ana Clara não constou do polo ativo da ação indenizatória, não poderá se valer de seus efeitos.

B) Ana Clara e seus sucessores poderão promover a liquidação e a execução da sentença condenatória.

C) A sentença padece de nulidade, pois o Ministério Público não detém legitimidade para ajuizar ação no lugar das vítimas.

D) A prolatação de condenação genérica, sem especificar vítimas ou valores, contraria disposição legal.

Comentários:

O enunciado refere-se à responsabilidade civil e remete à ausência de especificação do *quantum* indenizatório. Ademais, o aluno deve ficar atento, pois se trata de ação ajuizada pelo Ministério Público para defesa de interesses individuais homogêneos. Eis uma questão na qual a interdisciplinaridade é patente. A normatização da

matéria encontra-se, concomitantemente, no Código de Defesa do Consumidor e no Código de Processo Civil.

> Art. 95, CDC. Em caso de procedência do pedido, **a condenação será genérica**, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados.
>
> Art. 97, CDC. A liquidação e a execução de sentença **poderão ser promovidas pela vítima e seus sucessores**, assim como pelos legitimados de que trata o art. 82.
> Parágrafo único. (Vetado).
>
> Art. 491, CPC. Na ação relativa à obrigação de pagar quantia, ainda que formulado pedido genérico, a decisão definirá desde logo a extensão da obrigação, o índice de correção monetária, a taxa de juros, o termo inicial de ambos e a periodicidade da capitalização dos juros, se for o caso, **salvo quando**:
> I - **não for possível determinar, de modo definitivo, o montante devido**;
> II - **a apuração do valor devido depender da produção de prova de realização demorada ou excessivamente dispendiosa, assim reconhecida na sentença**. (...)

A) Errado

Incialmente, incorreta a alternativa "A", pois afirma ser inviável o pleito individual de vítima que não conste no polo ativo da ação originária. Ocorre que não há vedação a tal requerimento individual. Aqui, é interessante rememorar o artigo 81 do Código de Defesa do Consumidor, o qual esclarece que a defesa dos direitos pode ocorrer individual ou coletivamente.

> Art. 81, CDC. **A defesa dos interesses e direitos** dos consumidores e das vítimas **poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo**.
> Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:
> I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;
> II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;

III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.

B) Correto

Por outro lado, completamente adequada a redação da assertiva "B", a qual afirma que tanto a vítima quanto seus sucessores poderão promover a liquidação e a execução da sentença, conforme o artigo 97 do CDC, transcrito linhas acima.

C) Errado

Incorreta a letra "C", pois diferentemente do que afirma, o Ministério Público possui legitimidade concorrente para defesa dos direitos discutidos no enunciado, conforme preceitua o artigo 82 do Código de Defesa do Consumidor.

Art. 82, CDC. Para os fins do art. 81, parágrafo único, são **legitimados concorrentemente**: (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995)
I - o **Ministério Público**,
II - a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal;
III - as entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos por este código;
IV - as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos por este código, dispensada a autorização assemblear.
§1° O requisito da pré-constituição pode ser dispensado pelo juiz, nas ações previstas nos arts. 91 e seguintes, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido.
§2° (Vetado).
§3° (Vetado).

D) Errado

Igualmente equivocada a alternativa "D", pois afronta o artigo 491 do Código de Processo Civil, transcrito linhas acima, o qual autoriza a prolação de sentenças genéricas em casos específicos.

Gabarito: B.

Questão 53

Na vigência do Código de Processo Civil de 2015, José ajuizou ação contra Luíza, postulando uma indenização de R$ 100.000,00 (cem mil reais), tendo o pedido formulado sido julgado integralmente procedente, por meio de sentença transitada em julgado. Diante disso, José deu início ao procedimento de cumprimento de sentença, tendo Luíza (executada) apresentado impugnação, a qual, no entanto, foi rejeitada pelo respectivo juízo, por meio de decisão contra a qual não foi interposto recurso no prazo legal. Prosseguiu-se ao procedimento do cumprimento de sentença para satisfação do crédito reconhecido em favor de José. Ocorre que, após o trânsito em julgado da sentença exequenda e a rejeição da impugnação, o Supremo Tribunal Federal proferiu acórdão, em sede de controle de constitucionalidade concentrado, reconhecendo a inconstitucionalidade da lei que fundamentou o título executivo judicial que havia condenado Luíza na fase de conhecimento. Diante da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a situação hipotética, Luiza poderá

A) interpor recurso de agravo de instrumento contra a decisão que rejeitou sua impugnação, mesmo já tendo se exaurido o prazo legal para tanto, uma vez que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade da lei que fundamentou a sentença exequenda.

B) interpor recurso de apelação contra a decisão que rejeitou sua impugnação, mesmo já tendo se exaurido o prazo legal para tanto, uma vez que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade da lei que fundamentou a sentença exequenda.

C) oferecer nova impugnação ao cumprimento de sentença, alegando a inexigibilidade da obrigação, tendo em vista que, após o julgamento de sua primeira impugnação, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade da lei que fundamentou a sentença proferida na fase de conhecimento, que serviu de título executivo judicial.

D) ajuizar ação rescisória, em virtude de a sentença estar fundada em lei julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle concentrado de constitucionalidade.

Comentários:

A questão aborda a temática da impugnação ao cumprimento de sentença, fundada em título executivo judicial inexigível em virtude de decisão posterior do Supremo Tribunal Federal. O aluno deve atentar-se à informação do enunciado acerca da ocorrência do trânsito em julgado da sentença. A matéria encontra-se regulamentada no artigo 525, §§12 e 15, do Código de Processo Civil.

> Art. 525, CPC. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.
> §1º Na impugnação, o executado poderá alegar:
> I - falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia;
> II - ilegitimidade de parte;
> III - **inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação**;
> IV - penhora incorreta ou avaliação errônea;
> V - excesso de execução ou cumulação indevida de execuções;
> VI - incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução;
> VII - qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença.
> §2º A alegação de impedimento ou suspeição observará o disposto nos arts. 146 e 148.
> §3º Aplica-se à impugnação o disposto no art. 229.
> §4º Quando o executado alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante da sentença, cumprir-lhe-á declarar de imediato o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado de seu cálculo.
> §5º Na hipótese do §4º, não apontado o valor correto ou não apresentado o demonstrativo, a impugnação será liminarmente rejeitada, se o excesso de execução for o seu único fundamento, ou, se houver outro, a

impugnação será processada, mas o juiz não examinará a alegação de excesso de execução.

§6º A apresentação de impugnação não impede a prática dos atos executivos, inclusive os de expropriação, podendo o juiz, a requerimento do executado e desde que garantido o juízo com penhora, caução ou depósito suficientes, atribuir-lhe efeito suspensivo, se seus fundamentos forem relevantes e se o prosseguimento da execução for manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação.

§7º A concessão de efeito suspensivo a que se refere o §6º não impedirá a efetivação dos atos de substituição, de reforço ou de redução da penhora e de avaliação dos bens

§8º Quando o efeito suspensivo atribuído à impugnação disser respeito apenas a parte do objeto da execução, esta prosseguirá quanto à parte restante.

§9º A concessão de efeito suspensivo à impugnação deduzida por um dos executados não suspenderá a execução contra os que não impugnaram, quando o respectivo fundamento disser respeito exclusivamente ao impugnante.

§10. Ainda que atribuído efeito suspensivo à impugnação, é lícito ao exequente requerer o prosseguimento da execução, oferecendo e prestando, nos próprios autos, caução suficiente e idônea a ser arbitrada pelo juiz.

§11. As questões relativas a fato superveniente ao término do prazo para apresentação da impugnação, assim como aquelas relativas à validade e à adequação da penhora, da avaliação e dos atos executivos subsequentes, podem ser arguidas por simples petição, tendo o executado, em qualquer dos casos, o prazo de 15 (quinze) dias para formular esta arguição, contado da comprovada ciência do fato ou da intimação do ato.

§12. Para efeito do disposto no inciso III do §1º deste artigo, **considera-se também inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal,** ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal , em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso.

§13. No caso do §12, os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal poderão ser modulados no tempo, em atenção à segurança jurídica.

§14. A decisão do Supremo Tribunal Federal referida no §12 deve ser anterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda.

> §15. **Se a decisão referida no §12 for proferida após o trânsito em julgado da decisão exequenda, caberá ação rescisória,** cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal.

A) Errado

Inicialmente, incorreta a letra "A", por afronta expressa aos parágrafos destacados acima, uma vez que o enunciado suscita o agravo de instrumento como medida judicial cabível à hipótese.

B) Errado

Igualmente equivocada a alternativa "B", pois vai de encontro ao disposto no artigo transcrito linhas acima, enunciando ser cabível o recurso de apelação.

C) Errado

Também errada a assertiva "C", já que igualmente desrespeita o artigo em epígrafe, apontando que a medida adequada à situação hipotética seria nova impugnação ao cumprimento de sentença.

D) Correto

Resta, portanto, apenas a alternativa "D" como correta, já que, conforme o artigo 525, §§12 e 15 do Diploma Adjetivo Civil, esclarece que seria adequado o ajuizamento de ação rescisória, tendo em vista que a sentença está fundada em lei julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle concentrado de constitucionalidade

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca.

Questão 54

Raquel, servidora pública federal, pretende ajuizar ação em face da União, pleiteando a anulação de seu ato de demissão, bem como requerendo a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), tendo em vista o sofrimento causado por ato que considera ilegal. Na qualidade de advogado(a) de Raquel, a respeito do rito a ser seguido na hipótese, assinale a afirmativa correta.

A) A ação deverá seguir o rito dos Juizados Especiais Federais (Lei nº 10.259/01), uma vez que o valor da causa é inferior a 60 (sessenta) salários mínimos.

B) Tendo em vista que a ré é um ente público, aplica-se à hipótese o rito disposto na Lei nº 12.153/09, que regulamenta os Juizados Especiais da Fazenda Pública.

C) Poderá ser utilizado tanto o rito comum como o dos Juizados Especiais, já que, no foro onde estiver instalada a Vara do Juizado Especial, sua competência é relativa.

D) O rito a ser observado será o rito comum, pois não é de competência dos Juizados Especiais pretensão que impugna pena de demissão imposta a servidor público civil.

Comentários:

O enunciado está relacionado à competência para ajuizamento de ação contra a União. *A priori,* cumpre ressaltar que a pretensa autora é servidora pública e o objeto da ação é a anulação de demissão. A julgar pelo valor da causa, parte-se para a legislação que regulamenta os Juizados Especiais Federais, cuja competência encontra-se discriminada em seu artigo 3º.

> Art. 3º, Lei nº 10.259/01. Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar **causas de competência da Justiça Federal até**

> **o valor de sessenta salários mínimos**, bem como executar as suas sentenças.
> §1º **Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível** as causas:
> I - referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;
> II - sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;
> III - para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;
> IV - **que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis** ou de sanções disciplinares aplicadas a militares.
> §2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor referido no art. 3º, *caput*.
> §3º **No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta**.

A) Errado

De pronto, constata-se o equívoco da assertiva "A", já que a situação hipotética descrita no enunciado constitui exceção à regra de competência dos Juizados, estabelecida no §1º do artigo transcrito logo acima.

B) Errado

Equivocada a letra "B", pois trata-se de servidora pública federal, logo atraindo a competência para a Justiça Federal, diante de possível interesse da União no feito. Ademais, a própria legislação dos Juizados Especiais da Fazenda Pública exclui a situação narrada de sua competência, em seu artigo 2º, *caput* e §1º, I.

> Art. 2º, Lei nº 12.153/09. É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de **interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios**, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.
> §1º **Não se incluem na competência** do Juizado Especial da Fazenda Pública:

I – as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;

II – as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas;

III – **as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis** ou sanções disciplinares aplicadas a militares.

§2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de 12 (doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas não poderá exceder o valor referido no *caput* deste artigo.

§3º (VETADO)

§4º No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.

C) Errado

Também incorreta a alternativa "C", pois, diferentemente do que dispõe, no foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta, conforme o artigo 3º, §3º, da Lei nº 10.259/01.

D) Correto

Logo, correta a alternativa "D", a qual estabelece que se deve observar o rito comum, em virtude da exclusão de feitos cujo objeto seja a impugnação de demissão de servidores públicos da competência dos Juizados, mesmo diante de causa cujo valor não exceda sessenta salários mínimos, em consonância com o artigo 3º, §1º, IV, da Lei nº 10.259/01.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca.

Questão 55

Maria ajuizou ação em face de José, sem mencionar, na inicial, se pretendia ou não realizar audiência de conciliação ou mediação. Assim, o juiz designou a referida audiência, dando ciência às partes. O réu informou ter interesse na realização de tal audiência, enquanto Maria, devidamente intimada, quedou-se silente. Chegado o dia da audiência de conciliação, apenas José, o réu, compareceu. A respeito do caso narrado, assinale a opção que apresenta possível consequência a ser suportada por Maria.

A) Não existem consequências previstas na legislação pela ausência da autora à audiência de conciliação ou mediação.

B) Caso não compareça, nem apresente justificativa pela ausência, Maria será multada em até 2% da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa.

C) Diante da ausência da autora à audiência de conciliação ou mediação, o processo deverá ser extinto.

D) Diante da ausência da autora à audiência de conciliação ou mediação, as alegações apresentadas pelo réu na contestação serão consideradas verdadeiras.

Comentários:

Questiona-se acerca das consequências advindas da ausência em audiência de autocomposição. A audiência de conciliação ou mediação encontra-se regulamentada no artigo 334 do Diploma Adjetivo Civil.

> Art. 334, CPC. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

§1º O conciliador ou mediador, onde houver, atuará necessariamente na audiência de conciliação ou de mediação, observando o disposto neste Código, bem como as disposições da lei de organização judiciária.
§2º Poderá haver mais de uma sessão destinada à conciliação e à mediação, não podendo exceder a 2 (dois) meses da data de realização da primeira sessão, desde que necessárias à composição das partes.
§3º A intimação do autor para a audiência será feita na pessoa de seu advogado.
§4º A audiência não será realizada:
I - se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual;
II - quando não se admitir a autocomposição.
§5º O autor deverá indicar, na petição inicial, seu desinteresse na autocomposição, e o réu deverá fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.
§6º Havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado por todos os litisconsortes.
§7º A audiência de conciliação ou de mediação pode realizar-se por meio eletrônico, nos termos da lei.
§8º **O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa**, revertida em favor da União ou do Estado.
§9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos.
§10. A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.
§11. A autocomposição obtida será reduzida a termo e homologada por sentença.
§12. A pauta das audiências de conciliação ou de mediação será organizada de modo a respeitar o intervalo mínimo de 20 (vinte) minutos entre o início de uma e o início da seguinte.

A) Errado

Equivocada a alternativa "A", já que afasta quaisquer ônus advindos do não comparecimento à audiência, em desconformidade ao que preceitua o §8º acima transcrito.

B) Correto

Por outro lado, correta a letra "B", que estabelece multa de até 2% da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa para a parte que não comparecer à audiência nem justificar sua ausência, em consonância ao artigo 334, §8º em epígrafe.

C) Errado

A alternativa "C", no entanto, está equivocada, pois a ausência injustificada à audiência dá ensejo à multa estabelecida no parágrafo destacado, não à extinção do processo.

D) Errado

Igualmente incorreta a assertiva "D", pois as consequências narradas na alternativa correspondem à figura da revelia, a qual não se impõe ao autor da ação.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 56

O Tribunal de Justiça do Estado X, em mandado de segurança de sua competência originária, denegou a ordem em ação dessa natureza impetrada por Flávio. Este, por seu advogado, inconformado com a referida decisão, interpôs recurso especial. Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

A) O Superior Tribunal de Justiça poderá conhecer do recurso especial, por aplicação do princípio da fungibilidade recursal.

B) O recurso especial não é cabível na hipótese, eis que as decisões denegatórias em mandados de segurança de competência originária de Tribunais de Justiça somente podem ser impugnadas por meio de recurso extraordinário.

C) O recurso especial não deve ser conhecido, na medida em que o recurso ordinário é que se mostra cabível no caso em tela.

D) As decisões denegatórias de mandados de segurança de competência originária de Tribunais são irrecorríveis, razão pela qual o recurso não deve ser conhecido.

Comentários:

O enunciado indaga acerca da medida adequada à impugnação de decisão denegatória em mandado de segurança de competência originária de Tribunal de Justiça. Mais uma questão na qual é possível constatar a interdisciplinaridade. A matéria encontra respaldo constitucional e no Código de Processo Civil.

> Art. 105, CF. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: (...)
> II - julgar, em **recurso ordinário**: (...)
> b) os **mandados de segurança decididos em única instância pelos** Tribunais Regionais Federais ou pelos **tribunais dos Estados**, do Distrito Federal e Territórios, **quando denegatória a decisão**;
>
> Art. 1.027, CPC. Serão julgados em **recurso ordinário**:

I - pelo Supremo Tribunal Federal, os mandados de segurança, os habeas data e os mandados de injunção decididos em única instância pelos tribunais superiores, quando denegatória a decisão;
II - pelo **Superior Tribunal de Justiça**:
a) os **mandados de segurança decididos em única instância pelos tribunais** regionais federais ou **pelos tribunais de justiça dos Estados** e do Distrito Federal e Territórios, **quando denegatória a decisão**;
b) os processos em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

§1º Nos processos referidos no inciso II, alínea "b", contra as decisões interlocutórias caberá agravo de instrumento dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, nas hipóteses do art. 1.015.
§2º Aplica-se ao recurso ordinário o disposto nos arts. 1.013, §3º, e 1.029, §5º.

A) Errado

Incorreta a alternativa "A", já que suscita a possibilidade de aplicação do princípio da fungibilidade, para que o recurso especial faça às vezes do recurso ordinário. Todavia, não há tal possibilidade, haja vista a clareza dos dispositivos acima transcritos quanto à medida adequada.

B) Errado

Igualmente equivocada a letra "B", pois aponta que a medida adequada à hipótese é o recurso extraordinário, diferentemente da previsão legal.

C) Correto

Por outro lado, perfeitamente adequada a redação da assertiva "C", pois aponta a inviabilidade do conhecimento do REsp, tendo em vista que a medida adequada é o recurso ordinário, consoante os artigos 105, II, "b", da CF; e 1.027, II, "a", do CPC.

D) Errado

Por fim, a alternativa "D" deve ser eliminada, pois aponta para a irrecorribilidade das decisões denegatórias de mandados de segurança de competência originária

de Tribunais, quando, em verdade, podem ser impugnadas através de recurso ordinário.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca.

Questão 57

Pedro, na qualidade de advogado, é procurado por Alfredo, para que seja proposta uma demanda em face de João, já que ambos não conseguiram se compor amigavelmente. A fim de embasar suas alegações de fato, Alfredo entrega a Pedro contundentes documentos, que efetivamente são juntados à petição inicial, pela qual, além da procedência dos pedidos, Pedro requer a concessão de liminar em favor de seu cliente. Malgrado a existência de tese firmada em julgamento de recurso repetitivo favorável a Alfredo, o juiz indefere a liminar, sob o fundamento de que não existe urgência capaz de justificar o requerimento. Posto isso, a decisão está

A) correta, pois, ainda que o autor tenha razão, o devido processo legal impõe que seu direito seja reconhecido apenas na sentença, exceto na hipótese de urgência, o que não é o caso.

B) incorreta, pois, se as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos, como no caso, a liminar pode ser deferida.

C) correta, pois a liminar só poderia ser deferida se, em vez de tese firmada em sede de recurso repetitivo, houvesse súmula vinculante favorável ao pleito do autor.

D) incorreta, pois a tutela de evidência sempre pode ser concedida liminarmente.

Comentários:

A questão aborda a temática das tutelas provisórias. Alguns pontos do enunciado chamam a atenção: a existência de "contundentes documentos" e "a existência de tese firmada em julgamento de recurso repetitivo". Tais informações apontam para à possibilidade de concessão de tutela de evidência, disciplinada no artigo 311 do Diploma Adjetivo Civil. O candidato deve discernir perfeitamente a tutela de

evidência e a tutela de urgência, cuja maior distinção reside na presença ou não de perigo de dano ou risco ao resultado do processo.

> Art. 311, CPC. A tutela da evidência será concedida, **independentemente da demonstração de perigo** de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:
> I - ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte;
> II - **as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos** ou em súmula vinculante;
> III - se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa;
> IV - a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.
> Parágrafo único. **Nas hipóteses dos incisos II e III, o juiz poderá decidir liminarmente**.

A) Errado

Equivocada a alternativa "A", pois afasta a concessão de medida liminar no caso de ausência de urgência. Ocorre que tal possibilidade é expressamente prevista no parágrafo único acima transcrito.

B) Correto

Por outro lado, correta a letra "B", já que afirma a possibilidade de concessão de medida liminar quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos, em conformidade com o artigo 311, II e parágrafo único, do CPC.

C) Errado

A assertiva "C" deve ser eliminada, pois afirma que a concessão de liminar somente seria possível em caso de haver súmula vinculante favorável. Ocorre que o inciso II,

transcrito linhas acima, afirma tal possibilidade também para as hipóteses de conformidade à tese firmada em recurso repetitivo.

D) Errado

Por fim, igualmente incorreta a alternativa "D", já que afirma a possibilidade irrestrita de concessão liminar de tutela de evidência, enquanto o parágrafo único em epígrafe discrimina as possibilidades de concessão.

Gabarito: B.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca e Doutrina.

DIREITO PENAL

Questão 58

Inconformado com o comportamento de seu vizinho, que insistia em importunar sua filha de 15 anos, Mário resolve dar-lhe uma "lição" e desfere dois socos no rosto do importunador, nesse momento com o escopo de nele causar diversas lesões. Durante o ato, entendendo que o vizinho ainda não havia sofrido na mesma intensidade do constrangimento de sua filha, decide matá-lo com uma barra de ferro, o que vem efetivamente a acontecer.

Descobertos os fatos, o Ministério Público oferece denúncia em face de Mário, imputando-lhe a prática dos crimes de lesão corporal dolosa e homicídio, em concurso material. Durante toda a instrução, Mário confirma os fatos descritos na denúncia.

Considerando apenas as informações narradas e confirmada a veracidade dos fatos expostos, o(a) advogado(a) de Mário, sob o ponto de vista técnico, deverá buscar o reconhecimento de que Mário pode ser responsabilizado

A) apenas pelo crime de homicídio, por força do princípio da consunção, tendo ocorrido a chamada progressão criminosa.

B) apenas pelo crime de homicídio, por força do princípio da alternatividade, sendo aplicada a regra do crime progressivo.

C) apenas pelo crime de homicídio, com base no princípio da especialidade.

D) pelos crimes de lesão corporal e homicídio, em concurso formal.

Comentário:

A) Correto

Apesar de Mário ter iniciado com o dolo de apenas lesionar a vítima, durante a execução ele decide praticar o homicídio. Observa-se que há um nexo de dependência entre os crimes e a pena do crime fim mais gravoso, o homicídio, assim, deve ser aplicado o princípio da consunção (em uma sucessão de condutas, o resultado mais grave absorve o crime meio, aplicando-se a pena mais gravosa), em face da progressão criminosa (o agente deseja inicialmente produzir um resultado e, após atingi-lo, decide prosseguir com a agressão produzindo uma lesão mais grave).

B) Errado

Ainda que a alternativa aponte para que o autor responda apenas pelo homicídio, sua justificativa está incorreta. Primeiramente, a alternativa aponta o princípio da alternatividade, que se caracteriza pela seleção da norma aplicável quando a mesma ação antijurídica é definida pelo legislador mais de uma vez, como nos delitos de apropriação indébita e peculato, o que não se aplica no caso apresentado, uma vez que, nele, há uma sucessão de condutas em que o resultado mais grave absorve o meio menos gravoso (princípio da consunção). Em seguida, a alternativa afirma que deve ser aplicada a ideia do crime progressivo, que ocorre quando o agente tem por objetivo desde o início, produzir o resultado mais grave, praticando, assim, através de atos sucessivos, crescentes violações ao bem jurídico. Nesse caso, há uma única conduta comandada por uma só vontade, mas compreendida por diversos atos. Essa regra não deve prevalecer no caso apresentado, uma vez que o dolo do autor não foi, desde o princípio, o de homicídio, na verdade, houve uma progressão

criminosa em que o dolo da lesão corporal passou, sucessivamente, ao dolo do homicídio.

C) Errado

Apesar da alternativa apontar para a solução do autor responder apenas pela conduta mais gravosa (homicídio), sua justificativa é inconsistente. O princípio da especialidade afirma que a norma específica sobrepõe a norma geral, no entanto, esse princípio não tem nenhuma relação com o caso apresentado.

D) Errado

A alternativa aponta para a hipótese do concurso formal. O concurso final se dá quando o autor, com apenas uma ação, pratica duas ou mais condutas típicas (delitos). No caso apresentado, houve uma marcada divisão entre as condutas do autor, que primeiramente realizou a lesão corporal leve ao desferir socos na vítima e em seguida, sendo alterado seu dolo com a progressão criminosa, pratica o homicídio com a barra de ferro. Assim, essa hipótese não pode subsistir.

Gabarito: Letra A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina

Questão 59

Em 05/10/2018, Lúcio, com o intuito de obter dinheiro para adquirir uma moto em comemoração ao seu aniversário de 18 anos, que aconteceria em 09/10/2018, sequestra Danilo, com a ajuda de um amigo ainda não identificado. No mesmo dia, a dupla entra em contato com a família da vítima, exigindo o pagamento da quantia de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para sua liberação. Duas semanas após a restrição da liberdade da vítima, período durante o qual os autores permaneceram em constante contato com a família da vítima exigindo o pagamento do resgate, a polícia encontrou o local do cativeiro e conseguiu libertar Danilo, encaminhando, de imediato, Lúcio à Delegacia. Em sede policial, Lúcio entra em contato com o advogado da família.

Considerando os fatos narrados, o(a) advogado(a) de Lúcio, em entrevista pessoal e reservada, deverá esclarecer que sua conduta

A) não permite que seja oferecida denúncia pelo Ministério Público, pois o Código Penal adota a Teoria da Ação para definição do tempo do crime, sendo Lúcio inimputável para fins penais.

B) não permite que seja oferecida denúncia pelo órgão ministerial, pois o Código Penal adota a Teoria do Resultado para definir o tempo do crime, e, sendo este de natureza formal, sua consumação se deu em 05/10/2018.

C) configura fato típico, ilícito e culpável, podendo Lúcio ser responsabilizado, na condição de imputável, pelo crime de extorsão mediante sequestro qualificado na forma consumada.

D) configura fato típico, ilícito e culpável, podendo Lúcio ser responsabilizado, na condição de imputável, pelo crime de extorsão mediante sequestro qualificado na forma

tentada, já que o crime não se consumou por circunstâncias alheias à sua vontade, pois não houve obtenção da vantagem indevida.

Comentário:

A) Errado

O enunciado indica a realização do delito de extorsão mediante sequestro, previsto no Código Penal: "Art. 159 - Sequestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate. "

Apesar do Código Penal realmente adotar a Teoria da Ação para definição do tempo do crime ("Art. 4º Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado"), tem-se, nesse caso, a figura de um delito permanente, ou seja, cuja consumação se protrai no tempo, enquanto durar a conduta típica). Dessa forma, como o delito se protraiu por duas semanas, Danilo já era imputável ao tempo da realização da conduta típica.

B) Errado

Como visto, o Código Penal aponta em seu art. 4º que a Teoria da Ação é utilizada para definir o momento do crime, que, nesse caso, por ser um crime permanente, se consumou durante todo o tempo em que foi realizada a conduta típica ("Sequestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate"). Assim, a alternativa não pode subsistir.

C) Correto

Em relação à primeira afirmação, como visto, em razão do delito de extorsão mediante sequestro ser crime permanente e o Código Penal adotar a Teoria da Ação para definir o tempo do crime, Danilo tornou-se imputável quando praticava a conduta típica. Quanto à segunda afirmação, tem-se que o delito de

extorsão mediante sequestro consuma-se no momento da realização da conduta típica ("Sequestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate").

Dessa forma, o intuito de obter indevida vantagem econômica trata-se de especial fim de agir, não sendo requisito para consumação do crime, mas mero exaurimento dele. Assim, a conduta típica já é suficiente para a consumação do delito, sendo a obtenção de vantagem mero exaurimento dele.

C) Errado

Como visto, não se configura a tentativa pois o delito consuma-se com a realização da conduta típica. A obtenção de da indevida vantagem econômica, prevista no tipo do art. 158 do Código Penal como o seu especial fim de agir, é considerada mero exaurimento do crime.

Gabarito: Letra C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca, Jurisprudência

Questão 60

Após discussão em uma casa noturna, Jonas, com a intenção de causar lesão, aplicou um golpe de arte marcial em Leonardo, causando fratura em seu braço. Leonardo, então, foi encaminhado ao hospital, onde constatou-se a desnecessidade de intervenção cirúrgica e optou-se por um tratamento mais conservador com analgésicos para dor, o que permitiria que ele retornasse às suas atividades normais em 15 dias.

A equipe médica, sem observar os devidos cuidados exigidos, ministrou o remédio a Leonardo sem observar que era composto por substância à qual o paciente informara ser alérgico em sua ficha de internação. Em razão da medicação aplicada, Leonardo sofreu choque anafilático, evoluindo a óbito, conforme demonstrado em seu laudo de exame cadavérico.

Recebidos os autos do inquérito, o Ministério Público ofereceu denúncia em face de Jonas, imputando-lhe o crime de homicídio doloso.

Diante dos fatos acima narrados e considerando o estudo da teoria da equivalência, o(a) advogado(a) de Jonas deverá alegar que a morte de Leonardo decorreu de causa superveniente

A) absolutamente independente, devendo ocorrer desclassificação para que Jonas responda pelo crime de lesão corporal seguida de morte.

B) relativamente independente, devendo ocorrer desclassificação para o crime de lesão corporal seguida de morte, já que a morte teve relação com sua conduta inicial.

C) relativamente independente, que, por si só, causou o resultado, devendo haver desclassificação para o crime de homicídio culposo.

D) relativamente independente, que, por si só, produziu o resultado, devendo haver desclassificação para o crime de lesão corporal, não podendo ser imputado o resultado morte.

Comentário:

A) Errado

A questão trata do nexo de causalidade entre a ação de Jonas e o resultado morte de Leonardo. Como visto no enunciado da questão, Jonas atingiu seu dolo com a realização de sua conduta, cujo resultado foi a lesão corporal leve (art. 129, CP). Entretanto, denota-se que não foi sua conduta a que deu causa ao resultado morte, mas a negligência da enfermeira que aplicou medicamento ao qual a vítima era alérgica. Nesse caso tem-se uma causa superveniente relativamente independente que, por si só, gerou o resultado:

> Art. 13 (...)
>
> § 1º - A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.

A alternativa A aponta duas afirmações incorretas: primeiramente, que a morte decorreu de causa superveniente absolutamente independente, o que não pode prevalecer uma vez que o a causa do resultado teve uma relação, ainda que mínima, com a conduta de Jonas (se não houvesse ocorrido a lesão corporal, Leonardo não estaria no hospital e sofreria a aplicação do medicamento do qual era alérgico). No caso da causa absolutamente independente, o resultado não tem relação causal com a conduta concorrente, o que não se observa no caso apresentado.

A segunda afirmativa seria a de que Jonas deve responder pelo crime de lesão corporal seguida de morte. Verifica-se a incongruência da própria alternativa, uma vez que se a causa da morte fosse absolutamente independente da conduta

de Jonas, ele deveria responder apenas pelos fatos anteriormente praticados (lesão corporal), como ocorre também quando a causa é superveniente relativamente independente que por si só produziu o resultado (a causa efetiva superveniente não está na linha de desdobramento causal normal da conduta concorrente. A causa efetiva é um evento imprevisível, que sai da linha da normalidade.

B) Errado

Como visto, nesse caso a causa do resultado não foi apenas relativamente independente, mas produziu por si só o resultado, uma vez que apesar de haver um limiar entre a conduta de Jonas e a causa que efetivamente gerou o resultado, esta trata-se de um evento imprevisível, que foge da normalidade. Nesse caso, aplica-se o disposto no parágrafo §1º do art. 13 do Código Penal, ou seja, Jonas só deverá responder pelos fatos anteriores, que praticou (lesão corporal).

C) Errado

Nesse caso, a alternativa está correta no que se refere à relação entre a ação de Jonas e a causa efetiva do resultado (relativamente independente, que por si só, produziu o resultado) mas não a seus efeitos. A alternativa está em desacordo com a disposição do §1º do art. 13 do CP, que explicita, que nesse caso, a causa relativamente independente "exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou". Dessa forma, o autor deverá responder pelos fatos anteriores, ou seja, pela lesão corporal.

D) Correto

A alternativa aponta corretamente a relação entre a conduta de Jonas e a causa efetiva do resultado morte (causa superveniente relativamente independente que por si só produziu o resultado) e seus efeitos jurídicos, como previstos no §1º do art. 13 do Código Penal.

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca, Doutrina

Questão 61

Sandra, mãe de Enrico, de 4 anos de idade, fruto de relacionamento anterior, namorava Fábio. Após conturbado término do relacionamento, cujas discussões tinham como principal motivo a criança e a relação de Sandra com o ex-companheiro, Fábio comparece à residência de Sandra, enquanto esta trabalhava, para buscar seus pertences. Na ocasião, ele encontrou Enrico e uma irmã de Sandra, que cuidava da criança.
Com raiva pelo término da relação, Fábio, aproveitando-se da distração da tia, conversa com a criança sobre como seria legal voar do 8º andar apenas com uma pequena toalha funcionando como paraquedas. Diante do incentivo de Fábio, Enrico pula da varanda do apartamento com a toalha e vem a sofrer lesões corporais de natureza grave, já que cai em cima de uma árvore.

Descobertos os fatos, a família de Fábio procura advogado para esclarecimentos sobre as consequências jurídicas do ato. Considerando as informações narradas, sob o ponto de vista técnico, deverá o advogado esclarecer que a conduta de Fábio configura

A) conduta atípica, já que não houve resultado de morte a partir da instigação ao suicídio.
B) crime de instigação ao suicídio consumado, com pena inferior àquela prevista para quando há efetiva morte.
C) crime de instigação ao suicídio na modalidade tentada.
D) crime de homicídio na modalidade tentada.

Comentário:

A) Errado

A alternativa aponta a hipótese de Fábio ter realizado uma instigação ao suicídio, e, em razão dela não haver provocado o resultado morte, a conduta seria atípica. Primeiramente, esclarece-se que Fábio não poderia ter praticado o delito de instigação de suicídio, visto que a criança não tem discernimento para entender a situação de fato, funcionando, em verdade, como verdadeiro instrumento do agente. Assim, houve, na verdade, uma tentativa de homicídio. Em segundo lugar, a alternativa ainda está incorreta em relação aos efeitos que a suposta instigação teria gerado, uma vez que, caso realmente houvesse ocorrido a instigação e o resultado morte não houvesse se dado, apenas a lesão corporal, estaríamos diante da instigação ao suicídio na forma tentada (os delitos de instigação, induzimento ou auxílio ao suicídio consumam-se com a morte do suicida) e não de uma figura atípica.

B) Errado

Como visto, nesse caso não poderia haver o delito de instigação ao suicídio em razão da incapacidade da vítima de discernir a situação de fato. Além disso, ainda que houvesse, nesse caso ela se daria na forma tentada, visto que a consumação desse delito pressupõe resultado naturalístico, ou seja, a morte do suicida.

C) Errado

Como apresentado, nesse caso não poderia haver o delito de instigação ao suicídio em razão da incapacidade da vítima de discernir a situação de fato.

D) Correto

A alternativa aponta corretamente a tipificação da conduta de Fábio.

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca, Doutrina

Questão 62

João, por força de divergência ideológica, publicou, em 03 de fevereiro de 2019, artigo ofensivo à honra de Mário, dizendo que este, quando no exercício de função pública na Prefeitura do município de São Caetano, desviou verba da educação em benefício de empresa de familiares. Mário, inconformado com a falsa notícia, apresentou queixa-crime em face de João, sendo a inicial recebida em 02 de maio de 2019. Após observância do procedimento adequado, o juiz designou data para a realização da audiência de instrução e julgamento, sendo as partes regularmente intimadas. No dia da audiência, apenas o querelado João e sua defesa técnica compareceram.

Diante da ausência injustificada do querelante, poderá a defesa de João requerer ao juiz o reconhecimento

A) da decadência, que é causa de extinção da punibilidade.
B) do perdão do ofendido, que é causa de extinção da punibilidade.
C) do perdão judicial, que é causa de exclusão da culpabilidade.
D) da perempção, que é causa de extinção da punibilidade.

Comentário:

A) Errado

Os crimes contra a honra, como a calúnia, são crimes de ação privada. A respeito desses crimes, afirma o art. 60 do Código de Processo Penal:

> Art. 60. Nos casos em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á **perempta** a ação penal:

> I - quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos;
> II - quando, falecendo o querelante, ou sobrevindo sua incapacidade, não comparecer em juízo, para prosseguir no processo, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, qualquer das pessoas a quem couber fazê-lo, ressalvado o disposto no art. 36;
> **III - quando o querelante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente, ou deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais;**
> IV - quando, sendo o querelante pessoa jurídica, esta se extinguir sem deixar sucessor.

Diante disso, tem-se no CP que a perempção é causa de extinção da punibilidade:

> Art. 107 - Extingue-se a punibilidade: (...)
>
> **IV - pela prescrição, decadência ou perempção;**

Nessa alternativa, alega-se a existência de decadência, que se diferencia da perempção. Enquanto aquela é a perda do direito de ação em face do decurso do tempo (art. 38 do CPP), esta é a sanção processual ao querelante inerte ou negligente. Como visto, o direito de ação foi exercido pelo querelante em tempo hábil, segundo o CPP:

> Art. 38 Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, **decairá no direito de queixa ou de representação**, se não o exercer dentro do prazo de **seis meses**, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do art. 29, do dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia.

Assim, como a queixa-crime foi recebida 2 meses após a ciência do ofendido do autor do crime, não se configurou a decadência. Na verdade, houve a perempção, como previsto no art. 60, inciso III do CPP, em razão da negligência do querelante ao não comparecer injustificadamente à audiência.

B) Errado

Apesar do Código Penal admitir em seu art. 107 inciso V a extinção da punibilidade pela aceitação do perdão do ofendido nos crimes de ação privada ("V - pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada"), esse instituto não se aplica ao caso apresentado.

O perdão do ofendido ocorre apenas nos delitos de ação privada, sendo um ato em que o querelante desiste de prosseguir com a ação penal privada, desculpando o querelado pela prática da infração penal. Caso o perdão seja aceito pelo querelado (ato bilateral), exclui-se a punibilidade.

No caso apresentado, não houve perdão de Mário em relação a João, na verdade, ele foi negligente ao não comparecer de forma injustificada à audiência, conduta descrita no art. 60, inciso III do CPP e que incita a perempção.

C) Errado

O perdão judicial trata-se do instituto por meio do qual o juiz, embora reconhecendo a prática do crime, deixa de aplicar a pena, desde que se apresentem determinadas circunstâncias excepcionais previstas em lei e que tornam inconvenientes ou desnecessárias a imposição de sanção penal ao réu. Pode ocorrer tanto na ação penal pública quanto privada.

De acordo com o art. 107, inciso IX do CP, o perdão judicial é causa de exclusão da punibilidade, não exclusão da culpabilidade, como afirmado na alternativa. Além disso, o caso concreto apresentado não aponta para a existência de perdão judicial, mas para a conduta negligente do próprio querelante, como previsto no art. 60, inciso III do CPP, que incita a perempção.

D) Correto

A alternativa adequa-se às previsões do art. 60, inciso III do Código de Processo Penal e art. 107, inciso IV do Código Penal.

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 63

Durante a madrugada, Lucas ingressou em uma residência e subtraiu um computador. Quando se preparava para sair da residência, ainda dentro da casa, foi surpreendido pela chegada do proprietário. Assustado, ele o empurrou e conseguiu fugir com a coisa subtraída.

Na manhã seguinte, arrependeu-se e resolveu devolver a coisa subtraída ao legítimo dono, o que efetivamente veio a ocorrer. O proprietário, revoltado com a conduta anterior de Lucas, compareceu em sede policial e narrou o ocorrido. Intimado pelo Delegado para comparecer em sede policial, Lucas, preocupado com uma possível responsabilização penal, procura o advogado da família e solicita esclarecimentos sobre a sua situação jurídica, reiterando que já no dia seguinte devolvera o bem subtraído.

Na ocasião da assistência jurídica, o(a) advogado(a) deverá informar a Lucas que poderá ser reconhecido(a)

A) a desistência voluntária, havendo exclusão da tipicidade de sua conduta.

B) o arrependimento eficaz, respondendo o agente apenas pelos atos até então praticados.

C) o arrependimento posterior, não sendo afastada a tipicidade da conduta, mas gerando aplicação de causa de diminuição de pena.

D) a atenuante da reparação do dano, apenas, não sendo, porém, afastada a tipicidade da conduta.

Comentário:

A) Errado

De acordo com o CP, a desistência voluntária ocorre da seguinte forma: "Art. 15 - O agente que, voluntariamente, **desiste de prosseguir na execução** (...) só responde pelos atos já praticados". Assim, a desistência voluntária afasta a tipicidade do delito, respondendo o agente apenas pelos atos já praticados.

No caso apresentado, porém, o agente não desistiu de prosseguir na execução do delito, uma vez que ele foi até o fim dos atos executórios, consumando o delito. Assim, não pode ser aplicado nesse caso o instituto da desistência voluntária.

B) Errado

O arrependimento eficaz é assim descrito no Código Penal: "Art. 15 - O agente que, voluntariamente, (...) **impede que o resultado se produza**, só responde pelos atos já praticados.". Assim, no arrependimento eficaz, apesar de o agente haver realizado todos os atos executórios aptos à produção do resultado, ele muda o curso causal de suas ações e impede, de forma eficaz, que o resultado se produza. Dessa maneira, o agente que desfere tiros contra a vítima e depois de arrepende, levando-a ao hospital e salvando sua vida tem excluída a punibilidade do delito de homicídio e só responde pelos atos anteriores.

No caso apresentado, no entanto, o agente não impediu a realização do resultado, uma vez que ele não se arrependeu imediatamente após sua conduta, consumando o crime e devolvendo o objeto apenas na manhã posterior à sua conduta.

C) Errado

De acordo com o Código Penal, o arrependimento posterior ocorre quando:

> Art. 16 - Nos crimes cometidos **sem violência ou grave ameaça à pessoa**, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

Assim, esse instituto permite que a pena do agente seja reduzida em face da reparação do dano ou da restituição da coisa. No entanto, esse instituto aplica-se apenas no caso de crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa. Como o enunciado da questão indica que Lucas empurrou o proprietário, esse instituto não se adequa ao caso concreto apresentado.

D) Correto

O atenuante da reparação do dano está previsto no Código Penal:

> Art. 65 - São circunstâncias que sempre **atenuam a pena**: (...)
>
> III - ter o agente (...)
>
> b) procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, **evitar-lhe ou minorar-lhe as conseqüências**, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano;

Esse instituto não afasta a tipicidade da conduta, sendo circunstância atenuante da pena. Ele se aplica à conduta descrita no enunciado, uma vez que o agente procurou, após a consumação de crime realizado com violência, minorar suas consequências.

Gabarito: Letra D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca, Doutrina

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 64

Glauber foi denunciado pela prática de um crime de roubo majorado. Durante a audiência de instrução e julgamento, que ocorreu na ausência do réu, em razão do temor da vítima e da impossibilidade de realização de videoconferência, o Ministério Público solicitou que a vítima descrevesse as características físicas do autor do fato. Após a vítima descrever que o autor seria branco e baixo e responder às perguntas formuladas pelas partes, ela foi conduzida à sala especial, para a realização de reconhecimento formal.

No ato de reconhecimento, foram colocados, com as mesmas roupas, lado a lado, Glauber, branco e baixo, Lucas, branco e alto, e Thiago, negro e baixo, apesar de a carceragem do Tribunal de Justiça estar repleta de presos para a realização de audiências, inclusive com as características descritas pela ofendida. A vítima reconheceu Glauber como o autor dos fatos, sendo lavrado auto subscrito pelo juiz, pela vítima e por duas testemunhas presenciais.

Considerando as informações narradas, o advogado de Glauber, em busca de futuro reconhecimento de nulidade da instrução ou absolvição de seu cliente, de acordo com o Código de Processo Penal e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, deverá consignar, na assentada da audiência, seu inconformismo em relação ao reconhecimento realizado pela vítima,

A) em razão da oitiva da vítima na ausência do réu, já que o direito de autodefesa inclui o direito de presença em todos os atos do processo.

B) tendo em vista que, de acordo com as previsões do Código de Processo Penal, ela não poderia ter descrito as características do autor dos fatos antes da realização do reconhecimento.

C) em razão das características físicas apresentadas pelas demais pessoas colocadas ao lado do réu quando da realização do ato, tendo em vista a possibilidade de participarem outras pessoas com características semelhantes.

D) tendo em vista que o auto de reconhecimento deveria ter sido subscrito pelo juiz, pelo réu, por seu defensor e pelo Ministério Público, além de três testemunhas presenciais.

Comentário:

A) Errado

Com efeito, é assegurado ao réu o denominado "**direito de presença**", que se caracteriza no direito de **estar presente** durante a produção dos atos processuais **que lhe são desfavoráveis** na audiência de instrução e julgamento. Contudo, essa garantia (como qualquer outra) não é absoluta, de maneira que o próprio CPP prevê, em seu art. 217, a possibilidade de **determinar a retirada do acusado da sala de audiência do réu**, a fim de que seja preservada a integridade da prova e caso sejam cumpridos os requisitos previstos nesse dispositivo – que, efetivamente, foram cumpridos no caso em tela.

B) Errado

Dispõe o inciso I do art. 226 do CPP que a **primeira etapa do reconhecimento de pessoa** é a **descrição, pela pessoa que tiver de fazer o reconhecimento** (isto é, a vítima)**, da pessoa que deva ser reconhecida** (isto é, o autor do fato).

C) Correto

Trata-se da exata determinação legal consubstanciada no inciso II do art. 226 do CPP, o qual estabelece que, no reconhecimento de pessoa, "**a pessoa, cujo reconhecimento se pretender, será colocada, se possível ao lado de outras que com ela tiverem qualquer semelhança, convidando-se quem tiver de fazer o reconhecimento a apontá-la**". *In casu*, era plenamente possível a colocação de outras pessoas com características semelhantes às do acusado ao seu lado quando do reconhecimento, razão pela qual elas deveriam ter efetivamente participado do referido ato processual.

D) Errado

Nos termos do art. 226, IV, do CPP, "**do ato de reconhecimento lavrar-se-á auto pormenorizado, subscrito pela autoridade, pela pessoa chamada para proceder ao reconhecimento e por duas testemunhas presenciais**". Como se vê, aludido dispositivo não exige a subscrição desse auto pelo defensor do réu e pelo Ministério Público, além de exigir a subscrição por duas (e não três) testemunhas presenciais.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência

Questão 65

Vanessa foi condenada pela prática de um crime de furto qualificado pela 1ª Vara Criminal de Curitiba, em razão de suposto abuso de confiança que decorreria da relação entre a vítima e Vanessa.

Como as partes não interpuseram recurso, a sentença de primeiro grau transitou em julgado. Apesar de existirem provas da subtração de coisa alheia móvel, a vítima não foi ouvida por ocasião da instrução por não ter sido localizada. Durante a execução da pena por Vanessa, a vítima é localizada, confirma a subtração por Vanessa, mas diz que sequer conhecia a autora dos fatos antes da prática delitiva. Vanessa procura seu advogado para esclarecimento sobre eventual medida cabível.

Considerando apenas as informações narradas, o advogado de Vanessa deve esclarecer que

A) não poderá apresentar revisão criminal, tendo em vista que a pena já está sendo executada, mas poderá ser buscada reparação civil.

B) caberá apresentação de revisão criminal, sendo imprescindível a representação de Vanessa por advogado, devendo a medida ser iniciada perante o próprio juízo da condenação.

C) não poderá apresentar revisão criminal em favor da cliente, tendo em vista que a nova prova não é apta a justificar a absolvição de Vanessa, mas tão só a redução da pena.

D) caberá apresentação de revisão criminal, podendo Vanessa apresentar a ação autônoma independentemente de estar assistida por advogado, ou por meio de procurador legalmente habilitado.

Comentário:

A) Errado

Nos termos do art. 621, III, do CPP, "a revisão dos processos findos será admitida quando, **após a sentença, se descobrirem novas provas** de inocência do condenado ou **de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena**".

B) Errado

Com efeito, o caso em tela torna possível o manejo de revisão criminal, com fulcro no art. 621, III, do CPP. Entretanto, destaca-se que **inexiste a imprescindibilidade de representação por advogado**, eis que, a teor do art. 622 do CPP, "**a revisão poderá ser pedida pelo próprio réu**".

C) Errado

E plenamente cabível a revisão criminal *in casu*, consoante dispõe o art. 621, III, do CPP. Ademais, a revisão é apta **não apenas para reduzir a pena aplicada, como também para impor, se for o caso, a absolvição do réu**.

D) Correto

A assertiva em análise reflete justamente a aplicação conjunta do inciso III do art. 621 com o art. 623, ambos do CPP. O primeiro dispositivo apresenta o **cabimento da revisão criminal diante da descoberta, posterior à sentença, de novas provas de inocência que possam reduzir a pena aplicada**; já o último dispositivo **possibilita o manejo da revisão pelo próprio réu**.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 66

Vitor foi denunciado pela prática de um crime de peculato. O magistrado, quando da análise da inicial acusatória, decide rejeitar a denúncia em razão de ausência de justa causa.

O Ministério Público apresentou recurso em sentido estrito, sendo os autos encaminhados ao Tribunal, de imediato, para decisão. Todavia, Vitor, em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça, toma conhecimento da existência do recurso ministerial, razão pela qual procura seu advogado e demonstra preocupação com a revisão da decisão do juiz de primeira instância.

Considerando as informações narradas, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o advogado de Vitor deverá esclarecer que

A) o Tribunal não poderá conhecer do recurso apresentado, tendo em vista que a decisão de rejeição da denúncia é irrecorrível.

B) o Tribunal não poderá conhecer do recurso apresentado, pois caberia recurso de apelação, e não recurso em sentido estrito.

C) ele deveria ter sido intimado para apresentar contrarrazões, apesar de ainda não figurar como réu, mas tão só como denunciado.

D) caso o Tribunal dê provimento ao recurso, os autos serão encaminhados para o juízo de primeira instância para nova decisão sobre recebimento ou não da denúncia.

Comentário:

A) Errado

Nos moldes do art. 581, I, do CPP, cabe **Recurso em Sentido Estrito (RESE)** em face da decisão que **rejeita** a peça acusatória – denúncia ou queixa.

B) Errado

Como dito alhures, o recurso cabível contra a decisão que rejeita a denúncia é o **Recurso em Sentido Estrito (RESE)**, e não a apelação, de conformidade com o disposto no inciso I do art. 581 do CPP.

C) Correto

Trata-se do teor da **Súmula 707/STF**, dispondo que "constitui **nulidade** a **falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia**, não a suprindo a nomeação de defensor dativo".

D) Errado

In casu, o ato de o Tribunal dar provimento ao recurso interposto **já teria, efetivamente, o condão de receber a denúncia**, sendo desnecessário, se fosse o caso, encaminhar os autos ao juízo de primeiro grau para que proferisse novo *decisum* sobre o recebimento ou não da citada peça acusatória.

Gabarito: C

Fontes de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência

Questão 67

Luiz foi denunciado pela prática de um crime de estelionato. Durante a instrução, o ofendido apresentou, por meio de assistente de acusação, documento supostamente assinado por Luiz, que confirmaria a prática delitiva. Ao ter acesso aos autos, Luiz informa ao patrono ter certeza de que aquele documento seria falso, pois não foi por ele assinado.

Com base nas informações narradas, de acordo com as previsões do Código de Processo Penal, o advogado de Luiz poderá

A) alegar apenas a insuficiência de provas e requerer a extração de cópias para o Ministério Público, mas não poderá, neste processo, verificar a veracidade do documento.

B) alegar, desde que seja procurador com poderes especiais, a falsidade do documento para fins de instauração de incidente de falsidade.

C) arguir, com procuração com poderes gerais, a falsidade do documento, gerando incidente de falsidade em autos em apartado.

D) alegar, oralmente, a falsidade do documento, devendo o incidente ser decidido nos autos principais.

Comentário:

A) Errado

É perfeitamente possível a verificação da verossimilhança dos documentos acostados aos autos e/ou apresentados em juízo. Para isso, o CPP, nos arts. 145 a 148, possibilita a **arguição do incidente de falsidade**.

B) Correto

De fato, o CPP possibilita **a arguição da falsidade** do documento em tela, a qual só pode ser realizada **por procurador com poderes especiais** (art. 146), a fim de que seja **instaurado o incidente de falsidade** (art. 145).

C) Errado

Nos exatos ditames do art. 146 do CPP, "a arguição de falsidade, feita por procurador, **exige poderes especiais**", razão pela qual não basta a representação do réu constituído por procuração apenas com poderes gerais.

D) Errado

De conformidade com *caput* o art. 145 do CPP, a falsidade de documento constante dos autos **deve ser arguida por escrito**. Feito isso, o juiz procederá, dentre outras providências, à **autuação do incidente de falsidade em apartado**, e não nos autos principais, consoante o inciso I do referido dispositivo.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 68

Tomás e Sérgio foram denunciados como incursos nas sanções penais do crime do Art. 217-A do Código Penal (estupro de vulnerável), narrando a acusação que, no delito, teria ocorrido ato libidinoso diverso da conjunção carnal, já que os denunciados teriam passado as mãos nos seios da criança, e que teria sido praticado em concurso de agentes.

Durante a instrução, foi acostado ao procedimento laudo elaborado por um perito psicólogo oficial, responsável pela avaliação da criança apontada como vítima, concluindo que o crime teria, de fato, ocorrido. As partes tiveram acesso posterior ao conteúdo do laudo, apesar de intimadas da realização da perícia anteriormente.

O magistrado responsável pelo julgamento do caso, avaliando a notícia concreta de que Tomás e Sérgio, durante o deslocamento para a audiência de instrução e julgamento, teriam um plano de fuga, o que envolveria diversos comparsas armados, determinou que o interrogatório fosse realizado por videoconferência.

No momento do ato, os denunciados foram ouvidos separadamente um do outro pelo magistrado, ambos acompanhados por defesa técnica no estabelecimento penitenciário e em sala de audiência durante todo ato processual. Insatisfeitos com a atuação dos patronos e acreditando na existência de ilegalidades no procedimento, Tomás e Sérgio contratam José para assistência técnica.

Considerando apenas as informações narradas, José deverá esclarecer que

A) o interrogatório dos réus não poderia ter sido realizado separadamente, tendo em vista que o acusado tem direito a conhecer todas as provas que possam lhe prejudicar.

B) não poderia ter sido realizado interrogatório por videoconferência, mas tão só oitiva das testemunhas na ausência dos acusados, diante do direito de presença do réu e ausência de previsão legal do motivo mencionado pelo magistrado.

C) o laudo acostado ao procedimento foi válido em relação à sua elaboração, mas o juiz não ficará adstrito aos termos dele, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.

D) o laudo deverá ser desentranhado dos autos, tendo em vista que elaborado por apenas um perito oficial, sendo certo que a lei exige que sejam dois profissionais e que seja oportunizada às partes apresentação de quesitos complementares

---

Comentário:

A) Errado

De fato, é assegurado ao réu o denominado "**direito de presença**", que se caracteriza no direito de **estar presente** durante a produção dos atos processuais **que lhe são desfavoráveis** na audiência de instrução e julgamento. Contudo, essa garantia (como qualquer outra) não é absoluta, de maneira que o próprio CPP prevê, em seu art. 191, de que **o interrogatório seja feito individualmente**.

B) Errado

Nos termos do art. 185, § 2°, do CPP, **é possível a realização do interrogatório por videoconferência, desde que sua determinação seja feita mediante decisão judicial fundamentada**, *in casu*, **diante da fundada suspeita de que o preso possa fugir durante o deslocamento**.

C) Correto

Com efeito, o laudo em apreço foi **validamente elaborado**, muito embora **o magistrado não esteja, efetivamente, vinculado aos seus termos**, "podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte", nos moldes do art. 182 do CPP.

D) Errado

Nos moldes do art. 159 do CPP, "o exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por **perito oficial**, portador de diploma de curso superior", só se exigindo a participação de dois peritos quando da falta de perito oficial. Por ter sido produzido na fase inquisitorial, só é oportunizado à parte o questionamento do mencionado laudo quando da **instrução processual**, diante da vigência, no inquérito policial, do denominado "**contraditório diferido**".

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 69

Anderson, Cláudio e Jorge arquitetam um plano para praticar crime contra a agência de um banco, empresa pública federal, onde Jorge trabalhava como segurança. Encerrado o expediente, em 03/12/2017, Jorge permite a entrada de Anderson e Cláudio no estabelecimento e, em conjunto, destroem um dos cofres da agência e subtraem todo o dinheiro que estava em seu interior.

Após a subtração do dinheiro, os agentes roubam o carro de Júlia, que trafegava pelo local, e fogem, sendo, porém, presos dias depois, em decorrência da investigação realizada.

Considerando que a conduta dos agentes configura os crimes de furto qualificado (pena: 2 a 8 anos e multa) e roubo majorado (pena: 4 a 10 anos e multa, com causa de aumento de 1/3 até metade), praticados em conexão, após solicitação de esclarecimentos pelos envolvidos, o(a) advogado(a) deverá informar que

A) a Justiça Federal será competente para julgamento de ambos os delitos conexos.

B) a Justiça Estadual será competente para julgamento de ambos os delitos conexos.

C) a Justiça Federal será competente para julgamento do crime de furto qualificado e a Justiça Estadual, para julgamento do crime de roubo majorado, havendo separação dos processos.

D) tanto a Justiça Estadual quanto a Federal serão competentes, considerando que não há relação de especialidade entre estas, prevalecendo o critério da prevenção.

Comentário:

A) Correto

O caso em tela traz uma situação fática em que foram praticados um crime de furto em face de uma empresa pública federal, razão pela qual **a competência**

é da Justiça Federal, nos moldes do art. 109, inciso IV, da CF/88, e um roubo, que seria de competência da Justiça Estadual. Verifica-se, nitidamente, a relação de conexão entre tais delitos e, a teor do enunciado da Súmula 122 do STJ, "**compete à Justiça Federal** o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do artigo 78, II, "a", do CPP.

B) Errado

Nos moldes do verbete da Súmula 122/STJ, cabe à **Justiça Federal**, e não à Justiça Estadual, o julgamento dos delitos em apreço.

C) Errado

In casu, **a Justiça Federal será competente para o julgamento de ambos os delitos**, nos exatos ditames do enunciado da Súmula 122 do STJ.

D) Errado

Conforme visto alhures, o verbete da Súmula 122/STJ estabelece a competência, aplicável ao caso em análise, da **Justiça Federal** para os crimes conexos de competência federal e estadual.

Gabarito: A

Fontes de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência

DIREITO DO TRABALHO

Questão 70

Os empregados de uma sociedade empresária do setor metalúrgico atuavam em turnos ininterruptos de revezamento, cumprindo jornada de 6 horas diárias, conforme previsto na Constituição Federal, observado o regular intervalo.

O sindicato dos empregados, provocado pela sociedade empresária, convocou assembleia no ano de 2018, e, após debate e votação, aprovou acordo coletivo para que a jornada passasse a ser de 8 horas diárias, com o respectivo acréscimo salarial, observado o regular intervalo, mas sem que houvesse qualquer vantagem adicional para os trabalhadores.

Diante da situação apresentada e de acordo com a previsão da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) É nulo o acordo coletivo em questão, e caberá ao interessado nessa declaração ajuizar ação de cumprimento.

B) A validade de tal estipulação, por não prever benefício para os trabalhadores, depende de homologação da Justiça do Trabalho.

C) É obrigatório que a contrapartida seja a estabilidade de todos os funcionários na vigência do acordo coletivo.

D) O acordo coletivo é válido, porque sua estipulação não depende da indicação de vantagem adicional para os empregados.

Comentário:

A) Errado

A alternativa A se mostra incorreta, vide inteligência do Art. 611-A, da CLT.

B) Errado

A alternativa B se mostra incorreta, vide inteligência do Art. 611-A, da CLT.

C) Errado

A alternativa c se mostra incorreta, vide inteligência do Art. 611-A, da CLT.

D) Correto

A alternativa D está **correta**, pois, a Reforma Trabalhista estabeleceu uma nova sistemática no Art. 611-A, dando um maior poder decisivo aos acordos e convenções coletivas. Com isso, o *§3°* do artigo mencionado estabelece que:

> § 3º Se for pactuada cláusula que **reduza o salário ou a jornada**, a convenção coletiva ou o acordo coletivo de trabalho deverão prever a proteção dos empregados contra dispensa imotivada durante o prazo de vigência do instrumento coletivo. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 13.7.2017)

Na alternativa em questão, o acordo é valido, pois a jornada foi aumentada de seis para oito horas, portanto o trabalhador não estará auferindo vantagem. Ademais, o aumento da jornada de trabalho respeitou os limites constitucionais, após debate e votação, com base no inciso I do Art. 611 – A;

> Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre:
>
> I - pacto quanto à jornada de trabalho, **observados os limites constitucionais;**

Além disso, é interessante o conhecimento do seguinte entendimento sumular;

SUM-423 TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO. FIXAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO MEDIANTE NEGOCIAÇÃO COLETIVA. VALIDADE (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 169 da SBDI-1) - Res. 139/2006 – DJ 10, 11 e 13.10.2006

Estabelecida jornada superior a seis horas e limitada a oito horas por meio de regular negociação coletiva, os empregados submetidos a turnos ininterruptos de revezamento não tem direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas como extras.

Portanto, a **alternativa D está correta.**

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca e jurisprudência

Questão 71

Plínio foi contratado, em 30/11/2017, como auxiliar administrativo de uma fábrica de motores. Graças ao seu ótimo desempenho, foi promovido, passando a gerente de operações, cargo dispensado do registro de horário, com padrão salarial cinco vezes mais elevado que o cargo efetivo imediatamente abaixo. Plínio era o responsável pela empresa, apenas enviando relatório mensal à diretoria. Em razão da nova função, Plínio passou a receber uma gratificação equivalente a 50% do salário básico recebido na função anteriormente exercida.

O rendimento de Plínio, oito meses após a promoção, deixou de ser satisfatório, por questões pessoais. Em decorrência disso, a empresa retirou de Plínio a função gerencial e ele voltou à função que exercia antes, deixando de receber a gratificação de função.

Diante disso, assinale a afirmativa correta.

A O cargo que Plínio passou a ocupar não era de confiança, razão pela qual a alteração contratual equivale a rebaixamento, sendo, portanto, ilícita.

B O cargo que Plínio passou a ocupar era de confiança, porém não poderia haver o retorno ao cargo anterior com a perda da gratificação de função, razão pela qual a alteração contratual equivale a rebaixamento, sendo, portanto, ilícita.

C O cargo que Plínio passou a ocupar era de confiança, e a reversão ao cargo efetivo foi lícita, mas não a perda da remuneração, pois equivale a diminuição salarial, o que é constitucionalmente vedado.

D O cargo que Plínio passou a ocupar era de confiança, razão pela qual se admite a reversão ao cargo anterior, sendo lícita a perda da gratificação de função.

Comentário:

A) Errado

A alternativa A está incorreta, vide inteligência do Art. 468, da CLT.

B) Errado

A alternativa B está incorreta, vide inteligência do Art. 468, da CLT.

C) Errado

A alternativa C está incorreta, vide inteligência do Art. 468, da CLT.

D) Correto

A alternativa D está correta, pois o artigo 468, da CLT prevê que se admite a reversão ao cargo anterior e lícita a perda de gratificação nos cargos de confiança:

> Art. 468 - Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.
>
> § 1º Não se considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado **reverta ao cargo efetivo**, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.
>
> § 2º A alteração de que trata o § 1 deste artigo, com ou sem justo motivo, **não assegura ao empregado o direito à manutenção do pagamento da gratificação correspondente**, que não será incorporada, independentemente do tempo de exercício da respectiva função.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 72

Considerando que Fábio foi contratado em dezembro de 2017, bem como a legislação em vigor, assinale a afirmativa correta.

A) Fábio faz jus a duas horas extras diárias, em razão do tempo despendido no transporte.
B) Fábio não faz jus às horas extras, pois o transporte fornecido era gratuito.
C) Fábio faz jus às horas extras, porque o transporte público era insuficiente, sujeitando o trabalhador aos horários estipulados pelo empregador.
D) Fábio não faz jus a horas extras, porque o tempo de transporte não é considerado tempo à disposição do empregador.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "A" está incorreta, pois o tempo de transporte não é considerado tempo à disposição do empregador, vide inteligência do § 2° do artigo 58 da CLT.

B) Errado

A alternativa "B" está incorreta, pois o tempo de transporte não é considerado tempo à disposição do empregador, vide inteligência do § 2° do artigo 58 da CLT.

C) Errado

A alternativa "C" está incorreta, pois o tempo de transporte não é considerado tempo à disposição do empregador, vide inteligência do § 2° do artigo 58 da CLT.

D) Certo

Vide inteligência do § 2° do artigo 58 da CLT é a única alternativa que se faz correta:'

Art. 58 - A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.

§ 2º O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)

Portanto, o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno não é considerado tempo à disposição do empregador.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 73

Rogério foi admitido, em 08/12/2017, em uma locadora de automóveis, como responsável pelo setor de contratos, razão pela qual não necessitava comparecer diariamente à empresa, pois as locações eram feitas on-line. Rogério comparecia à locadora uma vez por semana para conferir e assinar as notas de devolução dos automóveis.

Assim, Rogério trabalhava em sua residência, com todo o equipamento fornecido pelo empregador, sendo que seu contrato de trabalho previa expressamente o trabalho remoto a distância e as atividades desempenhadas.

Após um ano trabalhando desse modo, o empregador entendeu que Rogério deveria trabalhar nas dependências da empresa. A decisão foi comunicada a Rogério, por meio de termo aditivo ao contrato de trabalho assinado por ele, com 30 dias de antecedência.

Ao ser dispensado em momento posterior, Rogério procurou você, como advogado(a), indagando sobre possível ação trabalhista por causa desta situação.

Sobre a hipótese de ajuizamento, ou não, da referida ação, assinale a afirmativa correta.

A) Não se tratando da modalidade de teletrabalho, deverá ser requerida a desconsideração do trabalho em domicílio, já que havia comparecimento semanal nas dependências do empregador.
B) Não deverá ser requerido o pagamento de horas extras pelo trabalho sem limite de horário, dado o trabalho em domicílio, porém poderá ser requerido trabalho

extraordinário em virtude das ausências de intervalo de 11h entre os dias de trabalho, bem como o intervalo para repouso e alimentação.

C) Em vista da modalidade de teletrabalho, a narrativa não demonstra qualquer irregularidade a ser requerida em eventual demanda trabalhista.

D) Deverá ser requerido que os valores correspondentes aos equipamentos usados para o trabalho em domicílio sejam considerados salário-utilidade.

Comentário:

A) Errado

A alternativa A está incorreta, pois é considerada a modalidade de teletrabalho, conforme inteligência do artigo **75 - B, da CLT:**

> Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)

B) Errado

A alternativa B está incorreta, conforme inteligência do artigo **75 - C, da CLT:**

> Art. 75-C. A prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar expressamente do contrato individual de trabalho, que especificará as atividades que serão realizadas pelo empregado. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)

C) Correto

A alternativa "C" é a única que se mostra correta, pois o caso acima está caracterizado como a modalidade de Teletrabalho, vide inteligência do artigo 75 – B, já mencionado. Ademais, o comparecimento eventual nas dependências da empresa não descaracteriza o regime, conforme prevê o parágrafo único do artigo 75-B;

> O comparecimento às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento não descaracteriza o regime de teletrabalho. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)

Outrossim, não há vedação para alteração do regime de teletrabalho para o presencial, sendo previsto no §§1° e 2° do artigo 75-C;

> § 1° Poderá ser realizada a alteração entre regime presencial e de teletrabalho desde que haja mútuo acordo entre as partes, registrado em aditivo contratual. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)

> § 2° Poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, garantido prazo de transição mínimo de quinze dias, com correspondente registro em aditivo contratual. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)

Portanto, a alternativa C está correta.

D) Errado

A alternativa "D" está incorreta, pois os equipamentos não podem ser caracterizados salário-utilidade, conforme inteligência do artigo **75-D, da CLT;**

> Art. 75-D. As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)

> Parágrafo único. **As utilidades mencionadas no caput deste artigo não integram a remuneração do empregado**. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 74

A sociedade empresária Ômega Ltda. deseja reduzir em 20% o seu quadro de pessoal, motivo pelo qual realizou um acordo coletivo com o sindicato de classe dos seus empregados, prevendo um Programa de Demissão Incentivada (PDI), com vantagens econômicas para aqueles que a ele aderissem.

Gilberto, empregado da empresa havia 15 anos, aderiu ao referido Programa em 12/10/2018, recebeu a indenização prometida sem fazer qualquer ressalva e, três meses depois, ajuizou reclamação trabalhista contra o ex-empregador. Diante da situação apresentada e dos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) A adesão ao Programa de Demissão Incentivada (PDI) não impede a busca, com sucesso, por direitos lesados.
B) A quitação plena e irrevogável pela adesão ao Programa de Demissão Incentivada (PDI) somente ocorreria se isso fosse acertado em convenção coletiva, mas não em acordo coletivo.
C) O empregado não terá sucesso na ação, pois conferiu quitação plena.
D) A demanda não terá sucesso, exceto se Gilberto previamente devolver em juízo o valor recebido pela adesão ao Programa de Demissão Incentivada (PDI).

Comentário:

A) Errado

A alternativa "A" está **incorreta, vide inteligência do Art. 477-B, da CLT.**

B) Errado

A alternativa "B" está **incorreta, vide inteligência do Art. 477-B, da CLT.**

C) Correto

A alternativa C é a única que se mostra correta, pois o Plano de Demissão Voluntária ou incentiva enseja quitação plena, como bem expressa o Art.477-B, da CLT;

> Plano de Demissão Voluntária ou Incentivada, para dispensa individual, plúrima ou coletiva, previsto em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, enseja quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

D) Errado

A alternativa "D" está **incorreta, vide inteligência do Art. 477-B, da CLT.**

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 75

Em uma grande empresa que atua na prestação de serviços de telemarketing e possui 250 funcionários, trabalham as empregadas listadas a seguir:

Alice, que foi contratada a título de experiência, e, um pouco antes do término do seu contrato, engravidou;

Sofia, que foi contratada a título temporário, e, pouco antes do termo final de seu contrato, sofreu um acidente do trabalho;

Larissa, que foi indicada pelo empregador para compor a CIPA da empresa;

Maria Eduarda, que foi eleita para a comissão de representantes dos empregados, na forma da CLT alterada pela Lei nº 13.467/17 (reforma trabalhista).

Diante das normas vigentes e do entendimento consolidado do TST, assinale a opção que indica as empregadas que terão garantia no emprego.

A) Sofia e Larissa, somente.
B) Alice e Maria Eduarda, somente.
C) Alice, Sofia e Maria Eduarda, somente.
D) Alice, Sofia, Larissa e Maria Eduarda.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "A" está incorreta, pois ainda que Alice tenha estabilidade conforme súmula 244, III, TST e art. 10, inciso II, alínea "b", do ADCT:

> «I - O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade. (art. 10, II, «b» do ADCT). (ex-OJ 88/TST-SDI-I - DJ 16/04/2004).
>
> III - A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no art. 10, II, «b», do ADCT da CF/88, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado.»

Larissa não possui estabilidade, pois foi indicado pelo empregador e não eleita pelos empregados, como estabelece o **§ 3º** do artigo 543;

> O empregado eleito para cargo de administração sindical ou representação profissional, inclusive junto a órgão de deliberação coletiva, não poderá ser impedido do exercício de suas funções, nem transferido para lugar ou mister que lhe dificulte ou torne impossível o desempenho das suas atribuições sindicais. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)
>
> § 3º - Fica vedada a dispensa do empregado sindicalizado ou associado, a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical ou de associação profissional, até 1 (um) ano após o final do seu mandato, caso seja eleito inclusive como suplente, salvo se cometer falta grave devidamente apurada nos termos desta Consolidação. (Redação dada pela Lei nº 7.543, de 2.10.1986)

Além disso, a alternativa exclui a estabilidade de Maria Eduarda.

B) Errado

A alternativa B está incorreta, pois não considera a estabilidade de Sofia prevista na súmula 378, TST;

1 - Súmula 378/TST - 20/04/2005. Seguridade social. Acidente de trabalho. Garantia de emprego. Estabilidade provisória. Pressupostos. Auxílio-acidente. Lei 8.213/1991, art. 118 (constitucionalidade). Lei 8.213/1991, art. 86.

«I - É constitucional o art. 118 da Lei 8.213/1991 que assegura o direito à estabilidade provisória por período de 12 meses após a cessação do auxílio-doença ao empregado acidentado. (ex-OJ 105/TST-SDI-I - Inserida em 01/10/97).

II - São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a conseqüente percepção do auxílio doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego. (Primeira parte - ex-OJ 230/TST-SDI-I - Inserida em 20/06/2001).

III - O empregado submetido a contrato de trabalho por tempo determinado goza da garantia provisória de emprego, decorrente de acidente de trabalho, prevista no art. 118 da Lei 8.213/1991. »

C) Correto

A alternativa "C" é a única que se mostra correta, pois contempla a estabilidade de Alice, Maria Eduarda e Sofia, como mencionado nas alternativas anteriores.

D) Errado

A alternativa "D" está incorreta, pois Larissa não possui estabilidade como mencionado nas alternativas anteriores.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: jurisprudência

PROCESSO DO TRABALHO

Questão 76

Considere as situações a seguir.

I. Victor é um artista mirim e precisa de autorização judicial para poder participar de uma peça cinematográfica como ator coadjuvante.

II. A empresa FFX Ltda. foi multada por um auditor fiscal do trabalho e deseja anular judicialmente o auto de infração, alegando vícios e nulidades.

III. O empregado Regis teve concedido pelo INSS auxílio-doença comum, mas entende que deveria receber auxílio-doença acidentário, daí porque pretende a conversão judicial do benefício.

IV. Jonilson, advogado, foi contratado por um cliente para o ajuizamento de uma ação de despejo, mas esse cliente não pagou os honorários contratuais que haviam sido acertados.

Diante da norma de regência acerca da competência, assinale a opção que indica quem deverá ajuizar ação na Justiça do Trabalho para ver seu pleito atendido.

A) Victor e Jonilson

B) Regis e a empresa FFX Ltda.

C) Victor e Regis

D) Apenas a empresa FFX Ltda.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "a" está incorreta, pois no caso de Victor a competência é disciplinada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, especificamente o Juizado da Infância e Juventude - Justiça especializada, vide inteligência do Art. 149, da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente):

> Art. 149. Compete à autoridade judiciária disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará: II - a participação de criança e adolescente em: a) espetáculos públicos e seus ensaios.

Ademais, no caso do advogado Jonilson não compete á Justiça do trabalho, mas sim a Justiça Comum estadual, conforme a súmula nº 363 do STJ:

> "Compete à Justiça estadual processar e julgar a ação de cobrança ajuizada por profissional liberal contra cliente".

B) Errado

A alternativa "b" está incorreta, pois nas hipóteses de acidente do trabalho é competente a Justiça Comum Estadual e não a Justiça do trabalho, vide inteligência da Súmula nº 15 do STJ:

> "Compete à Justiça Estadual processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho".

Entretanto, o caso da empresa FFX Ltda é de competência da Justiça do Trabalho, vide inteligência do Art. 114, inciso VII da CF/88:

> Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

C) Errado

A alternativa "C" está incorreta, vide inteligência do Art. 149, do ECA e Súmula nº 15 do STJ.

D) Errado

A alternativa "D" é a única que se mostra correta, conforme já explicado nas alternativas anteriores e vide inteligência do Art. 114, da CF/.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca e jurisprudência

Questão 77

Augusto foi empregado de uma lavanderia por 2 anos, tendo sido desligado em setembro de 2018. Após receber as verbas da ruptura, procurou um advogado com a intenção de ajuizar reclamação trabalhista para postular horas extras não recebidas durante o pacto laboral.

Após a entrevista e colheita de todas as informações, o advogado de Augusto entrou em contato com a ex-empregadora na tentativa de formular um acordo, que, após debatido e negociado, teve sucesso e foi reduzido a termo. Então, as partes ajuizaram uma homologação de acordo extrajudicial na Justiça do Trabalho, em petição conjunta assinada pelo advogado de cada requerente, mas que não foi homologado pelo juiz, por este entender que o valor da conciliação era desfavorável ao trabalhador. Desse modo, o magistrado extinguiu o feito sem resolução do mérito.

Diante da situação e dos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Agiu corretamente o juiz, porque não há previsão desse tipo de demanda na Justiça do Trabalho.

B) As partes poderão interpor recurso ordinário da decisão que negou a homologação desejada.

C) Augusto e seu ex-empregador deverão propor novamente a ação, que deverá ser levada à livre distribuição para outro juízo.

D) Nada poderá ser feito na ação proposta, porque o juiz não é obrigado a homologar acordo.

Comentário:

A) Errado

A letra "a" está incorreta vide inteligência do art. 855- D da CLT.

B) Correto

A letra "b" está correta, pois conforme inteligência do art. 895 da CLT, contra sentença cabe recurso ordinário**.**

C) Errado

A letra "c" está incorreta vide inteligência do art. 855- D da CLT.

D) Errado

A letra "d" está incorreta vide inteligência da súmula 418, TST:

> A homologação de acordo constitui faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca e jurisprudência

Questão 78

O réu, em sede de reclamação trabalhista, ajuizada em 20/04/2018, apresentou defesa no processo eletrônico, a qual não foi oferecida sob sigilo. Feito o pregão, logo após a abertura da audiência, a parte autora manifestou interesse em desistir da ação.

Sobre a desistência da ação pela parte autora, assinale a afirmativa correta.

A) O juiz deverá, imediatamente, homologar a desistência.
B) Não é possível desistir da ação após a propositura desta.
C) Oferecida a contestação, ainda que eletronicamente, o reclamante não poderá, sem o consentimento do reclamado, desistir da ação.
D) O oferecimento da defesa pelo réu em nada se relaciona à questão da desistência de pedidos ou da demanda.

Comentário:

A) Correto

A letra "a" é a única alternativa que se mostra correta, pois elaborada a conta e tornada ilíquida, **o juízo deverá abrir às partes prazo comum de oito dias para impugnação**, conforme art. 879, § 2 °, da CLT:

> Art. 879 - Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos.
>
> § 2 Elaborada a conta e tornada líquida, o juízo deverá abrir às partes **prazo comum de oito dias para impugnação** fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão

B) Errado

A letra "b" está incorreta, vide inteligência do art.879, § 2 °, da CLT.

C) Errado

A letra "c" está incorreta, vide inteligência do art.879, § 2 °, da CLT.

D) Errado

A letra "d" está incorreta, vide inteligência do art.879, § 2 °, da CLT.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 79

Augusto foi empregado de uma lavanderia por 2 anos, tendo sido desligado em setembro de 2018. Após receber as verbas da ruptura, procurou um advogado com a intenção de ajuizar reclamação trabalhista para postular horas extras não recebidas durante o pacto laboral.

Após a entrevista e colheita de todas as informações, o advogado de Augusto entrou em contato com a ex empregadora na tentativa de formular um acordo, que, após debatido e negociado, teve sucesso e foi reduzido a termo. Então, as partes ajuizaram uma homologação de acordo extrajudicial na Justiça do Trabalho, em petição conjunta assinada pelo advogado de cada requerente, mas que não foi homologado pelo juiz, por este entender que o valor da conciliação era desfavorável ao trabalhador. Desse modo, o magistrado extinguiu o feito sem resolução do mérito.

Diante da situação e dos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Agiu corretamente o juiz, porque não há previsão desse tipo de demanda na Justiça do Trabalho.

B) As partes poderão interpor recurso ordinário da decisão que negou a homologação desejada.

C) Augusto e seu ex empregador deverão propor novamente a ação, que deverá ser levada à livre distribuição para outro juízo.

D) Nada poderá ser feito na ação proposta, porque o juiz não é obrigado a homologar acordo.

Comentário:

CLT

Art. 855-D. No prazo de quinze dias a contar da distribuição da petição, o juiz analisará o acordo, designará audiência se entender necessário e proferirá sentença.

Art. 855-E. A petição de homologação de acordo extrajudicial suspende o prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados.

Jurisprudência:

Súmula 418 TST: A homologação de acordo constitui faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.

A) Errado

Existe sim previsão para esse tipo de demanda na justiça do trabalho.

B) Correto

As partes poderão interpor recurso ordinário da decisão que negou a homologação desejada.

C) Errado

Não existe a necessidade de propor nova ação, existindo a possibilidade de interpor recurso ordinário da decisão que negou a homologação desejada.

D) Errado

A homologação de acordo é faculdade do juiz, apenas o é em caso em que não há cabimento de recurso, sendo cabível apenas ação de regresso.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Jurisprudência e Lei seca

Questão 80

Considere as situações a seguir.

I. Victor é um artista mirim e precisa de autorização judicial para poder participar de uma peça cinematográfica como ator coadjuvante.

II. A empresa FFX Ltda. foi multada por um auditor fiscal do trabalho e deseja anular judicialmente o auto de infração, alegando vícios e nulidades.

III. O empregado Regis teve concedido pelo INSS auxílio-doença comum, mas entende que deveria receber auxílio-doença acidentário, daí porque pretende a conversão judicial do benefício.

IV. Jonilson, advogado, foi contratado por um cliente para o ajuizamento de uma ação de despejo, mas esse cliente não pagou os honorários contratuais que haviam sido acertados.

Diante da norma de regência acerca da competência, assinale a opção que indica quem deverá ajuizar ação na Justiça do Trabalho para ver seu pleito atendido.

A) Victor e Jonilson

B) Regis e a empresa FFX Ltda.

C) Victor e Regis

D) Apenas a empresa FFX Ltda.

Comentário:

Para responder essa questão é necessário observar:

CF/88

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

(...)

VII as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

Art. 149. Compete à autoridade judiciária disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará: II - a participação de criança e adolescente em: a) espetáculos públicos e seus ensaios.

Jurisprudência:

STJ - CONFLITO DE COMPETÊNCIA: CC 129674 RS 2013/0291825-8. Porém, se ausente a alegação, na petição inicial, de liame entre a incapacidade que ora acomete a parte segurada e o trabalho/acidente do trabalho, a competência será da Justiça Federal, ex vi do disposto no art. 109, inciso I da Constituição Federal.

Súmula nº 15 do STJ: Compete à Justiça Estadual processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho".
Súmula nº 363 do STJ: Compete à Justiça estadual processar e julgar a ação de cobrança ajuizada por profissional liberal contra cliente.

I) Tal competência não é regida pela justiça do Trabalho, sendo uma competência regida pela Lei Federal nº 8.069/90) - Juizado da Infância e Juventude - Justiça Especializada.

II) Tal situação está abrangida pela competência da Justiça Federal, previsto no art. 114, inciso VII da CF/88.
III) De acordo com a Súmula nº 15 do STJ, este caso é de competência comum da Justiça Estadual.

IV) De acordo com a Súmula nº 363 do STJ, este caso é de competência comum da Justiça Estadual.

Logo, está correta a alternativa D.

D) Certa

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

Ano: 2020 – Banca: FGV – Órgão: OAB – Exame: XXX

Exame de Ordem Unificado (1ª fase) - Caderno Tipo 1 – Aplicação em: 20.10.2019

ESTATUTO E ÉTICA

Questão 1

Em certa situação, uma advogada, inscrita na OAB, foi ofendida em razão do exercício profissional durante a realização de uma audiência judicial. O ocorrido foi amplamente divulgado na mídia, assumindo grande notoriedade e revelando, de modo urgente, a necessidade de desagravo público.

Considerando que o desagravo será promovido pelo Conselho competente, seja pelo órgão com atribuição ou pela Diretoria *ad referendum*, assinale a afirmativa correta.

A) A atuação se dará apenas mediante provocação, a pedido da ofendida ou de qualquer outra pessoa. É condição para concessão do desagravo a solicitação de informações à pessoa ou autoridade apontada como ofensora.

B) A atuação se dará de ofício ou mediante pedido, o qual deverá ser formulado pela ofendida, seu representante legal ou advogado inscrito na OAB. É condição para concessão do desagravo a solicitação de informações à pessoa ou autoridade apontada como ofensora.

C) A atuação se dará de ofício ou mediante provocação, seja da ofendida ou de qualquer outra pessoa. Não é condição para concessão do desagravo a solicitação de informações à pessoa ou autoridade apontada como ofensora.

D) A atuação se dará de ofício ou mediante pedido, o qual deverá ser formulado pela ofendida, seu representante legal ou advogado inscrito na OAB. Não é condição para concessão do desagravo a solicitação de informações à pessoa ou autoridade apontada como ofensora.

Comentário:

A) Errado

Nos termos do *caput* do art. 18 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, a atuação poderá ocorrer **tanto de ofício quanto a pedido do ofendido ou de qualquer pessoa**, e não apenas mediante provocação. Ademais, não é condição à concessão do desagravo público a solicitação de informações para a pessoa/autoridade potencialmente ofensora, a teor dos §§ 1° e 3° do referido dispositivo.

B) Errado

Consoante prevê o *caput* do art. 18 do Regulamento Geral, a atuação poderá ocorrer **tanto de ofício quanto a pedido do ofendido ou de qualquer pessoa**, e não apenas, neste último caso, mediante pedido a ser formulado somente pelo ofendido, por seu representante legal ou por advogado inscrito na OAB, eis que pode ser realizado por qualquer pessoa. Além disso, não é condição à concessão do desagravo público a solicitação de informações para a pessoa/autoridade potencialmente ofensora, a teor dos §§ 1° e 3° do referido dispositivo.

C) Correto

Dispõe o *caput* do art. 18 do Regulamento Geral que a atuação se dará **de ofício, a pedido do ofendido ou de qualquer pessoa**. Além disso, não constitui *conditio sine qua non* à concessão do desagravo público a solicitação de informações da pessoa ou autoridade ofensora, eis que incumbe ao relator fazê-la com o cunho de **proposição ao Presidente** (art. 18, § 1°), podendo o primeiro emitir parecer a ser apreciado pelo Conselho com ou sem tais informações, desde que, obviamente, se convença da procedência da ofensa (art. 18, § 3°).

D) Errado

De conformidade com o disposto no *caput* do art. 18 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, a atuação poderá ocorrer **tanto de ofício quanto a pedido do ofendido ou de qualquer pessoa**, e não apenas, neste último caso, mediante pedido a ser formulado somente pelo ofendido, por seu representante legal ou por advogado inscrito na OAB, eis que pode ser realizado por qualquer pessoa.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 2

O advogado Geraldo foi regularmente constituído por certo cliente para defendê-lo em um processo judicial no qual esse cliente é réu. Geraldo ofereceu contestação, e o processo segue atualmente seu trâmite regular, não tendo sido, por ora, designada audiência de instrução e julgamento.

Todavia, por razões insuperáveis que o impedem de continuar exercendo o mandato, Geraldo resolve renunciar. Em 12/02/2019, Geraldo fez a notificação válida da renúncia. Três dias depois da notificação, o mandante constituiu novo advogado, substituindo-o. Todo o ocorrido foi informado nos autos.

Considerando o caso narrado, de acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) Geraldo continuará a representar o mandante durante os dez dias seguintes à notificação da renúncia.

B) O dever de Geraldo de representar o mandante cessa diante da substituição do advogado, independentemente do decurso de prazo.

C) Geraldo continuará a representar o mandante até que seja proferida e publicada sentença nos autos, ainda que recorrível.

D) Geraldo continuará a representar o mandante até o término da audiência de instrução e julgamento.

Comentário:

A) Errado

Nos exatos ditames do art. 5°, § 3°, da Lei n° 8.906/1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), "o advogado que renunciar ao mandato continuará, **durante os dez dias seguintes à**

notificação da renúncia, a representar o mandante, **salvo se for substituído antes do término desse prazo**". Consoante a ressalva trazida na parte final desse dispositivo, Geraldo não precisará continuar representando o mandante.

B) Correto

É a exata determinação constante do art. 5°, § 3°, do Estatuto da Advocacia e da OAB, o qual dispõe que "o advogado que renunciar ao mandato continuará, **durante os dez dias seguintes à notificação da renúncia**, a representar o mandante, **salvo se for substituído antes do término desse prazo**".

C) Errado

Consoante o disposto no art. 5°, § 3°, do Estatuto da Advocacia e da OAB, "o advogado que renunciar ao mandato continuará, **durante os dez dias seguintes à notificação da renúncia**, a representar o mandante, **salvo se for substituído antes do término desse prazo**". Vislumbra-se que o mencionado dispositivo sequer exige a continuidade na representação do mandante até que seja proferida e publicada sentença nos autos.

D) Errado

Nos termos do art. 5°, § 3°, do Estatuto da Advocacia e da OAB, "o advogado que renunciar ao mandato continuará, **durante os dez dias seguintes à notificação da renúncia**, a representar o mandante, **salvo se for substituído antes do término desse prazo**". Vê-se que o referido dispositivo não obriga que o mandante continue a ser representado pelo causídico renunciante até o término da audiência de instrução e julgamento.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 3

Beatriz, advogada regularmente inscrita na OAB, deseja organizar uma chapa para concorrer à diretoria de Subseção. Ao estudar os pressupostos para a formação da chapa, a realização das eleições e o futuro exercício do cargo, Beatriz concluiu corretamente que

A) a chapa deverá ser integrada por advogados em situação regular junto à OAB, que exerçam cargos em comissão, desde que atuem, efetivamente, na profissão há mais de cinco anos.
B) a eleição será realizada na segunda quinzena do mês de novembro, do último ano do mandato, sendo o comparecimento obrigatório para todos os advogados inscritos na OAB.
C) o mandato é de três anos, iniciando-se em primeiro de fevereiro do ano seguinte ao da eleição.
D) o mandato extingue-se automaticamente, antes do seu término, sempre que o titular faltar, sem motivo justificado, a mais de três reuniões ordinárias.

Comentário:

A) Errado

Consoante o disposto no § 2° do art. 63 do Estatuto da Advocacia e da OAB, o candidato deve atender aos seguintes requisitos: "comprovar situação regular perante a OAB, não ocupar cargo exonerável ***ad nutum***, não ter sido condenado por infração disciplinar, salvo reabilitação, **e exercer efetivamente a profissão há mais de 3 (três) anos, nas eleições para os cargos de Conselheiro Seccional e das Subseções, quando houver**, e há mais de 5 (cinco) anos, nas eleições para os demais cargos".

B) Correto

Da leitura do inteiro teor do art. 63, *caput* e § 1°, do Estatuto da Advocacia e da OAB, vê-se que "a eleição dos membros de todos os órgãos da OAB será realizada na **segunda quinzena do mês de novembro**", de maneira que tal eleição, "na forma e segundo os critérios e procedimentos estabelecidos no regulamento geral, é de **comparecimento obrigatório para todos os advogados inscritos na OAB**".

C) Errado

Dispõe o *caput* do art. 65 do Estatuto da Advocacia e da OAB que "o mandato em qualquer órgão da OAB é de três anos, **iniciando-se em primeiro de janeiro**" (e não em primeiro de fevereiro) "**do ano seguinte ao da eleição**".

D) Errado

Em consonância com o art. 66, inciso III, do Estatuto da Advocacia e da OAB, "extingue-se o mandato automaticamente, antes do seu término, quando: o titular faltar, sem motivo justificado, a **três reuniões ordinárias consecutivas de cada órgão deliberativo do conselho ou da diretoria da Subseção ou da Caixa de Assistência dos Advogados**, não podendo ser reconduzido no mesmo período de mandato".

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 4

O advogado Carlos não adimpliu suas obrigações relativas às anuidades devidas à OAB. Assinale a opção que, corretamente, trata das consequências de tal inadimplemento.

A) Carlos deverá quitar o débito em 15 dias contados da notificação para tanto, sob pena de suspensão, independentemente de processo disciplinar. Na terceira suspensão por não pagamento de anuidade, seja a mesma ou anuidades distintas, será cancelada sua inscrição.
B) Carlos deverá quitar o débito no prazo fixado em notificação, sob pena de suspensão mediante processo disciplinar. Após 15 dias de suspensão, caso não realizado o pagamento da mesma anuidade, será cancelada sua inscrição.
C) Carlos deverá quitar o débito em 15 dias contados da notificação para tanto, sob pena de suspensão, mediante processo disciplinar. Na terceira suspensão por não pagamento de anuidades, será cancelada sua inscrição.
D) Carlos deverá quitar o débito em 15 dias contados da notificação para tanto, sob pena de suspensão, independentemente de processo disciplinar. Na segunda suspensão por não pagamento de anuidades distintas, será cancelada sua inscrição, após o transcurso de processo disciplinar.

Comentário:

A) Errado

Consoante o art. 22 do Regulamento Geral, Carlos, regularmente notificado, deverá quitar seu débito relativo às anuidades, no prazo de 15 dias da notificação, sob pena de suspensão. Entretanto, tal sanção **só pode ser aplicada em processo disciplinar**. Ademais, sua inscrição será cancelada quando ocorrer

a terceira suspensão referente ao não pagamento de **anuidades distintas**, e não as mesmas.

B) Errado

Embora a primeira parte da assertiva está correta, nos termos do parágrafo único do art. 22 do Regulamento Geral, "**cancela-se a inscrição quando ocorrer a terceira suspensão, relativa ao não pagamento de anuidades distintas**".

C) Correto

Trata-se da exata aplicação do disposto no art. 22 do Regulamento Geral, dispondo que "o advogado, regularmente notificado, deve quitar seu débito relativo às anuidades, no prazo de 15 dias da notificação, sob pena de suspensão, aplicada em processo disciplinar", cancelando-se a inscrição "quando ocorrer a terceira suspensão, relativa ao não pagamento de anuidades distintas".

D) Errado

De acordo com o *caput* do art. 22 do Regulamento Geral, Carlos, regularmente notificado, deverá quitar seu débito relativo às anuidades, no prazo de 15 dias da notificação, sob pena de suspensão. Todavia, é possível a aplicação dessa sanção **apenas em processo disciplinar**. Por outro lado, dispõe o parágrafo único do referido dispositivo que "cancela-se a inscrição quando ocorrer a **terceira suspensão**, relativa ao não pagamento de anuidades distintas".

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 5

Jailton, advogado, após dez anos de exercício da advocacia, passou a apresentar comportamentos incomuns. Após avaliação médica, ele foi diagnosticado com uma doença mental curável, mediante medicação e tratamento bastante demorado.

Segundo as disposições do Estatuto da Advocacia e da OAB, o caso do advogado Jailton incide em causa de

A) suspensão do exercício profissional.
B) impedimento para o exercício profissional.
C) cancelamento da inscrição profissional.
D) licença do exercício profissional.

Comentário:

A) Errado

A situação em apreço diz respeito à **licença** – e não suspensão – **do exercício profissional**, nos moldes do art. 12, III, do Estatuto da Advocacia e da OAB.

B) Errado

In casu, trata-se não de impedimento para o exercício profissional, e sim **licença deste exercício**, de conformidade com o previsto no inciso III do art. 12 do Estatuto da Advocacia e da OAB.

C) Errado

Nos exatos ditames do art. 12, III, do Estatuto da Advocacia e da OAB, o caso hipotético não se enquadra em uma situação de cancelamento da inscrição profissional, e sim de **licença do exercício profissional**.

D) Correto

Tal situação fática amolda-se justamente à possibilidade de **licença profissional disposta no art. 12, inciso III, do Estatuto da Advocacia e da OAB**.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 6

Antônio e José são advogados e atuam em matéria trabalhista. Antônio tomou conhecimento de certos fatos relativos à vida pessoal de seu cliente, que respondia a processo considerado de interesse acadêmico. Após o encerramento do feito judicial, Antônio resolveu abordar os fatos que deram origem ao processo em sua dissertação pública de mestrado. Então, a fim de se resguardar, Antônio notificou o cliente, indagando se este solicitava sigilo sobre os fatos pessoais ou se estes podiam ser tratados na aludida dissertação. Tendo obtido resposta favorável do cliente, Antônio abordou o assunto na dissertação.

Por sua vez, o advogado José também soube de fatos pessoais de seu cliente, em razão de sua atuação em outro processo. Entretanto, José foi difamado em público, gravemente, por uma das partes da demanda. Por ser necessário à defesa de sua honra, José divulgou o conteúdo particular de que teve conhecimento.

Considerando os dois casos narrados, assinale a afirmativa correta.

A) Antônio infringiu o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, violando o dever de sigilo profissional. Por outro lado, José não cometeu infração ética, já que o dever de sigilo profissional cede na situação descrita.

B) Antônio e José infringiram, ambos, o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, violando seus deveres de sigilo profissional.

C) José infringiu o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, violando o dever de sigilo profissional. Por outro lado, Antônio não cometeu infração ética, já que o dever de sigilo profissional cede na situação descrita.

D) Antônio e José não cometeram infração ética, já que o dever de sigilo profissional, em ambos os casos, cede nas situações descritas.

Comentário:

A) Correto

Antonio violou o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, pois, a teor de seu art. 26, **deveria guardar o sigilo profissional que lhe foi confiado**, praticando, assim, infração disciplinar, nos moldes do art. 34, VII, do Estatuto da Advocacia e da OAB. **José**, por sua vez, **não agiu de forma antiética**, eis que utilizou as confidências que lhes foram feitas nos **limites da necessidade da defesa**, nos termos do *caput* do art. 27 do primeiro diploma legislativo citado.

B) Errado

De fato, Antônio violou o sigilo profissional assegurado pelo Código de Ética e Disciplina da OAB, mas **José agiu nos limites da necessidade de sua defesa, razão pela qual sua conduta não foi antiética**, tudo de conformidade com os arts. 26 e 27 do Código de Ética e Disciplina da OAB c/c art. 34, VII, do Estatuto da Advocacia e da OAB.

C) Errado

Trata-se justamente do oposto: **Antônio infringiu** o disposto no **Código de Ética e Disciplina da OAB**, enquanto que **José não cometeu infração ética**, tudo em consonância com os arts. 26 e 27 do Código de Ética e Disciplina da OAB c/c art. 34, VII, do Estatuto da Advocacia e da OAB.

D) Errado

Com efeito, **José não violou o dever de sigilo profissional**; no entanto, **Antônio o fez**, pois o sigilo profissional, no seu caso, **não poderia ser cedido ou afastado**, tudo em atendimento ao disposto nos os arts. 26 e 27 do Código de Ética e Disciplina da OAB c/c art. 34, VII, do Estatuto da Advocacia e da OAB.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 7

Maria, formada em uma renomada faculdade de Direito, é transexual. Após a aprovação no Exame de Ordem e do cumprimento dos demais requisitos, Maria receberá a carteira de identidade de advogado, relativa à sua inscrição originária. Sobre a hipótese apresentada, de acordo com o disposto na Lei nº 8.906/94 e no Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) É admitida a inclusão do nome social de Maria, em seguida ao nome registral, havendo exigência normativa de que este seja o nome pelo qual Maria se identifica e é socialmente reconhecida, mediante mero requerimento formulado pela advogada.
B) É admitida a inclusão do nome social de Maria, desde que, por exigência normativa, este seja o nome pelo qual Maria se identifica e que consta em registro civil de pessoas naturais, originariamente ou por alteração, mediante mero requerimento formulado pela advogada.
C) É admitida a inclusão do nome social de Maria, independentemente de menção ao nome registral, havendo exigência normativa de que este seja o nome pelo qual Maria se identifica, e é socialmente reconhecida, e de que haja prévia aprovação em sessão do Conselho Seccional respectivo.
D) Não há previsão na Lei nº 8.906/94 e no Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB sobre a inclusão do nome social de Maria na carteira de identidade do advogado, embora tal direito possa advir de interpretação do disposto na Constituição Federal, desde que haja cirurgia prévia de redesignação sexual e posterior alteração do nome registral da advogada para aquele pelo qual ela se identifica e é socialmente reconhecida.

Comentário:

A) Correto

É a exatidão do art. 33, parágrafo único, do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, o qual dispõe que "o **nome social** é a designação pela qual a **pessoa travesti ou transexual se identifica** e **é socialmente reconhecida** e **será inserido na identificação do advogado** mediante **requerimento**".

B) Errado

Consoante o previsto no art. 33, parágrafo único, do Regulamento Geral, **não há a necessidade** de que o nome social **conste em registro civil de pessoas naturais**, tampouco que **seja originariamente ou por alteração**.

C) Errado

Não há qualquer exigência de prévia aprovação da inclusão do nome social em sessão do respectivo Conselho Seccional, nos moldes do art. 33, parágrafo único, do Regulamento Geral.

D) Errado

O Regulamento Geral – e não a Lei n° 8.906/94 – prevê, no parágrafo único de seu art. 33, que **é possível** a **inclusão do nome social**, mediante requerimento, na identificação do advogado**,** qual seja, a designação como a pessoa transexual ou travesti se identifica e é socialmente reconhecida.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 8

João Pedro, advogado conhecido no Município Alfa, foi eleito para mandato na Câmara Municipal, na legislatura de 2012 a 2015. Após a posse e o exercício do cargo de vereador em 2012 e 2013, João Pedro licenciou-se do mandato em 2014 e 2015 a convite do Prefeito, para exercer o cargo de Procurador-Geral do Município Alfa.
Diante desses fatos, João Pedro,

A) em 2012 e 2013, poderia exercer a advocacia a favor de entidades paraestatais.
B) em 2012 e 2013, não poderia exercer a advocacia contra empresa concessionária de serviço público estadual.
C) em 2014 e 2015, poderia exercer a advocacia privada, desde que não atuasse contra o Município Alfa ou entidade que lhe seja vinculada.
D) em 2014 e 2015, não poderia exercer a advocacia a favor de autarquia vinculada ao Município Alfa.

Comentário:

A) Errado

Consoante o inciso II do art. 30 da Lei n° 8.906/1994, "**são impedidos de exercer a advocacia: (...) os membros do Poder Legislativo, em seus diferentes níveis, contra ou a favor das (...) entidades paraestatais**". Nesse caso, por ser empossado, entre os anos de 2012 e 2013, para o cargo de vereador, João Pedro não poderia exercer a advocacia a favor de entidades para estatais.

B) Correto

Trata-se da exata determinação legal constante do art. 30, II, da Lei 8.906/94, o qual estabelece que "**são impedidos de exercer a advocacia: (...) os membros**

do Poder Legislativo, em seus diferentes níveis, contra ou a favor das (...) empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público". *In casu*, por ser empossado, entre os anos de 2012 e 2013, para o cargo de vereador, João Pedro não poderia, de fato, exercer a advocacia contra empresa concessionária de serviço público estadual.

C) Errado

Dispõe o art. 29 da Lei 8.906/94 que "**os Procuradores Gerais (...) são exclusivamente legitimados para o exercício da advocacia vinculada à função que exerçam, durante o período da investidura**". Assim, João Pedro, por ter assumido, entre os anos de 2014 e 2015, o cargo de Procurador-Geral do Município Alfa, não poderia exercer a advocacia privada, ainda que não atuasse contra o referido município ou entidade que lhe fosse vinculada.

D) Errado

A assertiva em questão não se coaduna com p teor do art. 29 da Lei 8.906/94, o qual dispõe que "**os Procuradores Gerais (...) são exclusivamente legitimados para o exercício da advocacia vinculada à função que exerçam, durante o período da investidura**". Por isso, João Pedro, por ter assumido, entre os anos de 2014 e 2015, o cargo de Procurador-Geral do Município Alfa, poderia exercer a advocacia a favor de autarquia vinculada a este município.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

FILOSOFIA DO DIREITO

Questão 9

Um juiz pode dar uma sentença favorável a uma querelante com um rostinho bonito ou proveniente de determinada classe social, na realidade porque gosta do rosto ou da classe, mas ostensivamente pelas razões que apresentar para sua decisão.

Neil MacCormick

Existem diferentes motivos pelos quais uma decisão é tomada, segundo MacCormick. Alguns argumentos podem ser até mesmo inconfessáveis, porém, de qualquer forma, a autoridade que decide precisa persuadir um auditório quanto à sua decisão.

Assinale a opção que, segundo Neil MacCormick, em seu livro Argumentação Jurídica e Teoria do Direito, apresenta a noção essencial daquilo que a fundamentação de uma decisão deve fazer.

A) Dar boas razões ostensivamente justificadoras em defesa da decisão, de modo que o processo de argumentação seja apresentado como processo de justificação.
B) Realizar uma dedução silogística por intermédio da qual a decisão seja a premissa maior, resultante da lei, que deve ser considerada a premissa menor do raciocínio lógico.
C) Proceder a um ato de vontade no qual cabe ao juiz escolher uma norma válida contida no ordenamento jurídico vigente e aplicá-la ao caso concreto.
D) Alinhar-se à jurisprudência dominante em respeito às decisões dos tribunais superiores expressas na firma de precedentes, enunciados e súmulas.

Comentário:

A) Correto

O livro "Argumentação Jurídica e Teoria do Direito" é uma das mais famosas obras de Neil MacCormick, filósofo escocês. Um dos principais aspectos dessa obra, cabe destacar primeiramente, é a resolução de obrigatoriedade da explanação de uma decisão judicial firmada, isto é, uma fundamentação completa e bem justificada da sua escolha.

Como já dito, é notória a essencialidade e relevância dessa fundamentação e argumentação, no âmbito jurídico, na obra de Neil MacCormick – ele entende, ainda, que este tipo de fundamentação decorre diretamente da argumentação prática, que extrapola o campo jurídico e judicial.

MacCormick discorre que o ideal para o sistema judicial é que o juiz exponha, ao proferir suas decisões, todos os fatores levados em consideração para que tal solução tenha sido tomada. Desse modo, entende-se que o raciocínio de MacCormick envolve esse amplo procedimento argumentativo, envolvendo uma justificação das decisões com base em argumentos e fundamentos.

Entende-se, por fim, que, segundo a teoria de MacCormick, a decisão deve ser fundamentada com a apresentação de evidências e fatos capazes de justificá-la, de modo que o processo argumentativo seja intrinsecamente ligado à própria justificação.

B) Errado

Em sua obra, MacCormick não entende a decisão como premissa maior de uma dedução silogística, nem entende a lei como premissa menor deste suposto raciocínio lógico.

C) Errado

Não há previsão na obra de MacCormick quanto à possibilidade de escolha, por parte do juiz, para seleção da norma a ser aplicada em cada caso.

D) Errado

A obra Argumentação Jurídica e Teoria do Direito dispõe acerca da fundamentação e argumentação em caráter de justificação, mas não envolve a decisão jurídica associada às decisões jurisprudenciais de tribunais superiores.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

Questão 10

É preciso repetir mais uma vez aquilo que os adversários do utilitarismo raramente fazem o favor de reconhecer: a felicidade que os utilitaristas adotaram como padrão do que é certo na conduta não é a do próprio agente, mas a de todos os envolvidos.

John Stuart Mill

Na defesa que Stuart Mill faz do utilitarismo como princípio moral, em seu texto Utilitarismo, ele afirma que o utilitarismo exige que o indivíduo não coloque seus interesses acima dos interesses dos demais, devendo, por isso, ser imparcial e até mesmo benevolente.

Assim, no texto em referência, Stuart Mill afirma que, para aproximar os indivíduos desse ideal, a utilidade recomenda que

A) as leis e os dispositivos sociais coloquem, o máximo possível, a felicidade ou o interesse de cada indivíduo em harmonia com os interesses do todo.

B) Direito Natural, que possui como base a própria natureza das coisas, seja o fundamento primeiro e último de todas as leis, para que o desejo de ninguém se sobreponha ao convívio social.

C) os sentimentos morais que são inatos aos seres humanos e conformam, de fato, uma parte de nossa natureza, já que estão presentes em todos, sejam a base da legislação.

D) as leis de cada país garantam a liberdade de cada indivíduo em buscar sua própria felicidade, ainda que a felicidade de um não seja compatível com a felicidade de outro.

Comentário:

A) Correto

John Stuart Mill, filósofo inglês nascido no século XIX, foi fundador da teoria utilitarista, a qual defende que a felicidade, almejada pelas ações coletivas, deve ser

pretendida não somente dos homens enquanto seres individuais, mas principalmente no aspecto coletivo.

Os interesses nesses dois âmbitos, é claro, devem convergir para essa felicidade coletiva em seu aspecto mais abrangente. Desse modo, entende-se que este ideal pode ser atingido por meio da atuação individual harmoniosa e coerente em relação ao interesse coletivo. Além disso, é um papel essencial da educação na formação dos entendimentos e do próprio caráter humano, o qual deve ser moldado para compreender a felicidade do coletivo como a sua própria.

No enunciado, então, é possível inferir que Mill entende que o utilitarismo deve propagar a compreensão de que a felicidade do indivíduo deve ser intrinsecamente associada aos interesses coletivos, agindo para alcançá-los como um só.

B) Errado

Stuart Mill não discorre acerca do Direito Natural enquanto superior ou base necessária à composição de todas as leis.

C) Errado

A corrente utilitarista de Mill não defende que os sentimentos inatos humanos sejam considerados e transformados em legislação, mas sim que o caráter humano deve convergir ao bem comum.

D) Errado

Mill não afirma que a felicidade individual é a principal meta a ser alcançada, mas sim defende o contrário, visto que o bem e felicidade comuns devem ser o foco das ações individuais.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal, em decisão definitiva de mérito proferida no âmbito de uma Ação Declaratória de Constitucionalidade, com eficácia contra todos (erga omnes) e efeito vinculante, declarou que a lei federal, que autoriza o uso de determinado agrotóxico no cultivo de soja, é constitucional, desde que respeitados os limites e os parâmetros técnicos estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Inconformados com tal decisão, os congressistas do partido Y apresentaram um projeto de lei perante a Câmara dos Deputados visando proibir, em todo o território nacional, o uso do referido agrotóxico e, com isso, "derrubar" a decisão da Suprema Corte. Em outubro de 2017, o projeto de lei é apresentado para ser votado. Diante da hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

A) A superação legislativa das decisões definitivas de mérito do Supremo Tribunal Federal, no âmbito de uma ação declaratória de constitucionalidade, deve ser feita pela via da emenda constitucional, ou seja, como fruto da atuação do poder constituinte derivado reformador; logo, o projeto de lei proposto deve ser impugnado por mandado de segurança em controle prévio de constitucionalidade.

B) Embora as decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ações declaratórias de constitucionalidade não vinculem o Poder Legislativo em sua função típica de legislar, a Constituição de 1988 veda a rediscussão de temática já analisada pela Suprema Corte na mesma sessão legislativa, de modo que o projeto de lei apresenta vício formal de inconstitucionalidade.

C) Como as decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado de constitucionalidade gozam de eficácia contra todos e efeito vinculante, não poderia ser apresentado projeto de lei que contrariasse questão já pacificada pela Suprema Corte, cabendo sua impugnação pela via da reclamação constitucional.

D) O Poder Legislativo, em sua função típica de legislar, não fica vinculado às decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal no controle de constitucionalidade, de modo que o projeto de lei apresentado em data posterior ao julgamento poderá ser regularmente votado e, se aprovado, implicará a superação ou reação legislativa da jurisprudência.

Comentário:

A) Errado

A superação pode ser feita tanto por Emenda Constitucional, quanto por projeto de lei, não sendo necessário impugnação por mandado de segurança em controle prévio de constitucionalidade.

B) Errado

De forma alguma a rediscussão temática é vedada, evitando a chamada Fossilização Constitucional. O projeto de lei apresentado em data posterior ao julgamento poderá ser regularmente votado e, se aprovado, implicará a superação ou reação legislativa da jurisprudência.

C) Errado

Conforme explicado anteriormente, não existe vedação à rediscussão temática, mesmo que já pacificada pela Corte do Supremo.

D) Correto

O Poder Legislativo, que possui função típica de legislar, não fica vinculado às decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal no tocante ao controle de constitucionalidade, desta forma, o projeto de lei apresentado poderá ser votado e, se aprovado, implicará a superação ou reação legislativa da jurisprudência. Isso se dá para evitar o denominado fenômeno da fossilização da Constituição. Assim dispõe o STF:

> "Por outro lado, tal concepção comprometeria a relação de equilíbrio entre o tribunal constitucional e o legislador, reduzindo este a papel subalterno perante o poder incontrolável daquele, com evidente prejuízo do espaço democrático-representativo da legitimidade política do órgão legislativo. E, como razão de não menor tomo, a proibição erigiria mais um fator de resistência conducente ao inconcebível fenômeno da fossilização da Constituição:
>
> "A consequência é particularmente grave: as constituições, enquanto planos normativos voltados para o futuro, não podem de maneira nenhuma perder a sua flexibilidade e abertura. **Naturalmente e na medida do possível, convém salvaguardar a continuidade dos standards jurisprudenciais**: alterações de rota, decisões overruling demasiado repentinas e brutais contrastam com a própria noção de jurisdição. A percepção da continuidade como um valor não deve, porém, significar uma visão petrificada da jurisprudência ou uma indisponibilidade dos tribunais para atender às solicitações provenientes do ambiente". É o que se reconhece entre nós. Invocando a respeito a orientação da Corte (ADI nº 907, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, RTJ 150/726, e ADI nº 864, Rel. Min. MOREIRA ALVES, RTJ 151/416)

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Jurisprudência

Questão 12

Em decorrência de um surto de dengue, o Município Alfa, após regular procedimento licitatório, firmou ajuste com a sociedade empresária Mata Mosquitos Ltda., pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos, visando à prestação de serviços relacionados ao combate à proliferação de mosquitos e à realização de campanhas de conscientização da população local. Nos termos do ajuste celebrado, a sociedade empresarial passaria a integrar, de forma complementar, o Sistema Único de Saúde (SUS). Diante da situação narrada, com base no texto constitucional, assinale a afirmativa correta.

A) O ajuste firmado entre o ente municipal e a sociedade empresária é inconstitucional, eis que a Constituição de 1988 veda a participação de entidades privadas com fins lucrativos no Sistema Único de Saúde, ainda que de forma complementar.

B) A participação complementar de entidades privadas com fins lucrativos no Sistema Único de Saúde é admitida, sendo apenas vedada a destinação de recursos públicos para fins de auxílio ou subvenção às atividades que desempenhem.

C) O ajuste firmado entre o Município Alfa e a sociedade empresária Mata Mosquito Ltda. encontra-se em perfeita consonância com o texto constitucional, que autoriza a participação de entidades privadas com fins lucrativos no Sistema Único de Saúde e o posterior repasse de recursos públicos.

D) As ações de vigilância sanitária e epidemiológica, conforme explicita a Constituição de 1988, não se encontram no âmbito de atribuições do Sistema Único de Saúde, razão pela qual devem ser prestadas exclusivamente pelo poder público.

Comentário:

A) Errado

O ajuste firmado é constitucional, conforme art. 199, § 1º, da CF/88.

B) Certo

A participação complementar de entidades privadas com fins lucrativos no Sistema Único de Saúde é permitida legalmente, sendo vedada apenas a destinação de recursos públicos para fins de auxílio ou subvenção às atividades que desempenhem. Assim prevê a Constituição:

> Art. 199 - A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.
>
> § 1º - **As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde**, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
>
> § 2º **É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.**

Portanto, a alternativa está em total consonância com o texto constitucional à respeito da Ordem Social.

B) Errado

O erro da alternativa está no "posterior repasse de recursos públicos", pois, conforme já demonstrado, é vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

C) Errado

Conforme texto constitucional, as ações de vigilância sanitária e epidemiológica são sim, atribuições do Sistema Único de Saúde:

> Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):

I - a execução de ações:

a) de vigilância sanitária;

b) de vigilância epidemiológica;

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 13

As chuvas torrenciais que assolaram as regiões Norte e Nordeste do país resultaram na paralisação de serviços públicos essenciais ligados às áreas de saúde, educação e segurança. Além disso, diversos moradores foram desalojados de suas residências, e o suprimento de alimentos e remédios ficou prejudicado em decorrência dos alagamentos. O Presidente da República, uma vez constatado o estado de calamidade pública de grande proporção, decretou estado de defesa. Dentre as medidas coercitivas adotadas com o propósito de restabelecer a ordem pública estava o uso temporário de ambulâncias e viaturas pertencentes ao Município Alfa. Diante do caso hipotético narrado, assinale a afirmativa correta.

A) A fundamentação empregada pelo Presidente da República para decretar o estado de defesa viola a Constituição de 1988, porque esta exige, para tal finalidade, a declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.

B) Embora seja admitida a decretação do estado de defesa para restabelecer a ordem pública em locais atingidos por calamidades de grandes proporções da natureza, não pode o Presidente da República, durante a vigência do período de exceção, determinar o uso temporário de bens pertencentes a outros entes da federação.

C) O estado de defesa, no caso em comento, viola o texto constitucional, porque apenas poderia vir a ser decretado pelo Presidente da República caso constatada a ineficácia de medidas adotadas durante o estado de sítio.

D) A União pode determinar a ocupação e o uso temporário de bens e serviços públicos, respondendo pelos danos e custos decorrentes, porque a necessidade de restabelecer a ordem pública em locais atingidos por calamidades de grandes proporções da natureza é fundamento idôneo para o estado de defesa.

Comentário:

A) Errado

Conforme art. 136, da CF/88, o Presidente da República poderá decretar o Estado de Defesa em caso de calamidades de grandes proporções da natureza.

O afirmado na alternativa corresponde aos requisitos de decretação do Estado de Sítio, não podendo ser confundido pelo aluno.

B) Errado

Conforme § 1º, II do art. 199, da CF/88, com a decretação do Estado de Defesa, poderão ser adotadas medidas coercitivas, dentre as quais, a ocupação e o uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública.

C) Errado

Não confunda! A ineficácia de medidas adotadas durante o Estado de Defesa, é requisito para decretação do **Estado de Sítio**, e não o contrário.

> Art. 137. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de:
>
> I - comoção grave de repercussão nacional ou **ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa.**

D) Certo

Conforme a CF/88, temos que:

> Art. 136. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, **decretar estado de defesa** para preservar ou

> prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou **atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.**
>
> § 1º O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes:
>
> (...)
>
> II - **ocupação e uso temporário de bens** e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública, **respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.**

Portanto, a União pode determinar a ocupação e o uso temporário de bens e serviços públicos, respondendo pelos danos e custos decorrentes, porque a necessidade de restabelecer a ordem pública em locais atingidos por calamidades de grandes proporções da natureza é fundamento idôneo para o estado de defesa.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 14

O Supremo Tribunal Federal reconheceu a periculosidade inerente ao ofício desempenhado pelos agentes penitenciários, por tratar-se de atividade de risco. Contudo, ante a ausência de norma que regulamente a concessão da aposentadoria especial no Estado Alfa, os agentes penitenciários dessa unidade federativa encontram-se privados da concessão do referido direito constitucional. Diante disso, assinale a opção que apresenta a medida judicial adequada a ser adotada pelo Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado Alfa, organização sindical legalmente constituída e em funcionamento há mais de 1 (um) ano, em defesa da respectiva categoria profissional.

A) Ele pode ingressar com mandado de injunção coletivo para sanar a falta da norma regulamentadora, dispensada autorização especial dos seus membros.

B) Ele não possui legitimidade ativa para ingressar com mandado de injunção coletivo, mas pode pleitear aplicação do direito constitucional via ação civil pública.

C) Ele tem legitimidade para ingressar com mandado de injunção coletivo, cuja decisão pode vir a ter eficácia ultra partes, desde que apresente autorização especial dos seus membros.

D) Ele pode ingressar com mandado de injunção coletivo, mas, uma vez reconhecida a mora legislativa, a decisão não pode estabelecer as condições em que se dará o exercício do direito à aposentadoria especial, sob pena de ofensa à separação dos Poderes.

Comentário:

A) Certo

A questão trata acerca dos Remédios Constitucionais e Prerrogativas dos Sindicatos, mais especificamente sobre o Mandado de Injunção. Vejamos:

Art. 5º, da CF/88:

> LXXI - *"conceder-se-á mandado de injunção sempre que a **falta de norma regulamentadora** torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania"*
>
> **Lei 13.300/2016:**
>
> **Art. 12. O mandado de injunção coletivo pode ser promovido:**
>
> (...)
>
> **III - por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas em favor da totalidade ou de parte de seus membros ou associados, na forma de seus estatutos e desde que pertinentes a suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial;**

Ou seja, o Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado Alfa pode ingressar com mandado de injunção coletivo para sanar a falta da norma regulamentadora, dispensada autorização especial dos seus membros.

B) Errado

Conforme já apresentado, o sindicato possui sim legitimidade para ingressar com o Mandado de Injunção, de acordo com o III, do art. 12, da Lei **13.300/2016.**

C) Errado

Não caia mais neste ponto! Não é necessária a autorização especial dos membros do sindicato para ingresso do Mandado de Injunção.

D) Errado

Conforme preceitua o art. 8º, da Lei **13.300/2016:**

> Art. 8º Reconhecido o estado de mora legislativa, será deferida a injunção para:
> (...)

II - **estabelecer as condições em que se dará o exercício dos direitos**, das liberdades ou das prerrogativas reclamados ou, se for o caso, as condições em que poderá o interessado promover ação própria visando a exercê-los, caso não seja suprida a mora legislativa no prazo determinado.

Portanto, a alternativa contraria o disposto no texto legal.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 15

Durante campeonato oficial de judô promovido pela Federação de Judô do Estado Alfa, Fernando, um dos atletas inscritos, foi eliminado da competição esportiva em decorrência de uma decisão contestável da arbitragem que dirigiu a luta. Na qualidade de advogado(a) contratado(a) por Fernando, assinale a opção que apresenta a medida juridicamente adequada para o caso narrado.

A) Fernando poderá ingressar com processo perante a justiça desportiva para contestar o resultado da luta e, uma vez esgotadas as instâncias desportivas e proferida decisão final sobre o caso, não poderá recorrer ao Poder Judiciário.

B) Fernando poderá impugnar o resultado da luta perante o Poder Judiciário, independentemente de esgotamento das instâncias da justiça desportiva, em virtude do princípio da inafastabilidade da jurisdição.

C) Fernando, uma vez esgotadas as instâncias da justiça desportiva (que terá o prazo máximo de 60 dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final), poderá impugnar o teor da decisão perante o Poder Judiciário.

D) A ordem jurídica, que adotou o princípio da unidade de jurisdição a partir da Constituição de 1988, passou a prever a exclusividade do Poder Judiciário para dirimir todas as questões que venham a ser judicializadas em território nacional, deslegitimando a atuação da justiça desportiva.

Comentário:

A) Errado

De acordo com o § 1º do art. 2017, da CF/88, o Poder Judiciário poderá sim ser acionado após esgotadas as instâncias da justiça desportiva.

> § 1º **O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.**

B) Errado

Conforme explicado na alternativa "a", o acionamento do Poder Judiciário está vinculado ao esgotamento das instâncias da justiça desportiva.

C) Certo

Consoante a Constituição Federal:

> Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:
>
> (...)
>
> § 1º **O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.**
>
> § 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

Portanto, Fernando, uma vez esgotadas as instâncias da justiça desportiva, que terá o prazo máximo de 60 dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final, poderá impugnar o teor da decisão perante o Poder Judiciário.

D) Errado

Não há que se falar em exclusividade do Poder Judiciário, pois a Constituição Federal assegura a atuação da Justiça Desportiva.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 16

Giuseppe, italiano, veio ainda criança para o Brasil, juntamente com seus pais. Desde então, nunca sofreu qualquer tipo de condenação penal, constituiu família, sendo pai de um casal de filhos nascidos no país, possui título de eleitor e nunca deixou de participar dos pleitos eleitorais. Embora tenha se naturalizado brasileiro na década de 1990, não se sente brasileiro. Nesse sentido, Giuseppe afirma que é muito grato ao Brasil, mas que, apesar do longo tempo aqui vivido, não partilha dos mesmos valores espirituais e culturais dos brasileiros. Giuseppe mora em Vitória/ES e descobriu o envolvimento do Ministro de Estado Alfa em fraude em uma licitação cujo resultado beneficiou, indevidamente, a empresa de propriedade de seus irmãos. Indignado com tal atitude, Giuseppe resolveu, em nome da intangibilidade do patrimônio público e do princípio da moralidade administrativa, propor ação popular contra o Ministro de Estado Alfa, ingressando no juízo de primeira instância da justiça comum, não no Supremo Tribunal Federal. Sobre o caso, com base no Direito Constitucional e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

A) A ação não deve prosperar, uma vez que a competência para processá-la e julgá-la é do Supremo Tribunal Federal, e falta legitimidade ativa para o autor da ação, porque não possui a nacionalidade brasileira, não sendo, portanto, classificado como cidadão brasileiro.

B) A ação deve prosperar, porque a competência para julgar a ação popular em tela é do juiz de primeira instância da justiça comum, e o autor da ação tem legitimidade ativa porque é cidadão no pleno gozo de seus direitos políticos, muito embora não faça parte da nação brasileira.

C) A ação não deve prosperar, uma vez que a competência para julgar a mencionada ação popular é do Supremo Tribunal Federal, muito embora não falte legitimidade ad causam para o autor da ação, que é cidadão brasileiro, detentor da nacionalidade brasileira e no pleno gozo dos seus direitos políticos.

D) A ação deve prosperar, porque a competência para julgar a ação popular em tela tanto pode ser do juiz de primeira instância da justiça comum quanto do Supremo Tribunal Federal, e não falta legitimidade ad causam para o autor da ação, já que integra o povo brasileiro.

Comentário:

A) Errado

De acordo com o próprio STF, a competência para julgar ação popular contra ato de qualquer autoridade, até mesmo do Presidente da República, é, via de regra, do juízo competente de primeiro grau.

B) Certo

Foi necessário o conhecimento a respeito da legitimidade para propositura da Ação Popular. Conforme ordena a CF/88:

> Art. 5º, LXXIII - **qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público** ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

Um grande ponto que tenta confundir o candidato, é com relação à nacionalidade. O requisito para propositura é a **Cidadania**, que não se confunde com Nacionalidade. Cidadania traduz-se em pleno gozo dos direitos políticos, enquanto nacionalidade é o vínculo jurídico-político entre um indivíduo e o Estado.

Portanto, a ação deve prosperar, porque a competência para julgar a ação popular em tela é do juiz de primeira instância da justiça comum, e o autor da ação tem legitimidade ativa porque é cidadão no pleno gozo de seus direitos políticos, muito embora não faça parte da nação brasileira.

C) Errado

De acordo com o próprio STF, a competência para julgar ação popular contra ato de qualquer autoridade, até mesmo do Presidente da República, é, via de regra, do juízo competente de primeiro grau.

D) Errado

De acordo com o próprio STF, a competência para julgar ação popular contra ato de qualquer autoridade, até mesmo do Presidente da República, é, via de regra, do juízo competente de primeiro grau.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 17

Bento ficou surpreso ao ler, em um jornal de grande circulação, que um cidadão americano adquiriu fortuna ao encontrar petróleo em sua propriedade, situada no Estado do Texas. Acresça-se que um amigo, com formação na área de Geologia, tinha informado que as imensas propriedades de Bento possuíam rochas sedimentares normalmente presentes em regiões petrolíferas. Antes de pedir um aprofundado estudo geológico do terreno, Bento buscou um advogado especialista na matéria, a fim de saber sobre possíveis direitos econômicos que lhe caberiam como resultado da extração do petróleo em sua propriedade. O advogado respondeu que, segundo o sistema jurídicoconstitucional brasileiro, caso seja encontrado petróleo na propriedade, Bento

A) poderá, por ser proprietário do solo e, por extensão, do subsolo de sua propriedade, explorar, per se, a atividade, auferindo para si os bônus e ônus econômicos advindos da exploração.

B) receberá indenização justa e prévia pela desapropriação do terreno em que se encontra a jazida, mas não terá direito a qualquer participação nos resultados econômicos provenientes da atividade.

C) terá assegurada, nos termos estabelecidos pela via legislativa ordinária, participação nos resultados econômicos decorrentes da exploração da referida atividade em sua propriedade.

D) não terá direito a qualquer participação no resultado econômico da atividade, pois, embora seja proprietário do solo, as riquezas extraídas do subsolo são de propriedade exclusiva da União.

Comentário:

A) Errado

As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica pertencem à União, sendo garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra. Portanto, Bento não poderá tomar para si os ônus e bônus da exploração.

B) Errado

A alternativa contraria o texto legal, que assegura a participação ao proprietário do solo nos resultados da lavra, na forma e no valor que dispuser a lei.

C) Certo

De acordo com o estabelecido na Constituição Federal, no âmbito dos Princípios Gerais da Atividade Econômica:

> Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.
>
> (...)
>
> **§ 2º É assegurada participação ao proprietário do solo nos resultados da lavra, na forma e no valor que dispuser a lei.**

Portanto, Bento terá assegurada, nos termos estabelecidos pela via legislativa ordinária, participação nos resultados econômicos decorrentes da exploração da referida atividade em sua propriedade.

D) Errado

Conforme já exposto, os recursos pertencem à União, mas é garantida a participação ao proprietário do solo nos resultados da lavra.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca



DIREITOS HUMANOS

Questão 18

Um rapaz, que era pessoa em situação de rua, acabou de sair da prisão. Ele fora condenado pelo crime de latrocínio e, posteriormente, a defensoria pública ajuizou, a seu favor, uma ação de revisão criminal, na qual ele foi absolvido por ausência de provas, caracterizando, assim, um erro judiciário. Nesse período, ele ficou cinco anos preso. Agora a família indaga se existe um direito de indenização em função de condenação por erro judiciário.

Assinale a opção que apresenta a informação que você, na condição de advogado(a) especializado(a) em Direitos Humanos, deve prestar à família, com base na Convenção Americana Sobre Direitos Humanos.

A**)** O direito à indenização está previsto na Convenção Americana Sobre Direitos Humanos de forma geral, mas não há previsão expressa de indenização por erro judiciário; portanto, essa é uma construção argumentativa que deve ser produzida no caso concreto.

B**)** A indenização por erro judiciário não é uma matéria própria do campo dos Direitos Humanos, por isso não existe tal previsão nem na Convenção Americana Sobre Direitos Humanos, nem em nenhum outro tratado de Direitos Humanos de que o Brasil seja signatário.

C) A Convenção Americana Sobre Direitos Humanos assegura o direito à indenização por erro judiciário, mas o restringe aos erros que resultam em condenação na esfera civil, excluindo eventuais erros que ocorram na jurisdição penal.

D) A Convenção Americana Sobre Direitos Humanos dispõe que toda pessoa tem direito de ser indenizada conforme a lei, no caso de haver sido condenada em sentença transitada em julgado por erro judiciário.

Comentário:

Para responder a questão apresentada, é fundamental a leitura da Convenção Americana Sobre Direitos Humanos, com destaque para seu 10º artigo. Observa-se o dispositivo:

Art. 10. Toda pessoa tem direito de ser indenizada conforme a lei, no caso de haver sido condenada em sentença transitada em julgado, por erro judiciário.

A) Errado

Como determinado pelo artigo 10 da Convenção, o direito à indenização é assegurado também na hipótese de erro judiciário.

B) Errado

A indenização por erro judiciário está disposta na Convenção Americana Sobre Direitos Humanos, a exemplo do seu artigo, contrariamente ao que foi afirmado na alternativa.

C) Errado

O artigo 10 da Convenção, que trata do direito à indenização, não estabelece distinção entre a natureza da ação, bastando que a sentença tenha sido transitada em julgado.

D) Correto

De acordo com o artigo 10 da Convenção, pode-se afirmar que esta determina o direito de todo indivíduo a ser indenizado conforme a lei, na hipótese de condenação em sentença transitada em julgado por erro judiciário.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 19

Em uma cidade brasileira de fronteira, foi detectado um intenso movimento de entrada de pessoas de outro país para trabalhar, residir e se estabelecer temporária ou definitivamente no Brasil. Após algum tempo, houve uma reação de moradores da cidade que começaram a hostilizar essas pessoas, exigindo que as autoridades brasileiras proibissem sua entrada e a regularização documental.

Você foi procurado(a), como advogado(a), por instituições humanitárias, para redigir um parecer jurídico sobre a situação. Nesse sentido, com base na Lei nº 13.445/17 (Lei da Migração), assinale a afirmativa correta.

A) A admissão de imigrantes por meio de entrada e regularização documental não caracteriza uma diretriz específica da política migratória brasileira, e sim um ato discricionário do chefe do Poder Executivo.

B) A promoção de entrada e a regularização documental de imigrantes são coisas distintas. A política migratória brasileira adota o princípio da regularização documental dos imigrantes, mas não dispõe sobre promoção de entrada regular de imigrantes.

C) A política migratória brasileira rege-se pelos princípios da promoção de entrada regular e de regularização documental, bem como da acolhida humanitária e da não criminalização da migração.

D) O imigrante, de acordo com a Lei da Migração, é a pessoa nacional de outro país que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional.

Comentário:

A fim de responder corretamente a questão, cabe avaliar a lei nº 13.445, de 2017, chamada Lei de Migração – em especial, seu artigo 3º. Observa-se o referido dispositivo:

> Art. 3º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes: [...]
>
> III - não criminalização da migração;
>
> V - promoção de entrada regular e de regularização documental;
>
> VI - acolhida humanitária; [...]

A) Errado

O artigo 3º da Lei de Migração estabelece que a política migratória brasileira é regida, dentre outros, pelo princípio da acolhida humanitária e promoção da entrada regular e posterior regularização documental do migrante.

B) Errado

A política migratória brasileira adota tanto o princípio da regularização documental dos imigrantes como sua entrada regular, como disposto no inciso V, art. 3º da Lei 13.445.

C) Correto

Como pode ser constatado no artigo 3º da Lei 13.445/2017 (Lei de Migração), a política migratória brasileira adota o princípio da acolhida humanitária e da não criminalização da migração, bem como a promoção da entrada regular e a posterior regularização documental dos migrantes.

C) Errado

De acordo com a Lei da Migração, o imigrante é o indivíduo nacional de outro país ou, então, apátrida, que trabalha ou reside no Brasil, estabelecendo no território em caráter temporário ou definitivo. Observa-se o artigo 1º, §1º, inciso II da referida lei:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante.

§ 1o Para os fins desta Lei, considera-se:

II - imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil; [...]

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO INTERNACIONAL

Questão 20

Victor, após divorciar-se no Brasil, transferiu seu domicílio para os Estados Unidos. Os dois filhos brasileiros de sua primeira união continuaram vivendo no Brasil. Victor contraiu novo matrimônio nos Estados Unidos com uma cidadã norte-americana e, alguns anos depois, vem a falecer nos Estados Unidos, deixando um imóvel e aplicações financeiras nesse país.

A regra de conexão do direito brasileiro estabelece que a sucessão de Victor será regida

A) pela lei brasileira, em razão da nacionalidade brasileira do de cujus.

B) pela lei brasileira, porque o de cujus tem dois filhos brasileiros.

C) pela lei norte-americana, em razão do último domicílio do de cujus.

D) pela lei norte-americana, em razão do local da situação dos bens a serem partilhados.

Questão anulada!

Questão 21

Victor, após divorciar-se no Brasil, transferiu seu domicílio para os Estados Unidos. Os dois filhos brasileiros de sua primeira união continuaram vivendo no Brasil. Victor contraiu novo matrimônio nos Estados Unidos com uma cidadã norte-americana e, alguns anos depois, vem a falecer nos Estados Unidos, deixando um imóvel e aplicações financeiras nesse país.

A regra de conexão do direito brasileiro estabelece que a sucessão de Victor será regida

A) pela lei brasileira, em razão da nacionalidade brasileira do de cujus.

B) pela lei brasileira, porque o de cujus tem dois filhos brasileiros.

C) pela lei norte-americana, em razão do último domicílio do de cujus.

D) pela lei norte-americana, em razão do local da situação dos bens a serem partilhados.

Comentário:

A fim de responder satisfatoriamente a questão, cabe observar o artigo 1.785 do Código Civil de 2002, o qual dispõe que "a sucessão abre-se no lugar do último domicílio do falecido."

É importante atentar, também, para o artigo 10 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, o qual determina que "a sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens".

Entende-se, portanto, que - geralmente -, para fins de sucessão, atenta-se para o domicílio autor da herança e não dos herdeiros. É possível inferir, também, que

ordenamento jurídico brasileiro adota o princípio da territorialidade, de modo que é delimitada a competência territorial na hipótese do direito de herança.

A) Errado

Conforme disposição do art. 1.785 do CC e do art. 10 da LINDB, a herança será regida pela legislação do último domicílio do falecido, independente da sua nacionalidade.

B) Errado

De acordo com o Código Civil e a LINDB, a sucessão de bens dá-se no lugar do último domicílio do falecido, e não dos herdeiros em questão.

C) Correto

Como disposto no art. 1º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e no art. 1.785 do Código Civil, a sucessão segue a lei do país em que o de cujus fixou domicílio.

D) Errado

Como visto nos dispositivos da LINDB e do CC/02, a sucessão dá-se no último domicílio do falecido, independentemente do local ou situação dos bens a serem partilhados.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO Tributário

Questão 22

A sociedade empresária ABC Ltda. foi autuada pelo Fisco do Estado Z apenas pelo descumprimento de uma determinada obrigação tributária acessória, referente à fiscalização do ICMS prevista em lei estadual (mas sem deixar de recolher o tributo devido). Inconformada, realiza a impugnação administrativa por meio do auto de infração. Antes que sobreviesse a decisão administrativa da impugnação, outra lei estadual extingue a previsão da obrigação acessória que havia sido descumprida.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

A) A lei estadual não é instrumento normativo hábil para extinguir a previsão dessa obrigação tributária acessória referente ao ICMS, em virtude do caráter nacional desse tributo.
B) O julgamento administrativo, nesse caso, deverá levar em consideração apenas a legislação tributária vigente na época do fato gerador.
C) Não é possível a extinção dos efeitos da infração a essa obrigação tributária acessória após a lavratura do respectivo auto de infração.
D) A superveniência da extinção da previsão dessa obrigação acessória, desde que não tenha havido fraude, nem ausência de pagamento de tributo, constitui hipótese de aplicação da legislação tributária a ato pretérito.

Comentário:

CTN

Art. 106. A lei aplica-se a ato ou fato pretérito:

(...)

II - tratando-se de ato não definitivamente julgado:

(..)

b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo;

A) Errado

Sendo o ICMS um imposto de competência estadual, a competência para instituir e extinguir obrigação em relação a este imposto é dos Estados. Sendo assim, a legislação estadual é apta nesse caso.

B) Errado

Pois se trata de um caso de aplicação retroativa da legislação tributária.

C) Errado

Não existe nenhuma norma no ordenamento jurídico brasileiro que proíba a extinção de obrigação acessória por parte do ente tributante.

D) Certo

Com base no art. 106, II, b, do CTN, temos um caso de aplicação retroativa da lei por se tratar de fato pretérito. Por não envolver fraude ou falta de pagamento de tributo, o caso em tela se encaixa perfeitamente na hipótese do supracitado artigo.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 23

Otávio, domiciliado no Estado X, possui ações representativas do capital social da Sociedade BETA S/A, com sede no Estado Y, e decide doar parte da sua participação acionária a Mário, seu filho, então domiciliado no Estado Z.

Com dúvidas quanto ao Estado para o qual deverá ser recolhido o imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD) incidente nessa operação, Mário consulta seu escritório, destacando que o Estado Z estabelece alíquotas inferiores às praticadas pelos demais Estados.

Com base nisso, assinale a afirmativa correta.

A) O ente competente para exigir o ITCD na operação em análise é o Estado X, onde tem domicílio o doador.
B) O ITCD deverá ser recolhido ao Estado Y, uma vez que o bem a ser doado consiste em participação acionária relativa à sociedade ali estabelecida, e o imposto compete ao Estado da situação do bem.
C) O ITCD deverá ser recolhido ao Estado Z, uma vez que o contribuinte do imposto é o donatário.
D) Doador ou donatário poderão recolher o imposto ao Estado X ou ao Estado Z, pois o contribuinte do imposto é qualquer das partes na operação tributada.

Comentário:

Para responder essa questão é necessário conhecer a seguinte previsão legal:

CF/88

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

(..)

§ 1º O imposto previsto no inciso I

I - relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal

II - relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal;

A) Certo

O texto constitucional no art. 155 §1º, II esclarece que nos casos de bens móveis o ITCD incide no Estado de domicilio do doador.

B) Errado

Nos termos do art 155 §1º, I, o ITCD só incide no Estado em que se encontra o bem, quando se trata de bens imóveis.

C) Errado

Cabe aos estados a determinação do sujeito passivo do ITCD. Na maioria dos casos, o doador figura como sujeito passivo. Novamente o art. 155 §1º, II indica a resolução da alternativa, pois a mesma contradiz o que está expresso neste artigo que determina que o imposto é devido no domicílio do doador.

D) Errado

O imposto é devido no domicilio do doador.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 24

Projeto de Resolução do Senado Federal pretende fixar nacionalmente as alíquotas mínimas do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), tributo de competência estadual.

Um Senador, membro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que terá de elaborar parecer sobre o tema, consulta você sobre sua opinião jurídica acerca desse projeto de Resolução.
Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

A) O Senado, por ser órgão do Poder Legislativo da União, não possui competência constitucional para, por Resolução, dispor sobre o tema, por se tratar de ingerência indevida da União na autonomia dos Estados.
B) É lícito ao Senado instituir a referida Resolução, pois existe autorização expressa na Constituição para tal fixação por Resolução do Senado.
C) A fixação de alíquota mínima de tributo, por mera Resolução do Senado, viola o princípio da legalidade tributária.
D) Resolução do Senado poderia tratar do tema, desde que ratificada por ao menos dois terços dos membros do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

Comentário:

Vide CF/88:

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

(...)

III - propriedade de veículos automotores.

(...)

§ 6º O imposto previsto no inciso III:

I - terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal;

II - poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização.

A) Errado

Apesar de compor o Poder Legislativo Federal, o Senado Federal é a casa representativa dos Estados. Sendo assim, possui a prerrogativa de editar tal tipo de resolução.

B) Correto

Como indicado pelo art. 155 §6º, I, o Senado Federal possui competência para estabelecer alíquotas mínimas para o IPVA.

C) Errado

Na ausência da existência de disposição expressa nesse sentido, o princípio da legalidade não se aplica ao caso.

D) Errado

Não existe nenhuma previsão para o exposto no enunciado.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 25

O Estado Y concedeu, em 2018, por iniciativa própria e isoladamente, mediante uma lei ordinária estadual, isenção fiscal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a um determinado setor de atividade econômica, como forma de atrair investimentos para aquele Estado.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

A) É suficiente lei ordinária estadual para a concessão de tal isenção de ICMS, por se tratar de tributo de competência estadual.
B) Ainda que se trate de tributo de competência estadual, somente por lei estadual complementar seria possível a concessão de tal isenção de ICMS.
C) A lei ordinária estadual pode conceder tal isenção de ICMS, desde que condicionada a uma contrapartida do contribuinte beneficiado.
D) Apesar de se tratar de tributo de competência estadual, a concessão de tal isenção de ICMS pelo Estado deve ser precedida de deliberação dos Estados e do Distrito Federal (CONFAZ).

Comentário:

Vide CF/88

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

(...)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

(...)

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

(...)

XII - cabe à lei complementar:

(...)

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

A) Errado

Para a aprovação de benefício referente ao ICMS é necessária a aprovação do CONFAZ.

B) Errado

Para a aprovação de benefício referente ao ICMS é necessária a aprovação do CONFAZ.

C) Errado

Não existem previsões nesse sentido.

D) Certo

De acordo com art. 155, §2º, XII, g, da Constituição Federal, deve ser regulada através de lei complementar a forma como os Estados deliberaram sobre as isenções,

incentivos e benefícios fiscais relativos ao ICMS. A LC 24/75 existe para estabelecer as competências do CONFAZ.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 26

No final do ano de 2018, o Município X foi gravemente afetado por fortes chuvas que causaram grandes estragos na localidade. Em razão disso, a Assembleia Legislativa do Estado Y, em que está localizado o Município X, aprovou lei estadual ordinária concedendo moratória quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do ano subsequente, em favor de todos os contribuintes desse imposto situados no Município X.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

A) Lei ordinária não é espécie normativa adequada para concessão de moratória.

B) Lei estadual pode conceder moratória de IPTU, em situação de calamidade pública ou de guerra externa ou sua iminência.

C) Lei estadual não pode, em nenhuma hipótese, conceder moratória de IPTU.

D) A referida moratória somente poderia ser concedida mediante despacho da autoridade administrativa em caráter individual.

Comentário:

Vide CTN

Art. 152. A moratória somente pode ser concedida:

I - em caráter geral:

a) pela pessoa jurídica de direito público competente para instituir o tributo a que se refira;

b) pela União, quanto a tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, quando simultaneamente concedida quanto aos tributos de competência federal e às obrigações de direito privado;

Comentário:

A) Errado

O CTN é vago em relação a isso, não especificando a espécie de lei. Sendo assim, nada dispõe em contrário para que que a moratória seja concedida por lei ordinária.

B) Errado

Não existe nenhuma previsão legal neste sentido.

C) Certo

Tomando como base o art. 152, I, a, do CTN, temos que apenas a pessoa jurídica de direito público com competência para instituir o tributo, pode conceder a moratória.

D) Errado

O art. 152, I, CTN, traz a possibilidade de que a moratória possa ser concedida em caráter geral.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 27

A sociedade empresária Feliz S/A, após apresentar a melhor proposta em licitação para a contratação de obra de grande vulto, promovida por certa empresa pública federal, apresentou os documentos exigidos no edital e foi habilitada. Este último ato foi objeto de recurso administrativo, no qual restou provado que a mencionada licitante foi constituída para burlar a sanção que lhe fora aplicada, já que se constituíra por transformação da sociedade empresária Alegre S/A, com os mesmos sócios e dirigentes, mesmo patrimônio, igual endereço e idêntico objeto social. A sociedade empresária Alegre S/A, em decorrência de escândalo que envolvia pagamento de propina e fraudes em licitações, foi penalizada em diversos processos administrativos. Após os trâmites previstos na Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção Empresarial), diante do reconhecimento de haver praticado atos lesivos à Administração Pública, ela foi penalizada com a aplicação de multa e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de quatro anos. Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

A) A exclusão da sociedade empresária Feliz S/A da licitação em curso é legítima, pois, diante da transformação, subsiste a responsabilidade da sociedade Alegre S/A.

B) O reconhecimento da responsabilização administrativa da sociedade empresária Alegre S/A, por ato lesivo contra a Administração Pública, dependia da comprovação do elemento subjetivo culpa.

C) A penalização da sociedade empresária Alegre S/A impede a responsabilização individual de seus dirigentes; por isso, não pode ser estendida à sociedade Feliz S/A.

D) A imposição da sanção de declaração de inidoneidade à sociedade empresária Alegre S/A deveria impedir a aplicação de multa por ato lesivo à Administração Pública pelos mesmos fatos, sob pena de bis in idem.

Comentário:

A) Correto

A alternativa encontra-se em conformidade com a Lei Anticorrupção (Lei 12.846/13). Assim dispõe seu art. 4º:

> **Art. 4º - Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.**
>
> §1º - Nas hipóteses de fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas nesta Lei decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, exceto no caso de simulação ou evidente intuito de fraude, devidamente comprovados.
>
> §2º - As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Portanto, a exclusão da sociedade empresária Feliz S/A da licitação em curso é legítima, pois, diante da transformação, subsiste a responsabilidade da sociedade Alegre S/A.

B) Errado

Não há que se falar que o reconhecimento da responsabilidade depende de comprovação de culpa, pois a própria lei 12.846/13, em seu art. 1º deixa claro que há

responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, sem ressalvas.

C) Errado

A penalização da sociedade empresária Alegre S/A não impede a responsabilização individual de seus dirigentes, conforme art. 3º, da Lei 12.846/13:

> A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

D) Errado

A imposição da sanção de declaração de inidoneidade à sociedade empresária Alegre S/A não impede a aplicação de multa, e não há pena de bis in idem. Assim dispõe o art. 87, §2º, lei 8.666:

> As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Gabarito: A

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 28

Determinada empresa pública estadual, com vistas a realizar a aquisição de bens necessários para o adequado funcionamento de seus serviços de informática, divulgou, após a devida fase de preparação, o respectivo instrumento convocatório, no qual indicou certa marca, que é comercializada por diversos fornecedores, por considerá-la a única capaz de atender ao objeto do contrato, e adotou a sequência de fases previstas na lei de regência. No curso da licitação, a proposta apresentada pela sociedade empresária Beta foi considerada a melhor, mas a sociedade empresária Alfa considerou que houve um equívoco no julgamento e apresentou recurso administrativo para impugnar tal fato, antes da habilitação, que não foi aceito. Foi dado prosseguimento ao certame, com a inabilitação da sociedade Beta, de modo que a vencedora foi a sociedade empresária Sigma, consoante resultado homologado. Considerando o regime licitatório aplicável às empresas estatais e as circunstâncias do caso concreto, assinale a afirmativa correta.

A) Existe vício insanável no instrumento convocatório, pois é vedada a indicação de marca, mesmo nas circunstâncias apontadas.

B) A homologação foi equivocada, na medida em que a empresa pública não observou a sequência das fases previstas em lei ao efetuar o julgamento das propostas antes da habilitação.

C) O recurso da sociedade Alfa foi apresentado em momento oportuno e a ele deveria ter sido conferido efeito suspensivo com a postergação da fase da habilitação.

D) A homologação do resultado implica a constituição de direito relativo à celebração do contrato em favor da sociedade empresária Sigma.

Comentário:

A) Errado

Conforme o art. 47, I, da Lei 13.303/16:

> Art. 47. A empresa pública e a sociedade de economia mista, na licitação para aquisição de bens, poderão:
>
> I - indicar marca ou modelo, nas seguintes hipóteses:
>
> a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;
>
> b) quando determinada marca ou modelo comercializado por mais de um fornecedor constituir o único capaz de atender o objeto do contrato;
>
> c) quando for necessária, para compreensão do objeto, a identificação de determinada marca ou modelo apto a servir como referência, situação em que será obrigatório o acréscimo da expressão "ou similar ou de melhor qualidade";

Portanto, não é vedada a indicação de marca no âmbito da licitação de empresa estatal.

B) Errado

Ao contrário do que afirma a alternativa, a empresa pública estadual observou corretamente a sequência de fases mencionada na Lei 13.303/16. Assim dispõe o art. 51:

> Art. 51. As licitações de que trata esta Lei observarão a seguinte sequência de fases:
>
> I - preparação;
>
> II - divulgação;
>
> III - apresentação de lances ou propostas, conforme o modo de disputa adotado;
>
> IV - julgamento;
>
> V - verificação de efetividade dos lances ou propostas;
>
> VI - negociação;

VII - habilitação;

VIII - interposição de recursos;

IX - adjudicação do objeto;

X - homologação do resultado ou revogação do procedimento.

C) Errado

O recurso apresentado pela sociedade alfa não foi oferecido no momento adequado. Observe o que estabelece o art. 59 da Lei 13.303/16:

> Art. 59. Salvo no caso de inversão de fases, o procedimento licitatório terá fase recursal única.
>
> § 1º Os recursos serão apresentados no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a habilitação e contemplarão, além dos atos praticados nessa fase, aqueles praticados em decorrência do disposto nos incisos IV e V do caput do art. 51 desta Lei.
>
> § 2º Na hipótese de inversão de fases, o prazo referido no § 1º será aberto após a habilitação e após o encerramento da fase prevista no inciso V do caput do art. 51, abrangendo o segundo prazo também atos decorrentes da fase referida no inciso IV do caput do art. 51 desta Lei.

D) Correto

Alternativa transcreve a disposição legal do art. 60 da Lei 13.303/16 que afirma o seguinte:

> Art. 60. **A homologação do resultado implica a constituição de direito relativo à celebração do contrato em favor do licitante vencedor.**

Gabarito: D

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 29

Determinado Estado da Federação passa por grave problema devido à superlotação de sua população carcerária, tendo os órgãos de inteligência estatal verificado a possibilidade de rebelião e fuga dos apenados. Visando ao atendimento do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e tendo em vista a configurada situação de grave e iminente risco à segurança pública, o ente federativo instaurou processo administrativo e, em seguida, procedeu à contratação, mediante inexigibilidade de licitação, de certa sociedade empresária para a execução de obras de ampliação e reforma de seu principal estabelecimento penal. Diante das disposições da Lei nº 8.666/93, no que tange à obrigatoriedade de licitação, o Estado contratante agiu

A) corretamente, diante da impossibilidade fática de licitação decorrente do iminente risco de rebelião e grave perturbação da ordem pública.

B) corretamente, haja vista que, apesar de ser possível a licitação, seu demorado trâmite procedimental acarretaria risco à ordem social.

C) erradamente, eis que as circunstâncias do caso concreto autorizariam a dispensa de licitação, observados os trâmites legais.

D) erradamente, uma vez que a prévia licitação é obrigatória na espécie, diante das circunstâncias do caso concreto.

Comentário:

A) Errado

Levando em consideração que a inexigibilidade da licitação decorre da inviabilidade de competição, o Estado contratante agiu erradamente, pois a situação descrita no caso concreto caracteriza a possibilidade de licitação dispensável, não inexigível.

B) Errado

No mesmo sentido, a alternativa afirma que "apesar de ser possível a licitação, seu demorado trâmite acarretaria risco à ordem social", porém, como vimos, a inexigibilidade ocorre quando a licitação não é possível, por haver inviabilidade de competição.

C) Correto

A questão exigia conhecimento relativo às causas de dispensa e inexigibilidade de licitação. O caso hipotético nos traz uma hipótese de licitação dispensável, consoante prevê o art. 24, XXXV, da Lei 8.666/93:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
> (...)
> XXXV - para a construção, a ampliação, a reforma e o aprimoramento de estabelecimentos penais, desde que configurada situação de grave e iminente risco à segurança pública.

Portanto, o Estado contratante agiu erradamente, eis que as circunstâncias do caso concreto autorizariam a dispensa de licitação, observados os trâmites legais.

D) Errado

Conforme os argumentos já formulados, resta claro o erro da alternativa. Diante do caso concreto, há dispensabilidade de licitação, não sendo obrigatória prévia licitação.

Gabarito: C

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 30

O mandato de João como dirigente de determinada agência reguladora federal terminou pelo decurso do prazo, em junho de 2019, sem sua recondução ao cargo. No mês seguinte, João recebeu vultosa e tentadora proposta de certa sociedade empresária para prestar serviço de consultoria na área do setor regulado pela citada agência. Levando em conta que a lei específica da agência em tela seguiu as normas gerais de gestão de recursos humanos das agências reguladoras previstas na Lei nº 9.986/00, João

A) está impedido de aceitar a proposta, pois precisa cumprir quatro meses de quarentena, contados do término do seu mandato, período durante o qual ficará vinculado à agência, fazendo jus à remuneração compensatória equivalente à do cargo de direção que exerceu e aos benefícios a ele inerentes, sob pena de incorrer na prática de crime de advocacia administrativa.

B) está impedido de aceitar a proposta, pois precisa cumprir noventa dias de quarentena, contados do término do seu mandato, período durante o qual não ficará vinculado à agência, nem fará jus a qualquer remuneração compensatória, sob pena de incorrer na prática de ato de improbidade administrativa.

C) pode aceitar a proposta, desde que abra mão da remuneração compensatória equivalente à do cargo de direção que exerceu e aos benefícios a ele inerentes, que receberia durante noventa dias após o término de seu mandato, sob pena de incorrer na prática de enriquecimento ilícito.

D) pode aceitar a proposta, inclusive acumulando sua nova remuneração da iniciativa privada com a remuneração compensatória equivalente à do cargo de direção que exerceu e aos benefícios a ele inerentes, a que faz jus durante noventa dias após o término de seu mandato.

QUESTÃO ANULADA!

Questão 31

José, servidor público federal ocupante exclusivamente de cargo em comissão, foi exonerado, tendo a autoridade competente motivado o ato em reiterado descumprimento da carga horária de trabalho pelo servidor. José obteve, junto ao departamento de recursos humanos, documento oficial com extrato de seu ponto eletrônico, comprovando o regular cumprimento de sua jornada de trabalho. Assim, o servidor buscou assistência jurídica junto a um advogado, que lhe informou corretamente, à luz do ordenamento jurídico, que

A) não é viável o ajuizamento de ação judicial visando a invalidar o ato de exoneração, eis que o próprio texto constitucional estabelece que cargo em comissão é de livre nomeação e exoneração pela autoridade competente, que não está vinculada ou limitada aos motivos expostos para a prática do ato administrativo.

B) não é viável o ajuizamento de ação judicial visando a invalidar o ato de exoneração, eis que tal ato é classificado como vinculado, no que tange à liberdade de ação do administrador público, razão pela qual o Poder Judiciário não pode se imiscuir no controle do mérito administrativo, sob pena de violação à separação dos Poderes.

C) é viável o ajuizamento de ação judicial visando a invalidar o ato de exoneração, eis que, apesar de ser dispensável a motivação para o ato administrativo discricionário de exoneração, uma vez expostos os motivos que conduziram à prática do ato, estes passam a vincular a Administração Pública, em razão da teoria dos motivos determinantes.

D) é viável o ajuizamento de ação judicial visando a invalidar o ato de exoneração, eis que, por se tratar de um ato administrativo vinculado, pode o Poder Judiciário proceder ao exame do mérito administrativo, a fim de aferir a conveniência e a oportunidade de manutenção do ato, em razão do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.

Comentário:

A) Errado

É bem verdade que o servidor ocupante de cargo em comissão possui livre nomeação e exoneração pela autoridade competente. Porém, se o ato for motivado, é assegurada a defesa do servidor, pois se o motivo apresentado não for verdadeiro, o ato será inválido, levando em consideração que o administrador está vinculado aos motivos apresentados como fundamento para a prática do ato.

B) Errado

A exoneração é livre, não havendo necessidade de qualquer motivação ou garantia de contraditório por parte da autoridade competente, o que caracteriza ato discricionário. Entretanto, caso a autoridade, no ato de exoneração, indique um motivo falso, o ato será passível de anulação.

C) Correto

Necessária a compreensão a respeito dos atos administrativos. De acordo com a Teoria dos Motivos Determinantes, o administrador é vinculado ao motivo declarado, no entanto, o motivo há de ser legal, verdadeiro e compatível com o resultado.

A motivação é que legitima e confere validade ao ato administrativo discricionário.

D) Errado

O ato de exoneração de servidor ocupante de cargo em comissão é discricionário, não vinculado. A análise pelo Poder Judiciário é possível quando o motivo não corresponde à realidade, o que ocorre no caso concreto.

Gabarito: C

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 32

Após comprar um terreno, Roberto iniciou a construção de sua casa, sem prévia licença, avançando para além dos limites de sua propriedade e ocupando parcialmente a via pública, inclusive com possibilidade de desabamento de parte da obra e risco à integridade dos pedestres. No regular exercício da fiscalização da ocupação do solo urbano, o poder público municipal, observadas as formalidades legais, valendo-se da prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza-o a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade privada em favor do interesse da coletividade, determinou que Roberto demolisse a parte irregular da obra. O poder administrativo que fundamentou a determinação do Município é o poder

A) de hierarquia, e, pelo seu atributo da coercibilidade, o particular é obrigado a obedecer às ordens emanadas pelos agentes públicos, que estão em nível de superioridade hierárquica e podem usar meios indiretos de coerção para fazer valer a supremacia do interesse público sobre o privado.

B) disciplinar, e o particular está sujeito às sanções impostas pela Administração Pública, em razão do atributo da imperatividade, desde que haja a prévia e imprescindível chancela por parte do Poder Judiciário.

C) regulamentar, e os agentes públicos estão autorizados a realizar atos concretos para aplicar a lei, ainda que tenham que se valer do atributo da autoexecutoriedade, a fim de concretizar suas determinações, independentemente de prévia ordem judicial.

D) de polícia, e a fiscalização apresenta duplo aspecto: um preventivo, por meio do qual os agentes públicos procuram impedir um dano social, e um repressivo, que, face à transgressão da norma de polícia, redunda na aplicação de uma sanção.

Comentário:

A) Errado

O objetivo do Poder de Hierarquia é **ordenar**, repartindo e escalar funções de atividade da Administração entre os agentes do Poder de seu cargo; **coordenar** as funções para obter funcionamento dos serviços de cada órgão; e **corrigir** os erros administrativos pela prática de atos inferiores.

Portanto, não se encaixa ao disposto no caso concreto.

B) Errado

O objetivo do Poder Disciplinar é controlar o desempenho das funções e as condutas dos servidores. Ele não está vinculado a definição da lei sobre a sanção ou infração funcional.

Portanto, não se encaixa ao disposto no caso concreto.

C) Errado

O Poder Regulamentar tem a função de dispor os Chefes de Executivo para explicar a lei, de forma que sua execução se dê da forma correta. Esse poder é inerente ao Chefe do Executivo.

Portanto, não se encaixa ao disposto no caso concreto.

D) Correto

O poder administrativo que fundamentou a determinação do Município é o poder de polícia, conforme art. 78 do CTN:

> Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, **limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de**

> **ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado**, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Ademais, o Poder de Polícia atua em caráter preventivo, que tem por escopo impedir ações antissociais, ou repressivo, que lida com a punição dos infratores.

Portanto, a situação hipotética trata do poder de polícia, e a fiscalização apresenta duplo aspecto: um preventivo, por meio do qual os agentes públicos procuram impedir um dano social, e um repressivo, que, face à transgressão da norma de polícia, redunda na aplicação de uma sanção.

Gabarito: D

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

DIREITO AMBIENTAL

Questão 33

Pedro, proprietário de fazenda com grande diversidade florestal, decide preservar os recursos ambientais nela existentes, limitando, de forma perpétua, o uso de parcela de sua propriedade por parte de outros possuidores a qualquer título, o que realiza por meio de instrumento particular, averbado na matrícula do imóvel no registro de imóveis competente.

Assinale a opção que indica o instrumento jurídico a que se refere o caso descrito.

A) Zoneamento Ambiental.

B) Servidão Ambiental.

C) Área Ambiental Restrita.

D) Área de Relevante Interesse Ecológico.

Comentário:

Para responder corretamente a questão, faz-se necessário ter conhecimento sobre a Lei 6.938/81, a qual dispõe acerca da Política Nacional do Meio Ambiente – em especial seu art. 9-A. Observa-se o referido dispositivo:

> Art. 9º-A. O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, por instrumento público ou particular ou por termo administrativo firmado

perante órgão integrante do Sisnama, limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental.

A) Errado

O zoneamento ambiental ou ZEE (sigla de zoneamento ecológico-econômico) caracteriza-se como uma ferramenta de ordenação do território, cujo cumprimento é associado à implantação de atividades públicas e privadas, com o propósito de garantir o desenvolvimento sustentável através da fixação de medidas de proteção ambiental – conforme disposição do art. 2º do Dec. 4.297/2002.

B) Correto

Como disposto no artigo 9-A da Lei 6.938/81, a servidão ambiental é caracterizada pela limitação do uso da propriedade a fim de conservá-la ou recuperar seus recursos ambientais, através de um instrumento público ou particular ou termo administrativo firmado em órgão competente. Cabe destacar, também, que a servidão ambiental é instituída em caráter voluntário pelo proprietário, podendo ser onerosa ou gratuita, perpétua ou temporária – tendo uma duração mínima de 15 anos. Além disso, não pode ser aplicada à área de preservação permanente ou às reservas legais mínimas. É nesta hipótese que se enquadra a situação apresentada no enunciado.

B) Errado

As áreas ambientais restritas demarcam-se como limitações ambientais com o propósito de proteger e fomentar o desenvolvimento de alguns tipos específicos de ecossistemas – a exemplo dos pantanais e planícies pantaneiras do país, de caracterizados como áreas úmidas, como disposto no art. 10 do Código Florestal.

C) Errado

Como disposto pelo artigo 16 da Lei 9.985/2000, uma área de relevante interesse ecológico é entendida como uma área de pequena extensão desprovida de ocupação humana – ou em pouca quantidade -, dotada de características naturais raras e com exemplares incomuns da fauna e flora regionais. Seu principal enfoque é a manutenção desses ecossistemas, regulamentando o uso destas áreas para garantir a preservação do meio ambiente.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 34

Renato, proprietário de terra rural inserida no Município X, pretende promover a queimada da vegetação existente para o cultivo de cana-de-açúcar. Assim, consulta seu advogado, indagando sobre a possibilidade da realização da queimada.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) A queimada poderá ser autorizada pelo órgão estadual ambiental competente do SISNAMA, caso as peculiaridades dos locais justifiquem o emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais.

B) A queimada poderá ser autorizada pelo órgão municipal ambiental competente, após audiência pública realizada pelo Município X no âmbito do SISNAMA.

C) A queimada não pode ser realizada, constituindo, ainda, ato tipificado como crime ambiental caso a área esteja inserida em Unidade de Conservação.

D) A queimada não dependerá de autorização, caso Renato comprove a manutenção da área mínima de cobertura de vegetação nativa, a título de reserva legal.

Comentário:

É importante entender que, via de regra, tem-se a proibição das queimadas ou utilização de fogo em geral na vegetação. O Código Florestal (Lei 12.651/2012), porém, estabelece algumas exceções.

Observa-se o art. 38, inciso I, do referido Código

> Art. 38. É proibido o uso de fogo na vegetação, exceto nas seguintes situações:
>
> I - em locais ou regiões cujas peculiaridades justifiquem o emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais, mediante prévia aprovação do órgão estadual

ambiental competente do Sisnama, para cada imóvel rural ou de forma regionalizada, que estabelecerá os critérios de monitoramento e controle.

A) Correto

Como disposto no artigo 38 do Código Florestal (Lei 12.651/2012), a queimada pode ser realizada após autorização do órgão competente do Sisnama, respeitadas as peculiaridades do local se estas justificarem o emprego de fogo nas práticas florestais ou agropastoris.

B) Errado

O Código Florestal não determina a necessidade de realização de audiência pública para que seja autorizada a realização da queimada.

C) Errado

A hipótese apresentada no enunciado enquadra-se no texto do artigo 38 do Código Florestal, o qual determina a possibilidade de realizar uma queimada, desde que os fins agropastoris justifiquem a prática e que haja prévia autorização de órgão estadual competente.

D) Errado

A prática de queimadas, salvas as hipóteses resguardadas pela Lei específica, configura-se como criminosa, sendo necessária autorização prévia de órgãos competentes para tal.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO CIVIL

Questão 35

Joana doou a Renata um livro raro de Direito Civil, que constava da coleção de sua falecida avó, Marta. Esta, na condição de testadora, havia destinado a biblioteca como legado, em testamento, para sua neta, Joana (legatária). Renata se ofereceu para visitar a biblioteca, circunstância na qual se encantou com a coleção de clássicos franceses.

Renata, então, ofereceu-se para adquirir, ao preço de R$ 1.000,00 (mil reais), todos os livros da coleção, oportunidade em que foi informada, por Joana, acerca da existência de ação que corria na Vara de Sucessões, movida pelos herdeiros legítimos de Marta. A ação visava impugnar a validade do testamento e, por conseguinte, reconhecer a ineficácia do legado (da biblioteca) recebido por Joana. Mesmo assim, Renata decidiu adquirir a coleção, pagando o respectivo preço.

Diante de tais situações, assinale a afirmativa correta.

A) Quanto aos livros adquiridos pelo contrato de compra e venda, Renata não pode demandar Joana pela evicção, pois sabia que a coisa era litigiosa.

B) Com relação ao livro recebido em doação, Joana responde pela evicção, especialmente porque, na data da avença, Renata não sabia da existência de litígio.

C) A informação prestada por Joana a Renata, acerca da existência de litígio sobre a biblioteca que recebeu em legado, deve ser interpretada como cláusula tácita de reforço da responsabilidade pela evicção.

D) O contrato gratuito firmado entre Renata e Joana classifica-se como contrato de natureza aleatória, pois Marta soube posteriormente do risco da perda do bem pela evicção.

Comentário:

Vide Código Civil:

Art. 447. Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção. Subsiste esta garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública.

Art. 448. Podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.

Art. 449. Não obstante a cláusula que exclui a garantia contra a evicção, se está se der, tem direito o evicto a receber o preço que pagou pela coisa evicta, se não soube do risco da evicção, ou, dele informado, não o assumiu.

A) Correta

Renata não pode demandar Joana pela evicção, pois segundo o art. 449 do CC, exceto em caso de cláusula que exclua a garantia contra a evicção, só existe o direito de receber pela coisa evicta caso o indivíduo não tenha conhecimento sobre a evicção.

B) Errada

Não existe evicção neste caso, pois segundo o art. 447, está só existe em caso de contratos onerosos.

C) Errada

Aqui o erro se encontra no sentido da frase. A informação não "deve" ser interpretada como cláusula tácita, e sim que elas podem ser expressas dessa forma.

D) Errada. O contrato de doação é comutativo e não aleatório, pois ambas as partes já sabem sobre as suas prestações.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 36

Vilmar, produtor rural, possui contratos de compra e venda de safra com diversos pequenos proprietários. Com o intuito de adquirir novos insumos, Vilmar procurou Geraldo, no intuito de adquirir sua safra, cuja expectativa de colheita era de cinco toneladas de milho, que, naquele momento, estava sendo plantado em sua fazenda. Como era a primeira vez que Geraldo contratava com Vilmar, ele ficou em dúvida quanto à estipulação do preço do contrato.

Considerando a natureza aleatória do contrato, bem como a dúvida das partes a respeito da estipulação do preço deste, assinale a afirmativa correta.

A) A estipulação do preço do contrato entre Vilmar e Geraldo pode ser deixada ao arbítrio exclusivo de uma das partes.

B) Se Vilmar contratar com Geraldo a compra da colheita de milho, mas, por conta de uma praga inesperada, para cujo evento o agricultor não tiver concorrido com culpa, e este não conseguir colher nenhuma espiga, Vilmar não deverá lhe pagar nada, pois não recebeu o objeto contratado.

C) Se Vilmar contratar com Geraldo a compra das cinco toneladas de milho, tendo sido plantado o exato número de sementes para cumprir tal quantidade, e se, apesar disso, somente forem colhidas três toneladas de milho, em virtude das poucas chuvas, Geraldo não receberá o valor total, em virtude da entrega em menor quantidade.

D) A estipulação do preço do contrato entre Vilmar e Geraldo poderá ser deixada ao arbítrio de terceiro, que, desde logo, prometerem designar.

Comentário:

Vide Código Civil:

Art. 483. A compra e venda pode ter por objeto coisa atual ou futura. Neste caso, ficará sem efeito o contrato se esta não vier a existir, salvo se a intenção das partes era de concluir contrato aleatório.

Art. 485. A fixação do preço pode ser deixada ao arbítrio de terceiro, que os contratantes logo designarem ou prometerem designar. Se o terceiro não aceitar a incumbência, ficará sem efeito o contrato, salvo quando acordarem os contratantes designar outra pessoa.

Art. 489. Nulo é o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.

A) Errada

Segundo o art. 489 CC, o preço do contrato não pode ser deixado exclusivamente para o arbítrio de uma das partes.

B) Errada

Vilmar ao contratar através de contrato aleatório, mesmo com a praga inesperada Vilmar deverá pagar todo o preço ajustado pois se trata de contrato aleatório.

C) Errada

Usando da mesma lógica da alternativa anterior concluímos que Vilmar neste caso também deve pagar a integralidade do contrato, independente do resultado da colheita, pois se trata de contrato aleatório. O Art. 483 CC, que traz o arcabouço legal de validade para os contratos aleatórios.

D) Certo

Em conformidade com o Art. 485 CC, a estipulação do preço pode ser deixada ao arbítrio de terceiro, que desde logo prometeram designar.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 37

Lucas, interessado na aquisição de um carro seminovo, procurou Leonardo, que revende veículos usados.

Ao final das tratativas, e para garantir que o negócio seria fechado, Lucas pagou a Leonardo um percentual do valor do veículo, a título de sinal. Após a celebração do contrato, porém, Leonardo informou a Lucas que, infelizmente, o carro que haviam negociado já havia sido prometido informalmente para um outro comprador, velho amigo de Leonardo, motivo pelo qual Leonardo não honraria a avença.

Frustrado, diante do inadimplemento de Leonardo, Lucas procurou você, como advogado(a), para orientá-lo.

Nesse caso, assinale a opção que apresenta a orientação dada.

A) Leonardo terá de restituir a Lucas o valor pago a título de sinal, com atualização monetária, juros e honorários de advogado, mas não o seu equivalente.

B) Leonardo terá de restituir a Lucas o valor pago a título de sinal, mais o seu equivalente, com atualização monetária, juros e honorários de advogado.

C) Leonardo terá de restituir a Lucas apenas metade do valor pago a título de sinal, pois informou, tão logo quanto possível, que não cumpriria o contrato.

D) Leonardo não terá de restituir a Lucas o valor pago a título de sinal, pois este é computado como início de pagamento, o qual se perde em caso de inadimplemento.

Comentário:

Vide Código Civil:

Art. 418. Se a parte que deu as arras não executar o contrato, poderá a outra tê-lo por desfeito, retendo-as; se a inexecução for de quem recebeu as arras, poderá quem as deu haver o contrato por desfeito, e exigir sua devolução mais o equivalente, com atualização

monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, juros e honorários de advogado.

A) Errado

Esta alternativa está praticamente toda correta, exceto por um erro na redação da alternativa. A redação correta deveria ser "Leonardo terá de restituir a Lucas o valor pago a título de sinal, mais o seu equivalente, com atualização monetária, juros e honorários de advogado."

B) Correta

Esta alternativa está exatamente de acordo com o caput do art. 418 do CC.

C) Errado

Leonardo deve restituir a Lucas o valor pago a título de sinal, além do seu equivalente com atualização monetária, juros e honorários advocatícios.

D) Errado

Esta segue o mesmo raciocínio da alternativa C.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 38

Juliana, Lorena e Júlia são filhas de Hermes, casado com Dóris. Recentemente, em razão de uma doença degenerativa, Hermes tornou-se paraplégico e começou a exigir cuidados maiores para a manutenção de sua saúde.

Nesse cenário, Dóris e as filhas Juliana e Júlia se revezavam a fim de suprir as necessidades de Hermes, causadas pela enfermidade. Quanto a Lorena, esta deixou de visitar o pai após este perder o movimento das pernas, recusando-se a colaborar com a família, inclusive financeiramente.

Diante desse contexto, Hermes procura você, como advogado(a), para saber quais medidas ele poderá tomar para que, após sua morte, seu patrimônio não seja transmitido a Lorena.

Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

A) A pretensão de Hermes não poderá ser concretizada segundo o Direito brasileiro, visto que o descendente, herdeiro necessário, não poderá ser privado de sua legítima pelo ascendente, em nenhuma hipótese.

B) Não é necessário que Hermes realize qualquer disposição ainda em vida, pois o abandono pelos descendentes é causa legal de exclusão da sucessão do ascendente, por indignidade.

C) Existe a possibilidade de deserdar o herdeiro necessário por meio de testamento, mas apenas em razão de ofensa física, injúria grave e relações ilicítas com madastra ou padrasto atribuídas ao descendente.

D) É possível que Hermes disponha sobre deserdação de Lorena em testamento, indicando, expressamente, o seu desamparo em momento de grave enfermidade como causa que justifica esse ato.

Comentário:

Vide Código Civil:

Art. 1.814. São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários:

I - que houverem sido autores, coautores ou partícipes de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente;

II - que houverem acusado caluniosamente em juízo o autor da herança ou incorrerem em crime contra a sua honra, ou de seu cônjuge ou companheiro;

III - que, por violência ou meios fraudulentos, inibirem ou obstarem o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade.

Art. 1.961. Os herdeiros necessários podem ser privados de sua legítima, ou deserdados, em todos os casos em que podem ser excluídos da sucessão.

Art. 1.962. Além das causas mencionadas no art. 1.814, autorizam a deserdação dos descendentes por seus ascendentes:

I - ofensa física;

II - injúria grave;

III - relações ilícitas com a madrasta ou com o padrasto;

IV - desamparo do ascendente em alienação mental ou grave enfermidade.

A) Errado

Baseado no art. 1.962 do CC, a pretensão de Hermes poderá sim ser concretizada, e o herdeiro necessário pode sim ser privado de sua ascendência em caso de desamparo do ascendente em alienação mental ou grave enfermidade.

B) Errado

A deserdação deve ser realizada por Hermes ainda em vida, pois segundo o caput do art. 1.961 do CC, o abandono pelas descendentes é causa de exclusão da sucessão por indignidade.

C) Errada

Existe sim a possibilidade de deserdar o herdeiro necessário através de seu testamento, em função de ofensa física, injúria grave e relações ilícitas com madrasta ou padrasto, como também por desamparo de ascendente em alienação mental ou grave enfermidade.

D) Correta

Hermes pode sim deserdar Lorena em seu testamento, indicando alguma das situações previstas no art. 1.962 do CC, que justificaria tal ato.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 39

Alberto, adolescente, obteve autorização de seus pais para casar-se aos dezesseis anos de idade com sua namorada Gabriela. O casal viveu feliz nos primeiros meses de casamento, mas, após certo tempo de convivência, começaram a ter constantes desavenças. Assim, a despeito dos esforços de ambos para que o relacionamento progredisse, os dois se divorciaram pouco mais de um ano após o casamento. Muito frustrado, Alberto decidiu reunir algumas economias e adquiriu um pacote turístico para viajar pelo mundo e tentar esquecer o ocorrido.

Considerando que Alberto tinha dezessete anos quando celebrou o contrato com a agência de turismo e que o fez sem qualquer participação de seus pais, o contrato é

A) válido, pois Alberto é plenamente capaz.

B) nulo, pois Alberto é absolutamente incapaz.

C) anulável, pois Alberto é relativamente incapaz.

D) ineficaz, pois Alberto não pediu a anuência de Gabriela.

Comentário:

Vide Código Civil:

Art. 5º. Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade:

II - pelo casamento;

A) Correta

Segundo o art. 5º, inciso II do CC, elenca que o casamento é uma das hipóteses que faz cessar a incapacidade. O divórcio não reverte a emancipação concedida pelo casamento, sendo assim o contrato é sim válido.

B) Errado

Pois Alberto é plenamente capaz.

C) Errado

Pois Alberto é plenamente capaz.

D) Errado

Pois Alberto é plenamente capaz.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 40

Lucas, um grande industrial do ramo de couro, decidiu ajudar Pablo, seu amigo de infância, na abertura do seu primeiro negócio: uma pequena fábrica de sapatos. Lucas doou 50 prensas para a fábrica, mas Pablo achou pouco e passou a constantemente importunar o amigo com novas solicitações.

Após sucessivos e infrutíferos pedidos de empréstimos de toda ordem, a relação entre os dois se desgasta a tal ponto que Pablo, totalmente fora de controle, atenta contra a vida de Lucas. Este, porém, sobrevive ao atentado e decide revogar a doação feita a Pablo. Ocorre que Pablo havia constituído penhor sobre as prensas, doadas por Lucas, para obter um empréstimo junto ao Banco XPTO, mas, para não interromper a produção, manteve as prensas em sua fábrica.

Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

A) Para a constituição válida do penhor, é necessário que as coisas empenhadas estejam em poder do credor. Como isso não ocorreu, o penhor realizado por Pablo é nulo.

B) Tendo em vista que o Banco XPTO figura como terceiro de má-fé, a realização do penhor é causa impeditiva da revogação da doação feita por Lucas.

C) Como causa superveniente da resolução da propriedade de Pablo, a revogação da doação operada por Lucas não interfere no direito de garantia dado ao Banco XPTO.

D) Em razão da tentativa de homicídio, a revogação da doação é automática, razão pela qual os direitos adquiridos pelo Banco XPTO resolvem-se junto com a propriedade de Pablo.

Comentário:

Vide Código Civil:

Art. 559. A revogação por qualquer desses motivos deverá ser pleiteada dentro de um ano, a contar de quando chegue ao conhecimento do doador o fato que a autorizar, e de ter sido o donatário o seu autor.

Art. 563. A revogação por ingratidão não prejudica os direitos adquiridos por terceiros, nem obriga o donatário a restituir os frutos percebidos antes da citação válida; mas sujeita-o a pagar os posteriores, e, quando não possa restituir em espécie as coisas doadas, a indenizá-la pelo meio termo do seu valor.

Art. 1.450. Tem o credor direito a verificar o estado das coisas empenhadas, inspecionando-as onde se acharem, por si ou por pessoa que credenciar.

A) Errado

Com base no art. 1.450 do CC, temos que as coisas indicadas para o penhor, podem ser verificadas onde se acharem. Mesmo que não tenha ocorrido, o penhor de Pablo ainda é considerado válido.

B) Errado

Com fulcro no art. 563 do CC, Como o banco XPTO, figura como terceiro de boa-fé, a realização do penhor não pode ser considerada causa impeditiva da revogação da doação realizada por Lucas.

C) Correta

A revogação da doação não prejudica os direitos adquiridos por terceiros, por ser causa superveniente, a revogação da doação operada por Lucas não interfere no direito do Banco XPTO.

D) Errado

Baseado no art. 559 do CC, temos que a revogação deve ser pleiteada dentro de 1 ano, apesar disso os direitos adquiridos pelo Banco XPTO, não se resolvem junto da propriedade de Pablo.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 41

Arnaldo, publicitário, é casado com Silvana, advogada, sob o regime de comunhão parcial de bens. Silvana sempre considerou diversificar sua atividade profissional e pensa em se tornar sócia de uma sociedade empresária do ramo de tecnologia. Para realizar esse investimento, pretende vender um apartamento adquirido antes de seu casamento com Arnaldo; este, mais conservador na área negocial, não concorda com a venda do bem para empreender.

Sobre a situação descrita, assinale a afirmativa correta.

A) Silvana não precisa de autorização de Arnaldo para alienar o apartamento, pois destina-se ao incremento da renda familiar.

B) A autorização de Arnaldo para alienação por Silvana é necessária, por conta do regime da comunhão parcial de bens.

C) Silvana não precisa de autorização de Arnaldo para alienar o apartamento, pois se trata de bem particular.

D) A autorização de Arnaldo para alienação por Silvana é necessária e decorre do casamento, independentemente do regime de bens.

Comentário:

Código Civil:

Art. 1.647. Ressalvado o disposto no art. 1.648 , nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime da separação absoluta:

I - alienar ou gravar de ônus real os bens imóveis;

A) Errado

Silvana deve sim solicitar autorização de Arnaldo para alienar o apartamento, visto que são casados por comunhão parcial de bens.

B) Correta

Seguindo o raciocínio da alternativa anterior, temos que Silvana precisa sim de autorização de Arnaldo para alienação do bem.

C) Errado

A autorização é necessária em função do regime de bens.

D) Errado

A autorização decorre justamente devido ao regime de bens do casamento.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão 42

Roberta produziu, em seu computador, vídeo de animação em que se percebe a simulação de atos pornográficos entre crianças. O vídeo não mostra nenhuma imagem reconhecível, nenhuma pessoa identificável, mas apresenta, inequivocamente, figuras de crianças, e bem jovens. Sobre o fato apresentado, sob a perspectiva do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a afirmativa correta.

A) Não é ilícito penal: o crime ocorre quando se simula a atividade pornográfica com imagens reais de crianças.

B) É crime, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a conduta típica de simular a participação de criança ou adolescente em cena pornográfica por meio de qualquer forma de representação visual.

C) É crime se houver a divulgação pública do filme, pois a mera produção de filme envolvendo simulacro de imagem de criança ou adolescente em situação pornográfica não é reprovada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

D) Não é ilícito penal, pois a animação somente se afigura como simulação suficientemente apta a despertar a reprovabilidade criminal se reproduzir a imagem real de alguma criança diretamente identificável.

Comentários:

O enunciado trata dos crimes tipificados no Título VII do Estatuto da Criança e do Adolescente. A conduta descrita encontra-se disciplinada, mais precisamente, no artigo 241-C.

> Art. 241-C, ECA. **Simular a participação de criança ou adolescente** em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem

ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual: (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)
Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)
Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem vende, expõe à venda, disponibiliza, distribui, publica ou divulga por qualquer meio, adquire, possui ou armazena o material produzido na forma do *caput* deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

A) Errado

A partir da leitura do *caput* do dispositivo, percebe-se o equívoco da letra "A". Diferentemente do que dispõe a assertiva, o tipo penal não se restringe à utilização de imagens reais, logo a conduta descrita no enunciado qualifica-se como ilícito penal.

B) Correto

Correta, portanto, a alternativa "B", já que enquadra a situação hipotética como crime, conforme redação do artigo transcrito linhas acima, o qual inclui a simulação por meio de qualquer forma de representação visual.

C) Errado

Equivocada a assertiva "C", pois não considera a produção do simulacro como ilícito, afirmando que o crime só ocorreria diante da divulgação. Todavia, como exaustivamente mencionado, o *caput* do artigo 241-C, do ECA, tipifica igualmente a conduta de criar tal simulacro.

D) Errado

Também incorreta a letra "D", por não qualificar a conduta como crime, restringindo tal possibilidade à utilização de imagens reais, afrontando o *caput* do dispositivo transcrito alhures.

Gabarito: B.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca.

Questão 43

Pedro, 16 anos, foi apreendido em flagrante quando subtraía um aparelho de som de uma loja. Questionado sobre sua família, disse não ter absolutamente nenhum familiar conhecido. Encaminhado à autoridade competente, foi-lhe designado defensor dativo, diante da completa carência de pessoas que por ele pudessem responder. Após a prática dos atos iniciais, Pedro requereu ao juiz a substituição do seu defensor por um advogado conhecido, por não ter se sentido bem assistido tecnicamente, não confiando no representante originariamente designado. Com base nessa narrativa, assinale a afirmativa correta.

A) É direito do adolescente ter seu defensor substituído por outro de sua preferência, uma vez que não deposita confiança no que lhe foi designado.

B) A defesa técnica deve permanecer incumbida ao defensor atualmente designado, pois não é facultado ao adolescente optar por sua substituição.

C) O processo deve ser suspenso, adiando-se os atos até que seja solucionada a questão da representação do adolescente.

D) A substituição somente deverá ser realizada se evidenciada imperícia técnica, não podendo a mera preferência do adolescente ser motivo para a substituição.

Comentários:

A questão aborda a temática do acesso à Justiça. Mais precisamente, sobre a participação de defensor na apuração de ato infracional. Tal participação encontra-se disciplinada no artigo 207 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

> Art. 207, ECA. Nenhum adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional, ainda que ausente ou foragido, será processado sem defensor.
>
> §1º Se o adolescente não tiver defensor, ser-lhe-á nomeado pelo juiz, ressalvado o direito de, **a todo tempo, constituir outro de sua preferência**.
>
> §2º **A ausência do defensor não determinará o adiamento de nenhum ato do processo**, devendo o juiz nomear substituto, ainda que provisoriamente, ou para o só efeito do ato.

> §3º Será dispensada a outorga de mandato, quando se tratar de defensor nomeado ou, sido constituído, tiver sido indicado por ocasião de ato formal com a presença da autoridade judiciária.

A) Correto

De pronto, percebe-se o acerto da alternativa "A", pois plenamente condizente com o §1º acima transcrito, o qual faculta ao adolescente a substituição de seu defensor constituído.

B) Errado

Por outro lado, incorreta a letra "B", já que afasta a possibilidade de tal substituição, em ofensa ao parágrafo mencionado.

C) Errado

Igualmente incorreta a assertiva "C", pois não há no dispositivo qualquer menção à necessidade de suspensão do processo. Pelo contrário o §2º, também do artigo 207, afirma categoricamente que a ausência de defensor não ocasionará o adiamento de qualquer ato do processo.

D) Errado

Por fim, também equivocada a letra "D", pois condiciona a possibilidade de substituição do defensor à hipótese de imperícia técnica deste. Inobstante, o §1º retro mencionado afirma que a substituição dar-se-á conforme a preferência do adolescente, contrariando o que dispõe a assertiva.

Gabarito: A.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Questão 44

Durante período de intenso calor, o Condomínio do Edifício X, por seu representante, adquiriu, junto à sociedade empresária Equipamentos Aquáticos, peças plásticas recreativas próprias para uso em piscinas, produzidas com material atóxico. Na primeira semana de uso, os produtos soltaram gradualmente sua tinta na vestimenta dos usuários, o que gerou apenas problema estético, na medida em que a pigmentação era atóxica e podia ser removida facilmente das roupas dos usuários por meio de uso de sabão. O Condomínio do Edifício X, por seu representante, procurou você, como advogado(a), buscando orientação para receber de volta o valor pago e ser indenizado pelos danos morais suportados. Nesse caso, cuida-se de

A) fato do produto, sendo excluída a responsabilidade civil da sociedade empresária, respondendo pelo evento o fabricante das peças; não cabe indenização por danos extrapatrimoniais, por ser o Condomínio pessoa jurídica, que não sofre essa modalidade de dano.

B) inaplicabilidade do CDC, haja vista a natureza da relação jurídica estabelecida entre o Condomínio e a sociedade empresária, cabendo a responsabilização civil com base nas regras gerais de Direito Civil, e incabível pleitear indenização por danos morais, por ter o Condomínio a qualidade de pessoa jurídica.

C) aplicabilidade do CDC somente por meio de medida de defesa coletiva dos condôminos, cuja legitimidade será exercida pelo Condomínio, na defesa dos interesses a título coletivo.

D) vício do produto, sendo solidária a responsabilidade da sociedade empresária e do fabricante das peças; o Condomínio do Edifício X é parte legítima para ingressar

individualmente com a medida judicial por ser consumidor, segundo a teoria finalista mitigada.

Comentários:

O enunciado exige que o aluno conheça os meandros do conceito de consumidor e da responsabilidade civil por fato e vício do produto. Inicialmente, cumpre esclarecer que o artigo 2º, do CDC, considera consumidor o destinatário final do produto ou serviço. Todavia, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça apresenta mitigação à teoria finalista. A teoria finalista mitigada relaciona-se à ampliação do conceito de consumidor diante de constatada vulnerabilidade, mesmo que não seja tecnicamente destinatário final do produto ou serviço.

> Art. 2°, CDC. Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como **destinatário final**.
> Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
>
> CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. PESSOA JURÍDICA. VULNERABILIDADE CONCRETA. EXCEPCIONALIDADE. VERIFICAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.
> 1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.
> 2. A jurisprudência desta Corte tem mitigado os rigores da teoria finalista para **autorizar a incidência do CDC nas hipóteses em que a parte (pessoa física ou jurídica), embora não seja tecnicamente a destinatária final do produto ou serviço, se apresente em situação de vulnerabilidade**. Precedentes.
> 3. Assim, tendo o TJPR consignado a vulnerabilidade concreta da pessoa jurídica na hipótese vertente, rever o entendimento da Corte local acerca da vulnerabilidade da empresa recorrida somente seria possível por meio

> do reexame do acervo fático-probatório existente nos autos, o que não se permite em recurso especial, ante o óbice da Súmula nº 7 deste STJ.
> 4. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.
> 5. Agravo interno não provido.
> (AgInt no AREsp 1480596/PR 2019/0094317-2. Rel. Ministro Moura Ribeiro. Terceira Turma. Data do Julgamento: 17/02/2020. Data da Publicação/Fonte: DJe 19/02/2020)

A) Errado

A princípio, a letra "A" apresenta a situação narrada como hipótese de "fato do produto". Ocorre que se trata de "vício do produto", disciplinado pelo artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor, ao qual corresponde responsabilidade solidária. Também equivocada a assertiva por excluir o condomínio do conceito de consumidor, afrontando a teoria elucidada acima.

> Art. 18, CDC. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem **solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo** a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.
> §1° Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:
> I - a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso;
> II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;
> III - o abatimento proporcional do preço.
> §2° Poderão as partes convencionar a redução ou ampliação do prazo previsto no parágrafo anterior, não podendo ser inferior a sete nem superior a cento e oitenta dias. Nos contratos de adesão, a cláusula de

> prazo deverá ser convencionada em separado, por meio de manifestação expressa do consumidor.
> §3° O consumidor poderá fazer uso imediato das alternativas do § 1° deste artigo sempre que, em razão da extensão do vício, a substituição das partes viciadas puder comprometer a qualidade ou características do produto, diminuir-lhe o valor ou se tratar de produto essencial.
> §4° Tendo o consumidor optado pela alternativa do inciso I do § 1° deste artigo, e não sendo possível a substituição do bem, poderá haver substituição por outro de espécie, marca ou modelo diversos, mediante complementação ou restituição de eventual diferença de preço, sem prejuízo do disposto nos incisos II e III do § 1° deste artigo.
> §5° No caso de fornecimento de produtos in natura, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, exceto quando identificado claramente seu produtor.
> §6° São impróprios ao uso e consumo:
> I - os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos;
> II - os produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação;
> III - os produtos que, por qualquer motivo, se revelem inadequados ao fim a que se destinam.

B) Errado

Também incorreta a letra "B", pois exclui a situação da abrangência do Código de Defesa do Consumidor, enquanto é patente tratar-se de relação de consumo, ainda consoante a teoria finalista mitigada, mencionada outrora.

C) Errado

Igualmente equivocada a assertiva "C", por restringir a possibilidade de proteção aos direitos lesados na hipótese à tutela coletiva, não obstante, segundo a teoria exaustivamente estudada aqui, o condomínio ser consumidor.

D) Correto

Por fim, resta correta a alternativa "D", a qual enquadra a situação à hipótese de vício do produto, com consequente responsabilização solidária, além de incluir o

condomínio como sujeito apto a tutelar individualmente os direitos lesados, já que se trata de consumidor, de acordo com a teoria finalista mitigada.

Gabarito: D.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca, Jurisprudência e Doutrina.

Questão 45

O Ministério Público ajuizou ação coletiva em face de Vaquinha Laticínios, em função do descumprimento de normas para o transporte de alimentos lácteos. A sentença condenou a ré ao pagamento de indenização a ser revertida em favor de um fundo específico, bem como a indenizar os consumidores genericamente considerados, além de determinar a publicação da parte dispositiva da sentença em jornais de grande circulação, a fim de que os consumidores tomassem ciência do ato judicial. João, leitor de um dos jornais, procurou você como advogado(a) para saber de seus direitos, uma vez que era consumidor daqueles produtos. Nesse caso, à luz do Código do Consumidor, trata-se de hipótese

A) de interesse difuso; por esse motivo, as indenizações pelos prejuízos individuais de João perderão preferência no concurso de crédito frente às condenações decorrentes das ações civis públicas derivadas do mesmo evento danoso.

B) de interesses individuais homogêneos; nesses casos, tem-se, por inviável, a liquidação e execução individual, devendo João aguardar que o Ministério Público, autor da ação, receba a verba indenizatória genérica para, então, habilitar-se como interessado junto ao referido órgão.

C) de interesses coletivos; em razão disso, João poderá liquidar e executar a sentença individualmente, mas o mesmo direito não poderia ser exercido por seus sucessores, sendo inviável a sucessão processual na hipótese.

D) de interesses individuais homogêneos; João pode, em legitimidade originária ou por seus sucessores, por meio de processo de liquidação, provar a existência do seu dano pessoal e do nexo causal, a fim de quantificá-lo e promover a execução.

Comentários:

Trata-se de questão acerca da tutela de direitos transindividuais e que exige discernimento do aluno no que toca à distinção entre direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Tais conceitos estão elencados no artigo 81 do Código de Defesa do Consumidor.

> Art. 81, CDC. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.
> Parágrafo único. A **defesa coletiva** será exercida quando se tratar de:
> I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;
> II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;
> III - **interesses ou direitos individuais homogêneos**, assim entendidos os decorrentes de origem comum.

A) Errado

De pronto, pode-se eliminar a alternativa "A", pois qualifica o direito descrito no enunciado como difuso, quando, na verdade, trata-se de direito individual homogêneo, já que possui origem comum ao evento danoso.

B) Errado

Igualmente equivocada a letra "B", pois, apesar de qualificar corretamente o interesse como individual homogêneo, afirma ser inviável a promoção da execução individual da vítima, contrariando o artigo 97, do CDC.

> Art. 97. A liquidação e a **execução de sentença poderão ser promovidas pela vítima e seus sucessores**, assim como pelos legitimados de que trata o art. 82.
> Parágrafo único. (Vetado).

C) Errado

Também a assertiva "C" está incorreta, pois, apesar de prever a possibilidade de execução individual por parte da vítima, classifica o interesse como coletivo e não como individual homogêneo, como é devido.

D) Correto

Desta feita, resta apenas a alternativa "D" como correta, já que atribui natureza adequada ao interesse descrito no enunciado, qual seja individual homogêneo, além de prever a legitimidade originária da vítima para provar seu dano pessoal e promover a execução, em consonância com os dispositivos transcritos alhures.

Gabarito: D.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca e Doutrina.

DIREITO EMPRESARIAL

Questão 46

Determinadas pessoas naturais, em razão de sua atividade profissional, e certas espécies de pessoas jurídicas, todas devidamente registradas no órgão competente, gozam de tratamento simplificado, favorecido e diferenciado em relação aos demais agentes econômicos – microempresas e empresas de pequeno porte.

De acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte, quanto à forma jurídica, são

A) cooperativa de produção, empresário individual, empresa pública e sociedade limitada.
B) empresário individual, empresa individual de responsabilidade limitada, sociedade simples e sociedade empresária, exceto por ações.
C) cooperativa de crédito, empresário individual, empresa individual de responsabilidade limitada e sociedade simples.
D) empresário individual, profissional liberal, empresa Individual de responsabilidade limitada e sociedade por ações.

Comentário:

A) Errado

Em função do art. 3º da lei complementar nº 123/2006:

> Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o do Código Civil [traz o conceito de empresário individual] , devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas
>
> (...)
>
> §4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica
>
> (...)
>
> X - constituída sob a forma de sociedade por ações

Assim, as microempresas e empresas de pequeno porte são: empresário individual, empresa individual de responsabilidade limitada, sociedade simples e sociedade empresária, exceto por ações.

B) Correto

Está de acordo com a disposição legal.

C) Errado

Está em desacordo com o art. 3º da LC 123/2006.

D) Errado

Está em desacordo com o art. 3º da LC 123/2006.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 47

Nos contratos de comissão, corretagem e agência, é dever do corretor, do comissário e do agente atuar com toda diligência, atendo-se às instruções recebidas da parte interessada. Apesar dessa característica comum, cada contrato conserva sua tipicidade em razão de seu modus operandi.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

A) O agente pratica, em nome próprio, os atos a ele incumbidos à conta do proponente; o comissário não pode tomar parte – sequer como mandatário – nos negócios que vierem a ser celebrados em razão de sua intermediação; o corretor pode receber poderes do cliente para representálo na conclusão dos contratos.
B) O comissário pratica, em nome próprio, os atos a ele incumbidos à conta do comitente; o corretor não pode tomar parte – sequer como mandatário – nos negócios que vierem a ser celebrados em razão de sua mediação; o agente pode receber poderes do proponente para representá-lo na conclusão dos contratos.
C) O corretor pratica, em nome próprio, os atos a ele incumbidos à conta do cliente; o agente não pode tomar parte – sequer como mandatário – nos negócios que vierem a ser celebrados no interesse do proponente; o comissário pode receber poderes do comitente para representá-lo na conclusão dos contratos.
D) Tanto o comissário quanto o corretor praticam, em nome próprio, os atos a eles incumbidos pelo comitente ou cliente, mas o primeiro tem sua atuação restrita à zona geográfica fixada no contrato; o agente deve atuar com exclusividade tão somente na mediação para realização de negócios em favor do proponente.

Comentário:

A) Errado

A legislação afasta a alternativa "A" no art. 693 do Código Civil: "Art. 693. O contrato de comissão tem por objeto a aquisição ou a venda de bens pelo comissário, em seu próprio nome, à conta do comitente", no art. 710 desse Código:

> Art. 710. Pelo contrato de agência, uma pessoa assume, em caráter não eventual e sem vínculos de dependência, a obrigação de promover, à conta de outra, mediante retribuição, a realização de certos negócios, em zona determinada, caracterizando-se a distribuição quando o agente tiver à sua disposição a coisa a ser negociada.
>
> Parágrafo único. O proponente pode conferir poderes ao agente para que este o represente na conclusão dos contratos.

E no art. 722, que discorre sobre o contrato de corretagem:

> Art. 722. Pelo contrato de corretagem, uma pessoa, não ligada a outra em virtude de mandato, de prestação de serviços ou por qualquer relação de dependência, obriga-se a obter para a segunda um ou mais negócios, conforme as instruções recebidas.

Sendo assim, o texto da alternativa, para ser correto, deveria ser: o comissário pratica, em nome próprio, os atos a ele incumbidos à conta do comitente; o corretor não pode tomar parte – sequer como mandatário – nos negócios que vierem a ser celebrados em razão de sua mediação; o agente pode receber poderes do proponente para representá-lo na conclusão dos contratos.

B) Correto

Em função da legislação civil.

C) Errado

Como visto, a redação está incorreta em seus termos. O modelo de redação é a alternativa B.

D) Errado

Como visto, a redação está incorreta em seus termos. O modelo de redação é a alternativa B.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca (Código Civil)

Questão 48

Além da impontualidade, a falência pode ser decretada pela prática de atos de falência por parte do devedor empresário individual ou dos administradores da sociedade empresária.

Assinale a opção que constitui um ato de falência por parte do devedor.

A) Deixar de pagar, no vencimento, obrigação líquida materializada em título executivo protestado por falta de pagamento, cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 (quarenta) salários mínimos na data do pedido de falência.
B) Transferir, durante a recuperação judicial, estabelecimento a terceiro sem o consentimento de todos os credores e sem ficar com bens suficientes para solver seu passivo, em cumprimento à disposição de plano de recuperação.
C) Não pagar, depositar ou nomear à penhora, no prazo de 3 (três) dias, contados da citação, bens suficientes para garantir a execução.
D) Deixar de cumprir, no prazo estabelecido, obrigação assumida no plano de recuperação judicial, após o cumprimento de todas as obrigações previstas no plano que vencerem até dois anos depois da concessão da recuperação judicial.

Comentário:

A) Errado

O enunciado da questão trata dos atos de falência, ou seja, os atos previstos no inciso III do art. 94 da Lei 11.101/2005:

> Art. 94. Será decretada a falência do devedor que:
> I – sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 (quarenta) salários-mínimos na data do pedido de falência;
> II – executado por qualquer quantia líquida, não paga, não deposita e não nomeia à penhora bens suficientes dentro do prazo legal;

> III – pratica qualquer dos seguintes atos, exceto se fizer parte de plano de recuperação judicial:
> a) procede à liquidação precipitada de seus ativos ou lança mão de meio ruinoso ou fraudulento para realizar pagamentos;
> b) realiza ou, por atos inequívocos, tenta realizar, com o objetivo de retardar pagamentos ou fraudar credores, negócio simulado ou alienação de parte ou da totalidade de seu ativo a terceiro, credor ou não;
> c) transfere estabelecimento a terceiro, credor ou não, sem o consentimento de todos os credores e sem ficar com bens suficientes para solver seu passivo;
> d) simula a transferência de seu principal estabelecimento com o objetivo de burlar a legislação ou a fiscalização ou para prejudicar credor;
> e) dá ou reforça garantia a credor por dívida contraída anteriormente sem ficar com bens livres e desembaraçados suficientes para saldar seu passivo;
> f) ausenta-se sem deixar representante habilitado e com recursos suficientes para pagar os credores, abandona estabelecimento ou tenta ocultar-se de seu domicílio, do local de sua sede ou de seu principal estabelecimento;
>
> g) deixa de cumprir, no prazo estabelecido, obrigação assumida no plano de recuperação judicial.

Nesse caso, é necessário adotar a visão doutrinária dos atos de falência, ou seja, apenas os atos previstos no inciso III desse artigo. Como a alternativa "A" aponta uma hipótese prevista no inciso II, ela não configura ato de falência.

B) Errado

Como visto, o art. 94 da Lei 11.101 afirma que a transferência abordada no enunciado da alternativa constitui ato de falência, exceto se fizer parte de plano de recuperação judicial. Como a alternativa afirma que essa realização se daria durante a recuperação judicial, está em dissonância com o texto legal.

C) Errado

Além de trazer uma hipótese não prevista como ato de falência (inciso III, art. 94), o prazo para esse pagamento não é necessariamente de 3 dias,

podendo haver outros prazos a depender das circunstâncias. O texto legal não apresenta especificação do prazo para pagamento.

D) Correto

Corresponde à determinação dos artigos 61, 62 e 73, IV da Lei 11.101/2005.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina

Questão 49

Amambaí Inovação e Engenharia S/A obteve, junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), patente de invenção no ano de 2013. Dois anos após, chegou ao conhecimento dos administradores a prática de atos violadores de direitos de patente. No entanto, a ação para reparação de dano causado ao direito de propriedade industrial só foi intentada no ano de 2019.

Você é consultado(a), como advogado(a), sobre o caso. Assinale a opção que apresenta seu parecer.

A) A reparação do dano causado pode ser pleiteada, porque o direito de patente é protegido por 20 (vinte) anos, a contar da data do depósito.
B) A pretensão indenizatória, na data da propositura da ação, encontrava-se prescrita, em razão do decurso de mais de 3 (três) anos.
C) A pretensão indenizatória, na data da propositura da ação, não se encontrava prescrita porque o prazo de 5 (cinco) anos não havia se esgotado.
D) A reparação do dano causado não pode ser pleiteada, porque a patente concedida não foi objeto de licenciamento pelo seu titular.

Comentário:

A) Errado

Essa alternativa não tem relação com o prazo para ação de reparação de danos. O prazo de 20 anos assinalado é o período de exploração sobre quele direito. A questão refere-se ao prazo para ação reparação de dano causado ao direito de propriedade industrial, ou seja, não tem relação com o usufruto do direito mas a ação de reparação, quando houver dano.

B) Errado

O art. 225 da Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/96) determina: "Prescreve em 5 (cinco) anos a ação para reparação de dano causado ao direito de propriedade industrial". Essa questão se utiliza do prazo prescricional para ação de reparação previsto no Código Civil. Como a lei de propriedade industrial é mais específica, ela deve ser aplicada ao caso da questão.

C) Correto

Está de acordo com a Lei nº 9.279/96.

D) Errado

Não é necessário licenciamento para realizar a ação de reparação de danos.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 50

Rolim Crespo, administrador da sociedade Indústrias Reunidas Novo Horizonte do Oeste Ltda., consultou sua advogada para lhe prestar orientação quanto à inserção de cláusula compromissória em um contrato que a pessoa jurídica pretende celebrar com uma operadora de planos de saúde empresariais. Pela leitura da proposta, verifica-se que não há margem para a negociação das cláusulas, por tratar-se de contrato padronizado, aplicado a todos os aderentes.

Quanto à cláusula compromissória inserida nesse contrato, assinale a opção que apresenta a orientação dada pela advogada.

A) É necessária a concordância expressa e por escrito do aderente com a sua instituição, em documento anexo ou em negrito, com a assinatura ou o visto para essa cláusula.
B) É nula de pleno direito, por subtrair do aderente o direito fundamental de acesso à justiça, e o contrato não deve ser assinado.
C) Somente será eficaz se o aderente tomar a iniciativa de instituir a arbitragem, e, como a iniciativa foi do proponente e unilateral, ela é nula.
D) Somente será eficaz se houver a assinatura do aderente no contrato, vedada qualquer forma de manifestação da vontade em documento anexo ou, simplesmente, com o visto para essa cláusula.

Comentário:

A) Correto

A questão trata da cláusula compromissória na arbitragem, delimitada pela Lei 9. 307:

> Art. 4º A cláusula compromissória é a convenção através da qual as partes em um contrato comprometem-se a submeter à arbitragem os litígios que possam vir a surgir, relativamente a tal contrato.

> § 1º A cláusula compromissória deve ser estipulada por escrito, podendo estar inserta no próprio contrato ou em documento apartado que a ele se refira.
> § 2º Nos contratos de adesão, a cláusula compromissória só terá eficácia se o aderente tomar a iniciativa de instituir a arbitragem ou concordar, expressamente, com a sua instituição, desde que por escrito em documento anexo ou em negrito, com a assinatura ou visto especialmente para essa cláusula.

Assim, a alternativa "A" reflete a determinação do §2º desse artigo.

B) Errado

Como visto, o texto legal admite a realização da cláusula compromissória.

C) Errado

No enunciado, vê-se que o proponente meramente consultou sua advogada acerca da possibilidade ou não da instituição da arbitragem, assim, ele não deu início a ela de forma unilateral, não se aplicando o determinado na alternativa.

D) Errado

Está em contradição com o §2º do art. 4 da Lei 9.307:

> § 2º Nos contratos de adesão, a cláusula compromissória só terá eficácia se o aderente tomar a iniciativa de instituir a arbitragem ou concordar, expressamente, com a sua instituição, desde que por escrito em documento anexo ou em negrito, com a assinatura ou visto especialmente para essa cláusula.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 51

Carolina foi citada para comparecer com seu advogado ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos (CEJUSC) da comarca da capital, para Audiência de Mediação (Art. 334 do CPC), interessada em restabelecer o diálogo com Nestor, seu ex-marido. O fato de o advogado de seu ex-cônjuge conversar intimamente com o mediador Teófilo, que asseverava ter celebrado cinco acordos na qualidade de mediador na última semana, retirou sua concentração e a deixou desconfiada da lisura daquela audiência. Não tendo sido possível o acordo nessa primeira oportunidade, foi marcada uma nova sessão de mediação para buscar a composição entre as partes, quinze dias mais tarde. Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) Carolina pode comparecer sem seu advogado na próxima sessão de mediação.

B) O advogado só pode atuar como mediador no CEJUSC se realizar concurso público específico para integrar quadro próprio do tribunal.

C) Pode haver mais de uma sessão destinada à conciliação e à mediação, não podendo exceder 2 (dois) meses da data de realização da primeira sessão, desde que necessária(s) à composição das partes.

D) O mediador judicial pode atuar como advogado da parte no CEJUSC, pois o CPC apenas impede o exercício da advocacia nos juízos em que desempenhe suas funções.

Comentários:

Trata-se de questão acerca da autocomposição, mais precisamente da Audiência de Conciliação ou de Mediação, disciplinada no artigo 334 do Código de Processo Civil, abaixo transcrito.

Art. 334, CPC. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

§1º O conciliador ou mediador, onde houver, atuará necessariamente na audiência de conciliação ou de mediação, observando o disposto neste Código, bem como as disposições da lei de organização judiciária.

§2º **Poderá haver mais de uma sessão destinada à conciliação e à mediação, não podendo exceder a 2 (dois) meses da data de realização da primeira sessão, desde que necessárias à composição das partes**.

§3º A intimação do autor para a audiência será feita na pessoa de seu advogado.

§4º A audiência não será realizada:

I - se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual;

II - quando não se admitir a autocomposição.

§5º O autor deverá indicar, na petição inicial, seu desinteresse na autocomposição, e o réu deverá fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

§6º Havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado por todos os litisconsortes.

§7º A audiência de conciliação ou de mediação pode realizar-se por meio eletrônico, nos termos da lei.

§8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

§9º **As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos**.

§10. A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.

§11. A autocomposição obtida será reduzida a termo e homologada por sentença.

§12. A pauta das audiências de conciliação ou de mediação será organizada de modo a respeitar o intervalo mínimo de 20 (vinte) minutos entre o início de uma e o início da seguinte.

A) Errado

Inicialmente, é possível eliminar a alternativa "A", pois afirma que a autora pode comparecer à audiência desacompanhada de patrono, afrontando o §9º do artigo acima transcrito. No mesmo sentido, dispõe o artigo 695, §4º, também do CPC, constante no Capítulo "Das Ações de Família".

> Art. 695, CPC. Recebida a petição inicial e, se for o caso, tomadas as providências referentes à tutela provisória, o juiz ordenará a citação do réu para comparecer à audiência de mediação e conciliação, observado o disposto no art. 694.
> §1º O mandado de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo.
> §2º A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência.
> §3º A citação será feita na pessoa do réu.
> §4º **Na audiência, as partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou de defensores públicos**.

B) Errado

Igualmente incorreta, a letra "B" deve ser eliminada, pois impõe como requisito para a função de mediador a aprovação em concurso público específico. Tal exigência vai de encontro ao que preceitua o artigo 167, §1º, do Diploma Adjetivo Civil, o qual exige apenas a realização de curso oferecido por entidade credenciada. Vejamos:

> Art. 167, CPC. Os conciliadores, os mediadores e as câmaras privadas de conciliação e mediação serão inscritos em cadastro nacional e em cadastro de tribunal de justiça ou de tribunal regional federal, que manterá registro de profissionais habilitados, com indicação de sua área profissional.
> §1º Preenchendo o requisito da **capacitação mínima, por meio de curso realizado por entidade credenciada**, conforme parâmetro curricular definido pelo Conselho Nacional de Justiça em conjunto com o Ministério da Justiça, **o conciliador ou o mediador, com o respectivo certificado, poderá requerer sua inscrição** no cadastro nacional e no cadastro de tribunal de justiça ou de tribunal regional federal.
> §2º Efetivado o registro, que poderá ser precedido de concurso público, o tribunal remeterá ao diretor do foro da comarca, seção ou subseção judiciária onde atuará o conciliador ou o mediador os dados necessários

> para que seu nome passe a constar da respectiva lista, a ser observada na distribuição alternada e aleatória, respeitado o princípio da igualdade dentro da mesma área de atuação profissional.
> §3º Do credenciamento das câmaras e do cadastro de conciliadores e mediadores constarão todos os dados relevantes para a sua atuação, tais como o número de processos de que participou, o sucesso ou insucesso da atividade, a matéria sobre a qual versou a controvérsia, bem como outros dados que o tribunal julgar relevantes.
> §4º Os dados colhidos na forma do §3º serão classificados sistematicamente pelo tribunal, que os publicará, ao menos anualmente, para conhecimento da população e para fins estatísticos e de avaliação da conciliação, da mediação, das câmaras privadas de conciliação e de mediação, dos conciliadores e dos mediadores.
> §5º Os conciliadores e mediadores judiciais cadastrados na forma do *caput*, se advogados, estarão impedidos de exercer a advocacia nos juízos em que desempenhem suas funções.
> §6º O tribunal poderá optar pela criação de quadro próprio de conciliadores e mediadores, a ser preenchido por concurso público de provas e títulos, observadas as disposições deste Capítulo.

C) Correto

A alternativa "C", por sua vez, encontra-se perfeitamente condizente com o que o dispõe a legislação. O enunciado traz a possibilidade de realização de mais de uma audiência de autocomposição, desde que não exceda o período de dois meses da data de realização da primeira sessão. Está é a exata disposição do §2º, do artigo 334, acima transcrito.

D) Errado

Por fim, também incorreta a letra "D", por afirmar ser possível a atuação do mediador como advogado da parte. Inosbtante, esta atuação é expressamente vedada pelo Código de Processo Civil, em seu artigo 172.

> Art. 172, CPC. O conciliador e o mediador ficam **impedidos**, pelo prazo de 1 (um) ano, contado do término da última audiência em que atuaram, **de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes**.

Gabarito: C.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca.

Questão 52

João dirigia seu carro a caminho do trabalho quando, ao virar em uma esquina, foi atingido por Fernando, que seguia na faixa ao lado. Diante dos danos ocasionados a seu veículo, João ingressou com ação, junto a uma Vara Cível, em face de Fernando, alegando que este trafegava pela faixa que teria como caminho obrigatório a rua para onde aquele seguiria. Realizada a citação, Fernando procurou seu advogado, alegando que, além de oferecer sua defesa nos autos daquele processo, gostaria de formular pedido contra João, uma vez que este teria invadido a faixa sem antes acionar a "seta", sendo, portanto, o verdadeiro culpado pelo acidente. Considerando o caso narrado, o advogado de Fernando deve

A) instruí-lo a ajuizar nova ação, uma vez que não é possível formular pedido contra quem deu origem ao processo.

B) informar-lhe que poderá, na contestação, propor reconvenção para manifestar pretensão própria, sendo desnecessária a conexão com a ação principal ou com o fundamento da defesa, bastando a identidade das partes.

C) informar-lhe sobre a possibilidade de propor a reconvenção, advertindo-o, porém, que, caso João desista da ação, a reconvenção restará prejudicada.

D) informar-lhe que poderá, na contestação, propor reconvenção para manifestar pretensão própria, desde que conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.

Comentários:

O enunciado refere-se à figura da "reconvenção", disciplinada no artigo 343, do Código de Processo Civil, abaixo transcrito.

> Art. 343, CPC. Na contestação, é lícito ao réu propor **reconvenção** para manifestar **pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa**.
> §1º Proposta a reconvenção, o autor será intimado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias.

> §2º A **desistência da ação** ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito **não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção**.
> §3º A reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro.
> §4º A reconvenção pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.
> §5º Se o autor for substituto processual, o reconvinte deverá afirmar ser titular de direito em face do substituído, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual.
> §6º O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.

A) Errado

De pronto, já é possível eliminar a alternativa "A", posto que afirma ser inviável a formulação de pedido contra o autor do processo, contrariando justamente o objetivo do instituto mencionado. Tal objetivo é facilmente perceptível, a partir da leitura do *caput* do dispositivo transcrito linhas acima.

B) Errado

Do mesmo modo, incorreta a letra "B", diferentemente do que preceitua, são requisitos para a propositura da reconvenção a conexão com a ação principal ou com o fundamento da defesa, também consoante disciplina do artigo 343, *caput.*

C) Errado

Igualmente equivocada a letra "C", por afrontar o §2º do dispositivo acima transcrito. Diferentemente do que consta no enunciado, a desistência da ação não prejudica o prosseguimento da reconvenção.

D) Correto

Resta, portanto, correta a alternativa "D", pois representa exata reprodução do artigo 343, *caput*, do Código de Processo Civil, exaustivamente analisado.

Gabarito: D.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca.

Questão 53

Um advogado, com estudos apurados em torno das regras do CPC, resolve entrar em contato com o patrono da parte adversa de um processo em que atua. Sua intenção é tentar um saneamento compartilhado do processo. Diante disso, acerca das situações que autorizam a prática de negócios jurídicos processuais, assinale a afirmativa correta.

A) As partes poderão apresentar ao juiz a delimitação consensual das questões de fato e de direito da demanda litigiosa.

B) As partes não poderão, na fase de saneamento, definir a inversão consensual do ônus probatório, uma vez que a regra sobre produção de provas é matéria de ordem pública.

C) As partes poderão abrir mão do princípio do contraditório consensualmente de forma integral, em prol do princípio da duração razoável do processo.

D) As partes poderão afastar a audiência de instrução e julgamento, mesmo se houver provas orais a serem produzidas no feito e que sejam essenciais à solução da controvérsia.

Comentários:

A questão aborda a temática do negócio jurídico processual, inovação trazida pelo Código de Processo Civil de 2015. Mais precisamente, o enunciado trata dos termos do artigo 357 do CPC, abaixo transcrito.

> Art. 357, CPC. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:
> I - resolver as questões processuais pendentes, se houver;
> II - delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos;
> III - **definir a distribuição do ônus da prova**, observado o art. 373;
> IV - delimitar as questões de direito relevantes para a decisão do mérito;
> V - designar, se necessário, audiência de instrução e julgamento.
> §1º Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 5 (cinco) dias, findo o qual a decisão se torna estável.

§2º **As partes podem apresentar ao juiz, para homologação, delimitação consensual das questões de fato e de direito** a que se referem os incisos II e IV, a qual, se homologada, vincula as partes e o juiz.
§3º Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações.
§4º Caso tenha sido determinada a produção de prova testemunhal, o juiz fixará prazo comum não superior a 15 (quinze) dias para que as partes apresentem rol de testemunhas.
§5º Na hipótese do §3º, as partes devem levar, para a audiência prevista, o respectivo rol de testemunhas.
§6º O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato.
§7º O juiz poderá limitar o número de testemunhas levando em conta a complexidade da causa e dos fatos individualmente considerados.
§8º Caso tenha sido determinada a produção de prova pericial, o juiz deve observar o disposto no art. 465 e, se possível, estabelecer, desde logo, calendário para sua realização.
§9º As pautas deverão ser preparadas com intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre as audiências.

A) Correto

De pronto, a partir da leitura do §2º transcrito linhas acima, percebe-se o acerto da alternativa "A", pois apresenta como possível às partes convencionarem acerca das questões de fato e de direito da demanda. A possibilidade de negociação é apresentada, ainda, no artigo 190 do CPC, como pode ser observado logo abaixo.

Art. 190, CPC. Versando o processo sobre **direitos que admitam autocomposição**, é lícito às partes plenamente capazes **estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa** e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.
Parágrafo único. De ofício ou a requerimento, o juiz controlará a validade das convenções previstas neste artigo, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade.

B) Errado

Por outro lado, a alternativa "B" encontra-se equivocada, pois vai de encontro ao que preceitua os dispositivos mencionados alhures. Primeiramente, o artigo 357, III, elucida ser possível às partes definirem a distribuição do ônus da prova. No mesmo sentido, dispõe o artigo 373, §3º, também do CPC.

> Art. 373, CPC. O ônus da prova incumbe:
> I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;
> II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
> §1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do *caput* ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.
> §2º A decisão prevista no §1º deste artigo não pode gerar situação em que a desincumbência do encargo pela parte seja impossível ou excessivamente difícil.
> §3º **A distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes**, salvo quando:
> I - recair sobre direito indisponível da parte;
> II - tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.
> §4º A convenção de que trata o §3º pode ser celebrada antes ou durante o processo.

C) Errado

Também incorreta a letra "C", pois, diferentemente do que propõe o enunciado, tanto o contraditório quanto a duração razoável do processo são princípios fundamentais, e não podem ser alijados integralmente por mera convenção das partes. Neste sentido, o artigo 1º do CPC afirmar que "o processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil". Nesse diapasão, o artigo 5º, LV e LXXVIII, da Constituição Federal.

Art. 5º, CF. (...)
LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o **contraditório** e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;
(...)
LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a **razoável duração do processo** e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

D) Errado

Por fim, também incorreta a alternativa "D". O enunciado afirma ser possível afastar a audiência de instrução e julgamento, mesmo diante de necessária dilação probatória para solução da lide. Ocorre que, se a produção de provas é essencial, ela não pode ser dispensada por mera convenção das partes.

Gabarito: A.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca.

Questão 54

Daniel, sensibilizado com a necessidade de Joana em alugar um apartamento, disponibiliza-se a ser seu fiador no contrato de locação, fazendo constar nele cláusula de benefício de ordem. Um ano e meio após a assinatura do contrato, Daniel é citado em ação judicial visando à cobrança de aluguéis atrasados. Ciente de que Joana possui bens suficientes para fazer frente à dívida contraída, Daniel consulta você, como advogado(a), sobre a possibilidade de Joana também figurar no polo passivo da ação. Diante do caso narrado, assinale a opção que apresenta a modalidade de intervenção de terceiros a ser arguida por Daniel em sua contestação.

A) Assistência.

B) Denunciação da lide.

C) Chamamento ao processo.

D) Nomeação à autoria.

Comentários:

O enunciado está relacionado à intervenção de terceiros, disciplinada no Título III do Diploma Adjetivo Civil. A questão apresenta situação hipotética em torno de contrato de fiança. A partir de uma breve leitura do Título acima mencionado, observa-se que apenas há menção a esta espécie de contrato no capítulo relacionado ao "chamamento ao processo". Vejamos:

> Art. 130, CPC. É admissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu:
> I - **do afiançado, na ação em que o fiador for réu**;
> II - dos demais fiadores, na ação proposta contra um ou alguns deles;
> III - dos demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum.

A) Errado

A alternativa "A" refere-se à "assistência", disciplinada nos artigos 119 a 124 do CPC. Conforme dito linhas acima, não há qualquer menção à relação estabelecida através do contrato de fiança nestes dispositivos.

B) Errado

De igual modo a letra "B", que cuida da "denunciação da lide", disciplinada nos artigos 125 a 129 do Código de Processo Civil.

C) Correto

A alternativa "C", por sua vez, traz a figura do chamamento ao processo, na qual, como mencionado alhures, traz expressa previsão de cabimento no caso de fiança.

D) Errado

Por fim, também equivocada a letra "D", que trata da "nomeação à autoria", figura sequer inclusa expressamente no Título relacionado à intervenção de terceiros no Diploma Adjetivo Civil. Destaque-se, porém, que há disposição semelhante a este instituto nos artigos 338 e 339 do CPC.

Gabarito: C.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca e Doutrina.

Questão 55

Cláudio, em face da execução por título extrajudicial que lhe moveu Daniel, ajuizou embargos à execução, os quais foram julgados improcedentes. O advogado de Cláudio, inconformado, interpõe recurso de apelação. Uma semana após a interposição do referido recurso, o advogado de Daniel requer a penhora de um automóvel pertencente a Cláudio. Diante do caso concreto e considerando que o juízo não concedeu efeito suspensivo aos embargos, assinale a afirmativa correta.

A) A penhora foi indevida, tendo em vista que os embargos à execução possuem efeito suspensivo decorrente de lei.

B) O recurso de apelação interposto por Cláudio é dotado de efeito suspensivo por força de lei, tornando a penhora incorreta.

C) A apelação interposta em face de sentença que julga improcedentes os embargos à execução é dotada de efeito meramente devolutivo, o que não impede a prática de atos de constrição patrimonial, tal como a penhora.

D) O recurso de apelação não deve ser conhecido, pois o pronunciamento judicial que julga os embargos do executado tem natureza jurídica de decisão interlocutória, devendo ser impugnada por meio de agravo de instrumento.

Comentários:

Questiona-se acerca dos efeitos atribuídos ao recurso de apelação. Inicialmente, é mister esclarecer que, em regra, a apelação é recebida no duplo efeito (devolutivo – inerente a quaisquer recursos - e suspensivo), conforme disposição do artigo 1.012, *caput,* do Código de Processo Civil.

> Art. 1.012, CPC. **A apelação terá efeito suspensivo**.
> §1º Além de outras hipóteses previstas em lei, **começa a produzir efeitos imediatamente** após a sua publicação a **sentença** que:
> I - homologa divisão ou demarcação de terras;
> II - condena a pagar alimentos;
> III - **extingue sem resolução do mérito ou julga improcedentes os embargos do executado**;

IV - julga procedente o pedido de instituição de arbitragem;
V - confirma, concede ou revoga tutela provisória;
VI - decreta a interdição.
§2º Nos casos do §1º, o apelado poderá promover o pedido de cumprimento provisório depois de publicada a sentença.
§3º O pedido de concessão de efeito suspensivo nas hipóteses do §1º poderá ser formulado por requerimento dirigido ao:
I - tribunal, no período compreendido entre a interposição da apelação e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame prevento para julgá-la;
II - relator, se já distribuída a apelação.
§4º Nas hipóteses do §1º, a eficácia da sentença poderá ser suspensa pelo relator se o apelante demonstrar a probabilidade de provimento do recurso ou se, sendo relevante a fundamentação, houver risco de dano grave ou de difícil reparação.

A) Errado

Quanto à alternativa "A", constata-se seu equívoco a partir da leitura do artigo 919, também do CPC. Enquanto o enunciado afirma que os embargos à execução possuem efeito suspensivo imediato, o dispositivo retro mencionado afirma expressamente a ausência deste efeito no recurso.

Art. 919, CPC. **Os embargos à execução não terão efeito suspensivo**.
§1º O juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando verificados os requisitos para a concessão da tutela provisória e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes.
§2º Cessando as circunstâncias que a motivaram, a decisão relativa aos efeitos dos embargos poderá, a requerimento da parte, ser modificada ou revogada a qualquer tempo, em decisão fundamentada.
§3º Quando o efeito suspensivo atribuído aos embargos disser respeito apenas a parte do objeto da execução, esta prosseguirá quanto à parte restante.
§4º A concessão de efeito suspensivo aos embargos oferecidos por um dos executados não suspenderá a execução contra os que não embargaram quando o respectivo fundamento disser respeito exclusivamente ao embargante.

> §5º A concessão de efeito suspensivo não impedirá a efetivação dos atos de substituição, de reforço ou de redução da penhora e de avaliação dos bens.

B) Errado

A letra "B" encontra-se igualmente equivocada, pois afirma que a apelação em face de sentença de improcedência de embargos do executado possui efeito suspensivo, afrontando o artigo 1.012, §1º, III, do CPC, transcrito linhas acima.

C) Correto

Por outro lado, acertada a redação da alternativa "C", pois plenamente condizente com o artigo 1.012, §1º, III, do CPC, mencionado alhures.

D) Errado

Por fim, também incorreta a letra "D" por não possuir qualquer respaldo legal. Conforme disposição do §1º, do artigo 1.012, exaustivamente trabalhado, a decisão que julga os embargos à execução possui natureza de sentença, não de decisão interlocutória. No mesmo sentido, o artigo 920, III, também do Diploma Adjetivo Civil.

> Art. 920, CPC. Recebidos os embargos:
> I - o exequente será ouvido no prazo de 15 (quinze) dias;
> II - a seguir, o juiz julgará imediatamente o pedido ou designará audiência;
> III - encerrada a instrução, o juiz proferirá **sentença**.

Gabarito: C.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca e Doutrina.

Questão 56

A Associação "X", devidamente representada por seu advogado, visando à proteção de determinados interesses coletivos, propôs ação civil pública, cujos pedidos foram julgados improcedentes. Ademais, a associação foi condenada ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa. Diante de tal quadro, especificamente sobre os honorários advocatícios, a sentença está

A) correta no que se refere à possibilidade de condenação ao pagamento de honorários e, incorreta, no que tange ao respectivo valor, porquanto fixado fora dos parâmetros estabelecidos pelo Art. 85 do CPC.

B) incorreta, pois as associações não podem ser condenadas ao pagamento de honorários advocatícios, exceto no caso de litigância de má-fé, no âmbito da tutela individual e coletiva.

C) correta, pois o juiz pode fixar os honorários de acordo com seu prudente arbítrio, observados os parâmetros do Art. 85 do CPC.

D) incorreta, pois as associações são isentas do pagamento de honorários advocatícios em ações civis públicas, exceto no caso de má-fé, hipótese em que também serão condenadas ao pagamento do décuplo das custas.

Comentários:

Trata-se de questão relacionada à ação civil pública, disciplinada pela Lei nº 7.347/85. O enunciado aborda, mais especificamente, a obrigatoriedade ou não do pagamento de honorários advocatícios em ação ajuizada por associação. Temática elucidada no artigo 18 da referida lei.

> Art. 18, Lei nº 7.347/85. Nas ações de que trata esta lei, **não haverá** adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem **condenação da associação autora**, salvo comprovada má-fé, **em honorários de advogado**, custas e despesas processuais. (Redação dada pela Lei nº 8.078, de 1990)

A) Errado

De pronto, incorreta a letra "A", pois afirma ser possível a condenação ao pagamento de honorários, contrariando o artigo 18, acima transcrito. Outrossim, a assertiva faz expressa menção ao artigo 85 do Código de Processo Civil, com o intuito de fundamentar suposto equívoco no percentual fixado em condenação. Ocorre que este dispositivo estabelece ser possível a estipulação de honorários entre 10% e 20% sobre o valor da causa, quando devidos.

> Art. 85, CPC. A sentença condenará o vencido a pagar **honorários** ao advogado do vencedor.
> §1º São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.
> §2º Os honorários serão fixados entre o **mínimo de dez e o máximo de vinte por cento** sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:
> I - o grau de zelo do profissional;
> II - o lugar de prestação do serviço;
> III - a natureza e a importância da causa;
> IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.
> (...)

B) Errado

Também incorreta a alternativa "B", pois, apesar de enunciar que a condenação das associações só é viável diante da constatação da má-fé, o artigo 18, mencionado linhas acima, não faz qualquer restrição a que seja no âmbito da tutela individual e coletiva.

C) Errado

Igualmente equivocada a letra "C", por afirmar ser possível a cobrança de honorários na hipótese da situação narrada, afrontando o artigo da Lei da Ação Civil Pública, exaustivamente citado.

D) Correto

Resta, portanto, correta a assertiva "D", perfeitamente condizente com o artigo supramencionado. Ademais, a menção ao pagamento do décuplo das custas no caso de má-fé consta no artigo 17, da Lei nº 7.347/85.

> Art. 17, Lei nº 7.347/85. Em caso de **litigância de má-fé**, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorários advocatícios e ao **décuplo das custas**, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos. (Renumerado do Parágrafo Único com nova redação pela Lei nº 8.078, de 1990)

Gabarito: D.

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca.

Questão 57

O edifício Vila Real ajuizou ação de execução das contribuições de condomínio em atraso em face de *Paper & Paper Ltda.*, proprietária da unidade 101. Citada a ré em janeiro de 2018, não houve o pagamento da dívida e, preenchidos os requisitos legais para tanto, houve a desconsideração da personalidade jurídica da devedora, a fim de que seus sócios Ana e Guilherme, casados, fossem citados, o que ocorreu em dezembro de 2018. Posteriormente, o condomínio exequente identificou que Ana e Guilherme venderam a Consuelo um imóvel de sua propriedade, em julho de 2018. Considerando que a execução em tela é capaz de reduzir à insolvência de *Paper & Paper Ltda.* e que não foram localizados bens penhoráveis de Ana e Guilherme, assinale a afirmativa correta.

A) A alienação realizada por Ana e Guilherme configura fraude à execução, e deverá ser reconhecida independentemente da intimação de Consuelo.

B) A alienação realizada por Ana e Guilherme configura fraude à execução e seu reconhecimento não pode se dar antes da intimação de Consuelo, que poderá opor embargos de terceiro.

C) A alienação realizada por Ana e Guilherme não configura fraude à execução, pois realizada antes da citação dos sócios.

D) A alienação realizada por Ana e Guilherme não configura fraude à execução, uma vez que a insolvência atingiria apenas a devedora original, e não os sócios.

Comentários:

Questão anulada.

DIREITO PENAL

Questão 58

Gabriel foi condenado pela prática de um crime de falso testemunho, sendo-lhe aplicada a pena de 03 anos de reclusão, em regime inicial aberto, substituída a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos (prestação de serviços à comunidade e limitação de final de semana).

Após cumprir o equivalente a 01 ano da pena aplicada, Gabriel deixa de cumprir a prestação de serviços à comunidade. Ao ser informado sobre tal situação pela entidade beneficiada, o juiz da execução, de imediato, converte a pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, determinando o cumprimento dos 03 anos da pena imposta em regime semiaberto, já que Gabriel teria demonstrado não preencher as condições para cumprimento de pena em regime aberto. Para impugnar a decisão, o(a) advogado(a) de Gabriel deverá alegar que a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade

A) foi válida, mas o regime inicial a ser observado é o aberto, fixado na sentença, e não o semiaberto.
B) foi válida, inclusive sendo possível ao magistrado determinar a regressão ao regime semiaberto, restando a Gabriel cumprir apenas 02 anos de pena privativa de liberdade, pois os serviços à comunidade já prestados são considerados pena cumprida.
C) não foi válida, pois o descumprimento da prestação de serviços à comunidade não é causa a justificar a conversão em privativa de liberdade.

D) não foi válida, pois, apesar de possível a conversão em privativa de liberdade pelo descumprimento da prestação de serviços à comunidade, deveria o apenado ser previamente intimado para justificar o descumprimento.

Comentário:

A) Errado

O Código Penal determina:

> Art. 44 (...)
>
> § 4º A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta. No cálculo da pena privativa de liberdade a executar será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de trinta dias de detenção ou reclusão.

Sendo assim, realmente é possível que haja a conversão para a pena privativa de liberdade em razão do descumprimento injustificado, no entanto, é necessário que o réu seja previamente intimado para justificar o descumprimento para que a conversão seja válida.

No caso apresentado, o magistrado não proporcionou a Gabriel a possibilidade de justificação do descumprimento, assim, a conversão não é válida.

B) Errado

A conversão em pena privativa de liberdade deve se fundamentar em descumprimento injustificado da pena restritiva de direitos, segundo o art. 44, §4º do CP. Como Gabriel não foi intimado para justificar o descumprimento, a conversão não é válida. Essa questão aponta, no entanto, o aspecto da diminuição do tempo cumprido na pena restritiva de direitos, que deveria ter sido computada quando realizada a conversão.

C) Errado

Como visto, o CP aponta como causa de conversão de pena o descumprimento injustificado da pena restritiva de direitos.

D) Correto

O CP aponta em seu art. 44, §4º a possibilidade de conversão da pena em razão do descumprimento da prestação de serviços à comunidade, no entanto, deveria o apenado ser previamente intimado para justificar o descumprimento.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 59

Enquanto assistia a um jogo de futebol em um bar, Francisco começou a provocar Raul, dizendo que seu clube, que perdia a partida, seria rebaixado. Inconformado com a indevida provocação, Raul, que estava acompanhado de um cachorro de grande porte, atiça o animal a atacar Francisco, o que efetivamente acontece. Na tentativa de se defender, Francisco desfere uma facada no cachorro de Raul, o qual vem a falecer. O fato foi levado à autoridade policial, que instaurou inquérito para apuração.

Francisco, então, contrata você, na condição de advogado(a), para patrocinar seus interesses.

Considerando os fatos narrados, com relação à conduta praticada por Francisco, você, como advogado(a), deverá esclarecer que seu cliente

A) não poderá alegar qualquer excludente de ilicitude, em razão de sua provocação anterior.
B) atuou escorado na excludente de ilicitude da legítima defesa.
C) praticou conduta atípica, pois a vida do animal não é protegida penalmente.
D) atuou escorado na excludente de ilicitude do estado de necessidade.

Comentário:

A) Errado

A provocação anterior de Francisco não constitui conduta típica, uma vez que não constitui agressão atual ou iminente da qual Raul estivesse se defendendo. No caso apresentado, Raul é quem pratica a agressão injusta.

B) Correto

O Código Penal estabelece:

> Art. 25 - Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

Nesse instituto, há a figura da injusta agressão, provocada por ação humana. Assim, primeiramente, apontar-se-ia que não houve ação direta de Raul, no entanto, no caso apresentado, não houve um ataque aleatório do animal (poderia vir a configurar o estado de necessidade). Na verdade, o agressor utiliza-se do animal como instrumento para o ilícito. Por isso, interpreta-se como se o animal fosse verdadeira extensão da pessoa.

Por esse motivo, Francisco está amparado pelo instituto da legítima defesa, que exclui a ilicitude da ação.

C) Errado

O artigo 32 da lei 9.605/98 considera crime qualquer tipo de abuso, maus-tratos, ferimentos ou mutilações aos animais domésticos, prevendo punição, ao agente, de detenção de três meses a um ano, além da multa. Além disso, no § 2º do artigo 32 da referida lei, está prevista uma causa de aumento de pena (de 1/6 a 1/3), aplicada quando ocorre a morte do animal doméstico em decorrência de abuso, maus-tratos, ferimento ou mutilação. Assim, esse bem jurídico é tutelado pelo Direito Penal.

D) Errado

Como visto, no caso apresentado, Raul utilizou-se de seu cachorro como instrumento para o ilícito, por esse motivo, a ação realizada é humana, sendo a atitude de Francisco acobertada pelo instituto da legítima defesa.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina.

Questão 60

Mário trabalhava como jardineiro na casa de uma família rica, sendo tratado por todos como um funcionário exemplar, com livre acesso a toda a residência, em razão da confiança estabelecida. Certo dia, enfrentando dificuldades financeiras, Mário resolveu utilizar o cartão bancário de seu patrão, Joaquim, e, tendo conhecimento da respectiva senha, promoveu o saque da quantia de R$ 1.000,00 (mil reais).

Joaquim, ao ser comunicado pelo sistema eletrônico do banco sobre o saque feito em sua conta, efetuou o bloqueio do cartão e encerrou sua conta. Sem saber que o cartão se encontrava bloqueado e a conta encerrada, Mário tentou novo saque no dia seguinte, não obtendo êxito. De posse das filmagens das câmeras de segurança do banco, Mário foi identificado como o autor dos fatos, tendo admitido a prática delitiva.

Preocupado com as consequências jurídicas de seus atos, Mário procurou você, como advogado(a), para esclarecimentos em relação à tipificação de sua conduta.

Considerando as informações expostas, sob o ponto de vista técnico, você, como advogado(a) de Mário, deverá esclarecer que sua conduta configura

A) os crimes de furto simples consumado e de furto simples tentado, na forma continuada.
B) os crimes de furto qualificado pelo abuso de confiança consumado e de furto qualificado pelo abuso de confiança tentado, na forma continuada.
C) um crime de furto qualificado pelo abuso de confiança consumado, apenas.
D) os crimes de furto qualificado pelo abuso de confiança consumado e de furto qualificado pelo abuso de confiança tentado, em concurso material.

Comentário:

A) Errado

A questão aponta para a realização do delito de furto (subtração de coisa alheia móvel sem violência ou grave ameaça) qualificado pela confiança:

> Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:
>
> § 4º - A pena é de reclusão de dois a oito anos, e multa, se o crime é cometido:
>
> II - com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza;

A qualificadora dá-se em razão do especial vínculo de lealdade ou de fidelidade entre a vítima e o agente, como é explicitado no enunciado. Dessa forma, não há como configurar-se o furto simples como afirmado nessa alternativa.

B) Errado

Como visto, o delito praticado foi o furto qualificado pela confiança (art. 155, §4º, II). Na primeira vez que Mário furtou o cartão de Joaquim, ele conseguiu consumar o delito com o saque do valor de R$ 1.000,00. No entanto, na segunda vez o cartão encontrava-se bloqueado (cartão sem aptidão para lesionar o bem jurídico), ou seja, houve crime impossível por absoluta ineficácia do meio. Assim, na segunda vez, houve crime impossível ou tentativa inidônea, que não é punível pelo Direito Penal (art. 17, CP).

C) Correto

A primeira conduta realizada foi a de furto qualificado pela confiança consumado, enquanto a segunda, por absoluta ineficácia do meio, é figura atípica (crime impossível).

D) Errado

Como visto, a segunda conduta não se configura como crime tentado, mas como crime impossível, por absoluta ineficácia do meio.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina.

Questão 61

Regina dá à luz seu primeiro filho, Davi. Logo após realizado o parto, ela, sob influência do estado puerperal, comparece ao berçário da maternidade, no intuito de matar Davi. No entanto, pensando tratar-se de seu filho, ela, com uma corda, asfixia Bruno, filho recém-nascido do casal Marta e Rogério, causando-lhe a morte. Descobertos os fatos, Regina é denunciada pelo crime de homicídio qualificado pela asfixia com causa de aumento de pena pela idade da vítima.

Diante dos fatos acima narrados, o(a) advogado(a) de Regina, em alegações finais da primeira fase do procedimento do Tribunal do Júri, deverá requerer

A) o afastamento da qualificadora, devendo Regina responder pelo crime de homicídio simples com causa de aumento, diante do erro de tipo.

B) a desclassificação para o crime de infanticídio, diante do erro sobre a pessoa, não podendo ser reconhecida a agravante pelo fato de quem se pretendia atingir ser descendente da agente.

C) a desclassificação para o crime de infanticídio, diante do erro na execução (aberratio ictus), podendo ser reconhecida a agravante de o crime ser contra descendente, já que são consideradas as características de quem se pretendia atingir.

D) a desclassificação para o crime de infanticídio, diante do erro sobre a pessoa, podendo ser reconhecida a agravante de o crime ser contra descendente, já que são consideradas as características de quem se pretendia atingir.

Comentário:

A) Errado

No caso do enunciado apresentado, houve a realização do delito de infanticídio, uma vez que Regina tinha a intenção de matar o próprio filho sob estado puerperal:

> Artigo 123. Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após:

Pena – detenção, de 2 a 6 anos.

Esse intuito só não foi atingido por erro de representação da vítima, o "erro sobre a pessoa", previsto no art. 20, §3º, CP:

§ 3º - O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.

Assim, não houve homicídio simples com causa de aumento, pois se consideram as qualidades da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime (no caso de Regina, seu filho). Dessa forma, configurou-se, na verdade, o delito de infanticídio.

B) Correto

Como visto, houve a realização do delito de infanticídio. Nesse tipo penal, a conduta descrita (matar o filho sob estado puerperal) já faz parte da própria configuração do delito. Sendo assim, não há o que se falar em agravante pela descendência, visto que é pressuposto do própria tipo penal infanticídio. Além disso, a agravante da idade também não configura por serem consideradas as qualidades da pessoa contra a qual o agente tinha a intenção de praticar a conduta (erro sobre a pessoa).

C) Errado

Como visto, houve a realização do delito de infanticídio. Nesse tipo penal, a conduta descrita (matar o filho sob estado puerperal) já faz parte da própria configuração do delito. Sendo assim, não há o que se falar em agravante pela descendência, visto que é pressuposto do própria tipo penal infanticídio. Além disso, a agravante da idade também não configura por serem consideradas as qualidades da pessoa contra a qual o agente tinha a intenção de praticar a conduta, uma vez que ouve erro sobre a pessoa a quem se pretendia realizar a conduta.

D) Errado

Como visto, houve a realização do delito de infanticídio. Nesse tipo penal, a conduta descrita (matar o filho sob estado puerperal) já faz parte da própria configuração do delito. Sendo assim, não há o que se falar em agravante pela descendência, visto que é pressuposto do própria tipo penal infanticídio. Além disso, a agravante da idade também não configura por serem consideradas as qualidades da pessoa contra a qual o agente tinha a intenção de praticar a conduta (erro sobre a pessoa).

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina.

Questão 62

Durante ação penal em que Guilherme figura como denunciado pela prática do crime de abandono de incapaz (Pena: detenção, de 6 meses a 3 anos), foi instaurado incidente de insanidade mental do acusado, constatando o laudo que Guilherme era, na data dos fatos (e permanecia até aquele momento), inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato, em razão de doença mental. Não foi indicado, porém, qual seria o tratamento adequado para Guilherme.

Durante a instrução, os fatos imputados na denúncia são confirmados, assim como a autoria e a materialidade delitiva.

Considerando apenas as informações expostas, com base nas previsões do Código Penal, no momento das alegações finais, a defesa técnica de Guilherme, sob o ponto de vista técnico, deverá requerer

A) a absolvição imprópria, com aplicação de medida de segurança de tratamento ambulatorial, podendo a sentença ser considerada para fins de reincidência no futuro.
B) a absolvição própria, sem aplicação de qualquer sanção, considerando a ausência de culpabilidade.
C) a absolvição imprópria, com aplicação de medida de segurança de tratamento ambulatorial, não sendo a sentença considerada posteriormente para fins de reincidência.
D) a absolvição imprópria, com aplicação de medida de segurança de internação pelo prazo máximo de 02 anos, não sendo a sentença considerada posteriormente para fins de reincidência.

Comentário:

A) Errado

A questão aborda a sentença absolutória imprópria, prevista no CPP:

> Art. 386. O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça:
> Parágrafo único. Na sentença absolutória, o juiz:
> III - aplicará medida de segurança, se cabível.

Assim, esse tipo de sentença caracteriza-se pela absolvição imprópria do réu, com a aplicação da medida de segurança. Dessa maneira, em razão da imputabilidade, não há reincidência. Como o enunciado da questão afirma que Guilherme era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato, ele é inimputável.

Tem-se que ao INIMPUTÁVEL atribui-se sentença absolutória imprópria - medida de segurança; ao SEMI-IMPUTÁVEL, sentença condenatória - diminuição de pena OU medida de segurança; ao IMPUTÁVEL: sentença condenatória - pena.

Nesse caso a letra A está correta apenas na primeira parte da afirmação, enquanto a segunda parte ("podendo a sentença ser considerada para fins de reincidência no futuro") é a que a torna incorreta.

B) Errado

Como visto, no caso apresentado tem-se a sentença absolutória imprópria, com a aplicação de medida de segurança.

C) Correto

No caso apresentado, cabe a absolvição imprópria, com aplicação de medida de segurança de tratamento ambulatorial, não sendo a sentença considerada posteriormente para fins de reincidência.

D) Errado

Apesar das posições jurisprudenciais a esse respeito, o Código Penal não aponta período de duração máximo da medida de segurança.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina.

Questão 63

Zélia, professora de determinada escola particular, no dia 12 de setembro de 2019, presencia, em via pública, o momento em que Luiz, nascido em 20 de dezembro de 2012, adota comportamento extremamente mal-educado e pega brinquedos de outras crianças que estavam no local. Insatisfeita com a omissão da mãe da criança, sentindo-se na obrigação de intervir por ser professora, mesmo sem conhecer Luiz anteriormente, Zélia passa a, mediante grave ameaça, desferir golpes com um pedaço de madeira na mão de Luiz, como forma de lhe aplicar castigo pessoal, causando-lhe intenso sofrimento físico e mental.

Descobertos os fatos, foi instaurado inquérito policial. Nele, Zélia foi indiciada pelo crime de tortura com a causa de aumento em razão da idade da vítima. Após a instrução, confirmada a integralidade dos fatos, a ré foi condenada nos termos da denúncia, reconhecendo o magistrado, ainda, a presença da agravante em razão da idade de Luiz.

Considerando apenas as informações expostas, a defesa técnica de Zélia, no momento da apresentação da apelação, poderá, sob o ponto de vista técnico, requerer

A) a absolvição de Zélia do crime imputado, pelo fato de sua conduta não se adequar à figura típica do crime de tortura.
B) a absolvição de Zélia do delito de tortura, com fundamento na causa de exclusão da ilicitude do exercício regular do direito, em que pese a conduta seja formalmente típica em relação ao crime imputado.
C) o afastamento da causa de aumento de pena em razão da idade da vítima, restando apenas a agravante com o mesmo fundamento, apesar de não ser possível pugnar pela absolvição em relação ao crime de tortura.
D) o afastamento da agravante em razão da idade da vítima, sob pena de configurar bis in idem, já que não é possível requerer a absolvição do crime de tortura majorada.

Comentário:

A) Correto

Apreende-se do enunciado da questão a falta de substrato para apontar a conduta como tortura. O art. 1º, da Lei 9.455/97 afirma:

> Art. 1º Constitui crime de tortura:
> I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:
> a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;
> b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;
> c) em razão de discriminação racial ou religiosa;
> II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

A partir disso, observa-se que faltam a Zélia os atributos guarda/poder/autoridade, necessários pelo que se aprende do texto além. Além disso, não houve o objetivo do inciso I (confissão, crime, discriminação).

A atenção deve ser focada no inciso II por ser o comando da questão. É a Tortura Castigo/Punitiva. É necessária condição especial do agente - a presença de uma prévia relação jurídica entre o torturador e a vítima - que o enunciado esclareceu que não havia. O sujeito ativo, se estivesse enquadrado nesta hipótese, encontrar-se-ia na posição de garante (pela lei ou outra relação jurídica), motivo pelo qual só pode praticar o delito quem tem a guarda (de direito/fato) ou quem exerce vigilância, poder ou autoridade sobre o torturado, conforme falado acima.

Aponta-se, ainda, que a jurisprudência coaduna, pois no julgamento do REsp 1.738.264/DF (j. 23/08/2018) o STJ ratificou a necessidade de o agente ostentar a qualidade de garante para configura-se o crime de tortura-castigo. Dessa

forma, a defesa técnica deveria pedir, portanto, absolvição, baseado no fato de Zélia não ter concorrido para esta infração penal, fundamentando-se no art. 386, IV, CPP.

Assim, Zélia deverá ser absolvida por não ter praticado a conduta típica.

B) Errado

Como visto, a absolvição de Zélia fundamenta-se em ela não haver praticado a figura típica descrita no art. 1º da Lei 9.455/97.

C) Errado

Como visto, Zélia deverá ser absolvida por ela não haver praticado a figura típica descrita no art. 1º da Lei 9.455/97.

D) Errado

Como visto, Zélia deverá ser absolvida por ela não haver praticado a figura típica descrita no art. 1º da Lei 9.455/97.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca, Jurisprudência.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 64

O advogado de Josefina, ré em processo criminal, entendendo que, entre o recebimento da denúncia e o término da instrução, ocorreu a prescrição da pretensão punitiva estatal, apresentou requerimento, antes mesmo do oferecimento de alegações finais, de reconhecimento da extinção da punibilidade da agente, sendo o pedido imediatamente indeferido pelo magistrado.

Intimado, caberá ao(à) advogado(a) de Josefina, discordando da decisão, apresentar

A) recurso em sentido estrito, no prazo de 5 dias.

B) recurso de apelação, no prazo de 5 dias.

C) carta testemunhável, no prazo de 48h.

D) reclamação constitucional, no prazo de 15 dias.

Comentário:

A) Correto

Nos moldes do art. 581, inciso IX, do Código de Processo Penal (CPP), "caberá **recurso, no sentido estrito,** da decisão, despacho ou sentença: que **indeferir o pedido de reconhecimento** da prescrição ou **de outra causa extintiva da punibilidade**. Uma vez indeferido, pelo magistrado, o pleito de reconhecimento da

extinção da punibilidade da parte ré, é cabível, por esta última, a impugnação ao referido *decisum* por meio do **Recurso Em Sentido Estrito (RESE)**.

B) Errado

As hipóteses de cabimento da **apelação** estão previstas no art. 593 do CPP, cuja interposição é **incabível** em face do *decisum* em tela, o qual é impugnável pelo RESE, nos exatos termos do inciso IX do art. 581 do referido diploma legislativo.

C) Errado

Regulada pelos arts. 639 a 646 do CPP, **a carta testemunhável não é instrumento idôneo** a atacar o *decisum* da situação em tela, o qual deve ser recorrido pela interposição do RESE, segundo o art. 581, IX, do citado Código.

D) Errado

O *decisum* em análise deve ser impugnado pelo RESE, nos ditames do art. 581, IX, do CPP. Destarte, é **incabível** o manejo da **reclamação constitucional**, presente em determinados dispositivos da Lei Maior, quais sejam, art. 102, I, alínea "l" c/c art. 103-A, § 3° c/c art. 105, I, alínea "f" c/c art. 111-A, § 3°.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 65

Rogério foi denunciado pela prática de um crime de homicídio qualificado por fatos que teriam ocorrido em 2017. Após regular citação e apresentação de resposta à acusação, Rogério decide não comparecer aos atos do processo, apesar de regularmente intimado, razão pela qual foi decretada sua revelia.

Em audiência realizada na primeira fase do procedimento do Tribunal do Júri, sem a presença de Rogério, mas tão só de sua defesa técnica, foi proferida decisão de pronúncia. Rogério mudou-se e não informou ao juízo o novo endereço, não sendo localizado para ser pessoalmente intimado dessa decisão, ocorrendo, então, a intimação por edital. Posteriormente, a ação penal teve regular prosseguimento, sem a participação do acusado, sendo designada data para realização da sessão plenária.

Ao tomar conhecimento desse fato por terceiros, Rogério procura seu advogado para esclarecimentos, informando não ter interesse em comparecer à sessão plenária.

Com base apenas nas informações narradas, o advogado de Rogério deverá esclarecer que

A) o processo e o curso do prazo prescricional, diante da intimação por edital, deveriam ficar suspensos.

B) a intimação da decisão de pronúncia por edital não é admitida pelo Código de Processo Penal.

C) o julgamento em sessão plenária do Tribunal do Júri, na hipótese, poderá ocorrer mesmo sem a presença do réu.

D) a revelia gerou presunção de veracidade dos fatos e a intimação foi válida, mas a presença do réu é indispensável para a realização da sessão plenária do Tribunal do Júri.

Comentário:

A) Errado

In casu, é aplicável a regra do art. 367 do CPP, o qual estabelece que "**o processo seguirá sem a presença do acusado que,** citado ou **intimado** pessoalmente para qualquer ato**, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo**", pois Rogério, embora regularmente intimado, não compareceu, injustificadamente, aos atos do processo, além de ter se mudado sem a devida comunicação, ao juízo competente, do novo endereço.

B) Errado

Utiliza-se a regra do art. 420, parágrafo único, do CPP, segundo o qual "**será intimado por edital o acusado solto que não for encontrado**", pois Rogério se mudou sem a devida comunicação, ao juízo competente, do novo endereço.

C) Correto

Trata-se da aplicação, na íntegra, do disposto no *caput* do art. 457 do CPP, o qual dispõe que "**o julgamento não será adiado pelo não comparecimento do acusado solto (...) que tiver sido regularmente intimado**".

D) Errado

Conforme o já mencionado *caput* do art. 457 do CPP, a presença do réu **não é indispensável** para a realização da sessão plenária do Tribunal do Júri.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 66

Fred foi denunciado e condenado, em primeira instância, pela prática de crime de corrupção ativa, sendo ele e seu advogado intimados do teor da sentença no dia 05 de junho de 2018, terça-feira. A juntada do mandado de intimação do réu ao processo, todavia, somente ocorreu em 11 de junho de 2018, segunda-feira.

Considerando as informações narradas, o prazo para interposição de recurso de apelação pelo advogado de Fred, de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, será iniciado

A) no dia seguinte à juntada do mandado de intimação (12/06/18), devendo a data final do prazo ser prorrogada para o primeiro dia útil seguinte, caso se encerre no final de semana.

B) no dia da juntada do mandado de intimação (11/06/18), devendo ser cumprido até o final do prazo de 05 dias previsto em lei, ainda que este ocorra no final de semana.

C) no dia da intimação (05/06/18), independentemente da data da juntada do mandado, devendo ser cumprido até o final do prazo de 05 dias previsto em lei, ainda que este ocorra no final de semana.

D) no dia seguinte à intimação (06/06/18), independentemente da data da juntada do mandado, devendo a data final do prazo ser prorrogada para o primeiro dia útil seguinte, caso se encerre no final de semana.

Comentário:

A) Errado

Embora a data final do prazo, de fato, deva ser prorrogada para o primeiro dia útil seguinte, em caso de encerramento em final de semana, a fluência do prazo processual em tela inicia-se no **dia seguinte à intimação**, e não à juntada do

respectivo mandado, consoante dispõem o art. 798, *caput* e §§ 1° e 3°, do CPP e o enunciado da Súmula 710/STF.

B) Errado

Em uma aplicação conjunta do art. 798, *caput* e §§ 1° e 3°, do CPP e do enunciado da Súmula 710/STF, conclui-se que o início do prazo processual em apreço se dá no **dia seguinte à intimação**, e não no dia da juntada do respectivo mandado, além do fato de que o prazo finalizado em domingo ou feriado deve ser **prorrogado para o primeiro dia útil seguinte**.

C) Errado

Com efeito, a fluência do prazo de interposição do recurso em análise começa no dia da intimação, independentemente da data da juntada do mandado, nos moldes do verbete da Súmula 710/STF. Entretanto, se o último dia do referido prazo for domingo ou feriado, seu término **deverá ser prorrogado ser prorrogado para o primeiro dia útil imediato**, a teor do art. 798, § 3°, do CPP.

D) Correto

De conformidade com o enunciado da Súmula 710/STF, a contagem do prazo processual em comento será iniciada **no dia seguinte à intimação, independentemente da data de juntada do respectivo mandado**. Ademais, nos moldes

Gabarito: D

Fontes de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência

Questão 67

Enquanto cumpria pena em regime fechado, Antônio trabalhava na unidade prisional de maneira regular. Após progressão para o regime semiaberto, o apenado passou a estudar por meio de metodologia de ensino a distância, devidamente certificado pelas autoridades educacionais. Com a obtenção de livramento condicional, passou a frequentar curso de educação profissional. Ocorre que havia contra Antônio procedimento administrativo disciplinar em que se investigava a prática de falta grave durante o cumprimento da pena em regime semiaberto, sendo, após observância de todas as formalidades legais, reconhecida a prática da falta grave. Preocupado, Antônio procura seu advogado para esclarecimentos sobre o tempo de pena que poderá ser remido e as consequências do reconhecimento da falta grave.

Considerando as informações narradas, o advogado de Antônio deverá esclarecer que

A) o trabalho na unidade prisional e o estudo durante cumprimento de pena em regime semiaberto justificam a remição da pena, mas não o curso frequentado durante livramento condicional, sendo certo que a falta grave permite perda de parte dos dias remidos.

B) o trabalho somente quando realizado em regime fechado ou semiaberto justifica a remição de pena, mas o estudo a distância e a frequência ao curso poderão gerar remição mesmo no regime aberto ou durante livramento condicional, podendo a punição por falta grave gerar perda de parte dos dias remidos.

C) o reconhecimento de falta grave não permite a perda dos dias remidos com o trabalho na unidade e a frequência a curso em regime semiaberto, mas tão só a regressão do regime de cumprimento da pena.

D) o tempo remido exclusivamente com o trabalho em regime fechado, mas não com o estudo, será computado como pena cumprida, para todos os efeitos, mas, diante da falta grave, poderá haver perda de todos os dias remidos anteriormente.

Comentário:

A) Errado

Nos termos do art. 126, § 6°, da Lei de Execuções Penais – LEP (Lei n° 7.210/1984), é **plenamente possível a remição** em razão da **frequência a curso durante o livramento condicional**.

B) Correto

De fato, a LEP estipula o trabalho possibilita a remição da pena **apenas nos regimes fechado e semiaberto**, tendo em vista que já constitui condição para a **progressão ao regime aberto**. Destaca-se que o estudo à distância e a frequência ao curso de educação profissional configuram, efetivamente, justificativas à remição da pena no regime aberto ou durante o livramento condicional. Ademais, a **falta grave pode gerar a perda de 1/3 do tempo remido**. Tudo de acordo com os arts. 114, 126, § 6° e 127, todos do referido diploma legislativo.

C) Errado

Dispõe o art. 127 da LEP que o reconhecimento de falta grave **permite a perda dos dias remidos com o trabalho na unidade e a frequência a curso em regime semiaberto**.

D) Errado

Em uma aplicação conjunta do art. 126, § 6° com o art. 127, ambos da LEP, conclui-se tanto que o tempo remido também **com o estudo** será computado como pena cumprida, bem como que a falta grave importa a **revogação de 1/3 do tempo remido**, e não a perda de todos os dias remidos.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 68

Após uma partida de futebol amador, realizada em 03/05/2018, o atleta André se desentendeu com jogadores da equipe adversária. Ao final do jogo, dirigiu-se ao estacionamento e encontrou, em seu carro, um bilhete anônimo, em que constavam diversas ofensas à sua honra. Em 28/06/2018, André encontrou um dos jogadores da equipe adversária, Marcelo, que lhe confessou a autoria do bilhete, ressaltando que Luiz e Rogério também estavam envolvidos na ofensa.

André, em 17/11/2018, procurou seu advogado, apresentando todas as provas do crime praticado, manifestando seu interesse em apresentar queixa-crime contra os três autores do fato. Diante disso, o advogado do ofendido, após procuração com poderes especiais, apresenta, em 14/12/2018, queixa-crime em face de Luiz, Rogério e Marcelo, imputando-lhes a prática dos crimes de calúnia e injúria.

Após o recebimento da queixa-crime pelo magistrado, André se arrependeu de ter buscado a responsabilização penal de Marcelo, tendo em vista que somente descobriu a autoria do crime em decorrência da ajuda por ele fornecida. Diante disso, comparece à residência de Marcelo, informa seu arrependimento, afirma não ter interesse em vê-lo responsabilizado criminalmente e o convida para a festa de aniversário de sua filha, sendo a conversa toda registrada em mídia audiovisual.

Considerando as informações narradas, é correto afirmar que o(a) advogado(a) dos querelados poderá

A) questionar o recebimento da queixa-crime, com fundamento na ocorrência de decadência, já que oferecida a inicial mais de 06 meses após a data dos fatos.

B) buscar a extinção da punibilidade dos três querelados, diante da renúncia ao exercício do direito de queixa realizado por André, que poderá ser expresso ou tácito.

C) buscar a extinção da punibilidade de Marcelo, mas não de Luiz e Rogério, em razão da renúncia ao exercício do direito de queixa realizado por André.

D) buscar a extinção da punibilidade dos três querelados, caso concordem, diante do perdão oferecido a Marcelo por parte de André, que deverá ser estendido aos demais coautores.

Comentário:

A) Errado

Nos termos do art. 103 do CP, só há que se falar em decadência se decorrido o lapso temporal de **seis meses entre a data da ciência, por parte da vítima, da autoria do delito e o último dia para o oferecimento da peça acusatória**.

B) Errado

O caso em tela diz respeito não à renúncia, exercida antes da oferta da queixa-crime, e sim ao **perdão**, exercido **após** o oferecimento da citada peça acusatória e que, uma vez concedido a um dos querelantes, deve ser estendido aos demais coautores, nos moldes do art. 51 do CPP.

C) Errado

Como explicitado alhures, há que se falar, *in casu*, em **perdão**, e não em renúncia, que, de conformidade com o disposto no art. 51 do CPP, deve ser estendida aos demais querelantes se foi oferecida a apenas um deles.

D) Correto

Trata-se da correta aplicação do previsto no art. 51 do CPP, o qual dispõe que, **uma vez concedido o perdão a um dos querelados, este deve ser estendido aos demais coautores, se assim o quiserem**.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 69

Carlos, advogado, em conversa com seus amigos, na cidade de Campinas, afirmou, categoricamente, que o desembargador Tício exigiu R$ 50.000,00 para proferir voto favorável para determinada parte em processo criminal de grande repercussão, na Comarca em que atuava.

Ao tomar conhecimento dos fatos, já que uma das pessoas que participavam da conversa era amiga do filho de Tício, o desembargador apresentou queixa-crime, imputando a Carlos o crime de calúnia majorada (Art. 138 c/c. o Art. 141, inciso II, ambos do CP. *Pena: 06 meses a 2 anos e multa, aumentada de 1/3)*. Convicto de que sua afirmativa seria verdadeira, Carlos pretende apresentar exceção da verdade, com a intenção de demonstrar que Tício realmente havia realizado a conduta por ele mencionada. Procura, então, seu advogado, para adoção das medidas cabíveis.

Com base apenas nas informações narradas, o advogado de Carlos deverá esclarecer que, para julgamento da exceção da verdade, será competente

A) a Vara Criminal da Comarca de Campinas, órgão competente para apreciar a queixa-crime apresentada.

B) o Juizado Especial Criminal da Comarca de Campinas, órgão competente para apreciar a queixa-crime apresentada.

C) o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, apesar de não ser o órgão competente para apreciar a queixa-crime apresentada.

D) o Superior Tribunal de Justiça, apesar de não ser o órgão competente para apreciar a queixa-crime apresentada.

Comentário:

A) Errado

In casu, trata-se de um delito de calúnia majorada, que deve, com efeito, ser julgada pela Justiça Estadual, pelo fato de ultrapassar os limites de atuação do Juizado

Especial Criminal. No entanto, **por ser o réu pessoa com foro por prerrogativa de função**, deve ser processado e julgado pelo STJ, nos moldes do art. 105, I, "a", da CF/88 c/c art. 84 do CPP.

B) Errado

A demanda em apreço diz respeito ao delito de calúnia majorada, crime que foge à competência do Juizado Especial Criminal. Ademais, **o réu possui foro por prerrogativa de função**, a ação deve ser apreciada pelo STJ, de conformidade com o teor do art. 105, I, "a", da CF/88 c/c art. 84 do CPP.

C) Errado

Com efeito, não cabe ao Tribunal de Justiça apreciar a peça acusatória ofertada, eis que o crime nela veiculado é de competência da Vara Criminal de 1° grau. Contudo, deve o réu ser julgado pelo **STJ**, eis que possui **foro por prerrogativa de função**, consoante dispõe o art. 105, I, "a", da CF/88 c/c art. 84 do CPP.

D) Correto

A ação em tela foi ajuizada em face de um **desembargador do Tribunal de Justiça**, que possui, portanto, foro por prerrogativa de função, devendo ser julgado pelo STJ, nos termos do art. 105, I, "a", da CF/88 c/c art. 84 do CPP, embora este Tribunal Superior não seja competente para a apreciação da queixa-crime em apreço, a qual deve ser julgada pela Justiça Estadual, e não pelo Juizado Especial Criminal (JECRIM), por se tratar de um crime de calúnia majorada, que extrapola os limites de atuação do JECRIM.

Gabarito: D

Fontes de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina



DIREITO DO TRABALHO

Questão 70

Reinaldo é empregado da padaria Cruz de Prata Ltda., na qual exerce a função de auxiliar de padeiro, com jornada de segunda a sexta-feira, das 12h às 17h, e pausa alimentar de 15 minutos. Aproxima-se o final do ano, e Reinaldo aguarda ansiosamente pelo pagamento do 13º salário, pois pretende utilizá-lo para comprar uma televisão.

A respeito do 13º salário, assinale a afirmativa correta.

A) Com a reforma da CLT, a gratificação natalina poderá ser paga em até três vezes, desde que haja concordância do empregado.
B) A gratificação natalina deve ser paga em duas parcelas, sendo a primeira entre os meses de fevereiro e novembro e a segunda, até o dia 20 de dezembro de cada ano.
C) Atualmente é possível negociar a supressão do 13º salário em convenção coletiva de trabalho.
D) O empregado tem direito a receber a primeira parcela do 13º salário juntamente com as férias, desde que a requeira no mês de março.

Comentário:

A) Errado

A alternativa A se mostra incorreta, pois, a gratificação natalina mais conhecida como o 13° salário é devido aos empregados de carteira assinada, devendo ser pago pelo empregador em **duas parcelas**.

B) Correto

A alternativa B está **correta**, a gratificação natalina deve ser paga pelo empregador em duas parcelas, a primeira entre 1° de fevereiro e 30 de novembro e a segunda, até 20 de dezembro conforme expressa o Art. 2° da Lei 4749/65:

> Entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano, o empregador pagará, como adiantamento da gratificação referida no artigo precedente, de uma só vez, metade do salário recebido pelo respectivo empregado no mês anterior.

C) Errado

A alternativa C se mostra incorreta, pois, ainda que a reforma da previdência considere que as convenções e acordos coletivos de trabalho possam ter prevalência sobre a lei, conforme o Art. 611- A da CLT. **O Art. 611- B da CLT inclui o 13° entre os direitos que não estão sujeitos à supressão ou redução por meio de negociação.**

D) Errado

A alternativa D está **incorreta**, pois, o empregado tem direito a receber a primeira parcela do 13° salário juntamente com as férias, desde que requeira no **mês de janeiro,** conforme expressa o § 2º do Art. 2° da Lei 4749/65:

> § 2º - O adiantamento será pago ao ensejo das férias do empregado, sempre que este o requerer no mês de janeiro do correspondente ano.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 71

Uma indústria de calçados, que se dedica à exportação, possui 75 empregados. No último ano, Davi foi aposentado por invalidez, Heitor pediu demissão do emprego, Lorenzo foi dispensado por justa causa e Laura rompeu o contrato por acordo com o empregador, aproveitando-se da nova modalidade de ruptura trazida pela Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista).

De acordo com a norma de regência, assinale a opção que indica, em razão dos eventos relatados, quem tem direito ao saque do FGTS.

A) Davi e Laura, somente.
B) Todos poderão sacar o FGTS.
C) Laura, somente.
D) Davi, Heitor e Lorenzo, somente.

Comentário:

A) Correto

A alternativa A é a única que se mostra correta, pois, apenas Davi e Laura possuem direito a movimentar as contas do FGTS, conforme o Art. 20 da Lei 8036

> Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:
>
> I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior;
> III - aposentadoria concedida pela Previdência Social;

B) C) e D) Errado

Conforme compreendido na alternativa anterior, Heitor e Lorenzo não possuem direito, pois não estão incluídos no rol do Inciso I do Art. 20, já que Heitor pediu demissão do emprego e Lorenzo foi dispensado por justa causa, assim, só fazem jus Davi e Laura. Vide:

I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior;

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 72

João e Maria são casados e trabalham na mesma empresa, localizada em Fortaleza/CE. Maria ocupa cargo de confiança e, por absoluta necessidade do serviço, será transferida para Porto Alegre/RS, lá devendo fixar residência, em razão da distância.

Diante da situação retratada e da legislação em vigor, assinale a afirmativa correta.

A) A transferência não poderá ser realizada, porque o núcleo familiar seria desfeito, daí ser vedada por Lei.
B) A transferência poderá ser realizada, mas, como o casal ficará separado, isso deverá durar, no máximo, 1 ano.
C) João terá direito, pela CLT, a ser transferido para o mesmo local da esposa e, com isso, manter a família unida.
D) Não há óbice para a transferência, que poderá ser realizada sem que haja obrigação de a empresa transferir João.

Comentário:

A) Errado

Segundo inteligência do § 1° do artigo 469 da CLT a transferência poderá ser realizada.

Portanto, a letra A está incorreta, pois é legalmente possível a transferência sem anuência do empregador que ocupa cargo de confiança.

B) Errado

Segundo inteligência do § 1° do artigo 469 da CLT é possível a transferência, não havendo previsão legal para determinação de tempo limite.

Portanto, a letra B está incorreta, pois não há previsão legal limite de um ano.

C) Errado

Não há previsão legal que estabeleça que João terá direito a ser transferido, estando, portanto, incorreta a alternativa.

D) Certo

Conforme inteligência do § 1° do artigo 469 da CLT é a única alternativa que se faz correta:

> Art. 469. Ao empregador é vedado transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, não se considerando transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do seu domicílio.
>
> **§ 1o Não estão compreendidos na proibição deste artigo: os empregados que exerçam cargos de confiança e aqueles cujos contratos tenham como condição, implícita ou explícita, a transferência, quando esta decorra de real necessidade de serviço.**

Portanto, não há impedimento para que Maria seja transferida e tampouco obrigação de seu cônjuge ser transferido pela empresa.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 73

Vera Lúcia tem 17 anos e foi contratada como atendente em uma loja de conveniência, trabalhando em escala de 12x36 horas, no horário de 19 às 7h, com pausa alimentar de 1 hora. Essa escala é prevista no acordo coletivo assinado pela loja com o sindicato de classe, em vigor.

A empregada teve a CTPS assinada e tem, como atribuições, auxiliar os clientes, receber o pagamento das compras e dar o troco quando necessário.

Diante do quadro apresentado e das normas legais, assinale a afirmativa correta.

A) A hipótese trata de trabalho proibido.
B) O contrato é plenamente válido.
C) A situação retrata caso de atividade com objeto ilícito.
D) Por ter 17 anos, Vera Lúcia fica impedida de trabalhar em escala 12x36 horas, devendo ser alterada a jornada.

Comentário:

A) Correto

A alternativa A é a única verdadeira, pois a Carta Magna proíbe trabalho noturno a menores de dezoito anos, conforme inteligência do artigo **7°, inciso XXXIII:**

> proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

B) Errado

Conforme inteligência do artigo **7°, inciso XXXIII da CF** o contrato não é plenamente válido.

C) Errado

Conforme inteligência do artigo **7°, inciso XXXIII da CF** trata-se de trabalho proibido e não ilícito, sendo este entendido por aqueles que compõem ou concorrem para um tipo penal legal.

D) Errado

Conforme inteligência do artigo **7°, inciso XXXIII da CF.**

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 74

Eduardo e Carla são empregados do Supermercado Praiano Ltda., exercendo a função de caixa. Após 10 meses de vigência do contrato, ambos receberam aviso prévio em setembro de 2019, para ser cumprido com trabalho. Contudo, 17 dias após, o Supermercado resolveu reconsiderar a sua decisão e manter Eduardo e Carla no seu quadro de empregados. Ocorre que ambos não desejam prosseguir, porque, nesse período, distribuíram seus currículos e conseguiram a promessa de outras colocações num concorrente do Supermercado Praiano, com salário um pouco superior.

Diante da situação posta e dos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Os empregados não são obrigados a aceitar a retratação, que só gera efeito se houver consenso entre empregado e empregador.
B) Os empregados são obrigados a aceitá-la, uma vez que a retratação foi feita pelo empregador ainda no período do aviso prévio.
C) A retratação deve ser obrigatoriamente aceita pela parte contrária se o aviso prévio for trabalhado, e, se for indenizado, há necessidade de concordância das partes.
D) O empregador jamais poderia ter feito isso, porque a CLT não prevê a possibilidade de reconsideração de aviso prévio, que se torna irreversível a partir da concessão.

Comentário:

A) Correto

A alternativa **correta** está na **letra A**, pois nos termos da CLT os empregados não são obrigados a aceitar a retratação, só gerando efeito se houver consenso entre empregado e empregador, conforme expressa o **Art. 489**:

> Dado o aviso prévio, a rescisão torna-se efetiva depois de expirado o respectivo prazo, mas, se a parte notificante reconsiderar o ato, antes de seu termo, à outra parte **é facultado aceitar ou não a reconsideração.**

Parágrafo único - Caso seja aceita a reconsideração ou continuando a prestação depois de expirado o prazo, o contrato continuará a vigorar, como se o aviso prévio não tivesse sido dado.

B) Errado

A letra B está incorreta por estabelecer uma obrigação de aceitação do empregado.

C) Errado

A letra C está incorreta por estabelecer uma obrigação de aceitação do empregado.

D) Errado

E a letra D está incorreta por não prever a reconsideração de aviso prévio prevista em lei.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 75

Renato é um empregado doméstico que atua como caseiro no sítio de lazer do seu empregador. Contudo, a CTPS de Renato foi assinada como sendo operador de máquinas da empresa de titularidade do seu empregador. Renato tem receio de que, no futuro, não possa comprovar experiência na função de empregado doméstico e, por isso, intenciona ajuizar reclamação trabalhista para regularizar a situação.

Considerando a situação narrada e o entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

A) Caso comprove que, de fato, é doméstico, Renato conseguirá a retificação na CTPS, pois as anotações nela lançadas têm presunção relativa.
B) Somente o salário poderia ser objeto de demanda judicial para se comprovar que o empregado recebia valor superior ao anotado, sendo que a alteração na função não é prevista, e a demanda não terá sucesso.
C) Caso Renato comprove que é doméstico, o pedido será julgado procedente, mas a alteração será feita com modulação de efeitos, com retificação da data da sentença em diante.
D) Renato não terá sucesso na sua reclamação trabalhista, porque a anotação feita na carteira profissional tem presunção absoluta.

Comentário:

A) Correto

A letra A é a única alternativa que se faz correta segundo entendimento sumular do TST, pois, as anotações lançadas na carteira profissional possuem presunção relativa, *juris tantum,* conforme Súmula 12/TST:

Carteira profissional. Anotação. Carteira de trabalho. CLT, art. 29. «As anotações apostas pelo empregador na Carteira Profissional do empregado não geram presunção «juris et de jure» mas apenas «juris tantum».»

B) Errado

A alternativa B está incorreta por restringir a alteração apenas de salário na CTPS, estando prevista em lei a alteração de cargo, função, em razão de férias e afastamentos; contribuições sindicais; por solicitação do trabalhador a qualquer tempo.

C) Errado

Segundo entendimento sumular do TST retro mencionado, as anotações lançadas na carteira profissional possuem presunção relativa, *juris tantum.*

D) Errado

As anotações lançadas na carteira profissional possuem presunção relativa, *juris tantum* e não absoluta como expressa a alternativa D. Vide Súmula 12/TST.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: jurisprudência

PROCESSO DO TRABALHO

Questão 76

O juiz, em sede de execução trabalhista, intimou a parte para cumprir despacho, determinando que o exequente desse seguimento à execução, indicando os meios de prosseguimento na execução, já que não foram encontrados bens no patrimônio do réu.

Com fundamento na legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

A) O processo ficará parado aguardando a manifestação do exequente por período indefinido de tempo.

B) A declaração de prescrição somente poderá ocorrer por requerimento da parte contrária.

C) A prescrição intercorrente ocorrerá após dois anos, se a parte não cumprir com o comando judicial.

D) O juiz deverá intimar novamente a parte, a fim de dar início ao curso do prazo prescricional.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "a" está incorreta, conforme inteligência do art.11-A da CLT.

B) Errado

A alternativa "b" está incorreta, conforme inteligência do art.11-A da CLT.

C) Errado

A alternativa "d" está correta, pois a prescrição intercorrente no processo do trabalho ocorre no prazo de dois anos, conforme art.11 - A, da CLT:

> ART 11-A Ocorre a **prescrição intercorrente** no processo do trabalho no prazo de **dois anos**.
>
> § 1º A fluência do prazo prescricional intercorrente inicia-se quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução.
>
> § 2º A declaração da prescrição intercorrente pode ser requerida ou declarada de ofício em qualquer grau de jurisdição."

D) Errado

A alternativa "D" está incorreta, segundo inteligência do art.11-A da CLT.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 77

Em sede de reclamação trabalhista proposta por Sávio, os pedidos liquidados somaram valor inferior a 40 salários mínimos nacionais. A ação foi movida em face do exempregador e da União, em razão de alegação de responsabilidade subsidiária.

Sobre o caso apresentado, assinale a opção que indica o procedimento a ser seguido.

A) A ação correrá sob o rito sumaríssimo, pois cabível o rito especial para qualquer parte na Justiça do Trabalho, desde que o valor da causa seja compatível.
B) A ação correrá sob o rito ordinário, porque, em que pese o valor da causa, figura ente de direito público no polo passivo.
C) A ação correrá no rito ordinário, mas, caso a primeira ré não seja encontrada, não será possível realizar a citação por edital, em vista de a segunda ré ser a União.
D) A ação correrá no rito sumaríssimo, e, em caso de prova testemunhal, cada parte terá direito a ouvir até três testemunhas.

Comentário:

A) Errado

A letra "a" está incorreta conforme inteligência do art. 852- A da CLT.

B) Correto

A letra "c" está correta, pois segundo inteligência do art. 852- A da CLT estão excluídas do rito sumaríssimo as demandas em que é parte a **Administração pública direta, autárquica e fundacional independentemente do valor da causa:**

> Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.

Parágrafo único. Estão **EXCLUÍDAS** do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.

C) Errado

A letra "c" está incorreta conforme inteligência do art. 852- A da CLT.

D) Errado

A letra "d" está incorreta segundo o que dispõe o art. 852- A da CLT.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 78

No decorrer de uma reclamação trabalhista, que transitou em julgado e que se encontra na fase executória, o juiz intimou o autor a apresentar os cálculos de liquidação respectivos, o que foi feito. Então, o juiz determinou que o cálculo fosse levado ao setor de Contadoria da Vara para conferência, tendo o calculista confirmado que os cálculos estavam adequados e em consonância com a coisa julgada. Diante disso, o juiz homologou a conta e determinou que o executado depositasse voluntariamente a quantia, sob pena de execução forçada.

Diante dessa narrativa e dos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Equivocou-se o juiz, porque ele não poderia homologar o cálculo sem antes conceder vista ao executado pelo prazo de 8 dias.
B) Correta a atitude do magistrado, porque as contas foram conferidas e foi impressa celeridade ao processo do trabalho, observando a duração razoável do processo.
C) A Lei não fixa a dinâmica específica para a liquidação, daí porque cada juiz tem liberdade para criar a forma que melhor atenda aos anseios da justiça.
D) O juiz deveria conceder vista dos cálculos ao executado e ao INSS pelo prazo de 5 dias úteis, pelo que o procedimento adotado está errado.

Comentário:

A) Correto

A letra "a" é a única alternativa que se mostra correta, pois elaborada a conta e tornada ilíquida, **o juízo deverá abrir às partes prazo comum de oito dias para impugnação**, conforme art. 879, § 2 °, da CLT:

> Art. 879 - Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos.

§ 2 Elaborada a conta e tornada líquida, o juízo deverá abrir às partes **prazo comum de oito dias para impugnação** fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão

B) Errado

A letra "b" está incorreta, vide inteligência do art.879, § 2 °, da CLT.

C) Errado

A letra "c" está incorreta, vide inteligência do art.879, § 2 °, da CLT.

D) Errado

A letra "d" está incorreta, vide inteligência do art.879, § 2 °, da CLT.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 79

Wilma foi dispensada sem justa causa e recebeu a indenização correspondente do ex-empregador. Ela, no entanto, alega ter direito a uma equiparação salarial com um colega que realizava as mesmas atividades. Em razão disso, Wilma procura você, como advogado(a), e, com sua assessoria, dá início a um acordo extrajudicial com o ex-empregador.

O acordo é materializado em documento, especificando o valor e a identificação da parcela, sendo assinado pelas partes e seus respectivos advogados, e levado à Justiça do Trabalho para homologação. Contudo, a juíza do caso nega-se a homologar o acordo, argumentando que ele seria lesivo à trabalhadora, proferindo decisão nesse sentido.

Diante disso, e de acordo com a norma legal, assinale a opção que indica a medida processual adequada para buscar a reforma da decisão proferida.

A) Não há medida cabível, por se tratar de decisão interlocutória.
B) Recurso Ordinário.
C) Mandado de Segurança.
D) Novo pedido de homologação de acordo extrajudicial idêntico, mas agora dirigido para outra Vara.

Comentário:

A) Errado

Cabe recurso ordinário para a instância superior das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos, no prazo de 8 (oito) dias, estando incorreta a alternativa "a".

B) Correto

A única alternativa que se faz correta é a letra "b", pois, tendo a Juíza negado homologação de acordo extrajudicial esta decisão é considerada uma sentença,

extinguindo o processo sem resolução de mérito. Portanto, cabe **Recurso Ordinário** conforme entendimento do art. 895, da CLT:

> **Art. 895** - Cabe recurso ordinário para a instância superior:
>
> **I** - das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos, no prazo de 8 (oito) dias;

E entendimento da súmula 418 do TST:

> "A homologação de acordo constitui faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança".

C) Errado

Cabe recurso ordinário para a instância superior das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos, no prazo de 8 (oito) dias, estando incorreta a alternativa "C".

D) Errado

Cabe recurso ordinário para a instância superior das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos, no prazo de 8 (oito) dias, estando incorreta a alternativa "D".

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: jurisprudência e lei seca

Questão 80

Considere as quatro situações jurídicas a seguir:

(i) A Instituição ABCD é uma entidade sem fins lucrativos.

(ii) Rosemary é uma empregadora doméstica.

(iii)O Instituto Sonhar é uma entidade filantrópica.

(iv) Mariana é uma microempreendedora individual.

Considere que todas essas pessoas são empregadoras e têm reclamações trabalhistas ajuizadas contra si e que nenhuma delas comprovou ter as condições para ser beneficiária de justiça gratuita.

Assinale a opção que indica, nos termos da CLT, quem estará isento de efetuar o depósito recursal para recorrer de uma sentença desfavorável proferida por uma Vara da Justiça do Trabalho.

A) Instituição ABCD e o Instituto Sonhar, somente.
B) Todos estarão dispensados
C) Instituto Sonhar, somente.
D) Mariana e Rosemary, somente.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "a" está incorreta, conforme inteligência do art. 899, § 10°, da CLT.

B) Errado

A alternativa "b" está incorreta, segundo inteligência do art. 899, § 10°, da CLT.

C) Correto

A alternativa "c" é a única que se mostra correta. Pois, as entidades filantrópicas, os beneficiários da justiça gratuita, assim como as empresas em recuperação judicial são isentos do depósito recursal, como bem expressa o art. 899, § 10, da CLT: "São isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial".

D) Errado

A alternativa "d" está incorreta, conforme inteligência do art. 899, § 10°, da CLT.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

XXXI EXAME DA OAB – FGV - CADERNO TIPO 1 – APLICAÇÃO EM: 09.02.2020



ESTATUTO E ÉTICA

Questão 1

Havendo indícios de que Sara obteve inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil mediante prova falsa, foi instaurado contra ela processo disciplinar.
Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

A) O processo disciplinar contra Sara pode ser instaurado de ofício ou mediante representação, que pode ser anônima.
B) Em caso de revelia de Sara, o processo disciplinar seguirá, independentemente de designação de defensor dativo.
C) O processo disciplinar instaurado contra Sara será, em regra, público.
D) O recurso contra eventual decisão que determine o cancelamento da inscrição de Sara não terá efeito suspensivo.

Comentário:

A) Errado

Para além do disposto no art. 72, *caput*, da Lei n° 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB), segundo o qual "o processo disciplinar instaura-se de ofício ou mediante representação de qualquer autoridade ou pessoa interessada", dispõe o art. 51, *caput*, do Código de Ética e Disciplina da OAB que "o processo disciplinar instaura-se de ofício ou mediante representação dos interessados, **que não pode ser anônima**".

B) Errado

Nos moldes do art. 52, § 1°, do Código de Ética e Disciplina da OAB c/c art. 73, § 4°, do Estatuto da Advocacia e da OAB, "se o representado não for encontrado ou **for revel**, o Presidente do Conselho ou da Subseção **deve designar-lhe defensor dativo**".

C) Errado

Nos termos do art. 72, § 2°, do Estatuto da Advocacia e da OAB, "o processo disciplinar **tramita em sigilo**, até o seu término, só tendo acesso às suas informações as partes, seus defensores e a autoridade judiciária competente".

D) Correto

De conformidade com o disposto no art. 77 do Estatuto da Advocacia e da OAB, "todos os recursos têm efeito suspensivo, exceto quando tratarem (...) de **cancelamento da inscrição obtida com falsa prova**".

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 2

Em certo município, os advogados André e Helena são os únicos especialistas em determinado assunto jurídico. Por isso, André foi convidado a participar de entrevista na imprensa escrita sobre as repercussões de medidas tomadas pelo Poder Executivo local, relacionadas à sua área de especialidade. Durante a entrevista, André convidou os leitores a litigarem em face da Administração Pública, conclamando-os a procurarem advogados especializados para ajuizarem, desde logo, as demandas que considerava tecnicamente cabíveis.

Porém, quando indagado sobre os meios de contato de seu escritório, para os leitores interessados, André disse que, por obrigação ética, não poderia divulga-los por meio daquele veículo. Por sua vez, a advogada Helena, irresignada com as mesmas medidas tomadas pelo Executivo, procurou um programa de rádio, oferecendo-se para uma reportagem sobre o assunto. No programa, Helena manifestou-se de forma técnica, educativa e geral, evitando sensacionalismo.

Considerando as situações acima narradas e o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) André e Helena agiram de forma ética, observando as normas previstas no Código de Ética e Disciplina da OAB.

B) Nenhum dos dois advogados agiu de forma ética, tendo ambos inobservado as normas previstas no Código de Ética e Disciplina da OAB.

C) Apenas André agiu de forma ética, observando as normas previstas no Código de Ética e Disciplina da OAB.

D) Apenas Helena agiu de forma ética, observando as normas previstas no Código de Ética e Disciplina da OAB.

Comentário:

A) Errado

Ambos os advogados não agiram de forma ética, pois descumpriram o disposto tanto no art. 32 quanto no inciso V do art. 33, ambos do CED.

B) Correto

Os advogados André e Helena agiram de forma antiética, uma vez que ambos não observaram as normas previstas no Código de Ética e Disciplina (CED) da OAB. Segundo o art. 32 do CED, "o advogado que eventualmente participar de **programa de televisão ou de rádio**, de **entrevista na imprensa**, de **reportagem televisionada** ou de **qualquer outro meio**, para manifestação profissional, deve visar a objetivos exclusivamente ilustrativos, educacionais e instrutivos, sem propósito de promoção pessoal ou profissional, vedados pronunciamentos sobre métodos de trabalho usados por seus colegas de profissão". Por fim, dispõe o art. 33, V, do CED que "o advogado deve **abster-se de insinuar-se para reportagens e declarações públicas**".

C) Errado

Tanto Helena quanto André agiram de forma antiética, a teor do disposto no art. 32 c/c art. 33, inciso V, ambos do Código de Ética e Disciplina.

D) Errado

Os advogados André e Helena não agiram de forma ética, uma vez que suas condutas configuraram violação ao previsto nos arts. 32 e 33, inciso V, do Código de Ética e Disciplina.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 3

O advogado Fernando foi contratado por Flávio para defendê-lo, extrajudicialmente, tendo em vista a pendência de inquérito civil em face do cliente. O contrato celebrado por ambos foi assinado em 10/03/15, não prevista data de vencimento.

Em 10/03/17, foi concluída a atuação de Fernando, tendo sido homologado o arquivamento do inquérito civil junto ao Conselho Superior do Ministério Público. Em 10/03/18, Fernando notificou extrajudicialmente Flávio, pois este ainda não havia adimplido os valores relativos aos honorários contratuais acordados.

A ação de cobrança de honorários a ser proposta por Fernando prescreve em

A) três anos, contados de 10/03/15.

B) cinco anos, contados de 10/03/17.

C) três anos, contados de 10/03/18.

D) cinco anos, contados de 10/03/15.

Comentário:

A) Errado

O prazo é de cinco anos, e não de três anos, contando-se, no caso em tela, da ultimação do serviço extrajudicial, consoante o disposto no art. 25 do Estatuto da Advocacia e da OAB.

B) Correto

Em consonância com o art. 25 do Estatuto da Advocacia e da OAB, "prescreve em **cinco anos** a ação de cobrança de honorários de advogado, **contado o prazo**: I – do vencimento do contrato, se houver; II – do trânsito em julgado da decisão que os fixar; III – **da ultimação do serviço extrajudicial**; IV – da

desistência ou transação; V – da renúncia ou revogação do mandato. *In casu*, não foi prevista data de vencimento no contrato, razão pela qual a prescrição terá como termo inicial a data de ultimação (conclusão, término, finalização) do serviço extrajudicial em apreço, qual seja, a da conclusão da autuação de Fernando, tendo sido homologado o arquivamento do inquérito civil em tela junto ao Conselho Superior do Ministério Público.

C) Errado

Nos moldes do art. 25 do Estatuto em apreço, o prazo é de cinco anos, e não de três anos, a ser contado, *in casu*, da finalização do serviço extrajudicial.

D) Errado

De conformidade com o disposto no art. 25 do Estatuto da Advocacia e da OAB, o prazo, de fato, é de cinco anos, mas a sua contagem, no caso em apreço, se inicia a partir da ultimação do serviço extrajudicial.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 4

Os sócios Antônio, Daniel e Marcos constituíram a sociedade *Antônio, Daniel & Advogados Associados*, com sede em São Paulo e filial em Brasília.

Após desentendimentos entre eles, Antônio constitui sociedade unipessoal de advocacia, com sede no Rio de Janeiro. Marcos, por sua vez, retira-se da sociedade *Antônio, Daniel & Advogados Associados*.

Sobre a situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) Daniel não está obrigado a manter inscrição suplementar em Brasília, já que a sociedade *Antônio, Daniel & Marcos Advogados Associados* tem sede em São Paulo.

B) Antônio deverá retirar-se da *Antônio, Daniel & Marcos Advogados Associados*, já que não pode integrar, simultaneamente, uma sociedade de advogados e uma sociedade unipessoal de advocacia.

C) Mesmo após Marcos se retirar da sociedade *Antônio, Daniel & Marcos Advogados Associados* permanece o impedimento para que ele e Antônio representem em juízo clientes com interesses opostos.

D) Caso Antônio também se retire da *Antônio, Daniel & Marcos Advogados Associados*, a sociedade deverá passar a ser denominada Daniel Sociedade Individual de Advocacia.

Comentário:

A) Errado

Dispõe o art. 15, § 5°, do Estatuto da Advocacia e da OAB que "o ato de constituição de **filial** deve ser averbado no registro da sociedade e arquivado no Conselho Seccional onde se instalar, **ficando os sócios, inclusive o titular da sociedade unipessoal de advocacia, obrigados à inscrição suplementar**".

B) Errado

De conformidade com o art. 15, § 4°, do Estatuto da Advocacia e da OAB, "nenhum advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados, constituir mais de uma sociedade unipessoal de advocacia, ou integrar, simultaneamente, uma sociedade de advogados e uma sociedade unipessoal de advocacia, **com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional**".

C) Errado

Consoante o art. 15, § 6°, do Estatuto da Advocacia e da OAB, "**os advogados sócios de uma mesma sociedade profissional** não podem representar em juízo clientes de interesses opostos".

D) Correto

Inicialmente, destaca-se que o art. 15, § 7°, do Estatuto da Advocacia e da OAB estabelece que "a **sociedade unipessoal de advocacia** pode resultar da **concentração por um advogado das quotas de uma sociedade de advogados**, independentemente das razões que motivaram tal concentração". Por derradeiro, importa ressaltar que o art. 16, § 4°, do mesmo diploma legislativo estipula que "a **denominação da sociedade unipessoal de advocacia** deve ser obrigatoriamente formada pelo **nome do seu titular**, completo ou parcial, com a expressão '**Sociedade Individual de Advocacia**'".

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 5

Um escritório de renome internacional considera expandir suas operações, iniciando atividades no Brasil. Preocupados em adaptar seus procedimentos internos para que reflitam os códigos brasileiros de ética profissional, seus dirigentes estrangeiros desejam entender melhor as normas a respeito da relação entre clientes e advogados no país. Sobre esse tema, é correto afirmar que os advogados brasileiros

A) podem, para a adoção de medidas judiciais urgentes e inadiáveis, aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído, sem prévio conhecimento deste.
B) deverão considerar sua própria opinião a respeito da culpa do acusado ao assumir defesa criminal.
C) podem funcionar, no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto de seu cliente, desde que tenham conhecimento direto dos fatos.
D) podem representar, em juízo, clientes com interesses opostos se não integrarem a mesma sociedade profissional, mas estiverem reunidos em caráter permanente para cooperação recíproca.

Comentário:

A) Correto

De acordo com o art. 11 do Código de Ética e Disciplina da OAB – CED, "o advogado não deve aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído, sem prévio conhecimento deste, **salvo por motivo justo ou para adoção de medidas judiciais urgentes e inadiáveis**".

B) Errado

Dispõe o art. 21 do CED que "é direito e dever do advogado assumir a defesa criminal, **sem considerar sua própria opinião sobre a culpa do acusado**".

C) Errado

O art. 23 do CED **veda** ao advogado "funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador ou cliente".

D) Errado

De conformidade com o art. 17 do CED, "os advogados integrantes da mesma sociedade profissional, ou **reunidos em caráter permanente para cooperação recíproca**, **não podem** representar em juízo clientes com interesses opostos".

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 6

O advogado João era conselheiro de certo Conselho Seccional da OAB. Todavia, por problemas pessoais, João decidiu renunciar ao mandato. Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) Compete ao plenário do Conselho Seccional respectivo declarar extinto o mandato, sendo exigido que previamente ouça João no prazo de dez dias, após notificação deste mediante ofício com aviso de recebimento.
B) Compete à Diretoria do Conselho Seccional respectivo declarar extinto o mandato, independentemente de exigência de prévia notificação para oitiva de João.
C) Compete ao plenário do Conselho Seccional respectivo declarar extinto o mandato, sendo exigido que previamente ouça João no prazo de quinze dias, após notificação pessoal deste.
D) Compete à Segunda Câmara do Conselho Federal da OAB declarar extinto o mandato, independentemente de exigência de prévia notificação para oitiva de João.

Comentário:

A) Errado

Consoante o *caput* e o § 1° do art. 54 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, não cabe ao Plenário do Conselho Seccional, e sim à sua Diretoria, declarar extinto o mandato no presente caso.

B) Correto

Nos exatos ditames do art. 54, *caput* e § 1°, do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, "compete à **Diretoria dos Conselhos** Federal e **Seccionais** (...) **declarar extinto o mandato**", ocasião em que "a Diretoria, antes

de declarar extinto o mandato, **salvo no caso de morte ou renúncia**, ouve o interessado no prazo de quinze dias, notificando-o mediante ofício com aviso de recebimento".

C) Errado

Cabe à Diretoria, e não ao Plenário do Conselho Seccional, declarar a extinção do mandato em tela, não sendo exigida a prévia notificação, por se tratar de renúncia, nos moldes do art. 54, *caput* e § 1°, do Regulamento Geral da Advocacia e da OAB.

D) Errado

Dispõe o art. 54, *caput* e § 1°, do Regulamento Geral da Advocacia e da OAB que é de competência da Diretoria do Conselho Seccional, e não da Segunda Câmara do Conselho Federal, a declaração de extinção do mandato, inclusive em caso de renúncia.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 7

A sociedade *Antônio, Breno, Caio & Diego Advogados Associados* é integrada, exclusivamente, pelos sócios Antônio, Breno, Caio e Diego, todos advogados regularmente inscritos na OAB.

Em um determinado momento, Antônio vem a falecer. Breno passa a exercer mandato de vereador, sem figurar entre os integrantes da Mesa Diretora da Câmara Municipal ou seus substitutos legais. Caio passa a exercer, em caráter temporário, função de direção em empresa concessionária de serviço público.

Considerando esses acontecimentos, assinale a afirmativa correta.

A) O nome de Antônio poderá permanecer na razão social da sociedade após o seu falecimento, ainda que tal possibilidade não esteja prevista em seu ato constitutivo.

B) Breno deverá licenciar-se durante o período em que exercer o mandato de vereador, devendo essa informação ser averbada no registro da sociedade.

C) Caio deverá deixar a sociedade, por ter passado a exercer atividade incompatível com a advocacia.

D) Com o falecimento de Antônio, se Breno e Caio deixarem a sociedade e nenhum outro sócio ingressar nela, Diego poderá continuar suas atividades, caso em que passará a ser titular de sociedade unipessoal de advocacia.

Comentário:

A) Errado

Conforme prevê o art. 16, § 1°, do Estatuto da Advocacia e da OAB, "a razão social deve ter, obrigatoriamente, o nome de, pelo menos, um advogado responsável pela sociedade, podendo permanecer o de sócio falecido, **desde que prevista tal possibilidade no ato constitutivo**".

B) Errado

Trata-se de uma situação de impedimento, que, em contraposição à incompatibilidade, **não obriga o licenciamento**, nos termos dos arts. 12, 27, 28 e 30, todos do Estatuto da Advocacia e da OAB.

C) Errado

Embora seja uma atividade incompatível com a advocacia, Caio **não precisa deixar a sociedade**, **bastando licenciar-se** nos moldes do art. 12 c/c art. 28, ambos do Estatuto da Advocacia e da OAB.

D) Correto

Nesse sentido, dispõe o art. 15, § 7°, do Estatuto da Advocacia e da OAB que "**a sociedade unipessoal de advocacia** pode resultar da **concentração por um advogado das quotas de uma sociedade de advogados**, independentemente das razões que motivaram tal concentração".

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 8

Os advogados Diego, Willian e Pablo, todos em situação regular perante a OAB, desejam candidatar-se ao cargo de conselheiro de um Conselho Seccional da OAB.

Diego é advogado há dois anos e um dia, sendo sócio de uma sociedade simples de prestação de serviços de advocacia e nunca foi condenado por infração disciplinar.

Willian, por sua vez, exerce a advocacia há exatos quatro anos e constituiu sociedade unipessoal de advocacia, por meio da qual advoga atualmente. Willian já foi condenado pela prática de infração disciplinar, tendo obtido reabilitação um ano e três meses após o cumprimento da sanção imposta.

Já Pablo é advogado há cinco anos e um dia e nunca respondeu por prática de qualquer infração disciplinar. Atualmente, Pablo exerce certo cargo em comissão, exonerável ad nutum, cumprindo atividades exclusivas da advocacia.

Considerando as informações acima e o disposto na Lei n° 8.906/94, assinale a afirmativa correta.

A) Apenas Diego e Willian cumprem os requisitos para serem eleitos para o cargo pretendido.

B) Apenas Willian cumpre os requisitos para ser eleito para o cargo pretendido.

C) Apenas Diego e Pablo cumprem os requisitos para serem eleitos para o cargo pretendido.

D) Apenas Pablo cumpre os requisitos para ser eleito para o cargo pretendido.

Comentário:

A) Errado

Consoante o art. 63, § 2°, do Estatuto da Advocacia e da OAB, tão somente William atende aos pressupostos à eleição para o cargo em análise.

B) Correto

Nos moldes do art. 63, § 2°, do Estatuto da Advocacia e da OAB, apenas **Willian cumpre os requisitos para ser eleito para o cargo de conselheiro de Conselho Seccional da OAB**, pois logrou êxito em comprovar "situação regular perante a OAB, não ocupar cargo exonerável ***ad nutum***, não ter sido condenado por infração disciplinar, **salvo reabilitação**, e exercer efetivamente a profissão **há mais de 3 (três) anos**, nas eleições para os cargos de **Conselheiro Seccional** e das Subseções, quando houver (...)".

C) Errado

Somente Willian atendeu aos pressupostos de eleição para o cargo em apreço, não o cumprindo Diego, tampouco Pablo, nos ditames do art. 63, § 2°, do Estatuto da Advocacia e da OAB.

D) Errado

Pablo não cumpriu os requisitos para ser eleito ao cargo de conselheiro de Conselho Seccional, nos termos do § 2° do art. 63 do Estatuto da Advocacia e da OAB, mas apenas Willian.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

FILOSOFIA DO DIREITO

Questão 9

(FGV - 2020 - OAB - Exame de Ordem Unificado XXXI - Primeira Fase)

É preciso sair do estado natural, no qual cada um age em função dos seus próprios caprichos, e convencionar com todos os demais em submeter-se a uma limitação exterior, publicamente acordada, e, por conseguinte, entrar num estado em que tudo que deve ser reconhecido como seu é determinado pela lei...

Immanuel Kant

A perspectiva contratualista de Kant, apresentada na obra Doutrina do Direito, sustenta ser necessário passar de um estado de natureza, no qual as pessoas agem egoisticamente, para um estado civil, em que a vida em comum seja regulada pela lei, como forma de justiça pública. Isso implica interferir na liberdade das pessoas.

Em relação à liberdade no estado civil, assinale a opção que apresenta a posição que Kant sustenta na obra em referência.

A) O homem deixou sua liberdade selvagem e sem freio para encontrar toda a sua liberdade na dependência legal, isto é, num estado jurídico, porque essa dependência procede de sua própria vontade legisladora.

B) A liberdade num estado jurídico ou civil consiste na capacidade da vontade soberana de cada indivíduo de fazer aquilo que deseja, pois somente nesse estado o homem se vê livre das forças da natureza que limitam sua vontade.

C) A liberdade civil resulta da estrutura política do estado, de forma que somente pode ser considerado liberdade aquilo que decorre de uma afirmação de vontade do soberano. No estado civil, a liberdade não pode ser considerada uma vontade pessoal.
D) Na república, a liberdade é do governante para governar em prol de todos os cidadãos, de modo que o governante possui liberdade, e os governados possuem direitos que são instituídos pelo governo.

Comentário:

Parte fundamental das obras de Immanuel Kant são seus estudos acerca do entendimento do estado de natureza e do estado civil, em especial tratando da liberdade do indivíduo nesses dois meios.

A) Correto

Em relação à liberdade no estado civil, entende-se que o homem deixou sua liberdade selvagem e sem freio para encontrar toda a sua liberdade na dependência legal, ou seja, em um estado jurídico, uma vez que essa dependência decorre de sua própria vontade legisladora.

Sob o viés kantiano, o caráter de ser humano não deve entrar no estado civil coagido por outro, mas pela sua própria vontade, ou seja, o ser humano não aplica ou realiza qualquer contrato como meio para alcançar a finalidade de outrem, mas sim motivado pela sua própria finalidade.

Nesta senda, Kant afirma:

> *E não se pode dizer que o homem no estado sacrificado a um fim na parte de sua liberdade externa inata, mas sim que teria abandonado por completo a liberdade selvagem e sem lei para, numa situação de dependência legal, isto é,*

> *num estado jurídico, reencontrar intacta sua liberdade em geral, pois essa dependência surge de sua própria vontade legisladora (KANT, 2013, p.122).*

B) Errado

No estado civil, não deve o homem fazer tudo aquilo que deseja, pois isso caracteriza a liberdade selvagem do estado de natureza – cabendo a ele, então, agir em liberdade, respeitando as dependências legais e legislativas a ela associadas.

C) Errado

Não é possível afirmar que a liberdade humana somente existe quando afirmada por um soberano, uma vez que ela decorre da sua própria vontade legisladora.

D) Errado

Na república, os governados também possuem liberdade – em meio à dependência legal -, de modo que é incorreto afirmar que apenas os governantes têm tal liberdade.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

Questão 10

Temos pois definido o justo e o injusto. Após distingui-los assim um do outro, é evidente que a ação justa é intermediária entre o agir injustamente e o ser vítima da injustiça; pois um deles é ter demais e o outro é ter demasiado pouco.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

Em seu livro Ética a Nicômaco, Aristóteles apresenta a justiça como uma virtude e a diferencia daquilo que é injusto.
Assinale a opção que define aquilo que, nos termos do livro citado, deve ser entendido como justiça enquanto virtude.

A) Uma espécie de meio-termo, porém não no mesmo sentido que as outras virtudes, e sim porque se relaciona com uma quantia intermediária, enquanto a injustiça se relaciona com os extremos.
B) Uma maneira de proteger aquilo que é o mais conveniente para o mais forte, uma vez que a justiça como produto do governo dos homens expressa sempre as forças que conseguem fazer valer seus próprios interesses.
C) O cumprimento dos pactos que decorrem da vida em sociedade, seja da lei como pacto que vincula todos os cidadãos da cidade, seja dos contratos que funcionam como pactos celebrados entre particulares e vinculam as partes contratantes.
D) Um imperativo categórico que define um modelo de ação moralmente desejável para toda e qualquer pessoa e se expressa da seguinte maneira: "Age como se a máxima de tua ação devesse tornar-se, por meio da tua vontade, uma lei universal".

Comentário:

A) Correto

Na sua obra "Ética a Nicômaco", Aristóteles apresenta conceitos absolutamente basilares ao Direito brasileiro. Dentre estes, cabe destacar o entendimento da igualdade material perante a Constituição Federal, o qual foi profundamente influenciada por tal obra.

De acordo com as percepções aristotélicas, é possível inferir que a justiça distributiva é somente uma dentre diversas existentes, e caracteriza-se pela distribuição, entre os integrantes de uma determinada comunidade política, de bens, honras, vantagens e quaisquer outros benefícios do gênero. Como dito por Aristóteles, "se, pois, o injusto é desigual, o justo é igual (...) E, como o igual é um ponto intermediário, o justo será um meio-termo."

Além disso, Aristóteles afirma: "e a mesma igualdade se observará entre as pessoas e entre as coisas envolvidas; pois a mesma relação que existe entre as segundas (as coisas envolvidas) também existe entre as primeiras. Se não são iguais, não receberão coisas iguais".[1]

B) Errado

A justiça, no conceito de Aristóteles, não envolve apenas o que é benéfico para o mais forte, uma vez que, enquanto virtude completa, abarca também o que é bom para o próximo.

C) Errado

A justiça não é entendida como pacto social ou um mecanismo de cumpri-lo, mas sim como um intermédio entre os extremos das injustiças.

[1] ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco: Livro 1. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os Pensadores; v. 2). Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross.

D) Errado

O conceito de justiça de Aristóteles não está relacionado com tal imperativo categórico.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

Preocupado com o grande número de ações judiciais referentes a possíveis omissões inconstitucionais sobre direitos sociais e, em especial, sobre o direito à saúde, o Procurador-Geral do Estado Beta (PGE) procurou traçar sua estratégia hermenêutica de defesa a partir de dois grandes argumentos jurídicos: em primeiro lugar, destacou que a efetividade dos direitos prestacionais de segunda dimensão, promovida pelo Poder Judiciário, deve levar em consideração a disponibilidade financeira estatal; um segundo argumento é o relativo à falta de legitimidade democrática de juízes e tribunais para fixar políticas públicas no lugar do legislador eleito pelo povo. Diante de tal situação, assinale a opção que apresenta os conceitos jurídicos que correspondem aos argumentos usados pelo PGE do Estado Beta.

A) Dificuldade contraparlamentar e reserva do impossível.
B) Reserva do possível fática e separação dos Poderes.
C) Reserva do possível jurídica e reserva de jurisdição do Poder Judiciário.
D) Reserva do possível fática e reserva de plenário.

Comentário:

A) Errado

A Reserva do Impossível é a impossibilidade de se anular situação fática decorrente de decisão política de caráter institucional sem que ocorra uma

agressão ao princípio federativo, ou seja, tal instituto não se confunde com o Princípio da Reserva do Possível, instituto da Ciência das Finanças, que traduz a ideia de que a atuação estatal está condicionada à existência de recursos públicos disponíveis.

B) Correto

A questão exige conhecimento doutrinário a respeito da Teoria Geral do Direito Fundamental. Encontramos sua resposta através da análise dos dois argumentos jurídicos utilizados na estratégia de defesa do Procurador-Geral do Estado (PGE). Analisando o primeiro argumento, lembramos que Ingo Sarlet dividiu a Reserva do Possível em três dimensões:

1. Possibilidade Fática: disponibilidade de recursos necessários à satisfação do direito prestacional (ônus da prova do Estado).

2. Possibilidade Jurídica: os gastos a serem feitos devem estar previstos em lei (no orçamento) e definidas as competências (por vezes o município não tem como atender todas as pretensões, mas no âmbito da União haveria orçamento suficiente para atender àquelas despesas).

3. Razoabilidade da exigência e proporcionalidade da prestação: é razoável ou não exigir do Estado a prestação e em que medida deve ser exigida (é ônus do Estado demonstrar de forma clara que se a prestação for universalizada não teria como ser atendida).

Ademais, em se tratando do segundo argumento, o STF possui diversos entendimentos alegando que o Judiciário poderá fixar políticas públicas quando houver omissão legislativa ou inércia executiva, sem que isso ofenda a separação dos Poderes.

"[...] não ofende o princípio da separação de poderes a determinação, pelo Poder Judiciário, em situações excepcionais, de realização de políticas públicas indispensáveis para a garantia de relevantes direitos constitucionais" (RE 634.643)

Portanto, podemos compreender que o Procurador-Geral do Estado (PGE) traçou sua estratégia de defesa a partir dos argumentos da Reserva do possível fática e Separação dos Poderes.

C) Errado

Conforme o caso hipotético, o PGE "em primeiro lugar, destacou que a efetividade dos direitos prestacionais de segunda dimensão, promovida pelo Poder Judiciário, deve levar em consideração a disponibilidade financeira estatal". Tal afirmativa, conforme já exposto, trata da Possibilidade Fática, uma das dimensões da Reserva do Possível.

Trata-se de Possibilidade Jurídica aquela onde os gastos a serem feitos devem estar previstos em lei (no orçamento) e definidas as competências (por vezes o município não tem como atender todas as pretensões, mas no âmbito da União haveria orçamento suficiente para atender àquelas despesas). Portanto, podemos descartar o uso da Possibilidade Jurídica no argumento do PGE.

D) Errado

Encontramos o erro da questão quando ela traz a "Reserva de Plenário" como argumento utilizado pelo PGE ao tratar da falta de legitimidade democrática de juízes e tribunais para fixar políticas públicas no lugar do legislador eleito pelo povo.

A reserva de plenário é conhecida no estudo do Controle de Constitucionalidade, como uma cláusula que determina que o julgamento da inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, quando efetuada por tribunal, só será possível pelo voto da maioria absoluta dos seus membros ou dos membros de seu órgão especial (art. 93, XI CRFB/88), ou seja, pelo tribunal pleno.

Portanto, foge absolutamente do conteúdo da questão.

Gabarito: B

Fonte de Conhecimento Jurídico: Doutrina

Questão 12

Josué, deputado federal no regular exercício do mandato, em entrevista dada, em sua residência, à revista Pensamento, acusa sua adversária política Aline de envolvimento com escândalos de desvio de verbas públicas, o que é objeto de investigação em Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada poucos dias antes. Não obstante, após ser indagado sobre os motivos que nutriam as acaloradas disputas entre ambos, Josué emite opinião com ofensas de cunho pessoal, sem qualquer relação com o exercício do mandato parlamentar. Diante do caso hipotético narrado, conforme reiterada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

A) Josué poderá ser responsabilizado penal e civilmente, inclusive por danos morais, pelas ofensas proferidas em desfavor de Aline que não guardem qualquer relação com o exercício do mandato parlamentar.

B) Josué encontra-se protegido pela imunidade material ou inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos, o que, considerado o caráter absoluto dessa prerrogativa, impede a sua responsabilização por quaisquer das declarações prestadas à revista.

C) Josué poderá ter sua imunidade material afastada em virtude de as declarações terem sido prestadas fora da respectiva casa legislativa, independentemente de estarem, ou não, relacionadas ao exercício do mandato.

D) A imunidade material, consagrada constitucionalmente, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, de modo que Josué não poderá valer-se de tal prerrogativa para se isentar de eventual responsabilidade pelas ofensas dirigidas a Aline.

Comentário:

A) Correta

A questão trata a respeito da Imunidade Parlamentar. A CF/88 afirma que:

> Art. 53 - Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

Porém, de acordo com a reiterada Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a imunidade material garante que os parlamentares federais são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, desde que proferidos em razão de suas funções parlamentares, no exercício e relacionados ao mandato (trata-se de manifestações que possuem nexo de causalidade com a atividade parlamentar), não se restringindo ao âmbito do Congresso Nacional.

> A garantia constitucional da imunidade parlamentar em sentido material (CF, art. 53, *caput*) – que representa um instrumento vital destinado a viabilizar o exercício independente do mandato representativo – somente protege o membro do Congresso Nacional, qualquer que seja o âmbito espacial (*locus*) em que este exerça a liberdade de opinião (ainda que fora do recinto da própria Casa legislativa), nas hipóteses específicas em que as suas manifestações guardem conexão com o desempenho da função legislativa (prática *in officio*) ou tenham sido proferidas em razão dela (prática *propter officium*), eis que a superveniente promulgação da EC 35/2001 não ampliou, em sede penal, a abrangência tutelar da cláusula da inviolabilidade. A prerrogativa indisponível da imunidade material – que constitui garantia inerente ao desempenho da função parlamentar (não traduzindo, por isso mesmo, qualquer privilégio de ordem pessoal) – não se estende a palavras, nem a manifestações do congressista, que se revelem estranhas ao exercício, por ele, do mandato legislativo. **A cláusula constitucional da inviolabilidade (CF, art. 53, *caput*), para legitimamente proteger o parlamentar, supõe a existência do necessário nexo de implicação recíproca entre as declarações moralmente ofensivas, de um lado, e a prática inerente ao ofício congressional, de outro.** Doutrina. Precedentes. [Inq 1.024 QO, rel. min. Celso de Mello, j. 21-11-2002, P, *DJ* de 4-3-2005.]

Portanto, resta claro que Josué poderá ser responsabilizado penal e civilmente, inclusive por danos morais, pelas ofensas proferidas em desfavor de Aline que não guardem qualquer relação com o exercício do mandato parlamentar.

B) Errado

O erro da alternativa encontra-se na afirmativa de que esta prerrogativa possui caráter absoluto. O que não está correto, pois de acordo com a reiterada Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a imunidade material garante que os parlamentares federais são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, **desde que** proferidos em razão de suas funções parlamentares, no exercício e relacionados ao mandato (trata-se de manifestações que possuem nexo de causalidade com a atividade parlamentar), não se restringindo ao âmbito do Congresso Nacional.

C) Errado

A alternativa vai contra a regra geral da imunidade ao afirmar que Josué poderá ter sua imunidade material afastada em virtude de as declarações terem sido prestadas fora da respectiva casa legislativa, **independentemente** de estarem, ou não relacionadas ao exercício do mandato, o que, conforme já explicado, contraria a regra geral.

D) Errado

Reiterando tudo aquilo já exposto anteriormente, resta claro que a imunidade material já é consagrada pelo STF, não havendo que se falar em Inconstitucionalidade.

Gabarito: A

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca e Jurisprudência

Questão 13

Diante das intensas chuvas que atingiram o Estado Alfa, que se encontra em situação de calamidade pública, o Presidente da República, ante a relevância e urgência latentes, edita a Medida Provisória nº XX/19, determinando a abertura de crédito extraordinário para atender às despesas imprevisíveis a serem realizadas pela União, em decorrência do referido desastre natural. A partir da situação hipotética narrada, com base no texto constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

A) A Constituição de 1988 veda, em absoluto, a edição de ato normativo dessa natureza sobre matéria orçamentária, de modo que a abertura de crédito extraordinário deve ser feita por meio de lei ordinária de iniciativa do Chefe do Executivo.

B) A Constituição de 1988 veda a edição de ato normativo dessa natureza em matéria de orçamento e créditos adicionais e suplementares, mas ressalva a possibilidade de abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública.

C) O ato normativo editado afronta o princípio constitucional da anterioridade orçamentária, o qual impede quaisquer modificações nas leis orçamentárias após sua aprovação pelo Congresso Nacional e consequente promulgação presidencial.

D) O ato normativo editado é harmônico com a ordem constitucional, que autoriza a edição de medidas provisórias que versem sobre planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais, suplementares e extraordinários, desde que haja motivação razoável.

Comentário:

A) Errado

A Constituição Federal em seu art. 62, § 1º, inciso I, alínea "d" determina que é vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, **ressalvado o previsto no art. 167, § 3º, da CF/88**, que dispõe que a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Ou seja, não podemos falar em vedação absoluta a edição de ato normativa desta natureza.

B) Correto

A questão exige conhecimento da lei seca, mais especificamente das disposições sobre Processo Legislativo e Orçamentos.

A Constituição de 1988 veda a edição de ato normativo (Medida Provisória) dessa natureza em matéria de orçamento e créditos adicionais e suplementares, mas ressalva a possibilidade de abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública. Assim dispõe a CF/88:

Art. 62, § 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: [...] d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º.

Art. 167, § 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

C) Errado

O ato normativo editado não afronta o princípio constitucional da anterioridade orçamentária, pois é constitucional a abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, conforme Art. 167, § 3º, da CF/88.

D) Errado

O disposto nesta alternativa contraria o expresso no Art. 62, § 1º, que deixa claro que é **vedada a edição de medidas provisórias** sobre matéria: [...] d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º.

Gabarito: B

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 14

Alfa, entidade de classe de abrangência regional, legalmente constituída e em funcionamento há mais de 1 ano, ingressa, perante o Supremo Tribunal Federal, com mandado de segurança coletivo para tutelar os interesses jurídicos de seus representados. Considerando a urgência do caso, Alfa não colheu autorização dos seus associados para a impetração da medida. Com base na narrativa acima, assinale a afirmativa correta.

A) Alfa não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo, de modo que a defesa dos seus associados em juízo deve ser feita pelo Ministério Público ou, caso evidenciada situação de vulnerabilidade, pela Defensoria Pública.

B) Alfa goza de ampla legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo, inclusive para tutelar direitos e interesses titularizados por pessoas estranhas à classe por ela representada.

C) Alfa possui legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses jurídicos dos seus associados, sendo, todavia, imprescindível a prévia autorização nominal e individualizada dos representados, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

D) Alfa possui legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses jurídicos da totalidade ou mesmo de parte dos seus associados, independentemente de autorização.

Comentário:

A) Errado

Alfa tem sim legitimidade para impetrar o Mandado de Segurança Coletivo.

B) Errado

O erro da alternativa está na afirmação de que Alfa goza de legitimidade para impetrar Mandado de Segurança Coletivo para tutelar direitos e interesses de pessoas estranhas à classe por ela representada, o que contraria o expresso no art. 21, da Lei nº 12.016/09:

> Art. 21. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, **na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária**, ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.

C) Errado

A questão afirma que a prévia autorização é imprescindível para impetrar o Mandado de Segurança Coletivo, o que, encontra-se em discordância com o art. 21 da Lei nº 12.016/09 que afirma ser dispensada a autorização especial.

D) Correto

A questão exige conhecimento do Remédio Constitucional: Mandado de Segurança Coletivo. Pra responder a questão, é necessário estar atento ás disposições da Lei 12.016/09 e Súmulas do STF.

Quanto à legitimidade e autorização para propositura do Mandado de Segurança Coletivo, a Lei 12.016/09 disciplinou que:

> Art. 21. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses

> legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária, ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.

Da mesma forma, de acordo com a Súmula 629, STF, in verbis: "A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes".

A questão tenta, ainda, confundir o aluno ao informar que Alfa possui legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses jurídicos de parte dos seus associados. O que está correto, pois de acordo com a Súmula 630, também do STF: "A entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria".

Portanto, Alfa possui legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses jurídicos da totalidade ou mesmo de parte dos seus associados, independentemente de autorização.

Gabarito: D

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca e Jurisprudência

Questão 15

O governo federal, visando ao desenvolvimento e à redução das desigualdades no sertão nordestino do Brasil, editou a Lei Complementar Y, que dispôs sobre a concessão de isenções e reduções temporárias de tributos federais devidos por pessoas físicas e jurídicas situadas na referida região.

Sobre a Lei Complementar Y, assinale a afirmativa correta.

A) É formalmente inconstitucional, eis que a Constituição da República de 1988 proíbe expressamente a criação de regiões, para efeitos administrativos, pela União.
B) É materialmente inconstitucional, sendo vedada a concessão de incentivos regionais de tributos federais, sob pena de violação ao princípio da isonomia federativa.
C) É formal e materialmente constitucional, sendo possível que a União conceda incentivos visando ao desenvolvimento econômico e à redução das desigualdades no sertão nordestino.
D) Apresenta inconstitucionalidade formal subjetiva, eis que cabe aos Estados e ao Distrito Federal, privativamente, criar regiões administrativas visando ao seu desenvolvimento e à redução das desigualdades.

Comentário:

A) Errado

Encontramos o erro logo no início da alternativa, quando afirma-se que a Lei Complementar Y é Inconstitucional.

B) Errado

Da mesma forma, poderíamos excluir esta alternativa, pois não há que se falar na inconstitucionalidade da Lei Complementar Y.

C) Correto

Questão exige conhecimento da Administração Pública, mais especificamente sobre as Regiões, previstas no Art. 43, da CF/88. Através das informações que nos foram apresentadas, podemos afirmar que a Lei Complementar Y é formal e materialmente constitucional, pois é claramente possível que a União conceda incentivos visando ao desenvolvimento econômico e à redução das desigualdades no sertão nordestino.

A Constituição Federal, em seu art. 43, § 1º e 2º prevê que:

> CF, art. 43. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.
> § 1o - LC disporá sobre:
> I - as condições para integração de regiões em desenvolvimento;
> § 2o - Os incentivos regionais compreenderão, além de outros, na forma da lei:
> III - (1) isenções, (2) reduções ou (3) diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas;

Importante lembrar também do conceito de Inconstitucionalidade Material e Formal, sendo:

• **Inconstitucionalidade Formal** – Resumidamente, trata da obediência ao processo legislativo para produção da lei.

• **Inconstitucionalidade Material** – Resumidamente, trata da obediência do conteúdo da lei ao conteúdo da Constituição.

D) Errada

Por fim, mais uma questão que reafirma a inconstitucionalidade da Lei Complementar Y, podendo ser excluída.

Gabarito: C

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca e Doutrina.

Questão 16

José Maria, no ano de 2016, foi eleito para exercer o seu primeiro mandato como Prefeito da Cidade Delta, situada no Estado Alfa. Nesse mesmo ano, a filha mais jovem de José Maria, Janaína (22 anos), elegeu-se vereadora e já se organiza para um segundo mandato como vereadora.

Rosária (26 anos), a outra filha de José Maria, animada com o sucesso da irmã mais nova e com a popularidade do pai, que pretende concorrer à reeleição, faz planos para ingressar na política, disputando uma das cadeiras da Assembleia Legislativa do Estado Alfa.

Diante desse quadro, a família contrata um advogado para orientá-la. Após analisar a situação, seguindo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, o advogado afirma que

A) as filhas não poderão concorrer aos cargos almejados, a menos que José Maria desista de concorrer à reeleição para o cargo de chefe do Poder Executivo do Município Delta.

B) Rosária pode se candidatar ao cargo de deputada estadual, mas Janaína não poderá se candidatar ao cargo de vereadora em Delta, pois seu pai ocupa o cargo de chefe do Poder Executivo do referido município.

C) as candidaturas de Janaína, para reeleição ao cargo de vereadora, e de Rosária, para o cargo de deputada estadual, não encontram obstáculo no fato de José Maria ser prefeito de Delta.

D) Janaína pode se candidatar ao cargo de vereadora, mas sua irmã Rosária não poderá se candidatar ao cargo de deputada estadual, tendo em vista o fato de seu pai exercer a chefia do Poder Executivo do município.

Comentário:

A) Errado

Podemos encontrar o erro da alternativa logo no início, pois afirma que tanto Janaína quanto Rosária não são elegíveis, o que contraria a Constituição Federal.

B) Errado

A alternativa inicia correta, mas torna-se falsa ao afirmar que Janaína não poderá reeleger-se ao cargo de Vereadora do Estado Delta, o que contraria a Constituição Federal.

C) Correto

A questão aborda o tema bastante recorrente: Direitos Políticos. A Constituição Federal trata em seu art. 14 sobre a inelegibilidade, ou seja, o estado jurídico o estado jurídico de ausência ou perda de elegibilidade.

Assim, o texto legal indica a inelegibilidade reflexa, que tem como intuito evitar que o chefe do Poder Executivo utilize o prestígio e a influência do seu cargo para beneficiar a candidatura do cônjuge, companheira ou parente, em detrimento da isonomia que deve nortear todo o processo eleitoral:

> Art. 14, § 7º - São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

Portanto, podemos depreender do texto legal que Janaína pode ser candidata à reeleição, pois não há que se falar em inelegibilidade se o parente já é titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

Da mesma forma, Rosária também é elegível, pois sua candidatura é direcionada para a Assembleia Legislativa do Estado Alfa, sendo a circunscrição distinta de seu pai (Estado Delta).

Sendo assim, nenhuma das duas é atingida pela inelegibilidade reflexa, ou seja, ambas as candidaturas não possuem obstáculos legais.

D) Errado

A alternativa inicia correta, mas torna-se falsa ao afirmar que Rosária não poderá candidatar-se ao cargo de Deputada do Estado Alfa.

Gabarito: C

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 17

João dos Santos foi selecionado para atuar como praça prestadora de serviço militar inicial, fato que lhe permitirá ser o principal responsável pelos meios de subsistência de sua família. No entanto, ficou indignado ao saber que sua remuneração será inferior ao salário mínimo, contrariando o texto constitucional, insculpido no Art. 7º, inciso IV, da CRFB/88.

Desesperado com tal situação, João entrou no gabinete do seu comandante e o questionou, de forma ríspida e descortês, acerca dessa remuneração supostamente inconstitucional, sofrendo, em consequência dessa conduta, punição administrativo-disciplinar de prisão por 5 dias, nos termos da legislação pertinente. Desolada, a família de João procurou um advogado para saber sobre a constitucionalidade da remuneração inferior ao salário mínimo, bem como da possibilidade de a prisão ser relaxada por ordem judicial.

Nessas circunstâncias, nos termos do direito constitucional brasileiro e da jurisprudência do STF, assinale a opção que apresenta a resposta do advogado.

A) A remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial não viola a Constituição de 1988, bem como não cabe habeas corpus em relação às punições disciplinares militares, exceto para análise de pressupostos de legalidade, excluída a apreciação de questões referentes ao mérito.

B) A remuneração inferior ao salário mínimo contraria o Art. 7º, inciso IV, da Constituição de 1988, bem como se reconhece o cabimento de habeas corpus para as punições disciplinares militares, qualquer que seja a circunstância.

C) O estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial não viola a Constituição da República, mas é cabível o habeas corpus para as punições disciplinares militares, até mesmo em relação a questões de mérito da sanção administrativa.

D) A remuneração inferior ao salário mínimo contraria a ordem constitucional, mais especificamente o texto constitucional inserido no Art. 7º, inciso IV, da Constituição de 1988, bem como não se reconhece o cabimento de habeas corpus em relação às punições disciplinares militares, exceto para análise dos pressupostos de legalidade, excluídas as questões de mérito da sanção administrativa.

Comentário:

A) Correto

Para responder a questão, o candidato precisava ter conhecimento da jurisprudência do STF acerca da remuneração dos militares e equiparação de direitos constitucionais.

Conforme a Súmula Vinculante 6: "Não viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial."

Ademais, de acordo com o Precedente Representativo, podemos afirmar que:

1. A CF/1988 não estendeu aos militares a garantia de remuneração não inferior ao salário mínimo, como o fez para outras categorias de trabalhadores.
2. O regime a que se submetem os militares não se confunde com aquele aplicável aos servidores civis, visto que têm direitos, garantias, prerrogativas e impedimentos próprios.
3. Os cidadãos que prestam serviço militar obrigatório exercem um múnus público relacionado com a defesa da soberania da pátria.

4. A obrigação do Estado quanto aos conscritos limita-se a fornecer-lhes as condições materiais para a adequada prestação do serviço militar obrigatório nas Forças Armadas.
   [RE 570.177, rel. min. Ricardo Lewandowski, P, j. 30-4-2008, DJE 117 de 27-6-2008, Tema 15.]

Não há possibilidade de cabimento do habeas corpus para combater as sanções disciplinares, conforme art. 142, § 2º, CF/88:

> Não caberá habeas corpus em relação a punições disciplinares militares.

Ademais, RE. MATÉRIA CRIMINAL. PUNIÇÃO DISCIPLINAR MILITAR. Não há que se falar em violação ao art. 142, § 2º, da CF, se a concessão de HC, impetrado contra punição disciplinar militar, volta-se tão-somente para os pressupostos de sua legalidade, excluindo a apreciação de questões referentes ao mérito. Concessão de ordem que se pautou pela apreciação dos aspectos fáticos da medida punitiva militar, invadindo seu mérito. A punição disciplinar militar atendeu aos pressupostos de legalidade, quais sejam, a hierarquia, o poder disciplinar, o ato ligado à função e a pena susceptível de ser aplicada disciplinarmente, tornando, portanto, incabível a apreciação do HC. Recurso conhecido e provido. (STF - RE 338840).

Portanto, a remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial não viola a Constituição de 1988, bem como não cabe habeas corpus em relação às punições disciplinares militares, exceto para análise de pressupostos de legalidade, excluída a apreciação de questões referentes ao mérito.

B) Errado

A alternativa é totalmente diversa do entendimento já expresso acima ao afirmar que a remuneração inferior ao salário mínimo contraria a Constituição Federal, assim como, que há cabimento do Habeas Corpus.

C) Errado

A alternativa inicia correta, mas torna-se falsa ao afirmar que é cabível o Habeas Corpus para as punições disciplinares militares.

D) Errado

Encontramos o erro da alternativa logo no início da questão, ao afirmar que a remuneração inferior ao salário mínimo contraria a Constituição Federal.

Gabarito: A

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca e Jurisprudência

DIREITOS HUMANOS

Questão 18

Recentemente assumiu a presidência da Câmara dos Deputados um parlamentar que afirma que o Brasil é um país soberano e não deve ter nenhum compromisso com os Direitos Humanos na ordem internacional. Afirma que, apesar de ter sido internamente ratificado, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos não se caracteriza como norma vigente, e os direitos ali previstos podem ser suspensos ou não precisam ser aplicados.

Por ser atuante na área dos Direitos Humanos, você foi convidado(a) pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados para prestar mais esclarecimentos sobre o assunto. Com base no que dispõe o próprio Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos - PIDCP, assinale a opção que apresenta o esclarecimento dado à Comissão:

A) Caso situações excepcionais ameacem a existência da nação e sejam proclamadas oficialmente, os Estados-partes podem adotar, na estrita medida exigida pela situação, medidas que suspendam as obrigações decorrentes do PIDCP, desde que tais medidas não acarretem discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião ou origem social.

B) É admissível a suspensão das obrigações decorrentes do PIDCP quando houver, no âmbito do Estado- parte, um ato formal do Poder Legislativo e do Poder Executivo declarando o efeito suspensivo, desde que tal ato declare um prazo para essa suspensão, que, em nenhuma hipótese, pode exceder o período de 2 anos.

C) Em nenhuma hipótese ou situação os Estados-partes do PIDCP podem adotar medidas que suspendam as obrigações decorrentes do Pacto, uma vez que, ratificado o Pacto, todos os seus direitos vigoram de forma efetiva, não sendo admitida nenhuma possibilidade de suspensão ou exceção.

D) Mesmo ratificado, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e os direitos nele contidos não podem ser caracterizados como normas vigentes, uma vez que se trata de direitos em sentido fraco, de forma que apenas os direitos fundamentais, previstos na Constituição, são direitos em sentido forte.

Comentário:

A) Correto

O caso hipotético disposto no enunciado apresenta uma situação na qual um parlamentar afirmar que o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos não se caracteriza como norma vigente, e os direitos ali previstos podem ser suspensos ou não precisam ser aplicados. Na verdade, o Pacto de São José da Costa Rica foi ratificado sem reserva, pelo Brasil, no ano de 1992.

É importante também destacar que o PIDCP tem lugar específico no ordenamento jurídico, estando abaixo da CF/1988, porém acima da legislação interna (como pode ser visto na [HC 95.967, rel. min. Ellen Gracie, 2ª T, j. 11-11-2008, DJE 227 de 28-11-2008]). Desse modo, torna-se incontestável sua validade e obrigatoriedade de cumprimento.

Contudo, vale salientar que o PIDCP dá a possibilidade, em determinadas hipóteses excepcionais e específicas, de fazer uso de algumas medidas suspensivas das obrigações decorrentes do pacto. Nesse sentido:

> ARTIGO 4: 1. Quando situações excepcionais ameacem a existência da nação e sejam proclamadas oficialmente, os Estados Partes do presente Pacto podem adotar, na estrita medida exigida pela situação, medidas que suspendam as

obrigações decorrentes do presente Pacto, desde que tais medidas não sejam incompatíveis com as demais obrigações que lhes sejam impostas pelo Direito Internacional e não acarretem discriminação alguma apenas por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião ou origem social.

B) Errado

As medidas suspensivas devem ser declamadas pelos Estados-parte, sob a condição de que ais medidas não sejam incompatíveis com as obrigações do Direito Internacional nem acarretem discriminação, não sendo citado prazo de 2 anos para tal.

C) Errado

Há, sim, hipóteses nas quais as obrigações do Pacto podem ser legalmente suspensas, inclusive dispostas pelo próprio PIDCP.

D) Errado

Como visto na ser visto na [HC 95.967, rel. min. Ellen Gracie, 2ª T, j. 11-11-2008, DJE 227 de 28-11-2008], as disposições do Pacto estão acima da legislação interna (porém abaixo da CF), de modo que são entendidas como válidas e obrigatórias.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca e jurisprudência.

Questão 19

Recentemente houve grande polêmica na cidade de Piraporanga, porque o Prefeito proibiu o museu local de realizar uma exposição, sob a alegação de que as obras de arte misturavam temas religiosos com conteúdos sexuais, além de haver quadros e esculturas obscenas.

Você é contratada(o) para atuar no caso pelos autores das obras de arte e por intelectuais. Com base na Convenção Americana de Direitos Humanos e na Constituição Federal de 1988, assinale a opção que apresenta o argumento que você, como advogada(o), deveria adotar.

A) A censura prévia por autoridades administrativas competentes, como mecanismo eficaz para assegurar o respeito à reputação de pessoas e como forma de garantir a moralidade pública, deve ser admitida.

B) O exercício da liberdade de expressão e o da criação artística estão sujeitos à censura prévia, mas apenas por força de lei devidamente justificada, como forma de proteção da honra individual e da moral pública.

C) A liberdade de expressão e de criação artística estão sujeitas à censura prévia pelas autoridades competentes quando elas ocorrem por meio de exposições em museus, tendo em vista a proteção da memória nacional e da ordem pública.

D) A lei pode regular o acesso a diversões e espetáculos públicos, tendo em vista a proteção moral da infância e da adolescência, sendo vedada, porém, toda e qualquer censura prévia de natureza política, ideológica e artística.

Comentário:

A) Errado

A alternativa apresenta a censura prévia como prática legal e admitida, e isso é terminantemente vetado pela CF/88.

B) Errado

A liberdade de expressão e da criação artística não estão sujeitas à censura prévia, nem mesmo na hipótese de proteção da moral pública.

C) Errado

A ordem pública e a memória nacional não são fatores que submetem a liberdade de expressão e a criação artística à censura prévia, sendo esta proibida pela Constituição e pela CADH.

D) Correto

O caso hipotético trazido no enunciado demonstra uma situação na qual o prefeito de um município específico proibiu o museu local de realizar uma exposição, alegando que as obras de arte misturavam temas religiosos com conteúdo sexuais, além de haver quadros e esculturas obscenas. Para isso, deve-se compreender os direitos humanos fundamentais, em especial o conceito de liberdade de expressão fixado pela Constituição Federal de 1988 e a Convenção Americana de Direitos Humanos.

A Constituição Federal, em seu artigo 220, dispõe:

> Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.
>
> § 2º - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

Na CADH, por outro lado, tem-se que:

> Artigo 13. Liberdade de pensamento e de expressão:

> 1. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha. [...]
>
> 4. A lei pode submeter os espetáculos públicos a censura prévia, com o objetivo exclusivo de regular o acesso a eles, para proteção moral da infância e da adolescência, sem prejuízo do disposto no inciso 2.

Isso posto, avaliando-se o entendimento constitucional de que não há direito fundamental absoluto, é correto afirmar que a lei pode regular o acesso a diversões e espetáculos públicos, tendo em vista a proteção moral da infância e da adolescência. Entretanto, é essencial destacar que é vedada toda e qualquer censura prévia de natureza política, ideológica e artística.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca e jurisprudência.

DIREITO INTERNACIONAL

Questão 20

Em razão da profunda crise econômica e da grave instabilidade institucional que assola seu país, Pablo resolve migrar para o Brasil, uma vez que, neste último, há melhores oportunidades para exercer seu trabalho e sustentar sua família. Em que pese Pablo possuir a finalidade de trabalhar, acabou por omitir tal informação, obtendo visto de visita, na modalidade turismo, para o Brasil.

Considerando-se o enunciado acima, à luz da Lei de Migração em vigor (Lei n° 13.445/17), assinale a afirmativa correta.

A) Se Pablo, com o visto de visita, vier a exercer atividade remunerada no Brasil, poderá ser expulso do país.

B) Se Pablo, com o visto de visita, vier a exercer atividade remunerada no Brasil, poderá ser extraditado do país.

C) Pablo poderia solicitar, bem como obter, visto temporário para acolhida humanitária, diante da grave instabilidade institucional que assola seu país.

D) Pablo poderá obter asilo, em razão da profunda crise econômica que assola seu país.

Comentário:

A) Errado

Segundo a Lei de Migração, em disposição fixada no seu artigo 54, a expulsão somente será efetivada nos casos em que se constatem os crimes de genocídio ou, então, crimes comuns.

B) Errado

Constatada a hipótese apresentada na alternativa B, como disposto no artigo 50 da Lei de Migração, Pablo seria deportado, e não extraditado.

C) Correto

De acordo com a Lei 13.445/17, o visto temporário pode ser conferido ao apátrida ou ao cidadão de qualquer nacionalidade mediante instabilidade institucional no país de origem, situação vivenciada por Pablo no caso apresentado no enunciado. Observa-se o artigo 14, § 3º da supracitada lei:

> Art. 14, § 3o O visto temporário para acolhida humanitária poderá ser concedido ao apátrida ou ao nacional de qualquer país em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário, ou em outras hipóteses, na forma de regulamento. Para que responda satisfatoriamente a questão, o candidato deve entender a sistemática dos direitos.

D) Errado

Como disposto em texto constitucional, o asilo somente pode ser conferido em caráter político.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 21

Em função do incremento nas atividades de transporte aéreo no Brasil, a sociedade empresária Fast Plane, sediada no país, resolveu adquirir helicópteros de última geração da pessoa jurídica holandesa Nederland Air Transport, que ficou responsável pela fabricação, montagem e envio da mercadoria. O contrato de compra e venda restou celebrado, presencialmente, nos Estados Unidos da América, restando ajustado que o cumprimento da obrigação se dará no Brasil.

No momento de receber as aeronaves, contudo, a adquirente verificou que o produto enviado era diverso do apontado no instrumento contratual. Decidiu a sociedade empresária Fast Plane, então, buscar auxílio jurídico para resolver a questão, inclusive para a propositura de eventual ação, caso não haja solução consensual.

Considerando-se o enunciado acima, aplicando-se a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei n° 4.657/42) e o Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

A) A lei aplicável na solução da questão é a holandesa, em razão do local de fabricação e montagem das aeronaves adquiridas.

B) A autoridade judiciária brasileira será competente para processar e julgar eventual ação proposta pela Fast Plane, mesmo se estabelecida cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro, em razão do princípio da inafastabilidade da jurisdição.

C) A autoridade judiciária brasileira tem competência exclusiva para processar e julgar eventual ação a ser proposta pela Fast Plane para resolver a questão.

D) A autoridade judiciária brasileira tem competência concorrente para processar e julgar eventual ação a ser proposta pela Fast Plane para resolver a questão.

Comentário:

A) Errado

Se trata de uma questão de competência, segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, LINDB e o Código de Processo Civil. Vide artigo 12 da LINDB e artigo 21, II do CPC.

B) Errado

Se trata de uma questão de competência, segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, LINDB e o Código de Processo Civil. Vide artigo 12 da LINDB e artigo 21, II do CPC.

C) Errado

Se trata de uma questão de competência, segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, LINDB e o Código de Processo Civil. Vide artigo 12 da LINDB e artigo 21, II do CPC.

D) Correto

Se trata de uma questão de competência, segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, LINDB e o Código de Processo Civil.

LINDB:

Art. 12. É competente a autoridade judiciária brasileira, quando for o réu domiciliado no Brasil ou aqui tiver de ser cumprida a obrigação.

CPC 2015:

Art. 21. Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que:

II - no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação;

> Art. 25. Não compete à autoridade judiciária brasileira o processamento e o julgamento da ação quando houver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro em contrato internacional, arguida pelo réu na contestação.

A autoridade judiciária brasileira tem competência concorrente para processar e julgar eventual ação a ser proposta pela Fast Plane para resolver a questão.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 22

A sociedade empresária ABC, concessionária de serviço de transporte público coletivo de passageiros, opera a linha de ônibus 123, que inicia seu trajeto no Município X e completa seu percurso no Município Y, ambos localizados no Estado Z.

Sobre a prestação onerosa desse serviço de transporte, deve incidir

A) o ISS, a ser recolhido para o Município X.
B) o ISS, a ser recolhido para o Município Y.
C) o ICMS, a ser cobrado de forma conjunta pelo Município X e o Município Y.
D) o ICMS, a ser recolhido para o Estado em que se localizam o Município X e o Município Y.

Comentário:

A) Errado

O imposto a ser recolhido é o ICMS, de competência estadual.

B) Errado

Seguindo o mesmo raciocínio da alternativa anterior.

C) Errado

O ICMS é um imposto estadual, não podendo ser recolhido pelos municípios Xe Y.

D) Correto

Para responder essa questão o candidato precisa conhecer o fato gerador do ICMS sobre transportes.

"CF88 Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

(...)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;"

O ICMS é um imposto estadual previsto no art. 155, II, CF, e tem como fato gerador a circulação de mercadoria, serviço de comunicação e serviço de transporte interestadual e intermunicipal. Assim, o transporte entre municípios no mesmo Estado implica em serviço intermunicipal, o que assegura ao Estado onde estão localizados os Municípios X e Y a recolherem o ICMS.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 23

João da Silva, servidor da Administração Tributária do Município Y, recebeu propina de José Pereira, adquirente de um imóvel, para, em conluio com este, emitir uma certidão que atestava falsamente a quitação de débito do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) incidente sobre a transferência de propriedade. A certidão seria apresentada ao tabelião para lavrar-se a escritura pública de compra e venda imobiliária e para posterior registro.

Considerando-se que, nesse Município, o contribuinte de ITBI é o adquirente de imóvel, assinale a afirmativa correta.

A) O servidor João da Silva poderá ser responsabilizado funcional e criminalmente por esse ato, mas a dívida tributária somente poderá ser cobrada de José Pereira, o único que é parte na relação jurídico-tributária com o Município credor.
B) O servidor João da Silva poderá ser responsabilizado pessoalmente pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos.
C) O tabelião poderá ser o único responsabilizado pela dívida tributária e juros de mora acrescidos, por ter lavrado a escritura pública sem averiguar, junto ao Fisco Municipal, a veracidade das informações da certidão apresentada.
D) Caso seja aplicada multa tributária punitiva contra José Pereira, este poderá exigir do Fisco que 50% do valor da multa seja cobrado do servidor João da Silva.

Comentário:

A) Errado

Existe sim a previsão no CTN para a responsabilidade tributária do servidor nessa situação.

B) Correto

Para responder essa questão o candidato precisa conhecer a responsabilidade de servidores públicos na emissão de certidão fiscal.

"CTN: Art. 208 A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos. Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber."

Nos termos do art. 208, CTN, quando uma certidão negativa é expedida com dolo ou fraude, o servidor se torna pessoalmente responsável pelo crédito tributário.

C) Errado

Não existe responsabilidade do tabelião, pois este não é obrigado a verificar a veracidade da certidão, podendo apenas exigi-la no ato de registro da escritura.

D) Errado

Não existe nenhuma previsão nesse sentido.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 24

Maria dos Santos, querendo constituir hipoteca sobre imóvel de sua propriedade em garantia de empréstimo bancário a ser por ela contraído, vai a um tabelionato para lavrar a escritura pública da referida garantia real. Ali, é informada que o Município Z, onde se situa o bem, cobra o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) sobre a constituição de direitos reais de garantia.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

A) É possível tal cobrança, pois a constituição de direito real de garantia sobre bens imóveis, por ato inter vivos, é uma das hipóteses de incidência do ITBI.

B) O contribuinte do ITBI, nesse caso, não seria Maria dos Santos, mas sim a instituição bancária em favor de quem a garantia real será constituída.

C) O tabelião atua como responsável por substituição tributária, recolhendo, no lugar do contribuinte, o ITBI devido em favor do Município Z nessa constituição de direitos reais de garantia.

D) Não é possível exigir ITBI sobre direitos reais de garantia sobre imóveis

---

Comentário:

A) Errado

Não está incluso na hipótese de incidência do ITBI, os Direitos Reais de Garantia.

B) Errado

Não existe incidência de ITBI neste caso.

C) Errado

Não existe incidência de ITBI neste caso.

D) Correto

Nos termos do art. 156, II, CF, o ITBI incide na transmissão onerosas de direitos reais sobre imóveis, exceto nos de garantia.

CF88

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

(...)

II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 25

Uma sociedade empresária em recuperação judicial requereu, perante a Secretaria Estadual de Fazenda do Estado X, o parcelamento de suas dívidas tributárias estaduais. O Estado X dispunha de uma lei geral de parcelamento tributário, mas não de uma lei específica para parcelamento de débitos tributários de devedor em recuperação judicial.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

A) O parcelamento não pode ser concedido caso inexista lei específica estadual que disponha sobre as condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial.

B) O prazo de parcelamento a ser concedido ao devedor em recuperação judicial quanto a tais débitos para com o Estado X não pode ser inferior ao concedido por lei federal específica de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial.

C) O parcelamento do crédito tributário exclui a incidência de juros, em regra, no caso de devedor em recuperação judicial.

D) O parcelamento do crédito tributário exclui a incidência de multas, em regra, no caso de devedor em recuperação judicial.

Comentário:

A) Errado

No CTN existe a previsão de uma regra de subsidiariedade nos casos em que inexistir lei específica estadual que regule o parcelamento da recuperação judicial.

B) Correto

Nos termos do art. 155-A, §3º, CTN, deve ser editada lei específica sobre condições de parcelamento dos créditos tributários de devedor em recuperação judicial. Contudo, o §3º do dispositivo afirma que a inexistência da lei específica importa na aplicação das leis gerais de parcelamento do ente federativo, não podendo ter prazo inferior à lei federal específica.

CTN

Art. 155-A. O parcelamento será concedido na forma e condição estabelecidas em lei específica.

(...)

§ 3o Lei específica disporá sobre as condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial.

C) Errado

O parcelamento é causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributária, e não de exclusão.

D) Errado

Em regra o parcelamento não exclui a incidência de juros e multas.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 26

Uma lei ordinária federal tratava de direitos do beneficiário de pensão previdenciária e também previa norma que ampliava, para 10 anos, o prazo decadencial para o lançamento dos créditos tributários referentes a uma contribuição previdenciária federal.

A respeito da ampliação de prazo, assinale a afirmativa correta.

A) É inválida, pois, em razão do caráter nacional das contribuições previdenciárias federais, somente poderia ser veiculada por Resolução do Senado Federal.
B) É inválida, pois somente poderia ser veiculada por Lei Complementar.
C) É válida, pois o CTN prevê a possibilidade de que o prazo geral de 5 anos, nele previsto para a Fazenda Pública constituir o crédito tributário, seja ampliado por meio de Lei Ordinária Específica.
D) É válida, por existir expressa previsão constitucional, específica para contribuições de seguridade social, autorizando a alteração de prazo de constituição do crédito tributário por Lei Ordinária.

Comentário:

A) Errado

Pois a decadência é uma matéria de norma geral do Direito Tributário, que deve ser produzida por lei complementar.

B) Correto

Para responder essa questão o candidato precisa conhecer a matéria tributária que deve ser introduzida por lei complementar.

CF88

Art. 146. Cabe à lei complementar:

(...)

III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

(...)

Súmula Vinculante 8 - STF

São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/1991, que tratam da prescrição e decadência do crédito tributário.

Obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;

Nos termos do art. 146, III, b, CF, cabe à lei complementar estabelecer normas gerais de direito tributário, especialmente em relação à prescrição. Esse entendimento foi confirmado pelo STF, com o julgamento da Súmula Vinculante nº 8, que declarou inconstitucional ampliação do prazo decadencial por via de lei ordinária.

C) Errado

Não há essa previsão no CTN.

D) Errado

Não há previsão nesse sentido na CF.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca



DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 27

Maria foi contratada, temporariamente, sem a realização de concurso público, para exercer o cargo de professora substituta em entidade autárquica federal, em decorrência do grande número de professores do quadro permanente em gozo de licença. A contratação foi objeto de prorrogação, de modo que Maria permaneceu em exercício por mais três anos, período durante o qual recebeu muitos elogios. Em razão disso, alunos, pais e colegas de trabalho levaram à direção da autarquia o pedido de criação de um cargo em comissão de professora, para que Maria fosse nomeada para ocupá-lo e continuasse a ali lecionar. Avalie a situação hipotética apresentada e, na qualidade de advogado(a), assinale a afirmativa correta.

A) Não é possível a criação de um cargo em comissão de professora, visto que tais cargos destinam-se apenas às funções de direção, chefia e assessoramento.

B) É adequada a criação de um cargo em comissão para que Maria prolongue suas atividades como professora na entidade administrativa, diante do justificado interesse público.

C) Maria tem estabilidade porque exerceu a função de professora por mais de três anos consecutivos, tornando desnecessária a criação de um cargo em comissão para que ela continue como professora na entidade autárquica.

D) Não é necessária a criação de um cargo em comissão para que Maria permaneça exercendo a função de professora, porque a contratação temporária pode ser prorrogada por tempo indeterminado.

Comentário:

A) Correto

A questão exigia conhecimento da letra de lei, pois, conforme art. 37, V, da CF/88 em se tratando de cargo em comissão, sua criação somente se destina a funções de direção, chefia e assessoramento:

> "Art. 37 (...) V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;"

Da mesma forma, através do **RE 1.041.210 RG**, o STF fixou a seguinte tese: a) A criação de cargos em comissão somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais; b) tal criação deve pressupor a necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado; (...)

Portanto, não é possível a criação de um cargo em comissão de professora.

B) Errado

A alternativa está claramente errada, pois, conforme explicação acima, a criação de cargos em comissão depende de outros requisitos, dentre os quais, o interesse público não se encaixa.

C) Errado

A alternativa tentou confundir a cabeça do candidato, pois apenas adquirem estabilidade os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo, assim como, derivados de concurso público, após 3 anos de efetivo exercício, conforme art. 41 da CF/88:

> "Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público."

Porém, no caso hipotético, Maria foi contratada temporariamente, ou seja, não ocupava cargo efetivo.

D) Errado

De acordo com a Lei 8.745/93, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, a contratação temporária não pode se dar por prazo indeterminado.

Em sendo caso de contratação de professor substituto, o prazo é de 1 ano, admitindo-se prorrogação, desde que não exceda 2 anos, conforme art. 4º, II e parágrafo único, I, da Lei 8.745/93:

> Art. 4º As contratações serão feitas por tempo **determinado**, observados os seguintes prazos máximos:
>
> II - 1 (um) ano, nos casos dos incisos III e IV, das alíneas d e f do inciso VI e do inciso X do caput do art. 2º; **(Contratação de Professor Substituto)**
>
> Parágrafo único. É admitida a prorrogação dos contratos:
>
> I - no caso do inciso IV, das alíneas b, d e f do inciso VI e do inciso X do caput do art. 2o, desde que o prazo total não exceda a 2 (dois) anos;

Portanto, a alternativa está errada.

Gabarito: A

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 28

Otacílio, novo prefeito do Município Kappa, acredita que o controle interno é uma das principais ferramentas da função administrativa, razão pela qual determinou o levantamento de dados nos mais diversos setores da Administração local, a fim de apurar se os atos administrativos até então praticados continham vícios, bem como se ainda atendiam ao interesse público. Diante dos resultados de tal apuração, Otacílio deverá

A) revogar os atos administrativos que contenham vícios insanáveis, ainda que com base em valores jurídicos abstratos.

B) convalidar os atos administrativos que apresentem vícios sanáveis, mesmo que acarretem lesão ao interesse público.

C) desconsiderar as circunstâncias jurídicas e administrativas que houvessem imposto, limitado ou condicionado a conduta do agente nas decisões sobre a regularidade de ato administrativo.

D) indicar, de modo expresso, as consequências jurídicas e administrativas da invalidação de ato administrativo.

Comentário:

A) Errado

A revogação recai sobre atos legais, sendo utilizada apenas para os atos válidos. Já a anulação tem como pressuposto a ilegalidade, ou seja, a existência de vícios.

B) Correto

A questão exigia conhecimento do Art. 21 da LINDB, o qual afirma:

> "Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas."

Portanto, Otacílio deverá indicar, de modo expresso, as consequências jurídicas e administrativas da invalidação de ato administrativo.

C) Errado

Alternativa visivelmente errada para quem conhece o instituto da convalidação. Conforme art. 55 da Lei 9.784/99, em decisão na qual se evidencie **não acarretarem lesão ao interesse público** nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração."

Portanto, não é possível aplicar a convalidação diante da existência de lesão ao interesse público.

D) Errado

Esta alternativa contraria o disposto no art. 22, § 1º, da LINDB:

> § 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente**."**

Gabarito: B

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 29

A autoridade competente, em âmbito federal, no regular exercício do poder de polícia, aplicou à sociedade empresária Soneca S/A multa em razão do descumprimento das normas administrativas pertinentes. Inconformada, a sociedade Soneca S/A apresentou recurso administrativo, ao qual foi conferido efeito suspensivo, sendo certo que não sobreveio qualquer manifestação do superior hierárquico responsável pelo julgamento, após o transcurso do prazo de oitenta dias. Considerando o contexto descrito, assinale a afirmativa correta.

A) Não se concederá Mandado de Segurança para invalidar a penalidade de multa aplicada a Soneca S/A, submetida a recurso administrativo provido de efeito suspensivo.

B) O ajuizamento de qualquer medida judicial por Soneca S/A depende do esgotamento da via administrativa.

C) Não há mora da autoridade superior hierárquica, que, por determinação legal, dispõe do prazo de noventa dias para decidir.

D) A omissão da autoridade competente em relação ao seu dever de decidir, ainda que se prolongue por período mais extenso, não enseja a concessão de Mandado de Segurança.

Comentário:

A) Correto

Para responder a questão foi necessário conhecimento da Lei 12.016/2009 (Mandado de Segurança Individual e Coletivo).

Conforme art. 5º, I, da Lei 12.016/2009:

> Art. 5º Não se concederá mandado de segurança quando se tratar:
>
> I - de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução;

Portanto, encontra-se correta a "alternativa A", pois não se concederá Mandado de Segurança para invalidar a penalidade de multa aplicada a Soneca S/A, submetida a recurso administrativo provido de efeito suspensivo.

Para consolidar o conhecimento, vamos analisar o erro das demais alternativas:

B) Errado

A alternativa configura violação ao princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, previsto no art. 5º, XXXV, da CRFB/88.

> XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito

C) Errado

De acordo com o art. 59, §1º, da Lei 9.784/99, a decisão do recurso administrativo deve ocorrer no prazo de 30 dias, salvo se houver disposição legal diversa.

> "Art. 59. Salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
>
> § 1o Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de trinta dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente."

D) Errado

A alternativa contraria o entendimento firmado pela Súmula 429 do STF:

> "Súmula 429. A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo não impede o uso do mandado de segurança contra omissão da autoridade."

Gabarito: A

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 30

O Município Beta concedeu a execução do serviço público de veículos leves sobre trilhos e, ao verificar que a concessionária não estava cumprindo adequadamente as obrigações determinadas no respectivo contrato, considerou tomar as providências cabíveis para a regularização das atividades em favor dos usuários. Nesse caso,

A) impõe-se a encampação, mediante a retomada do serviço pelo Município Beta, sem o pagamento de indenização.

B) a hipótese é de caducidade a ser declarada pelo Município Beta, mediante decreto, que independe da verificação prévia da inadimplência da concessionária.

C) cabe a revogação do contrato administrativo pelo Município Beta, diante da discricionariedade e precariedade da concessão, formalizada por mero ato administrativo.

D) é possível a intervenção do Município Beta na concessão, com o fim de assegurar a adequada prestação dos serviços, por decreto do poder concedente, que conterá designação do interventor, o prazo, os objetivos e os limites da medida.

Comentário:

A) Errado

De acordo com o art. 37 da Lei 8.987/95, "Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio **pagamento da indenização**, na forma do artigo anterior."

B) Errado

De acordo com o art. 38, §2º, da Lei 8.987/95, "A declaração da caducidade da concessão deverá ser precedida da **verificação da inadimplência da concessionária** em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa."

C) Errado

A concessão de serviço público tem natureza contratual, não se podendo falar, assim, em precariedade, possibilidade de revogação, muito menos sustentar que seria caso de ato administrativo.

De acordo com o art. 4º da Lei 8.987/95, "A concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será formalizada mediante contrato, que deverá observar os termos desta Lei, das normas pertinentes e do edital de licitação."

D) Correto

A questão exigia conhecimento acerca da Concessão de Serviços Públicos (Lei 8.987/95). Consoante o art. 32, caput e parágrafo único, da Lei 8.987/95:

> "Art. 32. O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.
>
> Parágrafo único. A intervenção far-se-á por decreto do poder concedente, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida."

Portanto, é possível a intervenção do Município Beta na concessão, com o fim de assegurar a adequada prestação dos serviços, por decreto do poder concedente,

que conterá designação do interventor, o prazo, os objetivos e os limites da medida.

Gabarito: D

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 31

Diante da necessidade de construção de uma barragem no Município Alfa, a ser efetuada em terreno rural de propriedade de certa sociedade de economia mista federal, o Poder Legislativo local fez editar uma lei para declarar a desapropriação por utilidade pública, após a autorização por decreto do Presidente da República, sendo certo que, diante do sucesso das tratativas entre os chefes do Executivo dos entes federativos em questão, foi realizado acordo na via administrativa para ultimar tal intervenção do Estado na propriedade. Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

A) A autorização por decreto não pode viabilizar a desapropriação do bem em questão pelo Município Alfa, porque os bens federais não são expropriáveis.

B) A iniciativa do Poder Legislativo do Município Alfa para declarar a desapropriação é válida, cumprindo ao respectivo Executivo praticar os atos necessários para sua efetivação.

C) A intervenção na propriedade em tela não pode ser ultimada na via administrativa, mediante acordo entre os entes federativos envolvidos.

D) O Município Alfa não tem competência para declarar a desapropriação por utilidade pública de propriedades rurais.

Comentário:

A) Errado

A alternativa contraria o teor do art. 2º, §3º, do Decreto Lei das desapropriações por utilidade pública (Decreto-lei 3.365/41), de seguinte redação:

> Art. 2º Mediante declaração de utilidade pública, t**odos os bens poderão ser desapropriados** pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.
>
> § 3º É vedada a desapropriação, pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios de ações, cotas e direitos representativos do capital de instituições e empresas cujo funcionamento dependa de autorização do Governo Federal e se subordine à sua fiscalização, salvo mediante prévia autorização, **por decreto do Presidente da República.**"

B) Correto

A questão exigia o conhecimento da letra de lei, mais especificamente do art. 8º da Lei 8.987/95, que assim dispõe:

> Art. 8º O Poder Legislativo poderá tomar a iniciativa da desapropriação, cumprindo, neste caso, ao Executivo, praticar os atos necessários à sua efetivação.

Portanto, a assertiva está totalmente de acordo com o artigo supracitado.

C) Errado

O acordo é uma das possibilidades previstas em lei para a efetivação da desapropriação. Assim dispõe o art. 10 do Decreto-lei 3.65/41:

> "Art. 10. A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de cinco anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará."

D) Errado

Não existe nenhum óbice de competência aos entes federativos para proceder a desapropriações de imóveis rurais.

Apenas uma exceção é prevista, que ocorre quando a expropriação for por interesse social para fins de reforma agrária. Daí tal competência exclusiva se faz presente, conforme dispõe o art. 184, caput, da CRFB/88:

> "Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei."

Na hipótese em exame, a desapropriação seria por utilidade pública, donde seria competente o município para efetivá-la.

Gabarito: B

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 32

Rafael, funcionário da concessionária prestadora do serviço público de fornecimento de gás canalizado, realizava reparo na rede subterrânea, quando deixou a tampa do bueiro aberta, sem qualquer sinalização, causando a queda de Sônia, transeunte que caminhava pela calçada. Sônia, que trabalha como faxineira diarista, quebrou o fêmur da perna direita em razão do ocorrido e ficou internada no hospital por 60 dias, sem poder trabalhar. Após receber alta, Sônia procurou você, como advogado(a), para ajuizar ação indenizatória em face

A) da concessionária, com base em sua responsabilidade civil objetiva, para cuja configuração é desnecessária a comprovação de dolo ou culpa de Rafael.

B) do Estado, como poder concedente, com base em sua responsabilidade civil direta e subjetiva, para cuja configuração é prescindível a comprovação de dolo ou culpa de Rafael.

C) de Rafael, com base em sua responsabilidade civil direta e objetiva, para cuja configuração é desnecessária a comprovação de ter agido com dolo ou culpa, assegurado o direito de regresso contra a concessionária.

D) do Município, como poder concedente, com base em sua responsabilidade civil objetiva, para cuja configuração é imprescindível a comprovação de dolo ou culpa de Rafael.

Comentários:

A) Correto

A responsabilidade civil da concessionária de Serviços Públicos por danos causados a terceiros é direta. Conforme art. 25, caput, da Lei 8.987/95:

> Art. 25. Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade.

Além da responsabilidade ser direta, ela é objetiva, ou seja, o dever de indenizar independe de conduta culposa ou dolosa por parte do agente público causador dos danos. Conforme art. 37, §6º, da CRFB/88:

> Art. 37 § 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

A responsabilidade do Estado é meramente subsidiária, a depender, portanto, de a concessionária não apresentar patrimônio suficiente para reparar a integralidade dos danos. Este é o entendimento manso e pacífico em sedes doutrinária e jurisprudencial.

Portanto, a questão está totalmente de acordo com a letra de lei.

B) Errado

A responsabilidade do Estado é meramente subsidiária, a depender, portanto, de a concessionária não apresentar patrimônio suficiente para reparar a integralidade dos danos. Este é o entendimento manso e pacífico em sedes doutrinária e jurisprudencial.

C) Errado

Conforme já exposto, Rafael não é responsável direta e objetivamente, mas sim, a concessionária de Serviço Público.

D) Errado

A responsabilidade é da Concessionária, conforme já exposto. Porém, cabe ressaltar que o Munícipio não seria o Poder Concedente no caso hipotético, mas sim o Estado, pois o serviço de fornecimento de gás canalizado é de competência dos Estados.

Desta forma, dispõe o § 2º do art. 25 da CF/88

> Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.
>
> § 2º Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

Gabarito: A

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

DIREITO AMBIENTAL

Questão 33

Seguindo plano de expansão de seu parque industrial para a produção de bebidas, o conselho de administração da sociedade empresária Frescor S/A autoriza a destruição de parte de floresta inserida em Área de Preservação Permanente, medida que se consuma na implantação de nova fábrica.

Sobre responsabilidade ambiental, tendo como referência a hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

A) Frescor S/A responde civil e administrativamente, sendo excluída a responsabilidade penal por ter a decisão sido tomada por órgão colegiado da sociedade.

B) Frescor S/A responde civil e administrativamente, uma vez que não há tipificação criminal para casos de destruição de Área de Preservação Permanente, mas apenas de Unidades de Conservação.

C) Frescor S/A responde civil, administrativa e penalmente, sendo a ação penal pública, condicionada à prévia apuração pela autoridade ambiental competente.

D) Frescor S/A responde civil, administrativa e penalmente, sendo agravante da pena a intenção de obtenção de vantagem pecuniária.

Comentário:

A) Errado

A responsabilidade penal não pode ser excluída na referida hipótese, independentemente da decisão ter sido tomada pelo conselho administrativo, devendo a Frescor S/A responder também responder penalmente pela infração.

B) Errado

A Lei dos Crimes Ambientais dispõe, sim, acerca da destruição das áreas de Preservação Permanente, devendo a empresa responsável por tal responder civil, administrativa e penalmente.

C) Errado

A ação penal pública não está condicionada à prévia apuração pela autoridade ambiental competente para que a Frescor S/A responda pela infração.

D) Correto

A Lei dos Crimes Ambientais, de nº 9.605/98, dispõe acerca da destruição de florestas em áreas de Preservação Permanente e da responsabilização por esse ilícito em seus artigos 38 e 15. Observa-se o texto dos referidos artigos:

> Dos Crimes contra a Flora:
> Art. 38. Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção:
> Art. 15. São circunstâncias que agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime:
> II - ter o agente cometido a infração:
> a) para obter vantagem pecuniária;

Entende-se, então, que a Frescor S/A responderá no âmbito civil, administrativo e também penal, devido ao objetivo pecuniário pretendido pela empresa.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 34

Efeito Estufa Ltda., sociedade empresária que atua no processamento de alimentos, pretende instalar nova unidade produtiva na área urbana do Município de Ar Puro, inserida no Estado Y. Para esse fim, verificou que a autoridade competente para realizar o licenciamento ambiental será a do próprio Município de Ar Puro.

Sobre o caso, assinale a opção que indica quem deve realizar o estudo de impacto ambiental.

A) O Município de Ar Puro.

B) O Estado Y.

C) O IBAMA.

D) Profissionais legalmente habilitados, às expensas do empreendedor.

Comentário:

A) Errado

De acordo com a resolução do CONAMA 01/1986, não é de responsabilidade do município o financiamento do estudo de impacto ambiental.

B) Errado

Como disposto na resolução do CONAMA 01/1986, não é de responsabilidade do Estado o financiamento do estudo de impacto ambiental.

C) Errado

Como disposto na resolução do CONAMA 01/1986, não é de responsabilidade do IBAMA o financiamento do estudo de impacto ambiental.

D) Correto

A questão trata dos estudos e avaliações de impactos ambientais. Observando a resolução do CONAMA 01/1986, entende-se que o estudo de impacto ambiental deve ser financiado pelo proponente do projeto. Lê-se tal dispositivo:

> Art. 8º Correrão por conta do proponente do projeto todas as despesas e custos referentes à realização do estudo de impacto ambiental, tais como: coleta e aquisição dos dados e informações, trabalhos e inspeções de campo, análises de laboratório, estudos técnicos e científicos e acompanhamento e monitoramento dos impactos, elaboração do RIMA e fornecimento de pelo menos 5 (cinco) cópias.

Desse modo, entende-se que a Efeito Estufa Ltda. Deve financiar a realização do estudo de impacto ambiental, o qual será guiado por profissionais aptos e legalmente habilitados a fazê-lo.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO CIVIL

Questão 35

João, único herdeiro de seu avô Leonardo, recebeu, por ocasião da abertura da sucessão deste último, todos os seus bens, inclusive uma casa repleta de antiguidades.

Necessitando de dinheiro para quitar suas dívidas, uma das primeiras providências de João foi alienar uma pintura antiga que sempre estivera exposta na sala da casa, por um valor módico, ao primeiro comprador que encontrou.

João, semanas depois, leu nos jornais a notícia de que reaparecera no mercado de arte uma pintura valiosíssima de um célebre artista plástico. Sua surpresa foi enorme ao descobrir que se tratava da pintura que ele alienara, com valor milhares de vezes maior do que o por ela cobrado. Por isso, pretende pleitear a invalidação da alienação.

A respeito do caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) O negócio jurídico de alienação da pintura celebrado por João está viciado por lesão e chegou a produzir seus efeitos regulares, no momento de sua celebração.

B) O direito de João a obter a invalidação do negócio jurídico, por erro, de alienação da pintura, não se sujeita a nenhum prazo prescricional

C) A validade do negócio jurídico de alienação da pintura subordina-se necessariamente à prova de que o comprador desejava se aproveitar de sua necessidade de obter dinheiro rapidamente.

D) Se o comprador da pintura oferecer suplemento do preço pago de acordo com o valor de mercado da obra, João poderá optar entre aceitar a oferta ou invalidar o negócio.

Comentário:

A) Correto

A questão trata de negócio jurídico. Vejamos:

Código Civil:

Art. 157. Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

Art. 178. É de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado:

II - no de erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão, do dia em que se realizou o negócio jurídico;

O negócio jurídico está viciado em função de lesão a uma das partes.

B) Errado

O direito de João a obter a invalidação do negócio jurídico, por erro, de alienação da pintura, se sujeita ao prazo decadencial de quatro anos.

C) Errado

A validade do negócio jurídico de alienação da pintura não se subordina necessariamente à prova de que o comprador desejava se aproveitar de sua necessidade de obter dinheiro rapidamente, podendo ocorrer, também, por inexperiência.

D) Errado

Se o comprador da pintura oferecer suplemento do preço pago de acordo com o valor de mercado da obra, o negócio jurídico não será anulado.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 36

Salomão, solteiro, sem filhos, 65 anos, é filho de Lígia e Célio, que faleceram recentemente e eram divorciados. Ele é irmão de Bernardo, 35 anos, médico bem-sucedido, filho único do segundo casamento de Lígia. Salomão, por circunstâncias sociais, não mantinha contato com Bernardo.

Em razão de uma deficiência física, Salomão nunca exerceu atividade laborativa e sempre morou com o pai, Célio, até o falecimento deste. Com frequência, seu primo Marcos, comerciante e grande amigo, o visita.

Com base no caso apresentado, assinale a opção que indica quem tem obrigação de pagar alimento a Salomão.

A) Marcos é obrigado a pagar alimentos a Salomão, no caso de necessidade deste.

B) Por ser irmão unilateral, Bernardo não deve, em hipótese alguma, alimentos a Salomão.

C) Bernardo, no caso de necessidade de Salomão, deve arcar com alimentos.

D) Bernardo e Marcos deverão dividir alimentos, entre ambos, de forma igualitária.

Comentário:

A) Errado

Marcos não é obrigado a pagar alimentos a Salomão, no caso de necessidade deste, pois Marcos é colateral (primo) e a obrigação cabe aos descendentes e aos irmãos.

B) Errado

Ainda que seja irmão unilateral, Bernardo deve alimentos a Salomão, tendo em vista que a obrigação alimentar cabe tanto aos irmãos germanos, quanto aos unilaterais.

C) Correta

Bernardo, no caso de necessidade de Salomão, deve arcar com alimentos.

Nesse sentido, vide Código Civil:

> Art. 1.697. Na falta dos ascendentes cabe a obrigação aos descendentes, guardada a ordem de sucessão e, faltando estes, aos irmãos, assim germanos como unilaterais.

D) Errado

Bernardo, no caso de necessidade de Salomão, deve arcar com os alimentos, sozinho. Marcos não é obrigado a pagar alimentos a Salomão, pois é colateral.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 37

Antônio, divorciado, proprietário de três imóveis devidamente registrados no RGI, de valores de mercado semelhantes, decidiu transferir onerosamente um de seus bens ao seu filho mais velho, Bruno, que mostrou interesse na aquisição por valor próximo ao de mercado.

No entanto, ao consultar seus dois outros filhos (irmãos do pretendente comprador), um deles, Carlos, opôs-se à venda. Diante disso, bastante chateado com a atitude de Carlos, seu filho que não concordou com a compra e venda do imóvel, decidiu realizar uma doação a favor de Bruno.

Em face do exposto, assinale a afirmativa correta.

A) A compra e venda de ascendente para descendente só pode ser impedida pelos demais descendentes e pelo cônjuge, se a oposição for unânime.

B) Não há, na ordem civil, qualquer impedimento à realização de contrato de compra e venda de pai para filho, motivo pelo qual a oposição feita por Carlos não poderia gerar a anulação do negócio.

C) Antônio não poderia, como reação à legítima oposição de Carlos, promover a doação do bem para um de seus filhos (Bruno), sendo tal contrato nulo de pleno direito.

D) É legítima a doação de ascendentes para descendente, independentemente da anuência dos demais, eis que o ato importa antecipação do que lhe cabe na herança.

Comentário:

A questão trata de contratos.

Código Civil:

Art. 496. É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.

Parágrafo único. Em ambos os casos, dispensa-se o consentimento do cônjuge se o regime de bens for o da separação obrigatória.

Art. 544. A doação de ascendentes a descendentes, ou de um cônjuge a outro, importa adiantamento do que lhes cabe por herança.

A) Errado

A compra e venda de ascendente para descendente pode ser impedida pelos demais descendentes ou pelo cônjuge, bastando que um deles se oponha.

B) Errado

Não há, na ordem civil, impedimento à realização de contrato de compra e venda de pai para filho, desde que os demais descendentes e cônjuge – salvo regime de separação total de bens, consintam expressamente, caso contrário, poderá gerar a anulação do negócio.

C) Errado

Antônio poderia, como reação à legítima oposição de Carlos, promover a doação do bem para um de seus filhos (Bruno), sendo tal contrato válido, importando, essa doação, como adiantamento de herança.

D) Correto

É legítima a doação de ascendentes para descendente, independentemente da anuência dos demais, eis que o ato importa antecipação do que lhe cabe na herança.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 38

Márcia, adolescente com 17 anos de idade, sempre demonstrou uma maturidade muito superior à sua faixa etária. Seu maior objetivo profissional é o de tornar-se professora de História e, por isso, decidiu criar um canal em uma plataforma on-line, na qual publica vídeos com aulas por ela própria elaboradas sobre conteúdos históricos.

O canal tornou-se um sucesso, atraindo multidões de jovens seguidores e despertando o interesse de vários patrocinadores, que começaram a procurar a jovem, propondo contratos de publicidade. Embora ainda não tenha obtido nenhum lucro com o canal, Márcia está animada com a perspectiva de conseguir custear seus estudos na Faculdade de História se conseguir firmar alguns desses contratos. Para facilitar as atividades da jovem, seus pais decidiram emancipá-la, o que permitirá que celebre negócios com futuros patrocinadores com mais agilidade.

Sobre o ato de emancipação de Márcia por seus pais, assinale a afirmativa correta.

A) Depende de homologação judicial, tendo em vista o alto grau de exposição que a adolescente tem na internet.

B) Não tem requisitos formais específicos, podendo ser concedida por instrumento particular.

C) Deve, necessariamente, ser levado a registro no cartório competente do Registro Civil de Pessoas Naturais.

D) É nulo, pois ela apenas poderia ser emancipada caso já contasse com economia própria, o que ainda não aconteceu.

Comentário:

A questão trata de capacidade.

Código Civil:

Art. 5º. Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade:

I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;

Art. 9º Serão registrados em registro público:

II - a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz;

A) Errado

Independe de homologação judicial, bastando que seja feita mediante instrumento público.

B) Errado

Tem requisitos formais específicos, devendo ser concedida por instrumento público, e levada a registro no cartório competente do Registro Civil de Pessoas Naturais.

C) Correta

Deve, necessariamente, ser levado a registro no cartório competente do Registro Civil de Pessoas Naturais.

D) Errado

É válido, pois os pais podem conceder a emancipação, independentemente dela contar com economia própria ou não.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 39

Aldo e Mariane são casados sob o regime da comunhão parcial de bens, desde setembro de 2013. Em momento anterior ao casamento, Rubens, pai de Mariane, realizou a doação de um imóvel à filha. Desde então, a nova proprietária acumula os valores que lhe foram pagos pelos locatários do imóvel.

No ano corrente, alguns desentendimentos fizeram com que Mariane pretendesse se divorciar de Aldo. Para tal finalidade, procurou um advogado, informando que a soma dos aluguéis que lhe foram pagos desde a doação do imóvel totalizava R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), sendo que R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) foram auferidos antes do casamento e o restante, após. Mariane relatou, ainda, que atualmente o imóvel se encontra vazio, sem locatários.

Sobre essa situação e diante de eventual divórcio, assinale a afirmativa correta.

A) Quanto aos aluguéis, Aldo tem direito à meação sob o total dos valores.

B) Tendo em vista que o imóvel locado por Mariane é seu bem particular, os aluguéis por ela auferidos não se comunicam com Aldo.

C) Aldo tem direito à meação dos valores recebidos por Mariane, durante o casamento, a título de aluguel.

D) Aldo faz jus à meação tanto sobre a propriedade do imóvel doado a Mariane por Rubens, quanto sobre os valores recebidos a título de aluguel desse imóvel na constância do casamento.

Comentário:

A questão trata de regime de bens.

Código Civil:

Art. 1.660. Entram na comunhão:

V - os frutos dos bens comuns, ou dos particulares de cada cônjuge, percebidos na constância do casamento, ou pendentes ao tempo de cessar a comunhão.

A) Errado

Quanto aos aluguéis, Aldo tem direito à meação dos valores recebidos por Mariane, apenas durante o casamento.

B) Errado

Ainda que o imóvel locado por Mariane seja seu bem particular, os frutos (alugueis) percebidos na constância do casamento, se comunicam com Aldo.

C) Correto

Aldo tem direito à meação dos valores recebidos por Mariane, durante o casamento, a título de aluguel.

D) Errado

Aldo faz jus à meação apenas dos valores recebidos por Mariane, durante o casamento, a título de aluguel.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 40

Arnaldo faleceu e deixou os filhos Roberto e Álvaro. No inventário judicial de Arnaldo, Roberto, devedor contumaz na praça, renunciou à herança, em 05/11/2019, conforme declaração nos autos. Considerando que o falecido não deixou testamento e nem dívidas a serem pagas, o valor líquido do monte a ser partilhado era de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Bruno é primo de Roberto e também seu credor no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais). No dia 09/11/2019, Bruno tomou conhecimento da manifestação de renúncia supracitada e, no dia 29/11/2019, procurou um advogado para tomar as medidas cabíveis.

Sobre esta situação, assinale a afirmativa correta.

A) Em nenhuma hipótese Bruno poderá contestar a renúncia da herança feita por Roberto.
B) Bruno poderá aceitar a herança em nome de Roberto, desde que o faça no prazo de quarenta dias seguintes ao conhecimento do fato.
C) Bruno poderá, mediante autorização judicial, aceitar a herança em nome de Roberto, recebendo integralmente o quinhão do renunciante.
D) Bruno poderá, mediante autorização judicial, aceitar a herança em nome de Roberto, no limite de seu crédito.

Comentário:

A) Errado

Lê-se o artigo 1.813 do Código Civil, o qual dispõe sobre a renúncia da herança:

Art. 1.813. Quando o herdeiro prejudicar os seus credores, renunciando à herança, poderão eles, com autorização do juiz, aceitá-la em nome do renunciante.

Desse modo, entende-se que Bruno, enquanto credor de Roberto, tem o direito de contestar a renúncia da herança feita por aquele, o qual é seu devedor. Além disso, após a autorização expressa do juiz, Bruno detém o direito de aceitar a herança, respeitado o limite do crédito existente, em nome de Roberto.

B) Errado

De acordo com o disposto no §1º do artigo 1.813 do CC/02, Bruno detém autorização para aceitar a herança em nome de Roberto, seu devedor, no prazo de 30 dias após a ciência do fato, e não 40 dias, como apresentado na alternativa. Observa-se o dispositivo:

Art. 1.813. §1º A habilitação dos credores se fará no prazo de trinta dias seguintes ao conhecimento do fato.

C) Errado

Como disposto no §2º do artigo 1.813, CC/02, Bruno, após autorização judicial, pode receber a herança em nome de Roberto, seu credor, mas somente até o limite do seu crédito. Lê-se o dispositivo:

Art. 1.813. §2º Pagas as dívidas do renunciante, prevalece a renúncia quanto ao remanescente, que será devolvido aos demais herdeiros.

D) Correto

Como visto no art. 1.813 do Código Civil, Bruno – enquanto credor de Roberto – detém o direito de aceitar a herança em nome deste após obter autorização judicial, desde que respeitando os limites do seu crédito.

Art. 1.813. Quando o herdeiro prejudicar os seus credores, renunciando à herança, poderão eles, com autorização do juiz, aceitá-la em nome do renunciante.

§2º Pagas as dívidas do renunciante, prevalece a renúncia quanto ao remanescente, que será devolvido aos demais herdeiros.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 41

Aldo e Mariane são casados sob o regime da comunhão parcial de bens, desde setembro de 2013. Em momento anterior ao casamento, Rubens, pai de Mariane, realizou a doação de um imóvel à filha. Desde então, a nova proprietária acumula os valores que lhe foram pagos pelos locatários do imóvel.

No ano corrente, alguns desentendimentos fizeram com que Mariane pretendesse se divorciar de Aldo. Para tal finalidade, procurou um advogado, informando que a soma dos aluguéis que lhe foram pagos desde a doação do imóvel totalizava R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), sendo que R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) foram auferidos antes do casamento e o restante, após. Mariane relatou, ainda, que atualmente o imóvel se encontra vazio, sem locatários.

Sobre essa situação e diante de eventual divórcio, assinale a afirmativa correta:

A) Quanto aos aluguéis, Aldo tem direito à meação sob o total dos valores.
B) Tendo em vista que o imóvel locado por Mariane é seu bem particular, os aluguéis por ela auferidos não se comunicam com Aldo.
C) Aldo tem direito à meação dos valores recebidos por Mariane, durante o casamento, a título de aluguel.
D) Aldo faz jus à meação tanto sobre a propriedade do imóvel doado a Mariane por Rubens, quanto sobre os valores recebidos a título de aluguel desse imóvel na constância do casamento.

Comentário:

A) Errado

Observa-se o artigo 1.660 do Código Civil, o qual dispõe acerca do regime de bens:

Art. 1.660. Entram na comunhão:

V - os frutos dos bens comuns, ou dos particulares de cada cônjuge, percebidos na constância do casamento, ou pendentes ao tempo de cessar a comunhão.

Em se tratando dos aluguéis, entende-se que Aldo detém somente durante o casamento o direito à meação dos valores recebidos por Mariane.

B) Errado

Como disposto no inciso V do artigo 1.660, CC/02, os frutos dos bens particulares de um dos cônjuges é contabilizado na comunhão gerada pelo casamento. Dessa forma, portanto, os lucros auferidos por Mariane decorrentes do aluguel de seu imóvel são comunicáveis também com Aldo.

C) Correto

Aldo de fato detém o direito à meação os bens e valores obtidos por Mariane durante o casamento de ambos, como disposto no artigo 1.660 do Código Civil:

Art. 1.660. Entram na comunhão:

V - os frutos dos bens comuns, ou dos particulares de cada cônjuge, percebidos na constância do casamento, ou pendentes ao tempo de cessar a comunhão.

D) Errado

Aldo tem direito à meação dos bens e valores recebidos somente durante o casamento, de modo Aldo não tem direito à meação do imóvel em questão, sendo este particular de Mariane, recebido em doação anterior ao casamento.

Observa-se também o artigo 1.659 do CC/02:

Art. 1.659. Excluem-se da comunhão:

I - (1) os bens que cada cônjuge possuir ao casar, e (2) os que lhe sobrevierem, na constância do casamento, por (a) doação ou (b) sucessão, e (c) os sub-rogados em seu lugar;

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca



DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão 42

O adolescente João, com 16 anos completos, foi apreendido em flagrante quando praticava ato infracional análogo ao crime de furto. Devidamente conduzido o processo, de forma hígida, ele foi sentenciado ao cumprimento de medida socioeducativa de 1 ano, em regime de semiliberdade. Sobre as medidas socioeducativas aplicadas a João, assinale a afirmativa correta.

A) A medida de liberdade assistida será fixada pelo prazo máximo de 6 meses, sendo que, ao final de tal período, caso João não se revele suficientemente ressocializado, a medida será convolada em internação.

B) A medida aplicada foi equivocada, pois deveria ter sido, necessariamente, determinada a internação de João.

C) No regime de semiliberdade, João poderia sair da instituição para ocupações rotineiras de trabalho e estudo, sem necessidade de autorização judicial.

D) A medida aplicada foi equivocada, pois não poderia, pelo fato análogo ao furto, ter a si aplicada medida diversa da liberdade assistida.

Comentários:

A) Errado

O enunciado trata da aplicação de medidas socioeducativas. Inicialmente, pode-se eliminar a alternativa "A", pois afirma que a liberdade assistida será fixada pelo prazo máximo de seis meses. Em sentido diverso, dispõe o artigo 118, §2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, vejamos:

> Art. 118, ECA. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.
> §1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.
> §2º A liberdade assistida será fixada pelo **prazo mínimo de seis meses**, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

B) Errado

Igualmente, a alternativa "B" deve ser descartada por estabelecer como única medida cabível à hipótese a internação. Inobstante, o artigo 122, §2º, do ECA, abaixo transcrito, fixa as possibilidades de aplicação desta medida.

> Art. 122, ECA. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:
> I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;
> II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;
> III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.
> §1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a 3 (três) meses, devendo ser decretada judicialmente após o devido processo legal. (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012)
> §2º **Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada**.

Depreende-se da leitura do parágrafo grifado que a internação deve ser medida aplicada subsidiariamente, diante da inexistência de outra medida mais adequada.

C) Correto

Por fim, conforme dispõe o artigo 120, do Estatuto, a realização de atividades externas, no regime de semiliberdade, independe de autorização judicial.

> Art. 120, ECA. O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a **realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial**.
> §1º São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.
> §2º A medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

D) Errado

Com base na explicação das alternativas anteriores.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 43

Maria chega à maternidade já em trabalho de parto, sendo atendida emergencialmente. Felizmente, o parto ocorre sem problemas e Maria dá à luz, Fernanda. No mesmo dia do parto, a enfermeira Cláudia escuta a conversa entre Maria e uma amiga que a visitava, na qual Maria oferecia Fernanda a essa amiga em adoção, por não se sentir preparada para a maternidade. Preocupada com a conversa, Cláudia a relata ao médico obstetra de plantão, Paulo, o qual, por sua vez, noticia o ocorrido a Carlos, diretor-geral do hospital. Naquela noite, já recuperada, Maria e a mesma amiga vão embora da maternidade, sem que nada tenha ocorrido e nenhuma providência tenha sido tomada por qualquer dos personagens envolvidos – Cláudia, Paulo ou Carlos. Diante dos fatos acima, assinale a afirmativa correta.

A) Não foi cometida qualquer infração, porque a adoção irregular não se consumou no âmbito da maternidade.

B) Carlos cometeu infração administrativa, consubstanciada no não encaminhamento do caso à autoridade judiciária, porque somente o diretor do hospital pode fazê-lo.

C) Carlos e Paulo não cometeram infração administrativa ao não encaminharem o caso à autoridade judiciária, porque não cabe ao corpo médico tal atribuição.

D) Carlos, Paulo e Cláudia cometeram infração administrativa por não encaminharem o caso de que tinham conhecimento para a autoridade judiciária.

Comentários:

A questão aborda a temática das infrações administrativas, disciplinadas no Capítulo II, do Título VII, do Estatuto da Criança e do Adolescente. O enunciado indaga acerca da possibilidade de responsabilização dos profissionais de saúde, decorrente da omissão no dever de informar. Esta imposição consubstancia-se no artigo 258-B, do ECA, vejamos:

> Art. 258-B, ECA. Deixar o **médico, enfermeiro ou dirigente** de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de efetuar imediato **encaminhamento à autoridade judiciária** de caso de que tenha conhecimento de mãe ou gestante **interessada em entregar seu filho para adoção**: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)
> Pena - multa de R$ 1.000,00 (mil reais) a R$ 3.000,00 (três mil reais). (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)
> Parágrafo único. Incorre na mesma pena o funcionário de programa oficial ou comunitário destinado à garantia do direito à convivência familiar que deixa de efetuar a comunicação referida no caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

A) Errado

Incorreta a alternativa "A", visto que o artigo em estudo não faz quaisquer ressalvas à consumação da adoção para sua subsunção. Portanto, a configuração da infração administrativa em epígrafe prescinde da concretização da adoção irregular, bastando a mera manifestação de interesse da genitora.

B) Errado

O dispositivo transcrito linhas acima amplia a possibilidade de responsabilização ao médico, enfermeiro e ao dirigente de hospital, eliminando-se, portanto, a alternativa "B", a qual restringe tal possibilidade ao diretor de hospital.

C) Errado

Também é possível afastar a alternativa "C", já que exime os referidos profissionais de saúde de tal dever de informar, afrontando o dispositivo mencionado.

D) Correto

Basta recorrer à previsão do artigo 258-B, do ECA, vejamos:

> Art. 258-B, ECA. Deixar o **médico, enfermeiro ou dirigente** de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de efetuar imediato **encaminhamento à autoridade judiciária** de caso de que tenha conhecimento de mãe ou gestante **interessada em entregar seu filho para adoção**: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)
> Pena - multa de R$ 1.000,00 (mil reais) a R$ 3.000,00 (três mil reais). (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

Parágrafo único. Incorre na mesma pena o funcionário de programa oficial ou comunitário destinado à garantia do direito à convivência familiar que deixa de efetuar a comunicação referida no caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO DO CONSUMIDOR

Questão 44

O médico de João indicou a necessidade de realizar a cirurgia de gastroplastia (bariátrica) como tratamento de obesidade mórbida, com a finalidade de reduzir peso. Posteriormente, o profissional de saúde explicou a necessidade de realizar a cirurgia plástica pós-gastroplastia, visando à remoção de excesso epitelial que comumente acomete os pacientes nessas condições, impactando a qualidade de vida daquele que deixou de ser obeso mórbido. Nesse caso, nos termos do Código de Defesa do Consumidor e do entendimento do STJ, o plano de saúde de João

A) terá que custear ambas as cirurgias, porque configuram tratamentos, sendo a cirurgia plástica medida reparadora; portanto, terapêutica.

B) terá que custear apenas a cirurgia de gastroplastia, e não a plástica, considerada estética e excluída da cobertura dos planos de saúde.

C) não terá que custear as cirurgias, exceto mediante previsão contratual expressa para esses tipos de procedimentos.

D) não terá que custear qualquer das cirurgias até que passem a integrar o rol de procedimentos da ANS, competente para a regulação das coberturas contratuais.

Comentários:

A) Correta

O enunciado exige que o aluno conheça o entendimento jurisprudencial recente do Superior Tribunal de Justiça. Mais precisamente, no que tange aos contratos de consumo.

Neste diapasão, primeiramente, é salutar esclarecer os procedimentos mencionados no enunciado. Sem dúvidas, a cirurgia bariátrica deve ser acobertada pelo plano de saúde, posto que, claramente, configura tratamento médico.

B) Errado

A dúvida suscitada na alternativa "B" diz respeito à cirurgia plástica pós-gastroplastia. Todavia, este procedimento também é considerado terapêutico, devendo, portanto, ser acobertado pelo plano de saúde. Neste sentido, a jurisprudência pátria:

> RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PLANO DE SAÚDE. PACIENTE PÓS-CIRURGIA BARIÁTRICA. DOBRAS DE PELE. CIRURGIAS PLÁSTICAS. NECESSIDADE. CARÁTER FUNCIONAL E REPARADOR. EVENTOS COBERTOS. FINALIDADE EXCLUSIVAMENTE ESTÉTICA. AFASTAMENTO. RESTABELECIMENTO INTEGRAL DA SAÚDE. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO. VALOR INDENIZATÓRIO. MANUTENÇÃO. RAZOABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. As questões controvertidas na presente via recursal são: a) se a operadora de plano de saúde está obrigada a custear cirurgias plásticas pós-bariátrica (gastroplastia), consistentes na retirada de excesso de pele em algumas regiões do corpo humano (mamas, braços, coxas e abdômen), b) se ocorreu dano moral indenizável e c) se o valor arbitrado a título de compensação por danos morais foi exagerado. 3. **A obesidade mórbida é doença crônica de cobertura obrigatória nos planos de saúde** (art. 10, caput, da Lei nº 9.656/1998). Em regra, as operadoras autorizam tratamentos multidisciplinares ambulatoriais ou indicações cirúrgicas, a exemplo da cirurgia bariátrica (Resolução CFM nº 1.766/2005 e Resolução CFM nº 1.942/2010). Por outro lado, a gastroplastia implica consequências anatômicas e morfológicas, como o acúmulo de grande quantidade de pele flácida residual, formando avental no abdômen e em outras regiões do corpo humano. 4. Estão excluídos da cobertura dos planos de saúde os tratamentos com finalidade puramente estética (art. 10, II, da Lei nº

9.656/1998), quer dizer, de preocupação exclusiva do paciente com o seu embelezamento físico, a exemplo daqueles que não visam à restauração parcial ou total da função de órgão ou parte do corpo humano lesionada, seja por enfermidade, traumatismo ou anomalia congênita (art. 20, § 1º, II, da RN/ANS nº 428/2017). 5. Há situações em que a cirurgia plástica não se limita a rejuvenescer ou a aperfeiçoar a beleza corporal, mas se destina primordialmente a reparar ou a reconstruir parte do organismo humano ou, ainda, prevenir males de saúde. 6. Não basta a operadora do plano de assistência médica se limitar ao custeio da cirurgia bariátrica para suplantar a obesidade mórbida, mas as resultantes dobras de pele ocasionadas pelo rápido emagrecimento também devem receber atenção terapêutica, já que podem provocar diversas complicações de saúde, a exemplo da candidíase de repetição, infecções bacterianas devido às escoriações pelo atrito, odores e hérnias, **não qualificando, na hipótese, a retirada do excesso de tecido epitelial procedimento unicamente estético, ressaindo sobremaneira o seu caráter funcional e reparador**. Precedentes. 7. Apesar de a ANS ter apenas incluído a dermolipectomia no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde para o tratamento dos males pós-cirurgia bariátrica, **devem ser custeados todos os procedimentos cirúrgicos de natureza reparadora, para assim ocorrer a integralidade de ações na recuperação do paciente**, em obediência ao art. 35-F da Lei nº 9.656/1998. 8. Havendo indicação médica para cirurgia plástica de caráter reparador ou funcional em paciente pós-cirurgia bariátrica, não cabe à operadora negar a cobertura sob o argumento de que o tratamento não seria adequado, ou que não teria previsão contratual, visto que tal terapêutica é fundamental à recuperação integral da saúde do usuário outrora acometido de obesidade mórbida, inclusive com a diminuição de outras complicações e comorbidades, não se configurando simples procedimento estético ou rejuvenescedor. (...) 12. Recurso especial não provido. (grifos nossos)
(STJ - REsp: 1757938 DF 2018/0057485-6, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Julgamento: 05/02/2019, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 12/02/2019)

C e D) Errado

Do exposto, firmado o entendimento que ambos os procedimentos constituem medidas terapêuticas, resta claro que a operadora de plano de saúde tem o dever de custeá-los. Diferentemente do que preceitua as alternativas "C" e "D", sendo descartadas, portanto.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Jurisprudência

Questão 45

Adriano, por meio de um site especializado, efetuou reserva de hotel para estada com sua família em praia caribenha. A reserva foi imediatamente confirmada pelo site, um mês antes das suas férias, quando fariam a viagem. Ocorre que, dez dias antes do embarque, o site especializado comunicou a Adriano que o hotel havia informado o cancelamento da contratação por erro no parcelamento com o cartão de crédito. Adriano, então, buscou nova compra do serviço, mas os valores estavam cerca de 30% mais caros do que na contratação inicial, com o qual anuiu por não ser mais possível alterar a data de suas férias. Ao retornar de viagem, Adriano procurou você, como advogado(a), a fim de saber se seria possível a restituição dessa diferença de valores. Neste caso, é correto afirmar que o ressarcimento da diferença arcada pelo consumidor

A) poderá ser buscado em face exclusivamente do hotel, fornecedor que cancelou a contratação.

B) poderá ser buscado em face do site de viagens e do hotel, que respondem solidariamente, por comporem a cadeia de fornecimento do serviço.

C) não poderá ser revisto, porque o consumidor tinha o dever de confirmar a compra em sua fatura de cartão de crédito.

D) poderá ser revisto, sendo a responsabilidade exclusiva do site de viagens, com base na teoria da aparência, respondendo o hotel apenas subsidiariamente.

Comentários:

Trata-se de questão acerca da responsabilidade pelo dever de reparar e da proteção contratual do consumidor. Esta matéria possui disciplina no artigo 7º do Código de Defesa do Consumidor, abaixo transcrito.

> Art. 7°, CDC. Os direitos previstos neste código não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, da legislação interna ordinária, de regulamentos expedidos pelas

> autoridades administrativas competentes, bem como dos que derivem dos princípios gerais do direito, analogia, costumes e equidade.
> Parágrafo único. Tendo mais de um autor a ofensa, todos **responderão solidariamente** pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo.

A) Errado

Da leitura do parágrafo único do Artigo 7º do CDC, é possível eliminar as alternativas "A" e "D", pois o mencionado artigo esclarece que, diante de autoria plúrima, haverá responsabilidade solidária.

B) Correto

Todos os integrantes da cadeia de fornecimento do serviço podem ser responsabilizados solidariamente.

> Art. 7°, CDC. Os direitos previstos neste código não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, da legislação interna ordinária, de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes, bem como dos que derivem dos princípios gerais do direito, analogia, costumes e equidade.
> Parágrafo único. Tendo mais de um autor a ofensa, todos **responderão solidariamente** pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo.

C) Errado

Vide dispositivo legal - Artigo 7º do CDC

D) Errado

Da leitura do parágrafo único do Artigo 7º do CDC, é possível eliminar as alternativas "A" e "D", pois o mencionado artigo esclarece que, diante de autoria plúrima, haverá responsabilidade solidária.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca



DIREITO EMPRESARIAL

Questão 46

No contrato da sociedade empresária Arealva Calçados Finos Ltda., não consta cláusula de regência supletiva pelas disposições de outro tipo societário. Ademais, tanto no contrato social quanto nas disposições legais relativas ao tipo adotado pela sociedade não há norma regulando a sucessão por morte de sócio.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

A) Haverá resolução da sociedade em relação ao sócio em caso de morte.
B) Haverá transmissão causa mortis da quota social.
C) Caberá aos sócios remanescentes regular a substituição do sócio falecido.
D) Os sócios serão obrigados a incluir, no contrato, cláusula dispondo sobre a sucessão por morte de sócio.

Comentário:

A) Correto

Como o enunciado da questão determina que, uma vez que não há previsão de regência supletiva da sociedade limitada no contrato social, aplica-se o artigo 1053º do Código Civil, que prevê: "A sociedade limitada rege-se, nas omissões deste Capítulo, pelas normas da sociedade simples. "Nesse sentido, tem-se que,

no caso de falecimento do sócio, a regra é a liquidação da sua quota, como determinado no artigo 1028º desse Código:

> No caso de morte de sócio, liquidar-se-á sua quota, salvo: I - se o contrato dispuser diferentemente; II - se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da sociedade; III - se, por acordo com os herdeiros, regular-se a substituição do sócio falecido.

Como não há previsão contratual regulando a sucessão por morte de sócio, deve ser aplicada a regra geral do artigo 1028º, ou seja, o pagamento aos herdeiros da quota e a resolução societária.

B) Errado

Como visto no art. 1028º do Código Civil, a morte de sócio não gera a transmissão causa mortis da causa social, mas o pagamento aos herdeiros da quota e a resolução societária.

C) Errado

Como não há previsão contratual regulando a sucessão por morte de sócio, aplica-se a regra geral do art. 1028º do CC: resolução da sociedade em relação ao sócio em caso de morte.

D) Errado

Os sócios não são obrigados a incluir cláusula dispondo sobre a sucessão por morte de sócio, não é uma obrigação legal visto que a legislação dispõe a respeito da morte do sócio no art. 1028º do CC.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 47

Anadia e Deodoro são condôminos de uma quota de sociedade limitada no valor de R$ 13.000,00 (treze mil reais). Nem a quota nem o capital da sociedade – fixado em R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) – se encontram integralizados.

Você é consultado(a), como advogado(a), sobre a possibilidade de a sociedade demandar os condôminos para que integralizem a referida quota. Assinale a opção que apresenta a resposta correta.

A) Eles são obrigados à integralização apenas a partir da decretação de falência da sociedade.
B) Eles não são obrigados à integralização, pelo fato de serem condôminos de quota indivisa.
C) Eles são obrigados à integralização, porque todos os sócios, mesmo os condôminos, devem integralizar o capital.
D) Eles não são obrigados à integralização, porque o capital da sociedade é inferior a 100 salários mínimos.

Comentário:

A) Errado

A legislação afasta a alternativa "A" no artigo 1004 do Código Civil: "Os sócios são obrigados, na forma e prazo previstos, às contribuições estabelecidas no contrato social (...)". Assim, é incongruente a afirmação de que a integralização ocorre apenas a partir da decretação de falência, visto que ela deve ocorrer no momento previsto no contrato social.

B) Errado

Quanto à questão dos condôminos, o artigo 1056º desse Código afasta a alternativa "B" ao determinar:

> A quota é indivisível em relação à sociedade, salvo para efeito de transferência, caso em que se observará o disposto no artigo seguinte.
>
> § 1º No caso de condomínio de quota, os direitos a ela inerentes somente podem ser exercidos pelo condômino representante, ou pelo inventariante do espólio de sócio falecido.
>
> § 2º Sem prejuízo do disposto no art. 1.052, os condôminos de quota indivisa respondem solidariamente pelas prestações necessárias à sua integralização.

Sendo assim, os sócios devem integralizar solidariamente o capital, mesmo os condôminos.

C) Correto

O artigo 1052º do Código Civil determina: "Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. " Dessa forma, todos os sócios são responsáveis pela integralização do capital da sociedade limitada, como explicitamente previsto na alternativa "C".

D) Errado

A alternativa "D" não possui nenhuma previsão legal que a fundamente.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 48

As sociedades empresárias Y e J celebraram contrato tendo por objeto a alienação do estabelecimento da primeira, situado em Antônio Dias/MG. Na data da assinatura do contrato, dentre outros débitos regularmente contabilizados, constava uma nota promissória vencida havia três meses no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). O contrato não tem nenhuma cláusula quanto à existência de solidariedade entre as partes, tanto pelos débitos vencidos quanto pelos vincendos.

Sabendo-se que, em 15/10/2018, após averbação na Junta Comercial competente, houve publicação do contrato na imprensa oficial e, tomando por base comparativa o dia 15/01/2020, o alienante

A) responderá pelo débito vencido com o adquirente por não terem decorrido cinco anos da publicação do contrato na imprensa oficial.
B) não responderá pelo débito vencido com o adquirente em razão de não ter sido estipulada tal solidariedade no contrato.
C) responderá pelo débito vencido com o adquirente até a ocorrência da prescrição relativa à cobrança da nota promissória.
D) não responderá pelo débito vencido com o adquirente diante do decurso de mais de 1 (um) ano da publicação do contrato na imprensa oficial.

Comentário:

A) Errado

O enunciado da questão enuncia a realização de um trespasse empresarial, no qual Y é o alienante e J é o adquirente. De acordo com o Código Civil, o adquirente torna-se responsável pelos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados:

> Art. 1.146. O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.

Como a questão afirma que o débito contraído por Y fora regularmente contabilizado e transcorreu mais de um ano desde a publicação do contrato, J fica responsável solidariamente pelo débito, em razão dessa previsão legal, independentemente de estipulação contratual.

Sendo assim, a alternativa "A" está incorreta, pois a responsabilidade de J é adquirida após um ano da publicação do contrato, e não cinco.

B) Errado

Como visto, a responsabilidade solidária do adquirente é prevista na legislação (art. 1.146 do CC), constituindo uma estipulação legal, não contratual.

C) Errado

Como visto, a questão afirma que o débito contraído por Y fora regularmente contabilizado e transcorreu mais de um ano desde a publicação do contrato, J fica responsável solidariamente pelo débito, em razão dessa previsão legal, independentemente de estipulação contratual. Assim, o fator que incita a responsabilidade de Y é o período de um ano, não a até a ocorrência da prescrição relativa à cobrança da nota promissória.

D) Correto

Corresponde à determinação do art. 1.146 do CC.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 49

Duas sociedades empresárias celebraram contrato de agência com uma terceira sociedade empresária, que assumiu a obrigação de, em caráter não eventual e sem vínculos de dependência com as proponentes, promover, à conta das primeiras, mediante retribuição, a realização de certos negócios com exclusividade, nos municípios integrantes da região metropolitana de Curitiba/PR. Ficou pactuado que as proponentes conferirão poderes à agente para que esta as represente, como mandatária, na conclusão dos contratos. Antônio Prado, sócio de uma das sociedades empresárias contratantes, consulta seu advogado quanto à legalidade do contrato, notadamente da delimitação de zona geográfica e da concessão de mandato ao agente.

Sobre a hipótese apresentada, considerando as disposições legais relativas ao contrato de agência, assinale a afirmativa correta.

A) Não há ilegalidade quanto à delimitação de zona geográfica para atuação exclusiva do agente, bem como em relação à possibilidade de ser o agente mandatário das proponentes, por serem características do contrato de agência.
B) Há ilegalidade na fixação de zona determinada para atuação exclusiva do agente, por ferir a livre concorrência entre agentes, mas não há ilegalidade na outorga de mandato ao agente para representação das proponentes.
C) Há ilegalidade tanto na outorga de mandato ao agente para representação dos proponentes, por ser vedada qualquer relação de dependência entre agente e proponente, e também quanto à fixação de zona determinada para atuação exclusiva do agente.
D) Não há ilegalidade quanto à fixação de zona determinada para atuação exclusiva do agente, mas há ilegalidade quanto à concessão de mandato do agente, porque é obrigatório por lei que o agente apenas faça a mediação dos negócios no interesse do proponente.

Comentário:

A) Correto

Como a questão trata de contratos, tem-se a disposição do Código Civil:

> Art. 710. Pelo contrato de agência, uma pessoa assume, em caráter não eventual e sem vínculos de dependência, a obrigação de promover, à conta de outra, mediante retribuição, a realização de certos negócios, em zona determinada, caracterizando-se a distribuição quando o agente tiver à sua disposição a coisa a ser negociada.
>
> Parágrafo único. O proponente pode conferir poderes ao agente para que este o represente na conclusão dos contratos.

A partir disso, tem-se que não há ilegalidade quanto à delimitação de zona geográfica para atuação exclusiva do agente, bem como em relação à possibilidade de ser o agente mandatário das proponentes, por serem características do contrato de agência.

B) Errado

Tem-se que não há ilegalidade em função de serem características do contrato de agência.

C) Errado

Tem-se que não há ilegalidade em função de serem características do contrato de agência.

D) Errado

Tem-se que não há ilegalidade em função de serem características do contrato de agência.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 50

José da Silva, credor de sociedade empresária, consulta você, como advogado(a), para obter orientação quanto aos efeitos de uma provável convolação de recuperação judicial em falência.

Em relação à hipótese apresentada, analise as afirmativas a seguir e assinale a única correta.

A) Os créditos remanescentes da recuperação judicial serão considerados habilitados quando definitivamente incluídos no quadro-geral de credores, tendo prosseguimento as habilitações que estiverem em curso.
B) As ações que devam ser propostas no juízo da falência estão sujeitas à distribuição por dependência, exceto a ação revocatória e a ação revisional de crédito admitido ao quadro geral de credores.
C) A decretação da falência determina o vencimento antecipado das dívidas do devedor quanto aos créditos excluídos dos efeitos da recuperação judicial; quanto aos créditos submetidos ao plano de recuperação, são mantidos os prazos nele estabelecidos e homologados pelo juiz.
D) As ações intentadas pelo devedor durante a recuperação judicial serão encerradas, devendo ser intimado o administrador judicial da extinção dos feitos, sob pena de nulidade do processo.

Comentário:

A) Correto

Primeiramente, tem-se que na convolação da recuperação em falência há um processo de recuperação judicial em curso, o qual termina com a decretação imediata da falência, ou seja, sem passar pela fase pré-falimentar (art. 73 e 74

da Lei. 11.101/05). A partir disso, analisam-se as alternativas sob a luz dos artigos 75 a 82 da Lei. 11.101/05, que regem a falência.

A letra "A" é a correta, pois sua disposição corresponde ao estabelecido no artigo 80 da Lei 11.101/05: "Considerar-se-ão habilitados os créditos remanescentes da recuperação judicial, quando definitivamente incluídos no quadro-geral de credores, tendo prosseguimento as habilitações que estejam em curso. "

B) Errado

Está correta em seu enunciado, porém, como prevê o parágrafo único do artigo 78 da Lei 11.101/05, não há exceções à distribuição por dependência das ações propostas no juízo de falência: "As ações que devam ser propostas no juízo da falência estão sujeitas a distribuição por dependência. "

C) Errado

O artigo 77 dessa lei explicita não há tratamento diferenciado entre os créditos submetidos ao plano de recuperação:

> Art. 77. A decretação da falência determina o vencimento antecipado das dívidas do devedor e dos sócios ilimitada e solidariamente responsáveis, com o abatimento proporcional dos juros, e converte todos os créditos em moeda estrangeira para a moeda do País, pelo câmbio do dia da decisão judicial, para todos os efeitos desta Lei.

D) Errado

Por causa do parágrafo único do artigo 76 dessa lei, que afirma que ações intentadas pelo devedor devem ter prosseguimento, e não serem encerradas: "Todas as ações, inclusive as excetuadas no caput deste artigo, terão prosseguimento com o administrador judicial, que deverá ser intimado para representar a massa falida, sob pena de nulidade do processo. "

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 51

Julieta ajuizou demanda em face de Rafaela e, a fim de provar os fatos constitutivos de seu direito, arrolou como testemunhas Fernanda e Vicente. A demandada, por sua vez, arrolou as testemunhas Pedro e Mônica. Durante a instrução, Fernanda e Vicente em nada contribuíram para o esclarecimento dos fatos, enquanto Pedro e Mônica confirmaram o alegado na petição inicial. Em razões finais, o advogado da autora requereu a procedência dos pedidos, ao que se contrapôs o patrono da ré, sob o argumento de que as provas produzidas pela autora não confirmaram suas alegações e, ademais, as provas produzidas pela ré não podem prejudicá-la. Consideradas as normas processuais em vigor, assinale a afirmativa correta.

A) O advogado da demandada está correto, pois competia à demandante a prova dos fatos constitutivos do seu direito.

B) O advogado da demandante está correto, porque a prova, uma vez produzida, pode beneficiar parte distinta da que a requereu.

C) O advogado da demandante está incorreto, pois o princípio da aquisição da prova não é aplicável à hipótese.

D) O advogado da demandada está incorreto, porque as provas só podem beneficiar a parte que as produziu, segundo o princípio da aquisição da prova.

Comentários:

A) Errado

Trata-se de questão acerca da Teoria Geral da Prova. Mais precisamente, envolve o princípio da comunhão das provas, também conhecido como princípio da aquisição da prova. Segundo ele, quando produzido, o elemento probatório passa a integrar o processo, não pertencendo a quaisquer das partes.

B) Correto

Portanto, uma vez produzidas, as provas destinam-se à formação do convencimento do magistrado, sem qualquer vinculação às partes que a requereram.

C e D) Errado

É possível eliminar as alternativas "C" e "D", já que contrárias ao conceito do princípio da comunhão das provas, também conhecido como princípio da aquisição da prova acima elucidado.

No mesmo sentido, dispõe o artigo 371 do Código de Processo Civil, abaixo transcrito:

> Art. 371, CPC. O juiz apreciará a prova constante dos autos, **independentemente do sujeito que a tiver promovido**, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca e Doutrina

Questão 52

Um advogado elabora uma petição inicial em observância aos requisitos legais. Da análise da peça postulatória, mesmo se deparando com controvérsia fática, o magistrado julga o pedido improcedente liminarmente. Diante dessa situação, o patrono do autor opta por recorrer contra o provimento do juiz, arguindo a nulidade da decisão por necessidade de dilação probatória. Com base nessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

A) O advogado pode aduzir que, antes de proferir sentença extintiva, o juiz deve, necessariamente, determinar a emenda à inicial, em atenção ao princípio da primazia de mérito.

B) Não existem hipóteses de improcedência liminar no atual sistema processual, por traduzirem restrição do princípio da inafastabilidade da prestação jurisdicional e ofensa ao princípio do devido processo legal.

C) Somente a inépcia da petição inicial autoriza a improcedência liminar dos pedidos.

D) Nas hipóteses em que há necessidade de dilação probatória, não cabe improcedência liminar do pedido.

Comentários:

O enunciado refere-se à improcedência liminar do pedido, disciplinada no artigo 332 do Código de Processo Civil, abaixo transcrito:

> Art. 332, CPC. Nas causas que **dispensem a fase instrutória**, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar:
> I - enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;
> II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;
> III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

IV - enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.
§1º O juiz também poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição.
§2º Não interposta a apelação, o réu será intimado do trânsito em julgado da sentença, nos termos do art. 241.
§3º Interposta a apelação, o juiz poderá retratar-se em 5 (cinco) dias.
§4º Se houver retratação, o juiz determinará o prosseguimento do processo, com a citação do réu, e, se não houver retratação, determinará a citação do réu para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias.

B e C) Errado

De pronto, já é possível eliminar as alternativas "B" e "C", por afirmarem a impossibilidade da improcedência liminar ou a restringirem à inépcia da petição inicial, contrariando o artigo mencionado linhas acima.

Cumpre destacar, ainda, que o dispositivo transcrito estabelece, já em seu *caput,* que o magistrado julgará liminarmente improcedente o pedido "nas causas que dispensem a fase instrutória".

Considerando que o enunciado afirma que o magistrado se deparou com controvérsia fática, seria imprescindível a produção de provas, visando saná-la.

D)Correto

Conforme previsão da Lei:

Art. 332, CPC. Nas causas que **dispensem a fase instrutória**, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar:
I - enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;
II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;
III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;
IV - enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.
§1º O juiz também poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição.

§2º Não interposta a apelação, o réu será intimado do trânsito em julgado da sentença, nos termos do art. 241.
§3º Interposta a apelação, o juiz poderá retratar-se em 5 (cinco) dias.
§4º Se houver retratação, o juiz determinará o prosseguimento do processo, com a citação do réu, e, se não houver retratação, determinará a citação do réu para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 53

Marcos foi contratado por Júlio para realizar obras de instalação elétrica no apartamento deste. Por negligência de Marcos, houve um incêndio que destruiu boa parte do imóvel e dos móveis que o guarneciam. Como não conseguiu obter a reparação dos prejuízos amigavelmente, Júlio ajuizou ação em face de Marcos e obteve sua condenação ao pagamento da quantia de R$ 148.000,00 (cento e quarenta e oito mil reais). Após a prolação da sentença, foi interposta apelação por Marcos, que ainda aguarda julgamento pelo Tribunal. Júlio, ato contínuo, apresentou cópia da sentença perante o cartório de registro imobiliário, para registro da hipoteca judiciária sob um imóvel de propriedade de Marcos, visando a garantir futuro pagamento do crédito. Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

A) Júlio não pode solicitar o registro da hipoteca judiciária, uma vez que ainda está pendente de julgamento o recurso de apelação de Marcos.

B) Júlio, mesmo que seja registrada a hipoteca judiciária, não terá direito de preferência sobre o bem em relação a outros credores.

C) A hipoteca judiciária apenas poderá ser constituída e registrada mediante decisão proferida no Tribunal, em caráter de tutela provisória, na pendência do recurso de apelação interposto por Marcos.

D) Júlio poderá levar a registro a sentença, e, uma vez constituída a hipoteca judiciária, esta conferirá a Júlio o direito de preferência em relação a outros credores, observada a prioridade do registro.

Comentários:

A questão refere-se aos efeitos da sentença. Neste sentido, o artigo 495 do Código de Processo Civil:

Art. 495, CPC. A decisão que condenar o réu ao pagamento de prestação consistente em dinheiro e a que determinar a conversão de prestação de fazer, de não fazer ou de dar coisa em prestação pecuniária **valerão como título constitutivo de hipoteca judiciária**.

§1º A decisão produz a hipoteca judiciária:

I - embora a condenação seja genérica;

II - ainda que o credor possa promover o cumprimento provisório da sentença ou esteja pendente arresto sobre bem do devedor;

III - mesmo que impugnada por recurso dotado de efeito suspensivo.

§2º A hipoteca judiciária poderá ser realizada mediante apresentação de cópia da sentença perante o cartório de registro imobiliário, independentemente de ordem judicial, de declaração expressa do juiz ou de demonstração de urgência.

§3º No prazo de até 15 (quinze) dias da data de realização da hipoteca, a parte informá-la-á ao juízo da causa, que determinará a intimação da outra parte para que tome ciência do ato.

§4º A hipoteca judiciária, uma vez constituída, implicará, para o credor hipotecário, o **direito de preferência**, quanto ao pagamento, em relação a outros credores, observada a prioridade no registro.

§5º Sobrevindo a reforma ou a invalidação da decisão que impôs o pagamento de quantia, a parte responderá, independentemente de culpa, pelos danos que a outra parte tiver sofrido em razão da constituição da garantia, devendo o valor da indenização ser liquidado e executado nos próprios autos.

A) Errado

Destaque-se, inicialmente, o *caput* do dispositivo, o qual preceitua que a condenação ao pagamento de quantia certa é válida como título constitutivo de hipoteca judiciária, sem fazer quaisquer ressalvas à exigência de trânsito em julgado da decisão.

Diante disto, pode-se eliminar as alternativas "A" e "C".

B) Errado

Já a partir da leitura do §4º, é possível eliminar, ainda, a alternativa "B", pois afronta o teor do parágrafo acima mencionado, que esclarece que a constituição da hipoteca judiciária implica em direito de preferência ao credor hipotecário.

C) Errado

O *caput* do dispositivo, o qual preceitua que a condenação ao pagamento de quantia certa é válida como título constitutivo de hipoteca judiciária, sem fazer quaisquer ressalvas à exigência de trânsito em julgado da decisão.

Diante disto, pode-se eliminar as alternativas "A" e "C".

D) Correto

Neste sentido, o artigo 495 do Código de Processo Civil:

Art. 495, CPC. A decisão que condenar o réu ao pagamento de prestação consistente em dinheiro e a que determinar a conversão de prestação de fazer, de não fazer ou de dar coisa em prestação pecuniária **valerão como título constitutivo de hipoteca judiciária**.

§1º A decisão produz a hipoteca judiciária:

I - embora a condenação seja genérica;

II - ainda que o credor possa promover o cumprimento provisório da sentença ou esteja pendente arresto sobre bem do devedor;

III - mesmo que impugnada por recurso dotado de efeito suspensivo.

§2º A hipoteca judiciária poderá ser realizada mediante apresentação de cópia da sentença perante o cartório de registro imobiliário, independentemente de ordem judicial, de declaração expressa do juiz ou de demonstração de urgência.

§3º No prazo de até 15 (quinze) dias da data de realização da hipoteca, a parte informá-la-á ao juízo da causa, que determinará a intimação da outra parte para que tome ciência do ato.

§4º A hipoteca judiciária, uma vez constituída, implicará, para o credor hipotecário, o **direito de preferência**, quanto ao pagamento, em relação a outros credores, observada a prioridade no registro.

§5º Sobrevindo a reforma ou a invalidação da decisão que impôs o pagamento de quantia, a parte responderá, independentemente de culpa, pelos danos que a outra parte tiver sofrido em razão da constituição da garantia, devendo o valor da indenização ser liquidado e executado nos próprios autos.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca.

Questão 54

Bruno ajuizou contra Flávio ação de execução de título executivo extrajudicial, com base em instrumento particular, firmado por duas testemunhas, para obter o pagamento forçado de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Devidamente citado, Flávio prestou, em juízo, garantia integral do valor executado e opôs embargos à execução dentro do prazo legal, alegando, preliminarmente, a incompetência relativa do juízo da execução e, no mérito, que o exequente pleiteia quantia superior à do título (excesso de execução). No entanto, em seus embargos à execução, embora tenha alegado excesso de execução, Flávio não apontou o valor que entendia ser correto, tampouco apresentou cálculo com o demonstrativo discriminado e atualizado do valor em questão. Considerando essa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

A) Os embargos à execução devem ser liminarmente rejeitados, sem resolução do mérito, porquanto Flávio não demonstrou adequadamente o excesso de execução, ao deixar de apontar o valor que entendia correto e de apresentar cálculo com o demonstrativo discriminado e atualizado do valor em questão.

B) O juiz deverá rejeitar as alegações de incompetência relativa do juízo e de excesso de execução deduzidas por Flávio, por não constituírem matérias passíveis de alegação em sede de embargos à execução.

C) Os embargos à execução serão processados para a apreciação da alegação de incompetência relativa do juízo, mas o juiz não examinará a alegação de excesso de execução, tendo em vista que Flávio não indicou o valor que entendia correto para a execução, não apresentando o cálculo discriminado e atualizado do valor em questão.

D) O juiz deverá processar e julgar os embargos à execução em sua integralidade, não surtindo qualquer efeito a falta de indicação do valor alegado como excesso e a ausência de apresentação de cálculo discriminado e atualizado do valor em questão, uma vez que os embargos foram apresentados dentro do prazo legal.

Comentários:

O enunciado está relacionado à disciplina dos embargos à execução. Mais precisamente, às matérias que podem ser suscitadas em sede de embargos, elencadas no artigo 917 do Diploma Adjetivo Civil.

> Art. 917, CPC. Nos embargos à execução, o executado poderá alegar:
> I - inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação;
> II - penhora incorreta ou avaliação errônea;
> III - **excesso de execução** ou cumulação indevida de execuções;
> IV - retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de execução para entrega de coisa certa;
> V - **incompetência** absoluta ou relativa do juízo da execução;
> VI - qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento.
> §1º A incorreção da penhora ou da avaliação poderá ser impugnada por simples petição, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da ciência do ato.
> §2º Há excesso de execução quando:
> I - o exequente pleiteia quantia superior à do título;
> II - ela recai sobre coisa diversa daquela declarada no título;
> III - ela se processa de modo diferente do que foi determinado no título;
> IV - o exequente, sem cumprir a prestação que lhe corresponde, exige o adimplemento da prestação do executado;
> V - o exequente não prova que a condição se realizou.
> §3º Quando alegar que o exequente, em **excesso de execução**, pleiteia quantia superior à do título, o embargante **declarará na petição inicial o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado** e atualizado de seu cálculo.
> §4º **Não apontado** o valor correto ou não apresentado o demonstrativo, os embargos à execução:
> I - serão liminarmente rejeitados, sem resolução de mérito, se o excesso de execução for o seu único fundamento;
> II - serão processados, se houver outro fundamento, mas o juiz **não examinará a alegação de excesso de execução**.
> §5º Nos embargos de retenção por benfeitorias, o exequente poderá requerer a compensação de seu valor com o dos frutos ou dos danos considerados devidos pelo executado, cumprindo ao juiz, para a apuração dos respectivos valores, nomear perito, observando-se, então, o art. 464.

> §6º O exequente poderá a qualquer tempo ser imitido na posse da coisa, prestando caução ou depositando o valor devido pelas benfeitorias ou resultante da compensação.
> §7º A arguição de impedimento e suspeição observará o disposto nos arts. 146 e 148.

A) Errado

Tendo em vista o que dispõe o inciso II do §4º, também incorreta a alternativa "A", já que o excesso de execução não foi a única matéria alegada em sede de embargos, deve-se processá-lo.

B) Errado

A partir da leitura dos incisos III e V, depreende-se que é viável a alegação de excesso de execução e incompetência relativa do juízo, eliminando-se, de pronto, a alternativa "B".

C) Correto

Vide previsão do artigo 917 do CPC.

D) Errado

Inobstante, quanto ao excesso de execução, conforme disciplina dos §§3º e 4º, é indispensável a apresentação do valor que o embargante entender correto, através de demonstrativo discriminado, sob pena de não conhecimento desta matéria.

Elimina-se, portanto, a alternativa "D", que aponta para o conhecimento integral dos embargos, contrariando o teor dos parágrafos.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 55

Em um processo em que Carla disputava a titularidade de um apartamento com Marcos, este obteve sentença favorável, por apresentar, em juízo, cópia de um contrato de compra e venda e termo de quitação, anteriores ao contrato firmado por Carla. A sentença transitou em julgado sem que Carla apresentasse recurso. Alguns meses depois, Carla descobriu que Marcos era réu em um processo criminal no qual tinha sido comprovada a falsidade de vários documentos, dentre eles o contrato de compra e venda do apartamento disputado e o referido termo de quitação. Carla pretende, com base em seu contrato, retornar a juízo para buscar o direito ao imóvel. Para isso, ela pode

A) interpor recurso de apelação contra a sentença, ainda que já tenha ocorrido o trânsito em julgado, fundado em prova nova.

B) propor reclamação, para garantir a autoridade da decisão prolatada no juízo criminal, e formular pedido que lhe reconheça o direito ao imóvel.

C) ajuizar rescisória, demonstrando que a sentença foi fundada em prova cuja falsidade foi apurada em processo criminal.

D) requerer cumprimento de sentença diretamente no juízo criminal, para que a decisão que reconheceu a falsidade do documento valha como título judicial para transferência da propriedade do imóvel para seu nome.

Comentários:

A) Errado

Questiona-se acerca da via adequada para anulação de sentença viciada, transitada em julgado. Inicialmente, pode-se eliminar a alternativa "A", posto que incabível

apelação após o trânsito em julgado da sentença, conforme disciplina dos **artigos 1.003, §5º, e 1.009 a 1.014, do Código de Processo Civil.**

B) Errado

No mesmo sentido, inviável a propositura de reclamação após o trânsito da decisão, conforme preleciona o **artigo 988, §5º, I, do Diploma Adjetivo**. Elimina-se, portanto, a alternativa "B".

C) Correto

Logo, diante do trânsito em julgado da decisão, resta cabível a ação rescisória. O regramento da matéria encontra-se no artigo 966 do Código de Processo Civil:

> Art. 966, CPC. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser **rescindida** quando:
> I - se verificar que foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz;
> II - for proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente;
> III - resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei;
> IV - ofender a coisa julgada;
> V - violar manifestamente norma jurídica;
> VI - **for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória**;
> VII - obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável;
> VIII - for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos.
> §1º Há erro de fato quando a decisão rescindenda admitir fato inexistente ou quando considerar inexistente fato efetivamente ocorrido, sendo indispensável, em ambos os casos, que o fato não represente ponto controvertido sobre o qual o juiz deveria ter se pronunciado.
> §2º Nas hipóteses previstas nos incisos do *caput*, será rescindível a decisão transitada em julgado que, embora não seja de mérito, impeça:
> I - nova propositura da demanda; ou

II - admissibilidade do recurso correspondente.

§3º A ação rescisória pode ter por objeto apenas 1 (um) capítulo da decisão.

§4º Os atos de disposição de direitos, praticados pelas partes ou por outros participantes do processo e homologados pelo juízo, bem como os atos homologatórios praticados no curso da execução, estão sujeitos à anulação, nos termos da lei.

§5º Cabe ação rescisória, com fundamento no inciso V do *caput* deste artigo, contra decisão baseada em enunciado de súmula ou acórdão proferido em julgamento de casos repetitivos que não tenha considerado a existência de distinção entre a questão discutida no processo e o padrão decisório que lhe deu fundamento. (Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016) (Vigência)

§6º Quando a ação rescisória fundar-se na hipótese do §5º deste artigo, caberá ao autor, sob pena de inépcia, demonstrar, fundamentadamente, tratar-se de situação particularizada por hipótese fática distinta ou de questão jurídica não examinada, a impor outra solução jurídica. (Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016) (Vigência)

Conforme depreende-se da leitura do inciso VI do dispositivo, é possível rescindir a sentença de mérito quando fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal.

D)Errado

Vide comentários das alternativas anteriores.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 56

Gustavo procura você, como advogado(a), visando ao ajuizamento de uma ação em face de João, para a defesa da posse de um imóvel localizado em Minas Gerais. Na defesa dos interesses do seu cliente, quanto à ação possessória a ser proposta, assinale a afirmativa correta.

A) Não é lícito cumular o pedido possessório com condenação em perdas e danos a Gustavo, dada a especialidade do procedimento.

B) Na pendência da ação possessória proposta por Gustavo, não é possível, nem a ele, nem a João, propor ação de reconhecimento de domínio, salvo em face de terceira pessoa.

C) Se a proposta de ação de manutenção de posse por Gustavo for um esbulho, o juiz não pode receber a ação de manutenção de posse como reintegração de posse, por falta de interesse de adequação.

D) Caso se entenda possuidor do imóvel e pretenda defender sua posse, o meio adequado a ser utilizado por João é a reconvenção em face de Gustavo.

Comentários:

A) Errado

Trata-se de questão relacionada às ações possessórias. Inicialmente, pode-se eliminar a alternativa "A", já que afirma ser inviável a cumulação de pedido de perdas e danos, afrontando o disposto no artigo 555, I, do CPC, abaixo transcrito.

> Art. 555, CPC. É **lícito** ao autor **cumular ao pedido possessório** o de:
> I - **condenação em perdas e danos**;
> II - indenização dos frutos.

> Parágrafo único. Pode o autor requerer, ainda, imposição de medida necessária e adequada para:
> I - evitar nova turbação ou esbulho;
> II - cumprir-se a tutela provisória ou final.

B) Correto

Segundo disposição do artigo 557, *caput*, do CPC, na pendência de ação possessória, só é viável a propositura de ação de reconhecimento do domínio deduzida em face de terceira pessoa, vejamos:

> Art. 557, CPC. **Na pendência de ação possessória é vedado, tanto ao autor quanto ao réu, propor ação de reconhecimento do domínio**, exceto se a pretensão for deduzida em face de terceira pessoa.
> Parágrafo único. Não obsta à manutenção ou à reintegração de posse a alegação de propriedade ou de outro direito sobre a coisa.

C) Errado

Quanto à alternativa "C", também deve ser eliminada, pois afronta o princípio da fungibilidade, consagrado no artigo 554, *caput*, do Código de Processo Civil:

> Art. 554, CPC. **A propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o juiz conheça do pedido** e outorgue a proteção legal correspondente àquela cujos pressupostos estejam provados.
> §1º No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais, determinando-se, ainda, a intimação do Ministério Público e, se envolver pessoas em situação de hipossuficiência econômica, da Defensoria Pública.
> §2º Para fim da citação pessoal prevista no §1º, o oficial de justiça procurará os ocupantes no local por uma vez, citando-se por edital os que não forem encontrados.
> §3º O juiz deverá determinar que se dê ampla publicidade da existência da ação prevista no §1º e dos respectivos prazos processuais, podendo, para tanto, valer-se de anúncios em jornal ou rádio locais, da publicação de cartazes na região do conflito e de outros meios.

E) Errado

Conforme observa-se através das explicações das alternativas anteriores.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

Questão 57

O arquiteto Fernando ajuizou ação exclusivamente em face de Daniela, sua cliente, buscando a cobrança de valores que não teriam sido pagos no âmbito de um contrato de reforma de apartamento. Daniela, devidamente citada, deixou de oferecer contestação, mas, em litisconsórcio com seu marido José, apresentou reconvenção em peça autônoma, buscando indenização por danos morais em face de Fernando e sua empresa, sob o argumento de que estes, após a conclusão das obras de reforma, expuseram, em site próprio, fotos do interior do imóvel dos reconvintes sem que tivessem autorização para tanto. Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

A) Como Daniela deixou de contestar a ação, ela e seu marido não poderiam ter apresentado reconvenção, devendo ter ajuizado ação autônoma para buscar a indenização pretendida.

B) A reconvenção deverá ser processada, a despeito de Daniela não ter contestado a ação originária, na medida em que o réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.

C) A reconvenção não poderá ser processada, na medida em que não é lícito a Daniela propor reconvenção em litisconsórcio com seu marido, que é um terceiro que não faz parte da ação originária.

D) A reconvenção não poderá ser processada, na medida em que não é lícito a Daniela incluir no polo passivo da reconvenção a empresa de Fernando, que é um terceiro que não faz parte da ação originária.

Comentários:

A questão indaga acerca do cabimento e dos requisitos da reconvenção. A matéria encontra-se disciplinada no artigo 343 do Diploma Adjetivo Civil, abaixo transcrito.

> Art. 343, CPC. Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
> §1º Proposta a reconvenção, o autor será intimado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias.
> §2º A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.
> §3º A reconvenção pode ser proposta **contra o autor e terceiro**.
> §4º A reconvenção pode ser proposta pelo réu em **litisconsórcio com terceiro**.
> §5º Se o autor for substituto processual, o reconvinte deverá afirmar ser titular de direito em face do substituído, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual.
> §6º **O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação**.

A) Errado

O §6º do artigo 343 do CPC admite a propositura de reconvenção independentemente do oferecimento de contestação, eliminando-se, portanto, a alternativa "A".

B) Correto

Conforme inteligência do artigo 343 do CPC depreende-se que essa é a alternativa correta.

C) Errado

É possível eliminar a alternativa "C", a partir do disposto no §4º. O parágrafo esclarece ser viável o litisconsórcio ativo com terceiro em sede de reconvenção, afrontando o enunciado citado.

D) Errado

Da leitura do §3º, exclui-se a alternativa "D", pois afirma não ser possível reconvir contra o autor e terceiro, diferentemente do que dispõe o parágrafo suscitado.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei seca

DIREITO PENAL

Questão 58

Caio, funcionário público, Antônio, empresário, Ricardo, comerciante, e Vitor, adolescente, de forma recorrente se reúnem, de maneira estruturalmente ordenada e com clara divisão de tarefas, inclusive Antônio figurando como líder, com o objetivo de organizarem a prática de diversos delitos de falsidade ideológica de documento particular (Art. 299 do CP: pena: 01 a 03 anos de reclusão e multa). Apesar de o objetivo ser a falsificação de documentos particulares, Caio utilizava-se da sua função pública para obter as informações a serem inseridas de forma falsa na documentação.

Descobertos os fatos, Caio, Ricardo e Antônio foram denunciados, devidamente processados e condenados como incursos nas sanções do Art. 2º da Lei nº 12.850/13 (constituir organização criminosa), sendo reconhecidas as causas de aumento em razão do envolvimento de funcionário público e em razão do envolvimento de adolescente. A Antônio foi, ainda, agravada a pena diante da posição de liderança.

Constituído nos autos apenas para defesa dos interesses de Antônio, o advogado, em sede de recurso, sob o ponto de vista técnico, de acordo com as previsões legais, deverá requerer

A) desclassificação para o crime de associação criminosa, previsto no Código Penal (antigo bando ou quadrilha).
B) afastamento da causa de aumento em razão do envolvimento de adolescente, diante da ausência de previsão legal.

C) afastamento da causa de aumento em razão da presença de funcionário público, tendo em vista que Antônio não é funcionário público e nem equiparado, devendo a majorante ser restrita a Caio.

D) afastamento da agravante, pelo fato de Antônio ser o comandante da organização criminosa, uma vez que tal incremento da pena não está previsto na Lei nº 12.850/13.

Comentário:

A) Correto

O tema da questão é o delito de associação criminosa, trazendo seu enunciado a pena em abstrato do delito: reclusão de 1 a 3 anos.

No entanto, o art. 1º, §1º, da Lei nº 12.850/13 prevê que a organização criminosa prescinde da prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos:

> Art. 1º (...)
>
> § 1º Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

Além disso, para o delito de organização criminosa, é necessário a associação de no mínimo 4 pessoas, enquanto para a associação criminosa, 3 pessoas ou mais.

Sendo assim, o delito realizado é o de associação criminosa, como previsto na alternativa (A).

B) Errado

O propósito é o afastamento da tipicidade da conduta (organização criminosa), uma vez que houve o delito de associação criminosa.

C) Errado

O propósito é o afastamento da tipicidade da conduta (organização criminosa), uma vez que houve o delito de associação criminosa.

D) Errado

O propósito é o afastamento da tipicidade da conduta (organização criminosa), uma vez que houve o delito de associação criminosa.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 59

Maria, em uma loja de departamento, apresentou roupas no valor de R$ 1.200 (mil e duzentos reais) ao caixa, buscando efetuar o pagamento por meio de um cheque de terceira pessoa, inclusive assinando como se fosse a titular da conta. Na ocasião, não foi exigido qualquer documento de identidade. Todavia, o caixa da loja desconfiou do seu nervosismo no preenchimento do cheque, apesar da assinatura perfeita, e consultou o banco sacado, constatando que aquele documento constava como furtado.

Assim, Maria foi presa em flagrante naquele momento e, posteriormente, denunciada pelos crimes de estelionato e falsificação de documento público, em concurso material. Confirmados os fatos, o advogado de Maria, no momento das alegações finais, sob o ponto de vista técnico, deverá buscar o reconhecimento

A) do concurso formal entre os crimes de estelionato consumado e falsificação de documento público.
B) do concurso formal entre os crimes de estelionato tentado e falsificação de documento particular.
C) de crime único de estelionato, na forma consumada, afastando-se o concurso de crimes.
D) de crime único de estelionato, na forma tentada, afastando-se o concurso de crimes.

Comentário:

A) Errado

Primeiramente, a acusação aponta o concurso material (prática de mais de uma ação > mais de um crime) entre os delitos de estelionato (art. 171 do CPB) e falsificação de documento público (art. 297 do CPB), uma vez que o cheque é

documento público por equiparação (§2º do art. 297). Como advogado de Maria, o aluno deverá buscar a tese juridicamente aceita que seja mais favorável a ré.

Assim, quanto à questão do concurso material, a Súmula nº 17 do Superior Tribunal de Justiça afirma: "Quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido. "

Sendo assim, uma vez que o roubo do talão de cheques teve como único fim a prática do estelionato, é absorvido por ele, constituindo crime único.

Já em relação à questão da consumação do delito, o art. 297 do CPB é claro ao estabelecer que a consumação do estelionato se dá apenas com a obtenção, para si ou para outrem, de vantagem ilícita.

Visto que Maria foi presa em flagrante, não obtendo essa vantagem, não houve consumação do delito, que ocorreu na forma tentada.

Assim, a melhor hipótese não seria o concurso formal entre os crimes de estelionato consumado e falsificação de documento público, mas do crime único de estelionato, na forma tentada.

B) Errado

A melhor hipótese não seria o concurso formal entre os crimes de estelionato tentado e falsificação de documento particular, mas do crime único de estelionato, na forma tentada.

C) Errado

A melhor hipótese não seria de crime único de estelionato, na forma consumada, afastando-se o concurso de crimes, mas do crime único de estelionato, na forma tentada.

D) Correto

Como visto, a doutrina e a jurisprudência admitem a hipótese do crime único de estelionato, na forma tentada.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca, Doutrina e Jurisprudência

Questão 60

Durante uma reunião de condomínio, Paulo, com o animus de ofender a honra objetiva do condômino Arthur, funcionário público, mesmo sabendo que o ofendido foi absolvido daquela imputação por decisão transitada em julgado, afirmou que Artur não tem condições morais para conviver naquele prédio, porquanto se apropriara de dinheiro do condomínio quando exercia a função de síndico.

Inconformado com a ofensa à sua honra, Arthur ofereceu queixa-crime em face de Paulo, imputando-lhe a prática do crime de calúnia. Preocupado com as consequências de seu ato, após ser regularmente citado, Paulo procura você, como advogado(a), para assistência técnica.

Considerando apenas as informações expostas, você deverá esclarecer que a conduta de Paulo configura crime de

A) difamação, não de calúnia, cabendo exceção da verdade por parte de Paulo.
B) injúria, não de calúnia, de modo que não cabe exceção da verdade por parte de Paulo.
C) calúnia efetivamente imputado, não cabendo exceção da verdade por parte de Paulo.
D) calúnia efetivamente imputado, sendo possível o oferecimento da exceção da verdade por parte de Paulo.

Comentário:

A) Errado

O enunciado da questão indica a acusação falsa de Paulo a Artur do cometimento de fato tipificado como crime (apropriação indébita, prevista no art. 168 do CPB), o que configura o delito de calúnia:

> Art. 138 - Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime:
> Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga.

§ 2º - É punível a calúnia contra os mortos.

Exceção da verdade

§ 3º - Admite-se a prova da verdade, salvo:

I - se, constituindo o fato imputado crime de ação privada, o ofendido não foi condenado por sentença irrecorrível;

II - se o fato é imputado a qualquer das pessoas indicadas no nº I do art. 141;

III - se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.

Esse artigo ainda prevê a possibilidade de defesa através da exceção da verdade, indicando as suas exceções. Visto que Paulo sabia que Artur havia sido absolvido do delito ao qual foi acusado por aquele por meio de sentença transitada em julgado, não caberá exceção da verdade, em vista do inciso III.

Assim, não houve crime de difamação.

B) Errado

O delito praticado foi o de calúnia, não de injúria.

C) Correto

O delito realizado foi o de calúnia, não cabendo exceção de defesa.

D) Errado

O delito realizado foi o de calúnia, porém não cabe, no caso apresentado, exceção de defesa.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 61

Inconformado por estar desempregado, Lúcio resolve se embriagar. Quando se encontrava no interior do coletivo retornando para casa, ele verifica que o passageiro sentado à sua frente estava dormindo, e o telefone celular deste estava solto em seu bolso. Aproveitando-se da situação, Lúcio subtrai o aparelho sem ser notado pelo lesado, que continuava dormindo profundamente. Ao tentar sair do coletivo, Lúcio foi interpelado por outro passageiro, que assistiu ao ocorrido, iniciando-se uma grande confusão, que fez com que o lesado acordasse e verificasse que seu aparelho fora subtraído.

Após denúncia pelo crime de furto qualificado pela destreza e regular processamento do feito, Lúcio foi condenado nos termos da denúncia, sendo, ainda, aplicada a agravante da embriaguez preordenada, já que Lúcio teria se embriagado dolosamente.

Considerando apenas as informações expostas e que os fatos foram confirmados, o(a) advogado(a) de Lúcio, no momento da apresentação de recurso de apelação, poderá requerer

A) o reconhecimento de causa de diminuição de pena diante da redução da capacidade em razão da sua embriaguez, mas não o afastamento da qualificadora da destreza.
B) a desclassificação para o crime de furto simples, mas não o afastamento da agravante da embriaguez preordenada.
C) a desclassificação para o crime de furto simples e o afastamento da agravante, não devendo a embriaguez do autor do fato interferir na tipificação da conduta ou na dosimetria da pena.
D) a absolvição, diante da ausência de culpabilidade, em razão da embriaguez completa.

Comentário:

A) Errado

Como a questão requer o posicionamento de advogado, devemos buscar a alternativa mais favorável ao réu com base no conhecimento técnico. Dessa forma, tem-se a acusação do delito de furto qualificado pela destreza (art. 155, §4º, inciso II do CPB) e com a agravante da embriaguez preordenada (art. 61, inciso II, letra l do CPB).

Quanto ao furto qualificado, há entendimento doutrinário e jurisprudencial acerca do afastamento da qualificadora destreza quando o sujeito passivo se encontra embriagado ou adormecido:

> A destreza é a habilidade física ou manual que permite ao agente executar a subtração sem que a vítima perceba. Aplica-se somente a qualificadora quando a vítima traz os objetos junto a si. Se a vítima percebe a conduta do agente, não tem lugar a qualificadora, há tentativa de furto simples, mas, se a conduta é vista por terceiro que impede a subtração, há tentativa de furto qualificado. Se a subtração é feita em pessoa que está dormindo ou embriagada, há furto simples. (REBOUÇAS, Endgel. Ação penal condicionada no delito de furto simples. JusBrasil. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/68604/acao-penal-condicionada-no-delito-de-furto-simples/2.)

Assim, alega-se o afastamento da qualificadora pela destreza, configurando-se o furto simples.

Já em relação à embriaguez preordenada, a jurisprudência afirma que ela dá-se apenas quando o sujeito ativo provoca a sua embriaguez com o animus de cometer o delito:

> "PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. PERSONALIDADE DO AGENTE. REAVALIAÇÃO. AGRAVANTE DA EMBRIAGUEZ PREORDENADA E INDENIZAÇÃO DOS PREJUÍZOS CAUSADOS À VÍTIMA. EXCLUSÃO.
>
> (...)

> 2. Para que se caracterize a agravante da embriaguez preordenada não basta a prova de que o agente praticou o delito sob influência do álcool, sendo imprescindível a demonstração de que se embriagou para o fim de praticar o crime." (APR 20060110296380)

Dessa maneira, como o enunciado explicita que Lúcio se embriagou pois recebeu a notícia que estava desempregado, sem qualquer vinculação com o objetivo de cometer o delito de furto, afasta-se a agravante da embriaguez preordenada.

B) Errado

Alternativa incorreta uma vez que a melhor hipótese admitiria o afastamento da agravante da embriaguez preordenada.

C) Correto

Afasta-se, de acordo com o entendimento doutrinário e jurisprudencial, a qualificadora da destreza e a agravante da embriaguez preordenada.

D) Errado

Não há absolvição, uma vez que a embriaguez foi voluntária.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca, Doutrina e Jurisprudência

Questão 62

Yuri foi denunciado pela suposta prática de crime de estupro qualificado em razão da idade da vítima, porque teria praticado conjunção carnal contra a vontade de Luana, de 15 anos, mediante emprego de grave ameaça. No curso da instrução, Luana mudou sua versão e afirmou que, na realidade, havia consentido na prática do ato sexual, sendo a informação confirmada por Yuri em seu interrogatório.

Considerando apenas as informações expostas, no momento de apresentar alegações finais, a defesa técnica de Yuri deverá pugnar por sua absolvição, sob o fundamento de que o consentimento da suposta ofendida, na hipótese, funciona como

A) causa supralegal de exclusão da ilicitude.
B) causa legal de exclusão da ilicitude.
C) fundamento para reconhecimento da atipicidade da conduta.
D) causa supralegal de exclusão da culpabilidade.

Comentário:

A) Errado

Yuri foi denunciado pelo delito previsto no art. 213, §1º do Código Penal:

> Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso:
> Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.
> § 1 o Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos:
> Pena - reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos.

Como a vítima contava com 15 anos no momento do ato sexual, não há o que se falar em estupro de vulnerável (art. 217 do CP), no qual, uma vez que o sujeito passivo não possui capacidade de autodeterminação (menor de 14 anos

de idade), pouco importa o consentimento da vítima, ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso já caracteriza o delito.

No entanto, no caso do estupro qualificado pela idade da vítima, o tipo penal pressupõe o constrangimento do sujeito passivo, mediante violência ou grave ameaça. Como Luana possuía mais de 14 anos, para o Código Penal, ela já tem capacidade de autodeterminação. Assim, ao afirmar que o ato sexual foi consentido, não há o que se falar em estupro, sendo a conduta de Yuri atípica.

B) Errado

A alegação de Luana incita a atipicidade da conduta.

C) Correto

Como visto, no caso do estupro qualificado pela idade da vítima, o tipo penal pressupõe o constrangimento do sujeito passivo, mediante violência ou grave ameaça. Como Luana possuía mais de 14 anos, para o Código Penal, ela já tem capacidade de autodeterminação. Assim, ao afirmar que o ato sexual foi consentido, não há o que se falar em estupro, sendo a conduta de Yuri atípica.

D) Errado

A alegação de Luana incita a atipicidade da conduta.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina

Questão 63

André, nascido em 21/11/2001, adquiriu de Francisco, em 18/11/2019, grande quantidade de droga, com o fim de vendê-la aos convidados de seu aniversário, que seria celebrado em 24/11/2019. Imediatamente após a compra, guardou a droga no armário de seu quarto.

Em 23/11/2019, a partir de uma denúncia anônima e munidos do respectivo mandado de busca e apreensão deferido judicialmente, policiais compareceram à residência de André, onde encontraram e apreenderam a droga que era por ele armazenada. De imediato, a mãe de André entrou em contato com o advogado da família.
Considerando apenas as informações expostas, na Delegacia, o advogado de André deverá esclarecer à família que André, penalmente, será considerado

A) inimputável, devendo responder apenas por ato infracional análogo ao delito de tráfico, em razão de sua menoridade quando da aquisição da droga, com base na Teoria da Atividade adotada pelo Código Penal para definir o momento do crime.
B) inimputável, devendo responder apenas por ato infracional análogo ao delito de tráfico, tendo em vista que o Código Penal adota a Teoria da Ubiquidade para definir o momento do crime.
C) imputável, podendo responder pelo delito de tráfico de drogas, mesmo adotando o Código Penal a Teoria da Atividade para definir o momento do crime.
D) imputável, podendo responder pelo delito de associação para o tráfico, que tem natureza permanente, tendo em vista que o Código Penal adota a Teoria do Resultado para definir o momento do crime.

Comentário:

A) Errado

De acordo com o enunciado da questão, André, no momento da compra da grande quantidade de droga, tinha menos de 18 anos, ou seja, era considerado inimputável (art. 27 do CP). No entanto, ele manteve a droga em depósito em sua casa, que foi apreendida quando ele já era maior de idade (23/11/2019). Nesse sentido, tem-se que o delito de tráfico previsto na Lei nº 11.343 (Lei de Drogas) caracteriza-se por:

> Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:
>
> Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

Dessa maneira, a mera manutenção em depósito de grande quantidade de droga por André já caracteriza o crime de tráfico. Assim, como ele tinha mais de 18 anos no momento da apreensão, é imputável.

Quanto à justificativa para essa imputabilidade, tem-se que o Código Penal brasileiro adota a Teoria da Atividade para determinar o momento do crime: "Art. 4º - Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado. " Como o momento da ação (ter em depósito) deu-se quando o agente contava com mais de 18 anos, ele é imputável.

B) Errado

Como visto, o momento da ação (ter em depósito) deu-se quando o agente contava com mais de 18 anos, então ele é imputável. Além disso, a alternativa aponta a Teoria da Ubiquidade (refere-se ao local do crime ao determinar ele é tanto o da ação quanto o do resultado), que não tem relação com o momento do crime.

C) Correto

Como visto, o agente era imputável, podendo responder pelo delito de tráfico de drogas, mesmo adotando o Código Penal a Teoria da Atividade para definir o momento do crime.

D) Errado

Apesar de prever a imputabilidade do agente, a alternativa aponta a Teoria do Resultado (o momento do crime é o do resultado da conduta), que não é adotada pelo Código Penal brasileiro.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 64

Ricardo foi pronunciado pela suposta prática do crime de homicídio qualificado. No dia anterior à sessão plenária do Tribunal do Júri, o defensor público que assistia Ricardo até aquele momento acostou ao processo a folha de antecedentes criminais da vítima, matérias jornalísticas e fotografias que poderiam ser favoráveis à defesa do acusado. O Ministério Público, em sessão plenária, foi surpreendido por aquele material do qual não tinha tido ciência, mas o juiz presidente manteve o julgamento para a data agendada e, após o defensor público mencionar a documentação acostada, Ricardo foi absolvido pelos jurados, em 23/10/2018 (terça-feira).

No dia 29/10/2018, o Ministério Público apresentou recurso de apelação, acompanhado das razões recursais, requerendo a realização de novo júri, pois a decisão dos jurados havia sido manifestamente contrária à prova dos autos.

O Tribunal de Justiça conheceu do recurso interposto e anulou o julgamento realizado, determinando nova sessão plenária, sob o fundamento de que a defesa se utilizou em plenário de documentos acostados fora do prazo permitido pela lei. A família de Ricardo procura você, como advogado(a), para patrocinar os interesses do réu.

Considerando as informações narradas, você, como advogado(a) de Ricardo, deverá questionar a decisão do Tribunal, sob o fundamento de que

A) respeitando-se o princípio da amplitude de defesa, não existe vedação legal na juntada e utilização em plenário de documentação pela defesa no prazo mencionado.

B) diante da nulidade reconhecida, caberia ao Tribunal de Justiça realizar, diretamente, novo julgamento, e não submeter o réu a novo julgamento pelo Tribunal do Júri.

C) não poderia o Tribunal anular o julgamento com base em nulidade não arguida, mas tão só reconhecer, se fosse o caso, que a decisão dos jurados era manifestamente contrária à prova dos autos.

D) o recurso foi apresentado de maneira intempestiva, de modo que sequer deveria ter sido conhecido.

Comentário:

A) Errado

Nos moldes do art. 479 do CPP, é vedada a leitura de documento ou a apresentação de objeto que não tenha sido devidamente "juntado aos autos com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, dando-se ciência à outra parte".

B) Errado

Se o Tribunal de Justiça reconhecesse que o *decisum* proferido pelo Conselho de Sentença é manifestamente contrário à prova dos autos, não poderia realizar, *incontinenti*, novo julgamento, mas deveria submeter o réu a novo julgamento pelo Tribunal do Júri, em razão da soberania dos vereditos constitucionalmente assegurada (art. 5°, inciso XXXVIII, *"d"*, da Carta Magna) e, ainda, em consonância com o disposto no art. 593, inciso III," d ", e § 3°, do CPP.

C) Correto

Embora o descumprimento ao disposto no art. 479 do CPP torne nulo o julgamento, tal nulidade não foi arguida na apelação interposta pelo Ministério Público, razão pela qual o Tribunal de Justiça não poderia acolhê-la em face do réu, a teor do enunciado 160 da Súmula do STF, o qual dispõe que "**é nula** a decisão do Tribunal que acolhe, contra o réu, **nulidade não arguida no recurso**

da acusação, ressalvados os casos de recurso de ofício". Nesse sentido, o órgão colegiado só poderia reconhecer, se fosse o caso, que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos, constante do recurso da acusação.

D) Errado

Como a decisão de absolvição do réu em Plenário foi proferida no dia 23/10/2018 (terça-feira), o *Parquet* poderia interpor a apelação, em tese, até o dia 28/10/2018 (domingo), considerando que o prazo recursal em apreço é de 5 (cinco) dias, nos exatos ditames do art. 593, *caput*, do CPP. Entretanto, como o último dia foi um domingo, prorroga-se o seu término até o primeiro dia útil subsequente, qual seja, a segunda-feira dia 29/10/2018, de conformidade com o disposto no art. 798 do referido diploma legislativo.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência

Questão 65

Mariana foi vítima de um crime de apropriação indébita consumado, que teria sido praticado por Paloma.

Ao tomar conhecimento de que Paloma teria sido denunciada pelo crime mencionado, inclusive sendo apresentado pelo Ministério Público o valor do prejuízo sofrido pela vítima e o requerimento de reparação do dano, Mariana passou a acompanhar o andamento processual, sem, porém, habilitar-se como assistente de acusação.

No momento em que constatou que os autos estariam conclusos para sentença, Mariana procurou seu advogado para adoção das medidas cabíveis, esclarecendo o temor de ver a ré absolvida e não ter seu prejuízo reparado.

O advogado de Mariana deverá informar à sua cliente que

A) não poderá ser fixado pelo juiz valor mínimo a título de indenização, mas, em caso de sentença condenatória, poderá esta ser executada, por meio de ação civil ex delicto, por Mariana ou seu representante legal.

B) poderá ser apresentado recurso de apelação, diante de eventual sentença absolutória e omissão do Ministério Público, por parte de Mariana, por meio de seu patrono, ainda que não esteja, no momento da sentença, habilitada como assistente de acusação.

C) poderá ser fixado pelo juiz valor a título de indenização em caso de sentença condenatória, não podendo a ofendida, porém, nesta hipótese, buscar a apuração do dano efetivamente sofrido perante o juízo cível.

D) não poderá ser buscada reparação cível diante de eventual sentença absolutória, com trânsito em julgado, que reconheça não existir prova suficiente para condenação.

Comentário:

A) Errado

Nos moldes do art. 387, IV, do CPP, dentre várias particularidades presentes no *decisum* de condenação do réu, "o juiz, ao proferir sentença condenatória, fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido".

B) Correto

Dispõe o art. 598, *caput*, do CPP que "nos crimes de competência do Tribunal do Júri, ou do juiz singular, **se da sentença não for interposta apelação pelo Ministério Público no prazo legal**, **o ofendido** ou qualquer das pessoas enumeradas no art. 31, **ainda que não se tenha habilitado como assistente**, **poderá interpor apelação**, que não terá, porém, efeito suspensivo".

C) Errado

Nos exatos termos do art. 63, *caput* e parágrafo único, do CPP, "transitada em julgado a sentença condenatória, poderão promover-lhe a execução, no juízo cível, para o efeito da reparação do dano, o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros", podendo a execução ser procedida consoante o disposto no art. 387, IV, do referido diploma legislativo, "sem prejuízo da liquidação para a apuração do dano efetivamente sofrido".

D) Errado

De conformidade com o art. 66 do CPP, na íntegra, "não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato", a teor do que ocorre no *decisum* que reconhece não existir prova suficiente para condenação.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 66

Durante escuta telefônica devidamente deferida para investigar organização criminosa destinada ao contrabando de armas, policiais obtiveram a informação de que Marcelo receberia, naquele dia, grande quantidade de armamento, que seria depois repassada a Daniel, chefe de sua facção.

Diante dessa informação, os policiais se dirigiram até o local combinado. Após informarem o fato à autoridade policial, que o comunicou ao juízo competente, eles acompanharam o recebimento do armamento por Marcelo, optando por não o prender naquele momento, pois aguardariam que ele se encontrasse com o chefe da sua organização para, então, prendê-los. De posse do armamento, Marcelo se dirigiu ao encontro de Daniel e lhe repassou as armas contrabandeadas, quando, então, ambos foram surpreendidos e presos em flagrante pelos policiais que monitoravam a operação.

Encaminhados para a Delegacia, os presos entraram em contato com um advogado para esclarecimentos sobre a validade das prisões ocorridas.

Com base nos fatos acima narrados, o advogado deverá esclarecer aos seus clientes que a prisão em flagrante efetuada pelos policiais foi

A) ilegal, por se tratar de flagrante esperado.
B) ilegal, restando configurado o flagrante preparado.
C) legal, tratando-se de flagrante retardado.
D) ilegal, pois a conduta dos policiais dependeria de prévia autorização judicial.

Comentário:

A) Errado

Diferentemente da hipótese em apreço (flagrante retardado), o flagrante esperado ou aguardado é a espécie de prisão em flagrante por meio da qual o agente de segurança pública – ciente absolutamente acerca da iminente prática

de uma infração penal – se direciona para o local em que o crime deve acontecer e se coloca em posição de espera do início dos atos de execução ou da própria consumação delitiva para que, em sequência, efetue a prisão em flagrante de todos os envolvidos. Trata-se de uma modalidade de prisão em flagrante válida e legal, aceita pelo STJ, mas que não se amolda à proposição em análise.

B) Errado

A assertiva apresenta dois erros crassos: primeiramente, porque a situação fática narrada diz respeito ao flagrante retardado, perfeitamente legal, e não ao flagrante preparado, provocado ou crime de ensaio, que exige, fundamentalmente, a presença de dois requisitos cumulativos, quais sejam, a indução à prática do delito e a adoção de precauções para que esse delito não venha a se consumar; por derradeiro, afirma erroneamente que o flagrante preparado é legal, quando, na realidade, trata-se de uma modalidade de prisão em flagrante ilegal, a teor do enunciado da Súmula 145 do STF, que a reputa como clara hipótese de crime impossível.

C) Correto

O caso em tela diz respeito à **Ação Controlada** prevista na Lei n° 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas), especificamente em seus arts. 8° e 9°. Trata-se de uma espécie de flagrante **prorrogado**, **retardado**, **postergado** ou **diferido**, no qual se autoriza o retardamento da intervenção policial (em regra obrigatória), de modo a viabilizar a efetivação da abordagem em momento mais oportuno para fins de obtenção de elementos de informação e identificação de fontes probatórias. Na hipótese específica da Lei das Organizações Criminosas, autoriza-se que o policial deixe de efetuar a prisão em flagrante de imediato, para somente concretizá-la em momento posterior, "mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações" (art. 8°). Em suma, a prisão em flagrante da situação em apreço é plenamente **legal**.

D) Errado

Como já visto, a prisão em flagrante é apreço é perfeitamente possível sob o ponto de vista legal, eis que prevista expressamente na Lei de Organizações Criminosas, dispensando a prévia autorização judicial.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência

Questão 67

O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Tiago e Talles, imputando-lhes a prática do crime de sequestro qualificado, arrolando como testemunhas de acusação a vítima, pessoas que presenciaram o fato, os policiais responsáveis pela prisão em flagrante, além da esposa do acusado Tiago, que teria conhecimento sobre o ocorrido.

Na audiência de instrução e julgamento, por ter sido arrolada como testemunha de acusação, Rosa, esposa de Tiago, compareceu, mas demonstrou que não tinha interesse em prestar declarações. O Ministério Público insistiu na sua oitiva, mesmo com outras testemunhas tendo conhecimento sobre os fatos. Temendo pelas consequências, já que foi prestado o compromisso de dizer a verdade perante o magistrado, Rosa disse o que tinha conhecimento, mesmo contra sua vontade, o que veio a prejudicar seu marido. Por ocasião dos interrogatórios, Tiago, que seria interrogado por último, foi retirado da sala de audiência enquanto o corréu prestava suas declarações, apesar de seu advogado ter participado do ato.

Com base nas previsões do Código de Processo Penal, considerando apenas as informações narradas, Tiago

A) não teria direito de anular a instrução probatória com fundamento na sua ausência durante o interrogatório de Talles e nem na oitiva de Rosa na condição de testemunha, já que devidamente arrolada pelo Ministério Público.

B) teria direito de anular a instrução probatória com fundamento na ausência de Tiago no interrogatório de Talles e na oitiva de Rosa na condição de testemunha.

C) não teria direito de anular a instrução probatória com base na sua ausência no interrogatório de Talles, mas deveria questionar a oitiva de Rosa como testemunha, já que ela poderia se recusar a prestar declarações.

D) não teria direito de anular a instrução probatória com base na sua ausência no interrogatório de Talles, mas deveria questionar a oitiva de Rosa como testemunha, pois, em que pese seja obrigada a prestar declarações, deveria ser ouvida na condição de informante, sem compromisso legal de dizer a verdade.

Comentário:

A) Errado

Pode-se impugnar a oitiva da testemunha Rosa, por se tratar de pessoa que poderia ter se eximido da obrigação de depor, segundo a íntegra do art. 206 do referido diploma legislativo.

B) Errado

A instrução criminal apresentada não poderia ser anulada em razão da realização do interrogatório de Talles sem a presença de Tiago, de acordo com o previsto no art. 191 do CPP.

C) Correto

De fato, a instrução probatória não deve ser anulada com base na ausência de Tiago no interrogatório de Talles, tendo em vista que, nos exatos termos do art. 191 do CPP, "havendo mais de um acusado, **serão interrogados separadamente**". Por outro lado, é cabível o questionamento da oitiva de Rosa, eis que ela poderia se eximir da obrigação de depor, por ser cônjuge do acusado e, ainda, ser possível a obtenção ou integração da prova do fato e de suas circunstâncias com as demais testemunhas presenciais de acusação. A esse respeito, dispõe o art. 206 do CPP que poderão eximir-se da obrigação de depor "o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, **o cônjuge**, ainda que desquitado, o irmão e o pai, a mãe, ou o filho adotivo **do acusado**, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias".

D) Errado

Em consonância com o disposto no art. 206 do CPP, Rosa não é obrigada a prestar declarações, pois pode se eximir da obrigação de depor.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 68

Durante longa investigação, o Ministério Público identificou que determinado senador seria autor de um crime de concussão no exercício do mandato, que teria sido praticado após sua diplomação. Com o indiciamento, o senador foi intimado a, se fosse de sua vontade, prestar esclarecimentos sobre os fatos no procedimento investigatório. Preocupado com as consequências, o senador procurou seu advogado para esclarecimentos.

Considerando apenas as informações narradas e com base nas previsões constitucionais, o advogado deverá esclarecer que

A) o Ministério Público não poderá oferecer denúncia em face do senador sem autorização da Casa Legislativa, pois a Constituição prevê imunidade de natureza formal aos parlamentares.

B) a denúncia poderá ser oferecida e recebida, assim como a ação penal ter regular prosseguimento, independentemente de autorização da Casa Legislativa, que não poderá determinar a suspensão do processo, considerando que o crime imputado é comum, e não de responsabilidade.

C) a denúncia não poderá ser recebida pelo Poder Judiciário sem autorização da Casa Legislativa, em razão da imunidade material prevista na Constituição, apesar de poder ser oferecida pelo Ministério Público independentemente de tal autorização.

D) a denúncia poderá ser oferecida e recebida independentemente de autorização parlamentar, mas deverá ser dada ciência à Casa Legislativa respectiva, que poderá, seguidas as exigências, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

Comentário:

A) Errado

O oferecimento de peça acusatória independe de autorização da respectiva Casa Legislativa, que apenas deve ser cientificada dessa oferta, nos moldes do art. 53 da CF/88.

B) Errado

Até a decisão final, a respectiva Casa Legislativa poderá determinar a suspensão do processo, isto é, sustar o andamento da ação, de conformidade com o previsto no art. 53 da Carta Magna.

C) Errado

O recebimento da peça acusatória pelo Judiciário dispensa qualquer autorização da respectiva Casa Legislativa, bastando que ela seja cientificada da decisão, a teor do disposto no art. 53 da Lei Maior.

D) Correto

A questão em tela exige do candidato o conhecimento acerca do estatuto dos congressistas, assegurado aos parlamentares no art. 53 da Constituição Federal. Tal dispositivo estabelece que "os deputados e senadores são **invioláveis**, civil e **penalmente**, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos". Diante disso, o § 3° do referido artigo dispõe o rito procedimental a ser seguido para os congressistas, nos seguintes ditames: "recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por **crime ocorrido após a diplomação**, o Supremo Tribunal Federal **dará ciência à Casa respectiva**, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, **poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação**".

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 69

Caio foi denunciado pela suposta prática do crime de estupro de vulnerável. Ocorre que, apesar da capitulação delitiva, a denúncia apresentava-se confusa na narrativa dos fatos, inclusive não sendo indicada qual seria a idade da vítima. Logo após a citação, Caio procurou seu advogado para esclarecimentos, destacando a dificuldade na compreensão dos fatos imputados.

O advogado de Caio, constatando que a denúncia estava inepta, deve esclarecer ao cliente que, sob o ponto de vista técnico, com esse fundamento poderia buscar

A) a rejeição da denúncia, podendo o Ministério Público apresentar recurso em sentido estrito em caso de acolhimento do pedido pelo magistrado, ou oferecer, posteriormente, nova denúncia.

B) sua absolvição sumária, podendo o Ministério Público apresentar recurso de apelação em caso de acolhimento do pedido pelo magistrado, ou oferecer, posteriormente, nova denúncia.

C) sua absolvição sumária, podendo o Ministério Público apresentar recurso em sentido estrito em caso de acolhimento do pedido pelo magistrado, mas, transitada em julgado a decisão, não poderá ser oferecida nova denúncia com base nos mesmos fatos.

D) a rejeição da denúncia, podendo o Ministério Público apresentar recurso de apelação em caso de acolhimento do pedido pelo magistrado, mas, uma vez transitada em julgado a decisão, não caberá oferecimento de nova denúncia.

Comentário:

A) Correto

Nos moldes do art. 395, I, do CPP, "a **denúncia** ou queixa será **rejeitada** quando: I - **for manifestamente inepta**". *In casu*, essa inépcia deve ser analisada sob o prisma **formal**, diante da inobservância de requisitos obrigatórios da peça

acusatória, disposto no art. 41 do CPP, o qual estabelece que "a **denúncia** ou queixa conterá a **exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias**, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas". Dessa forma, inexistindo qualquer dos pressupostos presentes neste último dispositivo, inepta será a peça acusatória. Diante disso, impõe-se que a **rejeição da denúncia**, decisão que desafia a interposição de **Recurso em Sentido Estrito (RESE)**, nos moldes do art. 581, I, do CPP, o qual dispõe que "caberá **recurso, no sentido estrito,** da decisão, despacho ou sentença: I – **que não receber a denúncia** ou a queixa".

B) Errado

Diante da inépcia da exordial acusatória, é cabível não a absolvição sumária do réu, e sim a rejeição dessa denúncia, nos termos do art. 395, I, do CPP.

C) Errado

Ao se deparar com uma peça denunciativa inepta, cabe à defesa requerer a rejeição dessa denúncia, e não a absolvição sumária do réu, nos moldes do art. 395, I, do CPP.

D) Errado

A espécie recursal cabível em face da decisão que rejeita a denúncia não é a apelação, e sim o Recurso Em Sentido Estrito (RESE), em consonância com o previsto no art. 581, I, do CPP.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO DO TRABALHO

Questão 70

Gervásia é empregada na Lanchonete Pará desde fevereiro de 2018, exercendo a função de atendente e recebendo o valor correspondente a um salário mínimo por mês.

Acerca da cláusula compromissória de arbitragem que o empregador pretende inserir no contrato da empregada, de acordo com a CLT, assinale a afirmativa correta.

A) A inserção não é possível, porque, no Direito do Trabalho, não cabe arbitragem em lides individuais.
B) A cláusula compromissória de arbitragem não poderá ser inserida no contrato citado, em razão do salário recebido pela empregada.
C) Não há mais óbice à inserção de cláusula compromissória de arbitragem nos contratos de trabalho, inclusive no de Gervásia.
D) A cláusula de arbitragem pode ser inserida em todos os contratos de trabalho, sendo admitida de forma expressa ou tácita.

Comentário:

A) Errado

A alternativa A se mostra incorreta, pois, com a reforma trabalhista o Brasil passou a admitir o uso da arbitragem em conflitos individuais.

B) Correto

A alternativa B está **correta**, a cláusula compromissória de arbitragem não poderá ser inserida no contrato citado, em razão do salário recebido pela empregada, conforme expressa o Art. 507-A, CLT;

> Nos contratos individuais de trabalho cuja remuneração seja superior a **duas vezes o limite máximo** estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, poderá ser pactuada cláusula compromissória de arbitragem, desde que por iniciativa do empregado ou mediante a sua concordância expressa, nos termos previstos na Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

Portanto, conforme o dispositivo acima entende-se que para ser pactuada cláusula compromissória de arbitragem, é necessário que o salário seja igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social e vontade própria do empregado ou mediante a sua concordância expressa. Estando correta a letra B.

C e D) Errado

As alternativas C e D se mostram incorretas, pois, o dispositivo acima determina que a concordância deve ser expressa. Desse modo, a cláusula compromissória só terá validade e eficácia se o empregado tomar a iniciativa de buscar a arbitragem ou, então, se concordar expressamente com a sua instituição, devendo constar, inclusive, sua anuência por escrito, com assinatura especificamente sobre essa cláusula.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 71

Ano: 2020 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2020 - OAB - Exame de Ordem Unificado XXXI - Primeira Fase

Paulo trabalhou para a Editora Livro Legal Ltda. de 10/12/2017 a 30/08/2018 sem receber as verbas rescisórias ao final do contrato, sob a alegação de dificuldades financeiras da empregadora. Em razão disso, ele pretende ajuizar ação trabalhista e procurou você, como advogado(a). Sabe-se que a empregadora de Paulo estava sob o controle e a direção da sócia majoritária, a Editora Mundial Ltda.

Assinale a afirmativa que melhor atende à necessidade e à segurança de satisfazer o crédito do seu cliente.

A) Poderá incluir a sociedade empresária controladora no polo passivo da demanda, e esta responderá solidariamente com a empregadora, pois se trata de grupo econômico.
B) Poderá incluir a sociedade empresária controladora no polo passivo da demanda, e esta responderá subsidiariamente com a empregadora, pois se trata de grupo econômico.
C) Não há relação de responsabilização entre as sociedades empresárias, uma vez que possuem personalidades jurídicas distintas, o que afasta a caracterização de grupo econômico.
D) Não se trata de grupo econômico, porque a mera identidade de sócios não o caracteriza; portanto, descabe a responsabilização da segunda sociedade empresária.

Comentário:

A) Correto

A alternativa A está correta, pois, a CLT estabelece a responsabilidade solidária entre as empresas, conforme expressa o **Art. 2°, §2**;

> Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.

B) Errado

A CLT estabelece que a responsabilidade entre as empresas é solidária, logo, cada empresa responde pela integralidade da dívida. Portanto, a alternativa B está incorreta por afirmar uma responsabilidade subsidiária.

C e D) Errado

A CLT estabelece que a responsabilidade entre as empresas é solidária, logo, cada empresa responde pela integralidade da dívida. Portanto, as alternativas C e D estão incorretas por não reconhecerem responsabilidade das empresas.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 72

Ano: 2020 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2020 - OAB - Exame de Ordem Unificado XXXI - Primeira Fase

Enzo é professor de Matemática em uma escola particular, em que é empregado há 8 anos. Após 2 anos de namoro e 1 ano de noivado, irá se casar com Carla, advogada, empregada em um escritório de advocacia há 5 anos.

Sobre o direito à licença pelo casamento, de acordo com a CLT, assinale a afirmativa correta.

A) O casal poderá faltar aos seus empregos respectivos por até 3 dias úteis para as núpcias.

B) Carla, por ser advogada, terá afastamento de 5 dias e Enzo, por ser professor, poderá faltar por 2 dias corridos.

C) Enzo poderá faltar ao serviço por 9 dias, enquanto Carla poderá se ausentar por 3 dias consecutivos.

D) Não há previsão específica, devendo ser acertado o período de afastamento com o empregador, observado o limite de 10 dias.

Comentário:

A) Errado

Vide inteligência dos artigos 320 e 473 da CLT.

Portanto, a letra A está incorreta, pois Enzo tem direito de faltar por 9 (nove) dias e Carla por 3 (três) dias.

B) Errado

Vide inteligência dos artigos 320 e 473 da CLT.

Portanto, a letra A está incorreta, pois Enzo tem direito de faltar por 9 (nove) dias e Carla por 3 (três) dias.

C) Correto

A única alternativa que se faz correta é a **letra C**, pois Enzo por ser professor está incluído em uma regra diferente, fazendo gozo de 9 (nove) dias para casamento e/ou falecimento de pai, mãe, filho ou cônjuge, conforme expressa o Art. 320 da CLT:

> A remuneração dos professores será fixada pelo número de aulas semanais, na conformidade dos horários.
>
> **§ 3o - Não serão descontadas, no decurso de 9 (nove) dias, as faltas verificadas por motivo de gala ou de luto em consequência de falecimento do cônjuge, do pai ou mãe, ou de filho.**

Já Carla está inserida na **regra comum**, assim, para o casamento são 3 (três) dias consecutivos, conforme Art. 473 da CLT:

> O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:
>
> **II - até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento;**

D) Errado

Vide inteligência dos artigos 320 e 473 da CLT.

Portanto, a letra A está incorreta, pois Enzo tem direito de faltar por 9 (nove) dias e Carla por 3 (três) dias.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 73

Rafaela trabalha em uma empresa de calçados. Apesar de sua formação como estoquista, foi preterida em uma vaga para tal por ser mulher, o que seria uma promoção e geraria aumento salarial. Um mês depois, a empresa exigiu que todas as funcionárias do sexo feminino apresentassem atestado médico de gravidez. Rafaela, 4 meses após esse fato, engravidou e, após apresentação de atestado médico, teve a jornada reduzida em duas horas, por se tratar de uma gestação delicada, o que acarretou a redução salarial proporcional. Sete meses após o parto, Rafaela foi dispensada.

Como advogado(a) de Rafaela, de acordo com a legislação trabalhista em vigor, assinale a opção que contém todas as violações aos direitos trabalhistas de Rafaela.

A) Recusa, fundamentada no sexo, da promoção para a função de estoquista.
B) Recusa, fundamentada no sexo, da promoção para a função de estoquista, exigência de atestado de gravidez e redução salarial.
C) Recusa, fundamentada no sexo, da promoção para a função de estoquista, exigência de atestado de gravidez, redução salarial e dispensa dentro do período de estabilidade gestante.
D) Dispensa dentro do período de estabilidade gestante.

Comentário:

A) Errado

Conforme inteligência do artigo **373-A da CLT e 377 da CLT.**

B) Correto

A única alternativa que contempla todas as violações aos direitos trabalhistas de Rafaela está na letra B, sendo esta a correta e estando as outras alternativas incorretas por excluírem algumas violações. Assim, a recusa, fundamentada no sexo, da promoção para a função de estoquista, exigência de atestado de gravidez e redução salarial são as violações conforme **o art. 373-A da CLT**:

> Ressalvadas as disposições legais destinadas a corrigir as distorções que afetam o acesso da mulher ao mercado de trabalho e certas especificidades estabelecidas nos acordos trabalhistas, é vedado:
>
> I - publicar ou fazer publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo, à idade, à cor ou situação familiar, salvo quando a natureza da atividade a ser exercida, pública e notoriamente, assim o exigir;
>
> **II - recusar emprego, promoção ou motivar a dispensa do trabalho em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez, salvo quando a natureza da atividade seja notória e publicamente incompatível;**
>
> III - considerar o sexo, a idade, a cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional;
>
> **IV - exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego;**
>
> V - impedir o acesso ou adotar critérios subjetivos para deferimento de inscrição ou aprovação em concursos, em empresas privadas, em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez;
>
> VI - proceder o empregador ou preposto a revistas íntimas nas empregadas ou funcionárias.

E também conforme o Art. 377 da CLT:

A adoção de medidas de proteção ao trabalho das mulheres é considerada de ordem pública, não justificando, em hipótese alguma, a redução de salário.

C) Errado

Conforme inteligência do artigo **373-A da CLT e 377 da CLT.**

D) Errado

Conforme inteligência do artigo **373-A da CLT e 377 da CLT.**

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 74

Eduardo e Carla são empregados do Supermercado Praiano Ltda., exercendo a função de caixa. Após 10 meses de vigência do contrato, ambos receberam aviso prévio em setembro de 2019, para ser cumprido com trabalho. Contudo, 17 dias após, o Supermercado resolveu reconsiderar a sua decisão e manter Eduardo e Carla no seu quadro de empregados. Ocorre que ambos não desejam prosseguir, porque, nesse período, distribuíram seus currículos e conseguiram a promessa de outras colocações num concorrente do Supermercado Praiano, com salário um pouco superior.

Diante da situação posta e dos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Os empregados não são obrigados a aceitar a retratação, que só gera efeito se houver consenso entre empregado e empregador.
B) Os empregados são obrigados a aceitá-la, uma vez que a retratação foi feita pelo empregador ainda no período do aviso prévio.
C) A retratação deve ser obrigatoriamente aceita pela parte contrária se o aviso prévio for trabalhado, e, se for indenizado, há necessidade de concordância das partes.
D) O empregador jamais poderia ter feito isso, porque a CLT não prevê a possibilidade de reconsideração de aviso prévio, que se torna irreversível a partir da concessão.

Comentário:

A) Correto

A alternativa **correta** está na **letra A**, pois nos termos da CLT os empregados não são obrigados a aceitar a retratação, só gerando efeito se houver consenso entre empregado e empregador, conforme expressa o **Art. 489**:

> Dado o aviso prévio, a rescisão torna-se efetiva depois de expirado o respectivo prazo, mas, se a parte notificante reconsiderar o ato, antes de seu termo, à outra parte **é facultado aceitar ou não a reconsideração.**

Parágrafo único - Caso seja aceita a reconsideração ou continuando a prestação depois de expirado o prazo, o contrato continuará a vigorar, como se o aviso prévio não tivesse sido dado.

B) Errado

A letra B está incorreta por estabelecer uma obrigação de aceitação do empregado.

C) Errado

A letra C está incorreta por estabelecer uma obrigação de aceitação do empregado.

D) Errado

E a letra D está incorreta por não prever a reconsideração de aviso prévio prevista em lei.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 75

Renato é um empregado doméstico que atua como caseiro no sítio de lazer do seu empregador. Contudo, a CTPS de Renato foi assinada como sendo operador de máquinas da empresa de titularidade do seu empregador. Renato tem receio de que, no futuro, não possa comprovar experiência na função de empregado doméstico e, por isso, intenciona ajuizar reclamação trabalhista para regularizar a situação.

Considerando a situação narrada e o entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

A) Caso comprove que, de fato, é doméstico, Renato conseguirá a retificação na CTPS, pois as anotações nela lançadas têm presunção relativa.
B) Somente o salário poderia ser objeto de demanda judicial para se comprovar que o empregado recebia valor superior ao anotado, sendo que a alteração na função não é prevista, e a demanda não terá sucesso.
C) Caso Renato comprove que é doméstico, o pedido será julgado procedente, mas a alteração será feita com modulação de efeitos, com retificação da data da sentença em diante.
D) Renato não terá sucesso na sua reclamação trabalhista, porque a anotação feita na carteira profissional tem presunção absoluta.

Comentário:

A) Correto

A letra A é a única alternativa que se faz correta segundo entendimento sumular do TST, pois, as anotações lançadas na carteira profissional possuem presunção relativa, *juris tantum,* conforme Súmula 12/TST:

Carteira profissional. Anotação. Carteira de trabalho. CLT, art. 29. «As anotações apostas pelo empregador na Carteira Profissional do empregado não geram presunção «juris et de jure» mas apenas «juris tantum».»

B) Errado

A alternativa B está incorreta por restringir a alteração apenas de salário na CTPS, estando prevista em lei a alteração de cargo, função, em razão de férias e afastamentos; contribuições sindicais; por solicitação do trabalhador a qualquer tempo.

C) Errado

Segundo entendimento sumular do TST retro mencionado, as anotações lançadas na carteira profissional possuem presunção relativa, *juris tantum.*

D) Errado

As anotações lançadas na carteira profissional possuem presunção relativa, *juris tantum* e não absoluta como expressa a alternativa D. Vide Súmula 12/TST.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: jurisprudência



PROCESSO DO TRABALHO

Questão 76

Após tentar executar judicialmente seu ex-empregador (a empresa Tecidos Suaves Ltda.) sem sucesso, o credor trabalhista Rodrigo instaurou o incidente de desconsideração de personalidade jurídica, objetivando direcionar a execução contra os sócios da empresa, o que foi aceito pelo magistrado. De acordo com a CLT, assinale a opção que indica o ato seguinte.

A) O sócio será citado por oficial de justiça para pagar a dívida em 48 horas.

B) O sócio será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 dias.

C) O juiz determinará de plano o bloqueio de bens e valores do sócio, posto que desnecessária a sua citação ou intimação.

D) Será conferida vista prévia ao Ministério Público do Trabalho, para que o parquet diga se concorda com a desconsideração pretendida.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "a" está incorreta. O art. 135 do CPC, prevê que o prazo é de 15 (quinze) dias e não 48 horas.

B) Correto

A alternativa **"b" está correta**. O sócio será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias conforme art. 855-A da CLT e 135, do CPC:

> Art. 135. Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias.

C) Errado

A alternativa "c" está incorreta, pois o art.135 da CLT prevê a citação do sócio, sendo, portanto, necessária.

D) Errado

A alternativa "d" está incorreta, pois o incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo, conforme art.133, do CPC.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 77

José da Silva, que trabalhou em determinada sociedade empresária de 20/11/2018 a 30/04/2019, recebeu, apenas parcialmente, as verbas rescisórias, não tendo recebido algumas horas extras e reflexos. A sociedade empresária pretende pagar ao ex-empregado o que entende devido, mas também quer evitar uma possível ação trabalhista.

Sobre a hipótese, na qualidade de advogado(a) da sociedade empresária, assinale a afirmativa correta.

A) Deverá ser indicado e custeado um advogado para o empregado, a fim de que seja ajuizada uma ação para, então, comparecerem para um acordo, que já estará previamente entabulado no valor pretendido pela empresa.

B) Deverá ser instaurado um processo de homologação de acordo extrajudicial, proposto em petição conjunta, mas com cada parte representada obrigatoriamente por advogado diferente.

C) Deverá ser instaurado um processo de homologação de acordo extrajudicial, proposto em petição conjunta, mas cada parte poderá ser representada por advogado, ou não, já que, na Justiça do Trabalho, vigora o jus postulandi.

D) Deverá ser instaurado um processo de homologação de acordo extrajudicial, proposto em petição conjunta, mas com advogado único representando ambas as partes, por se tratar de acordo extrajudicial.

Comentário:

A) Errado

A letra "a" está incorreta, pois, a CLT prevê que as partes não poderão ser representadas por advogado comum.

B) Correto

A letra "b" está correta. O art. 855-B, § 1, da CLT prevê que cada parte deve ser representada obrigatoriamente por advogado diferente em um processo de homologação de acordo extrajudicial, proposto em petição conjunta:

> O processo de homologação de acordo extrajudicial terá início por petição conjunta, sendo obrigatória a representação das partes por advogado.
> § 1° As partes não poderão ser representadas por advogado comum.

C) Errado

A letra "c" está incorreta, pois conforme as alternativas acima, é obrigatório e não facultativo a representação por advogado diferente no processo de homologação de acordo extrajudicial.

D) Errado

A letra "d" está incorreta, pois conforme as alternativas acima, é obrigatório e não facultativo a representação por advogado diferente no processo de homologação de acordo extrajudicial.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 78

Você foi contratado(a) para atuar nas seguintes ações trabalhistas: (i) uma ação de cumprimento, como advogado da parte autora; (ii) uma reclamação plúrima, também como advogado da parte autora; (iii) uma reclamação trabalhista movida por João, ex-empregado de uma empresa, autor da ação; (iv) uma reclamação trabalhista, por uma sociedade empresária, ré na ação.

Sobre essas ações, de acordo com a legislação trabalhista em vigor, assinale a afirmativa correta.

A) Tanto na ação de cumprimento como na ação plúrima, todos os empregados autores deverão obrigatoriamente estar presentes. O mesmo deve ocorrer com João. Já a sociedade empresária poderá se fazer representar por preposto não empregado da ré.

B) O sindicato de classe da categoria poderá representar os empregados nas ações plúrima e de cumprimento. João deverá estar presente, em qualquer hipótese, de forma obrigatória. A sociedade empresária tem que se fazer representar por preposto, que não precisa ser empregado da ré.

C) Nas ações plúrima e de cumprimento, a parte autora poderá se fazer representar pelo Sindicato da categoria. João deverá estar presente, mas, por doença ou motivo ponderoso comprovado, poderá se fazer representar por empregado da mesma profissão ou pelo seu sindicato. Na ação em face da sociedade empresária, o preposto não precisará ser empregado da ré.

D) O sindicato da categoria poderá representar os empregados nas ações plúrima e de cumprimento. João deverá estar presente, mas, por doença ou motivo ponderoso comprovado, poderá se fazer representar por empregado da mesma profissão ou pelo seu sindicato. Na ação em face da sociedade empresária, o preposto deverá, obrigatoriamente, ser empregado da ré.

Comentário:

A) Errado

A letra "a" está incorreta, pois nos casos de Reclamatórias Plúrimas ou Ações de Cumprimento, os empregados poderão fazer-se representar pelo Sindicato de sua categoria, conforme art. 843, *caput*, da CLT:

> Art. 843 - Na audiência de julgamento deverão estar presentes o reclamante e o reclamado, independentemente do comparecimento de seus representantes salvo, nos casos de Reclamatórias Plúrimas ou Ações de Cumprimento, quando os empregados poderão fazer-se representar pelo Sindicato de sua categoria. (Redação dada pela Lei nº 6.667, de 3.7.1979)

B) Errado

A letra "b" está incorreta, pois ainda que o reclamante sempre deve estar presente, há exceções no art. 843, § 2º da CLT:

> § 2º Se por doença ou qualquer outro motivo poderoso, devidamente comprovado, não for possível ao empregado comparecer pessoalmente, poderá fazer-se representar por outro empregado que pertença à mesma profissão, ou pelo seu sindicato.

C) Correta

A letra "c" está correta. Pois, na audiência de julgamento deverão estar presentes o reclamante e o reclamado, independentemente do comparecimento de seus representantes salvo, nos casos de Reclamatórias Plúrimas ou Ações de Cumprimento, quando os empregados poderão fazer-se representar pelo Sindicato de sua categoria. E, se por doença ou qualquer outro motivo poderoso, devidamente comprovado, não for possível ao empregado comparecer pessoalmente, poderá fazer-se representar por outro empregado que pertença à mesma profissão, ou pelo seu sindicato, conforme já mencionado nas alternativas.

D) Errado

A alternativa "d" está incorreta, pois na ação em face da sociedade empresária, o preposto não necessariamente deverá ser empregado da ré, basta que tenha conhecimento dos fatos, conforme dispõe o art. 843, § 1º da CLT.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

Questão 79

Em setembro de 2019, durante a audiência de um caso que envolvia apenas pedido de adicional de insalubridade, o Juiz do Trabalho determinou a realização de perícia e que a reclamada antecipasse os honorários periciais. Inconformada com essa decisão, a sociedade empresária impetrou mandado de segurança contra esse ato judicial, mas o TRT, em decisão colegiada, não concedeu a segurança.

Caso a sociedade empresária pretenda recorrer dessa decisão, assinale a opção que indica a medida recursal da qual deverá se valer.

A) Agravo de Instrumento.
B) Recurso Ordinário.
C) Agravo de Petição.
D) Recurso de Revista.

Comentário:

A) Errado

Em mandado de segurança cabe recurso ordinário, estando incorretas as alternativas "a".

B) Correto

A única alternativa que se faz correta é a letra "b", pois, da decisão de TRT em mandado de segurança cabe recurso ordinário, conforme entendimento da súmula 201 do TST:

> **SÚMULA Nº 201 - RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA**
>
> Da decisão de Tribunal Regional do Trabalho em mandado de segurança cabe recurso ordinário, no prazo de 8 (oito) dias, para o Tribunal Superior do Trabalho, e igual dilação para o recorrido e interessados apresentarem razões de contrariedade.
>
> *Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003*

C) Errado

Em mandado de segurança cabe recurso ordinário, estando incorretas as alternativas "C".

D) Errado

Em mandado de segurança cabe recurso ordinário, estando incorretas as alternativas "D".

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: jurisprudência

Questão 80

Heloísa era empregada doméstica e ajuizou, em julho de 2019, ação contra sua ex-empregadora, Selma Reis. Após regularmente instruída, foi prolatada sentença julgando o pedido procedente em parte.

A sentença foi proferida de forma líquida, apurando o valor devido de R$ 9.000,00 (nove mil reais) e custas de R$ 180,00 (cento e oitenta reais). A ex-empregadora, não se conformando com a decisão, pretende dela recorrer.

Indique a opção que corresponde ao preparo que a ex-empregadora deverá realizar para viabilizar o seu recurso, sabendo-se que ela não requereu gratuidade de justiça porque tem boas condições financeiras.

A) Tratando-se de empregador doméstico, só haverá necessidade de recolher as custas.
B) Deverá recolher integralmente as custas e o depósito recursal.
C) Por ser empregador doméstico, basta efetuar o recolhimento do depósito recursal.
D) Deverá recolher as custas integralmente e metade do depósito recursal.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "a" está incorreta. Pois, além das custas é cabível o depósito recursal.

B) Errado

A alternativa "b" está incorreta. Pois, as custas podem ser cobradas integralmente, mas o depósito recursal deve ser reduzido pela metade, conforme art. 899, § 9°:

> O valor do depósito recursal será reduzido pela metade para entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.

C) Errado

A alternativa "c" está incorreta. Pois, não basta apenas o recolhimento depósito recursal, mas também das custas.

D) Correto

A alternativa "d" está correta, conforme art. 899, § 9°, sendo cabível as custas integralmente pela ex-empregadora não requerer gratuidade da justiça e o depósito recursal reduzido pela metade.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: lei seca

XXXII EXAME DA OAB – FGV - CADERNO TIPO 1 – APLICAÇÃO EM: 13.06.2021



ESTATUTO E ÉTICA

Questão 1

A advogada Clotilde, em manifestação oral em juízo, proferiu algumas palavras sobre o adversário processual de seu cliente. Na ocasião, a pessoa mencionada alegou que teria sido vítima de crime de injúria.

Considerando o disposto no Estatuto da Advocacia e da OAB, é correto afirmar que A) as palavras proferidas podem constituir crime de injúria, a fim de se tutelar a adequada condução da atividade jurisdicional. Além disso, Clotilde poderá responder disciplinarmente perante a OAB pelos excessos que tiver cometido.

B) a imunidade profissional conferida a Clotilde assegura que as palavras proferidas não constituem injúria, tampouco são passíveis de responsabilização disciplinar perante a OAB, independentemente da alegação de excesso.

C) a imunidade profissional conferida a Clotilde assegura que as palavras proferidas não constituem injúria. Contudo, ela poderá responder disciplinarmente perante a OAB pelos excessos que tiver cometido.

D) as palavras proferidas podem constituir crime de injúria, a fim de se tutelar a adequada condução da atividade jurisdicional. Contudo, não são passíveis de responsabilização disciplinar perante a OAB, independentemente da alegação de excesso.

Comentário:

A) Errado

De acordo com o artigo 7º, § 2º, do EOAB: "O advogado tem imunidade profissional, não constituindo injúria, difamação puníveis qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em juízo ou fora dele, sem prejuízo das sanções disciplinares perante a OAB, pelos excessos que cometer".

A imunidade profissional conferida a Clotilde assegura que as palavras proferidas não constituem injúria. Contudo, ela poderá responder disciplinarmente perante a OAB pelos excessos que tenha cometido.

B) Errado

Confome o já mencionado artigo 7º, § 2º, do EOAB, Clotilde poderá sim ser responsabilizada disciplinarmente por excessos que venha a cometer, não alcançando, nestes casos, os benefícios da imunidade profissional.

C) Correto

O disposto está de acordo com o artigo 7º, §2º, do EOAB, sendo assim, poderá Clotilde responder pelos excessos praticados disciplinarmente, porém estará protegida de sanções penais.

D) Errado

O disposto inverte o trazido na alternativa correta da letra "C". Conforme preconizado anteriormente, Clotilde estará protegida de sanções penais, porém poderá responder disciplinarmente pelos excessos praticados.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 2

Maria, advogada, adotou o recém-nascido João. A fim de organizar sua rotina, Maria verifica que tem contestação a apresentar em quinze dias e audiência agendada em quarenta dias, em processos distintos, nos quais figura como única advogada das partes que representa. Sobre a situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) Maria, ao comparecer ao fórum para a realização da audiência, terá direito a reserva de vaga na garagem.

B) Maria terá preferência de ordem para a realização da audiência, mediante comprovação de sua condição.

C) Maria terá o prazo para apresentar a contestação interrompido, desde que notifique o cliente por escrito.

D) Maria, ao comparecer ao fórum para a realização da audiência, não deverá ser submetida a detectores de metais e aparelhos de raio X, se estiver acompanhada de João.

Comentário:

A) Errado

Nas prerrogativas das advogadas, o Estatuto da OAB faz a diferenciação entre as **gestantes**, **lactantes**, as **adotantes** ou ainda as que **deram à luz**. O direito à reserva de vaga na garagem é reservado apenas às advogadas gestantes, conforme explicita o art. 7º-A, I, b do EOAB.

B) Correto

Conforme o artigo 7º-A, inciso III, do EOAB:

> "São direitos da advogada: gestante, lactante, ADOTANTE ou que der à luz, preferência na ordem das sustentações orais e das audiências a serem realizadas a cada dia, mediante comprovação de sua condição."

Dessa forma, Maria terá preferência de ordem para a realização da audiência, mediante comprovação de sua condição.

C) Errado

Conforme dispõe o art. 7º-A, inciso IV do EOAB, haverá a suspensão do prazo, não a interrupção:

> "São direitos da advogada: adotante ou que der à luz, suspensão de prazos processuais quando for a única patrona da causa, desde que haja notificação por escrito ao cliente."

D) Errado

O direito a não ser submetida a detectores de metais e aparelhos de raio-x é reservado às advogadas gestantes, conforme explicita o art. 7º-A, I, a do EOAB.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 3

Em janeiro de 2011, Roberto, como advogado, recebeu da parte contrária valores relacionados com o objeto do mandato, sem autorização de seu constituinte. Esse fato foi oficialmente constatado em fevereiro de 2011, quando, imediatamente, se instaurou processo administrativo disciplinar contra ele. A produção de provas se estendeu até janeiro de 2014. Em março de 2014, o Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional proferiu decisão por meio da qual lhe aplicou a penalidade cabível. Roberto interpôs recurso perante o Conselho Federal, o qual somente veio a ser julgado em

fevereiro de 2017, ocasião em que se confirmou integralmente a decisão proferida. Sobre os fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

A) O Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional deveria ter reconhecido a prescrição da pretensão à punibilidade da infração disciplinar, porque passados mais de três anos entre a data do fato e a prolação de decisão condenatória recorrível.

B) O Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional deveria ter determinado o arquivamento do processo administrativo disciplinar de ofício, porque passados mais de três anos entre sua instauração e a prolação de decisão condenatória recorrível.

C) O Conselho Federal deveria ter reconhecido a prescrição da pretensão à punibilidade da infração disciplinar, porque passados mais de cinco anos entre a data da constatação oficial do fato e a prolação de decisão condenatória irrecorrível.

D) A punição aplicada, após o trânsito em julgado da decisão, deverá constar dos assentamentos de Roberto.

Comentário:

Questão anulada

A questão não trouxe nenhuma alternativa correta, daí o motivo de sua anulação.

O enunciado da questão informa que após a decisão do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB, o recurso foi interposto perante o Conselho Federal. Porém, consoante o art. 76, da Lei 8.906/94, o recurso deveria ter sido interposto perante o Conselho Seccional. Vejamos:

> Art. 76. Cabe recurso ao Conselho Seccional de todas as decisões proferidas por seu Presidente, pelo Tribunal de Ética e Disciplina, ou pela diretoria da Subseção ou da Caixa de Assistência dos Advogados.

Os. 138 e 144 do Regulamento Geral da OAB, ratificam o disposto no EOAB:

> Art. 138. À exceção dos embargos de declaração, os recursos são dirigidos ao órgão julgador superior competente, embora interpostos perante a autoridade ou órgão que proferiu a decisão recorrida.
>
> Art. 144. Contra a decisão do Tribunal de Ética e Disciplina cabe recurso ao plenário ou órgão especial equivalente do Conselho Seccional.

Ainda no Regulamento Geral da OAB, o art. 75 da Lei 8.906/94, traz as hipoteses de cabimento de recurso ao Conselho Federal:

> Art. 75. Cabe recurso ao Conselho Federal de todas as decisões definitivas proferidas pelo Conselho Seccional, quando não tenham sido unânimes ou, sendo unânimes, contrariem esta lei, decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional e, ainda, o regulamento geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos.

Sendo assim, a alternativa D, apontada como correta, foi prejudicada.

Questão 4

O advogado Gerson responde a processo disciplinar perante a OAB pela prática de infração prevista na Lei n o 8.906/94. No curso do feito, dá-se a apreciação, pelo órgão julgador, de matéria processual sobre a qual se entendeu cabível decisão de ofício. Não é conferida oportunidade de manifestação sobre tal matéria à defesa de Gerson.
Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) Em grau recursal, é vedada decisão com base em fundamento sobre o qual não foi dada oportunidade de manifestação à defesa de Gerson, ainda que se trate de matéria que se deva decidir de ofício. Excepcionam-se, dessa regra, as medidas de urgência

previstas na Lei n o 8.906/94. Por sua vez, em primeiro grau, cuidando-se de matéria de ordem pública, passível de decisão de ofício, ou tratando-se de medidas de urgência previstas na Lei n o 8.906/94, autoriza-se a apreciação sem que seja facultada prévia manifestação às partes.

B) Em qualquer grau de julgamento, é vedada decisão com base em fundamento sobre o qual não foi dada oportunidade de manifestação à defesa de Gerson, ainda que se trate de matéria sobre a qual se deva decidir de ofício. Excepcionam-se dessa regra as medidas de urgência previstas na Lei n o 8.906/94.

C) Em grau recursal, é vedada decisão com base em fundamento sobre o qual não foi dada oportunidade de manifestação à defesa de Gerson, ainda que se trate de matéria que se deva decidir de ofício. Tal vedação abrange, inclusive, as medidas de urgência previstas na Lei n o 8.906/94. Por sua vez, em primeiro grau, tratando-se de matéria de ordem pública, passível de decisão de ofício, ou em caso de medidas de urgência, autoriza-se a apreciação sem que seja facultada prévia manifestação às partes.

D) Em qualquer grau de julgamento, é vedada decisão com base em fundamento sobre o qual não foi dada oportunidade de manifestação à defesa de Gerson, ainda que se cuide de matéria sobre a qual se deva decidir de ofício, ou que se trate de medidas de urgência previstas na Lei n o 8.906/94.

Comentário:

A) Errado

O artigo 9º, parágrafo único, do Código de Processo Civil diz que: "Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, salvo no caso de medidas de urgência."

Em qualquer grau de julgamento, é vedada decisão com base em fundamento sobre o qual não foi dada oportunidade de manifestação à defesa de Gerson, ainda que se trate de matéria sobre a qual se deva decidir de ofício. Excepcionam-se dessa regra as medidas de urgência previstas na Lei nº

8.906/94.

B) Correto

Vide comentário da letra a. Da mesma forma, a questão exigiu o conhecimento do art. 144-B do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e OAB, onde afirma que "Não se pode decidir, em grau algum de julgamento, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar anteriormente, ainda que se trate de matéria sobre a qual se deva decidir de ofício, salvo quanto às medidas de urgência previstas no Estatuto."

C) Errado

Vide comentário da letra B.

D) Errado

Vide comentário da letra B.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 5

O advogado Júnior foi procurado pela família de João, preso em razão da decretação de prisão temporária em certo estabelecimento prisional. Dirigindo-se ao local, Júnior foi informado que João é considerado um preso de alta periculosidade pelo sistema prisional, tendo em vista o cometimento de diversos crimes violentos, inclusive contra um advogado, integração a organização criminosa e descobrimento de um plano de fuga a ser executado pelo mesmo grupo. Diante de tais circunstâncias, o diretor do estabelecimento conduziu Júnior a uma sala especial, onde poderia conversar com João na presença de um agente prisional destinado a garantir a segurança do próprio Júnior e dos demais. Além disso, foi exigida a apresentação de procuração pelo advogado antes de deixar o estabelecimento prisional. Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) É exigível a apresentação de procuração. Quanto às condições exigidas para a realização da entrevista, por serem devidamente justificadas, não indicam violação de direitos.

B) Não é exigível a apresentação de procuração. Já as condições exigidas para a realização da entrevista violam direitos e implicam o cometimento de fato penalmente típico pelo diretor do estabelecimento.

C) É exigível a apresentação de procuração. Já as condições exigidas para a realização da entrevista indicam violação de direitos, devendo ser combatidas por meio das medidas judiciais cabíveis, tais como a impetração de habeas corpus.

D) Não é exigível a apresentação de procuração. Já as condições exigidas para a realização da entrevista indicam violação de direitos, devendo ser combatidas por meio das medidas judiciais cabíveis, tais como a impetração de habeas corpus, não se tratando de fato tipificado penalmente.

Comentário:

A) Errado

De acordo com o Art. 7º, inciso III, EOAB, são direitos do advogado:

> III - comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis; Sendo assim, não é exigível a apresentação de procuração. Já as condições exigidas para a realização da entrevista violam direitos e implicam o cometimento de fato penalmente típico pelo diretor do estabelecimento.

B) Correto

A alternativa está em consonância com o art. 7º, inciso III, do EOAB.

C) Errado

Não é exigível a apresentação de procuração. Já as condições exigidas para a realização da entrevista violam direitos e implicam o cometimento de fato penalmente típico pelo diretor do estabelecimento, conforme art. 7º, inciso III, do EOAB.

D) Errado

Vide comentário da letra C.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 6

O advogado Filipe, em razão de sua notoriedade na atuação em defesa das minorias, foi procurado por representantes de certa pessoa jurídica X, que solicitaram sua atuação pro bono em favor da referida pessoa jurídica, em determinados processos judiciais. De acordo com o Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção que apresenta a resposta que deve ser dada por Filipe a tal consulta.

A) É vedada a atuação pro bono em favor de pessoas jurídicas, embora seja possível a defesa das pessoas físicas que sejam destinatárias das suas atividades, desde que estas não disponham de recursos para contratação de profissional.

B) É autorizada a atuação pro bono em favor de pessoas jurídicas, desde que consideradas instituições sociais e que não se destinem a fins econômicos, e aos seus assistidos, sempre que os beneficiários não dispuserem de recursos para a contratação de profissional.

C) É autorizada a atuação pro bono em favor de pessoas jurídicas, mesmo que destinadas a fins econômicos, desde que a atividade advocatícia atenda a motivos considerados socialmente relevantes, independentemente da existência de recursos para contratação de profissional.

D) É autorizada a atuação pro bono em favor de pessoas jurídicas, mesmo que destinadas a fins econômicos, desde que a atividade advocatícia se dirija a motivos considerados socialmente relevantes e as pessoas físicas beneficiárias das suas atividades não disponham de recursos para contratação de profissional.

Comentário:

A) Errado

Conforme preceitua o art. 30, § 1º, Código de Ética:

> "O exercício da advocacia pro bono é autorizado em favor de instituições sociais sem fins econômicos e aos seus assistidos, sempre que os beneficiários não dispuserem de recursos para a contratação de profissional."

É autorizada a atuação pro bono em favor de pessoas jurídicas, desde que consideradas instituições sociais e que não se destinem a fins econômicos, e aos seus assistidos, sempre que os beneficiários não dispuserem de recursos para a contratação de profissional.

B) Correto

Alternativa correta, vide comentários acima.

C) Errado

Vide art. 30, § 1º, Código de Ética, a atuação pro bono em favor de pessoas se destina àquelas consideradas instituições sociais e que não se destinem a fins econômicos.

D) Errado

Vide comentário da letra C.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 7

Caio procurou o advogado Rodrigo para que este ajuizasse, em favor do primeiro, determinada demanda judicial. Rodrigo, interessado no patrocínio da causa, celebrou com Caio contrato de prestação de serviços advocatícios com adoção de cláusula quota litis. Considerando o contrato celebrado, assinale a afirmativa correta.

A) A adoção da cláusula quota litis é vedada pelo Código de Ética e Disciplina da OAB, de modo que o caso deverá ser regido pela disciplina afeta aos contratos silentes sobre os valores devidos a título de honorários contratuais.

B) A adoção da mencionada cláusula é admitida, mas é vedado que os honorários contratados, acrescidos dos honorários da sucumbência, sejam superiores às vantagens advindas por Caio; além disso, não é admitido que os honorários advocatícios incidam sobre o valor de prestações vincendas.

C) A inclusão da cláusula em questão é autorizada, caso em que os honorários contratuais devem ser limitados às vantagens advindas por Caio, excluídos de tal limitação os honorários da sucumbência; além disso, não é admitido que os honorários advocatícios incidam sobre o valor de prestações vincendas.

D) A cláusula quota litis, incluída no contrato, é permitida, mas é vedado que os honorários contratados, acrescidos dos honorários da sucumbência, sejam superiores às vantagens advindas por Caio; além disso, admite-se que os honorários advocatícios incidam sobre o valor de prestações vincendas, se estabelecidos com moderação e razoabilidade.

Comentário:

A) Errado

A Quota Litis é uma cláusula contratual existente nos contratos de honorários advocatícios, a qual estipula que estes serão fixados com base na vantagem financeira obtida pelo cliente.

De acordo com o Artigo 50 do Código de Ética, na hipótese da adoção de cláusula quota litis, os honorários devem ser necessariamente representados por pecúnia e, quando acrescidos dos honorários da sucumbência, não podem ser superiores às vantagens advindas a favor do cliente."

O § 2º dispõe, ainda, que quando o objeto do serviço jurídico versar sobre prestações vencidas e vincendas, os honorários advocatícios poderão incidir sobre o valor de umas e outras, atendidos os requisitos da moderação e da razoabilidade.

Sendo assim, não há que se falar em vedação à cláusula quota litis.

B) Errado

O § 2º, do art. 50, do Código de Ética, dispõe, ainda, que quando o objeto do serviço jurídico versar sobre prestações vencidas e vincendas, os honorários advocatícios poderão incidir sobre o valor de umas e outras, atendidos os requisitos da moderação e da razoabilidade.

Neste diapasão, a jurisprudência do STF e do STJ é no sentido da possibilidade de que os honorários advocatícios por quota litis incidam sobre prestações vincendas, como pode-se ver abaixo:

> INDENIZAÇÃO - ACIDENTE FERROVIARIO - INDENIZAÇÃO POR ATO ILICITO. AS PENSÕES NÃO PRESCREVEM COM BASE NO ART. 178, PAR 10, INCISO I. OS HONORARIOS DO ADVOGADO DEVEM SER CALCULADOS SOBRE O MONTANTE DAS PRESTAÇÕES VENCIDAS, DESPESAS INCLUIDAS NA CONDENAÇÃO E O VALOR DE DOZE PRESTAÇÕES VINCENDAS. (Supremo Tribunal Federal STF - RECURSO EXTRAORDINÁRIO: RE 91168)

C) Errado

Vide comentários da alternativa B.

D) Correto

Alternativa correta, conforme o Artigo 50 do Código de Ética, visto que na hipótese da adoção de cláusula quota litis, os honorários devem ser necessariamente representados por pecúnia e, quando acrescidos dos honorários da sucumbência, não podem ser superiores às vantagens advindas a favor do cliente.

Além disso, o § 2º dispõe, ainda, que quando o objeto do serviço jurídico versar sobre prestações vencidas e vincendas, os honorários advocatícios poderão incidir sobre o valor de umas e outras, atendidos os requisitos da moderação e da razoabilidade.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência

Questão 8

A sociedade de advogados "A e B Advogados" está sediada no Rio de Janeiro. Entretanto, em razão das circunstâncias de mercado dos seus clientes, verificou que seria necessário ao bom desempenho das suas atividades profissionais constituir uma filial em São Paulo. No que se refere ao ato de constituição da filial e a atuação dos sócios, assinale a afirmativa correta.

A) O ato de constituição da filial deve ser averbado no registro da sociedade e arquivado no Conselho Seccional de São Paulo, ficando todos seus sócios obrigados à inscrição suplementar junto ao Conselho Seccional de São Paulo.

B) O ato de constituição da filial deve ser averbado no registro da sociedade e arquivado no Conselho Seccional de São Paulo, ficando obrigados à inscrição suplementar junto ao Conselho Seccional de São Paulo apenas aqueles sócios que habitualmente exercerem a profissão naquela localidade, considerando-se habitualidade a intervenção judicial que exceder cinco causas por ano.

C) O ato de constituição da filial deve ser averbado no registro da sociedade e arquivado no Conselho Seccional do Rio de Janeiro, ficando obrigados à inscrição suplementar junto ao Conselho Seccional de São Paulo apenas aqueles sócios que habitualmente exercerem a profissão naquela localidade, considerando-se habitualidade a intervenção judicial que exceder cinco causas por ano.

D) O ato de constituição da filial deve ser averbado no registro da sociedade e arquivado no Conselho Seccional do Rio de Janeiro, ficando todos seus sócios obrigados à inscrição suplementar junto ao Conselho Seccional de São Paulo.

Comentário:

Artigo 15, § 5º, EOAB.

> Art. 15. Os advogados podem reunir-se em sociedade simples de prestação de serviços de advocacia ou constituir sociedade unipessoal de advocacia, na forma disciplinada nesta Lei e no regulamento geral.
>
> § 5o O ato de constituição de filial deve ser averbado no registro da sociedade e arquivado no Conselho Seccional onde se instalar, ficando os sócios, inclusive o titular da sociedade unipessoal de advocacia, obrigados à inscrição suplementar.

A) Correto

Vide inteligência do artigo 15, § 5º, EOAB

B) Errado

Vide inteligência do artigo 15, § 5º, EOAB

C) Errado

Vide inteligência do artigo 15, § 5º, EOAB

D) Errado

Vide inteligência do artigo 15, § 5º, EOAB

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca



FILOSOFIA DO DIREITO

Questão 9

Miguel Reale, ao tratar do tema da validade da norma jurídica em seu livro Lições Preliminares de Direito, fala de uma dimensão denominada por ele validade social ou, ainda, eficácia ou efetividade. Segundo Reale, a eficácia seria a regra jurídica enquanto momento da conduta humana. Com base no livro em referência, assinale a opção que apresenta a ideia de eficácia ou efetividade da norma jurídica.

A) Executoriedade compulsória de uma regra de direito, por haver preenchido os requisitos essenciais à sua feitura ou elaboração.

B) Obediência das normas jurídicas às determinações formais e materiais da Constituição Federal, sem o que uma norma jurídica não teria capacidade de produzir efeitos.

C) O fundamento da norma jurídica, isto é, o valor ou o fim objetivado pela regra de direito; a razão de ser da norma, pois é impossível conceber uma regra jurídica desvinculada de sua finalidade.

D) A norma em sua dimensão experimental, pois se refere ao cumprimento efetivo do direito por parte de uma sociedade ou, ainda, aos efeitos sociais que uma regra suscita por meio de seu cumprimento.

Comentário:

A) Errado

A alternativa descreve o conceito de validade formal, que para o autor é sinônimo de vigência. Trata-se da executoriedade compulsória de uma regra de direito, por haver preenchido os requisitos essenciais à sua feitura ou elaboração.

B) Errado

A dimensão da eficácia ou efetividade se refere ao cumprimento efetivo do direito por parte de uma sociedade ou, ainda, aos efeitos sociais que uma regra suscita através de seu cumprimento.

C) Errado

Vide comentários da alternativa D

D) Correto

A alternativa traz a transcrição de trecho da obra de Miguel Reale ao descrever a dimensão da eficácia ou efetividade como sendo a norma em sua dimensão experimental, pois se refere ao cumprimento efetivo do direito por parte de uma sociedade ou, ainda, aos efeitos sociais que uma regra suscita por meio de seu cumprimento.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

Questão 10

Norberto Bobbio, em seu livro O Positivismo Jurídico: lições de Filosofia do Direito, afirma que o positivismo jurídico é uma teoria na medida em que se propõe a descrever o Direito, mas que também pode ser uma ideologia na medida em que se propõe a ser um certo modo de querer o Direito.

Assinale a opção que, segundo Bobbio, no livro em referência, expressa essa suposta ideologia do positivismo jurídico, denominada por ele positivismo ético.

A) A ética como fundamento moral para a autoridade competente propor e aprovar a lei.

B) A lei só é válida se for moralmente aceitável por parte da maioria da população.

C) A lei deve ser obedecida apenas na medida em que se revelar socialmente útil

D) O dever absoluto ou incondicional de obedecer a lei enquanto tal

---

Comentário:

A) Errado

Vide comentários da alternativa D

B) Errado

Vide comentários da alternativa D

C) Errado

Vide comentários da alternativa D

D) Correto

Bobbio afirma que o Positivismo é uma teoria na medida em que se propõe a descrever o direito, mas é também uma ideologia na medida em que se propõe

a um certo modo de querer o direito, o que descarta todas as alternativas anteriores.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

Em razão de profunda crise fiscal vivenciada pela República Delta, que teve como consequência a diminuição drástica de suas receitas tributárias, o governo do país resolveu recorrer a um empréstimo, de forma a obter os recursos financeiros necessários para que o Tesouro Nacional pudesse honrar os compromissos assumidos. Neste sentido, o Presidente da República, seguindo os trâmites institucionais exigidos, recorre ao Banco Central, a fim de obter os referidos recursos a juros mais baixos que os praticados pelos bancos privados nacionais ou internacionais. Se situação similar viesse a ocorrer na República Federativa do Brasil, segundo o nosso sistema jurídicoconstitucional, o Banco Central

A) teria que conceder o empréstimo, como instituição integrante do Poder Executivo, mas observando o limite máximo de cinquenta por cento de suas reservas.

B) não poderia conceder o referido empréstimo para o Tesouro Nacional brasileiro, com base em expressa disposição constante na Constituição Federal de 1988.

C) avaliaria as condições concretas do caso, podendo, ou não, conceder o empréstimo, atuando em bases semelhantes às utilizadas pela iniciativa privada.

D) não poderia fazê-lo em termos que viessem a colocar em risco a saúde financeira da instituição, embora esteja obrigado a realizar o empréstimo.

Comentário:

A) Errado

A Constituição Federal veda que sejam concedidos empréstimos ao tesouro nacional, conforme dispõe o art. 164, §1º, da CRFB/88:

> Art. 164. A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo banco central.
>
> § 1º É vedado ao banco central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.

B) Correto

A alternativa está de acordo com o que diz o art. 164, §1º, da CRFB/88, ao informar que o Banco Central não pode ceder o empréstimo ao tesouro nacional.

C) Errado

Não haveria, nem mesmo, a opção pela concessão ou não de empréstimo, sendo vedada, de acordo com o art. 164, §1, da CRFB/88.

D) Errado

Não existe obrigação de conceder empréstimo. Pelo contrário, a CRFB/88 veda esta concessão, conforme já explicado.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 12

No Munícipio Alfa, 20% (vinte por cento) da população pertence a uma comunidade indígena. Hoje, o Município vive uma grande polêmica, porque alguns líderes da referida comunidade têm protestado contra a política educacional do Município, segundo a qual o ensino fundamental deve ser ofertado exclusivamente em língua portuguesa, rejeitando a possibilidade de a língua materna da comunidade indígena ser também utilizada no referido processo educacional. Sobre a posição defendida pelos referidos líderes da comunidade indígena, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta.

A) Encontra base na Constituição de 1988, que, respeitando uma posição multiculturalista, abdica de definir uma língua específica como idioma oficial no território brasileiro.

B) Não encontra fundamento na Constituição da República, que estabelece a língua portuguesa como a única língua passível de ser utilizada no ensino fundamental.

C) Alicerça-se na Constituição de 1988, que assegura aos membros da comunidade indígena o direito de, no processo de aprendizagem do ensino fundamental, utilizar sua língua materna.

D) Não se alicerça na Constituição de 1988, principalmente porque o reconhecimento da nacionalidade brasileira ao indígena tem por condição a capacidade deste último de se comunicar em língua portuguesa.

Comentário:

A) Errado

Apesar da Constituição respeitar a posição multiculturalista, o seu art. 13 estabelece que a língua portuguesa é o idioma oficial do território brasileiro.

B) Errado

Conforme explicado acima, a língua portuguesa é tida como o idioma oficial do território brasileiro. Porém, conforme disposto no art. 210, §2º da CRFB/88, é prevista a possibilidade de utilização das línguas maternas das comunidades indígenas no processo de aprendizagem.

C) Correto

A alternativa está de acordo com o art. 210, §2º, CF, visto que esta possibilita que sejam utilizadas suas línguas maternas durante o ensino fundamental.

> "Art. 210, § 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem."

D) Errado

Não há qualquer requisito nesse sentido na Constituição Federal, que inclusive reconhece, em seu art. 231 a proteção às línguas indígenas.

> "Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens."

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 13

No dia 1º de janeiro de 2015, foi eleito o Presidente da República Alfa, para um mandato de quatro anos. Pouco depois, já no exercício do cargo, foi denunciado pelo Ministério Público de Alfa por ter sido flagrado cometendo o crime (comum) de lesão corporal contra um parente. Embora o referido crime não guarde nenhuma relação com o exercício da função, o Presidente da República Alfa mostra-se temeroso com a possibilidade de ser imediatamente afastado do exercício da presidência e preso. Se a situação ocorrida na República Alfa acontecesse no Brasil, segundo o sistema jurídicoconstitucional brasileiro, dar-se-ia

A) o afastamento do Presidente da República se o Senado Federal deliberasse dessa maneira por maioria absoluta.

B) a permanência do Presidente da República no exercício da função, embora tenha que responder pelo crime cometido após a finalização do seu mandato.

C) o afastamento do Presidente da República se, após autorização da Câmara dos Deputados, houvesse sua condenação pelo Supremo Tribunal Federal.

D) a autorização para que o Presidente da República finalizasse o seu mandato, caso o Senado Federal assim decidisse, após manifestação da Câmara dos Deputados.

Comentário:

A) Errado

A Constituição Federal veda a possibilidade de responsabilização criminal do Presidente da República por atos estranhos ao exercício da função.

Art. 86, §4º O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

B) Correto

Conforme explicitado acima, a Constituição Federal veda a possibilidade de responsabilização criminal do Presidente da República por atos estranhos ao exercício da função, na vigência do seu mandato.

> Art. 86, §4º O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

Sendo assim, após a finalização do mandato, deverá responder pelo crime cometido.

C) Errado

O caso da alternativa está disposto no art. 51, I, da CRFB/88, e trata a respeito dos crimes comuns. Vejamos:

> Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:
>
> I - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;

D) Errado

Vide comentários da alternativa C.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 14

Ante a ausência de norma regulamentadora de direito social na Constituição da República, cuja edição é de competência da União, ao que se soma a constatação de que a mora legislativa já fora reconhecida em diversas decisões do tribunal competente, o Sindicato dos Radiologistas do Estado Alfa, organização sindical regularmente constituída e em funcionamento há mais de 1 (um) ano, ingressa com Mandado de

Injunção Coletivo perante o Supremo Tribunal Federal, pugnando pelo estabelecimento das condições necessárias à fruição do referido direito, de interesse de todos os servidores públicos lotados no Hospital de Diagnóstico por Imagem do respectivo ente, uma fundação pública estadual. A partir do caso apresentado, com base na Constituição vigente e na Lei no 13.300/16, assinale a afirmativa correta.

A) A petição inicial do Mandado de Injunção Coletivo deverá ser indeferida desde logo, eis que manifestamente incabível, pois o autor não tem legitimidade ativa para a sua propositura.

B) Ainda que reconhecido o estado de mora legislativa, o Supremo Tribunal Federal não pode estabelecer as condições para o exercício de um direito social.

C) O Mandado de Injunção Coletivo deveria ter sido proposto perante o Tribunal de Justiça do Estado Alfa, pois a decisão abrangerá apenas os servidores da fundação pública estadual do respectivo ente.

D) Com o trânsito em julgado da decisão do Supremo Tribunal Federal, julgando procedente o pedido formulado, seus efeitos podem ser estendidos a casos análogos por decisão monocrática do relator.

Comentário:

A) Errado

Segundo o art. 12. O mandado de injunção coletivo pode ser promovido:

(...)

III - por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas em favor da totalidade ou de parte de seus membros ou associados, na forma de seus estatutos e desde que pertinentes a suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial;

(...)

Parágrafo único. Os direitos, as liberdades e as prerrogativas protegidos por mandado de injunção coletivo são os pertencentes, indistintamente, a uma coletividade indeterminada de pessoas ou determinada por grupo, classe ou categoria.

B) Errado

O objetivo do Mandado de Injunção é justamente suprir a omissão do Poder Público frente a um direito social, conforme art. 5º, LXXI, da CRFB/88:

> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
>
> LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

C) Errado

Consoante o art. 9º, da Lei 13.300/16, a decisão terá eficácia subjetiva limitada às partes e produzirá efeitos até o advento da norma regulamentadora. Poderá ser conferida eficácia ultra partes ou erga omnes à decisão, quando isso for inerente ou indispensável ao exercício do direito, da liberdade ou da prerrogativa objeto da impetração.

D) Correto

A alternativa está de acordo com o art. 9 §2º da lei 13.300/16:

> "Transitada em julgado a decisão, seus efeitos poderão ser estendidos aos casos análogos por decisão monocrática do relator."

Gabarito: D

Questão 15

Durante pronunciamento em rede nacional, o Presidente da República é alertado por seus assessores sobre a ocorrência de um ataque balístico, em solo pátrio, oriundo de país fronteiriço ao Brasil. Imediatamente, anuncia que tal agressão armada não ficará sem resposta. Após reunir-se com o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicita autorização ao Congresso Nacional para decretar o estado de sítio e adotar as seguintes medidas: I – a população que reside nas proximidades da área atacada deve permanecer dentro de suas casas ou em abrigos indicados pelo governo; II – imposição de restrições relativas à inviolabilidade da correspondência e ao sigilo das comunicações. A partir do enunciado proposto, com base na ordem constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

A) Cabe ao Congresso Nacional decidir, por maioria absoluta, sobre a decretação do estado de sítio, visto que as medidas propostas pelo Presidente da República revelamse compatíveis com a ordem constitucional.

B) Além de as medidas a serem adotadas serem incompatíveis com a ordem constitucional, a resposta à agressão armada estrangeira é causa de decretação do estado de defesa, mas não do estado de sítio.

C) Embora as medidas a serem adotadas guardem compatibilidade com a ordem constitucional, a decretação do estado de sítio prescinde de prévia aprovação pelo Congresso Nacional.

D) Cabe ao Congresso Nacional decidir, por maioria simples, sobre a instituição do estado de sítio, mas as medidas propostas pelo Presidente apresentam flagrante inconstitucionalidade.

Comentário:

A) Correto

Conforme o art. 137, caput, inciso II, e Parágrafo único, da Constituição Federal:

> "O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de:
>
> II – declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.
>
> Parágrafo único. O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria absoluta."

Sendo assim, a alternativa está de acordo com a legislação vigente.

B) Errado

Seria justamente o caso de decretação de Estado de Sítio, vide comentários da alternativa A.

C) Errado

A autorização é necessária, mas é posterior, vide comentários da alternativa A.

D) Errado

Por maioria absoluta, vide comentários da alternativa A.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 16

A Constituição do Estado Alfa, em seu Art. 32, dispõe que "os vencimentos dos servidores públicos municipais da administração direta e indireta são pagos até o último dia de cada mês, corrigindo- se monetariamente seus valores se o pagamento se der além desse prazo". Considerando os termos do preceito mencionado, assinale a afirmativa correta.

A) Embora a CRFB/88 preconize ser de competência dos Municípios dispor sobre assuntos de interesse local, incumbe à União legislar, privativamente, sobre a organização administrativa e financeira dos entes federados; logo, o Art. 32 da Constituição do Estado Alfa é inconstitucional.

B) Apesar de o Art. 32 da Constituição do Estado Alfa não apresentar vício formal de inconstitucionalidade, ele apresenta vício de ordem material, pois a CRFB/88 dispõe que os vencimentos dos servidores públicos devem ser pagos até o quinto dia útil do mês subsequente.

C) O Art. 32 da Constituição do Estado Alfa não padece de vício de inconstitucionalidade, pois a CRFB/88 autoriza os Estados a dispor sobre a organização administrativa dos entes municipais que se encontram em sua circunscrição territorial.

D) O referido dispositivo da Constituição do Estado Alfa é inconstitucional porque, ao estabelecer regra afeta aos servidores municipais, viola, com isso, a autonomia municipal para disciplinar a matéria.

Comentário:

A) Errado

Tal alternativa está incorreta, vide comentários da alternativa D.

B) Errado

Tal alternativa está incorreta, pois padece de vício de inconstitucionalidade, ainda que de ordem material, vide comentários da alternativa D

C) Errado

Tal alternativa está incorreta, pois padece de vício de inconstitucionalidade, vide comentários da alternativa D

D) Correto

A alternativa está correta, pois o referido dispositivo da Constituição do Estado Alfa viola a autonomia dos Municípios prevista no Art. 30 e Art. 34, VII, "c" da CF/88. Vejamos:

> "Art. 30. Compete aos Municípios:
>
> I - legislar sobre assuntos de interesse local;
>
> Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:
>
> VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:
>
> c) autonomia municipal;"

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 17

Deputados Federais da oposição articularam-se na Câmara dos Deputados e obtiveram apoio de 1/3 (um terço) dos respectivos membros para instaurarem Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), visando a apurar supostos ilícitos praticados pelo Presidente da República. Para evitar que integrantes da base governista se imiscuíssem e atrapalhassem as investigações, foi deliberado que somente integrantes dos partidos oposicionistas comporiam a Comissão. Diante do caso hipotético narrado, com base na ordem constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

A) O procedimento está viciado porque não foi atingido o quórum mínimo de maioria simples, exigido pela Constituição de 1988, para a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito.

B) O procedimento encontra-se viciado porque não assegurou a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participam da Casa Legislativa.

C) O procedimento encontra-se viciado em razão da inobservância do quórum mínimo exigido, de maioria absoluta.

D) O procedimento narrado não apresenta quaisquer vícios de ordem material e formal, estando de acordo com os preceitos da Constituição de 1988.

Comentário:

A) Errado

Tal alternativa está incorreta pois não há que se falar em quórum mínimo de maioria simples em instauração de inquérito de CPI. O exigido pelo art. 58, § 3º, da CF/88 é o da maioria absoluta nos seguintes moldes:

> "§ 3o As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos
> Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores."

B) Correto

Tal alternativa está correta, pois o procedimento de instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) não respeitou o Art 58, § 1º, CF/88, portanto, encontra-se em função de não assegurar a representação proporcional de partidos e blocos parlamentares que participam da Casa Legislativa. Vamos à leitura do dispositivo em epígrafe:

> "Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.
>
> § 1º Na constituição das Mesas e de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa."

C) Errado

Tal alternativa está incorreta pois foi respeitado o quórum mínimo de maioria absoluta vide comentário da alternativa A.

D) Errado

Alternativa incorreta vide comentários da acima.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

DIREITOS HUMANOS

Questão 18

Como advogada(o) atuante na área dos Direitos Humanos, você foi convidada(o) para participar de um evento na OAB sobre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Em meio ao debate, foi alegado que a Convenção Americana dos Direitos Humanos não vincula juridicamente os Estados que a ratificaram, mas apenas cria um compromisso moral. Em relação a tal alegação, é fundamental invocar o conhecido e importante Caso Velásquez Rodriguez. Essa decisão da Corte Interamericana dos Direitos Humanos é especialmente relevante porque

A) foi a primeira condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e obrigou o Estado brasileiro a reconhecer suas omissões, a indenizar os familiares da vítima e a promover ajustes no sistema de saúde pública brasileiro.

B) afirmou que os Estados partes devem prevenir, investigar e punir toda violação dos direitos reconhecidos pela Convenção Americana, bem como procurar, ademais, o

restabelecimento, se possível, do direito violado e, se for o caso, a reparação dos danos produzidos pela violação dos Direitos Humanos.

C) admitiu que o Sistema Interamericano dos Direitos Humanos é formado por um conjunto de órgãos que estão vinculados à Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos e subordinados à Assembleia Geral dessa mesma Organização, de forma que suas decisões apenas adquirem força vinculante quando confirmadas pela Assembleia Geral.

D) estabeleceu o procedimento de eficácia das próprias decisões da Corte, que, após serem prolatadas, deverão ser encaminhadas para os tribunais superiores dos Estados partes da Convenção Americana dos Direitos Humanos, a fim de que sejam ratificadas por esses tribunais. Somente após essa confirmação é que as decisões se tornarão juridicamente vinculantes.

Comentário:

A) Errado

Alternativa incorreta, pois o primeiro caso foi o do senhor Damião Ximenes Lopes, julgado em agosto de 2006 pela Corte Interamericana de Direitos Humanos contra a República Federativa do Brasil pela violação de direitos humanos.

B) Correto

A alternativa traz a literalidade da sentença do Caso Velásquez Rodriguez, disposto no parágrafo 166: "Como consequência desta obrigação, os Estados devem prevenir, investigar e punir toda violação dos direitos reconhecidos pela Convenção e procurar, ademais, o restabelecimento, se possível, do direito

violado e, se for o caso, a reparação dos danos produzidos pela violação dos direitos humanos."

C) Errado

Alternativa incorreta, pois as decisões da Corte IDH não precisam ser ratificadas ou homologadas no Brasil. O Brasil está vinculado porque subscreveu um tratado internacional.

D) Errado

Alternativa incorreta, vide comentários da alternativa C.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina e Jurisprudência.

Questão 19

Maria, sua cliente, é mulher transexual e professora servidora pública lotada no Colégio de Aplicação de uma universidade federal. Na ocasião do concurso que prestou, Maria ainda era reconhecida como homem em sua identidade de gênero. Contudo, após a cirurgia de transgenitalização, pretende ser reconhecida como mulher. Ela procurou você porque tentou adotar o nome social – Maria – na Administração Pública, mas foi informada que, por trabalhar com adolescentes no ensino médio, isso não seria possível. Assim, com base na norma que regulamenta o assunto, cabe a você esclarecer à administração da universidade que

A) os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, deverão adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento.

B) a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário, determina que os Estados Partes assegurem a utilização do nome social de travestis e transexuais, tanto no âmbito da vida privada quanto da vida pública.

C) após decisão do Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça já regulamentou que pessoas transexuais e travestis podem adotar o nome social nos contratos de trabalho, contratos civis e na relação com a administração pública.

D) embora seja ato discricionário da administração pública acolher, ou não, o requerimento de travestis e transexuais para utilização do nome social, o requerimento deve ser acolhido, pois os alunos de Maria já a reconhecem como mulher desde a transgenitalização.

Comentário:

A) Correto

Alternativa correta. Conforme o artigo 2.º do Decreto 8727/2016: "Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, deverão adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento e com o disposto neste Decreto."

B) Errado

Alternativa incorreta. A Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) não tem disposição específica sobre isso. Apesar de assegurar o direito à não discriminação nos artigos 1 (Proteção aos direitos e liberdades sem discriminação), 11.2 (Proteção da honra e da dignidade), 18 (Direito ao nome) e

24 (Igualdade perante a lei), não menciona expressamente o quanto ao uso do nome social para pessoas trans.

C) Errado

Alternativa incorreta, pois, após decisão do STF, ficou estabelecido que não cabe ao CNJ regulamentar o uso do nome social em contratos civis ou contratos de trabalho (ou mesmo com a administração pública, em geral), apenas no que diz respeito ao "uso do nome social às pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, aos magistrados, aos estagiários, aos servidores e aos trabalhadores terceirizados do Poder Judiciário, em seus registros funcionais, sistemas e documentos, na forma disciplinada por esta Resolução" (Res. n. 270/2018, CNJ).

D) Errado

Alternativa incorreta, pois o Artigo 2º do Decreto não dá abertura para discricionariedade. A utilização do nome social é um dever da Administração Pública, sendo reconhecido, quando do julgamento da ADI n. 4275, "o direito de todo cidadão escolher a forma como deseja ser chamado".

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

DIREITO INTERNACIONAL

Questão 20

Pedro, cidadão de nacionalidade argentina e nesse país residente, ajuizou ação em face de sociedade empresária de origem canadense, a qual, ao final do processo, foi condenada ao pagamento de determinada indenização. Pedro, então, ingressou com pedido de homologação dessa sentença estrangeira no Brasil. Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) Para que a sentença estrangeira seja homologada no Brasil, é necessário que ela tenha transitado em julgado no exterior.

B) A sentença condenatória argentina não poderá ser homologada no Brasil por falta de tratado bilateral específico para esse tema entre os dois países.

C) A sentença poderá ser regularmente homologada no Brasil, ainda que não tenha imposto qualquer obrigação a ser cumprida em território nacional, não envolva partes brasileiras ou domiciliadas no país e não se refira a fatos ocorridos no Brasil.

D) De acordo com o princípio da efetividade, todo pedido de homologação de sentença alienígena, por apresentar elementos transfronteiriços, exige que haja algum ponto de conexão entre o exercício da jurisdição pelo Estado brasileiro e o caso concreto a ele submetido.

Comentário:

A) Errado

Alternativa incorreta. O art. 963, inciso III, do CPC não exige o trânsito em julgado, que a mesma seja eficaz no país de origem.

B) Errado

Alternativa está incorreta, pois não se faz necessário tratado bilateral específico. Vamos à leitura do Art. 26 do CPC:

> Art. 26. A cooperação jurídica internacional será regida por tratado de que o Brasil faz parte e observará:
>
> § 1º Na ausência de tratado, a cooperação jurídica internacional poderá realizar-se com base em reciprocidade, manifestada por via diplomática.
>
> § 2º Não se exigirá a reciprocidade referida no § 1º para homologação de sentença estrangeira.

C) Errado

Alternativa incorreta vide comentário da letra "D".

D) Correto

Alternativa correta conforme entendimento do STJ: Conforme o entendimento do STJ: "Em conformidade com o princípio da efetividade, todo pedido de homologação de sentença alienígena, por apresentar elementos transfronteiriços, demanda a imprescindível existência de algum ponto de conexão entre o exercício da jurisdição pelo Estado brasileiro e o caso concreto a ele submetido."

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Jurisprudência e Lei Seca.

Questão 21

Michel, francês residente em Salvador há 12 anos, possui um filho brasileiro de 11 anos que vive às suas expensas, chamado Fernando, embora o menor resida exclusivamente com sua genitora, Sofia, brasileira, na cidade de São Paulo. Sofia, ex-companheira de Michel, possui a guarda unilateral de Fernando. Por sentença transitada em julgado, Michel, que possui 47 anos, foi condenado por homicídio culposo a três anos de detenção. Com relação ao caso narrado, segundo o que dispõe a Lei de Migração (Lei no 13.445/17), assinale a afirmativa correta.

A) Michel não poderá ser expulso do Brasil pelo fato de que sua condenação, ainda que transitada em julgado, decorre do cometimento de crime culposo.

B) A dependência econômica de Fernando em relação a Michel não é suficiente para garantir a permanência do último no país, sendo necessário, ainda, que o filho esteja sob a guarda de Michel.

C) O tempo de residência de Michel no Brasil, por ser superior há 10 anos, impossibilita que se proceda à sua expulsão.

D) É desnecessário garantir o contraditório no processo de expulsão de Michel, porquanto se presume que a referida garantia constitucional já fora observada durante o processo penal.

Comentário:

A) Correto

Alternativa correta. Segundo o artigo 54 §1º da Lei 13.445/17: "Poderá dar causa à expulsão a condenação com sentença transitada em julgado relativa à prática

de: (...) II — crime comum doloso passível de pena privativa de liberdade, consideradas a gravidade e as possibilidades de ressocialização em território nacional."

B) Errado

Segundo o teor do art. 55, II, "a", da Lei 13.445/2017:

> "Art. 55. Não se procederá à expulsão quando:
>
> (...)
>
> II - o expulsando:
>
> a) tiver filho brasileiro que esteja sob sua guarda ou dependência econômica ou socioafetiva ou tiver pessoa brasileira sob sua tutela;"

C) Errado

O tempo de permanência/residência no Brasil é critério que atua conjugado com a idade do expulsando, devendo se tratar de pessoa maior de 70 anos, para que, só assim,, incida o óbice legal. Art. 55, II, da Lei 13.445/2017:

> "Art. 55. Não se procederá à expulsão quando:
>
> (...)
>
> II - o expulsando:
>
> (...)
>
> d) for pessoa com mais de 70 (setenta) anos que resida no País há mais de 10 (dez) anos, considerados a gravidade e o fundamento da expulsão; ou"

D) Errado

Violação frontal ao teor do art. 58 da Lei 13.445/2017:

"Art. 58. No processo de expulsão serão garantidos o contraditório e a ampla defesa."

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.



DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 22

A sociedade empresária Quitutes da Vó Ltda. teve sua falência decretada, tendo dívidas de obrigação tributária principal relativas a tributos e multas, dívida de R$ 300.000,00 decorrente de acidente de trabalho, bem como dívidas civis com garantia real. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

A) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre as dívidas civis com garantia real.

B) A dívida decorrente de acidente de trabalho tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.

C) O crédito tributário decorrente de multas tem preferência sobre a dívida de R$ 300.000,00 decorrente de acidente de trabalho.

D) O crédito relativo às multas tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.

Comentário: A questão exigia o conhecimento sobre a ordem de preferência dos créditos na falência, para isto, era preciso conhecer a base legal da Lei n.º 11.101/2005, com redação da Lei n.º 14.112/20.

A) Errado

Alternativa incorreta. O crédito tributário de obrigação principal não tem preferência sobre as dívidas civis com garantia real, é só observar a ordem dos incisos do art. 83 da Lei de Falências:

> "Art. 83. A classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem:
>
> I) os créditos derivados da legislação trabalhista, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e aqueles decorrentes de acidentes de trabalho;
>
> II) os créditos gravados com direito real de garantia até o limite do valor do bem gravado;
>
> III) os créditos tributários, independentemente da sua natureza e do tempo de constituição, exceto os créditos extraconcursais e as multas tributárias;"

B) Correto

Conforme disposição do Art. 186 do CTN e Art. 83, I, II e III da Lei 11.101:

> Art. 186. O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.
>
> Parágrafo único. Na falência:
>
> I – o crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado; Art. 83. A classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem:
>
> I - os créditos derivados da legislação trabalhista, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e aqueles decorrentes de acidentes de trabalho;
>
> II - os créditos gravados com direito real de garantia até o limite do valor do bem gravado;
>
> III - os créditos tributários, independentemente da sua natureza e do tempo de constituição, exceto os créditos extraconcursais e as multas tributárias;

C) Errado

Alternativa incorreta. O crédito tributário decorrente de multas não tem preferência sobre a dívida de R$ 300.000,00 decorrente de acidente de trabalho, é só observar a ordem dos incisos do art. 83 da Lei de Falências:

> "Art. 83. A classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem:
>
> I) os créditos derivados da legislação trabalhista, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e aqueles decorrentes de acidentes de trabalho;
>
> II) os créditos gravados com direito real de garantia até o limite do valor do bem gravado;
>
> III) os créditos tributários, independentemente da sua natureza e do tempo de constituição, exceto os créditos extraconcursais e as multas tributárias;
>
> IV) (revogado);
>
> V) (revogado);
>
> VI) os créditos quirografários, a saber:
>
> a) aqueles não previstos nos demais incisos deste artigo;
>
> b) os saldos dos créditos não cobertos pelo produto da alienação dos bens vinculados ao seu pagamento; e
>
> c) os saldos dos créditos derivados da legislação trabalhista que excederem o limite estabelecido no inciso I do caput deste artigo; VII) as multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, incluídas as multas tributárias;"

D) Errado

Alternativa incorreta. O crédito relativo às multas não tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal, é só observar a ordem dos incisos do art. 83 da Lei de Falências:

> "Art. 83. A classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem:
>
> I) os créditos derivados da legislação trabalhista, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e aqueles decorrentes de acidentes de trabalho;
>
> II) os créditos gravados com direito real de garantia até o limite do valor do bem gravado;

III) os créditos tributários, independentemente da sua natureza e do tempo de constituição, exceto os créditos extraconcursais e as multas tributárias;

IV) (revogado);

V) (revogado);

VI) os créditos quirografários, a saber:

a) aqueles não previstos nos demais incisos deste artigo;

b) os saldos dos créditos não cobertos pelo produto da alienação dos bens vinculados ao seu pagamento; e

c) os saldos dos créditos derivados da legislação trabalhista que excederem o limite estabelecido no inciso I do caput deste artigo; VII) as multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, incluídas as multas tributárias;"

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 23

Maria Silva, que, durante sua vida, foi domiciliada no Distrito Federal, faleceu deixando um apartamento no Rio de Janeiro e um automóvel que, embora registrado no DETRAN do Amazonas, atualmente está em uso por um de seus herdeiros no Ceará. O inventário está em curso no Distrito Federal. Quanto ao Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD devido, assinale a afirmativa correta.

A) O ITCMD referente ao apartamento compete ao Distrito Federal, local onde o inventário está sendo processado.

B) O ITCMD referente ao automóvel compete ao Ceará, local onde o bem está sendo usado.

C) O ITCMD referente ao automóvel compete ao Distrito Federal, local onde o inventário está sendo processado.

D) O ITCMD referente ao automóvel compete ao Amazonas, local onde o bem está registrado.

Comentário:

A) Errado

Alternativa incorreta. Conforme os termos do art. 155, § 1.º, inc. I, da Constituição Federal:

> "Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:
> I) transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; § 1º. O imposto previsto no inciso I:
> I) relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal;"

B) Errado

Alternativa incorreta. Conforme os termos do art. 155, § 1.º, inc. II, da Constituição Federal:

> "Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:
> I) transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos;
> § 1º. O imposto previsto no inciso I:
> (..)
> II) relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal;"

C) Correto

Alternativa correta. Conforme o art. 155 parágrafo 1 da CF:

"Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 1º O imposto previsto no inciso I: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

I - relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal"

D) Errado

Alternativa incorreta. Conforme os termos do art. 155, § 1.º, inc. II, da Constituição Federal:

"Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

I) transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos;

§ 1º. O imposto previsto no inciso I:

(..)

II) relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal;"

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 24

Rodrigo, em janeiro de 2018, objetivando melhorar o seu inglês, mudou-se para a Austrália para realizar um intercâmbio de 5 (cinco) meses, sem, contudo, prestar qualquer tipo de informação à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Durante o seu intercâmbio, precisando aumentar sua renda, Rodrigo prestou alguns serviços no exterior, recebendo por mês o equivalente a R$ 20.000,00 (vinte mil reais), totalizando R$ 100.000,00 (cem mil reais) ao longo dos cinco meses. Tais valores foram tributados na Austrália. Em abril do ano seguinte, Rodrigo questiona você sobre se deve declarar tais rendimentos à Secretaria da Receita Federal do Brasil, para fins de apuração do Imposto sobre a Renda de Pessoa Física (IRPF). Sobre a hipótese formulada e considerando que o Brasil não possui convenção internacional com a Austrália para evitar a bitributação, assinale a afirmativa correta.

A) Como os rendimentos foram obtidos no exterior, o Fisco Federal não possui competência para cobrá-los; sendo assim, Rodrigo não deve declará-los.

B) Como os rendimentos foram tributados no exterior, Rodrigo não deve declará-los, sob pena de bitributação.

C) Rodrigo não está obrigado a declarar e recolher o IRPF, uma vez que os rendimentos obtidos no exterior estão alcançados por imunidade.

D) Os rendimentos de Rodrigo deverão ser declarados e tributados, uma vez que, tratando-se de residente fiscal no Brasil, a tributação do imposto sobre a renda independe da origem dos rendimentos.

Comentário:

A) Errado

Tal alternativa está incorreta, vide comentários da alternativa D.

B) Errado

Tal alternativa está incorreta, vide comentários da alternativa D.

C) Errado

Tal alternativa está incorreta, vide comentários da alternativa D.

D) Correto

Alternativa correta. Rodrigo possui domicílio fiscal no Brasil e não há convênio com a Austrália para evitar bitributação, logo, será aplicado o entendimento do Art. 43 do CTN (Código Tributário Nacional):

> "Art. 43. O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:
>
> I) de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;
>
> II) de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.
>
> § 1º. A incidência do imposto independe da denominação da receita ou do rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção (incluído pela LC n.º 104/01).
>
> § 2.º. Na hipótese de receita ou de rendimento oriundos do exterior, a lei estabelecerá as condições e o momento em que se dará sua disponibilidade, para fins de incidência do imposto referido neste artigo (incluído pela LC n.º 104/01).

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 25

Decretado estado de calamidade pública financeira, o Presidente da República edita Medida Provisória (MP), instituindo, temporariamente, imposto extraordinário, incidente sobre os serviços de qualquer natureza, a ser suprimido, gradativamente, no prazo máximo de 5 (cinco) anos. Em seu último parágrafo, a MP prevê que entra em vigor e passa a gerar efeitos a partir da sua publicação, o que se dá em 20/12/2019. Assinale a opção que apresenta o vício da referida Medida Provisória, tal como editada.

A) À Lei Complementar, e não a uma MP, cabe instituir impostos extraordinários.

B) A instituição de impostos extraordinários só é permitida na iminência ou no caso de guerra externa.

C) À União é vedado cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

D) A referida MP viola a competência constitucional privativa dos Municípios para instituir impostos sobre serviços de qualquer natureza.

Comentário:

A) Errado

Alternativa incorreta. Conforme entendimento nos termos do art. 154, inc. I, da CF:

"Art. 154. A União poderá instituir:

I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta

Constituição ;

II - na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação."

B) Correto

Alternativa correta. Conforme entendimento do Art. 154, inc. II, da CF/88:

"Art. 154. A União poderá instituir:

I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição ;

II **- na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação."**

C) Errado

Alternativa incorreta. Conforme entendimento expresso no Art. 150, inc. I, da CF/88:

"Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;"

D) Errado

Alternativa incorreta. Não há violação de competência constitucional privativa dos Municípios para instituir impostos sobre serviços de qualquer natureza, visto que os impostos extraordinários de guerra instituídos pela União podem ter fato gerador ou base de cálculo próprios de outros tributos.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina.

Questão 26

José está sendo executado por dívida tributária municipal não paga. Na Certidão de Dívida Ativa (CDA) que instrui a execução fiscal, constam o nome do devedor e seu domicílio; a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora; a origem e natureza do crédito, com menção do decreto municipal em que está fundado; e a data em que foi inscrito. José oferece embargos à execução, atacando a CDA, que reputa incorreta. Diante desse cenário, José

A) tem razão, pois cabe à Fazenda Pública o ônus da prova de que a CDA cumpre todos os requisitos obrigatoriamente exigidos por lei.

B) tem razão, pois a CDA deve mencionar dispositivo de lei em que o crédito tributário está fundado.

C) não tem razão, pois esta CDA goza de presunção iuris et de iure (absoluta) de certeza e liquidez.

D) não tem razão, pois esta CDA contém todos os requisitos obrigatoriamente exigidos por lei.

Comentário:

A) Errado

Alternativa incorreta. Não cabe à Fazenda Pública o ônus da prova de que a CDA cumpre todos os requisitos exigidos por lei, mas sim ao devedor, que deve demonstrar eventuais ilegalidades na CDA ou irregularidades em petição de execução fiscal, em razão da presunção de legitimidade dos atos administrativos.

B) Correto

Alternativa correta. Conforme o Art. 202, III do CTN (Código Tributário Nacional):

> "O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:
>
> III - a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;"

C) Errado

Alternativa incorreta. Visto que o devedor pode comprovar ilegalidade na inscrição da CDA, não cabe dizer que goza de presunção iures et de iure (absoluta) de certeza e liquidez. A CDA goza de presunção relativa (juris tantum).

D) Errado

Alternativa incorreta. Conforme nos termos do art. 202, incs. III e V, do CTN:

> Art. 202. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:
> (..)
> III) a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;
> (..)
> V) sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito."

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina.



DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 27

Amadeu, assim que concluiu o ensino médio, inscreveu-se e foi aprovado em concurso público para o cargo de técnico administrativo do quadro permanente de determinado Tribunal Regional Federal, cargo em que alcançou a estabilidade, após o preenchimento dos respectivos requisitos legais. Enquanto estava no exercício das funções desse cargo, Amadeu cursou e concluiu a Faculdade de Direito, razão pela qual decidiu prestar concurso público e foi aprovado para ingressar como advogado de certa sociedade de economia mista federal, que recebe recursos da União para o seu custeio geral. Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

A) Amadeu poderá acumular o cargo no Tribunal com o emprego na sociedade de economia mista federal, se houver compatibilidade de horários.

B) A estabilidade já alcançada por Amadeu estende-se à sociedade de economia mista, considerando-se que aquela se consuma no serviço público, e não no cargo.

C) Amadeu, ao ser contratado pela sociedade de economia mista, continua submetido ao teto remuneratório do serviço público federal.

D) Amadeu poderia ser transferido para integrar os quadros da sociedade de economia mista sem a realização de novo concurso público.

Comentário:

A) Errado

Alternativa incorreta. Via de regra, nosso ordenamento veda a acumulação de cargos, empregos e funções, salvo exceções previstas no art. 37, XVI, da CF:

> "XVI — é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:
>
> a) a de dois cargos de professor;
>
> b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
>
> c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; "

B) Errado

Alternativa incorreta. O regime jurídico de contratação nas sociedades de economia mista é o da CLT e não o estatutário, logo, não contempla o instituto da estabilidade, aplicável apenas aos cargos efetivos do art. 41 da CF/88.

C) Correto

Alternativa correta. Conforme o art. 37, § 9.º da Constituição Federal:

> "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
>
> § 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral."

D) Errado

Alternativa incorreta, pois constituiria violação do art. 37, II, da CF:

> "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
>
> II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; "

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 28

O Ministério Público Federal denunciou Marcos, fiscal da Receita Federal, pelo crime de peculato doloso, em decorrência da existência de provas contundentes de que tal servidor apropriou-se de dinheiro público de que tinha guarda. Ao tomar conhecimento de tais fatos, durante o trâmite do processo penal, a autoridade administrativa competente determinou a instauração de processo administrativo disciplinar, que, após o devido processo legal, levou à demissão de Marcos antes do julgamento da ação penal. Sobre a questão apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) A Administração fica vinculada à capitulação estabelecida no processo penal, vedada a incidência de qualquer falta residual no âmbito administrativo, considerando que o peculato constitui crime contra a Administração Pública.

B) A demissão de Marcos na esfera administrativa é válida, mas a superveniência de eventual sentença penal absolutória, por ausência de provas, exige a reintegração do servidor no mesmo cargo que ocupava.

C) O processo administrativo disciplinar deveria ter sido instaurado para apurar a conduta de Marcos, mas impunha-se sua suspensão diante da existência de processo criminal pelos mesmos fatos.

D) Deve ser aplicado ao processo administrativo disciplinar o prazo prescricional previsto na lei penal para o crime de peculato cometido por Marcos.

Comentário:

A) Errado

Alternativa incorreta, consoante entendimento do art. 125 da Lei. 8.112/90, bem como Súmula 18 do STF:

> "Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumularse, sendo independentes entre si."

> Súmula 18 do STF: "Pela falta residual, não compreendida na absolvição pelo juízo criminal, é admissível a punição administrativa do servidor público."

B) Errado

Alternativa incorreta, consoante entendimento do art. 126 da Lei. 8.112/90:

> "Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que **negue a existência do fato ou sua autoria."**

C) Errado

Alternativa incorreta, vide comentários das letras "A" e "B".

D) Correto

Alternativa correta. Conforme o art. 132, § 2 o da lei 8.112: os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

Questão 29

O Município Alfa pretende formalizar uma parceria público-privada para a realização de obras, instalação de postes e prestação de serviços de iluminação pública. A contraprestação da concessionária vencedora da licitação seria inteiramente custeada pela Administração Pública local, mediante ordem bancária e por outorga de direitos sobre bens públicos dominicais do município. Sobre essa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

A) A contratação almejada não é possível, porque o ordenamento não admite que a Administração arque com o custeio integral de parceria público-privada.

B) A outorga de direitos sobre bens públicos dominicais não é contraprestação admissível para a formalização da parceria.

C) O Município Alfa deveria utilizar-se de concessão administrativa para a formalização da contratação pretendida.

D) A natureza individual (uti singuli) do serviço em questão exige a cobrança de tarifa do usuário para a realização da parceria público-privada almejada.

Comentário:

A) Errado

Alternativa incorreta. O entendimento contraria o enunciado do art. 2.º,§ 2º, da Lei n.º 11.079/2004 (vide comentário da letra "D") e o art. 6.º, incisos I e III, da mesma lei:

> "Art. 6º A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por:
>
> I – ordem bancária;
>
> III – outorga de direitos em face da Administração Pública;"

B) Errado

Alternativa incorreta. Contraria expressamente o teor do art. 6º, III, da Lei 11.079/2004 (vide comentário da letra "A").

C) Correto

Alternativa correta, visto que se encaixa perfeita com o enunciado do art. 2.º ,§ 2º , da Lei n.º 11.079/2004:

> "Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.
>
> § 2º Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens."

D) Errado

Alternativa incorreta. Conforme entendimento trazido no comentário da letra "C" e Súmula 41 do STF:

> "O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante

taxa."

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

Questão 30

Ao tomar conhecimento de fraude em licitação ocorrida em novembro de 2013, decorrente de conluio entre a sociedade empresária Espertinha e Garibaldo, servidor ocupante, exclusivamente, de cargo comissionado, o Ministério Público, em janeiro de 2019, ajuizou ação civil pública por improbidade, em razão de ato que causou prejuízo ao erário, em desfavor de ambos os envolvidos. Comunicada de tais fatos, a Administração Pública demitiu Garibaldo em abril de 2019, após garantir-lhe ampla defesa e contraditório em processo administrativo. Sobre a questão apresentada, na qualidade de advogado consultado pela sociedade empresária Espertinha, especificamente sobre a possibilidade de aplicação da sanção de proibição de contratar com a Administração Pública e receber benefícios fiscais, assinale a afirmativa correta.

A) A prescrição da pretensão ministerial de aplicação da sanção questionada para qualquer dos demandados não se consumou, pois estes se submetem ao mesmo prazo extintivo, que apenas se iniciou com a demissão de Garibaldo do cargo comissionado.

B) A pretensão do Ministério Público, de aplicação da sanção questionada, está prescrita em relação a Garibaldo e à sociedade empresária Espertinha, dado que o prazo relativo a ambos iniciou-se com a realização da conduta.

C) A prescrição da pretensão ministerial para aplicação da sanção apenas em relação à sociedade empresária Espertinha operou-se, na medida em que o prazo a ela aplicável iniciou-se com a realização da conduta.

D) A sociedade empresária Espertinha, por não se enquadrar no conceito de agente público, não pode responder por improbidade administrativa, não sendo a ela aplicável a sanção questionada.

Comentário:

A) Correto

Alternativa correta conforme entendimento do art. 23 da lei de improbidade administrativa:

> "Art. 23. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei podem ser propostas:
> I - até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;
> II - dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.
> III - até cinco anos da data da apresentação à administração pública da prestação de contas final pelas entidades referidas no parágrafo único do art. 1o desta Lei."

B) Errado

Alternativa incorreta, vida comentários da letra "A".

C) Errado

Alternativa incorreta, vida comentários da letra "A".

D) Errado

Alternativa incorreta. Tal afirmativa é contrária ao artigo 3.º da Lei 8.429/92:

> "Art. 3° As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a

prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta."

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 31

A União, diante da necessidade de utilização do imóvel produtivo de Astrobaldo para fazer passar importante oleoduto, fez editar Decreto que declarou a utilidade pública do bem para tal finalidade e determinou que a concessionária do setor levasse a efeito a mencionada intervenção, na forma do contrato de concessão, de modo a instituir o respectivo direito real de gozo para a Administração Pública. Astrobaldo recusou-se a permitir o ingresso de prepostos da referida sociedade no bem para realizar as respectivas obras, o que levou a concessionária a ajuizar ação específica, com pedido liminar de imissão provisória na posse, para a implementação do estabelecido no Decreto. Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

A) A concessionária não poderia levar a efeito a intervenção do Estado na propriedade pretendida pela União, porque não pode exercer poder de polícia.

B) A intervenção do Estado na propriedade pretendida é a requisição, considerando a necessidade do bem de Astrobaldo para a realização de serviço público.

C) O pedido de imissão provisória na posse foi equivocado, porque não é cabível o procedimento da ação de desapropriação na intervenção em comento, cuja modalidade é a servidão.

D) O eventual deferimento da imissão provisória na posse importará no dever de acrescer juros compensatórios sobre a indenização que venha a ser determinada no processo.

Comentário:

A) Errado

Alternativa incorreta, pois contraria o entendimento expresso nos arts. 29, IX, e 31, VI, da Lei 8.987/95:

> "Art. 29. Incumbe ao poder concedente:
>
> (...)
>
> IIX - declarar de necessidade ou utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, os bens necessários à execução de serviço ou obra pública, promovendo-a diretamente ou mediante outorga de poderes à concessionária, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;
>
> Art. 31. Incumbe à concessionária:
>
> (...)
>
> VI - promover as desapropriações e constituir servidões autorizadas pelo poder concedente, conforme previsto no edital e no contrato;"

B) Errado

Alternativa incorreta, pois só seria o caso de requisição administrativa caso se tratasse do disposto no art. 5.º, XXV da Carta Magna:

> "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
>
> (..)
>
> XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;"

C) Errado

Alternativa incorreta. Em desconformidade com os arts. 15 e 40 do Decreto-lei 3.365/41:

> "Art. 15. Se o expropriante alegar urgência e depositar quantia arbitrada de conformidade com o art. 685 do Código de Processo Civil, o juiz mandará imití-lo provisoriamente na posse dos bens;
> § 1º A imissão provisória poderá ser feita, independente da citação do réu, mediante o depósito:
>
> a) do preço oferecido, se êste fôr superior a 20 (vinte) vêzes o valor locativo, caso o imóvel esteja sujeito ao impôsto predial;
> b) da quantia correspondente a 20 (vinte) vêzes o valor locativo, estando o imóvel sujeito ao impôsto predial e sendo menor o preço oferecido;
>
> c) do valor cadastral do imóvel, para fins de lançamento do impôsto territorial, urbano ou rural, caso o referido valor tenha sido atualizado no ano fiscal imediatamente anterior;
> d) não tendo havido a atualização a que se refere o inciso c, o juiz fixará independente de avaliação, a importância do depósito, tendo em vista a época em que houver sido fixado originàlmente o valor cadastral e a valorização ou desvalorização posterior do imóvel.
> § 2º A alegação de urgência, que não poderá ser renovada, obrigará o expropriante a requerer a imissão provisória dentro do prazo improrrogável de 120 (cento e vinte) dias.
>
> § 3º Excedido o prazo fixado no parágrafo anterior não será concedida a imissão provisória.
> § 4o A imissão provisória na posse será registrada no registro de imóveis competente.
> (..)
> Art. 40. O expropriante poderá constituir servidões, mediante indenização na forma desta lei."

D) Correto

Alternativa correta. Segundo dispõe a súmula 69 do STJ:

"Na desapropriação direta, os juros compensatórios são devidos desde a antecipada imissão na posse e, na desapropriação indireta, a partir da efetiva ocupação do imóvel."

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

Questão 32

O Município Delta está passando por graves dificuldades financeiras e recebeu da sociedade empresária Incorporatudo uma proposta para alienar determinada praça pública, situada em bairro valorizado, por montante consideravelmente superior ao praticado no mercado, em decorrência do grande interesse que a Incorporatudo tem de promover um empreendimento de luxo no local. Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

A) O Município Delta pode alienar o bem em questão, mediante autorização por Decreto e sem licitação, diante da obtenção do lucro que poderia ser revertido para a coletividade.

B) O bem em foco, por ser dominical, poderia ser alienado pelo Município Delta mediante autorização legislativa, dispensada a licitação em razão do alto valor oferecido.

C) O bem público em comento, em razão de ser de uso comum, só poderia ser alienado se houvesse a sua prévia desafetação e fossem seguidos os ditames da lei geral de
licitações.

D) O bem de uso especial é passível de alienação pelo Município Delta, apesar de, na hipótese, ser necessária a licitação.

Comentário:

A) Errado

Alternativa incorreta, pois a alienação só será cabível nas hipóteses indicadas no art. 17, I, da Lei 8.666/93:

> "Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:
>
> I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:"

B) Errado

Alternativa incorreta, vida comentário da letra "A".

C) Correto

Alternativa correta, pois se encontra em conformidade com o art. 17 da Lei de licitações (8.666/93):

> "Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas."

D) Errado

Alternativa incorreta. Deve ser observada o disposto no art. 99, inciso I, do Código Civil e, a partir disso, a incongruência com o disposto nos artigos já comentados nas letras "A" e "C":

> "Art. 99. São bens públicos:
>
> I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;"

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

DIREITO AMBIENTAL

Questão 33

A sociedade empresária Alfa opera, com regular licença ambiental expedida pelo órgão federal competente, empreendimento da área de refino de petróleo que está instalado nos limites do território do Estado da Federação Beta e localizado no interior de unidade de conservação instituída pela União. Durante o prazo de validade da licença de operação, o órgão federal competente, com a aquiescência do órgão estadual competente do Estado Beta, deseja delegar a execução de ações administrativas a ele atribuídas, consistente na fiscalização do cumprimento de condicionantes da licença ambiental para o Estado Beta. Sobre a delegação pretendida pelo órgão federal, consoante dispõe a Lei Complementar no 140/2011, assinale a afirmativa correta.

A) É possível, desde que o Estado Beta disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de conselho de meio ambiente.

B) É possível, desde que haja prévia manifestação dos conselhos nacional e estadual do meio ambiente, do Ministério Público e homologação judicial.

C) Não é possível, eis que a competência para licenciamento ambiental é definida por critérios objetivos estabelecidos na legislação, sendo vedada a delegação de competência do poder de polícia ambiental.

D) Não é possível, eis que a delegação de ações administrativas somente é permitida quando realizada do Município para Estado ou União, ou de Estado para União, vedada a delegação de atribuição ambiental federal.

Comentário:

A) Correto

Alternativa correta. A lei complementar 140/2011, em seu artigo 5.º determina que:

"Art. 5o O ente federativo poderá delegar, mediante convênio, a execução de ações administrativas a ele atribuídas nesta Lei Complementar, desde que o ente destinatário da delegação disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de conselho de meio ambiente."

B) Errado

Alternativa incorreta, vide comentário da letra "A". Não se exige prévia manifestação dos conselhos nacional e estadual do meio ambiente, do Ministério Público e homologação judicial.

C) Errado

Alternativa incorreta, vide comentário da letra "A".

D) Errado

Alternativa incorreta, vide comentário da letra "A".

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 34

O Estado Z promulga lei autorizando a supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente para pequenas construções. A área máxima para supressão, segundo a lei, é de 100 metros quadrados quando utilizados para lazer e de 500 metros quadrados quando utilizados para fins comerciais. Sobre a referida lei, assinale a afirmativa correta.

A) A lei é válida, uma vez que é competência privativa dos Estados legislar sobre as Áreas de Preservação Permanente inseridas em seu território.

B) A lei é válida apenas com relação à utilização com finalidade de lazer, uma vez que é vedada a exploração comercial em Área de Preservação Permanente.

C) A lei é inconstitucional, uma vez que compete aos Municípios legislar sobre impactos ambientais de âmbito local.

D) A lei é inconstitucional, uma vez que é competência da União dispor sobre normas gerais sobre proteção do meio ambiente.

Comentário:

A) Errado

Alternativa incorreta, vide comentário da letra "D".

B) Errado

Alternativa incorreta, vide comentário da letra "D".

C) Errado

Alternativa incorreta, vide comentário da letra "D".

D) Correto

Alternativa correta. Em caso de competência legislativa concorrente, segundo estabelece o Art. 24, VI, da CF/88, a competência concorre entre a União, os Estados e o DF:

> "Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar CONCORRENTEMENTE sobre:
>
> VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;"

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

DIREITO CIVIL

Questão 35

Joel e Simone se casaram em regime de comunhão total de bens em 2010. Em 2015, depois de vários períodos conturbados, Joel abandonou a primeira e única residência de 150 m2, em área urbana, que o casal havia adquirido mediante pagamento à vista, com recursos próprios de ambos, e não dá qualquer notícia sobre seu paradeiro ou intenções futuras. Em 2018, após Simone ter iniciado um relacionamento com Roberto, Joel reaparece subitamente, notificando sua ex-mulher, que não é proprietária nem possuidora de outro imóvel, de que deseja retomar sua parte no bem, eis que não admitiria que ela passasse a morar com Roberto no apartamento que ele e ela haviam comprado juntos. Sobre a hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

A) Apesar de ser possuidora de boa-fé, Simone pode se considerar proprietária da totalidade do imóvel, tendo em vista a efetivação da usucapião extraordinária.

B) Uma vez que a permanência de Simone no imóvel é decorrente de um negócio jurídico realizado entre ela e Joel, é correto indicar um desdobramento da posse no caso narrado.

C) Como Joel deixou o imóvel há mais de dois anos, Simone pode alegar usucapião da fração do imóvel originalmente pertencente ao ex-cônjuge.

D) A hipótese de usucapião é impossível, diante do condomínio sobre o imóvel entre Joel e Simone, eis que ambos são proprietários.

Comentário:

A) Errado

Alternativa incorreta. Não seria o caso de usucapião extraordinária, prevista no caput do art. 1.238 do CC:

> "Art. 1.238 do CC. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis"

B) Errado

Alternativa incorreta. Não seria o caso de desdobramento da posse porque Simone pode ser considerada coproprietária do imóvel visto que o negócio jurídico solene praticado foi o do casamento. Logo, é meeira em razão do regime de bens.

C) Correto

Alternativa correta. Conforme disposição do Código Civil:

> "Art. 1.240-A. Aquele que exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural."

D) Errado

Alternativa incorreta. Vide comentário da letra "C".

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Doutrina.

Questão 36

Liz e seu marido Hélio adquirem uma fração de tempo em regime de multipropriedade imobiliária no hotel-fazenda Cidade Linda, no estado de Goiás. Pelos termos do negócio, eles têm direito a ocupar uma das unidades do empreendimento durante os meses de dezembro e janeiro, em regime fixo. No ano seguinte à realização do negócio, as filhas do casal, Samantha e Laura, ficam doentes exatamente em dezembro, o que os impede de viajar. Para contornar a situação, Liz oferece à sua mãe, Alda, o direito de ir para o Cidade Linda no lugar deles. Ao chegar ao local, porém, Alda é barrada pela administração do hotel, sob o fundamento de que somente a família proprietária poderia ocupar as instalações da unidade. Você, como advogado(a), deve esclarecer se o ato é legal, assinalando a opção que indica sua orientação.

A) O ato é legal, pois o regime de multipropriedade, ao contrário do condominial, é personalíssimo.

B) O ato é ilegal, pois, como hipótese de condomínio necessário, a multipropriedade admite o uso das unidades por terceiros.

C) O ato é ilegal, pois a possibilidade de cessão da fração de tempo do multiproprietário em comodato é expressamente prevista no Código Civil.

D) O ato é legal, pois o multiproprietário tem apenas o direito de doar ou vender a sua fração de tempo, mas nunca cedê-la em comodato.

Comentário:

A) Errado

Alternativa incorreta. Vide comentário da letra "C".

B) Errado

Alternativa incorreta. Conforme disposição nos Arts. 1.327 e 1.330 do CC:

"Art. 1.327. O condomínio por meação de paredes, cercas, muros e valas regula-se pelo disposto neste Código (arts. 1.297 e 1.298; 1.304 a 1.307). Art. 1.330. Qualquer que seja o valor da meação, enquanto aquele que pretender a divisão não o pagar ou depositar, nenhum uso poderá fazer na parede, muro, vala, cerca ou qualquer outra obra divisória."

C) Correto

Alternativa correta, pois em total congruência com o entendimento do Art. 1.358-I, inciso II, do Código Civil/2002:

"Art. 1.358-I. São direitos do multi proprietário, além daqueles previstos no instrumento de instituição e na convenção de condomínio em multipropriedade:

II – ceder a fração de tempo em locação ou comodato;"

D) Errado

Alternativa incorreta. Vide comentário da letra "C".

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 37

Hugo, corretor de imóveis, recebe oferta de contrato, por prazo indeterminado, para intermediar a realização de negócios sobre novo empreendimento imobiliário, cujo lançamento ocorrerá em data próxima, obtendo as seguintes informações: (i) as características gerais do empreendimento, com a descrição da planta, da área e do valor de cada unidade autônoma projetada, em condomínio edilício;

(ii) o valor oferecido em remuneração pelos serviços de corretagem correspondente a 4% sobre o valor da venda. Entusiasmado, Hugo entra em contato com diversos clientes (potenciais compradores), a fim de mediar a celebração de compromissos de compra e

venda com o dono do negócio. Nesse ínterim, consegue marcar uma reunião entre o incorporador (dono do negócio) e seu melhor cliente, sócio de uma grande rede de farmácias, pretendendo adquirir a loja principal do empreendimento. Após a reunião, em que as partes se mostraram interessadas em prosseguir com as negociações, nenhum dos futuros contratantes tornou a responder ao corretor, que não mais atuou nesse empreendimento, ante a sua dispensa. Soube, meses depois, que o negócio havia sido fechado entre o incorporador e o comprador, em negociação direta, ao valor de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

A) A dispensa do corretor não ilide o dever de pagar a remuneração que lhe era devida, pois o negócio se realizou posteriormente, como fruto de sua mediação.

B) Ainda que tenha iniciado a negociação com a atuação do corretor, uma vez concluído o negócio diretamente entre as partes, nenhuma remuneração será devida.

C) A ausência do corretor na negociação que resultou no acordo de venda evidencia o descumprimento do dever de diligência e prudência, motivo pelo qual perde o direito à remuneração.

D) O corretor tem direito à remuneração parcial e proporcional, pois, apesar de dispensado, iniciou a intermediação, e o negócio ao final se concretizou.

Comentário:

A) Correto

Alternativa correta. Conforme entendimento do Art. 727 do CC/2002:

Art. 727, CC: "Se, por não haver prazo determinado, o dono do negócio dispensar o corretor, e o negócio se realizar posteriormente, como fruto da sua mediação, a

corretagem lhe será devida; igual solução se adotará se o negócio se realizar após a decorrência do prazo contratual, mas por efeito dos trabalhos do corretor."

B) Errado

Alternativa incorreta. Contraria o disposto no Art. 725 do CC/2002:

"Art. 725. A remuneração é devida ao corretor uma vez que tenha conseguido o resultado previsto no contrato de mediação, ou ainda que este não se efetive em virtude de arrependimento das partes."

C) Errado

Alternativa incorreta. Contraria o disposto no Art. 726 do CC/2002:

"Art. 726. Iniciado e concluído o negócio diretamente entre as partes, nenhuma remuneração será devida ao corretor; mas se, por escrito, for ajustada a corretagem com exclusividade, terá o corretor direito à remuneração integral, ainda que realizado o negócio sem a sua mediação, salvo se comprovada sua inércia ou ociosidade."

D) Errado

Alternativa incorreta, vide comentários das letras "A", "B" e "C".

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 38

Ao falecer em 2019, Januário deixa duas filhas vivas: Rosana, mãe de Luna, e Helena, mãe de Gabriel. O filho mais velho de Januário, Humberto, falecera em 2016, deixandolhe dois netos: Lucas e João. Sobre a sucessão de Januário, assinale a afirmativa correta.

A) Lucas, João, Luna, Gabriel e Vinícius são seus herdeiros.

B) Helena, Rosana, Lucas e João são seus herdeiros, cada um herdando uma quota igual da herança deixada por Januário.

C) Apenas Helena e Rosana são suas herdeiras.

D) São seus herdeiros Helena, Rosana e os sobrinhos Lucas e João, que receberão, cada um, metade equivalente ao quinhão de uma das tias.

Comentário:

A) Errado

Alternativa incorreta, vide comentários da letra "D".

B) Errado

Alternativa incorreta, vide comentários da letra "D".

C) Errado

Alternativa incorreta, vide comentários da letra "D".

D) Correto

Alternativa correta. Conforme disposição do Código Civil nos seguintes artigos:

"Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte:

I – aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares.

Art. 1.851. Dá-se o direito de representação, quando a lei chama certos parentes do falecido a suceder em todos os direitos, em que ele sucederia, se vivo fosse.

Art. 1.852. O direito de representação dá-se na linha reta descendente, mas nunca na ascendente."

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 39

Érico é amigo de Astolfo, famoso colecionador de obras de arte. Érico, que está abrindo uma galeria de arte, perguntou se Astolfo aceitaria locar uma das pinturas de seu acervo para ser exibida na grande noite de abertura, como forma de atrair mais visitantes. Astolfo prontamente aceitou a proposta, e ambos celebraram o contrato de locação da obra, tendo Érico se obrigado a restituí-la já no dia seguinte ao da inauguração. O aluguel, fixado em parcela única, foi pago imediatamente na data de celebração do contrato. A abertura da galeria foi um grande sucesso, e Érico, assoberbado de trabalho nos dias que se seguiram, não providenciou a devolução da obra de arte para Astolfo. Embora a galeria dispusesse de moderna estrutura de segurança, cerca de uma semana após a inauguração, Diego, estudante universitário, invadiu o local e vandalizou todas as obras de arte ali expostas, destruindo por completo a pintura que fora cedida por Astolfo.

As câmeras de segurança possibilitaram a pronta identificação do vândalo. De acordo com o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) Érico tem o dever de indenizar Astolfo, integralmente, pelos prejuízos sofridos em decorrência da destruição da pintura.

B) Érico não pode ser obrigado a indenizar Astolfo pelos prejuízos decorrentes da destruição da pintura porque Diego, o causador do dano, foi prontamente identificado.

C) Érico não pode ser obrigado a indenizar Astolfo pelos prejuízos decorrentes da destruição da pintura porque adotou todas as medidas de segurança necessárias para proteger a obra de arte.

D) Érico somente estará obrigado a indenizar Astolfo se restar comprovado que colaborou, em alguma medida, para que Diego realizasse os atos de vandalismo.

Comentário:

A) Correto

Alternativa correta. Conforme o Art. 399, CC/2002:

> "O devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, embora essa impossibilidade resulte de caso fortuito ou de força maior, se estes ocorrerem durante o atraso; salvo se provar isenção de culpa, ou que o dano sobreviria ainda quando a obrigação fosse oportunamente desempenhada."

B) Errado

Alternativa incorreta, vide comentários da letra "A".

C) Errado

Alternativa incorreta, vide comentários da letra "A".

D) Errado

Alternativa incorreta, vide comentários da letra "A".

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 40

Leandro decide realizar uma doação com a finalidade exclusiva de remunerar serviços prestados voluntária e espontaneamente por Carmen em sua ONG (Organização Não Governamental). Oferece, então, um pequeno imóvel residencial, avaliado em R$ 100.000,00 (cem mil reais), por instrumento particular, oportunidade na qual o doador fez questão de estipular uma obrigação: Carmen teria que realizar benfeitorias específicas na casa, tais como a troca dos canos enferrujados, da fiação deteriorada, bem como a finalização do acabamento das paredes, com a devida pintura final. A donatária aceita os termos da doação e assina o documento particular, imitindo-se na posse do bem e dando início às obras. Alguns dias depois, orientada por um vizinho, reúne-se com o doador e decide formalizar a doação pela via de escritura pública, no ofício competente, constando também cláusula de renúncia antecipada do doador a pleitear a revogação da doação por ingratidão. Dois anos depois, após sérios desentendimentos e ofensas públicas desferidas por Carmen, esta é condenada, em processo cível, a indenizar Leandro ante a prática de ato ilícito, qualificado como injúria grave. Leandro, então, propõe uma ação de revogação da doação. Diante desse fato, assinale a afirmativa correta.

A) Mesmo diante da prática de injúria grave por parte de Carmen, Leandro não pode pretender revogar a doação, porque houve renúncia expressa no contrato.

B) A doação para Carmen se qualifica como condicional, eis que depende do cumprimento da obrigação de realizar as obras para a sua confirmação.

C) A doação para Carmen não pode ser revogada por ingratidão, porque o ato de liberalidade do doador teve motivação puramente remuneratória.

D) O ordenamento admite que a doação para Carmen fosse realizada por instrumento particular, razão pela qual a realização da escritura pública foi um ato desnecessário.

Comentário:

A) Errado

Alternativa incorreta. O legislador veda a revogação quando a doação for remuneratória, no art. 564, I do CC. Vejamos:

"Não se revogam por ingratidão:

I - as doações puramente remuneratórias;

II - as oneradas com encargo já cumprido;

III - as que se fizerem em cumprimento de obrigação natural; IV - as feitas para determinado casamento".

B) Errado

Alternativa incorreta, pois não se trata de doação condicional. Vejamos a previsão do Art. 546 do CC:

"A doação feita em contemplação de casamento futuro com certa e determinada pessoa, quer pelos nubentes entre si, quer por terceiro a um deles, a ambos, ou

aos filhos que, de futuro, houverem um do outro, não pode ser impugnada por falta de aceitação, e só ficará sem efeito se o casamento não se realizar"

C) Correto

Alternativa correta. Conforme dispõe o CC, nos seguintes artigos:

"Art. 556. Não se pode renunciar antecipadamente o direito de revogar a liberalidade por ingratidão do donatário.

Art. 564. Não se revogam por ingratidão:

I – as doações puramente remuneratórias;"

D) Errado

Alternativa incorreta, pois em contrários do que dispõe o Art. 108 do CC/2002:

"Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País"

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 41

Carlos, motorista de táxi, estava parado em um cruzamento devido ao sinal vermelho. De repente, de um prédio em péssimo estado de conservação, de propriedade da sociedade empresária XYZ e alugado para a sociedade ABC, caiu um bloco de mármore da fachada e atingiu seu carro. Sobre o fato narrado, assinale a afirmativa correta. A) Carlos pode pleitear, da sociedade XYZ, indenização pelos danos sofridos.

B) Carlos pode pleitear indenização pelos danos sofridos apenas da sociedade ABC.

C) A sociedade XYZ pode se eximir de responsabilidade alegando culpa da sociedade ABC.

D) A sociedade ABC pode se eximir de responsabilidade alegando culpa exclusiva da vítima.

Comentário:

A) Correto

O art. 937, CC estabelece responsabilidade objetiva do proprietário pela queda de partes da construção ou edifício, sendo assim, responderá pelos danos sofridos por Carlos a sociedade XYZ.

> Art. 937 do Código Civil. O dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, cuja necessidade fosse manifesta.

B) Errado

A lei civil estabelece responsabilidade de natureza propter rem para essas situações. Razão pela qual deverá o locador e proprietário do imóvel responder pelos danos. Sendo assim, não há que se falar em responsabilidade exclusiva do locatário.

C) Errado

A alegação de culpa da sociedade ABC não exime a responsabilidade da sociedade XYZ, em razão do disposto no art. 937, CC. Além disso, a já citada natureza propter rem dessa responsabilidade determina que ao proprietário cabe a indenização pelo dano.

D) Errado

Não há que se falar em culpa exclusiva da vítima, uma vez que esta sequer influenciou no resultado.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.



DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão 42

A proteção da estrutura familiar da criança e do adolescente e o fomento ao convívio familiar em condições salutares à pessoa em desenvolvimento fizeram com que o legislador, na concepção do Estatuto da Criança e do Adolescente, previsse medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis em casos de problemas familiares envolvendo crianças e adolescentes. Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

A) As medidas de inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, de orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos, e de encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico podem ser aplicadas direta e autonomamente pelos Conselhos Tutelares.

B) As medidas de encaminhamento a cursos ou programas de orientação e de matricular obrigatoriamente o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e seu aproveitamento escolar somente podem ser aplicadas pela autoridade judiciária.

C) As medidas de encaminhamento a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família e de obrigação de encaminhar a criança ou o adolescente a tratamento especializado não podem ser aplicadas diretamente pelos Conselhos Tutelares.

D) As medidas de encaminhamento a tratamento psiquiátrico, de perda da guarda, de destituição da tutela ou de suspensão ou destituição do poder familiar somente podem ser aplicadas pela autoridade judiciária.

Comentário:

A) Correto

A questão trata da literalidade dos incisos I, II e III, do artigo 129 do Estatuto da Criança e do Adolescente e do artigo 136, II do mesmo dispositivo.

Os artigos acima citados estabelecem:

> Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável:
>
> I – encaminhamento a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família;
>
> II – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
>
> III – encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; O art. 136, II do Estatuto prevê ainda:
>
> Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:
>
> [...] II – atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

B) Errado

O erro dessa alternativa está na parte final, que diz que as medidas "somente podem ser aplicadas pela autoridade judiciária", o que está errado, já que essa atribuição é do Conselho Tutelar.

C) Errado

A alternativa se torna errada ao mencionar que as medidas mencionadas não podem ser aplicadas pelo Conselho Tutelar, sendo que a lei prevê a competência do órgão, incluindo tais medidas nela:

Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

[...]

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

E o artigo 129, prevê:

> Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável:

I - encaminhamento a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da
família;
V - obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua freqüência e aproveitamento escolar;

D) Errado

Essa alternativa apresenta o mesmo erro que a alternativa B, ao traçar a competência privativa para a autoridade judiciária. Sendo que os artigos já mencionados também a incluem como competência do Conselho Tutelar.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 43

Augusto, que atua como Promotor de Justiça com atribuição na área de Justiça da Infância e da Juventude do Município Sigma, é casado com a filha de Isabela, cujo outro filho, Ramiro, pretende se candidatar à função de conselheiro tutelar no mesmo município. Considerando o caso hipotético narrado e de acordo com as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a afirmativa correta.

A) O impedimento legal para que Ramiro desempenha a função de conselheiro tutelar no Município Sigma não se extingue com a dissolução do casamento de sua irmã.

B) O parentesco por afinidade entre Augusto e Ramiro configura impedimento legal para que Ramiro desempenhe a função de conselheiro tutelar no município da comarca em que Augusto atua.

C) A situação não impede que Ramiro sirva na função de conselheiro tutelar no município sob a atuação de Augusto, mas o impede de atuar nos atendimentos em que Augusto figure como promotor.

D) A situação não impede que Ramiro atue na função de conselheiro tutelar, porque o ECA veda apenas que parentes, consanguíneos ou por adoção, do representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude sirvam no mesmo conselho tutelar.

Comentário:

A) Errado

O artigo 140 do ECA estabelece que "são impedidos de servir no mesmo Conselho [...] cunhados, durante o cunhadio". Sendo assim, uma vez extinta a relação entre esses, não permanece existindo o impedimento.

B) Correto

É preciso ressaltar que Augusto e Ramiro são cunhados, e possuem grau de parental por afinidade, se aplicando assim o artigo 140 ECA:

Art. 140. São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrital.

C) Errado

A alternativa é contrária ao art. 140 do ECA, já transcrito acima.

D) Errado

Da mesma forma, essa alternativa também é contrária ao disposto no art. 140, ECA.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.



DIREITO DO CONSUMIDOR

Questão 44

Maria compareceu à loja Bela, que integra rede de franquias de produtos de beleza e cuidados com a pele. A vendedora ofereceu a Maria a possibilidade de experimentar

gratuitamente o produto na própria loja, sendo questionada pela cliente se esta poderia fazer uso com quadro de acne em erupção e inflamada, oportunidade em que a funcionária afirmou que sim. Porém, imediatamente após a aplicação do produto, Maria sentiu ardência e vermelhidão intensas, não o comprando. Logo após sair da loja, a situação agravou-se, e Maria buscou imediato atendimento médico de emergência, onde se constataram graves lesões na pele. Da leitura do rótulo obtido através do site da loja, evidenciou-se erro da vendedora, que utilizou no rosto da cliente produto contraindicado para o seu caso. Nessa situação, à luz do Código de Defesa do Consumidor e do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que A) é objetiva a responsabilidade civil da vendedora que aplicou o produto em Maria sem observar as contraindicações, afastando-se a responsabilidade da empresa por culpa de terceiro.

B) a responsabilidade civil objetiva recai exclusivamente sobre a franqueadora, a quem faculta-se ingressar com ação de regresso em face da franqueada.

C) se a franqueadora for demandada judicialmente, não poderá invocar denunciação da lide à franqueada, por se tratar de acidente de consumo.

D) não há relação de consumo, uma vez que se tratou de hipótese de amostra grátis, sem que tenha se materializado a relação de consumo, em razão de o produto não ter sido comprado por Maria.

Comentário:

A) Errado

A responsabilidade é solidária entre a vendedora e a empresa. Nesse sentido, a jurisprudência do TJDFT na Apelação Cível n. 2007.01.1.105976-9.

B) Errado

Da mesma forma que explicado no item anterior, a responsabilidade não recai exclusivamente sobre a franqueadora, uma vez que trata-se de responsabilidade solidária, podendo ser exigida de qualquer uma.

C) Correto

Conforme o Superior Tribunal de Justiça:

> AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANO MATERIAL, MORAL E ESTÉTICO. RELAÇÃO DE CONSUMO. CONDIÇÃO DE FORNECEDORA. PROVEITO ECONÔMICO INDIRETO. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO NO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 283/STF. DENUNCIAÇÃO À LIDE. IMPOSSIBILIDADE. VEDAÇÃO LEGAL (CDC, ART. 88). SÚMULA 83/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO. (...) 2. A vedação à denunciação da lide prevista no art. 88 do Código de Defesa do Consumidor não se restringe à responsabilidade de comerciante por fato do produto (art.13 do CDC), sendo aplicável também nas demais hipóteses de responsabilidade civil por acidentes de consumo (arts. 12 e 14 do CDC). Precedentes. 3. "A denunciação da lide nas ações que versem sobre relação de consumo vai de encontro aos princípios da celeridade e efetividade da prestação jurisdicional, principalmente quando inexistir prejuízo para a parte, que poderá exercer seu direito de regresso em ação autônoma" (EDcl no Ag 1.249.523/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 05/06/2014, DJe de 20/06/2014). 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp1640821/ES, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 19/10/2020, DJe 16/11/2020).
>
> AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) – RESPONSABILIDADE CIVIL – DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA PARTE RÉ. [...] 3. A vedação à denunciação da lide prevista no art. 88 do CDC não se limita aos casos de responsabilidade por fato do produto, aplicando-se, de forma ampla, às hipóteses de responsabilidade por acidentes de consumo. Precedentes. 4. Alterar as conclusões da Corte estadual, para se entender pela redução do quantum indenizatório, como quer a parte recorrente, demandaria o revolvimento de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ. 5. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 661165 / RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 27/02/2018.

D) Errado

O fato de se tratar de uma amostra grátis não afasta a relação de consumo. Trata-se de um dos casos de consumidor por equiparação, trazidos no art. 2º, CDC:

> Art. 2° Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
>
> Parágrafo único. **Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.**

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 45

Josefina trabalhou por trinta anos na sociedade empresária X e, durante todo o tempo em que esteve na ativa, Josefina aderiu ao plano de saúde na modalidade coletiva, que era oferecido aos funcionários da sociedade empresária. Ao se aposentar, Josefina foi unilateralmente desligada do plano de saúde coletivo, por ato da operadora do plano de saúde, sob a justificativa de que os inativos não poderiam integrar o contrato coletivo, mesmo a consumidora se dispondo a realizar o pagamento integral da mensalidade, correspondente ao valor da sua contribuição, enquanto vigente seu contrato de trabalho, e a parte antes subsidiada por sua ex-empregadora. A aposentada, então, procurou você, como advogado(a), para que a orientasse, nos termos dos Direitos do Consumidor e do entendimento do STJ. Assinale a opção que apresenta, corretamente, sua orientação.

A) Em razão do desligamento da empresa por motivo de aposentadoria, Josefina está impedida de manter-se vinculada ao contrato coletivo, por expressa vedação legal que regula os contratos coletivos.

B) Mesmo se desligando da empresa por motivo de aposentadoria, Josefina tem direito à manutenção do plano de saúde, porém reservando-se à operadora a possibilidade de limitar a cobertura assistencial.

C) Ainda que tenha se aposentado e se desligado da empresa, Josefina tem direito à manutenção no plano de saúde nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava, quando da vigência do contrato de trabalho.

D) Em razão do desligamento da empresa por motivo de aposentadoria, a operadora do plano de saúde possui autonomia para cancelar o plano de saúde de Josefina, devendo à consumidora pactuar novo contrato, na modalidade individual.

Comentário:

Questão Anulada



DIREITO EMPRESARIAL

Questão 46

Alexandre Larocque pretende constituir sociedade do tipo limitada sem se reunir a nenhuma outra pessoa e consulta sua advogada para saber a possibilidade de efetivar sua pretensão. Assinale a opção que apresenta a resposta dada pela advogada ao seu cliente.

A) É possível. A sociedade limitada pode ser constituída por uma pessoa, hipótese em que se aplicarão ao ato de instituição, no que couberem, as disposições sobre o contrato social.

B) Não é possível. A sociedade limitada só pode ser unipessoal acidentalmente e pelo prazo máximo de 180 dias, nos casos em que remanescer apenas um sócio pessoa natural.

C) Não é possível. Apenas a empresa pública e a subsidiária integral podem ser sociedades unipessoais e constituídas com apenas sócio pessoa jurídica.

D) É possível, desde que o capital mínimo da sociedade limitada seja igual ou superior a 100 (cem) salários mínimos e esteja totalmente integralizado.

Comentário:

A) Correto

A questão trata de possibilidade de constituição de sociedade limitada unipessoal, nos termos dos §§1° e 2° do artigo 1.052 do Código Civil:

Art. 1.052. Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

§ 1º A sociedade limitada pode ser constituída por 1 (uma) ou mais pessoas.

§ 2º Se for unipessoal, aplicar-se-ão ao documento de constituição do sócio único, no que couber, as disposições sobre o contrato social.

B) Errado

A alternativa está errada porque essa possibilidade é prevista, como já vimos, no caso da sociedade limitada unipessoal, prevista no art. 1.052, §§1º e 2º, CC.

C) Errado

As possibilidades previstas na alternativa de fato são sociedades unipessoais, mas não são as únicas possibilidades, conforme o artigo já mencionado.

D) Errado

Não há restrição para o capital social mínimo. A hipótese mencionada diz respeito à EIRELI (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada), e está prevista no art. 980-A, CC, no entanto, não se aplica à sociedade unipessoal:

> Art. 980-A. A **empresa individual de responsabilidade limitada** será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do **capital social**, **devidamente integralizado, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo** vigente no País.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 47

Bonfim emitiu nota promissória à ordem em favor de Normandia, com vencimento em 15 de março de 2020 e pagamento na cidade de Alto Alegre/RR. O título de crédito passou por três endossos antes de seu vencimento. O primeiro endosso foi em favor de Iracema, com proibição de novo endosso; o segundo endosso, sem garantia, se deu em favor de Moura; no terceiro e último endosso, o endossante indicou Cantá como endossatário. Vencido o título sem pagamento, o portador poderá promover a ação de cobrança em face de

A) Bonfim, o emitente e coobrigado, e dos obrigados principais Iracema e Moura, observado o aponte tempestivo do título a protesto por falta de pagamento para o exercício do direito de ação somente em face do coobrigado.

B) Bonfim, o emitente é obrigado principal, e do endossante e coobrigado Moura, observado o aponte tempestivo do título a protesto por falta de pagamento para o exercício do direito de ação em face do coobrigado.

C) Normandia, primeira endossante e obrigado principal, e do endossante Moura, observado o aponte tempestivo do título a protesto por falta de pagamento para o exercício do direito de ação em face de ambos.

D) Iracema, Normandia e Cantá, endossantes e coobrigados da nota promissória, dispensado o aponte do título a protesto por falta de pagamento para o exercício do direito de ação em face deles.

Comentário:

A) Errado

A alternativa pode ser descartada logo de cara, uma vez que não classifica Bonfim como obrigado principal.

B) Correto

A alternativa "B" está de acordo com o artigo 15 da LUG.

C) Errado

Assim como a alternativa "A", essa alternativa pode ser descartada, por não considerar Bonfim o obrigado principal.

> Art. 15. O endossante, salvo cláusula em contrário, é garante tanto da aceitação como do pagamento da letra.
>
> O endossante pode proibir um novo endosso, e, neste caso, não garante o pagamento às pessoas a quem a letra for posteriormente endossada.

D) Errado

A alternativa "D" está errada, pois para os devedores cambiais indiretos, o protesto é necessário e, Iracema endossou sem garantia, logo se eximindo do pagamento.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 48

Andropoulos Inc. é uma sociedade constituída na Grécia, com sede em Atenas e sócios de nacionalidade grega, exceto a sócia Querência, brasileira nata, que detém participação de 80% do capital, dividido em quotas. Se essa sociedade quiser atuar no Brasil por meio de uma sucursal em São Paulo/SP, será necessário

A) ter, permanentemente, representante no Brasil, com poderes para resolver quaisquer questões, exceto receber citação judicial pela sociedade.

B) transferir sua sede para o Brasil, na hipótese de nacionalizar-se, mediante deliberação unânime de seus sócios, independentemente de autorização do Poder Executivo.

C) obter autorização do Poder Executivo e, em até seis meses do início de sua atividade, realizar sua inscrição na Junta Comercial do Estado de São Paulo, lugar em que deve se estabelecer.

D) sujeitar-se às leis e aos tribunais brasileiros quanto às operações praticadas no Brasil, e qualquer modificação no contrato dependerá da aprovação do Poder Executivo para produzir efeitos no país.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "A" está errada, pois conforme o 1.138 do Código Civil, é necessário que o representante tenha poderes para receber citação.

> Art. 1.138. A sociedade estrangeira autorizada a funcionar é obrigada a ter, permanentemente, representante no Brasil, com poderes para resolver quaisquer questões e receber citação judicial pela sociedade.

B) Errado

A alternativa "B" vai de encontro ao disposto no art. 1.141 do Código Civil, uma vez que depende do Poder Executivo essa autorização.

Art. 1.141. Mediante autorização do Poder Executivo, a sociedade estrangeira admitida a funcionar no País pode nacionalizar-se, transferindo sua sede para o Brasil.

C) Errado

A alternativa "C" vai de encontro ao artigo 1.136 do Código Civil, uma vez que o início de suas atividades só pode se dar quando estiver devidamente inscrita na junta comercial.

Art. 1.136. A sociedade autorizada não pode iniciar sua atividade antes de inscrita no registro próprio do lugar em que se deva estabelecer.

D) Correto

A alternativa "D" trata do disposto nos artigos 1.137 e 1.139 do Código Civil:

Art. 1.137. Em toda escritura de transferência de imóveis, serão transcritas as certidões de se acharem eles quites com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, de quaisquer impostos a que possam estar sujeitos.

Art. 1.139. Não pode um condômino em coisa indivisível vender a sua parte a estranhos, se outro consorte a quiser, tanto por tanto. O condômino, a quem não se der conhecimento da venda, poderá, depositando o preço, haver para si a parte vendida a estranho, se o requerer no prazo de 6 (seis) meses.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 49

Moema, Madalena e Carmen são sócias em uma sociedade empresária administrada por Antônio Cardoso. O objeto social é a distribuição de artigos de limpeza e asseio. Moema tem 90% do capital, Madalena tem 9% e Carmen, 1%. Ficando caracterizada confusão patrimonial pelo cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações pessoais das

sócias por ação do administrador e a mando delas, o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade, para atingir os bens particulares A) de Moema, somente.

B) de Antônio, somente.

C) de Moema, Madalena, Carmen e Antônio.

D) de Moema e Madalena, somente.

Comentário:

A) Errado

A questão obedece os termos do caput do artigo 50 do Código Civil, "Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso"

B) Errado

Vide comentários da alternativa "A"

C) Correto

Vide comentários da alternativa "A"

D) Errado

Vide comentários da alternativa "A"

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 50

A sociedade Nerópolis Fretamentos de Cargas Ltda. está passando por grave crise financeira e precisa, com a máxima urgência, pleitear recuperação judicial. A pedido de um dos administradores, o sócio Irapuan Pinheiro, titular de 70% do capital social, autorizou o pedido de recuperação judicial por esse administrador, o que foi feito. Acerca da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

A) A conduta do sócio Irapuan Pinheiro foi ilícita, pois somente por decisão unânime dos sócios é possível pleitear a recuperação judicial de sociedade limitada.

B) A conduta do administrador foi lícita, pois é dispensável, em qualquer caso, a manifestação da assembleia de sócios para o pedido de recuperação judicial de sociedade limitada.

C) A conduta do sócio Irapuan Pinheiro foi lícita, pois, em caso de urgência, é possível a qualquer sócio titular de mais da metade do capital social autorizar os administradores a requerer recuperação judicial.

D) A conduta do administrador foi ilícita, pois deveria ter sido convocada assembleia de sócios para deliberar sobre a matéria com quórum de, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social.

Comentário:

A) Errado

A conduta não é ilícita, pois, de acordo com o art. 1.072, §4º, CC, a medida pode ser tomada, em caso de urgência, mediante autorização de titulares de mais da metade do capital social.

Art. 1.072. As deliberações dos sócios, obedecido o disposto no Art. 1.010 , serão tomadas em reunião ou em assembléia, conforme previsto no contrato social, devendo ser convocadas pelos administradores nos casos previstos em lei ou no contrato.

§4º No caso do inciso VIII do artigo antecedente, os administradores, se houver urgência e com autorização de titulares de mais da metade do capital social, podem requerer concordata preventiva.

B) Errado

O erro da alternativa "b" está na expressão "em qualquer caso", tendo em vista que tal dispensa só pode ocorrer mediante as condições do supracitado art. 1.072, §4º, CC

C) Correto

A alternativa está de acordo com o §4° do artigo 1.072 e inciso VIII do 1.071 do Código Civil:

Art. 1.072. As deliberações dos sócios, obedecido o disposto no Art. 1.010 , serão tomadas em reunião ou em assembléia, conforme previsto no contrato social, devendo ser convocadas pelos administradores nos casos previstos em lei ou no contrato.

§ 4 º No caso do inciso VIII do artigo antecedente, os administradores, se houver urgência e com autorização de titulares de mais da metade do capital social, podem requerer concordata preventiva.

Art. 1.071. Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:

VIII - o pedido de concordata.

Logo, em hipótese de urgência, se tratando de recuperação de empresas os titulares de mais da metade do capital social, podem requerer concordata preventiva recuperação judicial.

D) Errado

Como já mencionado na alternativa "a", a conduta não foi ilícita, ainda, basta a titularidade da maioria das ações, não a sua totalidade.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 51

Patrícia aluga seu escritório profissional no edifício Law Offices, tendo ajuizado ação em face de sua locadora, a fim de rever o valor do aluguel. Aberto prazo para a apresentação de réplica, ficou silente a parte autora. O juiz, ao examinar os autos para prolação da sentença, verificou não ter constado o nome do patrono da autora da publicação do despacho para oferta de réplica. Entretanto, não foi determinada a repetição do ato, e o pedido foi julgado procedente. Sobre o processo em questão, assinale a afirmativa correta.

A) Se a ré alegar, em sede de apelação, a irregularidade da intimação para apresentação de réplica, deverá ser pronunciada a nulidade.

B) Não havia necessidade de repetição da intimação para apresentação de réplica, já que o mérito foi decidido em favor da parte autora.

C) Caso tivesse sido reconhecida a irregularidade da intimação para apresentação de réplica, caberia ao juiz retomar o processo do seu início, determinando novamente a citação da ré.

D) Independentemente de ter havido ou não prejuízo à parte autora, a intimação deveria ter sido repetida, sob pena de ofensa ao princípio do contraditório.

Comentário:

A) Errado

Tratando-se de nulidade relativa, essa pode ser alegada pela parte que seria prejudicada, não podendo, sendo assim, uma vez que o advogado cujo nome

não constava da publicação do despacho para oferta de réplica foi o da parte autora, não pode a ré alegar a nulidade em seu nome.

B) Correto

Não há de se falar em nulidade, uma vez que não houve prejuízo para a autora. Esse é o previsto no art. 282, CPC:

> Art. 282. Ao pronunciar a nulidade, o juiz declarará que atos são atingidos e ordenará as providências necessárias a fim de que sejam repetidos ou retificados.
> § 1º **O ato não será repetido nem sua falta será suprida quando não prejudicar a parte**
> § 2º **Quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.**

C) Errado

Em caso de reconhecimento da ilegalidade, deve ser repetido tão somente o ato nulo e aqueles do qual decorra, nos termos do artigo 281, CPC:

> Art. 281. Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam, todavia, a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras que dela sejam independentes.

D) Errado

Em conformidade com o já citado art. 282, § 2º, CPC, não houve prejuízo da parte, uma vez que o juiz decidiu o mérito a seu favor.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 52

Guilherme, em 13/03/2019, ajuizou ação indenizatória contra Rodrigo, a qual tramita no Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, em autos físicos. Em contestação, Rodrigo defendeu, preliminarmente, a incompetência do Poder Judiciário, pois as partes teriam pactuado convenção de arbitragem no contrato que fundamentava a demanda movida por Guilherme. Rodrigo, no mérito de sua defesa, requereu a improcedência do pedido indenizatório, uma vez que teria cumprido o contrato celebrado entre as partes. Após a apresentação de réplica, o Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte proferiu decisão na qual rejeitou a preliminar arguida por Rodrigo e intimou as partes para informar as provas que pretendiam produzir. Inconformado, Rodrigo interpôs agravo de instrumento contra a parcela da decisão que rejeitou a preliminar de convenção de arbitragem. No entanto, Rodrigo não cumpriu a obrigação de comunicação ao juízo de primeiro grau da interposição do agravo no prazo de 3 dias, deixando de apresentar a cópia da petição do agravo de instrumento e o comprovante de sua interposição para o Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte. Para que o recurso de Rodrigo não seja conhecido com base nesse vício formal, assinale a opção que apresenta a medida a ser adotada por Guilherme.

A) Ele não pode fazer nada, pois o vício formal é sanável, de ofício, pelo desembargador responsável por relatar o agravo de instrumento, o qual deve intimar Rodrigo para apresentar cópia da petição do agravo de instrumento e o comprovante de sua
interposição.

B) Ele poderá, em qualquer momento da tramitação do agravo de instrumento, apontar que Rodrigo descumpriu a exigência de comunicação ao primeiro grau.

C) Ele deverá, em suas contrarrazões ao agravo de instrumento, apontar que Rodrigo descumpriu a exigência de comunicação em questão.

D) Ele não precisará fazer nada, pois esse vício formal é insanável e poderá ser conhecido, de ofício, pelo desembargador responsável por relatar o agravo de instrumento.

Comentário:

A) Errado

A alternativa está errada pois o vício só será sanado caso o agravado não o impugne no prazo adequado, não podendo ser sanado de ofício pelo juiz. Nos termos do art. 1.018, CPC:

> Art. 1.018. O agravante poderá requerer a juntada, aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso.
>
> (...)
>
> § 2º Não sendo eletrônicos os autos, o agravante tomará a providência prevista no caput, no prazo de 3 (três) dias a contar da interposição do agravo de instrumento.
>
> § 3º **O descumprimento da exigência de que trata o § 2º, desde que arguido e provado pelo agravado, importa inadmissibilidade do agravo de instrumento.**

B) Errado

Também está errada pois, tratando-se de nulidade, deve ser arguida no próximo momento oportuno que a parte possa falar, no caso, as contrarrazões do agravo, conforme art. 278, CPC:

> Art. 278. A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.

C) Correto

A alternativa está de acordo com o §3º do art. 1.018 do CPC:

> Art. 1.018. O agravante poderá requerer a juntada, aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso.
>
> (...)
>
> § 2º Não sendo eletrônicos os autos, o agravante tomará a providência prevista no caput, no prazo de 3 (três) dias a contar da interposição do agravo de instrumento.

§ 3º **O descumprimento da exigência de que trata o § 2º, desde que arguido e provado pelo agravado, importa inadmissibilidade do agravo de instrumento.**

D) Errado

O vício não é insanável, já que, como expressado anteriormente, depende que seja apontado e provado pelo agravado.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 53

O Juízo da 1ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, em ação ajuizada por Jorge, servidor público, condenou o Município do Rio de Janeiro ao pagamento de verbas remuneratórias atrasadas que não haviam sido pagas pelo ente municipal. Após o trânsito em julgado, Jorge deu início ao cumprimento de sentença do valor de R$ 600.000 (seiscentos mil reais), tendo o Município apresentado impugnação no prazo de 25 dias úteis após sua intimação, alegando haver excesso de execução de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na medida em que Jorge teria computado juros e correção monetária de forma equivocada ao calcular o valor exequendo. Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

A) A impugnação do Município do Rio de Janeiro se afigura intempestiva, na medida em que o prazo previsto no Código de Processo Civil para a impugnação ao cumprimento de sentença é de 15 (quinze) dias úteis.

B) O juiz, considerando que o Município do Rio de Janeiro não efetuou o pagamento voluntário do crédito exequendo no prazo de 15 dias úteis após sua intimação, deverá aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida.

C) Jorge, tendo em vista que o Município do Rio de Janeiro impugnou apenas parcialmente o crédito ao alegar excesso, poderá prosseguir com a execução da parte que não foi questionada, requerendo a expedição do respectivo precatório judicial da parcela incontroversa da dívida.

D) O Município do Rio de Janeiro, ao alegar o excesso de execução, não precisava declarar, de imediato, em sua impugnação, o valor que entende correto da dívida, podendo deixar para fazê-lo em momento posterior.

Comentário:

A) Errado

Alternativa errada, pois, conforme o art. 535, CPC, o prazo para impugnação é de 30 dias:

> art. 535. A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir: (...)

B) Errado

Como já dito na alternativa anterior, a Fazenda Pública possui prazo de 30 dias, além disso, a multa de 10% não se aplica à Fazenda Pública, conforme o art. 534, §2º, CPC:

> Art. 534, §2º. A multa prevista no § 1º do art. 523 não se aplica à Fazenda Pública.

C) Correto

Conforme o artigo 535, § 4º do Código de Processo Civil: "tratando-se de impugnação parcial, a parte não questionada pela executada será, desde logo, objeto de cumprimento".

D) Errado

Nos termos do §2º do artigo 535, CPC:

§ 2º Quando se alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante do título, **cumprirá à executada declarar de imediato o valor que entende correto**, sob pena de não conhecimento da arguição.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 54

Em determinado Mandado de Segurança individual, contra ato de um dos Ministros de Estado, o Superior Tribunal de Justiça, em sua competência constitucional originária, denegou a segurança na primeira e única instância de jurisdição. Diante do julgamento desse caso concreto, assinale a opção que apresenta a hipótese de cabimento para o Recurso Ordinário Constitucional dirigido ao STF.

A) Os mandados de segurança, os habeas data e os mandados de injunção decididos em única instância pelos tribunais superiores, quando denegatória a decisão.

B) Os mandados de segurança, os habeas data e os mandados de injunção decididos em última instância pelos tribunais superiores, quando concessiva a decisão.

C) Os mandados de segurança decididos em única instância pelos tribunais regionais federais ou pelos tribunais de justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão.

D) Os processos em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no país.

Comentário:

Para responder à questão, deve-se observar o art. 102, CF, que traz a competência do STF, em especial o seu inciso II:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

II - julgar, em recurso ordinário:

a) o habeas corpus , o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;

b) o crime político;

A) Errado

Vide art. 102, II, CF

B) Errado

Vide art. 102, II, CF

C) Correto

Vide art. 102, II, CF

D) Errado

Vide art. 102, II, CF

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 55

Crispino recebe a citação de uma demanda, na qual Cleusa pretende disputar, em juízo, a titularidade de um veículo. Crispino procura você, na qualidade de advogado(a), para que o ajude a sair vencedor da demanda, uma vez que o alienante do bem, vendedor

de carros, garantiu a legitimidade da negociação da compra e venda e a legitimidade do título de propriedade do veículo. Com base na situação fática narrada, assinale a afirmativa correta.

A) É admissível a intervenção de terceiros através do chamamento ao processo por Crispino em face do vendedor do veículo.

B) É admissível a intervenção de terceiros através da denunciação da lide por Crispino em face do vendedor do veículo.

C) Seria cabível, nessa hipótese, mais de uma denunciação sucessiva em relação a todos os vendedores de carro da cadeia de compra e venda.

D) Seria cabível, nessa hipótese, o chamamento ao processo em relação a todos os vendedores de veículo da cadeia de compra e venda.

Comentário:

Questão Anulada

Questão 56

Em virtude do inadimplemento do pagamento de uma nota promissória, o Banco Mais Dinheiro ajuizou ação de execução por título extrajudicial em face do Supermercado Baratão. Citado o réu, não houve o pagamento da dívida, tampouco foram encontrados bens penhoráveis. Em consequência, o exequente requereu a penhora de 100% do faturamento do executado, o que foi deferido pela juíza responsável pelo processo, sob o fundamento de que se tratava de dívida muito elevada. O executado interpôs agravo de instrumento impugnando essa decisão. Sobre tais fatos, assinale a afirmativa correta.

A) O agravante tem razão, na medida em que a penhora da integralidade do faturamento tornaria inviável o exercício da atividade empresarial.

B) O agravante não tem razão, uma vez que a penhora do faturamento equivale à penhora de dinheiro e é a primeira na ordem de preferência legal, o que autoriza a constrição da integralidade do faturamento.

C) O agravo deve ser provido, pois o faturamento de empresa executada é impenhorável. D) O agravo deve ser desprovido, visto que não existe limite para o percentual do faturamento a ser objeto de penhora, cabendo ao juiz sua fixação no percentual necessário para a imediata satisfação da execução.

Comentário:

A) Correto

O artigo 866, § 1º do CPC consigna que: "O juiz fixará percentual que propicie a satisfação do crédito exequendo em tempo razoável, mas que não torne inviável o exercício da atividade empresarial."

Logo, deve ser verificado que a penhora de cem por cento do faturamento compromete o funcionamento da empresa.

B) Errado

Apesar de a penhora em dinheiro realmente ser a primeira na ordem de exigibilidade, conforme disciplina o art. 835, I e §1º, CPC, esta não pode ocorrer de modo que impeça o exercício da atividade empresarial, conforme o já citado art. 866, §1º, CPC.

C) Errado

O faturamento de uma empresa não é impenhorável, conforme dita o caput do art. 866, CPC:

> Art. 866. Se o executado não tiver outros bens penhoráveis ou se, tendo-os, esses forem de difícil alienação ou insuficientes para saldar o crédito executado, o juiz poderá ordenar a penhora de percentual de faturamento de empresa.

D) Errado

Essa alternativa possui dois erros, o primeiro ao dizer que não existe limite para o percentual, visto que esse deve possibilitar a manutenção da atividade empresarial, e que a satisfação da execução seja imediata, vez que a satisfação deve se dar em tempo razoável, não necessariamente imediatamente, conforme disciplina o supracitado artigo 866, §1º, CPC.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 57

Em determinada demanda indenizatória, houve a condenação do réu para pagar a quantia de R$ 10.000 (dez mil reais) em sentença transitada em julgada em prol do autor. Na qualidade de patrono deste último, assinale a opção que representa a medida adequada a ser providenciada.

A) Aguardar o depósito judicial da quantia referente à condenação, pois as sentenças que condenam a obrigação de pagar são instauradas de ofício, independentemente de requerimento do exequente, assim como as obrigações de fazer e não fazer.

B) Peticionar a inclusão de multa legal e honorários advocatícios tão logo seja certificado o trânsito em julgado, independentemente de qualquer prazo para que o réu cumpra voluntariamente a obrigação, já que ela deveria ter sido cumprida logo após a publicação da sentença.

C) Aguardar a iniciativa do juiz para instauração da fase executiva, para atender ao princípio da cooperação, consagrado no Art. 6º do CPC.

D) Peticionar para iniciar a fase executiva após a certificação do trânsito em julgado, requerendo a intimação do devedor para pagamento voluntário no prazo de 15 dias, sob pena de acréscimo de consectários legais.

Comentário:

A) Errado

A alternativa é contrária ao que diz o artigo 523 do CPC, certo que ele determina que o cumprimento da sentença ocorre a requerimento do exequente.

> Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á **a requerimento** do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver

B) Errado

O §1º do art. 523 disciplina que só incorrerá multa se os valores não forem pagos no prazo a que se refere o caput do art.

> § 1º Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.

C) Errado

Conforme o já citado art. 523, a instauração da execução não ocorre de imediato, dependendo de provocação da parte.

D) Correto

A alternativa retrata a literalidade do art. 523, CPC.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.



DIREITO PENAL

Questão 58

João, em 17/06/2015, foi condenado pela prática de crime militar próprio. Após cumprir a pena respectiva, João, em 30/02/2018, veio a praticar um crime de roubo com violência real, sendo denunciado pelo órgão ministerial. No curso da instrução criminal, João reparou o dano causado à vítima, bem como, quando interrogado, admitiu a prática do

delito. No momento da sentença condenatória, o magistrado reconheceu a agravante da reincidência, não reconhecendo atenuantes da pena e nem causas de aumento e de diminuição da reprimenda penal. Considerando as informações expostas, em sede de apelação, o advogado de João poderá requerer

A) o reconhecimento da atenuante da confissão e da causa de diminuição de pena do arrependimento posterior, mas não o afastamento da agravante da reincidência.

B) o reconhecimento das atenuantes da reparação do dano e da confissão, mas não o afastamento da agravante da reincidência.

C) o reconhecimento das atenuantes da confissão e da reparação do dano e o afastamento da agravante da reincidência.

D) o reconhecimento da atenuante da confissão e da causa de diminuição de pena do arrependimento posterior, bem como o afastamento da agravante da reincidência.

Comentário:

A) Errado

A alternativa está errada, pois, conforme o art. 16, CP, o arrependimento posterior não se aplica em crimes cometidos com violência ou grave ameaça, portanto, não pode ocorrer em caso de roubo:

> Art. 16. Nos crimes cometidos **sem violência ou grave ameaça à pessoa**, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

Também está errada pois, conforme dita o art. 64, II, CP, não se consideram crimes militares próprios para efeitos de reincidência:

> Art. 64. Para efeito de reincidência:
>
> II - não se consideram os crimes militares próprios e políticos.

B) Errado

Como dito, a reincidência deve ser afastada, dado que crimes militares próprios não são considerados para sua configuração, conforme o art. 64, II, CP.

C) Correto

A alternativa "C" está correta, tendo em vista que ocorreu a confissão (art. 65, III, d, CP), a reparação do dano (art. 65, III, b) e deve ser afastada a reincidência (art. 64, II)

> Art. 65 - São circunstâncias que sempre atenuam a pena:
> III - ter o agente:
> b) procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as conseqüências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano;
> d) confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime;

D) Errado

O erro na alternativa é o arrependimento posterior que, como dito, não se aplica em crimes com violência ou grave ameaça, devido ao art. 16, CP.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 59

Francisco foi vítima de uma contravenção penal de vias de fato, pois, enquanto estava de costas para o autor, recebeu um tapa em sua cabeça. Acreditando que a infração teria sido praticada por Roberto, seu desafeto que estava no local, compareceu em sede policial e narrou o ocorrido, apontando, de maneira precipitada, o rival como autor. Diante disso, foi instaurado procedimento investigatório em desfavor de Roberto, sendo, posteriormente, verificado em câmeras de segurança que, na verdade, um desconhecido teria praticado o ato. Ao tomar conhecimento dos fatos, antes mesmo de ouvir Roberto ou Francisco, o Ministério Público ofereceu denúncia em face deste, por denunciação caluniosa. Considerando apenas as informações expostas, você, como advogado(a) de Francisco, deverá, sob o ponto de vista técnico, pleitear

A) a absolvição, pois Francisco deu causa à instauração de investigação policial imputando a Roberto a prática de contravenção, e não crime.

B) extinção da punibilidade diante da ausência de representação, já que o crime é de ação penal pública condicionada à representação.

C) reconhecimento de causa de diminuição de pena em razão da tentativa, pois não foi proposta ação penal em face de Roberto.

D) a absolvição, pois o tipo penal exige dolo direto por parte do agente.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "A" está incorreta visto que aborda a absolvição, pois há possibilidade de responsabilização com menor pena (Art. 339, §2º, CP).

B) Errado

A alternativa "B" também está incorreta, pois como não há disposição em contrário, é crime de ação penal pública incondicionada.

C) Errado

A alternativa "C" está incorreta, pois é crime formal, portanto, não pode ser fracionado e assim, não cabe tentativa.

D) Correto

O tipo penal exige que o indivíduo saiba estar denunciando inocente "de que saiba ser inocente". Logo, há interpretação doutrinária no sentido de que deve haver dolo direto para responsabilização na referida figura típica.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 60

Paulo é dono de uma loja de compra e venda de veículos usados. Procurado por um cliente interessado na aquisição de um veículo Audi Q7 e não tendo nenhum similar para vender, Paulo promete ao cliente que conseguirá aquele modelo no prazo de sete dias. No dia seguinte, Paulo verifica que um carro, do mesmo modelo pretendido, se achava estacionado no pátio de um supermercado e, assim, aciona Júlio e Felipe, conhecidos furtadores de carros da localidade, prometendo a eles adquirir o veículo após sua subtração pela dupla, logo pensando na venda vantajosa que faria para o cliente interessado. Júlio e Felipe, tranquilos com a venda que seria realizada, subtraíram o carro referido e Paulo efetuou a compra e o pagamento respectivo. Dias após, Paulo vende o carro para o cliente. Todavia, a polícia identificou a autoria do furto, em razão de a ação ter sido monitorada pelo sistema de câmeras do supermercado, sendo o veículo apreendido e recuperado com o cliente de Paulo. Paulo foi denunciado pela prática dos crimes de receptação qualificada e furto qualificado em concurso material. Confirmados integralmente os fatos durante a instrução, inclusive com a confissão de Paulo, sob o ponto de vista técnico, cabe ao advogado de Paulo buscar o reconhecimento do

A) crime de receptação simples e furto qualificado, em concurso material.

B) crime de receptação qualificada, apenas.

C) crime de furto qualificado, apenas.

D) crime de receptação simples, apenas

Comentário:

A) Errado

Vide comentário da alternativa "C"

B) Errado

Vide comentário da alternativa "C"

C) Correto

A questão é controversa, pois, conforme o entendimento da banca houve um caso de furto qualificado, porém a questão fica aberta para interpretação pois o furto ordenado por Paulo foi crime meio para o crime fim de receptação, havendo necessária aplicação do princípio da consunção para resultar apenas na responsabilização de Paulo pelo crime-fim, qual seja a receptação qualificada. Diferentemente do apresentado pela FGV, a intenção de Paulo era vender, no exercício de atividade comercial, um veículo produto de crime. O furto pode ser interpretado como crime-meio para essa finalidade.

D) Errado

Vide comentário da alternativa "C"

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 61

Após uma discussão em razão de futebol, Paulo efetua um disparo de arma de fogo no peito de Armando, pretendendo causar sua morte, empreendendo fuga em seguida. Levado para o hospital por familiares, Armando não é atendido pelo médico plantonista Ismael, que presenciou o estado grave do paciente, mas alegava estar em greve. Armando vem a falecer enquanto aguardava atendimento em uma maca, ficando demonstrado que o não atendimento médico contribuiu para o resultado morte. Revoltados com o resultado, os familiares de Armando procuram você para assistência jurídica, destacando o interesse na habilitação como futuro assistente de acusação.

Indagado sobre a responsabilidade penal de Paulo e Ismael, você deverá esclarecer que

A) Paulo deverá responder por tentativa de homicídio doloso e Ismael, por homicídio doloso consumado em razão da omissão.

B) Paulo deverá responder por homicídio doloso consumado e Ismael, por omissão de socorro qualificada pelo resultado morte.

C) Paulo deverá responder por homicídio doloso consumado, e Ismael não praticou conduta típica.

D) Paulo e Ismael deverão responder por homicídio doloso consumado.

Comentário:

Questão Anulada

Questão 62

Paulo e Júlia viajaram para Portugal, em novembro de 2019, em comemoração ao aniversário de um ano de casamento. Na cidade de Lisboa, dentro do quarto do hotel, por ciúmes da esposa que teria olhado para terceira pessoa durante o jantar, Paulo veio a agredi-la, causando-lhe lesões leves reconhecidas no laudo próprio. Com a intervenção de funcionários do hotel que ouviram os gritos da vítima, Paulo acabou encaminhado para a Delegacia, sendo liberado mediante o pagamento de fiança e autorizado seu retorno ao Brasil. Paulo, na semana seguinte, retornou para o Brasil, sem que houvesse qualquer ação penal em seu desfavor em Portugal, enquanto Júlia permaneceu em Lisboa. Ciente de que o fato já era do conhecimento das autoridades brasileiras e preocupado com sua situação jurídica no país, Paulo procura você, na condição de advogado(a), para obter sua orientação. Considerando apenas as informações narradas, você, como advogado(a), deve esclarecer que a lei brasileira

A) não poderá ser aplicada, tendo em vista que houve prisão em flagrante em Portugal e em razão da vedação do bis in idem.

B) poderá ser aplicada diante do retorno de Paulo ao Brasil, independentemente do retorno de Júlia e de sua manifestação de vontade sobre o interesse de ver o autor responsabilizado criminalmente

C) poderá ser aplicada, desde que Júlia retorne ao país e ofereça representação no prazo decadencial de seis meses.

D) poderá ser aplicada, ainda que Paulo venha a ser denunciado e absolvido pela justiça de Portugal.

Comentário:

A) Errado

Segundo o descrito na questão, houve apenas a prisão em flagrante, e não a condenação, razão pela qual não se configuraria bis in idem.

B) Correto

O retorno de Júlia não é requisito do §2º do art. 7º do CP. E em caso de lesões corporais em âmbito da Lei Maria da Penha, não há necessidade de representação, conforme Súmula 542, STJ

> Súmula 542, STJ. A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada.

C) Errado

Conforme dito, o crime independe de representação da vítima, por se tratar de violência doméstica contra a mulher, seguindo o entendimento da Súmula 542, STJ

D) Errado

Em caso de absolvição de Paulo no exterior, seguindo a regra do art. 7º, §2º, d,

CP, ele não poderia ser responsabilizado no Brasil:

> Art. 7º. Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro: § 2º - Nos casos do inciso II, a aplicação da lei brasileira depende do concurso das seguintes condições:
>
> d) **não ter sido o agente absolvido no estrangeiro** ou não ter aí cumprido a pena;

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 63

Cláudio, durante a comemoração do aniversário de 18 anos do filho Alceu, sem qualquer envolvimento pretérito com o aparato policial e judicial, permitiu que este conduzisse seu veículo automotor em via pública, mesmo sabendo que o filho não tinha habilitação legal para tanto. Cerca de 50 minutos após iniciar a condução, apesar de não ter causado qualquer acidente, Alceu é abordado por policiais militares, que o encaminham para a Delegacia ao verificarem a falta de carteira de motorista. Em sede policial, Alceu narra o ocorrido, e Cláudio, preocupado com as consequências jurídicas de seus atos, liga para o advogado da família para esclarecimentos, informando que a autoridade policial pretendia lavrar termo circunstanciado pela prática do crime de entregar veículo a pessoa não habilitada (Art. 310 da Lei nº 9.503/97, Código de Trânsito Brasileiro, cuja pena em abstrato prevista é de detenção de 06 meses a 01 ano, ou multa). Considerando apenas as informações narradas, o(a) advogado(a) de Cláudio deverá esclarecer que, de acordo com as previsões da Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), sua conduta

A) configura o delito imputado, na forma consumada, com natureza de crime de perigo abstrato, cabendo oferecimento de proposta de transação penal por parte do Ministério Público.

B) configura o crime previsto no Art. 310 do CTB, na forma consumada, que independe de lesão ou perigo concreto, cabendo oferecimento de proposta de composição civil dos danos por parte do Ministério Público.

C) não configura o crime do Art. 310 do CTB, mas mero ilícito de natureza administrativa, tendo em vista que o crime trazido pelo Código de Trânsito Brasileiro para aquele que entrega a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada é classificado como de perigo concreto.

D) configura o crime de entrega de veículo a pessoa não habilitada, em sua modalidade tentada, tendo em vista que a punição do agente pelo crime previsto no Código de Trânsito Brasileiro na modalidade consumada exige que haja resultado lesão, sendo classificado como crime de dano.

Comentário:

A) Correto

Conforme a doutrina, se tratar de crime de perigo abstrato, não demandando assim ocorrência de lesão nem perigo de dano concreto.

B) Errado

A composição civil dos danos só é possível em casos em que ocorreu dano, não sendo essa a situação da questão.

C) Errado

A alternativa está incorreta, pois não é crime de perigo concreto, visto que independe da ocorrência de dano para sua configuração

D) Errado

Alternativa incorreta, pois, como já dito, tratando-se de crime de perigo abstrato, basta a realização da conduta para ser consumado, desprezada a necessidade de dano efetivo.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 64

Rafael, preso provisório, agride dolosamente o seu companheiro de cela, causando-lhe lesão corporal de natureza grave e gerando grande confusão que iniciou uma subversão da ordem interna. Após procedimento disciplinar, assegurado direito de defesa, o diretor do estabelecimento prisional aplica a Rafael sanção disciplinar consistente na sua inclusão no regime disciplinar diferenciado, pelo período de 45 dias. Considerando os fatos narrados, o advogado de Rafael poderá buscar o reconhecimento da ilegalidade da sanção aplicada, porque

A) o fato praticado pelo preso não constitui falta grave.

B) a inclusão do preso em regime disciplinar diferenciado depende de decisão do juízo competente.

C) o preso provisório não está sujeito ao regime disciplinar diferenciado.

D) a inclusão no regime disciplinar diferenciado não pode ultrapassar o período inicial de 30 dias, apesar da possível prorrogação por igual período.

Comentário:

A) Errado

O art. 52 da Lei de Execução Penal (LEP), traz como hipótese de falta grave o cometimento de crime doloso:

> Art. 52. **A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave** e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará o preso provisório, ou condenado, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características

B) Correto

A alternativa "B" está de acordo com o disposto no Art. 60, LEP:

> Art. 60 A autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso pelo prazo de até dez dias. A inclusão do preso no regime disciplinar diferenciado, no interesse da disciplina e da averiguação do fato, dependerá de despacho do juiz competente.

C) Errado

Também pelo artigo 52, LEP, a alternativa "C" está errada, vez que o dispositivo determina que condenado ou preso provisório podem ser postos em regime disciplinar diferenciado.

> Art. 52. A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, **sujeitará o preso provisório, ou condenado**, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características

D) Errado

Conforme o art. 52, I, LEP, o prazo máximo do regime disciplinar diferenciado é de 2 anos.

> I - duração máxima de **até 2 (dois) anos**, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie;

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 65

Após concluído inquérito policial para apurar a prática do crime de homicídio em desfavor de Jonas, o Ministério Público requereu o seu arquivamento por falta de justa causa, pois não conseguiu identificar o(s) autor(es) do delito, o que restou devidamente homologado pelo juiz competente. Um mês após o arquivamento do inquérito policial, uma testemunha, que não havia sido anteriormente identificada, compareceu à delegacia de polícia alegando possuir informações quanto ao autor do homicídio de Jonas. A família de Jonas, ao tomar conhecimento dos fatos, procura você, como advogado(a) da família, para esclarecimentos. Diante da notícia de existência de novas provas aptas a identificar o autor do crime, você deverá esclarecer aos familiares da vítima que o órgão ministerial

A) poderá promover o desarquivamento do inquérito, pois a decisão de arquivamento não faz coisa julgada material independentemente de seu fundamento.

B) não poderá promover o desarquivamento do inquérito, pois a decisão de arquivamento é imutável na presente hipótese.

C) não poderá promover o desarquivamento do inquérito, pois se trata de mera notícia, inexistindo efetivamente qualquer prova nova quanto à autoria do delito.

D) poderá promover o desarquivamento do inquérito, pois a decisão de arquivamento fez apenas coisa julgada formal no caso concreto.

Comentário:

A) Errado

Ao contrário do que diz a alternativa "A", é possível que o inquérito policial gere coisa julgada material, o que ocorre:

- pela atipicidade do fato,
- pelo reconhecimento de uma das excludentes de culpabilidade
- pelo reconhecimento de uma das causas de extinção da punibilidade

B) Errado

A alternativa "B" está incorreta, pois o arquivamento por falta de provas não gera coisa julgada material. Nesse sentido, o art. 14 do CP e a Súmula 524, STF:

> Art. 18. Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia
>
> Súmula 524, STF: Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do Promotor de Justiça, não pode a ação penal ser iniciada, sem novas provas.

C) Errado

A alternativa "C" está incorreta pelos motivos já explicitados na alternativa "B". Ademais, a testemunha é sim uma prova, prevista no próprio código de processo penal.

D) Correto

Inicialmente, destaca-se que alternativa considerada certa foi a letra "D", contudo, é importante entender que, o inquérito citado na questão pode ser desarquivado, conforme as jurisprudências dos tribunais superiores, visto que, o inquérito policial quando é arquivado apenas faz coisa julgada material no caso de atipicidade, extinção da punibilidade (prescrição), excludente de ilicitude, mas não no caso de falta de provas. Dessa forma, poderá ocorrer o desarquivamento, fundamento no art. 18 do Código de Processo Penal e súmula 524 do STF. Todavia, é necessário salientar que, a nova disposição do pacote Anticrime está suspensa, de forma que o promotor não poderia promover o desarquivamento, e sim, pedir ao juiz.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 66

Rita foi denunciada pela suposta prática de crime de furto qualificado, pois teria, mediante fraude, subtraído uma bicicleta de sua amiga Regina. Ao ser citada, de imediato Rita procurou seu advogado, informando que, na verdade, a bicicleta seria de sua propriedade e que, inclusive, já era autora de ação cível na qual buscava o reconhecimento da propriedade do objeto, mas que a questão não seria de simples solução. Com base apenas nas informações expostas, o advogado de Rita poderá buscar

A) a suspensão da ação penal diante da existência de questão prejudicial obrigatória, ficando, nessa hipótese, suspenso também o curso do prazo prescricional.

B) a suspensão da ação penal diante da existência de questão prejudicial facultativa, e, caso o juiz indefira o pedido, caberá recurso em sentido estrito.

C) a suspensão da ação penal diante da existência de questão prejudicial facultativa, podendo o magistrado também decretar a suspensão de ofício.

D) a intervenção do Ministério Público na ação de natureza cível, mas não a suspensão da ação penal, diante da independência entre as instâncias.

Comentário:

A) Errado

Como não versa sobre estado civil de pessoa (Art. 92 CPP), logo, a questão prejudicial é facultativa, conforme o art. 93 do CPP. O despacho que denega a referida suspensão não admite recurso (§2º, art. 93 CPP), e a decretação da suspensão pode ser realizada de ofício (Art. 94 CPP).

> Art. 92. Se a decisão sobre a existência da infração depender da solução de controvérsia, que o juiz repute séria e fundada, sobre o estado civil das pessoas, o curso da ação penal ficará suspenso até que no juízo cível seja a controvérsia dirimida por sentença passada em julgado, sem prejuízo, entretanto, da inquirição das testemunhas e de outras provas de natureza urgente.
>
> Parágrafo único. Se for crime de ação pública, o Ministério Público, quando necessário, promoverá a ação civil ou prosseguirá na que tiver sido iniciada, com a citação dos interessados.

Art. 93. Se o reconhecimento da existência da infração penal depender de decisão sobre questão diversa da prevista no artigo anterior, da competência do juízo cível, e se neste houver sido proposta ação para resolvê-la, o juiz criminal poderá, desde que essa questão seja de difícil solução e não verse sobre direito cuja prova a lei civil limite, suspender o curso do processo, após a inquirição das testemunhas e realização das outras provas de natureza urgente.

§ 2o Do despacho que denegar a suspensão não caberá recurso.

Art. 94. A suspensão do curso da ação penal, nos casos dos artigos anteriores, será decretada pelo juiz, de ofício ou a requerimento das partes.

B) Errado

Vide comentários da alternativa "A"

C) Correto

Vide comentários da alternativa "A"

D) Errado

Vide comentários da alternativa "A"

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 67

Vitor foi denunciado pela suposta prática dos crimes de furto e ameaça, já que teria ingressado em estabelecimento comercial e, enquanto subtraía produtos, teria, para garantir o sucesso da empreitada delitiva, ameaçado o funcionário que realizava sua abordagem. Considerando que o funcionário não compareceu em juízo para esclarecimento dos fatos, Vitor veio a ser absolvido por insuficiência de provas, transitando em julgado a sentença. Outro promotor de justiça, ao tomar conhecimento

dos fatos e localizar o funcionário para ser ouvido em juízo, veio a denunciar Vitor pelo mesmo evento, mas, dessa vez, pelo crime de roubo impróprio. Após citação, caberá ao(à) advogado(a) de Vitor, sob o ponto de vista técnico,

A) buscar a desclassificação para o crime de furto simples em concurso com o de ameaça no momento das alegações finais, mas não a extinção do processo, considerando que a absolvição anterior foi fundamentada em insuficiência probatória.

B) requerer, em resposta à acusação, a absolvição sumária de Vitor, pois está provado que o fato não ocorreu.

C) apresentar exceção de litispendência, requerendo a extinção do processo.

D) apresentar exceção de coisa julgada, buscando extinção do processo.

Comentário:

A) Errado

O erro na alternativa está em dizer que não é possível a extinção do processo, vez que, já existindo coisa julgada, não pode mais o acusado responder pela suposta conduta.

B) Errado

A absolvição foi por insuficiência de provas, o que difere da absolvição por prova de inexistência do fato ou de negativa de autoria.

C) Errado

A litispendência significaria que haveria um processo já em curso com mesmas partes, causa de pedir e pedido, o que não é o caso da questão, visto que o processo anterior já foi finalizado. Portanto, incorreta a alternativa "C".

D) Correto

Vítor já foi absolvido anteriormente sobre o referido fato delitivo, não havendo assim possibilidade de novo processo. Portanto, é possível o oferecimento de exceção de coisa julgada, conforme o Art. 95, V e 110 CPP.

> Art. 95. Poderão ser opostas as exceções de:
>
> V - coisa julgada.
>
> Art. 110. Nas exceções de litispendência, ilegitimidade de parte e coisa julgada, será observado, no que lhes for aplicável, o disposto sobre a exceção de incompetência do juízo.
>
> § 1 Se a parte houver de opor mais de uma dessas exceções, deverá fazê-lo numa só petição ou articulado.
>
> § 2 A exceção de coisa julgada somente poderá ser oposta em relação ao fato principal, que tiver sido objeto da sentença.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 68

Caio praticou um crime de furto (Art. 155 – pena: reclusão, de 1 a 4 anos, e multa) no interior da sede da Caixa Econômica Federal, empresa pública, em Vitória (ES), ocasião em que subtraiu dinheiro e diversos bens públicos. Ao sair do estabelecimento, para assegurar a fuga, subtraiu, mediante grave ameaça, o carro da vítima, Cláudia (Art. 157 – pena: reclusão, de 4 a 10 anos, e multa). Houve perseguição policial, somente vindo Caio a ser preso na cidade de Cariacica, onde foi encontrado em seu poder um celular produto de crime anterior (Art. 180 – pena: reclusão, de 1 a 4 anos, e multa). Considerando a conexão existente entre os crimes de furto simples, roubo simples e receptação, bem como a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a opção que indica a Vara Criminal competente para o julgamento de Caio.

A) A Justiça Estadual, em relação aos três crimes, sendo competente, territorialmente, a comarca de Vitória.

B) A Justiça Estadual, em relação aos três crimes, sendo competente, territorialmente, a comarca de Cariacica.

C) A Justiça Federal, em relação ao crime de furto, e a Vara Criminal de Vitória, da Justiça Estadual, no que tange aos crimes de roubo e receptação. D)

A Justiça Federal, em relação a todos os delitos.

Comentário:

A) Errado

Há competência da Justiça Federal para o referido caso, uma vez que o delito foi praticado contra o patrimônio da Caixa Econômica Federal, empresa pública vinculada à União, da Justiça Federal. Quanto ao delito de roubo de veículo, sua prática ocorreu para assegurar a fuga (art. 76, II, CPP). Logo, a infração de receptação possui conexão probatória com as demais, restando consolidada a competência da Justiça Federal para os três crimes.

B) Errado

Vide comentários da alternativa "A"

C) Errado

Vide comentários da alternativa "A"

D) Correto

Vide comentários da alternativa "A"

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 69

Em 14/01/2021, Valentim, reincidente, foi denunciado como incurso nas sanções penais do Art. 14 da Lei n º 10.826/03, cuja pena prevista é de reclusão, de 2 a 4 anos, narrando a denúncia que, em 10/01/2017, o denunciado portava, em via pública, arma de fogo de uso permitido. Após recebimento da denúncia e apresentação de resposta à acusação, o magistrado, verificando que a única outra anotação que constava da Folha de Antecedentes Criminais era referente a delito da mesma natureza, decretou, apesar da ausência de requerimento, a prisão preventiva do denunciado, destacando o risco de reiteração delitiva. Ao tomar conhecimento dos fatos, sob o ponto de vista técnico, a defesa de Valentim deverá argumentar que a prisão é inadequada porque

A) não poderia ter sido decretada de ofício e pela ausência de contemporaneidade, apesar de a pena máxima, por si só, não impedir o decreto prisional na situação diante da reincidência.

B) não poderia ter sido decretada de ofício, não havia contemporaneidade e porque, considerando a pena máxima, os pressupostos legais não estariam preenchidos.

C) não haveria contemporaneidade, apesar da possibilidade de decretação de ofício pelo momento processual e com base na reincidência.

D) não haveria contemporaneidade e considerando a pena máxima prevista para o delito, apesar de, pelo momento processual, ser possível a decretação de ofício.

Comentário:

A) Correto

A questão é controversa. É necessário ressaltar que a alternativa considerada certa foi a letra "A". O juiz, de acordo com o caso concreto, não poderia decretar a preventiva de ofício. As hipóteses de admissibilidade da prisão preventiva estão expostas no art. 313 do CPP, e de acordo com seu inciso I, poderá ser decretada nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos, situação que não é vista no enunciado da questão,

visto que o crime cometido por Valentim tem pena de reclusão de 1 (um) a 4 (quatro), logo, não caberia a preventiva em face da pena disposta.

Porém seguindo a linha de raciocínio da banca no art. 313 do CPP as hipóteses de cabimento da prisão preventiva, sendo que em havendo reincidência, a pena cominada em abstrato não precisa ser superior a 4 anos (requisitos alternativos), o que valida a assertiva A.

B) Errado

Vide comentários da alternativa "A"

C) Errado

Vide comentários da alternativa "A"

D) Errado

Vide comentários da alternativa "A"

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

DIREITO DO TRABALHO

Questão 70

Uma indústria de chocolates constatou que precisava de mais trabalhadores para produzir ovos de Páscoa e, em razão disso, contratou vários trabalhadores temporários, pelo prazo de 30 dias, por meio de uma empresa de trabalho temporário. Maria era uma dessas trabalhadoras temporárias. Ocorre que a empresa contratada (a empresa de trabalho temporário) teve a falência decretada pela Justiça e não pagou nada a esses trabalhadores temporários. Maria procura você, como advogado(a), para saber se a indústria de chocolates, tomadora do serviço, teria alguma responsabilidade. Sobre a hipótese, de acordo com a norma de regência, assinale a afirmativa correta. A) A indústria de chocolates contratante terá responsabilidade solidária.

B) Não haverá qualquer tipo de responsabilidade da contratante, porque a terceirização foi lícita.

C) A então contratante se tornará empregadora dos trabalhadores temporários em razão da falência da empresa contratada.

D) A indústria de chocolates contratante terá responsabilidade subsidiária se isso estiver previsto no contrato que entabulou com a empresa prestadora dos serviços.

Comentário:

A) Correto

A Lei nº 6.019/1974 prevê a hipótese de responsabilização solidária da empresa tomadora dos serviços de trabalho temporário no caso de falência da empresa de trabalho temporário. Sendo assim, conforme o art. 16:

> Art. 16. No caso de falência da empresa de trabalho temporário, a empresa tomadora ou cliente é solidariamente responsável pelo recolhimento das contribuições previdenciárias, no tocante ao tempo em que o trabalhador esteve sob suas ordens, assim como em referência ao mesmo período, pela remuneração e indenização previstas nesta Lei.

A doutrina tende a considerar a responsabilidade definida pelo item IV da Súmula 331 como extensiva a todas as formas de terceirização, inclusive ao trabalho temporário.

Logo, a responsabilidade do tomador é subsidiária no caso de trabalho temporário, exceto no caso de falência da empresa de trabalho temporário, hipótese em que se aplica a responsabilidade solidária.

B) Errado

Como dito na alternativa anterior, a lei prevê que a responsabilidade será, via de regra, será subsidiária, mas, em caso de falência, será solidária.

C) Errado

O art. 10 da Lei n. 6.019/74 estabelece que não há vínculo entre a tomadora de serviços e os trabalhadores contratados por empresas de trabalho temporário, portanto, não se tornam empregados da tomadora de serviços.

> Art. 10. Qualquer que seja o ramo da empresa tomadora de serviços, não existe vínculo de emprego entre ela e os trabalhadores contratados pelas empresas de trabalho temporário.

D) Errado

Como dito na alternativa "A", a lei prevê que a responsabilidade será, via de regra, será subsidiária, mas, em caso de falência, será solidária.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 71

Luiz e Selma são casados e trabalham para o mesmo empregador. Ambos são teletrabalhadores, tendo o empregador montado um home office no apartamento do casal, de onde eles trabalham na recepção e no tratamento de dados informatizados. Para a impressão dos dados que serão objeto de análise, o casal necessitará de algumas

resmas de papel, assim como de toner para a impressora que utilizarão. Assinale a opção que indica quem deverá arcar com esses gastos, de acordo com a CLT. A) Cada parte deverá arcar com 50% desse gasto.

B) A empresa deverá arcar com o gasto porque é seu o risco do negócio.

C) A responsabilidade por esse gasto deverá ser prevista em contrato escrito.

D) O casal deverá arcar com o gasto, pois não há como o empregador fiscalizar se o material será utilizado apenas no trabalho.

Comentário:

A) Errado

O artigo 75-D, caput, da CLT, incluído pela lei 13.467/17, prevê que as disposições relativas à responsabilidade pela aquisição e fornecimento dos equipamentos tecnológicos necessários à prestação do trabalho remoto (rectius: teletrabalho) serão previstas em contrato escrito.

B) Errado

O risco do empreendimento é de responsabilidade do empregador, à luz do artigo 2º, caput, da CLT

C) Correto

Conforme já dito, de acordo com o art. 75-D, da CLT, deve estar prevista em contrato as disposições relativas à responsabilidade pela aquisição e fornecimento dos equipamentos tecnológicos necessários à prestação do trabalho remoto.

Art. 75-D. As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito.

D) Errado

A responsabilidade deve estar prevista em contrato, conforme o art. 75-D, da CLT.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 72

Desde abril de 2019, Denilson é empregado em uma indústria de cosméticos, com carteira profissional assinada. No último contracheque de Denilson verifica-se o pagamento das seguintes parcelas: abono, prêmio, comissão e diária para viagem.

Considerando essa situação, assinale a opção que indica a verba que, de acordo com a CLT, integra o salário e constitui base de incidência de encargo trabalhista. A) Abono.

B) Prêmio.

C) Comissão.

D) Diária para viagem.

Comentário:

A) Errado

Vide comentários da alternativa "C"

B) Errado

Vide comentários da alternativa "C"

C) Correto

Antes da Reforma Trabalhista, o §1º do art. 457 da CLT estabelecia que integravam o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagem e abonos pagos pelo empregador, com exceção da ajuda de custo e das diárias para viagem que não excedessem de 50% do salário percebido pelo empregado. Entretanto, a Reforma Trabalhista trouxe nova redação ao § 1º do art. 457 da CLT, estabelecendo que integram o salário a importância fixa estipulada, as gratificações legais e as comissões pagas pelo empregador. O §2º do mesmo artigo também foi alterado pela Lei 13.467/2017, dispondo que, ainda que habituais, não integram a remuneração do empregado as parcelas abaixo: Ajuda de custo (sem limites); Auxílio-alimentação (vedado seu pagamento em dinheiro); Diárias para viagem – qualquer valor ;Prêmios; e Abonos. Além de não integrarem a remuneração, as parcelas acima não se incorporam ao contrato de Trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

D) Errado

Vide comentários da alternativa "C"

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 73

Regina foi admitida pela sociedade empresária Calçados Macios Ltda., em abril de 2020, para exercer a função de estoquista. No processo de admissão, foi ofertado a Regina um

plano de previdência privada, parcialmente patrocinado pelo empregador. Uma vez que as condições pareceram vantajosas, Regina aderiu formalmente ao plano em questão. No primeiro contracheque, Regina, verificou que, na parte de descontos, havia subtrações a título de INSS e de previdência privada. Assinale a opção que indica, de acordo com a CLT, a natureza jurídica desses descontos. A) Ambos são descontos legais.

B) INSS é desconto legal e previdência privada, contratual.

C) Ambos são descontos contratuais.

D) INSS é desconto contratual e previdência privada, legal.

Comentário:

A) Errado

A previdência privada é um desconto contratual, visto que seus valores não estão previstos em lei, mas são resultados de um acordo.

B) Correto

O INSS é um desconto legal, previsto pela lei previdenciária e não pela CLT. Já o desconto da Previdência Privada, é contratual, e também não está exposto na CLT.

C) Errado

O INSS é um desconto legal, por estar previsto em lei.

D) Errado

A alternativa "D" troca as classificações, visto que o INSS é um desconto legal, e a previdência privada, contratual.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 74

Godofredo foi contratado como vendedor de automóveis usados pela sociedade empresária Carango de Ouro Ltda., em julho de 2019. Godofredo recebia salário fixo acrescido de 5% sobre as vendas por ele efetuadas. Em março de 2020, Godofredo vendeu um automóvel por R$ 30.000,00, divididos em 10 parcelas de R$ 3.000,00 mensais. Ocorre que Godofredo foi dispensado, por justa causa, dois meses após. Sobre a situação retratada, segundo os termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) O empregado perderá o direito à comissão vincenda, em razão da falta grave que motivou a dispensa por justa causa.

B) Godofredo terá direito a receber antecipadamente a comissão sobre as parcelas futuras, porque o motivo da ruptura contratual é irrelevante.

C) O empregador poderá pagar a comissão ao empregado dispensado, de acordo com a respectiva liquidação, ao longo do tempo.

D) A Lei determina o pagamento de metade da comissão vincenda, uma vez que Godofredo praticou falta grave

---

Comentário:

Questão Anulada

Questão 75

Bruno era empregado em uma sociedade empresária, na qual atuava como teleoperador de vendas on-line de livros e artigos religiosos, usando, em sua estação de trabalho, computador e headset. Em determinado dia, o sistema de câmeras internas flagrou Bruno acessando, pelo computador, um site pornográfico por 30 minutos, durante o horário

de expediente. Esse fato foi levado à direção no dia seguinte, que, indignada, puniu Bruno com suspensão por 40 dias, apesar de ele nunca ter tido qualquer deslize funcional anterior. Diante da situação apresentada e dos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) A punição, tal qual aplicada pela empresa, importa na rescisão injusta do contrato de trabalho.

B) A punição é compatível com a gravidade da falta, devendo Bruno retornar ao emprego após os 40 dias de suspensão.

C) A empresa deveria dispensar Bruno por justa causa, porque pornografia é crime, e, como não o fez, considera-se perdoada a falta.

D) A empresa errou, porque, sendo a primeira falta praticada pelo empregado, a Lei determina que se aplique a pena de advertência.

Comentário:

A) Correto

Nos termos do art. 474 da CLT, a suspensão do empregado por mais de 30 dias consecutivos importa na rescisão injusta do contrato de trabalho. Desse modo, o empregador não poderá suspender ou privar o empregado do exercício de suas funções por mais de 30 dias, sob pena de sofrer uma rescisão indireta, ou seja, tal procedimento implica falta grave do empregador, possibilitando ao empregado o ingresso de ação trabalhista, pleiteando a rescisão indireta de seu contrato de trabalho, além de sujeitar-se ao recolhimento de multa administrativa a ser imposta pelo Auditor Fiscal do Trabalho. Assim, o empregado poderá ser suspenso de 1 a 30 dias, conforme o ato faltoso que tiver cometido, porém, tal penalidade não deverá ultrapassar 30 dias. A suspensão do empregado acarreta perda da remuneração dos dias não trabalhados, bem como na contagem do tempo de serviço.

B) Errado

Como dito, a punição extrapolou os limites legais, visto que a suspensão deveria ter sido por até 30 dias, nunca mais do que isso. Razão pela qual a alternativa está errada.

C) Errado

A alternativa está incorreta por afirmar que pornografia é crime, o que, por si só, é inverídico. Sendo assim, não caberia dispensa por justa causa.

D) Errado

Não há limitação legal à aplicação da advertência ao empregado.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.



DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Questão 76

A sociedade empresária de transportes Mundo Pequeno Ltda. foi condenada ao pagamento de horas extras e diferença salarial na ação movida por Mauro Duarte, seu ex-empregado. Após o trânsito em julgado e apuração do valor devido, a executada foi

citada para efetuar o pagamento de R$ 120.000,00. Ocorre que a sociedade empresária pretende apresentar embargos à execução, pois entende que o valor homologado é superior ao devido, mas não tem o dinheiro disponível para depositar nos autos. Sobre o caso relatado, de acordo com o que está previsto na CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Na Justiça do Trabalho não é necessário garantir o juízo para ajuizar embargos à execução.

B) A sociedade empresária poderá apresentar seguro-garantia judicial para então apresentar embargos à execução.

C) A sociedade empresária poderá assinar uma nota promissória judicial e, com isso, ter direito a ajuizar embargos de devedor.

D) Se for comprovada a situação de necessidade, a sociedade empresária, depositando 50% do valor da dívida, poderá embargar.

Comentário:

A) Errado

Conforme o art. 884, CLT, é necessário a garantia do juízo em sede de embargos à execução:

> Art. 884 - Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 (cinco) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exeqüente para impugnação.

B) Correto

O art. 882 da CLT, com redação conferida pela Lei n. 13.467/2017, permite a garantia da execução mediante seguro-garantia judicial ou mediante nomeação de bens à penhora, quando o executado não optar pelo depósito integral do débito exequendo. Registro que não é necessária a demonstração de necessidade/hipossuficiência para valer-se dessas duas outras opções de garantia da execução.

C) Errado

Conforme já explicado na alternativa anterior, não tendo capacidade de garantir o juízo, a sociedade empresária deve apresentar seguro-garantia judicial, não nota promissória.

D) Errado

Também não há possibilidade legal no sentido apresentado pela alternativa "D".

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 77

Helena ajuizou reclamação trabalhista, na qual requereu o pagamento do 13º salário integral do último ano trabalhado, no valor de R$ 1.300,00, indicando o referido valor à causa. A sociedade empresária alegou, em defesa, a quitação regular de tal verba, mas não fez prova documental ou testemunhal desse fato. Em razão disso, o pedido foi julgado procedente, tendo o juiz proferido sentença líquida cujo valor, já incluídos juros e correção monetária, passou a ser de R$ 1.345,00. Sobre esse caso, de acordo com as leis de regência, assinale a afirmativa correta.

A) A sociedade empresária poderá interpor recurso de apelação no prazo de 15 dias.

B) O recurso não será admitido, haja vista o valor da condenação e a matéria tratada.

C) O juiz deverá submeter a decisão ao duplo grau de jurisdição obrigatório, uma vez que a condenação é inferior a 5 salários mínimos.

D) A sociedade empresária poderá interpor recurso ordinário contra a sentença, mas deverá comprovar o recolhimento de custas e o depósito recursal.

Comentário:

A) Errado

Não existe apelação no processo do trabalho.

B) Correto

Questão de gabarito um pouco questionável. Em razão de a causa ter valor inferior a 2 (dois) salários mínimos, ela segue o rito sumário (art. 2°, § 3° da Lei n. 5.584/70). Portanto, conforme o art. 2°, § 4° da Lei n. 5.584/70, "Salvo se versarem sobre matéria constitucional, nenhum recurso caberá das sentenças proferidas nos dissídios da alçada a que se refere o parágrafo anterior, considerado, para esse fim, o valor do salário mínimo à data do ajuizamento da ação". De fato, no rito sumário, não cabe recurso à instância superior, senão quando versar sobre matéria constitucional. Da questão depreende-se que a matéria tratada não tem caráter constitucional, pelo que seria incabível o recurso ordinário. No entanto, o gabarito é questionável por dizer que o não cabimento do recurso se justificaria, também, pelo valor da condenação.

C) Errado

Está errada a alternativa ao determinar o limite de 5 salários mínimos, quando o correto seria 2, conforme o art. 2º, §3º da Lei n. 5.584:

> § 3º Quando o valor fixado para a causa, na forma dêste artigo, **não exceder de 2 (duas) vêzes o salário-mínimo** vigente na sede do Juízo, será dispensável o resumo dos depoimentos, devendo constar da Ata a conclusão da Junta quanto à matéria de fato.

D) Errado

Como explicado, não há possibilidade de apresentação de recurso ordinário, em razão do valor da causa ser inferior a 2 salários mínimos, o que contraria o disposto no artigo 2º, §3º da Lei n. 5.584

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 78

Após ser alvo de um inquérito civil junto ao Ministério Público do Trabalho – MPT, tendo sido investigada pela prática de suposta irregularidade, a sociedade empresária Vida Global assinou um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o MPT para sanar o problema e evitar a judicialização daquela situação, o que poderia abalar sua credibilidade perante os investidores nacionais e estrangeiros. Ocorre que a sociedade empresária não cumpriu o que foi estipulado no TAC, seja no tocante à obrigação de fazer, seja no pagamento de multa pelo dano moral coletivo. Diante dessa situação, e de acordo com os termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) O parquet deverá propor execução de título judicial.

B) O MPT deverá ajuizar execução de título extrajudicial.

C) A ação própria para a cobrança será o inquérito judicial.

D) O MPT deverá propor reclamação trabalhista pelo rito ordinário.

Comentário:

A) Errado

Não se trata de título judicial, pois não surgiu de um processo judicial, mas sim de um acordo entre as partes.

B) Correto

Conforme o art. 876 da CLT:

> Art. 876 - As decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo; os acordos, quando não cumpridos; os termos de ajuste

> de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia serão executada pela forma estabelecida neste Capítulo.

Portanto, poderá ser ajuizado processo de execução, sem prévia fase de conhecimento, eis que o referido título já é líquido e certo.

C) Errado

O inquérito judicial é uma ação cuja finalidade é o pronunciamento jurisdicional para rescindir contrato de trabalho do empregado estável, não sendo esse o caso da questão.

D) Errado

Não há necessidade de propor reclamação trabalhista, visto que, através do TAC, a empresa já se declara ciente das irregularidades e promete revertê-las.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 79

No decorrer de uma execução trabalhista, não se conseguiu penhorar nenhum bem da empresa executada nem reter qualquer numerário dela em ativos financeiros. Então, o exequente instaurou um incidente de desconsideração de personalidade jurídica para direcionar a execução em face de um sócio. O referido sócio foi citado e, no prazo de 15 dias, manifestou-se contrariamente à sua execução. Submetida a manifestação ao contraditório e não havendo outras provas a produzir, o juiz julgou procedente o incidente e incluiu o sócio no polo passivo da execução na condição de executado, sendo, então, publicada essa decisão. Considerando a situação retratada e os ditames da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Por ser interlocutória, essa decisão é irrecorrível, devendo o sócio se submeter ao comando e pagar a dívida.

B) O sócio em questão poderá recorrer da decisão independentemente de garantia do juízo.

C) Sendo a Lei omissa a respeito, caberá ao juiz definir se a decisão do incidente poderá ser objeto de recurso e se será necessário garantir o juízo.

D) O sócio poderá recorrer da decisão, mas terá de garantir o juízo em 50%.

Comentário:

A) Errado

A alternativa "A" é incorreta pois, no incidente de desconsideração da personalidade jurídica no âmbito da justiça do trabalho é possível a interposição de agravo de petição, quando em sede de execução.

B) Correto

Conforme o art. 855-A, § 1°, inciso II, CLT):

> Art. 855-A. Aplica-se ao processo do trabalho o incidente de desconsideração da personalidade jurídica previsto nos arts. 133 a 137 da Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.
> II - na fase de execução, cabe agravo de petição, independentemente de garantia do juízo;

Logo, por estar o processo em fase de execução, será cabível, contra tal decisão, agravo de petição, contra a decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente "na fase de execução, cabe agravo de petição, independentemente de garantia do juízo".

C) Errado

A alternativa possui dois erros, o primeiro ao dizer que a lei é omissa quanto à possibilidade de recurso, e a segunda ao determinar que o juiz teria a faculdade de admitir ou não recurso em tal hipótese.

D) Errado

Não há necessidade de garantia de juízo, conforme o já citado art. 855-A, §1º, II, CLT.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 80

Melissa era uma empregada terceirizada do setor de limpeza que atuou durante todo o seu contrato em uma sociedade de economia mista federal, que era a tomadora dos serviços (contratante). Após ter sido dispensada e não ter recebido nem mesmo as verbas resilitórias, Melissa ajuizou reclamação trabalhista contra o ex-empregador e contra a

sociedade de economia mista federal, requerendo desta a responsabilidade subsidiária por ser tomadora dos serviços. O volume dos pedidos de Melissa alcança o valor de R$ 17.000,00. Considerando os fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

A) A ação tramitará pelo procedimento sumaríssimo, de modo que Melissa poderá conduzir, no máximo, duas testemunhas.

B) Diante do valor dos pedidos formulados, a reclamação deverá se submeter ao rito sumário e, da decisão que vier a ser proferida, não caberá recurso.

C) A reclamação adotará o rito especial misto e será possível a citação por edital caso o ex-empregador não seja localizado na fase de conhecimento.

D) A demanda observará rito ordinário, independentemente do valor do pedido de Melissa, pois um dos réus é ente público.

Comentário:

A) Correto

Conforme o art. 852-A, parágrafo único da CLT, "Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional". Sociedades de economia mista, portanto, submetem-se normalmente ao rito sumaríssimo. E, pelo fato de o valor da causa ser superior a 2 (dois) salários mínimos e inferior a 40 (quarenta), sujeita-se ao rito sumaríssimo (art. 852-A, caput, CLT).

B) Errado

Se submeteria ao rito sumário caso a ação não excedesse o valor de 2 salários mínimos. Conforme o art. 2º, §3º da Lei 5.584/70:

> § 3º Quando o valor fixado para a causa, na forma dêste artigo, não exceder de 2 (duas) vêzes o salário-mínimo vigente na sede do Juízo, será dispensável o resumo dos depoimentos, devendo constar da Ata a conclusão da Junta quanto à matéria de fato.

C) Errado

Conforme já dito na alternativa "A", o rito correto será o sumaríssimo, em razão do disposto no art. 852-A, capt, CLT, o qual, inclusive, é vedada a citação por edital (art. 852-B, II, CLT).

D) Errado

De acordo com o parágrafo único do art. 852-A, se excluem à regra de não aplicação do processo sumaríssimo a entes da administração pública, as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.

> Art. 852-A. Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
>
> Parágrafo único. Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

XXXIII EXAME DA OAB – FGV - CADERNO TIPO 1 – APLICAÇÃO EM: 17.10.2021



ESTATUTO E ÉTICA

Questão 1

Gabriel, advogado, exerce o patrocínio de Bruno em certo processo administrativo. Todavia, foi necessário o substabelecimento do mandato a Henrique.

Considerando a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) O substabelecimento do mandato com reserva de poderes a Henrique exigirá inequívoco conhecimento de Bruno.

B) Diante de substabelecimento com reserva de poderes, Henrique deverá ajustar antecipadamente os seus honorários com Bruno.

C) Caso Bruno não aceite a atuação de Henrique, por preferir o trabalho de outro advogado, Gabriel deverá privilegiar a atuação do outro profissional com ele no processo.

D) Diante de substabelecimento com reserva de poderes a Henrique, este não poderá cobrar honorários sem a intervenção de Gabriel.

Comentários:

Vejamos cada uma das alternativas:

A) Errado. Pois, na verdade, não há necessidade do cliente concordar, tendo em vista que no substabelecimento com reserva de poderes o advogado substabelecente permanece no processo.

B) Errado. Pois considerando haver o substabelecimento com reserva de poderes, Henrique não pode tratar os honorários com o cliente diretamente, sem a intervenção de Gabriel, conforme o art. 26, do EAOAB:

> Art. 26. O advogado substabelecido, com reserva de poderes, não pode cobrar honorários sem a intervenção daquele que lhe conferiu o substabelecimento.

C) Errado. Visto que o substabelecimento com reserva de poderes não depende da concordância do cliente.

D) Certo. De acordo com o art. 26 do EAOAB, supramencionado. Ou seja, o advogado substabelecido com reserva de poderes, não pode cobrar honorários sem a intervenção daquele que lhe conferiu o substabelecimento.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 2

O renomado advogado José deseja editar, para fins de publicidade, cartões de apresentação de suas atividades profissionais como advogado.

José, especialista em arbitragem e conciliação, já exerceu a função de conciliador junto a órgãos do Poder Judiciário. Além disso, José, atualmente, é conselheiro em certo Conselho Seccional da OAB e é professor aposentado do curso de Direito de certa universidade federal.

Considerando as informações dadas, assinale a afirmativa correta.

A) É vedada menção, nos cartões de apresentação de José, à sua condição de conselheiro do Conselho Seccional, bem como à pregressa atuação de José como conciliador e à de professor universitário.

B) É vedada menção, nos cartões de apresentação de José, à sua condição de conselheiro do Conselho Seccional. Todavia, autoriza-se a referência nos cartões à pregressa atuação de José como conciliador e à atividade de professor universitário.

C) É vedada menção, nos cartões de apresentação de José, à sua pregressa atuação como conciliador. Todavia, autoriza-se a referência nos cartões à condição de conselheiro do Conselho Seccional, bem como, à atividade de professor universitário.

D) É vedada menção, nos cartões de apresentação de José, à sua condição de conselheiro do Conselho Seccional, bem como à pregressa atuação de José como conciliador.

Todavia, autoriza-se a referência nos cartões à atividade de professor universitário.

Comentários:

A) **Errado.** Conforme o § 2º do art. 44 do CEDOAB, é vedada a menção a qualquer emprego, cargo ou função ocupado, atual ou pretérito, em qualquer órgão ou instituição, salvo o de professor universitário. Sendo assim, José pode fazer menção no seu cartão profissional apenas à atividade de professor universitário.

B) **Errado.** Vide comentário da assertiva A

C) **Errado.** Vide comentário da assertiva A

D) **Certo.** Vide comentário da assertiva A

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 3

Lia, aluna do oitavo período de uma Faculdade de Direito, obteve de certo escritório de advocacia a proposta de um estágio profissional. Assim, pretende providenciar sua inscrição como estagiária junto à OAB.

Lia deverá requerer sua inscrição como estagiária junto ao Conselho Seccional em cujo território se situa

A) a sede do escritório onde atuará.

B) a sede principal da sua atividade de estagiária de advocacia.

C) o seu domicílio de pessoa física.

D) a Faculdade de Direito em que estuda.

Comentários:

De acordo com o Art. 9º, § 2º do Estatuto da Advocacia:

Art. 9º. Para inscrição como estagiário é necessário:

§ 2º A inscrição do estagiário é feita no Conselho Seccional **em cujo território se localize seu curso jurídico.**

A) Errado. Vide comentário acima

B) Errado. Vide comentário acima

C) Errado. Vide comentário acima

D) Certo. Vide comentário acima

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 4

Anderson, advogado, decidiu renunciar ao mandato outorgado por Adriana. Nessa hipótese, segundo o Estatuto da Advocacia e da OAB, é correto afirmar que Anderson continuará a representar Adriana por

A) 10 dias, contados da notificação da renúncia, ainda que Adriana constitua novo advogado antes desse prazo.

B) 15 dias, contados da notificação da renúncia, ainda que Adriana constitua novo advogado antes desse prazo.

C) 15 dias, contados da notificação da renúncia, exceto se Adriana constituir novo advogado antes desse prazo.

D) 10 dias, contados da notificação da renúncia, exceto se Adriana constituir novo advogado antes desse prazo.

Comentários:

De acordo com o art. 5º, § 3º do EOAB (Lei n. 8.906/94):

Art. 5º O advogado postula, em juízo ou fora dele, fazendo prova do mandato.

§ 3º. O advogado que renunciar ao mandato continuará, **durante os dez dias seguintes à notificação da renúncia**, a representar o mandante, salvo se for substituído antes do término desse prazo.

A) Errado. Vide comentário acima

B) Errado. Vide comentário acima

C) Errado. Vide comentário acima

D) Certo. Vide comentário acima

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 5

A entidade de classe X, atuando em substituição processual, obteve, no âmbito de certo processo coletivo, decisão favorável aos membros da categoria. A advogada Cleide patrocinou a demanda, tendo convencionado com a entidade, previamente, certo valor em honorários. Ao final do feito, foram fixados honorários sucumbenciais pelo juiz.

Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

A) Cleide deverá optar entre os honorários convencionais e os sucumbenciais.

B) Cleide terá direito aos honorários sucumbenciais, sem prejuízo dos honorários convencionais.

C) Cleide só terá direito aos honorários convencionais e não aos sucumbenciais, que competirão à entidade de classe.

D) Cleide terá apenas direito aos honorários convencionais e não aos sucumbenciais, que reverterão ao Fundo de Amparo ao Trabalhador.

De acordo com o art. 24, § 4º do EOAB:

Comentários:

> Art. 24. A decisão judicial que fixar ou arbitrar honorários e o contrato escrito que os estipular são títulos executivos e constituem crédito privilegiado na falência, concordata, concurso de credores, insolvência civil e liquidação extrajudicial.:
>
> § 4º O acordo feito pelo cliente do advogado e a parte contrária, salvo aquiescência do profissional, **não lhe prejudica os honorários, quer os convencionados, quer os concedidos por sentença.**

A) Errado. Vide comentário acima

B) Certo. Vide comentário acima

C) Errado. Vide comentário acima

D) Errado. Vide comentário acima

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 6

Carlos é aluno do primeiro período do curso de Direito. Vinícius é bacharel em Direito, que ainda não realizou o Exame da Ordem. Fernanda é advogada inscrita na OAB. Todos eles são aprovados em concurso público realizado por Tribunal de Justiça para o preenchimento de vagas de Técnico Judiciário.

Após a investidura de Carlos, Vinícius e Fernanda em tal cargo efetivo e, enquanto permanecerem em atividade, é correto afirmar que

A) Carlos não poderá frequentar o estágio ministrado pela instituição de ensino superior em que está matriculado.

B) Vinícius preencherá os requisitos necessários para ser inscrito como advogado na OAB, caso venha a ser aprovado no Exame da Ordem.

C) Fernanda deverá ter sua inscrição na OAB cancelada de ofício ou em virtude de comunicação que pode ser feita por qualquer pessoa.

D) Fernanda deverá ter sua inscrição na OAB suspensa, restaurando-se o número em caso de novo pedido.

Comentários:

Para responder à questão, foi importante o conhecimento acerca das hipóteses de incompatibilidade.

No caso acima, **nenhum deles podem obter inscrição junto à OAB**, pois todos exercem atividades incompatíveis com a advocacia. Vejamos:

> Art. 28. A advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com as seguintes atividades:
>
> I - chefe do Poder Executivo e membros da Mesa do Poder Legislativo e seus substitutos legais;
>
> II - membros de órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos tribunais e conselhos de contas, dos juizados especiais, da justiça de paz, juízes classistas,
>
> bem como de todos os que exerçam função de julgamento em órgãos de deliberação coletiva da administração pública direta e indireta; (Vide ADIN 1.1278)
>
> III - ocupantes de cargos ou funções de direção em Órgãos da Administração Pública direta ou indireta, em suas fundações e em suas empresas controladas ou concessionárias de serviço público;
>
> IV - ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a qualquer órgão do Poder Judiciário e os que exercem serviços notariais e de registro;
>
> V - ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a atividade policial de qualquer natureza;
>
> VI - militares de qualquer natureza, na ativa;
>
> VII - ocupantes de cargos ou funções que tenham competência de lançamento, arrecadação ou fiscalização de tributos e contribuições parafiscais;
>
> VIII - ocupantes de funções de direção e gerência em instituições financeiras, inclusive privadas.

A) Errado. Vide comentário acima

B) Errado. Vide comentário acima

C) Certo. Vide comentário acima

D) Errado. Vide comentário acima

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 7

Antônio, residente no Município do Rio de Janeiro, ajuizou em tal foro, assistido pelo advogado Bernardo, ação ordinária em face do Banco Legal, com pedido de pagamento de indenização por danos morais supostamente sofridos por ter sido ofendido por segurança quando tentava ingressar em agência bancária localizada em Niterói.

Ao despachar a petição inicial, o juiz verificou que Antônio ocultou a circunstância de que já havia proposto, perante um dos juizados especiais cíveis da comarca de Niterói, outra ação em face do Banco Legal em razão dos mesmos fatos, na qual o pedido indenizatório foi julgado improcedente, em decisão que já havia transitado em julgado quando ajuizada a ação no Rio de Janeiro.

Em tal situação, caso se comprove que Bernardo agiu de forma coligada com Antônio para lesar o Banco Legal, Bernardo será responsabilizado

A) solidariamente com Antônio, conforme apurado em ação própria.

B) solidariamente com Antônio, conforme apurado nos próprios autos. C) subsidiariamente com Antônio, conforme apurado em ação própria.

D) subsidiariamente em relação a Antônio, conforme apurado nos próprios autos.

Comentários:

De acordo com o art. 32, do EOAB:

> Art. 32. O advogado é **responsável** pelos atos que, no exercício profissional, **praticar com dolo ou culpa.**
>
> Parágrafo único. Em caso de lide temerária, o **advogado será solidariamente responsável com seu cliente**, desde que coligado com este para lesar a parte contrária, o que será **apurado em ação própria.**

A) Certo. Vide comentário acima

B) Errado. Vide comentário acima

C) Errado. Vide comentário acima

D) Errado. Vide comentário acima

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 8

Luiz Felipe, advogado, mantém uma coluna semanal em portal na internet destinado ao público jurídico. Para que a conduta de Luiz Felipe esteja de acordo com as normas relativas à publicidade da profissão de advogado, ele poderá

A) debater causa sob o patrocínio de outro advogado.
B) externar posicionamento que induza o leitor a litigar.
C) responder à consulta sobre matéria jurídica de forma esporádica.
D) fazer referência ao seu telefone e e-mail de contato ao final da coluna.

Comentários:

Questão de letra de lei. Observe o que dispõe o Código de Ética a respeito de cada alternativa::

A) Errado.

> Art. 42. É vedado ao advogado:
> (...)
> II – debater, em qualquer meio de comunicação, causa sob o patrocínio de outro advogado;
> (...)

B) Errado.

Art. 41. As colunas que o advogado mantiver nos meios de comunicação social ou os textos que por meio deles divulgar não deverão induzir o leitor a litigar nem promover, dessa forma, captação de clientela. **C) Certo.**

Art. 42. É vedado ao advogado:

I – responder com habitualidade a consulta sobre matéria jurídica, nos meios de comunicação social;

(...)

D) Errado.

Art. 40. Os meios utilizados para a publicidade profissional hão de ser compatíveis com a diretriz estabelecida no artigo anterior, sendo vedados:

(...)

V – o fornecimento de dados de contato, como endereço e telefone, em colunas ou artigos literários, culturais, acadêmicos ou jurídicos, publicados na imprensa, bem assim quando de eventual participação em programas de rádio ou televisão, ou em veiculação de matérias pela internet, sendo permitida a referência a email.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

FILOSOFIA DO DIREITO

Questão 9

Este sistema, que consiste em fazer uso da oposição e da rivalidade dos interesses, na falta de motivos melhores, é o segredo de todos os negócios humanos, quer sejam particulares, quer públicos.

MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. In O Federalista

Os textos conhecidos na forma do livro O Federalista expressam um princípio de governo republicano que ficou conhecido como freios e contrapesos, que se propõe a assegurar a justiça e a liberdade que deveriam ser, segundo os autores, o fim de todo governo e da sociedade civil.

Assinale a opção que melhor expressa, com base no livro em referência, o princípio dos freios e contrapesos.

A) Assegurar o devido processo legal, de modo que todos aqueles que sejam acusados de terem cometido um ilícito contra um particular ou contra o Poder Público possam se valer de todos os instrumentos de defesa técnica adequada, tendo em vista impedir que o magistrado da causa julgue com base em suas convicções morais, filosóficas ou
religiosas.

B) Assegurar um sistema de representação eleitoral em que a população manifeste sua vontade, mas escolhendo apenas representantes que tenham passado por um devido processo de formação política oferecido pela Escola de Governo da República. Essa Escola deve ser mantida pela União e as vagas devem ser repartidas proporcionalmente entre os partidos políticos.

C) Assegurar a ampla defesa e o contraditório, de forma que no desenrolar de uma ação judicial os argumentos de acusação e defesa se coloquem em equilíbio e, dessa forma, não haja um peso excessivo apenas para um dos lados da causa, o que geraria uma

inevitável injustiça.

D) Assegurar a vontade própria de cada Poder do Estado, de modo que aqueles que o exercitam tenham a menor influência na escolha dos representantes dos demais poderes. Além disso, deve-se organizar o poder legislativo em duas casas legislativas com eleições independentes, e deve-se, também, impedir que uma facção política destrua a outra.

Comentários:

De acordo com a doutrina majoritária, o Sistema de Freios e Contrapesos consiste no controle do poder pelo próprio poder, onde cada um deles possui autonomia para exercer sua função, ainda que controlado pelos outros poderes. Este formato, evitaria alguns abusos no exercício do poder por qualquer dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Em outras palavras, este princípio serve para assegurar a vontade própria de cada Poder do Estado, de modo que aqueles que o exercitam tenham a menor influência na escolha dos representantes dos demais poderes. Além disso, deve-se organizar o poder legislativo em duas casas legislativas com eleições independentes, e deve-se, também, impedir que uma facção política destrua a outra.

A) Errado. Vide comentários acima

B) Errado. Vide comentários acima

C) Errado. Vide comentários acima

D) Certo. Vide comentários acima

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

Questão 10

Norberto Bobbio, em seu livro Teoria da Norma Jurídica, considera a sanção uma das mais significativas características da norma jurídica. Ele diferencia a sanção jurídica da sanção moral e da sanção social, pelo fato de a sanção jurídica ser institucionalizada. Assinale a opção que, segundo Bobbio na obra em referência, expressa as características da sanção institucionalizada.

A) A sanção que obriga a consciência dos destinatários da norma e que produz um sentimento de culpa, que é a consequência negativa ou desagradável decorrente da eventual violação da norma.

B) A sanção que resulta dos costumes e da vida em sociedade em geral, e que possui como fim tornar mais fácil ou menos difícil a convivência social.

C) A sanção que foi feita para os casos de violação de uma regra primária e que tem sua medida estabelecida dentro de certos termos, para ser executada por pessoas previamente determinadas.

D) A sanção instituída pelo direito natural e que decorre da natureza mesma das coisas, da vontade de Deus e da razão humana.

Comentários:

De acordo com Bobbio, em sua obra "Teoria da Norma Jurídica", quando se fala em sanção institucionalizada entende-se essas três coisas, ainda que elas nem sempre se encontrem simultaneamente:

1) para toda violação de uma regra primária, é estabelecida a relativa sanção;
2) é estabelecida, se bem que em certos termos, a medida da sanção;
3) são estabelecidas pessoas encarregadas de efetuar a execução. Como se vê, trata-se de limitações que tendem a disciplinar o fenômeno da sanção espontânea e imediata do grupo. Com a primeira limitação, se assegura a certeza da resposta, com a segunda,

a proporcionalidade, com a terceira, a imparcialidade. Todas as três limitações, juntas, têm como fim comum aumentar a eficácia das regras institucionais e, consequentemente, da instituição em seu conjunto.

Atendo-nos a estes critérios, poderemos dizer que o caráter das normas jurídicas está no fato de serem normas, em confronto com as morais e sociais, com eficácia reforçada. Tanto é verdade, que as normas consideradas jurídicas por excelência são as estatais que se distinguem de todas as outras normas reguladoras da nossa vida porque têm o máximo de eficácia."

BOBBIO, Norberto. Teoria da norma jurídica. Bauru: Edipro, 2001. p. 161

A) Errado. Vide comentários acima

B) Errado. Vide comentários acima

C) Certo. Vide comentários acima

D) Errado. Vide comentários acima

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

Ao apreciar as contas anuais do chefe do Poder Executivo do Município Y, o Tribunal de Contas emitiu parecer técnico contrário à sua aprovação, por entender que diversos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal teriam sido violados. Ainda assim, em contrariedade a tal entendimento, a Câmara Municipal, por decisão dos seus membros, com apenas um voto vencido, julgou e aprovou tais contas.

À luz da hipótese narrada, com fundamento no texto constitucional, assinale a afirmativa correta.

A) A aprovação das contas do Prefeito do Município Y se deu em conformidade com o disposto no texto constitucional, já que parecer prévio do Tribunal de Contas não possui caráter vinculante, deixando de prevalecer por voto de, ao menos, dois terços dos membros da Câmara Municipal.

B) O parecer técnico emitido pelo Tribunal de Contas possui, excepcionalmente, caráter vinculante, de modo que, no caso em análise, as contas anuais apresentadas pelo Chefe do Executivo não poderiam ter sido aprovadas pela Câmara Municipal.

C) O Tribunal de Contas, órgão de controle externo auxiliar do Poder Legislativo, tem competência para analisar, julgar e rejeitar, em caráter definitivo, as contas anuais apresentadas pelo Chefe do Executivo local; portanto, é desnecessária a submissão do seu parecer à Câmara Municipal.

D) Como corolário da autonomia financeira e orçamentária inerente aos três poderes, as contas anuais do Chefe do Executivo municipal não se submetem à aprovação da Câmara local, eis que tal situação implica em indevida ingerência do Poder Legislativo sobre o

Poder Executivo.

Comentários:

Conforme o art. 31, § 2º da CRFB/88, o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal. O Tribunal de Contas emitirá parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Prefeito, podendo ser rejeitado pela Câmara Municipal pelo voto de 2/3 dos seus membros.

Ainda, de acordo com o art. 75, caput, da CRFB/88, as normas estabelecidas para o Tribunal de Contas da União (TCU) também se aplicam, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios. O STF fixou a tese de que o parecer técnico elaborado pelo Tribunal de Contas tem natureza meramente opinativa, competindo exclusivamente à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local, sendo incabível o julgamento ficto das contas por decurso de prazo" (RE 729.744, Pleno, j. 10.08.2016). Posteriormente o STF entendeu que apesar de o parecer técnico elaborado pelo Tribunal de Contas ter natureza meramente opinativa, a sua emissão é imprescindível, ou seja, necessária.

A) Certo. Vide comentário acima

B) Errado. Vide comentário acima

C) Errado. Vide comentário acima

D) Errado. Vide comentário acima

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

Questão 12

A Lei Y do Estado Beta obriga pessoas físicas ou jurídicas, independentemente da atividade que exerçam, a oferecer estacionamento ao público, a cercar o respectivo local

e a manter funcionários próprios para garantia da segurança, sob pena de pagamento de indenização em caso de prejuízos causados ao dono do veículo.

A Confederação Nacional do Comércio procurou seus serviços, como advogado(a), visando obter esclarecimentos quanto à constitucionalidade da referida lei estadual. Sobre a Lei Y, com base na ordem jurídico-constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

A) É inconstitucional, pois viola a competência privativa da União de legislar sobre matéria concernente ao Direito Civil.

B) É inconstitucional, pois, conforme a Constituição Federal, compete ao ente municipal legislar sobre Direito do Consumidor.

C) É constitucional, pois versa sobre matéria afeta ao Direito do Consumidor, cuja competência legislativa privativa pertence ao Estado Beta.

D) É constitucional, pois, tratando a Lei de temática afeta ao Direito Civil, a competência legislativa concorrente entre a União e os Estados permite que Beta legisle sobre a matéria.

Comentários:

De acordo com o art. 22, da CRFB/88:

> Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:
>
> I - **direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.**

A) Certo. Vide comentário acima

B) Errado. Vide comentário acima

C) Errado. Vide comentário acima

D) Errado. Vide comentário acima

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 13

No Município X, foi editada lei proibindo a queima da palha de cana-de-açúcar e o uso do fogo em atividades agrícolas. Tal diploma legal foi, então, impugnado pelo sindicato patronal representante dos produtores de álcool da região, ao argumento de que a municipalidade não detém competência para dispor sobre o assunto.

A partir do caso enunciado, com base no texto constitucional, assinale a afirmativa correta.

A) Os Municípios apenas detêm competência para legislar sobre assuntos de interesse local; logo, como a proteção do meio ambiente engloba interesse federal e estadual, a lei municipal é inconstitucional.

B) A lei municipal é constitucional, eis que os Municípios possuem competência para dispor sobre a proteção do meio ambiente e o controle da poluição, no limite de seu interesse local e em harmonia com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados.

C) Os Municípios têm competência para legislar sobre assuntos de interesse local; mas como o direito ao meio ambiente equilibrado demanda tratamento uniforme por todas as unidades da Federação, a lei municipal é inconstitucional.

D) Os Municípios possuem competência exclusiva para legislar sobre assuntos de interesse local e a preservação do meio ambiente, de modo que a lei municipal em questão é constitucional.

Comentários:

Vejamos o que dispõe a CRFB/88:

> Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
>
> VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas
>
> Art. 30. Compete aos Municípios:
>
> I - legislar sobre assuntos de interesse local

A) Errado. Vide comentário acima

B) Certo. Vide comentário acima

C) Errado. Vide comentário acima

D) Errado. Vide comentário acima

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 14

A União, com o objetivo de recrudescer o combate aos crimes contra o patrimônio, insere, por meio da Lei Ordinária federal X, um novo artigo no Título II da Parte Especial do Código Penal, dispondo que "as penas de prestação de serviços à comunidade, se não forem cumpridas em até 10 (dez) dias após o trânsito em julgado da condenação, comunicam-se, desde que maiores de 18 (dezoito) e menores de 60 (sessenta) anos, aos parentes em linha reta dos condenados."

Sobre a hipotética situação narrada, com base no ordenamento constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

A) A Lei X é formal e materialmente constitucional, pois compete à União legislar privativamente sobre direito penal e processual.

B) A Lei X é inconstitucional, porque, apesar de a edição de normas com conteúdo penal estar inserida no rol de competências privativas da União, normas que impliquem em situação mais gravosa aos apenados demandam lei complementar.

C) A Lei X é formal e materialmente constitucional, pois o princípio da intransmissibilidade da pena, inserido no rol de direitos e garantias fundamentais, restringe-se às sanções que impliquem em privação ou restrição à liberdade.

D) A Lei X é materialmente inconstitucional, pois as penas de prestação de serviços não podem transcender a pessoa do condenado, sob pena de ofensa ao princípio da pessoalidade ou intransmissibilidade da pena.

Comentários:

De acordo com o entendimento do STF, uma norma é **materialmente inconstitucional** quando viola o conteúdo da Constituição, ainda que a referida norma tenha ingressado no ordenamento jurídico sem ferir as regras procedimentais do processo legislativo. Já a Inconstitucionalidade Formal refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma, ou seja, ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo).

Diante do caso concreto, percebemos que a Lei X violou o art. 5º, XLV, da CRFB/88. Vejamos:

> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
>
> XLV – nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido".

O artigo trata a respeito do princípio da intranscendência da pena, que garante que apenas a pessoa sentenciada poderá responder pelo crime que praticou.

Por isso, a Lei X é materialmente inconstitucional, pois as penas de prestação de serviços não podem transcender a pessoa do condenado sob pena de ofensa ao princípio da pessoalidade ou intransmissibilidade da pena.

A) Errado. Vide comentário acima

B) Errado. Vide comentário acima

C) Errado. Vide comentário acima

D) Certo. Vide comentário acima

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 15

O Município Alfa, situado no Estado Beta, negou-se a apresentar contas anuais de numerosos exercícios ao Tribunal de Contas do referido Estado. Convencido de não se tratar de meros equívocos, mas sim de tentativa de dissimular uma série de irregularidades administrativas, o Governador do Estado Beta encaminhou a questão à Procuradoria do Estado, a fim de saber se a situação ensejaria uma intervenção.

A Procuradoria de Beta, após análise da Constituição Federal, informou corretamente que o caso

A) não admite intervenção em Alfa, pois o fato de os Municípios brasileiros serem entes federativos autônomos lhes garante total independência no trato de seus recursos, impossibilitando a ingerência de outros entes.

B) pode ensejar intervenção federal no Município Alfa, sendo que o Presidente da República somente poderá vir a decretá-la após solicitação formal por parte do Governador de Beta e o devido controle político pelo Congresso Nacional.

C) enseja a intervenção estadual por decreto do próprio Governador de Beta, sendo o referido ato necessariamente dirigido, posteriormente, à Assembleia Legislativa de Beta, para que realize o devido controle político.

D) admite a intervenção estadual no Município Alfa, mas o Governador somente poderá decretá-la após a devida e formal solicitação por parte da Câmara Municipal de Alfa, que deverá, em seguida, exercer o controle político do ato.

Comentários:

Vejamos o que dispõe a CRFB/88:

> Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando:

(...)

II - não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;

(...).

§ 1º O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.

O STF decidiu, na ADI 3029, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 27/03/2020, que não cabe a Constituição Estadual trazer novas hipóteses de intervenção municipal, isto porque, as hipóteses de intervenção estão elencadas taxativamente na CRFB/88 e o estado não pode inovar nesse sentido.

No mesmo sentido, a Súmula 637 do STF afirma que não cabe recurso extraordinário contra acórdão de tribunal de justiça que defere pedido de intervenção estadual em município.

O caso narrado enseja a intervenção estadual por decreto do próprio Governador de Beta, sendo o referido ato necessariamente dirigido, posteriormente, à Assembleia Legislativa de Beta, para realizar o devido controle político.

A) Errado. Vide comentário acima

B) Errado. Vide comentário acima

C) Certo. Vide comentário acima

D) Errado. Vide comentário acima

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência

Questão 16

O parlamentar José, em apresentação na Câmara dos Deputados, afirmou que os direitos à informação e à liberdade jornalística possuem normatividade absoluta e, por esta razão, não podem ceder quando em colisão com os direitos à privacidade e à intimidade, já que estes últimos apenas tutelam interesses meramente individuais.

Preocupado com o que reputou "um discurso radical", o deputado Pedro recorreu a um advogado constitucionalista, a fim de que este lhe esclarecesse sobre quais direitos devem prevalecer quando os direitos à intimidade e à privacidade colidem com os direitos à liberdade jornalística e à informação.

O advogado afirmou que, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, o parlamentar José

A) está correto, pois, em razão do patamar atingido pelo Estado Democrático de Direito contemporâneo, os direitos à liberdade jornalística e à informação possuem valor absoluto em confronto com qualquer outro direito fundamental.

B) está equivocado, pois os tribunais entendem que os direitos à intimidade e à privacidade têm prevalência apriorística sobre os direitos à liberdade jornalística e à informação.

C) está equivocado, pois, tratando-se de uma colisão entre direitos fundamentais, se deve buscar a conciliação entre eles, aplicando-se cada um em extensão variável, conforme a relevância que apresentem no caso concreto específico.

D) está correto, pois a questão envolve tão somente um conflito aparente de normas, que poderá ser adequadamente solucionado se corretamente utilizados os critérios da hierarquia, da temporalidade e da especialidade.

Comentários:

Em se tratando de uma colisão entre direitos fundamentais, deve haver ponderação, que encontra amparo no princípio da proporcionalidade e deverá ser analisada no caso concreto.

Se observarmos a ADPF 130, veremos ser possível haver colisão entre os direitos fundamentais. Para resolver esse conflito, o Juízo deve adotar o critério da ponderação de valores, isto é, "tentar harmonizar ou combinar os bens jurídicos em conflito, de forma que um deles não prevalece em detrimento do outro".

A liberdade de expressão está prevista no art. 5º, IX, da CRFB/88 e apenas será restringida em caráter excepcional, quando, por exemplo, a liberdade de expressão extrapolar os direitos de personalidade de outrem, sempre considerando, portanto, a ponderação, visto que não se pode vetar a liberdade de ninguém, nem ferir o direito de outro (liberdade de expressão de um lado e a dignidade da pessoa humana e o direito à honra de outro).

Por isso, o Parlamentar José está equivocado, pois, tratando-se de uma colisão entre direitos fundamentais, se deve buscar a conciliação entre eles, aplicando-se cada um em extensão variável, conforme a relevância que apresentem no caso concreto específico.

Vejamos as demais alternativas:

A) Errado. Como sabemos nenhum direito ou garantia fundamental possui caráter absoluto.

B) Errado. Não há prevalência entre direitos fundamentais, mas sim, ponderação.

C) Certo. Vide comentário acima

D) Errado. O conflito aparente de normas ocorre quando há duas ou mais normas descrevendo o mesmo fato, o que não é o caso.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência

Questão 17

João, considerado suspeito de ter comercializado drogas ilícitas em festa realizada há duas semanas em badalada praia do Município Delta, após investigação policial, teve localizado seu endereço.

Os policiais, sem perda de tempo, resolvem se dirigir para o referido endereço, e lá chegando, às 22h, mesmo sem permissão, entram na casa de João e realizam uma busca por provas e evidências.

Segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, a ação policial

A) respeitou o direito à inviolabilidade domiciliar, já que a Constituição da República dispensa a necessidade de mandado judicial em situações nas quais esteja em questão a possibilidade de obtenção de provas para investigação criminal em curso.

B) desrespeitou o direito à inviolabilidade domiciliar, já que, como a Constituição da República não prevê explicitamente qualquer exceção a este direito, o ingresso na casa alheia, contra a vontade do morador, sempre exige ordem judicial.

C) respeitou o direito à inviolabilidade domiciliar, já que o sistema jurídico brasileiro considera que a plena fruição desse direito somente pode ser relativizada em situações nas quais o seu exercício venha a conceder proteção a alguma ação criminosa.

D) desrespeitou o direito à inviolabilidade domiciliar, já que, embora esse direito não seja absoluto e possua restrições expressas no próprio texto constitucional, a atuação dos agentes estatais não se deu no âmbito destas exceções.

Comentários:

De acordo com o Art. 5º, XI, da CRFB/88, a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial. O STF fixou a seguinte tese de repercussão geral: "a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal doa gente ou da autoridade, e de nulidade dos atos praticados" (RE 603.616).

A) Errado. Vide comentário acima

B) Errado. Vide comentário acima

C) Errado. Vide comentário acima

D) Certo. Vide comentário acima

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca



DIREITOS HUMANOS

Questão 18

Você, que atua na defesa de Direitos Humanos, foi convidado(a) para participar de um debate promovido pela Comissão de Direitos Humanos da OAB. Um dos debatedores afirmou, com base na Declaração e Programa de Ação de Viena, que é importante compreender que Direitos Humanos são indivisíveis e devem ser considerados com igual ênfase. Outro debatedor retrucou essa afirmação.

No momento da sua fala, você deve esclarecer que, de acordo com a Declaração citada, os Direitos Humanos são

A) indivisíveis, interdependentes e interrelacionados, e a comunidade internacional deve considerá-los em pé de igualdade.

B) divididos em direitos públicos e direitos privados, com ênfase nos direitos públicos como parte do Direito Positivo de cada país.

C) divididos em direitos em sentido forte e direitos em sentido fraco, e que apenas os direitos civis e políticos são direitos humanos em sentido forte.

D) conceitos acadêmicos sempre em disputa e que a Declaração e Programa de Ação de Viena não fala da indivisibilidade ou da divisibilidade dos Direitos Humanos.

Comentários:

De acordo com o art. 5º, da Declaração e Programa de Ação de Viena de 1993, "Todos os direitos humanos são **universais, indivisíveis, interdependentes e interrelacionados**.

A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos de forma global, justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase. Embora particularidades nacionais e regionais devam ser levadas em consideração, assim como diversos contextos históricos, culturais e religiosos, é dever dos Estados promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, sejam quais forem seus sistemas políticos, econômicos e culturais."

A) Certo. Vide comentário acima

B) Errado. Vide comentário acima

C) Errado. Vide comentário acima

D) Errado. Vide comentário acima

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 19

Você, como advogada(o) atuante na defesa dos Direitos Humanos, foi convidada(o) para participar de um programa de debate na rádio local sobre a questão da pena de morte. Um dos debatedores, em certo ponto do programa, afirmou que, caso fosse aprovada uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) suprimindo a vedação da pena de morte presente na Constituição, o Brasil poderia adotar esse tipo de pena. Na opinião desse debatedor, tratar-se-ia apenas de vontade política e não de questão jurídica.

Diante disso, cabe a você esclarecer que

A) essa PEC poderia ser aprovada pelo Congresso Nacional e surtir seus efeitos jurídicos mas, por se tratar de uma questão política, o ideal seria que essa decisão fosse precedida de amplo debate popular.

B) essa PEC poderia ser aprovada pelo Congresso Nacional mas, de acordo com a Constituição da República, uma decisão nesse sentido somente poderia ser implementada após aprovação em referendo popular.

C) essa PEC não é juridicamente adequada, porque tal vedação é cláusula pétrea da Constituição e porque o Brasil promulgou o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos referente à abolição da pena de morte.

D) de acordo com a Constituição da República e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, apenas o Supremo Tribunal Federal poderia admitir a pena de morte, porque possui competência para relativizar a proteção a um direito fundamental, desde que para proteger outro direito fundamental.

Comentários:

De acordo com o art. 5º, XLVII, que trata sobre os direitos e garantias individuais, não haverá penas:

> a) de **morte**, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
> (...).

No mesmo sentido dispõe o art. 60, § 4º, inciso IV, da CRFB/88, que trata das cláusulas pétreas:

> Art. 60:
> (...)
> § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:
> (...)
> **IV - os direitos e garantias individuais.**

Seguindo, o art. 4, do Capítulo II da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), dispõe que:

> 1. Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente.

Em seguida, no parágrafo 3, dispõe que:

> 3. Não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.

O Decreto de nº 678/92 promulgou o pacto, respeitando, por fim, o disposto no do § 3º, do art. 5º, da CRFB/88.

Portanto, essa PEC não é juridicamente adequada, visto que tal vedação é cláusula pétrea da Constituição, bem como porque o Brasil promulgou o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos referente à abolição da pena de morte.

A) Errado. Vide comentário acima

B) Errado. Vide comentário acima

C) Certo. Vide comentário acima

D) Errado. Vide comentário acima

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO INTERNACIONAL

Questão 20

John, de nacionalidade americana, possui interesse em visitar seu filho Mário, brasileiro nato, de 18 anos, que reside no Brasil com sua mãe. Em sua visita, John pretende permanecer no país por apenas 10 (dez) dias.

Diante do interesse manifestado por John em visitar o filho no Brasil, à luz da atual Lei de Migração (Lei nº 13.445/17), assinale a afirmativa correta.

Uma vez obtido o visto de visita, é direito subjetivo de John ingressar no Brasil. John tem direito subjetivo ao visto de visita, em razão de a política migratória brasileira estabelecer a garantia do direito à reunião familiar, independentemente de outros requisitos previstos na atual Lei de Migração.

John, mesmo após obter o visto de visita, poderá ser impedido de ingressar no Brasil, caso tenha sido condenado ou esteja respondendo a processo em outro país por crime doloso passível de extradição segundo a lei brasileira.

Se John tiver o intuito de estabelecer residência por tempo determinado no Brasil, deverá obrigatoriamente solicitar visto para trabalho, uma vez que a Lei de Migração não possui a previsão de concessão de visto temporário para reunião familiar.

Comentários:

A) Errado. John não possui direito subjetivo ao ingresso em território brasileiro, visto que, existem hipóteses de impedimento ao ingresso, dispostas no art. 45, da Lei de Migração (Lei nº 13.445/17):

> "Art. 45. Poderá ser impedida de ingressar no País, após entrevista individual e mediante ato fundamentado, a pessoa:

I - anteriormente expulsa do País, enquanto os efeitos da expulsão vigorarem;

II - condenada ou respondendo a processo por ato de terrorismo ou por crime de genocídio, crime contra a humanidade, crime de guerra ou crime de agressão, nos termos definidos pelo Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, de 1998, promulgado pelo Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002 ;

III - condenada ou respondendo a processo em outro país por crime doloso passível de extradição segundo a lei brasileira;

IV - que tenha o nome incluído em lista de restrições por ordem judicial ou por compromisso assumido pelo Brasil perante organismo internacional;

V - que apresente documento de viagem que:

a) não seja válido para o Brasil;

b) esteja com o prazo de validade vencido; ou

c) esteja com rasura ou indício de falsificação;

VI - que não apresente documento de viagem ou documento de identidade, quando admitido;

VII - cuja razão da viagem não seja condizente com o visto ou com o motivo alegado para a isenção de visto;

VIII - que tenha, comprovadamente, fraudado documentação ou prestado informação falsa por ocasião da solicitação de visto; ou

IX - que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal."

Logo, incorreta esta alternativa, ao sustentar a existência de direito subjetivo ao ingresso, como se não houvesse a possibilidade de impedimento, o que não é verdade. **B) Errado.** Vide comentários da alternativa A.

C) Certo. Há impedimento ao ingresso, caso se trate de pessoa condenada ou respondendo a processo em outro país por crime doloso passível de extradição segundo a lei brasileira, conforme o art. 45, III, da Lei 13.445/2017.

D) Errado. A alternativa contraria ao disposto no art. 14, I, "i", da Lei 13.445/2017, que traz expressamente a possibilidade de concessão de visto temporário para reunião familiar. Vejamos:

"Art. 14. O visto temporário poderá ser concedido ao imigrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado e que se enquadre em pelo menos uma das seguintes hipóteses:

I - o visto temporário tenha como finalidade:

(...)

i) reunião familiar;"

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 21

Carlyle Schneider, engenheiro suíço, morava em Madison, Wisconsin, Estados Unidos da América, há 12 anos.

Em meados de 2015, participou da construção de dois edifícios em Florianópolis, Brasil, dos quais se afeiçoou de tal modo, que decidiu adquirir uma unidade residencial em cada prédio. Portanto, apesar de bem estabelecido em Madison, era o Sr. Schneider proprietário de dois imóveis no Brasil.

Em 10/12/2017, viajou à Alemanha e, ao visitar um antigo casarão a ser restaurado, foi surpreendido pelo desabamento da construção sobre si, falecendo logo em seguida. Carlyle Schneider deixou 3 (três) filhos, que moravam na Suíça.

A respeito dos limites da jurisdição nacional e da cooperação internacional, com base nas normas constantes do Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

A) Em matéria de sucessão hereditária, compete exclusivamente à autoridade judiciária da Suíça, país de nacionalidade do autor da herança e de nacionalidade e residência dos herdeiros legítimos, proceder à partilha dos dois bens imóveis situados no Brasil.

B) Em matéria de sucessão hereditária, compete concorrentemente à autoridade judiciária da Alemanha, local de óbito do autor da herança, proceder à partilha dos dois bens imóveis situados no Brasil.

C) Em matéria de sucessão hereditária, compete exclusivamente ao Estado brasileiro, local de situação dos imóveis, proceder ao inventário e à partilha dos dois bens imóveis. D) Em matéria de sucessão hereditária, compete concorrentemente à autoridade judiciária dos Estados Unidos da América, país de residência do autor da herança, proceder à partilha dos dois bens imóveis situados no Brasil.

Comentários:

Para responder à questão, é preciso ter conhecimento do Art. 23, incisos I e II, do CPC/15. Vejamos:

> "Art. 23. Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra:
> I - conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil;
> II - em matéria de sucessão hereditária, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional;
> III - em divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável, proceder à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional."

A) Errado. Vide comentário acima

B) Errado. Vide comentário acima

C) Certo. Vide comentário acima

D) Errado. Vide comentário acima

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 22

Um carregamento de computadores foi abandonado no porto pelo importador, que não chegou a realizar o desembaraço aduaneiro dentro do prazo previsto na legislação

tributária. Por isso, a autoridade tributária, após o devido processo legal, aplicou a pena de perdimento e realizou leilão para alienação dos computadores.

Diante dessa situação, a base de cálculo do imposto sobre a importação incidente na hipótese será o valor

A) de mercado dos bens.

B) da arrematação.

C) arbitrado pela autoridade tributária.

D) estimado dos bens, deduzindo-se os custos com armazenagem e as comissões do leiloeiro público.

Comentários:

Para responder à questão, é preciso ter conhecimento do que dispõe o CTN (Código Tributário Nacional) acerca do imposto sobre a importação de produtos estrangeiros.

Vejamos:

> "Art. 19 CTN. O imposto, de competência da União, sobre a importação de produtos estrangeiros tem como fato gerador a entrada destes no território nacional.
>
> Art. 20. A base de cálculo do imposto é:
>
> I - quando a alíquota seja específica, a unidade de medida adotada pela lei tributária;
>
> II - quando a alíquota seja ad valorem, o preço normal que o produto, ou seu similar, alcançaria, ao tempo da importação, em uma venda em condições de livre concorrência, para entrega no porto ou lugar de entrada do produto no País;
>
> III - quando se trate de produto apreendido ou abandonado, levado a leilão, o preço da arrematação."

Logo, diante do caso apresentado, a base de cálculo do imposto será o preço da arrematação.

A) Errado. Vide comentário acima

B) Certo. Vide comentário acima

C) Errado. Vide comentário acima

D) Errado. Vide comentário acima

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 23

A Assembleia Legislativa do Estado Alfa, castigado por chuvas torrenciais que causaram graves enchentes, aprovou lei complementar estadual de iniciativa parlamentar que instituiu empréstimo compulsório sobre a aquisição de veículos automotores no território estadual, vinculando os recursos obtidos ao combate dos efeitos das enchentes. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta

A) A iniciativa da lei que instituiu o empréstimo compulsório é privativa do chefe do Poder Executivo.
B) O empréstimo compulsório necessita de lei complementar estadual para sua instituição.
C) O Estado não pode instituir empréstimos compulsórios.
D) A vinculação da receita de empréstimos compulsórios é inconstitucional.

Comentários:

Para responder à questão, é preciso ter conhecimento do Art. 28 da CRFB/88, que dispõe acerca dos empréstimos compulsórios. Vejamos:

> "Art. 148. A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:
> I - para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência;
> II - no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art. 150, III, b.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição." Diante da leitura do artigo, podemos verificar que o empréstimo compulsório é de competência exclusiva da União, mediante lei complementar. Logo, o Estado não pode instituir empréstimos compulsórios.

A) Errado. Vide comentário acima

B) Errado. Vide comentário acima

C) Certo. Vide comentário acima

D) Errado. Vide comentário acima

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 24

Lei municipal específica instituiu contribuição de melhoria para custeio de pavimentação asfáltica integralmente custeada pelo ente público na Rua ABC, localizada no Município X. Finalizada a obra e seguido o devido procedimento previsto na legislação para cálculo e cobrança deste tributo, Lucas, proprietário de imóvel substancialmente valorizado em decorrência da obra, recebeu notificação, em 01/06/2021, para pagamento do tributo até 30/06/2021. Contudo, nem pagou nem impugnou o débito tributário.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

A) O prazo decadencial para constituição deste crédito tributário se encerra em cinco anos contados a partir da data de 01/06/2021.

B) O prazo decadencial para constituição deste crédito tributário se encerra em cinco anos contados a partir da data de 30/06/2021.

C) O prazo prescricional para cobrança deste crédito tributário se encerra em cinco anos contados a partir da data de 01/06/2021.

D) O prazo prescricional para cobrança deste crédito tributário se encerra em cinco anos contados a partir da data de 30/06/2021.

Comentários:

Questão controversa. Primeiramente, vamos ao que dispõe o CTN acerca da decadência e prescrição. Vejamos, respectivamente:

> "Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extinguese após 5 (cinco) anos, contados:
> I - em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria, e em segundo lugar aos decorrentes de responsabilidade tributária;
> II - primeiramente, às contribuições de melhoria, depois às taxas e por fim aos impostos;
> III - na ordem crescente dos prazos de prescrição;
> IV - na ordem decrescente dos montantes.
> Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva." Entretanto, a Súmula do STJ estabelece que:

> "Súmula 622-STJ: A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário; exaurida a instância administrativa com o decurso do prazo para a impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo e esgotado o prazo concedido pela Administração para o pagamento voluntário, inicia-se o prazo prescricional para a cobrança judicial."

A pretensão executória iniciaria em 1 de julho de 2021, portanto, a Fazenda Pública pode cobrar a dívida até 30/6/2021.

Tal questão tem sido alvo de ações via de Mandado de Segurança, o qual já garantiu a aprovação de uma aluna no estado do Pará. A jovem participante do certame conseguiu na justiça a declaração de que a questão 24 da prova branca não tem resposta correta. Logo, o Juiz Federal, Rafale Slomp, declarou o erro contido na questão e possibilitou a candidata de participar da segunda fase.

O Juiz Federal utilizou o Tema 980 do STJ como fundamento de seu decisium, acompanhemos:

> "A Banca Examinadora atribuiu como correta a alternativa "D". Contudo, analisando detidamente o enunciado e as alternativas acima apontadas, vislumbro não haver, aparentemente, resposta correta, uma vez que o termo inicial do prazo

> prescricional de crédito tributário é o dia seguinte ao vencimento do prazo concedido pelo fisco ao contribuinte, conforme já decidiu o Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso repetitivo – Tema 980."

Na hipótese, o contribuinte teria até o dia 30/06/2021 para pagar o tributo. Assim, de forma inequívoca, o termo inicial do prazo para a cobrança do crédito tributário somente pode ocorrer após aquela data.

A) Errado. Vide comentário acima

B) Errado. Vide comentário acima

C) Errado. Vide comentário acima

D) Certo. Vide comentário acima

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca e Jurisprudência.

Questão 25

Em 10/11/2020, foi publicada lei ordinária federal que majorava a alíquota de contribuição previdenciária a ser cobrada do empregador, incidente sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício. Diante desse cenário, a nova alíquota poderá ser aplicada

A) a partir da data da publicação da lei.
B) noventa dias a contar da data da publicação da lei.
C) a partir do primeiro dia do exercício financeiro seguinte.
D) a partir de noventa dias contados do primeiro dia do exercício financeiro seguinte.

Comentários:

Via de regra, o art. 104, inciso I, do CTN afirma que entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação os dispositivos de lei,

referentes a impostos sobre o patrimônio ou a renda que instituem ou majoram tais impostos.

Entretanto, a CRFB/88 prevê exceções em seu art. 195. Vejamos:

> "**Art. 195.** A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: (Vide Emenda Constitucional nº 20, de 1998) **I** - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:
>
> **a)** a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)
>
> **b)** a receita ou o faturamento; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)
>
> **c)** o lucro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)
>
> **II** - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social; (Redação dada pela Emenda
>
> Constitucional nº 103, de 2019)
>
> **III** - sobre a receita de concursos de prognósticos.
>
> **IV** - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)
>
> [...]
>
> **§ 6º** As contribuições sociais de que trata este artigo **só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, "b".**"

Logo, por força legal do Texto Constitucional, será aplicado o Princípio da Anterioridade Nonagesimal.

A) Errado. Vide comentário acima

B) Certo. Vide comentário acima

C) Errado. Vide comentário acima

D) Errado. Vide comentário acima

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 26

Panificadora Pães Fofos Ltda., tendo como sócio-administrador José, alienou seu fundo de comércio à Panificadora Flor de Lisboa Ltda., deixando de atuar comercialmente. Contudo, 9 meses após a alienação do fundo de comércio, a Panificadora Pães Fofos Ltda. alugou um novo ponto comercial e retornou às atividades de panificação.
Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

A) A Panificadora Flor de Lisboa Ltda. responde, integralmente, pelos tributos relativos ao fundo adquirido, devidos até à data do ato de aquisição.
B) Ambas as panificadoras respondem, solidariamente, pelos tributos relativos ao fundo adquirido, devidos até à data do ato de aquisição.
C) A Panificadora Pães Fofos Ltda. responde, subsidiariamente, pelos tributos relativos ao fundo adquirido, devidos até à data do ato de aquisição.
D) A Panificadora Pães Fofos Ltda. e José, seu sócio-administrador, respondem, subsidiariamente, pelos tributos relativos ao fundo adquirido, devidos até à data do ato de aquisição.

Comentários:

Para responder à questão, é preciso ter conhecimento do Art. 133, incisos I e II, do CTN. Vejamos:

> "Art. 133. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato:

I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;

II subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão."

No caso em questão, a nova atividade foi iniciada 9 meses após a alienação do fundo de comércio. Portanto, a responsabilidade é integral da adquirente Panificado Flor de Lisboa Ltda.

A) Certo. Vide comentário acima

B) Errado. Vide comentário acima

C) Errado. Vide comentário acima

D) Errado. Vide comentário acima

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 27

Flávio, oficial de justiça de determinado Tribunal Regional Federal, no exercício de suas atribuições, ao se dirigir para uma diligência, foi surpreendido por intenso tiroteio. Em razão disso, Flávio adentrou clandestinamente o imóvel de Júlia, sendo que permaneceu no local sem determinação judicial, por longo período e contra a vontade da proprietária. Diante da configuração de crime previsto na Lei de Abuso de Autoridade, Flávio foi denunciado no âmbito criminal, sendo certo que, após o devido processo legal, ele foi absolvido, em decorrência da caracterização de estado de necessidade, operando-se o

trânsito em julgado da sentença. Paralelamente, foi instaurado processo administrativo disciplinar, para fins de obter a responsabilização de Flávio pela respectiva falta funcional. Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

A) O reconhecimento de que Flávio praticou o ato de abuso de autoridade em estado de necessidade na decisão prolatada na esfera penal faz coisa julgada no âmbito administrativo-disciplinar.

B) A existência de ação penal por abuso de autoridade em face de Flávio deveria ter impedido a instauração do processo administrativo disciplinar, pois não é admitida duplicidade de responsabilização.

C) A sentença penal que absolveu Flávio não pode repercutir na esfera administrativadisciplinar, uma vez que a sentença absolutória criminal somente pode refletir em outras esferas nas hipóteses de negativa de autoria.

D) Não é possível aplicar penalidade administrativa-disciplinar a Flávio, na medida em que toda sentença absolutória penal vincula o controle pela Administração Pública, ainda que o fundamento criminal seja a ausência de prova.

Comentários:

Para responder à questão, é preciso ter conhecimento do Art. 8º da Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade). Vejamos:

> "Art. 8º Faz **coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativodisciplinar**, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em **estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.**"

A) Certo. Vide comentário acima

B) Errado. Vide comentário acima

C) Errado. Vide comentário acima

D) Errado. Vide comentário acima

Gabarito: A

Questão 28

Há muitos anos, Bruno invadiu sorrateiramente uma terra devoluta indispensável à defesa de fronteira, que já havia sido devidamente discriminada. Como não houve oposição, Bruno construiu uma casa, na qual passou a residir com sua família, além de usar o terreno subjacente para a agricultura de subsistência. A União, muitos anos depois do início da utilização do bem por Bruno, promoveu a sua notificação para desocupar o imóvel, em decorrência de sua finalidade de interesse público.

Na qualidade de advogado(a) consultado(a) por Bruno, assinale a afirmativa correta.

A) Bruno terá que desocupar o bem em questão e não terá direito à indenização pelas acessões e benfeitorias realizadas, pois era mero detentor do bem da União.

B) A União não poderia ter notificado Bruno para desocupar bem que não lhe pertence, na medida em que todas as terras devolutas são de propriedade dos estados em que se situam.

C) Bruno pode invocar o direito fundamental à moradia para reter o bem em questão, até que a União efetue o pagamento pelas acessões e benfeitorias realizadas.

D) Caso Bruno preencha os requisitos da usucapião extraordinária, não precisará desocupar o imóvel da União.

Comentários:

A) Certo. A letra A está correta, conforme entendimento da Súmula 619 do STJ. Vejamos: "A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias."

B) Errado. A letra B está incorreta, pois vai de encontro ao estabelecido no Art. 20, inciso

II, da CRFB/88. Vejamos:

> "Art. 20. São bens da União:
>
> (...)
>
> II - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;"

C) **Errado.** A letra C está incorreta, vide o comentário da letra "A".

D) **Errado.** Por fim, a letra D está incorreta, pois os bens públicos não são passíveis de usucapião. É o que preceitua os arts. 183, §3º, e 191, parágrafo único, ambos da CRFB,

bem como o art. 102 do CC/02 Vejamos:

> "Art. 183 (...)
>
> § 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.
>
> (...)
>
> Art. 191 (...)
>
> Parágrafo único. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.
>
> Art. 102, CC Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião."

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 29

Para fins de contratar serviço de engenharia necessário ao desenvolvimento de sua atividade, que não abarca reforma de edifício ou equipamento, certa empresa pública federal realizou licitação, na forma da Lei nº 13.303/16. A sociedade empresária Feliz sagrou-se vencedora do certame. Após regular formalização do contrato, a entidade administrativa, diante do advento de nova tecnologia relevante, decidiu alterar as especificações do objeto, mediante aditamento.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

A) Ainda que haja acordo entre as partes, a alteração do contrato pretendida não é possível, em decorrência do princípio de que o pactuado deve ser respeitado.

B) A empresa pública tem a prerrogativa de realizar a alteração do contrato, independentemente de acordo com a sociedade empresária Feliz.

C) A alteração do contrato depende de acordo com a sociedade empresária Feliz e deve respeitar o limite estabelecido na lei de regência.

D) Se houver acordo entre as partes, não há limitação para a alteração do contrato formalizado com a sociedade empresária Feliz.

Comentários:

Para responder à questão, é necessário ter conhecimento do Art. 81, inciso I e parágrafo 1º da Lei 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Vejamos:

> "Art. 81. Os contratos celebrados nos regimes previstos nos incisos I a V do art. 43 contarão com cláusula que estabeleça a possibilidade de alteração, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:
>
> I - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
>
> (...)
>
> § 1º O contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos."

A) Errado. Vide comentário acima

B) Errado. Vide comentário acima

C) Certo. Vide comentário acima

D) Errado. Vide comentário acima

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 30

Luciano, proprietário de um terreno localizado no Município Ômega, viajou para o exterior, pelo período de 8 meses, para realizar curso de especialização profissional. Quando retornou de viagem, verificou que o Município, sem expedir qualquer notificação, de forma irregular e ilícita, invadiu sua propriedade e construiu uma escola, em verdadeiro apossamento administrativo. As aulas na nova escola municipal já se iniciaram há dois meses e verifica-se a evidente impossibilidade de se reverter a situação sem ensejar prejuízos aos interesses da coletividade.

Ao buscar assistência jurídica junto a conhecido escritório de advocacia, foi manejada em favor de Luciano ação de

A) indenização por retrocessão, por abuso de poder da municipalidade, que gera direito à justa e imediata indenização, exigível quando do trânsito em julgado da ação.

B) indenização por desapropriação indireta, que visa à justa e posterior indenização, a ser paga por meio de precatório.

C) reintegração de posse por tredestinação ilícita, por desvio de finalidade, que visa à justa e posterior indenização, a ser paga por meio de precatório.

D) interdito proibitório por desvio de finalidade, que gera direito à justa e imediata indenização, exigível quando do trânsito em julgado da ação.

Comentários:

A) **Errado.** A letra A está incorreta, pois a indenização por retrocessão ocorrerá nos casos em que o ente público desapropria o bem, transferindo a propriedade ao patrimônio público sem, contudo, garantir a sua utilização na busca do interesse público.

B) **Certo.** A letra B está correta. A desapropriação indireta ocorre nas situações em que o Estado invade o bem privado sem respeitar os procedimentos administrativos e judiciais inerentes à desapropriação, ou seja, o Estado comete ato ilícito Vejamos o que fundamenta o art. 35 do Decreto-lei 3.365/41:

> "Art. 35. Os bens expropriados, uma vez incorporados à Fazenda Pública, não podem ser objeto de reivindicação, ainda que fundada em nulidade do processo de desapropriação. Qualquer ação, julgada procedente, resolver-se-á em perdas e danos."

C) **Errado.** A letra C está incorreta, pois quando, no ato de desapropriação, altera-se a destinação do bem, em claro desvio de finalidade, diz-se que ocorreu a tredestinação. Nas hipóteses em que há a mudança de destinação específica, somente, mantendo-se a finalidade genérica, qual seja a busca do interesse público, a tredestinação será lícita.

D) **Errado.** A letra D está incorreta, pois o interdito proibitório ocorre quando o possuidor direto ou indireto, que tenha justo receio de ser molestado na posse, poderá requerer ao juiz que o segure da turbação ou esbulho iminente, mediante mandado proibitório em que se comine ao réu determinada pena pecuniária caso transgrida o preceito. Ademais, será, sempre, ação de procedimento especial (sumário). Ou seja, trata-se de uma ação de caráter preventivo (houve apenas uma ameaça à posse) e cominatório (cabível a fixação de pena de multa, caso haja transgressão).

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 31

A sociedade empresária Espertinha praticou atos de corrupção contra determinada organização pública internacional, mediante oferecimento de suborno para a obtenção de vantagens indevidas. Em razão disso, a Controladoria Geral da União (CGU) instaurou procedimento administrativo para apurar a responsabilização administrativa de tal sociedade.

Considerando o disposto na Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção), assinale a afirmativa correta.

A) Não é possível a responsabilização administrativa da sociedade empresária Espertinha por atos de corrupção praticados contra organização pública internacional.

B) A responsabilização administrativa pela CGU não necessita da caracterização do elemento subjetivo na conduta da sociedade empresária Espertinha, pois tal responsabilidade é objetiva.

C) A aplicação de penalidades administrativas pela CGU depende da responsabilização individual de pessoa natural, na figura de sócio ou dirigente da sociedade empresária Espertinha.

D) O processo administrativo instaurado pela CGU poderá resultar na aplicação das penalidades de multa e de dissolução compulsória da sociedade empresária Espertinha.

Comentários:

A) Errado. A letra A está incorreta, pois seria possível a responsabilização, vide entendimento dos arts. 1º, caput e art. 5º, parágrafos 1º e 2º da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção). Vejamos:

> "Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a **responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas** pela prática de **atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.**
>
> Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º , **que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:**
>
> (...)
>
> § 1º Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.
>
> § 2º **Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à administração pública estrangeira as organizações públicas internacionais."**

B) Certo. A letra B está correta, vide entendimento dos Arts. 1º e 2º da referida Lei. Vejamos:

"Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

(...)

Art. 2º As **pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente**, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não."

C) Errado. A letra C está incorreta. A responsabilização ocorre **independentemente da responsabilização individual das pessoas naturais.** É o que afirma o Art. 3º, parágrafo 1º, da lei:

"Art. 3º (...)

§ 1º A pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da responsabilização individual das pessoas naturais referidas no caput."

D) Errado. Por fim, a letra D está incorreta. Vejamos o que dispõe o Art. 6º da lei:

"Art. 6º Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta Lei **as seguintes sanções:** I - multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e

II - publicação extraordinária da decisão condenatória."

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 32

João da Silva, Governador do Estado Alfa, de forma dolosa, no exercício das funções, revelou, em entrevista a veículo de imprensa, fato de que tinha ciência em razão de suas atribuições e que devia permanecer em segredo, consistente em relatório de inteligência policial, cujas diligências ainda estavam em curso. A publicização indevida comprometeu as atividades de inteligência, bem como de investigação em andamento, relacionadas com a prevenção e repressão de infrações.

O Ministério Público estadual instaurou inquérito civil para apurar os fatos e, finda a investigação, restou comprovada a prática de ato ilícito, razão pela qual o MP ajuizou ação

A) civil pública por ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da administração pública.

B) por crime de responsabilidade, já que nenhum agente político se sujeita ao regime jurídico da lei de improbidade administrativa.

C) por crime de responsabilidade, já que Governador de Estado não se sujeita ao regime jurídico da lei de improbidade administrativa.

D) civil pública com pedido de impeachment, por abuso de poder político e ofensa ao decoro e à moralidade administrativa

---

Comentários:

Para responder à questão é necessário ter conhecimento da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa). Esta sofreu diversas alterações em razão da Lei 14.230/2021, de forma que a presente questão será comentada nos moldes da nova disposição legal.

A) Certo. A alternativa correta é a da letra "A" visto que está de acordo com o Art. 11, inciso III, da lei. Vejamos:

> "Art. 11. Constitui **ato de improbidade administrativa** que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas:
>
> (...)
>
> III - **revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado**;"

B) Errado. A letra B está incorreta, visto que o agente político pode se sujeitar ao regime jurídico da lei de improbidade administrativa. Vejamos o que dispõe o Art. 2º da Lei:

"Art. 2º Para os efeitos desta Lei, **consideram-se agente público o agente político**, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei."

C) Errado. A letra C está incorreta, pois em entendimento firmado pelo STF, Governador de Estado, como agente político se sujeita ao regime jurídico da lei de improbidade administrativa. Vejamos a ementa do referido julgado:

"Direito Constitucional. Agravo Regimental em Petição. Sujeição dos Agentes Políticos a Duplo Regime Sancionatório em Matéria de Improbidade. Impossibilidade de Extensão do Foro por Prerrogativa de Função à Ação de Improbidade Administrativa. 1. Os agentes políticos, com exceção do Presidente da República, encontram-se sujeitos a um duplo regime sancionatório, de modo que se submetem tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa, quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade. Não há qualquer impedimento à concorrência de esferas de responsabilização distintas, de modo que carece de fundamento constitucional a tentativa de imunizar os agentes políticos das sanções da ação de improbidade administrativa, a pretexto de que estas seriam absorvidas pelo crime de responsabilidade. A única exceção ao duplo regime sancionatório em matéria de improbidade se refere aos atos praticados pelo Presidente da República, conforme previsão do art. 85, V, da Constituição. 2. O foro especial por prerrogativa de função previsto na Constituição Federal em relação às infrações penais comuns não é extensível às ações de improbidade administrativa, de natureza civil. Em primeiro lugar, o foro privilegiado é destinado a abarcar apenas as infrações penais. A suposta gravidade das sanções previstas no art. 37, § 4º, da Constituição, não reveste a ação de improbidade administrativa de natureza penal. Em segundo lugar, o foro privilegiado submete-se a regime de direito estrito, já que representa exceção aos princípios estruturantes da igualdade e da república. Não comporta, portanto, ampliação a hipóteses não expressamente previstas no texto constitucional. E isso especialmente porque, na hipótese, não há lacuna constitucional, mas legítima opção do poder constituinte originário em não instituir foro privilegiado para o processo e julgamento de agentes políticos pela prática de atos de improbidade na esfera civil. Por fim, a fixação de competência para julgar a ação de improbidade no 1o grau de jurisdição, além de constituir fórmula mais republicana, é atenta às capacidades institucionais dos diferentes graus de jurisdição para a realização da instrução processual, de modo

a promover maior eficiência no combate à corrupção e na proteção à moralidade administrativa. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.
(Pet-AgR 3240, rel. Ministro TEORI ZAVASCKI, Plenário, 10.5.2018)"

D) Errado. Por fim, a letra D está incorreta. Não cabe pedido de impeachment por meio de ação civil pública. O procedimento correto está previsto na Lei 1079/50 e Decreto-lei 201/67.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

DIREITO AMBIENTAL

Questão 33

Determinado empreendedor requereu ao órgão ambiental competente licença ambiental para indústria geradora de significativa poluição atmosférica, que seria instalada em zona industrial que, contudo, já está saturada.

Após a análise técnica necessária, feita com base nos riscos e impactos já de antemão conhecidos em razão de certeza científica, concluiu-se que os impactos negativos decorrentes da atividade não poderiam sequer ser mitigados a contento, diante da sinergia e cumulatividades com as atividades das demais fábricas já existentes na localidade

Assim, o órgão ambiental indeferiu o pedido de licença, com objetivo de impedir a ocorrência de danos ambientais, já que sabidamente a atividade comprometeria a capacidade de suporte dos ecossistemas locais.

Assinale a opção que indica o princípio de Direito Ambiental em que a decisão de indeferimento do pedido de licença está fundada específica e diretamente.

A) Princípio da precaução, eis que a operação do empreendimento pretendido causa riscos hipotéticos que devem ser evitados.

B) Princípio da prevenção, eis que a operação do empreendimento pretendido causa perigo certo, com riscos previamente conhecidos.

C) Princípio do poluidor-pagador, eis que a operação do empreendimento pretendido está condicionada à adoção das cautelas ambientais cabíveis para mitigar e reparar os danos ambientais.

D) Princípio da responsabilidade ambiental objetiva, eis que a operação do empreendimento pretendido está condicionada ao prévio depósito de caução para garantir o pagamento de eventuais danos ambientais.

Comentários:

Vamos primeiro às diferenças entre os princípios da precaução e prevenção.

Os danos ambientais geralmente são graves e irreversíveis, com isso, devemos preferir sempre evitar a remediar. Dessa ideia surgem os princípios da prevenção e da precaução:

PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO	PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO
A aplicação do princípio da prevenção ocorre na **certeza científica** do impacto ambiental da atividade. Conhecendo os danos que determinada atividade causa ao meio ambiente, podemos impor medidas preventivas para minimizar ou eliminar esses efeitos.	A aplicação do princípio da precaução ocorre na constatação de **potenciais riscos** de impacto ambiental da atividade, que no momento não podem ser cientificamente comprovados. É um dever de cautela.

A) Errado. Vide comentários acima

B) Certo. Vide comentários acima

C) Errado. A letra C está incorreta, visto que o princípio do poluidor pagador, usado como um instrumento econômico de política ambiental, exige que o poluidor suporte as despesas de prevenção, reparação e repressão dos seus danos ambientais. Aplicando o princípio do poluidor pagador, os custos sociais externos do processo de produção devem ser internalizados pelo empreendedor da atividade, procurando corrigir o prejuízo que a sociedade tem com o seu processo produtivo.

Especificamente quanto ao princípio do poluidor-pagador, podemos analisá-lo de duas formas compatíveis e complementares:

Reparação – o poluidor deve assumir as consequências do dano ambiental que causou. Nesse aspecto o princípio do poluidor pagador também é chamado de princípio da reparação ou de princípio da responsabilidade;

Prevenção – o poluidor deve seguir as políticas públicas e considerar os custos sociais da degradação ambiental. Trata-se de um incentivo dissuasivo para quem pretende atuar de forma lesiva ao meio ambiente.

D) Errado. Por fim, a letra D está incorreta, pois a responsabilidade ambiental objetiva é limitada a uma responsabilidade civil. Independentemente da existência de dolo ou culpa, o poluidor é obrigado a indenizar e reparar os danos decorrentes de sua atividade causados ao meio ambiente e a terceiros. Basta a comprovação do dano e o nexo causal entre ele e a atividade do poluidor.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

Questão 34

Há grande interesse das sociedades empresárias do setor petrolífero na exploração de áreas localizadas no mar. Nessas áreas, segundo grupos ambientalistas, foi constatada a presença de rara e sensível formação de recifes costeiros.

Sobre a hipótese, assinale a opção que indica a medida adequada que o Poder Público deve tomar para manter a área preservada. A) Criar uma Reserva Legal.

B) Criar um Parque Nacional Marinho.

C) Autorizar a criação de uma Zona de Amortecimento.

D) Estabelecer uma Área de Indisponibilidade da Zona Costeira.

Comentários:

A) Errado. A letra A está incorreta. A definição de Reserva Legal está presente no Art. 3º, inciso III, do Código Florestal. Vejamos:

> "Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:
> III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;"

Desta forma, não seria a medida ideal para exploração de áreas localizadas no mar.

B) Certo. A letra B está correta. O Parque Nacional Marinho está previsto no Art. 11 da Lei nº 9.985/00. Vejamos:

> "Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico."

C) Errado. A letra C está incorreta. A Zona de Amortecimento está prevista no art. 2º, XVIII, do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza):

> "Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:
> XVIII - zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade;"

Não seria o caso, pois, pela constatação da presença de rara e sensível formação de recifes costeiros, seria necessária uma área de preservação mais isolada.

D) Errado. Por fim, a letra D está incorreta visto que não existe tal medida no ordenamento.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO CIVIL

Questão 35

Antônio, advogado, passou a residir com sua namorada Lorena, em 2012, com objetivo declarado, pelo próprio casal, de constituir uma união estável, ainda que não guarnecida por escritura pública. A partir de então, Antônio começou a participar do cotidiano de

Lucas, filho de Lorena, cuja identidade do pai biológico a própria mãe desconhecia. No início de 2018, Antônio procedeu ao reconhecimento voluntário de paternidade socioafetiva de Lucas, com base no Provimento nº 63/2017 CNJ.

Em meados de agosto de 2020, a convivência de Antônio e Lorena chegou ao fim. Diante deste cenário, Antônio comprometeu-se a pagar alimentos para Lucas, que estava com 13 anos de idade, até os 21 anos de idade do filho, no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), mediante acordo homologado judicialmente. Porém, no final de 2020, Antônio recebeu a notícia de que o escritório de que ele é sócio perdeu um de seus principais clientes, fato cujo impacto financeiro gerou a redução de 30% dos seus rendimentos mensais.

Quando soube de tal notícia, Antônio procurou Lorena, como representante legal de Lucas, para fixar um valor mais baixo de pensão a ser pago, ao menos durante um período, mas ela recusou-se a estabelecer um novo acordo.

Conforme este contexto, assinale a afirmativa correta.

A) A redução do encargo alimentar apenas poderá acontecer caso Lucas, por meio de sua representante legal, Lorena, concorde com ela.

B) Os filhos socioafetivos não tem o direito de pleitear alimentos frente aos seus pais.

C) Diante da mudança de sua situação financeira, Antônio poderá requerer ao juiz a redução do encargo alimentar.

D) Caso eventual pedido de redução do valor pago a título de obrigação alimentar seja procedente, Lucas nunca mais poderá pleitear a majoração do encargo, nem mesmo se a situação financeira de Antônio melhorar.

Comentários:

A) Errado. A letra A está incorreta, visto que a decisão de redução do encargo alimentar é feita exclusivamente pelo Juiz, sem depender do crivo de Lucas.

B) Errado. A letra B está incorreta. O ordenamento não distingue os filhos socioafetivos dos biológicos. Vejamos o que estabelece o Art. 1.596 do CC/02:

> "Art. 1.596. Os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, **terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação."**

C) **Certo.** A letra C está correta. Deve ser respeitado o binômio da necessidade vs. possibilidade nas obrigações de caráter alimentar, de forma que, havendo alteração na situação financeira, poderá o alimentando solicitar pela redução do encargo. Vejamos os seguintes dispositivos legais que corroboram com tal entendimento:

> "Art. 1.694. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.
>
> **§ 1o Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.**
>
> § 2o Os alimentos serão apenas os indispensáveis à subsistência, quando a situação de necessidade resultar de culpa de quem os pleiteia.
>
> Art. 1.699. Se, fixados os alimentos, **sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre**, ou na de quem os recebe, **poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo."**

D) **Errado.** Por fim, a letra D está incorreta, conforme entendimento do artigo 1.699 trazido acima. Em caso de alteração da situação financeira, é possível pleitear a majoração do encargo.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 36

Bruna visitou a mansão neoclássica que André herdara de seu tio e cuja venda estava anunciando. Bruna ficou fascinada com a sala principal, decorada com um piano do século XIX e dois quadros do conhecido pintor Monet, e com os banheiros, ornados com torneiras desenhadas pelos melhores profissionais da época. Diante disso, decidiu comprá-la.

Na ausência de acordo específico entre Bruna e André, por ocasião da transferência da propriedade, Bruna receberá

A) a mansão com os quadros, o piano e as torneiras, pois todos esses bens são classificados como benfeitorias, que seguem o destino do bem principal vendido.

B) apenas a mansão, eis que o princípio da gravitação jurídica não é aplicável aos demais bens citados no caso.

C) a mansão juntamente com as torneiras dos banheiros, consideradas partes integrantes, mas não os quadros e o piano, considerados pertenças.

D) a mansão e os quadros, pois, sendo considerados pertenças, impõe-se a regra de que o acessório deve seguir o destino do principal, mas o piano e as torneiras poderão ser removidos por André antes da transferência.

Comentários:

A) Errado. A letra A está incorreta, visto que tais bens não seriam classificados como benfeitorias. Vamos ao entendimento do art. 96 do CC/02:

> "Art. 96. As benfeitorias podem ser voluptuárias, úteis ou necessárias.
> § 1º São voluptuárias as de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor.
> § 2º São úteis as que aumentam ou facilitam o uso do bem.
> § 3º São necessárias as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore."

B) Errado. A letra B está incorreta. Os bens mencionados são considerados pertenças segundo o art. 93 do CC. Vejamos:

> "Art. 93. São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro."
> O negócio jurídico do bem principal não abrange as pertenças. É o que dispõe o Art. 94 do referido código:
> "Art. 94. Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso."

C) Certo. A letra C está correta. Vide comentário da letra B.

D) Errado. Por fim, a letra D está incorreta, vide comentário da letra B, uma vez que as torneiras são consideradas bens integrantes do imóvel, de modo que permanecem na mansão.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 37

Valdeir e Max assinaram contrato particular de promessa de compra e venda com direito de arrependimento, no qual Valdeir prometeu vender o apartamento 901 de sua propriedade por R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Max, por sua vez, se comprometeu a comprar o imóvel e, no mesmo ato de assinatura do contrato, pagou arras penitenciais de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

A escritura definitiva de compra e venda seria outorgada em 90 (noventa) dias a contar da assinatura da promessa de compra e venda, com o consequente pagamento do saldo do preço. Contudo, 10 (dez) dias antes da assinatura da escritura de compra e venda, Valdeir celebrou escritura definitiva de compra e venda, alienando o imóvel à Ana Lúcia que pagou a importância de R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) pelo mesmo imóvel. Max, surpreendido e indignado, procura você, como advogado(a), para defesa de seus interesses.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) Max poderá exigir de Valdeir a importância paga a título de arras mais o equivalente, com atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, juros e honorários de advogado.

B) Por se tratar de arras penitenciais, Max poderá exigir de Valdeir apenas R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e exigir a reparação pelas perdas e danos que conseguir comprovar.

C) Max poderá exigir de Valdeir até o triplo pago a título de arras penitencias.

D) Max não poderá exigir nada além do que pagou a título de arras penitenciais.

Comentários:

Para responder à questão, era preciso ter conhecimento dos seguintes dispositivos do CC/02:

> "Art. 389. **Não cumprida a obrigação**, responde o devedor por **perdas e danos, mais juros e atualização monetária** segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.
>
> Art. 420. Se no contrato for estipulado o **direito de arrependimento** para qualquer das partes, **as arras ou sinal terão função unicamente indenizatória**. Neste caso, quem as deu perdê-las-á em benefício da outra parte; e quem as recebeu devolvê-las-á, mais o equivalente."

Desta forma, a única alternativa possível é a letra A, anulando-se as demais.

A) Certo. Vide comentário acima

B) Errado. Vide comentário acima

C) Errado. Vide comentário acima

D) Errado. Vide comentário acima

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 38

Antônio decide ceder gratuitamente a posse de um de seus imóveis residenciais a Carlos, seu grande amigo que vem passando por dificuldades financeiras, sem fixar prazo para a devolução do bem.

Passados 5 (cinco) anos, Antônio decide notificar Carlos para que se retire do imóvel, após descobrir que estava deteriorado por pura desídia do possuidor, que não estava realizando os atos de conservação necessários. Carlos realiza uma contranotificação, informando que não vai devolver o imóvel, na medida em que ainda necessita dele para sua moradia. Em razão disso, Carlos decide arbitrar o aluguel pelo uso do bem imóvel.

Neste contexto, assinale a afirmativa correta.

A) O contrato firmado é de depósito, motivo pelo qual tem Carlos o dever de guardálo e conservá-lo até que Antônio o reclame, sob pena de pagar alugueis.

B) O contrato firmado é de mútuo, que transfere o domínio da coisa emprestada ao mutuário, correndo por conta deste os riscos desde a tradição, sendo indevidos os alugueis.

C) O contrato celebrado é de comodato, sendo o comodatário obrigado a conservar a coisa emprestada e, uma vez constituído em mora, a pagar alugueis.

D) O contrato pactuado é de locação, que se iniciou com a renúncia à cobrança de alugueis pelo locador e, após a notificação, tornou a exigi-los, como é da natureza do contrato.

Comentários:

A) Errado. A letra A está incorreta, pois o contrato firmado não é o de depósito. Vejamos o que diz o Art. 627 do CC/02 acerca de tal instituto:

> "Art. 627. Pelo contrato de depósito **recebe o depositário um objeto móvel, para guardar, até que o depositante o reclame.**"

B) Errado. A letra B está incorreta, pois o contrato firmado não é de mútuo. Vejamos o que diz o Art. 586 do CC/02 acerca de tal instituto:

> "Art. 586. O **mútuo** é o **empréstimo de coisas fungíveis.** O mutuário é obrigado a restituir ao mutuante o que dele recebeu em coisa do mesmo gênero, qualidade e quantidade."

C) Certo. A letra C está correta. O contrato em questão é o de comodato, vide previsão do art. 579 do CC/02:

> "Art. 579. O comodato é o **empréstimo gratuito de coisas não fungíveis.** Perfazse com a tradição do objeto."

Importante salientar que são **fungíveis** os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade, conforme estabelece o art. 85 do mesmo código legal.

D) Errado. Por fim, a letra D está incorreta, visto que não é o contrato de locação.

Vejamos o que diz o Art. 565 do CC/02 acerca de tal instituto:

> "Art. 565. Na locação de coisas, uma das partes se **obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não**, o uso e gozo de coisa não fungível, **mediante certa retribuição.**"

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 39

Matheus, médico clínico-geral, recebe para atendimento em seu consultório o paciente Victor, mergulhador profissional. Realizando a anamnese, Victor relata que é alérgico à ácido acetilsalicílico.

Desatento, Matheus ministra justamente esta droga a Victor como parte de seu tratamento. Victor tem danos permanentes em razão do agravamento de sua asma pelo uso inadequado do medicamento, tendo que comprar novos medicamentos para seu tratamento e, ainda mais grave, fica impedido de trabalhar nos dois anos seguintes.

A respeito da responsabilidade civil de Matheus, assinale a afirmativa correta.

A) Ele responderá pelo regime objetivo de responsabilidade civil, tendo em vista que a atividade de Matheus é arriscada.

B) Ele deverá indenizar Victor independentemente de culpa, isto é, de imperícia de sua parte, considerando existir relação de consumo.

C) Ele, sendo profissional liberal, terá apurada sua responsabilidade mediante a verificação de culpa, responsabilizando-se unicamente pelos danos diretos verificados no caso.

D) Ele deverá indenizar Victor pelas despesas do tratamento e pelos lucros cessantes até o fim da convalescença, além da pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou.

Comentários:

A) Errado. A letra A está incorreta, visto que a responsabilidade civil do médico não é objetiva, mas sim subjetiva. Vejamos o que estabelece o Art. 14, parágrafo 4º, do CDC, acerca da responsabilidade dos profissionais liberais:

> "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores pordefeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
>
> **§ 4° A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa."**

B) Errado. A letra B está incorreta, vide comentário da letra "A".

C) Errado. A letra C está incorreta. Ele também será responsabilizado por outros danos causados. Vejamos:

"Art. 950.CC/02 Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, **a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu."**

D) Certo. Por fim, a letra D está correta, vide comentário da letra C.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 40

Marta, 75 anos, solteira, sem filhos, com todos os ascendentes falecidos, é irmã de Alberto e prima de Donizete. Proprietária de alguns imóveis, Marta procurou um cartório para lavrar testamento público em 2019. Ainda que seu contato com o irmão Alberto fosse ocasional, sendo muito mais próxima de Donizete, optou por dividir sua herança entre ambos.

Contudo, ao longo de 2020, durante a pandemia de Covid-19, Marta passou a residir junto de Donizete e sua família. Enquanto a convivência somente aumentou o afeto e a consideração entre os primos, o contato entre Marta e Alberto tornou-se ainda mais raro. Não por outro motivo, em agosto de 2020, Marta procurou o mesmo cartório e

lavrou um novo testamento público, o qual nomeava Donizete como seu único herdeiro. Em janeiro de 2021, Marta faleceu. Ao tomar conhecimento da disposição de última vontade da irmã, Alberto consulta você, como advogado(a), a respeito da situação. Com efeito, é correto afirmar que

A) o testamento feito por Marta em agosto de 2020 revoga o testamento feito pela mesma em 2019. Portanto, toda herança de Marta deverá ser transmitida a Donizete.

B) no testamento, Marta deveria deixar ao menos metade de sua herança para Alberto, seu irmão e, assim, herdeiro necessário.

C) Marta apenas poderia afastar o direito à herança de Alberto por meio de deserdação fundada no abandono afetivo.

D) Marta encontrava-se proibida de testar novamente desde o momento em que testou pela primeira vez no ano de 2019, pois o testamento é sempre irrevogável.

Comentários:

A) Certo. A letra A está correta, visto que o CC/02 estabelece o seguinte entendimento acerca do testamento:

> "Art. 1.858. O testamento é ato personalíssimo, **podendo ser mudado a qualquer tempo.**
>
> Art. 1.969. O testamento **pode ser revogado pelo mesmo modo e forma como pode ser feito.**
>
> Art. 1.970. A revogação do testamento pode ser **total ou parcial.**
>
> Parágrafo único. Se parcial, ou se o testamento posterior não contiver cláusula revogatória expressa, o anterior subsiste em tudo que não for contrário ao posterior."

B) Errado. A letra B está incorreta, visto que o irmão não é herdeiro necessário. Vejamos:

> "Art. 1.845. São herdeiros necessários os **descendentes, os ascendentes e o cônjuge."**

C) Errado. A letra C está incorreta. Vide comentário da letra A.

D) Errado. A letra D está incorreta. Vide comentário da letra A.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 41

Daniel, habilitado e dentro do limite de velocidade, dirigia seu carro na BR 101 quando uma criança atravessou a pista, à sua frente. Daniel, para evitar o atropelamento da criança, saiu de sua faixa de rolamento e colidiu com o carro de Mário, taxista, que estava a serviço e não teve nenhuma culpa no acidente.
Daniel se nega ao pagamento de qualquer valor a Mário por alegar que a responsabilidade, em verdade, seria de José, pai da criança.

A respeito da responsabilidade de Daniel pelos danos causados no acidente em análise, assinale a afirmativa correta

A) Ele não praticou ato ilícito mas, ainda assim, terá que indenizar Mário.
B) Ele praticou ato ilícito ao causar danos a Mario, violando o princípio do neminem laedere.
C) Ele não praticou ato ilícito e não terá que indenizar Mario por atuar em estado de necessidade.
D) Ele praticou ato ilícito ao causar danos a Mário e responderá objetivamente pelos danos a que der causa.

Comentários:

A) Certo. Conforme a letra do Art. 188 do Código civil: **NÃO constituem atos ilícitos:** II - a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, **a fim de remover perigo iminente**. Dessa maneira a conduta de Daniel não constitui ato ilícito, no entanto, de acordo com o Art. 929 a pessoa lesada quando não for culpada pelo fato do inciso II do Art 188 deverá receber indenização. A princípio a indenização deverá

ser paga por Daniel, que exercerá seu direito de regresso contra o pai da criança, com responsabilidade objetiva no fato.

Vejamos os Dispositivos:

> CC, art. 929. Se a **pessoa lesada**, ou o dono da coisa, no caso do inciso II do art. 188, **não** forem **culpados** do perigo, assistir-lhes-á **direito à indenização** do prejuízo que sofreram.
>
> CC, art. 930. No caso do inciso II do art. 188, se o perigo ocorrer por **culpa de terceiro**, contra este terá o autor do dano **ação regressiva** para haver a importância que tiver ressarcido ao lesado.
>
> CC, art. 932. São também **responsáveis pela reparação** civil [responsabilidade por fato de terceiro/ responsabilidade Objetiva]: I - **os pais, pelos filhos** menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;

B) Errado. Vide comentário da Letra A

C) Errado. Vide comentário da Letra A

D) Errado. Vide comentário da Letra A

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão 42

Paulo recebeu vídeos pornográficos em seu celular, enviados por um amigo para um grupo de mensagens do qual faz parte. Em um dos vídeos, Paulo percebeu que havia uma criança em cena de ato libidinoso e nudez. Por isso, Paulo não repassou o vídeo ou o divulgou sob qualquer forma, mantendo-o em sigilo, arquivado no seu celular, sequer mencionando-o.

Sobre o fato acima, assinale a afirmativa correta.

A) A conduta de Paulo foi correta, pois produzir e divulgar imagens de cunho pornográfico envolvendo crianças, e não apenas seu armazenamento, é crime específico do ECA.

B) Paulo praticou ato designado genericamente como pedofilia, mas sem cunho criminoso, por não ter sido ele o autor do vídeo.

C) Paulo ao armazenar, ainda que sem divulgar a terceiros, o vídeo de natureza pornográfica envolvendo criança, cometeu crime específico do ECA.

D) Paulo praticou ato designado genericamente como pedofilia, mas sem cunho criminoso, por não ter divulgado o vídeo, mas apenas o armazenado

---

Comentários:

A) Errado. Conforme a letra do Art. 241-B do ECA armazenar imagens de cunho pornográfico envolvendo crianças também é crime. Nesse sentido, tanto divulgar, quanto armazenar é crime. Vide comentário da Letra C

B) Errado. Pedofilia não é um crime previsto na lei penal brasileira. A pedofilia é considerada doença, portanto não há nenhuma tipificação sob essa alcunha.

C) Certo. Armazena vídeo pornográfico envolvendo crianças também é crime. Vejamos o Art. 241 - B do ECA:

> Art. 241-B. Adquirir, possuir ou **armazenar**, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

D) Errado. Vide comentário das Letras B e C **Gabarito: C**

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 43

João, de 17 anos, teve sua participação como artista, em determinado espetáculo público, vedada pela autoridade judiciária, ao argumento de que se trataria de exposição indevida a conteúdo psicologicamente danoso.

Procurado pela genitora de João para defender sua participação no espetáculo, você, como advogado(a) deve

A) impetrar mandado de segurança contra a decisão que reputa ilegal.
B) interpor recurso de apelação com vistas a reformar a decisão.
C) interpor recurso de agravo de instrumento para suspender os efeitos da decisão.
D) ajuizar ação rescisória contra a decisão que reputa ilegal.

Comentários:

A) Errado. Vide comentário da Letra B

B) Certo. Conforme a letra do Art. 149 combinado com o Art. 199 o caso citado necessita da interposição de recurso de apelação. Vejamos a combinação dos Artigos:

> Art. 149. Compete à autoridade judiciária disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará:
> II - a participação de criança e adolescente em:
> a) espetáculos públicos e seus ensaios;
> Art. 199. Contra as decisões proferidas com base no art. 149 caberá recurso de apelação.

C) Errado. Vide comentário da Letra B

D) Errado. Vide comentário da Letra B

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO DO CONSUMIDOR

Questão 44

A era digital vem revolucionando o Direito, que busca se adequar aos mais diversos canais de realização da vida inserida ou tangenciada por elementos virtuais. Nesse cenário, consagram-se avanços normativos a fim de atender às situações jurídicas que se apresentam, sendo ponto importante a recorrência dos chamados youtubers, atividade não rara realizada por crianças e destinada ao público infantil. Nesse contexto, os youtubers mirins vêm desenvolvendo atividades que necessitam de intervenção jurídica, notadamente quando se mostram portadores de prática publicitária.

A esse respeito, instrumentos normativos que visam a salvaguardar interesses na publicidade infantil estão em vigor e outros previstos em projetos de lei.

Sobre o fato narrado, de acordo com o CDC, assinale a afirmativa correta.

A) A comunicação mercadológica realizada por youtubers mirins para o público infantil não pode ser considerada abusiva em razão da deficiência de julgamento e experiência das crianças, porque é realizada igualmente por crianças.

B) A publicidade que se aproveita da deficiência de julgamento e experiência da criança ou se prevaleça da sua idade e conhecimento imaturo para lhe impingir produtos ou serviços é considerada abusiva.

C) A publicidade não pode ser considerada abusiva ou enganosa se o público para a qual foi destinado, de forma fácil e imediata, identifica a mensagem mercadológica como

tal.

D) A publicidade dirigida às crianças, que se aproveite da sua deficiência de julgamento para lhe impingir produtos ou serviços, é considerada enganosa.

Comentários:

A) Errado. Vide comentário da Letra B

B) Certo. Tal publicidade ciada é conforme o Art 37 do CDC abusiva, vejamos o dispositivo:

> Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.
> § 2° É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeita valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

C) Errado. Vide comentário da Letra B

D) Errado. Vide comentário da Letra B

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 45

Godofredo procurou a Seguradora X para contratar seguro residencial, mas a venda direta foi-lhe negada, ao argumento de que o proponente possuía restrição financeira junto aos órgãos de proteção ao crédito. Godofredo explicou que pagaria o seguro à vista, mas, ainda assim, a Seguradora negou a contratação. Indignado, Godofredo registrou sua reclamação no Ministério Público, que verificou significativo número de pessoas na mesma situação, merecendo melhor análise quanto ao cabimento ou não de medida para a defesa de interesses e direitos de consumidores a título coletivo.

Sobre a hipótese apresentada, à luz do Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

A) A questão versa sobre interesses heterogêneos, não cabendo ação coletiva, bem como casos de restrição creditícia possibilitam a recusa de contratação do seguro mesmo quando o pagamento do prêmio for à vista.

B) A matéria consagra hipótese de direito individual homogêneo, podendo ser objeto de ação coletiva para a defesa dos interesses e direitos dos consumidores, e a recusa à contratação somente pode ser posta se o pagamento do prêmio for parcelado.

C) A Seguradora não pode recusar a proposta nem mesmo após análise de risco, quando a contratação se der mediante pronto pagamento do prêmio, conforme expressamente disposto na norma consumerista e cuida-se da hipótese de direito difuso, justificando a ação coletiva.

D) A Seguradora pode recusar a contratação, mesmo mediante pronto pagamento, sob a justificativa de que o proponente possui anotação de restrição financeira junto aos órgãos de proteção ao crédito; quanto à defesa coletiva essa é incabível pela natureza da demanda, sendo possível apenas a formação de litisconsórcio ativo. para lhe impingir produtos ou serviços, é considerada enganosa.

Comentários:

A) Errado. Vide comentário da Letra B

B) Certo. O caso citado na questão trata de hipótese de Direito individual homogêneo, por terem uma mesma origem comum. Nesse caso, a defesa dos direitos podem ser buscadas a título coletivos. Vejamos a combinação de artigos que fundamental essa assertiva:

> Art. 39 CDC. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:
>
> IX - recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais;
>
> Art. 81 CDC. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.
>
> III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.

C) Errado. Vide comentário da Letra B

D) Errado. Vide comentário da Letra B

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO EMPRESARIAL

Questão 46

Antenor subscreveu nota promissória no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais) pagável em 16 de setembro de 2021. A obrigação do subscritor foi avalizada por Belizário, que tem como avalista Miguel, e esse tem, como avalista, Antônio.

Após o vencimento, caso o avalista Miguel venha a pagar o valor da nota promissória ao credor, assinale a opção que indica a(s) pessoa(s) que poderá(ão) ser demandada(s) em ação de regresso.

A) Antenor e Belizário, podendo Miguel cobrar de ambos o valor integral do título.
B) Belizário e Antônio, podendo Miguel cobrar de ambos apenas a quota-parte do valor do título.
C) Antenor e Antônio, podendo Miguel cobrar do primeiro o valor integral e, do segundo, apenas a quota-parte do valor do título.
D) Antenor, podendo Miguel cobrar dele o valor integral, eis que os demais avalistas ficaram desonerados com o pagamento.

Comentários:

A) Certo. Conforme a letra do Art. 899 do Código Civil:

> Art. 899. O avalista equipara-se àquele cujo nome indicar; na falta de indicação, ao emitente ou devedor final.
>
> § 1° Pagando o título, tem o avalista ação de regresso contra o seu avalizado e demais coobrigados anteriores

Dessa maneira, a ação de regresso poderá ser demandada para Antenor e Belizário, podendo ser cobrado de ambos o valor integral.

B) Errado. Vide comentário da Letra A

C) Errado. Vide comentário da Letra A

D) Errado. Vide comentário da Letra A

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 47

Na Comarca de Imperatriz/MA funcionam 4 (quatro) Varas Cíveis, com competência concorrente para o julgamento de causas de falência e recuperação judicial. Em 22 de agosto de 2019, foi apresentado requerimento de falência de uma sociedade empresária enquadrada como empresa de pequeno porte, com principal estabelecimento naquele município. O requerimento foi distribuído para a 3ª Vara Cível.

Tendo sido determinada a citação do devedor, no prazo da contestação, Coelho Dutra, administrador e representante legal da sociedade, requereu sua recuperação judicial, devidamente autorizado por deliberação dos sócios.

Com base nestas informações, assinale a afirmativa correta.

A) O requerimento de recuperação judicial não está sujeito à distribuição por dependência, podendo ser apreciado por qualquer um dos quatro juízos cíveis da comarca.

B) A distribuição do pedido de falência previne a jurisdição para o pedido de recuperação judicial formulado pelo devedor, de modo que será competente o juízo da 3ª Vara Cível. C) Por se tratar de devedor enquadrado como empresa de pequeno porte, há tratamento diferenciado para o pedido de recuperação judicial, estando prevento o juízo que conheceu do pedido de falência.

D) Como o devedor não se enquadra na definição legal de microempresa (incluído o microempreendedor individual), o requerimento de recuperação judicial não está sujeito à distribuição por dependência.

Comentários:

A) Errado. Vide comentário da Letra B

B) Certo. A competência da 3ª vara é juízo prevento. Vejamos o dispositivo que atesta tal efeito da competência:

> Lei 11.101/05
>
> Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica:
>
> § 8º A distribuição do pedido de falência ou de recuperação judicial ou a homologação de recuperação extrajudicial previne a jurisdição para qualquer outro pedido de falência, de recuperação judicial ou de homologação de recuperação extrajudicial relativo ao mesmo devedor.

C) Errado. O motivo da prevenção ao juízo da terceira vara não é o enquadramento da empresa em pequeno porte. Vide comentário da Letra B

D) Errado. Vide comentário da Letra B **Gabarito: B**

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 48

Socorro, empresária individual, sacou duplicata de venda na forma cartular, em face de Laticínios Aguaí Ltda. com vencimento para o dia 11 de setembro de 2020. Antes do vencimento, no dia 31 de agosto de 2020, a duplicata, já aceita, foi endossada para a sociedade Bariri & Piraju Ltda.

Considerando-se que, no dia 9 de outubro de 2020, a duplicata foi apresentada ao tabelionato de protestos para ser protestada por falta de pagamento, é correto afirmar que o endossatário

A) não poderá promover a execução em face de nenhum dos signatários diante da perda do prazo para a apresentação da duplicata a protesto por falta de pagamento.

B) poderá promover a execução da duplicata em face do aceitante e do endossante, por ser facultativo o protesto por falta de pagamento da duplicata, caso tenha sido aceita pelo sacado.

C) poderá promover a execução da duplicata em face do aceitante e do endossante, pelo fato de o título ter sido apresentado a protesto em tempo hábil e por ser o aceitante o obrigado principal.

D) não poderá promover a execução em face do endossante, diante da perda do prazo para a apresentação da duplicata a protesto por falta de pagamento, mas poderá intentá-la em face do aceitante, por ser ele o obrigado principal.

Comentários:

A) Errado. Não houve a perda do prazo legal visto que é de 30 dias. Conforme o caso concreto, o vencimento era para o dia 11 de setembro de 2020 e que a duplicata foi apresentada a protesto em 9 de outubro de 2020. Tal entendimento é corroborado pelo art. 13, § 4º, da Lei 5.474/68. Vejamos:

> "Art. 13. A duplicata é protestável por falta de aceite de devolução ou pagamento. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 436, de 27.1.1969)
>
> § 4º O **portador que não tirar o protesto da duplicata**, em forma regular e dentro do **prazo da 30 (trinta) dias**, contado da data de seu vencimento, perderá o direito de regresso contra os endossantes e respectivos avalistas. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 436, de 27.1.1969)"

B) Errado. Vide comentário da letra C

C) Certo. Na hipótese apresentada, houve todo procedimento de endosso realizado em tempo hábil. O aceitante é obrigado principal, dessa maneira a execução da duplicata poderá ser feita ao endossante e ao aceitante.

D) Errado. Vide comentário da letra C **Gabarito: C**

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 49

Farmácias Mundo Novo Ltda. é locatária de um imóvel não residencial onde funciona uma de suas filiais. No curso da vigência do contrato, que se encontra sob a égide do direito à renovação, faleceu um dos sócios, Sr. Deodato. Diante deste acontecimento, os

sócios remanescentes deliberaram dissolver a sociedade. A sócia Angélica, prima de Deodato, gostaria de continuar a locação, aproveitando a localização excelente do ponto e a manutenção do aviamento objetivo da empresa.

Angélica consulta um advogado especializado para saber se teria direito à renovação, mesmo não sendo a locatária do imóvel. Assinale a afirmativa que apresenta a resposta dada.

A) Angélica tem direito à renovação da locação como sub-rogatária da sociedade dissolvida, mas deve informar ao locador sua condição no prazo de 30 (trinta) dias do arquivamento da ata de encerramento da liquidação, sob pena de decadência.

B) Angélica não tem direito à renovação da locação, pois somente a sociedade dissolvida poderia exercer tal direito, por ter sido a parte contratante, incidindo o princípio da relatividade dos contratos.

C) Angélica tem direito à renovação da locação como sub-rogatária da sociedade dissolvida, mas deve continuar a explorar o mesmo ramo de atividade que a sociedade dissolvida.

D) Angélica não tem direito à renovação da locação, pois tal direito somente é conferido ao(s) sócio(s) remanescente(s) quando a sociedade sofre resolução por morte de sócio, e não dissolução.

Comentários:

A) Errado. Vide comentário da Letra C

B) Errado. Vide comentário da Letra C

C) Certo. A letra C é a transcrição da hipótese do §3º do Art. 51 da lei 8245/91, vejamos o dispositivo:

> Art. 51. Nas locações de imóveis destinados ao comércio, o locatário terá direito a renovação do contrato, por igual prazo, desde que, cumulativamente: I - o contrato a renovar tenha sido celebrado por escrito e com prazo determinado;

II - o prazo mínimo do contrato a renovar ou a soma dos prazos ininterruptos dos contratos escritos seja de cinco anos;

III - o locatário esteja explorando seu comércio, no mesmo ramo, pelo prazo mínimo e ininterrupto de três anos.

§ 3º Dissolvida a sociedade comercial por morte de um dos sócios, o sócio sobrevivente fica sub - rogado no direito a renovação, desde que continue no mesmo ramo.

D) Errado. Vide comentário da Letra C **Gabarito: C**

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 50

Em razão das medidas de isolamento social propagadas nos anos de 2020 e 2021, muitos administradores precisaram de orientação quanto à licitude da realização de reuniões ou assembleias de sócios nas sociedades limitadas, de forma digital, ou à possibilidade do modelo híbrido, ou seja, o conclave é presencial, mas com a possibilidade de participação remota de sócio, inclusive proferindo voto. Assinale a afirmativa que apresenta a orientação correta.

A) Na sociedade limitada é vedada tanto a reunião ou assembleia de sócios, de forma digital, quanto a participação do sócio e o voto à distância.

B) Na sociedade limitada é vedada a reunião ou assembleia de sócios, de forma digital, mas é possível a participação de sócio e o voto à distância.

C) Na sociedade limitada é vedada a participação e voto à distância nas reuniões e assembleias, mas é possível a reunião ou assembleia de forma digital.

D) Na sociedade limitada é possível tanto a reunião ou a assembleia de sócios, de forma digital, quanto a participação do sócio e o voto à distância.

Comentários:

A) Errado. Vide comentário da Letra D

B) Errado. Vide comentário da Letra D

C) Errado. Vide comentário da Letra D

D) Certo. A hipótese destacada se trata do Art. 1.080-A do código civil. Vejamos a letra do dispositivo:

> Art. 1.080-A. O sócio poderá participar e votar a distância em reunião ou em assembleia, nos termos do regulamento do órgão competente do Poder Executivo federal.
>
> Parágrafo único. A reunião ou a assembleia poderá ser realizada de forma digital, respeitados os direitos legalmente previstos de participação e de manifestação dos sócios e os demais requisitos regulamentares.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 51

Joana, em decorrência de diversos problemas conjugais, decidiu se divorciar de Marcelo. Contudo, em razão da resistência do cônjuge em consentir com sua decisão, foi preciso propor ação de divórcio. Após distribuída a ação, o juiz determinou a emenda da petição inicial, tendo em vista a ausência de cópia da certidão do casamento celebrado entre as partes, dentre os documentos anexados à inicial. Considerando o caso narrado e as disposições legais a respeito da ausência de documentos indispensáveis à propositura da ação, assinale a afirmativa correta.

A) Ausente documento indispensável à propositura da ação, a petição inicial deve ser indeferida de imediato.

B) A certidão de casamento é documento indispensável à propositura de qualquer ação. Constatando-se sua ausência, deve o autor ser intimado para emendar ou completar a inicial no prazo de 5 (cinco) dias.

C) Ausente documento indispensável à propositura da ação, o autor deve ser intimado para emendar ou completar a inicial no prazo de 15 (quinze) dias.

D) A ausência de documento indispensável à propositura da ação configura hipótese de improcedência liminar.

Comentários:

A) Errado. O indeferimento da petição inicial obedece 4 hipóteses destacadas no Art. 303 do CPC, vejamos:

Art. 330. A petição inicial será indeferida quando:

I – for inepta;

II – a parte for manifestamente ilegítima;

III – o autor carecer de interesse processual;

IV – não atendidas as prescrições dos arts. 106 e 321.

B) Errado. O prazo é de 15 dias, vide comentário da Letra C

C) Certo. A hipótese destacada na questão trata da possibilidade de emendamento da petição inicial. O CPC atesta que na falta de documentos essenciais para a propositura da ação, o autor deverá ser intimado para emendar petição inicial no prazo de 15 dias.

Vejamos os Dispositivos do Código de Processo Civil:

> Art. 320. A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.
>
> Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.

D) Errado. A falta de documentação não está relacionada à improcedência liminar do pedido. Vide comentário da Letra C.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 52

Karine teve conhecimento de que Pedro propôs ação reivindicatória em face de Joana relativamente à Fazenda Felicidade, situada em Atibaia. Karine, furiosa, apresenta oposição, por entender que aquela fazenda lhe pertence, já que a recebeu em testamento pelo falecido tio de Joana. Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) Se a oposição foi proposta antes do início da audiência do processo originário, a oposição será apensada aos autos e tramitará simultaneamente à ação reivindicatória, sendo ambas julgadas pela mesma sentença.

B) Se houver possibilidade de julgamento conjunto, o juiz deverá observar a relação de prejudicialidade existente entre a oposição apresentada por Karine e a ação reivindicatória proposta por Pedro, sendo que o pedido desta última deve ser julgado em primeiro lugar.

C) Os opostos formam um litisconsórcio passivo unitário, devendo a sentença dividir de modo idêntico o mérito para ambos.

D) Se Pedro reconhecer a procedência do pedido da opoente, Karine deverá ser reconhecida como legítima proprietária do imóvel.

Comentários:

A) Certo. A assertiva destacada é a transcrição literal do art. 685 do CPC. Vejamos o dispositivo:

> Art. 685. Admitido o processamento, a oposição será apensada aos autos e tramitará simultaneamente à ação originária, sendo ambas julgadas pela mesma sentença.
>
> Parágrafo único. Se a oposição for proposta após o início da audiência de instrução, o juiz suspenderá o curso do processo ao fim da produção das provas, salvo se concluir que a unidade da instrução atende melhor ao princípio da duração razoável do processo.

Portanto, por se tratar de uma oposição prévia ao início do julgamento originário, ambas as ações serão julgadas pela mesma sentença.

B) Errado. Vide comentário da Letra A

C) Errado. Vide comentário da Letra A

D) Errado. Vide comentário da Letra A **Gabarito: A**

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 53

Após anos de relacionamento conjugal, Adriana e Marcelo resolvem se divorciar. Diante da recusa do cônjuge ao pagamento de alimentos, Adriana, desempregada, resolve ingressar com ação a fim de exigir o pagamento. A ação teve regular processamento, tendo o juiz proferido sentença de procedência, condenando o réu ao pagamento de R$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais à autora, sendo publicada no dia seguinte. Inconformado, o réu interpõe recurso de apelação, mas Adriana promove, imediatamente, o cumprimento provisório da decisão. Diante das informações expostas, assinale a afirmativa correta.

A) A sentença não pode ser executada neste momento, pois o recurso de apelação possui efeito suspensivo.

B) A sentença não pode ser executada, uma vez que a sentença declaratória não permite a execução provisória.

C) Poderá ser iniciada a execução provisória, pois a sentença que condena a pagar alimentos começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação.

D) Pode ser iniciada execução provisória, pois os recursos de apelação nunca possuem efeito suspensivo.

Comentários:

A) Errado. Vide comentário da Letra C

B) Errado. Essa hipótese não está em conformidade com a letra do Art. 520 do CPC, vejamos:

> Art. 520. O cumprimento provisório da sentença impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo será realizado da mesma forma que o cumprimento definitivo, sujeitando-se ao seguinte regime:

C) Certo. Essa é uma das exceções previstas para a produção de efeitos da apelação prevista no Art. 1012, §1º, II do CPC. Vejamos o dispositivo:

> Art. 1.012. A apelação terá efeito suspensivo.
>
> § 1º Além de outras hipóteses previstas em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que:

II - condena a pagar alimentos;

D) Errado. Vide comentário da Letra C

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 54

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, se deparando com pedido de instauração de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) para solucionar as causas de um acidente aéreo com numerosas vítimas, que demandaria a realização de prova pericial para aferir se houve falha elétrica ou se algum outro fator causou a queda da aeronave, designou sessão de julgamento para análise colegiada a respeito do cabimento do incidente. A respeito da referida análise quanto ao cabimento e às consequências da instauração, assinale a afirmativa correta.

A) O IRDR é cabível, e, uma vez admitida sua instauração, não haverá a suspensão dos processos ajuizados pelas múltiplas vítimas, e o entendimento firmado no IRDR apenas será aplicável aos processos que venham a ser ajuizados após a sua prolação.

B) O IRDR não é cabível, uma vez que a técnica processual visa apenas a resolver controvérsia sobre questão unicamente de direito, seja processual ou material.

C) A instauração do IRDR é possível, uma vez que visa a resolver controvérsia sobre questão de fato, com o objetivo de permitir a realização de prova pericial única, tal como na hipótese concreta.

D) Não é possível instaurar o IRDR, que apenas é cabível em primeira instância e nos tribunais superiores.

Comentários:

A) Errado. Vide comentário da Letra B

B) Certo. O IRDP tem sua instauração motivada pelos artigos 976 do CPC, são necessárias duas hipóteses simultâneas para sua instauração, a repetição dos

processos sobre a mesma questão e possibilidade de pôr em risco a isonomia e a segurança jurídica. Ainda seguindo o destaque da questão, o pedido de instauração do dispositivo deve ser dirigido ao presidente do tribunal. No mesmo sentido, o incidente de resolução de demandas repetitivas é uma das hipóteses de suspensão do processo. Vejamos os dispositivos citados:

> Art. 313. Suspende-se o processo:
> IV- pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas;
> Art. 976. É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente:
> I - efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma **questão unicamente de direito**;
> II - risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.
> Art. 977. O pedido de instauração do incidente será dirigido ao presidente de tribunal:

C) Errado. Vide comentário da Letra B

D) Errado. Vide comentário da Letra B **Gabarito: B**

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 55

João Carlos ajuizou ação em face do Shopping Sky Mall, objetivando a devolução dos valores que superem o limite máximo previsto em lei de seu município, pagos em virtude do estacionamento de seu automóvel. Julgado procedente o pedido e iniciado o cumprimento de sentença, o executado apresentou impugnação, alegando ser inexigível a obrigação. Sustentou que o Supremo Tribunal Federal, em controle difuso de constitucionalidade, reconheceu a inconstitucionalidade da referida lei municipal que ampara o título judicial. Considerando que a decisão do STF foi proferida após o trânsito em julgado da ação movida por João Carlos, assinale a afirmativa correta.

A) É possível acolher a alegação do executado veiculada em sua impugnação, pois a decisão do STF sempre se sobrepõe ao título judicial.

B) É possível acolher a alegação do executado apresentada em sua impugnação, pois não houve a modulação dos efeitos da decisão do STF.

C) Não é possível acolher a alegação do executado veiculada por meio de impugnação, sendo necessário o ajuizamento de ação rescisória para desconstituir o título.

D) Não é possível acolher a alegação do executado apresentada em sua impugnação, pois o reconhecimento da inconstitucionalidade se deu em controle difuso de inconstitucionalidade.

Comentários:

A) Errado. Vide comentário da Letra C

B) Errado. Vide comentário da Letra C

C) Certo. A matéria da questão pode ser resolvida pelo Art. 525 do Código de Processo Civil. Em primeiro amparo, é necessária a memória do §12 do Artigo citado que assim descreve o efeito de inexigibilidade da obrigação:

> "§ 12. Para efeito do disposto no inciso III do § 1º deste artigo, considera-se também inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a , em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso."

Os incisos seguintes demonstram a necessidade da decisão anterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda, por fim cabendo somente a ação rescisória conforme a letra do §15 do mesmo artigo. Vejamos os dispositivos:

> Art. 525. Transcorrido o prazo previsto no sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. § 12. Para efeito do disposto no inciso III do § 1º deste artigo, considera-se também inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo

> Supremo Tribunal Federal como incompatível com a , em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso.
> § 13. No caso do § 12, os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal poderão ser modulados no tempo, em atenção à segurança jurídica.
> § 14. A decisão do Supremo Tribunal Federal referida no § 12 deve **ser anterior ao trânsito em julgado** da decisão exequenda.
> § 15. Se a decisão referida no § 12 for proferida **após o trânsito em julgado da decisão exequenda, caberá ação rescisória,** cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal.

D) Errado. Vide comentário da Letra C **Gabarito: C**

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 56

A corretora de seguros XYZ ajuizou ação de cobrança em face da Alegria Assistência Médica, pugnando pelo pagamento da taxa de comissão de corretagem que a segunda se recusa a pagar, apesar de a autora estar prestando devidamente serviços de corretagem.

O juízo de primeiro grau julgou pela procedência do pedido, na mesma oportunidade concedendo tutela antecipada, para que a Alegria faça os pagamentos da comissão devida mensalmente.

Nessa circunstância, o(a) advogado(a) da Alegria Assistência Médica, buscando imediatamente suspender os efeitos da sentença, deve

A) interpor Recurso Extraordinário, no prazo de 15 dias úteis, para que o Supremo Tribunal Federal reforme a sentença e pleiteando efeito suspensivo.

B) interpor Apelação Cível, no prazo de 15 dias úteis, objetivando a reforma da sentença, e pleitear efeito suspensivo diretamente ao tribunal, por pedido próprio, durante a tramitação da apelação em primeiro grau.

C) impetrar Mandado de Segurança contra a decisão que reputa ilegal, tendo como autoridade coatora o juizo sentenciante, para sustar os efeitos da sentença.

D) interpor Agravo de Instrumento, no prazo de 15 dias úteis, para reforma da tutela antecipada.

Comentários:

A) Errado. Em regra o recurso extraordinário não tem efeito suspensivo. Vide comentário da Letra B

B) Certo. A apelação é o recurso cabível na hipótese da questão. A reforma da sentença e o caráter de efeito suspensivo são destacados no Art.1012 do CPC, vejamos:

> Art. 1.012. A apelação terá efeito suspensivo.
>
> §1º [...]
>
> V - confirma, concede ou revoga tutela provisória;
>
> 3º O pedido de concessão de efeito suspensivo nas hipóteses do § 1º poderá ser formulado por requerimento dirigido ao:
>
> I - tribunal, no período compreendido entre a interposição da apelação e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame prevento para julgá-la;

C) Errado. Vide comentário da Letra B

D) Errado. O agravo de instrumento em regra não tem efeito suspensivo. Vide comentário da Letra B

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 57

Thiago, empresário com renda mensal de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ajuizou ação pelo procedimento comum em face do plano de saúde X, com pedido de tutela provisória de urgência, para que o plano seja compelido a custear tratamento médico no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

O juízo, embora entendendo estarem presentes a probabilidade de existência do direito alegado por Thiago e o risco à sua saúde, condicionou a concessão da tutela provisória de urgência à prestação de caução equivalente a R$ 100.000,00 (cem mil reais), de modo

a ressarcir eventuais prejuízos que o plano de saúde X possa sofrer em havendo a cessação de eficácia da medida.

A este respeito, assinale a afirmativa correta.

A) A exigência de caução para concessão de tutela provisória de urgência no caso em tela é desprovida de fundamento legal, razão pela qual é indevida.

B) A decisão judicial que condicione a concessão de tutela provisória de urgência à prestação de caução é impugnável por meio de preliminar no recurso de apelação.

C) A decisão está em desconformidade com o Código de Processo Civil, pois a caução para a concessão de tutela provisória deve ser de, no mínimo, 50% do valor econômico da pretensão.

D) A exigência de caução, para concessão de tutela provisória de urgência, é admissível como forma de proteção ao ressarcimento de danos que o requerido possa sofrer em virtude da tutela.

Comentários:

A) Errado. Vide comentário da Letra D

B) Errado. Vide comentário da Letra D

C) Errado. Vide comentário da Letra D

D) Certo. Essa hipótese está em conformidade com o Art. 300, §1 do CPC. A possibilidade de caução pode ser exigência para a concessão da tutela de urgência. Vejamos o dispositivo:

> Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
>
> § 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca



DIREITO PENAL

Questão 58

Félix, com dolo de matar seus vizinhos Lucas e Mário, detona uma granada na varanda da casa desses, que ali conversavam tranquilamente, obtendo o resultado desejado. Os fatos são descobertos pelo Ministério Público, que denuncia Félix por dois crimes autônomos de homicídio, em concurso material. Após regular procedimento, o Tribunal do Júri condenou o réu pelos dois crimes imputados e o magistrado, ao aplicar a pena, reconheceu o concurso material.

Diante da sentença publicada, Félix indaga, reservadamente, se sua conduta efetivamente configuraria concurso material de dois crimes de homicídio dolosos. Na ocasião, o(a) advogado(a) do réu, sob o ponto de vista técnico, deverá esclarecer ao seu cliente que sua conduta configura dois crimes autônomos de homicídio,

A) em concurso material, sendo necessária a soma das penas aplicadas para cada um dos delitos.

B) devendo ser reconhecida a forma continuada e, consequentemente, aplicada a regra da exasperação de uma das penas e não do cúmulo material.

C) devendo ser reconhecido o concurso formal próprio e, consequentemente, aplicada a regra da exasperação de uma das penas e não do cúmulo material.

D) devendo ser reconhecido o concurso formal impróprio, o que também imporia a regra da soma das penas aplicadas.

Comentários:

A) **Errado.** O concurso material de crimes precede mais de uma conduta para a sua configuração. No caso retratado Félix a partir de uma única conduta alcançou dois resultados com desígnios autônomos, por esse motivo não há possibilidade de enquadrá-lo sob hipótese de concurso material de crimes.

B) **Errado.** O crime de Félix não está adequado a hipótese de crime continuado previsto no Art. 71 do Código Penal.

C) **Errado.** O concurso formal próprio precedente de dolo e culpa obrigatoriamente. No entanto, como Felix a partir de uma única conduta produziu resultados com o mesmo desejo, o dolo de matar os vizinhos, portanto, não havendo espaço para a culpa.

D) **Certo.** Félix agiu com dolo e produziu com uma conduta todos os resultados, esse é um caso de concurso formal impróprio. Nesse caso há sim o somatório das penas aplicadas. Por isso a alternativa D está correta.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 59

Augusto foi condenado com trânsito em julgado pela prática da contravenção penal de perturbação da tranquilidade, prevista no Art. 65 da Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/41). No ano seguinte à sua condenação definitiva, Augusto foi preso pela prática do crime de estupro.

Diante do caso narrado, Augusto, ao ser julgado pelo crime de estupro, deverá ser considerado

A) primário com maus antecedentes, já que o cometimento de crime após condenação com trânsito em julgado por contravenção penal não gera reincidência.

B) reincidente, na medida em que a lei das contravenções penais considera que a condenação por crime após a condenação pela contravenção gera reincidência.

C) reincidente, na medida em que o Código Penal estabelece que tanto o cometimento de crime quanto de contravenção gera reincidência.

D) primário com bons antecedentes, na medida em que a condenação com trânsito em julgado por contravenção não tem o condão de gerar nem reincidência nem maus antecedentes.

Comentários:

QUESTÃO ANULADA

Questão 60

Vitor, embora não tenha prestado concurso público, está exercendo, transitoriamente e sem receber qualquer remuneração, uma função pública. Em razão do exercício dessa função pública, Vitor aceita promessa de José, particular, de lhe pagar R$ 500,00 (quinhentos reais) em troca de um auxílio relacionado ao exercício dessa função. Ocorre que, apesar do auxílio, José não fez a transferência do valor prometido.

Os fatos são descobertos pelo superior hierárquico de Vitor, que o indaga sobre o ocorrido. Na ocasião, Vitor confirma o acontecido, mas esclarece que não acreditava estar causando prejuízo para a Administração Pública. Em seguida, preocupado com as consequências jurídicas de seus atos, Vitor procura seu advogado em busca de assegurar que sua conduta fora legítima.

Considerando apenas as informações narradas, o advogado de Vitor deverá esclarecer que sua conduta

A) não configura crime em razão de a função ser apenas transitória, logo não pode ser considerado funcionário público para efeitos penais, apesar de o recebimento de remuneração ser dispensável a tal conceito.

B) não configura crime em razão de não receber remuneração pela prestação da função pública, logo não pode ser considerado funcionário público para efeitos penais, apesar de o exercício da função transitória não afastar, por si só, tal conceito. C) configura crime de corrupção ativa, na sua modalidade tentada.

D) configura crime de corrupção passiva, na sua modalidade consumada.

Comentários:

A) Errado. Vide comentário da Letra D

B) Errado. Vide comentário da Letra D

C) Errado. O crime de corrupção ativa é praticado por quem oferece a vantagem indevida ao funcionário público, portanto não é a posição de Vitor. Vejamos o Art. 333:

> Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:
> Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

Na questão citada, quem cometeu o crime de corrupção passiva na modalidade consumada foi José e não Vitor.

D) Certo. O código penal traz em seu artigo 327 a caracterização do funcionário público para os fins dos crimes em que estes são sujeitos ativos. Vejamos o dispositivo:

> Art. 327 - Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, **embora transitoriamente** ou **sem remuneração**, exerce cargo, emprego ou função pública.

Dessa maneira, Vitor é claramente um funcionário público. A corrupção passiva só poderá ser cometida por funcionário público e está referenciada aos verbos solicitar, receber ou aceitar promessa de vantagem em razão de tirar vantagem indevida do cargo em que ocupa ou ocupou. Logo, trata-se de crime de corrupção passiva o ato praticado por Victor. Vejamos o Dispositivo:

> Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou **aceitar promessa** de tal vantagem:
> Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 61

João e Carlos procuram Paulo para que, juntos, pratiquem um crime de roubo de carga. Apesar de se recusar a acompanhá-los na ação delituosa, Paulo oferece a garagem de sua casa para a guarda da carga roubada, conduta que seria fundamental na empreitada criminosa, já que João e Carlos não teriam outro local para esconder os bens subtraídos. Apenas por terem conseguido o acordo com Paulo, João e Carlos operam a subtração. Ao chegarem à casa de Paulo, este lhes informa que a garagem estava ocupada naquele momento e não poderia mais ser utilizada. Assim, o trio que dividiria os lucros procura o vizinho Pedro e, após contarem o ocorrido, pedem a garagem emprestada por um tempo, proposta que é aceita por Pedro. Sendo todos os fatos apurados e recuperada a carga na garagem de Pedro, as famílias de Paulo e Pedro procuram um(a) advogado(a) para saber acerca da situação jurídica deles. Na ocasião da assistência jurídica, o(a) advogado(a) deverá esclarecer que

A) ambos poderão ser responsabilizados pelo crime de roubo majorado.

B) Paulo poderá ser responsabilizado pelo crime de roubo majorado, enquanto Pedro, apenas pelo crime de receptação.

C) Paulo poderá ser responsabilizado pelo crime de roubo majorado, enquanto Pedro, apenas pelo crime de favorecimento real.

D) Pedro e Paulo poderão ser responsabilizados pelo crime de favorecimento real.

Comentários:

A) **Errado.** Pedro não agiu com liame subjetivo ao dos demais agentes para a prática do roubo. Dessa forma, não pode ser imputado a ele o crime de roubo majorado.

B) **Errado.** A receptação (art. 180, CP) consiste em adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, **em proveito próprio ou alheio**, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte. No entanto, Pedro não agiu em proveito próprio ou alheio, pois não obteve proveito econômico, mas sim com o intento de ajudar seu vizinho, caracterizando o crime de favorecimento real.

C) **Certo.** Paulo praticou o crime de roubo majorado pelo concurso de agentes (art. 157, II, CP), na figura de partícipe, assim, de acordo com o que diz o art. 29, CP, será responsabilizado pelo mesmo delito. Já Paulo auxiliou os agentes a tornar seguro o proveito do crime, portanto, incorrendo no crime de favorecimento real.

D) **Errado.** Paulo não pode ser responsabilizado pelo favorecimento real, pois não foi responsável por guardar a carga roubada, não tendo de fato agido nesse sentido.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 62

Após o expediente, Márcio saiu com seus colegas de trabalho para comemorar o sucesso das vendas naquele mês e sua escolha como melhor funcionário do período. Ao chegarem ao bar, Márcio entregou a chave de seu carro aos colegas, alertando-os que iria beber até se embriagar e cair. Após cumprir a promessa feita aos colegas, Márcio, completamente alterado, se dirigiu até o caixa do bar para pagar sua conta. Devido a divergências quanto à quantidade de bebida consumida, Márcio iniciou uma forte discussão com o atendente do estabelecimento e arremessou a garrafa de cerveja que segurava em sua direção, acertando a cabeça do funcionário e causando-lhe ferimentos de natureza grave. Preocupado com as consequências jurídicas de seu ato, Márcio o(a) procura, na condição de advogado(a), para assistência técnica. Considerando apenas as informações expostas, sob o ponto de vista técnico, você, como advogado(a), deverá esclarecer que a conduta praticada por Márcio configura

A) crime de lesão corporal grave, diante da embriaguez culposa, podendo ser reconhecida causa de diminuição de pena, já que a embriaguez era completa.

B) conduta típica e ilícita, mas não culpável, diante da embriaguez culposa, afastando a culpabilidade do agente.

C) crime de lesão corporal grave, com reconhecimento de agravante, diante da embriaguez preordenada.

D) crime de lesão corporal grave, diante da embriaguez voluntária.

Comentários:

A) **Errado.** Não se pode falar em embriaguez culposa porque o agente escolheu beber, agindo com dolo. Da mesma forma, não há que se falar em diminuição de pena, já que essa só é possível em caso de embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior (art. 28, § 2º, CP):

> Art. 28, § 2º - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

B) **Errado.** Como dito na assertiva A, não há que se falar em embriaguez culposa, uma vez que ele tinha a intenção de se embriagar.

C) **Errado.** A agravante de embriaguez preordenada só ocorre quando o agente se embriaga previamente para "tomar coragem" de cometer o crime. No caso em tela, não houve essa intenção.

D) **Certo.** Trata-se de embriaguez voluntária, isto é, o agente agiu com a intenção de se embriagar, no entanto, não havia a intenção prévia de cometer o delito de lesão corporal.

Assim, não há que se falar em causa de aumento ou diminuição de pena.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina e Lei Seca

Questão 63

Vitor foi condenado pela prática de um crime de lesão corporal leve no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher, sendo aplicada pena privativa de liberdade de três meses de detenção, a ser cumprida em regime aberto, já que era primário e de bons antecedentes. Considerando a natureza do delito, o juiz deixou de substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos e não aplicou qualquer

outro dispositivo legal que impedisse o recolhimento do autor ao cárcere. No momento da apelação, a defesa técnica de Vitor, de acordo com a legislação brasileira,

A) não poderá requerer a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, mas poderá pleitear a suspensão condicional da pena, que, inclusive, admite que seja fixada prestação de serviços à comunidade e limitação de final de semana por espaço de tempo.

B) não poderá requerer a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, mas poderá pleitear a suspensão condicional da pena, que não admite que seja fixada como condição o cumprimento de prestação de serviços à comunidade.

C) não poderá requerer a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos e nem a suspensão condicional da pena, mas poderá pleitear que o regime aberto seja cumprido em prisão domiciliar com tornozeleira eletrônica.

D) poderá requerer a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, que, contudo, não poderá ser apenas de prestação pecuniária por expressa vedação

legal.

Comentários:

A) **Certo.** Um dos requisitos para a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos é que o crime não contenha violência ou grave ameaça (art. 44, I, CP), dessa forma, o instituto é inaplicável no crime de lesão corporal.

Ainda, poderá pleitear a suspensão condicional da pena, uma vez que faz jus aos requisitos do art. 77, CP:

> Art. 77 - A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, poderá ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que:
>
> I - o condenado não seja reincidente em crime doloso;
>
> II - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias autorizem a concessão do benefício;
>
> III - Não seja indicada ou cabível a substituição prevista no art. 44 deste Código.

B) **Errado.** A suspensão condicional da pena admite a fixação de condição de cumprimento de prestação de serviços à comunidade, conforme art. 78, § 1º, CP:

> Art. 78 - Durante o prazo da suspensão, o condenado ficará sujeito à observação e ao cumprimento das condições estabelecidas pelo juiz.
>
> § 1º - No primeiro ano do prazo, deverá o condenado prestar serviços à comunidade (art. 46) ou submeter-se à limitação de fim de semana (art. 48).

C) Errado. É possível a aplicação da suspensão condicional da pena, já que Vitor preenche os requisitos do art. 77, CP, já detalhados acima.

D) Errado. Não é possível a substituição por pena restritiva de direitos, tendo em vista que o delito foi cometido com dolo e mediante violência, violando assim a condição do art. 44, I, CP:

> Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando
>
> I – aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo;

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina e Lei Seca

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 64

Vanessa foi presa em flagrante, logo após cometer um crime de furto em residência. A proprietária do imóvel, Jurema, 61 anos, informou aos policiais que viu, pelas câmeras de segurança, Vanessa escalando o alto muro da residência e ingressando na casa, acreditando a vítima que a mesma rompeu o cadeado da porta, já que este encontravase arrombado. Por determinação da autoridade policial, um perito oficial compareceu à residência de Jurema e realizou laudo pericial para confirmar que o muro que Vanessa pulou era de grande altura e demandava esforço no ato. Deixou, porém, de realizar a perícia no cadeado e na porta por onde Vanessa teria entrado na casa. Vanessa foi denunciada pelo crime de furto qualificado, sendo imputado pelo Ministério Público a qualificadora da escalada e do rompimento de obstáculo. No curso da instrução, assistida a ré pela Defensoria Pública, as partes tiveram acesso ao laudo pericial e, em seu interrogatório, Vanessa confessou os fatos, inclusive o rompimento do cadeado para ingresso na residência, bem como informou que sabia que a lesada era uma senhora de idade. A vítima Jurema não compareceu, alegando que não poderia deixar sua residência exposta, já que o cadeado da casa ainda estava arrombado, argumentando ser idosa, acostando sua carteira de habilitação, e destacando que as imagens da câmera de segurança, já juntadas ao processo, confirmavam a autoria delitiva. Você, como advogado(a), foi constituído(a) por Vanessa para a apresentação de alegações finais. Considerando as informações expostas, você deverá alegar que

A) a perícia realizada no muro não poderá ser considerada prova, mas tão só elemento informativo a ser confirmado por provas produzidas sob o crivo do contraditório, tendo em vista que as partes não participaram da elaboração do laudo.

B) deve ser afastada a qualificadora com fundamento no rompimento de obstáculo, já que não foi produzida prova pericial, não sendo suficiente a confissão da acusada.

C) a perícia realizada para demonstrar a escalada foi inválida, pois não foi realizada por dois peritos oficiais, nos termos da determinação do Código de Processo Penal.

D) a idade da vítima não foi comprovada por documento idôneo, não podendo ser reconhecida agravante por tal fundamento.

Comentários:

A) Errado. Pela leitura do art. 155, CPP, apenas é considerado "prova" aquela produzida perante contraditório e ampla defesa. No entanto, ainda pelo mesmo artigo, não há prejuízo se alguma prova for utilizada pelo juiz na formação do seu convencimento.

> Art. 155. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão **exclusivamente** nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

B) Certo. Conforme o disposto no artigo 157, CPP, sempre que o delito deixar vestígios, deve haver prova pericial, não a suprindo a confissão do acusado:

> Art. 158. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado. **C) Errado.** Nos termos do art. 159, CPP, a perícia deve ser feita por um perito oficial ou, na ausência deste, duas pessoas idôneas (§ 1º):

> Art. 159. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior.
>
> § 1º Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

D) Errado. A idade deve ser comprovada por documento oficial, sendo a carteira de motorista suficiente para tal.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 65

Durante uma festa em uma casa noturna, Michele se desentende com sua amiga Flávia e lhe desfere um tapa no rosto, causando-lhe lesão corporal de natureza leve. Flávia, então, se dirige à autoridade policial e registra o fato, manifestando expressamente seu interesse em representar contra Michele, tendo em vista a natureza de ação penal pública condicionada à representação. Findo o procedimento policial, os autos foram encaminhados ao Juizado Especial competente e o Ministério Público apresentou proposta de transação penal à Michele, que não a aceitou. Após o oferecimento de denúncia pelo Parquet, Flávia se diz arrependida e manifesta ao seu advogado interesse em se retratar da representação oferecida, destacando que ainda não foi recebida a inicial acusatória. Considerando os fatos acima narrados, você, como advogado(a) de Flávia, deverá esclarecer que

A) a representação será irretratável na hipótese, por já ter sido oferecida a denúncia.
B) a retratação da representação poderá ser realizada até o momento da sentença, não dependendo de formalidades legais.
C) a retratação da representação será cabível até o recebimento da denúncia, em audiência perante o juiz, especialmente designada para tal finalidade.
D) a representação será irretratável, independentemente do momento processual, por se tratar de ação penal de natureza pública, de modo que o Ministério Público continua sendo o titular da ação.

Comentários:

A) Certo. Conforme art. 25, CPP, a representação é irretratável após o oferecimento da denúncia. Como esta já ocorreu, não é mais possível a retratação.

B) Errado. Vide comentário da assertiva A

C) Errado. Vide comentário da assertiva A

D) Errado. Conforme art. 88, Lei n. 9.099/95, as Lesões Corporais Leve e Culposa se

procedem mediante representação. Dessa forma, são ações penais públicas condicionadas à representação, as quais admitem a retratação do agente até o momento do oferecimento da denúncia, nos termos do art. 25, CPP.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 66

Fernando foi preso em flagrante e indiciado pela suposta prática do crime previsto no Art. 306 da Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), pois conduzia veículo automotor em via pública sob a influência de álcool. O magistrado competente, ao analisar o auto de prisão em flagrante, concedeu a liberdade provisória, aplicando a cautelar de suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor. Fernando, entendendo que a cautelar prejudicaria seu sustento, já que era motorista de caminhão, solicita que você, como advogado(a), adote as medidas cabíveis para questionar a decisão do magistrado de aplicar a cautelar alternativa de suspensão da habilitação. Considerando apenas as informações expostas, de acordo com a Lei nº 9.503/97, o(a) advogado(a) de Fernando

A) não poderá apresentar recurso, tendo em vista que a decisão que aplica cautelar alternativa é irrecorrível.
B) poderá apresentar recurso de apelação.
C) poderá apresentar recurso em sentido estrito.
D) poderá apresentar recurso de agravo.

Comentários:

A assertiva questiona a possibilidade de recurso para contestar aplicação de medida cautela, diante do CTB (Lei n. 9.503/97). Dessa forma, a resposta seria dada conforme o art. 294, parágrafo único, CTB:

> Art. 294, Parágrafo único. **Da decisão que decretar** a suspensão ou **a medida cautelar**, ou da que indeferir o requerimento do Ministério Público, caberá **recurso em sentido estrito**, sem efeito suspensivo.

A) Errado. Vide art. 294, CTB

B) Errado. Vide art. 294, CTB

C) Certo. Vide art. 294, CTB

D) Errado. Vide art. 294, CTB

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 67

Bartolomeu foi denunciado e pronunciado pela suposta prática de um crime de homicídio qualificado. No dia da sessão plenária do Tribunal do Júri, no momento dos debates orais, o Promotor de Justiça iniciou sua fala lendo o teor da denúncia para que os jurados tivessem conhecimento sobre os fatos imputados. Após, afirmou que estaria presente a prova da materialidade e de autoria, passando a ler a decisão de pronúncia e destacar que esta demonstraria a veracidade do que assegurava sobre a prova da prática do crime por Bartolomeu. Por fim, o Parquet leu reportagem jornalística que apontava Bartolomeu como possível autor do homicídio, sendo certo que tal documentação foi acostada ao procedimento sete dias antes da sessão plenária, tendo a defesa acesso à mesma quatro dias úteis antes do julgamento. Em sua fala, a defesa técnica de Bartolomeu pugnou pela absolvição, negando a autoria, e consignou em ata seu inconformismo com a leitura da denúncia, a menção à pronúncia e a leitura da reportagem jornalística. O réu foi condenado. Considerando as informações narradas, com base nas previsões legais e sob o ponto de vista técnico, no momento de apresentar recurso de apelação, o(a) advogado(a) de Bartolomeu poderá alegar a existência de nulidade, em razão

A) da leitura da denúncia, da menção à pronúncia e leitura da reportagem jornalística.

B) da menção à pronúncia e leitura da reportagem jornalística, apenas.

C) da leitura da reportagem jornalística, apenas.

D) da menção à pronúncia, apenas.

Comentários:

A questão exigia conhecimento acerca dos arts. 478 e 479, CPP:

> Art. 478. Durante os debates as partes **não** poderão, sob pena de nulidade, fazer referências:
>
> I – **à decisão de pronúncia**, às decisões posteriores que julgaram admissível a acusação ou à determinação do uso de algemas como argumento de autoridade que beneficiem ou prejudiquem o acusado;
>
> II – ao silêncio do acusado ou à ausência de interrogatório por falta de requerimento, em seu prejuízo.
>
> Art. 479. Durante o julgamento **não** será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de **3 (três) dias úteis**, dando-se ciência à outra parte.
>
> Parágrafo único. Compreende-se na proibição deste artigo a **leitura de jornais** ou qualquer outro escrito, bem como a exibição de vídeos, gravações, fotografias, laudos, quadros, croqui ou qualquer outro meio assemelhado, cujo conteúdo versar sobre a matéria de fato submetida à apreciação e julgamento dos jurados.

A) Errado. Como visto, não há vedação à leitura da denúncia. Além disso, a reportagem jornalística foi acostada ao processo 7 dias antes da audiência, portanto, superior à antecedência mínima de 3 dias do art. 479, CPP.

B) Errado. A reportagem foi acostada ao processo 7 dias antes da audiência, não havendo vedação para sua apresentação, nos termos do art. 479, CPP.

C) Errado. A reportagem foi acostada ao processo 7 dias antes da audiência, não havendo vedação para sua apresentação, nos termos do art. 479, CPP.

D) Certo. Conforme o art. 478, I, CPP, não pode haver referências à decisão de pronúncia, sob pena de nulidade, tendo em vista que essa apenas atesta a existência de indícios de autoria e materialidade, mas não efetivamente a prova de tais elementos.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 68

Paulo, advogado, foi intimado de duas decisões proferidas pelo juízo da execução penal do Rio de Janeiro, em relação a dois de seus clientes. Na primeira, foi determinada a perda de 1/5 (um quinto) dos dias remidos por Lúcio, considerando que foi reconhecida, por meio de procedimento regular, observadas as exigências legais, a prática de falta grave pelo mesmo. Na segunda decisão, o pedido de progressão de regime formulado por Paulo em relação ao apenado Flávio foi deferido, tendo o magistrado fixado, como condição a ser observada no regime aberto, o cumprimento de prestação de serviços à comunidade. Diante das intimações, Paulo poderá apresentar

A) recurso em sentido estrito para questionar as duas decisões do magistrado, que seriam ilegais.
B) agravo para questionar as duas decisões do magistrado, que seriam ilegais.
C) agravo para questionar apenas a decisão que determinou a perda dos dias remidos, que seria ilegal, mas não a que fixou condições especiais para a progressão de regime.
D) agravo para questionar a decisão que fixou a prestação de serviço à comunidade como condição para a progressão para o regime aberto, não havendo ilegalidade, porém, na determinação da perda de 1/5 (um quinto) dos dias remidos por Lúcio.

Comentários:

A questão pergunta sobre qual recurso deve ser apresentado em duas situações diferentes.

Na primeira situação, houve a perda de parte dos dias remidos por Lúcio em razão da prática de falta grave. Ocorre que, de acordo com a LEP, a perda de até ⅓ dos dias remidos é possível, vejamos:

> Art. 127. Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.

Assim, como ⅕ é menor do que ⅓, não há ilegalidade na decisão.

Já no que diz respeito à segunda decisão, temos um juiz que impôs a Flávio o cumprimento de prestação de serviços à comunidade para progressão ao regime aberto. Ocorre que, nos termos da Súmula 493, STJ, não é possível a imposição de pena restritiva de direitos como condição para progressão ao regime aberto:

> Súmula 493 - É inadmissível a fixação de pena substitutiva (art. 44 do CP) como condição especial ao regime aberto.

Dessa forma, cabível recurso. Das decisões do Juiz de Execuções Penais, é cabível Recurso de Agravo (art. 197, LEP):

> Art. 197. Das decisões proferidas pelo Juiz caberá recurso de agravo, sem efeito suspensivo.

A) Errado. Conforme disposto acima.

B) Errado. Conforme disposto acima.

C) Errado. Conforme disposto acima.

D) Certo. Conforme disposto acima.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 69

Carlos, em relatório final conclusivo de inquérito policial, foi indiciado pela prática do crime de receptação qualificada (Art. 180, §1º, CP – pena: 3 a 8 anos de reclusão e multa). Recebido o procedimento investigatório, o Promotor de Justiça verificou, na Folha de Antecedentes Criminais, que Carlos possuía uma única anotação e era tecnicamente primário, mas que teria sido beneficiado, oito anos antes da suposta nova prática delitiva, por proposta de suspensão condicional do processo em relação a crime de estelionato. Considerando as informações expostas, você, como advogado(a) de Carlos, deverá esclarecer que, de acordo com o Código de Processo Penal,

A) poderá ser proposto acordo de não persecução penal, independentemente da confissão do indiciado, podendo, contudo, ser imposto ressarcimento do dano e prestação de serviço à comunidade por tempo limitado em caso de aceitação.

B) não poderá ser proposto o acordo de não persecução penal, tendo em vista que o suposto autor já foi beneficiado com suspensão condicional do processo anteriormente. C) poderá ser proposto acordo de não persecução penal, considerando a pena e natureza do crime, mas Carlos necessariamente deverá confessar a prática delitiva. D) não poderá ser proposto o acordo de não persecução penal, em razão da pena máxima prevista para o delito ultrapassar quatro anos de reclusão.

Comentários:

A) Errado. A confissão é condição sine qua non para o oferecimento do Acordo de Não Persecução Penal, conforme o caput do art. 28-A, CPP.

> Art. 28-A. Não sendo caso de arquivamento e **tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal** sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente:

B) Errado. O requisito temporal para a propositura de novo ANPP é de 5 anos, conforme o §2º, III, do art. 28-A, assim, como já decorreram 8 anos, é possível sim que seja proposto um novo ANPP.

> § 2º O disposto no caput deste artigo não se aplica nas seguintes hipóteses: III - ter sido o agente beneficiado nos **5 (cinco) anos anteriores** ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo;

C) Certo. Toda a situação está de acordo com os requisitos do art. 28-A, CPP, não havendo impedimento para a propositura de ANPP.

D) Errado. Para propositura do ANPP, é necessário que a pena mínima não seja superior a 4 anos, não a máxima. Portanto, não há impedimento nesse sentido.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO DO TRABALHO

Questão 70

Walmir foi empregado da sociedade empresária Lanchonete Chapa Quente Ltda., na qual atuou como atendente por um ano e três meses, sendo dispensado sem justa causa em julho de 2021. A sociedade empresária procura você, como advogado(a), para saber o modo de pagamento dos direitos devidos a Walmir. De acordo com o que dispõe a CLT, sabendo-se que a norma coletiva nada dispõe a respeito, assinale a afirmativa correta.

A) Uma vez que o contrato vigorou por mais de um ano, deve ser feita a homologação perante o sindicato de classe do empregado ou perante o Ministério do Trabalho.

B) O pagamento poderá ocorrer na própria empresa, pois não há mais necessidade de homologação da rescisão contratual pelo sindicato profissional ou pelo Ministério do Trabalho.

C) Não havendo discórdia sobre o valor devido a Walmir, deverá ser apresentada uma homologação de acordo extrajudicial na Justiça do Trabalho, com assinatura de advogado comum.

D) A sociedade empresária, ao optar por fazer o pagamento em suas próprias instalações, deverá obrigatoriamente depositar o valor na conta do trabalhador para ter a prova futura do adimplemento.

Comentários:

A) **Errado.** Era previsto no art. 477, §§ 1º e 3º a necessidade de homologação da rescisão pelo Ministério do Trabalho, no entanto, essa previsão foi revogada com a Reforma

Trabalhista de 2017.

B) **Certo.** Uma vez que a necessidade de homologação da rescisão não existe mais, o pagamento pode sim ocorrer na própria empresa.

C) **Errado.** Como já dito anteriormente, não existe mais a necessidade de homologação da rescisão.

D) **Errado.** Conforme o § 4º do art. 477, CLT, o pagamento da rescisão pode ser feito em dinheiro, depósito bancário ou cheque visado:

> § 4º O pagamento a que fizer jus o empregado será efetuado:
>
> I - em dinheiro, depósito bancário ou cheque visado, conforme acordem as partes; ou
>
> II - em dinheiro ou depósito bancário quando o empregado for analfabeto.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 71

Carlos foi contratado como estagiário, em 2018, por uma indústria automobilística, pelo prazo de dois anos. Todas as exigências legais foram atendidas, e o estágio era remunerado. Após um ano de vigência do contrato, ele procura você, como advogado(a), para saber se terá direito a férias nos 12 meses seguintes. Sobre a situação narrada, de acordo com a Lei de regência, assinale a afirmativa correta.

A) Não haverá direito a qualquer paralisação, porque somente o empregado tem direito a férias.

B) O estagiário tem direito a férias normais acrescidas do terço constitucional.

C) Uma vez que a Lei é omissa a respeito, caberá ao empregador conceder, ou não, algum período de descanso a Carlos.

D) Carlos terá direito a um recesso remunerado de 30 dias, mas sem direito ao acréscimo de 1/3(um terço).

Comentários:

A) Errado. É assegurado o direito a férias de 30 dias ao estagiário sempre que o estágio tiver duração superior de 1 ano, nos termos da Lei n. 11.788/08:

> Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

B) Errado. A remuneração das férias do estagiário é feita na forma de 1 pagamento, quando houver este.

> Art. 13, § 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

C) Errado. Como dito, existe previsão legal nesse sentido no art. 13 da Lei n. 11.788/08. **D) Certo.** Nos termos do art. 13, § 1º da Lei n. 11.788/08, o recesso do estagiário é remunerado quando houver bolsa ou outra forma de contraprestação, não havendo acréscimo do ⅓ concedido a profissionais com carteira assinada.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 72

Um grupo de investidores está estimando custos para montar empresas em diversos ramos. Por isso, procuraram você, como advogado(a), para serem informados sobre os custos dos adicionais de periculosidade e insalubridade nas folhas de pagamento. Sobre a orientação dada, de acordo com o texto da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) O adicional de insalubridade varia entre os graus mínimo, médio e máximo sobre o salário mínimo; o de periculosidade tem percentual fixo: 30% do salário básico do empregado.

B) Os adicionais de periculosidade e insalubridade variam entre os graus mínimo, médio e máximo, sendo, respectivamente, de 10%, 20% e 30% do salário dos empregados.

C) As atividades com inflamáveis, explosivos e energia elétrica são consideradas as de maior risco, com um adicional de 50% sobre as remunerações dos empregados.

D) O direito do empregado ao adicional de insalubridade ou periculosidade só pode cessar com a mudança de função ou por determinação judicial.

Comentários:

A) Certo. A assertiva está de acordo com o que dispõe os arts. 192 e 193, §1º, CLT:

> Art. 192 - O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário-mínimo da região, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.
>
> Art. 193, § 1º - O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

B) Errado. Não há variação no adicional de periculosidade, que é sempre de 30%, na forma do já citado art. 193, § 1º, CLT.

C) Errado. De fato essas atividades são consideradas atividades de risco que ensejam o adicional de periculosidade (art. 193, I, CLT). No entanto, o valor será de 30%.

D) Errado. Só poderá deixar de pagar o adicional de insalubridade ou periculosidade quando eliminado o risco, nos termos do art. 194, CLT:

> Art. 194 - O direito do empregado ao adicional de insalubridade ou de periculosidade cessará com a eliminação do risco à sua saúde ou integridade física, nos termos desta Seção e das normas expedidas pelo Ministério do Trabalho.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 73

Genilson e Carla trabalham como operadores de atendimento em uma sociedade empresária de telemarketing. Ambos possuem plano de saúde empresarial, previsto no regulamento interno e custeado integralmente pelo empregador, com direito a uma ampla rede credenciada e quarto particular em caso de eventual internação. Ocorre que a sociedade empresária, desejando reduzir seus custos, alterou o regulamento e informou seus empregados que o plano foi modificado, com redução significativa da rede credenciada e que, eventual internação hospitalar, seria feita em enfermaria – e não mais em quarto particular. Sobre a alteração efetuada e de acordo com a CLT, assinale a afirmativa correta.

A) A alteração não é válida para Genilson e Carla, porque só pode ser efetivada para aqueles admitidos após a mudança.

B) A alteração é válida para Genilson e Carla, porque o plano de saúde continuou a ser mantido, ainda que em condições diferentes.

C) A alteração somente será válida para os admitidos anteriormente à mudança.

D) A alteração, que alcança apenas os admitidos após a mudança, deve ser homologada judicialmente.

Comentários:

No Direito do Trabalho vigora o princípio da inalterabilidade contratual lesiva. Isto é, o Contrato de Trabalho não pode ser alterado de modo a prejudicar o empregado, fazendo-o perder benefício que este possuía.

Ainda, o Regulamento Interno da empresa adere ao Contrato de Trabalho. Dessa forma, apenas novos empregados estarão suscetíveis à mudança. Nesse sentido, temos o art. 468, CLT:

> Art. 468 - Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.

Ainda, o TST editou a seguinte súmula que complementa o entendimento:

Súmula n. 51, TST: I - As cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento. II - Havendo a coexistência de dois regulamentos da empresa, a opção do empregado por um deles tem efeito jurídico de renúncia às regras do sistema do outro. **A) Certo.** Vide comentários acima.

B) Errado. Vide comentários acima.

C) Errado. Vide comentários acima.

D) Errado. Vide comentários acima.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 74

Suelen trabalhava na Churrascaria Boi Mal Passado Ltda. como auxiliar de cozinha, recebendo salário fixo de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais. Por encontrarse em dificuldade financeira, Suelen pediu ao seu empregador um empréstimo de R$

4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para ser descontado em parcelas de R$ 500,00 (quinhentos reais) ao longo do tempo. Sensibilizado com a situação da empregada, a sociedade empresária fez o empréstimo solicitado, mas 1 mês após Suelen pediu demissão, sem ter pago qualquer parcela do empréstimo. Considerando a situação de fato, a previsão da CLT e que a empresa elaborará o termo de rescisão do contrato de trabalho (TRCT), assinale a afirmativa correta.

A) A sociedade empresária poderá descontar todo o resíduo do empréstimo do TRCT.

B) A sociedade empresária poderá, no máximo, descontar no TRCT o valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

C) Não pode haver qualquer desconto no TRCT, porque o empréstimo tem a natureza de contrato civil, de modo que a sociedade empresária deverá cobrá-lo na justiça comum.

D) Por Lei, a sociedade empresária tem direito de descontar no TRCT o dobro da remuneração do empregado por eventual dívida dele.

Comentários:

A questão é dúbia, e foi motivo de grandes controvérsias. Isso porque o entendimento de alguns foi de que o empréstimo mencionado possui natureza cível, e não trabalhista. Ainda assim, a FGV manteve o entendimento de que se tratou de um adiantamento salarial, autorizando assim, o desconto, nos termos dos arts. 462 e 477, CLT.

> Art. 462 - Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de contrato coletivo.
>
> Art. 477. Na extinção do contrato de trabalho, o empregador deverá proceder à anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, comunicar a dispensa aos órgãos competentes e realizar o pagamento das verbas rescisórias no prazo e na forma estabelecidos neste artigo.
>
> § 5º - Qualquer compensação no pagamento de que trata o parágrafo anterior não poderá exceder o equivalente a um mês de remuneração do empregado.

Vejamos alternativa por alternativa:

A) Errado. Uma vez que o valor do empréstimo (R$ 4.500,00) ultrapassa a remuneração do empregado, ela não poderia ser descontada por completo.

B) Certo. A assertiva está de acordo com os já citados arts. 462 e 477, § 5º, CLT, de modo que R$ 1.500,00, sendo o salário de Suelen, é o valor máximo que pode ser descontado dela.

C) Errado. Muitos argumentaram de que essa deveria ser a assertiva correta, visto que poderia se tratar de um empréstimo de natureza cível.

D) Errado. O afirmado nessa assertiva é contrário ao entendimento do art. 477, §5º, CLT.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 75

Jorge e Manoel integram a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) da empresa na qual trabalham. Jorge é representante do empregador e Manoel, representante dos empregados. Durante a vigência dos seus mandatos, ambos foram dispensados, sem justa causa, na mesma semana, recebendo aviso prévio indenizado. Considerando a situação de fato e a previsão da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Não há empecilho à dispensa de Jorge, mas Manoel tem garantia no emprego e não poderia ser desligado sem justa causa.

B) Ambos os empregados podem ser dispensados, porque o empregador concedeu aviso prévio indenizado.

C) Jorge, por ser representante do empregador junto à CIPA e dele ter confiança, não poderá ser dispensado, exceto por justa causa.

D) Nenhum empregado integrante da CIPA pode ser dispensado sem justa causa durante o mandato e até 1 ano após

---

Comentários:

A) **Certo.** A estabilidade de profissional eleito pelos empregados como membro de comissão é conferida pelo art. 10, ADCT:

> Art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição:
>
> II - fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa:
>
> a) do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato;

Importante ressaltar que essa estabilidade não alcança membros escolhidos pela empresa. Embora seja conferida estabilidade a Manoel, Jorge pode ser dispensado.

B) **Errado.** Manoel possui estabilidade, nos termos do art. 10, ADCT, por ter sido eleito para a comissão como representante dos empregados.

C) **Errado.** Jorge, por ter sido escolhido pela empresa, não possui estabilidade pelo cargo na comissão.

D) **Errado.** A estabilidade conferida aos membros da CIPA é apenas para aqueles eleitos pelos empregados, não pela empresa. Portanto, não alcança Manoel.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Questão 76

Maurício ajuizou reclamação trabalhista, em agosto de 2021, contra a sua exempregadora, a sociedade empresária Sorvetes Glacial Ltda., postulando o pagamento de horas extras e verbas resilitórias. No dia da audiência inaugural, feito o pregão com pontualidade, o autor compareceu acompanhado de seu advogado, estando ainda presente o advogado da empresa, mas ausente o preposto. O advogado do réu requereu que se aguardasse o prazo de 15 minutos, mas diante da negativa do advogado do autor, que não concordou em aguardar, teve início a audiência. O advogado do autor requereu a aplicação da revelia e o advogado do réu informou que havia protocolizado defesa com documentos pelo processo judicial eletrônico (PJe), requerendo que fossem recebidos. Diante da situação e dos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Deverá ser aplicada a revelia em razão da ausência do preposto e desprezada a defesa.

B) Há nulidade do ato porque a CLT determina que se aguarde a parte até 15 minutos após o horário designado.

C) Sendo a CLT omissa a respeito, caberá ao juiz definir se haverá revelia ou remarcação da audiência.

D) A defesa e os documentos apresentados devem ser aceitos.

Comentários:

A) **Errado.** Conforme o art. 844, § 5º, CLT, como o advogado está presente, ainda poderá ser aceita a contestação e os documentos apresentados:

> Art. 844, § 5º - Ainda que ausente o reclamado, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.

B) **Errado.** Não existe previsão na CLT nesse sentido, devendo a parte comparecer no horário determinado.

C) **Errado.** A CLT não é omissa, havendo previsão no art. 844 sobre a revelia diante da ausência do réu:

> Art. 844 - O não-comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não-comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.

D) **Certo.** Conforme o já citado art. 844, § 5º, CLT, havendo a presença do advogado, mesmo que ausente o reclamado, poderão ser apresentados a contestação e os documentos.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 77

Renata, professora de Artes, lecionou na Escola do Futuro. Em sede de reclamação trabalhista, um de seus pedidos foi julgado improcedente, sendo certo que o que você pleiteava, na qualidade de advogado(a) de Renata, estava fundamentado na aplicação incontroversa de súmula do TST a respeito da matéria. Ainda assim, o TRT respectivo, ao julgar seu recurso, manteve a decisão de primeira instância. Considerando que a referida decisão não deixou margem à oposição de embargos de declaração, assinale a opção que indica a medida jurídica a ser adotada. A) Interposição de agravo de instrumento.

B) Interposição de agravo de petição.

C) Ajuizamento de ação rescisória.

D) Interposição de recurso de revista.

Comentários:

A questão trata da possibilidade de recurso à decisão do TRT que for contrária a súmula do TST. Essa hipótese é abarcada no art. 896, a, CLT. Dessa forma, sendo possível recurso de revista.

> Art. 896 - Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando:
>
> a) derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou contrariarem súmula de jurisprudência uniforme dessa Corte ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal;

A) Errado. Esse recurso é utilizado para destrancar outros recursos, nos termos do art. 897, b, CLT

> Art. 897 - Cabe agravo, no prazo de 8 (oito) dias:
>
> b) de instrumento, dos despachos que denegarem a interposição de recursos. **B)**

Errado. O Agravo de Petição é cabível na fase de execução do processo, nos termos do art. 897, a, CLT

> Art. 897 - Cabe agravo, no prazo de 8 (oito) dias:
>
> a) de petição, das decisões do Juiz ou Presidente, nas execuções;

C) Errado. A Ação Rescisória está disciplinada no CPC (Capítulo VII do Título IV da Parte Especial) e só é cabível após o trânsito em julgado, quando houverem novas provas.

D) Certo. Conforme o art. 896, a CLT, é cabível o Recurso de Revista em decisão do TRT contrária a súmula do TST.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 78

Duas irmãs costureiras trabalharam juntas em uma confecção. A mais velha era empregadora da mais nova, que gerenciava a atividade. Devido a um desentendimento em família, a irmã mais nova foi dispensada. Em decorrência da relação fraternal, chegaram a um bom termo sem a necessidade de ajuizamento da demanda. Porém, por segurança de ambas, gostariam de ver garantidos, judicialmente, os termos do acordo e procuraram você, como advogado consultor. Diante disso, observados os termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Deverá ser distribuída uma petição requerendo a homologação de acordo extrajudicial, sendo que as partes deverão obrigatoriamente estar representadas por advogado, ainda que comum.

B) Deverá ser ajuizada uma ação trabalhista e realizado um acordo na primeira audiência, vigorando o jus postulandi.

C) Deverá ser distribuída uma petição requerendo a homologação de acordo extrajudicial, sendo que as partes não precisarão estar representadas por advogado, em razão do jus postulandi.

D) Deverá ser distribuída uma petição requerendo a homologação de acordo extrajudicial, sendo que as partes deverão obrigatoriamente estar representadas por advogados distintos.

Comentários:

A) Errado. Há vedação expressa no art. 855-B, §1º, sobre a utilização de advogado comum às partes:

> Art. 855-B, § 1º As partes não poderão ser representadas por advogado comum.

B) Errado. Não há necessidade de ajuizamento de ação trabalhista, tendo em vista que as partes já chegaram a um consenso, devendo esse acordo apenas ser homologado para produzir efeitos.

C) Errado. Conforme o caput do art. 855-B, as partes devem obrigatoriamente estar representadas por advogados.

> Art. 855-B. O processo de homologação de acordo extrajudicial terá início por petição conjunta, sendo obrigatória a representação das partes por advogado. **D) Certo.** Conforme o art. 855-B, § 1º, as partes devem apresentar advogados distintos para a homologação de acordo extrajudicial.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 79

Uma sociedade de economia mista do Estado do Maranhão, após devidamente citada em reclamação trabalhista de um empregado, apresentou defesa e produziu provas em juízo, mas foi condenada na sentença. Assinale a opção que, de acordo com a CLT, indica o prazo que a empresa em questão possui para recorrer ao TRT. A) 8 dias úteis.

B) 16 dias úteis.

C) 8 dias corridos.

D) 16 dias corridos.

Comentários:

Inicialmente, para responder à questão, é necessário determinar o recurso cabível. Como trata-se de decisão em primeira instância, deve ser apresentado Recurso Ordinário no prazo de 8 dias úteis, nos termos dos arts.

> Art. 895 - Cabe recurso ordinário para a instância superior:
>
> I - das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos, no prazo de 8 (oito) dias;

Ainda, conforme o art. 775, os prazos são contados em dias úteis:

> Art. 775. Os prazos estabelecidos neste Título serão contados em dias úteis, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.

Importante ressaltar que as Sociedades de Economia Mista contam com capital público e privado, dessa forma, não gozam dos privilégios que outros órgãos da administração pública possuem, como prazo em dobro. **A) Certo.** Vide comentários acima.

B) Errado. Vide comentários acima.

C) Errado. Vide comentários acima.

D) Errado. Vide comentários acima.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 80

A sociedade empresária Refeições Tempero de Casa Ltda. é ré em uma reclamação trabalhista movida por sua ex-empregada Rosângela, que lá atuou como cozinheira. Após devidamente contestada e instruída, foi prolatada sentença, em outubro de 2021, julgando os pedidos procedentes em parte. Ocorre que no mesmo dia da publicação da sentença, a sociedade empresária teve sua recuperação judicial deferida pela justiça estadual. Nada foi decidido a respeito de gratuidade de justiça para a sociedade empresária. Diante da situação apresentada, da previsão contida na CLT e considerando que a sociedade pretende recorrer da sentença, assinale a afirmativa correta.

A) Com a recuperação judicial deferida, a sociedade empresária fica dispensada de efetuar qualquer preparo para recorrer.

B) A sociedade empresária terá de recolher as custas, mas não precisará efetuar o depósito recursal para recorrer.

C) Como a sociedade empresária não teve a falência decretada, mas sim a recuperação judicial deferida, efetuará normalmente o preparo.

D) A sociedade empresária, diante da recuperação judicial deferida, pagará metade das custas e do depósito recursal.

Comentários:

A) Errado. Como não houve decisão a respeito da gratuidade da justiça, a sociedade empresária não pode ser dispensada do pagamento das custas processuais. Apenas as figuras do art. 790-A são isentas do pagamento das custas:

> Art. 790-A. São isentos do pagamento de custas, além dos beneficiários de justiça gratuita:
>
> I – a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica;
>
> II – o Ministério Público do Trabalho.

B) **Certo.** Por se encontrar em recuperação judicial, a sociedade não precisa efetuar o depósito recursal, nos termos do art. 899, § 10, CLT:

> § 10. São isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial.

C) **Errado.** O benefício é concedido a partir da recuperação judicial, não sendo necessária a decretação de falência.

D) **Errado.** A redução do pagamento pela metade do depósito recursal está prevista no art. 899, § 9º, CLT:

> § 9º. O valor do depósito recursal será reduzido pela metade para entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

37º EXAME DA OAB – FGV - CADERNO TIPO 1 – APLICAÇÃO EM: 26.02.2023



ESTATUTO E ÉTICA

Questão 1

Foi instaurado processo disciplinar em face do advogado Nino, tendo em vista possível prática de infração disciplinar. No que se refere às notificações de Nino no mencionado feito, assinale a afirmativa correta.

A) A notificação inicial de Nino para apresentação de defesa prévia deverá ser feita pessoalmente, de forma preferencial, admitindo-se a notificação por correspondência com aviso de recebimento apenas em hipóteses excepcionais, previstas no Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB.

B) Na hipótese de a notificação inicial para apresentação de defesa prévia ser realizada por edital, deve constar do edital apenas o nome completo de Nino, o seu número de inscrição e a menção de que a notificação destina-se à apresentação da defesa prévia no feito disciplinar no prazo legal.

C) As notificações realizadas no referido processo disciplinar que forem feitas através de edital, com exceção da notificação inicial, deverão indicar o nome completo de Nino e o do advogado constituído para sua defesa, salvo na hipótese de atuação em causa própria.

D) Há presunção de recebimento das notificações enviadas por correspondência com aviso de recebimento ao endereço residencial ou ao endereço profissional que constam no cadastro de Nino junto ao Conselho Seccional.

Comentário:

A) Errado. A notificação inicial é feita por correspondência, com aviso de recebimento, e não pessoalmente (art. 137-D do RGEAOB)

B) Errado. Da notificação inicial não pode constar que se essa se destina à apresentação da defesa prévia no feito disciplinar no prazo legal, conforme § 3º do art. 137-D do RGEAOB.

C) Errado. A notificação inicial por edital, quando for o caso, deve indicar o nome completo do advogado, nome social, o seu número de inscrição e a observação de que ele deverá comparecer à sede do Conselho Seccional ou da Subseção para tratar de assunto de seu interesse, nos termos do § 3º do art. 137-D do RGEAOB.

D) Certo. De acordo com o §1º do art. 137-D do RGEAOAB, incumbe ao advogado manter sempre atualizado o seu endereço residencial e profissional no cadastro do Conselho Seccional, presumindo-se recebida a correspondência enviada para o endereço nele constante.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 2

Teresa, advogada contratada por Carina para representar seus interesses em ação judicial, decide renunciar ao mandato. Em 16/02/2023, Teresa redige notificação de renúncia e a envia por meio de correspondência com aviso de recebimento a Carina, que a recebe em 28/02/2023. No dia seguinte, Carina ajusta com a advogada Fernanda que ela passará a representar seus interesses na ação judicial a partir de então, mas ainda não assina nova procuração.

Considerando esse cenário, sobre o cumprimento de prazo processual com vencimento no dia 02/03/2023, assinale a afirmativa correta.

A) Teresa deve cumprir o prazo porque continuará obrigada, durante os dez dias seguintes à notificação de renúncia, a representar Carina, mesmo que tenha sido substituída antes do término desse prazo.

B) Teresa estará desobrigada do cumprimento do prazo, porque Carina foi notificada da renúncia ao mandato em data anterior ao seu vencimento.

C) Fernanda não poderá cumprir o prazo, já que somente poderá postular em juízo fazendo prova do mandato.

D) Fernanda poderá cumprir o prazo, já que, afirmando urgência, poderá atuar sem procuração, obrigando-se a apresentá-la no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período.

Comentário:

A) Errado. O advogado que renunciar ao mandato continuará, durante os 10 (dez) dias seguintes à notificação da renúncia, a representar o mandante, salvo se for substituído antes do término desse prazo, conforme § 3º do art. 4° do EAOAB. Assim, como Teresa foi substituída por outra advogada antes do término do prazo de 10 dias, ela não está mais obrigada a atuar no processo.

B) Errado. Teresa está desobrigada do cumprimento do prazo, porque foi substituída por Fernanda.

C) Errado. Fernanda poderá atuar sem procuração, já que se trata de hipótese de urgência.

D) Certo. Conforme previsto no art. 5º do EAOAB, o advogado postula, em juízo ou fora dele, fazendo prova do mandato, ou seja, mediante juntada da procuração. Entretanto, se houver urgência, o advogado pode atuar sem procuração, obrigando-se a apresentá-la no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca.

Questão 3

Laura, advogada inscrita na OAB, atua na defesa de Amanda em processo criminal. Pessoalmente convicta da inocência de Amanda, Laura elaborou recurso em que transcreveu seletivamente partes de julgados de tribunais superiores, deturpando o seu teor com o objetivo de iludir o juiz da causa. Verificada tal infração disciplinar, instaura-se o processo administrativo para apurá-la. Laura não é reincidente nem recebeu punição disciplinar anterior. Também não está presente qualquer circunstância agravante.

Dadas essas circunstâncias, Laura estará sujeita

A) à interdição do exercício profissional, em todo o território nacional, pelo prazo de trinta dias a doze meses.

B) à censura, que poderá ser convertida em advertência, em ofício reservado, sem registro em seus assentamentos.

C) à multa, variável entre o mínimo correspondente ao valor de uma anuidade e o máximo de seu sêxtuplo.

D) ao impedimento de exercer o mandato profissional.

Comentário:

A) Errado. Laura está sujeita, à censura, que poderá ser convertida em advertência, em ofício reservado, sem registro em seus assentamentos, conforme explicado na alternativa "b".

B) Certo. De acordo com o art. 34, IV, do EAOAB, constitui infração disciplinar punível com censura "deturpar o teor de dispositivo de lei, de citação doutrinária ou de julgado, bem como de depoimentos, documentos e alegações da parte contrária, para confundir o adversário ou iludir o juiz da causa". Além disso, por Laura nunca ter sido punida anteriormente, é possível que a censura seja convertida em advertência (art. 40 do EAOAB), que deverá ser encaminhada em ofício reservado, conforme parágrafo único do art. 36 do EAOAB.

C) Errado. A pena de multa não pode ser aplicada isoladamente.

D) Errado. Laura está sujeita à censura, que poderá ser convertida em advertência, em ofício reservado, sem registro em seus assentamentos, conforme explicado na alternativa "b".

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 4

A advogada Celina celebrou com a cliente Camila um contrato de prestação de serviços advocatícios. Na cláusula X, foi disposto que a extensão do patrocínio é limitada ao primeiro grau de jurisdição. Na cláusula W, foi disposto valor diverso de honorários contratuais para a hipótese de a causa encerrar-se por acordo.

Considerando o informado sobre o contrato realizado, de acordo com o Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) A cláusula X é vedada, pois não se admite tal limitação de atuação em grau de jurisdição. A cláusula W também é vedada, pois não se admite a previsão de valores diversos de honorários em caso de acordo.

B) O conteúdo da cláusula W, com disposição de valor diverso de honorários contratuais para a hipótese de a causa encerrar-se por acordo pode ser incluído no contrato sem que isso implique ilegalidade. A limitação de atuação em grau de jurisdição prevista na mencionada cláusula X encontra vedação legal.

C) A cláusula X é permitida. Por sua vez, a cláusula W é vedada, pois não se admite a previsão de valores diversos de honorários em caso de acordo.

D) As duas cláusulas narradas não violam a disciplina do citado Código de Ética e Disciplina da OAB.

Comentário:

A) Errado. Não há qualquer vedação legal em relação às duas cláusulas mencionadas no enunciado.

B) Errado. Não há qualquer vedação legal em relação às duas cláusulas mencionadas no enunciado.

C) Errado. Não há qualquer vedação legal em relação à cláusula W.

D) Certo. Tratando-se de honorários contratuais, as cláusulas podem tratar da limitação da atuação do advogado e também de valores diversos em caso de acordo, não havendo qualquer vedação nesse sentido.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 5

Lucas e Leandro são os únicos sócios da sociedade de advogados Lucas & Leandro Advogados. Ocorre que Leandro, que já exerce mandato de vereador, passará a integrar a mesa diretora da Câmara Municipal no próximo biênio.
Durante tal período, a sociedade de advogados

A) deverá transformar-se em sociedade unipessoal de advocacia, com a concentração em Lucas das cotas que pertencem a Leandro.
B) deverá averbar, no registro da sociedade, o licenciamento de Leandro para exercer atividade incompatível com a advocacia em caráter temporário, não alterando sua constituição.
C) não poderá funcionar, porque Leandro, um de seus integrantes, estará totalmente proibido de advogar.
D) não poderá ter sede ou filial na mesma área territorial do Conselho Seccional em que Leandro exerce o mandato na mesa diretora da Câmara Municipal.

Comentário:

A) Errado. Leandro não será excluído da sociedade para transformá-la em unipessoal, devendo apenas a incompatibilidade ser averbada no registro da sociedade.
B) Certo. O impedimento ou a incompatibilidade em caráter temporário do advogado, como no caso de Leandro (incompatibilidade temporária), não o exclui da sociedade de advogados à qual pertença e deve ser averbado no registro da sociedade, observado o disposto nos arts. 27, 28, 29 do EAOAB, sendo proibido, em qualquer hipótese, a exploração de seu nome e de sua imagem em favor da sociedade (§ 2º do art. 16 do EAOAB, alterado pela Lei n. 14. 365/2022).
C) Errado. A incompatibilidade de Leandro possui caráter temporário, por isso, tal situação deve ser averbada no registro da sociedade, o que não impede o funcionamento da sociedade (§ 2º do art. 16 do EAOAB, alterado pela Lei n. 14. 365/2022).
D) Errado. Não há qualquer vedação legal nesse sentido.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 6

O advogado Jefferson pretende associar-se a uma sociedade de advogados, para a prestação de serviços advocatícios e participação nos resultados.
Sobre tal possibilidade, assinale a afirmativa correta.

A) É admitido que Jefferson se associe, em tais moldes, a apenas uma sociedade de advogados.
B) A associação de Jefferson a uma sociedade unipessoal de advocacia, com participação nos resultados, não é permitida, pois configuraria a presença de requisitos legais de vínculos empregatícios.
C) É admitido que Jefferson se associe, simultaneamente, a uma sociedade de advogados e a uma sociedade unipessoal de advocacia.
D) A associação de Jefferson a uma sociedade de advogados deve ser em caráter geral, não sendo admitida a restrição à determinada causa.

Comentário:

A) Errado. Jefferson pode associar-se a uma ou mais sociedades de advogados.

B) Errado. A associação é permitida pelo art. 17 do EAOAB.

C) Certo. De acordo com o art. 17-A do EAOAB, acrescido pela Lei n. 13.465/2022, o advogado poderá associar-se a uma ou mais sociedades de advogados ou sociedades unipessoais de advocacia, sem que estejam presentes os requisitos legais de vínculo empregatício, para prestação de serviços e participação nos resultados, na forma do Regulamento Geral e de Provimentos do Conselho Federal da OAB.

D) Errado. A associação pode ser para determinada causa específica (art. 17-B do EAOAB).

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 7

Pedro, advogado, é investigado criminalmente, em conjunto com Antônio, seu ex-cliente, e Matheus, juiz da comarca, em razão de sua suposta participação em atos fraudulentos que importaram o pagamento de benefícios previdenciários indevidos. No âmbito das investigações, a autoridade judiciária competente determina medida cautelar de busca e apreensão que importa violação do local de trabalho de Pedro. Posteriormente, Pedro é consultado pelo órgão encarregado da investigação criminal acerca de seu interesse na celebração de acordo de colaboração premiada.
Sobre essas medidas, assinale a afirmativa correta.

A) É válida a medida de busca e apreensão executada no local de trabalho de Pedro se fundada exclusivamente em declarações de outro colaborador, sem confirmação por outros meios de prova.
B) Em hipótese excepcional, podem ser usados na investigação documentos, mídias e objetos pertencentes a outros clientes de Pedro.
C) Se Pedro efetuar colaboração premiada contra Antônio, tal ato importará em processo disciplinar, que poderá culminar com a aplicação da sanção de exclusão.
D) Se Pedro efetuar colaboração premiada contra Matheus, não estará sujeito às penas relativas ao crime de violação do segredo profissional.

Gabarito: Questão Anulada

Questão 8

A advogada Maria integra a Comissão de Defesa do Consumidor de certa Seccional da OAB, promovendo debates e a qualificação profissional de colegas sobre temas específicos de Direito do Consumidor.

Sobre a atuação de Maria, enquanto integrar a comissão, assinale a afirmativa correta.

A) Maria poderá firmar contrato gratuito de prestação de serviços com entidades da OAB.

B) Maria é impedida de adquirir bens móveis fungíveis de entidades da OAB.

C) Maria poderá alienar bens móveis infungíveis para entidades da OAB.

D) Maria poderá adquirir bens imóveis de entidades da OAB.

Comentário:

A) Certo. De acordo com o art. 32 do CEDOAB, não poderá o advogado, enquanto exercer cargos ou funções em órgãos da OAB ou representar a classe junto a quaisquer instituições, órgãos ou comissões, públicos ou privados, firmar contrato oneroso de prestação de serviços ou fornecimento de produtos, não sendo vedada a prestação de serviços gratuitos.

B) Errado. Maria está impedida de adquirir bens móveis infungíveis, conforme art. 32 do CEDOAB.

C) Errado. De acordo com o art. 32 do CEDOAB, não poderá o advogado, enquanto exercer cargos ou funções em órgãos da OAB ou representar a classe junto a quaisquer instituições, órgãos ou comissões, públicos ou privados, firmar contrato oneroso de prestação de serviços ou fornecimento de produtos, com tais entidades nem adquirir bens imóveis ou móveis infungíveis de quaisquer órgãos da OAB, ou a estes aliená-los.

D) Errado. De acordo com o art. 32 do CEDOAB, não poderá o advogado, enquanto exercer cargos ou funções em órgãos da OAB ou representar a classe junto a quaisquer instituições, órgãos ou comissões, públicos ou privados, firmar contrato oneroso de

prestação de serviços ou fornecimento de produtos, com tais entidades nem adquirir bens imóveis ou móveis infungíveis de quaisquer órgãos da OAB, ou a estes alienálos.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

FILOSOFIA DO DIREITO

Questão 9

"...a justiça tem um papel a desempenhar na determinação do que é o direito."

Ronald Dworkin

Um dos mais importantes debates no âmbito da Filosofia do Direito é a relação entre direito e moral. Esse tema costuma dividir o posicionamento de positivistas e não positivistas. Ronald Dworkin, um dos mais influentes filósofos do direito contemporâneo, em seu livro A Justiça de Toga, se posiciona expressamente sobre essa questão.

Assinale a opção que expressa o posicionamento desse autor no livro em referência.

A) A moral é parte do Direito porque, ao tomar decisões no âmbito de um processo judicial, um juiz ou uma juíza devem julgar de acordo com a sua consciência, seguindo aquilo que acham correto.

B) O Direito não se confunde com a moral, pois são formas distintas de conhecimento. Além disso, a norma jurídica e a norma moral possuem formas diferentes, sendo a primeira subjetiva e a segunda objetiva.

C) A moral e o Direito devem ser tratadas como áreas específicas e distintas de conhecimento, a menos que o legislador inclua critérios morais no direito positivo, caso em que eles seriam complementares, embora independentes.

D) O Direito deveria ser tratado como um segmento da moral, não como algo separado dela. Dessa forma, a teoria jurídica deveria ser considerada uma parte especial da moral política.

Comentário:

A) Errada. De acordo com os ensinamentos de Dworkin, a moral no direito não se vincula à comunidade política, mas sim à consciência do juiz

B) Errada. As ideias de Dworkin não podem ser confundidas com o juspositivismo que essa assertiva traz.

C) Errada. Assim como a assertiva anterior, aqui temos uma visão juspositivista que não combina com as ideias de Dworkin

D) Certa. Para Dworkin, em concordância com a obra mencionada no enunciado da questão, "Justiça de Toga", é possível "tratar o direito como um segmento da moral, não como algo separado dela".

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

Questão 10

Operadores do Direito, com relativa frequência, precisam enfrentar situações dramáticas que envolvem a vida humana ou o corpo humano. Em casos como esses, nem sempre a lei oferece uma determinação clara e unívoca. Certas vezes a filosofia oferece uma base mais consistente de reflexão e argumentação.

Assinale a opção que apresenta o conhecido imperativo categórico de Kant, muitas vezes citado nos debates relativos a essas situações dramáticas.

A) O homem é um animal político e como tal possui o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto, sobre os quais pode se manifestar graças ao dom da fala e de sua capacidade de comunicação.

B) A normatização que regula a relação entre o todo e as partes deve ser considerada justa, de forma a realizar a distribuição proporcional dos bens comuns.

C) Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como um fim e nunca como um meio.

D) O mundo ético vivo é o espírito em sua verdade; assim que o espírito chega ao saber abstrato de sua essência, a eticidade decai na universalidade formal do Direito.

Comentário:

A) Errada. O pensamento alinha-se com a perspectiva de Aristóteles, sobre o homem como animal político.

B) Errada. A alternativa traz a ideia da justiça distributiva, também vinculada à figura de Aristóteles.

C) Certa. A alternativa tem relação com a ideia de Imperativo Categórico de Kant, isto é, a defesa que os indivíduos deveriam agir conforme aquilo que gostariam de ver como lei universal.

D) Errada. Por sua vez, essa alternativa se relaciona com o conceito hegeliano de eticidade.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Doutrina

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

Determinada lei federal de 2020 gerou intensa controvérsia em vários órgãos do Poder Judiciário, bem como suscitou severas críticas de importantes juristas que questionaram a constitucionalidade de diversos dos seus dispositivos. Afinal, cerca de metade dos juízes e tribunais do País inclinou-se por sua inconstitucionalidade. A existência de pronunciamentos judiciais antagônicos vem gerando grande insegurança jurídica no País, daí a preocupação de um legitimado à deflagração do controle concentrado de constitucionalidade em estabelecer uma orientação homogênea na matéria regulada pela lei federal em tela, sem, entretanto, retirá-la do mundo jurídico.

Sem saber como proceder para afastar a incerteza jurídica a partir da mitigação de decisões judiciais conflitantes, esse legitimado solicitou que você, como advogado(a), se manifestasse.

Assinale a opção que indica a ação cabível para atingir esse objetivo.

A) Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).

B) Representação de Inconstitucionalidade (RI).

C) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).

D) Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC).

Comentário:

A) Errado. A ADI tem como objeto principal a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo e não garantir o questionamento sobra a constitucionalidade da lei, como no caso da ADC.

B) Errado. Segundo o artigo 125, § 2º, da Constituição da República, cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual

C) Errado. O objetivo da ADPF evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do poder público e não declarar a constitucionalidade de lei.

D) Certo. Ação Declaratória de Constitucionalidade foi criada pela EC n. 03/93 e tem como objetivo a declaração da constitucionalidade de determinada lei ou ato normativo federal, ou seja, diferentemente da ADI, não cabe contra lei ou ato estadual (art. 102, I, da CF/88).

Gabarito: D

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 12

O poder constituinte derivado reformador promulgou emenda à Constituição, inserindo um novo direito fundamental na CRFB/88. No caso, trata-se de norma de eficácia limitada, necessitando, portanto, de lei regulamentadora a ser produzida pelo Congresso Nacional. Em razão da total inércia do Poder Legislativo, tendo decorrido quatro anos desde a referida emenda, uma associação de classe legalmente constituída e em funcionamento há mais de 10 anos, cujo estatuto prevê a possibilidade de atuar judicial e extrajudicialmente no interesse de seus associados, que não estariam sendo contemplados em razão da referida inércia, procura você, como advogado(a).

Com base no sistema jurídico-constitucional brasileiro, você, como advogado(a), informa, corretamente, que a fruição dos direitos pelos associados

A) somente poderá ser alcançada com a impetração de Mandado de Injunção por iniciativa individual de cada um dos associados, em seus próprios nomes, junto ao Supremo Tribunal Federal.

B) poderá ser alcançada com a impetração de Mandado de Injunção Coletivo pela referida Associação, em seu próprio nome, junto ao Supremo Tribunal Federal.

C) somente será alcançada após o Congresso Nacional produzir a lei regulamentadora referente à norma constitucional de eficácia limitada.

D) será possível com o ajuizamento de uma Ação Civil Pública, que tenha como pedido a exigência de que o Congresso Nacional produza, imediatamente, a lei regulamentadora.

Comentário:

A) Errado. Como a atuação é a representação dos associados, deve ser impetrado mandado de injunção coletivo.

B) Certo. O mandado de injunção objetiva conferir efetividade ao texto constitucional (art. 5°, LXXI, da CF/88). Terá cabimento quando houver inviabilização do exercício de um direito ou liberdade constitucional, ou prerrogativa inerente à nacionalidade, à soberania e à cidadania, decorrente de falta de norma regulamentadora, exatamente o que ocorre no caso sob análise. No caso, deve ser impetrado mandado de injunção coletivo (art. 12 da Lei n°13.300/2016), já que se objetiva representar um grupo de pessoas ou uma categoria.

C) Errado. É possível a impetração de mandado de injunção coletivo.

D) Errado. Não é cabível ação civil pública e sim mandado de injunção coletivo.

Gabarito: B

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 13

Em projeto de lei apresentado pelos próprios Vereadores, a Câmara de Vereadores do Município Alfa votou e aprovou a fixação dos subsídios dos referidos agentes, daí resultando a Lei municipal no XX. O padrão remuneratório assim fixado gerou muitos debates em relação à higidez do processo legislativo e à necessidade de serem observados certos parâmetros em sua fixação, sendo sustentada uma necessária correspondência percentual em relação ao subsídio dos Deputados Estaduais.

Sobre o caso narrado, com base no texto constitucional, assinale a afirmativa correta.

A) A fixação dos subsídios dos Vereadores é de competência da Câmara Municipal, não podendo ultrapassar determinado percentual do subsídio dos Deputados Estaduais, percentual este que varia conforme a população do Município;

B) A referida lei padece de vício de iniciativa, eis que compete privativamente ao Prefeito do Município Alfa dispor sobre os subsídios dos membros dos Poderes Executivo e Legislativo.

C) Diante do princípio da separação dos poderes, inexiste vedação para que os subsídios dos integrantes do Poder Legislativo local superem aqueles recebidos pelo Deputados Estaduais, desde que respeitado o teto constitucional.

D) É de competência comum da Câmara Municipal e do Prefeito Municipal a fixação dos subsídios dos Vereadores, os quais não podem ultrapassar o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, excetuadas vantagens pessoais, não tendo vinculação com os Deputados Estaduais.

Comentário:

A) Certo. O subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observando-se percentual do subsídio dos Deputados Estaduais, que varia conforme a população do Município, nos termos do art. 29, VI, da CF/88.

B) Errado. O subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, não se tratando, portanto, de inciativa privativa do prefeito o (art. 29, VI, da CF/88).

C) Errado. O subsídio dos Vereadores deve observar percentual do subsídio dos Deputados Estaduais, que varia conforme a população do Município, nos termos do art. 29, VI, da CF/88.

D) Errado. A fixação dos subsídios dos Vereadores é de competência da Câmara Municipal, não podendo ultrapassar determinado percentual do subsídio dos Deputados Estaduais, percentual que varia conforme a população do Município, nos termos do art. 29, VI, da CF/88.

Gabarito: A

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 14

Carlos, praticante de religião politeísta, é internado em hospital de orientação cristã e solicita assistência espiritual a ser conduzida por um líder religioso de sua crença. Os parentes de Carlos, mesmo cientes de que a assistência solicitada se resumiria a uma discreta conversa, estão temerosos de que a presença do referido líder coloque em risco a permanência de Carlos no hospital, em virtude de representar uma vertente religiosa não aderente à fé adotada pela instituição hospitalar.

Os parentes de Carlos o procuram, como advogado(a), para conhecer os procedimentos adequados à situação narrada. Você os informou que, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, o hospital

A) pode negar a autorização para a assistência espiritual em religião diversa daquela preconizada pela instituição, embora não fosse o caso de Carlos perder a vaga.

B) não pode negar o apoio espiritual solicitado, mesmo que a assistência seja prestada em bases religiosas diversas daquela oficialmente preconizada pelo hospital.

C) somente está obrigado a autorizar a assistência religiosa caso já tivesse permitido que sacerdote de outra religião exercesse atividades religiosas em suas instalações.
D) tem, como instituição privada, total autonomia para estabelecer regras para situações como esta, podendo permitir ou negar o pedido, de acordo com seu regulamento interno.

Comentário:

A) Errado. O hospital não pode negar o apoio espiritual solicitado.

B) Certo. De acordo com o art. 5°, VII, da CF/88, é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva. Desse modo, o hospital não pode negar o apoio espiritual solicitado, mesmo que a assistência seja prestada em bases religiosas diversas daquela oficialmente preconizada pelo hospital.

C) Errado. O hospital não pode negar o apoio espiritual solicitado, condicionando a assistência religiosa a qualquer outro fator.

D) Errado. O hospital não pode negar a assistência religiosa, já que o Brasil, apesar de ser um Estado Laico, assegura o direito de prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

Gabarito: B

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 15

Márcio, deputado estadual do Estado-membro Alfa e líder do governo na Assembleia, vem demonstrando grande preocupação com o excessivo número de projetos de lei que chegam à Casa Legislativa do Estado e que, segundo ele, se aprovados, trarão muitas inovações e, em consequência, elevado grau de insegurança jurídica aos cidadãos. Por isso, ele sugere que o governador proponha uma emenda à Constituição do Estado (PEC estadual), no sentido de tornar mais dificultoso o processo legislativo para aprovação de

lei ordinária. Sua ideia é a de que, ao invés de maioria relativa, a aprovação de lei ordinária apenas se configure caso atingido o quórum de maioria absoluta dos membros da Assembleia legislativa de Alfa.

Avaliada pelos Procuradores do Estado Alfa, estes informam, acertadamente, que, segundo o sistema jurídico constitucional brasileiro, a sugestão de Márcio, acerca da alteração no processo legislativo de Alfa,

A) pode ser levada adiante, já que, no caso, com base no princípio federativo, há total autonomia do Estado-membro para a elaboração de suas próprias regras quanto ao processo legislativo.

B) pode ser levada adiante, já que apenas não seria possível a proposta de emenda que viesse a facilitar o processo legislativo para a alteração de leis ordinárias.

C) é inconstitucional, pois, com base no princípio da simetria, o tema objeto da suposta emenda tem de ser disciplinado com observância das regras estabelecidas pela Constituição Federal de 1988.

D) é inválida, pois a Constituição Federal de 1988 veda aos detentores do cargo de Chefe do Poder Executivo o poder de iniciativa para propor a alteração no texto constitucional estadual.

Comentário:

A) Errado. Trata-se de proposta inconstitucional por ferir o princípio da simetria

B) Errado. Trata-se de proposta inconstitucional por ferir o princípio da simetria,

C) Certo. Pelo princípio da simetria (art. 25 da CF/88), o poder constituinte decorrente deve observar os princípios fundamentais e as regras de organização existentes na Constituição Federal, para que não haja incongruências desarrazoadas. Por isso, não pode a Constituição Federal estabelecer regras mais rígidas do que os parâmetros trazidos pela Constituição Federal em relação ao processo legislativo.

D) Errado. Trata-se de proposta inconstitucional por ferir o princípio da simetria.

Gabarito: C

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 16

O Presidente da República, ao finalizar projeto de lei de sua iniciativa privativa, é aconselhado por um assessor que encaminhe o texto ao Senado Federal, de forma a ali dar início à discussão e à votação do referido projeto. A justificativa para que o Senado Federal fosse definido como a casa iniciadora do projeto de lei era a de que a matéria teria recebido grande apoio no âmbito do Senado Federal. O Presidente da República, então, solicita que sua assessoria analise a possibilidade ventilada.

Estes, após cuidadosa avaliação, informam ao Presidente da República que, segundo a ordem jurídico-constitucional brasileira, a discussão e a votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República terão início

A) na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, conforme escolha discricionária de sua parte.

B) na Câmara dos Deputados, necessariamente, sendo que ao Senado Federal restará o papel de casa revisora.

C) por vezes na Câmara dos Deputados, por vezes no Senado Federal, devendo apenas ser respeitada a regra de alternância entre elas.

D) por regra, no Senado Federal, salvo exceções estabelecidas na Constituição Federal de 1988.

Comentário:

A) Errado. O projeto, por ser de inciativa do Presidente da República, deve ser discutido e votado necessariamente na Câmara dos Deputados e Senado Federal será a casa revisora, conforme art. 64, "caput", da CF/88.

B) Certo. De acordo com o art. 64 da CF/88, a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados. Assim, no caso sob análise, o projeto

deve ser discutido e votado necessariamente na Câmara dos Deputados e Senado Federal será a casa revisora.

C) Errado. O projeto, por ser de inciativa do Presidente da República, deve ser discutido e votado necessariamente na Câmara dos Deputados e Senado Federal será a casa revisora, conforme art. 64, "caput", da CF/88.

D) Errado. O projeto, por ser de inciativa do Presidente da República, deve ser discutido e votado necessariamente na Câmara dos Deputados e Senado Federal será a casa revisora, conforme art. 64, "caput", da CF/88.

Gabarito: B

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 17

Um terço dos membros do Senado Federal apresentou proposta de emenda à Constituição da República (PEC), propondo o acréscimo de um inciso ao Art. 5o. Segundo a PEC, o novo inciso teria a seguinte redação: "LXXX – é garantida a inclusão digital e o acesso amplo e irrestrito à Internet, nos termos da lei." A proposta foi aprovada pelo plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal por mais de três quintos dos membros em um único turno de votação. Ato contínuo, a PEC foi promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Sobre a PEC descrita na narrativa, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta.

A) Apresenta uma inconstitucionalidade material, que vem a ser a violação de cláusula pétrea, haja vista a impossibilidade de qualquer alteração no Art. 5o da Constituição da República.

B) É formalmente inconstitucional, pois o procedimento a ser seguido pelas casas do Congresso Nacional, que funcionam como poder constituinte derivado reformador, não foi corretamente observado.

C) Ostenta um vício de iniciativa, visto que é da competência exclusiva do chefe do Poder Executivo a apresentação do projeto de emenda à Constituição.

D) Apresenta vício formal, pois, em qualquer ato de produção normativa, especialmente no caso de emenda à constituição, a competência para o ato de promulgação é do Presidente da República.

Comentário:

A) Errado. Não há inconstitucionalidade material, tendo em vista que o conteúdo da proposta não ofende a Constituição Federal.

B) Certo. De acordo com o art. 60, § 2º, da CF/88, a proposta de Emenda Constitucional será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros. Assim, como no caso sob análise a proposta foi votada em apenas 1 turno, ela é formalmente inconstitucional.

C) Errado. De acordo com o art. 60 da CF/88, a constituição poderá ser emendada mediante proposta: I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; II - do Presidente da República; III - de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros. Portanto, não há vício de iniciativa.

D) Errado. A Emenda Constitucional será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 60. §3º, da CF/88).

Gabarito: B

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

DIREITOS HUMANOS

Questão 18

Você está diante de um caso de extrema gravidade de violação de direitos previstos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, quando é urgente a adoção de medidas para evitar prejuízos irreparáveis às vítimas. Trata-se de um caso com demora injustificada na decisão sobre os recursos da jurisdição interna. Como advogada ou advogado que conhece o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos você sabe que a Corte Interamericana de Direitos Humanos pode adotar medidas provisórias que considerar cabíveis.

Considerando as normas pertinentes do Sistema Interamericano, assinale a afirmativa correta.

A) Deve-se peticionar diretamente à Corte Interamericana de Direitos Humanos, ainda que o caso não esteja sob o conhecimento da Corte, para que ela adote as medidas provisórias cabíveis.

B) O caso deve ser encaminhado à Comissão Jurídica Interamericana para que, nos termos do Art. 99 da Carta da OEA, ela tome as medidas provisórias adequadas.

C) É preciso aguardar a decisão de um Tribunal Superior sobre o caso para que, após, se recorra ao Sistema Interamericano, segundo o princípio do duplo grau de jurisdição.

D) Pode-se submeter o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos para que ela avalie e decida se irá solicitar medidas provisórias à Corte.

Comentário:

A) Errado. O peticionamento direto à Corte Interamericana não é permitido no regulamento do Pacto de São José da Costa Rica

B) Errado. Conforme o supracitado art. 99 da Convenção Americana de Direitos Humanos, não faz parte das competências da Comissão a adoção de medidas provisórias.

C) Errado. O princípio do duplo grau de jurisdição não se aplica à Corte Interamericana, tendo em vista que ela pode atuar pela simples omissão do poder judiciário nacional diante da violação de direitos humanos.

D) Certo. Conforme o art. 63.2 da Convenção Americana de Direitos Humanos:

"Em casos de extrema gravidade e urgência, e quando se fizer necessário evitar danos irreparáveis às pessoas, a Corte, nos assuntos de que estiver conhecendo, poderá tomar as medidas provisórias que considerar pertinentes. Se se tratar de assuntos que ainda não estiverem submetidos ao seu conhecimento, poderá atuar a pedido da Comissão."

Gabarito: D

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 19

Você, como advogado(a), foi procurada(o) por uma família indígena que relatou ter interesse em manter sua cultura e suas tradições. Contudo, na escola pública mais próxima da comunidade indígena, escola em que estudam algumas crianças dessa comunidade, o ensino ocorre apenas em Língua Portuguesa. Em relação a isso, você deve esclarecer para a família que

A) o paradigma adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro é o da integração, por isso o ensino feito exclusivamente em Língua Portuguesa é, na verdade, uma forma de assegurar o direito dos índios de se integrarem à cultura mais abrangente.

B) no ensino regular fundamental cabe apenas a Língua Portuguesa. Para que seja assegurada às comunidades indígenas a utilização da sua língua materna isso deve acontecer fora do ensino regular fundamental, em escolas mantidas pelas próprias comunidades indígenas.

C) no ensino fundamental de competência dos municípios, cada municipalidade, de acordo com sua legislação local, é que vai decidir sobre a utilização ou não de línguas maternas indígenas no sistema oficial de ensino.

D) não obstante o ensino fundamental regular ser ministrado em Língua Portuguesa, deve ser assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Comentário:

Para responder essa questão, faz-se necessário ter conhecimento sobre o art. 210, §2º, da CF:

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

A) Errado. Vide art. 210, §2º, CF

B) Errado. Vide art. 210, §2º, CF

C) Errado. Vide art. 210, §2º, CF

D) Certo. Vide art. 210, §2º, CF

Gabarito: D

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

DIREITO INTERNACIONAL

Questão 20

O veículo de serviço do Consulado de um Estado estrangeiro transgrediu as leis de trânsito brasileiras e causou avarias em uma viatura da Polícia Militar de Estado da Federação brasileira. A competência para processar e julgar uma eventual ação indenizatória é, originariamente,

A) do Supremo Tribunal Federal.

B) do Superior Tribunal de Justiça.

C) da Justiça Federal de 1a Instância.

D) da Justiça Estadual de 1a Instância.

Comentário:

A) Certo. De acordo com o art. 102, I, "e", da CF/88, compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território. Assim, como se tratar de litígio entre Estado Estrangeiro e um Estado da Federação (polícia militar), a competência é do Supremo Tribunal Federal.

B) Errado. A competência é do STF, conforme explicado na alternativa "a".

C) Errado. A competência é do STF, conforme explicado na alternativa "a".

D) Errado. A competência é do STF, conforme explicado na alternativa "a".

Gabarito: A

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 21

Em Londres, uma sociedade empresária chinesa contratou, com uma sociedade empresária alemã, a entrega de 20.000 toneladas de minério de ferro no Porto de Santos, São Paulo. Por problemas relacionados ao desembarque da mercadoria, a sociedade empresária chinesa resolveu demandar em face da alemã.

De acordo com as normas de Direito Internacional Privado brasileiro, assinale a afirmativa correta.

A) A competência para processar e julgar a demanda é exclusivamente da autoridade judiciária inglesa.

B) A competência para processar e julgar a demanda é concorrentemente das autoridades judiciárias alemã e chinesa.

C) A Justiça brasileira é concorrentemente competente para processar e julgar a demanda.

D) A Justiça alemã é exclusivamente competente para processar e julgar a demanda.

Comentário:

A) Errado. A Justiça brasileira é competente para processar e julgar a demanda, conforme explicado na alternativa "c".

B) Errado. A Justiça brasileira é competente para processar e julgar a demanda, conforme explicado na alternativa "c".

C) Certo. De acordo com o art. 12 da LINDB, é competente a autoridade judiciária brasileira, quando for o réu domiciliado no Brasil ou aqui tiver de ser cumprida a obrigação. O art. 21, II, do CPC, por usa vez, estabelece que compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação. Desse modo, a Justiça brasileira competente para processar e julgar a demanda.

D) Errado. A Justiça brasileira é competente para processar e julgar a demanda, conforme explicado na alternativa "c".

Gabarito: C

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 22

Lucas, menor de oito anos de idade, é proprietário de um imóvel (recebido por herança de seu avô), o qual foi alugado por seus pais, João e Maria, representando-o. Contudo, o Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) referente a este imóvel não está sendo pago pelo locatário, conforme havia sido pactuado no contrato de locação. Em razão do inadimplemento, foi enviada notificação de lançamento do crédito tributário em nome de Lucas como devedor do tributo, para seu domicílio tributário, a fim de que pagasse o débito. A notificação foi recebida via Correios por seus pais, que residem junto com seu filho. Os pais, por entenderem que esta obrigação era do locatário, recusam-se a pagar. O Fisco Municipal está agora a cobrar judicialmente o valor da dívida de IPTU.
Diante desse cenário e à luz do Código Tributário Nacional, assinale a afirmativa correta.

A) Lucas, embora absolutamente incapaz, pode figurar como contribuinte devedor do IPTU, inclusive podendo constar seu nome na notificação de lançamento do crédito tributário.
B) Em razão da menoridade de Lucas, apenas seus pais serão considerados contribuintes deste IPTU.
C) Lucas e seus pais são contribuintes do IPTU, mas os bens dos pais devem ser executados antes dos bens de Lucas.
D) Lucas é o contribuinte do IPTU, sendo o locatário o responsável tributário pelo pagamento do mesmo.

Comentário:

A) Certo. De acordo com o art. 126, I, do CTN, a capacidade tributária passiva independe da capacidade civil das pessoas naturais, desse modo, embora absolutamente incapaz,

Lucas pode figurar como contribuinte do IPTU, inclusive podendo constar seu nome na notificação de lançamento do crédito tributário.

B) Errado. Lucas pode figurar como contribuinte do IPTU, conforme explicado na alternativa "a".

C) Errado. Apenas Lucas é contribuinte do IPTU.

D) Errado. O locatário não é responsável tributário.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 23

João e José constituíram uma sociedade empresária por quotas de responsabilidade limitada com capital social de R$ 50.000,00, sem optarem pelo regime tributário do Simples Nacional, para formalmente exercerem a atividade de comércio varejista de fogos de artifício (considerada atividade de alto risco e periculosidade), sendo ambos residentes e domiciliados no Distrito Federal, mesmo local onde será instalado seu estabelecimento.

Surpreendidos com a exigência do pagamento de uma Taxa de Licenciamento e Alvará calculada em função do capital social da sociedade empresária, indagam a você, como advogado(a), se a referida taxa é realmente devida.

Diante deste cenário, a referida taxa, tal como prevista,

A) não é devida, pois o Distrito Federal não possui competência tributária para a sua cobrança.

B) não é devida, pois não poderia ser calculada em função do capital social da empresa.

C) é devida, por ter como fato gerador o exercício regular do poder de polícia distrital sobre atividades econômicas exercidas em seu território, especialmente as de alto risco e periculosidade.

D) é devida, por ter como fato gerador a utilização efetiva de serviço público, específico e divisível, prestado ao contribuinte.

Comentário:

A) Errado. A taxa não é devida porque não pode ser calculada em função do capital social da empresa (art. 77, parágrafo único, do CTN).

B) Certo. De acordo com o parágrafo único do art. 77 do CTN, a taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto nem ser calculada em função do capital das empresas. Isso porque, no Direito Tributário, a taxa é contraprestacional, por isso deve ser calculada com base no custo da atividade pública exercida, e não sobre o capital social da empresa.

C) Errado. Não é devida, uma vez que não poderia ser calculada em função do capital social da empresa (art. 77, parágrafo único, do CTN).

D) Errado. Não é devida, uma vez que não poderia ser calculada em função do capital social da empresa (art. 77, parágrafo único, do CTN).

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 24

Depois de citado em Ação de Execução Fiscal movida pelo Estado Alfa, João não pagou o crédito tributário constante da Certidão de Dívida Ativa no valor de R$ 100.000,00 e nem ofereceu voluntariamente qualquer bem para garantir a execução. Em seguida, foi decretada e cumprida a penhora on line em dinheiro do valor total cobrado, que foi encontrado em uma de suas contas bancárias, constrição realizada através do SISBAJUD.

João, por seu advogado(a), pretende oferecer em sua defesa os Embargos do Devedor, dentro do prazo legal. Para tal, ele terá 30 (trinta) dias para oferecer os Embargos do Devedor, contados

A) da sua citação para oferecer os Embargos do Devedor.

B) do despacho do juiz que deferiu a inicial da ação de execução fiscal.

C) da efetiva intimação da penhora.

D) da juntada aos autos do mandado de intimação da penhora devidamente cumprido.

Comentário:

A) Errado. No caso sob análise, o prazo para oferecimento dos embargos do devedor se inicia da efetiva intimação da penhora (art. 16, III, da LEF), conforme explicado na alternativa "c".
B) Errado. No caso sob análise, o prazo para oferecimento dos embargos do devedor se inicia da efetiva intimação da penhora (art. 16, III, da LEF), conforme explicado na alternativa "c".
C) Certo. De acordo com o art. 16 da Lei de Execução Fiscal, o executado oferecerá embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados: I - do depósito; II - da juntada da prova da fiança bancária; III - da intimação da penhora. Sendo assim, como no caso houve penhora on line, o prazo para oferecimento dos embargos do devedor se inicia da efetiva intimação da penhora.
D) Errado. Como no caso houve penhora on line, o prazo para oferecimento dos embargos do devedor se inicia da efetiva intimação da penhora (art. 16, III, da LEF).

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 25

A sociedade empresária ABCJ Ltda., surpreendida com a notificação de um auto de infração da Secretaria da Fazenda do Município Alfa cobrando o Imposto sobre Serviços (ISS) dos anos de 2020 a 2022, e diante da urgência em obter certidões para participar de uma concorrência para a contratação de serviços de limpeza no hospital municipal, ajuizou uma ação anulatória e requereu uma tutela antecipada para suspender a exigibilidade do crédito tributário, que foi deferida pelo juiz. Como não possuía qualquer outro débito perante a Fazenda Municipal, requereu àquela repartição administrativa uma certidão fiscal.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

A) A obtenção da decisão judicial suspendendo a exigibilidade do crédito tributário em cobrança não tem efeito na esfera administrativa tributária e por isso a sociedade empresária não terá direito à certidão pretendida.

B) Com a decisão que suspendeu a exigibilidade do crédito tributário, a sociedade empresária terá direito a obter uma Certidão Negativa (CN).

C) Não possuindo qualquer outro débito perante a Fazenda Municipal e graças à decisão que suspendeu a exigibilidade do crédito tributário, a sociedade empresária terá direito a uma Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CEPEN).

D) Para obter a certidão fiscal pretendida, a sociedade empresária terá que depositar judicialmente o montante em cobrança, independentemente da referida decisão obtida.

Comentário:

A) Errado. A decisão judicial interfere na órbita administrativa porque suspendeu a exigibilidade do crédito tributário.
B) Errado. A empresa não possui direito de obter uma Certidão Negativa (CN) porque possui um débito, mas que está com a exigibilidade suspensa.
C) Certo. Uma vez suspensa a exigibilidade do crédito tributário, é possível, de acordo com o art. 206 c/c art. 151, V, do CTN a emissão da Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa (CPDEN).
D) Errado. Como já tem uma ordem judicial suspendendo a exigibilidade do crédito tributário, não há necessidade de depósito judicial.

Gabarito: C

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 26

A instituição assistencial sem fins lucrativos Quero-Te-Bem, apesar de atender há muitos anos a todos os requisitos legais e constitucionais para ter direito ao seu enquadramento como detentora da imunidade tributária de impostos das entidades beneficentes de assistência social (Art. 150, inciso VI, alínea c, da CRFB/88), foi surpreendida, em dezembro de 2022, com uma notificação de lançamento tributário referente ao Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) dos anos de 2018 a 2021. Ao consultar seu advogado, este solicita todos os livros contábeis, documentos societários e demais certidões, todos desde a sua constituição, a fim de desconstituir judicialmente a cobrança, com o auxílio de parecer de empresa de auditoria e de perito judicial a serem indicados e produzidos como meios de provas no processo.

Diante desse cenário, assinale a opção que indica a medida judicial cabível.

A) Mandado de Segurança repressivo.

B) Ação Anulatória de Débito Fiscal.

C) Ação Declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária.

D) Medida Cautelar Fiscal.

Comentário:

A) Errado. De acordo com o enunciado da questão, a ação depende de dilação probatória, uma vez que há necessidade de prova.

B) Certo. Como há um ato de infração a ser anulado, a ação cabível é a ação anulatória de débito fiscal (art. 38 da LEF).

C) Errado. A ação declaratória pressupõe a inexistência do auto de infração, o que não ocorre no caso sob análise.

D) Errado. A medida cautelar fiscal é uma ação de titularidade do fisco para garantir o resultado útil de outra ação.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 27

A União pretende realizar uma obra de grande vulto, com serviços de engenharia, mediante licitação na modalidade concorrência e no regime de contratação semi-integrada, na forma da Lei no 14.133/2021, em relação à qual será necessária a realização de desapropriação. Para tanto, fez publicar um edital que previu a responsabilidade do contratado pela realização da desapropriação, estabelecendo o responsável por cada fase do procedimento expropriatório e a estimativa do valor da respectiva indenização, a ser paga pelo contratado. Além disso, o instrumento convocatório previu a distribuição objetiva dos riscos entre as partes, incluído o risco pela diferença entre o custo da desapropriação e a estimativa do valor a ser pago e pelos eventuais danos e prejuízos ocasionados por atraso na disponibilização dos bens expropriados.

A sociedade XPTO está muito interessada em participar da licitação, mas tem fundadas dúvidas acerca da validade das cláusulas editalícias relacionadas à desapropriação, razão pela qual consulta sua assessoria jurídica a respeito do tema. Acerca dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

A) O edital em questão não poderia prever que o contratado promovesse nenhuma das fases de procedimento de desapropriação autorizada pelo Poder Público.

B) Quanto às fases do procedimento expropriatório, poderia ser conferida ao contratado, até mesmo, a possibilidade de editar o Decreto expropriatório.

C) A cláusula que estabelece que o contratado será responsável pelo pagamento da indenização é nula, na medida em que tal montante deve ser necessariamente arcado pelo contratante.

D) A repartição objetiva dos riscos deve ser respeitada, ainda que ocorra o atraso na conclusão da desapropriação por fato imprevisível.

Comentário:

A) Errado. De acordo com o art. 46, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos regimes de contratação integrada e semi-integrada, o edital e o contrato, sempre que for o caso, deverão prever as providências necessárias para a efetivação de desapropriação autorizada pelo poder público.

B) Errado. Apenas o Poder Executivo é que pode editar o decreto expropriatório.

C) Errado. Nos regimes de contratação integrada e semi-integrada, o edital e o contrato devem prever a estimativa do valor a ser pago a título de indenização pelos bens expropriados, inclusive de custos correlatos (art. 46, § 4º, IV, da Lei nº 14.133/202).

D) Certo. Nos regimes de contratação integrada e semi-integrada, o edital e o contrato devem respeitar a distribuição objetiva de riscos entre as partes, incluído o risco pela diferença entre o custo da desapropriação e a estimativa de valor e pelos eventuais danos e prejuízos ocasionados por atraso na disponibilização dos bens expropriados (art. 46, § 4º, IV, da Lei nº 14.133/202).

Gabarito: D

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 28

Fernanda foi aprovada em primeiro lugar em concurso público para o cargo de Auditor Fiscal da Secretaria de Fazenda do Estado Alfa. Ao ser convocada para investidura no cargo público, o departamento de recursos humanos da secretaria solicitou a Fernanda, entre outros documentos, cópia da sua última declaração de imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do

Brasil. Com receio de ver violada sua privacidade e informações resguardadas pelo sigilo fiscal, Fernanda procurou você, como advogado(a), indagando sobre a obrigatoriedade da entrega da mencionada declaração.

Com base na atual redação da Lei de Improbidade Administrativa, assinale a opção que apresenta seu esclarecimento.

A) A posse e o exercício do cargo ficam condicionados à apresentação da citada declaração de imposto sobre a renda, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

B) A nomeação e a posse não ficam condicionadas à apresentação da citada declaração de imposto sobre a renda, mas seus vencimentos apenas serão pagos com a entrega do documento.

C) A nomeação, a posse e o exercício do cargo ficam condicionados à apresentação da citada declaração de imposto sobre a renda, mediante prévia quebra de sigilo fiscal por ordem judicial.

D) A nomeação, a posse e o exercício do cargo não ficam condicionados à apresentação da citada declaração de imposto sobre a renda, mas Fernanda responderá por ato de improbidade administrativa se não entregar o documento em 30 (trinta) dias após a posse.

Comentário:

A) Certo. De acordo com o art. 13 da Lei 8429/1992, a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

B) Errado. A posse e o exercício do cargo ficam condicionados à apresentação da citada declaração de imposto sobre a renda, conforme explicado na alternativa "a".

C) Errado. A posse e o exercício do cargo ficam condicionados à apresentação da citada declaração de imposto sobre a renda, conforme explicado na alternativa "a".

D) Errado. A posse e o exercício do cargo ficam condicionados à apresentação da citada declaração de imposto sobre a renda, conforme explicado na alternativa "a".

Gabarito: A

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 29

O Estado Delta, com o fim de combater grave crise no sistema carcerário, realizou os estudos pertinentes para contratar uma concessão administrativa, de modo a delegar os serviços de determinado presídio, abarcando as atividades de limpeza e manutenção predial (incluindo reformas), bem como o fornecimento de alimentação e de vestuário para os detentos, sem que haja, portanto, a possibilidade de cobrança de tarifas dos usuários. Acerca da situação descrita, assinale a afirmativa correta.

A) O Estado Delta, para a finalidade almejada, deveria fazer uso da concessão patrocinada.

B) O contrato poderá ter, no máximo, prazo de validade de dois anos.

C) O objeto do contrato poderia abarcar, também, as principais atividades atinentes aos serviços de segurança pública.

D) O objeto do contrato é possível, pois não abarca apenas o fornecimento de mão de obra.

Comentário:

A) Errado. Não se trata de concessão patrocinada e sim de concessão administrativa, pois não envolve a possibilidade de cobrança de tarifas.

B) Errado. O prazo mínimo é de 5 e o máximo de 35 anos.

C) Errado. Não é possível a delegação de atividades atinentes aos serviços de segurança pública.

D) Certo. De acordo com o art. 2°, §4°, III, da Lei n° 11.079/2004, é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública. Assim, como o contrato não abarca apenas o fornecimento de mão-de-obra, ele é possível.

Gabarito: D

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 30

Após inúmeras tentativas de obter transparência e sanar constantes problemas na prestação de determinado serviço público federal junto à concessionária, Felipe decidiu apresentar manifestação perante a Ouvidoria da Administração Pública, para informar e buscar solução para recorrentes vícios que comprometem a realização adequada da atividade, o que considera violar os princípios da regularidade, continuidade e efetividade.

Sobre a hipótese narrada, considerando os direitos dos usuários de serviços públicos, assinale a afirmativa correta.

A) A Administração não pode exigir a apresentação de motivos determinantes da manifestação de Felipe perante a Ouvidoria.

B) Felipe não pode provocar a via administrativa por meio de manifestação, considerando que o serviço público é atividade econômica submetida à livre iniciativa.

C) A manifestação de Felipe é inócua, na medida em que a Administração não pode exigir da concessionária o respeito aos princípios que ele considera violados.

D) A Administração deve recusar o recebimento da manifestação de Felipe, caso sua identificação não atenda às exigências determinadas pelo órgão, mesmo que estas possam vir a

inviabilizar a sua manifestação.

Comentário:

A) Certo. A Administração Pública não pode exigir de Felipe que ele apresente os motivos pelos quais quer as informações solicitadas (art. 10, §3°, da Lei 12.527/2011)

B) Errado. Felipe pode provocar a via administrativa com base na Lei de Acesso à Informação.

C) Errado. De acordo com o art. 32 da Lei n°8.987/95, o Poder concedente poderá inclusive intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

D) Errado. De acordo com o § 1º do art. 10 da Lei 12.527/2011, para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.

Gabarito: A

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 31

Mateus e Geraldo foram presos em decorrência de sentença penal com trânsito em julgado, pelo crime de latrocínio. Ambos ficaram, inicialmente, na mesma cela prisional, em condições absolutamente precárias e insalubres, sendo certo que Geraldo evadiu-se da cadeia. Seis meses após a fuga, Geraldo praticou novo latrocínio, que levou Tânia a óbito. Mateus, que ficou muito deprimido pelas condições degradantes do cárcere, cometeu suicídio, cortando seus pulsos com faca adquirida irregularmente de Rodrigo, agente penitenciário, fato que poderia ter sido evitado, portanto, se o Estado tivesse adotado precauções mínimas.

Diante das circunstâncias narradas, assinale a afirmativa correta.

A) O Estado poderia ser civilmente responsabilizado pela morte de Tânia, pois tinha o dever de evitar a fuga de Geraldo, mas não pelo óbito de Mateus, em razão de fato exclusivo da vítima, tendo em conta a adoção da teoria do risco administrativo.

B) Ambas as mortes acima descritas seriam passíveis de configurar a responsabilização civil do Estado, nos termos da Constituição, que adota expressamente a teoria do risco integral, nas situações relacionadas à segurança pública.

C) Nenhum dos óbitos narrados pode caracterizar a responsabilização civil do Estado, na medida em que nas hipóteses de omissão do Estado deve ficar caracterizado o elemento culpa, imprescindível no âmbito da teoria do risco administrativo.

D) O Estado poderia ser civilmente responsabilizado pela morte de Mateus, pois tinha o dever de proteger a incolumidade física de pessoa sob sua custódia, mas não pelo óbito de Tânia, na medida em que não há nexo de causalidade entre a fuga de Geraldo e o evento danoso.

Comentário:

A) Errado. Apenas o caso de Mateus há a caracterização da responsabilidade civil do Estado, conforme explicado na alternativa "d".

B) Errado. Apenas o caso de Mateus há a caracterização da responsabilidade civil do Estado, conforme explicado na alternativa "d".

C) Errado. Apenas o caso de Mateus há a caracterização da responsabilidade civil do Estado, conforme explicado na alternativa "d".

D) Certo. Conforme previsto no art. 37, §° 6º, da CF/1988, a responsabilidade civil do Estado é objetiva, desde que presentes, de acordo com a teoria do risco administrativo, os seguintes elementos: fato, dano e nexo de causalidade. No caso de Geraldo, como

ele já havia saído da cadeia há seis meses, houve ruptura do nexo causal, de modo que não há que se falar em responsabilidade civil do Estado. Já no caso de Mateus, como todos os elementos estão presentes, o Estado pode ser civilmente responsabilizado, pois tem o dever de proteger a incolumidade física de pessoa sob sua custódia, conforme jurisprudência dos Tribunais Superiores.

Gabarito: D

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 32

Com o intuito de tomar providências em relação à determinada política pública, no âmbito da Administração Pública Federal, foi determinado que os Ministérios Alfa, Beta e Gama, promovessem uma decisão coordenada, diante da justificável relevância da matéria. A Associação Dabliu, que atua na área de interesse coletivo, almeja habilitar-se como ouvinte do processo decisório, bem como ter direito de voz durante a reunião concernente aos respectivos trabalhos, designada para a próxima quarta-feira.

Diante dessa situação hipotética e das normas relativas à decisão coordenada na Lei no 9.784/99, assinale a afirmativa correta.

A) A Associação Dabliu não poderá habilitar-se a participar da decisão coordenada, ainda que na qualidade de ouvinte.

B) A participação dos Ministérios Alfa, Beta e Gama na decisão coordenada em questão independe de intimação.

C) O eventual dissenso do Ministério Alfa quanto à solução do objeto da decisão coordenada não precisa ser manifestado durante a reunião.

D) A decisão prolatada por autoridade competente, que defira a participação da Associação Dabliu na reunião, com direito a voz, é irrecorrível.

Comentários:

A) Errado. A Associação Dabliu poderá sim habilitar-se a participar da decisão coordenada na qualidade de ouvinte, conforme art. 49-B da Lei n° 9.784/99.

B) Errado. Nos termos do art. 49-B da Lei n° 9.784/99, os participantes da decisão coordenada deverão ser intimados.

C) Errado. De acordo com o art. 49-F, eventual dissenso na solução do objeto da decisão coordenada deverá ser manifestado durante as reuniões, de forma fundamentada, acompanhado das propostas de solução e de alteração necessárias para a resolução da questão.

D) Certo. Nos termos do parágrafo único do art. 49-B da Lei n° 9.784/99, a participação na reunião, que poderá incluir direito a voz, será deferida por decisão irrecorrível da autoridade responsável pela convocação da decisão coordenada.

Gabarito: D

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

DIREITO AMBIENTAL

Questão 33

Diante do crescimento desordenado de determinado bairro da zona sul da cidade Alfa, a associação de moradores local vem realizando reuniões periódicas para traçar o diagnóstico urbanístico atual e verificar as medidas que podem ser adotadas. Durante as reuniões, a citada associação verificou que tal expansão urbana causou adensamento populacional, geração de tráfego e demanda por transporte público, desvalorização imobiliária e insuficiência dos equipamentos urbanos e comunitários, sem qualquer planejamento do Município, sobretudo em matéria de meio ambiente artificial.

Contratado como advogado(a) da associação de moradores, você informou que, em tema de instrumentos da política urbana, o Estatuto da Cidade (Lei no 10.257/2001) prevê que lei municipal definirá os empreendimentos e atividades

A) privados em área urbana, que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto ambiental (EIA) para obter quaisquer licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento, a cargo do Poder Público municipal, excluída a exigência de EIA quando o empreendedor for ente público.

B) licitamente instalados no âmbito municipal, desde que compatíveis com o plano diretor, que é parte integrante do processo de planejamento municipal, não podendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

C) legalmente licenciados no âmbito municipal, desde que compatíveis com o plano diretor, cuja elaboração prescindirá de promoção de audiências públicas e debates com

a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade.

D) privados ou públicos em área urbana, que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento, a cargo do Poder Público municipal.

Comentário:

A) Errado. A Lei não exclui a exigência de EIA para os entes públicos (§2º do art. 4° da Lei 10.257/2001).

B) Errado. De acordo com o § 1º do art. 40 da Lei 10.257/2001, o plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

C) Errado. No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão, a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade (art. 40, §4°, I, da Lei 10.257/2001)

D) Certo. De acordo com o art. 36 da Lei 10.257/2001, a Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal.

Gabarito: D

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 34

A sociedade empresária Alfa é fabricante e comerciante de pilhas e baterias. Em matéria de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, com base na Política Nacional de Resíduos Sólidos, a autoridade competente vem cobrando da sociedade empresária que promova o retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos. O sócio administrador da sociedade empresária Alfa entendeu que a responsabilidade pela destinação final das pilhas e baterias deve ser exclusivamente do consumidor final, razão pela qual contratou você, como advogado(a), para prestar consultoria jurídica.

Levando em conta o que dispõe a Lei no 12.305/2010, você informou a seu cliente que, no caso em tela, de fato, ele está obrigado a

A) estruturar e implementar sistema de logística reversa.

B) instituir o sistema de coleta seletiva no âmbito do Município onde está instalada a sede social da sociedade empresária.

C) contratar cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis para recolher os produtos.

D) recomprar os produtos usados, não podendo disponibilizar postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis.

Comentário:

A) Certo. A logística reversa instrumento importante da PNRS caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada (art. 3º, XII). Os produtos que estão sujeitos à logística reversa são os resíduos e embalagens de agrotóxicos, pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; produtos eletroeletrônicos e seus componentes (art. 33 da Lei nº 12.305/2010). A inobservância da logística reserva pode ensejar a responsabilidade do fabricante, importador, distribuidor e do comerciante.

B) Errado. No caso, deve ser estruturada e implementada a logística reversa, conforme explicado na alternativa "a".

C) Errado. No caso, deve ser estruturada e implementada a logística reversa, conforme explicado na alternativa "a".

D) Errado. No caso, deve ser estruturada e implementada a logística reversa, conforme explicado na alternativa "a".

Gabarito: A

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

DIREITO CIVIL

Questão 35

Waldo é titular de vultoso patrimônio e amigo de infância de Tadeu, que passa por sérias dificuldades econômicas. Frente às adversidades vividas pelo amigo, Waldo entrega as chaves de um imóvel de sua propriedade para Tadeu e diz a ele: "a partir de agora essa casa é de sua propriedade." Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) A declaração verbal de Waldo, junto da tradição do imóvel, é suficiente para considerar-se celebrado e realizado um contrato de doação válido e eficaz.

B) Para que a doação de imóvel de Waldo a Tadeu se aperfeiçoe será imprescindível celebrar o contrato por meio de escritura pública, seja qual for o valor do imóvel.

C) Para que Waldo realize a pretendida doação de imóvel a Tadeu de modo válido, será imprescindível celebrar o contrato de forma escrita, seja por meio de escritura pública ou de instrumento particular, a depender do valor do imóvel.

D) Caso Waldo optasse por doar dinheiro para Tadeu adquirir um imóvel, a doação seria válida sem que se fizesse por escritura pública ou instrumento particular, independentemente do valor transferido ao donatário.

Comentário:

A) Errada. Conforme disciplina o art. 541, parágrafo único, CC, não se admite doação verbal de bens imóveis:

> Art. 541. A doação far-se-á por escritura pública ou instrumento particular.

> Parágrafo único. A doação verbal será válida, se, versando sobre bens móveis e de pequeno valor, se lhe seguir incontinenti a tradição.

B) Errada. Conforme o caput do art. 541 (acima transcrito), a doação pode ocorrer por escritura pública ou instrumento particular.

C) Certa. Ainda conforme o art. 541, parágrafo único, CC, para doação de bens imóveis, faz-se necessário que esta ocorra de forma escrita. A doação pode ser por instrumento público ou particular, dependendo do valor (art. 108, CC).

D) Errada. Nesse caso, a doação verbal seria válida, conforme o art. 541, parágrafo único, CC.

Gabarito: A

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 36

Henrique, 50 anos, médico dermatologista, recebe em seu consultório Nicola, 70 anos, dentista, para a realização de um procedimento ambulatorial em sua mão. Durante o procedimento, Henrique ministra erroneamente ácido na mão de Nicola, que era alérgico, fato conhecido por Henrique antes do início do procedimento. Henrique imediatamente adota as medidas preventivas necessárias à mitigação do dano, mas Nicola fica com sequelas permanentes na mão, inabilitando-o parcialmente para o exercício da profissão, porque impede que ele realize procedimentos ortodônticos que necessitam do uso de ambas as mãos. A respeito da indenização a que Nicola faz jus, assinale a afirmativa correta.

A) Deve abranger os danos emergentes correspondentes às despesas do tratamento e não abrangerá indenização por lucros cessantes considerando que Nicola ainda pode auferir renda, excluindo o nexo de causalidade entre possíveis danos decorrentes de lucros cessantes e a conduta ilícita de Henrique.

B) Deve abranger as despesas do tratamento, os lucros cessantes até o fim da convalescença e a pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu.

C) Caso a hipótese enseje a reparação por danos estéticos, não se poderá cumular a indenização por danos morais, à luz do princípio da reparação integral, considerando que o dano estético já indeniza a violação da integridade física, tutelada pela cláusula geral de tutela da dignidade da pessoa humana.

D) Henrique não pode ser condenado ao pagamento da indenização de lucros cessantes e danos materiais diretos de uma só vez, devendo o pensionamento ser fixado em pagamentos periódicos, tais quais seriam os lucros decorrentes do trabalho de Nicola, sob pena de enriquecimento ilícito.

Comentário:

A) Errada. É possível a condenação por lucros cessantes, conforme o art. 949, CC:

> Art. 949. No caso de lesão ou outra ofensa à saúde, o ofensor indenizará o ofendido das despesas do tratamento e dos lucros cessantes até ao fim da convalescença, além de algum outro prejuízo que o ofendido prove haver sofrido.

B) Certa. Como já citado no art 949, CC, é possível a condenação a indenização por lucros cessantes. Além disso, haverá possibilidade de pagamento de pensão, a depender da importância do trabalho para o qual restou-se inabilitado, conforme art. 950, CC:

> Art. 950. Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu.

C) Errada. É sim possível a cumulação de indenizações por diversas espécies de danos sofridos. Nesse sentido, a súmula 387, STJ: "É lícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral."

D) Errada. Conforme o já citado art. 949, CC, é possível a condenação a indenização por lucros cessantes.

Gabarito: B

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 37

Pedro e Joana casaram-se pelo regime da comunhão parcial de bens. Na constância do casamento, Pedro herdou ações e comprou um carro, enquanto Joana recebeu de doação um apartamento e ganhou um prêmio de loteria. Com base nessas informações, assinale a opção que indica, em caso de divórcio, os bens que devem ser partilhados.

A) As ações e o apartamento.

B) O carro e o prêmio de loteria.

C) O carro e o apartamento.

D) As ações e o prêmio de loteria.

Comentário:

A) Errada. Conforme o art. 1.659, I, CC, são excluídos da comunhão os bens recebidos por doação ou sucessão. Dessa forma, não serão partilhadas as ações e o apartamento.

B) Certo. Conforme previsto no art. 1.660, I e II, são incluídos na comunhão os bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, ainda que só em nome de um dos cônjuges, assim como aqueles adquiridos por fato eventual, com ou sem o concurso de trabalho ou despesa anterior.

C) Errada. Conforme o art. 1.659, I, CC, o apartamento não se inclui na comunhão.

C) Errada. Conforme o art. 1.659, I, CC, as ações não se incluem na comunhão.

Gabarito: B

Questão 38

Joana contratou Maria para fotografar a festa infantil de sua filha, Laura. No momento do contrato, Maria exigiu um sinal equivalente a 20% do preço pactuado para o serviço. O restante do preço seria pago após a festa, quando entregues as fotografias do evento. Acontece que Maria não compareceu à festa de Laura, deixando de tirar as fotografias contratadas. Joana contratou, às pressas, outro fotógrafo e conseguiu registrar o evento a seu gosto. Entretanto, teve de pagar valores mais altos ao novo fotógrafo, o que lhe gerou prejuízos de ordem material. Diante desse cenário, considerando-se que os danos de Joana se limitaram aos prejuízos materiais, assinale a afirmativa correta.

A) Joana pode pedir a devolução dos 20% adiantados mais o equivalente, com atualização monetária, juros e honorários de advogado, mas não pode pedir indenização suplementar em nenhuma hipótese.

B) Joana pode pedir apenas a devolução dos 20% adiantados e indenização suplementar, independentemente da prova do prejuízo.

C) Joana pode pedir a devolução dos 20% adiantados mais o equivalente, com atualização monetária, juros e honorários de advogado, e, se provar maior prejuízo, pode pedir indenização suplementar.

D) Joana pode pedir a devolução dos 20%, acrescidos de atualização monetária, juros e honorários de advogado, sendo esse o máximo de indenização possível.

Comentário:

Para responder à questão, é necessário entender o art. 418, CC:

> Art. 418. Se a parte que deu as arras não executar o contrato, poderá a outra tê-lo por desfeito, retendo-as; se a inexecução for de quem recebeu as arras, poderá quem as deu haver o contrato por desfeito, e exigir sua devolução mais o equivalente, com atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, juros e honorários de advogado.

A) Errada. Vide art. 418, CC

B) Errada. Vide art. 418, CC

C) Certa. Vide art. 418, CC

D) Errada. Vide art. 418, CC

Gabarito: C

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 39

Nicolas, servidor do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, lotado na 3ª Vara Cível da Comarca da Capital, toma conhecimento de hasta pública a ser realizada sobre valioso bem na vara em que labora. No intuito de colaborar com a rápida solução do processo, visando ao bom andamento da justiça e para saldar a dívida do devedor, decide comprar o bem objeto do litígio, pagando preço compatível com o mercado no âmbito da hasta pública realizada em sua vara. A referida compra e venda, se efetivada, será

A) nula, considerando que Nicolas é servidor na mesma vara em que foi realizada a hasta pública.

B) válida, considerando ter sido realizada por hasta pública, procedimento que, dada a publicidade, convalida eventuais vícios porventura existentes.

C) anulável, podendo ser realizada mas sujeita à anulação posterior se os interessados se manifestarem.

D) nula, considerando que a hasta pública não poderá recair sobre bem litigioso.

Comentário:

Para responder à questão, é necessário observar o art. 497, III, CC:

> Art. 497. Sob pena de nulidade, não podem ser comprados, ainda que em hasta pública:

III - pelos juízes, secretários de tribunais, arbitradores, peritos e outros serventuários ou auxiliares da justiça, os bens ou direitos sobre que se litigar em tribunal, juízo ou conselho, no lugar onde servirem, ou a que se estender a sua autoridade;

A) Certa. Vide art. 497, III, CC.

B) Errada. Vide art. 497, III, CC.

C) Errada. Vide art. 497, III, CC.

D) Errada. Vide art. 497, III, CC.

Gabarito: A

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 40

A Associação Atlética de uma renomada instituição de ensino jurídico brasileira, que possui mais de seiscentos associados, publica edital em seu site e, também, nas redes sociais, de convocação para uma Assembleia Geral, a ser realizada por meio eletrônico, trinta dias após a publicação, tendo como pauta a aprovação das contas dos diretores relativas ao exercício financeiro anterior e a alteração do estatuto. Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

A) A convocação de Assembleia Geral feita pela Associação Atlética apresenta um vício formal que conduz à nulidade absoluta, haja vista a impossibilidade da realização de Assembleia Geral por meio eletrônico.

B) A realização de Assembleia Geral por meio eletrônico é possível juridicamente, desde que respeitada a participação e a manifestação dos associados, salvo para alteração estatutária, que deverá ser feita por reunião presencial, de modo que o edital da Associação Atlética é nulo, admitindo-se a conversão.

C) A realização de Assembleia Geral por meio eletrônico é válida, desde que garantida a participação e a manifestação dos associados, além do respeito às normas estatutárias, inclusive, para a finalidade de alteração dos estatutos.

D) A realização de Assembleia Geral por meio eletrônico é anulável, por falta de previsão legal, admitindo-se, por conseguinte, a convalidação.

Comentário:

Para responder a essa questão, é necessário compreender o art. 48-A, CC:

> Art. 48-A. As pessoas jurídicas de direito privado, sem prejuízo do previsto em legislação especial e em seus atos constitutivos, poderão realizar suas assembleias gerais por meio eletrônico, inclusive para os fins do disposto no art. 59 deste Código, respeitados os direitos previstos de participação e de manifestação.

A) Errada. Vide art. 48-A

B) Errada. Vide art. 48-A

C) Certa. Vide art. 48-A

D) Errada. Vide art. 48-A

Gabarito: C

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 41

Rodrigo e Juliana celebraram contrato de compra e venda com Márcia, visando à aquisição de 20 (vinte) cavalos da raça manga-larga, de propriedade desta última. O contrato possui cláusula prevendo a solidariedade ativa de Rodrigo e Juliana, e que a entrega será feita de uma única vez. Dez dias antes da data pactuada para entrega dos animais, Márcia, culposamente, esqueceu aberta a porta do curral os animais estavam, o que ocasionou a fuga dos equinos. No dia combinado, Márcia dispunha de apenas cinco cavalos, os quais foram oferecidos a Rodrigo e Juliana como parte do pagamento. Acerca do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

A) Por se tratar de obrigação de entrega de coisa a dois credores, a previsão de solidariedade ativa contratual é desnecessária, eis que decorrente de disposição expressa do Código Civil.

B) Rodrigo e Juliana poderão optar por receber os cinco cavalos, com abatimento do preço, ou considerar resolvida a obrigação e, tanto num como noutro caso, exigir indenização das perdas e danos.

C) Caso Rodrigo e Juliana optem pela conversão da obrigação em perdas e danos, a solidariedade não subsistirá.

D) Márcia poderá compelir Rodrigo e Juliana a receberem cinco cavalos, posto se tratar de obrigação divisível.

Comentário:

A) Errada. O Código Civil não prevê essa possibilidade de obrigação solidária.

B) Certa. Conforme o art. 234, CC, "se [...] a coisa se perder, sem culpa do devedor, antes da tradição, ou pendente a condição suspensiva, fica resolvida a obrigação para ambas as partes; se a perda resultar de culpa do devedor, responderá este pelo equivalente e mais perdas e danos."

C) Errada. De acordo com o art. 271, CC, com a conversão da obrigação em perdas e danos, a solidariedade ainda subsiste.

D) Errada. A assertiva é contrária ao art. 313, CC, o qual dispõe que "o credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa".

Gabarito: B

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca



DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão 42

A entidade governamental Casa dos Anjos, destinada a programa de internação de adolescentes em conflito com a lei, recebeu inspeção de fiscalização por parte do Ministério Público.

Nesta visita, restou constatado que a instituição não dispunha de diversos elementos essenciais para a manutenção condigna dos adolescentes sujeitos à medida socioeducativa, inexistindo, por exemplo, cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos adequados.

Com base nos fatos acima, assinale a afirmativa correta.

A) Poderá ser interrompido o repasse de verbas públicas para a entidade, enquanto ela não sanar as irregularidades.

B) Poderá ser determinado o afastamento temporário dos dirigentes da Casa dos Anjos.

C) Poderá haver a cassação do registro da instituição em questão.

D) Tratando-se de entidade governamental, não há medidas sancionatórias específicas cabíveis.

Comentários:

A) Errado. O art. 97 do ECA estabelece quais são as medidas aplicáveis às entidades de atendimento que descumprirem obrigação constante do art. 94, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos. Dentre as medidas, não há a interrupção de repasse para a entidade.

B) Certo. O art. 97 do ECA estabelece quais são as medidas aplicáveis às entidades de atendimento que descumprirem obrigação constante do art. 94, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos. Entre as medidas cabíveis em face da entidade não governamental, está o afastamento provisório de seus dirigentes. Ocorre, entretanto, que, de acordo com o art. 191 do ECA, o procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não governamental terá início mediante portaria da autoridade judiciária ou representação do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, onde conste, necessariamente, resumo dos fatos. O parágrafo único do mesmo artigo, por sua vez, dispõe que, havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar liminarmente o afastamento provisório do dirigente da entidade, mediante decisão fundamentada.

C) Errado. O art. 97 do ECA estabelece quais são as medidas aplicáveis às entidades de atendimento que descumprirem obrigação constante do art. 94, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos. Dentre as medidas, não há a cassação do registro da instituição em questão.

D) Errado. O art. 97 do ECA estabelece quais são as medidas aplicáveis às entidades de atendimento que descumprirem obrigação constante do art. 94, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos.

Gabarito: B

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 43

Wilson, 13 anos, foi apreendido por Manoel quando estava em fuga, após praticar ato de subtração de uma caixa de mil unidades de doces em sua vendinha. No curso da perseguição, os doces se perderam porque Wilson os jogou em um bueiro para desembaraçado, correr melhor.

Esgotados todos os procedimentos legais para apuração do ato infracional e constatada sua prática, a autoridade competente fixou, além das medidas socioeducativas pertinentes a Wilson, a obrigatoriedade de reparar o dano, ou seja, restituir o valor correspondente aos doces perdidos por Manoel.

Acerca dos fatos acima, assinale a opção que apresenta a medida compensatória adequada para o caso concreto.

A) A compensação do dano não poderá ser exigida dos pais de Wilson.

B) Wilson deverá prestar duas horas diárias de serviços de empacotamento de compras na vendinha, até que se compense o dano, caso ele ou seus pais não possam custear financeiramente o valor.

C) Havendo manifesta impossibilidade de Wilson ou seus pais custearem a perda patrimonial de Manoel, não há como substituir a compensação por outra medida adequada.

D) A autoridade poderá determinar que Wilson compense o prejuízo de Manoel, desde que não configure trabalho forçado.

Comentários:

A) Errado. De acordo com o art. 932, I, do CC, são também responsáveis pela reparação civil os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia. Desse modo, a compensação do dano poderá ser exigida dos pais de Wilson.

B) Errado. Não há qualquer imposição legal para que essa medida específica seja aplicada.

C) Errado. Havendo manifesta impossibilidade de Wilson ou seus pais custearem a perda patrimonial de Manoel, a medida poderá ser substituída por outra adequada, conforme parágrafo único do art. 116 do ECA.

D) Certo. De acordo com o "caput" do art. 116 do ECA, em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima. O §2º do art. 112 do ECA, por sua vez, estabelece que § 2º "em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado".

Gabarito: D

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

DIREITO DO CONSUMIDOR

Questão 44

No instrumento de oferta de crédito pessoal em favor do microempreendedor individual Eugênio Barros, dentre outras informações, constou o montante dos juros de mora e a taxa efetiva anual dos juros.

Ao indagar o intermediário sobre a omissão da taxa efetiva mensal de juros, do Custo Efetivo Total da operação (CET) e do prazo de validade da oferta, o microempreendedor recebeu as seguintes explicações:

i) a taxa efetiva mensal de juros estava indicada em documento apartado, apresentado ao interessado no ato; ii) o CET deveria ser consultado no aplicativo da instituição financeira ofertante, através do uso da fórmula fornecida no próprio aplicativo; iii) a oferta era válida apenas no dia de hoje, sem qualquer documento comprobatório que amparasse a informação. Considerando as explicações do intermediário em cotejo com as normas do Código de Defesa do Consumidor (CDC) quanto às informações prévias no fornecimento de serviços que envolva outorga de crédito, assinale a afirmativa correta.

A) Todas as explicações prestadas estão corretas e em conformidade com as prescrições do CDC, não havendo necessidade de comprovação do prazo de oferta caso o beneficiário seja pessoa jurídica, como o microempreendedor individual.

B) A única explicação equivocada prestada é em relação à taxa efetiva mensal de juros, que deve ser necessariamente indicada no instrumento da oferta, e não em documento apartado.

C) Todas as explicações prestadas são equivocados e violam as prescrições do CDC, eis que a taxa efetiva mensal de juros e o CET devem ser indicados no instrumento da oferta e essa deve ser de, no mínimo, 7 (sete) dias.

D) São equivocados os esclarecimentos prestados quanto ao CET, pois ele deve constar do instrumento da oferta ou em documento apartado e ser de fácil acesso ao consumidor; quanto ao prazo de validade da oferta, ele deve ser de, no mínimo, 2 (dois) dias.

Comentários:

A) Errado. São equivocados os esclarecimentos prestados quanto ao CET, pois ele deve constar do instrumento da oferta ou em documento apartado e ser de fácil acesso ao consumidor; quanto ao prazo de validade da oferta, ele deve ser de, no mínimo, 2 (dois) dias, conforme explicado na alternativa "d".

B) Errado. A taxa efetiva mensal de juros pode ser indicada em instrumento apartado, conforme §1° do art. 54-B do CDC.

C) Errado. A taxa efetiva mensal de juros pode ser indicada em instrumento apartado, conforme §1° do art. 54-B do CDC e a oferta deve ser, no mínimo, de 2 dias (art. 54-B, III, do CDC).

D) Certo. O CET de constar de forma clara e resumida do próprio contrato, da fatura ou de instrumento apartado, de fácil acesso ao consumidor (§1° do art. 54-B do CDC) e a oferta deve ser, no mínimo, de 2 dias (art. 54-B, III, do CDC).

Gabarito: D

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 45

Mota solicitou orçamento para a instalação de persianas na sua casa e, ao receber o documento, leu que a compra das persianas escolhidas somente poderia ser realizada com a compra dos tapetes da mesma coleção. Além disso, juntamente com o orçamento, Mota recebeu proposta para aquisição de seguro residencial.

O consumidor ficou em dúvida a respeito da conduta da loja de decoração e procurou você, como advogado(a), para receber orientação jurídica.

A esse respeito, você informou, corretamente, ao cliente que se trata de

A) prática abusiva em relação às persianas e ao tapete, por condicionar o fornecimento de um produto à aquisição do outro; igualmente abusiva a prática de enviar oferta de serviço mediante proposta do seguro residencial ao consumidor, sem prévia solicitação.

B) prática lícita em relação às persianas e ao tapete, uma vez que se trata de produtos da mesma coleção; o seguro residencial foi meramente sugerido, não importando em venda casada.

C) prática abusiva em relação às persianas e ao tapete, por condicionar o fornecimento de um produto à aquisição do outro; o seguro residencial foi oferecido sem condicionamento, sendo lícita a prática.

D) prática lícita em relação às persianas e ao tapete, uma vez que são produtos da mesma coleção; a proposta do seguro residencial foi enviada ao consumidor sem solicitação prévia, o que torna a prática abusiva.

Comentários:

A) Errado. O seguro residencial foi oferecido sem condicionamento, portanto, a prática não é ilícita.

B) Errado. A prática é lícita em relação às persianas e ao tapete por configurar "venda casada", conforme explicado na alternativa "c".

C) Certo. De acordo com art. 39, I, do CDC, é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas, condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a

limites quantitativos, prática conhecida como "venda casada". Assim, é abusiva a prática em relação às persianas e ao tapete, por condicionar o fornecimento de um produto à aquisição do outro, já o seguro residencial foi oferecido sem condicionamento, portanto, de forma lícita.

D) Errado. A prática é lícita em relação às persianas e ao tapete por configurar "venda casada", conforme explicado na alternativa "c".

Gabarito: C

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

DIREITO EMPRESARIAL

Questão 46

Lauro e Moysés constituem, por contrato escrito, uma sociedade para prestação de serviços de informática, mas não levam o contrato a arquivamento na Junta Comercial e iniciam a atividade econômica em comum.

Lauro, em seu nome, mas agindo no interesse dele e de Moysés, celebra contrato com Agnes para instalação e manutenção de rede sem fio. Agnes desconhecia a existência da sociedade. Inadimplido o contrato, Agnes tomou conhecimento da existência de sociedade por confissão de Lauro na ação de cobrança que ela intentou em face dele.

Com base nessas informações, Agnes poderá ter seu crédito satisfeito com o produto da alienação judicial dos

A) bens sociais de titularidade comum dos sócios Lauro e Moysés e de seus bens particulares, devendo exaurir primeiro os bens sociais para, posteriormente e se necessário, atingir os bens dos sócios, sendo que Lauro está excluído do benefício de ordem por ter contratado no interesse da sociedade.

B) bens particulares de Lauro, por desconhecer a existência da sociedade, sem possibilidade de excussão dos bens sociais ou os de Moysés, por esse não ter contratado no interesse da sociedade.

C) bens sociais de titularidade comum dos sócios Lauro e Moysés e dos bens particulares de Lauro, mas não há possibilidade de atingir os bens particulares de Moysés, já que este não contratou no interesse da sociedade.

D) bens sociais de titularidade comum dos sócios Lauro e Moysés, considerando a existência de autonomia patrimonial da sociedade, sem possibilidade de excussão dos bens particulares dos sócios Lauro e Moysés.

Comentário:

A) Certo. Trata-se de sociedade em comum, de modo que todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais e quem contratou em nome da sociedade (Lauro), fica excluído do benefício de ordem, conforme art. 990 do CC.

B) Errado. Vide comentário da alternativa "a".

C) Errado. Vide comentário da alternativa "a".

D) Errado. Vide comentário da alternativa "a".

Gabarito: A

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 47

Aral adquiriu bens de consumo de uma sociedade empresária, ficando esta de lhe entregar as mercadorias em até 10 (dez) dias úteis. Entretanto, a entrega não se realizou em razão da decretação de falência da vendedora e o consequente encerramento das atividades com o lacre dos estabelecimentos.

O administrador judicial recebeu interpelação de Aral sobre a posição da massa falida quanto a entrega das mercadorias que comprou ou a devolução das parcelas já pagas. O administrador judicial se manifestou no sentido de não entregar a mercadoria ao comprador justificando a ausência de redução do passivo da massa falida e a extinção do contrato. Não há comitê de credores em funcionamento no processo falimentar.

Considerando os fatos narrados e as disposições da Lei nº 11.101/2005, assinale a afirmativa que indica a atitude a ser tomada por Aral.

A) Pedir ao juiz da falência a indisponibilidade de bens da massa até o valor de seu crédito para fins de futuro pagamento.

B) Pedir a restituição em dinheiro das parcelas pagas pela aquisição dos bens.

C) Habilitar o crédito relativo ao valor pago na classe dos credores quirografários.

D) Ajuizar ação de execução por quantia certa em face da massa falida para recebimento das parcelas pagas.

Comentário:

A) Errado. No caso da falência o que se objetiva é a habilitação dos créditos para recebimento pelos credores e não a indisponibilidade dos bens.

B) Errado. Não há que se falar em restituição direta do dinheiro, tendo em vista a necessidade de habilitação dos créditos.

C) Certo. Falência é o processo judicial de execução coletiva em face de um empresário insolvente, com a finalidade de liquidar o passivo por meio da venda judicial forçada dos ativos da empresa. Sendo assim, Aral deve habilitar o seu crédito como quirografário para receber o valor devido (artigos 83, V, da Lei n° 11.101/2005).

D) Errado. Não é possível o ajuizamento de ação de cobrança, tendo em vista que os créditos devem ser habilitados para recebimento no processo de falência.

Gabarito: C

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 48

A empresária individual Marília da Rocha, inscrita há mais de dez anos na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sempre exerceu empresa sem designação de prepostos. Todavia, em razão do aumento de trabalho e necessidades de múltiplas viagens, tornou-se

necessário nomear Jandira Franco como gerente na sede de sua empresa. Antes de efetuar a nomeação, Marília da Rocha consulta seu advogado para que este lhe esclareça sobre as prerrogativas do gerente e sua atuação como preposto.

Assinale a opção que está de acordo com a disposição legal e pode ser dada como orientação a Marília da Rocha.

A) O gerente não está autorizado a praticar os atos necessários ao exercício dos poderes que lhe foram outorgados, pois tais atos sempre exigem poderes especiais.

B) Se o empresário nomear dois ou mais gerentes, na falta de estipulação diversa, os poderes conferidos a eles presumem-se para atuação individual, sem solidariedade.

C) O gerente nunca poderá estar em juízo em nome do preponente pelas obrigações resultantes do exercício da sua função porque tal prerrogativa é exclusiva do administrador.

D) A alteração ou revogação do mandato conferido pelo empresário ao gerente, para ser oposta a terceiros, deve ser arquivada e averbada no Registro Público de Empresas Mercantis.

Comentário:

A) Errado. Quando a lei não exigir poderes especiais, considera-se o gerente autorizado a praticar todos os atos necessários ao exercício dos poderes que lhe foram outorgados (art. 1.173 do CC).

B) Errado. Na falta de estipulação diversa, consideram-se solidários os poderes conferidos a dois ou mais gerentes (parágrafo único do art. 1.173 do CC).

C) Errado. O gerente pode estar em juízo em nome do preponente, pelas obrigações resultantes do exercício da sua função (art. 1.176 do CC).

D) Certo. De acordo com o art. 1.174 do CC, as limitações contidas na outorga de poderes, para serem opostas a terceiros, dependem do arquivamento e averbação do

instrumento no Registro Público de Empresas Mercantis, salvo se provado serem conhecidas da pessoa que tratou com o gerente.

Gabarito: D

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 49

A proteção dos direitos relativos à propriedade industrial, por meio da concessão do direito de exclusividade para exploração da criação pelo seu titular, considerado seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país, efetua-se mediante concessão de registro

A) de marca.

B) para o nome empresarial.

C) para o título de estabelecimento.

D) de obras literárias, arquitetônicas, artísticas.

Comentário:

A) Certo. De acordo com o art. 2º da Lei n°9.279/96, a proteção dos direitos relativos à propriedade industrial, considerado o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País, efetua-se mediante: I - concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade; II - concessão de registro de desenho industrial; III - concessão de registro de marca; IV - repressão às falsas indicações geográficas; e V - repressão à concorrência desleal.

B) Errado. A proteção dos direitos relativos à propriedade industrial efetua-se mediante: I - concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade; II - concessão de registro de desenho industrial; III - concessão de registro de marca; IV - repressão às falsas indicações geográficas; e V - repressão à concorrência desleal (art. 2º da Lei n°9.279/96).

C) Errado. Vide comentário da alternativa "a".

D) Errado. Vide comentário da alternativa "a".

Gabarito: A

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 50

Três médicos decidiram constituir uma sociedade do tipo limitada cujo objeto é simples, consoante a classificação das sociedades no Código Civil. Acerca da designação a ser adotada pela sociedade e sua qualificação jurídica, assinale a afirmativa correta.

A) Por não ter a futura sociedade natureza empresária, não poderá adotar nome empresarial, sendo livre a formação de sua designação, sem incidência das regras de formação do nome da sociedade limitada.

B) A futura sociedade terá nome empresarial, pois tanto as regras de formação quanto de proteção ao nome empresarial se aplicam indistintamente às sociedades simples e empresárias.

C) Embora a futura sociedade não tenha nome empresarial, por não exercer empresa, a formação de sua designação obedecerá às regras para a formação do nome empresarial do tipo limitada.

D) Independentemente da natureza da futura sociedade, ela terá nome empresarial, pois exercerá atividade econômica, devendo adotar denominação, mas é facultativo a palavra "limitada" ou sua abreviatura ao final.

Comentário:

A) Errado. Mesmo não tendo natureza empresarial, a sociedade simples pode adotar nome empresarial (denominação), conforme art. 1.155 do CC.

B) Errado. As regras não são aplicadas indistintamente às sociedades simples e empresárias.

C) Certo. Sociedade simples pura usará denominação que é equiparada ao nome empresarial (art. 1.155 do CC), já a sociedade simples limitada pode usar firma ou denominação, conforme o artigo 1.158 do CC.

D) Errado. Tratando-se de sociedade simples limitada ela pode usar firma ou denominação, conforme o artigo 1.158 do CC.

Gabarito: C

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 51

A sociedade empresária Olímpia Limitada ("Olímpia") fabrica equipamentos de musculação para redes de academias, como a Vida Fitness Limitada ("Vida Fitness"). Em 2021, a Vida Fitness passou por problemas financeiros, motivo pelo qual não realizou o pagamento de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por 50 (cinquentas) esteiras adquiridas em 2020. Em virtude desse inadimplemento, a Olímpia ajuizou execução de título extrajudicial perante o MM. Juízo da Vara Cível de São Paulo. No curso dessa demanda, a exequente obteve a penhora online de R$ 500.000,00 existentes nas contas bancárias da Vida Fitness. Assim que tomou conhecimento da penhora, a Vida Fitness procurou você, como advogado(a), para informar que não pretendia questionar a decisão que determinou a penhora online, mas que gostaria de buscar a substituição do bem penhorado, de forma que os R$ 500.000,00 pudessem melhorar a situação do fluxo de caixa da sociedade empresária. Diante dessa situação, assinale a afirmativa que apresenta a orientação correta prestada à Vida Fitness.

A) Não será possível requerer a substituição da penhora, uma vez que a penhora em dinheiro é prioritária.

B) Será possível requerer a substituição da penhora por meio de fiança bancária ou seguro garantia judicial, desde que o valor dessas garantias não seja inferior ao valor do débito constante na petição inicial da execução de título extrajudicial movida pela Olímpia.

C) Será possível requerer a substituição da penhora por meio de fiança bancária ou seguro garantia judicial, desde que o valor dessas garantias não seja inferior ao valor do

débito constante na petição inicial da execução de título extrajudicial movida pela Olímpia, acrescido de 30% (trinta por cento).

D) Será possível requerer a substituição da penhora somente por imóvel de valor superior ao montante exequendo.

Comentários:

A) Errada. É possível requerer a substituição da penhora no caso em tela, como previsto no art. 848, CPC:

> Art. 848. As partes poderão requerer a substituição da penhora se:
> I - ela não obedecer à ordem legal;
> II - ela não incidir sobre os bens designados em lei, contrato ou ato judicial para o pagamento;
> III - havendo bens no foro da execução, outros tiverem sido penhorados;
> IV - havendo bens livres, ela tiver recaído sobre bens já penhorados ou objeto de gravame;
> V - ela incidir sobre bens de baixa liquidez;
> VI - fracassar a tentativa de alienação judicial do bem; ou
> VII - o executado não indicar o valor dos bens ou omitir qualquer das indicações previstas em lei.
> Parágrafo único. A penhora pode ser substituída por fiança bancária ou por seguro garantia judicial, em valor não inferior ao do débito constante da inicial, acrescido de trinta por cento.

B) Errada. Conforme o parágrafo único do art. 848, CPC, o valor não pode ser inferior ao débito acrescido de 30%.

C) Certa. De acordo com o parágrafo único do art. 848 do CPC, já citado, a penhora pode ser substituída por fiança bancária ou por seguro garantia judicial, em valor não inferior ao do débito constante da inicial, acrescido de 30%.

D) Errada. Não há previsão legal nesse sentido.

Gabarito: C

Questão 52

Devidamente intimado do acórdão proferido pela Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que desproveu seu recurso de apelação, Diego opõe embargos de declaração alegando que o acórdão teria deixado de se manifestar sobre tese firmada em julgamento em incidente de assunção de competência aplicável ao caso. Nos embargos de declaração, Diego também alegou, para fins de prequestionamento, que o acórdão teria se omitido a respeito de determinado dispositivo de lei federal. Em paralelo, antes do julgamento dos embargos de declaração, José, então apelado, interpõe recurso especial alegando violação ao Art. 85, §11, do Código de Processo Civil, visto que a Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais não fixou honorários de sucumbência recursais no acórdão que julgou a apelação de Diego. Diante da situação hipotética descrita, assinale a afirmativa correta.

A) Diego não poderia ter fundamentado seus embargos de declaração na ausência de manifestação, pelo acórdão que julgou a apelação, acerca de tese firmada em sede de incidente de assunção de competência aplicável ao caso, pois os embargos de declaração constituem recurso de fundamentação vinculada, cabível apenas nas hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material.

B) Ainda que os embargos de declaração opostos por Diego venham a ser rejeitados ou não alteram a conclusão do julgamento anterior da Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, o recurso especial interposto por José somente será processado ser for por ele ratificado após a apreciação dos embargos de declaração.

C) Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo, mas interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, de modo que Diego ainda poderá interpor recurso especial contra o acórdão após o julgamento dos embargos de declaração, se for o caso.

D) Caso sejam desprovidos os embargos de declaração opostos por Diego, não será considerado como incluído no acórdão o dispositivo legal por ele invocado nos embargos de declaração, para fins de pré-questionamento, ainda que tribunal superior posteriormente considere existente a omissão.

Comentários:

A) Errada. De acordo com o inciso I do parágrafo único do art. 1.022 do CPC, considera-se omissa a decisão que I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento;

B) Errada. De acordo com o § 5º do art. 1024 do CPC, se os embargos de declaração forem rejeitados ou não alterarem a conclusão do julgamento anterior, o recurso interposto pela outra parte antes da publicação do julgamento dos embargos de declaração será processado e julgado independentemente de ratificação.

C) Certa. De acordo com o art. 1.026 do CPC, os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.

D) Errada. Conforme previsto no art. 1.025 do CPC, consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade.

Gabarito: C

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 53

Marcela ajuizou ação de cobrança em face de Gabriel, seu vizinho, a fim de obter o pagamento de aluguéis vencidos no período de fevereiro a junho de determinado ano, relativos à locação da sua vaga de garagem. Uma vez citado, Gabriel apresentou contestação tempestivamente, invocando uma questão preliminar de falta de interesse processual. Instada a se manifestar em réplica, Marcela alegou que teria cometido um

erro material na digitação da sua petição inicial, uma vez que nela deveria ter constado, como termo final da dívida, o mês de "julho" - e não de "junho". Sem a oitiva de Gabriel, constatando não haver mais provas a serem produzidas, o juiz proferiu sentença, condenando o réu ao pagamento dos aluguéis relativos aos meses de fevereiro a julho. Surpreso com a sentença, Gabriel questionou o seu advogado sobre os termos da condenação. Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) Por não se tratar de modificação, mas de simples retificação de erro material, Marcela poderia ter requerido a alteração do pedido a qualquer tempo, sendo dispensável a manifestação de Gabriel.

B) Em se tratando de alteração do pedido posterior à citação, Marcela não poderia tê-lo feito sem o consentimento de Gabriel e sem que ele fosse ouvido.

C) Marcela poderia ter alterado o pedido, independentemente do consentimento de Gabriel, desde que ele fosse ouvido.

D) Por se tratar de alteração do pedido antes do saneamento do processo, o consentimento de Gabriel era desnecessário.

Comentários:

A) Errado. Não se trata de erro material e sim alteração do pedido, o que depende de concordância de Gabriel, já que este já foi citado (art. 329, II, do CPC).

B) Certo. A modificação da data de vencimento da parcela afeta diretamente os valores solicitados, o que significa que houve uma alteração do pedido, e não apenas um erro de digitação. Além disso, o artigo 329, II, do Código de Processo Civil, estabelece que o autor pode alterar ou adicionar o pedido e a causa de pedir até a fase de saneamento do processo, desde que haja consentimento do réu. O contraditório é garantido por

meio da possibilidade do réu se manifestar em um prazo mínimo de 15 dias e solicitar prova suplementar.

C) Errado. Vide comentário da assertiva B

D) Errado. Vide comentário da assertiva B

Gabarito: C

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 54

Vitor, residente em Salvador/BA, precisou se mudar para Fortaleza/CE, por motivos profissionais. Para realizar sua mudança, propôs pagar uma quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para Danilo e Juarez, além de arcar com todos os custos da viagem. Por não ter acompanhado o serviço, Vitor não sabe quem efetivamente o fez. Após o término da mudança, Vitor tentou quitar a dívida, mas não sabia a quem pagar, pois ambos afirmaram ser titulares do crédito. Sendo assim, procurou você, como advogado(a), pois queria fazer o pagamento de forma consignada para extinguir a obrigação. Na qualidade de advogado de Vitor, assinale a opção que indica a posição acertada no tocante ao procedimento especial de ação de consignação em pagamento

A) Vitor requererá o depósito e a citação de Danilo, e, caso posteriormente se entenda não ser ele o titular, fará a citação de Juarez.

B) Vitor não deve requerer o depósito, devendo no primeiro momento requerer a citação de todos os possíveis titulares do crédito, para que, após essa decisão, discuta-se o crédito devido.

C) Vitor requererá o depósito e a citação dos possíveis titulares do crédito para provarem o seu direito.

D) Vitor requererá o depósito e a citação de Juarez, e, caso posteriormente se entenda não ser ele o titular, fará o chamamento ao processo de Danilo.

Comentários:

Para responder à questão, é necessário observar o artigo 547, CPC, segundo o qual "Se ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o pagamento, o autor requererá o depósito e a citação dos possíveis titulares do crédito para provarem o seu direito."

A) Errado. Vide art. 547, CPC

B) Errado. Vide art. 547, CPC

C) Certo. Vide art. 547, CPC

D) Errado. Vide art. 547, CPC

Gabarito: C

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 55

Albieri, com base em prova escrita e sem eficácia de título executivo, afirma ter direito de exigir de Juliana o pagamento de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Nesse sentido, Albieri procura você, como advogado(a), para ajuizar Ação Monitória em face de Juliana, exigindo o pagamento de R$ 10.000,00 (dez mil reais). O juiz da causa observou que o direito do autor era evidente e deferiu a expedição de mandado de pagamento, concedendo ao réu prazo de 15 (quinze) dias para o cumprimento. Juliana alega que Albieri pleiteia quantia superior à devida, razão pela qual pretende, por meio de seu advogado, opor embargos à ação monitória. Na qualidade de patrono de Juliana, assinale a opção que apresenta a medida adequada a ser providenciada.

A) Juliana poderá opor, nos próprios autos, embargos à ação monitória caso garanta o valor em juízo previamente, bem como, quando alegar que Albieri pleiteia quantia superior à devida, deverá declarar de imediato o valor que entende correto, sem necessidade de apresentar o demonstrativo discriminado e atualizado da dívida.

B) Se Juliana alegar que Albieri pleiteia quantia superior à devida, não precisa indicar o valor correto da dívida. Além disso, independentemente de prévia segurança do juízo, Juliana pode opor embargos à ação monitória.

C) Juliana poderá opor, nos próprios autos, embargos à ação monitória caso garanta o valor em juízo previamente, bem como, quando alegar que Albieri pleiteia quantia superior à devida, não precisa indicar o valor correto da dívida.

D) Juliana poderá opor embargos à ação monitória, independentemente de prévia segurança do juízo, bem como, quando alegar que Albieri pleiteia quantia superior à devida, deverá declarar de imediato o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado da dívida.

Comentários:

A) Errado. Vide comentário da assertiva D

B) Errado. Vide comentário da assertiva D

C) Errado. Vide comentário da assertiva D

D) Certo. Mesmo que não haja garantia prévia do julgamento, Juliana tem o direito de apresentar embargos à ação monitória nos mesmos autos, de acordo com o artigo 702, parágrafo 1º do Código de Processo Civil. Além disso, se ela alegar que o autor está solicitando um valor maior do que o devido, é necessário que ela declare imediatamente o valor que considera correto e apresente um demonstrativo detalhado e atualizado da dívida, conforme o artigo 702, parágrafo 2º do CPC.

Gabarito: D

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 56

Marco Aurélio atuou como advogado em uma ação indenizatória movida em face de uma operadora de plano de saúde que foi condenada a pagar indenização por danos

morais de R$ 100.000,00 (cem mil reais) ao seu cliente. Apesar de o processo ter corrido perante juízo cível, a sentença condenatória deixou de fixar honorários de sucumbência em favor de Marco Aurélio, tendo transitado em julgado sem que ele percebesse a omissão. Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) Após o trânsito em julgado da sentença, Marco Aurélio não poderá pleitear mais a condenação em honorários de sucumbência.

B) Marco Aurélio poderá ajuizar ação autônoma para definir o valor dos honorários de sucumbência.

C) Após o trânsito em julgado da sentença, apesar de omissa quanto à condenação em honorários de sucumbência, Marco Aurélio poderá executar somente o valor mínimo de dez por cento sobre o valor da condenação.

D) Marco Aurélio poderá opor embargos de declaração em face da sentença omissa, pois a matéria de honorários de sucumbência não transita em julgado.

Comentários:

A) Errado. É cabível ação autônoma para definição e cobrança dos honorários, caso omissos na sentença, conforme o art. 85, §18, CPC.

B) Certo. Conforme determina o art. 85, §18, CPC, "Caso a decisão transitada em julgado seja omissa quanto ao direito aos honorários ou ao seu valor, é cabível ação autônoma para sua definição e cobrança."

C) Errado. Não há restrição legal sobre o valor que pode ser executado.

D) Errado. A matéria sobre honorários de sucumbência também transitará em julgado.

Gabarito: B

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 57

A sociedade empresária Vesta Construções e Serviços Ltda. propôs tutela cautelar, requerida em caráter antecedente, contra a sociedade empresária Minerva Incorporações Ltda., fundada em contrato de construção civil e fornecimento de serviços, que contém cláusula arbitral para a resolução de quaisquer controvérsias advindas desse contrato. Vesta Construções e Serviços Ltda. figura como parte contratada e Minerva Incorporações Ltda. como parte contratante. Vesta Construções e Serviços Ltda. alega que, embora tenha executado os serviços previstos no contrato, Minerva Incorporações Ltda. aplicou multas contratuais em razão de atraso no cronograma das obras, as quais alega que não seriam devidas. Por essa razão, Vesta Construções e Serviços Ltda. ingressou com a tutela cautelar em caráter antecedente e requereu que fosse concedida tutela de urgência para impedir que Minerva Incorporações Ltda. realize quaisquer atos de cobrança das multas aplicadas à Vesta Construções e Serviços Ltda. A tutela de urgência foi totalmente deferida pelo magistrado em favor de Vesta Construções e Serviços Ltda. Na qualidade de advogado(a) de Vesta Construções e Serviços Ltda. assinale a opção que apresente a medida processual a ser adotada, em razão do deferimento da tutela cautelar.

A) Formular o pedido principal nos mesmos autos da tutela cautelar requerida em caráter antecedente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da efetivação da tutela cautelar.

B) Requerer a instauração da arbitragem dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da efetivação da tutela cautelar.

C) Formular o pedido principal nos mesmos autos da tutela cautelar requerida em caráter antecedente, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, ou em outro prazo maior que o juiz fixar, a contar da data da efetivação da tutela cautelar.

D) Requerer a instauração da arbitragem dentro do prazo de 15 (quinze) dias, ou em outro prazo maior que o juiz fixar, a contar da data da efetivação da tutela cautelar.

Comentários:

A) Errado. Vide comentário da assertiva B

B) Certo. Conforme o artigo 22-A da Lei 9307/96, "Antes de instituída a arbitragem, as partes poderão recorrer ao Poder Judiciário para a concessão de medida cautelar ou de urgência." Ademais, de acordo com o parágrafo único do mesmo artigo, "Cessa a eficácia da medida cautelar ou de urgência se a parte interessada não requerer a instituição da arbitragem no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de efetivação da respectiva decisão." Portanto, é importante que o advogado da empresa solicite a instauração da arbitragem dentro do prazo de 30 dias a partir da data da efetivação da medida cautelar.

C) Errado. Vide comentário da assertiva B

D) Errado. Vide comentário da assertiva B

Gabarito: B

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

DIREITO PENAL

Questão 58

Antônio, de 49 anos, manteve numerosas relações sexuais consensuais com Miriam, à época com 13 anos, que tinha experiência sexual anterior, durante o namoro entre eles. Antônio tinha conhecimento da idade de Miriam. Sobre o caso, assinale a afirmativa correta.

A) Antônio cometeu conduta típica, ilícita e culpável.

B) Antônio cometeu conduta ilícita e culpável, mas não típica.

C) Antônio cometeu conduta típica e culpável, mas não ilícita.

D) Antônio cometeu conduta típica e ilícita, mas não culpável.

Comentário:

A) Certo. A conduta de Antônio é típica (possui previsão legal), é ilícita (é contrária ao ordenamento jurídico, causando lesão ao bem jurídico tutelado) e é culpável (pois foi cometido por pessoa imputável).

Ademais, importante ressaltar o entendimento do STJ, solidificado através da Súmula 593: "O crime de estupro de vulnerável se confi gura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente."

B) Errado. Vide comentário da assertiva A.

C) Errado. Vide comentário da assertiva A.

D) Errado. Vide comentário da assertiva A.

Gabarito: A

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 59

Quinho foi preso em flagrante delito portando 1 quilo de cocaína, ao tentar embarcar em ônibus na rodoviária Novo Rio (no Rio de Janeiro/RJ) que seguiria em direção a São Paulo/SP, onde Quinho pretendia vender tal substância para um comprador local. Ao ser denunciado por tráfico de drogas interestadual (Art. 33 c/c. Art. 40, inciso V, ambos da Lei nº. 11.343/2006), a defesa técnica de Quinho alegou que a hipótese seria de tráfico de drogas simples, pois, em razão da prisão em flagrante delito, o acusado jamais conseguiu efetivamente transpor a fronteira entre os Estados do Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP. Sobre a incidência da majorante prevista no Art. 40, inciso V, da Lei nº 11.343/2006, assinale a afirmativa correta.

A) São imprescindíveis a inequívoca intenção de realizar o tráfico interestadual e a efetiva transposição de fronteiras.

B) São desnecessárias a inequívoca intenção de realizar o tráfico interestadual e a efetiva transposição de fronteiras.

C) Basta a inequívoca intenção de realizar o tráfico interestadual, sendo desnecessária a efetiva transposição de fronteiras.

D) Basta a efetiva transposição de fronteiras, sendo desnecessária a inequívoca intenção de realizar o tráfico interestadual.

Comentário:

Para responder à questão, é necessário conhecer a Súmula 587, STJ:

> "Para a incidência da majorante prevista no artigo 40, V, da Lei 11.343/06, é desnecessária a efetiva transposição de fronteiras entre estados da federação, sendo suficiente a demonstração inequívoca da intenção de realizar o tráfico interestadual."

A) Errado. Vide súmula 587, STJ.

B) Errado. Vide súmula 587, STJ.

C) Certo. Vide súmula 587, STJ.

D) Errado. Vide súmula 587, STJ.

Gabarito: C

Fonte de Conhecimento Jurídico: Jurisprudência

Questão 60

Silvio, mediante emprego da ameaça de "esquartejá-la com sua espada", arrancou o cordão de ouro do pescoço de Ana. Após tal subtração, Silvio foi perseguido por policiais militares, que lograram prendê-lo em flagrante delito e recuperar o bem subtraído da vítima. É correto afirmar que Silvio cometeu crime de

A) extorsão tentada.

B) roubo tentado.

C) roubo impróprio.

D) roubo consumado.

Comentário:

A) Errado. No delito, não houve a obtenção de vantagem econômica indevida, mas sim de coisa alheia móvel.

B) Errado. Conforme entendimento do STJ fixado em sua Súmula 582, o roubo será consumado com a inversão da posse do bem, ainda que por breve período de tempo. Dessa forma, é prescindível a posse mansa e pacífica.

C) Errado. O roubo impróprio ocorre quando a violência ou grave ameaça procede à entrega da coisa, para garantir a detenção do objeto do roubo. Já no caso descrito, esta ocorreu antes.

D) Certo. Conforme mencionado anteriormente, a consumação do delito de roubo, basta a inversão da posse, não importando que essa seja mansa e pacífica.

Gabarito: D

Fonte de Conhecimento Jurídico: Jurisprudência

Questão 61

Eduardo trabalha como porteiro do condomínio, e possui um primo, de nome Ygor, envolvido em vários crimes. A semelhança entre ambos sempre foi notória. Certa noite, após Eduardo se ausentar da portaria para colocar as lixeiras do prédio na rua, Ygor, aproveitando-se dos traços físicos muito parecidos com os do seu primo, também vestido com um uniforme idêntico, ingressa no edifício e subtrai vários pacotes endereçados aos moradores. Alguns moradores viram a movimentação, mas pensaram que se tratava de Eduardo arrumando e conferindo os pacotes. Baseando-se no caso hipotético, Ygor cometeu

A) furto qualificado mediante fraude.

B) estelionato.

C) falsa identidade.

D) furto qualificado por abuso de confiança.

Comentário:

A) Certo. No caso em questão, houve a prática do delito de furto com a qualificadora prevista no § 4º, II do artigo 155, CP. Isso porque Ygor utilizou-se de características falsas (fraude) para garantir o cometimento do crime.

B) Errado. Não houve estelionato, uma vez que não houve a entrega voluntária dos bens após a fraude.

C) Errado. Em nenhum momento Ygor disse ser seu primo, Eduardo. Portanto, não resta identificado o delito de Falsa Identidade.

D) Errado. Não houve abuso de confiança, tendo em vista que o enunciado não relata nenhuma situação em que Eduardo deposita confiança em Ygor.

Gabarito: A

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 62

Fernanda trabalha como cuidadora de idosos e foi contratada para assistir ao idoso Luís Fernando, de 89 anos, que, não obstante a idade, seguia ativo, caminhando com algum apoio e realizando suas atividades de forma habitual, com relativa independência. Certo dia, Luís Fernando descia as escadas rolantes de um shopping center, quando a barra de sua calça se prendeu nos degraus, o que levou Luís Fernando a se desequilibrar, e o suporte dado por Fernanda não foi suficiente para impedir a sua queda. O idoso fraturou o fêmur. Preocupada com eventual responsabilização criminal, Fernanda procura aconselhamento. Como advogado(a) de Fernanda, assinale a opção que apresenta sua orientação sobre os fatos e as possíveis consequências.

A) Fernanda ocupa a posição de garantidora, devendo ser responsabilizada por delito comissivo por omissão por ter se operado o resultado danoso.

B) A responsabilização de Fernanda dependeria de comprovação de efetiva negligência, imprudência ou imperícia, sem o que, não será responsabilizada pelo resultado danoso.

C) Fernanda pode ser responsabilizada por crime omissivo próprio, diante do resultado danoso.

D) Fernanda incidiu em conduta tipificada no Estatuto do Idoso.

Comentário:

A) Errado. Mesmo para responsabilização como garantidora, seria necessário comprovar que Fernanda ocorreu em culpa, isto é, com negligência, imprudência ou imperícia, o que não foi demonstrado na questão, tendo em vista que ela o acompanhava e o segurava.

B) Certo. Não há possibilidade de responsabilização criminal, conforme destacado na assertiva A.

C) Errado. Não há, na questão, a omissão ante um dever de agir.

D) Errado. A conduta de Fernanda não se enquadra em nenhuma previsão legal do Estatuto do Idoso.

Gabarito: B

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 63

Bernardo é servidor público e foi condenado porque, durante procedimento administrativo, prestou informações falsas ao interessado, com o intuito de prejudicá-lo. Recebeu condenação de um ano e dois meses pela prática de tal conduta, tipificada no Art. 29 da Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019). Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) Em razão da quantidade de pena aplicada, é efeito automático da condenação a perda do cargo público ocupado por Bernardo.

B) A pena de Bernardo pode ser substituída por restritivas de direitos, consistente na inaptidão para o exercício de cargo ou emprego público pelo prazo de 1 a 5 anos.

C) A imposição do dever de indenizar a vítima depende de reincidência específica em crimes de abuso de autoridade.

D) Bernardo pode sofrer suspensão do exercício do cargo, por 1 a 6 meses, com a perda de vencimentos e vantagens, como medida alternativa à pena de prisão.

Comentário:

A) Errado. Conforme determina o art. 4º, parágrafo único, da Lei de Abuso de Autoridade, a perda de cargo público (art. 4º, III, CP) não é efeito automático da condenação.

B) Errado. O prazo correto para a sanção seria de 1 a 6 meses, em concordância com o art. art. 5°, II.

C) Errado. O dever de indenizar a vítima é um efeito automático da condenação, previsto no art. 4º, I, da Lei de Abuso de Autoridade.

D) Certo. A inaptidão para o exercício de cargo ou emprego público pelo prazo de 1 a 6 meses é uma pena restritiva de direitos prevista no art. 5º, II, da Lei nº 13.869/2019.

Gabarito: D

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 64

No dia 10 de julho de 2020, Pedro, primário, é preso em flagrante delito comercializando ecstasy em uma rua do bairro onde mora. Com ele, são apreendidos 50 comprimidos e dinheiro em espécie. Assim, é imediatamente conduzido à delegacia, onde, no mesmo dia, é lavrado auto de prisão em flagrante pela prática do crime descrito no Art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06, punido com pena de reclusão de 5 a 15 anos e multa. O laudo toxicológico provisório atesta que a substância consta da lista de substâncias proscritas. Feitas as comunicações devidas, o auto de prisão é remetido ao juízo competente e, desse modo, no dia 11 de julho, passadas 23 horas da prisão, Pedro é apresentado à autoridade judicial. A audiência é realizada sem a presença de órgão do Ministério Público e após entrevistar o preso e ouvir os requerimentos da defesa técnica, o Magistrado homologa a prisão em flagrante, que é convertida em preventiva, sob o fundamento de que existe risco à ordem pública na liberdade do agente, nos termos do Art. 312 do Código de Processo Penal. Assinale a opção que indica a tese de Direito Processual Penal adequada para se questionar a prisão preventiva de Pedro.

A) A prisão deve ser relaxada em razão da inobservância do prazo para a realização da audiência de custódia.

B) A prisão deve ser substituída por medidas cautelares diversas da prisão, já que suficientes para garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal.

C) A prisão deve ser relaxada, ante a ausência de pedido do Ministério Público, e concedida prisão domiciliar ao acusado para garantia da ordem pública.

D) A prisão deve ser relaxada, pois o magistrado não poderia, diante da ausência de pedido do Parquet, ter convertido a prisão em flagrante em preventiva de ofício.

Comentário:

A) Errado. O prazo para realização da audiência de custódia é de 24h, conforme determina o art. 310, CPP. Tal prazo foi respeitado e, portanto, não seria o motivo para o relaxamento da prisão.

B) Errado. Houve erro procedimental na decretação da prisão preventiva, uma vez que essa não pode ser decretada de ofício pelo juiz. Sendo assim, deve ocorrer o seu relaxamento, não a sua manutenção ou substituição por medidas cautelares.

C) Errado. De fato, houve erro procedimental na decretação da prisão preventiva, uma vez que essa não pode ser decretada de ofício pelo juiz, devendo ela ser relaxada. Sendo assim, não cabe a conversão em prisão domiciliar.

D) Certo. A assertiva está de acordo com o art. 311, CPP:

> "Art. 311. Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial."

Gabarito: D

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 65

Leonardo praticou um crime que, objetivamente, admitia o acordo de não persecução penal (ANPP). Concluída a investigação criminal, e estando presente a justa causa, o Promotor de Justiça se recusou a fazer a proposta de ANPP, por entender que estava demonstrado que a conduta de Leonardo era habitual. Diante da recusa do Promotor de Justiça em propor o ANPP, o Juiz da Comarca de Cascais, acolhendo o requerimento do advogado de Leonardo, remeteu o investigatório ao Ministério Público para se manifestar sobre o tema. O MP apresentou ao Juiz da Vara Criminal da Comarca de

Cascais uma proposta de ANPP para ser homologada. O juiz considerou insuficiente a condição de Leonardo pagar como prestação pecuniária a quantia correspondente a 02 (dois) salários mínimos a uma entidade pública, a ser indicada pelo juízo da execução, devolvendo os autos ao MP para reformular a proposta nesta parte. O MP manteve a proposta nos termos acordados com Leonardo, razão pela qual o Juiz da Vara Criminal de Cascais recusou-se a homologá-la. Sobre a decisão de não homologação da proposta de ANPP, assinale a opção que indica qual o recurso cabível e quem poderá interpô-lo.

A) Recurso de agravo previsto na Lei de Execução Penal, haja vista que a prestação pecuniária era destinada a uma entidade pública a ser indicada pelo juízo da execução. O legitimado para interpor esse recurso é Leonardo, haja vista que contra o mesmo seria cobrada a prestação pecuniária junto ao juízo da execução.

B) Recurso em sentido estrito, considerando se tratar de um ato judicial de natureza declaratória. Estavam legitimados a recorrer o Ministério Público e Leonardo, por terem, ambos, interesse recursal.

C) Recurso de apelação (residual), por se tratar de uma decisão definitiva. Somente estava legitimado a recorrer o Ministério Público, por ser o autor da proposta, ainda que a ela tenha aderido Leonardo.

D) Recurso de apelação (residual), por se tratar de uma decisão com força de definitiva, e dela poderia recorrer o Promotor de Justiça com atribuição e Leonardo, por terem, ambos, interesse recursal.

Comentário:

Para responder à questão, é necessário observar o art. 581, XXV, CPP:

"Art. 581. Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença:

> XXV - que recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal, previsto no art. 28-A desta Lei."

A) Errado. Vide art. 581, XXV, CPP.

B) Certo. Vide art. 581, XXV, CPP.

C) Errado. Vide art. 581, XXV, CPP.

D) Errado. Vide art. 581, XXV, CPP.

Gabarito: B

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 66

Sérgio propôs uma ação penal privada contra Ana e Letícia por crime de dano (impossibilidade de qualquer medida penal consensual), isto porque as quereladas, dolosamente, quebraram o para-brisa traseiro do seu carro. Finda a instrução criminal restaram comprovadas autoria e materialidade, até mesmo porque, além da prova testemunhal confirmar a imputação contida na queixa-crime, as acusadas confessaram o delito. Em alegações finais orais, Dr. Lúcio, advogado constituído por Sérgio, sem se referir à inicial acusatória, finalizou a sua sustentação apenas pedindo que "fosse feita a melhor justiça." Você, como advogado(a) das quereladas, alegaria como prejudicial de mérito a extinção da punibilidade

A) pelo perdão de Sérgio, pois não se manifestou em alegações finais juntamente com o seu patrono para pedir a condenação.

B) pela renúncia do querelante, haja vista que o seu advogado não ratificou em alegações finais os termos da acusação articulada na queixa-crime.

C) pela perempção, porque o advogado constituído por Sérgio, somente pediu em alegações finais que "fosse feita a melhor justiça", deixando de ratificar a pretensão de

que as quereladas fossem condenadas, sequer tendo renovado o pedido de condenação apresentado na queixa-crime.

D) pela retratação do querelante, pois não se manifestou em alegações finais juntamente com o seu patrono para pedir a condenação das quereladas, ou mesmo ratificar o pedido de condenação apresentado na queixa-crime.

Comentário:

A) Errado. O perdão ocorre quando o querelante propõe este às quereladas, que podem recusar. Não foi isso o que ocorreu na situação descrita.

B) Errado. Também não houve a renúncia, tendo em vista que ele nunca disse que iria desistir da ação.

C) Certo. Ocorreu a perempção, uma vez que ele deixou de pedir a condenação, conforme determina o art. 60, III, CPP:

> "Art. 60. Nos casos em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação penal:
> III - quando o querelante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente, **ou deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais**;"

D) Errado. Também, em nenhum momento, o querelante "voltou atrás" no que foi dito. Dessa forma, não configurando a retratação.

Gabarito: C

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 67

Gregório é defensor público no Estado do Rio de Janeiro, cuja Constituição lhe assegura foro por prerrogativa de função no Tribunal de Justiça local. Durante o carnaval, na

cidade de Salvador/BA, Gregório por acaso se encontra com seu irmão e inimigo capital Sandro em uma rua erma, durante a dispersão de bloco carnavalesco. Gregório então se aproveita da oportunidade para matar Sandro com golpes de espada. Assinale a opção que indica o foro competente para conhecer e julgar esse crime.

A) O Tribunal do Júri da Comarca de Salvador/BA.

B) O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

C) O Tribunal do Júri da Comarca do Rio de Janeiro/RJ.

D) O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Comentário:

De acordo com a Súmula Vinculante 45, a competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual. Dessa forma, como a prerrogativa de função de Gregório é prevista na Constituição Estadual do RJ, prevalece a competência do Tribunal do Júri da Comarca de Salvador, local da consumação do crime, conforme art. 70, CPP.

A) Certo. Vide explicação acima.

B) Errado. Vide explicação acima.

C) Errado. Vide explicação acima.

D) Errado. Vide explicação acima.

Gabarito: C

Fonte de Conhecimento Jurídico: Jurisprudência

Questão 68

Antônio Silva foi denunciado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro pelo crime de tráfico de drogas. Essa denúncia foi rejeitada pelo juízo da 50ª Vara Criminal da Comarca do Rio de Janeiro, por falta de prova mínima da autoria e materialidade (justa causa). O órgão ministerial então interpôs recurso em sentido estrito dessa decisão, já arrazoado. Para evitar a caracterização de uma nulidade processual, é correto afirmar que o juízo deve, em seguida,

A) nomear defensor público para apresentar contrarrazões recursais em favor de Antônio.

B) nomear defensor dativo para apresentar contrarrazões recursais em favor de Antônio.

C) notificar Antônio para apresentar contrarrazões recursais.

D) remeter os autos ao Tribunal competente.

Comentário:

> Súmula 707, STF: Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contra-razões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprindo a nomeação de defensor dativo.

A) Errado. A nomeação de defensor público não impede a nulidade, sendo necessária a notificação do denunciado.

B) Errado. A nomeação de defensor dativo não impede a nulidade, conforme a súmula 707, STF, sendo necessária a notificação do denunciado.

C) Certo. Vide súmula 707, STF.

D) Errado. É necessário seguir o procedimento determinado pela súmula 707, STF.

Gabarito: D

Fonte de Conhecimento Jurídico: Jurisprudência

Questão 69

Nise é acusada em um processo penal pela prática de delito de estelionato (pena: 1 a 5 anos de reclusão) e possui condenação definitiva pelo mesmo delito. Nise é paciente psiquiátrica e laudo pericial constatou a sua completa incapacidade de se autodeterminar de acordo com o entendimento acerca da ilicitude do fato que lhe é imputado. Sobre a influência deste diagnóstico sobre processos atuais ou já julgados, assinale a afirmativa correta.

A) Se a insanidade for contemporânea ao fato delituoso, ainda que eventualmente curada no curso do processo, poderá haver aplicação da medida de segurança.

B) Se a insanidade mental ocorreu no curso da execução penal, e houver a conversão em medida de segurança, o posterior restabelecimento importa na cessação da periculosidade, e consequente extinção da punibilidade.

C) Se a insanidade mental for subsequente aos fatos, constatada durante o curso do processo, ser-lhe-á nomeado curador, sob pena de nulidade, podendo a sentença, ao final, aplicar a medida de segurança ou aplicar pena, deixando-a suspensa.

D) Se a sentença houver aplicado medida de segurança, o Juiz da Execução Penal poderá reconverter as penas em privativa de liberdade, se constatada a cura da doença mental que atingia a segurada.

Comentário: **Questão Anulada**

Gabarito: **Questão Anulada**



DIREITO DO TRABALHO

Questão 70

Um sindicato de categoria profissional, após ser procurado por uma sociedade empresária e seguir os trâmites legais, pretende assinar com ela um acordo coletivo que, entre outras cláusulas, fixa redução em 20% da jornada e 20% do salário durante 1 ano para todos os empregados. Em relação a esse acordo coletivo, considerando a previsão da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) O acordo coletivo deverá prever a proteção dos empregados contra dispensa imotivada durante o prazo de vigência do instrumento coletivo.

B) O acordo coletivo será nulo porque deveria ser pactuado por, no mínimo, 2 anos.

C) O acordo coletivo será inconstitucional, porque não pode haver redução do salário, haja vista o prejuízo direto que isso causa ao trabalhador.

D) A redução da jornada e do salário somente seria válida se fosse prevista em convenção coletiva, pois essa previsão é vedada pela CLT no acordo coletivo.

Comentário:

A) Certo. De acordo com o artigo 611-A, § 3º, da CLT, se for pactuada norma coletiva que reduza o salário ou a jornada, a norma de prever a proteção dos empregados contra dispensa imotivada durante o prazo de vigência do instrumento coletivo. Sendo assim, durante a vigência do Acordo Coletivo, os empregados terão garantia no emprego.

B) Errado. De acordo com o art. 614, §3º, da CLT, não será permitido estipular duração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho superior a dois anos, sendo vedada a ultratividade. Portanto, o acordo coletivo não pode ser pactuado por, no mínimo, 2 anos.

C) Errado. No caso, não há que se falar em prejuízo direto ao trabalhador, uma vez que houve a redução proporcional da jornada de trabalho.

D) Errado. Não há qualquer vedação na CLT nesse sentido.

Gabarito: A

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 71

João Luiz trabalha desde os 18 anos no Banco Dinheiro Futuro S/A. Começou como caixa em 1990. Devido ao seu desempenho brilhante, agora, no dia 30/05/2022, foi eleito diretor. Em razão dessa nova condição, consultou você, na qualidade de advogado(a), acerca dos desdobramentos jurídicos relacionados ao seu contrato de trabalho. Sobre a hipótese, considerando o teor das normas trabalhistas em vigor e o entendimento jurisprudencial consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

A) O empregado eleito para ocupar cargo de diretor tem o respectivo contrato de trabalho suspenso, não se computando o tempo de serviço deste período, salvo se permanecer a subordinação jurídica inerente à relação de emprego.

B) Com a eleição do empregado para o cargo de diretor, o respectivo contrato de trabalho será extinto com o pagamento dos direitos rescisórios pertinentes.

C) A eleição de empregado para o cargo de diretor não induz suspensão ou interrupção do contrato de trabalho, uma vez que se considera promoção, podendo haver a reversão ao cargo efetivo após o término do mandato.

D) O contrato de trabalho ficará interrompido, já que permanecem as obrigações de pagamento de remuneração, contagem do tempo de serviço e de recolhimento do FGTS.

Comentário:

Para responder a esta questão, é necessário conhecer a Súmula n. 269, TST:

> "O empregado eleito para ocupar cargo de diretor tem o respectivo contrato de trabalho suspenso, não se computando o tempo de serviço desse período, salvo se permanecer a subordinação jurídica inerente à relação de emprego."

A) Certo. Vide entendimento da Súmula 269, TST.

B) Errado. Vide entendimento da Súmula 269, TST.

C) Errado. Vide entendimento da Súmula 269, TST.

D) Errado. Vide entendimento da Súmula 269, TST.

Gabarito: A

Fonte de Conhecimento Jurídico: Jurisprudência

Questão 72

Pedro é empregado em uma indústria farmacêutica, atuando como propagandista. Desejoso de lutar por melhores condições para os brasileiros, Pedro se filiou a um partido político e lançou sua candidatura a deputado federal. Em razão disso, Pedro requereu ao empregador uma licença remunerada por 30 dias para poder se dedicar à campanha eleitoral e aumentar suas chances de ser eleito, já informando que, no caso de indeferimento, irá judicializar a questão. Sobre o caso apresentado, sabendo-se que a norma coletiva da categoria de Pedro nada diz a respeito dessa situação, assinale a afirmativa correta.

A) Pedro não poderá exigir a interrupção do seu contrato porque não há tal previsão na CLT.

B) A pretensão de Pedro somente teria cabimento se a campanha fosse para cargo político estadual ou municipal, não prevalecendo se for federal.

C) O contrato de trabalho de Pedro ficará automaticamente suspenso a partir do lançamento da candidatura.

D) Pedro poderá ser dispensado por justa causa, pelo fato de concorrer às eleições sem comunicar previamente o empregador.

Comentário:

A) Certo. Como dito pela assertiva, não há disposição nesse sentido na CLT.

B) Errado. Não há previsão legal nesse sentido.

C) Errado. Não há previsão legal nesse sentido.

D) Errado. A comunicação nesse caso não é um dever, portanto, não há que se falar em justa causa.

Gabarito: A

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 73

Sabrina era empregada de um grande escritório de contabilidade desde 2021, e sempre chegava ao local de trabalho com 5 minutos de antecedência em relação ao horário contratual para trocar a roupa e colocar o uniforme da sociedade empresária. O empregador permitia que o empregado chegasse uniformizado, mas Sabrina achava melhor trocar a roupa na empresa por questão de segurança. Da mesma forma, após terminar o horário contratual, Sabrina permanecia mais 5 minutos no emprego para tirar o uniforme e colocar a sua roupa pessoal. Sabrina foi dispensada em fevereiro de 2023 e ajuizou reclamação trabalhista postulando 10 minutos diários de horas extras relativas

às trocas de roupa. Sobre a hipótese apresentada, diante do que dispõe a CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Sabrina está correta na postulação e, caso comprovada, ensejará o pagamento de horas extras.

B) A sociedade empresária deverá pagar metade do período como hora extra, uma vez que o excesso era de 10 minutos diários e o objetivo era a troca de uniforme.

C) Sabrina terá direito ao pagamento dos 10 minutos diários, mas não do adicional de 50%.

D) Sabrina está errada, pois esse período não será descontado nem computado como jornada extraordinária.

Comentário:

Para responder à questão, é necessário observar o art. 4º, §2º, VIII, CLT:

> Art. 4º - Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada.
> § 2º - Por não se considerar tempo à disposição do empregador, não será computado como período extraordinário o que exceder a jornada normal, ainda que ultrapasse o limite de cinco minutos previsto no § 1o do art. 58 desta Consolidação, quando o empregado, por escolha própria, buscar proteção pessoal, em caso de insegurança nas vias públicas ou más condições climáticas, bem como adentrar ou permanecer nas dependências da empresa para exercer atividades particulares, entre outras:
> VIII - troca de roupa ou uniforme, quando não houver obrigatoriedade de realizar a troca na empresa.

A) Errado. Vide art. 4º, §2º, VIII, CLT, acima transcrito.

B) Errado. Vide art. 4º, §2º, VIII, CLT, acima transcrito.

C) Errado. Vide art. 4º, §2º, VIII, CLT, acima transcrito.

D) Certo. Vide art. 4º, §2º, VIII, CLT, acima transcrito.

Gabarito: D

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 74

Rachel foi contratada como empregada em 2019 por uma sociedade empresária fabricante de automóveis. Ocorre que a fábrica fica em um lugar longínquo, não servido por transporte público regular, e por isso a sociedade empresária disponibiliza um ônibus para buscar os empregados pela manhã e deixá-los em casa, ao final da jornada. Raquel gasta diariamente, em média, 50 minutos para chegar ao emprego e outros 50 minutos para retorno. Considerando esses fatos e o que dispõe a CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Os 50 minutos gastos na ida e os 50 minutos gastos na volta devem ser pagos como horas extras, na condição de hora in itinere.

B) O tempo despendido pelo empregado desde sua residência até o posto de trabalho e para seu retorno não será computado na jornada de trabalho.

C) O tempo gasto no transporte deverá ser pago porque será computado na jornada de trabalho, mas sem adicional.

D) O juiz, no caso concreto, após a análise da geografia do local, deverá decidir se o tempo gasto no transporte deverá, ou não, ser quitado como hora extra.

Comentário:

A) Errado. De acordo com o art. art. 58, §2°, CLT, "O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador,

não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador."

B) Certo. A assertiva está de acordo com o art. 58, §2º, CLT

C) Errado. A assertiva está contrária ao art. 58, §2º, CLT

D) Errado. A assertiva está contrária ao art. 58, §2º, CLT

Gabarito: B

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 75

A sociedade empresária Soluções Perfeitas Ltda. pretende implantar banco de horas com compensação das eventuais horas extras cumpridas em até 2 meses e, caso não compensadas, com pagamento ao empregado com adicional legal. Considerando esses fatos e o que dispõe a CLT, assinale a afirmativa correta.

A) A instituição do banco de horas depende de norma coletiva para sua validade, porque a compensação será superior a 30 dias.

B) O banco de horas poderá ser pactuado por acordo individual escrito, porque a compensação será feita em menos de 6 meses.

C) O banco de horas é proibido por Lei, independentemente do tempo previsto para compensação das horas.

D) O banco de horas pode ser feito por acordo individual ou coletivo independentemente do tempo para compensação, desde que seja pago o adicional legal para as horas não compensadas.

Comentário:

A) Errado. Conforme o art. 59, §5º, "O banco de horas [...] poderá ser pactuado por acordo individual escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses."

B) Certo. A assertiva está de acordo com o art. 59, §5º, CLT

C) Errado. Há previsão expressa na CLT, em seu art. 59, §§2º e 5º, sobre a legalidade do banco de horas.

D) Errado. O acordo de compensação anual depende de convenção coletiva, conforme o art. 59, §2º, CLT.

Gabarito: A

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca



PROCESSO DO TRABALHO

Questão 76

Pedro, Luzia e Rogério são empregados da sociedade empresária ABC e ajuizaram reclamação trabalhista individual contra ela. Pedro tem 55 anos de idade e postula na sua ação horas extras; Luzia tem 42 anos de idade e em sua ação requer o pagamento de 2 períodos de férias vencidas; Rogério tem 34 anos de idade e, na sua demanda, postula o pagamento dos salários retidos dos últimos 2 meses de trabalho.

Em razão do alto salário que os três empregados recebiam, todas as ações tramitam pelo rito ordinário.

A respeito dessas reclamações trabalhistas, assinale a opção que indica, de acordo com a CLT, a(as) que terá(ão) preferência na tramitação processual.

A) A de Rogério.

B) A de Luzia.

C) A de Pedro.

D) A de Luzia e a de Pedro.

Comentário:

A) Certo. De acordo com o parágrafo único do art. 652 da CLT, terão preferência para julgamento os dissídios sobre pagamento de salário e aqueles que derivarem da falência

do empregador. Sendo assim, a reclamação trabalhista de Rogério terá preferência em relação às demais.

B) Errado. A de Rogério terá preferência, conforme explicado na alternativa "a".

C) Errado. A de Rogério terá preferência, conforme explicado na alternativa "a".

D) Errado. A de Rogério terá preferência, conforme explicado na alternativa "a".

Gabarito: A

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 77

Arthur ajuizou reclamação trabalhista em face de seu ex-empregador - a sociedade empresária Alfa -, e dos 3 sócios dela, valendo-se do incidente de desconsideração da personalidade jurídica (IDPJ) na fase de cognição.

Argumentou na petição inicial que assim procedeu para que, em havendo sucesso na pretensão, os sócios já constem do título executivo judicial, o que abreviaria a futura execução.

Diante da situação retratada e da previsão contida na CLT, assinale a afirmativa correta.

A) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica (IDPJ), na Justiça do Trabalho, somente pode ser feito na fase de execução.

B) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica (IDPJ), na seara trabalhista, pode ser feito na fase de conhecimento ou de execução.

C) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica (IDPJ) na fase de conhecimento dependerá da concordância dos sócios.

D) A opção pelo incidente de desconsideração da personalidade jurídica (IDPJ), por exigência expressa da CLT, deve ter, na fase de

Comentário:

A) Errado. De acordo com o art.134 do CPC/2015, aplicável ao processo do trabalho (art. 855-A da CLT, o incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

B) Certo. De acordo com o art.134 do CPC/2015, aplicável ao processo do trabalho (art. 855-A da CLT, o incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

C) Errado. O IDJP não depende da concordância dos sócios.

D) Errado. Não há na CLT nenhuma previsão nesse sentido.

Gabarito: B

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 78

Natália ajuizou reclamação trabalhista contra o ex-empregador e a ação adotou o rito sumaríssimo. Natália teve procedência parcial do seu pedido, tendo havido recurso do ex-empregador. O TRT local manteve a sentença, mas, na ótica da sociedade empresária, a decisão violou frontalmente uma orientação jurisprudencial (OJ) do TST, daí porque interpôs recurso de revista para tentar revertê-la sob esse fundamento.

Diante do fato apresentado e das normas previstas na CLT, assinale a afirmativa correta.

A) O recurso de revista não será admitido, porque não houve violação de Súmula do TST, de Súmula vinculante do STF e nem violação direta da Constituição Federal.

B) O recurso em exame será admitido, porque cabe ao TST manter a autoridade da sua jurisprudência contra decisões que a violem.

C) O recurso de revista não será admitido, porque ele só tem cabimento para as causas que tramitam pelo procedimento ordinário, o que não é a hipótese.

D) O recurso de revista, no caso apresentado, sempre será admitido se houver alegação de violação às Súmulas e às orientações jurisprudenciais do TST, bem como violação de Lei Federal.

Comentário:

A) Certo. Não cabe recurso de revista no procedimento sumaríssimo quando houver ofensa à orientação jurisprudencial (Súmula n. 442 do TST)

B) Errado. Não cabe recurso de revista no procedimento sumaríssimo quando houver ofensa à orientação jurisprudencial (Súmula n. 442 do TST)

C) Errado. É possível a interposição de recurso de revista no procedimento sumaríssimo apenas quando houver violação à CF, Súmula Vinculante e Súmula do TST.

D) Errado. É possível a interposição de recurso de revista no procedimento sumaríssimo apenas quando houver violação à CF, Súmula Vinculante e Súmula do TST.

Gabarito: A

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 79

Foi proferida uma sentença normativa em dissídio coletivo envolvendo os sindicatos de determinada categoria. Na decisão transitada em julgado foi determinada a entrega mensal de *ticket* refeição e *ticket* alimentação no valor de R$ 150,00 cada. Ocorre que uma das sociedades empresárias vinculadas ao sindicato da categoria econômica não está cumprindo a sentença normativa, que se encontra em vigor.

De acordo com a CLT, para que a cláusula normativa seja observada, o sindicato deve se valer de uma ação

A) monitória.

B) de execução de título extrajudicial.

C) civil coletiva.

D) de cumprimento.

Comentário:

A) Errado. O meio processual correto, no caso sob análise, é a ação de cumprimento, conforme explicado na alternativa "d".

B) Errado. O meio processual correto, no caso sob análise, é a ação de cumprimento, conforme explicado na alternativa "d".

C) Errado. O meio processual correto, no caso sob análise, é a ação de cumprimento, conforme explicado na alternativa "d".

D) Certo. O meio processual correto para se impor o cumprimento da sentença normativa é a ação de cumprimento, que deverá ser proposta na Vara do Trabalho a partir do 20º dia da publicação da Sentença Normativa, ou seja, não há necessidade de se esperar o trânsito em julgado (art. 872 da CLT).

Gabarito: D

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca

Questão 80

Uma sociedade empresária de grande porte, condenada na Justiça do Trabalho, verificando a nulidade de sua citação em uma reclamação trabalhista que se encontra na fase executória, pretende ajuizar ação rescisória. Seus advogados se dedicaram à peça e agora chegou o momento do ajuizamento da ação.

Em relação a custas e depósito prévio, de acordo com a CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Nas ações rescisórias, não há custas no depósito prévio.

B) A sociedade empresária sujeita-se ao depósito prévio de 20% (vinte por cento) do valor da causa.

C) Não haverá necessidade de qualquer preparo porque, estando a causa na fase de execução, não cabe ação rescisória.

D) Devem ser recolhidas custas no importe de 2% sobre o valor da condenação.

Comentário:

A) Errado. A sociedade empresária sujeita-se ao depósito prévio de 20% (vinte por cento) do valor da causa, conforme explicado na alternativa "b".

B) Certo. De acordo com o art. 836 da CLT, a ação rescisória no processo do trabalho está sujeita ao depósito prévio de 20% (vinte por cento) do valor da causa, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor. O depósito prévio ficará a título de multa se ação rescisória for julgada improcedente ou declarada inadmissível por unanimidade de votos. (Não se aplica o depósito prévio de 5% previsto no art. 968, II, do CPC/2015)

C) Errado. A sociedade empresária sujeita-se ao depósito prévio de 20% (vinte por cento) do valor da causa, conforme explicado na alternativa "b".

D) Errado. A sociedade empresária sujeita-se ao depósito prévio de 20% (vinte por cento) do valor da causa, conforme explicado na alternativa "b".

Gabarito: C

Fonte de Conhecimento Jurídico: Lei Seca